

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
Programa de Pós-Graduação em Direito

Caroline Stéphanie Francis dos Santos Maciel

**GOVERNANÇA INFORMACIONAL, DEMOCRÁTICA E *OPEN GOVERNMENT* NO  
BRASIL – fundamentos, perspectivas e desafios**

**Belo Horizonte  
2022**

Caroline Stéphanie Francis dos Santos Maciel

**GOVERNANÇA INFORMACIONAL, DEMOCRÁTICA E *OPEN*  
GOVERNMENT NO BRASIL – fundamentos, perspectivas e desafios**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Direito da Universidade Federal de Minas Gerais pela doutoranda Caroline Stéphanie Francis dos Santos Maciel, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Direito.

**Área de concentração:** Direito e Justiça

**Linha de pesquisa:** Direitos Humanos e Estado Democrático de Direito: Fundamentação, participação e efetividade

**Orientadora:** Profa. Dra. Fabiana de Menezes Soares

**Doutorado sanduíche:** *Research Scholar at University of Michigan Law School*

**Coorientadora:** Joseph L. Sax Collegiate Professor of Law Nina A. Mendelson

**Financiamentos:** CAPES e *Fellowship of the Center for International and Comparative Law*

**Belo Horizonte  
2022**

Ficha catalográfica elaborada pelo bibliotecário Junio Martins Lourenço - CRB 6 3167.

M152g Maciel, Caroline Stéphanie Francis dos Santos  
Governança informacional, democrática e open government no  
Brasil [manuscrito]: fundamentos, perspectivas e desafios /  
Caroline Stéphanie Francis dos Santos Maciel.-- 2022.  
377 f: il.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais,  
Faculdade de Direito.

Bibliografia: f. 335-377.

1. Direito à informação - Teses. 2. Abertura de informação  
ao público. 3. Internet na administração pública - Brasil.  
4. Democracia - Teses. I. Soares, Fabiana de Menezes.  
II. Mendelson, Nina A. III. Universidade Federal de Minas  
Gerais - Faculdade de Direito. IV. Título.

CDU: 34:007

Caroline Stéphanie Francis dos Santos Maciel

**GOVERNANÇA INFORMACIONAL, DEMOCRÁTICA E *OPEN*  
GOVERNMENT NO BRASIL: fundamentos, perspectivas e desafios**

A doutoranda foi considerada \_\_\_\_\_ na defesa de tese de doutorado pela banca examinadora.

Belo Horizonte, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2022.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Profa. Dra. Fabiana de Menezes Soares  
Orientadora – PPGD UFMG

---

Profa. Dra. Nina Mendelson  
Co-advisor – Michigan Law

---

Profa. Dra. Mônica Sette Lopes  
Linha 2 – PPGD UFMG

---

Prof. Dr. Marco Antônio Alves  
UFMG

---

Profa. Dra. Andrea Gozetto  
FGV/RJ

---

Prof. Dr. Felipe de Paula  
FGV/S





## ATA DA DEFESA DE TESE DA ALUNA **CAROLINE STÉPHANIE FRANCIS DOS SANTOS**

Realizou-se, no dia 08 de julho de 2022, às 13:00 horas, Sala da Congregação, da Universidade Federal de Minas Gerais, a defesa de tese, intitulada *GOVERNANÇA INFORMACIONAL, DEMOCRÁTICA E OPEN GOVERNMENT NO BRASIL – fundamentos, perspectivas e desafios*, apresentada por CAROLINE STÉPHANIE FRANCIS DOS SANTOS MACIEL, número de registro 2018663563, graduada no curso de DIREITO/DIURNO, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em DIREITO, à seguinte Comissão Examinadora: Prof(a). Fabiana de Menezes Soares - Orientador (UFMG), Prof(a). Nina A. Mendelson (University of Michigan), Prof(a). Monica Sette Lopes (UFMG), Prof(a). Andréa Cristina Oliveira Gozetto (FGV), Prof(a). Marco Antonio Sousa Alves (Universidade Federal de Minas Gerais), Prof(a). Felipe de Paula (GV DIREITO SP).

A Comissão considerou a tese:

( x ) Aprovada, com a média 100 (cem)

( ) Reprovada

Finalizados os trabalhos, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, vai assinada por mim e pelos membros da Comissão.

Belo Horizonte, 08 de julho de 2022.

Prof(a). Fabiana de Menezes Soares ( Doutora ) – Nota 100

Prof(a). Nina A. Mendelson ( Doutora ) – Nota 100

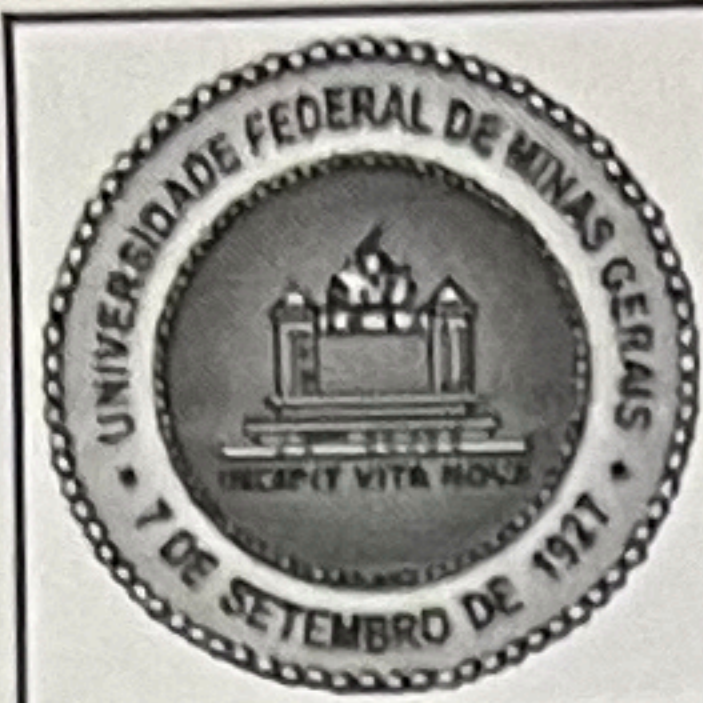
Prof(a). Monica Sette Lopes ( Doutora ) – Nota 100

Prof(a). Andréa Cristina Oliveira Gozetto ( Doutora ) – Nota 100

Prof(a). Marco Antonio Sousa Alves ( Doutor ) – Nota 100

Prof(a). Felipe de Paula ( Doutor ) – Nota 100





UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

UFMG

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

ATA DA DEFESA DE TESE DA ALUNA  
**CAROLINE STÉPHANIE FRANCIS DOS SANTOS**

Realizou-se, no dia 08 de julho de 2022, às 13:00 horas, Sala da Congregação, da Universidade Federal de Minas Gerais, a defesa de tese, intitulada *GOVERNANÇA INFORMACIONAL, DEMOCRÁTICA E OPEN GOVERNMENT NO BRASIL - fundamentos, perspectivas e desafios*, apresentada por CAROLINE STÉPHANIE FRANCIS DOS SANTOS MACIEL, número de registro 2018663563, graduada no curso de DIREITO/DIURNO, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em DIREITO, à seguinte Comissão Examinadora: Prof(a). Fabiana de Menezes Soares - Orientador (UFMG), Prof(a). Nina A. Mendelson (University of Michigan), Prof(a). Monica Sette Lopes (UFMG), Prof(a). Andréa Cristina Oliveira Gozetto (FGV), Prof(a). Marco Antonio Sousa Alves (Universidade Federal de Minas Gerais), Prof(a). Felipe de Paula (GV DIREITO SP).

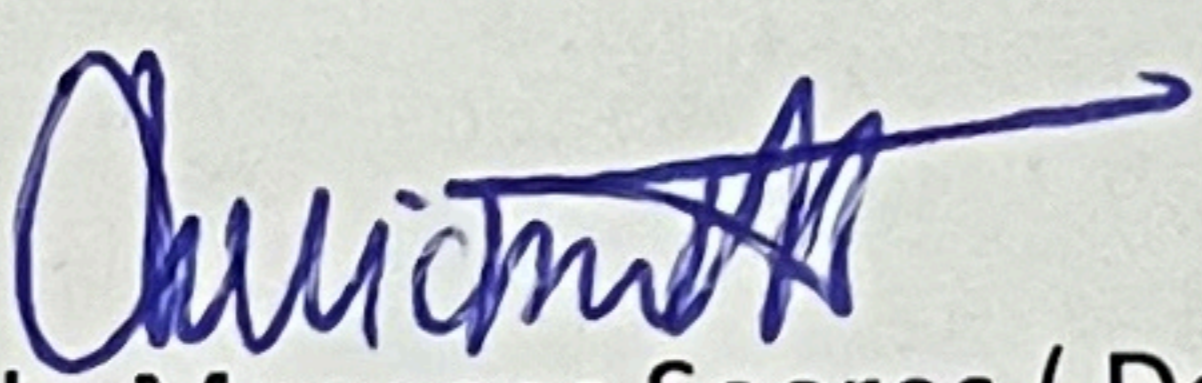
A Comissão considerou a tese:

Aprovada

Reprovada

Finalizados os trabalhos, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, vai assinada por mim e pelos membros da Comissão.

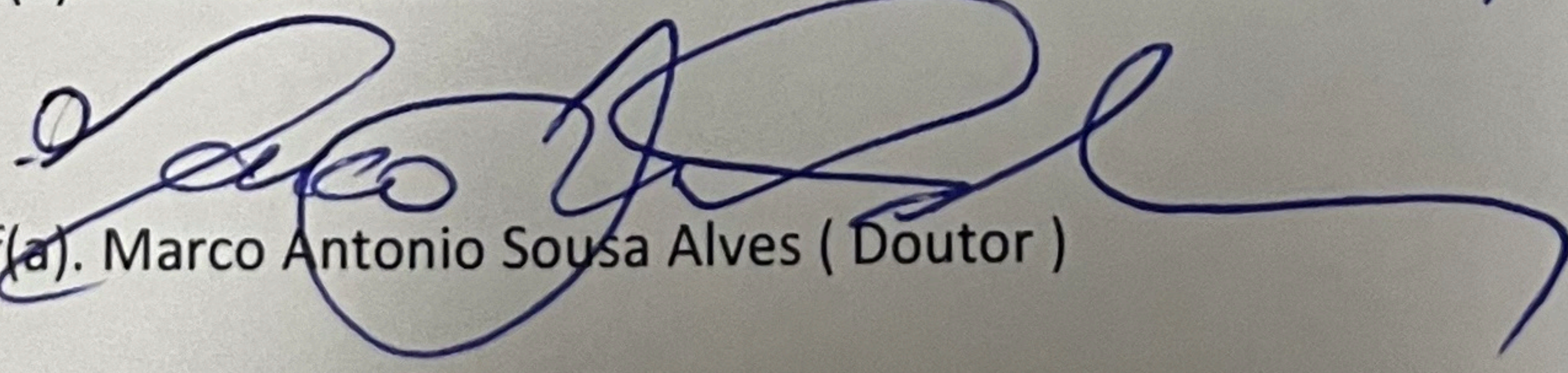
Belo Horizonte, 08 de julho de 2022.

  
Prof(a). Fabiana de Menezes Soares ( Doutora ) 100 pontos

Prof(a). Nina A. Mendelson ( Doutor ) 100 pontos

Prof(a). Monica Sette Lopes ( Doutora ) 100 pontos

Prof(a). Andréa Cristina Oliveira Gozetto ( Doutora ) 100 pontos

  
Prof(a). Marco Antonio Sousa Alves ( Doutor ) 100 pontos

Prof(a). Felipe de Paula ( Doutor ) 100 pontos



## AGRADECIMENTOS

Minha trajetória de pesquisa e escrita de quatro anos foi brindada com entusiasmo, resiliência e suporte da família, amigos, colegas de trabalho e acadêmicos. Apesar disso, não posso negar que foram muitos os desafios: cansaço emocional; desilusões acadêmicas; preocupações oriundas de um cenário pandêmico; aflição com o quadro de tensões e retrocessos na ordem social e democrática; compatibilização com a atividade profissional e a solidão própria de pesquisar e escrever...Fui a campo com grandes propósitos, mas lá encontrei obstáculos e dilemas. Em alguns momentos, questionava a utilidade do meu trabalho e duvidava do impacto social que poderia gerar; nesses devaneios, perdia desejo, ritmo e ânimo para continuar essa empreitada.

Quando as forças se esvaem e as batalhas com gigantes – que, na verdade, são moinhos de vento – parecem invencíveis, são as pessoas ao seu redor que te permitem voar, ao te acolherem nas inevitáveis quedas. Se hoje entrego esta tese e me habilito a ser doutora, é porque fui, afortunadamente, cercada de amor, carinho, conselhos e encorajamentos. De cada desgosto, retirei aprendizados; de cada abraço, alívio; de cada sorriso, fôlego. Aqueles que me presentearam com isso foram espectadores que verdadeiramente torcem pelo meu sucesso. Tornam-se, agora, protagonistas dessa narrativa, aos quais agora agradeço.

Agradeço aos meus pais – Gislaine e Euzébio – a razão de cada escolha, o início, meio e fim desse percurso. Papai, não me canso de admirar sua energia, coragem e disponibilidade em ajudar. Orgulha-me muito como soube se reinventar e buscar novos aprendizados nesses últimos anos. Mamãe, seu amor, dedicação, paciência e doçura incondicionais me ensinam diariamente. Obrigada por sempre embarcar em minhas aventuras e apoiar minhas decisões.

Aos meus irmãos – Andrew e Bruno – sou quem sou, porque vocês são quem são e as nossas vidas sempre estarão interligadas. Bruno, obrigada pela genialidade, serenidade e paciência em me ensinar as lições mais importantes. Andrew, obrigada pelo afeto, generosidade e presença assídua nos momentos que mais precisei.

A todos demais familiares – tios, tias, primos, primas e Madrinha Lelé – obrigada pelo acolhimento, gentileza e consideração.

Ao Renato Dilly, pelo amor, companheirismo, apoio e confiança. Todos os dias me alegro pela oportunidade de convivermos e nos conhecermos mais.

Agradeço à minha orientadora – Prof. Fabiana Menezes – pelas palavras de conforto, alinhamentos de percurso, confiança e respeito às minhas escolhas. Sua postura destemida, persistência admirável, olhar maternal e auxílio constante foram essenciais para essa conquista.

À minha co-orientadora Prof. Nina Mendelson, pela disponibilidade, atenção e indicações de leitura. Sua recepção durante o período de doutorado sanduíche, enquanto eu era uma *Visiting Scholar* na *University of Michigan* (USA), contribuiu para uma experiência inteiramente próspera<sup>1</sup>.

Aos professores Mônica Sette Lopes (UFMG), Marco Antônio (UFMG), Maria Coeli (UFMG), Charlotte Alexander (GSU/USA), Nicholson Price (UMICH/USA), Mark Fenster (UFL/USA), Bruno Carazza (Dom Cabral), Florivaldo Dutra (UFMG), Amanda Flávio, (UNB) Adriano Veloso (DCC/UFMG), Nazareno Andrade (UFCG), Andrea Gozetto (FGV/RJ), Thomas Bustamante (UFMG), Felipe de Paula (FGV/SP), Diogo Coutinho (USP), Marcel Leonardi (FGV/SP), obrigada por terem marcado essa trajetória com suas contribuições nos mais diversos escopos e etapas<sup>2</sup>.

Aos meus ex-colegas de Dado Capital, Rede de Advocacy Colaborativo (RAC) e Parlametria, principalmente, Saulo Porto e Gláucia Barros, pelos aprendizados e oportunidades.

Aos meus colegas de Stone Co, em especial, Gabriel Cohen, Adriana Ferreira, Nathália Fiumari, Vinícius Carrasco, Leonel Barros, Jennifer Moura e Lucas Albuquerque, pelas missões compartilhadas e batalhas enfrentadas.

---

<sup>1</sup> Tradução em inglês: To my co-supervisor Prof. Nina Mendelson, for her availability, attention and reading recommendations. Your warm reception when I was a Visiting Scholar at the University of Michigan (USA) contributed to an entirely successful experience.

<sup>2</sup> Tradução de trecho pertinente em inglês: To professors Charlotte Alexander (GSU/USA), Nicholson Price (UMICH/USA), Mark Fenster (UFL/USA), thank you so much for leaving a remarkable impression on this journey with your contributions in the most diverse scopes and stages.

Aos meus colegas de academia e de Observatório para a Qualidade da Lei, especialmente, Thiago Sacchetto, Pietra Vaz, Thiago Hermont, Oto Nunes, Fernanda Santana e Paula Azevedo, pelas contribuições, parcerias e suporte.

Aos meus colegas *Visiting Scholars* e à equipe da *University of Michigan* (USA), da *International House of Ann Arbor* (IHAA), notadamente, Stephanie Wiederhold e Andrea Scampa, e do Programa de Pós-Graduação da UFMG, pelas indicações, assistência e presteza<sup>3</sup>.

Às minhas amigas, especialmente, Lívia Costa, Mayana Leôncio, Marina Santos, Thaís Melgaço, Tamiris Rodrigues, Vanessa Lacerda e Luiza Soares, pelo grande carinho, experiências únicas e bons papos.

Aos meus amigos, em especial, Cléber Freitas, João Carlos, João Lucas, Thiago Carvalho, Marcelo Bernardino, Daniel Santos, pelos conselhos, discussões políticas e boa companhia.

Aos colegas de Pilates, principalmente Bruno e Mirlir.

Às minhas companheiras, Gaia e Frida, pelas peripécias e passeios inspiradores.

A todos vocês, meu muito obrigada!

---

<sup>3</sup> To my fellow Visiting Scholars and to the University of Michigan (USA) and International House of Ann Arbor (IHAA) team, notably Stephanie Wiederhold and Andrea Scampa, as well as the UFMG Graduate Program, for their contributions, assistance and promptness.

*A arte de escrever histórias consiste em saber extrair daquele nada que se entendeu da vida todo o resto; mas, concluída a página, retoma-se a vida, e nos damos conta de que aquilo que sabíamos é realmente nada.*

– Ítalo Calvino (O cavaleiro inexistente)

## RESUMO

Desde a nova ordem democrática reestabelecida pela Constituição de 1988, a agenda da transparência da atuação governamental e participação social em políticas públicas tem sido uma prioridade, com a qual todos os governos desde então concordam. Esse consenso aparente não significou, contudo, uma efetiva e constante implementação de medidas concretas para o acesso à informação pública e engajamento da sociedade civil no governo federal. Nenhum governo democrático se autodenominou pouco transparente e participativo; pelo contrário, com frequência, fazem propaganda sobre o seu elevado grau democrático e informativo. Contrapondo-se a isso, essa pesquisa surge para desfazer esse fictício véu de legitimidade. Baseando-se, principalmente, em análise de dados estatísticos, estudo de casos de políticas públicas brasileiras e de outras jurisdições, aplicação de questionário em organizações da sociedade civil e pedidos de acesso à informação, constatam-se diversos problemas na política informacional, participativa e de abertura de dados públicos do Executivo federal. Ao conectar esses três pilares, a pesquisa aponta para novos caminhos e elabora recomendações para que essa pauta avance no país. Em linhas gerais, as soluções tecnológicas hoje existentes podem ser ferramentas poderosas para desenhar infraestruturas digitais amigáveis e acessíveis, tornando os dados e informações públicas ativos úteis para empoderar cidadãos, fomentar debates democráticos, reduzir assimetrias informacionais e de poder e promover a inovação e concorrência. Grandes avanços ocorreram de 1988 até hoje, no entanto, a ameaça de retrocessos democráticos assombra, de tempos em tempos, as instituições brasileiras. Comprometida com a defesa da destituição de regimes caracterizados pelo sigilo, opacidade e autoritarismo, a pesquisa dedica-se a contribuir com a superação desses obstáculos constatados.

**Palavras-chave:** Transparência. Participação. Governo Aberto. Acesso à Informação. Democracia.

## ABSTRACT

Since the new democratic order reestablished by the 1988 Brazilian Constitution, the government's agenda of transparency and social participation in public policies has been a priority, that all governments have since agreed. This apparent consensus did not, however, mean an effective and constant implementation of concrete measures for access to public information and engagement of civil society in the federal government. No democratic government has claimed to lack transparency and participation. On the contrary, they often advertise their high level of democracy and information. In opposition to that, this research tries to undo this fictitious veil of legitimacy. Based mainly on analysis of statistical data, case studies of public policies in Brazil and other jurisdictions, application of a survey to civil society organizations and requests for access to information, several problems are found in information, participatory and opening of public data by the Federal Executive. Connecting these three pillars, the research points out new paths and makes recommendations for the advancement of this agenda in the country. In general terms, the technological solutions that exist today can be powerful tools for designing user-friendly and accessible digital platforms, making public data and information useful assets that empower citizens, foster democratic debates, reduce informational and power asymmetries, and promote innovation and competition. Great advances have taken place from 1988 until today, however, the threat of democratic setbacks haunts Brazilian institutions from time to time. Committed to defending the deposition of regimes characterized by secrecy, opacity and authoritarianism, the research seeks to contribute to overcoming these obstacles.

**Keywords:** Transparency. Participation. Open Government. Access to Information. Democracy.



## RESUMEN

Desde el nuevo orden democrático restablecido por la Constitución de 1988, la agenda de transparencia gubernamental y participación social en las políticas públicas ha sido una prioridad, con la que todos los gobiernos han coincidido desde entonces. Este aparente consenso, sin embargo, no significó una implementación efectiva y constante de medidas concretas para el acceso a la información pública y la participación de la sociedad civil en el gobierno federal. Ningún gobierno democrático ha afirmado carecer de transparencia y participación. Al contrario, a menudo hacen publicidad de su alto nivel de democracia e información. En oposición a eso, esta investigación busca deshacer este velo ficticio de legitimidad. Con base principalmente en el análisis de datos estadísticos, estudios de casos de políticas públicas en Brasil y otras jurisdicciones, aplicación de un cuestionario a las organizaciones de la sociedad civil y solicitudes de acceso a la información, se encuentran varios problemas en la información, participación y apertura de datos públicos de la Federal. Ejecutivo. Al conectar estos tres pilares, la investigación apunta nuevos caminos y hace recomendaciones para que esta agenda avance en el país. En términos generales, las soluciones tecnológicas que existen hoy en día pueden ser herramientas poderosas para diseñar infraestructuras digitales fáciles de usar y accesibles, haciendo que los datos y la información públicos sean activos útiles para empoderar a los ciudadanos, fomentar los debates democráticos, reducir las asimetrías de información y poder, y promover la innovación y la competencia. Grandes avances han ocurrido desde 1988 hasta hoy, pero la amenaza de retrocesos democráticos acecha a las instituciones brasileñas de vez en cuando. Comprometida con la defensa de la eliminación de regímenes caracterizados por el secretismo, la opacidad y el autoritarismo, la investigación se dedica a contribuir a la superación de estos obstáculos.

**Palabras clave:** Transparencia. Participación. Gobierno Abierto Acceso a la Información. Democracia.

## LISTAS DE ILUSTRAÇÕES

### LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> - Conjunto de condições necessárias e suficientes para a transparência.....	39
<b>Figura 2</b> - Página inicial do "Portal da Transparência" do governo federal .....	79
<b>Figura 3</b> - Página inicial do "Portal da Transparência" federal, após 2018.....	80
<b>Figura 4</b> - <i>Accountability</i> em três dimensões .....	128
<b>Figura 5</b> - Quando a informação pode gerar engajamento? .....	142
<b>Figura 6</b> - O “círculo de ação” da transparência.....	144
<b>Figura 7</b> - Ciclo regulatório do governo federal estadunidense .....	286
<b>Figura 8</b> - Modelo de Maturidade em Governo Aberto.....	286

### LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> - Desenho básico do questionário .....	25
<b>Tabela 2</b> - Mapeamento de normas vigentes sobre acesso à informação .....	41
<b>Tabela 3</b> - O direito de acesso à informação na Constituição de 1988.....	44
<b>Tabela 4</b> - Lei de Acesso à Informação esquematizada.....	62
<b>Tabela 5</b> - Conceitos da Lei de Acesso à Informação e do Decreto nº 7.724/12.....	69
<b>Tabela 6</b> - Indicadores de comportamento autoritário.....	152
<b>Tabela 7</b> - Mapeamento das normas e políticas sobre participação social .....	163
<b>Tabela 8</b> - Levantamento de audiências e consultas públicas federais (2016-2020)...	186
<b>Tabela 9</b> - Dimensões de efetividade para avaliação de audiências públicas.....	195
<b>Tabela 10</b> - Contribuições recebidas na audiência pública sobre <i>lobby</i> .....	197
<b>Tabela 11</b> - Avaliação da qualidade da audiência pública selecionada .....	198
<b>Tabela 12</b> - Levantamento de órgãos colegiados em funcionamento.....	212
<b>Tabela 13</b> - Levantamento de conferências nacionais realizadas (1941-2020) .....	221
<b>Tabela 14</b> - Avaliação de conferência nacional a partir das dimensões da PNPS.....	224
<b>Tabela 15</b> - Comentários problemáticos em consultas públicas nos EUA .....	252
<b>Tabela 16</b> - Papéis de <i>advocacy</i> da sociedade civil e setor privado .....	252
<b>Tabela 17</b> - Mapeamento de políticas em governo aberto no Executivo Federal.....	258
<b>Tabela 18</b> - Abertura de dados nos órgãos federais.....	277

### LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b> - Aptidão de resposta.....	26
<b>Gráfico 2</b> - Escolaridade dos respondentes.....	26
<b>Gráfico 3</b> - Tempo de instituição .....	27
<b>Gráfico 4</b> - Área de atuação institucional .....	27
<b>Gráfico 5</b> - Termo de Consentimento Livre e Informado.....	30
<b>Gráfico 6</b> - Autorização de divulgação de dados.....	31
<b>Gráfico 7</b> - Triagem de respostas automatizadas .....	32
<b>Gráfico 8</b> - Extração de dados dos sites do governo federal .....	74
<b>Gráfico 9</b> - Frequência de uso dos sites do governo federal.....	74
<b>Gráfico 10</b> - Disponibilidade dos dados nos sites oficiais do governo federal.....	75
<b>Gráfico 11</b> - Atualização de dados dos sites do governo federal.....	76
<b>Gráfico 12</b> - Facilidade de compreensão de dados dos sites do governo federal .....	76

<b>Gráfico 13</b> - Média mensal de acesso por ano no Portal da Transparência Federal.....	82
<b>Gráfico 14</b> - Coleta de dados no Portal da transparência federal .....	83
<b>Gráfico 15</b> - Razões de não uso do Portal da transparência federal .....	84
<b>Gráfico 16</b> - Frequência de uso do Portal da transparência federal .....	85
<b>Gráfico 17</b> - Disponibilidade dos dados no Portal da transparência federal.....	85
<b>Gráfico 18</b> - Atualidade dos dados do Portal da transparência federal .....	86
<b>Gráfico 19</b> - Inteligibilidade dos dados do Portal da Transparência federal .....	86
<b>Gráfico 20</b> - Posições do Brasil no Open Budget Survey Ranking (2008-2019) .....	96
<b>Gráfico 21</b> - Notas do Brasil no Open Budget Survey Ranking (2008-2019).....	96
<b>Gráfico 22</b> - Evolução de pedidos de acesso à informação pelo e-SIC .....	105
<b>Gráfico 23</b> - Classificação dos atendimentos a pedidos de acesso por ano .....	107
<b>Gráfico 24</b> - Solicitação de pedido de acesso à informação no e-SIC federal.....	112
<b>Gráfico 25</b> - Razões para não uso do e-SIC federal pelas organizações .....	113
<b>Gráfico 26</b> - Frequência no uso do e-SIC federal pelas organizações.....	113
<b>Gráfico 27</b> - Satisfação com o acesso concedido pelo e-SIC federal .....	114
<b>Gráfico 28</b> - Inteligibilidade das respostas a pedidos de acesso .....	116
<b>Gráfico 29</b> - Desempenho do Brasil em indicadores de democracia.....	159
<b>Gráfico 30</b> - Frequência de uso de audiências públicas pelo governo federal.....	201
<b>Gráfico 31</b> - Frequência de uso de consultas públicas pelo governo federal.....	201
<b>Gráfico 32</b> - Efetividade das audiências públicas do governo federal.....	202
<b>Gráfico 33</b> - Efetividade das consultas públicas do governo federal.....	202
<b>Gráfico 34</b> - Devolutiva do governo federal sobre as audiências públicas.....	203
<b>Gráfico 35</b> - Devolutiva do governo federal sobre as consultas públicas.....	203
<b>Gráfico 36</b> - Convites do governo para a participação em audiências públicas .....	204
<b>Gráfico 37</b> - Convites do governo para a participação em consultas públicas .....	204
<b>Gráfico 38</b> - Engajamento em audiências públicas do governo .....	205
<b>Gráfico 39</b> - Engajamento em consultas públicas do governo .....	205
<b>Gráfico 40</b> - Comparação do uso de audiências públicas pelos entes federados.....	206
<b>Gráfico 41</b> - Comparação do uso de consultas públicas pelos entes federados.....	206
<b>Gráfico 42</b> - Uso do Portal Brasileiro de Dados Abertos .....	270
<b>Gráfico 43</b> - Razões da não utilização do Portal Brasileiro de Dados Abertos .....	271
<b>Gráfico 44</b> - Frequência de uso do Portal Brasileiro de Dados Abertos.....	271
<b>Gráfico 45</b> - Disponibilidade de dados no Portal Brasileiro de Dados Abertos .....	272
<b>Gráfico 46</b> - Atualidade dos dados no Portal Brasileiro de Dados Abertos .....	272
<b>Gráfico 47</b> - Inteligibilidade dos dados do Portal Brasileiro de Dados Abertos .....	273
<b>Gráfico 48</b> - Portal Brasileiro de Dados Abertos e pedidos de acesso .....	273
<b>Gráfico 49</b> - Abertura de dados nos três poderes e entes federados .....	275
<b>Gráfico 50</b> - Situação dos órgãos federais quanto ao PDA .....	282
<b>Gráfico 51</b> - Volume de bases de dados das organizações .....	306
<b>Gráfico 52</b> - Organizações (por nível federativo).....	307
<b>Gráfico 53</b> - Organizações (ente federado x poder).....	307
<b>Gráfico 54</b> - Volume de bases de dados dos órgãos subnacionais .....	308
<b>Gráfico 55</b> - Disponibilização de dados abertos em estados e municípios.....	312

# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>16</b>
<b>1 DEFINIÇÃO DO TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA</b> .....	<b>18</b>
<b>2 TÉCNICAS E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS UTILIZADOS</b> .....	<b>18</b>
<b>CAPÍTULO I – A IMPLEMENTAÇÃO DE UMA GOVERNANÇA INFORMATICAIONAL NO BRASIL</b> .....	<b>33</b>
<b>1.1 ARCABOUÇO NORMATIVO EM DIREITO À INFORMAÇÃO</b> .....	<b>40</b>
1.1.1 A Constituição de 1988 e a transparência pós-redemocratização .....	42
1.1.2 Gestão e responsabilidade fiscais e orçamentárias .....	48
1.1.3 Informação, direito à verdade e memória social.....	55
1.1.4 Lei de Acesso à Informação: o balanço de uma década .....	60
<b>1.2 EXECUÇÃO DA POLÍTICA DE TRANSPARÊNCIA PELO GOVERNO FEDERAL</b> .....	<b>67</b>
1.2.1 Regulamento federal: o Decreto nº 7.724/2012.....	68
1.2.2 Um panorama da transparência ativa federal .....	73
1.2.2.1 Sites oficiais do governo federal .....	93
1.2.2.2 Portal da Transparência Federal .....	93
1.2.2.2.1 Opacidade na gestão da pandemia da Covid-19 .....	93
1.2.2.3 Desempenho em rankings internacionais e nacionais.....	93
1.2.3 Análise da transparência passiva: solicitações de acesso .....	101
1.2.4 Trajetória e histórico de transparência: (des)continuidades, avanços e desafios. 119	
1.2.5 As recentes tentativas de retrocessos em informação e transparência pública ....	122
<b>1.3 DA TRANSPARÊNCIA À PARTICIPAÇÃO: COMO O ACESSO IMPACTA O ACCOUNTABILITY E ADVOCACY</b> .....	<b>127</b>
1.3.1 Assimetria no acesso a informações e autoridades por diferentes atores .....	130
1.3.2 Como equilibrar o jogo: campanhas em Uganda, Índia, Quênia e Indonésia.....	136
<b>1.4 CONCLUSÕES PARCIAIS</b> .....	<b>146</b>
<b>CAPÍTULO II – INFORMAÇÃO, DEMOCRACIA E ACCOUNTABILITY: UM PANORAMA DA PARTICIPAÇÃO NO BRASIL</b> .....	<b>148</b>
<b>2.1 A RECENTE CRISE DEMOCRÁTICA E SEUS IMPACTOS NOS ESPAÇOS DE PARTICIPAÇÃO</b> .....	<b>162</b>
<b>2.2 PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO POPULAR PELO GOVERNO FEDERAL: FREQUÊNCIA E IMPACTO</b> .....	<b>162</b>
2.2.1 Meios constitucionais de democracia direta.....	164
2.2.2 Política Nacional de Participação Social .....	170
2.2.3 Código de Defesa do Usuário de Serviço Público.....	173
2.2.4 A previsão de mecanismos de participação social em outras normas .....	177
2.2.5 Uso de mecanismos de participação no Executivo federal: aspectos teóricos, quanti e qualitativos.....	180

2.2.5.1 Audiências e consultas públicas .....	180
2.2.5.2 Conselhos e comissões nacionais .....	207
2.2.5.3 Conferências nacionais .....	219
2.2.5.4 Panorama dos mecanismos participativos .....	219
<b>2.3 O MODELO COPARTICIPATIVO DE DEMOCRACIA DE DWORIN E A EXPERIÊNCIA DOS EUA NO REGULATION.GOV: COMO SE APROXIMAR DESTES MODELOS?.....</b>	<b>246</b>
<b>2.4 CONCLUSÕES PARCIAIS .....</b>	<b>246</b>
<b>CAPÍTULO III – ALÉM DA TRANSPARÊNCIA E PARTICIPAÇÃO: o PARADIGMA DE GOVERNO ABERTO.....</b>	<b>251</b>
<b>3.1 A IMPLEMENTAÇÃO DE UM GOVERNO ABERTO NO EXECUTIVO FEDERAL .....</b>	<b>258</b>
3.1.1 Planos de Ação Nacional.....	260
3.1.2 Política de Dados Abertos .....	264
3.1.3 Programas públicos de monitoramento da abertura de dados .....	268
3.1.4 Maturidade da abertura de dados.....	284
3.1.4.1 Modelos teóricos .....	285
3.1.4.2 Recomendações de organizações internacionais: Banco Mundial e OCDE .....	289
3.1.4.3 Rankings e indicadores internacionais.....	292
3.1.5 Próximos passos para promover um governo mais aberto e transparente .....	296
<b>3.2 A ABERTURA DE DADOS NOS GOVERNOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS: AVALIAÇÃO PRELIMINAR .....</b>	<b>305</b>
<b>3.3 POR QUE IMPLEMENTAR UM ESTADO ABERTO? INICIATIVAS BEM-SUCEDIDAS EM UGANDA, COLÔMBIA, INDONÉSIA, EUA E BRASIL .....</b>	<b>314</b>
<b>3.4 CONCLUSÕES PARCIAIS.....</b>	<b>325</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS – DIAGNÓSTICO, LIÇÕES E PRÓXIMOS PASSOS.....</b>	<b>330</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>337</b>
<b>APÊNDICE A – PEDIDOS DE ACESSO À INFORMAÇÃO .....</b>	<b>379</b>
<b>APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO .....</b>	<b>411</b>
<b>APÊNDICE C – ÍNTEGRA DAS RESPOSTAS AO QUESTIONÁRIO (CD-ROOM).....</b>	<b>472</b>

## INTRODUÇÃO

*– As coisas mais difíceis de falar são as que nós mesmos não conseguimos entender.*

Elena Ferrante (A filha perdida)

Em tempos de profunda crise e instabilidade institucional e de baixo nível de confiança da sociedade nas autoridades e nas estruturas de poder, é oportuno aprofundar as discussões sobre governança informacional, democrática e aberta.

O processo de tomada de decisões na Administração Pública brasileira tem sido sistematicamente centralizado, opaco e não-coordenado entre as diversas esferas e órgãos públicos. A abertura de canais de participação e as iniciativas de transparência se mostraram muito tímidas na prática, sem significar oportunidades concretas de incidência do cidadão na decisão política. Atores privados em posição de dominância e grupos de grande poder econômico encontram um cenário político e institucional favorável à mobilização de autoridades na defesa de seus interesses. Com isso, a distância entre o repertório jurídico e as representações sociais continua significativo, resultando em uma assimetria no acesso a informações e agentes públicos.

Nesse sentido, o modelo de gestão da Administração Pública federal deve ser repensado para promover a condição de agente<sup>4</sup> do cidadão, enquanto um efetivo participante do processo de construção de políticas governamentais e não como um mero espectador ou sujeito passivo de políticas públicas. A partir do conceito interpretativo e histórico de democracia coparticipativa de Dworkin<sup>5</sup>, sustenta-se que a atuação do Estado deve ser guiada pelo esforço contínuo em prol da plena dignidade dos seus cidadãos.

Em outras palavras, as atividades governamentais e suas políticas públicas devem se basear em uma interpretação possível dos dois princípios da dignidade humana desenvolvidos por Dworkin, a saber, a igual consideração por cada cidadão – a igualdade – e o igual respeito pela responsabilidade de cada cidadão de tomar suas decisões – a liberdade. Quanto mais se afasta desses ideais, menos democrática é a decisão pública. É preciso, portanto, elevar o grau democrático desse processo através de medidas baseadas em três pilares: acesso à informação, participação social e abertura de dados públicos.

---

<sup>4</sup> Conceito de Wintgens de agente moralmente responsável, cuja autonomia deve ser respeitada pelo Estado e cujas restrições à sua liberdade devem ser decididas por ele próprio para serem legítimas (WINTGENS, Luc J. **Legisprudence: Practical Reason in Legislation**. Farnham: Ashgate Publishing Limited, 2012, p. 216).

<sup>5</sup> DWORKIN, Ronald. **Justice for Hedgehogs**. Cambridge: The Belknap Press of Harvard University Press, 2011.

Baseando-se nesses pressupostos teóricos, a pesquisa se organiza em três grandes capítulos, que tratam, respectivamente, da transparência, participação e governo aberto, enquanto ativos para o aperfeiçoamento da tomada de decisão na administração pública federal brasileira.

No Capítulo I, são avaliadas as normas e políticas públicas do governo federal voltadas ao acesso à informação e promoção da transparência, com o objetivo de traçar um diagnóstico da governança informacional no Brasil. A partir das barreiras constatadas, são elaboradas recomendações para que haja não só a ampla disponibilização da informação pública, mas também a redução de assimetrias informacionais e o salto para a transformação de informação em engajamento social.

No Capítulo II, detecta-se o grau de participação social na construção de políticas públicas pelo governo federal brasileiro, através das normas, políticas públicas e ferramentas existentes sobre o tema. Após a caracterização do atual contexto político, analisada sob a ótica de premissas teóricas pré-estabelecidas, a pesquisa aborda as vertentes quantitativa e qualitativa do uso de mecanismos participativos pelo Executivo federal. O objetivo é ir além de um levantamento da frequência, mas avaliar a qualidade, efetividade e impacto da participação no resultado decisório, a partir de estudo de casos específicos. Com base nisso, apontam-se aperfeiçoamentos e diretrizes a serem observadas para um aprofundamento do projeto democrático, no modelo co-participativo de Dworkin.

No Capítulo III, o paradigma de Estado aberto é exposto, relacionando-o com a transparência, participação, inovação e desenvolvimento. Além da análise das normas e políticas públicas no tema, inclusive compromissos internacionais, o nível de maturidade de abertura de dados públicos pelo governo federal é desenhado a partir de modelos teóricos, estudo de casos de sucesso de outras jurisdições e avaliação da frequência e qualidade das bases de dados abertas. Por fim, são realizadas orientações para uma abertura constante, útil e pró-competitividade e inovação pelo Estado brasileiro.

Transparência, participação e abertura de dados são tratadas no decorrer da tese como valores a serem buscados de forma interconectada. Ainda que a consecução de um deles não resulte, automaticamente, na efetivação do outro, são mutuamente dependentes e necessários. O diagnóstico realizado se baseia na análise de dados estatísticos, de dados disponibilizados em sites governamentais, desempenho em rankings nacionais e internacionais, resultados de pesquisas empíricas, estudo de casos de políticas públicas de sucesso em outros países, bibliografia selecionada, respostas a pedidos de acesso à

informação protocolados (Apêndice A) e percepções das organizações da sociedade civil coletadas no questionário aplicado (Apêndices B e C).

A pesquisa é, por fim, delimitada ao governo federal e temporalmente, com enfoque nas medidas tomadas entre 2016 e 2020, comparado a um panorama geral de 1988 a 2015. Busca-se decifrar as raízes dos problemas relacionados à transparência, participação e abertura de dados públicos, para serem desenhadas contribuições concretas voltadas à implementação de uma governança informacional, democrática e aberta no Brasil.

## **1 Definição do tema e problema de pesquisa**

A pesquisa é guiada pelo seguinte problema: “Como mitigar os principais entraves para a implementação de uma agenda de transparência, participação e abertura de dados no governo federal?”. Assim, propõe-se a analisar o sistema de transparência, participação e de abertura de dados implementado pela administração pública federal brasileira, a fim de identificar os principais obstáculos para a efetividade de uma política informacional, participativa e de dados, tomando por referência os pressupostos teóricos e indicadores adotados. A partir disso, busca refletir sobre as formas de fortalecer os mecanismos institucionais existentes, bem como propor a adoção de outras medidas inovadoras e rearranjos organizacionais, apontando caminhos para a implementação de um modelo mais transparente, participativo e de dados abertos.

## **2 Técnicas e procedimentos metodológicos utilizados**

### **2.1 Considerações iniciais**

A preocupação e cuidado com o método esteve presente em cada passo da execução desta pesquisa, em especial pela linha de pesquisa a qual a autora se vincula no Programa de Pós-Graduação em Direito na Universidade Federal de Minas Gerais. A autora vivenciou, todavia, dificuldades inerentes à pesquisa em Ciências Sociais, especialmente no direito, deparando-se com dúvidas sobre as verdadeiras razões para certos fenômenos sociais, com dificuldades em isolar variáveis e em encontrar racionalidade por detrás da (aparente) irracionalidade. Justamente para minimizar essas



falhas e fugir de equívocos metodológicos cometidos na pesquisa jurídica “tradicional”, houve uma tentativa de combinar métodos de outras Ciências Sociais.

Na prática, isso se traduziu na observância de padrões de tratamento dos dados e confiabilidade dos resultados apresentados, envolvendo: i) identificação de fenômenos sociais relevantes no tema; ii) operações experimentais concretas para testar as hipóteses; iii) análise do material coletado na perspectiva jurídico-política; iv) referências teóricas para sustentar os dados e a construção de ideias<sup>6</sup>.

O caminho e corte metodológicos foram, portanto, definidos pelas informações e dados coletados, para extrair conclusões e, em um segundo momento, sustentar a análise na teoria. Outro cuidado adotado na construção do texto foi a explicitação dos marcos conceituais utilizados, deixando-os expostos para críticas cirúrgicas.

A autora buscou não se limitar a afirmações descritivas, construindo explicações sistêmicas sobre os fenômenos e dados, para constatar as regularidades, relações e omissões. Definir as causas, no entanto, apenas se deu em estreitos limites metodológicos fixados, tendo em vista a multicausalidade, complexidade e multifatorialidade do problema.

Observar regularidades com certo grau de cientificismo e “neutralidade” se mostrou tarefa árdua. A autora buscou fugir de constatações triviais, contraditórias e manipuladoras. Enquanto pesquisadora viu-se constantemente preocupada com o risco de distorção dos dados e fatos para ajustar às suas preconcepções. Por isso, destaca-se o alto grau de probabilidade das afirmações, mas a contínua desconstrução do afirmado por exceções e falta de constância em todos os casos observados. Seria possível, assim, defender apenas alto grau de probabilidade de alguns eventos<sup>7</sup>.

Ciente das críticas à impossibilidade de objetividade e imparcialidade científicas, a autora optou por explicitar todas as fontes de dados, inclusive as experiências subjetivas, da forma mais completa possível. Por exemplo, foram feitos cerca de 70 pedidos de acesso à informação. A autora teve, portanto, uma experiência pessoal considerável no uso da ferramenta, o que é uma fonte de dado, desde que com controle metodológico adequado. Assim, a tese inclui o **Apêndice A** com os números de protocolo de cada pedido de acesso, um resumo da solicitação, da tramitação e da resolução do pedido, além da localização topográfica de onde cada um deles foi utilizado nesta tese.

---

<sup>6</sup> BABBIE, Earl. **Métodos de pesquisa de survey**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

<sup>7</sup> Ibid.

## 2.2 Classificação geral dos métodos

Foi adotada a abordagem de pesquisa de *mixed method*, já que foram combinadas técnicas e estratégias de natureza quali e quantitativas<sup>8</sup>.

Os aspectos qualitativos podem ser notados da extração de conclusões de estudos empíricos de entidades renomadas (além de testes de qualidade de portais oficiais para corroborar essas evidências). Na mesma linha, a técnica de estudo de caso foi utilizada para avaliar políticas públicas específicas em transparência, participação e dados abertos.

A perspectiva quantitativa está presente na análise de dados estatísticos, performance em rankings nacionais e internacionais e avaliação de resultados de *surveys* de entidades renomadas, com maior espaço amostral. Por fim, os resultados do *survey* aplicado pela pesquisa podem ser considerados de natureza quanti e qualitativa, dentro das limitações de equipe (pesquisadora individual) e de tempo (parte da duração do doutorado).

Nesse sentido, mesmo os instrumentos de natureza predominantemente quantitativa são analisados de forma qualitativa pela pesquisadora. Afinal, não é possível medir apenas quantitativamente atitudes, percepções, comportamentos políticos e sociais, sem considerar o aspecto qualitativo dessa equação. Houve, porém, o cuidado com a arbitrariedade das medições, em uma tentativa de sempre relativizar as medidas.

Foram utilizados dados primários e secundários pela pesquisa<sup>9</sup>. O levantamento de dados primários abarcou a legislação, os dados estatísticos, os resultados do *survey* aplicado pela pesquisa, as respostas aos pedidos de acesso da pesquisadora, os testes de usuário e extração de informações e dados públicos nas plataformas e portais pela própria pesquisadora. No que tange aos pedidos de acesso, alguns tiveram teor de estudo exploratório: isto é, foram intencionalmente mais amplos para abrir possibilidades do espectro da pesquisa e realizar o corte metodológico a partir da acessibilidade de dados públicos. Em alguns casos, isso ajudou a delimitar o campo de estudo; em outros, os pedidos foram negados. No entanto, a maioria dos pedidos de acesso foram extremamente precisos e específicos.

Quanto aos dados secundários, além da bibliografia, foram levantados estudos empíricos, *surveys* de outras entidades, resultados em rankings nacionais e internacionais

---

<sup>8</sup> Ibid.

<sup>9</sup> GUSTIN, Miracy; DIAS, Maria Tereza; NICÁCIO, Camila. **(Re)pensando a pesquisa jurídica: teoria e prática**. Lisboa: Almedina, 2020.

e resultados de outras pesquisas. Envolveu, portanto, a análise de dados já existentes, já coletados e compilados, com a seriedade das entidades que o fizeram, em condições de equipe e tempo de fazer mais profundamente. A originalidade, neste ponto, é quanto à análise feita e não na coleta, enriquecida com a coleta de dados primários originais. Assim, as limitações são superadas com a combinação de dados de diferentes naturezas.

Por fim, também foram combinados raciocínios dedutivos com indutivos para as conclusões da pesquisa<sup>10</sup>. No questionário, por exemplo, conclusões gerais foram retiradas das percepções particulares de um público-alvo qualificado. Se esses usuários constatarem esses problemas, outros usuários mais leigos também teriam, no mínimo, estes problemas.

### 2.3 Procedimento metodológico – análise de conteúdo

O procedimento metodológico adotado foi a análise de conteúdo para o exame sistemático de legislações, documentos, discursos, pronunciamentos, debates, consultas, respostas a perguntas do *survey* aplicado<sup>11</sup>.

### 2.4 Técnicas metodológicas

#### 2.4.1 Estudo de caso<sup>12</sup> e análise de discurso

A pesquisa também adota o estudo de caso, enquanto estratégia metodológica adequada ao tipo de questão proposta nesta pesquisa. Em outras palavras, a investigação aborda questão do tipo “como”, isto é, como implementar maior transparência, participação e abertura de dados no governo federal.

Foram selecionados casos múltiplos para a investigação do objeto da pesquisa<sup>13</sup>, com o rigor científico exigido pela técnica na apresentação dos dados empíricos, o que permitiu que fossem traçadas constatações teóricas e que fosse testada a hipótese, sendo possível a generalização da proposição teórica<sup>14</sup>.

---

<sup>10</sup> Ibid.

<sup>11</sup> Ibid.

<sup>12</sup> Tópico todo baseado em: YIN, Robert. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Porto Alegre: Bookman, 2005.

<sup>13</sup> YIN, Robert. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2005, p. 21.

<sup>14</sup> Ibid, p. 29-30.

No Capítulo I, para o diagnóstico atual do nível de acesso à informação no processo de tomada de decisões públicas, foram analisados sites oficiais do Executivo Federal, o Portal da Transparência Federal e o Sistema Eletrônico de Informações ao Cidadão (e-SIC federal), enquanto políticas públicas e ferramentas de implementação da Lei de Acesso à Informação no Brasil.

Em sequência, foram analisados casos bem-sucedidos de adoção de campanhas informacionais em Uganda, Índia, Quênia e Indonésia. O estudo juscomparativista pode contribuir para o amadurecimento e implementação de campanhas informacionais pela Administração Pública brasileira, de tal forma que as práticas bem-sucedidas em países referência no tema sejam analisadas e adaptadas às peculiaridades nacionais. Foram intencionalmente selecionados países com condições econômicas e sociais mais similares à realidade brasileira.

No Capítulo II, a avaliação do grau de participação social no processo de tomada de decisões públicas foi feita tanto em termos quantitativos como qualitativos. Assim, mapeou-se a quantidade de audiências e consultas públicas, conselhos e conferências nacionais realizadas ou mantidas por órgãos públicos federais, para constatar a frequência de realização. Lado a lado a isso, analisou-se a efetiva influência dos setores afetados na decisão política de processos participativos específicos selecionados, através da análise documental (como atas, pareceres, notas técnicas, exposições de motivos<sup>15</sup> e outros documentos oficiais). Desse modo, a audiência pública sobre o *lobby*, o Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção (CTPCC) e a Conferência Nacional sobre Transparência e Controle Social (Consocial), todos no âmbito da Controladoria-Geral da União (CGU), foram os casos selecionados para a análise qualitativa.

Ademais, foram analisados a plataforma *Regulation.Gov*, *FederalRegister.Gov* e o projeto *Regulation.Room*, oriundos de iniciativas de sucesso do setor público e privado nos EUA. A partir disso, foram traçados aprendizados para o governo federal brasileiro.

No Capítulo III, além da análise de políticas públicas e ferramentas de implementação de governo aberto no Brasil, como os Planos de Dados Abertos (PDAs)

---

<sup>15</sup> Exposição de motivos é o documento que deflagra o processo normativo no Executivo Federal, na qual constam as razões pelas quais aquela proposta de ato está sendo apresentada. A Exposição de Motivos pode ser elaborada por uma pasta ministerial ou pode ser interministerial. A EM ou EMI é então encaminhada à SAJ (Subchefia de Assuntos Jurídicos) da Casa Civil, para análise de juridicidade da proposta. A Casa Civil funciona como a instância de arbitramento dos diversos interesses ministeriais, coordenando os Ministérios envolvidos na temática em pauta, para elaborar o posicionamento final do Executivo Federal.

de órgãos públicos, o Portal Brasileiro de Dados Abertos e o *Open Government Partnership*, também foram selecionados casos de sucesso na abertura de dados públicos de Uganda, Colômbia, Indonésia, EUA e da sociedade civil no Brasil.

Na execução dos estudos de caso, para a coleta, análise e interpretação dos dados obtidos, foi utilizado o procedimento de análise de discurso (sobretudo de documentos), para se atribuir sentido ao material levantado<sup>16</sup>. A análise de discurso permitiu a compreensão do funcionamento desses processos de tomada de decisões públicas, com a finalidade de verificar o nível de influência da participação social na decisão tomada. A interpretação discursiva dos documentos oficiais partiu da compreensão das condições de produção daquele discurso, conforme o contexto social e histórico em que se situa<sup>17</sup>.

Através desse procedimento metodológico foi possível revelar as posições ideológicas e políticas por detrás da linguagem utilizada, bem como explicitar as relações de poder a ela subjacentes, atentando-se para as rupturas, as contradições e até mesmo o silêncio no discurso oficial<sup>18</sup>. Com isso, foi produzido um diagnóstico acerca do impacto dos afetados no processo decisório, contextualizado social e historicamente.

#### 2.4.2 Questionário<sup>19</sup>

O questionário teve por objetivo coletar as percepções de organizações da sociedade civil (ONGs) no uso de ferramentas de transparência e participação governamentais. A sua análise configura uma das nuances de originalidade da pesquisa. No **Apêndice B** foi anexada a íntegra das perguntas; no **Apêndice C**, em CD-Room anexado a esta tese, a base de dados completa com a íntegra das respostas, após procedimentos para anonimização dos respondentes.

##### 2.4.2.1 Metodologia geral do *survey*

---

<sup>16</sup> VALA, Jorge. A Análise de Conteúdo. In: PINTO, José Madureira; SILVA, Augusto Santos (org.) **Metodologia das Ciências Sociais**. Porto: Afrontamento, 1986, p. 104.

<sup>17</sup> CAPPELLE, Mônica Carvalho; MELO, Marlene; GONÇALVES, Carlos Alberto. Análise de conteúdo e análise de discurso nas ciências sociais, **Revista Eletrônica de Administração da UFLA**, v. 5, n. 1, 2003, p. 10.

<sup>18</sup> *Ibid*, p. 11.

<sup>19</sup> Todo os subtópicos desde tópico se basearam em: BABBIE, Earl. **Métodos de pesquisa de survey**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002 e GUSTIN, Miracy; DIAS, Maria Tereza; NICÁCIO, Camila. **(Re)pensando a pesquisa jurídica: teoria e prática**. Lisboa: Almedina, 2020.

O questionário foi enviado individualmente a mais de 300 instituições coletivas, dentre as quais organizações da sociedade civil, formais e informais e movimentos sociais organizados<sup>20</sup>. Esse número abarca todas as 80 organizações que integravam, à época da aplicação, a Rede de *Advocacy* Colaborativo (RAC)<sup>21</sup>, além de outras instituições parceiras de membros da RAC ou que apareceram no radar da pesquisadora.

Desse total, 70 organizações responderam ao questionário, mesmo que não tenham respondido todas as seções (algumas não se aplicavam a todas e não havia obrigatoriedade de responder todos os itens). Assim, foi obtida uma taxa de resposta de 23% das organizações que receberam o questionário (tamanho da amostra).

Os resultados serão expostos de forma difusa pela tese, nos respectivos capítulos e tópicos de cada tema. Servem para apontar caminhos para futuras pesquisas e corroboram os achados desta pesquisadora. A coleta e processamento de dados foi feita pelo *Google Forms* de 21/05/2020 até 03/07/2020.

#### 2.4.2.2 Desenho básico do *survey*

Utilizou-se um *survey* amostral, para medir a distribuição de traços e atributos em uma amostra cuidadosamente selecionada de uma população maior e, com isso, fazer estimativas para descrever a população maior, inferida a partir da amostra. Porém, há limites no grau de precisão dos diagnósticos da amostra.

No que tange à população geral de organizações, configura-se como uma amostragem não-probabilística/não-aleatória. Considerando a heterogeneidade dentro da população estudada e dificuldade de acesso, foi necessária a seleção direta da amostra. Houve, no entanto, uma aleatoriedade interna às listas que moldaram a amostra: a pesquisadora não escolheu intencionalmente as amostras dentro da moldura. Enviou a

---

<sup>20</sup> Segundo dados o Mapa das Organizações da Sociedade Civil do Ipea, há 815.676 organizações formais e ativas exercendo ações em território brasileiro, espalhadas por todos os 5.570 municípios (BRASIL. **Mapa das Organizações da Sociedade Civil.** Ipea, 2022. Disponível em: <<https://mapaosc.ipea.gov.br/mapa>>. Acesso em: 5 abr. 2022).

<sup>21</sup> A RAC é uma iniciativa suprapartidária da sociedade civil com objetivo de conectar interesses difusos e coletivos na atividade de *advocacy* em ambientes parlamentares, especialmente no Congresso Nacional. As organizações praticam o seu *advocacy* individualmente, mas utilizam esse espaço para influenciar causas transversais e relevantes relacionada a quatro eixos temáticos: direitos humanos, desenvolvimento socioambiental, transparência e integridade e nova economia, que se subdividem em subgrupos de trabalho mais específicos. As organizações podem formalizar a adesão quando assinam o acordo de colaboração ou serem parceiras informais. Até dezembro de 2020, já havia um total de 120 organizações participando da rede (REDE DE ADVOCACY COLABORATIVO. **Acordo de Cooperação da Rede de Advocacy Colaborativo (RAC).** Disponível em: <<https://raconhecimento.net/product/rede-de-advocacy-colaborativo-acordo-de-colaboracao/>>. Acesso em: 5 abr. 2022).

todas as organizações com as quais teve contato e foi aleatório quais escolheram responder. Houve um método sistemático de envio: organizado em planilha do Excel, a pesquisadora listou as organizações contactadas e fazia até três tentativas de obter respostas em dias da semana específicos e pré-fixados.

Considerando as limitações de custo, tempo e equipe, optou-se por um desenho interseccional de *survey*. Os dados, portanto, foram colhidos em um determinado momento, de uma amostra selecionada para descrever uma população maior na mesma ocasião. O principal objetivo do questionário é detectar as dificuldades atuais no acesso a plataformas, sites e consultas governamentais. Não é, portanto, verificar a evolução dessas questões ao longo dos anos nem avaliar eventuais avanços e retrocessos (ainda que a pesquisa possa fazer isso a partir de outras fontes de dados). Ademais, os dados interseccionais foram interpretados logicamente, com indicações de processos temporais e mudanças sentidas ao longo dos anos. A finalidade era enriquecer a análise da situação atual, a partir de percepções gerais de tempo dos respondentes. A tabela 1 sistematiza os aspectos principais metodológicos do desenho do *survey*:

**Tabela 1**  
**Desenho básico do questionário**

Unidade de análise	Organizações da sociedade civil
Universo	781.921 ONGs no território brasileiro em 2020
População do survey	70
Moldura da amostra	Listagem de organizações parceiras formais ou informais da RAC
Unidade de observação	Representantes das ONGs
Contato	Email e WhatsApp

Elaborado pela autora a partir de análise do questionário aplicado.

Quanto à representatividade, a moldura foi escolhida por ter boa representatividade e acessibilidade da pesquisadora<sup>22</sup>. Preocupou-se também em garantir que a unidade de observação tivesse tempo de atuação na organização.

<sup>22</sup> À época, a pesquisadora integrava a RAC, atuando especialmente no GT de Transparência e Integridade.

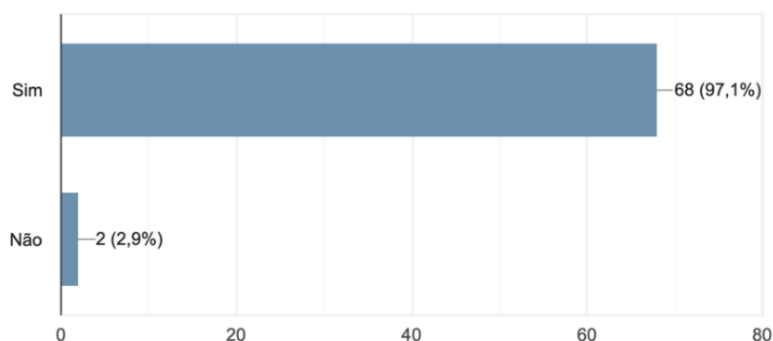
Os gráficos a seguir, todos retirados do questionário, exemplificam como se garantiu a aptidão dos respondentes para representar a organização.

### Gráfico 1<sup>23</sup>

#### Aptidão de resposta

Estou apto(a) a responder em nome da organização que represento?

70 respostas



Gerado automaticamente pelo *Google Forms* no questionário aplicado pela autora.

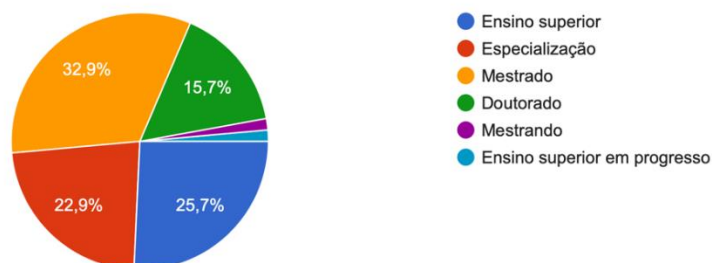
Em sua maioria, os representantes responderam que seus cargos eram de diretor, presidente, coordenador, assessor, gerente ou fundador da organização. A escolaridade também é alta, o que mostra que realmente estamos falando de um público-alvo qualificado (com acesso a altos cargos, à educação formal ou experiência em ativismo no tema).

### Gráfico 2

#### Escolaridade dos respondentes

Última escolaridade do respondente

70 respostas



Gerado automaticamente pelo *Google Forms* no questionário aplicado pela autora.

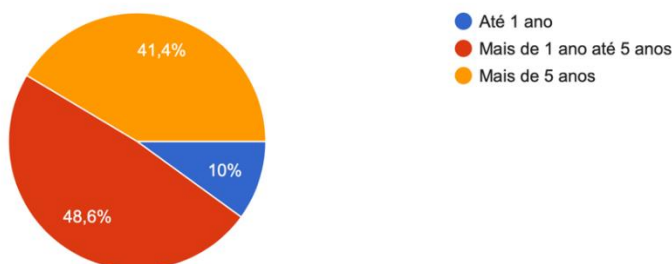
<sup>23</sup> Os dois representantes de ONGs que responderam que não estavam aptos a representá-las não haviam entendido a pergunta e confirmaram sua aptidão por e-mail.



O tempo de instituição demonstra a probabilidade de o representante conhecer bem a instituição.

**Gráfico 3**  
**Tempo de instituição**

Anos que está na instituição  
70 respostas

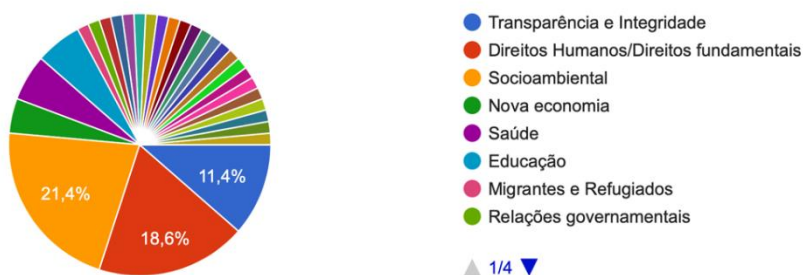


Gerado automaticamente pelo *Google Forms* no questionário aplicado pela autora.

Buscou-se, ainda, garantir que pelo menos uma organização que atua em cada um dos quatro eixos temáticos da RAC respondesse ao questionário.

**Gráfico 4**  
**Área de atuação institucional**

Principal área de atuação institucional  
70 respostas



Gerado automaticamente pelo *Google Forms* no questionário aplicado pela autora.

Também foram tomados cuidados com respondentes de diferentes gêneros e idade. Nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), para se evitar coleta excessiva de dados sensíveis, não houve coleta de dados sobre orientação política, origem racial, religiosa, dentre outros.

O *survey* foi, ainda, aplicado em versão de teste<sup>24</sup> em pesquisadores de alta qualificação técnica e certo grau de intimidade e confiança da pesquisadora (neste caso, amostragem intencional ou por julgamento). Esse processo ajudou a aprimorar as perguntas e o desenho do *survey*.

#### 2.4.2.3 Elaboração das perguntas e possíveis respostas

Buscou-se clareza, objetividade, concisão, simplicidade e relevância na elaboração das perguntas e, quando era o caso, na estruturação das respostas possíveis.

Iniciou-se com instruções gerais sobre o questionário e objetivos da pesquisa. O questionário foi subdividido em dois temas gerais: acesso à informação e transparência e participação de afetados na construção de políticas públicas. Em cada subseção, havia uma declaração curta sobre o seu conteúdo e finalidade.

Na elaboração do questionário, a seleção das possíveis respostas a cada pergunta do *survey* levou em consideração potenciais implicações de cada resposta na operacionalização dos conceitos-chave para a pesquisa.

Quanto aos níveis de medição, foram feitas em medição ordinal (ordenação escalonar das categorias que compõem uma variável, por exemplo, alto/médio/baixo<sup>25</sup>), combinadas com medição de intervalo (a escala de categorias foi combinada com intervalos numéricos para dar maior rigor e precisão às medições, por exemplo, 70%, 50%<sup>26</sup>).

Também foi utilizado o procedimento de “escala Likert” de afirmação/declaração, no qual se resume a atitude ou percepção em uma frase curta e solicita-se ao respondente declarar se concorda totalmente, concorda/discorda parcialmente, discorda totalmente<sup>27</sup>.

Outro ponto de preocupação foi combinar perguntas fechadas e abertas, de modo a abrir espaço para maior análise qualitativa e para captar mais nuances na percepção, contribuindo para superar dificuldades em instrumento quantitativo<sup>28</sup>. Criam-se, assim, novas possibilidades além da parte mais estruturada/controlada do questionário. Também

---

<sup>24</sup> A versão teste está disponível no Apêndice D, anexado a esta tese em CD-Room.

<sup>25</sup> Por exemplo, a pergunta 23 do questionário anexado no Apêndice B.

<sup>26</sup> Por exemplo, a pergunta 54 do questionário anexado no Apêndice B.

<sup>27</sup> Por exemplo, a pergunta 49 do questionário anexado no Apêndice B.

<sup>28</sup> Por exemplo, a pergunta 48 do questionário anexado no Apêndice B possui um item “Outro”, no qual o respondente pode indicar outros problemas que desestimularam ou dificultaram o acesso ao “e-SIC” federal.

dá espaço para os representantes das organizações proporem maneiras de diminuir essas dificuldades.

Quanto às perguntas abertas: a resposta era livre, aumentando a riqueza dos dados trazidos pelo questionário. Ao não se estruturar as respostas, aumenta-se a coleta de dados relevantes. Isso, contudo, traz dificuldades na sistematização e riscos de irrelevância de algumas respostas, razão pela qual o uso deste recurso foi limitado. Quanto às perguntas fechadas: o respondente escolhia uma alternativa dentre as listadas, o que gerava maior uniformidade nas respostas e facilidade no processamento dos dados.

Buscou-se a exaustividade das respostas estruturadas, isto é, a inclusão de todas as respostas possíveis. As categorias de respostas estruturadas são, nos casos aplicáveis, mutuamente excludentes (por questões de processamento dos dados), de modo que o respondente seja convidado a selecionar melhor resposta para o cenário como um todo. Em alguns casos, havia a possibilidade de respostas múltiplas, por exemplo, quando havia vários problemas potenciais a serem detectados no uso de uma ferramenta governamental.

Evitou-se uma resposta única a questões múltiplas, isto é, a combinação de perguntas em uma mesma questão, uso de negativas nos enunciados e perguntas tendenciosas. Buscou-se perguntas curtas, que possam ser lidas rapidamente e sem dificuldades. Por fim, também houve uma preocupação com uma boa distribuição das perguntas, mesmo que isso significasse um questionário com mais páginas, mas que podia ser respondido com rapidez<sup>29</sup>.

Havia, ainda, perguntas opcionais e apenas alguns dados obrigatórios, a fim de flexibilizar a adesão para os respondentes, aumentando a adesão. Nesse sentido, foram feitas algumas questões contingentes, às quais respondiam apenas aqueles que haviam respondido sim/não em uma pergunta anterior, poupando tempo dos respondentes. Ademais, para trabalhar com os dados faltantes, foram atribuídos escores específicos e as perguntas foram ordenadas conforme a prioridade de coleta pela pesquisa, para atrair mais respostas às perguntas prioritárias.

Por fim, para se garantir a competência e capacidade do respondente para responder as questões e a confiabilidade e validade das suas respostas (em outras palavras: se realmente possuem o vínculo institucional com as organizações), solicitou-

---

<sup>29</sup> Como pode ser constatado no Apêndice B, totalizaram-se 76 perguntas em 29 páginas de questionário.

se o nome completo dos respondentes, sua escolaridade e cargo e cruzou esses dados com as informações dos sites oficiais do corpo institucional da organização<sup>30</sup>.

#### 2.4.2.4 Questões éticas

Quanto às questões éticas, alguns procedimentos foram seguidos, conforme diretrizes do Comitê de Ética da Universidade Federal de Minas Gerais (Coep):

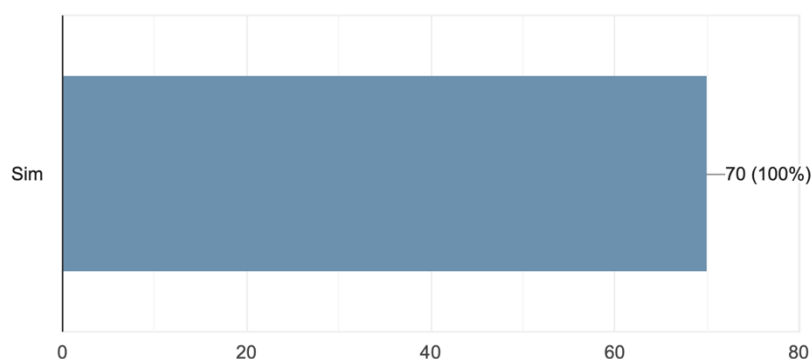
- i) Participação no questionário era voluntária;
- ii) Foram colocados os termos de consentimento informado (com a concordância expressa, ao final);
- iii) Autorização de divulgação dos dados de natureza não pessoal e de anonimização dos demais;
- iv) Garantia de confidencialidade dos dados pessoais sensíveis;
- v) Impossibilidade de inferir os responsáveis pelo preenchimento.

Os gráficos 5 e 6 ilustram as questões éticas observadas na aplicação do questionário:

**Gráfico 5**  
**Termo de Consentimento Livre e Informado**

Concordo com o Termo de Consentimento Livre e Informado abaixo

70 respostas



Gerado automaticamente pelo *Google Forms* no questionário aplicado pela autora.

---

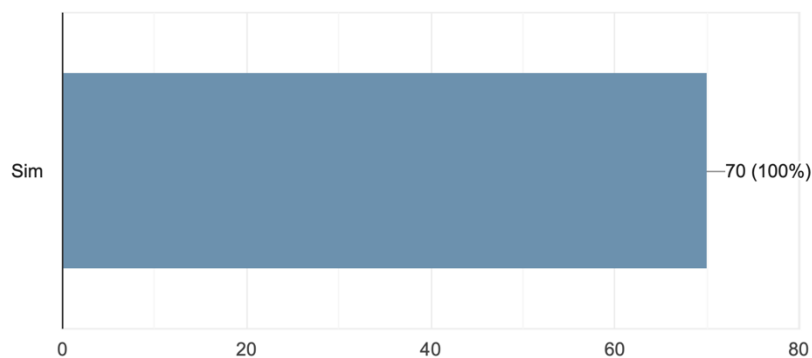
<sup>30</sup> A identificação foi usada apenas para o controle da amostra pela pesquisadora, assegurando a credibilidade das respostas, de modo que o Apêndice C não divulga os nomes, devidamente anonimizados.

### Gráfico 6

#### Autorização de divulgação de dados

Autorizo a divulgação dos dados institucionais e respostas às perguntas do questionário para a realização dos objetivos dessa pesquisa

70 respostas



Gerado automaticamente pelo *Google Forms* no questionário aplicado pela autora.

Tendo em vista se tratar de *survey* com natureza de pesquisa de opinião aliada à impossibilidade de identificação dos respondentes, não foi necessária a aprovação do Coep (conforme disposto no art. 1º, § único, I, V e VII da Resolução 510/2016, à época vigente).

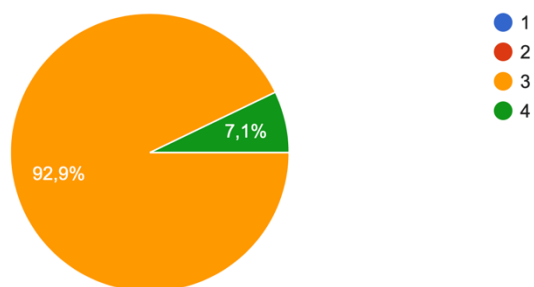
Por fim, para garantir que os respondentes não eram robôs, havia uma imagem e necessidade de sua classificação, conforme gráfico 7:

### Gráfico 7

#### Triagem de respostas automatizadas<sup>31</sup>

Para evitar o uso de robots neste questionário, responda: qual das imagens abaixo é um prato de sobremesa?

70 respostas



Gerado automaticamente pelo *Google Forms* no questionário aplicado pela autora.

Feitas essas considerações metodológicas, passa-se aos capítulos da tese.

---

<sup>31</sup> Alguns poucos desvios de respondentes que confundiram a imagem, mas confirmaram sua identidade por e-mail e o equívoco no momento da seleção.

## CAPÍTULO I – A IMPLEMENTAÇÃO DE UMA GOVERNANÇA INFORMACIONAL NO BRASIL

*– A liberdade, Sancho, é um dos dons mais preciosos, que aos homens deram os céus: não se lhe podem igualar os tesouros que há na terra, nem os que o mar encobre; pela liberdade, da mesma forma que pela honra, se deve arriscar a vida, e, pelo contrário, o cativo é o maior mal que pode acudir aos homens.*

Miguel Cervantes (Dom Quixote)

No mundo contemporâneo, cada vez mais a prosperidade socioeconômica de um país está intimamente relacionada à sua capacidade de desenvolver tecnologias de ponta e de estimular empreendimentos inovadores. Nesse contexto, a informação tem se tornado um dos ativos mais valiosos.

A ampla e integral circulação de dados é um insumo necessário ao funcionamento e aprimoramento do arsenal tecnológico e, ao mesmo tempo, um produto otimizado pela comunicação telemática. Portanto, atua, simultaneamente, como um *input* e *output* desses processos.

Nesse cenário, ainda que a falta de informação se mantenha como um grave obstáculo ao desenvolvimento, surge outro empecilho com custos igualmente elevados: a emergência de uma robusta massa ininterrupta e crescente de dados, impossível de ser analogicamente processada pela ação humana. Esse ambiente de excesso informacional é perfeito para a propagação das chamadas *fake news* e a eclosão de disputas de narrativas sobre fatos políticos e históricos. A informação corre o risco de perder seu potencial emancipatório e se tornar desinformação escravizadora, sendo utilizada como arma ideológica para negar acontecimentos passados, reescrever o presente e influenciar tendências futuras.

A compreensão, sistematização e disponibilização pública de informações confiáveis e seguras implica, portanto, investimentos estatais em avançadas técnicas de automatização e digitalização dos processos de coleta, monitoramento, extração, mineração e raspagem dos dados (como o *data mining* e *data scraping*). Isso permite revolucionar a gestão da informação pública, a partir da criação e aperfeiçoamento de

plataformas computacionais baseadas em algoritmos de aprendizado de máquina e processamento de linguagem natural (*NLP*)<sup>32</sup>.

Apesar dos efeitos disruptivos dessas ferramentas, os seus elevados custos ainda as tornam restritas a poucos. Assim, sem a democratização e utilização institucional desses modelos preditivos de inteligência artificial pelo Estado, a sociedade está altamente exposta ao falseamento e adulteração da informação pública, que se consolida, na melhor das hipóteses, como uma incógnita para os cidadãos, vazia de sentido e aplicação sociais.

Muito além das novas oportunidades e potenciais da inovação tecnológica, a concretização do direito à informação é também uma questão de sobrevivência das instituições republicanas e democráticas. Está ligada, assim, à dignidade humana, ao pleno exercício da cidadania e à efetividade dos demais direitos fundamentais e do desenvolvimento social. Nesse sentido, o compromisso estatal com a transparência, o acesso à informação e a publicidade deve ser materializado em instituições, políticas públicas e normas. Essa se torna, assim, “uma marca distintiva da qualidade democrática dos Estados contemporâneos”<sup>33</sup>.

Não obstante, se a transparência pública e o direito à informação são requisitos necessários para se outorgar os atributos democrático e republicano às instituições, não são, por si só, suficientes. De plano, observa-se o uso estratégico desses valores pelos Estados para obtenção de aparência de legitimidade social. Muitas vezes, a transparência é apenas formal, só ocorre ao final dos processos produtivos ou em alguns momentos pontuais no curso da ação estatal, com a intenção de conferir um timbre democrático a políticas públicas sem participação efetiva.

Por isso, se os recursos tecnológicos facilitam a construção de redes neurais de comunicação e podem funcionar como motores impulsionadores do cumprimento dos preceitos da transparência, eles também intensificam as obrigações estatais nessa seara. Com os novos instrumentos disponíveis para a produção da transparência, reivindicam-se maiores níveis de padrões informativos, em um novo modelo de Estado de completa transparência digital. Esse é um cenário que demanda a implantação governamental de bancos de dados informatizados, que almejem a atualidade, completude, instantaneidade,

---

<sup>32</sup> RUSSEL, S. NORVIG, P. **Artificial Intelligence** – a modern approach. London: Pearson, 2009.

<sup>33</sup> GOMES, Wilson; AMORIM, Paula; ALMADA, Maria Paula. Novos desafios para a ideia de transparência pública. **Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em Comunicação** – E-compós, Brasília, v. 21, n. 2, mai./ago. 2018, p. 6. Disponível em: <<https://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/1446/1847>>. Acesso em: 30 abr. 2020.



estabilidade e confiabilidade. Surge, portanto, uma série de deveres públicos relacionados à gestão da informação em conformidade com os avanços tecnológicos.

Desse modo, os desafios, assim como os impactos tecnológicos no acesso à informação, são multifacetados. A partir do exposto, neste capítulo, essa pesquisa se aprofunda em reflexões críticas sobre como se dá a transparência governamental e a gestão da informação pública no Brasil, considerando o seu histórico de deficiências informacionais profundas. Para essa empreitada, é preciso estabelecer os pressupostos teóricos adotados. Os principais conceitos empregados no capítulo são: o direito de acesso à informação, a transparência pública, a governança informacional e a sociedade da informação, que serão expostos a seguir.

O acesso à informação pode ser definido como um direito incondicional – já que, a princípio, seu exercício não está sujeito a condições ou justificativas de qualquer natureza – e subjetivo, que qualquer cidadão possui de exigir, individual ou coletivamente, *disclosure* de toda informação pública, salvo exceções expressamente estipuladas na lei.

Desde a década de 1990, esse direito se encontra em franco crescimento, com a progressiva propagação e implementação de leis nos mais diversos países<sup>34</sup>. Um dos fatores que explicam esse *timing* é o surgimento do novo paradigma de “sociedade da informação”, estágio seguinte ao modelo anterior de “sociedade industrial”, conforme preceitua Castells<sup>35</sup>. Assim, sociedade da informação é um conceito que se relaciona às inovações tecnológicas que, desde então, transformaram profundamente as relações sociais, culturais, econômicas e políticas<sup>36</sup>. Tem como matérias-primas e insumos básicos a informação, disseminada amplamente através dos meios de comunicação de massa, o desenvolvimento tecnológico e o funcionamento na lógica de redes.

O direito de acesso à informação deve ser entendido, ainda, como uma garantia de múltiplos níveis, dimensões e funções, com elevado teor emancipatório. No entanto, nem sempre é tão efetivo para deteriorar estruturas e desigualdades profundamente

---

<sup>34</sup> Há exemplos de países em todos os continentes que aprovaram leis de acesso à informação, desde os pioneiros como a Suécia, países europeus, Estados Unidos, como também países latino-americanos (Peru, Equador) e africanos (Angola, Uganda) – (ACKERMAN, John; SANDOVAL-BALLESTEROS. The global explosion of Freedom of Information Laws. **Administrative Law Review**, v. 58, n. 1, p. 85-130, 2006).

<sup>35</sup> CASTELLS, Manuel. The rise of the network society. In: CASTELLS, Manuel. **The information age: economy, culture and society**. Oxford: Wiley-Blackwell, 2010.

<sup>36</sup> RIEGNER, Michael. Access to Information as Human Right and Constitutional Guarantee: a comparative perspective. **VRÜ Verfassung und Recht in Übersee**, n. 4, v. 50, 2017. Disponível em: <[https://www.nomos-elibrary.de/10.5771/0506-7286-2017-4-332.pdf?download\\_full\\_pdf=1](https://www.nomos-elibrary.de/10.5771/0506-7286-2017-4-332.pdf?download_full_pdf=1)>. Acesso em: 29 abr. 2020.

arraigadas, que exigem a atuação articulada de diferentes direitos e forças sociais e institucionais, muito além da mera informação<sup>37</sup>.

Ainda assim, a efetividade de outros direitos fundamentais depende diretamente do direito de acesso à informação, como a liberdade de expressão, proteção de dados<sup>38</sup>, os direitos à saúde, à educação, à alimentação<sup>39</sup> e tantos outros, inclusive o recém-incluído direito à proteção de dados pessoais (Emenda Constitucional nº 115/2022). Afinal, para exercitá-los plenamente é necessário o acesso dos cidadãos a informações sobre programas, políticas e serviços públicos (ou até mesmo privados) nesses nichos específicos. Por isso, há um caráter instrumental no acesso à informação, entendido como um *leverage right*, com o potencial de reequilibrar as relações de poder, ao incluir comunidades marginalizadas nos circuitos decisórios e retirar administrações públicas da inércia<sup>40</sup>.

Nesse sentido, o direito à informação pode estar também intimamente relacionado à efetivação de uma democracia participativa. É o que expõe Paulo Bonavides no trecho abaixo:

São direitos da quarta geração **o direito à democracia, o direito à informação e o direito ao pluralismo**. Deles depende a concretização da sociedade aberta ao futuro, em sua dimensão de máxima universalidade, para a qual parece o mundo inclinar-se no plano de todas as relações de convivência. A democracia positivada enquanto direito da quarta geração há de ser, de necessidade, **uma democracia direta. Materialmente possível graças aos avanços da tecnologia de comunicação, e legitimamente sustentável graças à informação correta e às aberturas pluralistas do sistema**. Desse modo, há de ser também uma democracia isenta já das contaminações da mídia manipuladora, já do hermetismo de exclusão, de índole autocrática e unitarista, familiar aos monopólios do poder. Tudo isso, obviamente, se

<sup>37</sup> Ibid.

<sup>38</sup> Apesar da polêmica interpretação de alguns órgãos do atual governo federal de alegar violação à privacidade e proteção de dados pessoais para negativa de pedidos de acesso à informação, é basilar a relação harmônica entre a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e a Lei de Acesso à Informação (LAI). Nesse sentido, recentemente, a Controladoria-Geral da União (CGU) publicou enunciado 4/2022 estabelecendo que não há antinomia entre as normas e que decisões que tratam sobre pedidos de acesso à informação abrangendo a publicidade de dados pessoais, aplica-se o art. 31 da LAI – aplicação do critério da especialidade (BRASIL. Controladoria-Geral da União. **Enunciado nº 4, de 10 de março de 2022**. DOU, 2022. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/enunciado-n-4-de-10-de-marco-de-2022-385474869>>. Acesso em: 5 abr. 2022).

<sup>39</sup> Sobre a relação entre o acesso à informação e a concretização do direito à alimentação, ver: MACIEL, Caroline Stéphanie Francis dos Santos. O DIREITO À ALIMENTAÇÃO E O ACESSO À INFORMAÇÃO: reflexões acerca das incoerências do sistema normativo agroalimentar. In: SOARES, Fabiana (Org.). **Elaboração legislativa em Direito Agroalimentar**. 1 ed. Florianópolis: Tribo da Ilha, 2019, p. 84-105.

<sup>40</sup> JAGWANTH, S., The Right to Information as a Leverage Right, in: CALLAND, Richard; TILLEY, Alison (Eds.). **The right to know, the right to live: access to information and socio-economic justice** Cape Town: IDASA Publishers, 2002.

**a informação e o pluralismo vingarem por igual como direitos paralelos e coadjuvantes da democracia;** esta, porém, enquanto direito do gênero humano, projetado e concretizado no último grau de sua evolução conceitual<sup>41</sup> (grifo nosso).

Riegner também relaciona informação e democracia, ao defender que o direito de acesso deve ser visto antes como um indicador da qualidade da democracia do que uma causa ou consequência democrática<sup>42</sup>. Da mesma forma, Michener disserta que “o fato de as leis de acesso à informação funcionarem ou fracassarem sugere se o **oxigênio da democracia** está diminuindo ou aumentando”<sup>43</sup> (grifo nosso).

O acesso à informação não é, entretanto, puramente instrumental, possuindo também uma natureza autônoma e substancial, na medida em que pode ser exercido de maneira independente dos demais direitos, com valor e relevância intrínsecos. Assim, políticas e legislações de transparência pública podem ser construídas focadas centralmente no acesso à informação (transparência como fim), como as leis de acesso à informação. Ainda, disposições específicas de transparência podem vir no âmbito de diretrizes administrativas e legais mais gerais (transparência como meio para alcançar outros objetivos), por exemplo, leis eleitorais que exigem a divulgação dos dados de financiamento de campanhas para prevenção contra atos de corrupção<sup>44</sup>.

Outra questão relevante é a centralidade do princípio da transparência para a qualidade da produção normativa, afetando diretamente a competitividade econômica de um país. Ele foi um dos sete princípios essenciais selecionados pelo Grupo *Mandelkern*<sup>45</sup>, organizado para propor a implementação de reformas normativas estruturais na União Europeia, com o objetivo de alcançar altos padrões de qualidade legislativa e melhorar o desempenho econômico europeu. Seu escopo foi estabelecido como a necessidade de a informação pública e legislação não ficarem confinadas nas estreitas fronteiras do Estado. Vinculou, ainda, a transparência à participação e consulta, sendo que essas também

---

<sup>41</sup> BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. 20. ed. São Paulo: Malheiros, 2007, p. 571.

<sup>42</sup> RIEGNER, Michael. Access to Information as Human Right and Constitutional Guarantee: a comparative perspective. **VRÜ Verfassung und Recht in Übersee**, n. 4, v. 50, 2017. Disponível em: <[https://www.nomos-elibrary.de/10.5771/0506-7286-2017-4-332.pdf?download\\_full\\_pdf=1](https://www.nomos-elibrary.de/10.5771/0506-7286-2017-4-332.pdf?download_full_pdf=1)>. Acesso em: 29 abr. 2020.

<sup>43</sup> MICHENER, Gregory. Assessing Freedom of Information in Latin America a Decade later. **Latin American Politics and Society**, v. 57, 2015, p. 77.

<sup>44</sup> MICHENER, Gregory. Policy Evaluation via Composite Indexes: Qualitative Lessons from International Transparency Policy Indexes. **World Development**, v. 74, p. 184-196, 2015.

<sup>45</sup> O Grupo *Mandelkern* foi um grupo de trabalho interministerial criado pela Comissão Europeia para avaliar a qualidade dos atos normativos na União Europeia, em nível nacional e comunitário, e apresentar propostas de melhorias. Ao final dos seus trabalhos, apresentou o renomado Relatório *Mandelkern* (2001) com um conjunto de boas práticas e recomendações para a qualidade normativa.

devem ser feitas de modo a atender aos critérios da transparência. Através disso, facilita-se o acesso alargado e equitativo à informação e normas vigentes<sup>46</sup>.

Segundo o Relatório *Mandelkern*, um dos seis domínios-chave para o sucesso de um programa de melhoria da qualidade legislativa, dentro dos quais foram recomendadas uma série de boas práticas, é o acesso à informação e à legislação. Envolve a necessidade de ampliação da coerência e clareza dos atos normativos<sup>47</sup> através de medidas de consolidação e de alargamento do acesso (notadamente, com uso de recursos da tecnologia da informação). Com isso, busca-se o respeito ao direito dos destinatários e afetados de ter acesso a atos normativos compreensíveis<sup>48</sup>.

A partir disso, também é preciso captar o significado teórico de transparência pública e que tipo de transparência deve ser buscada, para causar impactos democráticos e sociais positivos. Há inúmeros conceitos e categorizações de autores sobre o tema, sendo que o denominador comum é especificar o modo e grau de transparência necessários no processo de disponibilização de informações públicas para determinar a sua repercussão e valor democrático.

Segundo Filgueiras, a noção de transparência abarca uma regra de conduta a ser seguida no setor público e um poder simbólico ligado ao acesso social aos seus processos decisórios. Transparência, portanto, tem como âmbito conceitual a abertura de informações, o que, no entanto, não significa que a sociedade seja capaz de processá-las<sup>49</sup>.

Para Michener e Bersch, a divulgação da informação será transparente apenas se for visível e aferível (ou dedutível). Isso implica completude, acessibilidade e facilidade no manuseio e localização da informação, bem como confiabilidade, precisão,

---

<sup>46</sup> MANDELKERN GROUP ON BETTER REGULATION. **Final report**. [S.l.], 2001. Disponível em: <[https://www.legislationline.org/download/action/download/id/2239/file/EU\\_MandelkernGroup\\_BetterReg\\_2001.pdf](https://www.legislationline.org/download/action/download/id/2239/file/EU_MandelkernGroup_BetterReg_2001.pdf)>. Acesso em: 6 mai. 2020.

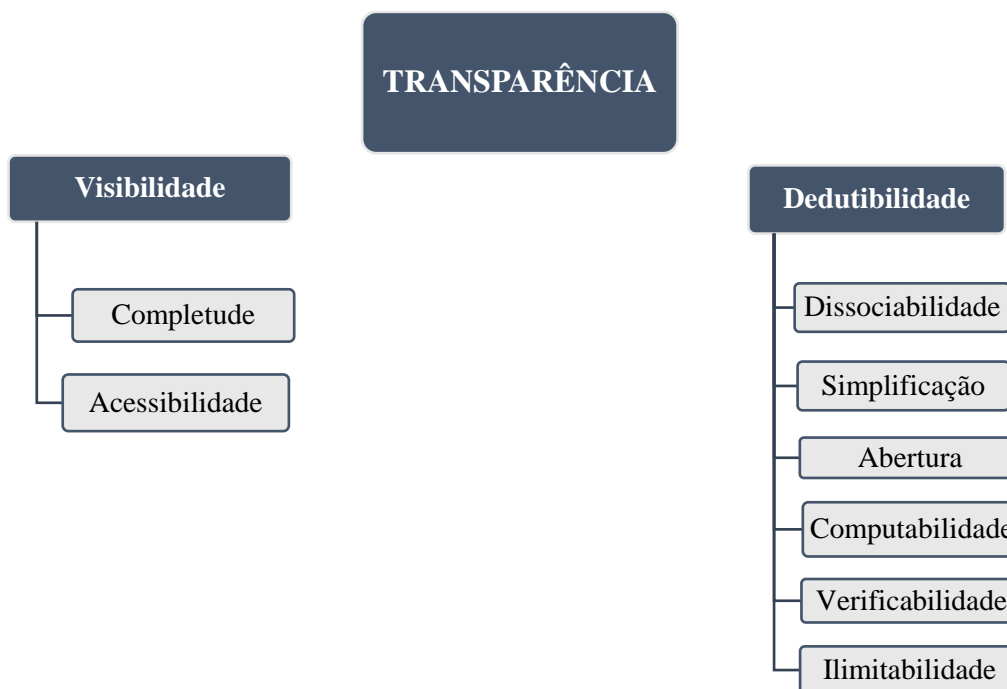
<sup>47</sup> A temática da coerência do subsistema normativo de defesa da integridade administrativa, composto por uma série de atos normativos aprovados dispersamente no decorrer dos anos, nem sempre coordenados e compatíveis entre si foi trabalhada pela autora em: MACIEL, Caroline; AVELAR, Mariana. Atos lesivos à administração pública e o princípio *ne bis in idem*: uma análise do sistema legal de defesa da integridade administrativa. In: FORTINI, Cristiana. (Coord.). **Corrupção e seus múltiplos enfoques jurídicos**. Belo Horizonte: Fórum, 2018.

<sup>48</sup> Ibid.

<sup>49</sup> FILGUEIRAS, Fernando. Além da transparência: *accountability* e política da publicidade. **Lua Nova**, São Paulo, n. 84, p. 353-364, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n84/a04n84.pdf>>. Acesso em: 27 abr. 2020.

simplificação, inteligibilidade e possibilidade de extração de conclusões precisas dos dados fornecidos<sup>50</sup>. A figura 1 esquematiza esses elementos:

**Figura 1**  
**Conjunto de condições necessárias e suficientes para a transparência**



Elaborada pela autora com dados extraídos de Michener e Bersch, 2013.

Já a classificação de Fox se baseia em duas modalidades básicas, que ele denomina de “transparência opaca” e “transparência clara”. O adjetivo que a qualifica será determinante para declarar o valor democrático a ela inerente. A mera disseminação formal de informações públicas que, na verdade, sequer revelam o comportamento das instituições políticas é chamada de opaca. Por sua vez, a transparência torna-se clara quando há o efetivo acesso a informações confiáveis sobre políticas públicas, programas governamentais, performances institucionais, alocação do dinheiro público, ou seja, acerca de como as decisões são tomadas e quem são os agentes responsáveis por elas<sup>51</sup>.

A partir desses elementos definidores, afere-se a necessidade de verificação da finalidade política e do resultado que a transparência pode gerar. Nem sempre programas de transparência buscam promover o exercício de direitos fundamentais, a participação

<sup>50</sup> MICHENER, Gregory; BERSCH, Katherine. Identifying Transparency. **Information Polity**, v. 18, n. 3, p. 233- 242, 2013.

<sup>51</sup> FOX, Jonathan. The Uncertain Relationship between Transparency and Accountability. **Development in Practice**, v. 17, n. 4-5, ago. 2007.

social e o aprimoramento da democracia e da qualidade de políticas públicas. Assim, nem sempre gerarão resultados sociais consideráveis<sup>52</sup>.

Diante disso, a efetividade do acesso à informação depende do grau, contexto, finalidades e impactos das políticas de transparência pública. Nesse sentido, utiliza-se a expressão “governança informacional” para abarcar em um só conceito a ideia de efetividade do acesso à informação com a solidez da política de transparência, enquanto condições necessárias de uma boa governança. Assim, implementar uma governança informacional no país é buscar o efetivo direito de acesso à informação, de modo transparente, que promova outros direitos fundamentais e gere ganhos na qualidade da gestão pública, através da melhoria dos serviços públicos prestados e do processo decisório.

A partir desse quadro teórico exposto, este capítulo buscará fazer um panorama da governança informacional no Brasil, avaliando as normas e políticas públicas voltadas ao acesso à informação, à transparência e à publicidade. Primeiramente, serão levantadas e analisadas as normas nacionais e federais vigentes no tema, de caráter constitucional e legislativo, a partir da sua reconstrução histórica e exame das etapas e discussões na sua tramitação. Em sequência, as políticas públicas, ferramentas e atos normativos infralegais de transparência ativa e passiva serão examinados, utilizando-se dados estatísticos, resultados de pesquisas empíricas e desempenho em classificações nacionais e internacionais. Por fim, será feito um exercício hermenêutico das conexões entre as medidas de transparência, ações de *advocacy* e a *accountability*, desenhando-se contribuições para a compreensão dos requisitos necessários para que o salto do *status* informacional ao participativo ocorra.

### **1.1 Arcabouço normativo em direito de acesso à informação**

A Constituição de 1988 (CF/88) trouxe a base normativa para a difusão do uso de mecanismos de participação popular e construção de uma cultura da transparência do Poder público, buscando consolidar uma sociedade da informação no Brasil, que é cada vez mais influenciada pelo uso de ferramentas e recursos tecnológicos.

---

<sup>52</sup> CUNHA FILHO, Marcio Camargo. O que sabemos sobre transparência pública? Uma revisão bibliográfica das abordagens normativa, conceitualista e empírica. **Revista da CGU**, v. 10, n. 16, p. 878-907. Disponível em: <[https://ojs.cgu.gov.br/index.php/Revista\\_da\\_CGU/article/view/55/pdf\\_37](https://ojs.cgu.gov.br/index.php/Revista_da_CGU/article/view/55/pdf_37)>. Acesso em: 26 abr. 2020.

A partir disso, foram construídas leis e políticas públicas nos pilares da transparência dos gastos públicos e do acesso à informação. Neste tópico, serão abordados alguns dos marcos normativos mais relevantes no tema: a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que tratou da transparência e responsabilidade na gestão fiscal; as leis ligadas ao direito à verdade histórica e memória coletiva (como a Lei da Anistia e da Comissão Nacional da Verdade) e, por fim, a Lei de Acesso à Informação (LAI), que trouxe regras e procedimentos para exercício do direito autônomo de acesso à informação pública.

A tabela 2 concebe o subsistema de normas de acesso à informação:

**Tabela 2**  
**Mapeamento de normas vigentes sobre acesso à informação**

<b>NÚCLEO TEMÁTICO</b>	<b>NORMA/POLÍTICA FEDERAL</b>	<b>RESUMO DO CONTEÚDO</b>
<b>Gestão fiscal responsável e transparente</b>	Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal)	Responsabilidade na prestação de contas públicas e gestão fiscal.
	Lei Complementar nº 131/2009 (Lei da Transparência)	Alterou os dispositivos da LRF para aumentar a transparência e acesso às informações orçamentárias.
<b>Direito à verdade e memória histórica</b>	Lei nº 6.683/79 (Lei da Anistia)	Concede anistia àqueles que cometeram crimes políticos durante a ditadura militar brasileira.
	Lei nº 12.528/11 (Comissão Nacional da Verdade)	Cria a Comissão Nacional da Verdade para examinar e esclarecer os fatos ocorridos durante a ditadura.
<b>Acesso à informação (sentido estrito)</b>	Lei nº 12.527/11 (Lei de Acesso à Informação)	Dispõe sobre o direito de acesso à informação (transparência ativa e passiva).
<b>Acesso às informações sobre o tratamento de dados pessoais</b>	Lei nº 13.709/18 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais)	Prevê os direitos de titulares de proteção de dados pessoais nas atividades de tratamento.

Elaborada pela autora com dados extraídos da plataforma LexML.

Apesar dos importantes avanços e legislações aprovadas, mais de 30 anos depois da nova ordem constitucional, a implementação de uma governança informacional no Brasil continua sendo um desafio. Barreiras burocráticas, obstáculos ainda existentes na abertura dos dados governamentais e a falta de inteligibilidade da informação e da

linguagem jurídica são alguns deles. O país tem caminhado lentamente e, muitas vezes, inconstante e descontinuamente no processo de divulgação dos dados e informações do setor público, apto a promover maior transparência, participação e *accountability*.

Diante do exposto, neste primeiro tópico busca-se compreender o histórico político-normativo de evolução da governança informacional no país enquanto meio capaz de promover a transparência pública e controle social, a partir da análise dos atos normativos primários federais vigentes no tema e de seus respectivos processos de tramitação. Por sua vez, o aprofundamento nos atos normativos secundários e nas políticas públicas federais instituídas ao longo dos anos virá nas reflexões do tópico seguinte.

### 1.1.1 A Constituição de 1988 e a transparência pós-redemocratização

As raízes da implementação de uma governança informacional no Brasil remontam o processo de redemocratização do país, com instauração de um novo cenário institucional pela Constituição de 1988 e, a partir disso, a construção de normas e políticas públicas voltadas à transparência pública e ao controle social e, posteriormente, relacionadas ao uso do ambiente virtual na gestão da informação pública.

Em primeiro lugar, resgatam-se aqui alguns pontos importantes que apareceram durante o processo constituinte, relacionados ao direito à informação. A compreensão das circunstâncias históricas da época, da gênese desse direito e dos dispositivos constitucionais a ele relacionados é relevante para o aprofundamento em seu significado.

Nesse sentido, uma diretriz política que orientou todo o processo foi a exigência de transparência e publicidade na gestão pública:

[...] o momento político de realização da Constituinte demandava que os negócios da administração pública fossem tratados com **publicidade e transparência**, contrariamente ao que havia ocorrido no regime autoritário, que se encerrava, e que tal questão foi entendida pela Subcomissão como que relacionada com o tema dos direitos coletivos, vale dizer, com o **direito da sociedade de estar informada sobre todos os negócios públicos** [...] <sup>53</sup> (grifo nosso).

Em seus discursos, os parlamentares expressavam uma preocupação constante em acabar com a censura da imprensa, garantir a ampla liberdade de expressão e acesso

---

<sup>53</sup> BRASIL. Câmara dos Deputados. **Audiências públicas na Assembleia Nacional Constituinte: a sociedade na tribuna**. Brasília: Edições Câmara, 2009, p. 81.



à informação, bem como apontavam os perigos no monopólio dos meios de comunicação por poucos, na manipulação da informação e distorções no uso recorrente do sigilo pelo Estado<sup>54</sup>.

Por esse ângulo, a nova ordem constitucional busca inverter a lógica vigente e estabelecer a publicidade como regra e o sigilo como exceção, apenas cabível quando imprescindível à segurança da sociedade e do Estado ou para proteger o direito à intimidade. Assim, quanto maior for o sigilo imposto em determinado caso, mais completas devem ser as justificativas que o sustentam<sup>55</sup>, sob pena de inconstitucionalidade.

Em discussão na Subcomissão da Nacionalidade, da Soberania e das Relações Internacionais, o constituinte João Hermann Neto destacou que:

É importante que a sociedade **saiba como certas decisões são tomadas, em nome de que princípios e critérios determinadas opções de política são adotadas.** De modo que V Ex.a tem razão quando reclama **transparência e informação.** É um direito que lhe assiste, **é um direito** que nós pretendemos responder de **forma construtiva e de forma positiva à sociedade brasileira**<sup>56</sup> (grifo nosso).

Dentro dessas reivindicações e planos para reformulação democrática do Estado brasileiro, buscava-se garantir a sua expressa consolidação através de normas constitucionais, que previssem explicitamente mecanismos e instâncias democratizadoras e transparentes<sup>57</sup>.

A legitimidade democrática estaria vinculada, portanto, à observância da publicidade pelos três poderes, conforme expõe Freitas:

No que concerne ao princípio da publicidade ou da máxima transparência, ele significa que a Administração há de agir de sorte a **nada ocultar** e, para além disso, suscitando a **participação fiscalizatória da cidadania**, na certeza de que nada há, com raras exceções constitucionais, que não deva vir a público. O contrário soaria como negação da essência do Poder em sua feição pública. De fato e no

<sup>54</sup> BRASIL. Assembleia Nacional Constituinte. Ata de comissões. Comissão da Soberania, dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher. **Ata da reunião**, de 27 de maio de 1987. Brasília, 1987.

<sup>55</sup> BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **ADPF 129**. Relator Min. Edson Fachin, *DJE* 09/12/2019.

<sup>56</sup> BRASIL. Assembleia Nacional Constituinte. Ata de comissões. Comissão da Soberania, dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher. Subcomissão da Nacionalidade, da Soberania e das Relações Internacionais. **Ata da 2ª reunião**, 22 de abril de 1987, Brasília, 1987, p. 18.

<sup>57</sup> OLIVEIRA, Rubens; ADRIÃO, Theresa. **Gestão, financiamento e direito à educação**. São Paulo: Xamã, 3ª edição, 2007.

plano concreto, o Poder somente se legitima apto a se justificar em face de seus legítimos detentores, mais do que destinatários<sup>58</sup>.

Ainda que a previsão normativa, mesmo no texto constitucional, não seja garantia de efetividade desses direitos, o momento histórico exigia essa resposta à sociedade brasileira, materializada como uma conquista e marco simbólico de mudança paradigmática da época.

Essa nova inclinação antiautoritária está difundida por todo o texto constitucional. Os dispositivos mais especificamente relacionados ao direito à informação, à transparência e publicidade administrativa concentram-se topograficamente nos capítulos da Constituição de 1988 acerca dos direitos individuais e coletivos (capítulo I – Título II), da administração pública (capítulo VII – Título III) e da comunicação social (capítulo V – Título VIII).

Nessa perspectiva, a tabela 3 indica os dispositivos constitucionais relacionados, direta ou indiretamente, ao direito de acesso à informação e resume o conteúdo de cada um deles para, a partir disso, aprofundar no que for necessário:

**Tabela 3**

**O direito de acesso à informação na Constituição de 1988**

<b>Dispositivos constitucionais</b>	<b>Conteúdo resumido</b>
<b>Art. 5º, XIV</b>	Direito de acesso à informação, resguardado o sigilo da fonte.
<b>Art. 5º, XXXIII</b>	Direito de acesso à informação pública como regra geral e sigilo como exceção.
<b>Art. 5º, IV e IX c/c Art. 220, caput, §1º e §2º</b>	Liberdade de expressão e de informação jornalística, vedada a censura.
<b>Art. 5º, XXXIV, LXXII e LXXVII</b>	Direito de petição, de obtenção de certidões em órgãos públicos e <i>habeas data</i> , gratuitos.
<b>Art. 5º, LX</b>	Garantia de publicidade dos atos processuais, salvo direito à intimidade e interesse social.
<b>Art. 37, caput e §3º, II</b>	Princípio da publicidade e acesso a registros e informações sobre atos de governo.
<b>Art. 37, §1º</b>	Princípio da impessoalidade e vedação à autopromoção na publicidade de atos,

<sup>58</sup> FREITAS, Juarez. O Controle dos atos administrativos e os princípios fundamentais. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 1999, p. 70.

<b>Art. 37, caput c/c art. 5º LXXIII</b>	programas, serviços, campanhas e obras do governo. Princípio da moralidade e ação popular para atos lesivos ao patrimônio público, moralidade administrativa, etc.
<b>Art. 93, IX</b>	Publicidade dos julgamentos e decisões do Poder Judiciário, observado o direito à intimidade.
<b>Art. 216, §2º</b>	Gestão da informação e documentação governamental pela Administração Pública e garantia de consulta aos interessados.

Elaborada pela autora com dados extraídos da Constituição Federal (1988).

Desse modo, nota-se que a CF/88 prevê o direito de acesso à informação, em sentido amplo, nos incisos XIV e XXXIII do art. 5º. O primeiro se refere à liberdade de informação, isto é, o direito de informar, ser informado e se informar (transmitir, receber e obter informações)<sup>59</sup> e se relaciona às garantias de exercício da atividade jornalística e de acesso aos meios de comunicação, tal qual o sigilo da fonte (conforme disposto nos incisos XIV, IV, IX do art. 5º). O segundo está ligado estritamente ao pleno acesso à informação pública pelos cidadãos, seja de interesse particular ou coletivo, sendo o sigilo a exceção, se necessário à segurança nacional ou eventuais restrições de publicidade com base no direito à intimidade ou interesse social (incisos XXXIII, XXXIV, LX do art. 5º).

Nesse sentido, José Afonso da Silva resume essa diferença:

Fizemos antes um estudo sobre a liberdade de informação, observando que seria necessário distinguir entre ela e o direito à informação. [...] Isso porque se trata [o direito à informação] de um direito coletivo da informação, ou direito da coletividade à informação. O direito de informar [liberdade de informação], como aspecto da liberdade de manifestação de pensamento, revela-se um direito individual, mas já contaminado de sentido coletivo, em virtude das transformações dos meios de comunicação, de sorte que a caracterização mais moderna do direito de comunicação, que especialmente se concretiza pelos meios de comunicação social ou de massa, envolve a transmutação do antigo direito de imprensa e de manifestação do pensamento, por esses meios, em direitos de feição coletiva<sup>60</sup>.

No que tange à liberdade de informação, expressão e de imprensa, o *caput* e o §1º do art. 220 da Constituição preveem a impossibilidade de qualquer outra restrição

<sup>59</sup> RODRIGUES JÚNIOR, Álvares. **Liberdade de expressão e liberdade de informação: limites e formas de controle**. Curitiba: Juruá, 2009.

<sup>60</sup> SILVA, José Afonso da. **Comentário contextual à constituição**. 3. ed. São Paulo: Malheiros, 2007, p. 109.

estabelecida por lei, salvo o já disposto no texto constitucional, e o §2º do mesmo dispositivo veda qualquer espécie de censura.

O acesso à informação associa-se, ainda, aos princípios que devem reger a administração pública, como o da publicidade (art. 37, *caput* e §3º, inciso II), impessoalidade (art. 37, §1º) e moralidade (art. 5º, LXXIII).

A aproximação entre o princípio da publicidade e o da transparência se dá na medida em que o dever de publicidade dos atos administrativos e de divulgação das informações públicas deve ser cumprido de modo efetivamente transparente e acessível para os cidadãos<sup>61</sup>. Não basta apenas publicar formalmente os dados oficiais sem que se forneçam os instrumentos necessários para torná-los inteligíveis para a sociedade civil, o que envolve questões como a sua divulgação em formato aberto, em linguagem cidadã e a facilidade no seu acesso e compreensão.

Caso contrário, a publicidade administrativa permanece restrita, seja porque nem sempre as atividades públicas são tempestivamente divulgadas ou em razão do uso de meios de divulgação e comunicação que não alcançam os destinatários. Assim, o atual sentido e dever de publicidade exigidos do Poder público deve ser extraído de um modelo de Estado materialmente democrático e otimizado pelas inovações da revolução digital. Isso significa que não se esgota com a mera possibilidade presumida de os cidadãos consultarem a existência e conteúdo de uma norma. Com os avanços da tecnologia da informação, é necessária a criação de novos formatos, estruturas e procedimentos para a observância da publicidade. Aumentou-se, portanto, o grau de exigência de publicidade estatal, de tal modo que acompanhe os avanços no sistema comunicativo social. Esse é um pressuposto para o exercício emancipatório da cidadania<sup>62</sup>.

Na contramão disso, o STF já declarou que a divulgação das informações públicas no Diário Oficial é suficiente, por si só, para cumprir as exigências da publicidade.<sup>63</sup> Assim, nem sempre essas reflexões sobre acessibilidade e inteligibilidade aparecem quando se fala em transparência pública, conforme demonstra Frederick Shauer<sup>64</sup>:

---

<sup>61</sup> BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. **Curso de Direito Administrativo**. São Paulo: Malheiros, 2013.

<sup>62</sup> SOARES, Fabiana M. **Produção e conhecimento da lei à luz da participação popular e sob o impacto da tecnologia da informação**. Tese (Doutorado em Direito) Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.

<sup>63</sup> BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **RE 390.939**. Relatora Min. Ellen Gracie. *DJE* 09/09/2005.

<sup>64</sup> SCHAUER, Frederick. *Transparencia en tres dimensiones*. **Revista de Derecho (Valdivia)**, v. XXVII, n. 1, p. 81-103, jul. 2014. Disponível em: <<https://scielo.conicyt.cl/pdf/revider/v27n1/art04.pdf>>. Acesso em: 2 abr. 2020.

Uma concepção positiva de transparência poderia apoiar os esforços para tornar as informações facilmente utilizáveis e não simplesmente disponíveis. Essa é a diferença, por exemplo, entre a obrigação de publicar informações e uma solicitação de acesso. No entanto, a maioria das concepções atuais de transparência se concentra mais na disponibilidade do que na acessibilidade das informações<sup>65</sup>.

Ademais, a transparência é uma condição para se garantir a observância da impessoalidade e da moralidade na gestão da coisa pública, já que permite o controle dos atos administrativos, podendo contribuir, ainda, para a redução da corrupção. Se há uma descentralização, coletivização e democratização do processo decisório, construído de modo mais transparente e “de portas abertas”, as chances de atos de corrupção reduzem<sup>66</sup>.

Nesse sentido, a partir do texto constitucional, busca-se tornar a administração pública mais transparente e eficiente, desenvolvendo-se novos mecanismos de responsabilização dos agentes públicos e de controle social dos atos administrativos.

Sobre o controle e fiscalização do Estado pelos cidadãos, Ulysses Guimarães aponta, em trecho de seu discurso abaixo, os principais instrumentos que a Constituição de 1988 traz, à época de sua promulgação:

Pela Constituição, **os cidadãos são poderosos e vigilantes agentes da fiscalização**, através do mandado de segurança coletivo; do direito de receber informações dos órgãos públicos, da prerrogativa de petição aos poderes públicos, em defesa de direitos contra ilegalidade ou abuso de poder; da obtenção de certidões para defesa de direitos; da obtenção de certidões para defesa de direitos; da ação popular, que pode ser proposta por qualquer cidadão, para anular ato lesivo ao patrimônio público, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico, isento de custas judiciais; da fiscalização das contas dos Municípios por parte do contribuinte; podem peticionar, reclamar, representar ou apresentar queixas junto às comissões das Casas do Congresso Nacional; qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato são partes legítimas e poderão denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União, do Estado ou do Município. A **gratuidade** facilita a efetividade dessa fiscalização<sup>67</sup> (grifo nosso).

<sup>65</sup> Tradução livre da autora. Original em espanhol: “Una concepción positiva de la transparencia podría apoyar los esfuerzos tendientes a hacer que la información sea además fácilmente utilizable y no simplemente disponible. Tal es la diferencia, por ejemplo, entre una obligación de publicación de información y una solicitud de acceso. Sin embargo, la mayoría de las concepciones actuales sobre transparencia atienden más a la disponibilidad que a la accesibilidad de la información”.

<sup>66</sup> BRASIL. Assembleia Nacional Constituinte. Atas das comissões. Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de Governo. Subcomissão do Poder Executivo. **Segunda reunião extraordinária**, 04 de maio de 1987. Brasília, 1987.

<sup>67</sup> BRASIL. Assembleia Nacional Constituinte. **Discurso proferido por Ulysses Guimarães na sessão de 5 de outubro de 1988**. Brasília, 1988, p. 5. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/25-anos-da-constituicao-de-1988/constituente-1987-1988/pdf/Ulysses%20Guimaraes%20-%20DISCURSO%20%20REVISADO.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2020.

Com todo esse aparato, a Constituição de 1988 empenhava-se em garantir o direito à informação e o controle social das atividades estatais. A partir dessa nova ordem institucional, foram elaboradas leis e formuladas políticas públicas para dar concretude a esses ditames constitucionais.

### 1.1.2 Gestão e responsabilidade fiscais e orçamentárias

O primeiro marco legal pós-CF/88 de grande impacto<sup>68</sup> na transparência e *accountability* públicas foi a Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei Complementar (LC) nº 101/2000, que veio para dar efetividade aos arts. 163 e 169 da CF/88, após exigência temporal trazida pela Emenda Constitucional (EC) nº 19/1998 (art. 30). Seu objetivo foi estabelecer normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, o que, por sua vez, pressupõe a ação estatal planejada e transparente (art. 1º, *caput* e §1º).

Com as alterações promovidas pela LC nº 131/2009 (conhecida como “Lei da Transparência”<sup>69</sup>) no texto da LRF, foi instituída, de forma mais completa, a transparência na gestão fiscal, a fim de garantir o acesso dos cidadãos a informações referentes às atividades financeiras do Estado. Para tanto, foram explicitados os procedimentos a serem observados na prestação das contas públicas e na ampla divulgação desses dados, inclusive através de meios eletrônicos de acesso público (art. 48 da LRF).

Para Pinho e Sacramento, a LRF:

[...] impôs limites e condições para a gestão das receitas, despesas e quanto ao endividamento; exigiu transparência das contas públicas e o planejamento como rotina na administração fiscal, bem como a responsabilização pelo seu descumprimento<sup>70</sup>.

Previram-se como instrumentos para dar efetividade à transparência na gestão fiscal: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o

---

<sup>68</sup> A linha do tempo que orienta a ordem desses marcos legais utilizada neste artigo é apresentada pela CGU em seu site (BRASIL. Controladoria Geral da União. **Marcos de Governo Aberto**. Disponível em: <<https://governoaberto.cgu.gov.br/governo-aberto-no-brasil/marcos-de-governo-aberto>>. Acesso em: 30 mar. 2020).

<sup>69</sup> AFONSO, José Roberto. **Responsabilidade Fiscal no Brasil**: uma memória da Lei. Rio de Janeiro: FGV Projetos, 2010. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/6941/364.pdf>>. Acesso em: 17 abr. 2020.

<sup>70</sup> PINHO, José Antonio Gomes de; SACRAMENTO, Ana Rita Silva. *Accountability*: já podemos traduzir para o Português? **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 6, p. 1343-1368, nov. /dez. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v43n6/06.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2020, p. 1359.

Relatório de Gestão Fiscal, bem como as versões simplificadas desses documentos (art. 48). Além disso, a disponibilização de informações detalhadas sobre a execução orçamentária e financeira, em tempo real; a construção colaborativa dos planos, leis e orçamentos e a integração do controle e da administração financeira (§1º, incisos I, II e III).

Com isso, buscou-se incentivar a participação social na formulação dos orçamentos públicos (art. 48, §1º); estabelecer a fiscalização através de sistemas de controle interno e externo (art. 59), além do controle social, e, ainda, determinar a responsabilização de agentes e gestores públicos. No seu texto, já há algumas referências ao uso de ambientes virtuais e meios eletrônicos como forma de prestar contas públicas, garantir o acesso à informação e a participação social (art. 32, §4º; art. 48, *caput*, §1º, II, §2º, §3º; art. 51, dentre outros).

Trata-se, portanto, de um importante mecanismo para administrar democrática e publicamente os recursos públicos<sup>71</sup>. Contribuiu para a disseminação de boas práticas na transparência da gestão pública e conferiu maior grau de legitimidade democrática ao modelo de gestão responsável e transparente. Um dos grandes desafios é, no entanto, ir além da mera divulgação de informações de finanças públicas e atingir efetivamente o público. Portanto,

[...] transparência buscada pela lei [LRF] não deve ser confundida com a mera divulgação de informações. É preciso que essas informações sejam **compreendidas pela sociedade** e, portanto, devem ser disponibilizadas em linguagem clara, objetiva, sem maiores dificuldades<sup>72</sup> (grifo nosso).

A integral observância dos requisitos e procedimentos da LRF exige, desse modo, o uso de estratégias inovadoras de comunicação e divulgação da informação, com enfoque na sua compreensão pelo cidadão. Dessa forma, Coeli assevera que a transparência na gestão fiscal deve “[...] ir além da divulgação dos frios holerites de execução orçamentária, que pouco ou nada dizem ao cidadão”<sup>73</sup>.

Ademais, ao prescrever a necessidade de atualização constante e periódica dos dados fiscais e sua disponibilidade em tempo real, a lei se preocupa com a tempestividade

---

<sup>71</sup> BRASIL. Assembleia Nacional Constituinte. Ata das comissões. Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência, Tecnologia e da Comunicação. Subcomissão da Educação, Cultura e Desporto. 12ª reunião, 23 de abril de 1987. Brasília, 1987.

<sup>72</sup> SOUZA, Fábila Jaiany Viana de et al. Uma análise sobre a evidenciação das contas públicas das capitais brasileiras. **Enfoque: Reflexão Contábil**, Maringá, v. 29, n. 1, 2010, p. 81.

<sup>73</sup> PIRES, Maria Coeli Simões. Transparência e responsabilidade na gestão pública. **Revista do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais**, v. 81, n. 4, p. 60-74, out./dez. 2011, p. 72.

da divulgação, buscando evitar a perda da sua relevância e confiabilidade para os usuários. Por isso, a observância dessa exigência é crucial para manter o valor da informação orçamentária. Isso faz com que a não alimentação imediata de portais de divulgação dos dados fiscais seja uma irregularidade e afronta muito grave ao direito de acesso.

O encargo de integração entre os sistemas busca, por sua vez, obstar a dispersabilidade e extravio da informação e, assim, facilitar o seu acesso e manuseio<sup>74</sup>. Nesse sentido, ao julgar uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) sobre a Lei nº 9.755/98, o STF declarou a constitucionalidade da divulgação de dados tributários e financeiros dos entes federados em portal único gerenciado pelo Tribunal de Contas da União (TCU). Com a finalidade de facilitar o acesso, a medida reafirma e cumpre o princípio da publicidade e aprimora a transparência dos atos do Poder público<sup>75</sup>.

No que tange às alegações de inconstitucionalidade integral da própria LRF, o STF se posicionou contrariamente e garantiu a manutenção da lei, sendo que apenas alguns dispositivos pontuais tiveram a sua eficácia suspensa. À época, o Min. Marco Aurélio destacou que: “o tribunal tem marchado com muita cautela com relação a essa lei, pois percebe que ela é um avanço em termos de Administração Pública”<sup>76</sup>.

A forte presença dos valores republicanos no espírito da LRF, seu sucesso em fixar um novo padrão na gestão fiscal e em promover transformações na responsabilização, transparência e cultura públicas e o reconhecimento internacional da sua qualidade e de seu alto grau de austeridade fiscal consagraram-na como um significativo marco legal. É o que ilustra o trecho abaixo:

A Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF insere-se nesse contexto porque, diferentemente das medidas de ajuste fiscal de curto prazo já implementadas, representa uma mudança estrutural do regime fiscal, introduzindo conceitos novos como os de responsabilidade e transparência e harmonizando diferentes normas para a organização e o equilíbrio das finanças públicas. Trata-se, portanto, de um verdadeiro código de boa conduta nas finanças públicas, aplicável aos três níveis de governo e aos três Poderes e em sintonia com os princípios constitucionais de autonomia federativa e de independência entre os poderes. Sua abrangência, tanto em termos de matérias, como de

---

<sup>74</sup> NUNES, Gissele et al. Análise dos instrumentos de transparência contidos na Lei de Responsabilidade Fiscal nos municípios da região sul. **Revista Ambiente Contábil**, Natal, UFRN, v. 5, n. 2, p. 128-150, jul./dez. 2013.

<sup>75</sup> BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **ADI 2.198**. Rel. Min. Dias Toffoli. *DJE* 19/08/2013.

<sup>76</sup> REVISTA Consultor Jurídico (CONJUR), 9 de maio de 2002. **STF suspende três dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal**. Disponível em: <[https://www.conjur.com.br/2002-mai-09/responsabilidade\\_fiscal\\_stf\\_suspende\\_tres\\_dispositivos](https://www.conjur.com.br/2002-mai-09/responsabilidade_fiscal_stf_suspende_tres_dispositivos)>. Acesso em: 17 abr. 2020.



conceituação de setor público e em termos temporais, é a maior possível<sup>77</sup>.

Apesar dos enormes avanços promovidos na gestão fiscal e consideráveis conquistas trazidas pela LRF nesses seus vinte anos desde a sua promulgação, há deficiências na lei e, especialmente, na sua operacionalização prática e hermenêutica jurisprudencial flexível.

A LRF traz rígidas e austeras regras fiscais para controle formal dos gastos públicos, todavia, não consegue estabelecer limites para melhorar a qualidade no uso dos escassos recursos públicos. Assim, apesar das mudanças promovidas, os entes federados continuam gastando mal o dinheiro público. Preocupa, por exemplo, o fato de que as regras fiscais brasileiras acomodam elevados patamares de despesas com pessoal, o que é intensificado pela interpretação flexível dada pela jurisprudência de alguns Tribunais de Contas, ao excluïrem algumas categorias do cálculo de limite de pessoal<sup>78</sup>. Com isso, diante da insuficiência e escassez de recursos estatais, há uma baixa capacidade governamental em realizar investimentos públicos na consecução de direitos fundamentais e em áreas que impactam diretamente o crescimento econômico, como infraestrutura, inclusive digitais.

Há, ainda, dúvidas quanto à efetividade das regras da LRF quanto à disciplina fiscal dos entes federados, na medida em que, constantemente, se assiste a estratégias de contabilidade criativa e manobras para contorná-las<sup>79</sup>. Portanto, falta, muitas vezes, efetividade até mesmo no controle formal das contas públicas, em razão das falhas e desvios na fiscalização e responsabilização de gestores pelos Tribunais de Contas, no exercício de interpretação da lei e aplicação dos seus comandos na prática.

Por fim, os grandes avanços promovidos na transparência pela LRF nem sempre significaram o seu verdadeiro acesso pelos cidadãos e um efetivo controle social das contas públicas. Soma-se a isso o fato de que a gestão fiscal enfrenta, agora, um de seus maiores desafios. O país já encarava um grave panorama de recessão econômica e vários

---

<sup>77</sup> TAVARES, Martus; MANOEL, Álvaro; AFONSO, José Roberto; PERES, Selene. Princípios e Regras em Finanças Públicas: a Proposta da Lei de Responsabilidade Fiscal do Brasil. **Seminário Regional de Política Fiscal da CEPAL**, Brasília, jan. 1999.

<sup>78</sup> NUNES, Selene; MARCELINO, Gileno; SILVA, César. Os Tribunais de Contas na interpretação da Lei de Responsabilidade Fiscal. **Revista de Contabilidade e Organizações** (USP), v. 13, 2019. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rco/article/view/145151>>. Acesso em: 21 mai. 2020.

<sup>79</sup> MORAIS, Leandro; VICENTE, Ernesto; SOUZA, Gueibi. Efeitos da Lei de Responsabilidade Fiscal sobre a tendência de despesas públicas do estado de Santa Catarina: evidências no período 1995-2010 segundo critérios da OCDE. **Revista da CGU**, Brasília, vol. 8, n. 12, p. 311-350, jan./jun. 2016.

entes federados se encontravam em situações de calamidade fiscal, quando o mundo foi atingido pela disseminação da pandemia da Covid-19. Com a instalação da situação de emergência de saúde pública, a atual conjuntura fiscal é de elevada queda da arrecadação do Estado somada a um considerável, imprevisível e inevitável aumento dos gastos públicos para o enfrentamento do coronavírus<sup>80</sup>.

Em 20 de março de 2020, foi decretado estado de calamidade pública pelo Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 6/2020), de tal modo que, enquanto perdurar esse cenário, aplicam-se as medidas de suspensão temporária de alguns dispositivos da LRF (conforme disposto no art. 65). Houve, também, o reconhecimento dessa situação pelas Assembleias Legislativas, no nível local.

São, em resumo, duas regras de flexibilização na LRF. O primeiro ponto é a suspensão da contagem de certos prazos originalmente estipulados pela LRF e respectivas sanções por descumprimento (inciso I do art. 65). Ficam, assim, suspensos, os prazos para controle da despesa com pessoal que ultrapassou os limites legais (arts. 23 e 70), bem como para recondução da dívida consolidada excessiva (art. 31). O outro mecanismo é a dispensa dos entes alcançarem os resultados fiscais e, conseqüentemente, de promover limitação de empenhos.

Além da previsão expressa na LRF, o STF autorizou, em medida cautelar do Min. Alexandre de Moraes, referendada pelo plenário, a flexibilização de algumas das outras da Lei de Responsabilidade Fiscal para todos os entes federados, quais sejam: os arts. 14, 16, 17 e 24 da LRF e o art. 114, *caput, in fine*, e §14 da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2020. A incidência dessas regras foi afastada tão somente para os gastos governamentais de enfrentamento à Covid-19. Por exemplo, não se aplicará a exigência da LRF de demonstração da adequação e compensação orçamentárias em relação à criação ou expansão de programas públicos relacionados à superação da calamidade<sup>81</sup>.

Ademais, o Congresso Nacional aprovou, recentemente, a EC nº 106/2020, chamada de “Orçamento de Guerra”. Trata-se de um regime fiscal extraordinário instituído para o enfrentamento da Covid-19, isto é, um orçamento paralelo e separado

---

<sup>80</sup> Sobre o tema, ver: PINTO, Élide Graziane; MACIEL, Caroline S. F. S.; MATA, Paula C. O. A. Um ensaio sobre a cegueira orçamentária de 2021. *Jota Info*, Série Observatório para a Qualidade da Lei, nov. 2020. Disponível em: <<https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/um-ensaio-sobre-a-cegueira-orcamentaria-de-2021-25112020>>. Acesso em: 8 dez. 2020.

<sup>81</sup> BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **ADI 6357**. Relator Min. Alexandre de Moraes. Brasília, DJE 30/03/2020.

do orçamento geral da União. Permite, por exemplo, processos simplificados de aquisição de bens, serviços e insumos e de contratação temporária e emergencial de pessoal.

Desse modo, todas essas ocorrências configuram significativas flexibilizações temporárias das regras fiscais vigentes, que conferem maior discricionariedade ao gestor público para lidar com o enfrentamento do evento imprevisível e realizar o inevitável aumento das despesas públicas. Isso não significa ampla liberdade para gerir e prestar as contas públicas, devendo ser respeitadas, em especial, as exigências fiscais de transparência, planejamento e responsabilidade. Inclusive, em um cenário como esse, a máxima transparência é ainda mais necessária, para garantir o controle e fiscalização e evitar brechas para abusos ou desvios. Ademais, com o fim da calamidade pública, será necessário o reequilíbrio orçamentário, ainda que gradualmente. Por isso, é preciso ação fiscal responsável e planejada, dentro das particularidades atuais.

Os reais efeitos fiscais desses fatos e providências serão sentidos nos próximos anos, em um provável contexto de aumento do endividamento estatal e necessário reajuste e regime de austeridade fiscais. Não se trata, portanto, de uma crise temporária, passageira e restrita; pelo contrário, já atinge e continuará a atingir por muitos anos e de forma profunda questões fiscais, econômicas e sociais.

Para o exercício das funções administrativas de controle, correção, prevenção e combate à corrupção e ouvidoria, após a LRF, foi criada a Controladoria-Geral da União (CGU). Volta-se, ainda, à supervisão do sistema de controle interno e auditoria do governo federal, bem como ao incremento da transparência na gestão pública. Trata-se, assim, de um órgão público do Executivo federal, ligado à Presidência da República, que passou por grande fortalecimento institucional a partir do governo Lula, através da Lei nº 10.683/2003.

Dentre os serviços públicos prestados pela CGU, merecem destaque o gerenciamento e disponibilização do Sistema Eletrônico de Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC), a manutenção do Portal da Transparência federal e do Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal (e-Ouv/Fala.Br), conforme carta de serviços divulgada pelo órgão<sup>82</sup>. O grande número de importantes atribuições que concentra e exerce, com certo grau de autonomia, e o corpo técnico altamente qualificado e

---

<sup>82</sup> BRASIL. Controladoria-Geral da União. **Carta de Serviços ao Cidadão**. Brasília, 2019. Disponível em: <<https://www.gov.br/pt-br/orgaos/controladoria-geral-da-uniao>>. Acesso em: 18 abr. 2020.

especializado que possui são fatores que colocam a CGU em posição institucional de destaque na estrutura do Poder Executivo federal<sup>83</sup>.

Outro papel de grande relevo desempenhado pela CGU ao longo dos anos foi o de atuar como instituição indutora e fortalecedora do controle social, principalmente, através de duas atividades: i) organização política da sociedade civil por meio de estruturas colegiadas; ii) capacitação de membros ou lideranças sociais para o exercício da cidadania. Esse é um aspecto especialmente inovador, pois “é a primeira vez que uma agência estatal de controle busca uma articulação tão forte com a sociedade para legitimar a agenda de promoção da transparência e do combate à corrupção”<sup>84</sup>.

Nesse sentido, foi desenvolvido, por exemplo, o “Programa Olho Vivo no Dinheiro Público”, que realiza ações voltadas à formação e qualificação técnicas e políticas de gestores locais e cidadãos interessados, como cursos, seminários, oficinas e disponibilização de recursos educacionais. Com isso, busca incentivar o exercício do controle social das políticas públicas municipais e estaduais, a participação cidadã e a melhor gestão dos recursos públicos<sup>85</sup>.

No governo Temer, foi editada uma medida provisória (MP) – a MP nº 726/16 – que extinguiu a CGU, substituindo-a pelo Ministério de Transparência, Fiscalização e Controle (art. 1º, III c/c art. 3º, I). Com a mudança, a CGU deixaria, ainda, de ser ligada diretamente à Presidência da República e assumiria definitivamente a natureza de ministério.

A iniciativa foi muito criticada por servidores do órgão e especialistas; foram geradas especulações sobre o significado dessa suposta mera mudança de nome, se haveria redução das funções e do importante papel da CGU e se a sua autonomia para controle, auditoria e fiscalização dos ministérios e demais órgãos do Executivo federal seria afetada. Um dos principais problemas apontados foi o fato de que o órgão seria hierarquicamente equiparado aos demais ministérios, o que reduziria a sua força para

---

<sup>83</sup> BATALIA, Murilo. **Acesso à informação e corrupção**: investigando o contexto institucional da CGU. 212f. Dissertação de Mestrado (Direito), Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

<sup>84</sup> LOUREIRO, Maria; ABRUCIO, fernando; OLIVIERI, Cecilia; TEIXEIRA, Marco. Do controle interno ao controle social: a múltipla atuação da CGU na democracia brasileira. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, São Paulo, v. 17, n. 60, jan./jun. 2012, p. 55.

<sup>85</sup> SANTANA, Antônio. Programa Olho Vivo no Dinheiro Público: limites e possibilidades de fomento ao controle social. **Revista da CGU**, Brasília, ano IV, n. 6, p. 41-58, set. 2009. Disponível em: <[https://repositorio.cgu.gov.br/bitstream/1/34494/5/V4.n6\\_Programa.pdf](https://repositorio.cgu.gov.br/bitstream/1/34494/5/V4.n6_Programa.pdf)>. Acesso em: 20 abr. 2020.

orientar, punir e cobrar transparência, ao passo que o peso de suas decisões era maior ao ser vinculado à Presidência enquanto órgão de assessoramento técnico<sup>86</sup>.

Na contramão dessa mudança de *status* implementada, há uma corrente que defende um modelo de agência reguladora independente para exercício das funções da CGU, prevista constitucionalmente, isto é, nem órgão de assessoramento da Presidência, nem ministério. Diante da repercussão negativa e protestos, a solução escolhida foi, tão somente, renomeá-lo de Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União (art. 3º da Lei 13.341/2016).

No governo Bolsonaro, houve indícios de extinção da CGU e transformação em órgão vinculado à nova estrutura superdimensionada do Ministério da Justiça (e Segurança Pública), que teve suas competências consideravelmente expandidas. Todavia, ao final, a CGU foi mantida como órgão distinto, com *status* ministerial, retornando à nomenclatura anterior de apenas Controladoria-Geral da União (conforme MP nº 870/2019, convertida na Lei nº 13.844/2019). Portanto, uma vitória parcial.

### 1.1.3 Informação, direito à verdade e memória social

Relacionam-se, também, o direito fundamental à verdade histórica e à memória coletiva ao acesso à informação. Sobre o tema, Ost explica que a construção de uma coletividade pressupõe o seu apoio em uma memória compartilhada, que deve ser instituída pelo direito. Assim, as tradições sociais, os costumes e os precedentes (fontes jurídicas por excelência ligadas à memória) devem ser resgatados e adaptados, com o passado sendo recomposto a partir do presente<sup>87</sup>.

Em contraposição a isso, as sociedades democráticas contemporâneas têm uma tendência a uma supervalorização da instantaneidade e do presente, esquecendo e renegando o seu passado. Isso gera o declínio da memória coletiva, com a superabundância de informações e fragmentação excessiva dos grupos sociais (que perdem a sua identidade coletiva). Para superar essa memória em migalhas, é preciso que

---

<sup>86</sup> NEXO Jornal, 26 de maio de 2016. **Qual o impacto de transformar a CGU, o órgão anticorrupção do governo, em um ministério.** Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2016/05/26/Qual-é-o-impacto-de-transformar-a-CGU-o-órgão-anticorrupção-do-governo-em-um-ministério>>. Acesso em: 20 abr. 2020.

<sup>87</sup> OST, François. **O tempo do direito.** Bauru: Educs, 2005.

o direito contribua para a reinstituição da memória coletiva normativa, viva, evolutiva e integrada<sup>88</sup>.

O direito deve, portanto, atuar como guardião da memória social, reunindo e protegendo as informações sobre os atos e fatos históricos. Isso não significa que a memória se opõe ao esquecimento; na verdade, a memória liga o passado, garantindo-lhe o registro, a identidade, estabilidade e autoconhecimento social. O respeito à memória é um requisito necessário para o posterior perdão, que desliga o passado e permite o esquecimento, ao romper o ciclo de ressentimento e lhe imprimir novo sentido. Além do perdão, o tempo da memória deve também ser ligado à promessa e questionamento, para instituir novo futuro. Com isso, foge-se das formas de negação temporal ou destemporalização tão comuns na sociedade atual<sup>89</sup>.

Nesse contexto, a elaboração de leis que buscam resgatar a memória social e a verdade histórica contribuem não só para a concretização do acesso à informação, mas também para sustentar as instituições sociais. O acesso a dados, arquivos e documentos históricos para amplo conhecimento dos eventos ocorridos no país, especialmente durante períodos marcantes como a ditadura militar, é, portanto, fundamental para a organização do Estado e da sociedade. Conforme expõe Jardim: “nas democracias contemporâneas os arquivos governamentais, seja como estoques ou serviços informacionais, são recursos fundamentais à governança e instrumentos de controle social sobre o Estado”<sup>90</sup>.

Nesse sentido, Souza divide a legislação sobre direito à informação em dois grandes grupos: no primeiro, estão as normas voltadas a prestações estatais reparatorias e indenizatórias e no segundo aquelas que tratam o direito de acesso à informação de modo amplo, enquanto programa de Estado<sup>91</sup>. Dentro deste primeiro grupo, encontram-se as leis relacionadas às interfaces entre os direitos à informação, verdade e memória histórica, como a Lei 6.683/1979 (Lei da Anistia) e a Lei nº 12.528/2011 (Comissão Nacional da Verdade), ora abordadas. No segundo grupo, está a Lei de Acesso à Informação, abordada no subtópico seguinte.

---

<sup>88</sup> Ibid.

<sup>89</sup> Ibid.

<sup>90</sup> JARDIM, José Maria. A implantação da lei de acesso à informação pública e a gestão da informação arquivística governamental. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 383-405, nov. 2013, p. 386.

<sup>91</sup> SOUZA, Victor Roberto Corrêa. O acesso à informação na legislação brasileira. **Revista SJRJ**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 33, p. 161-181, abr./2012. Disponível em: <[https://www.jfpe.jus.br/images/stories/docs\\_pdf/biblioteca/artigos\\_periodicos/VictorRobertoCorreadeSouza/Oacesso\\_RSJRJ\\_n33\\_2012.pdf](https://www.jfpe.jus.br/images/stories/docs_pdf/biblioteca/artigos_periodicos/VictorRobertoCorreadeSouza/Oacesso_RSJRJ_n33_2012.pdf)>. Acesso em: 16 abr. 2020.

A Lei nº 6.683/79 concedeu a anistia àqueles que cometeram crimes políticos ou eleitorais e outros a eles conexos no período da ditadura militar brasileira, seja pelos combatentes ao regime de exceção ou ainda pelos agentes estatais a seu serviço, conferindo, também, benefícios e reparações aos anistiados.

De acordo com o entendimento do STF, a Lei da Anistia foi recepcionada pela Constituição de 1988, tendo em vista a sua expressa reafirmação no art. 4º da EC nº 26/1985 (que convocou a Assembleia Constituinte) mas, ainda assim, deve ser lida e interpretada em conformidade com os valores constitucionais<sup>92</sup>.

Desse modo, não seria juridicamente possível a reabertura de processos criminais em face dos agentes do Estado que cometeram violações a direitos humanos durante o período ditatorial. Essa parte da solução normativa da Lei de Anistia foi amplamente criticada. Sem a apuração de responsabilidade dos infratores estatais, que praticaram atos de tortura e assassinatos, gerou-se na sociedade um sentimento de impunidade. Por isso, não seria possível uma efetiva conciliação social e superação desses fatos através do perdão, não havendo integral respeito ao direito à verdade, memória e justiça<sup>93</sup>.

Todavia, independentemente dessa discussão, quanto ao direito à informação, que já estava garantido na nova constituição democrática, não havia qualquer embasamento jurídico que justificasse a sonegação de informações às famílias sobre os mortos e desaparecidos políticos à época. Conforme expõe Dimoulis:

Os interessados, em particular as vítimas da repressão, têm o direito de obter informações do Estado sobre acontecimentos dos quais há registro nos arquivos estatais. Isso vale para o acesso a fontes oficiais que possibilitam conhecer o destino de vítimas da repressão, o tratamento que o Estado lhes propiciou ou outras informações que podem afetar a vida privada, tais como relatórios de serviços secretos sobre pessoas ou organizações e práticas de discriminação de opositores políticos. [...] Igualmente legítimas são providências estatais para satisfazer as vítimas de forma material ou simbólica<sup>94</sup>.

A inércia estatal gerou a abertura de processos na justiça federal brasileira, com especial destaque para o processo dos familiares de desaparecidos e mortos na Guerrilha do Araguaia. Esse caso foi levado à Comissão Interamericana de Direitos Humanos e,

---

<sup>92</sup> BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **ADPF 153**. Relator Min. Eros Grau. *DJE* 06/08/2010.

<sup>93</sup> TORRES, Edgard; MOURA, Luiza. Verdade, memória e justiça no caso “Gomes Lund e Outros”: uma análise a partir do conflito entre a sentença da CIDH e a confirmação da Lei de Anistia pelo STF. **Revista de Direito Brasileira**, ano 4, v. 7, jan./abr. 2014.

<sup>94</sup> DIMOULIS, Dimitri et al. **Justiça de transição no Brasil: Direito, responsabilização e verdade**. São Paulo: Saraiva, 2010, p. 105-106.

posteriormente à respectiva Corte, e resultou na condenação internacional do Brasil, em novembro de 2010<sup>95</sup>.

Trata-se do famoso caso *Gomes-Lund vs. Brasil*, que dentre suas inúmeras contribuições, ratificou o direito de acesso à informação pública. Sua tramitação acelerou, ainda, o processo de aprovação de uma lei de acesso à informação e de criação de uma comissão nacional da verdade no Brasil. A decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) possui doze capítulos, sendo especialmente relevante para esta pesquisa o capítulo IX, que trata sobre liberdade de expressão, de pensamento e acesso à informação pública.

Entre os pontos 290 e 297 da sentença, a CIDH estabeleceu que o Brasil conduza “iniciativas de busca, sistematização e publicação das informações sobre a Guerrilha do Araguaia, bem como de informações relativas às violações de direitos humanos ocorridas durante o regime militar, e a elas garantindo o acesso”<sup>96</sup>. À época, ainda tramitavam os projetos de lei que resultariam na LAI e na Comissão da Verdade. Por isso, a Corte recomendou a adoção das medidas legislativas, administrativas e de outra natureza, necessárias para fortalecer o marco normativo de acesso à informação no país, em prazo razoável, em conformidade com a Convenção Americana de Direitos Humanos. Incentivou, expressamente, a criação e implementação eficaz de uma Comissão Nacional da Verdade, de acordo com os critérios de independência, idoneidade e transparência na seleção de seus membros<sup>97</sup>.

Dentre as violações a direitos humanos reconhecidas, foi declarado que o Estado brasileiro afrontou o direito à liberdade de expressão e de pensamento da Convenção, o direito de buscar e receber informação e de conhecer a verdade sobre o ocorrido<sup>98</sup>. Foi fixada a responsabilidade internacional do Brasil, o direito à reparação das famílias e de acesso às informações.

O outro marco normativo no tema, a Lei nº 12.528/2011, criou a Comissão Nacional da Verdade (CNV), a fim de examinar e esclarecer as violações de direitos humanos praticadas durante a ditadura militar, efetivar o direito à memória e verdade

---

<sup>95</sup> SOUZA, Victor Roberto Corrêa. O acesso à informação na legislação brasileira. **Revista SJRJ**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 33, p. 161-181, abr./2012. Disponível em: <[https://www.jfpe.jus.br/images/stories/docs\\_pdf/biblioteca/artigos\\_periodicos/VictorRobertoCorreadeSouza/Oacesso\\_RSJRJ\\_n33\\_2012.pdf](https://www.jfpe.jus.br/images/stories/docs_pdf/biblioteca/artigos_periodicos/VictorRobertoCorreadeSouza/Oacesso_RSJRJ_n33_2012.pdf)>. Acesso em: 16 abr. 2020.

<sup>96</sup> CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Caso Gomes Lund e outros (“Guerrilha do Araguaia”) vs. Brasil**. Sentença de 24 de novembro de 2010. [S.1], 2010, p. 105.

<sup>97</sup> *Ibid*, p. 106-107.

<sup>98</sup> *Ibid*, p. 114.



históricas e promover a reconciliação nacional. Seu objetivo é, portanto, reconstruir fatos históricos, garantir o acesso à informação, prestar assistência às famílias e vítimas e recomendar medidas de prevenção, mas não julgamento de caráter jurisdicional nem persecução penal dos infratores da época (art. 3º c/c 4º, §4º).

Recentemente, a Comissão foi alvo de ataques diretos pelo Presidente Bolsonaro. Diversos fatores indicam a atual tendência no esvaziamento institucional desta e de outras comissões que atuam na recuperação da verdade histórica e a criação de obstáculos para o pleno exercício de suas funções. A mudança da composição desses núcleos, com novos membros politicamente mais alinhados à construção de outra narrativa sobre os fatos ocorridos na ditadura militar, a deslegitimação pública dos relatórios e dados divulgados por essas instituições e a alocação de menos recursos públicos para seu funcionamento são alguns deles<sup>99</sup>. Há, portanto, razões para se preocupar com a manutenção da CNV e de outras comissões da mesma natureza e, portanto, com a efetividade do direito à informação, verdade histórica e memória coletiva.

Por fim, alguns pontos interessantes sobre a Lei de Acesso à Informação, apenas em relação ao direito à verdade e memória, já que sua integralidade será abordada no item a seguir. Anteriormente, ainda existia no país a possibilidade de sigilo eterno. Com a LAI, essa categoria foi extinta; o prazo máximo e excepcional de restrição de acesso à informação sigilosa passa a ser 50 anos, já computada a prorrogação legal, para aquelas classificadas como ultrassecretas. Isso significa que mesmo as informações mais sensíveis para a segurança nacional devem, em algum momento, vir a público. A sociedade tem direito de acesso a todas as informações públicas, ainda que apenas para fins históricos, relativos ao direito à memória e à verdade.

Nesse sentido, o Decreto nº 7.724/2012, que regulamentou a LAI no Executivo federal, estabelece que a restrição de acesso a informações pessoais não classificadas pode deixar de ser observada em função da recuperação de temas históricos importantes, conforme estabelece o art. 58, II c/c 55 do referido decreto. Nesses casos, o direito à verdade e à memória podem ser priorizados em relação à vida privada e intimidade de titulares.

---

<sup>99</sup> PIRES, Breiler. “Governo quer inviabilizar a apuração dos crimes da ditadura”. **El País Brasil**. São Paulo, 2019. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2019/04/22/deportes/1555967314\\_420155.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/04/22/deportes/1555967314_420155.html)>. Acesso em: 4 mai. 2020.

#### 1.1.4 Lei de Acesso à Informação: o balanço de uma década<sup>100</sup>

O grande símbolo legal da transparência pública foi a promulgação da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, denominada de Lei de Acesso à Informação (LAI), que veio para regulamentar o direito constitucional dos cidadãos de acesso à informação.

À época, houve uma grande proliferação de leis de acesso à informação ao redor do mundo, sendo que o Brasil foi um dos últimos países a aderir a este movimento: mais de 70 países já o haviam feito<sup>101</sup>. No Brasil, assim como em outros países, a sua longa tramitação legislativa é fruto da tensão entre o simbolismo democrático (ideais de transparência) e a resistência institucional (deficiências administrativas) a leis dessa natureza<sup>102</sup>.

Apesar de tardiamente, o produto legislativo final tem, em linhas gerais, elevada qualidade e valor, tendo observado as principais recomendações de organismos internacionais<sup>103</sup>, como os padrões mínimos estabelecidos na Lei Modelo de Acesso à Informação da Organização dos Estados Americanos (OEA), de 2010<sup>104</sup>. Foi, ainda, influenciada pela lei de acesso dos Estados Unidos, Portugal, França, Espanha e México.<sup>105</sup>

Surgiram, no decorrer dos anos, vários projetos de leis (PLs) que buscaram regulamentar o direito à informação. Os principais PLs que, combinados, culminaram na futura LAI foram o PL nº 219/2003<sup>106</sup>, de autoria do deputado Reginaldo Lopes e o PL

<sup>100</sup> Um dos produtos parciais dessa tese envolveu o conteúdo abordado, principalmente, neste tópico 1.1.4, combinado com os tópicos 1.1.1 e 1.2.1. Ver: MACIEL, Caroline S. F. S. Lei de Acesso à Informação: um balanço de seus 8 anos de vigência. **Revista de Direito da Administração Pública**, Disponível em: <<http://www.redap.com.br/index.php/redap/article/view/212>>. Acesso em: 7. abr. 2021.

<sup>101</sup> MICHENER, Gregory; MONCAU, Luiz; VELASCO, Rafael. **Avaliação de transparência do Estado Brasileiro e do Poder Judiciário**. Rio de Janeiro: FGV, 2016.

<sup>102</sup> WORTHY, Ben. **The politics of freedom of information: how and why governments pass laws that threaten their power**. Manchester: Manchester University Press, 2017.

<sup>103</sup> PAES, Eneida. A influência internacional na construção do direito de acesso à informação no Brasil. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, a. 49, n. 195, jul./set. 2012.

<sup>104</sup> ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. Assembleia Geral. **Model Inter-American Law on Access to Public Information**. Ag./Res. 2607, 4ª sessão plenária, 8 jun. 2010. Disponível em: <[https://www.oas.org/dil/AG-RES\\_2607-2010\\_eng.pdf](https://www.oas.org/dil/AG-RES_2607-2010_eng.pdf)>. Acesso em: 22 abr. 2020.

<sup>105</sup> BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 219/2003**. Brasília, 2003. Disponível em: <[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra;jsessionid=0E83A0AE3D392AE4D56022B6CFAA18FC.proposicoesWebExterno1?codteor=115054&filename=PL+219/2003](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=0E83A0AE3D392AE4D56022B6CFAA18FC.proposicoesWebExterno1?codteor=115054&filename=PL+219/2003)>. Acesso em: 22 abr. 2020.

<sup>106</sup> BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 219/2003**. Brasília, 2003. Disponível em: <[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra;jsessionid=0E83A0AE3D392AE4D56022B6CFAA18FC.proposicoesWebExterno1?codteor=115054&filename=PL+219/2003](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=0E83A0AE3D392AE4D56022B6CFAA18FC.proposicoesWebExterno1?codteor=115054&filename=PL+219/2003)>. Acesso em: 22 abr. 2020.

nº 5228/2009<sup>107</sup>, do Poder Executivo federal, fruto de uma série de discussões intragovernamentais e interministeriais, que foi, então, apensado ao PL nº 219/2003.

Nas Exposições de Motivos (EM) anexas aos referidos PLs, justifica-se a necessidade de uma regulamentação incisiva, unitária e sistemática do direito à informação, em contraposição às normas esparsas até então existentes. Apontam, também, que o acesso à informação é abordado sob duas perspectivas na proposição legislativa: os direitos conferidos aos cidadãos e os deveres fixados à Administração Pública. Desse modo, de um lado, buscou promover a formação de uma cultura de acesso nos cidadãos e servidores públicos e, de outro, impor uma conduta proativa do Poder público em matéria de transparência<sup>108</sup>.

Após sua longa tramitação legislativa, a Lei nº 12.527 foi aprovada em novembro de 2011. Já no seu primeiro artigo estipula o seu amplo escopo, pois se aplica a todos os entes federados, administração pública direta e indireta, aos três poderes e, no que couber, a entidades privadas que recebam recursos públicos.

A lei estabelece parâmetros para a expansão da transparência pública ativa – ligada à disponibilização imediata de informações gerais e da transparência passiva – relativa aos procedimentos e prazos para que a Administração Pública responda às solicitações específicas de acesso à informação. Desse modo, busca vencer a cultura do sigilo e a opacidade que vêm prevalecendo na gestão pública e instituir em seu lugar uma política de acesso e de divulgação ativa das informações públicas como regra, fixando o entendimento de que pertencem ao cidadão<sup>109</sup>. Assim:

O Estado atua em nome da sociedade e, conseqüentemente, **não é proprietário, mas guardião do bem público**. E assim também ocorre com a informação que é produzida e custodiada pelo Estado, que na essência é um bem público e **pertence à sociedade**, visto que é produzida para gerar resultados a ela destinados<sup>110</sup> (grifo nosso).

A conjuntura que surge com essa nova legislação envolve um conjunto complexo de fatores relacionados aos modos de produção, utilização e preservação das

---

<sup>107</sup> BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 5228/2009**. Brasília, 2009. Disponível em: <[https://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra;jsessionid=E7307D19BD829B10E03CA9443A0DEB29.proposicoesWebExterno1?codteor=656530&filename=PL+5228/2009](https://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=E7307D19BD829B10E03CA9443A0DEB29.proposicoesWebExterno1?codteor=656530&filename=PL+5228/2009)>. Acesso em: 22 abr. 2020.

<sup>108</sup> Ibid.

<sup>109</sup> MERLO, Sandra; BASSI, Juliane; CRUZ, Jorge. Lei de acesso à informação pública: algumas considerações. **Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, v. 28, n. 3, p. 73-82, 2014. Disponível em: <<https://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/23749>>. Acesso em: 8 abr. 2020.

<sup>110</sup> BRASIL. Controladoria-Geral da União. **Rumo a uma cultura de acesso à informação: a Lei 12.527/2011**. Módulo I. Brasília, 2014.

informações pela máquina pública e suas relações com o cidadão. Em um contexto de déficit histórico em transparência pública, a LAI foi um esforço normativo em prol da transformação da gestão informacional, documental e arquivística. Segundo Jardim, “num país cujas estruturas estatais tendem a ser perpetuar sob a lógica da opacidade na sua configuração e na sua relação com a sociedade, a Lei de Acesso à Informação é um convite à construção de zonas inéditas de transparência informacional”<sup>111</sup>.

Na tabela 4, são destacados e resumidos os principais dispositivos da LAI, fornecendo uma visão geral e panorâmica desta lei:

**Tabela 4**  
**Lei de Acesso à Informação esquematizada**

Dispositivo legal	Assunto
<b>Art. 1º a 7º</b>	Escopo, princípios, diretrizes, conceitos, deveres do Poder público, direitos de informação dos cidadãos.
<b>Art. 8º, caput, §1º a §4º</b>	Transparência ativa: conteúdo mínimo a ser divulgado, requisitos dos sites oficiais.
<b>Arts. 10 a 20</b>	Transparência passiva: procedimento, prazo de resposta, direito de recurso.
<b>Arts. 21 a 31</b>	Restrições de acesso (segurança nacional e informações pessoais), classificação de informações sigilosas, procedimento e prazos de restrição.
<b>Arts. 32 a 34 c/c art. 7º, §4º a 6º</b>	Condutas ilícitas de servidores, responsabilização e sanções disciplinares.
<b>Arts. 35 a 42</b>	Medidas e procedimentos administrativos para efetividade da lei no nível federal.
<b>Arts. 43 a 47</b>	Revogações, regulamentação dos governos locais e entrada em vigor.

Elaborada pela autora com dados extraídos do site do Planalto (2011).

No que tange à transparência ativa, o art. 8º da LAI traz o dever de divulgação de informações de interesse coletivo ou geral pelos órgãos públicos, independentemente de requerimento. Assim, a transparência ativa deve ser a regra, de tal modo que seja concedido acesso imediato à informação disponível, utilizando-se todos os meios e instrumentos legítimos para garantir o seu fácil acesso pelos cidadãos, inclusive a internet. O parágrafo primeiro do art. 8 traz o conteúdo informacional mínimo que deve ser disponibilizado pelo Poder Público para cumprimento da transparência ativa:

<sup>111</sup> JARDIM, José Maria. A implantação da lei de acesso à informação pública e a gestão da informação arquivística governamental. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 383-405, nov. 2013, p. 401.

competências e estrutura organizacional; repasses financeiros; despesas; licitações e contratos; programas e ações do órgão e respostas a perguntas mais frequentes da sociedade civil.

Com a LAI, veio, ainda, a obrigatoriedade legal de divulgação eletrônica dos dados governamentais através da criação de portais oficiais dos governos subnacionais, salvo nos municípios com menos de dez mil habitantes. Trouxe uma série de componentes obrigatórios desses sites<sup>112</sup>, tais como:

- a) Conter ferramenta de pesquisa de conteúdo;
- b) Gerar relatórios em diversos formatos e padrões abertos;
- c) Possibilitar o acesso automatizado aos dados, aptos a serem lidos por máquinas;
- d) Atualizar periodicamente as informações;
- e) Garantir acessibilidade de pessoas com deficiência;

Todavia, ao menos inicialmente, não houve uma preocupação com a articulação interfederativa dos dados, nem com a sistematização de um padrão único de portal entre os entes e os três poderes, mas apenas entre os órgãos e entidades do Executivo federal. Como resultado, não havia homogeneidade na criação das páginas pelos governos subnacionais<sup>113</sup>, o que foi parcialmente resolvido com o lançamento de uma série de recomendações da CGU<sup>114</sup>.

Apesar disso, o fato de não haver um portal único com os dados públicos como um todo contribui para dificultar o interesse, acesso e utilização das informações pelos cidadãos. Nesse contexto, a Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji) fez um levantamento de todos os *links* de acesso aos portais de transparência e e-SICs dos estados brasileiros, dos seus respectivos Executivos, Legislativos, Judiciários, Tribunais de Contas e Ministérios Públicos<sup>115</sup>. É notória a grande quantidade, diluição e heterogeneidade dos canais públicos de acesso à informação. Um importante passo seria

---

<sup>112</sup> SOARES, Fabiana; JARDIM, Tarcisio; HERMONT, Thiago. **Lei de acesso à informação pública no Brasil: o que você precisa saber**. Brasília: Senado Federal, 2013.

<sup>113</sup> RESENDE, Walisson da Costa; NASSIF, Mônica Erichsen. Aplicação da lei de acesso à informação em portais de transparência governamentais brasileiros. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 20, n. 42, p. 1-16, jan./abr. 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2015v20n42p1>>. Acesso em: 8 abr. 2020.

<sup>114</sup> Em abril de 2013, a CGU publicou o “Guia de Implantação de Portais de Transparência” (BRASIL. Controladoria-Geral da União. **Guia de Implantação de Portais de Transparência**. Brasília, 2013. Disponível em: <[https://www.gov.br/cgu/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/transparencia-publica/brasil-transparente/arquivos/guia\\_portaltransparencia.pdf](https://www.gov.br/cgu/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/transparencia-publica/brasil-transparente/arquivos/guia_portaltransparencia.pdf)>. Acesso em: 18 abr. 2020).

<sup>115</sup> ABRAJI. **Portais da transparência e e-SICs dos estados**. São Paulo, 2019. Disponível em: <<https://abraji.org.br/help-desk/portais-da-transparencia-e-e-sics-nos-estados>>. Acesso em: 23 abr. 2020.

unificar e articular cada vez mais esses portais, facilitando o acesso do cidadão ou, de modo paliativo, o levantamento oficial e ampla divulgação pelo governo federal dos endereços eletrônicos dos canais estaduais e municipais.

Acerca das restrições de acesso e proteção de informação sigilosa, a premissa básica da LAI é que o sigilo é sempre a exceção (art. 3º, I), não sendo possível que a restrição de acesso à informação impeça a tutela de direitos fundamentais ou oculte violações por agentes do Estado (art. 21, *caput* e §1º). As exceções ao acesso são de duas naturezas: informações imprescindíveis à segurança da sociedade ou do Estado (art. 23) – propriamente sigilosas (art. 4º, III) e informações pessoais (art. 4º, IV c/c art. 31).

Quanto à primeira espécie, as informações sigilosas podem ser classificadas em três níveis de segredo, com respectivos prazos máximos de restrição (art. 24, *caput* e §1º a 5º). Com isso, colocou-se fim à possibilidade do sigilo eterno. Mesmo essas informações deverão ser divulgadas, em algum momento, à sociedade, em prol da memória histórica, conforme já aprofundado no item anterior. A lei traz, ainda, disposições sobre a proteção desses dados, com a finalidade de evitar vazamentos, e o procedimento de classificação e tratamento dessas informações.

Tem especial importância a exigência legal de publicação periódica de lista de documentos classificados e desclassificados como sigilosos pelo Poder público (art. 30), bem como o conjunto mínimo de dados necessários para a imputação transparente do sigilo (art. 28). Isso porque essa previsão permite o monitoramento dos prazos, eventuais responsabilidades e do uso adequado do sigilo, enquanto exceção. Todavia, segundo levantamento feito pela Artigo 19, grande parte dos órgãos ainda não publica essa lista, especialmente nos governos estaduais, ou, então, não a mantém completa e atualizada<sup>116</sup>.

Outro diagnóstico recorrente tem sido o uso excessivo da decretação de sigilo quanto às informações e dados relacionados à segurança pública, o que impede ou dificulta, por exemplo, o monitoramento social da atividade policial<sup>117</sup>. A divulgação ampla desses dados também é importante para a construção de melhores políticas públicas na área, direcionadas conforme os resultados das análises dessas informações.

---

<sup>116</sup> ARTIGO 19. **Os limites do sigilo e a agenda da transparência pública no Brasil**. São Paulo, 2019. Disponível em: <[https://artigo19.org/wp-content/blogs.dir/24/files/2019/05/Sigilo\\_FINAL.pdf](https://artigo19.org/wp-content/blogs.dir/24/files/2019/05/Sigilo_FINAL.pdf)>. Acesso em: 27 abr. 2020.

<sup>117</sup> ARTIGO 19. **Os 5 anos da Lei de Acesso à Informação: uma análise de casos de transparência**. São Paulo, 2017. Disponível em: <<https://artigo19.org/blog/2017/05/15/os-5-anos-da-lei-de-acesso-a-informacao-uma-analise-de-casos-de-transparencia/>>. Acesso em: 20 jan. 2020.

A Artigo 19 também detectou um excessivo volume de informações sigilosas nos órgãos públicos, escassez de processos de capacitação dos servidores quanto à decretação de sigilo e de mecanismos internos para reavaliação das classificações<sup>118</sup>. Em outras palavras, falta uma efetiva política pública de classificação, avaliação e revisão da imposição do sigilo.

Desse modo, conforme exigência da LAI e, ao contrário da atual rotina administrativa, a decretação do sigilo deve se dar dentro do regime legal de transparência pública. Por isso, deve obedecer aos critérios de temporalidade, conteúdo, hierarquia e procedimento. Pela temporalidade, os prazos de restrição variam conforme o grau do sigilo (isto é, são menores prazos de restrição conforme menor o grau de sigilo). Quanto ao conteúdo, deve ser fixado expressamente o que se entende por informação sigilosa (conforme o rol do art. 23, cuja interpretação deve ser restritiva). O critério da hierarquia estabelece as autoridades que podem impor o sigilo, sendo que, conforme o grau do sigilo aumenta, o número de pessoas autorizadas diminui. Por fim, no que tange ao procedimento, há a necessidade de justificativa e catalogação transparente dos dados sigilosos<sup>119</sup>.

Para a segunda espécie de restrição ao acesso (informações pessoais), o objetivo é equilibrar o direito à informação com o direito à intimidade, privacidade, honra e imagem (art. 31, *caput* e §1º a 3º). Todavia, a restrição de acesso com base nesses direitos não pode ser usada como escudo e prejudicar, por exemplo, a apuração de irregularidades (art. 31, §4º).

Apesar de a imposição de sigilo ser a exceção, essa é, ainda, a forma mais democrática e cidadã de se restringir a circulação de uma informação, na medida em que, ao menos em tese, obedece a padrões, procedimentos e limites legais rígidos, sendo também mais fácil de questionar e apontar abusos. Ao revés, problemas burocráticos, estruturais e culturais, são inimigos mais invisíveis ao acesso e, portanto, mais difíceis de serem superados<sup>120</sup>.

Enquanto na transparência ativa o modo como a informação vai ser divulgada pode ser escolhido e mediado pelos gestores públicos, a transparência passiva pode

---

<sup>118</sup> ARTIGO 19. **Os limites do sigilo e a agenda da transparência pública no Brasil**. São Paulo, 2019. Disponível em: <[https://artigo19.org/wp-content/blogs.dir/24/files/2019/05/Sigilo\\_FINAL.pdf](https://artigo19.org/wp-content/blogs.dir/24/files/2019/05/Sigilo_FINAL.pdf)>. Acesso em: 27 abr. 2020.

<sup>119</sup> Ibid.

<sup>120</sup> Ibid.



representar um teste mais exigente dos compromissos governamentais com o acesso à informação<sup>121</sup>.

A LAI estabelece, quanto à transparência passiva, que a identificação do solicitante não pode ser tamanha a ponto de inviabilizar a solicitação (art. 10, §1º). Quanto menor o número de exigências ao requerente pelos sistemas governamentais, mais facilitado é o acesso. Outro ponto é a expressa vedação à exigência de justificativa do cidadão para buscar a informação (art. 10, §3º). Ademais, prevê o direito do cidadão de obter certidão ou cópia da decisão de negativa de acesso, documento que poderá ser utilizado em ação judicial ou disciplinar, permitindo a responsabilização do agente público pelos eventuais excessos (art. 14).

Em conformidade com o aparato principiológico da LAI, a diretriz para a capacitação dos servidores deve ser a necessidade de um esforço em prol da compreensão do pedido, contactando o cidadão para explicá-lo melhor ou especificá-lo, nos casos de pedido confuso ou genérico, ao invés de optar pela imediata negativa.

É relevante, ainda, o direito de interposição de recurso em caso de negativa de acesso (art. 15). A LAI permite o recurso a outro órgão, diferente daquele que recebeu o pedido, de modo a revisar a sua atuação. No caso do Executivo Federal, a CGU atua como órgão recursal e revisor das decisões de órgãos federais (art. 16).

Por fim, outro aspecto relevante da LAI é a sua harmonização com a LGPD. Recentemente, a promulgação e entrada em vigência da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) no Brasil têm sido utilizadas como obstáculo ao acesso à informação pública. Nesse sentido, órgãos federais alegam a privacidade e proteção de dados pessoais para negarem pedidos de acesso. Segundo levantamento da agência Fiquem Sabendo, foram 79 pedidos de acesso negados com base na LGPD<sup>122</sup>. Todavia, esse aparente conflito de leis não merece prosperar e foi expressamente afastado pela CGU<sup>123</sup>. Na verdade, tanto a LAI como a LGPD partem da premissa de que o cidadão (ou titular de dados) deve ter acesso: i) às informações de interesse público, ainda que envolvam dados pessoais de terceiros; ii) sobre a forma, duração, natureza, finalidade, controladoria,

---

<sup>121</sup> MICHENER, Gregory; CONTRERAS, Evelyn; NISKIER, Irene. Da opacidade à transparência? Avaliando a Lei de Acesso à Informação no Brasil cinco anos depois. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, n. 52, v. 4, p. 610-629, jul./ago. 2018.

<sup>122</sup> FIQUEM SABENDO. Ao menos 79 pedidos de acesso negados com base na Lei Geral de Proteção de Dados chegaram à CGU. In: **Edição 64 do newsletter Don't LAI to me**. Disponível em: <<https://fiquemsabendo.com.br/transparencia/lgpd-negativa-cgu/>>. Acesso em: 5 abr. 2022.

<sup>123</sup> BRASIL. Controladoria-Geral da União. **Enunciado nº 4, de 10 de março de 2022**. DOU, 2022. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/enunciado-n-4-de-10-de-marco-de-2022-385474869>>. Acesso em: 5 abr. 2022.



compartilhamento de dados, responsabilidades e direitos relativos a atividades de tratamento de seus dados pessoais por entes privados ou públicos (arts. 9, 18 e 19 da LGPD).

Segundo Bioni, Silva e Martins, o tratamento de dados pessoais pelo Poder Público, inclusive o seu compartilhamento com solicitantes em pedido de acesso, é lícito no regime jurídico da LGPD, baseando-se na hipótese de cumprimento de obrigação legislativa, qual seja, o dever de transparência ativa e passiva da LAI. A LGPD, tal qual a LAI, se sustenta no princípio da transparência, de modo que o Poder Público deve fornecer aos titulares informações claras, atualizadas e de fácil acesso sobre os tratamentos de dados pessoais realizados. Desse modo, a LGPD não criou hipóteses de sigilo às informações públicas, baseadas na privacidade de dados pessoais, mas sim exigências de implementação de um fluxo informacional e de uma governança de dados adequados<sup>124</sup>.

Feitas essas considerações, conclui-se que o progresso no acesso à informação e transparência foi, sem dúvidas, enorme, após esses 10 anos de vigência da LAI, completados em maio de 2022. O cenário anterior era de políticas informacionais incidentais, dispersas e isoladas. A construção de um marco legal não só contribui para a articulação e continuidade da transparência pública, mas também atua como um símbolo de gradual transição da cultura administrativa. Essa foi, no entanto, a fase menos desafiadora. Mais que elaborar e aprovar uma lei, é preciso implementá-la de forma concreta, através de políticas públicas contínuas de transparência e submetê-la a constante avaliação e adequação às novas realidades sociais. É o que se propõe a analisar a seguir.

## **1.2 Execução da política de transparência pelo governo federal**

Se, por um lado, o reconhecimento de *status* constitucional ao direito de acesso à informação e a sua subsequente consolidação pela atividade legiferante foram consideráveis avanços, por outro, como já destacado, esses são apenas os estágios iniciais na longa caminhada para o efetivo exercício desse direito fundamental.

---

<sup>124</sup> BIONI, B.; SILVA, P.; MARTINS, P. Intersecções e relações entre a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e a Lei de Acesso à Informação (LAI): análise contextual pela lente do direito de acesso. In: CGU. **Coletânea de Artigos da Pós-Graduação em Ouvidoria Pública**, v.1, p.8-19, 2022. Disponível em: <[https://revista.cgu.gov.br/Cadernos\\_CGU/article/view/504/284](https://revista.cgu.gov.br/Cadernos_CGU/article/view/504/284)>. Acesso em: 5 abr. 2022.

Como assevera Menelick, o quadro principiológico geral e abstrato estabelecido na Constituição e na legislação não é autoaplicável. Conquistas sociais não se esgotam na lei. A etapa seguinte é a necessária densificação da atividade legislativa, concretizando os seus preceitos através de políticas públicas, programas governamentais e atos normativos secundários regulamentadores. Muitas vezes, nem mesmo essas instâncias de execução serão suficientes e caberá ao Judiciário materializar tais direitos.<sup>125</sup>

Em vista disso, neste tópico, far-se-á, primeiramente, a análise do Decreto nº 7.724/12, que regulamentou a Lei de Acesso à Informação no Executivo federal. Além de estabelecer as regras para o governo federal, o decreto federal é importante por funcionar como modelo para a regulamentação em nível estadual e municipal, sendo que, frequentemente, estes entes apenas reproduzem a sua integralidade ou fazem mínimas alterações.

Em sequência, serão examinados os programas e principais ferramentas de transparência ativa e passiva do governo federal, em especial, o Portal da Transparência, o Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC) e o Painel Lei de Acesso à Informação. Ainda, a apresentação de uma avaliação panorâmica das iniciativas governamentais, da performance nacional em rankings e um apanhado dos principais avanços e desafios que ainda persistem. Por fim, será feita uma abordagem acerca das recentes tentativas de retrocessos.

### 1.2.1 Regulamento federal: o Decreto nº 7.724/2012

O Decreto nº 7.724/2012 é o ato normativo regulamentador da LAI no Poder Executivo federal, aplicável aos órgãos da administração direta e indireta da União (art. 5º). Como apontado de antemão, também serviu como referência para a regulamentação da LAI nos estados e municípios brasileiros.

Em primeiro lugar, o decreto reitera e complementa a estrutura conceitual base da LAI. Nos termos do art. 7º, IV da lei, o acesso à informação abarca o direito de obter informação primária, íntegra, autêntica e atualizada. Nesse sentido, os incisos do art. 4º da LAI definem e caracterizam o significado dessas expressões, complementado pelos incisos do art. 3º do decreto. Na tabela 5, essas definições são esclarecidas:

---

<sup>125</sup> NETTO, Menelick de Carvalho. Racionalização do Ordenamento jurídico e Democracia, p. 13-38. In: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS. **A consolidação das leis e o aperfeiçoamento da democracia**. Belo Horizonte, 2003.

**Tabela 5**  
**Conceitos da Lei de Acesso à Informação e do Decreto nº 7.724/12**

CONCEITOS	SIGNIFICADO	PREVISÃO
<b>Informação primária</b>	Informação coletada na fonte, com máximo de detalhamento possível, sem modificações.	Art. 4º, IX – LAI Art. 3º, X – Decreto nº 7.724/12
<b>Informação íntegra</b>	Informação não modificada, inclusive quanto à origem, trânsito e destino.	Art. 4º, VIII – LAI Art. 3º, IX – Decreto nº 7.724/12
<b>Informação autêntica</b>	Informação não produzida, expedida, recebida ou modificada por determinado indivíduo, equipamento ou sistema.	Art. 4º, VII – LAI Art. 3º, VIII – Decreto nº 7.724/12
<b>Informação atualizada</b>	Informação que reúne os dados mais recentes sobre o tema, de acordo com sua natureza, com os prazos previstos em normas específicas ou conforme a periodicidade estabelecida nos sistemas informatizados que a organizam.	Não previsto na LAI Art. 3º, XI – Decreto nº 7.724/12

Elaborada pela autora com dados extraídos do site do Planalto (2012).

O decreto também trouxe algumas novas obrigações normativas para o governo federal no que tange à transparência ativa (incisos do §3º do art. 7º), tal qual a divulgação no site oficial da remuneração dos servidores públicos federais (inciso VI), conforme redação dada pelo Decreto nº 9.690/19. Com isso, a disponibilização desses dados, que já vinha ocorrendo antes e foi declarada constitucional pelo STF<sup>126</sup>, tornou-se dever da União, expressamente exigido por ato normativo secundário.

Detalhou, ainda, com maior profundidade o procedimento de acesso à informação, especificando, por exemplo, quais são os dados exigidos do requerente para a solicitação de acesso (art. 12).

No que tange à classificação de informações sigilosas, reiterou os critérios da LAI: a observância do interesse público; a menor restrição possível; a gravidade do risco ou dano à segurança da sociedade ou Estado; o prazo máximo da classificação conforme o grau do sigilo (art. 24, §5º da LAI c/c art. 27 do decreto). Com a revogação de parte do Decreto nº 9.690/19, foi reestabelecido o anterior impedimento de delegação da

<sup>126</sup> Essa discussão sobre a constitucionalidade será aprofundada neste tópico, no item 1.2.3.

competência para classificar o sigilo como ultrassecreto e secreto (§1º do art. 30), conforme redação dada pelo Decreto nº 9.716/19. É permitida a delegação no caso de sigilo de grau reservado, vedada a subdelegação (art. 30, §2º e 3º).

O decreto trouxe disposições específicas para o cumprimento dos ditames da LAI pelas entidades privadas sem fins lucrativos que recebem recursos públicos (art. 63 a 64-C). Traz, por exemplo, a possibilidade de dispensa da exigência de divulgação em seu sítio eletrônico das informações que devem dar publicidade, em caso de não disporem dos meios para fazê-lo (art. 63, §2º).

Conforme estabelecido no art. 41, III da LAI, o decreto exige a designação de autoridade para o monitoramento da aplicação da lei em cada órgão público (art. 67) e confere à CGU competências gerais de orientação e supervisão da observância da LAI em toda a administração pública federal (art. 68). Como mencionado, com frequência, critica-se a adoção desse modelo no Brasil. Apesar de a CGU exercer um papel fundamental e contribuir para a construção de boas práticas em acesso à informação, o modelo mais elogiado é de uma agência nacional e independente que exerça essas funções, evitando que seja hierarquicamente vinculada à Presidência, possua apenas um *status* ministerial e vincule somente no nível federal. Nesse sentido, a ONG Artigo 19 constatou que a:

[...] heterogeneidade da aplicação da LAI é decorrente, entre outras razões, da ausência de um órgão nacional independente e especializado de monitoramento da lei, que exerça as funções de controle, acompanhamento e promoção em todas as esferas e órgãos que estão sob sua jurisdição. Na falta desse órgão nacional único, os organismos de controle existentes descentralizados em cada órgão público, como as controladorias e ouvidorias, têm assumido essa função, fator decisivo no sucesso da aplicação da LAI em muitos casos<sup>127</sup>.

Diante do exposto, é preciso avaliar até que ponto a administração pública tem conseguido traduzir as regras e princípios da LAI em condições efetivas de acesso da sociedade civil às informações públicas<sup>128</sup>.

Um grave problema na implementação do regulamento da LAI tem sido o constante indeferimento do acesso com base em interpretação ampla das cláusulas legais que preveem que não serão atendidos pedidos genéricos, desproporcionais ou

---

<sup>127</sup> ARTIGO 19. **Os 5 anos da Lei de Acesso à Informação: uma análise de casos de transparência.** São Paulo, 2017. Disponível em: <<https://artigo19.org/blog/2017/05/15/os-5-anos-da-lei-de-acesso-a-informacao-uma-analise-de-casos-de-transparencia/>>. Acesso em: 20 jan. 2020, p. 11.

<sup>128</sup> PAES, Eneida. A construção da Lei de Acesso à Informação Pública no Brasil: desafios na implantação de seus princípios. **Revista de Serviço Público**, Brasília, v. 62, n. 4, p. 407-423, out./dez. 2011.

desarrazoados, que exijam trabalhos adicionais de análise, interpretação, consolidação, produção ou tratamento de dados que fujam da competência do órgão (art. 13, I, II e III)<sup>129</sup>.

É intrínseco aos pedidos de acesso que algum grau de trabalho adicional seja feito pelo órgão destinatário. Fica evidente o desrespeito aos ditames da LAI quando, por exemplo, o órgão se refugia nesta cláusula para indeferir o pedido, apesar de versar sobre matérias previstas nos incisos do §1º do art. 8º da LAI, que são aquelas que deveriam ser divulgadas de forma automática, prévia e independente de requerimento do cidadão. Desse modo, a interpretação desta exceção deve ser feita de modo restritivo e não pode ser utilizada recorrentemente para negar pedidos de acesso legítimos, como tem sido feito<sup>130</sup>.

Igualmente, o servidor não deve se esquivar de fornecer a informação alegando a generalidade ou incompreensão do pedido. É possível tentar contato com o solicitante, para compreender melhor os dados e informações que deseja ter acesso. Afinal, a diretriz deve ser a plena efetividade do direito de acesso à informação, o que é incompatível com o uso de barreiras burocráticas e escudos normativos para obstaculizar esse direito.

É comum também os órgãos se refugiarem nas questões de competência para negar pedido de acesso, sem sequer apontar o caminho para o cidadão. A compreensão da estrutura organizacional da administração pública nem sempre é tarefa fácil para a sociedade civil, e esse encargo não deve ser a ela repassado. É preciso que sejam tomadas todas as medidas possíveis para facilitar o acesso, tais como: o encaminhamento interno do pedido ao órgão correto, o fornecimento da informação sobre a competência de forma clara e acessível e a possibilidade de envio de pedido de acesso pelo cidadão sem especificar para qual órgão, por desconhecer as competências (isto é, a existência de uma opção “não sei a qual órgão devo encaminhar” no formulário de solicitação de acesso)<sup>131</sup>.

Ademais, uma forma de simplificação e articulação do acesso é que os órgãos com competências centrais possuam base de dados completa, com informações estatísticas gerais sobre toda a estrutura administrativa. Com isso, ao serem demandados pela sociedade civil, conseguem fornecer tais dados de forma concentrada, ao invés de

---

<sup>129</sup> ALIANZA REGIONAL POR LA LIBRE EXPRESIÓN E INFORMACIÓN. Saber más VI: informe regional sobre acceso a información pública y apelaciones (2014).

<sup>130</sup> MICHENER, Gregory; MONCAU, Luiz; VELASCO, Rafael. **Avaliação de transparência do Estado Brasileiro e do Poder Judiciário**. Rio de Janeiro: FGV, 2016.

<sup>131</sup> ARTIGO 19. **Por dentro do sistema eletrônico de informação ao cidadão (e-SIC): um guia para gestores públicos**. São Paulo, 2019. Disponível em: <[https://artigo19.org/wp-content/blogs.dir/24/files/2019/04/GUIA-GESTORES\\_FINAL.pdf](https://artigo19.org/wp-content/blogs.dir/24/files/2019/04/GUIA-GESTORES_FINAL.pdf)>. Acesso em: 27 abr. 2020.

encaminhar o requerente para cada unidade administrativa individualizada. Essa postura pode, até mesmo, inviabilizar o acesso à informação, em se tratando de elevada quantidade de órgãos espalhados pelo país, cada qual com sistemas próprios e diferentes uns dos outros ou que, nem sempre, possuem a estrutura para responder às solicitações.

## 1.2.2 Um panorama da transparência ativa federal

### 1.2.2.1 Sites oficiais do governo federal

Em um novo cenário inaugurado pela Lei de Acesso à Informação, no qual a publicidade e a divulgação imediatas, e independentemente de requerimento, passam a ser o preceito geral a ser observado pela Administração Pública, confere-se maior centralidade às ações de transparência ativa. Soma-se a isso a acelerada evolução das ferramentas da tecnologia da informação, que se tornam os meios de excelência para disponibilizar os dados públicos. Dessa forma, surgem novas oportunidades de aprimorar o acesso à informação e aumentam-se os níveis de exigência para avaliação dos canais eletrônicos governamentais.

Em síntese, a transparência ativa tem sido cumprida de dois modos: primeiramente, através da publicação dos dados em sites oficiais dos governos federal, estaduais e municipais. Esses sites reúnem e centralizam diversas páginas derivadas e organizam as principais informações de interesse público em diferentes abas e setores. Em segundo lugar, com a criação e alimentação de portais da transparência, que possuem teor mais técnico e veiculam os dados orçamentários e fiscais detalhados do Estado.

Esse padrão tem sido seguido a nível nacional e subnacional, ainda que haja grandes disparidades no *layout*, na qualidade da disposição visual das informações e na quantidade de dados disponíveis. Como houve a dispensa pela LAI da exigência de sítios eletrônicos oficiais para municípios com até 10 mil habitantes (art. 8º, §4º), nem todas as localidades disponibilizam seus dados na internet, o que inviabiliza o amplo acesso às informações e o desenvolvimento de atividade de sistematização e organização dos dados públicos, justamente nas cidades de maior vulnerabilidade.

Apesar de a existência desses dois canais eletrônicos (site oficial e portal da transparência) relativamente independentes não ser, a princípio, um problema, a criação de conexões entre eles, como *links* para redirecionamento, é uma boa prática. Por esse ângulo, também é fundamental que, em todas as páginas do governo, as informações

possam ser facilmente encontradas pelos usuários e que exista um ícone visível padronizado de redirecionamento para o sistema eletrônico de solicitação de informações, interligando, portanto, as ferramentas de transparência ativa e passiva<sup>132</sup>.

A sistematização dos dados e a manutenção das páginas oficiais regularmente atualizadas é outra medida necessária. A existência de dados sistematizados impacta positivamente a produção normativa e a construção de políticas públicas, por possibilitar um melhor conhecimento da realidade a ser regulamentada. A sistematização também é necessária para tornar possível a disponibilidade pública dos dados e contribuir para a transparência e engajamento social<sup>133</sup>. Todavia, os governos locais dificilmente possuem uma efetiva memória organizativa, o que acaba por impossibilitar a acumulação de informações e conhecimentos ao longo do tempo e, conseqüentemente, o pleno acesso à informação pelo cidadão. Esse diagnóstico pode ser confirmado por consultas e testes da autora aos sites oficiais do governo federal e a partir dos resultados do questionário aplicado nesta pesquisa, nos quais foram constatadas algumas graves e frequentes deficiências e outros pontos que poderiam ser aprimorados na disponibilidade de dados públicos nas páginas oficiais.

Nesse sentido, antes de se coletar no questionário a experiência dos usuários respondentes, verificou-se se a instituição<sup>134</sup> efetivamente utiliza os sites oficiais do governo federal como fonte de dados e informações. Conforme o gráfico 8, mais de 90% confirmaram esse uso:

---

<sup>132</sup> ARTIGO 19. **Por dentro do sistema eletrônico de informação ao cidadão (e-SIC):** um guia para gestores públicos. São Paulo, 2019. Disponível em: <[https://artigo19.org/wp-content/blogs.dir/24/files/2019/04/GUIA-GESTORES\\_FINAL.pdf](https://artigo19.org/wp-content/blogs.dir/24/files/2019/04/GUIA-GESTORES_FINAL.pdf)>. Acesso em: 27 abr. 2020.

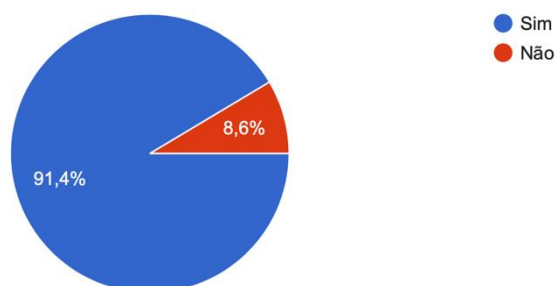
<sup>133</sup> VIEIRA, Eduardo. Desafios e estratégias para a implantação da avaliação de impacto legislativo. In: MENEGUIN, Fernando; SILVA, Rafael Silveira e (Orgs.). **Avaliação de impacto legislativo: cenários e perspectivas** para sua aplicação. Brasília: Senado Federal, 2017.

<sup>134</sup> Conforme explicitado no tópico de metodologia, o público-alvo do questionário foram as instituições que fazem parte da chamada “Rede de *Advocacy* Colaborativo” (RAC), em regra, organizações da sociedade civil envolvidas na efetividade de direitos fundamentais e com *expertise* em incidência política no governo.

## Gráfico 8

### Extração de dados dos sites do governo federal

A organização já extraiu dados ou informações de algum site oficial do governo federal?  
70 respostas



Gerado automaticamente pelo *Google Forms* no questionário aplicado pela autora.

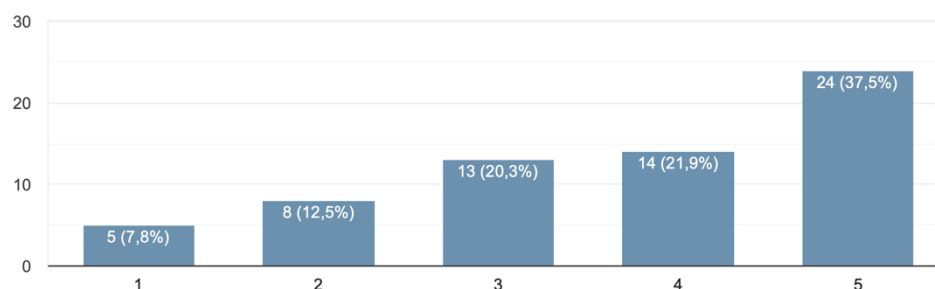
Ao responder não, o usuário era encaminhado para a seção seguinte. Desse modo, não foram colhidas percepções daqueles que não conhecem ou utilizam os instrumentos avaliados, seja os sites oficiais ou nos demais itens do questionário.

Ao responder sim, o usuário parametrizava a frequência de seu uso. Foi estabelecida uma escala de 1 (raramente) a 5 (recorrentemente). Quase 60% responderam que utiliza com uma grande frequência (4 ou 5 na escala), conforme demonstra o gráfico 9:

## Gráfico 9

### Frequência de uso dos sites do governo federal

Frequência de uso  
64 respostas



Gerado automaticamente pelo *Google Forms* no questionário aplicado pela autora.

A partir desses dois resultados, avalia-se que as instituições envolvidas possuem um mínimo de experiência com os portais oficiais do governo federal e estão aptas a



fornecer um *feedback* razoável sobre dificuldades com as quais se deparam. O questionário buscou detectar a qualidade desses sites tomando por base três dimensões básicas: disponibilidade de dados (gráfico 10), atualização (gráfico 11) e compreensão (gráfico 12), a seguir:

**Gráfico 10**

**Disponibilidade dos dados nos sites oficiais do governo federal**

Disponibilidade dos dados

64 respostas



Gerado automaticamente pelo *Google Forms* no questionário aplicado pela autora.

Quanto à disponibilidade, a maior parte dos usuários (60,9%) apontou que os sites oficiais suprem apenas parcialmente as suas demandas informacionais. Outro diagnóstico relevante é que um considerável número de respondentes (23,4%) encontra a informação completa após navegar pelo site, mas tem dificuldades para localizá-las. Há, portanto, na visão dos respondentes, problemas de incompletude dos dados disponibilizados e de usabilidade dos portais oficiais. Apenas 10,9% não se deparou com essas contingências. Por fim, quase 5% apontam a falta da informação necessária.

### Gráfico 11

#### Atualização de dados dos sites do governo federal

Atualização dos dados  
63 respostas



Gerado automaticamente pelo *Google Forms* no questionário aplicado pela autora.

Há espaço para avanço no que tange à periodicidade da atualização dos dados nos sítios eletrônicos do Executivo federal. Um primeiro ponto é a considerável falta de referência à data da atualização daquelas informações, apontada por 19% dos respondentes. Ao não saber se o dado é atual, a depender do caso, ele se torna inútil para o usuário. Uma pequena parcela (6,3%) aponta graves desatualizações. Na percepção de quase 50% dos respondentes, infere-se que a atualização das informações que extraem dos sites se dá uma vez a cada um ou mais meses, o que, a depender da finalidade da coleta, não compromete a tempestividade e utilidade. Por fim, é relevante que mais de 25% notaram atualizações constantes – diárias ou semanais.

### Gráfico 12

#### Facilidade de compreensão de dados dos sites do governo federal

Compreensão dos dados  
64 respostas



Gerado automaticamente pelo *Google Forms* no questionário aplicado pela autora.

O cuidado com a linguagem usada nos sites oficiais e a compreensão das informações pelos usuários é uma questão relevante. Conforme perfil desenhado no tópico de metodologia, no questionário se está diante de usuários bastante qualificados, seja pela frequente atuação institucional, pelos cargos de peso que os representantes ocupam ou elevada escolaridade. Ainda assim, 56,3% apontam algum nível de dificuldade para entendê-las, apesar de conseguirem superar esse entrave autonomamente. Em raciocínio indutivo, é razoável supor que, possivelmente, cidadãos leigos possuem ainda mais graves problemas dessa natureza, que poderiam chegar ao extremo de obstar o acesso.

Na pergunta seguinte, os usuários foram então convidados a selecionar uma ou mais dificuldades de navegabilidade e usabilidade que encontraram no manuseio dos sites oficiais do governo federal. A partir de 61 respostas, os problemas mais frequentes foram os seguintes:

- I. Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados (49,2%);
- II. *Layout* não amigável ou não responsivo (45,9%);
- III. Mudanças de domínio e/ou *links* não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto – mensagem “esse endereço não existe” (37,7%);
- IV. Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados (37,7%);
- V. Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina (36,1%);
- VI. Carregamento lento das páginas ou no *download* de dados (34,4%);
- VII. Arquivos disponibilizados para *download* não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos (23%).

Na questão aberta desta seção, foram solicitadas considerações sobre a navegabilidade, anteriores e posteriores à recente mudança de domínios pelo governo federal e centralização dos endereços eletrônicos no portal único “gov.br”, com o Decreto nº 9.756/2019. Dentre as 24 respostas obtidas, 50% declaram maior incidência de links quebrados, instabilidade de sites, redução de informações anteriormente disponíveis ou outros desconfortos; 25% não vislumbraram mudanças significativas; apenas 8% indicaram melhorias e os demais não conseguiram avaliar.

Por fim, foram feitas duas afirmações e os respondentes poderiam concordar totalmente, concordar parcialmente ou discordar totalmente. O objetivo era a coleta de uma percepção mais geral sobre dois assuntos: a relação entre completude dos sites e pedidos de acesso à informação e a comparação com governos estaduais e municipais.

A primeira declarava: “a indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados ativamente nos sites oficiais do governo federal resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC”. Em 62 respostas obtidas, cerca de 42% concordaram parcialmente e 27,4% concordaram totalmente. Quase 70%, portanto, concordam em algum nível; os demais discordam totalmente. Nesse sentido, infere-se que melhorias na qualidade dos sites e na disponibilização ativa das informações pode reduzir o volume de solicitações de acesso.

Já a segunda assertiva trazia que “os sites oficiais de governos estaduais e municipais que a organização acessa são qualitativamente inferiores aos sites do governo federal, considerando as dimensões desse questionário” (isto é, disponibilidade, atualização, compreensão dos dados). Novamente, considerando as 64 respostas, cerca de 70% concordaram parcial (51,6%) ou totalmente (20,3%). Por sua vez, 14,1% discordaram totalmente e 14,1% apontaram que não usam sites de governos subnacionais. Desse modo, é possível, mais uma vez, inferir que os problemas constatados no questionário quanto aos sites oficiais do governo federal são, em uma perspectiva geral, tão graves ou ainda piores no nível estadual ou municipal, baseando-se nas percepções das organizações da sociedade civil que responderam o questionário aplicado.

#### 1.2.2.2 Portal da transparência federal

Dentro das ferramentas de gestão fiscal e transparência de maior destaque, é preciso analisar com mais profundidade o “Portal da Transparência” do governo federal. Criado em 2004, permite o acompanhamento e fiscalização do uso do dinheiro público. Dentre suas funções, detalha a execução das despesas públicas e o resultado de licitações e compras governamentais.

Trata-se de um site de acesso livre, que não exige cadastro para acesso aos dados e que já foi premiado e reconhecido como um importante instrumento de transparência e controle social. Os dados são provenientes de diversas fontes e são atualizados em periodicidade diária, semanal ou mensal, a depender do tema, sendo responsabilidade dos

órgãos federais e ministérios repassá-los à CGU, que os recebe, reúne e disponibiliza para o cidadão no site<sup>135</sup>.

Apesar do grande impacto e valor da ferramenta, ao longo dos anos, ela foi constantemente colocada de lado. Apresentou problemas como a não atualização periódica dos dados nas datas previstas, gerando zonas de opacidade informacional, e deficiências de usabilidade e navegabilidade, em razão de sua complexidade técnica.<sup>136</sup> A figura 2 mostra como foi, por muitos anos, a página inicial do Portal da Transparência federal:

**Figura 2**  
**Página inicial do "Portal da Transparência" do governo federal**

Fonte: Controladoria Geral da União (2014).

Desde, no mínimo, 2011, já havia planos para a reestruturação do Portal da Transparência. Esse compromisso chegou a ser expressamente declarado no 1º Plano de Ação Nacional brasileiro (2011-2013), quando o Brasil firmou com outros países a

<sup>135</sup> BRASIL. Controladoria-Geral da União. **Portal da Transparência do Governo Federal**. Disponível em: <<http://www.portaldatransparencia.gov.br>>. Acesso em 10 abr. 2020.

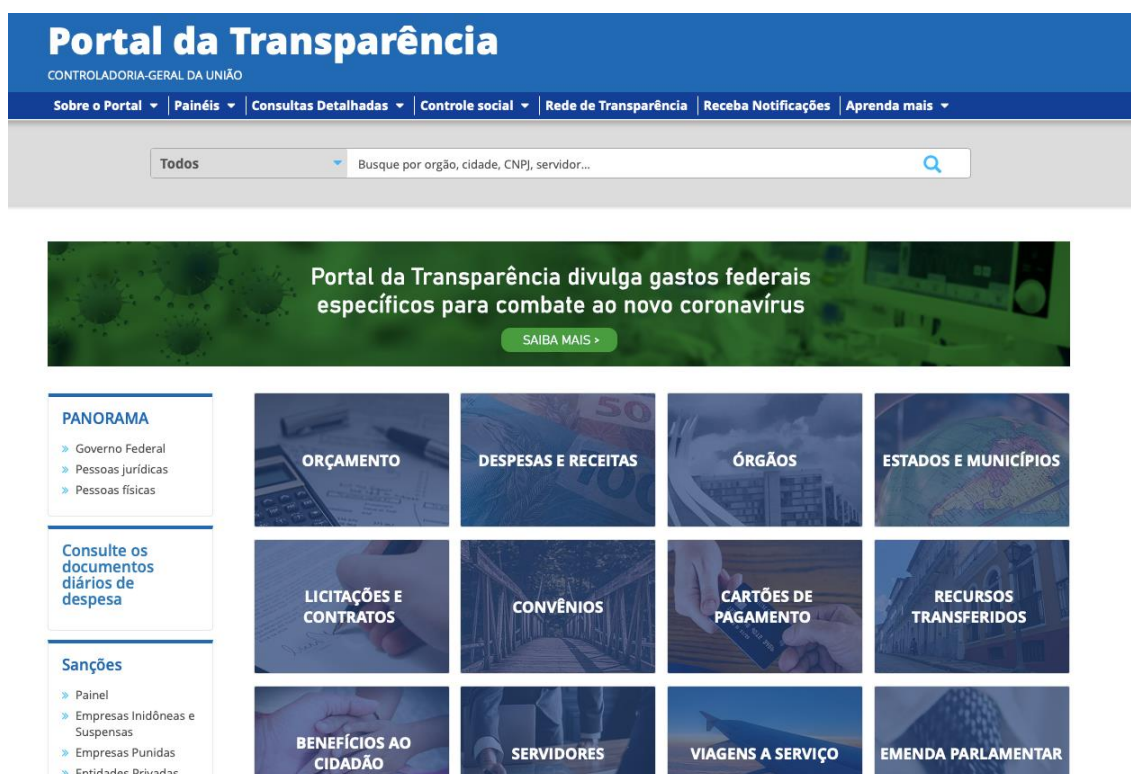
<sup>136</sup> RESENDE, Walisson da Costa; NASSIF, Mônica Erichsen. Aplicação da lei de acesso à informação em portais de transparência governamentais brasileiros. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 20, n. 42, p. 1-16, jan./abr. 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2015v20n42p1>>. Acesso em: 8 abr. 2020.

Parceria para o Governo Aberto<sup>137</sup>. Porém, foi constantemente adiado, em uma clara falta de prioridade política com a melhoria desse importante instrumento de *accountability*.

Finalmente, em 2018, o portal foi aprimorado para facilitar o seu uso e melhorar sua apresentação e usabilidade pelos cidadãos. Dentre as novidades, estão: a integração com redes sociais (permite o compartilhamento do dado no WhatsApp, Facebook e Twitter), a sua adequação a plataformas móveis e a ferramenta de notificação sobre temas de interesse. Em relação à notificação, o usuário seleciona as opções de filtros que deseja acompanhar e recebe alertas de atualização por e-mail, conforme existam novos dados disponíveis naqueles assuntos. Mesmo após as melhorias implementadas, ainda ocorrem erros de servidor, programação e hospedagem no site<sup>138</sup>, conforme já constatado pela própria autora em seu uso. A figura 3 mostra a nova página inicial do portal, para fins de comparação das diferenças no *layout*:

**Figura 3**

**Página inicial do "Portal da Transparência" federal, após 2018**



Fonte: Controladoria Geral da União (2020).

<sup>137</sup> As questões sobre governo aberto serão aprofundadas no terceiro capítulo.

<sup>138</sup> BRASIL. Controladoria-Geral da União. **Portal da Transparência do Governo Federal**. Disponível em: <<http://www.portaldatransparencia.gov.br>>. Acesso em 10 abr. 2020.

Observa-se que houve uma modernização no seu *design*, tornando-o mais claro e limpo, ao reduzir o volume excessivo de informações que já era apresentado na página inicial.

Para comparar a navegabilidade anterior e posterior à reformulação de 2018 do Portal da transparência federal, foi solicitado no questionário aplicado por esta pesquisa que os usuários apontassem, em pergunta aberta, que mudanças notaram. Em síntese, as 9 respostas obtidas apontaram:

- I. Desatualização de dados, em alguns casos desde 2018 e no início de 2019;
- II. Melhoria na usabilidade geral, com uma simplificação das informações dispostas na página inicial, apesar da nova navegabilidade exigir conhecimento das funcionalidades da plataforma para melhor uso;
- III. Manutenção de problemas estruturais, como dificuldades em cruzar dados;
- IV. Complexidade;
- V. Indisponibilidade de *downloads* e arquivos corrompidos;
- VI. Não constatou mudanças ou não usava o portal antes de 2018.

Entre 2004, quando foi criado, e 2020, é possível notar um considerável aumento do número de acessos<sup>139</sup>. De 2004 a 2006, a média mensal de sessões iniciadas girava em torno de 30.000. A partir de 2007, as estatísticas apontam uma crescente expansão no uso desse instrumento. Em 2014, já alcançava a média de mais de 1 milhão de sessões por mês, patamar que se mantém nos anos seguintes<sup>140</sup>, conforme mostra o gráfico 13, atualizado até abril de 2020:

---

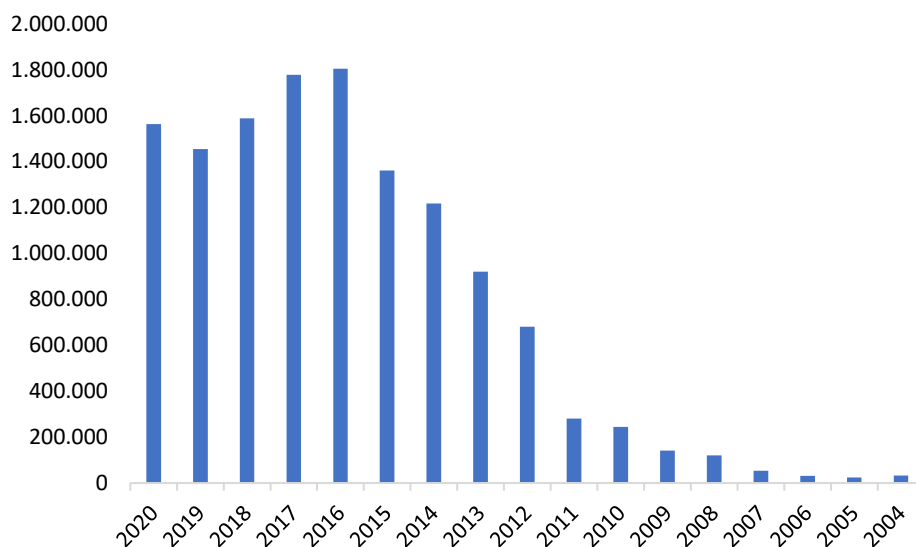
<sup>139</sup> Nas estatísticas de acesso que fornece, o Portal de Transparência federal mede três espécies de acesso: usuários; sessões e visualizações de páginas. Usuários se refere a utilizadores que iniciaram ao menos uma sessão no período (é, portanto, o menor número dentre os três); a segunda categoria se refere ao número total de sessões, sendo que uma sessão é o período de tempo que um utilizador interage ativamente com o Portal. Assim, um mesmo usuário pode iniciar mais de uma sessão, por isso, esse número é maior que o anterior. Por fim, a terceira medição contabiliza o número total de páginas visualizadas, sendo que entra na contagem até mesmo as visualizações repetidas de uma mesma página. Esse é, portanto, o número mais alto dos três (BRASIL. Controladoria-Geral da União. Portal da Transparência do Governo Federal. **Estatísticas de Acesso**. Disponível em: <<http://www.portaldatransparencia.gov.br/estatisticas>> . Acesso em: 18 abr. 2020).

<sup>140</sup> BRASIL. Controladoria Geral da União. **Guia de implantação de Portal da Transparência**. Brasília, 2013. Disponível em: <[https://www.gov.br/cgu/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/transparencia-publica/brasil-transparente/arquivos/guia\\_portaltransparencia.pdf](https://www.gov.br/cgu/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/transparencia-publica/brasil-transparente/arquivos/guia_portaltransparencia.pdf)> Acesso em: 18 abr. 2020.



Gráfico 13

## Média mensal de acesso por ano no Portal da Transparência Federal



Elaborado pela autora com dados extraídos de pedido de acesso à informação (CGU, 2020).<sup>141</sup>

Continua, no entanto, sendo uma ferramenta pouco atraente para os cidadãos como um todo. Seu uso, apesar de ter sido expandido ao longo dos anos, ainda não é amplamente difundido para o cidadão médio, senão por entidades especializadas, jornalistas investigativos, organizações da sociedade civil, *experts* e servidores que atuam na área ou para um perfil de cidadãos de alta renda e escolaridade.

Esse diagnóstico pode ser confirmado por uma pesquisa que examinou os resultados de pesquisas de avaliação do portal, conduzida por *survey* eletrônico e estruturado, para conhecer o perfil de quem acessa, por que e como avalia. No período

<sup>141</sup> O atual Portal da Transparência disponibiliza ativamente apenas as estatísticas de acesso após a reformulação (agosto/2018 a 2020). Foi necessário pedido de acesso para obtenção das estatísticas de sessões de usuários de 2004 a julho de 2018 (refere-se ao pedido de acesso nº 001 do Apêndice A). No entanto, algo que, em tese, seria tão simples e rápido de obter, se tornou um processo demorado. Solicitou-se as estatísticas de acessos nos mesmos moldes atuais do site, incluindo as três categorias (usuários, sessões e visualizações de página). No entanto, a CGU respondeu com uma tabela denominada “estatísticas de acesso”, apenas referentes ao período que não estava no site (novembro de 2004 a julho de 2008) e me orientou a retirar as estatísticas de acesso de agosto de 2018 a 2020 no site. No entanto, não especificaram se tais estatísticas dos anos anteriores se tratavam e deviam ser comparadas com as estatísticas de sessões, usuários ou visualizações de páginas. Por isso, a resposta não resolveu a questão. Após recurso para a primeira instância, a CGU me reenviou a tabela completando os anos seguintes com os dados de sessões. Apesar disso, ainda ficou a dúvida sobre a natureza das estatísticas de acesso do período anterior. Novamente, em recurso para a segunda instância a CGU esclareceu que os dados enviados se tratava de sessões; os dados de usuários só começaram a ser medidos a partir de 2015. Não há, portanto, dados prontos de usuários de 2004 a 2014, apenas de sessões de acesso. Essa experiência mostra, de um lado, a falta de capacitação técnica do servidor e dificuldade em compreender a demanda e as próprias categorias de dados que o seu órgão dispõe (BRASIL. Controladoria-Geral da União. **Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão**. Disponível em: <<https://esic.cgu.gov.br/sistema/site/index.aspx>>. Acesso em: 09 abr. 2020).



que o questionário foi aplicado (2014), 41% dos usuários eram servidores públicos, dentre os quais 57% da esfera federal e 90% pertencentes ao Executivo; 70% possuíam ao menos ensino superior completo e 49% recebiam mais de R\$ 3.401,00 por mês<sup>142</sup>.

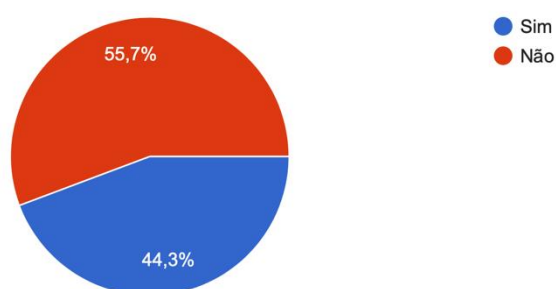
A taxa de retorno dos usuários também é um indicador relevante para medir se a ferramenta é intuitiva, eficaz e atraente para aqueles que a utilizam. Conforme a pesquisa feita, apenas 21% o acessavam periodicamente, 33% sem uma frequência definida e 23% nunca haviam acessado anteriormente. Outro dado interessante é que a maior proporção de usuários que considerou a ferramenta eficaz faz parte do grupo que acessa com frequência e que apenas um baixo percentual apontou sempre encontrar as informações que procura. Isso indica que os usuários não frequentes apresentam significativas dificuldades em acessar os dados e navegar pelo site<sup>143</sup>. Apesar da pesquisa ser anterior à reestruturação do portal, é possível inferir que as mudanças implementadas não foram tão profundas, nem houve amplas estratégias de divulgação da ferramenta, a ponto de mudar substancialmente o perfil de usuário.

Nesse sentido, no *survey* aplicado por esta pesquisa constatou-se que até mesmo as organizações sem fins lucrativos atuantes na sociedade nem sempre utilizam o Portal da Transparência federal, conforme ilustra o gráfico 14:

**Gráfico 14**  
**Coleta de dados no Portal da Transparência federal**

A organização já extrai dados ou informações do Portal da Transparência federal?

70 respostas



Gerado automaticamente pelo *Google Forms* no questionário aplicado pela autora.

<sup>142</sup> FREIRE, Felipe; BATISTA, Carlos. Como o cidadão avalia o Portal? Um estudo com os usuários do Portal de Transparência do Governo Federal. **Revista da CGU**, Brasília, v.8, n. 13, p. 373-403, jul./dez. 2016.

<sup>143</sup> Ibid.

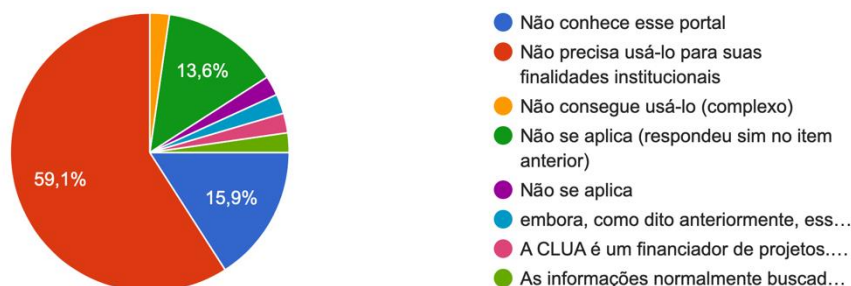
É bastante expressivo o fato de que mais da metade dos representantes das organizações da sociedade civil que responderam ao questionário nunca coletou dados no Portal da Transparência federal. Quando questionados os motivos para isso, as respostas foram sistematizadas no gráfico 15:

**Gráfico 15**

**Razões de não uso do Portal da Transparência federal**

Se a resposta foi não, qual o motivo?

44 respostas



Gerado automaticamente pelo *Google Forms* no questionário aplicado pela autora.

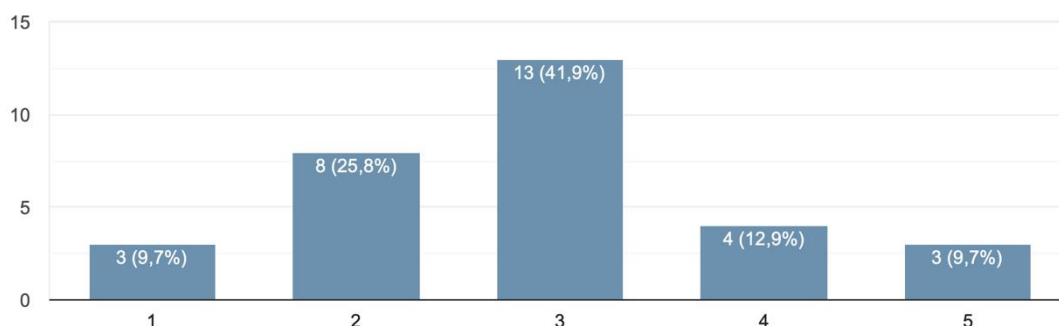
Quase 60% das instituições ouvidas entendem que não precisam usar esse portal para exercer as suas finalidades institucionais. Impressiona o percentual de cerca de 16% que sequer conhece a plataforma. As demais ocorrências não são estatisticamente tão relevantes. Desse resultado, pode-se inferir que há, ainda, um grande desconhecimento sobre a relevância, funções e até mesmo existência do Portal da transparência federal. As suas potencialidades não têm, portanto, sido inteiramente aproveitadas.

Quanto ao uso do portal pelos usuários que responderam ao questionário aplicado, notou-se que a frequência no uso é média, o que se vê no gráfico 16:

### Gráfico 16

#### Frequência de uso do Portal da transparência federal

Frequência de uso  
31 respostas



Gerado automaticamente pelo *Google Forms* no questionário aplicado pela autora.

Em uma escala de 1 (uso raro) a 5 (uso muito frequente), a maioria das organizações (41,9%) entendeu que usa em nível 3 ou 2 (25,8%). Algumas utilizam muito (níveis 4 ou 5 – cerca de 21%) e poucas utilizam raramente (menos de 10%).

Os gráficos 17, 18 e 19 ilustram a percepção dos respondentes do questionário quanto à avaliação das dimensões qualitativas do portal, idênticas às dimensões dos sites oficiais do governo: disponibilidade, atualidade e inteligibilidade dos dados.

### Gráfico 17

#### Disponibilidade dos dados no Portal da transparência federal

Disponibilidade dos dados  
31 respostas



Gerado automaticamente pelo *Google Forms* no questionário aplicado pela autora.

**Gráfico 18****Atualidade dos dados do Portal da transparência federal**

Atualização dos dados

31 respostas



Gerado automaticamente pelo *Google Forms* no questionário aplicado pela autora.

**Gráfico 19****Inteligibilidade dos dados do Portal da Transparência federal**

Compreensão dos dados

31 respostas



Gerado automaticamente pelo *Google Forms* no questionário aplicado pela autora.

Os diagnósticos são semelhantes à avaliação dos portais oficiais do governo federal. Em resumo, com grande frequência (67,7%) os respondentes não encontraram todas as informações que procuravam, o que aponta para uma incompletude e indisponibilidade parcial dos dados. Há, também, dificuldades em usar o portal, encontrar as informações disponibilizadas (16,1%) e entender os dados (67,7%). Já a atualização é observada, na maioria das vezes, uma vez a cada um ou mais meses (54,8%) ou em lapsos temporais menores (32,3%).

No que tange à atualização do portal, após a LC 131/2009, que alterou a LRF, tornou-se legalmente obrigatória a divulgação de dados detalhados sobre a execução

financeira e orçamentária, em tempo real, da União, estados e municípios em meios eletrônicos, bem como a adoção de um sistema integrado de administração financeira e controle.

Foi estabelecido o prazo de 1 ano para a União, Distrito Federal (DF) e municípios com mais de 100 mil habitantes cumprirem as exigências dessa lei; de 2 anos para municípios entre 50 mil e 100 mil habitantes e de 4 anos para aqueles com menos de 50 mil habitantes (art. 73-B). A partir de 2010, o Portal da Transparência federal, já existente, passou a disponibilizar os dados de execução financeira e orçamentárias exigidas em relação ao Executivo federal. Esses dados são fornecidos pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi). Ademais, até 2013, todos entes federados do país precisariam cumprir esses requisitos exigidos pela Lei da Transparência. Apesar de a lei não exigir propriamente a criação de um portal da transparência, mas apenas a disponibilização dessas informações na internet, o recomendado pela CGU para os entes federados foi a sua criação<sup>144</sup>.

Foi emitido um decreto federal (Decreto nº 7.185/2010) e uma portaria do Ministério da Fazenda (Portaria nº 548/2010) para estabelecer o padrão mínimo de qualidade e segurança a serem adotados nos sistemas dos entes da federação. O decreto deu concretude aos comandos da LC: por exemplo, determinou que a expressão “tempo real” significa que as informações devem ser disponibilizadas até o primeiro dia útil subsequente à data do registro contábil no respectivo sistema adotado (art. 2º, §2º, II).

Além disso, a CGU lançou um guia para auxiliar os gestores de municípios de médio e pequeno porte nessa tarefa. Recomendou que as municipalidades criassem um portal único que atendesse às exigências da LC 131/2009 e da LAI (2011) e ressaltou que a exceção da LAI aos municípios de menos de 10 mil habitantes não abarca a exigência da LC 131/2009 (conforme redação do art. 8º, §4º da LAI). Assim, até mesmo esses municípios deveriam disponibilizar as informações sobre a execução financeira e orçamentárias<sup>145</sup>.

A observância da exigência de atualização dos dados sobre a execução financeira e orçamentária em tempo real não é, contudo, a percepção dos respondentes do questionário, conforme gráfico 17. Como a maioria (54,8%) avalia que, no geral, os dados

---

<sup>144</sup> Ibid.

<sup>145</sup> Ibid.

no Portal da Transparência federal são atualizados em frequências mensais ou em períodos ainda maiores, não se pode inferir que cumprem o requisito de “tempo real”.

Após a Lei de Acesso à Informação (2011), alguns governos subnacionais e o federal (antes mesmo do Decreto nº 9.690/2019) passaram a divulgar, nominalmente, em seus respectivos portais de transparência, informações sobre remunerações, vencimentos e vantagens pecuniárias dos seus servidores. Contra essas medidas, foram impetradas uma série de ações de servidores, requerendo a retirada de sua identificação nominal, alegando afronta ao seu direito à intimidade e vida privada (art. 5º, X CF/88). Todavia, não foi este o entendimento que prevaleceu. A remuneração de cada agente público, paga com os cofres do Estado, é informação de interesse geral e coletivo. Desse modo, o Supremo declarou a constitucionalidade da publicação dos nomes de servidores e do respectivo valor individualizado de seus rendimentos em sítios eletrônicos<sup>146</sup>.

A divulgação nominal de remunerações de servidores públicos dos três poderes e entes da federação gerou muitas matérias na mídia e reações populares, especialmente quanto aos casos de vantagens pecuniárias vultuosas, acima até mesmo do teto constitucional, por serem classificadas como parcelas indenizatórias<sup>147</sup>. Essa tem sido uma das funções mais utilizadas nos portais de transparência, tanto por jornalistas como cidadãos, uma vez que esse tipo de despesa pública desperta muito interesse social. É o que mostram as estatísticas de acesso do portal por assuntos mais buscados: em regra, a aba de servidores está, mensalmente, dentro dos cinco temas mais acessados<sup>148</sup>. Com isso, ao menos nesse quesito, o portal atrai usuários e funciona como significativo mecanismo de controle social.

Como já destacado, com o Decreto nº 9.690/19, que alterou o regulamento da LAI no Executivo Federal, esse dever de divulgação nominal das remunerações de servidores passou a ser exigido por norma, pelo menos para o governo federal.

---

<sup>146</sup> BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **ARE 652.777**. Relator Min. Teori Zavascki, *DJE* 01/07/2015.

<sup>147</sup> Alguns dentre os inúmeros exemplos de matérias jornalísticas no tema: VALOR Econômico. **Com extras, 71% dos juizes do país recebem acima do teto de R\$ 33 mil**. Rio de Janeiro, 17 de dezembro de 2017. Disponível em: <<https://valor.globo.com/politica/noticia/2017/12/17/com-extras-71-dos-juizes-do-pais-recebem-acima-do-teto-de-r-33-mil.ghtml>>. Acesso em: 20 abr. 2020. CONGRESSO em foco. **Exclusivo: todos os supersalários do Senado**. Brasília, 26 de setembro de 2013. Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/exclusivo-todos-os-supersalarios-do-senado/>>. Acesso em: 20 abr. 2020.

<sup>148</sup> BRASIL. Controladoria-Geral da União. Portal da Transparência do Governo Federal. **Estatísticas de acesso**. Disponível em: <<http://www.portaldatransparencia.gov.br/estatisticas?ordenarPor=mesAno&direcao=desc>>. Acesso em: 18 abr. 2020.

Voltando aos resultados do questionário aplicado, outros problemas apontados pelos usuários (nas 28 respostas coletadas) sobre o uso do Portal da Transparência federal foram, em ordem decrescente:

- I. Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados (50%);
- II. Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados (50%);
- III. Carregamento lento das páginas ou no *download* de dados (46,4%);
- IV. *Layout* não amigável ou não responsivo (35,7%);
- V. Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina (25%);
- VI. *Links* não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto – mensagem “esse endereço não existe” (17,9%);
- VII. Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos (17,9%).

Ainda, ao se posicionarem sobre as duas afirmações feitas sobre o Portal da Transparência federal, foram colhidos os seguintes resultados:

Quanto à frase “a indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados no Portal da Transparência Federal resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC federal”, houve 30 respostas, dentre as quais 56,7% concordaram, seja completamente (26,7%), seja parcialmente (30%), ao passo que 43,3% discordaram totalmente. O objetivo era verificar se as falhas no fornecimento da informação pelo portal geravam aumento do volume de pedidos de acesso e os resultados foram equilibrados, sendo difícil traçar conclusões precisas.

A afirmação “no geral, os Portais da Transparência estaduais e municipais que a organização usa são qualitativamente inferiores ao Portal da Transparência Federal, considerando as dimensões desse questionário” (disponibilidade, atualização, compreensão dos dados e navegabilidade no portal), também obteve 30 respostas. A concordância foi, contudo, bem maior: 33,3% concordaram totalmente e 53,3% concordaram em parte, sendo que apenas 6,7% discordaram totalmente e os demais não usam portais de transparência subnacionais. Assim, a percepção dos respondentes é de

que as deficiências apontadas quanto ao Portal da transparência federal parecem ser ainda mais recorrentes e graves nos estados e municípios brasileiros.

#### 1.2.2.2.1 Opacidade na gestão da pandemia de Covid-19

Mais recentemente, o país enfrentou uma grave situação de emergência de saúde pública, que culminou em elevadas despesas governamentais para o seu enfrentamento. Diante desse cenário de calamidade, o STF autorizou, em medida cautelar, a flexibilização de algumas regras da Lei de Responsabilidade Fiscal<sup>149</sup>, como já destacado no tópico 1.1.2 desta tese. Também restou configurada hipótese de dispensa de licitação para aquisição de bens, serviços e insumos de saúde destinados ao combate da Covid-19<sup>150</sup>. Isso gerou preocupações quanto à transparência e controle social desses gastos. A resposta do governo federal foi a criação de novo filtro no Portal da Transparência, relacionado especificamente às despesas e repasses aos estados e municípios no combate ao coronavírus<sup>151</sup>. O Ministério da Saúde também divulgou os dados sobre os contratos firmados no período<sup>152</sup>.

Todavia, a transparência no uso dos recursos públicos para o enfrentamento da pandemia, no governo federal e também nos estados e municípios, está longe de ser suficiente. Nesse contexto, o Índice de Transparência da Covid-19 desenvolvido pela *Open Knowledge Brasil* (OKBR) busca avaliar a qualidade dos dados sanitários e epidemiológicos fornecidos pela União e estados. Tem havido, no geral, uma evolução positiva na transparência no decorrer das medições do Índice e denúncias feitas a partir disso, mas o estado da transparência na gestão da pandemia tem sido preocupante<sup>153</sup>.

O Boletim 6 da OKBR (7 de maio de 2020) denunciou retrocessos na atualização do boletim epidemiológico do governo federal, bem como a existência de cinco base de

---

<sup>149</sup> BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **ADI 6357**. Relator Min. Alexandre de Moraes. Brasília, DJE 30/03/2020.

<sup>150</sup> BRASIL. **Medida Provisória nº 926, de 20 de março de 2020**. Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para dispor sobre procedimentos para aquisição de bens, serviços e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus. Brasília, 2020.

<sup>151</sup> BRASIL. Controladoria-Geral da União. **Portal da transparência divulga gastos federais específicos para o combate ao coronavírus**. Disponível em: <<http://www.portaldatransparencia.gov.br/comunicados/603503-portal-da-transparencia-divulga-gastos-federais-especificos-para-combate-ao-coronavirus>>. Acesso em: 19 abr. 2020.

<sup>152</sup> BRASIL. Ministério da Saúde. **Contratos Coronavírus**. Disponível em: <<https://www.saude.gov.br/contratos-coronavirus>>. Acesso em: 18 abr. 2020.

<sup>153</sup> OPEN KNOWLEDGE BRASIL **Índice de Transparência da Covid-19**. São Paulo, 2020. Disponível em: <<https://transparenciacovid19.ok.org.br>>. Acesso em: 20 mai. 2020.



dados diferentes apenas no nível federal para conhecer as informações sobre a pandemia. Essa dispersão das informações dificulta enormemente o acesso e gera problemas de inconsistência e desperdício de recursos públicos. Por sua vez, os governos de São Paulo e Rio de Janeiro retrocederam na transparência, apesar de serem os estados com mais mortes pela pandemia<sup>154</sup>.

No Boletim 8 (divulgado em 21 de maio de 2020), constatou-se que apenas metade dos entes federados divulgam as informações sobre testes disponíveis; somente 6 disponibilizam a taxa de ocupação de leitos e outros 18, a ocupação de leitos exclusivos para Covid-19. Três estados (Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro e Tocantins) e o governo federal não divulgam qualquer informação sobre leitos. Outra deficiência constatada, que afeta enormemente a confiança social nas informações públicas, é a existência de dados conflitantes em quase metade dos estados. Isso tem ocorrido pelo uso de sistemas paralelos para gerir as políticas de saúde, que devem ser atualizados de forma coordenada e coesa, o que tem sido uma dificuldade para gestores<sup>155</sup>.

Mais um diagnóstico foi o fato de que o anúncio da retomada gradual das atividades por boa parte dos estados não veio acompanhado da abertura de dados que deveria embasar essa tomada de decisão. Dez estados anunciaram a flexibilização do isolamento social sem sequer divulgar a situação geral dos leitos nos seus territórios, o que é extremamente alarmante<sup>156</sup>.

Por fim, uma série de medidas de progressiva opacidade quanto ao enfrentamento do coronavírus foi tomada pelo governo federal. Primeiramente, modificou o horário de divulgação do boletim epidemiológico diário. Antes, os dados eram repassados às 17h; passaram, depois, a ser divulgados entre 19h e 20h. Após, começaram a sair por volta das 22h, após o término do Jornal Nacional e depois do horário que grande parte dos jornais impressos do país concluem suas edições. Em entrevistas, o

---

<sup>154</sup> OPEN KNOWLEDGE BRASIL. **Boletim #6 Transparência Covid-19.** Maiores afetados por Covid-19, SP e RJ reduzem transparência. São Paulo, 2020. Disponível em: <[https://transparenciacovid19.ok.org.br/files/Transparencia-Covid19\\_Boletim\\_6.pdf](https://transparenciacovid19.ok.org.br/files/Transparencia-Covid19_Boletim_6.pdf)>. Acesso em: 20 mai. 2020.

<sup>155</sup> OPEN KNOWLEDGE BRASIL. **Boletim #8 Transparência Covid-19.** Quase metade dos estados apresenta dados conflitantes sobre a Covid-19. São Paulo, 2020. Disponível em: <[https://transparenciacovid19.ok.org.br/files/Transparencia-Covid19\\_Boletim\\_8.pdf](https://transparenciacovid19.ok.org.br/files/Transparencia-Covid19_Boletim_8.pdf)>. Acesso em: 25 mai. 2020.

<sup>156</sup> OPEN KNOWLEDGE BRASIL. **Boletim #9 Transparência Covid-19.** Dez estados anunciaram retomada sem divulgar situação geral dos leitos. São Paulo, 2020. Disponível em: <[https://transparenciacovid19.ok.org.br/files/Transparencia-Covid19\\_Boletim\\_9.pdf](https://transparenciacovid19.ok.org.br/files/Transparencia-Covid19_Boletim_9.pdf)>. Acesso em: 31 mai. 2020.

Presidente deu indícios de que o motivo do atraso era justamente boicotar a produção de reportagens jornalísticas.

Em sequência, o Portal da Transparência federal e o site oficial do governo federal ficam fora do ar por várias horas entre os dias 5 e 6 de junho de 2020. Novamente em funcionamento, puderam ser constatadas mudanças e omissões na divulgação dos dados sobre a pandemia. Deixaram de constar o número total (acumulado) de pessoas infectadas e de óbitos, passando a anunciar apenas os dados das últimas 24 horas. Essa mesma nova abordagem de ocultação de informações já havia sido adotada no dia anterior no boletim epidemiológico<sup>157</sup>. A tendência de ocultação dos dados oficiais sobre a pandemia causa enorme preocupação, enquanto grave atentado à democracia brasileira e a diversos dispositivos constitucionais e legais vigentes.

Outro ranking sobre a transparência na pandemia foi desenvolvido pela organização Transparência Internacional, dessa vez focado nas informações sobre compras públicas e contratações emergenciais. Além de avaliar os portais dos governos estaduais e DF, examinou também os portais das capitais, para verificar a integridade das respostas do Poder Público local e do uso dos recursos estatais.<sup>158</sup>

A entidade fornece uma ferramenta de pressão social, para que os cidadãos cobrem padrões de transparência dos gestores locais e monitorem o uso do dinheiro público. O usuário seleciona o estado ou capital sobre o qual deseja se manifestar, e o site já fornece um modelo pronto de e-mail para ser enviado aos endereços eletrônicos oficiais daquele governo local, após preenchimento dos dados pessoais.<sup>159</sup>

Por fim, a organização produziu uma série de recomendações para a garantia da transparência nas contratações emergenciais de enfrentamento da pandemia e, com isso, redução dos riscos de corrupção e de desperdício dos recursos públicos. Dentre elas, estão as seguintes:

---

<sup>157</sup> OLIVEIRA, Joana. Após recordes na contagem de mortes por Covid-19, Brasil muda divulgação de dados e reduz informações. **El País Brasil**, São Paulo, 2020. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/brasil/2020-06-06/apos-recordes-na-contagem-de-mortes-por-covid-19-brasil-muda-divulgacao-de-dados-e-reduz-informacoes.html>>. Acesso em: 7 jun. 2020. MACHADO, Renato et al. Governo deixa de informar total de mortes e casos de Covid-19; Bolsonaro diz que é melhor para o Brasil. **Folha de São Paulo**, Brasília, 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/06/governo-deixa-de-informar-total-de-mortes-e-casos-de-covid-19-bolsonaro-diz-que-e-melhor-para-o-brasil.shtml>>. Acesso em: 7 jun. 2020.

<sup>158</sup> TRANSPARÊNCIA INTERNACIONAL. **Ranking de Transparência no combate à Covid-19**. Disponível em: <<https://transparenciainternacional.org.br/ranking/#ranking>>. Acesso em: 31 mai. 2020.

<sup>159</sup> TRANSPARÊNCIA INTERNACIONAL. **Transparência Salva Vidas** – pressione pela transparência no combate à Covid-19. Disponível em: <<https://www.transparenciasalva.org.br>>. Acesso em: 31 mai. 2020.

- a) A aprovação e ampla publicidade de um marco normativo expresso, específico e claro pelos estados e municípios para guiar os processos licitatórios e contratação em situação de emergência pública, nos moldes da Lei 13.979/2020;
- b) A existência de um espaço eletrônico específico e independente (uma aba, por exemplo, nos sites oficiais ou portais de transparência), em destaque e atualizado constantemente, para divulgação centralizada das informações mínimas exigidas sobre contratações emergenciais;
- c) A utilização de outros canais para divulgar informações simplificadas e acessíveis sobre os contratos emergenciais<sup>160</sup>.

É preciso, portanto, que os portais eletrônicos oficiais sejam atualizados constantemente e forneçam informações confiáveis, consolidadas e periódicas sobre a pandemia para os cidadãos brasileiros. Nesse contexto, a transparência e acesso à informação pelos cidadãos sobre os cuidados na pandemia, uso dos recursos públicos e situação do sistema de saúde se tornaram questão de vida ou morte. A opacidade no enfrentamento da pandemia no Brasil é mais um caso concreto que ilustra a relevância da transparência para políticas públicas bem-sucedidas.

### 1.2.2.3 Desempenho em rankings internacionais e nacionais

Feitas essas considerações sobre o Portal da Transparência federal, passa-se, agora, à análise de performance da transparência do governo em rankings, como um fator a ser considerado conjuntamente com os demais dados coletados para uma avaliação da transparência do governo federal. Uma ferramenta que contribui muito para avaliar o grau de transparência e participação na gestão fiscal dos países no mundo é o *Open Budget Survey Ranking*. Seus resultados podem contribuir para a compreensão do impacto das políticas públicas brasileiras nessa área, inclusive do Portal da Transparência. Permite, portanto, a comparação do desempenho de diferentes países e posicionar o Brasil em relação às boas práticas internacionais.

A metodologia desse ranking internacional é a aplicação de um questionário de 228 questões, respondidas por pesquisadores e especialistas de organizações da sociedade

---

<sup>160</sup> TRANSPARÊNCIA INTERNACIONAL. **Recomendações para transparência de contratações emergenciais em resposta à Covid-19.** São Paulo, 2020. Disponível em: <<https://comunidade.transparenciainternacional.org.br/asset/86:tibr-recomendacoes-de-contratacoes-emergenciais-covid19?stream=1>>. Acesso em: 31 mai. 2020.

civil e instituições acadêmicas, que avaliam os respectivos países onde atuam. Suas respostas são, em sequência, avaliadas por especialistas independentes e anônimos e por representantes do governo daquele país<sup>161</sup>.

O *Open Budget Survey Ranking* inclui cinco avaliações. São elas: i) o *Open Budget Index* (que avalia a disponibilidade pública de informações orçamentárias e a transparência fiscal); ii) a Participação Social no processo orçamentário (grau de oportunidades dos cidadãos para contribuir com o orçamento público); iii) Papel e Efetividade das instituições de controle; iv) Fiscalização do Legislativo e v) Fiscalização da Suprema Corte de Auditoria das contas públicas – no caso do Brasil, o Tribunal de Contas (TC). Essas três últimas, portanto, relacionam-se à dimensão de auditoria e fiscalização da prestação de contas<sup>162</sup>.

Apenas as respostas a 145 das questões são pontuadas, sendo 109 voltadas para a dimensão da transparência, 18 para a participação e 18 para a avaliação da efetividade da fiscalização e auditoria. As demais 83 respostas não são usadas para pontuar, mas sim para coletar informações do contexto e explorar as características de cada país na gestão fiscal. São cinco graus de desempenho: muito alto/extenso (81-100); alto/substancial (61-80); limitado/mediano (41-60); mínimo/baixo (21-40) escasso/muito baixo (0-20)<sup>163</sup>.

O Brasil possui uma performance muito alta no *Open Budget Index* (6º lugar no ranking, nota 81 em 100 pontos) e na Fiscalização do TC (22º lugar, 83 pontos). Seu desempenho é alto em Papel e Efetividade de instituições de controle (18º lugar, 78 pontos) e em Fiscalização do Legislativo (16º lugar, 75 pontos). Por sua vez, foi classificado como muito baixo o seu resultado em Participação social no orçamento (39º lugar, 17 pontos). O resultado geral, combinando todos os cinco indicadores, é bom (8º lugar, 73 pontos)<sup>164</sup>.

O Brasil (6º lugar) e a África do Sul (2º lugar) estão entre os países classificados como mais abertos pelo *Open Budget Index* (transparência fiscal/disponibilidade dos dados). Segundo Michener, esses resultados devem ser avaliados com cautela. Alguns

---

<sup>161</sup> INTERNATIONAL BUDGET PARTNERSHIP. **Open Budget Survey 2019 Methodology**. Disponível em: <[https://www.internationalbudget.org/sites/default/files/2020-04/2019\\_Methodology\\_EN.pdf](https://www.internationalbudget.org/sites/default/files/2020-04/2019_Methodology_EN.pdf)>. Acesso em: 5 mai. 2020.

<sup>162</sup> INTERNATIONAL BUDGET PARTNERSHIP. **Open Budget Survey – Data Explorer: Rankings**. Disponível em: <<https://survey.internationalbudget.org/#rankings>>. Acesso em: 5 mai. 2020.

<sup>163</sup> INTERNATIONAL BUDGET PARTNERSHIP. **Open Budget Survey 2019 – Methodology**. Disponível em: <[https://www.internationalbudget.org/sites/default/files/2020-04/2019\\_Methodology\\_EN.pdf](https://www.internationalbudget.org/sites/default/files/2020-04/2019_Methodology_EN.pdf)>. Acesso em: 5 mai. 2020.

<sup>164</sup> INTERNATIONAL BUDGET PARTNERSHIP. **Open Budget Survey – Data Explorer: Rankings**. Disponível em: <<https://survey.internationalbudget.org/#rankings>>. Acesso em: 5 mai. 2020.

dos motivos para esse desempenho não são necessariamente ligados a um maior acesso à informação fiscal nesses países. Por exemplo, podem se basear no fato de as suas leis e regulamentações em gestão orçamentária transparente serem mais novas (e, portanto, adotarem, ao menos no papel, as técnicas legislativas mais modernas) ou de haver uma maior necessidade de reconhecimento e bom desempenho no escrutínio internacional de países em desenvolvimento (o que pode fazê-los buscar cumprir formalmente os requisitos para uma nota melhor)<sup>165</sup>.

Essa observação pode ser confirmada por uma análise mais profunda dos resultados do país em alguns itens específicos do questionário. Apesar do ótimo desempenho geral em transparência fiscal (*Open Budget Index*), ao se avaliar o item que mede o grau de simplificação da linguagem técnica da proposta orçamentária ou do orçamento aprovado pelo governo, apto a ser compreendido pela sociedade civil, a nota do Brasil foi 49 em 100 pontos. Por isso, a recomendação da entidade para o país foi a produção de versões cidadãs dos documentos fiscais durante o processo orçamentário, disseminadas por diferentes meios e estratégias de comunicação e acessíveis para a sociedade civil. Esse item, apesar de não ter diminuído a nota brasileira a ponto de torná-la baixa, é definitivamente um dos pontos mais importantes para uma efetiva transparência na gestão fiscal<sup>166</sup>.

Quanto à avaliação na dimensão da participação social, detectou-se que os cidadãos têm escassas ou nenhuma oportunidade de participar da formulação e execução do orçamento público (ambas fases no âmbito do Executivo). Por sua vez, as oportunidades são existentes, mas limitadas durante a aprovação (no Legislativo) e adequadas na fiscalização (Tribunal de Contas). Por fim, no que tange às dimensões de fiscalização, auditoria e supervisão (Legislativo, Tribunal de Contas e outras instituições independentes de controle), averiguou-se um bom funcionamento dessas instâncias na fase de planejamento do ciclo orçamentário, mas um desempenho limitado no estágio de implementação<sup>167</sup>.

Um outro fator que chama atenção é a linha do tempo que compara a performance dos países nos rankings de 2008 a 2019. Constata-se que o Brasil apresentou

---

<sup>165</sup> MICHENER, Gregory. Policy Evaluation via Composite Indexes: Qualitative Lessons from International Transparency Policy Indexes. *World Development*, v. 74, p. 184-196, 2015.

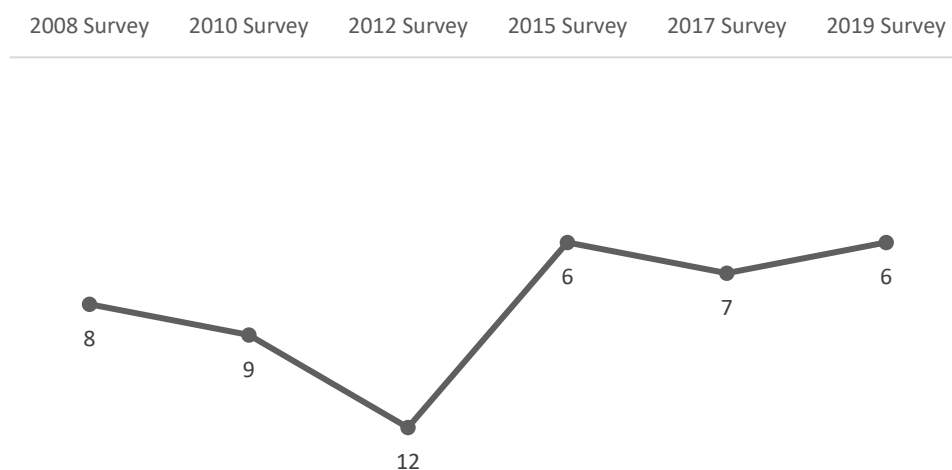
<sup>166</sup> INTERNATIONAL BUDGET PARTNERSHIP. *Open Budget Survey 2019: Brazil – Country Summary*. Disponível em: <<https://www.internationalbudget.org/sites/default/files/country-surveys-pdfs/2019/open-budget-survey-brazil-2019-en.pdf>> Acesso em: 5 mai. 2020.

<sup>167</sup> Ibid.

uma trajetória consideravelmente inconstante de subidas e descidas de posições e, em menor medida, de notas no ranking, ao contrário de outros países que tiveram curvas de ascendência ou decrescimento gradual e com maior regularidade<sup>168</sup>. Os gráficos 20 e 21 mostram esse movimento irregular no período:

**Gráfico 20**

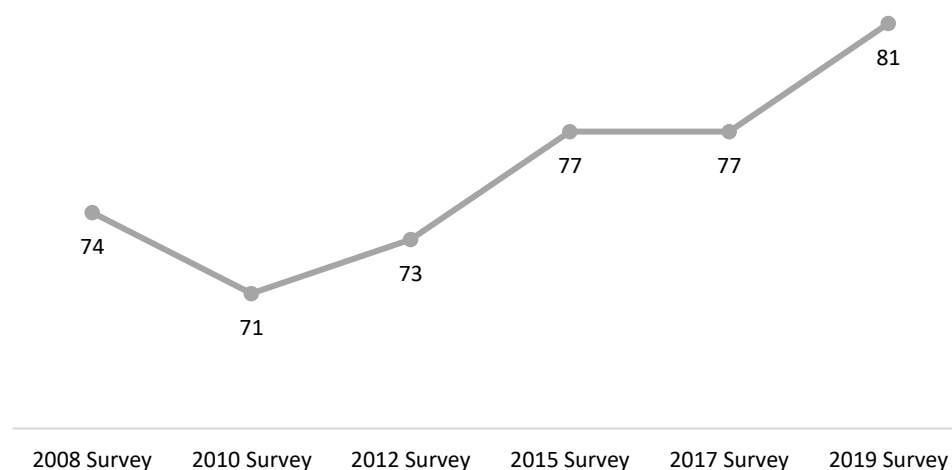
**Posições do Brasil no Open Budget Survey Ranking (2008-2019)**



Elaborado pela autora com dados extraídos de *Open Budget Survey Ranking*.

**Gráfico 21**

**Notas do Brasil no Open Budget Survey Ranking  
(2008-2019)**



Elaborado pela autora com dados extraídos de *Open Budget Survey Ranking*.

<sup>168</sup> INTERNATIONAL BUDGET PARTNERSHIP. **Open Budget Survey** – Data Explorer: Timeline. Disponível em: <<https://survey.internationalbudget.org/#timeline>>. Acesso em: 5 mai. 2020.

A partir da análise conjunta dos dois gráficos, nota-se que de 2008 para 2010 a nota do país piorou, o que repercutiu na queda de uma posição relativa a outros países. Por sua vez, apesar da nota ter sido, em termos absolutos, maior em 2012 do que 2010, o Brasil caiu algumas posições no ranking, em virtude de melhoras mais significativas de outros países. O aumento de nota de 2012 para 2015 resultou em consideráveis ganhos de posição no ranking, mas a manutenção da mesma nota em 2017 gerou a queda de uma posição, já que, enquanto outros países melhoraram o desempenho, o Brasil se manteve inerte. Por fim, o aumento da nota em 2019 levou à subida de uma posição do Brasil no ranking.

Como o resultado inconstante do país também se deu, ainda que em menor medida, nas notas absolutas recebidas, um dos fatores que explicam isso é justamente a falta de continuidade das políticas públicas brasileiras de transparência, com mudanças de governos e partidos no poder. A transparência, que deveria ser uma política de Estado, tem sido uma política preterida por alguns governos, o que gera oscilações. É certo que a causa predominante desse movimento de vaivém no ranking são as variações brasileiras de desempenho, quando comparada a de outros países. Comparativamente, portanto, houve um histórico de menor priorização dessa agenda de transparência fiscal do que outros países de destaque na pauta. Em outras palavras, dentro do espaço amostral de países que estão nas melhores posições do ranking, o Brasil apresentou variações sintomáticas na sua performance em transparência fiscal.

Sobre a qualidade e completude dos portais de transparência subnacionais, é interessante analisar o ranking desenvolvido pela Câmara de Combate à Corrupção do Ministério Público Federal (Ranking Nacional da Transparência ou Mapa da transparência). Foi feito para avaliar o cumprimento das leis de transparência pelos estados e municípios e adotar as medidas judiciais e extrajudiciais em face de eventuais desobediências. Uma primeira avaliação, em 2015, resultou em uma série de recomendações emitidas. Para verificar se foram observadas, foi realizada uma segunda avaliação, em 2016. Houve uma melhora substancial, mas a persistência de descumprimentos resultou no ajuizamento de 2.109 ações civis públicas pelo MPF no país<sup>169</sup>.

---

<sup>169</sup> BRASIL. Ministério Público Federal. Câmara de Combate à Corrupção. **O projeto**. Disponível em: <http://combateacorrupcao.mpf.mp.br/ranking/mapa-da-transparencia/ranking/o-projeto-new>>. Acesso em: 18 abr. 2020.



A grande maioria dos itens avaliados envolviam questões sobre as informações disponíveis nos sites de transparência. Foram um total de 5.568 municípios avaliados e 27 estados. Na segunda avaliação, destacaram-se o Ceará, Espírito Santo e Roraima, que receberam nota máxima. As piores notas foram dos estados do Acre, Bahia e Roraima. As capitais Curitiba (PR), Florianópolis (SC), Porto Alegre (RS) e Recife (PE) receberam nota 10. Por sua vez, Goiânia (GO), Aracaju (SE) e Campo Grande (MS) ficaram com as piores avaliações de capitais. Por fim, os municípios, como um todo, dos estados de Santa Catarina, do Distrito Federal e do Rio Grande do Sul tiveram as maiores notas (na média), ao passo que os de Amapá, Alagoas e Maranhão ficaram nas últimas colocações<sup>170</sup>.

A análise dos itens avaliados por este ranking mostra que boa parte dos entes federados sequer fornece as informações básicas exigidas por lei. Em um total de 16 itens pontuados, grande parte são questões simples como a mera existência de um portal oficial de transparência e de uma ferramenta de busca. Isso significa que não é difícil obter nota máxima no Ranking e, por isso, não se deve sobrevalorizar os resultados daqueles que o fizeram; apesar disso, um considerável número de municípios ainda obteve zero ou notas consideravelmente baixas, mesmo na segunda avaliação. Houve, no entanto, uma significativa melhora, ainda que não se traduza em efetiva transparência, mas tão somente em observância dos patamares legais mínimos de publicidade.

Sem dúvidas, o ranqueamento estimulou o cumprimento da lei ou levou a decisões judiciais obrigando essa observância, sob pena de sanções de diversas naturezas, aos entes e gestores públicos. Porém, a continuidade das avaliações era necessária para garantir a manutenção dos avanços já feitos e o seu aprofundamento, com requisitos cada vez mais rigorosos na pontuação.

Outro indicador do grau de transparência dos estados e municípios brasileiros é a Escala Brasil Transparente, da CGU. Nas suas três primeiras edições (início e final de 2015 e 2016), avaliou apenas o cumprimento das leis quanto à transparência passiva e regulamentação da LAI<sup>171</sup>.

No final de 2018, foi lançada uma versão mais completa, a Escala Brasil Transparente – Avaliação 360°, que analisa a divulgação das informações públicas nos

---

<sup>170</sup> BRASIL. Ministério Público Federal. Câmara de Combate à Corrupção. **Ranking Nacional da Transparência.** Disponível em: <<http://combateacorrupcao.mpf.mp.br/ranking/mapa-da-transparencia/arquivos-pdf/ranking-da-transparencia-2a-avaliacao-nacional.pdf>>. Acesso em 18 abr. 2020.

<sup>171</sup> BRASIL. Controladoria-Geral da União. **Escala Brasil Transparente – Transparência Passiva.** Disponível em: <<https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/transparencia-publica/escala-brasil-transparente>>. Acesso em: 19 abr. 2020.



seus sites e as respostas a pedidos de acesso (transparência ativa e passiva)<sup>172</sup>. Após a revisão das notas em 2019, o Mato Grosso do Sul, Distrito Federal e Ceará ficaram nas primeiras colocações de estados mais transparentes, mas não com a nota máxima, que nenhum ente obteve. As piores notas foram do Amapá, Roraima e Acre. Impressionam negativamente as notas dos estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro, que ficaram abaixo da média geral dos estados e respectivamente nas 20<sup>a</sup> e 23<sup>a</sup> posições, em um total de 27 entes estaduais. Nas capitais, destacaram-se Recife (PE), Vitória (ES) e Brasília (DF). Por sua vez, Aracaju (SE), Natal (RN) e Rio de Janeiro (RJ) são os mais opacos. A média geral de notas foi de 6,54 dos municípios, 8,18 dos estados e 8,3 das capitais<sup>173</sup>.

Na metodologia do ranking, quesitos de transparência ativa se referem a metade da nota e de transparência passiva aos outros 50%. Os primeiros itens avaliados são bem básicos: existência de e-SIC, de site oficial, de portal da transparência. Quanto ao conteúdo do portal, pontua haver informações sobre receitas e despesas, contratos e licitações, servidores públicos, obras públicas e catálogo de dados abertos. Trata-se, portanto, de padrões indispensáveis para uma política minimamente transparente nos governos subnacionais<sup>174</sup>.

Ao aprofundar nos pontos perdidos pelos estados, inclusive alguns dos primeiros colocados, constata-se que a ausência de informações básicas sobre obras públicas (objeto, valor, empresa contratada, etc.) é uma constante. Mais de 50% dos estados não colocam nenhuma informação sobre obras públicas nos seus sites, o que é extremamente preocupante, considerando a quantidade de desvios e atos de corrupção na área, que demanda urgente e elevada transparência. Em alguns estados, soma-se a essa deficiência

---

<sup>172</sup> Foi necessário solicitar o acesso ao ranking da Avaliação 360<sup>0</sup> através de pedido de acesso à informação no e-SIC federal (pedido nº 002 do Apêndice A). Isso porque o endereço eletrônico que o portal único do governo federal encaminhava não funcionava e não era possível acessar o ranking (<http://transparencia.gov.br/brasiltransparente>). A CGU respondeu informando que “devido à migração do site da CGU para o novo domínio gov.br, alguns *links* ainda não foram ativados”. Após o ocorrido, o endereço eletrônico foi consertado na página oficial e o *link* de acesso foi enviado. Durante a pesquisa, esse foi um fato recorrente: constantemente, páginas do governo federal não funcionam e o usuário recebe a mensagem “página não encontrada” ou “erro”. Aparentemente, o processo de transferência dos domínios para o portal único federal (iniciado em 2019) não foi realizado com total sucesso, deixando graves brechas na transparência ativa, que desestimulam o acesso pelo cidadão, que acaba desistindo da informação, ou aumenta o volume de solicitações em transparência passiva. (BRASIL. Controladoria-Geral da União. **Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão**. Disponível em: <<https://esic.cgu.gov.br/sistema/site/index.aspx>>. Acesso em: 09 abr. 2020).

<sup>173</sup> BRASIL. Controladoria-Geral da União. **Escala Brasil Transparente – Avaliação 360º**. Disponível em: <[https://mbt.cgu.gov.br/publico/avaliacao/escala\\_brasil\\_transparente/200000004](https://mbt.cgu.gov.br/publico/avaliacao/escala_brasil_transparente/200000004)>. Acesso em: 5 mai. 2020.

<sup>174</sup> BRASIL. Controladoria-Geral da União. **Escala Brasil Transparente 360º. Metodologia**. Disponível em: <<https://mbt.cgu.gov.br/publico/portal/metodologia360/200000004>>. Acesso em: 24 mai. 2020.

a falta informações sobre contratos e licitações, agravando ainda mais a situação de opacidade<sup>175</sup>.

Nas orientações da CGU relacionadas aos portais de transparência, para melhores desempenhos dos entes federados nas próximas avaliações, o órgão aponta a necessidade de concentração das informações em um único site oficial e um único portal ou seção de transparência. Foram identificadas mais de uma página ou mais de um portal da transparência de alguns entes, algumas vezes com informações diferentes, o que não só dificulta o entendimento do cidadão, como gera dúvidas sobre a confiabilidade dos dados. Outra dificuldade é a instabilidade e lentidão de alguns portais de entes federados, inclusive ficando fora do ar por longos períodos, bem como a desatualização das informações. A CGU destaca também a necessidade de divulgar informações detalhadas sobre o pagamento e execução de obras em andamento e já concluídas, para acompanhamento e controle social<sup>176</sup>.

Por fim, mais um índice que mensura a transparência municipal, desta vez criado por organizações da sociedade civil, é o Cidade Transparente. São 129 indicadores na forma de questões objetivas que avaliam o conteúdo dos dados disponibilizados pelas prefeituras à sociedade civil e a qualidade dos canais de acesso à informação e de participação social<sup>177</sup>.

Realizado em 2015, avaliou as 26 capitais brasileiras, que receberam notas de 0 a 100 e foram classificadas em cinco níveis de transparência (de muito alto a muito baixo). A média nacional foi 41,78 pontos; Vitória (76,10), Curitiba (75,73) e São Paulo (73,62) ficaram nas primeiras colocações (nível de transparência alto); por sua vez, Macapá (20,52), Teresina (22,44) e Porto Velho (24,67) ficaram nas últimas (nível de transparência classificado como baixo). A maioria das cidades ficaram no nível baixo, nenhuma foi enquadrada no muito baixo, nem no muito alto. As performances das capitais do Sudeste e do Sul foram as melhores, ao passo que as do Norte e Nordeste obtiveram os piores resultados<sup>178</sup>.

---

<sup>175</sup> BRASIL. Controladoria-Geral da União. **Escala Brasil Transparente** – Avaliação 360°. Disponível em: <[https://mbt.cgu.gov.br/publico/avaliacao/escala\\_brasil\\_transparente/200000004](https://mbt.cgu.gov.br/publico/avaliacao/escala_brasil_transparente/200000004)>. Acesso em: 5 mai. 2020.

<sup>176</sup> BRASIL. Controladoria-Geral da União. Escala Brasil Transparente 360°. **Guia de Orientações para os entes avaliados na EBT 360°**. Brasília, 2019.

<sup>177</sup> INSTITUTO ETHOS. **Cidade Transparente**. São Paulo, 2015. Disponível em: <<http://www.cidadetransparente.org.br/>>. Acesso em: 23 abr. 2020.

<sup>178</sup> Ibid.

Podem ser observados alguns padrões nos desempenhos dos entes federados em pelo menos dois dos três rankings. Tanto na avaliação desenvolvida pela CGU (Escala Brasil Transparente 360º) como pelo MPF (Mapa da Transparência), o Ceará foi um dos estados classificados nas primeiras colocações de transparência, o Acre e Roraima nas últimas; quanto às capitais, Recife se destacou em ambos. Vitória ficou bem colocada no ranking da CGU e no Cidade Transparente e Curitiba no Cidade Transparente e no ranking do MPF.

Em linhas gerais, o cruzamento dos dados dos quatro rankings gera conclusões que se complementam na busca por uma política de transparência mais eficiente, especialmente considerando que possuem enfoques diferentes, conforme a natureza e funções da entidade responsável pela classificação. Essas conclusões podem ser resumidas a quatro pontos:

I) A nível internacional, o *Open Budget Survey* demonstra, em relação à transparência, o Brasil deve adotar medidas para a simplificação técnica de informações orçamentárias e, em relação à participação, aumentar as oportunidades de cidadãos contribuírem nas etapas de formulação e execução do orçamento, no âmbito do Executivo;

II) A nível nacional, o Mapa da Transparência (MPF) deixa evidente o quadro assimétrico da transparência nos municípios brasileiros, sendo que vários deles não observam a LAI. O ajuizamento de ações civis públicas e construção do ranking contribuiu para melhorar esse cenário, mas foi descontinuado;

III) A Escala Brasil Transparente (CGU) aponta para menor grau de transparência sobre obras, contratos e licitações públicas, o que está diretamente relacionado com os consideráveis desvios de dinheiro público nessas searas; e

IV) O Cidade Transparente (Instituto Ethos) também aponta para as diferenças regionais, com predominância de boas práticas informativas no Sudeste.

Apesar de os resultados absolutos desses rankings não poderem ser superestimados, apontam indícios e diretrizes e permitem o compartilhamento de boas práticas entre diferentes entes, estimulando uma competição saudável, apta a gerar melhorias na informação e transparência públicas.

### 1.2.3 Análise da transparência passiva: solicitações de acesso

Com a finalidade de cumprir as exigências da LAI e do decreto federal em transparência passiva, gerenciar e unificar a entrada de pedidos de acesso, o Executivo federal criou, em 2012, o Sistema Eletrônico de Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC), administrado pela CGU.

Nos termos do art. 9º do Decreto nº 7.724/12, os objetivos do SIC são: atender e orientar o público quanto ao acesso à informação; informar sobre a tramitação de documentos nas unidades; receber e registrar pedidos de acesso à informação. Além do sistema eletrônico, exige a existência de unidade física do SIC, de fácil acesso e aberta ao público, para atendimento presencial dos cidadãos (art. 10).

Para solicitar uma informação no sistema eletrônico, é necessário cadastro prévio. São obrigatórios o fornecimento do nome completo, CPF e e-mail do solicitante. O sistema já aceita, desde novembro de 2018, o envio de pedido com preservação de sua identidade, bastando selecionar essa opção, de acordo com o art. 10, §7º do Código de Defesa do Usuário do Serviço Público (Lei nº 13.460/17)<sup>179</sup>. Com isso, apenas a CGU tem acesso aos dados do usuário, que não são encaminhados ao órgão destinatário do pedido<sup>180</sup>. Essa funcionalidade configura um enorme avanço e deve ser expandida para os estados e municípios brasileiros, pois a proteção da identidade assegura que cidadãos possam fazer solicitações aptas a embasar denúncias futuras, sem medo de represálias diretas e intimidações, o que é especialmente relevante em localidades menores.

Conforme detectado em estudo empírico da FGV, há indícios de que os órgãos fazem uma investigação prévia sobre o perfil do solicitante antes de enviar a resposta ao pedido de acesso. De acordo com a sua afiliação institucional, o prazo médio e qualidade da resposta podem ser influenciados, o que aponta uma excessiva discricionariedade da resposta e afronta ao princípio da isonomia. Por isso, é imprescindível que a regra seja a preservação da identidade do requerente em todos os sistemas de solicitação de informação, dos três poderes e entes federados<sup>181</sup>.

O mesmo diagnóstico foi feito em pesquisa qualitativa da Artigo 19 acerca do considerável risco de discriminação no provimento dos dados conforme a identidade do solicitante, especialmente o seu perfil profissional, podendo facilitar ou dificultar o

---

<sup>179</sup> BRASIL. Controladoria-Geral da União. **Manual e-SIC – Guia do cidadão**. Disponível em: <<https://www.gov.br/acessoainformacao/pt-br/lai-para-sic/guias-e-orientacoes/manual-e-sic-guia-do-cidadao>>. Acesso em: 21 abr. 2020.

<sup>180</sup> BRASIL. Controladoria-Geral da União. **Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão**. Disponível em: <<https://esic.cgu.gov.br/sistema/site/index.aspx>>. Acesso em: 09 abr. 2020.

<sup>181</sup> MICHENER, Gregory; MONCAU, Luiz; VELASCO, Rafael. **Avaliação de transparência do Estado Brasileiro e do Poder Judiciário**. Rio de Janeiro: FGV, 2016.

acesso, a depender do caso. Isso é mais um dos indícios da cultura do sigilo e mentalidade securitária que alguns setores do setor público têm em relação às informações governamentais. Por isso, recomendou, além da possibilidade de pedidos anônimos, a permissão para uso de pseudônimos na solicitação de acesso e medidas para impedir o livre compartilhamento e circulação dos dados pessoais do requerente entre os servidores.<sup>182</sup>

Por fim, os princípios da necessidade (minimização da coleta de dados ao necessário) e não discriminação (vedação de tratamento ilícito ou abusivo) dos incisos III e IX do art. 6º da LGPD devem ser observados na gestão do e-SIC. Isso significa que a possibilidade de pedidos anônimos (assim como a coleta mínima de dados nos demais) é uma boa prática de proteção de dados pessoais, limitando o acesso de agentes públicos a essas informações e ampliando a segurança do tratamento realizado.

Todavia, é importante que, além da expansão da possibilidade de pedidos anônimos aos e-SICs subnacionais, haja um aprimoramento relevante na funcionalidade do e-SIC federal. Nos pedidos de acesso à informação realizados pela autora no e-SIC federal, alguns foram feitos de forma anônima e outros com sua identificação pessoal. Com isso, a autora notou que o sistema sempre identifica o solicitante com um mesmo número/código, em todos seus pedidos anônimos, independentemente do órgão ou da época. Isso gera um grande potencial de vazamento da identificação, ao permitir que os órgãos cruzem dados de diferentes pedidos. A forma mais segura de preservar a identidade do solicitante é gerar automaticamente números aleatórios, temporários e distintos a cada pedido de acesso anônimo do usuário.

Ultrapassado esse ponto, destaca-se que, no requerimento, deve-se indicar o órgão destinatário, a forma de recebimento da resposta (sistema, pessoalmente, telefone, correspondência física), o seu resumo e detalhamento. Após isso, é possível acompanhar o andamento de seu pedido no sistema e, se for o caso, interpor recurso ou reclamar de eventual omissão.

Ao analisar uma demanda feita, o primeiro passo, conforme guia de procedimentos para órgãos públicos federais, é a verificação se é realmente um pedido de acesso à informação ou se é, por exemplo, uma consulta, reclamação, dúvida, sendo que, nestes últimos casos, o servidor deve encaminhar o cidadão ao canal de atendimento

---

<sup>182</sup> ARTIGO 19. **Identidade revelada:** entraves na busca por informação pública no Brasil. São Paulo, 2018. Disponível em: <<https://artigo19.org/wp-content/blogs.dir/24/files/2018/05/Identidade-Revelada--entraves-na-busca-por-informação-pública-no-Brasil.pdf>>. Acesso em: 27 abr. 2020.

adequado (nestas hipóteses, a ouvidoria). Em sequência, é preciso conferir se o órgão indicado é competente para responder à solicitação; caso seja incompetente, mas o órgão responsável pertença ao Executivo federal, o servidor deve encaminhar a solicitação ou, senão, responder indicando o responsável. Por fim, em resumo, deve haver a resposta à solicitação no prazo legal de 20 dias (ou após a prorrogação de 10 dias legalmente prevista)<sup>183</sup>. Quanto ao tempo legal de resposta, é preciso apontar que o prazo é consideravelmente grande e, muitas vezes, a demora no atendimento pode resultar na inutilidade da informação para o usuário. O tempo de resposta nas leis de acesso à informação da América Latina variam entre 7 e 20 dias úteis. O Brasil está no grupo dos países latino-americanos com maior tempo de resposta a pedido de acesso à informação<sup>184</sup>.

Um instrumento útil para a análise das estatísticas de pedidos realizados no sistema eletrônico do Executivo federal e monitoramento da transparência passiva é o Painel Lei de Acesso à Informação da CGU. Apresenta um panorama da implementação da LAI no governo federal, a partir de indicadores e dados extraídos do e-SIC<sup>185</sup>. Em geral, a ferramenta fornece uma série de informações, estatísticas, gráficos, tabelas e outros recursos visuais que a tornam muito valiosa, sendo ainda possível exportá-los para uso externo. É bastante intuitiva, de fácil compreensão e agradável visualização dos dados.

Todavia, nesta pesquisa, constatou-se que nem todas as aplicações funcionam adequadamente, nem todos os encaminhamentos de *links* levam ao endereço eletrônico a que se propõem. Há, portanto, deficiências na navegabilidade. Poderia, também, propiciar maior interatividade do usuário com o sistema no uso das ferramentas e banco de dados e maior flexibilidade para manipular os dados e criar outros recursos gráficos. Por fim, avaliou-se que poderia ser mais completa, ao disponibilizar e cruzar mais dados sobre as solicitações no e-SIC.

---

<sup>183</sup> BRASIL. Controladoria-Geral da União. **Guia de procedimentos para atendimento à Lei de Acesso à Informação e utilização do e-SIC**. Disponível em: <<https://www.gov.br/acessoainformacao/pt-br/lai-para-sic/guias-e-orientacoes/guia-de-procedimentos-para-atendimento-a-lei-de-acesso-a-informacao-e-utilizacao-do-e-sic#N-5Respondendo>>. Acesso em 21 abr. 2020.

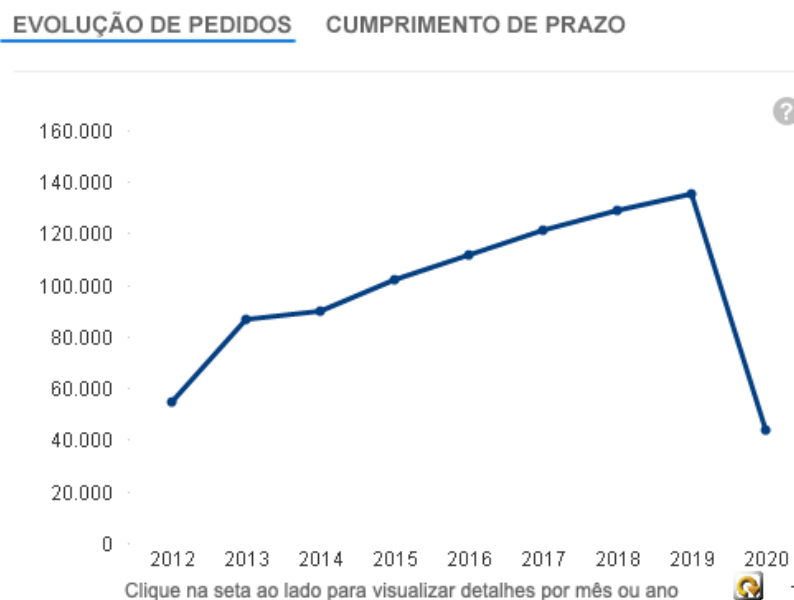
<sup>184</sup> OECD. **Open Government in Latin America**. OECD Public Governance Reviews, OECD Publishing, 2014. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1787/9789264223639-en>>. Acesso em: 30 mai. 2020.

<sup>185</sup> BRASIL. Controladoria-Geral da União. **Painel Lei de Acesso à Informação**. Disponível em: <<http://paineis.cgu.gov.br/lai/index.htm>>. Acesso em: 21 abr. 2020.

No período entre 2012 e abril de 2020, segundo o painel, o total de pedidos recebidos pelo e-SIC foi 876.099. Houve um crescente aumento do número de pedidos ano a ano, conforme demonstra o gráfico 22:

**Gráfico 22**

**Evolução de pedidos de acesso à informação pelo e-SIC**



Fonte: Painel Lei de Acesso à Informação (CGU, 2020).

Até abril de 2020, já foram feitas mais de 43.000 solicitações, quase o montante total do ano de 2012 e cerca de 32% do volume do ano de 2019 em um período de quatro meses, o que sugere que a tendência é o ano de 2022 também não fugir à regra de aumento crescente em relação ao ano anterior. Assim, apesar do gráfico 22 aparentar uma queda abrupta, na verdade, isso só ocorreu por terem sido coletados dados de apenas os quatro meses iniciais do ano.

Foram 409.635 solicitantes, com uma média de 2 pedidos de acesso por cada um deles. Acerca do perfil dos solicitantes, mais de 60% possuem ensino superior ou qualificação maior, a maioria está no Sudeste e um considerável número é empregado de setor privado, estudante ou servidor público. Trata-se de um perfil bastante semelhante ao dos usuários do Portal da Transparência federal, isto é, um público de maior escolaridade e mais envolvido ou vinculado ao setor público. Percebe-se, portanto, uma correlação entre um maior nível educacional e os fatores que levam o cidadão a demandar

acesso à informação. Quanto maior o grau de exclusão informacional do cidadão, menores as suas condições de exercício de seus direitos previstos na LAI<sup>186</sup>.

No ranking de órgãos do Executivo federal, nota-se que o Ministério da Economia (ME), o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), o Ministério da Saúde (MS) e a Caixa Econômica Federal (CEF) são os órgãos mais demandados. O número de pedidos ao ME é o dobro do segundo colocado, sendo o líder isolado<sup>187</sup>. Esse resultado pode ser explicado por dois fatores: de um lado, um maior interesse dos solicitantes pelas pautas econômicas; de outro, um menor volume de informações disponibilizadas ativamente por esta pasta, o que resulta no aumento de pedidos em transparência passiva. Essa lógica pode ser aplicada para os demais órgãos; o INSS, o MS e a CEF, por exemplo, realizam diariamente um grande volume de atividades bem próximas ao cidadão.

Essas conclusões são, em certa medida, confirmadas pelo Relatório estatístico de pedidos de acesso à informação e solicitantes do e-SIC, que também é disponibilizado pela CGU, em observância aos ditames da LAI. No período de 2012 a abril de 2020, os cinco temas mais recorrentes das solicitações foram: governo e política – administração pública (12,1%) e economia e finanças – finanças (11,1%); ciência, informação e comunicação – informação, gestão, preservação e acesso (7,8%); educação – educação superior (6,2%) e pessoa, família e sociedade – previdência social (5,8%)<sup>188</sup>.

Voltando ao ranking, também se constatou que as piores performances em tempo médio de resposta são das universidades federais e institutos de educação, chegando a até 180 dias<sup>189</sup>. Há várias razões que podem explicar esse resultado, mas possivelmente relacionados aos crescentes cortes de recursos federais na área de educação e escassez de pessoal e de orçamento nessas unidades, resultando em maior demora para responder às solicitações, bem como à elevada burocracia, que torna os processos mais lentos<sup>190</sup>.

Observa-se, ainda, uma elevada quantidade de recursos recebidos (107.442 no período, o que configura 12% dos casos). O percentual de recursos deferidos e indeferidos

---

<sup>186</sup> JARDIM, José Maria. A implantação da lei de acesso à informação pública e a gestão da informação arquivística governamental. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 383-405, nov. 2013, p. 393.

<sup>187</sup> BRASIL. Controladoria-Geral da União. **Painel Lei de Acesso à Informação**. Disponível em: <<http://paineis.cgu.gov.br/lai/index.htm>>. Acesso em: 21 abr. 2020.

<sup>188</sup> BRASIL. Controladoria-Geral da União. Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão. **Relatório estatístico de pedidos de acesso à informação e solicitantes**. Disponível em: <<https://esic.cgu.gov.br/sistema/Relatorios/Anual/RelatorioAnualPedidos.aspx>>. Acesso em: 21 abr. 2020.

<sup>189</sup> BRASIL. Controladoria-Geral da União. **Painel Lei de Acesso à Informação**. Disponível em: <<http://paineis.cgu.gov.br/lai/index.htm>>. Acesso em: 21 abr. 2020.

<sup>190</sup>



é bastante similar, cerca de 35%<sup>191</sup>. Isso indica que uma boa parte dos pedidos são negados sem fundamento e revistos na instância seguinte, já que considerável percentual dos recursos são deferidos. Os principais motivos para recorrer foram: informação incompleta (37,48%) e informação recebida não corresponde à solicitada (25,07%).

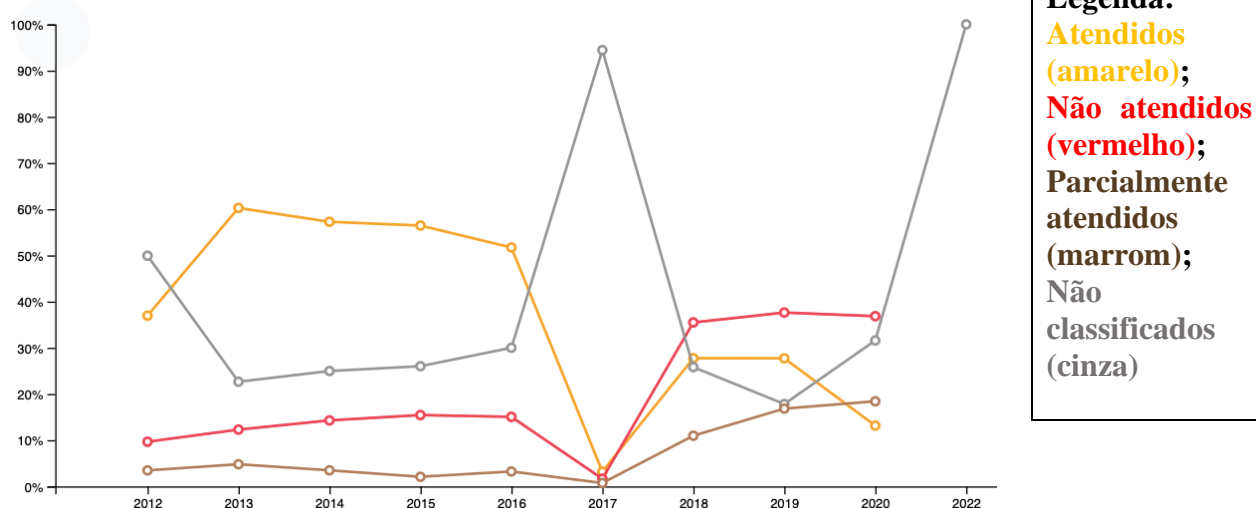
Quanto à satisfação dos usuários no uso do e-SIC federal, a ferramenta aponta que, em uma escala de 1 a 5, na questão “A resposta fornecida atendeu plenamente ao seu pedido?”, a média foi 3,53; quando perguntados se a resposta foi de fácil compreensão, a média foi 4,11<sup>192</sup>. Parece, portanto, haver mais problemas com a completude e qualidade das respostas do que com a sua inteligibilidade, pelo menos para o perfil de usuários.

Outra ferramenta de análise dos pedidos de acesso e respectivas respostas é o projeto “Achados e Perdidos”, coordenado pelas organizações da sociedade civil – Transparência Brasil e Abraji. Disponibilizam base de dados de solicitações de acesso anteriores para consulta por ferramenta de busca, que foram feitas em todos poderes e entes federados. Atualmente, encontra-se alimentada com mais de 100 mil pedidos, a partir dos quais produzem relatórios<sup>193</sup>.

No gráfico 23 deste projeto, foram agrupados os pedidos de 2012 a 2020 em quatro categorias: atendido; não atendido, parcialmente atendido e não classificado:

**Gráfico 23**

**Classificação dos atendimentos a pedidos de acesso por ano**



Fonte: Achados e Perdidos (Transparência Brasil e Abraji, 2020).

<sup>191</sup> BRASIL. Controladoria-Geral da União. **Painel Lei de Acesso à Informação**. Disponível em: <<http://painéis.cgu.gov.br/lai/index.htm>>. Acesso em: 21 abr. 2020.

<sup>192</sup> Ibid.

<sup>193</sup> TRANSPARÊNCIA BRASIL et al. **Projeto Achados e Perdidos**. Pedidos. Dicas de Pesquisa. Disponível em: <<http://www.achadosepedidos.org.br/pedidos>>. Acesso em: 25 abr. 2020.

A classificação foi feita a partir do critério de efetivo atendimento do cidadão, metodologia que difere dos órgãos oficiais. Assim, é considerado atendido apenas o pedido que o cidadão recebe a informação completa solicitada (e não o mero fato de o órgão responder, o que é suficiente para ser classificado como atendido pelo Painel da CGU). É parcialmente atendido, quando a resposta contém apenas parte dos dados requeridos. Quando não há resposta ou acesso à informação solicitada, mesmo em caso de alegação de incompetência do órgão, o pedido foi categorizado como não atendido. Por fim, não foram classificados os pedidos nos quais não foi possível averiguar o atendimento ou não do requerido, quando, por exemplo, o órgão não forneceu ao projeto os documentos anexos ou enviados pelo correio ao solicitante<sup>194</sup>.

Como a metodologia difere bastante daquela adotada pela CGU, é notório como, na perspectiva escolhida pelas organizações, os casos de negativa de acesso são bem mais numerosos. O volume de casos não classificados também é bem significativo, o que indica uma postura dos órgãos de retenção dos documentos encaminhados ao solicitante para as organizações da sociedade civil.

A partir dos dados sobre fornecimento ou não da informação ao cidadão, desenvolveram um ranking de órgãos com mais pedidos atendidos e mais negados. A Prefeitura de Salvador, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Governo do Maranhão estão entre os 5 órgãos com mais pedidos de acesso negados (em cerca de 40% das vezes). Constatou-se que, o CNJ, apesar de ser visto como fonte detentora de dados centralizados do Judiciário, não possui consideráveis bases de dados centralizadas sobre os tribunais do país e frequentemente nega o acesso, indicando que o solicitante deve procurar cada órgão judicial individualmente<sup>195</sup>. Essa postura, como já destacado anteriormente, não é o melhor curso de ação para promover uma cultura de acesso no país.

No relatório de 2018, este projeto avaliou mais de 10 mil pedidos recebidos pelo Executivo Federal e por 33 órgãos das três esferas de poder e entes federados. Esses pedidos foram selecionados a partir de um levantamento de planilhas solicitadas a mais de 200 órgãos com os seus respectivos pedidos de acesso entre 2012 e 2017<sup>196</sup>.

---

<sup>194</sup> TRANSPARÊNCIA BRASIL et al. Projeto Achados e Perdidos. **Relatório “O que a população quer saber do poder público?”** Uma análise de respostas a pedidos de acesso à informação de órgãos de todos os poderes e níveis federativos. [S.l], 2018. Disponível em: <[http://www.achadosepedidos.org.br/uploads/publicacoes/RelatorioLAI\\_TransparenciaBrasil\\_2018\\_vf.pdf](http://www.achadosepedidos.org.br/uploads/publicacoes/RelatorioLAI_TransparenciaBrasil_2018_vf.pdf)>. Acesso em: 25 abr. 2020.

<sup>195</sup> TRANSPARÊNCIA BRASIL et al. Projeto Achados e Perdidos. **Dados**. Disponível em: <<http://achadosepedidos.org.br/dados>>. Acesso em: 25 abr. 2020.

<sup>196</sup> TRANSPARÊNCIA BRASIL et al. Projeto Achados e Perdidos. **Relatório “O que a população quer saber do poder público?”** Uma análise de respostas a pedidos de acesso à informação de órgãos de todos

No espaço amostral examinado, constatou que, dentro da subdivisão das solicitações em 44 temas, o assunto “servidores e verbas” aparece entre os três mais pedidos em 88% das vezes, sendo que em um terço deles foi o assunto mais pedido. Mais um indicativo de que esse é um dos temas de maior interesse da sociedade, seja para acesso nos portais de transparência (como demonstrado no tópico 1.2.2.2) ou para solicitações pela LAI. O fato de que aparece com tanta frequência em pedidos de transparência passiva aponta dificuldades da sociedade civil em obter essas informações pela transparência ativa dos órgãos, seja pela falta ou incompletude dos dados ou complexidade na navegação nos portais<sup>197</sup>.

O projeto detectou, também, que a falta de clareza na linguagem dos órgãos públicos e uso excessivo de termos técnicos, tanto nos portais como nas respostas às solicitações, o que dificulta o entendimento do cidadão da informação disponibilizada, especialmente no Judiciário<sup>198</sup>.

Outro diagnóstico foi a existência de problemas na gestão dos documentos e dados. Por falta de coordenação por entidade central, organização dos órgãos, prévia sistematização básica das informações mais relevantes e digitalização de documentos, refugiam-se nas cláusulas excepcionais do “trabalho adicional” ou “incompetência do órgão” para negar pedidos de acesso. Com frequência, também colocam obstáculos burocráticos para desestimular ou impossibilitar faticamente o acesso. Com isso, desrespeita-se o direito de acesso ou, ainda, transfere-se ao cidadão os custos operacionais para o acesso, o que, como também já foi apontado, é extremamente prejudicial. É preciso, portanto, que os órgãos analisem os assuntos mais demandados em pedidos de acesso e realizem planejamentos de digitalização, organização e sistematização de informações e documentos<sup>199</sup>.

O relatório das organizações recomendou que haja uma ampliação ainda maior dos dados disponibilizados ativamente, com linguagem clara e através de ferramentas eletrônicas de fácil uso. Essa seria uma boa estratégia para diminuir o volume de pedidos de acesso e aumentar a eficiência, pois menos tempo e dinheiro público seriam utilizados para responder a múltiplas solicitações individuais repetidas<sup>200</sup>.

---

os poderes e níveis federativos. [S.l], 2018. Disponível em: <[http://www.achadosepedidos.org.br/uploads/publicacoes/RelatorioLAI\\_TransparenciaBrasil\\_2018\\_vf.pdf](http://www.achadosepedidos.org.br/uploads/publicacoes/RelatorioLAI_TransparenciaBrasil_2018_vf.pdf)>. Acesso em: 25 abr. 2020.

<sup>197</sup> Ibid.

<sup>198</sup> Ibid.

<sup>199</sup> Ibid.

<sup>200</sup> Ibid.

Outros estudos empíricos e relatórios estatísticos apontam que o grau de implementação da LAI nos estados e municípios é ainda menor e que a performance do Judiciário é inferior à do Legislativo e Executivo. Justamente os governos locais, mais próximos dos cidadãos e mais facilmente responsabilizáveis, são os menos transparentes<sup>201</sup>. Muitas vezes, por problemas orçamentários, menos condições técnicas, estruturais e deficiências na capacitação de seus servidores.

Em estudo da FGV, que avaliou pedidos de acesso de 2012 a 2017, a taxa de resposta foi de 91% nos órgãos federais, 53% nos estaduais e 44% nos municipais. A taxa média global do país foi de 62%, mas apenas 52% das respostas foram consideradas minimamente precisas (uma a cada duas), a partir da utilização de métrica de qualidade e precisão da resposta. O tempo médio de resposta foi 18 dias, mas quase 50% dos pedidos ultrapassam o máximo de 30 dias da LAI<sup>202</sup>.

Um dos principais motivos para o melhor desempenho do Executivo federal na transparência é a existência de um órgão que centraliza essa função, a CGU. Apesar de não ser uma agência independente, o que traria ainda maiores ganhos em governança informacional a nível nacional, ela exerce um papel de organizar e supervisionar o processo no governo federal. Por isso, o estudo da FGV recomenda a atribuição da responsabilidade de controle a uma instituição central nos governos subnacionais e nos outros poderes<sup>203</sup>. Por outro lado, diante da inexistência de uma agência nacional e independente, a “Artigo 19” lista os pontos positivos e negativos de um sistema de gestão informacional centralizado e descentralizado na atual realidade dos entes federados, recomendando, no entanto, a adoção de sistema descentralizado, nos moldes que desenha, para envolver e engajar, autonomamente, mais servidores na cultura da transparência pública<sup>204</sup>.

Outro fator de sucesso no acesso à informação é a existência de um sistema eletrônico no órgão público, para recebimento e tramitação das solicitações. Quando o atendimento não é exclusivamente presencial, a probabilidade de recebimento de resposta

---

<sup>201</sup> MICHENER, Gregory; CONTRERAS, Evelyn; NISKIER, Irene. Da opacidade à transparência? Avaliando a Lei de Acesso à Informação no Brasil cinco anos depois. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, n. 52, v. 4, p. 610-629, jul./ago. 2018.

<sup>202</sup> Ibid.

<sup>203</sup> Ibid.

<sup>204</sup> ARTIGO 19. **Por dentro do sistema eletrônico de informação ao cidadão (e-SIC): um guia para gestores públicos**. São Paulo, 2019. Disponível em: <[https://artigo19.org/wp-content/blogs.dir/24/files/2019/04/GUIA-GESTORES\\_FINAL.pdf](https://artigo19.org/wp-content/blogs.dir/24/files/2019/04/GUIA-GESTORES_FINAL.pdf)>. Acesso em: 27 abr. 2020.

pelo cidadão aumenta, conforme estudo de Michener, Contreras e Niskier<sup>205</sup>. Todavia, em algumas esferas de poder e entes federados ainda não há um sistema eletrônico. Outro desafio é a falta de interoperabilidade (diálogo, integração e interação<sup>206</sup>) e de padronização tecnológica entre as funcionalidades e estruturas dos diversos sistemas eletrônicos que existem no país; essa heterogeneidade e diversidade de ferramentas que não dialogam entre si dificulta o seu uso pela sociedade civil<sup>207</sup>.

Em relatório publicado pela Artigo 19, foram divulgados os resultados de uma avaliação de 2018 a 2019 do funcionamento dos e-SICs estaduais e dos três poderes no nível federal. A partir de 15 critérios, de transparência ativa e passiva, constatou-se que apenas dois sistemas permitem o encaminhamento de pedidos anônimos (Executivo federal e Mato Grosso), apenas 5 disponibilizam a informação do responsável pela resposta ao recurso e apenas 7 possuem sistema de avaliação da qualidade da resposta e/ou do funcionamento do sistema<sup>208</sup>.

Chama a atenção a baixa performance do STF (27%) e do Senado Federal (33%). Alguns dos fatores que explicam essas pontuações: o extenso rol de informações pessoais solicitadas; sistemas sem cadastro e login únicos (isto é, é preciso preencher seus dados em toda solicitação); não armazenamento de histórico de pedidos feitos, nem fornecimento de informações do *status* da tramitação do pedido por e-mail e, por fim, impossibilidade de interposição de recurso no mesmo pedido eletrônico, nem fornecimento de informação sobre o responsável por recebê-lo<sup>209</sup>.

O sistema do Executivo federal foi o que recebeu a melhor pontuação (93%), seguidos pelo Alagoas e Maranhão (ambos 80%). Conforme destaca o relatório, o sistema do Executivo federal é disponibilizado em licença aberta e pode ser adotado espontaneamente e sem custos pelos estados. É recomendável a replicação desse sistema bem-sucedido em outras instituições, após prévia adaptação e customização, para

---

<sup>205</sup> MICHENER, Gregory; CONTRERAS, Evelyn; NISKIER, Irene. Da opacidade à transparência? Avaliando a Lei de Acesso à Informação no Brasil cinco anos depois. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, n. 52, v. 4, p. 610-629, jul./ago. 2018.

<sup>206</sup> SOARES, Fabiana M. **Produção e conhecimento da lei à luz da participação popular e sob o impacto da tecnologia da informação**. Tese (Doutorado em Direito) Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.

<sup>207</sup> ARTIGO 19. **Panorama dos sistemas eletrônicos de informação ao cidadão: uma análise das ferramentas de diferentes órgãos públicos**. São Paulo, 2019. Disponível em: <[https://artigo19.org/wp-content/blogs.dir/24/files/2019/05/A19\\_ESICS\\_web\\_2019.pdf](https://artigo19.org/wp-content/blogs.dir/24/files/2019/05/A19_ESICS_web_2019.pdf)>. Acesso em 27 abr. 2020.

<sup>208</sup> Ibid.

<sup>209</sup> Ibid.

disseminação de boas práticas, uniformização das estruturas de solicitação e economia de recursos públicos<sup>210</sup>.

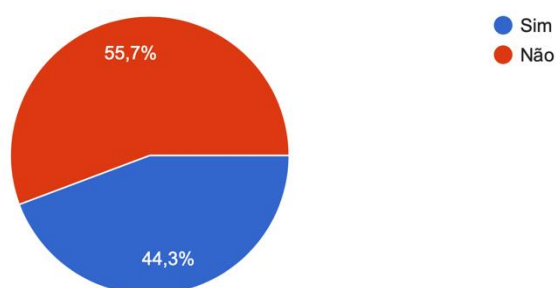
Por fim, após a análise das estatísticas do Painel da CGU, dos resultados do projeto da Transparência Brasil e Abraji e de outros estudos empíricos e bibliografia no tema, outro parâmetro para a avaliação da qualidade do e-SIC federal é a análise dos resultados do questionário aplicado por esta pesquisa.

Primeiramente, mensurou-se a solicitação de pedidos de acesso à informação pelas organizações respondentes no e-SIC federal. O gráfico 24 mostra que pouco mais da metade delas já usou o sistema:

**Gráfico 24**  
**Solicitação de pedido de acesso à informação no e-SIC federal**

A organização já fez pedido de acesso à informação através do e-SIC federal?

70 respostas



Gerado automaticamente pelo *Google Forms* no questionário aplicado pela autora.

Quanto às que não usam, os principais motivos foram sistematizados no gráfico 25, com especial destaque para a desnecessidade do seu uso, na visão das organizações, para alcançar suas finalidades institucionais.

---

<sup>210</sup> Ibid.

### Gráfico 25

#### Razões para não uso do e-SIC federal pelas organizações

Se a resposta foi não, qual o motivo?

46 respostas



Gerado automaticamente pelo *Google Forms* no questionário aplicado pela autora.

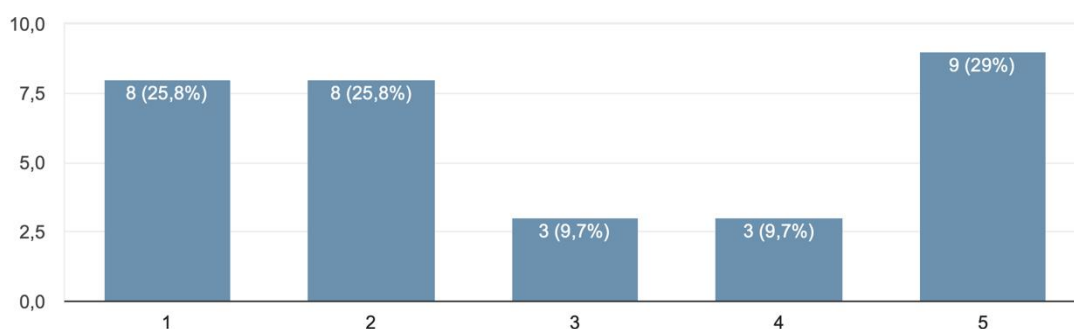
Quanto àquelas que usam, a frequência foi consideravelmente variada. Ao escalonar de 1 a 5 (do menor para o maior uso), boa parte ficou nos graus 1 ou 2, conforme demonstra o gráfico 26:

### Gráfico 26

#### Frequência no uso do e-SIC federal pelas organizações

Frequência de uso

31 respostas



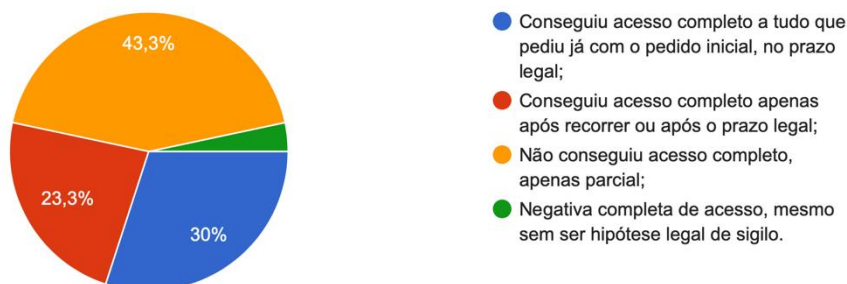
Gerado automaticamente pelo *Google Forms* no questionário aplicado pela autora.

Na perspectiva qualitativa, analisou-se a satisfação dos usuários com o acesso concedido, tal qual ilustra o gráfico 27:

### Gráfico 27

#### Satisfação com o acesso concedido pelo e-SIC federal

Satisfação com o acesso concedido  
30 respostas



Gerado automaticamente pelo *Google Forms* no questionário aplicado pela autora.

Enquanto 30% dos respondentes ficaram completamente satisfeitos com a média de respostas pelo e-SIC federal, já que obtiveram o acesso completo, 43,3% conseguiram acesso apenas parcial e 23,3% precisaram recorrer para obtê-lo ou houve intempestividade do retorno. Os casos de negativa completa fora da hipótese legal de sigilo foram ínfimos.

Ao serem convidados a selecionar as justificativas mais comuns para a negativa de acesso ou para a concessão de acesso apenas parcial, 23 respondentes apontaram:

- I. Justificativa do órgão embasada no dispositivo de trabalho adicional de análise, interpretação ou consolidação (art. 13, III do Decreto nº 7.724/2012) – 39,1%;
- II. Não recebeu nenhuma justificativa – 39,1%;
- III. Órgão incompetente (sem reencaminhar o seu pedido) – 30,4%;
- IV. Sigilo legal – 30,4%;
- V. Pedido genérico, desproporcional ou desarrazoado (art. 13, I e II do Decreto nº 7.724/2012) – 21,7%;
- VI. Envolve dados pessoais – 21,7%;
- VII. Interpretação extensiva do órgão sobre o sigilo – 21,7%;
- VIII. Inexistência dos documentos digitalizados e necessidade de consultar arquivos físicos pessoalmente – 21,7%;
- IX. Impossibilidade pela pandemia – 8,7%;
- X. Alegação de dado já disponível pela transparência ativa – 4,3%.



Sem dúvidas, o resultado mais alarmante é o alto percentual de casos de negativa sem serem apresentadas quaisquer justificativas, o que é evidentemente uma afronta ao sistema da Lei de Acesso à Informação, conforme prevê o art. 11, §1º, II da LAI e os arts. 15, V e 19, I, §1º do Decreto nº 7.724/2012. Da mesma forma, a alegação de que o órgão é incompetente, mas sem encaminhar o pedido, conforme prevê o art. 11, §1º, III da LAI, não é a medida mais adequada a ser tomada. Nos demais casos, há zonas cinzentas: pode haver casos de justificativas legítimas e de interpretações amplas, usadas como escudo para não fornecer o acesso devido.

Apesar de o art. 13 do Decreto nº 7.724/2012 trazer hipóteses legais para a negativa, é preciso sempre lembrar que a regra deve ser o acesso imediato e integral. Ao invés de haver um esforço dos servidores para observar essa diretriz, há um uso exacerbado dessas cláusulas legais, mesmo em hipóteses que fogem do seu escopo. Nos 70 pedidos de acesso à informação que esta autora fez durante esta pesquisa, foram constatados recorrentes abusos no uso extensivo dessas justificativas legais.

Por fim, em relação à proteção de dados pessoais, como já apontado anteriormente, tem se observado uma intensificação da tendência dos servidores se embasarem, equivocadamente, na LGPD para negar acesso à informação governamental. Uma análise dos dois regimes jurídicos demonstra a sua compatibilidade e estruturação nas bases da transparência, direito de acesso e respeito aos direitos de titulares e qualquer entendimento contrário deve ser afastado, conforme já confirmado pela CGU e citado anteriormente neste trabalho.<sup>211</sup>

Voltando às demais respostas ao questionário, lembrando que se está diante de usuários qualificados, os resultados quanto à falta de compreensão das respostas a solicitações de acesso não foram consideráveis. Ainda assim, certa parcela (23,3%) declarou necessidade de aprofundar por conta própria para entender completamente os dados ou informações enviadas. Definitivamente esse seria um problema maior para cidadãos sem conhecimento político ou jurídico especializado. O gráfico 28 sistematiza esses resultados:

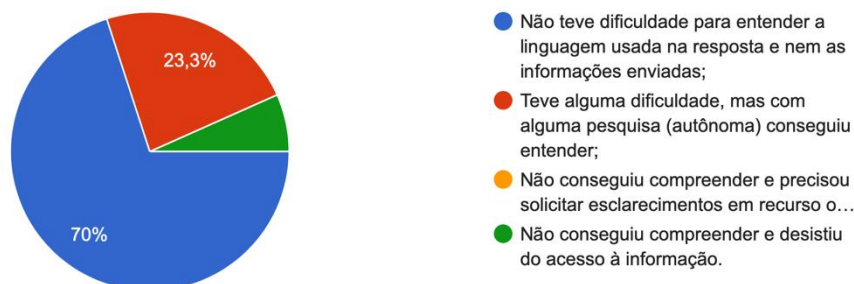
---

<sup>211</sup> Essa análise foi brevemente feita na introdução do Capítulo 1 e no tópico 1.1.4.

## Gráfico 28

### Inteligibilidade das respostas a pedidos de acesso

Compreensão das respostas ou dados enviados  
30 respostas



Gerado automaticamente pelo *Google Forms* no questionário aplicado pela autora.

Ademais, ao escolherem uma ou mais opções em lista de outras dificuldades técnicas e deficiências que desestimularam o acesso no e-SIC federal, os 20 respondentes marcaram:

- I. Não divulgação de lista de documentos classificados como sigilosos pelo órgão federal – 63,2%;
- II. Não sistematização de dados pelo órgão – 45%;
- III. Influência do perfil do solicitante na resposta ao pedido (antes da possibilidade de pedidos anônimos no e-SIC federal) – 36,8%;
- IV. Respostas fora do prazo legal – 35%;
- V. Arquivo em formato não aberto, não legível por máquina – 35%;
- VI. Necessidade de dados gerais de órgãos com competências centrais e foi aconselhado a procurar cada órgão individualmente, o que inviabilizou o acesso pela grande quantidade de órgãos ou volume de dados – 35%;
- VII. Exigências excessivas de dados pessoais – 31,6%;
- VIII. Indisponibilidade de arquivos digitais – 30%;
- IX. Falta de capacitação técnica dos servidores para responder as solicitações – 26,3%;
- X. Obscuridade nas competências dos órgãos e dificuldade para saber a quem encaminhar o pedido – 25%;
- XI. Arquivos anexos corrompidos/desconfigurados/inúteis – 20%;
- XII. *Layout* não amigável ou não responsivo – 15%;

- XIII. Cobrança de taxas de reprodução – 5,3%;
- XIV. Respostas evasivas – 5,3%;
- XV. Falta de divulgação dos serviços disponíveis – 5,3%.

Fonte: Dados extraídos do questionário aplicado pela autora.

Na última pergunta, os usuários declaravam o seu nível de concordância com a frase: “Os sistemas eletrônicos de solicitação de acesso à informação de governos estaduais e municipais que a organização usa são qualitativamente inferiores ao e-SIC federal, considerando as dimensões desse questionário” (quais sejam: satisfação com o acesso, justificativas para negativas, compreensão e dificuldades técnicas). Foram 29 respostas coletadas e 41,4% concordaram totalmente, 20,7% concordaram parcialmente, 13,8% discordaram totalmente e 24,1% nunca usaram sistemas de acesso subnacionais. No geral, há, portanto, uma percepção mais negativa em relação aos e-SIC’s estaduais e municipais.

Com o novo contexto de enfrentamento de uma pandemia pelo país, houve impactos não só na divulgação ativa de informações nos sites oficiais, mas também na transparência passiva. É importante monitorar e avaliar como o Poder público tem se portado no atendimento dos pedidos de acesso à informação durante a crise de saúde pública brasileira. Não pode haver a flexibilização ilegítima dos ditames da LAI e dos avanços alcançados no acesso à informação; pelo contrário, este quadro exige ainda mais transparência. É o que expõe o trecho abaixo:

Nesse cenário, **o direito à informação se tornou ainda mais central para preservar vidas**. É com acesso à informação que podemos **conhecer dados e evidências que embasam decisões políticas** (ou sua ausência), fiscalizar as ações do poder público, saber **sobre medidas de prevenção e de cuidado** em caso de contaminação, buscar a garantia de direitos básicos, e conhecer os impactos desiguais da crise na população para pensar respostas<sup>212</sup> (nosso grifo).

Apesar disso, o acesso à informação tem sido ameaçado. Em diagnóstico da Artigo 19, foram monitorados 115 pedidos de acesso à informação em maio de 2020, a 29 diferentes órgãos federais e estaduais, todos relacionados a questões da Covid-19. Constatou-se que 32,2% das solicitações ficaram sem resposta, sendo que os estados do Acre, Amapá, Paraná, Piauí e Roraima não responderam nenhuma das solicitações feitas. Outro dado foi que apenas 27,8% dentre as respostas recebidas foram classificadas como

---

<sup>212</sup> ARTIGO 19. **8 anos Lei de Acesso à Informação: Transparência para superar a crise**. São Paulo, 2020. Disponível em: <<https://artigo19.org/blog/2020/05/30/relatorio-lancado-pela-artigo-19-revela-dificuldade-para-acesso-a-informacoes-sobre-covid-19/>>. Acesso em: 1 jun. 2020.

satisfatórias. Há, ainda, algumas informações mais difíceis de serem obtidas sobre o tema: apenas 32% dos órgãos informaram sobre a disponibilidade de leitos de UTI e 53% sobre protocolos de testagem<sup>213</sup>.

Quanto à abertura dos dados, somente o estado do Ceará e o Ministério da Saúde do governo federal disponibilizam alguns dos dados solicitados em formato aberto. O resultado geral da pesquisa sobre a transparência passiva durante a pandemia foi de constantes respostas incompletas, informações que não correspondiam ao solicitado e respostas intempestivas ou grande demora na tramitação, nem sempre por razões embasadas na LAI<sup>214</sup>.

Ademais, o relatório aponta que o país já vivia uma crise institucional, política e econômica anterior à pandemia, que foi por ela agravada. Identificaram-se correlações entre a elevada desigualdade social e econômica brasileiras e a letalidade da doença, atingindo mais radicalmente grupos sociais mais vulneráveis. Houve, também, um aumento dos índices de violência doméstica, retorno do Brasil ao Mapa da Fome<sup>215</sup>, agravamento das deficiências em segurança alimentar, saneamento básico e acesso à água potável em regiões periféricas, em dissonância com as necessidades de adoção de medidas de higiene e prevenção da doença e do déficit habitacional e encarceramento em massa como novos desafios ao isolamento social<sup>216</sup>.

Apesar dos graves impactos da pandemia no país, o maior protagonismo no seu enfrentamento tem sido dos governos estaduais e municipais, tendo faltado uma abordagem nacionalmente unificada e centralizada em prol do distanciamento social. Permanecem graves barreiras ao acesso à informação com a falta de políticas para simplificação da linguagem técnica usada e compreensão dos documentos pela população no geral e a ausência de suficientes políticas específicas para a proteção de comunidades e grupos sociais especialmente vulneráveis à pandemia. Em resumo, verificou-se que o cenário de incerteza e insegurança com a pandemia foi agravado pela ausência de

---

<sup>213</sup> Ibid.

<sup>214</sup> Ibid.

<sup>215</sup> PETROPOULEAS, Suzana. **Volta do Brasil ao Mapa da Fome é um retrocesso inédito no mundo, diz economista**. Folha de São Paulo, São Paulo, 2022. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/01/volta-do-brasil-ao-mapa-da-fome-e-retrocesso-inedito-no-mundo-diz-economista.shtml>>. Acesso em: 22 fev. 2022.

<sup>216</sup> ARTIGO 19. **8 anos Lei de Acesso à Informação: Transparência para superar a crise**. São Paulo, 2020. Disponível em: <<https://artigo19.org/blog/2020/05/30/relatorio-lancado-pela-artigo-19-revela-dificuldade-para-acesso-a-informacoes-sobre-covid-19/>>. Acesso em: 1 jun. 2020.



informações governamentais precisas, não contraditórias, sistematizadas, confiáveis e acessíveis<sup>217</sup>.

#### 1.2.4 Trajetória e histórico de transparência: (des)continuidades, avanços e desafios

A princípio, para avaliar a trajetória brasileira em prol da transparência pública e constatar os progressos e obstáculos a serem ultrapassados, o desempenho do país em indicadores internacionais é um bom parâmetro.

Não se pode, entretanto, superestimar o valor e influência desses índices. Enquanto os dados de transparência são predominantemente qualitativos, nessas ferramentas prevalece análises de natureza quantitativa. Essas avaliações devem passar por exame crítico, que combine os seus resultados quantitativos com indicadores qualitativos. Por isso, nesta pesquisa, buscou-se combinar desempenhos em rankings e classificações com conclusões de outros estudos empíricos, como relatórios qualitativos e auditorias que simulam pedidos de acesso à informação e realizam testes objetivos em portais oficiais<sup>218</sup>.

Apesar dos limites metodológicos inerentes a este tipo de classificação, ela permite a comparação da performance do Brasil em relação a outros países, a partir dos indicadores específicos (e restritos) de transparência adotados. Assim, mais importante do que as notas em si, é a posição relativa do país. Com isso, boas práticas e lições de sucesso de outras localidades podem ser detectados.

Tendo isso em mente, de acordo com o ranking internacional denominado de *The Global Right to Information Rating – analyses the quality of the world's access to information laws*, o Brasil possui, no geral, uma boa legislação em acesso à informação. Esse ranking mede, anualmente, desde 2011, a força da estrutura normativa de acesso à informação pública dos países. Baseado em 61 indicadores, divide-se em 7 categorias: direito de acesso; escopo; procedimento de solicitação; exceções e recusas; recursos; sanções e proteções; ações de divulgação<sup>219</sup>.

Na avaliação de 2019, o Brasil ocupava a 28ª posição, com uma nota de 108, em um total de 150 pontos, o que corresponde a 72%, estando no grau 4 dentro de uma escala

---

<sup>217</sup> Ibid.

<sup>218</sup> MICHENER, Gregory. Policy Evaluation via Composite Indexes: Qualitative Lessons from International Transparency Policy Indexes. **World Development**, v. 74, p. 184-196, 2015.

<sup>219</sup> ACCESS INFO EUROPE; CENTRE FOR LAW AND DEMOCRACY. **The Right to Information Rating**. [S.l.], 2019. Disponível em: <<https://www.rti-rating.org>>. Acesso em: 21 abr. 2020.

de cinco níveis. O melhor desempenho brasileiro está no conjunto de indicadores relacionados a “direito de acesso” (100%), “escopo” (96%), “ações de divulgação” (81%) e “recursos” (73%). Por sua vez, sua performance é pior em “sanções e proteções” (37%), “exceções e recusas” (53%) e “procedimento de solicitação” (63%). Isso porque, segundo essa avaliação, a lei de acesso brasileira é, em alguns momentos, vaga e imprecisa na proteção do direito à informação e na regulamentação das exceções e recusas, bem como exige muitos dados do solicitante e poderia ter um procedimento de pedido de acesso mais simplificado<sup>220</sup>. Esses são, portanto, alguns pontos nos quais a legislação do país pode avançar.

Outra questão é que, apesar da qualidade normativa, a adoção de políticas públicas de transparência no governo tem se mostrado política e administrativamente onerosa e há significativas disparidades na concretização prática dos ditames da LAI, entre diferentes órgãos públicos, poderes e níveis federativos.<sup>221</sup>

Desse modo, deve haver a ampla disseminação de boas práticas, com o governo federal fixando bom exemplo e orientações para um esforço em prol da uniformização, simplificação e desburocratização dos procedimentos nos governos estaduais e municipais, assim como nos demais poderes, especialmente o Judiciário, o que contribuiria para a redução dos seus custos administrativos e políticos.

Constata-se também que, apesar de hoje já se buscar, cada vez mais, a abertura dos dados governamentais, ainda há constante envio das informações em resposta a pedidos de acesso no formato não aberto e não processável por máquinas. Os órgãos devem, todavia, disponibilizar os dados de modo a permitir o processamento automático, para possibilitar os diferentes usos e análises pelo requerente, o que é especialmente relevante quando se trata de um volume considerável de informações<sup>222</sup>.

Desse modo, é imprescindível que as respostas às solicitações de acesso à informação estejam alinhadas com as chamadas “três leis de dados abertos”: 1) se o dado não pode ser encontrado e indexado na Web, ele não existe; 2) se não estiver aberto e

---

<sup>220</sup> ACCESS INFO EUROPE; CENTRE FOR LAW AND DEMOCRACY. The Right to Information Rating. **Results by country**. [S.l], 2019. Disponível em: <<https://www.rti-rating.org/country-data/>>. Acesso em: 21 abr. 2020

<sup>221</sup> MICHENER, Gregory; MONCAU, Luiz; VELASCO, Rafael. **Avaliação de transparência do Estado Brasileiro e do Poder Judiciário**. Rio de Janeiro: FGV, 2016.

<sup>222</sup> DADOS mais abertos no Congresso: barreiras encontradas e propostas para avançar. **Parlametria**, 26 de novembro de 2019. Disponível em: <<https://parlametria.org/assets/reports/Gargalos%20de%20Transparência%20de%20Dados%20no%20Congresso.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2020.

disponível em formato compreensível por máquina, ele não pode ser reaproveitado e 3) se algum dispositivo legal não permitir sua replicação, ele não é útil<sup>223</sup>.

Por isso, para Michener, uma política pública de transparência que não torna as informações e dados efetivamente abertos e acessíveis ao público, dificilmente pode ser considerada legítima<sup>224</sup>.

Devem-se, ainda, buscar mais conexões e interfaces entre as políticas públicas de acesso e gestão da informação e de gestão de arquivos governamentais, de modo a construir um aparato articulado e integrado que funcione adequadamente<sup>225</sup>. A ausência ou inconsistência de políticas públicas arquivísticas impossibilita a organização, preservação e acessibilidade da informação pública<sup>226</sup>. Não raro a dificuldade em conceder o acesso à informação ao cidadão se baseia na falta de uma política de estruturação e organização dos dados e informações e da sua não preservação em bancos de conhecimentos e memórias nas instituições públicas, em especial as locais. Para tanto, a construção e organização de memórias institucionais sólidas e de redes informacionais para o livre fluxo da informação pública dentro da estrutura estatal e nas suas relações com a sociedade civil é o caminho a ser seguido.

Outro ponto é que, no Brasil, ainda coexistem, em graus diferentes e em todas as esferas federativas, organizações administrativas com características patrimonialistas, burocráticas e gerenciais, inclusive em nível federal, mas especialmente em pequenas localidades. Para combater o clientelismo e os elementos patrimonialistas existentes, é preciso buscar a efetiva implantação da reforma gerencial, na dimensão institucional, cultural e de gestão da informação e não o mero controle burocrático e formal<sup>227</sup>.

Por isso, é preciso provocar paulatina e continuamente transformações na cultura institucional, ainda que seja um processo que caminhe a passos lentos, na medida em que o sigilo é o primeiro refúgio para os desvios administrativos.<sup>228</sup> Capacitações de

---

<sup>223</sup> BRASIL. Portal Brasileiro de Dados Abertos. **O que são dados abertos?** Disponível em: <<http://dados.gov.br/pagina/dados-abertos>>. Acesso em: 22 abr. 2020.

<sup>224</sup> MICHENER, Gregory. Policy Evaluation via Composite Indexes: Qualitative Lessons from International Transparency Policy Indexes. **World Development**, v. 74, p. 184-196, 2015.

<sup>225</sup> JARDIM, José Maria. A implantação da lei de acesso à informação pública e a gestão da informação arquivística governamental. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 383-405, nov. 2013.

<sup>226</sup> MERLO, Franciele; KONRAD, Glaucia. Documento, história e memória: a importância da preservação do patrimônio documental para o acesso à informação. **Informação & Informação**, Londrina, v. 20, n. 1, p. 26-42, jan./abr. 2015.

<sup>227</sup> BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. A reforma gerencial do Estado de 1995. **Revista de Administração Pública**, v. 34, n. 4, p. 7-26, 2000. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/viewArticle/6289>>. Acesso em: 28 abr. 2020.

<sup>228</sup> MICHENER, Gregory; MONCAU, Luiz; VELASCO, Rafael. **Avaliação de transparência do Estado Brasileiro e do Poder Judiciário**. Rio de Janeiro: FGV, 2016.

servidores, estímulos institucionais a boas práticas, renovação e qualificação do corpo técnico e de lideranças políticas, adoção de manuais e códigos de conduta padronizados são algumas maneiras de alcançar resultados.

Na luta pela efetividade do acesso à informação é preciso que seja reconhecido como direito fundamental autônomo dos cidadãos: não demanda do cidadão qualquer justificativa para requerer acesso, não importa o contexto ou quem o invoca, nem os fins para os quais a informação será utilizada. É, simplesmente, um direito que a sociedade civil tem de ter pleno acesso às informações públicas, ressalvadas as escassas exceções.

A promulgação de uma lei de acesso à informação não pode ser vista, portanto, como última etapa na luta pela efetividade do direito à informação. Pelo contrário, esse é apenas o pontapé inicial<sup>229</sup>.

### 1.2.5 As recentes tentativas de retrocessos em informação e transparência pública

Apesar dos avanços na consolidação das instituições democráticas do país e da cultura de acesso à informação nas últimas décadas, recentemente, tem se assistido a tentativas de contenção e redução dos instrumentos informativos e de retrocessos nessa pauta<sup>230</sup>.

Uma investida nesse sentido foram as mudanças promovidas na organização institucional da Controladoria-Geral da União durante o governo Temer, já apontadas no tópico 1.1.2, pela MP nº 726/2016 e o posterior recuo parcial com a sua conversão na Lei nº 13.341/2016. Ao invés de se caminhar para um modelo cada vez mais independente e nacionalmente unificado de gestão das informações públicas, assiste-se a tentativas de recuar e retroceder nas conquistas já alcançadas.

Outra iniciativa foi a publicação do Decreto nº 9.690/19, que alterava o regulamento da LAI no nível federal e trazia dispositivos que ampliavam o rol de servidores públicos aptos a decretar o sigilo de informação. De um lado, isso significaria a possibilidade de aumento no uso já excessivo do sigilo, prejudicando o acesso à

---

<sup>229</sup> CUNHA FILHO, Marcio Camargo. O que sabemos sobre transparência pública? Uma revisão bibliográfica das abordagens normativa, conceitualista e empírica. **Revista da CGU**, v. 10, n. 16, p. 878-907. Disponível em: <[https://ojs.cgu.gov.br/index.php/Revista\\_da\\_CGU/article/view/55/pdf\\_37](https://ojs.cgu.gov.br/index.php/Revista_da_CGU/article/view/55/pdf_37)>. Acesso em: 26 abr. 2020.

<sup>230</sup> O tema foi abordado no seguinte artigo de opinião: SOARES, Fabiana M.; MACIEL, Caroline S. F. S. Acesso à informação e avaliação de impacto regulatório: como essas políticas podem se retroalimentar. **Jota Info**, Série Observatório para a Qualidade da Lei, set. 2020. Disponível em: <<https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/acesso-a-informacao-e-avaliacao-de-impacto-regulatorio-15092020>>. Acesso em: 8 dez. 2020.



informação e o monitoramento social. De outro, criaria um problema potencial de maior risco de vazamento de informações realmente sigilosas do governo (imprescindíveis para a segurança da sociedade e do Estado)<sup>231</sup>. Com a forte mobilização de entidades organizadas, esse trecho do decreto foi revogado no mês seguinte, através do Decreto nº 9.716/19.

Ademais, a emissão da MP nº 928/2020 pelo governo Bolsonaro, que, diante do cenário de enfrentamento da Covid-19, acabou por causar retrocessos no direito à informação.

Primeiramente, a referida MP conferiu prioridade aos pedidos de acesso relacionados às medidas de enfrentamento da pandemia. Depois, suspendeu os prazos de resposta a pedidos de acesso à informação para servidores encarregados da resposta sujeitos a trabalho remoto, nos casos de ser necessário o acesso presencial para elaborá-las ou de se tratar de setor envolvido com as medidas de enfrentamento da emergência. Além da suspensão, determinou a necessidade de reiteração dos pedidos pelos cidadãos, dez dias após o fim da calamidade pública e revogou o direito a recurso contra negativa de resposta com base nesses fundamentos. Em sequência, suspendeu o atendimento presencial e desativou os canais físicos de acesso à informação durante a situação de emergência, sendo mantidos apenas virtualmente.

A pretexto de a situação de emergência exigir essas medidas e de serem garantidas as condições para que os servidores fiquem seguros, o ato legislativo acaba por colocar em risco os avanços no acesso à informação promovidos pela Constituição e pela LAI, sem, contudo, alcançar seus supostos objetivos. Ao contrário das boas práticas de outros países, que têm buscado enfrentar e monitorar a pandemia com o aumento da transparência pública e alcançado bons resultados com essa estratégia, o governo federal toma medidas para esvaziar a efetividade da LAI, suspendendo, na prática, a sua vigência durante um período que demanda mais transparência e, por fim, fixa um mau exemplo para os governos estaduais e municipais.

Configuram violações especialmente graves ao direito constitucional de acesso à informação o esvaziamento do direito de recurso contra negativas ou omissões ao pedido de acesso à informação e a brecha criada para que todas as demandas do período

---

<sup>231</sup> TRANSPARÊNCIA BRASIL. **Nota sobre o Decreto nº 9.690/2019 que altera as regras de classificação de informação.** [S.l.], 2019. Disponível em: <<https://www.transparencia.org.br/blog/nota-sobre-o-decreto-n-9-6902019-que-altera-regras-de-classificacao-de-informacao/>>. Acesso em: 20 jan. 2020.

sejam ignoradas e devam ser refeitas após o fim da pandemia. Com isso, a MP sepulta a transparência pública e o controle social dos atos administrativos, colocando no cidadão todo o encargo da busca pela informação que deveria ser fornecida ativamente pelo Poder público. A necessidade de refazer o pedido significa, na prática, um desestímulo à solicitação de qualquer informação durante a pandemia, pois o interessado teria, de todo modo, que repeti-la após o fim desse período<sup>232</sup>.

Quanto à suposta priorização de pedidos relacionados à pandemia, o texto legislativo é vago e atécnico. Não informa objetivamente como seria dada essa priorização, quais seriam os seus critérios, se o prazo para resposta seria menor do que aquele determinado como regra geral na LAI. Também não estabelece se a prioridade seria apenas para pedidos sobre saúde pública ou se alcançaria temas conexos à pandemia ou setores mais afetados, relacionados aos impactos econômicos, compras públicas, questões trabalhistas, dentre outros. Apesar de ser necessária a adoção de medidas para garantir a segurança dos servidores nas respostas às solicitações, a solução trazida abre a possibilidade de omissões e negativas ilegítimas<sup>233</sup>. A única medida razoável adotada pela MP foi a desativação provisória dos canais de atendimento físico, afinal, com o isolamento social, não seria possível solicitar acesso à informação presencialmente sem pôr em risco os servidores e cidadãos solicitantes.

Diante da repercussão negativa dessa iniciativa perante a sociedade civil organizada, foram apresentadas emendas para suprimir essa parte na tramitação da medida provisória no Congresso e foi impetrada ação para que o STF a declare inconstitucional. Em caráter liminar, o Min. Alexandre de Moraes suspendeu o trecho da medida provisória que modificava a LAI, o que foi, em sequência, confirmado pelo Plenário por unanimidade<sup>234</sup>.

---

<sup>232</sup> Esse diagnóstico foi feito por algumas das organizações da sociedade civil que integram a Rede de Advocacy Colaborativo (RAC), da qual esta autora faz parte, na elaboração de uma proposta de emenda supressiva com justificativa, encaminhada a alguns parlamentares, que as apresentaram oficialmente (BRASIL. Câmara dos Deputados. **Emendas supressivas nº 23, 46, 47 e 48 à Medida Provisória nº 928/2020**. Brasília, 2020. Disponível em: <[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1878306&filename=EMC+23/2020+MPV92820+%3D%3E+MPV+928/2020](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1878306&filename=EMC+23/2020+MPV92820+%3D%3E+MPV+928/2020)>. Acesso em: 30 mar. 2020).

<sup>233</sup> Novamente, essas críticas foram fruto de trabalho colaborativo que resultou em nota pública de repúdio a essas mudanças, assinada por mais de 100 organizações da sociedade civil, movimento do qual a autora fez parte (OPEN KNOWLEDGE BRASIL *et al.* **Só venceremos a pandemia com transparência** – Nota conjunta de repúdio às alterações do acesso à informação pela MP nº 928/2020. [S.I.], 2020. Disponível em: <<https://www.ok.org.br/noticia/so-venceremos-a-pandemia-com-transparencia/>>. Acesso em: 25 mar. 2020).

<sup>234</sup> BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **ADI 6351**. Relator Min. Alexandre de Moraes, DJe 30/04/2020.

Apesar disso, o relatório do Fórum de Direito de Acesso a Informações Públicas constatou mudanças indevidas no atendimento a solicitações de acesso depois da data da liminar concedida (qual seja: 26/03/2020). Entre 27 de março e 27 de abril de 2020, em ao menos 46 pedidos ao Executivo Federal, a pandemia foi usada injustificadamente para embasar essas mudanças procedimentais. Dessa amostra, 52% das solicitações não foram atendidas e, em 22%, a resposta foi parcial. Em outros casos, houve extensão do prazo além do período permitido pela LAI e atendimento por outro meio diferente do e-SIC. Não houve demonstração de como a pandemia efetivamente prejudicava a resposta ao acesso, sendo que a pandemia era apenas citada genericamente ou era destacado o regime de trabalho remoto. Houve, ainda, justificativas para negativa por “motivos estratégicos” pelo Ministério da Saúde, em afronta direta ao procedimento de decretação de sigilo da LAI<sup>235</sup>.

Destaca-se, ainda, que o enfrentamento da pandemia pelo mundo já perdura por mais de dois anos, sem uma perspectiva concreta de finalização completa. Atualmente, fala-se em possível continuidade de regimes remotos ou híbridos, que exigiriam uma virtualização crescente das atividades da Administração Pública. Nesse sentido, as negativas de acesso à informação e opacidades do Poder público que eram pertinentes por se enquadrarem em situação emergencial temporária, já não são mais. É preciso que seja implementado um processo de adaptação ao chamado “novo normal”, envolvendo a expansão da digitalização governamental.

Por outro lado, o relatório identificou a alteração justificada no atendimento aos pedidos de acesso durante a pandemia em 95 solicitações no mesmo período. Nesses casos, os órgãos apontaram justificativas razoáveis para a negativa temporária de acesso, atraso ou atendimento parcial. Ainda assim, esses fundamentos utilizados só existem em razão da grande dependência dos órgãos públicos de armazenamento físico das informações e dados. Por isso, mais uma vez, uma política de digitalização, modernização e construção de bases de dados eletrônicas é urgente no Poder público<sup>236</sup>.

Por fim, a falta de alocação de recursos públicos no mapeamento estatístico e georreferenciamento do país ameaça a análise da evolução da realidade socioeconômica

---

<sup>235</sup> FÓRUM DE DIREITO DE ACESSO A INFORMAÇÕES PÚBLICAS. **Relatório sobre Alterações no atendimento a pedidos de informação e a MP 928**. São Paulo, 2020. Disponível em: <[http://informacaopublica.org.br/wp-content/uploads/2020/05/Alteracoes\\_atendimento\\_pedidos\\_de\\_informacao\\_e\\_MP\\_928.pdf?utm\\_source=newsletter&utm\\_medium=email&utm\\_campaign=marco&utm\\_term=](http://informacaopublica.org.br/wp-content/uploads/2020/05/Alteracoes_atendimento_pedidos_de_informacao_e_MP_928.pdf?utm_source=newsletter&utm_medium=email&utm_campaign=marco&utm_term=)>. Acesso em: 5 mai. 2020.

<sup>236</sup> Ibid.

e ambiental brasileira, através da atuação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Com isso, compromete-se a realização das atividades essenciais do Estado de coletar, tratar, armazenar e disponibilizar uma infinidade de dados e informações, sejam de natureza estatística, registral, administrativa, geoinformacional, tributária, dentre outros. Além disso, esses dados estão reunidos em sistemas dispersos que não interoperam, o que gera custos e ineficiências consideráveis.

Em contraposição a isso, constata-se cada vez mais a necessidade de avaliação de impacto regulatório de políticas públicas, para a melhoria da eficiência da atuação do Estado. Essas atividades dependem diretamente de dados íntegros, confiáveis e atualizados, hoje comprometidos pela precariedade do IBGE.

As Leis 13.848/19 e 13.874/19 tangenciam a obrigatoriedade de análise de impacto regulatório, respectivamente, nas agências reguladoras e nos atos do Poder Executivo Federal. O tema ganhou relevância constitucional com a promulgação da EC nº 109/2021, que acrescentou um §16 ao art. 37 da CF/88, exigindo a realização de avaliação de políticas públicas.

Diante de todo o exposto, o país enfrentou diversos retrocessos e ameaças à transparência e acesso à informação, intensificados nos últimos anos, seja de forma institucional, legislativo-regulatória, no enfrentamento da pandemia, na interpretação de leis ou, ainda, na falta de priorização do levantamento estatístico do IBGE.

Constata-se, portanto, que somente a constante vigilância social e o funcionamento adequado das instituições democráticas evitam a aprovação de retrocessos e violações a direitos fundamentais, tal qual o direito à informação. A necessidade de virtualização dos debates e de digitalização das atividades públicas gerada pela pandemia deve ser aproveitada, antes, como uma oportunidade de ampliar e aprimorar os instrumentos democráticos e não como desculpa para desvios autoritários. Afinal, o acesso à informação é um dos principais “oxigênios” da democracia<sup>237</sup>. Por isso, além de ser necessário garantir a manutenção dos avanços já alcançados nesse tema, é preciso aproveitar esse momento para intensificar a disponibilização digital de informação pública e a participação eletrônica da sociedade.

---

<sup>237</sup> ARTIGO 19. **Acesso à informação.** Programas. [S.l], 2011. Disponível em: <<https://artigo19.org/blog/2011/04/19/acesso-a-informacao/>>. Acesso em: 10 jan. 2020.



### 1.3 Da Transparência à participação: como o acesso impacta o *accountability* e *advocacy*

Na teoria política contemporânea, reconhece-se a *accountability*, o acesso à informação, a publicidade, a transparência pública e a participação social como princípios fundamentais do ordenamento democrático que devem ser articulados entre si na construção de políticas públicas.

O termo *accountability*, cada vez mais presente nas discussões políticas e teóricas, abarca um conjunto de processos, procedimentos e valores atrelados à necessidade de prestação de contas dos governantes perante os governados e de controle e responsabilização dos agentes públicos por eventuais excessos cometidos. Desse modo, se associa não só às ideias de boa gestão pública e eficiência de políticas governamentais, mas também a um processo político e democrático de exercício da autoridade<sup>238</sup>.

Segundo Abrucio e Loureiro, *accountability* envolve “a construção de mecanismos institucionais pelos quais os governantes são constrangidos a responder, ininterruptamente, por seus atos ou omissões perante os governados”<sup>239</sup>. Por sua vez, O’Donnell classifica a *accountability* em vertical e horizontal, conforme o controle das atividades públicas é exercido, respectivamente, pela sociedade ou pelos próprios órgãos, entidades e poderes públicos (interna ou reciprocamente)<sup>240</sup>.

Na figura 4, a *Open Government Partnership* (OGP) utiliza-se de três dimensões da *accountability*; além da vertical (cidadãos através do voto/eleições) e horizontal (*checks and balances*), acrescenta a diagonal (ações de grupos de interesse, sociedade civil organizada, como *advocacy*)<sup>241</sup>:

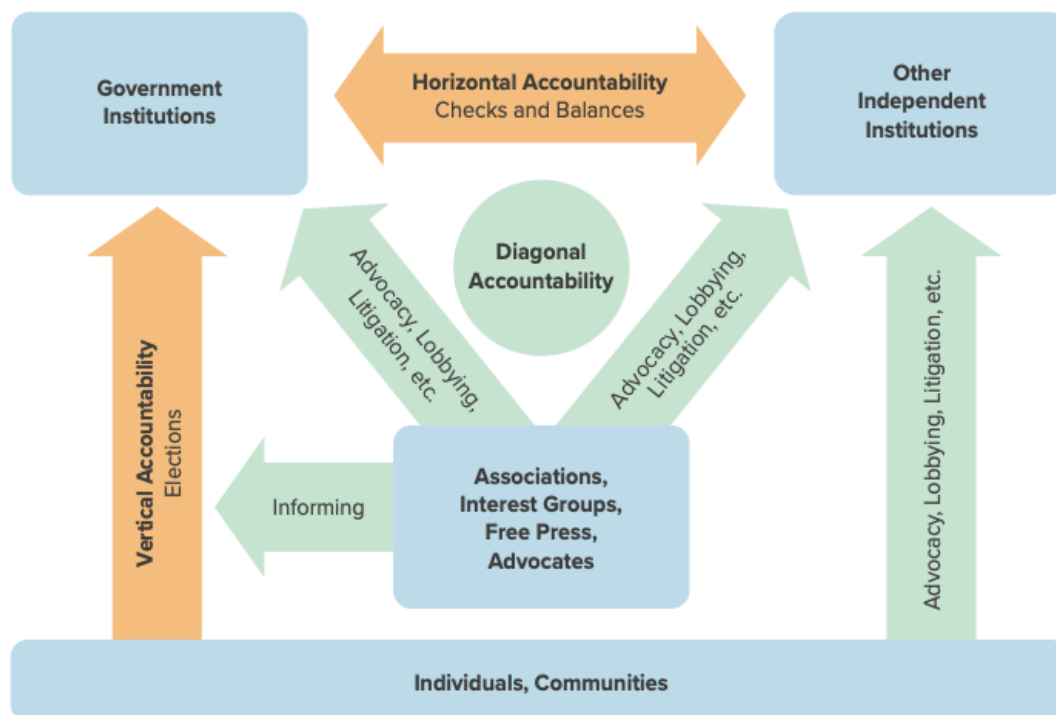
<sup>238</sup> FILGUEIRAS, Fernando. Além da transparência: *accountability* e política da publicidade. **Lua Nova**, São Paulo, n. 84, p. 353-364, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n84/a04n84.pdf>>. Acesso em: 27 abr. 2020.

<sup>239</sup> ABRUCIO, F.; LOUREIRO, M. Finanças Públicas, Democracia e *accountability*. In: ARVATE, P.; BIDERMAN, C. (Orgs.). **Economia do Setor Público no Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier Campus, 2004, p. 1.

<sup>240</sup> O’DONNELL, G. *Accountability* Horizontal e novas poliarquias. **Lua Nova**, n. 44, p. 27-54, 1998.

<sup>241</sup> OPEN GOVERNMENT PARTNERSHIP. **Open Government Partnership Global Report: democracy beyond the ballot box**. First edition, v. 1. Washington, 2019. Disponível em: <[https://www.opengovpartnership.org/wp-content/uploads/2019/09/Global-Report\\_Volume-1.pdf](https://www.opengovpartnership.org/wp-content/uploads/2019/09/Global-Report_Volume-1.pdf)>. Acesso em: 2 mai. 2020.

**Figura 4**  
**Accountability em três dimensões**



Fonte: Open Government Partnership Global Report (2019).

Na figura 4, é possível visualizar as interrelações entre essas três camadas de *accountability* e como estão diretamente relacionadas com transparência e engajamento social, sendo que o grau de *accountability* diagonal depende da força institucional das outras instituições democráticas. Interessa a essa pesquisa, principalmente, essa conexão entre *accountability*, transparência e participação. Desse modo, enquanto o segredo e cultura do sigilo no Estado impedem a possibilidade de *accountability*, a maximização da transparência a aprimora.

Nesse sentido, Cunha Filho desenvolveu o seguinte raciocínio: a transparência pública (T) viabiliza a participação social na tomada de decisões públicas (P), o que, por sua vez, permite o controle dos agentes públicos pela sociedade civil, isto é, o exercício da *accountability* (A). Traduz-se, assim, na seguinte fórmula:  $T \rightarrow P \rightarrow A$ . Desse modo, a transparência pública permite o desenvolvimento mais qualificado da democracia, marcada pela interação constante entre o Estado e a sociedade civil<sup>242</sup>.

<sup>242</sup> CUNHA FILHO, Marcio Camargo. O que sabemos sobre transparência pública? Uma revisão bibliográfica das abordagens normativa, conceitualista e empírica. **Revista da CGU**, v. 10, n. 16, p. 878-907. Disponível em: <[https://ojs.cgu.gov.br/index.php/Revista\\_da\\_CGU/article/view/55/pdf\\_37](https://ojs.cgu.gov.br/index.php/Revista_da_CGU/article/view/55/pdf_37)>. Acesso em: 26 abr. 2020.

Todavia, o próprio autor problematiza a simplificação dessa fórmula como o caminho certo, direto e automático:

Uma de suas pressuposições é que “transparência causa participação”, mas como isso ocorre? O ato de disponibilizar informações na internet faz com que todas as pessoas necessariamente se sintam motivadas a tomar atitudes em prol do melhoramento do sistema político? E as pessoas que não têm acesso à internet ou as pessoas que não conseguem compreender as informações disponibilizadas? E as pessoas que não se importam com o funcionamento do sistema político também irão necessariamente se tornar mais proativos uma vez que mais informações sejam disponibilizadas? O fato é que **há dezenas de fatores que podem impedir que políticas de transparência gerem participação política**. E o mesmo raciocínio se aplica à segunda pressuposição, a de que participação gera *accountability*. As pessoas podem expressar suas opiniões com mais frequência ou embasamento empírico, mas isso não necessariamente irá constranger os atores políticos a modificarem suas condutas. É plenamente possível que a **existência de oportunidades de participação não se traduza em mudanças no sistema institucional**<sup>243</sup> (grifo nosso).

Assim, apesar de a transparência ser um elemento central e requisito mínimo e necessário para a participação social e *accountability*, ela não é, por si só, suficiente, isto é, não assegura que efetivamente haja participação, nem *accountability*. Outras variáveis e fatores interferem nessa equação e podem impedir esse concatenamento, o que significa que nem sempre transparência gera participação e *accountability*. Nesse sentido, uma análise da realidade da sociedade estadunidense mostra que, apesar de boa parte da sociedade acessar as informações do governo disponíveis nos sites, apenas 23% dos usuários participam de debates; ou seja, consumir informação não leva, por si só, à participação<sup>244</sup>.

Além da transparência, uma efetiva política de *accountability* exige uma certa arquitetura institucional democrática que organiza os processos representativos em condições equitativas, de tal modo que, diante das diferentes condições sociais e pluralidade de interesses, as instituições públicas integrem, do modo mais igualitário possível, os cidadãos nos processos deliberativos<sup>245</sup>.

<sup>243</sup> Ibid, p. 889.

<sup>244</sup> EPSTEIN, D.; NEWHART, M.; VERNON, R. Not by Technology Alone: The “Analog” Aspects of Online Public Engagement in Policymaking, **Cornel eRulemaking Initiative Publications**, n. 18, p. 1-30, 2012. Disponível em: <<https://scholarship.law.cornell.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1017&context=ceri>>. Acesso em: 2 abr. 2022.

<sup>245</sup> FILGUEIRAS, Fernando. Além da transparência: *accountability* e política da publicidade. **Lua Nova**, São Paulo, n. 84, p. 353-364, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n84/a04n84.pdf>>. Acesso em: 27 abr. 2020.

Desse modo, mesmo diante de políticas governamentais de transparência, o exercício da *accountability* pode não ser difundido pelos setores sociais, especialmente diante das extremas situações de assimetria no acesso à informação e autoridades por diferentes atores e na desigual distribuição do seu poder de influência na construção de regulações pelo Poder público. Esse cenário se intensifica em mercados altamente concentrados, relacionados, por exemplo, a serviços digitais essenciais para a vida social contemporânea (tais como: comunicações interpessoais, busca *online* e comércio eletrônico)<sup>246</sup>. Nesses casos, há, de um lado, agentes econômicos internacionais em posição dominante duradoura com elevado poder de barganha sobre usuários, infraestruturas digitais proprietárias e autoridades públicas, e, de outro, agentes entrantes sem condições de competir de forma isonômica. Essas assimetrias trazem consigo os riscos de distorções de mercado, reforçadas pela regulação (ou pela ausência dela), de captura de agentes públicos e construção de políticas de baixa qualidade, voltadas para atender a interesses privados escusos<sup>247</sup>.

### 1.3.1 Assimetria no acesso a informações e autoridades por diferentes atores

Nas relações entre os cidadãos e agentes estatais, de diferentes *stakeholders* da sociedade civil e do setor empresarial com o governo e das instituições públicas entre si, constatam-se múltiplos graus de acesso à informação e às estruturas de poder. Em outras palavras, existem consideráveis assimetrias nessas três dimensões.

Quanto à primeira dimensão, isso significa que as autoridades públicas possuem canais facilitados de acesso a informações oficiais privilegiadas e maior influência política do que os cidadãos no geral. Essa é, portanto, uma assimetria que, até certo grau, é inevitável. Não é possível conferir a todos o mesmo poder político, pois atores com maiores prerrogativas institucionais e lideranças políticas em um país, como parlamentares, governantes eleitos e servidores de alto escalão, sempre terão algum ganho informacional quando comparados à sociedade civil que não integra nenhuma esfera do Poder público. Da mesma forma, diferentes graus hierárquicos e posições políticas no

---

<sup>246</sup> EUROPEAN COMMISSION. **Digital Markets Act: ensuring fair and open digital markets**, 2020. Disponível em: <[https://ec.europa.eu/info/strategy/priorities-2019-2024/europe-fit-digital-age/digital-markets-act-ensuring-fair-and-open-digital-markets\\_en](https://ec.europa.eu/info/strategy/priorities-2019-2024/europe-fit-digital-age/digital-markets-act-ensuring-fair-and-open-digital-markets_en)>. Acesso em: 20 mar. 2022.

<sup>247</sup> ÇELIKTEMUR, C. et al. Taming gatekeepers – but which ones? **Competition Policy International Antitrust Chronicle**, feb. 2021. Disponível em: <<https://www.cornerstone.com/wp-content/uploads/2022/01/Taming-the-Gatekeepers-But-Which-Ones.pdf>>. Acesso em: 19 abr. 2022.



setor público implicarão variações nesse grau de acesso (então, o poder político também é assimetricamente distribuído dentre as categorias de agentes estatais).

Logo, o que se deve buscar, quanto à primeira dimensão, é a redução das excessivas assimetrias informacionais existentes entre os cidadãos e agentes estatais, que resultam em falhas de gestão e deficiências no controle social sobre os atos ilícitos cometidos no setor público<sup>248</sup>. Não se trata de esvaziar o poder político dos agentes estatais, pois ele é essencial para o exercício das atribuições públicas, mas de empoderar os cidadãos e fomentar a participação ativa como política de Estado.

No que tange às interfaces entre agentes e instituições diferentes no interior do Estado, o acesso às informações e dados centrais do governo também é assimétrico, seja entre diferentes órgãos do Executivo, entre os três poderes ou entre diferentes entes federados.

Isso gera, em uma perspectiva, problemas governamentais de articulação administrativa<sup>249</sup>, comunicação interna e transparência interorgânicas. É preciso lidar com essas deficiências, na medida em que a Lei de Acesso à Informação também incide nas relações intragovernamentais e no sistema de funções estatais<sup>250</sup>. Por isso, o reforço de *compliance* no setor público, capaz de qualificar o círculo de informações, passa por iniciativas em prol da melhoria da documentação e do armazenamento de informações públicas, na criação de redes de informação e de conhecimento, no favorecimento da coerência e da coordenação administrativas, na publicidade e na transparência da atividade pública.

As ferramentas tecnológicas hoje existentes, apesar de timidamente já utilizadas pelo Poder público, ainda são subaproveitadas, considerando a sua capacidade quase ilimitada. Todavia, é preciso cautela na delegação, confiabilidade e dependência excessiva de atividades estatais essenciais em infraestruturas digitais disruptivas pertencentes a agentes privados, principalmente transnacionais<sup>251</sup>. Nesse contexto, o

---

<sup>248</sup> STIGLITZ, J. **On liberty, the right to know, and public discourse**: the role of transparency in public life. Oxford: Amnesty Lectures, 1999.

<sup>249</sup> Para aprofundamento no tema da articulação e coordenação administrativas, ver um dos produtos parciais já publicados dessa pesquisa de doutorado: MACIEL, Caroline Stéphanie Francis dos Santos. **Articulação administrativa: a busca por uma atuação coordenada da Administração Pública**. **Revista de Direito Administrativo (RDA)**, Rio de Janeiro, FGV, v. 279, n. 2, 2020.

<sup>250</sup> SOARES, Fabiana M.; SANTOS, Flávia. A incorporação do dissenso no processo legislativo e seu papel na justificação da lei: condições para o *advocacy* parlamentar, p. 238-277. In: SOARES, F.; KAITEL, C.; PRETE, E. (Orgs.) **Estudos em Legística**. Florianópolis: Tribo da Ilha, 2019.

<sup>251</sup> EUROPEAN COMMISSION. **Digital Markets Act: ensuring fair and open digital markets**, 2020. Disponível em: <[https://ec.europa.eu/info/strategy/priorities-2019-2024/europe-fit-digital-age/digital-markets-act-ensuring-fair-and-open-digital-markets\\_en](https://ec.europa.eu/info/strategy/priorities-2019-2024/europe-fit-digital-age/digital-markets-act-ensuring-fair-and-open-digital-markets_en)>. Acesso em: 20 mar. 2022

desenvolvimento de tecnologia proprietária do Estado, ainda que a partir de parcerias privadas, pode ser uma estratégia relevante para assegurar a soberania digital brasileira. Isso não pode significar limitações artificiais à inovação, com a criação de entraves desproporcionais que obstaculizam o surgimento de agentes econômicos concorrentes. Apesar disso, preocupações com a segurança sistêmica, continuidade da prestação de serviços públicos e proteção de dados sigilosos ou sensíveis devem ser levadas em conta nas políticas de digitalização do setor público.

Ultrapassado esse ponto, em outra perspectiva, a assimetria informacional dentro do Estado também causa prejuízos no cumprimento de eventuais funções e competências fiscalizatórias entre os diferentes poderes. Em razão da posição hegemônica assumida pelo Executivo na gestão da informação pública e até mesmo na atividade legislativa<sup>252</sup>, acentuou-se o quadro de assimetria em relação ao Legislativo. O parlamento é um importante espaço que atua como receptor e fonte de informações e que, portanto, deve ser fortalecido institucionalmente. A forma de atuação do Legislativo pode gerar reflexos diretos no grau de assimetria informacional entre este Poder e o Executivo, entre parlamento e sociedade e entre diferentes atores sociais<sup>253</sup>.

Por fim, a terceira questão é a existência de assimetrias no acesso a informações e autoridades públicas pelos grupos e atores sociais diferentes, conforme o seu grau de representatividade política, poderio econômico e força institucional. Enquanto alguns *stakeholders* conseguem levantar capital informacional com mais facilidade e mobilizar e influenciar, por meios lícitos ou não, tomadores de decisões públicas, outros carecem de condições estruturais para fazê-lo. Nesse contexto, volta-se ao exemplo de prestadores de serviços digitais essenciais, que concentram significativo poder de mercado e controlam o acesso de outras empresas e autoridades públicas a base incomparável de dados e usuários e a infraestruturas digitais proprietárias. Esses fatores criam vantagens competitivas elevadas para poucos, abrindo margem significativa para condutas abusivas.<sup>254</sup>

---

<sup>252</sup> Sobre o predomínio legislativo do Executivo, ver a obra desta autora, fruto de sua pesquisa de mestrado: MACIEL, Caroline Stéphanie Francis dos Santos. **Instituições e Políticas Públicas: o jogo político na elaboração das leis em educação**. Belo Horizonte: Arraes, 2020.

<sup>253</sup> RIBEIRO, Guilherme Wagner. Poder legislativo: entre a assimetria informacional e o pluralismo cognitivo. **Legislação – Cadernos de Ciência da Legislação**, Oeiras, n. 45, jan./mar. 2007, p. 5-23.

<sup>254</sup> EUROPEAN COMMISSION. **Digital Markets Act: ensuring fair and open digital markets**, 2020. Disponível em: <[https://ec.europa.eu/info/strategy/priorities-2019-2024/europe-fit-digital-age/digital-markets-act-ensuring-fair-and-open-digital-markets\\_en](https://ec.europa.eu/info/strategy/priorities-2019-2024/europe-fit-digital-age/digital-markets-act-ensuring-fair-and-open-digital-markets_en)>. Acesso em: 20 mar. 2022.

São gritantes, portanto, as enormes desigualdades no acesso e disponibilidade de dados, informações e do próprio direito em relação aos diferentes segmentos sociais, o que resulta em um profundo déficit democrático. Nesse sentido, o direito se coloca desigualmente ao alcance das pessoas e se mantém como um mistério para muitos, mantendo essa aparência até mesmo nos escassos momentos em que os cidadãos são convidados a ter acesso a ele. A opacidade das técnicas de divulgação do direito vigente (como o uso de um modelo de diário oficial) aliado à complexa linguagem técnica, aos ritos formais e ao labirinto burocrático administrativo reforçam o distanciamento entre o Poder público e a sociedade civil<sup>255</sup>.

Com a falta de acesso à informação jurídica, enfraquece-se a adesão cidadã ao direito, o que, por sua vez, corrói a adesão e legitimidade sociais ao sistema jurídico. Afinal, ninguém pode aderir ao que não lhe é dado a conhecer. Por isso, é preciso pensar em estratégias de divulgação, comunicação, cotidianização e simplificação do direito. Ao ser transformado em matéria de trato do dia a dia e despido de tecnicidades, aumenta-se a sua acessibilidade e compreensão pela população<sup>256</sup>. Práticas que combinam recursos simultâneos de multimedialidade e valorizam a experiência jurídica cotidiana e concreta e o acesso à informação pública através da oralidade e dos costumes podem contribuir para romper as barreiras históricas que separam o direito do cidadão<sup>257</sup>.

No Brasil, essas desigualdades profunda e historicamente arraigadas estão conectadas à preponderância de instituições políticas e econômicas de natureza extrativista, conforme classificação de Acemoglu e Robinson. Essa tendência ao extrativismo significa uma concentração do poder de acesso à informação e influência política nas mãos de elites empresárias e partidárias e extração exaustiva das riquezas para benefício de alguns segmentos sociais em detrimento da coletividade. Com isso, obstaculiza-se o desenvolvimento sustentável e geram-se altos níveis de desconfiança social<sup>258</sup>.

Há, portanto, um cenário político e institucional de promiscuidade entre o público e o privado, corrupção generalizada e sistemática e de interações parasitárias e

---

<sup>255</sup> HESPANHA, António Manuel. **O caleidoscópio do direito**: o direito e a justiça nos dias e no mundo de hoje. Coimbra: Almedina, 2007.

<sup>256</sup> Ibid.

<sup>257</sup> SETTE LOPES, Mônica. A formação do juiz para a oralidade: relato, memória e pedagogia do direito não escrito, p. 137-177. In: MARTINS FILHO, Ives Gandra da Silva; DELGADO, Maurício Godinho; PRADO, Ney, ARAÚJO, Carlos (Orgs.). **A efetividade do direito e do processo do trabalho**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

<sup>258</sup> ACEMOGLU, Daron; ROBINSON, James. **Por que as nações fracassam**: as origens do poder, da prosperidade e da pobreza. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

não simbióticas entre os setores público e privado<sup>259</sup>. Esse contexto é favorável à defesa de certos interesses econômicos e privados, reforçando concentrações e distorções de mercado, ao passo que a distância entre o repertório jurídico e as representações populares continua significativa. Como consequência, leis e políticas públicas são, muitas vezes, desenhadas para atender aos interesses hegemônicos de poucos, que, com isso, conseguem auferir vantagens indevidas.

Por isso, Carazza usa o termo “presidencialismo de cooptação” para descrever a conjuntura política brasileira, pois “oferece inúmeras oportunidades de cooptação de agentes públicos, que, em troca de benefícios particulares e partidários, concedem benefícios muitas vezes bilionários a grandes grupos econômicos.”<sup>260</sup>

Esse significativo déficit informacional é originário e retroalimentado por concentrações de renda e de mercados estratégicos e demasiada desigualdade social e gera ainda mais a privatização dos ganhos sociais e socialização das perdas privadas.

Um das principais barreiras ao acesso, que garante a manutenção de profundas assimetrias, é a linguagem. Em sua clássica obra *Nomography* (1843), relacionada à arte de fazer as leis, Bentham já apontava os graves problemas da linguagem jurídica e do uso simbólico de outros mecanismos jurídicos para o seu distanciamento da realidade social (como cerimônias pomposas, títulos ilustres e vestimentas requintadas)<sup>261</sup>.

No mundo da linguagem, o autor denomina de linguagem técnica aquela que envolve o uso de expressões peculiares a um ramo da ciência e que só são profundamente compreendidas pelos especialistas na área. A sua existência não é, a princípio, o problema; ele reside nos objetivos por detrás da sua utilização. Nesse sentido, termos técnicos podem ser imprescindíveis para transmitir ideias científicas precisas; Bentham chama isso de palavras expressivas, que possuem e são usadas para expressar um significado específico. Por sua vez, a linguagem técnica pode ser usada para fins perniciosos, por exemplo, apenas para manter as pessoas em situação de erro e desconhecimento ou produzir ignorância, atuando como uma barreira de acesso à informação. Esse é o caso do uso de palavras que o autor denomina de inexpressivas, vazias de significado real. O objetivo é simplesmente garantir a sua compreensão por um

---

<sup>259</sup> MAZZUCATO, Mariana. **Estado empreendedor**: desmascarando o mito do setor público vs. setor privado. São Paulo: Portfolio Penguin, 2015.

<sup>260</sup> CARAZZA, Bruno. **Dinheiro, eleições e poder**: as engrenagens do sistema político brasileiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 129.

<sup>261</sup> MOTA, Louise Menegaz. Jeremy Bentham: entre o esquecimento e o retorno às ideias de um visionário. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, a. 49, n. 196, out./dez. 2012.



grupo restrito de pessoas e, com isso, manter situações de concentração de poder e assimetria regulatórias ou no acesso à informação. A linguagem técnica é frequentemente empregada no meio jurídico para a consecução de finalidades dessa segunda espécie<sup>262</sup>.

Com isso, gera-se um estado de ininteligibilidade e dupla incognoscibilidade do direito (externa e interna). A incognoscibilidade externa do direito envolve deficiências ou inadequação das estruturas comunicativas e de transmissão do conteúdo legal para os seus destinatários. Assim, a linguagem técnica é aplicada erroneamente e não consegue realizar com sucesso a comunicação e transmissão do direito vigente. A incognoscibilidade interna se relaciona com as imperfeições intrínsecas ao produto legislativo que geram controvérsias na sua interpretação, seja por razões de forma ou de conteúdo, como ambiguidade e obscuridade do texto legal. Novamente, o uso inadequado da linguagem técnica durante o processo de construção da lei impossibilita o amplo acesso.

A democratização do acesso à lei e à informação pública, passaria, para Bentham, pela propagação do uso da linguagem natural no direito, tanto na elaboração das leis como nas estratégias de comunicação da mensagem legal. A linguagem natural, em oposição à técnica, é aquela que se vale das palavras nos seus sentidos comuns, com os quais as pessoas, no geral, estão familiarizadas. As designações técnicas jurídicas permaneceriam apenas para os casos estritamente necessários de transmissão correta de significados<sup>263</sup>.

Nessa perspectiva, Fuller chega até mesmo a colocar o princípio da publicidade e da clareza como dois dos oito princípios que tornam um sistema jurídico possível. Para ele, clareza envolve o uso dos *standards* do senso comum e da linguagem ordinária no processo de produção das leis; publicidade é a disponibilização das normas para os afetados e sua sujeição à avaliação pública. Esses dois princípios junto com generalidade, consistência, possibilidade de obediência, relativa constância, prospectividade e congruência formam os oito princípios da legalidade. Caso não haja observância substancial desses *desiderata*, não se pode qualificar o sistema como jurídico<sup>264</sup>.

---

<sup>262</sup> BENTHAM, Jeremy. Nomography: or the art of inditing laws. In: BENTHAM, Jeremy. **The Works of Jeremy Bentham**, v. 3, p. 231-283. Edinburgh: John Bowring, 1843. Disponível em: <<https://oll.libertyfund.org/titles/bentham-the-works-of-jeremy-bentham-vol-3>>. Acesso em: 8 mai. 2020.

<sup>263</sup> Ibid.

<sup>264</sup> FULLER, Lon L. **The Morality of Law**. Yale: Yale University Press, 1969. Caso o leitor tenha interesse em aprofundar no tema, ver o artigo científico desta autora: MACIEL, Caroline Stéphanie Francis dos Santos. Fuller's theory of law: the lack of moral content in the so-called inner morality of law In: JUNIOR, Arthur; ASENSI, Felipe; NOHARA, Irene; RABELLO, Leonardo (Orgs.). **Visões constitucionais interdisciplinares**. 1 ed. Rio de Janeiro: Grupo Multifoco, 2019, v.1, p. 619-628.

Esse diagnóstico de deficiências linguísticas do direito e de assimetria no acesso à informação pública e da necessidade de superar tais obstáculos devem, portanto, ser considerados na elaboração da regulação e construção de políticas de informação e transparência.

Como fornecer ferramentas informacionais que amenizem essas distorções? Como torná-las acessíveis aos cidadãos e não apenas a poucos agentes econômicos dominantes? Como produzir uma gestão informacional holística? Como elaborar uma regulação que promova a inovação, concorrência, transparência e participação? Como democratizar o acesso não discriminatório, para além de grupos de interesse influentes, da sociedade civil organizada e do poder incomparável de meios de comunicação digital?

### 1.3.2 Como equilibrar o jogo: campanhas em Uganda, Índia, Quênia e Indonésia

Uma primeira questão para aumentar o acesso à informação jurídica está ligada, como já apontado, aos aspectos linguísticos. Nas palavras de Bentham:

Já vimos que os termos técnicos da Filosofia do Direito são inexpressivos ou calculados para produzir erro: a necessidade de melhoria não pode, portanto, ser negada, exceto por aqueles que estão cegos à sua importância por interesses próprios ou preconceitos gerados por interesses próprios.

[...] O horror à inovação na linguagem é naturalmente acompanhado pelo horror à inovação na lei: e, portanto, por outro lado, todas as pessoas que desejam melhorias nas instituições jurídicas também devem desejar a melhoria da linguagem jurídica<sup>265</sup>.

Assim, as práticas de inovação e avanço no direito devem começar na própria linguagem, sob pena de serem mantidos os desequilíbrios de poder, como muito bem expõe o autor.

Nesse contexto, nas últimas décadas, fortaleceu-se o *Plain Language Movement*, que busca a clareza na comunicação governamental e na elaboração das leis, de modo a melhorar a compreensão e acesso dos cidadãos à informação, ao direito e à justiça e de possibilitar a tomada de decisões mais informada. Em diversos países, foram produzidos

<sup>265</sup> Tradução livre da autora. No original, em inglês: “We have already seen that the technical terms of jurisprudence are either inexpressive, or calculated to produce error: the necessity of improvement cannot therefore be denied, except by those who are blinded to its importance by interest, or interest-begotten prejudice. [...] the horror of innovation in language forms a natural accompaniment to the horror of innovation in law: and hence, on the other hand, all persons desirous of the improvement of legal institutions must also be desirous of the improvement of legal language” (BENTHAM, Jeremy. *Nomography: or the art of inditing laws*. In: BENTHAM, Jeremy. **The Works of Jeremy Bentham**, v. 3, p. 231-283. Edinburgh: John Bowring, 1843. Disponível em: <<https://oll.libertyfund.org/titles/bentham-the-works-of-jeremy-bentham-vol-3>>. Acesso em: 8 mai. 2020, p. 270-271).

guias, orientações e *checklists*, de natureza vinculante ou não, para disseminar boas práticas em linguagem cidadã no Poder público. A título de exemplo, nos EUA, foi aprovado o *Plain Writing Act 2010*<sup>266</sup>, na França, o *Guide de la rédaction administrative*<sup>267</sup>, o *Programa Lenguaje Ciudadano* do Uruguai<sup>268</sup>, os guias e diretrizes do governo australiano<sup>269</sup> e da Nova Zelândia<sup>270</sup>, dentre tantos outros.

Essa simplificação linguística e tradução da linguagem técnica para a cotidiana é o primeiro passo para reduzir as assimetrias no acesso à informação e na participação de políticas públicas. Enquanto agentes econômicos dominantes têm habilidades, recursos e competências participativas elevadas, grupos sociais marginalizados enfrentam problemas como a exclusão e desigualdade digitais. Na participação em consultas públicas, os *stakeholders* excluídos normalmente têm dificuldades até mesmo de compreender os materiais e regra proposta divulgadas pelo governo. Por isso, o Guia Orientativo do *Office of Information Regulatory Affairs* do governo federal estadunidense recomendou que agências governamentais produzam sumários executivos didáticos, simples e objetivos, com tudo o que o cidadão leigo precisa saber sobre a proposta em 3 ou 4 páginas. Apesar de isso ainda não ter se propagado nos EUA, após o Guia a elaboração de sumários executivos por agências estadunidenses aumentou de 0,5% para 5,8%<sup>271</sup>.

Em geral, esses guias estabelecem diretrizes gramaticais e de vocabulário, listando expressões e estruturas discursivas que devem ser evitadas e quais sinônimos são mais claros e acessíveis, bem como propõem usos de diferentes mídias e formatos de comunicação para atingir diferentes públicos. No Brasil, uma das iniciativas foi a cartilha

<sup>266</sup> USA GOVERNMENT. **Plain Act Writing 2010**. Disponível em: <<https://www.govinfo.gov/app/details/PLAW-111publ274>>. Acesso em: 8 mai. 2020.

<sup>267</sup> RÉPUBLIQUE FRANÇAISE. Ministère de la fonction publique et la réforme de l'Etat. Le Portail de la Transformation de L'action Publique. **Guide Pratique de la rédaction administrative**. Disponível em: <[https://www.modernisation.gouv.fr/sites/default/files/fichiersattaches/guide\\_de\\_la\\_redaction\\_administrative\\_0.pdf](https://www.modernisation.gouv.fr/sites/default/files/fichiersattaches/guide_de_la_redaction_administrative_0.pdf)>

<sup>268</sup> REPÚBLICA ORIENTAL DEL URUGUAY. Centro de Información Oficial. **Programa Lenguaje Ciudadano**. Disponível em: <<https://www.impo.com.uy/lenguajeciudadano/>>. Acesso: 8 mai. 2020.

<sup>269</sup> AUSTRALIAN GOVERNMENT. Digital Guides. **Content Guide**. Disponível em: <<http://guides.service.gov.au/content-guide/>>. Acesso em: 9 mai. 2020.

<sup>270</sup> NEW ZEALAND GOVERNMENT. Digital Government. **Plain Language**. Disponível em: <<https://www.digital.govt.nz/standards-and-guidance/design-and-ux/content-design-and-management/plain-language/>>. Acesso em: 9 mai. 2020.

<sup>271</sup> FARINA, C.; NEWHART, M.; BLAKE, C. The problem with words: Plain language and Public participation in Rulemaking, **Cornel Law School**, n. 15-08, p. 1-36, 2015. Disponível em: <<https://deliverypdf.ssrn.com/delivery.php?ID=471009102086027125069102005070088123061037004077091082097072007101006117124115108091001009026029106125054080116098125113085072024034037055050079124028091008072102008029054039095029074116022095022008098096092071067076116080005113091082022100080087096088&EXT=pdf&INDEX=TRUE>>. Acesso em: 2 abr. 2022

sobre linguagem cidadã do já revogado Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização (GESPÚBLICA)<sup>272</sup>.

Com os avanços da tecnologia, também foram desenvolvidos aplicativos e programas computacionais de edição de texto que automatizam o trabalho de avaliação do grau de inteligibilidade dos documentos jurídicos e auxiliam no aumento de sua acessibilidade<sup>273</sup>.

Conforme expõem Reinikka e Svensson, a expansão da acessibilidade das informações públicas na sociedade civil, através de políticas públicas específicas, funciona como poderosa ferramenta para reduzir a corrupção e captura de agentes e recursos públicos em nível local. O trecho abaixo resume o funcionamento deste tipo de política pública:

[...] a ideia é também engajar os cidadãos da base da cadeia de prestação de serviços públicos, fornecendo a eles acesso fácil a informações sobre o funcionamento de programas públicos destinados a seu benefício. Dessa maneira, os cidadãos terão o poder de exigir certos padrões, monitorar e desafiar os abusos cometidos por funcionários com os quais eles interagem no dia a dia. Melhorar o acesso do público à informação é uma parte crucial dessa estratégia ‘de baixo para cima’<sup>274</sup>.

Com base nisso, a realização de campanhas públicas informativas configura uma boa prática. Em alguns cenários, pode ser essencial para se contrapor a campanhas em massa de desinformação realizadas por agentes econômicos dominantes. Avessos a alguma regulação pública, utilizam seus recursos para espalhar notícias falsas e manipular a população a defender seus interesses privados.

Nesse sentido, foi implementada uma política governamental de campanha pública de informação muito bem-sucedida em Uganda. Primeiramente, foi diagnosticada a extensão da captura e corrupção do governo local quanto ao uso dos fundos

---

<sup>272</sup> BRASIL. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. GESPÚBLICA. **Fugindo do “burocratês”**: como facilitar o acesso do cidadão ao serviço público. Disponível em: <[http://www.gespublica.gov.br/sites/default/files/documentos/linguagem\\_cidada\\_versao\\_final\\_web.pdf](http://www.gespublica.gov.br/sites/default/files/documentos/linguagem_cidada_versao_final_web.pdf)>. Acesso em: 9 mai. 2020

<sup>273</sup> Alguns exemplos são: o Hemingway App e o Readable (HEMINGWAY APP EDITOR. Disponível em: <<http://www.hemingwayapp.com>>. Acesso em: 9 mai. 2020; READABLE. UK, 2020. Disponível em: <<https://readable.com>>. Acesso em: 9 mai. 2020).

<sup>274</sup> Tradução livre da autora. No original, em inglês: “[...] the idea is to also engage citizens at the bottom of the public service delivery chain by providing them with easy access to information on the workings of public programs intended for their benefit. In this way, citizens will be empowered to demand certain standards and monitor and challenge abuses by officials they interact with in their daily lives. Improving public access to information is a crucial part in this bottom- up strategy” (REINIKKA, Ritva; SVENSSON, Jakob. **The power of information: evidence from a newspaper campaign to reduce capture. Research Working Paper Series 3239**, The World Bank, 2003. Disponível em: <[https://eml.berkeley.edu/~webfac/emiguel/e271\\_s04/jakob.pdf](https://eml.berkeley.edu/~webfac/emiguel/e271_s04/jakob.pdf)>. Acesso em: 29 abr. 2020, p. 2).



educacionais, através do uso de uma modalidade de *survey* conhecida como *Public Expenditure Tracking Survey* (PETS), isto é, um método de rastreamento do gasto público. Isso mostrou que a cada um dólar de recurso educacional enviado pelo governo central para o local, apenas 20 centavos chegavam efetivamente às escolas (80% eram desviados).

Em sequência, para lidar com o problema, o governo central optou por publicar, mensalmente, os dados das transferências de subsídios para o governo local, em jornais nacionais e locais de grande circulação e em linguagem cidadã. Além disso, a política exigia que a sede da administração e as escolas locais publicassem avisos sobre os valores recebidos. Com isso, a *accountability* foi propiciada em duas vias: primeiramente, as próprias escolas monitoravam o recebimento dos recursos a elas destinados pelo governo central ao local; em segundo lugar, criou um temor nos gestores locais com o maior risco de responsabilização, em caso de déficit. O PETS foi repetido, após algum tempo da campanha em curso, e os resultados foram promissores: constatou-se a redução de 80% de captura dos recursos para menos de 20%. Após o sucesso, a campanha foi expandida para outros setores, além do educacional<sup>275</sup>.

No controle da distribuição de recursos de saúde pública em Uganda, por exemplo, alcançou-se uma diminuição em 33% da mortalidade infantil, um ano depois da política informacional. Os custos desse tipo de intervenção T/A (transparência/*accountability*) foram muito menores do que outras medidas mais estruturais, que nem sempre podem ser realizadas em países subdesenvolvidos por limitações orçamentárias. No caso da saúde, foram desenvolvidos “cartões de pontuação local”, que forneciam informações detalhadas sobre a qualidade do serviço público de saúde em cada comunidade local, comparando-as com outros governos locais e com as referências do governo central. A partir disso, era possível a própria comunidade identificar onde estavam as falhas, monitorar os gastos e cobrar melhorias.<sup>276</sup>

Os impactos positivos de uma política pública de campanha de informação em comunidades locais também foram diagnosticados na Índia. Evidências baseadas em relatórios especializados e *surveys* detectaram o desconhecimento das comunidades locais sobre os serviços públicos a que tinham direito. Assim, com o objetivo de aumentar

---

<sup>275</sup> Ibid.

<sup>276</sup> KOSACK, Stephen; FUNG, Archon. Does Transparency Improve Governance? **Annual Review of Political Science**, p. 65-87, 2014. Disponível em: <<https://www.annualreviews.org/doi/pdf/10.1146/annurev-polisci-032210-144356>>. Acesso em: 29 abr. 2020.

a qualidade da prestação de serviços educacionais públicos, foram desenvolvidas campanhas para fortalecer o monitoramento local. Utilizando-se de formatos comunicativos inovadores, as rodadas da campanha disseminaram informações centrais sobre o papel de supervisão dos comitês e conselhos escolares, compostos por pais e familiares de alunos<sup>277</sup>.

Apenas 4 meses após a intervenção já foram diagnosticados resultados positivos, apesar das variações de desempenho entre os três estados indianos nos quais foram realizadas as campanhas. Constatou-se, em um deles, um aumento de 25% da participação da comunidade na fiscalização das escolas. Melhoras na frequência de professores nas aulas, na qualidade das merendas escolares e na efetiva entrega de uniformes aos alunos foram alguns dos resultados gerados. Assim, com o monitoramento pela comunidade local e, conseqüentemente, com o fortalecimento dos mecanismos de *accountability*, foram gerados ganhos de eficiência na alocação dos recursos públicos e na performance dos funcionários públicos, especificamente no direito à educação pública na Índia<sup>278</sup>.

Na Indonésia, um decreto do governo federal aumentou o poder de conselhos escolares (compostos por membros da sociedade) na gestão das escolas locais, em substituição do modelo anteriormente vigente. Apesar disso, quatro anos depois, a maioria das escolas ainda usava o modelo antigo e não houve aumento do engajamento da comunidade escolar<sup>279</sup>.

Para mudar esse cenário, a primeira intervenção governamental foi munir os conselhos de orçamento próprio, exigindo ações positivas específicas para o recebimento dos recursos. Isso criou um estímulo para as escolas colocarem esses núcleos em funcionamento. A segunda intervenção envolveu capacitação e fornecimento de informações sobre como pôr o decreto em prática e planejar a alocação dos recursos. A terceira intervenção foi encorajar eleições democráticas e mandatos periódicos para a composição dos conselhos, para garantir maior representatividade, diversidade e legitimidade das decisões. Por fim, a última intervenção foi a criação de conexões de

---

<sup>277</sup> PANDEY, Priyanka; GOYAL, Sangeeta; SUNDARARAMAN, Venkatesh. Community participation in public schools: impact of information campaigns in three Indian states. **Education Economics**, v. 17, n. 3, set. 2009, p. 355-375.

<sup>278</sup> Ibid.

<sup>279</sup> PRADHAN, Menno *et al.* Improving educational quality through enhancing community participation: results from a randomized field experiment in Indonesia. **American Economic Journal: Applied Economics**, v. 6, n. 2, 2014, p. 105-126.

colaboração e fortalecimento mútuo entre diferentes instituições locais, como os conselhos escolares e comitês municipais<sup>280</sup>.

A pesquisa avaliou os efeitos individuais e de variadas combinações de cada intervenção no que tange ao engajamento da comunidade escolar na política educacional local e na melhoria da gestão escolar. Concluiu que apenas a concessão de recursos e treinamento seriam insuficientes para gerar impactos positivos na performance. Por sua vez, combinados com a adoção de eleições e de medidas para articulação institucional se mostraram eficientes para mobilizar os afetados e melhorar a qualidade do serviço educacional<sup>281</sup>.

Por fim, um cenário diferente ocorreu na implementação de uma política informacional no Quênia. Ao contrário dos casos anteriores, os resultados não foram tão promissores em campanhas de informação realizadas em pequenas aldeias quenianas para dar maior concretude ao direito à educação pública. Apesar da intervenção, não foram detectados impactos significativos na melhoria dos serviços públicos prestados. Na análise dessa performance, pesquisadores da Universidade de Princeton, da Califórnia e do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT) apontaram a necessidade de se compreender as condições nas quais a informação influencia a mudança de comportamento das pessoas. A partir disso, desenhar estratégias efetivas nas quais o fornecimento da informação leva a um aumento de *accountability* e melhoria na prestação de serviços públicos<sup>282</sup>.

Em resumo, indicaram como requisitos a serem observados na construção de políticas públicas informacionais:

- a) A necessidade de a informação ser efetivamente compreendida pelos cidadãos, conforme suas condições educacionais específicas;
- b) O potencial de a informação impactar e atualizar, em alguma medida, as convicções e valores prévios dos cidadãos;
- c) A relevância da informação para o cotidiano daquele público-alvo, de modo que trate de questões que são consideradas prioridades para eles e também são vistas como sua responsabilidade intervir;

---

<sup>280</sup> Ibid.

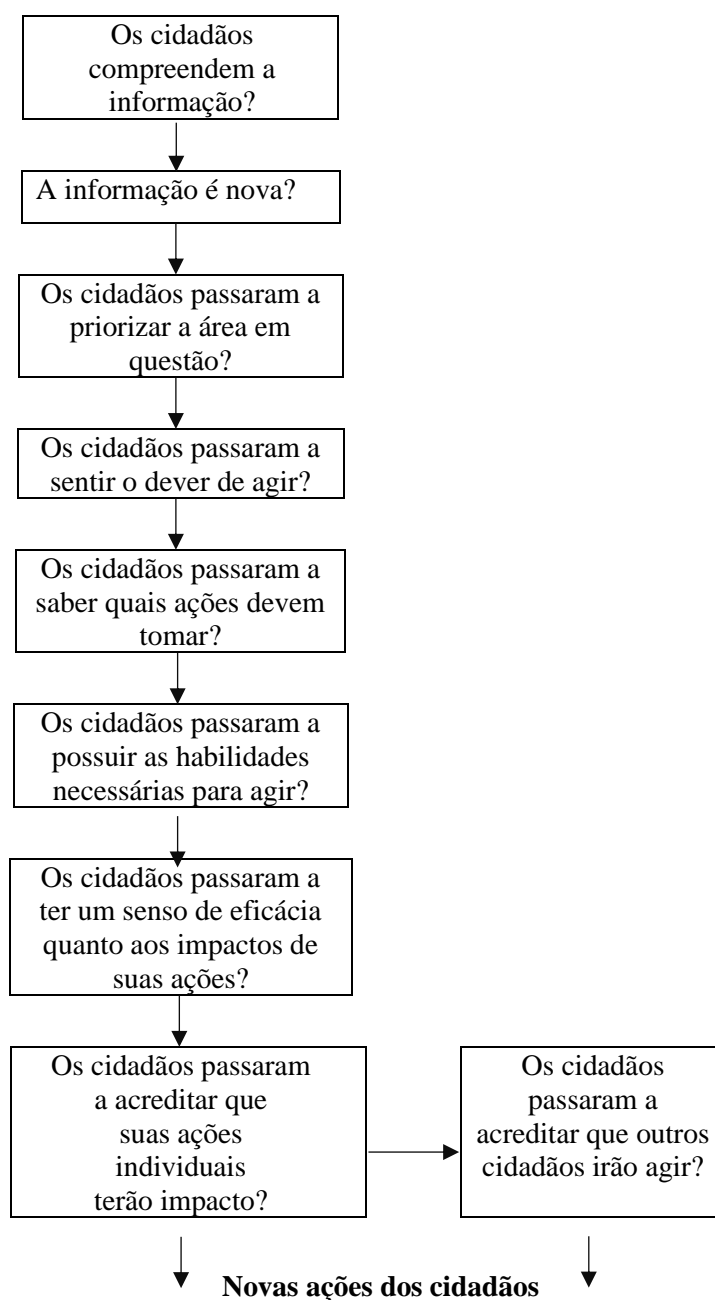
<sup>281</sup> Ibid.

<sup>282</sup> LIEBERMAN, Evan; POSNER, Daniel; TSAI, Lily. Does information lead to more active citizenship? Evidence from an Education Intervaton in Rural Kenya. **World Development**, v. 60, 2014, p. 69-83.

- d) A intervenção deve abranger as ações a serem executadas pelos cidadãos, e os cidadãos devem possuir as habilidades necessárias para fazê-lo;
- e) A intervenção deve gerar nos cidadãos a confiança de que as autoridades responderão às suas ações e os outros cidadãos também se engajarão<sup>283</sup>.

A figura 5 colaciona um *checklist* dessas condições a serem levadas em consideração para o sucesso das campanhas de informação:

**Figura 5**  
**Quando a informação pode gerar engajamento?**



<sup>283</sup> Ibid.



### Intervenções com efeitos positivos

Elaborada pela autora com dados extraídos de Lieberman; Posner; Tsai (2014).

Diante de inúmeros casos de sucesso pelo mundo e do enorme impacto de políticas de transparência na gestão pública, assim como de exemplos recorrentes de outras medidas governamentais ineficazes, Kosack e Fung também desenvolveram um sistema que combina três estruturas. Cada uma delas possui um conjunto de condições basilares, para articular programas de transparência com resultados em melhor governança (entendida aqui como maior qualidade dos serviços públicos prestados)<sup>284</sup>.

A primeira estrutura é o chamado “círculo de ação” de Fung *et. al*<sup>285</sup>. É composto por quatro elementos necessários para o sucesso de políticas de transparência:

I) A informação fornecida é relevante, útil e acessível, pelo menos, para seu principal público-alvo. Se se trata de uma informação sobre um serviço público (da saúde, educação, segurança, transporte), no mínimo os cidadãos que utilizam esse serviço devem ter acesso a essa informação;

II) A informação consegue influenciar mudanças, decisões e ações. Assim, a informação é usada para escolhas, propostas, pressões;

III) Essas novas ações geradas pela informação afetam e impactam os governantes, gestores e tomadores da decisão pública;

IV) Essas autoridades respondem de forma construtiva e desenvolvem estratégias para melhorar o desempenho e qualidade dos serviços públicos. Informações sobre as intervenções governamentais são divulgadas e retroalimentam o círculo, possibilitando o seu monitoramento pelos cidadãos.

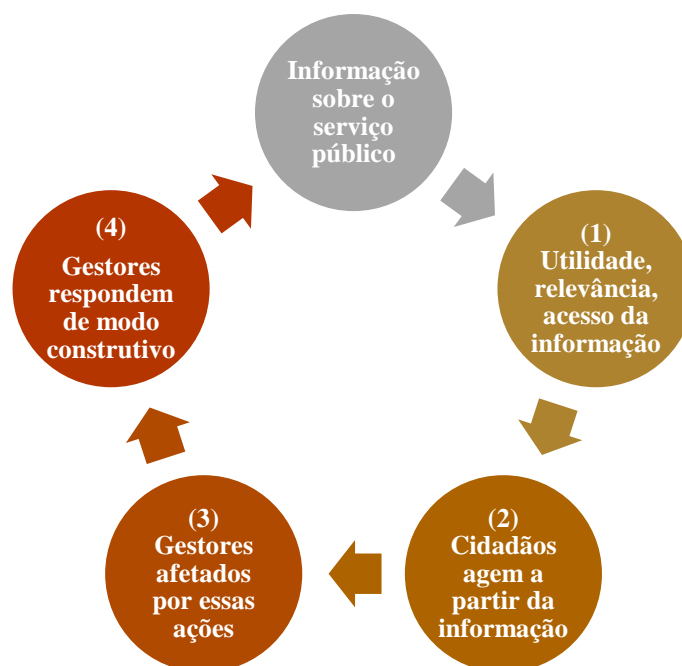
A figura 6 esquematiza o “círculo de ação” da informação, demonstrando os fatores que intervêm no sucesso de uma iniciativa de transparência e, portanto, que devem ser levados em consideração no desenho da política pública, sob pena de não desencadear todo o processo:

---

<sup>284</sup> KOSACK, Stephen; FUNG, Archon. Does Transparency Improve Governance? **Annual Review of Political Science**, p. 65-87, 2014. Disponível em: <<https://www.annualreviews.org/doi/pdf/10.1146/annurev-polisci-032210-144356>>. Acesso em: 29 abr. 2020.

<sup>285</sup> FUNG, A.; GRAHAM, M.; WEIL, D. **Full Disclosure: the Perils and Promise of Transparency**. New York: Cambridge University Press, 2007.

**Figura 6**  
**O “círculo de ação” da transparência**



Elaborado pela autora com dados de Kosack e Fung, 2014.

A segunda estrutura adotada por Kosack e Fung é denominada de “as rotas curta e longa” para a *accountability*, desenvolvidas pelo Banco Mundial<sup>286</sup>. Esse esquema explica que os cidadãos podem optar por seguir dois caminhos para pressionar por melhoras na gestão pública. Ao tomar a “rota curta”, engajam-se em nível local, demandando dos gestores públicos da “linha de frente” ou diretamente dos prestadores do serviço. Na “rota longa”, usam o seu poder político para influenciar os tomadores de decisão pública ou governantes<sup>287</sup>.

É preciso interpretar essa estrutura em combinação com a anterior. A adoção de uma rota ou outra será estrategicamente melhor a depender do contexto, de qual consegue desencadear o “círculo de ação”, isto é, sensibilizar e impactar os responsáveis para promover melhorias.

Entretanto, ao analisar esse modelo fica claro como a assimetria no acesso a informações e autoridades por diferentes grupos da sociedade e, conseqüentemente,

<sup>286</sup> WORLD BANK. **World Development Report: Making Services Work for Poor People**. New York: Oxford University Press, 2004.

<sup>287</sup> KOSACK, Stephen; FUNG, Archon. Does Transparency Improve Governance? **Annual Review of Political Science**, p. 65-87, 2014. Disponível em: <<https://www.annualreviews.org/doi/pdf/10.1146/annurev-polisci-032210-144356>>. Acesso em: 29 abr. 2020.

desiguais graus de poder de influência, interferem substancialmente na definição das prioridades políticas e direcionamento de recursos e programas. Por isso, o primeiro passo é tornar o engajamento possível com a disseminação de informações acessíveis para diferentes públicos-alvo. Nem todos dispõem do instrumental necessário à mobilização social. Há, também, a questão do desinteresse e descrédito das questões políticas que deve ser considerado, para conseguir fomentar a participação.

Por fim, a terceira estrutura envolve as condições institucionais e políticas existentes, que podem impulsionar ou desestimular avanços na governança pública através da transparência. Nesse sentido, a postura e cultura dos gestores pode ser mais tendente à colaboração ou resistência a reformas que buscam disseminar informações públicas e melhorar o desempenho governamental. Isso impacta, ainda, como serão estabelecidas as relações entre a sociedade e o governo (a construção colaborativa ou através do confronto) e também que tipos de estratégias devem ser usadas e combinadas para lidar com essas situações opostas<sup>288</sup>.

A partir disso, surge o seguinte paradoxo: quanto mais resistente é o governo à transparência, mais necessário é o sólido engajamento dos cidadãos através de ações de confronto para exigir mais informação, o que, todavia, depende da disseminação ampla da informação pelo governo. Quebrar esse círculo vicioso e possibilitar a retroalimentação do ciclo da informação, participação e *accountability* depende da intervenção de fatores externos. Por isso, a construção de boas políticas públicas de transparência passa pela compreensão das variáveis contextuais e institucionais existentes. Isso permite a elaboração de melhores estratégias que combinem recursos tecnológicos e diferentes multimídias, para que consigam fornecer a informação como insumo acessível e superar os obstáculos específicos que se apresentam.

Defender políticas de transparência é, portanto, uma tarefa fácil. Porém, por se tratar de uma pauta muito admirável e atraente, frequentemente resulta em esforços exclusivamente formais e repletos de demagogia. Fugir desses riscos passa pela compreensão dos múltiplos significados, propósitos, estratégias de implementação e impactos potenciais intrínsecos à cada tipo de transparência.

Experiências empíricas já mostraram que nem sempre transparência resulta em participação e *accountability*. Esse não é o caminho reto e seguro. Houve políticas de transparência com elevado sucesso e outras parecem ter impacto mínimo. Seus efeitos

---

<sup>288</sup> Ibid.

podem ser opacos, vagos e imprecisos. Identificar onde estão os desvios e quais são os obstáculos à sua efetividade é um importante passo para subsidiar intervenções e programas de transparência sólidos e que desencadeiem em participação e *accountability*.

#### 1.4 Conclusões parciais

No decorrer deste capítulo, foram levantados dados relevantes para a construção de diagnósticos sobre o estado da implementação de uma governança informacional no Brasil. Com base nas respostas de organizações da sociedade civil ao questionário aplicado, análise do arcabouço normativo e políticas públicas no tema, pesquisas empíricas de entidades renomadas, rankings de avaliação da transparência, estudo de casos da Uganda, Índia, Indonésia e Quênia e, por fim, na literatura especializada, podem ser traçadas as seguintes conclusões parciais:

I) A Constituição de 1988 revolucionou os preceitos fundantes do Estado brasileiro, conferindo à transparência, à publicidade e ao direito de acesso à informação um papel central na nova ordem constitucional. Apesar do simbolismo dessa mudança, é preciso assegurar que o texto constitucional não se tornará letra morta;

II) Com essa exigência constitucional, surgem leis e políticas públicas voltadas à implementação de uma cultura da informação, em oposição à cultura do sigilo vigente. Essa transformação se inicia nas pautas fiscais e orçamentárias, em virtude da relevância e urgência em alcançar resultados concretos na transparência da gestão dos recursos públicos. Porém, com o enfrentamento da pandemia, as flexibilizações orçamentárias trazem preocupações com a transparência (após ocorrência de casos de “apagões” de dados) e com uso ineficiente do dinheiro público;

III) Lado a lado a esse processo, a Administração Pública vai, paulatinamente, sendo institucionalmente rearranjada para atender às novas demandas informacionais, o que pode ser ilustrado com a consolidação da CGU como órgão que centraliza essa função no Executivo Federal. Todavia, permanecem as críticas à falta de autonomia funcional e administrativa do órgão, sendo que a estruturação em uma agência reguladora poderia gerar resultados mais promissores e uniformes em todo o território nacional. Atualmente, a implementação da política informacional é caracterizada por consideráveis disparidades locais, entre diferentes estados, municípios e poderes;

IV) O acesso à informação abarca, ainda, o direito à memória institucional e verdade histórica, especialmente considerando a necessidade de inversão da lógica que

imperava no período anterior de ditadura militar. Em oposição a isso, assiste-se a acenos do atual governo ao esvaziamento de comissões voltadas ao tema e tentativas de reescrever fatos históricos relevantes para o país;

V) Com a LAI, os ditames constitucionais são materializados em obrigações concretas de transparência ativa e passiva do Poder público. De um lado, isso leva à estruturação de sites governamentais – fontes oficiais de informação pública – e portais de transparência (focados na questão fiscal e orçamentária). De outro, organiza-se um sistema de solicitações de pedido de acesso para o exercício desse direito pelo cidadão. No entanto, as mudanças de endereços eletrônicos levam a problemas operacionais na navegabilidade dos usuários e a falta de completude das informações ativamente disponibilizadas resultam em zonas de opacidade pública. Além disso, os dados são, frequentemente, desatualizados, de difícil compreensão ou localização e a ausência de interoperabilidade entre ferramentas são desafios à efetividade do direito de acesso à informação. Por fim, o enfrentamento da pandemia e o recurso a interpretações extensivas das exceções legais e de outras normas vigentes (tal qual da LGPD) são utilizadas como escusas para negativas de acesso;

VI) Por causa disso, fica claro que o caminho a ser trilhado em prol da governança informacional no Brasil ainda é longo. Se o pontapé inicial foi dado, a história recente também mostrou que os avanços alcançados podem ser, facilmente, descontinuados e as tentativas de retrocessos seguem ameaçando a democracia brasileira;

VII) Construir uma política de Estado voltada ao acesso à informação envolve, ainda, assegurar o acesso a autoridades e infraestruturas essenciais (inclusive digitais) por diferentes atores da sociedade e do setor privado. A regulação deve funcionar como uma ferramenta de democratização do *advocacy*, reduzindo assimetrias informacionais e de poder de mercado existentes. Para tanto, não faltam casos de sucesso em outras jurisdições que mostram a relevância de campanhas informacionais, mas que transparência não leva, automaticamente, à participação e ao *accountability*. O Estado deve tomar medidas para que a informação chegue aos diferentes segmentos sociais e, simultaneamente, seja apta a influenciar decisões de gestores públicos, impactando efetivamente os processos políticos.



**CAPÍTULO II – A RELAÇÃO ENTRE INFORMAÇÃO, DEMOCRACIA E  
ACCOUNTABILITY: um panorama geral da participação no Brasil**

*– Mas é bom um cidadão pensar que tem influência no governo, embora não tenha nenhuma. Lá na fazenda o trabalhador mais desgraçado está convencido de que, se deixar a peroba, o serviço emperra. Eu cultivo a ilusão.*

Graciliano Ramos

Se a informação é uma condição necessária para a participação e controle sociais das decisões públicas (*accountability*), não se pode dizer que seja, por si só, suficiente. Assim, os impactos da transparência na qualidade da democracia (ou da política pública construída) não são automáticos. Isso significa que é preciso que as medidas de acesso à informação pela sociedade sejam acompanhadas de um aperfeiçoamento do projeto democrático, de modo a se ampliar o leque de *stakeholders* envolvidos na decisão pública. Para serem realizadas as contribuições no tema, antes, devem ser decifradas as raízes do problema e os principais desafios enfrentados.

Nesse cenário, este capítulo buscará traçar um diagnóstico geral sobre a participação social em construção de políticas públicas federais no Brasil, avaliando as normas, ferramentas e políticas públicas vigentes no tema.

Primeiramente, será abordado o contexto político atual da democracia brasileira, caracterizado por uma reascensão de comportamentos autoritários que impactam diretamente o funcionamento das instituições e de espaços participativos. Para assegurar a objetividade da pesquisa, essa análise fática é feita a partir de indicadores teóricos reconhecidos internacionalmente sobre o tema, tais como oriundos do *Varieties of Democracy Institute* e de obra renomada de Levitsky e Ziblatt.

Em sequência, foi mapeado o arcabouço normativo no tema, para detectar as premissas vigentes e as modalidades de participação existentes e utilizadas pelo Executivo Federal em processos decisórios. A partir disso, se adentrará na avaliação de aspectos quantitativos e qualitativos de cada uma dessas modalidades, em especial, audiências e consultas públicas, conselhos e conferências nacionais e os meios constitucionais de participação direta (plebiscito, referendo e iniciativa popular).

O objetivo deste capítulo é, dentro dos limites metodológicos propostos, fazer um levantamento não exaustivo da frequência de uso desses instrumentos e, paralelamente, avaliar a qualidade da participação que ocorreu em alguns casos específicos, selecionados como amostras.

Tal tarefa é delimitada temporalmente. Busca-se produzir uma análise mais concreta de algumas iniciativas nos últimos 5 anos e fornecer um panorama geral de 1988 a 2015, apenas para fins de comparação com a trajetória mais recente. Circunscreve-se, ainda, o âmbito temático do estudo. A participação popular será medida em políticas públicas selecionadas que regulam o próprio tema da participação e da transparência, através da técnica metodológica de estudo de caso e do procedimento de análise de

conteúdo. Em outras palavras, avaliar-se-á o grau de participação social nas políticas públicas que buscaram assentar as bases para a participação e transparência no governo federal. Por exemplo, a participação popular durante a construção do decreto federal que regulamentou a Lei de Acesso à Informação, a Política de Dados Abertos e a Política Nacional de Participação Social.

Para a apuração quantitativa, a pesquisa se baseia na seleção de amostras em levantamento de dados estatísticos disponíveis nos sites oficiais de órgãos públicos federais e obtidos por pedidos de acesso à informação. Já na análise qualitativa, foi feita uma avaliação de impacto de alguns espaços institucionais de participação, isto é, um exame de sua efetividade, aferindo a potencial influência das contribuições sociais, o nível de poder deliberativo conferido aos afetados, o grau de autonomia e de estabilidade e constância no uso desses instrumentos. Esse diagnóstico será feito a partir de seleção de amostras de dados coletados nos sites oficiais de órgãos públicos federais, levantamento bibliográfico, balanço das respostas institucionais a pedidos de acesso à informação e coleta de percepções de organizações da sociedade civil em *survey* semi-estruturado aplicado.

Por fim, no último tópico, explica-se o modelo teórico de democracia que sustenta essa pesquisa: o ideal coparticipativo de Dworkin, para, partindo desse pressuposto e dos problemas constatados nos tópicos anteriores, apontar os aprimoramentos democráticos necessários no governo federal.

## **2.1 A recente crise democrática e seus impactos nos espaços de participação**

Se, no curso da história, uma lição pode ser traçada é que os processos temporais e evolutivos das instituições não acontecem de maneira linear ou em movimentos ascendentes; longe disso, assiste-se a uma série de ciclos históricos e retrocessos que, de tempos em tempos, se repetem. Nesse sentido, nas décadas de 70, 80 e 90 houve uma onda mundial de redemocratização, com a reascensão e consolidação do modelo democrático em diversos países do mundo. Principalmente nesta última década, no entanto, tem havido uma sequência de colapsos democráticos, em diferentes graus e pela primeira vez desde 2001, há mais autocracias do que democracias no mundo<sup>289</sup>.

---

<sup>289</sup> VARIETIES OF DEMOCRACY INSTITUTE. **Democracy Report 2020** – autocratization surges, resistance grows. Gotemburgo, Suécia: University of Gothenburg, 2020. Disponível em: <<https://www.v->

O crescimento de movimentos autoritários e a intensificação da repressão estatal agora são auxiliados por novas tecnologias digitais de vigilância e controle, o que os torna ainda mais perigosos. Com a massificação de algumas plataformas digitais no país, os riscos à segurança, liberdade e proteção de dados dos cidadãos se intensificaram, sendo que as empresas por detrás dessas tecnologias, com frequência, financiam ou influenciam resultados eleitorais, inclusive autoritários<sup>290</sup>. Marcados por ataques governamentais a direitos fundamentais, restrições à liberdade de imprensa, intimidações frequentes a figuras públicas dissonantes e esvaziamento do poder de deliberação democrática de instituições e de órgãos coletivos, esses novos contextos políticos não podem mais ser chamados de democráticos<sup>291</sup>.

---

[dem.net/media/filer\\_public/f0/5d/f05d46d8-626f-4b20-8e4e-53d4b134bfc9/democracy\\_report\\_2020\\_low.pdf](https://dem.net/media/filer_public/f0/5d/f05d46d8-626f-4b20-8e4e-53d4b134bfc9/democracy_report_2020_low.pdf)>. Acesso em: 6 jun. 2020.

<sup>290</sup> Recentemente, foram divulgados os chamados “Facebook papers”, que mostraram os impactos da rede social na eleição de Trump nos EUA, assim como em outros países, como o Brasil (WASHINGTON POST. **A whistleblower’s power: key takeaway from the Facebook.** Washington Post, 2021. Disponível em: <<https://www.washingtonpost.com/technology/2021/10/25/what-are-the-facebook-papers/>>. Acesso em: 6 abr. 2022). Nesse sentido, está em tramitação o Projeto de Lei (PL) nº 2630, que busca adotar medidas regulatórias para impedir a disseminação de desinformação nessas plataformas digitais dominantes, assegurando eleições seguras, limpas e democráticas. Além disso, o Substitutivo do Relator Dep. Orlando Silva assegura o direito de usuários finais e profissionais de acesso não-discriminatórios a essas infraestruturas digitais essenciais, trazendo um devido processo legal a ser observado na moderação de conteúdo e exclusão de contas pelos provedores (BRASIL. Congresso Nacional. **Substitutivo ao Projeto de Lei nº 2630, de 2020.** Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet. Brasília, 2022. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/midias/file/2022/03/fake.pdf>>. Acesso em: 6 abr. 2022). Apesar de intenso lobby do Google, Facebook, Twitter e outros, o debate está bastante avançado e, caso haja a aprovação, o Brasil se juntará às diversas jurisdições estrangeiras que já aprovaram leis para assegurar uma internet efetivamente livre e transparente, reduzindo as assimetrias regulatórias entre a mídia tradicional e as digitais (como a Austrália), assim como para conter os constantes abusos do significativo poder de mercado dessas plataformas (como na Alemanha e Reino Unido), recorrentemente condenadas por órgãos antitrustes e, em breve, sujeitas a um novo regime jurídico na União Europeia. (AUSTRALIAN GOVERNMENT. **News Media and Digital Platforms Mandatory Bargaining Code.** Treasury Laws Amendment Act No. 21, 2021. Disponível em: <<https://www.legislation.gov.au/Details/C2021A00021>>. Acesso em: 6 abr. 2022. BUNDESREGIERUNG. **Bundeskartellamt. 10th Amendment to the German Competition Act.** Berlin, 2021. Disponível em: <[https://www.bundeskartellamt.de/SharedDocs/Publikation/EN/Others/GWB.pdf?\\_\\_blob=publicationFile&v=7](https://www.bundeskartellamt.de/SharedDocs/Publikation/EN/Others/GWB.pdf?__blob=publicationFile&v=7)>. Acesso em: 6 abr. 2022. UK GOVERNMENT. Competition & Markets Authority. **Online platforms and digital advertising – Market study final report.** London, 2020. Disponível em: <[https://assets.publishing.service.gov.uk/media/5efc57ed3a6f4023d242ed56/Final\\_report\\_1\\_July\\_2020.pdf](https://assets.publishing.service.gov.uk/media/5efc57ed3a6f4023d242ed56/Final_report_1_July_2020.pdf)>. Acesso em: 6 abr. 2022. EUROPEAN COMMISSION. **Digital Markets Act: ensuring fair and open digital markets,** 2020. Disponível em: <[https://ec.europa.eu/info/strategy/priorities-2019-2024/europe-fit-digital-age/digital-markets-act-ensuring-fair-and-open-digital-markets\\_en](https://ec.europa.eu/info/strategy/priorities-2019-2024/europe-fit-digital-age/digital-markets-act-ensuring-fair-and-open-digital-markets_en)>. Acesso em: 20 mar. 2022). O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) também tem trabalhado na adoção de medidas para combate à desinformação e tem enfrentado dificuldades em oficializar plataformas transnacionais, como o Telegram, o que, mais uma vez, aponta para a necessidade de um novo marco regulatório no tema, que exija representação comercial no país e observância da legislação brasileira. (BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Confira as ações contra a desinformação efetivadas pelo TSE nos últimos anos.** Brasília, 2022. Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2022/Janeiro/confira-as-acoes-contra-a-desinformacao-efetivadas-pelo-tse-nos-ultimos-anos>>. Acesso em: 6 abr. 2022).

<sup>291</sup> DIAMOND, Larry. Breaking out the democratic slump. **Journal of Democracy**, v. 31, n. 1, p. 36-50, jan. 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1353/jod.2020.0003>>. Acesso em: 2 jun. 2020.

Alguns dos fatores que compõem um ambiente propício para o surgimento de figuras populistas autoritárias com retórica nacionalista são a extrema polarização política da sociedade, a adoção de uma bandeira nacional comum (frequentemente, a luta contra a corrupção) e o uso da desinformação como arma política. Nesse contexto, Levitsky e Ziblatt desenvolveram um *checklist* composto por quatro indicadores principais, que avaliam a correspondência das ações de governo com comportamentos políticos autoritários e ameaças à ordem democrática, conforme a tabela 6:

**Tabela 6**

**Indicadores de comportamento autoritário**

<p><b>Rejeição das regras democráticas do jogo (ou compromisso débil com elas)</b></p>	<p>Algumas regras constitucionais são rejeitadas ou expressam disposição para violá-la? Sugerem a necessidade de medidas antidemocráticas, como cancelar eleições, violar ou suspender a Constituição, proibir certas organizações ou restringir direitos civis ou políticos básicos? Buscam lançar mão ou endossar o uso de meios extraconstitucionais para mudar o governo, tais como golpes militares, insurreições violentas ou protestos de massa destinados a forçar mudanças no governo? Tentam minar a legitimidade das eleições, recusando-se, por exemplo, a aceitar resultados eleitorais dignos de crédito?</p>
<p><b>Negação da legitimidade dos oponentes políticos</b></p>	<p>Descrevem seus oponentes políticos como subversivos à ordem constitucional vigente? Afirmam que os seus oponentes constituem uma ameaça, seja à segurança nacional ou ao modo de vida predominante? Sem fundamentação, descrevem seus rivais partidários como criminosos cuja suposta violação à lei (ou potencial de fazê-lo) desqualificaria sua participação plena na arena política? Sem fundamentação, sugerem que seus rivais sejam agentes estrangeiros, pois estariam trabalhando secretamente em aliança com (ou usando) governo estrangeiro – com frequência um governo inimigo?</p>
<p><b>Tolerância ou encorajamento à violência</b></p>	<p>Têm quaisquer laços com gangues armadas, forças paramilitares, milícias, guerrilhas ou outras organizações envolvidas em violência ilícita? Patrocinaram ou estimularam eles próprios ou seus partidários ataques de multidões contra oponentes? Endossaram tacitamente a violência de seus apoiadores, recusando-se a condená-los e puni-los de maneira categórica? Elogiaram (ou se recusaram a condenar) outros atos significativos de violência política no passado ou em outros lugares do mundo?</p>



**Propensão a restringir liberdades civis, inclusive da mídia**

Apoiaram leis ou políticas que restrinjam liberdades civis, como expansões de leis de calúnia e difamação ou que restrinjam protestos e críticas ao governo ou certas organizações cívicas ou políticas?

Ameaçaram tomar medidas legais ou outras ações punitivas contra seus críticos em partidos rivais, na sociedade civil ou na mídia?

Elogiaram medidas repressivas tomadas por outros governos, tanto no passado como em outros lugares do mundo?

Elaborada pela autora com dados extraídos de Levitsky e Ziblatt (2018).

Esses retrocessos ocorrem em variadas intensidades e podem se dar gradual e sutilmente, inclusive através de líderes eleitos que subvertem o próprio processo que os levou ao poder<sup>292</sup>. Nesse sentido:

“Golpes” oficialmente declarados não são, geralmente, como as democracias morrem hoje em dia. Antes, a morte ocorre passo a passo, através da degradação constante do pluralismo político, das liberdades civis e do Estado de Direito, até que o ‘Rubicon seja atravessado’ como se estivesse em um nevoeiro, sem que saibamos o momento exato em que aconteceu. No entanto, o resultado é o mesmo que seria se a democracia tivesse sucumbido a um golpe repentino e rápido: partidos da oposição, sociedade civil e instituições independentes descobrem que se encontram dentro de um sistema em que é quase impossível depor o indivíduo ou partido no poder através de eleições livres; onde não há mais nada próximo de um campo de jogo nivelado; e onde críticas ao presidente e esforços para controlar seu poder arbitrário podem ser tanto perigosos como inúteis<sup>293</sup>.

Portanto, nem sempre a observância das regras formais garante resultados democráticos e legítimos. É possível conferir aparência de legalidade a atos de governo autoritários, com a subversão das instituições através do desrespeito às regras informais que protegem a ordem democrática<sup>294</sup>.

O declínio democrático gera, em alguns setores sociais, fortes reações políticas, mas também uma onda geral e crescente de resignação. Aos poucos, a população começa

<sup>292</sup> LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. São Paulo: Zahar, 2018.

<sup>293</sup> Tradução livre da autora do original em inglês: “ ‘Coups’ of the officially declared sort are not generally how democracy dies these days. Rather, death occurs step by step, through the steady degradation of political pluralism, civil liberties, and the rule of law, until the “Rubicon has been crossed” as if in a fog, without our knowing the precise moment when it happened. Yet the outcome is the same as it would be if democracy had succumbed to a sudden swift blow: Opposition parties, civil society, and independent institutions find themselves within a system where it is almost impossible to depose the ruling individual or party through free elections; where there is no longer anything close to a level playing field; and where criticism of the president and efforts to check his arbitrary power can be dangerous as well as futile.” (DIAMOND, Larry. Breaking out the democratic slump. *Journal of Democracy*, v. 31, n. 1, p. 36-50, jan. 2020, p. 37. Disponível em: <<https://doi.org/10.1353/jod.2020.0003>>. Acesso em: 2 jun. 2020).

<sup>294</sup> LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. São Paulo: Zahar, 2018.

a se acostumar com certos comportamentos políticos autoritários e a naturalizar discursos de ódio, que, gradualmente, deixam de causar choque e resistência<sup>295</sup>.

Com a consolidação de projetos autoritários de poder, começam a aparecer as contradições a eles intrínsecas. As ações de governo são voltadas à promoção da cultura e religião dominantes e exclusão de minorias, aumentando ainda mais a desigualdade, discriminação e retroalimentando a polarização. Os recursos públicos são usados para enriquecer as elites empresariais e políticas que apoiaram a sua eleição, generalizando atos de corrupção e abusos de poder, contra os quais diziam se opor nas campanhas eleitorais, o que, por sua vez, aprofunda a deterioração econômica do país. Há, ainda, custos significativos para a liberdade, igualdade e erosão da qualidade da democracia<sup>296</sup>.

Neste cenário de erosão da democracia, inevitavelmente, os espaços de participação da sociedade no Estado são formalmente extintos ou materialmente esvaziados. Tornam-se, ainda mais, instrumentos inefetivos, que não conferem oportunidades concretas de incidência política dos mais variados grupos sociais. A eventual manutenção de canais de participação passa a ter natureza predominantemente formal, enquanto mera etapa a ser cumprida para dar uma certa aparência de legitimidade às decisões tomadas.

Por outro lado, alguns atores privados e grupos empresariais dominantes, de grande poder econômico, encontram um cenário político e institucional progressivamente favorável à mobilização de autoridades na defesa de seus interesses. Com isso, a distância entre o repertório jurídico e as representações sociais fica mais significativa, resultando em mais profundas assimetrias no acesso a informações, a agentes públicos e a infraestruturas essenciais.

Apesar de possuir, no decorrer de sua história, vários traços persistentes de autoritarismo<sup>297</sup>, nos últimos anos, o Brasil apresenta ainda mais indícios de se enquadrar em algum nível de maior declínio democrático, especialmente no governo federal. Alguns deles são enumerados a seguir, tomando como parâmetro as considerações teóricas acima, que funcionam como termômetro para identificar comportamentos políticos autoritários:

---

<sup>295</sup> DIAMOND, Larry. Breaking out the democratic slump. *Journal of Democracy*, v. 31, n. 1, p. 36-50, jan. 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1353/jod.2020.0003>>. Acesso em: 2 jun. 2020.

<sup>296</sup> Ibid.

<sup>297</sup> O Centro de Análise da Liberdade e do Autoritarismo (LAUT) fez uma linha do tempo de eventos autoritários dispersos em 100 anos de história brasileira: LAUT. **100 anos de autoritarismo**. São Paulo: Associação Quatro cinco um, 2019. Disponível em: <<https://www.quatrocincoum.com.br/br/noticias/1/100-anos-de-autoritarismo>>. Acesso em: 5 jun. 2020.

I) Frequentes discursos de apologia a ideologias historicamente autoritárias, tanto por figuras públicas no poder como por seus eleitores. Por exemplo, as tentativas de reescrever períodos históricos e exaltar a ditadura militar no Brasil<sup>298</sup>;

II) Constantes ataques à mídia e à liberdade de imprensa, que, por sua vez, tem favorecido um ambiente de descredibilização social dos meios de comunicação e de violência física e verbal a jornalistas<sup>299</sup>;

III) Uso da desinformação como estratégia eleitoral e arma política<sup>300</sup>, o que é reforçado pela arquitetura de plataformas digitais estratégicas, possibilitando a disseminação digital em massa de notícias falsas;

IV) Tentativas de questionar a legitimidade de resultados eleitorais e de gerar desconfiança social quanto ao sistema de contagem de votos<sup>301</sup>, lembrando o alerta de Levitsky e Ziblatt de que quando os cidadãos não confiam no processo eleitoral, muitas vezes, perdem a fé na própria democracia<sup>302</sup>;

V) Endossos públicos a eventual necessidade de uso de meios coercitivos, inclusive de natureza militar, para impor mudanças legislativas ou institucionais<sup>303</sup>;

---

<sup>298</sup> CAMPOS, João Pedroso de. Doze vezes em que Bolsonaro e seus filhos exaltaram e acenaram à ditadura. **Revista Veja**, São Paulo, 2019. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/politica/doze-vezes-em-que-bolsonaro-e-seus-filhos-exaltaram-e-acenaram-a-ditadura/>>. Acesso em: 4 jun. 2020.

<sup>299</sup> CONGRESSO em foco. Bolsonaro fez ao menos 111 ataques à imprensa em 2019. **Congresso em Foco**, Brasília, 2019. Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/governo/bolsonaro-fez-ao-menos-111-ataques-a-imprensa-em-2019-veja-lista/>>. Acesso em: 4 jun. 2020. LIS, Laís. Imprensa sofreu 11 mil ataques diários nas redes sociais em 2019, diz associação de rádio e TV. **Portal G1**, Brasília, 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/03/11/casos-de-violencia-contr-jornalistas-caem-pela-metade-em-2019-na-comparacao-com-2018-diz-abert.ghtml>>. Acesso em: 4 jun. 2020.

<sup>300</sup> LINHARES, Carolina. Deputados divulgam *fake news* sobre coronavírus para ecoar discurso de Bolsonaro. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/05/deputados-divulgam-fake-news-sobre-coronavirus-para-ecoar-discurso-de-bolsonaro.shtml>>. Acesso em: 4 jun. 2020; LIRIO, Sergio. Sem a caneta, Bolsonaro aposta no poder da desinformação. **Carta Capital**, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/opiniaio/sem-a-caneta-bolsonaro-aposta-no-poder-da-desinformacao/>>. Acesso em: 4 jun. 2020. PADUAN, Roberta. Como funciona e o que teme a bancada das “fake news” no Congresso. **Revista Veja**, São Paulo, 2020. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/politica/com-funciona-e-o-que-teme-a-bancada-das-fake-news-no-congresso/>>. Acesso em: 4 jun. 2020.

<sup>301</sup> BENITES, Afonso. Bolsonaro ameaça oponentes e ataca legitimidade da disputa eleitoral pelo Planalto. **El País Brasil**, [S.l], 2018. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2018/09/06/politica/1536190564\\_625684.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/09/06/politica/1536190564_625684.html)>. Acesso em: 3 jun. 2020.

<sup>302</sup> LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. São Paulo: Zahar, 2018.

<sup>303</sup> BBC NEWS. O que é o artigo 142 da Constituição, que Bolsonaro citou ao pedir intervenção das Forças Armadas. **Portal G1**, [S.l], 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/06/02/o-que-e-o-artigo-142-da-constituicao-que-bolsonaro-citou-ao-pedir-intervencao-das-forcas-armadas.ghtml>>. Acesso em: 3 jun. 2020.

VI) Desrespeito a algumas regras constitucionais expressas e uso abusivo de prerrogativas institucionais<sup>304</sup>, gerando a necessidade de reação do Legislativo, Judiciário ou instituições independentes para conter os eventuais exageros<sup>305</sup>;

VII) Falta de abertura ao diálogo, desarticulação e ataques aos demais poderes e instituições<sup>306</sup>;

VIII) Ataques a adversários políticos e críticos ao seu governo, buscando fixar a imagem de que são ilegítimos, inimigos da nação, terroristas ou subversivos à ordem<sup>307</sup>;

IX) Desapreço pela atuação de organizações da sociedade civil, com a propagação de afirmações falaciosas ou sem qualquer fundamento sobre suas filiações criminosas ou terroristas. Essa linha de ação gera, ainda, um distanciamento dessas entidades do governo federal e um sentimento de que as portas do setor público estão fechadas para elas<sup>308</sup>;

<sup>304</sup> OLIVEIRA, Mariana; VIVAS, Fernanda; D'AGOSTINO, Rosanne. Bolsonaro é presidente com mais decretos e MPs questionados no STF no primeiro ano de mandato. **Portal G1**, Brasília, 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/03/01/bolsonaro-e-presidente-com-mais-decretos-e-mps-questionados-no-stf-no-primeiro-ano-de-mandato.ghtml>>. Acesso em: 5 jun. 2020. FABRINI, Fábio; ONOFRE, Renato. Em reunião, Bolsonaro diz ter sistema de informações 'particular' e reclama de órgãos oficiais. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/05/em-reuniao-bolsonaro-diz-ter-sistema-de-informacoes-particular-e-reclama-de-orgaos-oficiais.shtml>>. Acesso em: 3 jun. 2020.

<sup>305</sup> VIEIRA, Oscar Vilhena. Em defesa das regras do jogo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/oscarvilhenavieira/2020/02/em-defesa-das-regras-do-jogo.shtml?origin=folha>>. Acesso em: 5 jun. 2020. CRUZ, Isabela. Bolsonaro contra o Supremo: de disputas judiciais a lobby. **Nexo Jornal**, [S.l], 2020. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2020/04/20/Qual-o-impacto-pol%C3%ADtico-da-atitude-radicalizada-de-Bolsonaro>>. Acesso em: 3 jun. 2020. DIAS, Theo; KWEITEL, Juana. Democracia em risco. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2020/06/democracia-em-risco.shtml?origin=folha>>. Acesso em: 3 jun. 2020.

<sup>306</sup> BARROS, Celso Rocha de. O golpismo tem que custar caro. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/celso-rocha-de-barros/2020/03/golpismo-tem-que-custar-carro.shtml?origin=folha>>. Acesso em: 5 jun. 2020. CONGRESSO em foco. Bolsonaro volta a participar de atos contra Congresso e STF. **Congresso em Foco**, Brasília, 2020. Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/governo/bolsonaro-volta-a-participar-atos-contra-congresso-e-stf/>>. Acesso em: 2 jun. 2020. COLETTA, Ricardo Della. Ordens absurdas não se cumprem, temos que botar limites, diz Bolsonaro em recado ao Supremo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/05/nao-teremos-outro-dia-como-ontem-chega-diz-bolsonaro-em-recado-ao-supremo.shtml>>. Acesso em: 2 jun. 2020.

<sup>307</sup> ISTO é. Bolsonaro chama membros de grupo antifascista de "marginais e terroristas". **Revista Isto é**, São Paulo, 2020. Disponível em: <<https://istoe.com.br/bolsonaro-chama-membros-de-grupo-antifascista-de-terroristas/>>. Acesso em: 2 jun. 2020. GORTÁZAR, Naiara. Bolsonaro acelera deterioração da democracia no Brasil. **El País Brasil**, [S.l], 2020. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2020/01/12/politica/1578841564\\_993293.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2020/01/12/politica/1578841564_993293.html)>. Acesso em: 2 jun. 2020.

<sup>308</sup> SAFATLE, Amalia. Terceiro setor sofre com críticas do governo Bolsonaro. **Valor Econômico**, São Paulo, 2019. Disponível em: <<https://valor.globo.com/eu-e-noticia/2019/11/14/terceiro-setor-sofre-com-criticas-do-governo-bolsonaro.ghtml>>. Acesso em: 2 jun. 2020. MANIFESTO juntos pela democracia. Brasil, 2020. Disponível em: <[https://manifesto.pactopelademocracia.org.br/?fbclid=IwAR3siXy7CBIntzM1Q8I\\_tYrBHPA6Y87RBN\\_eFkZVZwSxed9Mqu1vwiE-mOas#manifesto](https://manifesto.pactopelademocracia.org.br/?fbclid=IwAR3siXy7CBIntzM1Q8I_tYrBHPA6Y87RBN_eFkZVZwSxed9Mqu1vwiE-mOas#manifesto)>. Acesso em: 4 jun. 2020. STORTO, Paula Raccanello. Quais os sinais o novo governo emite para as organizações da sociedade civil? **Folha de São Paulo**, São

- X) Incitação a multidões de partidários para que ataquem as instituições e figuras públicas que enxergam como entraves ao seu projeto de poder<sup>309</sup>;
- XI) Indícios de laços de governantes com milícias organizadas<sup>310</sup>;
- XII) Elogios e endossos públicos a atos de violência e medidas repressivas atuais e do passado, no país e no mundo, alinhados aos seus interesses<sup>311</sup>;
- XIII) Apoio e aprovação de atos normativos restritivos de direitos, sustados ou não pelo Judiciário ou Congresso<sup>312</sup>;
- XIV) Discursos de intolerância a minorias sociais e incitação ao ódio e à polarização política e social<sup>313</sup>;
- XV) Propagação de notícias falsas e desinformação como arma política, inclusive utilizando de robôs para gerar falso engajamento em redes sociais e influenciar

---

Paulo, 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/empresadadorsocial/2019/01/quais-sinais-o-novo-governo-emite-para-as-organizacoes-da-sociedade-civil.shtml>>. acesso em: 2 jun. 2020.

<sup>309</sup> ESTRADA, Gaspard. Jair Bolsonaro coloca em risco a saúde dos brasileiros e da democracia. **The New York Times**, [S.I], 2020. Disponível em <<https://www.nytimes.com/pt/2020/03/26/espanol/opinion/bolsonaro-coronavirus.html>>. Acesso em: 1 jun. 2020. BENITES, Afonso. Bolsonaro rompe isolamento e vai a atos contra o Congresso em meio à crise do coronavírus. **El País Brasil**, [S.I], 2020. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/brasil/2020-03-15/bolsonaro-rompe-isolamento-e-endossa-atos-contra-congresso-em-meio-a-crise-do-coronavirus.html>>. Acesso em: 1 jun. 2020. CORSALETTE, Conrado; ARCOVERDE, Letícia. Bolsonaro contra governadores: ataques, rompimento e cálculo. **Nexo Jornal**, [S.I], 2020. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/podcast/2020/03/25/Bolsonaro-contra-governadores-ataques-rompimento-e-calculo>>. Acesso em: 1 jun. 2020.

<sup>310</sup> CALIXTO, Larissa. Dez fatos que ligam a família Bolsonaro a milicianos. **Congresso em foco**, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/congresso-em-foco/dez-fatos-que-ligam-a-familia-bolsonaro-a-milicianos/>>. Acesso em: 1 jun. 2020.

<sup>311</sup> Esses e outros inúmeros ataques à democracia em 2019 podem ser consultados na iniciativa abaixo: PACTO pela democracia. PACTO pela democracia. **Retrospectiva 2019: democracia no Brasil**. Disponível em: <<https://www.diariodeataques.org/retrospectiva-2019>>. Acesso em: 3 jun. 2020. Outra iniciativa que catalogou os ataques à democracia e liberdade, mas no ano de 2020 e durante o enfrentamento da pandemia da Covid-19 foi: LAUT. **Agenda de Emergência**. Disponível em: <<https://agendadeemergencia.laut.org.br/>>. Acesso em: 5 jun. 2020.

<sup>312</sup> LONDOÑO, Ernesto; CASADO, Letícia. Enquanto Bolsonaro cumpre as promessas sobre a Amazônia, indígenas brasileiros temem um ‘etnocídio’. **The New York Times**, [S.I], 2020. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/pt/2020/04/19/world/americas/bolsonaro-brasil-amazonia-indigenas-funai.html>>. Acesso em: 30 mai. 2020. TEIXEIRA, Matheus. STF impõe nova derrota a Bolsonaro e derruba restrição a informações públicas. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/04/stf-forma-maioria-para-derrubar-restricao-as-informacoes-publicas-proposta-por-bolsonaro.shtml>>. Acesso em: 30 mai. 2020. CHADE, Jamil. Brasil perde status de democracia liberal perante o mundo. **El País Brasil**, [S.I], 2020. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/opiniao/2020-05-05/brasil-perde-status-de-democracia-liberal-perante-o-mundo.html>>. Acesso em: 30 mai. 2020.

<sup>313</sup> SEVERO, Valdete Souto. Jair Bolsonaro traz discurso de ódio como fala oficial da Presidência. **Carta Capital**, São Paulo, 2019. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/opiniao/jair-bolsonaro-traz-discurso-de-odio-como-fala-oficial-da-presidencia/>>. Acesso em: 30 mai. 2020. ISTO É. Frases de Bolsonaro, o candidato que despreza as minorias. **Revista Isto é**, São Paulo, 2018. Disponível em: <<https://istoe.com.br/frases-de-bolsonaro-o-candidato-que-despreza-as-minorias/>>. Acesso em: 30 mai. 2020.



a opinião pública<sup>314</sup>. Isso ocorreu até mesmo em relação às medidas de enfrentamento da pandemia, tendo ocorrido uma postura ativa do Presidente de negar a eficácia das máscaras e vacinas contra Covid-19, apesar das diversas evidências científicas no tema<sup>315</sup>.

Nesse contexto, têm sido identificados graves retrocessos em participação social, com a diminuição da frequência no uso de consultas e audiências públicas no governo federal e esvaziamento de estruturas colaborativas. A autora já realizou este diagnóstico, em obra anterior, conforme trecho abaixo:

[...] uma política de extinção em massa de conselhos formados por integrantes do governo e da sociedade civil e de enxugamento e esvaziamento dessas estruturas colegiadas. Foi, inclusive, assinado o Decreto nº 9.759/2019, que pretendia extinguir não só os diversos conselhos, mas também fóruns, comitês e comissões, inclusive os instituídos por lei. Em decisão liminar na ADI 6121, o Plenário do STF decidiu que o presidente não pode extinguir por decreto os conselhos federais criados por lei, suspendendo parcialmente os seus efeitos<sup>316</sup>. Com isso, foi emitido o Decreto no 9.812/2019, que revogou alguns dos dispositivos do anterior, para extinguir apenas os conselhos e colegiados criados por atos infralegais na administração pública federal.

A tendência atual parece ser, portanto, a redução e esvaziamento do poder decisório ou até mesmo a extinção desse canal de participação social na construção de políticas públicas, inclusive na educação. Apesar de o STF ter impedido a extinção por decreto dos conselhos criados por lei, a política do novo governo parece ser de desestímulo ao uso de conselhos deliberativos para a tomada de decisões públicas e de suspensão das políticas públicas no tema, o que significa um retrocesso na utilização desse já subaproveitado instrumento de participação<sup>317</sup>.

O relatório de 2020 do *Varieties of Democracy Institute* (V-dem) também detectou um substancial declínio democrático no Brasil na última década. O gráfico 29 mostra a performance do país em mais de cem anos de história em uma série de cinco indicadores que mensuram diferentes aspectos democráticos:

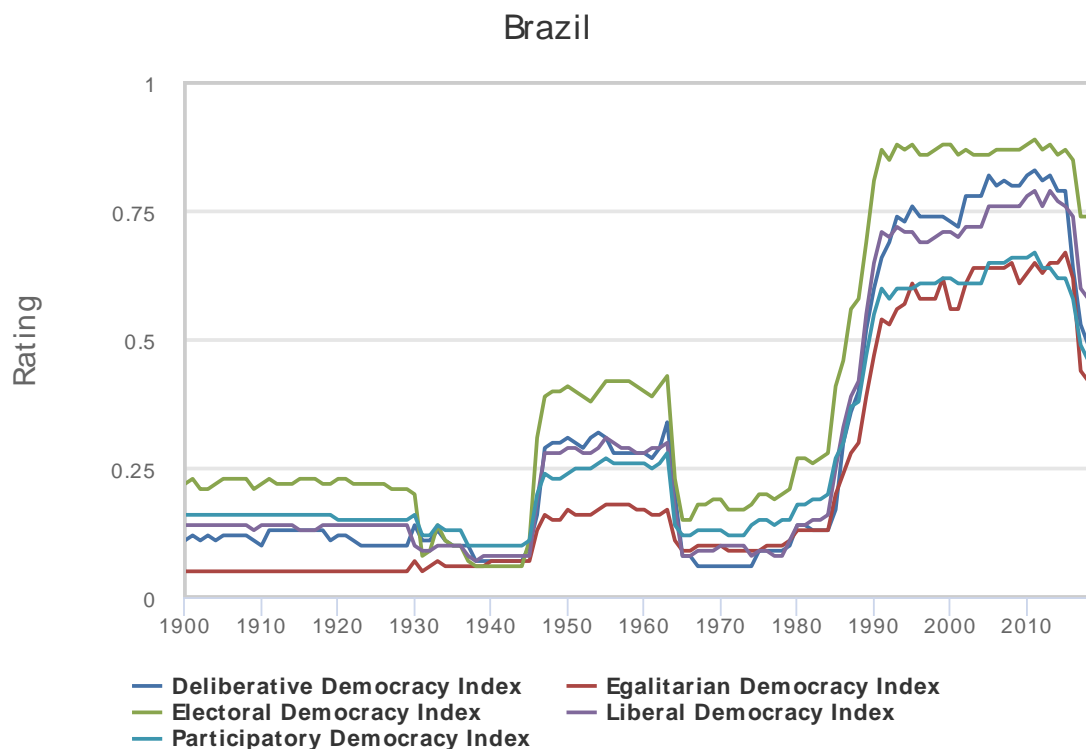
<sup>314</sup> BENITES, Afonso. A máquina de ‘fake news’ nos grupos a favor de Bolsonaro no WhatsApp. **El País**, São Paulo, 2018. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2018/09/26/politica/1537997311\\_859341.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/09/26/politica/1537997311_859341.html)>. Acesso em: 10 mai. 2022.

<sup>315</sup> OLIVEIRA, Joana. Bolsonaro é “líder e porta-voz” das ‘fake news’ no país, diz relatório final da CPI da pandemia. **El País**, São Paulo, 2021. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/brasil/2021-10-20/bolsonaro-e-lider-e-porta-voz-das-fake-news-no-pais-diz-relatorio-final-da-cpi-da-pandemia.html>>. Acesso em: 10 mai. 2022.

<sup>316</sup> BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **ADI 6121**. Relator: Min. Marco Aurélio, Brasília, 14 jun. 2019.

<sup>317</sup> MACIEL, Caroline Stéphanie Francis dos Santos. **Instituições e Políticas Públicas**: o jogo político na elaboração das leis em educação. Belo Horizonte: Arraes, 2020.

## Gráfico 29 Desempenho do Brasil em indicadores de democracia



Fonte: Varieties of Democracy Institute (2020).

No início dos anos 1900, o país apresentava baixo grau democrático, em todas as dimensões (deliberativa, eleitoral, participatória, igualitária e liberal).<sup>318</sup> Há uma queda significativa por volta de 1930, com o golpe de Estado de Getúlio Vargas, seguido por uma alta entre 1940 e 1960, referente a um período mais democrático no país. Novamente, uma drástica queda com a instituição da ditadura militar em 1964 e nova ascensão após

<sup>318</sup> O *Electoral Democracy Index* mensura até que ponto os regimes realizam eleições limpas, livres e justas, além de avaliar concretamente a liberdade de expressão, as fontes de informação e o sufrágio universal. Já o *Liberal Democracy Index* examina os métodos de *accountability*, a efetividade de *checks and balances* entre as instituições, a capacidade de limitar o poder do Executivo, a independência do Judiciário, a força institucional do Legislativo, a força do Estado de Direito e da proteção constitucional das liberdades civis. O *Egalitarian Democracy Index* verifica o grau de igualdade política entre todos os diferentes grupos sociais, as desigualdades sistemáticas em direitos e recursos de cidadãos, que limitam sua capacidade participatória. O *Participatory Democracy Index* leva em consideração a participação ativa dos cidadãos em processos políticos, eleitorais e não eleitorais, analisando os mecanismos de democracia direta, a atuação de organizações da sociedade civil e a participação e representação em governos locais. Por fim, o *Deliberative Democracy Index* captura em que medida os processos decisórios são efetivamente deliberativos, analisando a qualidade da racionalização decisória, das motivações das decisões públicas, a existência de diálogo do início ao fim do processo decisório e o impacto de interesses privados e coerção (VARIETIES OF DEMOCRACY INSTITUTE. **Democracy Report 2020** – autocratization surges, resistance grows. Gotemburgo, Suécia: University of Gothenburg, 2020. Disponível em: <[https://www.v-dem.net/media/finder\\_public/f0/5d/f05d46d8-626f-4b20-8e4e-53d4b134bfc/democracy\\_report\\_2020\\_low.pdf](https://www.v-dem.net/media/finder_public/f0/5d/f05d46d8-626f-4b20-8e4e-53d4b134bfc/democracy_report_2020_low.pdf)>. Acesso em: 6 jun. 2020).

1988, com o processo de redemocratização. A partir de 2016, os índices apresentam um declínio gradual e constante. O desempenho democrático de 2019 se assemelha estatisticamente ao de 1963, o que é bastante preocupante, considerando o período histórico subsequente.

Em outra ferramenta do *V-dem Institute*, chamada de *Democratic Space Barometer*, é possível estimar a probabilidade de um país experimentar pelo menos uma oscilação substancial para uma governança mais democrática ou mais autocrática, em uma janela de dois anos. Na previsão de 2020-2021, o Brasil possui mais de 30% de chances de uma oscilação autoritária em cinco das seis dimensões avaliadas, ficando em primeiro ou segundo lugar em quatro delas no Top 20 de eventos de redução democrática da América Latina.<sup>319</sup>

Esse cenário se agravou ainda mais com a situação de emergência pública que enfrenta o país. Paralelamente à pandemia da Covid-19, intensificaram-se os ataques às instituições democráticas e às fontes especializadas de informação, em uma onda de descredibilização e desconfiança quanto a dados e conhecimentos científicos de instituições historicamente renomadas. Nesse contexto, a Organização Mundial da Saúde (OMS) reconheceu a existência de uma “infodemia”: a contaminação do debate público por um surto de informações falsas ou de baixa qualidade<sup>320</sup>.

Em pesquisa desenvolvida em parceria pelos Centro de Análise da Liberdade e do Autoritarismo (LAUT), Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Democracia Digital (INCT.DD) e Centro de Estudos e Pesquisas em Direito Sanitário (Cepedisa), avaliou-se a disseminação de campanhas de desinformação no Brasil durante a pandemia, principalmente no YouTube. Detectou-se, de um lado, uma forte rejeição a conteúdos científicos e distorções de dados e produções científicas e, de outro, a criação de teorias de conspiração enviesadas e de minimização da gravidade do coronavírus. Além dos evidentes danos à saúde pública e à prevenção, superação e enfrentamento da Covid-19, o ecossistema de desinformação tem sido intencionalmente alimentado na pandemia para fins políticos e econômicos e em prol da depreciação das instituições democráticas e

---

<sup>319</sup> VARIETIES OF DEMOCRACY INSTITUTE. **The Democratic Space Barometer**. [S.l.], 2020. Disponível em: <<https://www.v-dem.net/en/analysis/DemSpace/>>. Acesso em: 6 jun. 2020.

<sup>320</sup> WORLD HEALTH ORGANIZATION. Infodemic management: a key component of the COVID-19 global response. **Weekly Epidemiological Record**, v. 95, n. 16, abr. 2020, p. 145-148. Disponível em: <<https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/331775/WER9516-145-148-eng-fre.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 6 jun. 2020.

científicas<sup>321</sup>. A situação se agrava com a falta de cooperação de plataformas digitais utilizadas para a propagação de notícias falsas, que não tomam as medidas necessárias para evitar a sua disseminação em massa.

Assim, “a pandemia é vista como oportunidade para líderes autoritários expandirem seus poderes, limitarem mecanismos de controle ou [...] implementarem mudanças normativas ou institucionais antidemocráticas em meio à crise sanitária”<sup>322</sup>. Com isso, acentua-se a grave erosão democrática no Brasil. Nesse cenário, a plataforma “Agenda de Emergência” reúne atos estatais durante a pandemia que põem em risco a democracia e a liberdade. Abaixo foram elencados alguns deles, relacionados ao direito à informação, participação e *accountability*<sup>323</sup>:

I) Exclusão de alguns atores de estruturas colegiadas, como da participação da sociedade civil no Conselho Permanente para o Reconhecimento de Saberes e Competências (CPRSC), pela Portaria nº 207/2020 do Ministério da Educação (MEC) e na Comissão Nacional de Biodiversidade e, também, dos governadores do Conselho Nacional da Amazônia Legal, pelos Decretos nº 10.235/2020 e 10.239/2020;

II) Flexibilização da proteção de dados pessoais sigilosos durante a pandemia, com o Decreto nº 10.279/2020 que permite o seu compartilhamento com outros órgãos públicos, sem necessidade de autorização expressa dos cidadãos e com a Medida Provisória (MP) nº 954/2020 que determinou que sejam compartilhados por empresas de telecomunicações para uso do IBGE;

III) Restrições ao direito de acesso à informação pública durante a pandemia, pela MP nº 928/2020<sup>324</sup>;

IV) Isenção de responsabilidade de agentes públicos por erros cometidos no combate à Covid-19, salvo dolo ou erro grosseiro, com a MP nº 966/2020.

Apesar de o STF ter suspenso a eficácia de algumas dessas medidas e atos normativos, após a impetração de ações de inconstitucionalidade, não deixa de ser

---

<sup>321</sup> MACHADO, Caio; DOURADO, Daniel; SANTOS, João Guilherme; SANTOS, Nina. **Ciência contaminada** – analisando o contágio de desinformação sobre coronavírus via Youtube. Parte 1 da série “Democracia Infectada”. LAUT, INCT.DD, Cepedisa, [S.I], 2020. Disponível em: <<https://laut.org.br/ciencia-contaminada.pdf>>. Acesso em: 6 jun. 2020.

<sup>322</sup> LAUT. **Agenda de Emergência** – monitoramento de riscos à liberdade e à democracia durante a pandemia. [S.I], 2020. Disponível em: <<https://laut.org.br/agenda-de-emergencia/>>. Acesso em: 6 jun. 2020.

<sup>323</sup> LAUT. **Agenda de Emergência** – calendário. [S.I], 2020. Disponível em: <<https://agendadeemergencia.laut.org.br>>. Acesso em: 6 jun. 2020.

<sup>324</sup> Esse tema foi tratado no primeiro capítulo, no subtópico 1.2.5.

preocupante a sua emissão e as tentativas de restrição a direitos fundamentais e atentados à democracia.

Diante do exposto, constata-se um cenário de significativo declínio democrático no Brasil, que, frequentemente, foi conduzido por comportamentos autoritários do atual Presidente da República. A subversão de valores republicanos e democráticos ocorreu, em alguns momentos, de forma explícita e em outros, de forma mais velada; em todo caso, houve indícios suficientes para os demais Poderes e partidos políticos de que as instituições brasileiras se encontravam ameaçadas por um projeto político antidemocrático.

Apesar disso, nem sempre as reações eram incisivas ou claras o suficiente para deixar a mensagem de que eram comportamentos inaceitáveis em um Estado Democrático de Direito. Consequentemente, assistiu-se a um alastramento de desinformação e de pensamentos autoritários e conservadores no eleitorado brasileiro, reforçado pela inércia das autoridades em tomar as medidas necessárias para contê-los. Nesse contexto, a redução da qualidade e quantidade de espaços participativos ocorreu naturalmente e se intensificou a polarização política, tornando cada vez mais difícil a negociação de pautas entre “esquerda” e “direita”.

É preciso, portanto, não só interromper a intensificação da escalada autoritária mais recente no país, como também ir mais fundo e romper com o ciclo vicioso longínquo de não integração e ausência de participação dos atores sociais nos processos deliberativos públicos. Isso só ocorrerá com medidas legislativo-regulatórias que assegurem o acesso à informação de qualidade, o reforço à confiança social nas instituições brasileiras, especialmente nos mecanismos eleitorais, e a aproximação da sociedade civil e do setor privado das pautas do Estado brasileiro.

Feitas essas considerações sobre o contexto político atual, passa-se à análise das modalidades normativas exigentes de participação social, na perspectiva quanti e qualitativa, avaliando-se a sua execução na prática.

## **2.2 Promoção da participação popular pelo governo federal: frequência e impacto**

Desde a promulgação da Constituição de 1988, tem havido uma expansão dos espaços institucionais de participação da sociedade civil, em diferentes níveis, nos três poderes e nos entes da federação. O resgate dos esforços participativos fazia parte das preocupações dos constituintes no processo de reconstrução da democracia brasileira.



Nesse cenário, o constituinte José Fernandes aponta que a implantação de uma democracia participativa deve abranger os três poderes, sendo que, até então, o texto constitucional não dava o mesmo tratamento ao Judiciário. Diagnostica que é preciso dar mais transparência e abrir canais de participação dos cidadãos também no Poder Judiciário, acabando com sessões secretas, votações anônimas e decisões imotivadas. Com isso, buscava-se que Legislativo, Executivo e Judiciário, no nível federal, estadual e municipal, estivessem aptos a praticar os valores democráticos da nova ordem constitucional<sup>325</sup>.

No Executivo, o compartilhamento da gestão pública com os cidadãos envolve a ampla abertura de canais de participação em todas as etapas do processo decisório. Assim, em um modelo de Estado materialmente democrático, o governo deve, de um lado, ativamente fomentar a integração dos atores sociais afetados na construção de políticas públicas e, de outro, facilitar o envio de manifestações cidadãs sobre os serviços públicos prestados. Nas duas dimensões, é imprescindível o retorno do Poder público quanto à adoção de contribuições ou resposta às solicitações e reclamações. Esse é o meio de manter o interesse da sociedade civil e do setor privado na interlocução com o Estado.

Isto posto, serão avaliados, a seguir, os usos de ferramentas de participação pelo Executivo federal. Para essa análise, primeiramente, mapeia-se as políticas públicas e os atos normativos no tema, que serão abordados neste subtópico, conforme tabela 7:

**Tabela 7**

**Mapeamento das normas e políticas sobre participação social**

<b>Atos normativos/ políticas públicas</b>	<b>Conteúdo relacionado</b>
Constituição de 1988	Soberania popular (art. 14); Participação do usuário de serviço público (art. 37, §3º).
Código de Defesa do Usuário de Serviço Público (Lei nº 13.460/2017) e Regulamento federal (Decreto nº 9.094/2017).	Participação do usuário de serviço público (art. 6º, I da lei); manifestações (arts. 9º a 12 da lei), ouvidoria (arts. 13 a 17 da lei), conselhos (arts. 18 a 22 da lei); Pesquisa de satisfação dos usuários (art. 20 do decreto).
Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) e Lei de	Realização de audiências e consultas públicas (art. 9º, II da LAI c/c art. 48, §1º, I da LRF).

<sup>325</sup> BRASIL. Assembleia Nacional Constituinte. Ata de comissões. Comissão da Soberania, dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher. **Ata da primeira reunião**, 01 de abril de 1987, Brasília, 1987, p. 63-64. BRASIL. Assembleia Nacional Constituinte. Atas das comissões. Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de Governo. **Ata da primeira reunião de audiência pública**, 29 de abril de 1987. Brasília, 1987.

Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000, com redação dada pela nº 131/2009).	
Política Nacional de Governo Aberto e Comitê Interministerial (Decreto nº 10.160/2019).	Participação social nos processos decisórios (art. 2º, II) e na gestão e prestação de serviços públicos (art. 2º, III).
Decreto nº 9.191/2017 (Regulamento federal da Lei Complementar nº 95/98) e Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro (LINDB) - Decreto-Lei nº 4.657/1942, com redação dada pela Lei nº 13.655/2018).	Criação de órgãos colegiados (art. 36 a 38 do Decreto nº 9.191/2017);  Consultas públicas (art. 40 a 43 do Decreto c/c art. 26, art. 29, <i>caput</i> e §1º e art. 30 da LINDB).
Lei nº 13.848/2019	Obrigatoriedade legal de consultas públicas prévias à edição de normas por agências reguladoras federais (art. 9º), uso facultativo de audiências públicas em matérias relevantes (art. 10) e de outros instrumentos (art. 11).
Lei nº 9.784/1999	Possibilidade de uso de consulta, audiência pública ou de outros instrumentos de participação durante a instrução de processos administrativos (arts. 31 a 34).
Decretos nº 8.243/2014 (revogado), 9.759/2019 e 9.812/2019.	Política Nacional de Participação Social (extinta), regras e limitações para estruturas colegiadas no governo federal.
Decretos de 8 de dezembro de 2010 (revogado), de 8 de julho de 2011 (revogado) e nº 10.223/2020 <sup>326</sup> .	Conferência Nacional sobre Transparência e Controle Social e revogações.

Elaborada pela autora com dados extraídos do LexML (2020).

### 2.2.1 Meios constitucionais de democracia direta

O surgimento e adoção de um sistema de democracia indireta ou representativa são, com frequência, associados à impossibilidade do exercício da democracia direta nas sociedades contemporâneas. O crescimento exponencial das populações nacionais e as grandes dimensões territoriais de alguns países (como o Brasil) seriam obstáculos

<sup>326</sup> Esses decretos serão abordados no tópico 2.2.3, que trata sobre as conferências nacionais.

procedimentais à tomada da decisão por todos aqueles diretamente afetados<sup>327</sup>. Essa noção parte do pressuposto que as modalidades diretas de democracia são qualitativamente melhores e que a democracia representativa é um mal necessário. Com a revolução tecnológica e novas possibilidades abertas de participação digital de um grande volume de pessoas, simultaneamente e em tempo real, as barreiras à democracia direta estariam, ao menos na teoria, ultrapassadas. Bastaria, agora, implementar esse ideal no formato eletrônico, digital ou *mobile* e as deficiências hoje vislumbradas no regime representativo, consideradas causas da crise democrática, seriam superadas.

Uma análise mais cautelosa dessas conclusões mostra as suas rachaduras ocultas. Primeiro, não necessariamente o formato de democracia direta é, em qualquer caso, a melhor opção para gerar o resultado mais democrático possível. Esse raciocínio pressupõe que democracia só pode se dar em conformidade com o princípio majoritário: a decisão democrática seria aquela tomada pelo maior número de pessoas. A história já mostrou, mais de uma vez, que a maioria pode tomar decisões antidemocráticas, ferindo o direito de minorias sociais.

Segundo, as ferramentas digitais podem ser usadas para o desenvolvimento de novos e disruptivos espaços participativos. As possibilidades democráticas se tornam, cada vez mais, digitalmente ilimitadas, considerando, por exemplo, as recentes discussões sobre as potencialidades do metaverso. Exige, contudo, condições estruturais e competências mínimas para que possam ser manuseadas de forma democrática, por exemplo, relacionadas a questões informacionais. Se a grande maioria de um corpo social sequer sabe usar ou não está bem-informada sobre os temas a serem discutidos, se encontra vulnerável a toda espécie de manipulação antidemocrática dos processos decisórios<sup>328</sup>, que pode ocorrer, inclusive, por provedores de serviços digitais privados, com interesses próprios de aprisionamento de usuários em infraestruturas digitais essenciais (conhecido como “efeito *lock-in*”)<sup>329</sup>.

---

<sup>327</sup> FARIA, Cristiano Ferri Soares de. **El Parlamento abierto en la era de la Internet: ¿Puede el pueblo colaborar con el Legislativo en la elaboración de las leyes?** Brasília: Câmara dos Deputados, 2013.

<sup>328</sup> SOARES, Fabiana. **Produção do direito e conhecimento da lei a luz da participação popular e sob o impacto da tecnologia da informação**. 511f. Tese (Doutorado em Direito). Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2002.

<sup>329</sup> FARREL, J. Competition with lock-in. **Department of Economics**, UCB, UC Berkeley, e-Scholarshio. Disponível em: <<https://escholarship.org/uc/item/93h8x6ht>>. Acesso em: 20 abr. 2022. EURICH, M. BURSTCHER, M. The Business-to-Consumer Lock-in Effect. **Cambridge Service Alliance**, 2014. Disponível em: <<https://cambridgeservicealliance.eng.cam.ac.uk/system/files/documents/2014AugustPaperBusinesstoConsumerLockinEffect.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2022.

Terceiro, a crise democrática não se resume à crise do sistema representativo. Há, sem dúvidas, défices a serem superados no modelo de democracia indireta, mas apenas isso não garante o resgate do valor verdadeiramente democrático na sociedade. Por fim, toda a linha de pensamento acima se baseia na contraposição entre democracia participativa e representativa, direta e indireta. Argumenta-se, no entanto, que, como duas faces da mesma moeda, são complementares e ao serem combinadas geram o modelo mais democrático possível.

Tanto os modelos direto e indireto de democracia possuem vantagens e desvantagens. Se, de um lado, a democracia direta possibilita a tomada de decisão pelos imediatamente afetados, ela traz, consigo, elevados custos financeiros, logísticos e temporais e a necessidade de construção de ecossistemas digitais politicamente neutros para a transmissão autêntica, segura e íntegra de dados e informações, o que pode ser um desafio operacional relevante. Em alguns contextos, pode chegar a ponto de ser tecnicamente impossível, mesmo com aparatos tecnológicos. Por outro lado, a democracia indireta atenua essas questões, mas traz outros problemas, como ausência de efetiva representatividade de alguns setores sociais, défices na *accountability*, crise de confiança, dentre outros desvios nas relações entre representantes e representados. Nesse sentido, o desenvolvimento de arranjos institucionais que conjuguem os pontos fortes dos dois modelos permite que as suas falhas sejam reciprocamente compensadas.

Com isso em mente, a Constituição de 1988 trouxe meios de democracia direta, em um modelo em que predomina a representatividade política, tratando a democracia representativa e a democracia participativa como dois lados (complementares) da mesma moeda. Nos termos do art. 14 da CF/88, além do direito de voto, o texto constitucional prevê três modos de exercício direto da soberania popular: o plebiscito, o referendo e a iniciativa popular. Durante a constituinte de 1987, com frequência, apareciam reflexões sobre o direito de voto e a necessidade de previsão constitucional de mecanismos diretos de participação social. Assim,

Sugerimos a **iniciativa popular** das leis ordinárias ou constitucionais, para que **o povo esteja sempre presente no processo**. E nós, avós, Presidente, que jamais pudemos exercer o direito de votar no Presidente da República, sugerimos que esse direito elementar seja instituído imediatamente. Há brasileiros de 45 anos que jamais votaram num Presidente da República. E, se for instituído o regime parlamentar, os avós brasileiros também não exercerão esse direito. Abrimos a oportunidade do voto para os militares de todos os níveis. Queremos

acabar com essas primeira e segunda categorias de brasileiros<sup>330</sup> (grifo nosso).

A constituição prevê, ainda, a competência exclusiva do Congresso Nacional para autorizar referendo e convocar plebiscito (art. 49, XV CF/88). Em resumo, diferença entre o plebiscito e o referendo reside no momento em que a população se manifesta. Enquanto o plebiscito envolve uma consulta sobre o conteúdo de uma norma, antes de sua produção (juízo de escolha normativa) e o referendo é a aprovação ou rejeição posterior do curso normativo proposto (juízo de adesão)<sup>331</sup>. Podem ser convocados por proposta de pelo menos um terço dos membros de qualquer Casa legislativa, nos termos do art. 3º da Lei nº 9.709/98, que regulamentou esses instrumentos constitucionais.

Apesar do enorme potencial democrático, o quadro geral de grave desinformação da população brasileira somado ao escasso interesse político no uso desses mecanismos fizeram com que eles perdessem muito espaço e fossem basicamente esquecidos no vácuo institucional. Assim, “os óbices materiais para a concretização dessas formas de democracia direta se vinculam a fatores geográficos (territoriais e humanos), econômicos, políticos e até mesmo logísticos”<sup>332</sup>.

Desde 1988 até hoje, o único referendo nacional foi o de 23 de outubro de 2005, sobre o estatuto do desarmamento. A população não aprovou o art. 35 da Lei, que proibia a comercialização de armas de fogo e munição em todo o território nacional. O “não” obteve 64% dos votos. Na época, houve grandes críticas ao formato da pergunta, à insuficiência da estratégia comunicacional e informacional do governo e, por fim, aos elevados custos de sua realização, que exigiu a mobilização de toda a estrutura da Justiça eleitoral. Hoje, seria muito mais viável o uso da tecnologia da informação e comunicação para referendos remotos/virtuais, especialmente voltados a questões locais<sup>333</sup>.

No único plebiscito nacional posterior à Constituição de 1988, em 1993, o eleitorado optou pela forma e sistema de governo brasileiros (república ou monarquia constitucional e parlamentarismo ou presidencialismo), conforme previsto no art. 2º do

---

<sup>330</sup> BRASIL. Assembleia Nacional Constituinte, Ata de comissões. Comissão da soberania dos direitos e garantias do homem e da mulher. **Ata da primeira reunião**, 01 de abril de 1987. Brasília, 1987, p. 10.

<sup>331</sup> SOARES, Fabiana. **Produção do direito e conhecimento da lei a luz da participação popular e o impacto da tecnologia da informação**. 511f. Tese (Doutorado em Direito). Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2002.

<sup>332</sup> LINHARES, Paulo. **A cidadania interativa: plebiscito, referendo e iniciativa popular na Constituição de 1988 e os impactos da revolução tecnológica da informação e comunicação na democracia brasileira**. 356f. Tese (Doutorado em Direito). Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2010, p. 265. Disponível em: <[https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/3763/1/arquivo366\\_1.pdf](https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/3763/1/arquivo366_1.pdf)>. Acesso em: 9 jun. 2020.

<sup>333</sup> Ibid.



Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT). Optou-se pela forma republicana (66%) e pelo presidencialismo (55%)<sup>334</sup>. O debate à época não se deu por completo, pois, conforme noticiado pela imprensa, “muitos brasileiros, mesmo diante das urnas, sequer sabiam diferenciar com exatidão cada uma das propostas apresentadas”<sup>335</sup>. Ademais, há uma forte crítica à falta de uma verdadeira autonomia dos eleitores, uma vez que a eventual escolha de uma monarquia constitucional e parlamentarismo poderia ser inconciliável com toda a estrutura institucional trazida pela Constituição de 1988<sup>336</sup>.

O mau uso desses institutos mostrou, mais de uma vez, os riscos no seu desvirtuamento, em razão de ampla desinformação da população sobre o assunto em discussão, das medidas governamentais insuficientes para promover a comunicação e compreensão da sociedade civil e da manipulação dos resultados por questões ideológicas e interesses políticos ocultos. Um recente exemplo de referendo, no qual o povo britânico decidiu pela saída do Reino Unido da União Europeia (chamado de “Brexit”), ilustra essas conclusões<sup>337</sup>.

A constituição dispõe, ainda, que o plebiscito deve ser utilizado para incorporação de estados, subdivisão ou desmembramento, obtendo-se a aprovação da população diretamente interessada (art. 18, §3º da CF/88). A mesma lógica é aplicada para os municípios (art. 18, §4º da CF/88). Essa espécie de plebiscito também já foi utilizada no Brasil, como no caso do desmembramento do estado do Pará, no qual a população interessada decidiu por não o fazer<sup>338</sup>.

Enquanto o plebiscito e referendo são consultas, a iniciativa popular busca conferir também aos cidadãos a legitimidade ativa para dar início ao processo legislativo

---

<sup>334</sup> BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Resultado geral do Plebiscito de 1993**. Brasília, 2020. Disponível em: [http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/plebiscito-de-1993/rybena\\_pdf?file=http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/plebiscito-de-1993/at\\_download/file](http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/plebiscito-de-1993/rybena_pdf?file=http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/plebiscito-de-1993/at_download/file). Acesso em: 9 jun. 2020.

<sup>335</sup> AUAD, Denise et al. Mecanismos de participação popular no Brasil: plebiscito, referendo e iniciativa popular. **Revista Brasileira de Direito Constitucional**, n.3, jan./jun. 2004, p. 315.

<sup>336</sup> CORRÊA, Felipe. **Mecanismos de democracia semidireta no Brasil e o plebiscito de 1993: participação popular e a problemática do sistema de governo**. 34f. Monografia (Graduação em Direito). Brasília, Universidade de Brasília, 2016. Disponível em: [https://bdm.unb.br/bitstream/10483/14654/1/2016\\_FelipeSantosCorrea\\_tcc.pdf](https://bdm.unb.br/bitstream/10483/14654/1/2016_FelipeSantosCorrea_tcc.pdf). Acesso em: 9 jun. 2020.

<sup>337</sup> Esse assunto foi abordado em maior profundidade pela autora em duas outras oportunidades: MACIEL, Caroline. The myth of absolute sovereignty of the British Parliament: context, constraints and facts. In: Arthur Bezerra de Souza Júnior; Daniel Giotti de Paula; Eduardo Klausner; Rogerio Borba da Silva. (Orgs.). **Direitos humanos: juridicidade e efetividade**. 1 ed. Rio de Janeiro: Grupo Multifoco, 2019, v. 1, p. 121-133. MACIEL, Caroline. British Constitution and the role of Cabinet in the UK legal system. **Revista da Faculdade de Direito do Sul de Minas**, Pouso Alegre, v. 35, n. 1, p. 143-160, jan./jun. 2019.

<sup>338</sup> BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Plebiscitos no estado do Pará**. Brasília, 2020. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/plebiscitos-e-referendos/plebiscito-do-estado-do-para/plebiscitos-no-estado-do-para>. Acesso em: 9 jun. 2020.

(art. 61, *caput* da CF/88). Para tanto, exige-se a subscrição do projeto de lei por 1% do eleitorado nacional, distribuído por, no mínimo, 5 estados e com 0,3% de eleitores de cada um deles (§2º). O elevado número de assinaturas exigidas, o difícil cumprimento do requisito de distribuição pelos estados e as lacunas procedimentais na Lei nº 9.709/98 são algumas das barreiras à ampliação do uso deste instituto. Inclusive, os obstáculos burocráticos para a conferência das assinaturas são tão grandes que têm gerado a conversão dos eventuais projetos de origem popular em iniciativas parlamentares<sup>339</sup>.

Desde 1988, apenas quatro projetos de iniciativas populares tornaram-se leis no Brasil:

I) A Lei nº 8.930/1994, que alterou a Lei de Crimes Hediondos (Lei nº 8.072/1990), para incluir o homicídio qualificado no rol de crimes hediondos, após intensa campanha liderada por Glória Pérez, que gerou forte comoção nacional, em virtude do assassinato de sua filha;

II) A Lei nº 9.840/1999, que estabelecia a pena de cassação de mandato em hipóteses de compra de votos e de uso da máquina pública para finalidades eleitorais, em movimento contra a corrupção;

III) A Lei nº 11.124/2005, sobre o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, para garantir à população de baixa renda o acesso à moradia, com campanha liderada pelos movimentos da área e com forte apoio da Igreja Católica;

IV) A Lei Complementar nº 135/2010 – conhecida como a Lei da Ficha Limpa, que torna inelegíveis os cidadãos que possuam condenação criminal em segunda instância, foi encampada pelo Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE)<sup>340</sup>.

Mais recentemente, outra proposta legislativa ligada à moralidade política de iniciativa originalmente popular ganhou destaque. Trata-se da campanha “10 medidas contra a corrupção”, liderada pelo Ministério Público Federal. Tornou-se o PL nº 4850/2016 que, no decorrer da sua tramitação, sofreu substanciais alterações e até mesmo desvirtuamento do seu propósito originário. Contudo, não se tornou lei até hoje<sup>341</sup>.

---

<sup>339</sup> LINHARES, Paulo. **A cidadania interativa:** plebiscito, referendo e iniciativa popular na Constituição de 1988 e os impactos da revolução tecnológica da informação e comunicação na democracia brasileira. 356f. Tese (Doutorado em Direito). Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2010. Disponível em: <[https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/3763/1/arquivo366\\_1.pdf](https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/3763/1/arquivo366_1.pdf)>. Acesso em: 9 jun. 2020.

<sup>340</sup> SOARES, Alessandro. Iniciativa popular no Brasil: tendências punitivistas e dificuldades democráticas. **Revista Direito, Sociedade e Estado**, n. 55, p. 12-41, jul./dez. 2019.

<sup>341</sup> BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 4850/2016**. Brasília, 2016. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2080604>>. Acesso em: 9 jun. 2020.

Essas experiências mostram a dificuldade no processo de coleta e conferência de assinaturas, a necessidade de encabeçamento da proposta por alguma figura pública de destaque e posterior adoção formal por um ator político e, por fim, a conjuntura de comoção nacional que as envolve e a recorrência de iniciativas populares de caráter punitivista ou ligadas à moralidade política<sup>342</sup>.

Como consequência dos requisitos materiais e formais excessivamente restritivos, especialmente na iniciativa popular, e do grave quadro de elevado déficit informacional da sociedade brasileira, houve um esvaziamento e desidratação desses mecanismos diretos de participação popular.

## 2.2.2 Política Nacional de Participação Social

A Política Nacional de Participação Social (PNPS), instituída pelo Decreto nº 8.243/2014, vigorou de 2014 a 2019 e foi extinta pelo Decreto 9.759/2019, com redação dada pelo Decreto nº 9.812/2019. Apesar de ter sido recentemente revogada, foi uma política pública de grande relevância no tema da participação social, que estabeleceu parâmetros e diretrizes para a expansão e integração do uso de mecanismos participativos nos diversos órgãos e entidades do governo federal. Por isso, a sua análise é necessária, especialmente para compreender o histórico e trajetória participativos e o que veio a seguir.

Diante da existência de múltiplos e dispersos canais institucionais de participação no Executivo federal, muitas vezes, desarticulados entre si e com escassa interação e diálogo entre os órgãos federais e as diferentes estruturas e espaços democráticos, foi concebida essa política pública. Seu objetivo era, portanto, articular os mecanismos e instâncias de participação e aprimorar a sua transversalidade (arts. 1º, 3º, II, 4º, II do Decreto nº 8.243/2014).

Almejava, ainda, a consolidação da participação como método do governo (art. 4º, I), a ser usado nas diversas etapas do ciclo de políticas públicas – formulação, execução, monitoramento e avaliação (art. 5º). Nos seus preceitos, traz uma preocupação

---

<sup>342</sup> SOARES, Alessandro. Iniciativa popular no Brasil: tendências punitivistas e dificuldades democráticas. *Revista Direito, Sociedade e Estado*, n. 55, p. 12-41, jul./dez. 2019.

com a acessibilidade de grupos sociais historicamente excluídos ou vulneráveis (art. 4º, VII), mas sem indicações específicas de como, na prática, essa inclusão ocorreria<sup>343</sup>.

No espírito da articulação e integração, declara o incentivo à participação social nos entes federados (art. 4º, IX). Em prol da efetividade da política, prevê a elaboração de relatórios anuais de sua implementação pelos órgãos federais, a ser avaliado pela Secretária-Geral da Presidência da República (§1º e 2º do art. 5º). Esse seria, portanto, o órgão que monitora, avalia, orienta e coordena a PNPS (art. 8º), com assessoramento do Comitê Governamental de Participação Social (art. 9º). Esses relatórios poderiam funcionar como uma resposta à sociedade sobre os critérios de adoção das contribuições feitas, na medida em que o texto indica que o relatório “deverá descrever como as decisões tomadas nos espaços de participação social têm sido consideradas [...] para a formulação, a execução, o monitoramento e a avaliação de seus programas e políticas”<sup>344</sup>.

No art. 6º, traz um rol exemplificativo de instâncias participativas: conselho e comissão de políticas públicas, conferência nacional, ouvidoria pública federal, mesa de diálogo, fórum interconselhos, audiência pública, consulta pública e ambiente virtual de participação social. Dispõe, ainda, os conceitos de cada uma dessas modalidades no art. 2º e as diretrizes para a sua constituição ou utilização (arts. 10 a 18).

Em resumo, o decreto apenas traçava diretrizes mais gerais e abstratas para o fomento à participação social, que ainda estavam sujeitos à interpretação e aplicação dos gestores, sem especificar os meios concretos para fazê-lo. Quando foi aprovado, houve uma grande polêmica à época sobre a utilização de um decreto para regulamentar o assunto. Enquanto alguns entendiam que o decreto apenas organizava o funcionamento de espaços participativos previamente existentes, outros defendiam que o instrumento era inadequado e extravasava os limites do poder de decreto do art. 84 da CF/88 e ameaçava a democracia representativa<sup>345</sup>.

Chegaram a ser apresentados Projetos de Decreto Legislativo (PDL) para derrubar o Decreto nº 8.243/2014, sendo que o Plenário da Câmara dos Deputados até

---

<sup>343</sup> ALMEIDA, Debora. Os desafios da efetividade e o estatuto jurídico da participação: a Política Nacional de Participação Social. **Revista Sociedade e Estado**, v. 32, n. 3, set./dez. 2017.

<sup>344</sup> ALENCAR, Joana; RIBEIRO, Uriella. O decreto sobre a participação social no governo federal e a “polêmica bendita”. **Boletim de Análise Político-Institucional (BAPI)**, Ipea, Brasília, n. 6, p. 23-27, jun./nov. 2014, p. 24. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/5935>>. Acesso em: 11 jun. 2020.

<sup>345</sup> Ibid.

mesmo aprovou um deles<sup>346</sup>. Contudo, no Senado Federal, a matéria nunca chegou a ser deliberada e acabou arquivada<sup>347</sup>. Na verdade, grande parte da polêmica se deu pelo momento político em voga: era um período de acirrada disputa eleitoral e subsequente vitória presidencial por pequena diferença de votos, em um contexto de grande polarização partidária.

Em razão da forte resistência e contestação da PNPS pelo Legislativo, a sua implementação foi consideravelmente baixa, durante seu período de vigência. Não há informações sobre a elaboração dos relatórios, monitoramento da iniciativa ou que quaisquer medidas mais concretas tenham sido tomadas<sup>348</sup>. Assim,

[...] a falta de implementação da Política Nacional de Participação Social [...] pode ser considerada o maior revés à estratégia de fortalecimento de uma gestão concentrada da participação social no governo federal, além de evidenciar a falta de consenso em torno do tema.<sup>349</sup>

Conforme destacam Karam, Avelino e Fonseca, o Compromisso Nacional pela Participação Social, que contou com a adesão formal dos entes subnacionais, não teve outras consequências além da edição de um Plano de Ação<sup>350</sup>. A descontinuidade da PNPS foi, portanto, o caminho óbvio, em especial por questões políticas que fogem ao escopo desta tese.

Paralelamente à concepção da PNPS, foi criada, em 2013, a plataforma “Participa Br”, que também teve diferentes graus de implementação e descontinuidades.

Em entrevista publicada na Revista Novos Estudos CEBRAP, ao fazer um balanço sobre a trajetória das estruturas participativas no Brasil, Pedro Pontual resgata as raízes, deficiências e propostas que surgiam à época:

Uma coisa importante que se intuía e se observava era que, além do questionamento **sobre a qualidade desses espaços ser muito**

<sup>346</sup> BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Decreto Legislativo 1491/2014**. Brasília, 2014. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=617737>>. Acesso em: 11 jun. 2020.

<sup>347</sup> BRASIL. Senado Federal. **Projeto de Decreto Legislativo 147/2014**. Brasília, 2014. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/118766>>. Acesso em: 11 jun. 2020.

<sup>348</sup> KARAM, Ricardo; AVELINO, Daniel; FONSECA, Igor. Núcleo de governo e participação social: o caso da política e do sistema nacional de participação social. In: CAVALCANTE, Pedro; GOMIDE, Alexandre (Orgs.). **O presidente e seu núcleo de governo: a coordenação do Poder Executivo**. Brasília: Ipea, 2019. Disponível em: <[https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/190308\\_o\\_presidente\\_e\\_seu\\_nucleo\\_de\\_governo.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/190308_o_presidente_e_seu_nucleo_de_governo.pdf)>. Acesso em: 14 jun. 2020.

<sup>349</sup> AVELINO, D.; ALENCAR, J. Articulação e transversalidade: percursos da participação social no governo federal brasileiro. **Boletim de Análise Político-Institucional**, n. 12, p. 75-80, jul./dez. 2017, p. 78.

<sup>350</sup> BRASIL. Secretaria-Geral da Presidência da República. **Plano de ação do Compromisso Nacional pela Participação Social: guia técnico orientador**. Brasília: SGPR, 2014.



**heterogênea**, ainda havia também um **grau de desarticulação muito grande** entre esses espaços. Nem sempre os conselhos se comunicavam com as conferências; existiam conselhos que mantinham pouca articulação entre si, conferências ainda muito fragmentadas tematicamente e audiências públicas, mecanismo muito utilizado com graus muito diferentes de legitimidade.

É nesse momento, entre 2004 e 2005, que esse campo democrático popular começa a falar sobre a necessidade de uma **nova “arquitetura da participação”**, que esta última trazia, entre vários componentes, a ideia de que era preciso pensar em como todos esses canais de participação poderiam se articular melhor.

[...]

Havia também uma impressão de que essa fragmentação dos canais reproduzia **a ausência de intersetorialidade das políticas**, e isso era percebido muito claramente e era verbalizado. É bom dizer que essa **fragmentação não está só no Estado, está também na organização da própria sociedade civil**.

[...]

Então, na compreensão da fragmentação e de certa fragilidade das políticas de participação, foram levadas em conta não só as contradições no aparelho do Estado, mas também **a desarticulação dos movimentos e redes da sociedade civil** (grifo nosso)<sup>351</sup>.

Esse diagnóstico parece ser ainda válido para o momento atual. Nem sempre os espaços institucionais de participação no governo federal são efetivos e a desarticulação continua uma realidade. Permanece um estado de elevada fragmentação dos mecanismos participativos, de pouco diálogo entre os órgãos no seu uso e de descontinuidade de iniciativas na área, o que exige dos atores sociais desarrazoada capacidade para acessar diferentes canais, que mudam de formato e endereço com uma grande frequência.

### 2.2.3 Código de Defesa do Usuário de Serviço Público

Nos termos do art. 37, §3º da CF/88, com redação dada pela EC nº 19/98, as formas de participação do usuário na administração pública devem ser disciplinadas por lei. O primeiro inciso prevê a regulamentação legal do direito de reclamação dos usuários, relacionado à prestação dos serviços públicos, bem como a garantia de manutenção de serviços de atendimento e de avaliação periódica da qualidade. Por sua vez, o art. 175 do texto constitucional traz o dever de prestação de serviços públicos pelo Poder público e a previsão legal sobre os direitos dos usuários e acerca da obrigação de manter a adequação

---

<sup>351</sup> LAVALLE, Adrian; SZWAKO, José. Origens da Política Nacional de Participação Social – Entrevista com Pedro Pontual. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 99, São Paulo, jul. 2014, p. 94 e 97. Disponível em: <[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-33002014000200091](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002014000200091)>. Acesso em: 11 jun. 2020.

do serviço prestado (§único, incisos II e IV). No art. 27 da EC nº 19/98 foi estabelecido, ainda, que o Congresso Nacional deveria elaborar a lei de defesa do usuário de serviço público em 120 dias da promulgação daquela emenda. Nesse contexto, a Lei nº 13.460/2017, conhecida como o Código de Defesa do Usuário de Serviços Públicos (CDU), veio, muito tempo depois, para dar cumprimento a essas normas constitucionais.

A Lei nº 13.460/2017 teve sua origem com a apresentação do PLS nº 439/1999, que apenas quase 20 anos depois se tornaria lei. Na Exposição de Motivos, aponta-se a necessidade de aprimoramento e democratização da prestação de serviços públicos, enquanto a faceta do Estado mais próxima do cidadão<sup>352</sup>. Durante a sua longa tramitação legislativa, iniciada no Senado, o PLS ficou, a princípio, parado cerca de 2 anos, aguardando o parecer da CCJ. Finalmente aprovado em 2002, seguiu para a Câmara dos Deputados, onde se tornou o PL nº 6953/2002, ao qual foram apensados diversos outros PLs correlatos. Entre idas e vindas, seguiu em trâmite de 2002 a 2015, quando foi aprovado e retornou ao Senado<sup>353</sup> e, após 2 anos, foi promulgado e sancionado sem vetos<sup>354</sup>.

A elevada mora legislativa chegou a ser reconhecida pelo STF, na Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão nº 24, na qual foi deferida, em 2013, medida cautelar para reconhecer a omissão inconstitucional do Congresso e adotar as providências legislativas necessárias no prazo de 120 dias<sup>355</sup>.

Essa grande demora na tramitação da lei é relevante, na medida em que, significou, na prática, a aprovação de um conteúdo legislativo tímido e que já chega defasado, diante da nova realidade da administração pública à época e dos avanços já promovidos na tecnologia da informação<sup>356</sup>. Nesse cenário, a lei sequer aproveitou a oportunidade para aprofundar sobre a prestação digital de serviços públicos e os novos formatos tecnológicos possíveis de participação dos usuários. Apesar disso, é um

---

<sup>352</sup> BRASIL. Senado Federal. **Projeto de Lei do Senado nº 429/1999**. Diário do Senado Federal nº 104 de 1999. Brasília, 1999. Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/diarios/ver/13755?sequencia=112>>. Acesso em: 10 jun. 2020.

<sup>353</sup> BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 6953/2002**. Brasília, 2002. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=56375>>. Acesso em: 10 jun. 2020.

<sup>354</sup> BRASIL. Presidência da República. **Mensagem nº 214/2017**. Diário do Senado Federal nº 91 de 2017. Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/diarios/ver/21010?sequencia=231>>. Acesso em: 10 jun. 2020.

<sup>355</sup> BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **ADO 24**. Medida cautelar. Relator Min. Dias Toffoli. *DJE* 01/07/2013.

<sup>356</sup> CARVALHO, André; VENTURINI, Otavio. A função do Código de Defesa do Usuário de Serviços Públicos (Lei nº 13.460/2017) no modelo brasileiro de controle dos serviços públicos. **Revista de Direito Administrativo**, v. 278, n. 1, p. 141-162, jan./abr. 2019.

importante instrumento para o acesso à informação e o direito de participação dos usuários na prestação e aprimoramento dos serviços públicos.

Quanto ao direito à informação, o CDU trouxe, por exemplo, a necessidade de publicidade sobre os serviços públicos prestados e os respectivos órgãos responsáveis (art. 3º), de divulgação de uma carta de serviços pelos órgãos, para informar, direcionar e facilitar o acesso do cidadão aos serviços públicos (art. 7º), o direito a informações precisas e de fácil acesso, disponibilizadas na internet (art. 6º, VI) e o uso de soluções tecnológicas na simplificação do atendimento e no compartilhamento de informações públicas (art. 5º, XIII).

Quanto à participação dos cidadãos, é prevista como direito básico, tanto no acompanhamento da prestação, como na avaliação do serviço (art. 6º, I). O direito de manifestação dos usuários é regulado entre os artigos 9º e 12. Em requerimento dirigido à ouvidoria, é estabelecida a necessidade de identificação do requerente, mas sem exigências que tornem a manifestação inviável e com a proteção dada a informações pessoais. O procedimento deve observar os princípios da celeridade e eficiência, em cada uma das suas fases, até a decisão administrativa e respectiva ciência do usuário.

Nesse sentido, a redação dada pela EC 19/98 ao art. 37, §3º do texto constitucional somada a essa regulamentação do CDU deu concretude ao direito à reclamação ou à manifestação do usuário de serviço público, uma das facetas do direito à participação do cidadão. Assim, esse direito:

[...] (i) apresenta-se como uma **forma de controle social** da prestação dos serviços públicos e (ii) consubstancia-se como uma **provocação da instância administrativa**, que deve dar início a um processo administrativo com o objetivo de **apurar as irregularidades** referidas pelos cidadãos<sup>357</sup> (grifo nosso).

O CDU regula, também, o papel das ouvidorias (arts. 13 a 17), com maior destaque à sua função de monitorar e contribuir para a qualidade do serviço público prestado. Prevê-se a utilização não só de mecanismos reativos, mas também proativos para o recebimento, análise e resposta a manifestações de usuários. A elaboração de relatório anual de gestão é um instrumento para apontar as falhas e sugerir melhorias nos serviços públicos, bem como para a sistematização da quantidade, motivos e análises das manifestações, além das providências adotadas. Fornece, assim, uma devolutiva coletiva

---

<sup>357</sup> SCHIER, Adriana. **A participação popular na Administração Pública: o direito de reclamação**. Rio de Janeiro: Renovar, 2002, p. 173.

à sociedade acerca das suas manifestações, além da resposta individual a cada demanda enviada.

Uma medida inovadora foi estabelecer a adoção de mediação e conciliação entre o usuário e o órgão público pelas ouvidorias públicas (art. 13, VII). Essa busca pelo uso de meios alternativos de solução de conflitos está em consonância com o novo Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015). Todavia, preocupa-se com a efetividade do dispositivo, diante da carência de estrutura adequada nas ouvidorias para se valer da mediação e conciliação<sup>358</sup>.

Outro canal de participação criado pelo CDU foi o conselho de usuários (arts. 18 a 22). Trata-se de órgãos consultivos, que buscam integrar os cidadãos no acompanhamento da prestação dos serviços públicos e na sua avaliação e aprimoramento. Por fim, para a avaliação continuada dos serviços, deve ser realizada pesquisa de satisfação, no mínimo, a cada ano (arts. 23 e 24).

O CDU foi regulamentado, no âmbito federal, pelo Decreto nº 9.094/2017. Com as alterações promovidas pelos Decretos nº 9.723/2019 e 10.279/2020, buscou dar efetividade à simplificação do atendimento ao cidadão, ao prever a possibilidade de os usuários apresentarem solicitação de simplificação dos serviços públicos aos órgãos federais (arts. 13 a 15). Instituiu, ainda, a carta de serviços ao usuário, detalhando mais os procedimentos e as exigências na sua elaboração pelos órgãos do Executivo federal (arts. 18 e 19).

Apesar dos avanços trazidos pela Lei nº 13.460/2017 na participação dos usuários na prestação e avaliação de serviços públicos, denominá-la de um Código de Defesa do Usuário de Serviço Público pode ser um exagero. É o que expõe Schier e Bertotti:

O chamado “Código de Defesa do Usuário de Serviço Público” não trata, por exemplo: da qualidade de produtos e serviços, da prevenção e da reparação dos danos, de práticas abusivas, da cobrança de dívidas, da proteção contratual, relativas, por exemplo, a cláusulas abusivas, cláusulas exorbitantes, e nem de sanções penais e administrativas<sup>359</sup>.

Quando comparada à Lei nº 8.078/1990, que instituiu o Código de Defesa do Consumidor, é notória a sua simplicidade e consideráveis lacunas. Como já exposto

---

<sup>358</sup> RODRIGUES, Jaqueline; MARTINS, Paulo; NUNES, Enedina. Ouvidorias públicas universitárias no Brasil e a inovação da Lei 13.460/2017. **Revista do Mestrado em Direito da Universidade Católica de Brasília**, v. 12, n. 2, p. 306-321, jul./dez. 2018.

<sup>359</sup> SCHIER, Adriana; BERTOTTI, Bárbara. Os direitos dos usuários de serviços públicos: uma análise da Lei nº 13.460/17 e de seus preceitos. **Revista do Direito**, Santa Cruz do Sul, v. 2, n. 58, p. 113-130, mai./ago. 2019, p. 127.

anteriormente, a Lei nº 13.460/2017 foi, portanto, uma iniciativa importante, mas substancialmente tímida. Não correspondeu às expectativas de maior aprofundamento democrático na administração pública, estabelecendo apenas uma estrutura participativa básica e modesta. Há, ainda, preocupações quanto à efetividade dos mecanismos de participação trazidos, que dependem de uma mudança institucional mais profunda na administração pública para lhes dar concretude.

#### 2.2.4 A previsão de mecanismos de participação social em outras normas

Diversas normas nacionais e federais, nas mais variadas áreas temáticas, fazem referência à realização de audiências e consultas públicas ou ao uso de outros instrumentos de participação na construção de suas políticas públicas. Nesse sentido, fala-se em gestão democrática da cidade (art. 2º, II, art. 40, § 4º, I, art. 43 a 45 do Estatuto da Cidade – Lei nº 10.257/2001), do ensino (art. 3º, VIII, art. 14 e art. 56 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – Lei nº 9.394/1996), da previdência social (art. 2º, VIII, art. 3º da Lei nº 8.213/1991), do processo licitatório (art. 39 da Lei nº 8.666/1993), dentre outros.

Cabe, aqui, mencionar os dispositivos de participação social que aparecem nas leis que regulam os temas de interesse dessa pesquisa, conforme corte metodológico já exposto: acesso à informação, transparência na gestão fiscal, governo aberto e participação social.

Ao prever os instrumentos para assegurar o acesso à informação pública pelos cidadãos, a Lei de Acesso à Informação traz, expressamente, a realização de audiências ou consultas públicas e de outras formas de incentivo à participação e de divulgação (art. 9º, II da Lei nº 12.527/2011). A LAI estabelece, portanto, uma relação direta entre participação e transparência. Seu objetivo é promover o direito à informação pública e, a fim de alcançá-lo na sua plenitude, aponta para o caráter informativo do uso de mecanismos de participação. Trata-se de uma via de mão dupla, na qual os dois ativos se retroalimentam: a efetiva participação depende da informação prévia e a informação pode ser fomentada com a integração da sociedade civil nos processos decisórios.

De modo semelhante, a Lei de Responsabilidade Fiscal, após as alterações da LC nº 131/2009, buscou aumentar a transparência na gestão fiscal e orçamentária. Um dos meios para isso é justamente o incentivo à participação popular e a realização de audiências públicas (art. 48, §1º, I). A LRF especifica a importância do momento da participação, a fim de que funcione como uma efetiva ferramenta de transparência fiscal:



deve ocorrer durante os processos de elaboração e discussão dos planos, de leis de diretrizes orçamentárias e orçamentos. Portanto, exige a integração da sociedade durante as diversas etapas da tomada da decisão fiscal e não só ao final, o que poderia, em tese, ser suficiente para dar publicidade, embora não seja materialmente democrático.

No Decreto Federal nº 10.160/2019, que trata da Política Nacional de Governo Aberto e do respectivo Comitê Interministerial, nas suas diretrizes, há expressa menção ao fomento à participação social nos processos decisórios públicos e ao estímulo de novas tecnologias que promovam a participação na gestão e na prestação de serviços públicos. Não poderia ser diferente. Como será abordado no terceiro capítulo, o paradigma de governo aberto pressupõe não só a ampla transparência dos dados públicos, mas também a participação e colaboração dos atores sociais, em um ambiente de impulso à inovação pública, controle social e *accountability*.

Além disso, no Decreto nº 9.191/2017, que regulamenta a Lei Complementar nº 95/98 e estabelece as normas para elaboração de propostas de atos normativos no governo federal, são fixados os parâmetros para a realização de consultas públicas e a criação de órgãos colegiados na estrutura administrativa federal.

Os artigos 36 a 38 preveem as condições que devem ser observadas para a formação de comissões, comitês, grupos de trabalho e outras formas colegiadas de deliberação. Esses núcleos coletivos de natureza consultiva podem ser compostos por membros da sociedade civil, geralmente organizações, hipóteses nas quais serão considerados instrumentos de participação popular.

Já os artigos 40 a 43 trazem as disposições sobre consultas públicas no governo federal. Tratam da abertura facultativa de consulta pública acerca de propostas governamentais de atos normativos, exigindo a sua disponibilização no sítio eletrônico da Presidência da República e, opcionalmente, também no site do órgão proponente. A competência para recebimento das sugestões à consulta pública é centralizada na Casa Civil, assim como a necessidade, após a finalização do processo consultivo, de encaminhar a proposta final de ato normativo, com a respectiva exposição de motivos ou a justificativa para desistência.

Ainda, a Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro (LINDB) com redação dada pela Lei nº 13.655/2018, prevê a possibilidade de realização de consulta pública antes da edição de atos normativos por autoridade administrativa, em qualquer órgão ou Poder (art. 29, *caput*). Busca, assim, garantir a manifestação de interessados e afetados por aquela eventual regulamentação, preferencialmente por meio eletrônico e

estabelece a necessidade de o resultado da consulta ser considerado na tomada da decisão. Ao optar pelo processo consultivo, o órgão deve, portanto, convocar a sociedade, com uma minuta do ato e fixação do prazo e condições de participação (§1º do art. 29) e, por fim, fornecer uma resposta à sociedade acerca das contribuições trazidas. Todavia, o §2º do art. 29, que trazia a obrigatoriedade de publicação das contribuições da sociedade e de sua análise pelo órgão, juntamente com o ato normativo, preferencialmente por meio eletrônico, foi vetado pelo Presidente à época. Apesar do comando ser considerado “louvável”, o veto se baseou na possibilidade de isso tornar o processo moroso e ineficiente, em contrariedade ao interesse público<sup>360</sup>.

A realização de consultas públicas é abordada também como uma ferramenta para aumentar a segurança jurídica na aplicação das normas (art. 30 do Decreto-Lei nº 4.657/1942). Ao integrar a sociedade na elaboração do ato normativo, contribui-se para a eliminação de incertezas jurídicas e melhor compreensão do conteúdo da norma pelos afetados. A celebração de compromissos entre a autoridade administrativa e eventuais interessados também pode ser precedida de realização de consultas públicas, novamente com o objetivo de eliminar incerteza jurídica, irregularidade ou situação contenciosa na aplicação do direito público (art. 26 do Decreto-Lei nº 4.657/1942).

Em sequência, a Lei nº 13.848/2019, que dispõe sobre o processo decisório nas agências reguladoras federais, também possui previsões específicas acerca do uso de instrumentos de participação. O art. 9º estabelece a obrigatoriedade de realização de consultas públicas prévias à elaboração de atos normativos de interesse geral dos afetados do setor regulado, com duração mínima de 45 dias (regra geral). Exige, ainda, a disponibilização dos documentos necessários e o retorno da agência reguladora sobre a adoção das contribuições em até 30 dias após a deliberação final. Já o art. 10 prevê a faculdade de realização de audiências públicas para tomada de decisão sobre matéria relevante, fixando também alguns parâmetros para o seu uso. Ademais, prevê a possibilidade de utilização de outros instrumentos participativos pelas agências reguladoras (art. 11).

Por fim, a Lei nº 9.784/1999 regula o processo administrativo na administração pública federal. Acerca da instrução processual, aborda a possibilidade de o órgão

---

<sup>360</sup> BRASIL. Presidência da República. **Mensagem nº 212, de 25 de abril de 2018.** Veto parcial ao Projeto de Lei nº 7.448, de 2017, que se tornou a Lei nº 13.655/2018. Brasília, 2018. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2015-2018/2018/Msg/VEP/VEP-212.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2018/Msg/VEP/VEP-212.htm)>. Acesso em: 11 jun. 2020.

competente realizar consulta pública de matéria de interesse geral para manifestação de terceiros ao processo (art. 31) e de convocar audiência pública para debate de matéria relevante, conforme seu juízo de conveniência (art. 32). Também é previsto o uso opcional de outros meios de participação de administrados pelos órgãos e entidades administrativas, a título individual ou coletivamente, através de organizações legalmente reconhecidas (art. 33). Em todo caso, a adoção de processos participativos gera a necessidade de apresentação dos resultados e de indicação do procedimento adotado (art. 34 e §2º do art. 31).

Diante do exposto, nota-se que, a partir da nova ordem constitucional democrática, a legislação infraconstitucional passa a ter grande preocupação com assegurar mecanismos de participação social durante o processo decisório, nas mais diversas pautas e políticas públicas. Não há, no entanto, uma uniformização das ferramentas participativas a serem utilizadas, nem garantia da qualidade de espaços participativos, resultando em variações consideráveis da sua quantidade e qualidade.

#### 2.2.5 Uso de mecanismos de participação no Executivo federal: aspectos teóricos, quanti e qualitativos

Feitas as considerações anteriores, passa-se, agora, à análise do uso de mecanismos de participação pelo Executivo federal, sob três perspectivas: os principais elementos conceituais, o levantamento quantitativo feito pela pesquisa e, por fim, a avaliação de impacto da qualidade das amostras selecionadas de cada modalidade.

##### 2.2.5.1 Audiências e consultas públicas

Um dos clássicos mecanismos de participação social na tomada decisão pública é a audiência pública. Utilizado mais frequentemente no âmbito parlamentar, durante a tramitação de proposições legislativas, tem sido cada vez mais adotado também no Poder Judiciário, especialmente no STF, para ouvir a sociedade civil e especialistas acerca de temas complexos sujeitos a importantes decisões judiciais. No entanto, o enfoque aqui é no seu uso pelo Executivo federal para a construção de políticas públicas e de atos normativos.

Cinco elementos-chaves costumam constituir esse instrumento participativo<sup>361</sup>:

- I) Natureza consultiva (e, conseqüentemente, a discricionariedade na adoção das contribuições trazidas);
- II) Provisoriedade e sua vinculação a um processo decisório específico e temporário;
- III) Ampla abertura a qualquer interessado;
- IV) Possibilidade de manifestação e debate orais dos participantes;
- V) Caráter presencial.

Se a audiência pública é o instrumento participativo por excelência do Legislativo, no Executivo esse papel cabe à consulta pública. O seu uso mais comum é durante a construção de atos normativos secundários. No caso de agências reguladoras, é um passo obrigatório para a edição de normas no seu setor de atuação (art. 9º da Lei 13.848/19).

A seguir, as principais características das consultas públicas, a partir das quais é possível visualizar as semelhanças e diferenças da audiência pública<sup>362</sup>:

- I) Natureza consultiva;
- II) Provisoriedade e vinculação a um processo decisório específico e temporário;
- III) Ampla abertura a qualquer interessado;
- IV) Envio de contribuições sociais por escrito, no prazo definido e sobre o assunto determinado;
- V) Virtualidade (uso da internet e de tecnologias da informação e comunicação)<sup>363</sup>.

Apesar da recorrente vinculação da consulta pública à edição de normas, considerou-se que esse elemento não é essencial para que um processo participativo seja denominado de consulta pública. Assim, é possível haver consultas públicas sobre outras

---

<sup>361</sup> Esses elementos aparecem, por exemplo, na definição legal de audiência pública que vinha no Decreto nº 8.243/2014 (arts. 2º, VIII e 16), no conceito adotado pela Lei nº 13.848/2019 (art. 10) e em: BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Potencial de efetividade das audiências públicas do governo federal** – Relatório de Pesquisa. Brasília: Ipea, 2013.

<sup>362</sup> Novamente, utilizou-se como parâmetro a definição do Decreto nº 8.243/2014 (arts. 2º, IX e 17), da Lei nº 13.848/2019 (art. 9º) e PIRES, Roberto; VAZ, Alexander. **Participação social como método de governo?** Um mapeamento das “interfaces socioestatais” nos programas federais – Texto para discussão. Brasília: Ipea, 2012.

<sup>363</sup> Normalmente, se refere à consulta como meio participativo realizado à distância (não presencial), podendo ser, por exemplo, por telefone ou internet. Todavia, perdeu relevância o uso do telefone para consultas públicas, com a predominância de meios mais tecnológicos. Por isso, optou-se por nem fazer referência a essa possibilidade.

modalidades decisórias que não necessariamente irão levar à produção normativa. Nesse sentido, o Executivo federal, recentemente, abriu uma consulta que resultou no Guia Orientativo para a elaboração de Avaliação de Resultado Regulatório (ARR)<sup>364</sup>, um exemplo de documento público sem teor normativo sujeito à consulta pública.

Na legislação infraconstitucional, a exigência ou faculdade de realização de audiências e consultas públicas aparece com muita frequência, especialmente como um passo para instituição de políticas públicas específicas ou, por exemplo, no exercício do poder regulamentar das agências reguladoras. No tópico 2.2.1.4, já foram mapeadas as ocorrências normativas de interesse e mais significativas no tema.

A comparação entre a audiência e a consulta pública traz duas questões relevantes, que já foi abordada em obra anterior desta autora. De um lado:

O traço da virtualidade otimiza as formas de participação da sociedade na construção de políticas públicas, ao tornar instantâneo o fluxo de informações e ao fornecer um espaço para o exercício das capacidades participativas dos cidadãos. Com a tecnologia da informação aplicada ao processo de tomada de decisões políticas, há um potencial de exercício direto da soberania pelo povo, na forma de uma democracia telemática<sup>365</sup>.

Nesse sentido, ao eliminar as barreiras territoriais e diminuir os custos envolvidos, especialmente em um país de grandes dimensões como o Brasil, a consulta pública tem um potencial de agregar muito mais participantes. De outro, isso não significa que o uso da tecnologia deva substituir completamente as formas presenciais e orais de participação, mas sim complementá-las, ampliando o seu alcance longitudinal.

Os dois modelos possuem vantagens e desvantagens. A audiência pública presencial possibilita uma experiência participativa completa, enriquecida com a possibilidade de uso de linguagem verbal, corporal, gestual, tom de voz, expressão facial. Assim, a interatividade é facilitada, em um ambiente mais propício à discussão. No entanto, os custos de participação são mais elevados, seja para a população, seja para o governo. O número de envolvidos é consideravelmente menor e as chances de *lobistas* com mais recursos conseguirem representantes mais bem articulados é maior,

---

<sup>364</sup> BRASIL. Ministério da Economia. **Guia Orientativo para a Elaboração da Avaliação de Resultado Regulatório** – ARR. UERJ: Brasília, 2022. Disponível em: <<https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/air/guias-e-documentos/GuiaARRverso5.pdf>>. Acesso em: 23 fev. 2022.

<sup>365</sup> MACIEL, Caroline. **Instituições e políticas públicas**: o jogo político na elaboração das leis em educação. Belo Horizonte: Arraes, 2020, p. 89.



aumentando o impacto de sua participação e influenciando os demais com discursos bem estruturados<sup>366</sup>.

O traço da virtualidade da consulta pública amplia a quantidade de participantes, de qualquer lugar do mundo, com custos bem menores e flexibilidade participativa de tempo e de espaço. Há também mais espaço para comentários mais profundos sobre diversos pontos da proposta e não apenas discursos sobre temas bastante específicos, além da vantagem do registro por escrito das contribuições, com mais chances de efetividade. Contudo, o design da plataforma é determinante para a qualidade participativa e interatividade entre os participantes, sob pena de o impacto ser reduzido. Apesar de haver menos risco de poder de dominação discursiva, persuasiva ou manipuladora da discussão, a linguagem escrita, especialmente a técnica, também aponta desigualdades entre os atores envolvidos, além de ser mais pobre do que a experiência linguística presencial, que também abarca a linguagem gestual, corporal e entonação de voz. Por fim, a exclusão digital e escasso letramento digital seguem sendo uma realidade, sendo que mesmo os grupos sociais marginalizados com acesso à internet realizam um uso das ferramentas muito diferente dos atores econômicos dominantes<sup>367</sup>.

Desse modo, a experiência mais participativa combina os dois tipos de ferramentas, presenciais e virtuais. Ademais, é preciso garantir os debates nas modalidades virtuais de participação, apesar de normalmente haver perdas na riqueza das trocas e confrontamentos entre posições antagônicas. Todavia, não é raro o uso de consultas públicas com ampla limitação metodológica, especialmente aquelas em formato estruturado em questionários ou enquetes, que reduzem as possibilidades de contribuições por escrito<sup>368</sup>. A efetividade deste tipo de contribuição é bem questionável e indica um uso meramente formal do instrumento, para conferir aparência de legitimidade democrática<sup>369</sup>.

---

<sup>366</sup> FARINA, C et al. Democratic Deliberation in the Wild: The McGill Online Design Studio and the RegulationRoom Project. **Cornell University Law Faculty Publications**, p. 1527-1580, 2014. Disponível em: <<https://scholarship.law.cornell.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=2521&context=facpub>>. Acesso em: 2 abr. 2022.

<sup>367</sup> Ibid.

<sup>368</sup> Um exemplo recente foi a Consulta Pública acerca da campanha de vacinação contra Covid-19 de crianças de 5 a 11 anos, que foi estruturada em questionário semiestruturado, com 5 perguntas a serem respondidas afirmativa ou negativamente e uma para contribuições gerais, limitada a 700 caracteres (BRASIL. Ministério da Saúde. **Inclusão de crianças de 5 a 11 anos na campanha de vacinação contra Covid-19**. Brasília, 2022. Disponível em: <<https://www.gov.br/participamaisbrasil/opine>>. Acesso em: 23 fev. 2022).

<sup>369</sup> Ibid.

No que tange à frequência no uso desses espaços participativos pelo governo federal, o Ipea levantou 203 audiências públicas realizadas entre 2004 e 2009, por ministérios ou secretarias federais, referindo-se apenas às que estavam registradas no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan)<sup>370</sup>. Segundo Pires e Vaz, houve uma crescente expansão no uso de processos participativos nos órgãos federais entre 2002 e 2010, dentre os quais se incluem as audiências e consultas públicas. Enquanto em 2002 apenas 11,5% dos órgãos federais utilizavam meios de participação em 75% dos seus programas e políticas, em 2010 o percentual passou a ser 75,4% dos órgãos<sup>371</sup>. Como será demonstrado, há indícios de que esse foi um dos períodos temporais de mais ampla utilização destes recursos. A tendência do período atual (2016-2020) é de um volume bem mais baixo.

A partir dos parâmetros temporais e temáticos fixados neste capítulo, buscou-se fazer um levantamento quantitativo das audiências e consultas públicas no governo federal, entre 2016 e maio de 2020, conforme resultados sistematizados na tabela 8.

Primeiramente, foram consultados os sites oficiais, a princípio, dos órgãos federais em que apareciam registros de realização de audiências e consultas públicas na aba geral denominada de “Participe” do portal único do governo federal<sup>372</sup>. Essa amostra de órgãos consultados foi, portanto, delimitada a partir da própria limitação do site, consultando apenas aqueles cujas ações de participação estavam ali centralizadas, totalizando 31 órgãos federais, na data de acesso<sup>373</sup>. Apesar de o Guia de Transparência

<sup>370</sup> BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Potencial de efetividade das audiências públicas do governo federal** – Relatório de Pesquisa. Brasília: Ipea, 2013. O SIGPlan, criado em 2000, entrou em fase de extinção em 2011 e foi descontinuado em 2012 (PIRES, Roberto; VAZ, Alexander. Para além da participação: interfaces socioestatais no governo federal. **Lua Nova**, São Paulo, n. 93, p. 61-91, 2014).

<sup>371</sup> PIRES, Roberto; VAZ, Alexander. Para além da participação: interfaces socioestatais no governo federal. **Lua Nova**, São Paulo, n. 93, p. 61-91, 2014.

<sup>372</sup> BRASIL. Participe. **Participação social**. Brasília, 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/pt-br/participacao-social>>. Acesso em: 13 jun. 2020.

<sup>373</sup> Na data da consulta (13 de junho de 2020), havia um total de 4 órgãos vinculados a ministérios e 11 órgãos da administração pública indireta (agências reguladoras e outros) na aba de audiências públicas. Por sua vez, apareciam 10 órgãos ministeriais e 21 órgãos da administração pública indireta na aba de consultas públicas (todos das audiências e mais alguns). São eles: Ministério da Saúde (MS), Ministério da Economia, Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (ME), Secretaria da Previdência – Ministério da Economia, Indústria, Comércio Exterior e Serviços – Ministério da Economia, Ministério da Infraestrutura (MI), Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), Ministério da Cidadania (MC), Secretaria Especial da Cultura – Ministério do Turismo (MT), Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Casa Civil da Presidência da República (CCPR), Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social (DATAPREV), Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO), Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO), Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI), Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), Serviço Federal de Processamento de

Ativa da CGU prever a recomendação de todos os órgãos federais possuírem uma seção denominada “participação social” em seus sites oficiais, na qual divulguem as audiências, consultas públicas, conferências previstas e realizadas e outros instrumentos participativos<sup>374</sup>, nem todos os órgãos observam essa diretriz. Ademais, sem dúvidas, mesmo aqueles que criam a seção não possuem registros completos nos sites oficiais e que abarquem todas as audiências e consultas públicas já realizadas no governo federal. Esse é, portanto, um diagnóstico limitado.

Para complementar, foram feitos pedidos de acesso à informação, de natureza exploratória e por amostragem não aleatória, a 16 órgãos federais que mais trabalham com os assuntos de interesse desta pesquisa, isto é, com transparência, informação, participação, ou que centralizem competências de coordenação da estrutura federal<sup>375</sup>. Além dos pedidos de acessos, os sites oficiais destes órgãos selecionados na segunda amostra também foram consultados. Somando as duas amostras, verificou-se o uso de audiências e consultas públicas em 42 órgãos federais.

---

Dados (SERPRO), Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), Agência Nacional de Petróleo (ANP), Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ), Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), Agência Nacional do Cinema (ANCINE), Agência Nacional de Mineração (ANM).

<sup>374</sup> BRASIL. Controladoria-Geral da União. **Guia de transparência ativa para órgãos e entidades do Poder Executivo federal**. Brasília, 2019, 6ª edição.

<sup>375</sup> Assim, as solicitações foram enviadas aos seguintes órgãos, entre os meses de março a junho de 2020: Presidência da República (PR), Vice-Presidência da República (VPR), Controladoria-Geral da União (CGU), Casa Civil (CCPR), Secretaria-geral da Presidência da República (SGPR), Secretaria de Governo da Presidência da República (SEGOV), Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (SECOM), Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), Ministério da Educação (MEC), Ministério da Cidadania (MC), Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos (MMFDH), Escola Nacional da Administração Pública (ENAP), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

**Tabela 8**  
**Levantamento de audiências e consultas públicas federais<sup>376</sup>**  
**(2016-2020)**

<b>Fonte dos dados</b>	<b>Órgão federal (42)</b>	<b>Audiências públicas<sup>377</sup></b>	<b>Consultas públicas<sup>378</sup></b>
Portal único governo federal, aba “Participe” – Ministérios (4 em audiências públicas e 10 em consultas públicas) <sup>379</sup>	MS (Saúde) <sup>380</sup>	27	28
	ME (Previdência) <sup>381</sup>	0	0
	ME (Indústria, Comércio Exterior e Serviços) <sup>382</sup>	0	72
	MI (Infraestrutura) <sup>383</sup>	0	0
	MT (Cultura) <sup>384</sup>	0	0
	MAPA (Agricultura) <sup>385</sup>	0	135

<sup>376</sup> Esta pesquisa não abarcou o uso das plataformas digitais Participe Br, Participe + Brasil e Dialoga Brasil. Porém, as consultas públicas que foram feitas nessas plataformas e constavam nos sites oficiais ou apareceram em pedidos de acesso foram computadas aqui. O objetivo é avaliar, por hora, a efetividade da divulgação dos processos participativos nos sites próprios dos órgãos federais e da qualidade das respostas a solicitações de acesso.

<sup>377</sup> Cada sessão presencial é computada com uma audiência pública, podendo haver várias para um mesmo tema, às vezes, em locais e datas diferentes. Com frequência, um mesmo ato convocava uma ou mais audiências públicas presenciais e delimitava período para recebimento de contribuições virtuais por escrito. Nesses casos, considerou-se que houve tanto audiência como consulta pública, computando-se duas vezes, em cada uma das respectivas colunas.

<sup>378</sup> Novo ato de prorrogação da consulta pública, estabelecendo novo período para envio de contribuições, foi considerada nova consulta pública sobre o mesmo tema e computada novamente.

<sup>379</sup> Na primeira coluna, “fonte de dados”, enumerou-se nas três primeiras células apenas os órgãos que constavam no portal único, mas não foram selecionados na amostra para pedidos de acesso à informação. Aqueles que se enquadram nas duas categorias entraram apenas na quarta célula.

<sup>380</sup> No Ministério da Saúde, há ainda registros de 69 chamamentos públicos (convocação sem natureza participativa). A grande maioria das audiências são prévias a processos de aquisição de medicamentos, vacinas, testes e outros produtos ou serviços (BRASIL. Ministério da Saúde. **Chamamentos, audiências e consultas públicas**. Brasília, 2020. Disponível em: <<https://www.saude.gov.br/acesso-a-informacao/participacao-social?start=100>>. Acesso em: 13 jun. 2020).

<sup>381</sup> No site, consta apenas uma audiência pública e duas consultas, mas todas fora do período temporal delimitado (BRASIL. Secretaria da Previdência – Ministério da Economia. **Participação social**. Brasília, 2019. Disponível em: <<http://www.previdencia.gov.br/acesso-a-informacao/participacao-social/>>. Acesso em: 13 jun. 2020).

<sup>382</sup> O site disponibiliza apenas as consultas em aberto (6 em 2020). Pela numeração, foi possível inferir que 23 consultas públicas foram realizadas em 2020 e 49 em 2019, apesar de não ser possível consultá-las individualmente. Mesmo assim, elas foram computadas. Não há dados de outros anos. (BRASIL. Indústria, Comércio Exterior e Serviços – Ministério da Economia. Importação. Material usado e similaridade. **Consultas públicas**. Brasília, 2020. Disponível em: <<http://www.siscomex.gov.br/informacoes/importacao/>>. Acesso em: 13 jun. 2020).

<sup>383</sup> Não foram computadas as consultas da ANAC, ANTAQ e ANTT, pois já constavam em itens específicos. As demais consultas que aparecem no site do Ministério da Infraestrutura eram anteriores a 2016. Não aparece registro de nenhuma audiência pública (BRASIL. Ministério da Infraestrutura. **Participação social**. Brasília, 2017. Disponível em: <<http://transportes.gov.br/participacao-social.html>>. Acesso em: 13 jun. 2020).

<sup>384</sup> Também não há registros de audiências e consultas públicas no site da Secretaria Especial da Cultura (BRASIL. Secretaria Especial da Cultura – Ministério do Turismo. **Participação social**. Brasília, 2020. Disponível em: <<http://cultura.gov.br/acesso-a-informacao/participacao-social/>>. Acesso em: 13 jun. 2020).

<sup>385</sup> Há referência a uma audiência pública virtual, que foi computada como consulta pública, tendo em vista o conceito adotado na pesquisa (BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Participação social**. Brasília, 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/acesso-a-informacao/participacao-social>>. Acesso em: 13 jun. 2020). Computou-se como consulta pública a

Portal único governo federal, aba “Participe” – Conselhos, fundações, autarquias e empresas públicas (3 em	CADE <sup>386</sup>	3	15
	DNIT <sup>387</sup>	10	6
	IBAMA <sup>388</sup>	27	31
	CNEN <sup>389</sup>	0	7
	DATAPREV <sup>390</sup>	0	12
	FNDE <sup>391</sup>	10	0
	IMCBIO <sup>392</sup>	0	2
	INMETRO <sup>393</sup>	0	51

aplicação de um questionário pelo MAPA para levantar a demanda dos usuários pelos seus dados abertos. (BRASIL. Controladoria-Geral da União. **MAPA abre consulta pública sobre dados abertos**. Brasília, 2019. Disponível em: <<https://governoaberto.cgu.gov.br/noticias/2019/02/mapa-abre-consulta-publica-sobre-plano-de-dados-abertos-1>>. Acesso em: 14 jun. 2020).

<sup>386</sup> Além dos registros classificados como consultas públicas no período temporal fixado, foram computados os registros de 4 “contribuições da sociedade”, que, segundo o órgão, é um recurso participativo usado para matérias relevantes, mas sem conteúdo normativo. Essa tipologia se enquadra no conceito de consulta pública dessa pesquisa (BRASIL. Conselho Administrativo de Defesa Econômica. **Participação social**. Brasília, 2020. Disponível em: <<http://www.cade.gov.br/aceso-a-informacao/participacao-social-1>>. Acesso em: 13 jun. 2020).

<sup>387</sup> Para fins de parâmetro de comparação, entre 2009 e 2015, constam 51 ocorrências de audiências públicas (BRASIL. Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte. **Participação social**. Brasília, 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/dnit/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social>>. Acesso em: 13 jun. 2020).

<sup>388</sup> As 27 audiências se referem a apenas 11 diferentes temas, sendo que mais de uma sessão presencial foi feita em alguns deles (BRASIL. Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis. **Audiências públicas**. Brasília, 2020. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/consultas/audiencias-publicas/audiencias-publicas>>. Acesso em: 13 jun. 2020). Há registros separados de audiências públicas enquanto etapas obrigatórias de processos de licenciamento ambiental, mas todas elas (50) são de 2013 a 2015 (BRASIL. Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis. **Audiências públicas** – Licenciamento Ambiental Federal. Brasília, 2018. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/consultas/audiencias-publicas/audiencias-publicas-licenciamento-ambiental-federal-empresendimentos-e-projetos>>. Acesso em: 13 jun. 2020). Quanto às consultas públicas, apesar de constar 34 registros desde 2016, 3 deles não são consultas (natureza de chamamentos públicos ou editais) – (BRASIL. Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis. **Consultas públicas**. Brasília, 2020. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/consultas/consultas-publicas>>. Acesso em: 13 jun. 2020).

<sup>389</sup> No site da CNEN constam 20 consultas públicas, desde 2008, apenas 7 a partir de 2016 (BRASIL. Comissão Nacional de Energia Nuclear. **Participação social**. Brasília, 2020. Disponível em: <<http://www.cnen.gov.br/participacao-social>>. Acesso em: 13 jun. 2020).

<sup>390</sup> BRASIL. Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social. Licitações e contratos. **Consultas públicas**. Brasília, 2020. Disponível em: <<https://portal2.dataprev.gov.br/aceso-informacao-licitacoes-e-contratos/consulta-publica>>. Acesso em: 13 jun. 2020.

<sup>391</sup> BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Editais. **Audiências públicas. Consultas públicas**. Brasília, 2017. Disponível em: <<http://www.fnnde.gov.br/portaldecompras/index.php/editais/audiencias-publicas>>. Acesso em: 13 jun. 2020.

<sup>392</sup> BRASIL. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Participação social**. Brasília, 2018. Disponível em: <<https://www.icmbio.gov.br/portal/participacao-social>>. Acesso em: 13 jun. 2020.

<sup>393</sup> Foram computadas 5 consultas em andamento e 38 já finalizadas conforme pode ser deduzido do sistema do INMETRO (BRASIL. Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia. **Consulta pública**. Brasília, 2019. Disponível em: <<http://www.inmetro.gov.br/qualidade/iaac/consulta-publica.asp>>. Acesso em: 13 jun. 2020. Ademais, computou-se também 8 “tomadas de subsídios”, que, pela definição dada, se enquadra no conceito de consulta pública (BRASIL. Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia. **Participação social**. Brasília, 2020. Disponível em: <<https://www4.inmetro.gov.br/aceso-a-informacao/participacao-social>>. Acesso em: 13 jun. 2020).



audiências e 11 em consultas)	ITI <sup>394</sup>	0	5
	SUSEP <sup>395</sup>	0	29
Portal único governo federal,	ANAC <sup>396</sup>	123 (100 + 23) <sup>397</sup>	
	ANEEL <sup>398</sup>	358 (284 + 74) <sup>399</sup>	
	ANATEL <sup>400</sup>	21	679
	ANP <sup>401</sup>	103	118

<sup>394</sup> BRASIL. Instituto Nacional de Tecnologia da Informação. **Consulta pública**. Brasília, 2017. Disponível em: <<https://www.iti.gov.br/consulta-publica>>. Acesso em: 13 jun. 2020.

<sup>395</sup> BRASIL. Superintendência de Seguros Privados. **Consulta pública**. Brasília, 2020. Disponível em: <<http://www.susep.gov.br/menu/atos-normativos/normas-em-consulta-publica>>. Acesso em: 13 jun. 2020.

<sup>396</sup> No site da ANAC há um alerta inicial. Até 2019, a agência utilizava o termo audiências públicas para as participações sociais convocadas pela diretoria colegiada e consultas públicas para as promovidas pelas superintendências. Contudo, com a Lei nº 13.848/2019, que regula o processo decisório nas agências reguladoras, a diferença entre os dois institutos passou a ser outra: enquanto as consultas públicas são usadas obrigatoriamente para participação da sociedade civil em propostas de atos normativos aplicáveis ao setor regulado (art. 9º), as audiências são facultativas e podem ser convocadas para manifestação oral de interessados em sessão pública, para debater matéria relevante (art. 10º). Por isso, a ANAC apresenta três relações: audiências públicas até 2019 e consultas públicas até 2019 (anteriores à referida lei) e consultas públicas a partir de 2020. Como houve uma aparente confusão terminológica e a referida lei se aplica a todas as agências reguladoras, os dois instrumentos participativos serão somados indiscriminadamente, nos casos em que não for possível separá-los em conformidade com os conceitos adotados nesta pesquisa. (BRASIL. Agência Nacional de Aviação Civil. **Participação social**. Brasília, 2020. Disponível em: <<https://www.anac.gov.br/participacao-social/consultas-publicas>>. Acesso em: 13 jun. 2020).

<sup>397</sup> De 2007 a 2015, foram 180 registros e de 2016 a 2019, todos denominados de audiências públicas, à época, pela ANAC. Por sua vez, constam 23 consultas públicas de 2008 a 2015, 10 entre 2016 e 2019 e 13 em 2020. Assim, de 2016 a 2020 foram um total de 123 instrumentos participativos na ANAC (Ibid).

<sup>398</sup> No site da ANEEL, os eventos denominados de audiências públicas também foram divididos entre anteriores ou posteriores à vigência da Lei nº 13.848/2019. Novamente, notou-se a mesma inconsistência terminológica, com ocorrências que, apesar do nome audiências públicas, poderiam ser chamadas de consultas (BRASIL. Agência Nacional de Energia Elétrica. **Participação social**. Brasília, 2020. Disponível em: <<http://www.aneel.gov.br/participacao-social>>. Acesso em: 13 jun. 2020).

<sup>399</sup> Conforme consta no site, foram 4 audiências a partir de 1º de outubro de 2019 e 1288 eventos que foram denominados de audiências públicas desde 1998 até 30 de setembro de 2019. De 2016 a 2020, um total de 384. Por sua vez, constam 7 consultas públicas após outubro de 2019 e 317 de 1998 a setembro de 2019, totalizando 74 de 2016 a 2020. Constatou-se uma tendência de crescimento inversamente proporcional entre consultas e audiências públicas: antigamente, usava-se largamente as audiências e pouco as consultas; com a mudança da lei, o inverso ocorreu (Ibid).

<sup>400</sup> Diferentemente da maioria das agências reguladoras, no site da ANATEL, foi possível discriminar as audiências e consultas públicas, sem a confusão terminológica apontada. Detectou-se, também, que todas as vezes que a ANATEL realizou uma ou mais audiências públicas acerca de um assunto, também abriu uma consulta pública no mesmo tema. O contrário, porém, não é verdade: há um volume expressivamente maior de registros de consultas públicas realizadas; por isso, grande parte dos debates foram apenas em consulta, sem a realização de audiências (BRASIL. Agência Nacional de Telecomunicações. **Participação social**. Brasília, 2020. Disponível em: <<https://www.anatel.gov.br/institucional/participacao-social>>. Acesso em: 13 jun. 2020).

<sup>401</sup> Também na ANP foi possível distinguir consultas e audiências públicas. Toda vez que havia uma audiência sobre um tema também havia uma consulta, sendo que apareciam no mesmo registro conjunto. No entanto, a tipologia de consultas da ANP era um pouco mais confusa: além das consultas públicas conjuntas com audiências públicas, havia as chamadas “consultas prévias” à elaboração de atos normativos, as “tomadas públicas de contribuições” em temas relevantes e a “consulta de interesse”, uma espécie de sondagem do interesse de empresas em caso de futuros processos licitatórios. Analisando a natureza dessas três espécies, notou-se que as consultas prévias e as tomadas públicas de contribuições se enquadram no conceito de consulta pública dessa pesquisa, mas a consulta de interesse não. Assim, as 10 tomadas públicas de contribuições e as 5 consultas prévias foram somadas ao total de consultas públicas no período. Por sua vez, as 2 manifestações de interesse não foram (BRASIL. Agência Nacional de Petróleo. **Consultas e audiências públicas**. Brasília, 2020. Disponível em: <<http://www.anp.gov.br/consultas-e-audiencias-publicas>>. Acesso em: 14 jun. 2020).

aba “Participe” – Agências reguladoras (8 agências em	ANS <sup>402</sup>	12	16
	ANTT <sup>403</sup>	40	61
	ANTAQ <sup>404</sup>	53	54
	ANVISA <sup>405</sup>	8	703
	ANCINE <sup>406</sup>	0	17

<sup>402</sup> Havia 15 registros de audiências públicas realizadas pela ANS, mas apenas 12 eram a partir de 2016. Por sua vez, 75 ocorrências de consultas públicas, dentre as quais 59 eram até 2015 (BRASIL. Agência Nacional de Saúde Suplementar. **Participação da sociedade**. Brasília, 2020. Disponível em: <<http://www.ans.gov.br/participacao-da-sociedade>>. Acesso em: 14 jun. 2020).

<sup>403</sup> A tipologia de mecanismos de participação da ANTT inclui 4 espécies: audiências públicas, consultas públicas, tomada de subsídios e reuniões participativas. A partir do quadro conceitual utilizado, as 15 tomadas de subsídios no período foram computadas como consultas públicas, por serem abertas a qualquer interessado e realizadas virtualmente, com envio de contribuições por escrito. Por sua vez, as reuniões participativas não foram computadas, pois são feitas para públicos restritos e específicos. Por fim, computou-se cada audiência pública também na coluna de consultas públicas, uma vez que os atos convocatórios das audiências abriam, simultaneamente, período de envio de contribuições escritas virtuais. Eram, portanto, híbridos: uma audiência pública combinada com uma respectiva consulta sobre o mesmo tema (BRASIL. Agência Nacional de Transportes Terrestres. **Participação da sociedade**. Brasília, 2020. Disponível em: <[http://portal.antt.gov.br/index.php/content/view/5165/Consultas\\_Publicas.html](http://portal.antt.gov.br/index.php/content/view/5165/Consultas_Publicas.html)>. Acesso em: 14 jun. 2020).

<sup>404</sup> Assim como na ANP, na ANTAQ os registros de audiências e consultas públicas são conjuntos: para cada tema aberto à consulta pela internet, houve uma audiência presencial, salvo uma única consulta que não teve a respectiva audiência (BRASIL. Agência Nacional de Transportes Aquaviários. **Audiências e consultas públicas**. Brasília, 2020. Disponível em: <<http://portal.antaq.gov.br/index.php/acao-a-informacao/audiencia-publica-2/>>. Acesso em: 14 jun. 2020).

<sup>405</sup> Havia 31 resultados de audiências públicas na ANVISA, mas apenas 8 eram a partir de 2016 (BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Audiências públicas**. Brasília, 2020. Disponível em: <<http://portal.anvisa.gov.br/audiencias-publicas/#/>>. Acesso em: 14 jun. 2020). Por sua vez, havia 1430 para consultas públicas, das quais 701 eram posteriores a 2016. (BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Consultas públicas**. Brasília, 2020. Disponível em: <<http://portal.anvisa.gov.br/consultas-publicas>>. Acesso em: 14 jun. 2020). Todavia, além dessas duas tipologias, a ANVISA prevê, ainda, outros 9 tipos de instrumentos participativos. A “tomada pública de subsídios” é, basicamente, uma consulta pública acerca do Relatório Preliminar de Análise de Impacto Regulatório. Isso porque, na definição da ANVISA, consulta pública é apenas para atos normativos. Como o conceito adotado nesta pesquisa abarca essa tipologia, ela também foi computada em consultas públicas (nos registros do site há apenas 2 tomadas públicas de subsídios até hoje). Por outro lado, não foi possível computar as “consultas para revisão de guias”. Apesar de também estarem abrangidas pelo conceito de consulta pública desta pesquisa, o sistema da ANVISA não permite filtrar quais dos 42 resultados de guias de 2016 a 2020 foram levados a consulta. Em alguns deles, há referências sobre o período no qual ficou aberto o prazo de contribuições. Em outro, esse campo está vazio. Não fica claro, assim se todos os guias foram submetidos a consulta e, por isso, diante da impossibilidade de filtrar quais foram e quais não foram, essa tipologia não foi computada em consultas públicas. A “consulta dirigida” também não foi classificada como uma espécie de consulta pública, uma vez que envolve questões técnicas específicas para coleta de dados e informações pela agência, geralmente dirigida a um público específico ou a especialistas. Como nem sempre é aberta a quaisquer interessados, não entrou no cômputo de consultas públicas (total de 11 consultas dirigidas no período delimitado). De modo semelhante, não foram computados os 23 “diálogos setoriais”, pois a ANVISA os qualifica como um encontro presencial ou virtual com público mais restrito do que de uma audiência pública. O mesmo critério foi usado para não computar as 11 “consultas regionais ICH”, pois é um mecanismo específico de contribuições no âmbito do *International Council For Harmonisation of Technical Requirements for Human Use* (ICH), sendo que a ANVISA sugere o envio de propostas em inglês, o que limita bastante os participantes. Por fim, os “editais de chamamento” e “ferramenta de identificação de problemas em normas” não tem natureza participativa; o primeiro é uma convocação e o segundo um canal específico de comunicação, mais parecido com uma estrutura de ouvidoria (BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Conceitos e definições**. Brasília, 2020. Disponível em: <<http://portal.anvisa.gov.br/conceitos-e-definicoes12>>. Acesso em: 14 jun. 2020).

<sup>406</sup> BRASIL. Agência Nacional do Cinema. **Consultas públicas**. Brasília, 2020. Disponível em: <<https://www.ancine.gov.br/consulta-publica>>. Acesso em: 14 jun. 2020.

audiências e 10 em consultas)	ANM <sup>407</sup>	0	17
	MCTIC <sup>408</sup>	0	5
	MJSP (Justiça) <sup>409</sup>	21	32 <sup>410</sup>
	CGU <sup>411</sup>	1	18
	MEC <sup>412</sup>	1	6

<sup>407</sup> BRASIL. Agência Nacional de Mineração. **Consultas públicas**. Brasília, 2020. Disponível em: <<http://www.anm.gov.br/assuntos/consultas-publicas-1>>. Acesso em: 14 jun. 2020).

<sup>408</sup> Os números foram obtidos apenas no site oficial do MCTIC. Apesar de ter sido feito pedido de acesso, na resposta, indicaram o conteúdo do site e informaram que não seria possível o levantamento integral, na medida em que o MCTIC “não dispõe de sistema ou arquivo dedicado para realização e armazenamento de consultas públicas” e que o atendimento envolveria a consulta aos arquivos físicos de todas as suas unidades, dispersos ao longo de 35 anos. Seria, portanto, considerável trabalho adicional e desproporcional, nos termos do art. 13, II e III do Decreto nº 7.724/2012 (pedido de acesso nº 003 do Apêndice A). Além das consultas, no site indicam-se 33 sessões públicas (normalmente para a abertura de envelopes) e 3 editais de chamamento público (BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. **Sessão pública e transparência**. Brasília, 2020. Disponível em: <<http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/sessaoPublica/index.html>>. Acesso em: 14 jun. 2020).

<sup>409</sup> Na aba audiências públicas do MJSP, há registros de apenas duas audiências públicas, mas uma de 2015 e outra de 2008<sup>409</sup>, anteriores ao período delimitado (BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Participação social. **Audiências públicas**. Brasília, 2020. Disponível em: <[https://www.justica.gov.br/Acesso/participacao-social/supaginas\\_audiencia-publica/outras](https://www.justica.gov.br/Acesso/participacao-social/supaginas_audiencia-publica/outras)>. Acesso em: 14 jun. 2020). Todavia, durante a consulta da aba consultas públicas, foram encontradas 21 audiências e consultas públicas de 2016 a 2020, feitas pela Polícia Rodoviária Federal, que pertence ao MJSP e foram computadas nas suas colunas (BRASIL. Polícia Rodoviária Federal. **Audiências públicas**. Brasília, 2020. Disponível em: <<https://portal.pr.f.gov.br/acesso-a-informacao/audiencias-publicas/audienciasPublicas>>. Acesso em: 14 jun. 2020).

<sup>410</sup> Não havia informações sobre as datas de algumas das consultas públicas realizadas. Apesar dos esforços empreendidos para identificar as datas, em alguns casos, essas informações não foram encontradas. Portanto, esses registros não foram computados, mas há fortes indícios de serem bem antigos. Foram computadas as consultas que aparecem de cada um dos órgãos que compõem o ministério, exceto as consultas do CADE, pois ele aparece separadamente em outra aba na tabela (BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Participação social. **Consultas públicas**. Brasília, 2020. Disponível em: <[https://www.justica.gov.br/Acesso/participacao-social/subpaginas\\_consultas-publicas/consultas-realizadas](https://www.justica.gov.br/Acesso/participacao-social/subpaginas_consultas-publicas/consultas-realizadas)>. Acesso em: 14 jun. 2020). Ademais, foram computadas consultas públicas dentro do período temporal delimitado, obtidas por pedidos de acesso à informação (pedido nº 004 do Apêndice A), como a consulta pública sobre o Decreto nº 8.771/2016, que regulamentou o Marco Civil da Internet. Apesar de iniciada em 2015, finalizou apenas em fevereiro de 2016. Por fim, em outro pedido de acesso, o ministério confirmou que a listagem de consultas e audiências públicas realizadas estão no site. Explicou que nem todas dispõem de resultados e documentações acessíveis, pois as plataformas nas quais foram realizadas não se encontram mais operantes (pedido nº 019 do Apêndice A).

<sup>411</sup> Em pedido de acesso à informação (nº 006 do Apêndice A), a CGU informou a realização de outras consultas públicas não computadas, por terem ocorrido em 2012 (sobre os 1º e 2º Planos de Ação em Governo Aberto e sobre o seu relatório intermediário), em 2013 (relacionada à criação do sistema federal de ouvidoria pública) ou em 2015 (portal da transparência). Duas sessões presenciais também não foram computadas em audiências públicas pela anterioridade ao período delimitado (em 2012, também sobre os 1º e 2º Planos de Ação em Governo Aberto). Foram computadas as consultas públicas da CGU no Participa Br, uma vez que havia referência a elas na resposta ao pedido (BRASIL. Controladoria-Geral da União. **Participação social**. Brasília, 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/cgu/pt-br/acesso-a-informacao/participacao-social>>. Acesso em: 14 jun. 2020). Em busca no site de governo aberto da CGU, apareceram registros de outras consultas públicas de outros órgãos, que foram computadas nas suas respectivas abas ou no item “outros”.

<sup>412</sup> Foram computadas apenas as audiências e consultas públicas do MEC que constam no site oficial (todas de 2020 e 2019), uma vez que o pedido de acesso à informação foi negado, por exigir “trabalho adicional de análise, interpretação ou consolidação de dados ou informações, inclusive de órgãos extintos” (pedido de acesso nº 005 do Apêndice A). No site, não há documentação completa desses processos participativos (BRASIL. Ministério da Educação. **Audiências e consultas públicas**. Brasília, 2020. Disponível em:

Site oficial + pedido de acesso à informação (16)	MMFDH <sup>413</sup>	3	15
	ME (Economia) <sup>414</sup>	0	27
	MC (Cidadania) <sup>415</sup>	0	5
	VPR <sup>416</sup>	0	0
	Casa Civil (PR) <sup>417</sup>	0	3
	SGPR <sup>418</sup>	0	0
	SEGOV/PR <sup>419</sup>	0	5
	SECOM/PR <sup>420</sup>	2	7

<<https://www.gov.br/mec/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/audiencias-e-consultas-publicas>>.

Acesso em: 14 jun. 2020).

<sup>413</sup> Não foram computadas as outras 9 consultas públicas do MMFDH informadas no pedido de acesso à informação, que eram anteriores a 2016 (pedido nº 018 do Apêndice A). No site oficial, não há referência a consultas e audiências públicas, apenas à atuação de órgãos colegiados participativos (BRASIL. Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos. **Participação social**. Brasília, 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/acesso-a-informacao/participacao-social>>. Acesso em: 14 jun. 2020).

<sup>414</sup> A sua relação de consultas públicas no site é de 2019 a 2020 (BRASIL. Ministério da Economia, Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. **Participação social**. Brasília, 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/economia/pt-br/acesso-a-informacao/participacao-social>>. Acesso em: 14 jun. 2020). Computou-se a consulta pública do ME que apareceu em registro no sistema de busca do site da CGU (BRASIL. Controladoria-Geral da União. **Aberta consulta pública para antecipação de crédito a empresas fornecedoras do governo federal**. Brasília, 2020. Disponível em: <<https://governoaberto.cgu.gov.br/noticias/2020/3/aberta-consulta-publica-para-antecipacao-de-credito-a-empresas-fornecedoras-do-governo-federal>>. Acesso em: 14 jun. 2020).

<sup>415</sup> Não aparece nenhum registro de audiências ou consultas públicas na respectiva aba de participação social do Ministério da Cidadania (BRASIL. Ministério da Cidadania. **Participação social**. Brasília, 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acesso-a-informacao/participacao-social>>. Acesso em: 14 jun. 2020). No pedido de acesso, foi informada a realização de 10 consultas públicas, mas apenas 4 dentro do período temporal de interesse. Foi computada, ainda, uma consulta cujo registro apareceu no sistema de busca no site oficial (Ibid).

<sup>416</sup> Em pedido de acesso à informação, a Vice-Presidência informou que “não foram identificadas consultas e audiências públicas realizadas pela Vice-Presidência até a presente data” (pedido de acesso nº 010 do Apêndice A).

<sup>417</sup> Constam, no site, apenas 3 consultas públicas após 2016, de um total de 30 disponíveis. No entanto, uma delas já foi computada na contagem do MEC, referente à consulta sobre o Programa “Future-se” (BRASIL. Casa Civil da Presidência da República. **Consultas públicas realizadas**. Brasília, 2020. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/consulta\\_publica/consulta\\_realizada.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/consulta_publica/consulta_realizada.htm)>. Acesso em: 14 jun. 2020). O mesmo volume de consultas públicas foi informado por pedido de acesso à informação, com exceção de uma a mais, realizada em 2019, acerca do Plano de Dados Abertos da Casa Civil, que também foi computada. Informou-se, também, que a Casa Civil nunca realizou consulta pública pela plataforma Participa Br (pedido de acesso nº 014 do Apêndice A).

<sup>418</sup> Apesar haver referência à divulgação de informações sobre realização de audiências e consultas públicas em sua página, não há qualquer dado disponibilizado (BRASIL. Secretaria-Geral da Presidência da República. **Participação social**. Brasília, 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/acesso-a-informacao/participacao-social>>. Acesso em: 14 jun. 2020). Em pedido de acesso (nº 011 do Apêndice A), o pedido foi negado por ser genérico e foi citado o art. 13 do Decreto nº 7.724/2012. Apontou-se a plataforma Participa Br para acesso a eventuais consultas públicas. Em recurso, requereu-se a discriminação de todas as consultas do órgão realizadas pela plataforma. Na resposta, a Secretaria Geral da Presidência da República (SGPR) informou que realizou uma consulta sobre o Compromisso Nacional pela Participação Social, em 2013 (razão pela qual não foi computada).

<sup>419</sup> A SEGOV/PR foi criada em 2016 e, desde então, realizou 5 consultas públicas, todas através da plataforma Participa Br. Essas consultas foram computadas aqui, apesar de se referirem à plataforma, uma vez que apareceram em resposta do órgão à pedido de acesso à informação (pedido nº 012 do Apêndice A). No site não foram encontrados registros, salvo relativos à SECOM/PR, mas que foram computados separadamente na tabela (BRASIL. Secretaria de Governo da Presidência da República. **Participação social**. Brasília, 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/secretariadegoverno/pt-br/acesso-a-informacao/participacao-social>>. Acesso em: 14 jun. 2020).

<sup>420</sup> Tanto nos pedidos de acesso como no site os dados foram os mesmos: 2 audiências públicas e 7 consultas públicas realizadas pela SECOM/PR (BRASIL. Secretaria de Comunicação Social da Presidência da



	SERPRO <sup>421</sup>	0	0
	ENAP <sup>422</sup>	0	0
	IPEA <sup>423</sup>	0	1
Registros em sistema de busca de órgãos da tabela <sup>424</sup>	Outros	0	3

Elaborada pela autora com dados extraídos dos sites oficiais (gov.br) e de pedidos de acesso à informação pelo e-SIC federal (atualizada até mai. 2020).

Apesar das limitações metodológicas do levantamento quantitativo feito, que está longe de pretender ser completo, sua utilidade reside em detectar padrões no uso de audiências e consultas públicas no Executivo federal e, a partir dele, é possível traçar algumas conclusões.

A primeira delas é que há um quadro bem heterogêneo na frequência da participação social entre os diferentes órgãos públicos federais. Enquanto alguns possuem números expressivamente baixos nas duas modalidades (ME, Previdência, MC, Cultura, MI, SERPRO, IMCBIO), outros utilizam ao menos um dos dois instrumentos com grande frequência. Em alguns casos, parece haver uma opção institucional por um dos dois, de forma predominante (MAPA, INMETRO, ANVISA). Há também aqueles que se valem tanto de consultas e audiências públicas de forma mais equânime (MS, MJSP, IBAMA, ANP, ANTAQ, ANTT). Por fim, nem sempre foi possível delimitar com precisão os

---

República. **Participação social.** Brasília, 2020. Disponível em: <<http://www.secom.gov.br/acesso-a-informacao/participacao-social>>. Acesso em: 14 jun. 2020). O órgão informou que durante um longo tempo, desde a sua criação em 1976, não realizava audiências e consultas públicas, pois, tendo em vista as suas atribuições administrativas, não entendiam ser necessárias. Com o aprimoramento de sua estrutura e ampliação de suas competências, passaram a usar a consulta pública “para a elaboração de algumas de suas normas, com a finalidade de alinhar suas matérias à realidade dos seus administrados” (pedido de acesso nº 013 do Apêndice A).

<sup>421</sup> Conforme informado no site do SERPRO e em pedido de acesso à informação (nº 022 do Apêndice A), este órgão não realiza nem realizou audiências e consultas públicas (BRASIL. Serviço Federal de Processamento de Dados. **Participação social.** Brasília, 2020. Disponível em: <<https://www.transparencia.serpro.gov.br/acesso-a-informacao/participacao-social/audiencias-e-consultas-publicas>>. Acesso em: 14 jun. 2020).

<sup>422</sup> Informaram por pedido de acesso à informação que não houve audiências e consultas públicas no período solicitado e que as formas de participação do cidadão no ENAP são através da Ouvidoria e Serviço de Informação ao Cidadão (pedido nº 055 do Apêndice A).

<sup>423</sup> Foi computada a consulta pública do Ipea que apareceu no sistema de busca do site da CGU (BRASIL. Controladoria-Geral da União. **Aberta consulta pública sobre a adequação das metas dos ODS pelo Brasil.** Brasília, 2018. Disponível em: <<https://governoaberto.cgu.gov.br/noticias/2018/aberta-consulta-publica-sobre-a-adequacao-das-metas-dos-ods-pelo-brasil>>. Acesso em: 14 jun. 2020). Em pedido de acesso à informação (pedido nº 056 do Apêndice A), o Ipea informou que não sistematiza a realização de audiências e consultas públicas seja internamente ou do governo federal como um todo. Já houve uma sistematização anterior, mas a pesquisa foi descontinuada.

<sup>424</sup> Computou-se, aqui, os registros de consultas públicas de outros órgãos que não foram selecionados nas amostras, mas apareceram durante a consulta ao sistema de buscas de órgãos que estão na tabela.



casos de audiências e consultas públicas, pela própria mudança de entendimento nos órgãos (ANAC, ANEEL).

Parece, no entanto, haver características comuns dentro das subestruturas administrativas: as agências reguladoras, por exigência legal, utilizam muito mais os mecanismos participativos do que os ministérios e outros órgãos da administração pública direta e indireta. Essa elevação das estatísticas através da obrigatoriedade formal por lei não garante, necessariamente, maior participação social, que depende de uma avaliação da qualidade no uso desses instrumentos e não da mera quantidade.

Detectou-se, ainda, uma redução considerável no volume anual de audiências e consultas públicas nos últimos anos. Ao serem levantados os dados de 2016 a 2020, foram feitas comparações com períodos anteriores, quando cabíveis, tomados como parâmetros quantitativos. Isso permitiu diagnosticar uma diminuição que, ao menos em 2020, pode ser também imputada ao enfrentamento da pandemia, mas que não explicaria o resultado de 2018 e 2019. Os dados indicam, portanto, que ela pode estar associada a uma postura institucional do governo do Presidente Bolsonaro.

A comparação entre a frequência de audiências e de consultas públicas demonstra que o Executivo utiliza, predominantemente, as consultas, ao invés das audiências. Essa escolha pode ser explicada pela maior facilidade de abertura de processos consultivos virtuais do que presenciais. O traço da virtualidade não é, em si, um problema para a participação e debate sociais; pelo contrário, tem um potencial de reunir um número muito maior de interessados, como já apontado. Todavia, para isso, é preciso que haja uma ampla divulgação e que sejam tomadas medidas em prol da interatividade. Grande parte das consultas realizadas no Executivo não são interativas, isto é, não permitem o diálogo entre os participantes, mas apenas o envio de suas contribuições individuais por escrito. Quanto a esse ponto, as consultas realizadas por plataformas digitais, como “Participa.Br” e “Dialoga Brasil”, são exceções, pois permitem a interatividade, dentro das suas limitações tecnológicas.

Também se diagnosticou uma enorme dispersão dos canais participativos. A divulgação das audiências e consultas públicas em aberto era, muitas vezes, feita apenas no site oficial de cada órgão federal. Não há, em regra, concentração das iniciativas em um único endereço eletrônico para acesso dos cidadãos. Novamente, a exceção se refere àquelas feitas nas plataformas digitais.

Outra conclusão possível envolve a ausência de dados nos sites oficiais (problema de transparência ativa) e as omissões em pedidos de acesso à informação

(deficiências de transparência passiva). Consta-se uma completa falta de contabilização oficial e sistematização unificada desses dados por órgãos com competências centrais de coordenação no governo federal. Com frequência, nem mesmo os órgãos possuem, individualmente, o histórico de suas informações em participação no decorrer dos anos (mesmo dos anos mais recentes) ou senão esses dados não estão armazenados digitalmente. Desse modo, é possível inferir que não tem havido um monitoramento interno das ações de participação social, o que, por sua vez, dificulta a possibilidade de avaliação e avanço na área. Com isso, a realização ou não de audiências e consultas públicas, salvo as legalmente exigidas, passa a depender completamente da discricionariedade de cada gestor ou autoridade responsável pela liderança do órgão, conforme seu juízo de conveniência.

Grande parte dos pedidos de acesso confirmou esse diagnóstico. Constantemente, as solicitações eram negadas pelo fato de que os órgãos não possuíam um sistema próprio ou arquivo sistematizado de mecanismos participativos já utilizados. Nesse cenário, a resposta envolveria a consulta a arquivos físicos, dispersos nas diversas unidades dos órgãos e ao longo dos anos. Por isso, refugiavam-se nas cláusulas legais de “pedido genérico”, “pedido desproporcional ou desarrazoado” ou “pedidos que exijam trabalhos adicionais de análise, interpretação ou consolidação de dados e informações ou serviço de produção ou tratamento de dados que não seja de competência do órgão ou entidade” (art. 13, incisos I, II e III do Decreto nº 7.724/2012)<sup>425</sup>. Entretanto, nem sempre, havia justificativa legal para isso. A interpretação ampla desses dispositivos somada à falta de uma política de sistematização de dados foram as causas para essas negativas de acesso.

Ainda quanto à falta de dados, frequentemente, ao levantar os dados quantitativos nos sites oficiais, constatou-se a ausência de qualquer documentação sobre as respectivas audiências e consultas públicas. Havia, em alguns casos, a minuta do ato ou política pública e o edital de convocação, mas era bem mais raro possuir um relatório ou documento que sistematizava as contribuições e fornecia uma resposta à sociedade sobre as escolhas feitas. Todavia, todos esses documentos são requisitos essenciais para uma audiência ou consulta pública efetiva, o que já indica um problema de qualidade no uso desses instrumentos. Ressalva-se que esse diagnóstico não se aplica às agências reguladoras, que, na grande maioria das vezes, fornece a documentação completa.

---

<sup>425</sup> São exemplos os pedidos de acesso nº 003, 005, 011 do Apêndice A.

Encerradas as considerações de ordem quantitativa, segue-se para a análise da qualidade de amostras de audiência pública selecionada. Para essa verificação do aspecto qualitativo das audiências públicas, recorre-se às cinco diretrizes do Decreto nº 8.243/2014 que, apesar de revogado, estabelece relevantes parâmetros para a realização de audiências públicas (art. 16). São elas:

- I) Divulgação do ato de convocação (ampla, prévia e acompanhada de indicação do objeto, metodologia e momento da realização);
- II) Livre acesso<sup>426</sup> pelos sujeitos afetados e interessados;
- III) Sistematização<sup>427</sup> das contribuições recebidas;
- IV) Publicidade dos seus resultados e do conteúdo dos debates<sup>428</sup>;
- V) Resposta às contribuições recebidas<sup>429</sup>.

Além disso, para maior aprofundamento qualitativo, utilizam-se as dimensões de efetividade<sup>430</sup> de audiências públicas desenvolvidas pelo Ipea<sup>431</sup>, conforme tabela 9:

**Tabela 9**

**Dimensões de efetividade para avaliação de audiências públicas**

<b>DIMENSÕES PROCESSUAIS</b>
<p><b>Desenho institucional e do processo</b></p> <p>Mapeamento dos principais atores;  Recursos (inclusive humanos) e infraestrutura disponibilizados;  Organização do evento;  Facilitação/mediação/condução/coordenação;  Metodologia, clareza e efetividade das regras procedimentais;  Momento da participação e <i>timing</i> do processo;  Escopo e amplitude do debate;  Mobilização, inclusão e representatividade dos participantes; e  Sistematização das propostas e devolutiva.</p>
<p><b>Atos normativos e seus impactos no processo</b></p>

<sup>426</sup> O termo “livre” envolve a ausência de empecilhos que dificultam ou impedem o acesso.

<sup>427</sup> Não basta, portanto, disponibilizar apenas a íntegra das contribuições, sem sistematizá-las, por exemplo, por assunto.

<sup>428</sup> Abarca a divulgação da documentação completa das audiências, em diferentes formatos, como atas das sessões, vídeos, gravações.

<sup>429</sup> Retorno do governo à sociedade sobre os critérios e motivos para a adoção ou rejeição de cada contribuição recebida.

<sup>430</sup> A autora já utilizou essas dimensões em oportunidade anterior, na avaliação qualitativa das audiências públicas realizadas no Congresso Nacional e no Executivo federal em relação à reforma do ensino médio da Lei nº 13.415/2017 (ver: MACIEL, Caroline. Gestão pública e Estado materialmente democrático: a participação social na reforma do ensino médio. *Revista Justiça do Direito*, v.33, n.1, p. 215-246, jan./abr. 2019).

<sup>431</sup> FONSECA, Igor et al. **Audiências públicas do Poder Executivo Federal: fatores de efetividade** – Texto para discussão. Brasília: Ipea, 2013.

<b>Transparência</b>
<b>Outros aspectos ainda não analisados sobre a capacidade dos atores</b>
<b>DIMENSÕES DE RESULTADO</b>
<b>Impacto na tomada de decisão e em compromissos políticos</b>
<b>Mediação: diminuição de conflitos e aumento da cooperação</b>
<b>Construção de capacidades (<i>capacity building</i>)</b>
<b>Divulgação das ações governamentais (abertura por parte do governo e envolvimento da sociedade)</b>

Elaborado pela autora com dados extraídos de Ipea (2013).

Dentro do espaço amostral de audiências públicas levantadas no tópico 2.2.2.1.2, será analisada a qualidade de uma delas, a partir de um *checklist* desenvolvido pelo Ipea com base em cada uma das dimensões da tabela 29<sup>432</sup>. Assim, a audiência pública selecionada para a análise qualitativa foi realizada em 2016 pela CGU acerca da regulamentação do *lobby* no Brasil. Para entendê-la melhor, serão abordados os aspectos prévios que levaram à sua realização.

A Portaria nº 1.081/2016 da CGU instituiu, em junho de 2016, um grupo de trabalho responsável por realizar estudos e apresentar proposta de regulamentação do *lobby*, observando diretrizes para a prevenção e combate à corrupção, a integridade das relações público-privadas e a transparência. Em agosto de 2016, o referido grupo publicou o seu relatório final. Nele, apontou-se em que consiste o *lobby*, quais os critérios para a sua legitimidade e conformidade com os valores democráticos e éticos e a necessidade de regulamentação e registros sobre sua ocorrência. Foram trazidos como preceitos a serem observados na regulamentação: i) aplicabilidade a todo Executivo federal; ii) terminologia adequada; iii) simplicidade e não burocratização do processo; iv) ampla publicidade à agenda das autoridades; v) limitações ao recebimento de benefícios de lobistas por agentes públicos. Por fim, o relatório trouxe como ação de encaminhamento a realização de audiências públicas para oitiva dos interessados, a serem anunciadas.

<sup>432</sup> BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Audiências públicas no âmbito do Governo Federal: análise preliminar e bases para avaliação** – Relatório de Pesquisa. Brasília: Ipea, 2012.

Inicialmente agendadas para 3 e 4 de outubro de 2016, a segunda sessão foi cancelada, por ter sido possível que todos os inscritos se manifestassem no primeiro dia. Manifestaram-se por escrito sobre o assunto as 6 instituições previamente inscritas. Não foi encontrado documento oficial da CGU sistematizando as contribuições recebidas, o que foi feito na tabela 10:

**Tabela 10**  
**Contribuições recebidas na audiência pública sobre lobby**

<b>Participantes</b>	<b>Contribuições</b>
Centro de Estudos das Sociedades de Advogados (CESA) – entidade representante de classe (advogados)	Acréscimo de um dispositivo ao Decreto nº 4.334/2002, para prever a obrigatoriedade da divulgação oficial da agenda de reuniões entre atores, incluindo os nomes dos participantes, resumo do conteúdo abordado e sanção para o descumprimento.
Associação Brasileira das Agências de Comunicação (Abracom) – entidade representante de empresas de comunicação (setor privado)	Propôs ações de capacitação de interessados, certificação desses profissionais e cadastramento prévio no Poder público, identificando quem são, em nome de quem atuam e na defesa de quais interesses.
Vice-presidente da Associação Brasileira de Relações Institucionais e Governamentais (Abrig) – pessoa física	Destacou a necessidade de não burocratização das relações e elevação dos custos operacionais a ela inerentes. A regulamentação deve ser simples e eficiente e não significar obstáculos à participação. Deve haver a abertura de canais institucionais para a transparência e ampliação da atividade de relações governamentais (termo que entende ser mais adequado do que lobby).
Associação Brasileira das Vítimas de Aviação Geral e Experimental (ABRAVAGEx) – organização da sociedade civil	Entraves e obscuridade de um lobby sem regras. Iniciativas voltadas para um “lobby do bem”, organizado, exercido por atores legítimos e com objetivos definidos, conforme a lei e ética. Necessidade de transparência e publicidade dessas ações e de prever meios de acesso aos parlamentares.
Associação Brasileira de Relações Institucionais e Governamentais (Abrig) – entidade de classe (lobistas)	Recomendou o não uso da palavra <i>lobby</i> e lobista (conotação negativa) e opção pelo termo “relações institucionais e governamentais”, tal qual previsto no PL nº 4391/2021, que tramita na Câmara dos Deputados. Também sugeriu a manutenção das regras já contidas no Decreto nº 4.334/2002 e o diálogo com o restante da legislação em vigor como as prerrogativas do Estatuto de Advocacia e os ditames da LAI. Por fim, a eventual criação de cadastro resumido e em formato unificado para todo o Executivo federal, centralizado no Ministério da Justiça ou na CGU.



Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social – organização da sociedade civil	Destacou a necessidade de vislumbrar a regulamentação do <i>lobby</i> como mecanismo de aprimoramento do marco regulatório de combate à corrupção. Em resumo, propõe: abertura de canais institucionais; identificação e capacitação dos agentes; credenciamento; publicidade dos registros; procedimento de declaração de benefícios recebidos; regulamentação através de lei, aplicável a todos poderes e entes federados.
--	---

Elaborado pela autora com dados extraídos de CGU (2016).

A tabela 11 avalia a qualidade da audiência pública selecionada a partir das dimensões de efetividade do Ipea, elencadas na tabela 9 e do *checklist* desenvolvido com base nessas dimensões:

**Tabela 11**

**Avaliação da qualidade da audiência pública selecionada**

Dimensão	<i>Checklist</i>	Audiência pública sobre o <i>lobby</i>
Mapeamento dos principais atores	Responsável pelo processo e impacto	Instituição do governo federal (CGU) Impacto: médio <sup>433</sup> , considerando a posição da CGU no Executivo federal.
	Parcerias e impactos	Não foram identificadas.
	Análise dos <i>stakeholders</i> : partes interessadas e seu papel	Poucos interessados envolvidos. Contribuições relevantes de instituições e pessoas com conhecimentos sobre o tema.
Recursos (inclusive humanos) e infraestrutura disponibilizados	Local (tamanho adequado), apoio de pessoal e de equipamentos e impactos	Sem informações.
	Recursos tecnológicos usados e impactos	Sem informações.
	Utilização de tecnologia inovadora e impactos	Sem informações.
Organização do evento	Intervalos e obstáculos à qualidade da participação	Foi possível ouvir todos os interessados em uma única sessão.
	Tempo e espaço para articulação e debate	Sem informações.
	Neutralidade na condução	Sem informações.

<sup>433</sup> Considerou-se que o impacto seria alto caso se tratasse de uma lei nacional, aplicável aos três poderes e a todos os entes federados. Por sua vez, seria baixo caso se tratasse de regulamentação interna de órgão federal específico. Assim, o impacto de uma regulamentação do *lobby* pela CGU é médio, pois poderia se aplicar a todo Executivo Federal.

Facilitação, mediação e condução e coordenação	Relatoria e divisão em grupos de trabalho	Não houve relatoria nem divisão em grupos de trabalho específicos. Uma única sessão de audiência pública realizada para tratar o tema.
	Experiência, destreza e conhecimento dos mediadores	Sem informações.
Metodologia, clareza e efetividade do procedimento	Conhecimento local, documento de referência, metodologia	Sem informações.
Momento da participação e <i>timing</i> do processo	Anterioridade à tomada da decisão	Sim.
	Tempo suficiente entre divulgação e realização	Aparentemente sim.
	Antecedência da disponibilização de informações	Aparentemente sim.
	Etapas prévias de articulação e ações posteriores	Sem informações.
Escopo e amplitude do debate	Delimitação, aspectos nacionais, regionais, locais	Não houve delimitação de subtemas específicos nem abordagem em aspectos regionais e locais.
	Limites à participação	Sem informações.
Mobilização, inclusão e representatividade dos participantes	Ações para garantia da presença de afetados	Sem informações.
	Representação de todos estados e municípios afetados	Não.
	Representantes dos três setores: governo, sociedade civil e setor privado	Sim, apesar de não ter em grande volume, os três setores foram representados.
	Exigência de inscrição prévia e impacto	Sim. Essa exigência pode configurar limitação à participação
Sistematização das propostas e devolutiva	Registros	Não.
	Consolidação das demandas	Não.
	<i>Feedback</i> das propostas incorporadas e descartadas	Não.
Atos normativos e impactos	Obrigatoriedade de realização e impactos	Não.
Transparência	Objetivo e metodologia	Sim.
	Acessibilidade informações relevantes	Sim.
	Sistematização e devolutiva	Não.
Outros aspectos sobre capacidade dos atores	Boicote, impedimento de participar	Sem informações.

Impacto na tomada de decisão	Auxílio ao processo decisório	Sem informações.
	Controle social	Sem informações.
	Compromissos políticos firmados	Não.
Diminuição de conflitos e cooperação	Interesses conflitantes e diálogo e negociação entre eles	Não.
	Mudanças de percepção	Sem informações.
<i>Capacity building</i>	Aumento da capacidade de atores sociais e governo	Não.
	Aperfeiçoamento das interfaces	Não.
Divulgação das ações governamentais	Facilitação do acesso, aumento do interesse	Sim.

Elaborada pela autora com dados extraídos de Ipea (2012 e 2013) e CGU (2016).

Por fim, no que tange aos parâmetros de qualidade para avaliação de consultas públicas, adotam-se, novamente, as diretrizes da extinta Política Nacional de Participação Social, os critérios apontados na tabela 9 e o *checklist* do Ipea. Apesar de terem sido elaborados especificamente para audiências públicas, devido às semelhanças entre os dois instrumentos, podem ser utilizados para avaliar também as consultas, com as devidas adaptações.

No art. 17 do Decreto nº 8.243/2014 são indicadas as diretrizes para realização de consultas públicas, de modo bem semelhante às das audiências. Envolve, portanto, todos os cinco preceitos já elencados anteriormente e, além deles, os seguintes:

VI) Disponibilização em tempo hábil da documentação completa que é objeto da consulta, em linguagem simples e objetiva, além de estudos, material técnico e eventual análise de impacto regulatório<sup>434</sup>;

VII) Utilização da internet e de tecnologias da comunicação e informação. A partir disso, é possível examinar a qualidade e adequação dos meios tecnológicos usados, a facilidade de acesso e regular funcionamento.

Na tabela 8, já foi feito um levantamento quantitativo das consultas públicas. Já para a avaliação qualitativa desse instrumento participativo, o termômetro utilizado foi as percepções da sociedade civil organizada, nos termos metodológicos do questionário aplicado. Tais instituições foram convidadas, enquanto atores sociais relevantes e

<sup>434</sup> Compatibilidade entre a data da convocação e a possibilidade de mobilização da sociedade civil, questões de linguagem e completude da informação e documentação.

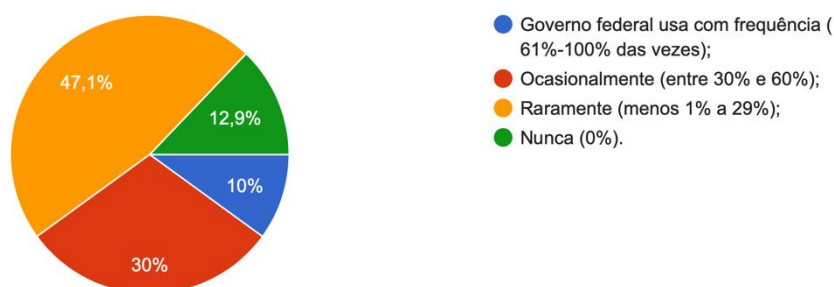
qualificados, a expressar suas opiniões sobre quantidade e qualidade de audiências e consultas públicas no governo federal.

Os gráficos 30 e 31 mostram a percepção das organizações participantes do *survey* sobre a frequência no uso de audiências e de consultas públicas pelo governo federal para a construção de políticas públicas.

**Gráfico 30**

**Frequência de uso de audiências públicas pelo governo federal**

Frequência de uso de audiências públicas pelo governo para construção de políticas públicas  
70 respostas

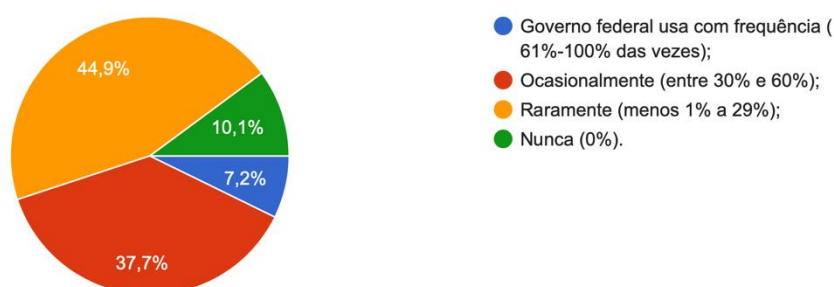


Gerado automaticamente pelo *Google Forms* no questionário aplicado pela autora.

**Gráfico 31**

**Frequência de uso de consultas públicas pelo governo federal**

Frequência de uso de consultas públicas pelo governo para construção de políticas públicas  
69 respostas



Gerado automaticamente pelo *Google Forms* no questionário aplicado pela autora.

Não há diferenças significativas na percepção das organizações sobre o uso dos dois instrumentos. Em ambos os casos, a maioria entende que o governo federal raramente usa tanto audiências como consultas públicas. No entanto, os levantamentos nessa pesquisa indicam que as consultas são mais usadas que as audiências públicas pelo Executivo federal, apesar de ambas serem pouco aproveitadas.

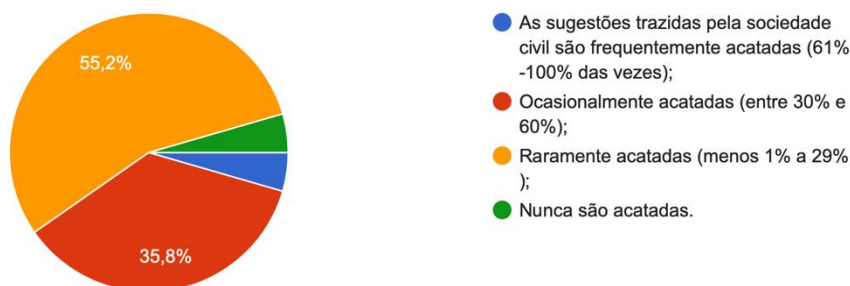
Para a análise da qualidade das audiências e consultas públicas, os respondentes foram perguntados sobre a sua percepção sobre a efetividade desses instrumentos e o poder de influência conferido aos atores sociais. Novamente, os resultados para as duas ferramentas foram semelhantes. A maioria entende que as sugestões trazidas pela sociedade civil em audiências e consultas públicas são raramente acatadas, conforme demonstrado nos gráficos 32 e 33:

**Gráfico 32**

**Efetividade das audiências públicas do governo federal**

Efetividade/poder de influência

67 respostas



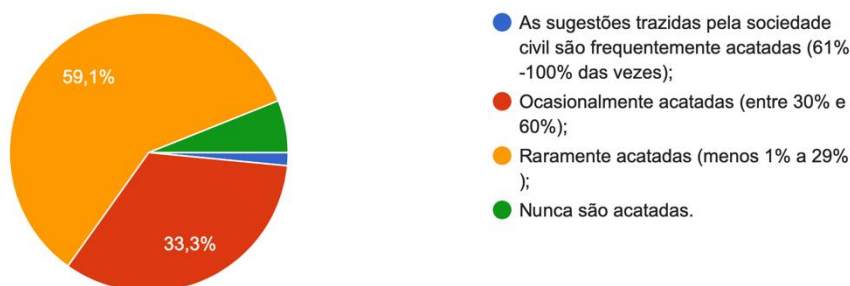
Gerado automaticamente pelo *Google Forms* no questionário aplicado pela autora.

**Gráfico 33**

**Efetividade das consultas públicas do governo federal**

Efetividade/poder de influência

66 respostas



Gerado automaticamente pelo *Google Forms* no questionário aplicado pela autora.

Outro parâmetro de qualidade é o *feedback* do governo federal quanto às contribuições enviadas pela sociedade civil em audiências e consultas públicas. A percepção geral das organizações participantes parece ser que a devolutiva de consultas públicas é um pouco pior do que as das audiências públicas, mas ambas são muito aquém



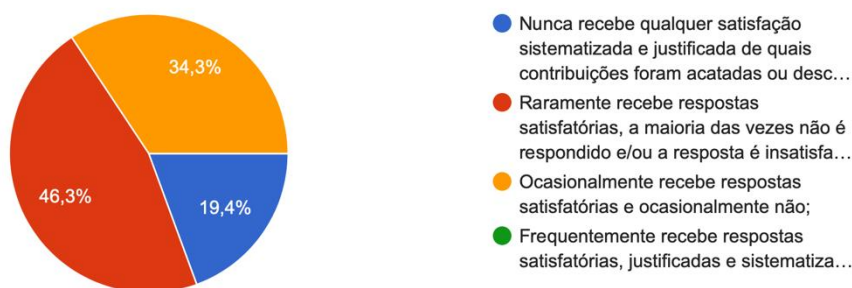
do necessário, conforme gráficos 34 e 35. Sem receber a devolutiva adequada sobre as contribuições enviadas, a sociedade civil se vê desmotivada em participar ativamente da construção de políticas públicas.

**Gráfico 34**

**Devolutiva do governo federal sobre as audiências públicas**

Devolutiva à sociedade civil

67 respostas



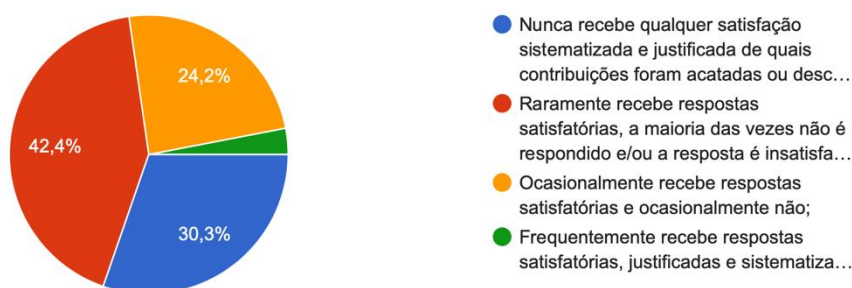
Gerado automaticamente pelo *Google Forms* no questionário aplicado pela autora.

**Gráfico 35**

**Devolutiva do governo federal sobre as consultas públicas**

Devolutiva à sociedade civil

66 respostas



Gerado automaticamente pelo *Google Forms* no questionário aplicado pela autora.

Em ambos os casos, mais de 40% apontam raramente receber retorno satisfatório do governo federal sobre as contribuições enviadas em consultas e audiências públicas. É significativamente alto o percentual daqueles que indicam nunca receberem qualquer satisfação sobre quais sugestões foram acatadas e os motivos para isso, em especial nas consultas públicas.

A próxima pergunta envolve a compreensão do grau de divulgação das ações participativas pelo governo federal e da sua proatividade em convidar as organizações

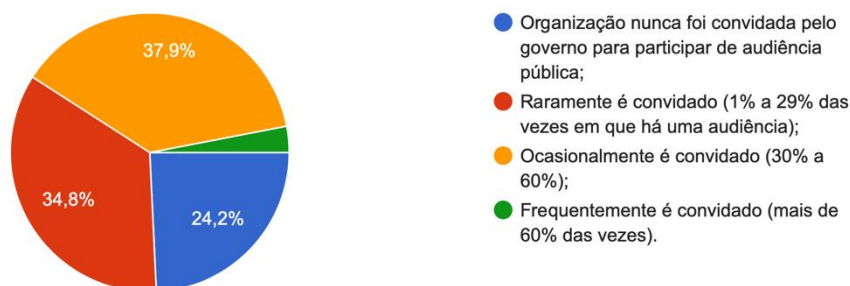
engajadas a participarem desses processos. Os resultados foram estatisticamente semelhantes: tanto em audiências como em consultas, a maioria das organizações é convidada ocasional (entre 30% e 60%) ou raramente (de 1% a 29%), tal qual demonstrado nos gráficos 36 e 37:

**Gráfico 36**

**Convites do governo federal para a participação em audiências públicas**

Convites para participar (iniciativa do governo federal, por qualquer meio):

66 respostas



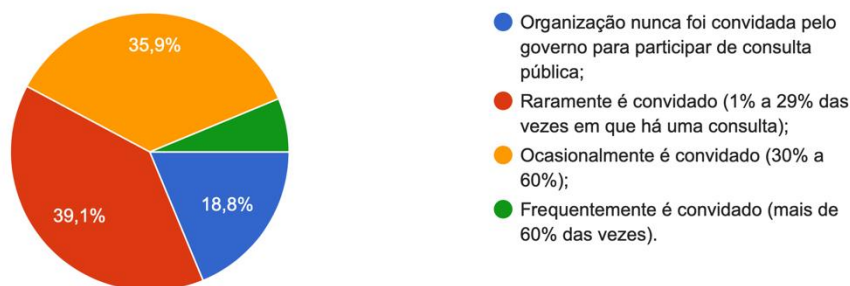
Gerado automaticamente pelo *Google Forms* no questionário aplicado pela autora.

**Gráfico 37**

**Convites do governo para a participação em consultas públicas**

Convites para participar (iniciativa do governo federal, por qualquer meio):

64 respostas

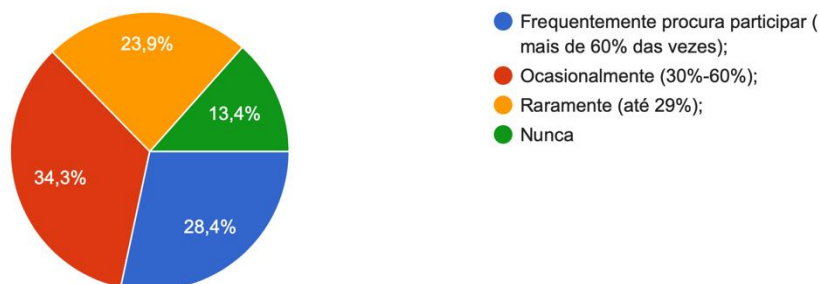


Gerado automaticamente pelo *Google Forms* no questionário aplicado pela autora.

Por sua vez, os resultados foram mais equilibrados entre três categorias quando as organizações foram perguntadas com que frequência elas mesmas tomam a iniciativa de participar de audiências e consultas públicas. Boa parte apontou que procura com frequência (mais de 60% das vezes), ocasional e raramente nos dois tipos de instrumentos, tal como ilustrado pelos gráficos 38 e 39:

**Gráfico 38****Engajamento em audiências públicas do governo**

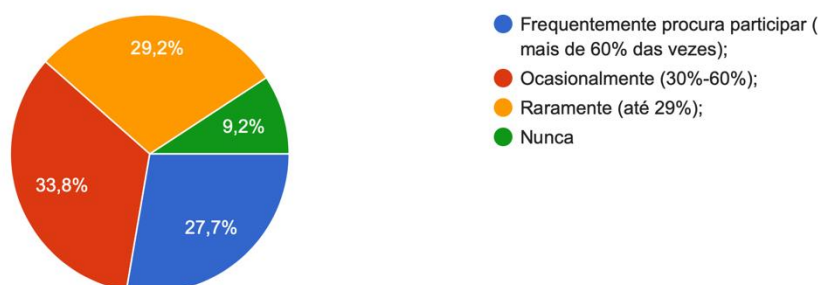
Ações ativas de engajamento em audiências (organização procura participar):  
67 respostas



Gerado automaticamente pelo *Google Forms* no questionário aplicado pela autora.

**Gráfico 39****Engajamento em consultas públicas do governo**

Ações ativas de engajamento em consultas (organização procura participar):  
65 respostas



Gerado automaticamente pelo *Google Forms* no questionário aplicado pela autora.

Após as perguntas fechadas, as organizações se pronunciavam sobre a comparação entre o uso de audiências e consultas públicas pelo governo federal e governos municipais e estaduais.

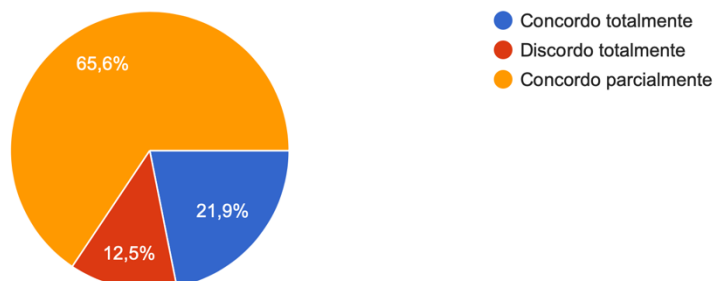
Diante da afirmativa: “no nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização tem contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento a audiências públicas é qualitativamente melhor do que no governo federal”, a grande maioria concordou parcialmente, conforme gráfico 40:

### Gráfico 40

#### Comparação do uso de audiências públicas pelos entes federados

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento a ... qualitativamente melhor do que no governo federal.

64 respostas



Gerado automaticamente pelo *Google Forms* no questionário aplicado pela autora.

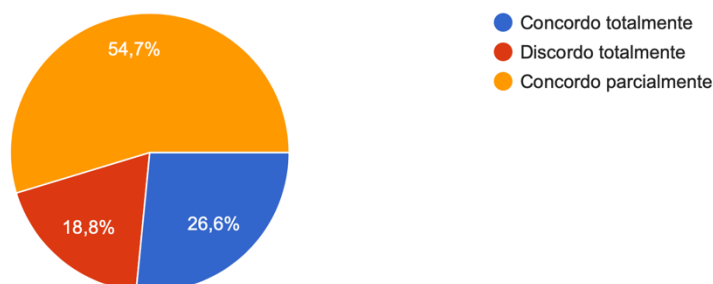
O mesmo ocorreu com a frase: “no nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização tem contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento a consultas públicas é qualitativamente melhor do que no governo federal”, apesar de o nível de discordância ter sido maior, tal qual ilustra o gráfico 41:

### Gráfico 41

#### Comparação do uso de consultas públicas pelos entes federados

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento a ... qualitativamente melhor do que no governo federal.

64 respostas



Gerado automaticamente pelo *Google Forms* no questionário aplicado pela autora.

Por fim, a última pergunta do questionário era aberta e abria possibilidade para outras considerações das organizações sobre os instrumentos e participação do governo federal. Foram obtidas 17 respostas, cujos resultados foram sistematizados a seguir:

I. Mais de uma organização declarou que suas respostas foram baseadas nos últimos anos, entre 2016 e 2020 ou no último um ano e meio. Várias apontaram também que antes disso havia uma abertura muito maior do governo para a participação das organizações da sociedade civil, com uma redução considerável dos processos e espaços participativos no governo Bolsonaro;

II. Foi apontada a necessidade de o governo explorar outras formas de consulta e engajamento da sociedade em políticas públicas, utilizando aplicativos e tecnologias mais recentes.

Com isso, encerra-se a análise das dimensões teórica, quanti e qualitativa das audiências e consultas públicas.

#### 2.2.5.2 Conselhos e comissões nacionais

Os órgãos colegiados envolvidos na formulação de políticas públicas também fazem parte de uma arquitetura institucional participativa. São diversas modalidades, tais como: fóruns, comitês, mesas, comissões, mas, principalmente, os conselhos gestores de políticas públicas, que tiveram o seu uso expandido nas últimas décadas e, por isso, merecem especial destaque. Eles também podem ser definidos a partir de cinco dimensões conceituais:

I) Sua natureza pode ser deliberativa (caráter vinculante de suas decisões) ou meramente consultiva;

II) Instâncias permanentes com reuniões periódicas e recortes setoriais (especializadas em temas determinados);

III) Critérios específicos para composição e rotatividade, com representantes da sociedade civil (eleitos ou indicados, não é aberto a qualquer interessado);

IV) Criação por ato normativo (previsto na Constituição, lei ou decreto);

V) Com a finalidade de gestão e implementação de políticas públicas<sup>435</sup>;

Possuem uma sutil diferença para as chamadas comissões de políticas públicas, que não são permanentes, mas sim criadas com prazo de funcionamento determinado para a realização de objetivos específicos. Para ampliar ao máximo o potencial democrático

---

<sup>435</sup> Art. 2º, II e III do Decreto nº 8.243/2014 e CICONELLO, Alexandre. **Participação social na Administração pública federal: desafios e perspectivas para a criação de uma política nacional de participação**. Brasília, 2012.



destes espaços, é desejável a presença de representantes eleitos ou indicados pela própria sociedade civil, a composição paritária dos segmentos, a diversidade e pluralidade da representação e a publicidade dos seus atos, nos termos dos arts. 10 e 11 do extinto Decreto nº 8.243/2014.

Apesar de vários conselhos possuírem composição paritária, constata-se uma proximidade maior dos conselhos com o governo do que com a sociedade civil, o que reduz a sua capacidade de assumir um papel mais propositivo, inovador e questionador. Isso é resultado dos eventuais critérios nem sempre democráticos de escolha ou de mudança dos conselheiros, da existência meramente formal de alguns deles, em especial no nível local, puramente em razão da obrigatoriedade legal e, por fim, de interações clientelistas e ocorrência do fenômeno da captura de conselheiros<sup>436</sup>.

Outra distorção na dimensão participativa desses espaços é a variação do nível de incidência dos conselhos nas diferentes fases do ciclo de formulação das políticas públicas. Nem sempre impactam essas diversas etapas, frequentemente sendo ouvidos apenas em momentos isolados. Uma maior democratização passaria por um aumento da abrangência de sua influência e participação no processo decisório<sup>437</sup>.

Mais um ponto que merece atenção envolve a relação entre o conhecimento técnico e a questão política nesses espaços participativos. Pela natureza eminentemente setorial, temática e específica dos conselhos e comissões, envolvem o uso de linguagem técnico-científica e de conhecimento especializado em seus processos decisórios, o que gera uma série de efeitos para a tomada da decisão.

De um lado, isso é usado como fator de dominação de alguns setores ou atores sociais que compõem os conselhos e possuem o conhecimento especializado sobre aqueles que não estão familiarizados com essas terminologias. Isso diminui o potencial democrático desses conselhos e afasta a sociedade civil. Ademais, cria riscos de despolitização desses espaços. Ao focar no campo técnico, muitas vezes, os conselhos não atuam com pensamento político-estratégico, o que gera perda da sua efetividade deliberativa. De outro, não se pode perder de vista a importância da qualificação técnica para a produção de deliberações de alta qualidade pelos conselhos gestores de políticas

---

<sup>436</sup> VAN DER BROOKE, Bianca; PAMPLONA, Danielle. Os conselhos de direitos municipais, as políticas públicas de proteção à criança e ao adolescente e a permanência das velhas estruturas de poder: um desafio à consolidação da democracia participativa no Brasil. **Revista Opinião Jurídica**, Fortaleza, ano 16, n. 22, p. 13-37, jan./jun. 2018.

<sup>437</sup> Ibid.

públicas. A técnica não está dissociada da política, pelo contrário, as decisões técnicas possuem interesses políticos por detrás que as sustentam<sup>438</sup>.

O curso de ação adequado não seria, portanto, o esvaziamento da dimensão técnica dos conselhos, mas sim ações de capacitação técnica dos conselheiros para reduzir as assimetrias entre os diferentes atores envolvidos neste processo combinadas com uma conscientização política e estratégica na deliberação sobre políticas públicas. Os défices de alguns desses programas de capacitação desenvolvidos em conselhos têm sido associados à alta rotatividade dos atores que os compõem. Essa mudança é benéfica na dimensão democrática, mas dificulta a formação técnica dos conselheiros. É preciso, portanto, achar um ponto de equilíbrio entre os dois fatores<sup>439</sup>.

Desse modo, deve haver um processo de repolitização dos conselhos e de revitalização do seu papel propositivo, que alie a dimensão técnica com a político-estratégica, equilibrando-a, especialmente, com a pluralidade e representatividade social. A consolidação desses espaços enquanto instrumentos radicalmente democráticos exige a superação desses obstáculos que geram o seu desvirtuamento.

Ainda que seja possível traçar suas características básicas e apontar críticas e reflexões sobre a efetividade da participação nos conselhos, não se pode esquecer que há uma forte heterogeneidade desses espaços e diversidade das suas regras, procedimentos e dos modelos de representatividade dos segmentos<sup>440</sup>. Por isso, não se deve pecar pela generalização excessiva, sendo mais seguras as constatações feitas especificamente acerca da atuação qualitativa de conselhos gestores determinados.

A escassez de mecanismos de articulação dos diferentes conselhos é uma questão que também precisa ser aprimorada. Apesar da especialização temática ser positiva para a qualidade deliberativa dos conselhos, a falta de mais interfaces entre diferentes conselhos e a grande fragmentação setorial pode prejudicar o desenho das políticas públicas, principalmente quando abarcam vários campos. Paralelamente a isso, constata-se, com frequência, a existência meramente formal de alguns desses espaços e uma expansão artificial, apenas em função de exigências legais para distribuição de recursos.

---

<sup>438</sup> FONSECA, Igor; BURSZTY, Marcel; MOURA, Adriana. Conhecimentos técnicos, políticas públicas e participação: o caso do Conselho Nacional do Meio Ambiente. **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, v. 20, n. 42, p. 183-198, jun. 2012.

<sup>439</sup> Ibid.

<sup>440</sup> AVELINO, Daniel; RIBEIRO, Jefferson; MACHADO, Debora. Participação e heterogeneidade: análise da representação da sociedade civil nos colegiados nacionais. **Boletim de análise político-institucional**, Brasília, Ipea, n. 14, jan./jun. 2018. Disponível em: <[http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8543/1/BAPI\\_n14.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8543/1/BAPI_n14.pdf)>. Acesso em: 20 jun. 2020.

Nesses casos, não contribuem para a democratização do processo decisório. Da mesma forma, a realidade da composição dos conselhos e de falta de diversidade de atores envolvidos também interfere na qualidade participativa. Há uma recorrência de mesmos representantes, pertencentes a segmentos semelhantes, de modo que a heterogeneidade social não é reproduzida no interior dos conselhos, com uma grande dificuldade de abertura para novos sujeitos políticos<sup>441</sup>. Caso essas deficiências sejam superadas, o resultado levaria ao aprimoramento democrático dos conselhos gestores.

Por fim, como já informado anteriormente<sup>442</sup>, tem sido constatada uma nova tendência institucional de esvaziamento de espaços participativos, inclusive dos conselhos gestores de políticas públicas. Nesse sentido, foi emitido o Decreto nº 9.759/2019, que determinou a extinção em massa dos órgãos colegiados de participação popular na administração pública federal, dentre os quais conselhos e comissões. Sua justificativa foi a necessidade de racionalização administrativa, buscando controlar a proliferação de estruturas colegiadas existentes na administração pública federal direta, autárquica e fundacional<sup>443</sup>.

Estimava-se que a medida poderia levar à extinção de pelo menos 700 órgãos participativos<sup>444</sup>. No entanto, na ADI nº 6121 o STF concedeu liminar para impedir o presidente de extinguir os conselhos criados por lei. Tal impedimento não se aplica para aqueles que foram criados por atos normativos secundários<sup>445</sup>. Por isso, foi emitido um novo decreto, nº 9.812/2019, para adequar a medida aos limites estabelecidos pela Suprema Corte. Segundo a exposição de motivos anexa a esse decreto, em novo levantamento no Sistema de Organização e Inovações Institucionais do Governo Federal (SIORG), foram identificados 2.591 órgãos colegiados, dentre os quais cerca de 1.300 eram ativos<sup>446</sup>.

Nessa mesma linha, o Decreto nº 9.806/2019 reduziu o número de membros titulares do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) e o Decreto nº 9.926/2019 retirou a participação social do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas (CONAD).

---

<sup>441</sup> SOUTO, Anna Luiza; PAZ, Rosangela (Orgs.). **Novas lentes sobre participação: utopias, agendas e desafios**. São Paulo: Instituto Pólis, 2012.

<sup>442</sup> O tema foi abordado no tópico 1.1.3 do Capítulo I e no tópico 2.1 do Capítulo II.

<sup>443</sup> BRASIL. Casa Civil. **Exposição de Motivos nº 19 2019/CC-PR**. Brasília, 2019.

<sup>444</sup> SOUZA, Vanessa. O governo brasileiro e o risco de uma democracia simbólica. **Tensões mundiais**, v. 16, n. 30, p. 119-140, 2020.

<sup>445</sup> BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **ADI 6121**. Relator: Min. Marco Aurélio, Brasília, 14 jun. 2019.

<sup>446</sup> BRASIL. Casa Civil. **Exposição de Motivos nº 30 2019/CC-PR**. Brasília, 2019.

Ultrapassados os aspectos teóricos, passa-se ao levantamento quantitativo. Segundo levantamento do Ipea, de 1988 até 2010 foram criados 52 conselhos nacionais, somados aos 5 já existentes<sup>447</sup>. Por outro lado, o estudo desenvolvido pelo Instituto Pólis e Inesc mapeou 71 conselhos nacionais em funcionamento durante o governo Lula (2003-2010), sendo 38 de caráter deliberativo e 24 consultivos. A depender da flexibilidade dos critérios adotados, este número pode ser bem maior, conforme constatado no levantamento do governo federal de 2.591 órgãos colegiados com existência formal. Todavia, esse número abarca não apenas os conselhos nacionais, mas todas outras modalidades colegiadas, sendo que nem todas são compostas por integrantes da sociedade civil. Em todo caso, constata-se um pico na expansão desses espaços participativos durante o governo Lula, especialmente no seu primeiro mandato. Nem sempre, contudo, esse aumento quantitativo foi acompanhado de uma melhora da qualidade da participação nos conselhos. É o que expõe:

[...] tínhamos um legado muito importante no período do governo Lula, é importante dizer isso. Apesar de toda a heterogeneidade, havia um número maior de conselhos criados em torno das políticas públicas, a gente tinha uma enorme diversificação da prática das conferências, a gente viu a ampliação das ouvidorias públicas, mas o governo tinha que **dar um salto de qualidade em duas direções, apostar não só na consolidação desses canais de participação social já instituídos; o governo tinha que transformar a participação social em um método de governo.** Ou seja, incorporá-la de tal maneira que essa prática de participação social estivesse **presente em todos os programas e em todas as ações do governo**<sup>448</sup> (grifo nosso).

Apesar das limitações de uma análise que se baseasse tão somente em um levantamento quantitativo, é relevante comparar o atual balanço numérico de conselhos nacionais com os parâmetros anteriores fixados acima, para a compreensão da nova tendência institucional. Essa dimensão será enriquecida com a avaliação qualitativa do tópico 2.2.2.2.3.

Considerando a recente extinção em massa de conselhos por decreto presidencial, já se parte do pressuposto que houve uma redução, mas a ideia é visualizar melhor qual foi a sua proporção e impacto. O mesmo método por amostragem utilizado no levantamento quantitativo das audiências e consultas públicas foi adotado aqui. Uma

<sup>447</sup> LIMA, P. et al. **Conselhos nacionais:** elementos constitutivos para a sua institucionalização. Texto para Discussão n. 1951. Brasília: Ipea, 2014.

<sup>448</sup> LAVALLE, Adrian; SZWAKO, José. Origens da Política Nacional de Participação Social – Entrevista com Pedro Pontual. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 99, São Paulo, jul. 2014, p. 94 e 97. Disponível em: <[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-33002014000200091](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002014000200091)>. Acesso em: 11 jun. 2020, p. 98.

primeira amostra de consulta aos sites de 31 órgãos federais que constam na seção geral denominada de “Participe” do portal único do governo federal. Uma segunda amostra de consulta aos sites e pedidos de acesso à informação aos mesmos órgãos federais anteriores, mais envolvidos nas pautas de interesse dessa pesquisa.

**Tabela 12**

**Levantamento de órgãos colegiados em funcionamento<sup>449</sup>**

<b>Fonte dos dados</b>	<b>Órgão federal</b>	<b>Conselhos Nacionais</b>	<b>Outros órgãos colegiados</b>
Portal único governo federal, aba “Participe” – Ministérios	MS (Saúde)	1	11
	ME (Previdência)	0	0
	ME (Indústria, Comércio Exterior e Serviços)	0	0
	MI (Infraestrutura)	2	90
	MT (Cultura)	1	2
	MAPA (Agricultura)	2	7
Portal único governo federal, aba “Participe” – Conselhos, fundações, autarquias e empresas públicas	CADE	0	0
	DNIT	0	0
	IBAMA	0	1
	CNEN	0	0
	DATAPREV	0	0
	FNDE	1	1
	IMCBIO	0	0
	INMETRO	1	8
	ITI	0	0
	SUSEP	1	0
Portal único governo federal, aba “Participe” – Agências reguladoras	ANAC	1	8
	ANEEL	0	31
	ANATEL	1	29
	ANP	0	0
	ANS	1	15
	ANTT	0	0
	ANTAQ	0	0
	ANVISA	1	27
	ANCINE	1	3
	ANM	0	0

<sup>449</sup> A consulta dos órgãos colegiados (participativos ou não) e, especificamente dos conselhos nacionais vinculados aos órgãos federais da tabela foi feita nos seus respectivos sites oficiais, na aba “Participe” e complementada com buscas no site e pedidos de acesso à informação, quando necessário. Foi considerado que a listagem de órgãos colegiados dos sites significa que eles estão em funcionamento, quando não havia informação específica sobre a extinção. Cada conselho nacional foi computado apenas uma vez na aba do órgão que o coordena. Isso porque vários órgãos participam de alguns conselhos nacionais e uma contagem diferente geraria números inflados. Por exemplo, o Ministério da Saúde coordena o Conselho Nacional da Saúde, mas participa de outros 11 conselhos nacionais, que, contudo, foram computados nos respectivos órgãos que os coordenam, salvo aqueles que não estão na amostra selecionada e, portanto, foram computados na aba “outros”.



Site oficial + pedido de acesso à informação	MCTIC	4	54
	MJSP (Justiça)	8	7
	CGU	1	3
	MEC	1	43
	MMFDH	10	17
	ME (Economia)	2	54
	MC (Cidadania)	2	25
	PR	3	13
	VPR	1	0
	Casa Civil (PR)	1	27
	SGPR	0	3
	SEGOV/PR	0	2
	SECOM/PR	0	0
	SERPRO	0	0
	ENAP	0	0
IPEA	0	1	
Registros em sistema de busca de órgãos da tabela	Outros	5	154

Elaborada pela autora com dados extraídos dos sites oficiais (gov.br) e de pedidos de acesso à informação pelo e-SIC federal (atualizada até jul. 2020).

Na consulta aos sites oficiais, constatou-se que os órgãos relacionam, com ainda menos frequência do que audiências e consultas públicas, a listagem de estruturas colegiadas e conselhos com participação da sociedade civil. Quando há esses números, com frequência não se distingue se são participativos ou apenas compostos por órgãos públicos, o que tornou impossível a distinção da natureza de cada um deles.

Mais uma vez, os sites mais completos são os das agências reguladoras. Conforme a tabela 12, foram levantados 52 conselhos nacionais e 636 órgãos colegiados de outra natureza, no entanto, não foi possível distinguir os que possuem membros da sociedade civil dos demais.

Todas essas lacunas tornaram os dados levantados insuficientes para um diagnóstico completo e acurado da situação. Apesar da limitação, esse esforço exploratório foi mais um indício da falta de uma política sistemática do governo federal para a mensuração da abertura de canais de participação. Essa ausência de planejamento e coordenação da capilaridade participativa dos órgãos federais impacta negativamente a própria efetividade de eventual engajamento social nas políticas públicas do governo federal.

Para comparar e complementar os dados levantados, foi solicitada, em pedido de acesso à informação ao Ministério da Economia, Casa Civil e Presidência da República, a listagem oficial do governo federal dos órgãos colegiados e,

especificamente, de conselhos nacionais, que existiam, que foram extintos pelos novos decretos do governo e que continuam em funcionamento. Todavia, a resposta obtida foi que o governo não possui “um controle centralizado de informações sobre os colegiados da administração pública”<sup>450</sup>. Em outras palavras, o próprio governo não sabe quantos órgãos existiam, quantos foram extintos e quantos ainda funcionam, de tal modo que foi impossível para o Executivo verdadeiramente dimensionar a suposta racionalização administrativa e economia de recursos da medida.

Também foi informado que foi desenvolvido pela Casa Civil um sistema interno de colegiados não remunerados, no qual os próprios ministérios alimentam os dados acerca de seus colegiados. Esse processo de cadastramento ainda está em andamento, logo, os dados não são completos. Segundo a tabela enviada, atualizada em 30 de junho de 2020, há atualmente 607 órgãos colegiados (participativos ou não) na administração pública federal direta, autárquica e fundacional, que podem ser filtrados por natureza, tipo de ato de criação e duração. Assim, 39 deles são conselhos nacionais (6%), 69 deles (11%) foram criados por lei (e os demais por atos normativos secundários – decreto, portaria, resolução, entre outros) e 90 são temporários (15%)<sup>451</sup>. Caso se considere o número de 1.300 órgãos colegiados prévios ativos (em relação ao total de 2.591) do SIORG, pode-se inferir que cerca de 50% foram extintos com os recentes decretos, apesar de, todavia, o total de 607 também não ser plenamente confiável.

Os números desse levantamento não estão tão distantes dos dados coletados na tabela 12, apesar de esses últimos serem ligeiramente maiores. A leve diferença entre as duas relações pode ser explicada por alguns fatores: i) os órgãos federais não retiraram de seus sites órgãos colegiados e conselhos nacionais que foram extintos, nem atualizaram essa informação; ii) apesar de alimentarem seus próprios sites, os órgãos federais ainda não alimentaram completamente o sistema da Casa Civil; iii) uma parcela dos números foi encontrada em registros de buscas de sites dos próprios órgãos que coordenam essas estruturas ou de sites de outros órgãos, ou seja, não estão oficialmente relacionados pelos órgãos, seja em abas específicas em seus sites, seja no sistema da Casa Civil.

Por fim, será feita a análise qualitativa do Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção (CTPCC), considerando, principalmente, o interesse de suas pautas para essa pesquisa.

---

<sup>450</sup> Pedido de acesso nº 066 do Apêndice A.

<sup>451</sup> Pedido de acesso nº xx do Apêndice A.

No âmbito dos conselhos nacionais em funcionamento identificados no levantamento quantitativo, optou-se pela análise qualitativa do Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção (CTPCC), considerando a pauta de interesse dessa pesquisa que aborda, com a finalidade de avaliar o grau de efetividade enquanto espaço participativo.

Trata-se de um órgão colegiado e consultivo ligado à CGU, tendo como objetivo debater e sugerir estratégias para o aperfeiçoamento e avanço de políticas em transparência, governo aberto, integridade, combate à corrupção e controle social na administração pública federal (art. 1º do Decreto nº 9.468/2018). Foi criado em 2003, durante o governo Lula, pelo Decreto nº 4.923/2003, e posteriormente reformulado pelo Decreto nº 9.468/2018. Algumas mudanças foram: a redução de 20 para 14 membros e o estabelecimento de limites para a criação de comitês ou grupos de trabalho temáticos (arts. 3º e 12).

Sua composição é paritária entre a sociedade civil e o governo federal, sendo que o Executivo possui alguns membros permanentes e outros rotativos, com alternância a cada 2 anos (art. 3º). O mandato das organizações da sociedade civil é de 3 anos, permitida uma recondução, com sua seleção por meio de edital (art. 10), instituída a partir do decreto de 2018. Essa foi uma das mudanças positivas em relação ao decreto anterior, no qual não havia rotatividade dos membros da sociedade civil. Dentre os 7 membros da sociedade civil organizada, um é uma entidade de representação interfederativa de órgãos de controle ou de órgãos da administração pública estadual e um é entidade nacional representativa do setor produtivo, comercial ou de serviços (art. 3º, §2º).

Até a última data consultada, houve apenas um edital publicado e respectivo processo seletivo para compor o conselho<sup>452</sup>. Em 5 das 6 categorias de participação, todos os interessados conseguiram obter a vaga. Não houve, portanto, uma ampla participação e mobilização de organizações na seleção. Analisando os documentos, um dos fatores que pode explicar isso é o curto período de inscrições (apenas 12 dias).

Para o triênio 2019-2021, os membros do CTPCC são: CGU, Casa Civil, Ministério da Justiça, Ministério da Economia (permanentes); AGU, Ministério da Infraestrutura e Comissão de Ética Pública da Presidência da República (rotativos);

---

<sup>452</sup> BRASIL. Controladoria-Geral da União. **Edital nº 58/2018**. Brasília, 2018. Disponível em: <[http://www.in.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/44342504/do3-2018-10-08-edital-n-58-2018-selecao-de-entidades-e-organizacoes-da-sociedade-civil-para-integrarem-o-conselho-de-transparencia-publica-e-combate-a-corrupcao-ctpcc--44342248](http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/44342504/do3-2018-10-08-edital-n-58-2018-selecao-de-entidades-e-organizacoes-da-sociedade-civil-para-integrarem-o-conselho-de-transparencia-publica-e-combate-a-corrupcao-ctpcc--44342248)>. Acesso em: 31 jul. 2020.

Agenda Pública, Transparência Brasil, Instituto Ethos, Observatório Social do Brasil, Universidade de Brasília, Conselho Nacional de Controle Interno e Confederação Nacional de Indústria (selecionados da sociedade civil)<sup>453</sup>.

A Resolução nº 4/2020 aprovou o plano de trabalho (2019-2021) do conselho, que estabeleceu uma série de iniciativas e produtos a serem alcançados até março de 2021. Foram criados 6 grupos de trabalho, responsáveis por executar as medidas do plano<sup>454</sup>.

Na ata da 19ª reunião (16/04/2019), a CGU informou o andamento da proposta de novo decreto para transparência da agenda e relações institucionais de agentes públicos. Nessa época, a minuta já estava na Casa Civil, porém, até a presente data ainda não foi regulamentado<sup>455</sup>. Essa discussão se prolonga há mais de 10 anos. Em 2008, já se discutia a possibilidade de apresentação de um anteprojeto de lei do Poder Executivo para regulamentar o *lobby*<sup>456</sup>.

Nessa mesma reunião, foi expressa, ainda, a preocupação da sociedade civil acerca do Decreto nº 9.759/2019, que extinguiu uma série de estruturas colegiadas na administração pública federal. Apontou-se a falta de efetividade de alguns desses espaços e os custos, o que demandaria uma necessidade de sua reavaliação e adequação pelos órgãos federais. Ademais, destacou-se ser preciso a publicação pelos ministérios e órgãos de todos os conselhos que presidem e participam nos seus sites oficiais o que, todavia, mais de um ano depois, ainda não foi integralmente implantado, conforme constatado nas dificuldades para o levantamento quantitativo<sup>457</sup>.

Em algumas reuniões, constatou-se a saída antecipada do novo Ministro da CGU (por exemplo, na ata da 18ª reunião), apesar de o conselho se reunir apenas a cada 4

---

<sup>453</sup> BRASIL. Controladoria-Geral da União. **Seleção CTPCC**. Brasília, 2018. Disponível em: <<https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/transparencia-publica/conselho-da-transparencia/selecao-conselho-da-transparencia>>. Acesso em: 31 jul. 2020.

<sup>454</sup> BRASIL. Controladoria-Geral da União. **Resolução nº 4, de 4 de março de 2020**. Brasília, 2020. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-4-de-4-de-marco-de-2020-246238765>>. Acesso em: 6 abr. 2022.

<sup>455</sup> BRASIL. Controladoria-Geral da União. **Ata da 19ª Reunião do Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção**. Brasília, 2019. Disponível em: <[https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/transparencia-publica/conselho-da-transparencia/documentos-de-reunioes/atas/ata-19-reuniao-ctpcc\\_16-04-2019.pdf](https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/transparencia-publica/conselho-da-transparencia/documentos-de-reunioes/atas/ata-19-reuniao-ctpcc_16-04-2019.pdf)>. Acesso em: 6 abr. 2022.

<sup>456</sup> Em 2021, o governo federal apresentou o PL nº 4391/2021 para a regulamentação do lobby no Brasil. O projeto ainda está na fase de comissões, sem previsão desse debate avançar em breve (BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 4391/2021**. Dispõe sobre a representação privada de interesses realizada por pessoas naturais ou jurídicas junto a agentes públicos. Brasília, 2021. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2311923>>. Acesso em: 06 abr. 2022.

<sup>457</sup> BRASIL. Controladoria-Geral da União. **Ata da 19ª Reunião do Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção**. Brasília, 2019. Disponível em: <[https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/transparencia-publica/conselho-da-transparencia/documentos-de-reunioes/atas/ata-19-reuniao-ctpcc\\_16-04-2019.pdf](https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/transparencia-publica/conselho-da-transparencia/documentos-de-reunioes/atas/ata-19-reuniao-ctpcc_16-04-2019.pdf)>. Acesso em: 6 abr. 2022.

meses, por cerca de 3 horas e com data marcada pela própria CGU<sup>458</sup>. Em 12/12/2018, segundo a agenda do ministro, ele ficou apenas durante a primeira hora da reunião, em virtude de compromisso no Rio Grande do Sul, que também constou na ata<sup>459</sup>. Já em 16/04/2019 não há qualquer referência à saída do ministro, mas sua agenda mostra compromisso às 15h, apesar de na ata constar que a reunião foi das 14h às 17h30<sup>460</sup>. Por fim, em 13/09/2019, na sua agenda há apenas 1 hora reservada para reunião do conselho, apesar de o horário não coincidir com o da ata desta reunião.<sup>461</sup> O cruzamento dos dados entre a agenda do ministro publicada no site oficial da CGU e as atas do CTPCC indicam que houve equívoco ou incompletude das informações em um dos dois veículos ou que o ministro não permanece durante toda a duração das reuniões.

Nas entrelinhas das atas das reuniões foi possível extrair alguns aspectos negativos da dinâmica dos diálogos no conselho a partir de 2018. Constatou-se longos pronunciamentos dos membros do governo sobre andamento e atualização de programas da CGU em transparência pública, porém após sua construção. Antes disso, as atas expressavam maior alternância na fala dos membros do conselho, com manifestações orais mais curtas e de mais pessoas, intercaladas entre si.<sup>462</sup> Essa dinâmica é mais propícia ao debate do que a atual (conforme se constata na ata da 16ª reunião).

Com isso, o conselho se torna mais predominantemente um canal de comunicação, isto é, o governo informa os representantes da sociedade civil sobre suas políticas públicas na área de interesse. No entanto, mais que apenas isso, deveria continuar a funcionar como um canal de colaboração, ou seja, de consulta à sociedade civil e coleta de suas contribuições durante o processo de elaboração das medidas. Não se pode afirmar que o conselho sempre funcionou meramente como um mecanismo para informar, na medida em que as atas mais antigas sinalizam uma participação ativa do CTPCC na construção da Lei de Acesso à Informação, Lei de Conflito de Interesses e Lei

---

<sup>458</sup> BRASIL. Controladoria-Geral da União. **Ata da 18ª Reunião do Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção**. Brasília, 2018. Disponível em: <<https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/transparencia-publica/conselho-da-transparencia/documentos-de-reunioes/atas/ata-da-18a-reuniao-dezem-2018.pdf>>. Acesso em: 6 abr. 2022.

<sup>459</sup> Ibid.

<sup>460</sup> BRASIL. Controladoria-Geral da União. Agenda de Autoridades – Agenda do Ministro da CGU. Disponível em: <<https://www.gov.br/cgu/pt-br/aceso-a-informacao/agenda-de-autoridades/gabinete-ministro/ministro>>. Acesso em: 6 abr. 2022.

<sup>461</sup> Ibid.

<sup>462</sup> BRASIL. Controladoria-Geral da União. **Ata da 16ª Reunião do Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção**. Brasília, 2014. Disponível em: <<https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/transparencia-publica/conselho-da-transparencia/documentos-de-reunioes/atas/ata-da-16a-reuniao-ago-2014.pdf>>. Acesso em: 6 abr. 2022.



Anticorrupção, além de ter contribuído para o anteprojeto de lei de regulamentação do lobby que, contudo, nunca saiu do papel.

A ausência de consulta ao conselho sobre a tomada de decisões do governo na pauta de transparência fica clara também quando se compara algumas normativas aprovadas com a postura institucional dos membros da sociedade civil do conselho sobre o tema<sup>463</sup>.

Na ata da reunião interna de organizações da sociedade civil, em 30 de junho de 2020, no âmbito do grupo de trabalho “Transparência e Integridade”, pertencente à Rede de *Advocacy* Colaborativo (RAC), essa questão foi pautada. Os representantes das organizações que fazem parte do conselho e da RAC (Transparência Brasil e Instituto Ethos) expressaram um certo grau de esvaziamento do CTPCC enquanto instância consultiva. Inúmeras medidas governamentais em 2019 e 2020 foram tomadas no tema da transparência sem consulta prévia da opinião dos conselheiros. Foram organizadas ações para pautar o tema na reunião do conselho, agendada para 8 de julho de 2020. O objetivo era, primeiramente, declarar a necessidade de reestabelecimento de um diálogo mais efetivo entre sociedade e governo para aproveitar melhor esse espaço participativo. Tendo em vista o plano de trabalho aprovado e objetivos estabelecidos, não faz sentido essa postura governamental de subutilizar o conselho. Todavia, se não sentirem abertura para essa mudança, as organizações pretendem fazer, em um segundo momento, denúncia formal e/ou manifestações públicas sobre o tema<sup>464</sup>.

Apesar de já ter sido destacada em mais de um momento a natureza pública das reuniões<sup>465</sup>, não foram tomadas medidas para se dar ampla efetividade, como, por exemplo, a transmissão ao vivo ou disponibilização das suas filmagens. Considerando que se trata de um conselho de transparência, os seus padrões internos de transparência devem ser os mais elevados. O decreto de 2018 prevê a possibilidade de serem convidados especialistas ou membros do governo e sociedade civil para participar das reuniões (art. 12, I), mas nada fala sobre a abertura das reuniões para outros interessados

---

<sup>463</sup> OPEN KNOWLEDGE BRASIL *et al.* **Só venceremos a pandemia com transparência** – Nota conjunta de repúdio às alterações do acesso à informação pela MP nº 928/2020. [S.I.], 2020. Disponível em: <<https://www.ok.org.br/noticia/so-venceremos-a-pandemia-com-transparencia/>>. Acesso em: 25 mar. 2020.

<sup>464</sup> REDE DE ADVOCACY COLABORATIVO. **Ata da Reunião de 30 de junho de 2020 do GT de Transparência e Integridade da RAC**. Brasília, 2020.

<sup>465</sup> BRASIL. Controladoria-Geral da União. **Atas das Reuniões do Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção**. Brasília, 2022. Disponível em: <<https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/transparencia-publica/conselho-da-transparencia/documentos-de-reunioes/atas>>. Acesso em: 6 abr. 2022.

que expressamente solicitarem ouvir as reuniões. Uma certa falta de assiduidade na periodicidade do agendamento das reuniões também foi detectada, constantemente ultrapassando um pouco até mesmo a frequência quadrimestral estabelecida.

Por fim, o CTPCC ficou três anos sem funcionar. A consulta das atas mostra que esteve inativo após dezembro de 2015 (17ª reunião) até dezembro de 2018 (18ª reunião), quando retornou às atividades, com a sua reformulação pelo novo decreto. Desse modo, percebe-se que se trata de um espaço participativo atualmente subaproveitado, que não é totalmente inefetivo, mas poderia ser otimizado.

Finalizada a análise dos conselhos e comissões nacionais de políticas públicas, passa-se às conferências nacionais.

### 2.2.5.3 Conferências nacionais

Outro instrumento participativo frequentemente utilizado para construção de políticas públicas, especialmente por governos federais anteriores, são as conferências nacionais. Podem ser definidas como “arenas público-estatais orientadas pela e para a formulação de diretrizes para as políticas públicas, através da participação de diferentes atores, governamentais e civis, implicados no processo”<sup>466</sup>. Segundo Pogrebinski *et al*, as conferências nacionais, além de fornecerem insumos para o Executivo elaborar suas políticas públicas, impulsionam a atividade legislativa do Congresso Nacional<sup>467</sup>. São, assim, os espaços participativos de elevado potencial inclusivo e com maior capilaridade a demandas de minorias e setores tradicionalmente excluídos, que nem sempre conseguem levá-las aos formuladores de políticas públicas por outras vias<sup>468</sup>.

A seguir, elencam-se as principais características das conferências nacionais<sup>469</sup>:

- I) Em regra, natureza deliberativa e com finalidade propositiva;
- II) Instância provisória e periódica, vinculada a um tema específico;

---

<sup>466</sup> INSTITUTO PÓLIS; INESC. **Arquitetura da participação no Brasil: avanços e desafios**. Relatório 2 de pesquisa no projeto “Governança democrática no Brasil contemporâneo: Estado e Sociedade na construção de políticas públicas. Brasília, Ipea: 2011, p. 6.

<sup>467</sup> POGREBINSCHI, T. *et al*. **Entre representação e participação: as conferências nacionais e o experimentalismo democrático brasileiro**. Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro (IUPERJ), 2010.

<sup>468</sup> BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Participação popular – a construção da democracia participativa**. Ano 8, edição 65, Brasília: IPEA, 2011.

<sup>469</sup> Art. 2º, IV do Decreto nº 8.243/2014 e FERRAREZI, Elisabete; OLIVEIRA, Clarice. Capítulo II: Reflexões sobre a emergência da participação social na agenda das políticas públicas: desafios à forma de organização burocrática do Estado. In: ANTERO, Samuel; SALGADO, Valéria (Orgs.). **Participação social: textos para discussão**. Brasília: IABS, 2013.

- III) Acesso a determinados interessados, para dar suas contribuições orais<sup>470</sup>;
- IV) Estrutura escalonada, com a possibilidade de múltiplas etapas nas diferentes esferas: municipais, distritais, estaduais e nacionais;
- V) Convocação por ato normativo específico;

O procedimento de uma conferência nacional inicia com a convocação, em regra, por ato normativo do Executivo federal e geralmente envolve etapas locais, nas quais são eleitos os delegados para representação na etapa nacional. O debate acontece através de grupos de trabalho e painéis temáticos e finaliza com a votação e aprovação do documento final em sessão plenária. Durante sua realização, envolve um significativo número de pessoas interessadas e de contribuições dadas. Em alguns casos, há obrigatoriedade de convocação de conferências em certo período estipulado, para algumas pautas temáticas, garantindo a periodicidade e manutenção de espaços conquistados<sup>471</sup>.

A efetividade e sucesso dos seus resultados deve culminar na formulação de uma política pública ou aprovação de normas no tema. Há uma tendência de maior efetividade das decisões tomadas nas conferências nas áreas que possuem conselhos mais bem estruturados para dar sequência e efetividade a tais decisões e transformá-las em produtos.<sup>472</sup> Segundo observou-se, a capacidade de as deliberações em conferências influenciarem a agenda pública também aumenta quando: i) a instituição-sede que formula e implementa a conferência possui centralidade política e orçamentária; ii) envolve participação de grupos empresariais; iii) o debate envolve temas da agenda econômica<sup>473</sup>.

Após a exposição teórica, analisam-se os elementos quantitativos deste instrumento. As conferências nacionais surgiram na década de 1940. Inicialmente, mais como um instrumento de articulação administrativa do que de participação. O seu contorno participativo se intensificou após a Constituição de 1988. Todavia, foi apenas durante o governo Lula que se tornou o principal mecanismo de participação social. Além do aperfeiçoamento qualitativo, o período entre 2003 e 2010 foi o com maior quantidade

---

<sup>470</sup> ROMÃO, Wagner. As manifestações de junho e os desafios à participação institucional. **Boletim de análise político-institucional**, v. 4, Brasília: IPEA, 2013.

<sup>471</sup> INSTITUTO PÓLIS; INESC. **Arquitetura da participação no Brasil: avanços e desafios**. Relatório 2 de pesquisa no projeto “Governança democrática no Brasil contemporâneo: Estado e Sociedade na construção de políticas públicas. Brasília, Ipea: 2011.

<sup>472</sup> AVRITZER, Leonardo. **Conferências nacionais: ampliando e redefinindo os padrões de participação social no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA (Texto para Discussão, n. 1739, 2012).

<sup>473</sup> PETINELLI, Viviane. As conferências públicas nacionais e a formação da agenda de políticas públicas do governo federal (2003-2010). **Revista Opinião Pública**, Campinas, v. 17, n. 1, jun. 2011, p. 228-250.

de conferências nacionais, como ilustra a tabela 13. Essa foi a época em que o maior número de atores sociais foi mobilizado. Envolveu, mais que nunca, múltiplos órgãos e agentes públicos. Diversificou consideravelmente o leque de temas abordados<sup>474</sup>.

Não é exagero dizer que atingiu, portanto, seu ápice, seguido por um crescente esvaziamento institucional. Essa percepção será sustentada por argumentos de ordem quantitativa e qualitativa, neste tópico 2.2.2.3.2 e no tópico 2.2.2.3.3. A começar pelo aspecto quantitativo, a tabela 13 relaciona o número de conferências nacionais realizadas desde a sua criação até hoje, por época e tema.

**Tabela 13**  
**Levantamento de conferências nacionais realizadas**  
**(1941-2020)**

Por período temporal		Por áreas de políticas públicas	
1941-1988	14	Agenda social (geral/outros)	58
1989-2002	29	Desenvolvimento/agenda ambiental e econômica	48
2003-2010	74	Saúde	42
2011-2016	42	Educação	22
2017-2019	11	*Atualizado até mar/2020.	
2020-2021*	5**	**Previstas	
<b>Total</b>	170 conferências nacionais já finalizadas <sup>475</sup>		

Elaborada pela autora a partir do cruzamento de cinco fontes de dados (Ipea, 2010; Ipea, 2012; Ipea, 2013; MPOG, 2013; BRASIL, 2020).

Os dados da tabela 13 mostram um movimento ascendente da quantidade de conferências nacionais realizadas nos três períodos iniciais. O intervalo de 1941-1988 corresponde a mais de quatro décadas de passos iniciais. Formalmente criadas em 1937<sup>476</sup>, as primeiras conferências (uma em saúde e outra em educação) só aconteceriam 4 anos depois. A gênese das conferências é fortemente ligada à pauta da saúde pública. Salvo a Conferência Nacional da Educação de 1941, todas as demais 13 conferências da época envolviam discussões de saúde<sup>477</sup>. Até hoje, a saúde é, sozinha, o tema mais recorrente.

<sup>474</sup> AVRITZER, Leonardo; SOUZA, Clóvis (Orgs.). **Conferências nacionais** – atores, dinâmicas participativas e efetividade. Brasília: Ipea, 2013.

<sup>475</sup> Esse resultado foi alcançado a partir do cruzamento de múltiplas fontes de dados. Os pontos de partidas foram os levantamentos anteriores do Ipea e de outros órgãos governamentais. Esses dados foram atualizados com pedidos de acesso à informação e consulta aos sites oficiais do governo federal. Havia, contudo, leves variações entre os diferentes quantitativos para a mesma época/tema (não mais que uma a três conferências, para mais ou menos). A abordagem escolhida foi sempre considerar o maior número.

<sup>476</sup> AVRITZER, Leonardo; SOUZA, Clóvis (Orgs.). **Conferências nacionais** – atores, dinâmicas participativas e efetividade. Brasília: Ipea, 2013.

<sup>477</sup> Ibid.

A promulgação da Constituição de 1988 e a década seguinte foi marcada pela consolidação desse instrumento participativo. Em um período bem menor, a quantidade de conferências dobrou. Começa, gradativamente, a deixar de ser exclusivo da saúde, apesar de ainda limitado. Como já adiantado, durante os dois mandatos do governo Lula as conferências mais que dobraram. A expansão temática também foi significativa. São realizadas as primeiras conferências nacionais nas mais diversas pautas sociais e para proteção de direitos de minorias<sup>478</sup>. Fixa-se, normativamente, a periodicidade mínima de convocação nas mais diversas modalidades temáticas de conferências. Isso contribui para a longevidade dessas estruturas. Traduziu-se, portanto, no período de ápice.

A soma dos dois interstícios seguintes corresponde a uma redução de cerca de 30% da quantidade de conferências realizadas. Malgrado o primeiro mandato de Dilma tenha mantido o volume de conferências do governo Lula, a crescente deterioração do seu apoio político e sucessivo impedimento limitou as suas possibilidades de convocação de espaços participativos. A maioria das conferências realizadas nos anos seguintes seguem o cronograma previsto, configurando apenas observância dos marcos temporais anteriores. Não há, em regra, expansão para abordar novos temas que surgiam na agenda governamental. Esse é o início do declínio no uso desse instrumento.

No governo Bolsonaro, há fortes sinais de consolidação do esvaziamento das conferências nacionais. Não se pode, todavia, desconsiderar que diversas conferências previstas para 2020 precisaram ser adiadas, em razão da pandemia da Covid-19, sem previsão de volta<sup>479</sup>.

Assim como nos mecanismos anteriores, passa-se, agora, à verificação da qualidade da participação em uma conferência nacional selecionada. A escolha da amostra envolveu a centralidade do tema que essa conferência discutia para a pesquisa.

Assim, foi selecionada a Conferência Nacional sobre Transparência e Controle Social (Consocial), coordenada pela CGU e realizada em 2012. Em 2009, a CGU organizou o 1º Seminário Nacional sobre Controle Social. Ao final do evento, os participantes entregaram um abaixo-assinado solicitando a convocação de uma

---

<sup>478</sup> Ibid.

<sup>479</sup> Por exemplo, a 5ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência foi adiada em virtude da pandemia (BRASIL. **Decreto nº 10.529, de 26 de outubro de 2020**. Altera o Decreto nº 10.255, de 27 de fevereiro de 2020, que convoca a Quinta Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Brasília: DOU, 2020. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.529-de-26-de-outubro-de-2020-284999799>>. Acesso em: 6 abr. 2022).



conferência no tema.<sup>480</sup> Com isso, o decreto de 8 de dezembro de 2010 convocou a 1ª Consocial. Seu objetivo era debater ações em prol da participação da sociedade civil na gestão pública e acesso à informação. Foi, contudo, revogado pelo Decreto de 8 de julho de 2011. Esse novo ato remarcou a Consocial para o ano seguinte (2012), em virtude de atraso nas etapas preparatórias.<sup>481</sup>

Sob a coordenação da CGU, a Consocial mobilizou quase 1 milhão de brasileiros, dentre os quais 150 mil pessoas foram diretamente envolvidas nas etapas preparatórias. Organizou-se em etapas: conferências municipais, regionais (mais de um município), estaduais, distrital, livres, virtuais, e, por fim, a etapa nacional. Desde a sua convocação inicial até o encerramento foram 17 meses.

As etapas municipais e regionais foram, em regra, convocadas pelo Executivo local. Totalizaram 837 municipais e 189 regionais. Quase 50% dos municípios brasileiros participaram. Nessa fase, foram eleitos os delegados estaduais e distritais. Selecionaram até 20 propostas, a serem discutidas na etapa seguinte.

As conferências estaduais e distrital foram realizadas em todas as unidades da federação. Debateram as propostas selecionadas nas conferências municipais e aprovaram as prioritárias. Elegeram os delegados para a etapa nacional.

Foram, também, realizadas 302 conferências livres. Não precisavam ser formalmente convocadas, bastando posterior envio do relatório sistematizando as propostas priorizadas. Podiam ser organizadas por segmentos da sociedade civil, conselhos de políticas públicas ou poder público.

Já a conferência virtual era aberta a qualquer cidadão com acesso à internet. Foi realizada no e-Democracia, ambiente digital da Câmara dos Deputados. Concentrou mais de 2 mil participantes, dos quais 10 foram selecionados para a etapa nacional. Ademais, outros programas e atividades especiais foram realizados no decorrer do período. Com eles, cerca de 740 mil pessoas foram mobilizadas em ações educativas sobre a Consocial.<sup>482</sup>

---

<sup>480</sup> BRASIL. Controladoria-Geral da União. **A Conferência Nacional sobre Transparência e Controle Social**. Brasília, 2010. Disponível em: <<https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/controle-social/consocial/a-conferencia>>. Acesso em: 6 abr. 2022.

<sup>481</sup> Esse decreto, por sua vez, foi recentemente revogado pelo Decreto nº 10.223/2020. Tratou-se de política conhecida como “revogaço”. Inseriu-se no rol de atos normativos secundários já implicitamente revogados, sem eficácia ou de vigência exaurida que o decreto buscava explicitamente revogar.

<sup>482</sup> BRASIL. Controladoria-Geral da União. **Relatório final da 1ª Consocial**. Brasília, 2014. Disponível em: <<https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/controle-social/consocial/produtos/relatorio-final>>. Acesso em: 6 abr. 2022.

Por fim, cerca de 1,3 mil pessoas participaram da etapa nacional em Brasília. Compareceram delegados de todas as unidades federativas, convidados e observadores para três dias de intensos debates. Em todo o processo, mais de 20 mil propostas foram produzidas. Dentre elas, 80 foram aprovadas, ao serem eletronicamente escolhidas pelos participantes como prioritárias.<sup>483</sup>

Descritos os principais aspectos da Consocial, analisa-se, na tabela 14, as suas dimensões qualitativas, a partir das pertinentes diretrizes da extinta Política Nacional de Participação Social (PNPS) – art. 12 do Decreto nº 8.243/2014:

**Tabela 14**

**Avaliação de conferência nacional a partir das dimensões da PNPS**

Diretrizes da PNPS	Consocial
Divulgação ampla e prévia	Rádio, vídeo, cartazes, internet, TV, D.O.U, releases do evento Canais de comunicação: portal da Consocial, email, redes sociais e SAC Dados: 300 mil visitas ao portal, 630 notícias publicadas, 280 documentos na biblioteca, 216 usuários no fórum virtual, 3.347 amigos no Facebook, 1.142 seguidores no Twitter, 128 amigos no Orkut, 3.385 exibições no Youtube, 2.685 emails recebidos, 2.404 ligações no SAC, 6 mil cartões postais distribuídos <sup>484</sup> . Média de 117 pessoas por conferência. Duração? Participação?
Diversidade dos participantes	60% sociedade civil; 30% poder público; 10% conselhos Etnias? Idade? Escolaridade?
Critérios e procedimentos para seleção dos representantes do governo e da sociedade civil	Eleição dos delegados Convocação pela sociedade civil se não fosse convocada pelo poder público até certo prazo
Integração das etapas	Sim Cronograma de convocação e encadeamento das etapas Conferências municipais e regionais – entre 4 a 7 meses. Até 30 dias da realização da correspondente etapa estadual/distrital Conferências estaduais e distrital – cerca de 4 meses. Conferências livres e virtuais – cerca de 6 meses <sup>485</sup> . 30 dias após para etapa nacional – sistematização (caderno de propostas)

<sup>483</sup> BRASIL. Controladoria-Geral da União. **Sumário Executivo da 1ª Consocial**. Brasília, 2014. Disponível em: <<https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/controle-social/consocial/produtos/sumario-executivo>>. Acesso em: 6 abr. 2022.

<sup>484</sup> BRASIL. Controladoria-Geral da União. **Relatório final da 1ª Consocial**. Brasília, 2014. Disponível em: <<https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/controle-social/consocial/produtos/relatorio-final>>. Acesso em: 6 abr. 2022.

<sup>485</sup> BRASIL. Controladoria-Geral da União. **A Conferência Nacional sobre Transparência e Controle Social**. Brasília, 2010. Disponível em: <<https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/controle-social/consocial/a-conferencia>>. Acesso em: 6 abr. 2022.

Procedimentos metodológicos e pedagógicos	Coordenação pela Comissão Organizadora Nacional. Composta por representantes do governo e sociedade civil. Debates em quatro grandes eixos temáticos. Grupos de trabalho. Debate orientado por um texto-base. Conceitos relevantes, contextualização, legislação, panorama cenário atual sobre cada eixo temático. Balanço sobre como o tema foi incidentalmente abordado nas 74 conferências nacionais de 2003 a 2010 <sup>486</sup> . Regimento interno. Manuais. Etapa nacional: Caderno de propostas (sistematização propostas das conferências estaduais, distrital, livres e virtual para as deliberações na etapa nacional). 16 grupos de trabalho, 4 para cada eixo temático, cada um com até 90 participantes. Conduzidos por facilitadores experientes. Processo de priorização eletrônica pelos delegados.
Publicidade dos resultados	Sim. Relatório final
Periodicidade de realização	Nunca mais foi realizada. Descontinuidade da conferência.
Modelo de acompanhamento de suas resoluções	CGU assumiu o papel de coordenação do encaminhamento e implementação das propostas aprovadas. Relatório foi encaminhado a autoridades públicas de todos os poderes nas três esferas de governo Divulgação dos encaminhamentos no site e redes sociais da Consocial que, supostamente, continuariam ativos e funcionariam como canal permanente de comunicação com a sociedade. Módulo informatizado integrado ao portal da Consocial para monitorar a implementação Todavia, o site específico da Consocial já está fora do ar Construção de um Plano Nacional de Transparência e Controle Social Não houve. Não há informações sobre o que foi implementado no site oficial do governo.

Elaborada pela autora com dados extraídos de CGU, 2012.

Com isso, encerra-se a análise das conferências. Por fim, realiza-se, em sequência, um panorama geral da tipologia de mecanismos participativos do Executivo federal.

#### 2.2.5.4 Panorama dos mecanismos participativos

As vias de participação social na construção de políticas públicas são incontáveis. De acordo com o momento de instituição, a duração, o tema, a natureza, os envolvidos, dentre tantas outras eventuais dimensões e combinações, manifestam-se diversas possibilidades de experimentações democráticas. Disso decorre uma tipologia

---

<sup>486</sup> Ibid.

altamente diversificada de espaços participativos, oficialmente formalizados ou não<sup>487</sup>. Nas últimas décadas, assistiu-se a uma crescente institucionalização de novos processos deliberativos nos diversos níveis de governo e três poderes, especialmente com os avanços tecnológicos alcançados, que abriram novas portas para a virtualização e multiplicação das interfaces socioestatais.

Diante desses inúmeros canais participativos, fica a reflexão acerca da efetividade. Haveria suficiente articulação entre esses espaços? São, realmente, participativos? Há fragmentação excessiva? Os diálogos setoriais acontecem? Acontecem também entre diferentes setores, adotando uma visão mais global e articulando políticas? Como é o monitoramento dos resultados desses canais?

São perguntas que guiarão as conclusões parciais do capítulo, após as considerações teóricas sobre a concepção de democracia que sustenta essa pesquisa: o modelo coparticipativo de Ronald Dworkin e a análise de um exemplo prático de como os EUA implementou a participação através da plataforma *Regulation.Gov*.

### **2.3 O modelo coparticipativo de democracia de Dworkin e a experiência dos EUA no *Regulation.gov*: como se aproximar destes modelos?**<sup>488</sup>

#### 2.3.1 Democracia coparticipativa de Dworkin

Em *Justice for Hedgehogs*, ao desenvolver sobre a sua teoria da unidade do valor, Dworkin constrói uma rede integrada e coerente de conceitos políticos, filosóficos e morais que dependem uns dos outros e se sustentam mutuamente. Dentro dessa estrutura, está o ideal coparticipativo de democracia, contraposto àquele baseado exclusivamente no princípio majoritário, que pode constituir uma ameaça à independência ética das minorias<sup>489</sup>.

---

<sup>487</sup> No Decreto nº 8.243/2014, referente à extinta Política Nacional de Participação Social, além das instâncias participativas tradicionais já expostas neste tópico ou daquelas que ainda serão analisadas neste capítulo, previam-se, também, as chamadas mesas de diálogo e fóruns interconselhos. A primeira é conceituada como mecanismo de debate e negociação entre o setor do governo envolvido e da sociedade civil para prevenir, mediar e solucionar conflitos sociais (art. 2º, VI). Aproxima-se, portanto, das figuras da mediação e conciliação do processo civil. Já a segunda envolve a articulação entre diferentes conselhos ou comissões de políticas públicas, considerando a natureza intersetorial e transversal do tema em debate (art. 2º, VII).

<sup>488</sup> A autora já aprofundou no tema na Parte IV de sua obra anterior: MACIEL, Caroline Stéphanie Francis dos Santos. **Instituições e Políticas Públicas**: o jogo político na elaboração das leis em educação. Belo Horizonte: Arraes, 2020.

<sup>489</sup> DWORKIN, Ronald. **Justice for Hedgehogs**. Cambridge: The Belknap Press of Harvard University Press, 2011.

Nas suas palavras, “a concepção de democracia coparticipativa [...] sustenta que autogoverno não é o governo de uma maioria que exerce sua autoridade sobre todos, mas o governo de todas as pessoas atuando como parceiras”<sup>490</sup>. Essa parceria na construção das decisões políticas não significa buscar alto grau de consenso ou unanimidade, mas sim que haja um esforço contínuo em prol da igual consideração e respeito pela opinião e participação de todos os membros da comunidade.

A partir do conceito interpretativo e histórico de democracia coparticipativa de Dworkin, sustenta-se que a atuação do Estado deve ser guiada pelo esforço contínuo em prol da plena dignidade dos seus cidadãos. Em outras palavras, as atividades governamentais e suas políticas públicas devem se basear em uma interpretação possível dos dois princípios da dignidade humana desenvolvidos por Dworkin, a saber, a igual consideração por cada cidadão – a igualdade – e o igual respeito pela responsabilidade de cada cidadão de tomar suas decisões – a liberdade<sup>491</sup>.

Quanto mais se afasta desses ideais, menos democrática é a decisão pública e vice-versa. Por isso, a democracia é uma questão de grau: um governo pode ser mais ou ser menos democrático conforme suas políticas públicas cumprem, em maior ou em menor grau, os ditames da dignidade humana (isto é, da igualdade e da liberdade).

Dworkin reflete, ainda, sobre como deve se dar a distribuição do poder político em uma democracia. Destaca que não se trata de buscar dar a todos o mesmo poder político, pois isso seria impossível. A questão gira em torno do *status* ou posição política, isto é, empenhar-se para que nenhum cidadão tenha impacto político menor que o outro, por razões que inferiorizem a consideração e respeito (isto é, que afrontem os dois princípios da dignidade: igualdade e liberdade). Por exemplo, a decisão que estabelece um critério de renda, gênero ou etnia para excluir membros da sociedade da participação política seriam violações explícitas à igualdade e liberdade e, portanto, de natureza antidemocrática.

Desse modo, o objetivo da democracia é que as decisões políticas sejam “tomadas por instituições políticas cuja estrutura, composição e modo de operação dediquem a todos os membros da comunidade, enquanto indivíduos, a mesma consideração e o mesmo respeito”<sup>492</sup>. Isso significa que o funcionamento das instituições

---

<sup>490</sup> Ibid, p. 384.

<sup>491</sup> Ibid.

<sup>492</sup> DWORKIN, Ronald. **O direito da liberdade**: uma leitura moral da Constituição norte-americana. São Paulo: Martins Fontes, 2006, p. 26.



públicas observará em maior grau as condições democráticas quanto maior a abertura, transparência e horizontalidade, conferindo a possibilidade de um amplo leque de atores participarem do processo decisório. Se, no entanto, ocorre o oposto, afasta-se do ideal democrático coparticipativo buscado. Esse trecho exprime, por fim, essa perspectiva teórica:

[...] a democracia coparticipativa sofre danos quando **alguns grupos de cidadãos não têm oportunidade nenhuma – ou a têm bem reduzida – de defender suas convicções porque não têm fundos para competir com doadores ricos e poderosos**. Ninguém pode, plausivelmente, considerar-se parceiro em uma empreitada de autogoverno quando é completamente alijado do debate político por não poder custear um preço altíssimo de admissão<sup>493</sup> (grifo nosso).

Assim, se um agente público toma uma decisão política influenciado pelo posicionamento de uma empresa em posição de dominância, sem tratar as suas concorrentes de mercado com igual consideração e respeito, conferindo-lhes o mesmo acesso à participação, se está diante de uma decisão antidemocrática.

Baseando-se nesses pressupostos teóricos, verifica-se, que o atual processo de tomada de decisões públicas narrado neste capítulo tem apresentado reduzido grau democrático, na medida em que:

I) Nem todos têm acesso a informações e autoridades públicas, havendo considerável assimetria na incidência política, em uma afronta à igualdade. Com a pandemia de Covid-19, essa desigualdade política se intensificou, seja pelas restrições de acesso à informação (MP nº 928/2020), seja pela eliminação de estruturas colegiadas (Decreto nº 9.759/2019) ou, ainda, pelas novas limitações enfrentadas pela sociedade civil e por agentes econômicos não dominantes no *advocacy*;

II) A capacidade participativa de alguns grupos sociais afetados é reduzida, de modo que a sua perspectiva nem sempre é levada em consideração na construção da política pública. Em outras palavras, com frequência, alguns grupos sociais e privados não são convidados a fazerem parte de uma decisão que afeta a sua liberdade e se veem alijados do processo decisório;

---

<sup>493</sup> Tradução livre da autora do original em inglês: “[...] but partnership democracy is damaged when some groups of citizens have no or only a sharply diminished opportunity to appeal for their convictions because they lack the funds to compete with rich and powerful donors. No one can plausibly regard himself as a partner in an enterprise of self-government when he is effectively shut out from the political debate because he cannot afford a grotesquely high admission price” (DWORKIN, Ronald. **Sovereign virtue: the theory and practice of equality**. Harvard: Harvard University Press, 2002, p. 364).

III) A ampla propagação de notícias falsas e considerável dependência dos brasileiros de fontes de informação não confiáveis, como redes sociais, são fatores que afetam a qualidade das eleições brasileiras. Assim, o relatório de 2020 do V-dem constatou elevado retrocesso nas quatro dimensões democráticas brasileiras, inclusive a eleitoral;

IV) Uma significativa queda na qualidade da motivação das decisões públicas, que acena para a expansão do patrimonialismo no governo federal e gera desconfiança social nas instituições públicas. Nos últimos anos, foram frequentes as discórdias públicas entre representantes políticos dos três Poderes, contaminando-se a credibilidade institucional de importantes símbolos da democracia e república brasileira;

V) Uma crescente desconsideração e desrespeito (no sentido de Dworkin) pela atuação de organizações da sociedade civil, gerando um ciclo vicioso de distanciamento e falta de cooperação entre sociedade civil e governo, prejudicial aos cidadãos;

VI) O uso tímido e inefetivo dos mecanismos de participação direta (referendo, plebiscito e iniciativa popular). Similarmente, a redução na frequência de uso de audiências e consultas públicas e de conselhos e conferências nacionais, bem como baixo impacto das contribuições nas políticas públicas construídas. Esse diagnóstico foi reforçado pelas percepções das organizações da sociedade civil coletadas pelo questionário aplicado.

É preciso, portanto, elevar o grau democrático desse processo através de medidas que promovam a igualdade e liberdade, através do acesso à informação e da participação, na busca por um modelo mais próximo do ideal coparticipativo de democracia de Dworkin.

A busca pelo fortalecimento democrática passa pela corrosão das bases de incitação ao autoritarismo. Assim, envolve a adoção de abordagens políticas e estratégias eleitorais de despolarização social, rompendo com a escalada de retaliações polarizadas, a disseminação massiva de contrainformações e de métodos de checagem de veracidade de dados divulgados e, por fim, o combate à propaganda autoritária e consequente desmoronamento da ilusão de governo antidemocrático limpo e não corrupto. Contribui, ainda, a existência de um ambiente internacional favorável à democracia e de instituições internacionais de renome aptas a pressionar pela recuperação democrática do país<sup>494</sup>.

---

<sup>494</sup> DIAMOND, Larry. Breaking out the democratic slump. *Journal of Democracy*, v. 31, n. 1, p. 36-50, jan. 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1353/jod.2020.0003>>. Acesso em: 2 jun. 2020.

Outro fator relevante é a atuação coordenada e articulada de coalizões políticas pró-democráticas, compostas pela união de uma frente democrática, que congregue forças partidárias e institucionais em prol do movimento democrático. Muitas vezes, há diferenças ideológicas e dificuldades em unir forças entre projetos de poder defensores da democracia, mas opostos. Em última instância, buscam o poder e não querem fortalecer seus adversários políticos. Todavia, se a democracia está em risco, não há outro caminho; a proteção da democracia exige um trabalho árduo, de negociações, compromissos e concessões entre aqueles que compõem o *establishment* político.

Apesar do crescimento de regimes autoritários no mundo, também houve um substancial aumento de protestos sociais pró-democracia, de 27% em 2009 para 44% em 2019. O fato de que boa parcela dos cidadãos tem reagido aos ataques às liberdades civis e ao Estado de Direito é um sinal de esperança<sup>495</sup>. A constante e rápida mobilização social para a defesa da democracia é uma ferramenta essencial para combater os menores indícios de tendências autoritárias dos governos.

No que tange às instituições partidárias, Levitsky e Ziblatt explicam que os partidos devem funcionar como guardiões da democracia. Isso abrange a sua capacidade de se distanciar das forças extremistas e de não formar alianças com partidos e candidatos antidemocráticos. Com isso, busca-se isolar sistematicamente os demagogos extremistas, ao invés de legitimá-los, de modo a não normalizar suas condutas, nem propiciar sua respeitabilidade pública. É o que expõe o trecho abaixo:

Demagogos potenciais existem em todas as democracias, e, ocasionalmente, um ou mais de um deles faz vibrar a sensibilidade pública. Em algumas democracias, porém, líderes políticos prestam atenção aos sinais e tomam medidas para **garantir que os autoritários fiquem à margem, longe dos centros de poder**. Ao serem confrontados com extremistas e demagogos, eles fazem um esforço orquestrado para isolá-los e derrotá-los. Embora as respostas populares aos apelos extremistas sejam importantes, mais importante é saber se **as elites políticas, e sobretudo os partidos, servem como filtros**. Resumindo, **os partidos políticos são os guardiões da democracia**<sup>496</sup> (grifos nossos).

Há, também, um grande peso dos arranjos institucionais e regras informais para conter e extirpar comportamentos políticos autoritários. Para Levitsky e Ziblatt, a

<sup>495</sup> VARIETIES OF DEMOCRACY INSTITUTE. **Democracy Report 2020** – autocratization surges, resistance grows. Gotemburgo, Suécia: University of Gothenburg, 2020. Disponível em: <[https://www.v-dem.net/media/finder\\_public/f0/5d/f05d46d8-626f-4b20-8e4e-53d4b134bfc/democracy\\_report\\_2020\\_low.pdf](https://www.v-dem.net/media/finder_public/f0/5d/f05d46d8-626f-4b20-8e4e-53d4b134bfc/democracy_report_2020_low.pdf)>. Acesso em: 6 jun. 2020.

<sup>496</sup> LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. São Paulo: Zahar, 2018, p. 33

tolerância mútua e a reserva institucional são as duas normas não escritas que preservam o funcionamento da democracia. Tolerância mútua é o reconhecimento mútuo da legitimidade dos adversários políticos de competir pelo poder e reserva institucional é a moderação no uso de prerrogativas institucionais, de modo a evitar ações que possam violar a intenção por detrás da letra da lei.<sup>497</sup> As normas expressas e direitos constitucionais não são suficientes para proteger o ambiente democrático. Desse modo, é preciso reconhecer o peso das regras informais e não escritas no jogo democrático para a garantia da legitimidade das decisões públicas e da manutenção de um ambiente de confiança mútua.

Por fim, as instituições fortes, autônomas e independentes, que funcionem de modo adequado a se fiscalizarem mutuamente, também contribuem para o equilíbrio democrático, garantindo que não haja abuso de poder. É o que expõe o trecho a seguir:

Para que o sistema constitucional funcione como esperamos que funcione, o Executivo, o Congresso e o Judiciário têm que encontrar um equilíbrio delicado. Por um lado, **o Congresso e os tribunais precisam supervisionar e, quando necessário, frear o poder do presidente.** Eles têm que ser **cães de guarda da democracia.** Por outro lado, o Congresso e os tribunais devem permitir que o governo opere<sup>498</sup> (grifo nosso).

Uma das bases da democracia é a confiança dos cidadãos nos processos deliberativos públicos, fomentada pela boa fé pública. Assim, a expansão das redes de colaboração do Estado e adoção de um modelo mais transversal são medidas de alto valor democrático, atuando enquanto meios e fins para a democracia, ao enfraquecer a desconfiança estrutural. Nesse sentido, deve haver um esforço contínuo em prol do paradigma de “Estado em rede”, dando ênfase aos eixos da governança participativa e da administração para a cidadania. Conforme explica Maria Coeli:

O Estado em Rede, sob denominações diversas, é uma arquitetura político-administrativa de **difusão do poder decisório** da esfera pública em uma rede articulada de governança, na qual o ente estatal compartilha sua autoridade internamente e com instituições, instâncias, organizações e atores diversos, conexiões por pontos nodais que sustentam múltiplas relações de distensão do poder em lógica pluricêntrica<sup>499</sup> (grifo nosso).

---

<sup>497</sup> Ibid.

<sup>498</sup> Ibid, p. 142.

<sup>499</sup> PIRES, Maria Coeli Simões. Transparência e responsabilidade na gestão pública. In: SEMINÁRIO DO TRIBUNAL DE CONTAS DE MINAS GERAIS, 2011, Belo Horizonte. **Estado em Rede e transparência.** Belo Horizonte: TCEMG, jun. 2011, p. 61.

O paradigma do “Estado em rede” se sustenta em um amplo arcabouço principiológico. Em primeiro lugar, seus pilares são a transparência e participação, de modo a conferir informação e legitimidade democrática às decisões públicas com o crescente compartilhamento da gestão e responsabilidade a ela inerente. A modernização tecnológica das estruturas estatais e o aprimoramento e capacitação técnica dos agentes públicos são igualmente importantes. Por fim, o planejamento e a coordenação da ação administrativa, de modo a não haver sobreposição de competências e duplicidade de decisões, se buscar a flexibilidade decisória, com um perfil de Estado mais aberto à negociação e, ainda, a descentralização do poder, utilizando-se níveis mais próximos do cidadão<sup>500</sup>.

### 2.3.2 Caso de sucesso do governo federal estadunidense

Ultrapassadas as considerações teóricas, passa-se à análise das plataformas *Regulation.Gov* e *FederalRegister.gov* do governo federal estadunidense, bem como do projeto *Regulation Room*.

O *E-Government Act of 2022* obrigou que as agências aceitassem comentários em consultas públicas por meios eletrônicos e, por causa disso, cerca de 300 agências governamentais passaram, paulatinamente, a usar a plataforma *Regulation.Gov* para cumprir essa exigência<sup>501</sup>.

Nesse sentido, segundo o *Administrative Procedure Act (APA) – 5 U.S.C. Subchapter II*<sup>502</sup>, agências governamentais devem obrigatoriamente informar aos cidadãos sobre novas regras e conferir-lhes a oportunidade de contribuir com “dados, pontos de vista e argumentos”, a serem considerados na tomada da decisão pública. Nesse sentido, percebe-se que a obrigatoriedade da medida gera adesão pelos órgãos governamentais e o fato de abarcar opiniões pessoais torna gera adesão popular, tornando a participação mais próxima dos cidadãos leigos e demonstrando que tais opiniões são relevantes para a decisão pública.

---

<sup>500</sup> Ibid.

<sup>501</sup> USA GOVERNMENT. **Public Law 107-347: E-Government Act of 2022**. Congress, 2002. Disponível em: <<https://www.congress.gov/107/plaws/publ347/PLAW-107publ347.pdf>>. Acesso em: 3 abr. 2022.

<sup>502</sup> USA GOVERNMENT. **Administrative Procedure Act (5 U.S.C Subchapter II)**. Office of the Federal Register, 1946. Disponível em: <<https://www.archives.gov/federal-register/laws/administrative-procedure>>. Acesso em: 25 mar. 2022.



Além disso, as agências federais devem dar publicidade sobre como coletam e analisam os comentários recebidos, divulgando, em regra, os comentários enviados<sup>503</sup>. Existe um requisito de que as agências são obrigadas a considerar as “matérias relevantes apresentadas” por pessoas interessadas, adequando o curso decisório, se for este o caso. Cabe à agência interpretar quais contribuições são relevantes e que levantam questões significativas. Caso esse procedimento não seja observado, o Judiciário estadunidense pode derrubar uma regulação de uma agência, por ter desconsiderado uma matéria relevante apresentada por um cidadão em uma consulta pública<sup>504</sup>.

Esse procedimento fortalece a participação social, assegurando que não seja meramente formal, pois se for relevante, tem que ser considerada. Apesar disso, preserva-se a autonomia administrativa na interpretação do requisito. Com isso, propicia-se uma tomada de decisão mais informada e cria-se uma via para questionamento de decisões arbitrárias. No Brasil, um procedimento similar poderia dar mais efetividade à participação e garantir que os cidadãos receberão devolutiva de suas contribuições, o que ainda é um problema. Apesar de, por exemplo, agências reguladoras serem obrigadas a realizar consultas públicas e a divulgar seu posicionamento sobre as contribuições, não há essa obrigação de modificar a regra divulgada para levar em conta as contribuições relevantes na tomada de decisão.

Segundo o *Administrative Conference of the United States (ACUS)*<sup>505</sup>, o principal problema enfrentado nos EUA atualmente em relação à participação em decisões públicas é o fato de que a tecnologia aumentou consideravelmente o volume e canais de recebimento de contribuições. Com isso, essa agência estabelece algumas boas práticas para as demais agências governamentais estadunidenses ao analisar os três tipos de dificuldades atuais em consultas públicas, quais sejam, comentários em massa, uso de

---

<sup>503</sup> Excepcionalmente, as agências não divulgam comentários duplicados (ou que compõe uma campanha de comentários em massa), incompletos, não relacionados àquela regulação, identificados como *spam*, que contenha dados que identifica uma pessoa no documento, com linguagem inapropriada ou profana ou se o usuário requerer a confidencialidade (USA GOVERNMENT. **Regulation.gov** – write a comment, 2022. Disponível em: <[https://www.regulations.gov/commenton/EIB\\_FRDOC\\_0001-0666](https://www.regulations.gov/commenton/EIB_FRDOC_0001-0666)>. Acesso em: 23 mar. 2022).

<sup>504</sup> USA GOVERNMENT. **Administrative Conference Recommendation 2021-1** – managing mass, computer-generated, and falsely attributed comments. Administrative Conference of The United States, 2021. Disponível em: <<https://www.acus.gov/sites/default/files/documents/Final%20-%20Managing%20Mass%20Computer-Generated%20and%20Falsely%20Attributed%20Comments.pdf>>. Acesso em: 24 mar. 2022.

<sup>505</sup> Trata-se de uma agência federal independente, no âmbito do Poder Executivo, composta por representantes do setor privado e público, especialistas, para recomendar melhorias em processos e procedimentos administrativos (USA GOVERNMENT. **Administrative Conference of the United States** – about, 2022. Disponível em: <<https://www.acus.gov/#node-7>>. Acesso em: 20 mar. 2022).

robôs e comentários falsos, analisados na tabela 15. De forma geral, a proposta envolve o uso de tecnologia para processar da forma mais eficiente possível e assegurar devolutiva e transparência aos cidadãos.

**Tabela 15**  
**Comentários problemáticos em consultas públicas nos EUA**

	<b>Em massa</b>	<b>Robotizados</b>	<b>Falsos</b>
<b>Conceito</b>	Elevado volume de comentários substancialmente idênticos	Comentários gerados por <i>software</i>	Comentários atribuídos a pessoa que não o submeteu
<b>Problema</b>	Volume elevado para análise individualizada	Baixo valor informacional. Não preenche o requisito da regulação de ter sido apresentado por pessoa interessada.	Baixo valor informacional e configura afronta à legislação vigente.
<b>Solução técnica para a análise</b>	Adoção de ferramenta de catalogação. Assim, fazer uso de <i>software</i> de <i>de-duplication</i> para processar, buscar e extrair informações comuns a grande número de comentários. Tal tecnologia é usada, por exemplo, em base de dados jurídicas como <i>Westlaw</i> e <i>LexisNexis</i> . Após, realizar análise única para todos os comentários em massa.	Criação de filtros para diferenciar, impedir ou limitar contribuições com uso de robôs. Para tanto, fazer uso de tecnologias que verificam se o comentário foi feito por humano, como reCAPTCHA.	
<b>Boa prática</b>	Estimular empresas e sociedade civil organizada a entregar contribuições coletivas. Para tanto, criar ferramenta que possibilite a multiplicidade de assinaturas em uma mesma resposta a consulta pública por instituições ou pessoas diferentes.	Proibir o uso de robôs na elaboração do conteúdo dos comentários nos termos de participação da plataforma. Após, descartar comentários que conseguirem ultrapassar o filtro e dar essa devolutiva à sociedade, demonstrando que comentários automatizados são desconsiderados. Ademais, suspender ou	Proibir a apropriação de identidade de outrem na realização do cadastro, fazendo referência à legislação vigente nos termos de participação da plataforma. Após, descartar os comentários falsos e dar essa devolutiva à sociedade, demonstrando que comentários falsos são desconsiderados e sujeitam o autor às

**Solução para a  
publicidade do  
resultado**

	remover usuários robôs ou que desrespeitam os termos de participação. Com isso, desestimula-se o seu uso.	penas da lei. Ademais, remover usuários que se apropriam de identidade alheia. Com isso, desestimula-se seu uso.
Dar publicidade apenas de amostra de contribuições substancialmente idênticas recebidas, assegurando <i>disclosure</i> sobre o volume total de comentários.	Dar publicidade aos termos de participação, aos comentários descartados por uso de robôs e ao volume de usuários suspensos ou removidos, com a devida anonimização.	Dar a oportunidade à pessoa cujo nome foi utilizado de solicitar a anonimização ou a exclusão da contribuição enviada. Dar publicidade de comentários falsos descartados, anonimizando o usuário que o submeteu.

Elaborada pela autora com dados extraídos de ACUS, 2022.

Além disso, a plataforma *Regulation.Gov* permite o envio de comentários anônimos, apesar de a decisão de permiti-los caber à agência governamental, o que é uma boa prática para evitar retaliações políticas a instituições ou cidadãos, especialmente em localidades menores, tal como faz o e-SIC federal brasileiro. Todavia, para se verificar a humanidade e veracidade do comentário, é importante que haja a coleta dos dados do cidadão e que alguma agência governamental – possivelmente a responsável pela plataforma – faça o tratamento, anonimizando-os antes de enviar à agência que abriu a consulta pública.

Apesar da possibilidade de anonimização na *Regulation.Gov*, por causa da desconfiança social na coleta de dados pelo governo federal, a possibilidade de comentar de forma anônima na plataforma *Regulation Room*<sup>506</sup> – administrada por uma universidade federal – cria um ambiente seguro para que novos *stakeholders* participem de consultas públicas. Neste caso, os pesquisadores do *Regulation Room* formalizam a contribuição no *Regulation.Gov* em nome da instituição, resumizando o que foi discutido pelos usuários<sup>507</sup>. Além de os usuários terem a oportunidade de opinar no documento final

<sup>506</sup> A plataforma *Regulation Room* é um projeto do *Cornell eRulemaking Initiative* que busca ajudar os cidadãos a entenderem e participarem de consultas públicas, cooperando com agências governamentais. (CORNELL ERULEMAKING INITIATIVE. **Regulation Room**. Disponível em: <<http://www.regulationroom.org/learn/what-regulationroom>>. Acesso em: 3 abr. 2022.

<sup>507</sup> EPSTEIN, D.; NEWHART, M.; VERNON, R. Not by Technology Alone: The “Analog” Aspects of Online Public Engagement in Policymaking, **Cornell eRulemaking Initiative Publications**, n. 18, p. 1-30, 2012. Disponível em: <<https://scholarship.law.cornell.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1017&context=ceri>>. Acesso em: 2 abr. 2022.

a ser submetido<sup>508</sup>, outras medidas são adotadas para assegurar uma participação efetiva, deliberativa e informada. Um exemplo é a elaboração de um sumário executivo da regra proposta e documentação divulgada pelo governo, de modo que se diminui o custo de participação relacionado ao excesso informacional, em formato mais acessível e didático para o cidadão leigo<sup>509</sup>.

Outro fator relevante é que a participação em massa não seja tratada pela administração pública como um problema em si, principalmente porque é relativamente raro<sup>510</sup>. Pelo contrário, o sucesso de uma política participativa está justamente na ampla adesão popular e o fato de que a sociedade pensa de determinada forma sobre um assunto é de interesse público, seja para corrigir o curso decisório, seja para desenvolver

<sup>508</sup> REGULATION ROOM. **Summary of Discussion on RegulationRoom.org**: 2012 Truth in Lending Act (Regulation Z) Mortgage Servicing (Docket ID: CFPB-2012-0033) and 2012 Real Estate Settlement Procedures Act (Regulation X) Mortgage Servicing Proposal (Docket ID: CFPB-2012-0034), 2012. Disponível em: <[http://www.regulationroom.org/docs/Regulation+Room+submission+to+CFPB+mortgage+servicing+rules+10\\_9\\_2012.pdf](http://www.regulationroom.org/docs/Regulation+Room+submission+to+CFPB+mortgage+servicing+rules+10_9_2012.pdf)>. Acesso em: 2 abr. 2022.

<sup>509</sup> Alguns documentos disponibilizados em consultas públicas das agências têm mais de 100 páginas, com linguagem altamente técnica. Uma análise constatou que o nível de leitura desses materiais é acima da habilidade de mais de 80% dos adultos dos EUA (FARINA, C.; NEWHART, M.; BLAKE, C. The problem with words: Plain language and Public participation in Rulemaking, **Cornel Law School**, n. 15-08, p. 1-36, 2015. Disponível em: <<https://deliverypdf.ssrn.com/delivery.php?ID=471009102086027125069102005070088123061037004077091082097072007101006117124115108091001009026029106125054080116098125113085072024034037055050079124028091008072102008029054039095029074116022095022008098096092071067076116080005113091082022100080087096088&EXT=pdf&INDEX=TRUE>>. Acesso em: 2 abr. 2022).

<sup>510</sup> Um exemplo de consulta pública que contou com campanha de comentários em massa foi sobre a neutralidade de rede aberta pela *Federal Communication Commission* (FCC), gerando um volume de 22 milhões de comentários, dentre os quais 18 milhões eram falsos e 7,7 milhões foram submetidos por uma única pessoa. Foi necessário que a FCC levasse em conta na decisão pública a relevância das opiniões dos cidadãos ordinários na delimitação do interesse público. Para tanto, foi preciso filtrar os comentários repetitivos, falsos e robotizados (USA GOVERNMENT. **Restoring Internet Freedom**. Federal Register, 2018. Disponível: <<https://www.federalregister.gov/documents/2018/02/22/2018-03464/restoring-internet-freedom>>. Acesso em: 30 mar. 2022). USA GOVERNMENT. **General Services Administration Public Meeting on Mass & Fake Comments**. Federal Register, 2020. Disponível em: <<https://www.regulations.gov/document/GSA-GSA-2019-0002-0028>>. Acesso em: 29 mar. 2022). YALE JOURNAL REGULATION. **Randolph J. May on Mass Comments and the FCC's Net Neutrality Proceedings (ACUS Update)**. Administrative Conference Update Series, 2021. Disponível em: <<https://www.yalejreg.com/nc/randolph-j-may-on-mass-comments-and-the-fccs-net-neutrality-proceedings-acus-update/>>. Acesso em: 29 mar. 2022). Milhões de pessoas clamavam pela necessidade de uma internet aberta, não discriminatória e gratuita, pauta do governo Obama na época, impedindo que provedores bloqueassem sites ou limitassem os usuários. (USA GOVERNMENT. **Net neutrality – President Obama's Plan for a free and Open Internet**, 2015. Disponível em: <<https://obamawhitehouse.archives.gov/net-neutrality>>. Acesso em: 30 mar. 2022). Hoje, a discussão evoluiu para a necessidade de acesso não discriminatório de plataformas digitais pelos usuários finais e profissionais, que têm sofrido com discriminações ou condições (comerciais ou técnicas) não isonômicas estabelecidas em termos de uso arbitrários. Por causa disso, na União Europeia está em vias de aprovação o *Digital Markets Act* (DMA), estabelecendo obrigações aos chamados *gatekeepers*, a serem tratados como *common carriers* tal como ocorreu no passado (EUROPEAN COMMISSION. **Digital Markets Act: ensuring fair and open digital markets**, 2020. Disponível em: <[https://ec.europa.eu/info/strategy/priorities-2019-2024/europe-fit-digital-age/digital-markets-act-ensuring-fair-and-open-digital-markets\\_en](https://ec.europa.eu/info/strategy/priorities-2019-2024/europe-fit-digital-age/digital-markets-act-ensuring-fair-and-open-digital-markets_en)>. Acesso em: 20 mar. 2022).

campanha de sensibilização e informação sobre o tema<sup>511</sup>. Todavia, isso não significa que se deve analisar o volume de participação como algo benéfico em si. Primeiramente, não se pode dizer que quanto maior a participação, maior a qualidade da política pública, não havendo relação de causalidade entre essas variáveis. Ademais, uma elevada quantidade de comentários pode configurar apenas uma participação formal, sendo que é muito mais efetiva uma elevada qualidade das contribuições trazidas, com aspectos deliberativos e propositivos. Cidadãos expressarem seu mero descontentamento com uma política não ajuda a agência a construir uma política pública melhor, ainda que revele os problemas. Assim, é melhor trocar volume de participação por qualidade da participação, isto é, contribuições de elevado valor para a tomada da decisão pública<sup>512</sup>. Ainda que os canais participativos devam ser efetivamente disponíveis a todos, nem toda contribuição será determinante para a política pública.

Nesse sentido, as opiniões dos cidadãos leigos em consultas públicas trazem contexto prático da comunidade afetada e, principalmente, de indivíduos que são sub-representados politicamente, por questões de classe, gênero, etnia, orientação sexual, religião, dentre outras. Há, portanto, elevado valor do conhecimento e experiência situacionais de *stakeholders* afetados pela regulação, que comumente pode ser extraído de narrativas pessoais e histórias enviadas em consultas públicas. Um processo participativo-deliberativo de mais qualidade envolve: i) mapeamento completo de afetados, assegurando que grupos sociais que historicamente não participam de consultas públicas sejam engajados através de campanhas especificamente direcionadas a eles; ii)

---

<sup>511</sup> Isso não se confunde com o uso de comentários em massa como estratégia de mobilização social por campanhas financiadas para aprovar ou rejeitar uma regulação, sem informar devidamente o público. O “ruído” criado por essas campanhas dificulta o trabalho da agência de selecionar as contribuições substantivas e relevantes, tornando o processo participativo mais custoso para o Estado. Em caso de campanhas que propagam a desinformação ou manipulam a sociedade, deve haver a responsabilização dos agentes envolvidos (YALE JOURNAL REGULATION. **Randolph J. May on Mass Comments and the FCC’s Net Neutrality Proceedings (ACUS Update)**. Administrative Conference Update Series, 2021. Disponível em: <<https://www.yalejreg.com/nc/randolph-j-may-on-mass-comments-and-the-fccs-net-neutrality-proceedings-acus-update/>>. Acesso em: 29 mar. 2022). Nesse sentido, recomenda-se que os grupos de interesse assegurem que obtiveram consentimento válido dos cidadãos antes de submeterem um comentário em seu nome. Ademais, o governo deve implementar medidas técnicas que garantam que os grupos de interesse serão responsabilizados pelas contribuições que submetem. Por fim, reguladores devem fortalecer a legislação que impede a submissão de contribuições enganosas, fraudulentas ou manipuladoras em consultas públicas (NEW YORK STATE OFFICE OF THE ATTORNEY GENERAL LETITIA JAMES. **Fake Comments: How U.S. Companies & Partisans Hack Democracy to Undermine Your Voice**. Disponível em: <<https://ag.ny.gov/sites/default/files/oag-fakecommentsreport.pdf>>. Acesso em: 23 mar. 2022).

<sup>512</sup> FARINA, C.; NEWHART, M.; HEIDT, J. Rulemaking vs. Democracy: Judging and Nudging Public Participation That Counts, **Cornell eRulemaking Initiative Publications**, n. 17, 2014. Disponível em: <<https://scholarship.law.cornell.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1016&context=ceri>>. Acesso em: 2 abr. 2022.

suporte governamental direcionado aos grupos sem as mesmas competências e recursos, para que consigam participar de forma efetiva; iii) coleta do conhecimento situacional desses *stakeholders*.<sup>513</sup> Com isso, a agência consegue identificar tensões, problemas sociais e suas causas, dificuldades de implementação e consequências negativas inesperadas<sup>514</sup>, visualizando a questão regulatória e soluções sob novas lentes.

Por isso, não apenas dados, análises científicas, econômicas e jurídicas têm valor para a construção de políticas públicas – narrativas subjetivas, contextuais também carregam lições, ainda que não sejam compartilhadas em um repertório técnico-argumentativo. Todavia, esses atores enfrentam três tipos de barreiras à participação: i) falta de compreensão da política e do seu impacto na sua realidade; ii) excesso de informação disponível, inviabilizando a participação por limitações de tempo e recursos; e iii) baixa competência participativa, desconhecendo como podem participar de forma efetiva. Desse modo, os elevados custos de participação afastam pequenas empresas e grupos sociais marginalizados desses processos<sup>515</sup>.

Ao revés, as grandes empresas possuem especialistas para produzir comentários de elevada qualidade técnica, também possuem elevada compreensão da proposta de regra e acesso facilitado às autoridades, conseguindo contribuir de forma efetiva. Essa disparidade de poder e desigualdade no acesso e na habilidade de uso de ferramentas tecnológicas deve resultar em medidas isonômicas e especiais para realidades distintas. Apesar de a internet parecer ser um ambiente livre, ela reforça desigualdades sociais e econômicas do mundo analógico no digital, sendo necessário que se direcione esforços para implementar contribuições desses grupos e não apenas de agentes econômicos dominantes, como acontece hoje<sup>516</sup>. É o que aponta Nina Mendelson no trecho a seguir:

---

<sup>513</sup> FARINA, C et al. Democratic Deliberation in the Wild: The McGill Online Design Studio and the Regulation Room Project. **Cornell University Law Faculty Publications**, p. 1527-1580, 2014. Disponível em: <<https://scholarship.law.cornell.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=2521&context=facpub>>. Acesso em: 2 abr. 2022.

<sup>514</sup> FARINA, C.; NEWHART, M.; HEIDT, J. Rulemaking vs. Democracy: Judging and Nudging Public Participation That Counts, **Cornell eRulemaking Initiative Publications**, n. 17, 2014. Disponível em: <<https://scholarship.law.cornell.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1016&context=ceri>>. Acesso em: 2 abr. 2022.

<sup>515</sup> FARINA, C.; NEWHART, M. **Rulemaking 2.0** – understanding and getting better public participation. IBM Center of the Business Government, 2013. Disponível em: <<https://www.businessofgovernment.org/sites/default/files/Rulemaking%202%200.pdf>>. Acesso em: 2 abr. 2022.

<sup>516</sup> EPSTEIN, D.; NEWHART, M.; VERNON, R. Not by Technology Alone: The “Analog” Aspects of Online Public Engagement in Policymaking, **Cornell eRulemaking Initiative Publications**, n. 18, p. 1-30, 2012. Disponível em: <<https://scholarship.law.cornell.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1017&context=ceri>>. Acesso em: 2 abr. 2022.



Estudos sobre o processamento de comentários públicos mostraram consistentemente que grupos da indústria e entidades regulamentadas, com recursos para pagar advogados habilitados, acesso a reuniões com autoridades e capacidade de exercer pressão política, superam seu peso no processo participativo. Implicar que as agências podem ignorar adequadamente os comentários de cidadãos comuns simplesmente reforçaria essa sub-representação. Além disso, embora os grupos organizados possam ser úteis, as agências não podem e não devem presumir que tais grupos sejam suficientes para transmitir os pontos de vista das pessoas comuns. Mais uma vez, muitos desses interesses de cidadãos comuns – mesmo interesses importantes – são sub-representados no curso normal<sup>517</sup>.

Levando em conta os ensinamentos do modelo coparticipativo de democracia de Dworkin, é preciso que o governo demonstre igual consideração e respeito a opiniões populares (“*views*” na legislação dos EUA) – e não só a dados e argumento técnicos apresentados por grandes empresas e sociedade civil organizada. No entanto, é preciso ter em mente que comentários em massa não devem ser analisados como um plebiscito<sup>518</sup>, levando à conclusão de que se a maioria pensa de determinada forma, é a melhor decisão pública – e a mais democrática<sup>519</sup>. É plenamente possível – e a depender do caso recomendável – que outra decisão seja tomada, mas o fato de a população massivamente

---

<sup>517</sup> Tradução livre do trecho original em inglês: “Studies of the public comment process have consistently shown that industry groups and regulated entities, with the resources to pay trained advocates, access to agency meetings, and the ability to exert political pressure, punch above their weight in the public comment process. Implying that agencies can appropriately ignore comments from ordinary citizens would simply reinforce this underrepresentation. Moreover, while organized groups can be helpful, agencies cannot and should not assume that such groups are sufficient to convey the viewpoints of ordinary people. Again, many such interests of ordinary citizens—even important interests—are underrepresented in the ordinary course”. (USA GOVERNMENT. **Comment from Senior Fellow Nina A. Mendelson on Mass, Computer-Generated, and Fraudulent Comments**. Administrative Conference of the United States, 2021. Disponível em: <<https://www.acus.gov/sites/default/files/documents/Comment%20from%20Senior%20Fellow%20Nina%20A%20Mendelson%20%2804-28-2021%29.pdf>>. Acesso em: 24 mar. 2022).

<sup>518</sup> As preferências pessoais dos cidadãos têm origem diversas: podem ser espontâneas, moldadas pelos grupos que fazem parte, informadas, construídas a partir das fontes de informação do cidadão, que podem ser ou não manipuladas. Em um processo eleitoral ou um plebiscito, qualquer espécie de preferência é válida. Ao votar, o cidadão é livre para se basear em qualquer tipo de preferência e isso é legítimo. Em processos regulatórios, as agências precisam regular assuntos específicos e técnicos. A participação deve ser deliberativa e não eleitoral. Isso significa que devem ser dados pesos diferentes para diferentes modalidades de preferências. Há preferências pessoais que traduzem conhecimento situacional relevante para as agências, mas também há preferências que traduzem preconceitos, desinformação ou resultam de campanhas manipuladoras; nestes casos, as preferências podem não ser interessantes de serem levadas em conta na regulação (FARINA, C.; NEWHART, M.; HEIDT, J. *Rulemaking vs. Democracy: Judging and Nudging Public Participation That Counts*, **Cornell eRulemaking Initiative Publications**, n. 17, 2014. Disponível em: <<https://scholarship.law.cornell.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1016&context=ceri>>. Acesso em: 2 abr. 2022).

<sup>519</sup> Nesse sentido, vários estudos apontam para o fato de que o número de comentários enviados a favor ou contra uma regra proposta não é um método seguro para saber a opinião popular em um tema (YALE JOURNAL ON REGULATION. **Richard J. Pierce, Jr. on the Harmful Public Misperception that Rulemaking is a Plebiscite** (ACUS Update), 2021. Disponível em: <<https://www.yalejreg.com/nc/richard-j-pierce-jr-on-the-harmful-public-misperception-that-rulemaking-is-a-plebiscite-acus-update/>>. Acesso em: 24 mar. 2022).

ter uma visão deve ser levado em conta na devolutiva e na compreensão de uma potencial inefetividade por resistência social em cumprir aquela regulação<sup>520</sup>. Desse modo, a elaboração de uma regra não é um plebiscito<sup>521</sup>, já que as agências devem considerar múltiplos fatores nessa decisão, não só a opinião popular. Todavia, as visões e preferências dos cidadãos são relevantes e devem ser comunicadas às agências<sup>522</sup>.

Assim, o governo brasileiro deve, paralelamente, facilitar a participação em massa e se preparar tecnicamente para processá-la, analisá-la e respondê-la. Nos EUA, esse estímulo veio com a criação do *Regulation.Gov*. Essa plataforma centraliza em único endereço eletrônico a transparência, participação e abertura de dados na atividade regulatória estatal pelo setor privado e sociedade civil. Isso é feito através da possibilidade da integração de *Application Programme Interfaces* (APIs) para análises de contribuições e de regulação, usando *softwares* para processamento e construção de inteligência de dados. Assim, as APIs permitem que diferentes sistemas privados se comuniquem com a plataforma pública *Regulation.Gov* para possibilitar a participação social massiva por instituições frequentemente engajadas em consultas públicas (organizações da sociedade civil e empresas).

Essa boa prática consegue, em única medida, dar efetividade a uma política de transparência, participação e governo aberto. Isso porque a plataforma *Regulation.Gov* dá publicidade à regulação em diferentes estágios de desenvolvimento e sobre todos os documentos utilizados como referência. Possibilita-se, ainda, que entes privados, após a integração sistêmica, façam buscas e extraiam dados sobre contribuições sociais em consultas públicas. Além disso, a API facilita o *upload* de comentários em massa por organizações, em um ambiente de interoperabilidade sistêmica, entre órgãos governamentais e com entes privados. Com isso, aumenta-se a participação social e, com base nos dados extraídos, expande-se as chances de influência social na política pública, direcionando seu *advocacy* em contribuições que têm alcançado sucesso em mudar o

---

<sup>520</sup> Ibid.

<sup>521</sup> Para se evitar um comportamento plebiscitário dos usuários, recomenda-se que as funcionalidades das plataformas participativas não permitam votar, ranquear e classificar comentários, como ocorre em redes sociais.

<sup>522</sup> YALE JOURNAL ON REGULATION. **Nina A. Mendelson on the Value of Comments from Individual Members of the Public (ACUS Update)**, 2021. Disponível em: <<https://www.yalejreg.com/nc/nina-a-mendelson-on-the-value-of-comments-from-individual-members-of-the-public/>>. Acesso em: 24 mar. 2022.

posicionamento da agência governamental. Por fim, para a integração, adota-se uma estrutura de dados públicos abertos – *Open General Services Administration (GSA)*<sup>523</sup>.

Todavia, a plataforma *Regulation.Gov* não é imune a críticas. Apesar de dar publicidade às regulações, seu principal objetivo é a participação, sendo que o meio oficial de publicação de uma nova regra é a plataforma *FederalRegister.Gov*, o Diário Oficial do governo federal dos EUA. Notaram-se algumas dificuldades com o uso da *Regulation.Gov* para acesso à regulação, havendo consideráveis problemas na qualidade da ferramenta de busca e funcionalidades limitadas de localização de documentos, regulações e de vinculação do comentário a uma regulação específica. A falta de uniformização dos títulos de documentos e regulações dificultam que o usuário consiga encontrá-los, razão pela qual a maioria dos cidadãos utilizam a plataforma *FederalRegister.Gov* para o acesso e a *Regulation.Gov* para a participação.

Em relação à participação, a arquitetura da plataforma *Regulation.Gov* não possui funcionalidades que permitam a interação entre comentários e cidadãos, limitando a possibilidade de discussão que ocorre em uma audiência pública presencial. Também não há uma indexação adequada ou catalogação de filtros relevantes em um menu, o que dificulta o acesso. Se postar um comentário é simples, encontrar comentários de outrem é não é igualmente fácil. Não há também um suporte contínuo ao usuário, nem uma assistência por moderação que forneça informações relevantes e sumarizadas aos usuários, maneje conflitos sociais, engaje e promova discussões, capacite os novos participantes, balanceado o poder de participação de *stakeholders* tradicionais.

Nesse sentido, a experiência do projeto *Regulation Room*<sup>524</sup> demonstra como a arquitetura das plataformas participativas influencia diretamente na quantidade e qualidade da participação<sup>525</sup>. Essa iniciativa colaborativa de universidade com agências governamentais buscou expandir a participação em processos regulatórios, engajando *stakeholders* historicamente afastados da decisão pública. Para isso, realiza

---

<sup>523</sup> USA GOVERNMENT. **Regulatory.Gov API** – Open GSA. General Services Administration, 2022. Disponível em: <<https://open.gsa.gov/api/regulationsgov/>>. Acesso em: 28 mar. 2022.

<sup>524</sup> CORNELL ERULEMAKING INITIATIVE. **Regulation Room** – FAQ. Disponível em: <<http://www.regulationroom.org/faq#.UiiVwDrD9GE>>. Acesso em: 2 abr. 2022.

<sup>525</sup> FARINA, C et al. Democratic Deliberation in the Wild: The McGill Online Design Studio and the RegulationRoom Project. **Cornell University Law Faculty Publications**, p. 1527-1580, 2014. Disponível em: <<https://scholarship.law.cornell.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=2521&context=facpub>>. Acesso em: 2 abr. 2022.

procedimentos sistêmicos que lidam com cada uma das barreiras participativas enfrentadas por esses atores.<sup>526</sup>

Primeiramente, é feita uma triagem informacional, seja reduzindo o volume do conteúdo, seja traduzindo a linguagem técnica para um formato acessível. Ainda, a informação é estruturada em tópicos específicos, permitindo que os usuários se aprofundem apenas no que lhes interessa. A participação também é estruturada – os comentários são direcionados a pontos específicos, facilitando tanto a submissão de comentários como a análise pela agência. Por fim, a interatividade entre usuários e a moderação facilitadora elevam a qualidade da participação<sup>527</sup>.

Como consequência, conseguiu trazer novos *stakeholders* para as consultas públicas. No caso de uma delas, 83% dos usuários da plataforma nunca haviam participado. Isso ocorre porque realizam campanhas de engajamento e informação voltadas para os grupos tradicionalmente excluídos, em mídias sociais e tradicionais, não só notificando-os, mas também enfatizando a oportunidade de participar e o impacto da política específico para aquele grupo. Métodos e linguagem idênticos atraem apenas os *stakeholders* tradicionais<sup>528</sup> – é nisso que peca a concepção universalista de participação, que não reconhece as diferentes necessidades, competências e limitações de grupos sociais<sup>529</sup>.

Ainda, a moderação humana garante que novos visitantes se tornem participantes efetivos – são bem recepcionados, encorajados a comentar, elogiados pela participação, subsidiados em dificuldades técnicas e com o fornecimento de informações, bem como solicitados a dar esclarecimentos sobre comentários, corrigidos de entendimentos equivocados e estimulados a discutir. Assim, constatou-se que a qualidade dos inputs é diretamente influenciada pelo design da ferramenta participativa<sup>530</sup>.

---

<sup>526</sup> CORNELL ERULEMAKING INITIATIVE. **Regulation Room** – about. Disponível em: <<http://www.regulationroom.org/about/overview>>. Acesso em: 2 abr. 2022.

<sup>527</sup> FARINA, C et al. Democratic Deliberation in the Wild: The McGill Online Design Studio and the RegulationRoom Project. **Cornell University Law Faculty Publications**, p. 1527-1580, 2014. Disponível em: <<https://scholarship.law.cornell.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=2521&context=facpub>>. Acesso em: 2 abr. 2022.

<sup>528</sup> FARINA, C.; NEWHART, M.; HEIDT, J. Rulemaking vs. Democracy: Judging and Nudging Public Participation That Counts, **Cornell eRulemaking Initiative Publications**, n. 17, 2014. Disponível em: <<https://scholarship.law.cornell.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1016&context=ceri>>. Acesso em: 2 abr. 2022.

<sup>529</sup> FARINA, C. et al. **International Journal of E-Politics**, v. 5, n. 1, p. 1-40, jan./mar. 2014. Disponível em: <[scholarship.law.cornell.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=2524&context=facpub](https://scholarship.law.cornell.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=2524&context=facpub)>. Acesso em: 2 abr. 2022.

<sup>530</sup> FARINA, C.; NEWHART, M. **Rulemaking 2.0** – understanding and getting better public participation. IBM Center of the Business Government, 2013. Disponível em:

Além disso, destaca-se como os processos participativos nos EUA têm se mostrado custosos e, com frequência, capturados pelos grupos de interesses mais poderosos. Nesse sentido, há desproporcionalidade no acesso à regulação por diferentes grupos sociais e, conseqüentemente, na participação social<sup>531</sup>. Por causa disso, é relevante que haja uma preocupação com a perspectiva geográfica e social da participação, com política direcionada para a inclusão proativa de grupos sociais marginalizados<sup>532</sup>. Isso envolve também atrair outros tipos de participantes, sejam especialistas não afiliados como representantes de *stakeholders*, sejam membros do público interessados, com uso de grupos focais, entrevistas, testes de usabilidade e outros métodos estruturados de participação e coleta de percepções<sup>533</sup>.

Assim, as agências devem se preocupar em alcançar os cidadãos que não acessam as plataformas governamentais. Isso traz à tona o problema da exclusão digital como obstáculos ao acesso à informação e participação social. Além de políticas voltadas para assegurar a conectividade de toda a população, devem ser realizadas parcerias com comunidades locais para trazerem novos *stakeholders* no ciclo regulatório governamental. Por fim, em relação ao *open data*, *Regulation.Gov* ainda dá os primeiros passos, ainda sendo bastante limitadas as formas de reuso dos dados.

Nesse sentido, recomendamno-se também a elaboração de guias sobre a participação digital em *Regulation.Gov*, bem como a implementação de canais de articulações entre agências com competências transversais sobre uma mesma política pública. Ademais, para se trazer mais efetividade à participação, as agências governamentais devem indicar diretrizes e perguntas semiestruturadas sobre as contribuições sociais mais úteis e esperadas, fornecendo aos cidadãos orientações claras sobre como fazer uma contribuição valiosa.

Esse último ponto de melhoria é parcialmente atendido com a aba “*Commenter’s Checklist*”, que dá orientações genéricas aos usuários da plataforma *Regulation.Gov*. Dentre elas, i) o embasamento em dados e evidência científica, raciocínio sólido ou no impacto social ou econômico da medida regulatória (indicando exemplos); ii) levar em

---

<<https://www.businessofgovernment.org/sites/default/files/Rulemaking%20%200.pdf>>. Acesso em: 2 abr. 2022.

<sup>531</sup> YALE JOURNAL ON REGULATION. **Noticing Notice**, by Gwendolyn McKee, 2020. Disponível em: <<https://www.yalejreg.com/nc/noticing-notice-by-gwendolyn-mckee/>>. Acesso em: 25 mar. 2022.

<sup>532</sup> YALE JOURNAL ON REGULATION. **Notice & Comment Lessons on Race and Place-Based Participation from Environmental Justice and Geography**, by Sonya Ziaja, 2020. Disponível em: <<https://www.yalejreg.com/nc/lessons-on-race-and-place-based-participation-from-environmental-justice-and-geography-by-sonya-ziaja/>>. Acesso em: 26 mar. 2022.

<sup>533</sup> <https://www.businessofgovernment.org/sites/default/files/Rulemaking%20%200.pdf>

conta as questões específicas ou problemas constatados pela agência, sob as quais buscam mais informações; iii) comentários construtivos, com o fornecimento de alternativas viáveis, têm mais chance de sucesso do que depreciativos; iv) identificação como um especialista, se for o caso; v) há mais valor em única contribuição bem embasada e assinada por várias pessoas ou instituição do que comentários em massa.<sup>534</sup>

Por fim, outra funcionalidade extremamente positiva da *Regulation.Gov* é a divulgação da agenda regulatória das agências governamentais federais, conferindo à sociedade civil e empresas previsibilidade sobre os temas a serem regulados em certo período. No Brasil, a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) adotou essa prática, mas ainda é mera transparência, sendo que os atores não são convidados a construí-la e ainda não é uma iniciativa disseminada por todas as agências e órgãos federais com competências regulatórias. A figura 7 ilustra esse processo:

**Figura 7**

**Ciclo regulatório do governo federal estadunidense**



Elaborada pela autora com dados extraídos de *Regulation.Gov*.

Assim, percebe-se que a participação social não é apenas uma etapa no ciclo regulatório, mas sim que ocorre em cada uma das etapas, conferindo à sociedade civil e empresas oportunidades constantes de contribuir com a política pública. Na fase preliminar, além de ocorrer uma análise sobre a competência do órgão no tema, são

<sup>534</sup> USA GOVERNMENT. **Regulation.gov** – write a comment, 2022. Disponível em: <[https://www.regulations.gov/commenton/EIB\\_FRDOC\\_0001-0666](https://www.regulations.gov/commenton/EIB_FRDOC_0001-0666)>. Acesso em: 23 mar. 2022).



levantadas as ações alternativas à regulação, para se justificar a sua necessidade, e é feita uma avaliação de eficácia da medida. Os cidadãos opinam sobre as prioridades e agenda regulatória das agências. Na fase seguinte, a norma e os estudos de impacto econômico, ambiental e demais documentos relevantes são divulgados, para participação social, em regra, por 60 dias.<sup>535</sup> Na fase final, é elaborado um preâmbulo à regra, que aborde os principais problemas levantados pelos cidadãos na etapa participativa, conferindo contexto e premissas básicas da regulação<sup>536</sup>

Por fim, outro benefício da ferramenta é a segurança jurídica advinda da previsibilidade da agenda regulatória e da centralização de dados em plataforma amigável, com dados desde 2002, dando às instituições reguladas e afetados um panorama de mais de uma década de dados da regulação estadunidense. A plataforma permite, inclusive, que seja configurado um sistema de notificações de novas regulações emitidas e de acompanhamento de agências ou temas específicos<sup>537</sup>. No Brasil, as bases de dados de cada regulador são separadas. Isso significa maior dificuldade para entes regulados, afetados e governo em ter uma visão panorâmica da regulação. Ainda, instituições reguladas por múltiplos reguladores precisam estar atentas a cada um de seus sites oficiais e aprender a utilizar as diversas bases de dados utilizadas e que, com frequência, não se comunicam.

Em relação à plataforma *FederalRegister.Gov*, percebe-se que decorre de obrigação legal de publicação oficial de nova regulação pelas agências, tal como ocorre no Brasil com o Diário Oficial. Similarmente à discussão no Brasil, não se pode, portanto, considerar que a publicação de uma regra nessa plataforma confere acesso aos cidadãos. Essa divulgação deve ser vista como o piso, não o teto da transparência. Além disso, a linguagem e *layout* da plataforma é bastante similar ao Diário Oficial, em um formato de jornal eletrônico.

Outra característica interessante é que, enquanto plataforma de acesso à regulação, há interoperabilidade, ainda que limitada, com *Regulation.Gov*. Diferentemente do Brasil, onde as plataformas digitais de participação (como

---

<sup>535</sup> USA GOVERNMENT. **Regulation.Gov** – FAQ, 2022. Disponível em: <<https://www.regulations.gov/faq>>. Acesso em: 28 mar. 2022.

<sup>536</sup> USA GOVERNMENT. **Regulation.Gov** – Learn, 2022. Disponível em: <<https://www.regulations.gov/learn>>. Acesso em: 28 mar. 2022.

<sup>537</sup> USA GOVERNMENT. **Regulation.Gov** – About, 2022. Disponível em: <<https://www.regulations.gov/about>>. Acesso em: 28 mar. 2022.

Participa+Brasil<sup>538</sup>) não estão integradas com o Diário Oficial da União (DOU)<sup>539</sup>, nos EUA o cidadão acessa uma regulação e pode submeter imediatamente um comentário, sendo automaticamente redirecionado para a *Regulation.Gov*. No entanto, essa interoperabilidade é limitada já que não é possível visualizar os comentários de outros cidadãos e instituições, exigindo-se que visite a plataforma *Regulation.Gov*.<sup>540</sup>

As funcionalidades da *FederalRegister.Gov* são bem mais completas, sendo que a ferramenta de busca funciona com muito maior acurácia do que a de *Regulation.Gov*. Todavia, o *layout* da segunda é bem mais *user friendly* do que a primeira, sendo que o formato de jornal eletrônico é pouco amigável para o cidadão leigo.

Assim como a *Regulation.Gov*, *FederalRegister.Gov* também é uma plataforma *open source* e está disponível no *Github*. Assim, instituições privadas conseguem interoperar as APIs e automatizar a captura regulatória, construindo redes neurais sobre os dados disponibilizados. Ainda, a regulação também é disponibilizada em formatos abertos, apesar de o PDF ser a opção *default*.<sup>541</sup>

Diante do exposto, apesar das lições extraídas das plataformas do governo federal estadunidense, também há muito a ser construído por lá, sendo que o projeto *Regulation Room* ensina muito sobre a importância da arquitetura da plataforma para a qualidade da participação. Seria benéfico que houvesse a centralização dessas funcionalidades, nos EUA e no Brasil, em apenas uma plataforma, com funcionalidades de interatividade e simplificação linguística, para que o acesso à informação e a participação ocorram lado a lado.

## 2.4 Conclusões parciais

O declínio democrático é um fenômeno social que tem sido observado internacionalmente, nos últimos anos. No entanto, já há fortes sinais da retomada de movimentos pró-democracia em outras jurisdições, como nos EUA, em países europeus

---

<sup>538</sup> BRASIL. **Participa Mais Brasil**. Presidência da República, 2022. Disponível em: <<https://www.gov.br/participamaisbrasil/pagina-inicial>>. Acesso em: 31 mar. 2022.

<sup>539</sup> BRASIL. **Diário Oficial da União**. Imprensa Nacional, 2022. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/servicos/diario-oficial-da-uniao>>. Acesso em: 31 mar. 2022.

<sup>540</sup> USA GOVERNMENT. **Federal Register**, 2022. Disponível em: <<https://www.federalregister.gov/>>. Acesso em: 27 mar. 2022.

<sup>541</sup> USA GOVERNMENT. **Federal Register** – Reader Aids insight into the FR Ecosystem, 2022. Disponível em: <<https://www.federalregister.gov/reader-aids/using-federalregister-gov>>. Acesso em: 27 mar. 2022.

e latino-americanos. Nesse contexto, espera-se que em 2022 o Brasil também passe por um resgate dos valores democráticos e republicanos.

Após a análise de aspectos quantitativos e qualitativos da participação social nas políticas públicas do governo federal feita neste capítulo, é possível apontar algumas constatações feitas sobre a crise democrática brasileira:

I) Assiste-se a uma proliferação de comportamentos políticos autoritários que contaminam o eleitorado e levam à subversão das instituições republicanas e ao desrespeito das regras informais que protegem a ordem democrática, tal como constatado em relatório do V-dem e a partir da aplicação da teoria de Levitsky e Ziblatt. Nesse sentido, a tolerância mútua entre opositores políticos e a reserva institucional (moderação no uso das prerrogativas) são premissas básicas de uma democracia. É preciso que Legislativo, Executivo e Judiciário se fiscalizem mutuamente e sejam guardiões da democracia, impedindo que figuras e discursos políticos populistas ganhem destaque nas eleições e que arbitrariedades sejam naturalizadas;

II) Apesar da redemocratização instaurada pela Constituição de 1988, houve um esvaziamento dos mecanismos democráticos, especialmente os meios constitucionais de participação direta (plebiscito, referendo e iniciativa popular). Deve-se resgatar a relevância dessas ferramentas materialmente democráticas, que podem oxigenar o sistema democrático representativo, fortalecendo-o com expressões da real vontade popular.<sup>542</sup> Nesse cenário, é necessário haver a superação do impasse entre democracia direta e indireta e reconhecer-se a necessidade de combinar os dois métodos, enquanto dois lados da mesma moeda, em prol da maturidade democrática;

III) Houve tentativas de aprovação de arcabouço normativo voltado à participação, tais como a Política Nacional de Participação Social e o Código de Defesa do Usuário de Serviço Público. A primeira, apesar de sua alta qualidade técnica, foi uma tentativa infrutífera de uniformizar e articular os múltiplos canais de participação social existentes, sendo que sequer chegou a ser verdadeiramente implementada por fatores políticos da época. Já o CDU trouxe como avanços a instituição da Carta de Serviços e a organização do sistema de ouvidorias, porém, está distante de prever medidas suficientes para efetivamente assegurar a qualidade do serviço público e conter práticas abusivas na sua prestação, nos moldes do Código de Defesa do Consumidor. Por fim, no ordenamento jurídico brasileiro há uma série de previsões, facultativas ou vinculantes, de participação

---

<sup>542</sup> FARIA, Cristiano Ferri Soares de. **El Parlamento abierto en la era de la Internet: ¿Puede el pueblo colaborar con el Legislativo en la elaboración de las leyes?** Brasília: Câmara dos Deputados, 2013, p. 31

social. No caso das agências reguladoras, a exigência da participação funcionou para assegurar, em um primeiro momento, uma maior frequência de uso e, em sequência, maior qualidade da regulação dos setores econômicos;

IV) Ao se aprofundar na frequência, impacto e fundamentos das audiências e consultas públicas e conselhos e conferências nacionais, fica claro que permanece um quadro de dispersão e desarticulação de mecanismos de participação, que não dialogam entre si. A uniformização dessa tipologia é, portanto, uma boa prática. A referência em participação social no Brasil é, sem dúvidas, a tomada de decisão nas agências reguladoras, seja para fins quantitativos ou qualitativos, sendo que ocorre em múltiplas etapas e canais. Chama atenção a baixa performance do Ministério da Economia, órgão tão central, que se beneficiaria das contribuições dos afetados para a retomada econômica brasileira;

V) Diagnosticou-se, ainda, a ineficiência de alguns processos participativos, seja porque são protelados no tempo, sem chegar a uma política pública (como o caso da regulamentação do *lobby*), seja pela ausência de efetivo impacto ou de devolutiva das contribuições feitas. Consequentemente, sociedade civil e setor privado são desestimulados a engajar na construção de políticas públicas, pela deliberada desconsideração das propostas trazidas. Essa percepção foi corroborada na coleta do questionário aplicado;

VI) Em relação aos conselhos nacionais, vislumbra-se elevado potencial desses espaços participativos para tomada de decisões públicas racionais e de elevada qualidade. Assim como, no Parlamento, as comissões temáticas são os órgãos especializados mais aptos a construir boas leis, os conselhos também são dotados das ferramentas adequadas para isso. Todavia, a elevada *expertise* técnica não é acompanhada hoje por uma conscientização político-estratégica. Acredita-se que a politização desses espaços, combinadas com a manutenção do atual nível técnico, tornaria-os mais efetivos e propositivos do que o atual formato. Caso contrário, caminharão em direção à extinção, tal qual tantos outros nos últimos anos, ou se consolidarão como espaços formais, sem aplicabilidade prática, como o CTPCC.

Diante desse diagnóstico, observa-se que ainda se está muito distante do ideal coparticipativo proposto por Dworkin. As plataformas *Regulation.Gov* e *FederalRegister* do governo federal estadunidense também trazem lições importantes, em especial o projeto *Regulation Room* e os aprendizados sobre o design da plataforma como fator determinante para a qualidade da participação. São vitais as funcionalidades que garantam

a interatividade, moderação facilitadora, simplificação linguística e inclusão proativa de *stakeholders* excluídos dos processos decisórios. Por isso, é preciso um esforço contínuo em prol da igual consideração e respeito pelos grupos sociais e empresas, assegurando-se um *advocacy* mais isonômico, transparente e participativo. Isso significa tratar os cidadãos e o setor privado como efetivos parceiros do setor público, com reais oportunidades de influência e impacto nas decisões públicas, combinando métodos participativos presenciais e virtuais, em uma plataforma desenhada para estimular a colaboração.

Para uma experiência radicalmente democrática, a participação dos cidadãos na vida política deve ir muito além do mero voto. Exige a contínua comunicação, colaboração e conexão entre representantes e representados, aptas a influenciarem a decisão pública. A execução de processos deliberativos e participativos podem atenuar os défices da representatividade, ao passo que os seus elevados custos podem ser contrabalanceados com os ganhos em implementação. Não bastam, porém, atos isolados ou meramente formais, que buscam apenas conferir aparência de legitimidade democrática a atos públicos. Os resultados e efetividade das práticas e experiências participativas dependem, assim, dos seus verdadeiros objetivos. Apenas serão capazes de fortalecer o regime democrático quando buscarem conferir voz e oportunidades concretas de participação.

A expansão do leque de atores envolvidos no processo decisório enriquece o arsenal informacional do Poder público, ao trazer as perspectivas estratégicas dos afetados. Possibilita, assim, a construção de políticas públicas de maior qualidade, bem como a sua maior aceitação e confiança social. Consequentemente, menores custos de implementação e aplicação e ganhos em efetividade. Para tanto, deve garantir a participação ativa não só dos *stakeholders* alinhados ao governo da situação, dos seletos grupos de interesse e empresas dominantes que historicamente têm acesso aos espaços de poder, mas também de grupos minoritários, empresas entrantes e oposição política.

Com as novas ferramentas digitais disponíveis, a potencial capilaridade do Estado às demandas da sociedade é exponencialmente ampliada. Isso não significa, no entanto, que não devam ser fixados limites de tempo, espaço e orçamento para o exercício das capacidades participativas. Afinal, não se trata de recursos infinitos e as decisões precisam ser tomadas, frequentemente, com agilidade e urgência. Da mesma forma, também exigem condições informacionais mínimas, pois sem o acesso à informação e à educação não é possível se falar em participação emancipatória. Além disso, os riscos

inerentes à manipulação e uso estratégico de infraestruturas digitais essenciais pelos atores privados proprietários devem ser minimizados, assegurando a estruturação de ecossistemas participativos com fluxo informacional transparente. Por fim, o compartilhamento dos processos decisórios traz consigo a correspondente distribuição das responsabilidades a eles inerentes. Se novos atores são efetivamente incluídos e integrados nas deliberações públicas, seria incongruente não os envolver também nos encargos que envolvem, na proporção do seu grau de participação<sup>543</sup>.

Nesse cenário, fica claro que as reflexões acerca da participação social no Estado passam, antes de tudo, por aprofundamentos no modelo democrático adotado no país e na implementação de um modelo coparticipativo.

---

<sup>543</sup> PIRES, Maria Coeli Simões. Transparência e responsabilidade na gestão pública. In: SEMINÁRIO DO TRIBUNAL DE CONTAS DE MINAS GERAIS, 2011, Belo Horizonte. **Estado em Rede e transparência**. Belo Horizonte: TCEMG, jun. 2011.



### **CAPÍTULO III – ALÉM DA TRANSPARÊNCIA E PARTICIPAÇÃO: o paradigma de governo aberto**

*– Quando os ventos de mudança sopram, umas pessoas levantam barreiras, outras constroem moinhos de vento.*

Érico Veríssimo

Em um contexto de profundos e crescentes impactos da tecnologia da informação e da comunicação na gestão pública, emerge um novo paradigma de exigência de transparência e participação no Poder público: a implementação de um governo aberto. Neste capítulo, a pesquisa foca neste tema, partindo de certos pressupostos teóricos, principalmente: governo aberto e dados abertos, que serão expostos a seguir e uma breve explicação sobre as principais recomendações internacionais sobre a implementação de um governo aberto e a sua relação com o desenvolvimento sustentável.

Governo aberto pode ser entendido como um modelo organizacional, baseado nos valores e princípios da transparência, democracia participativa, *accountability* e inovação tecnológica, no qual as atividades do governo devem ser e estar cada vez mais abertas aos cidadãos. Isso ocorre tanto para acesso às informações públicas como para participação nos processos deliberativos, criando mais espaços de ação colaborativa e inovadora<sup>544</sup>.

O paradigma de governo aberto extravasa, portanto, as fronteiras do acesso à informação e transparência, envolvendo também a participação dos cidadãos, bem como a cocriação de valores públicos, a coínovação de bens e serviços e a corresponsabilidade entre afetados e gestores. A palavra “abertura” tem, assim, acepção ampla, para conferir acesso a informações, dados, documentos, espaços e processos decisórios do Poder público pela sociedade civil. Com isso, busca-se romper não só com a cultura do sigilo, mas também com a da propriedade burocrática das informações e das competências nos processos decisórios públicos<sup>545</sup>.

A partir dessa acepção ampla de abertura do governo, a tabela 16 enumera os diferentes papéis que podem ser exercidos pela sociedade civil, especialmente a

---

<sup>544</sup> CRUZ-RUBIO, César Nicandro. O que é (e o que não é) governo aberto? Uma discussão conceitual. **Revista Temas de Administração Pública**, v. 10, n. 1, 2015, p. 129-148.

<sup>545</sup> POSSAMAI, Ana Júlia. **Dados abertos no governo federal brasileiro: desafios de transparência e interoperabilidade**. 313f. Tese (Doutorado em Ciência Política). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016.

organizada, e setor privado nos diferentes estágios do ciclo de políticas públicas, em um cenário de implementação de um governo verdadeiramente aberto:

**Tabela 16**  
**Papéis de *advocacy* da sociedade civil e setor privado**

<b>ESTÁGIO DO CICLO DE POLÍTICA PÚBLICA</b>	<b>PAPÉIS</b>	<b>ATRIBUIÇÕES</b>
<i>Definição da agenda</i>	<b>Informativo</b>	Despertar a conscientização pública sobre uma questão social.
	<b>Investigativo</b>	Produzir base de evidência/dados sobre o problema.
	<b>Defensor</b>	Levar ao governo a compreensão sobre o problema e defender a necessidade de reforma.
	<b>Formador de opinião</b>	Construir o apoio da opinião pública para enfrentar a questão.
	<b>Mobilização</b>	Conectar e engajar cidadãos em torno da questão.
	<b>Militante</b>	Incitar e coordenar cidadãos na defesa da questão.
	<b>Representante</b>	Reunir e transmitir as opiniões dos cidadãos sobre o problema.
	<b>Instituir prioridades</b>	Identificar e selecionar as prioridades políticas.
	<b>Alocar recursos</b>	Distribuir recursos para questões prioritárias (por exemplo: via orçamento participativo)
<i>Formulação da política</i>	<b>Inovação</b>	Desenvolver novas soluções para um problema social.
	<b>Incubação</b>	Testar novas soluções para problemas sociais.
	<i>Expert</i>	Desenvolver alternativas e conduzir análises de políticas.
	<b>Defensor</b>	Argumentar a favor de certas intervenções políticas.
	<b>Mobilização</b>	Envolver afetados na criação e priorização de certas intervenções políticas.
	<b>Representante</b>	Reunir e transmitir as perspectivas dos afetados sobre as opções de intervenção.
	<b>Formador de opinião</b>	Construir o apoio da opinião pública para a escolha política.
	<b>Normatização</b>	Definir condições para a implementação da política.

	<b>Capacitação técnica</b>	Fornecer suporte aos elaboradores de políticas públicas.
<b>Processo decisório</b>	<b>Informativo</b>	Expandir a compreensão pública da decisão política.
	<b>Defensor</b>	Defender um curso de ação política para os tomadores de decisão.
	<b>Militante</b>	Mobilizar e coordenar cidadãos na defesa de um curso de ação.
	<b>Representante</b>	Somar e divulgar as percepções dos cidadãos sobre a decisão.
	<b>Tomador de decisão</b>	Selecionar um curso de ação.
	<b>Parceiro</b>	Concordar com uma decisão política coletiva.
	<b>Formador de opinião</b>	Obter o apoio público à decisão.
<b>Implementação da política</b>	<b>Informativo</b>	Informar os cidadãos dos novos direitos, serviços oriundos da política.
	<b>Expert</b>	Aconselhar na implementação da política.
	<b>Prestador de serviço</b>	Ajudar a implementar a política.
	<b>Coprodutor</b>	Associar-se ao governo para implementar a política.
	<b>Guardião da cidadania</b>	Fornecer suporte aos cidadãos para o uso dos novos direitos e serviços oriundos da política.
<b>Avaliação da política</b>	<b>Informativo</b>	Conscientizar o público da performance governamental.
	<b>Fiscalizador</b>	Escrutínio da formulação e implementação da política.
	<b>Auditor</b>	Monitoramento de <i>compliance</i> e identificação de fraudes.
	<b>Avaliador</b>	Avaliar o impacto da política pública.
	<b>Delator</b>	Denunciar irregularidades.

Elaborada pela autora com dados extraídos da OECD (2016, p. 145).

Essas numerosas possibilidades de intervenção, existentes em um modelo de governo aberto, mostram quão relevante é o *timing* das contribuições sociais, durante todas as diferentes etapas do espectro decisório, e, também, quão profundas e variadas podem ser. Quanto mais densas, frequentes e integradas a cada uma das fases do processo forem essas colaborações, mais se explora o potencial de aprofundamento na abertura do governo. A implementação de um governo aberto busca promover, portanto, uma transformação radical no *modus operandi* das instituições públicas.

Muito além da transparência, a abertura dos dados governamentais significa a sua livre disponibilidade, acessibilidade, ampla possibilidade de reutilização, redistribuição e legibilidade por máquinas, sem restrições de qualquer ordem, de acordo com os padrões básicos das três leis de dados abertos<sup>546</sup>. Conforme expõe García<sup>547</sup>:

Dados públicos abertos (dPa) são todos aqueles dados que os governos e administrações coletam para suas próprias funções e que depois disponibilizam livremente, para serem usados por cidadãos e organizações para seus próprios fins. Aberto significa que qualquer pessoa pode usá-los, reutilizá-los e redistribuí-los. A abertura desses dados não implica custos adicionais relevantes, uma vez que eles já existem e são coletados continuamente em bancos de dados fechados das administrações públicas, sendo que a única atividade adicional necessária é a sua preparação em formatos convenientes para disponibilizá-los ao público.<sup>548</sup>

Nesse sentido, conceitua-se como dados abertos aqueles que são divulgados em conformidade com os oito princípios abaixo, originalmente desenvolvidos por um grupo de defensores da abertura de dados governamentais em um *Working Group* na Califórnia em 2007 e que, posteriormente, foram amplamente aceitos pela comunidade científica internacional<sup>549</sup>:

- i) Completude: os dados públicos são integralmente disponibilizados;
- ii) Primariedade: dados coletados nas fontes primárias;
- iii) Instantaneidade: disponibilidade imediata, que preserve o seu valor;
- iv) Acessibilidade: publicados e compatíveis com o máximo possível de usos e usuários;
- v) Legibilidade por máquina: estruturados para serem processáveis automaticamente por máquinas;
- vi) Não discriminatório: disponíveis para uso de todos usuários, finais e comerciais, inclusive de forma anônima, sem exigir cadastro;

---

<sup>546</sup> As chamadas três leis gerais dos dados abertos foram citadas no primeiro capítulo, no tópico 1.2.4.

<sup>547</sup> GARCÍA, Jesus. Gobierno abierto: transparencia, participación y colaboración en las Administraciones Públicas. *Revista Innovar*, v. 24, n. 54, out./dez. 2014, p. 82.

<sup>548</sup> Tradução livre da autora do original em espanhol: “Datos Públicos Abiertos son todos aquellos que los gobiernos y administraciones recopilan para sus propias funciones y que luego ponen a disposición libremente, para que sean utilizados por ciudadanos y organizaciones para sus propios fines. Abiertos significa que cualquiera puede usarlos, reutilizarlos y redistribuirlos. La apertura de estos datos no supone costes adicionales relevantes, pues ya existen y se recopilan de forma continua en bases de datos cerradas de las administraciones públicas, siendo la única actividad adicional necesaria su preparación en formatos convenientes para la puesta a disposición pública.”

<sup>549</sup> OPEN GOVERNMENT DATA. *The annotated Eight Principles of Open Government Data*. Disponível em: <<https://opengovdata.org>>. Acesso em: 3 mai. 2020.

- vii) Não proprietário: sem restrições de formatos para uso e compartilhamento;
- viii) Licença livre: não sujeito a direitos autorais.

A partir desse quadro principiológico, foram desenvolvidos ainda sete princípios adicionais: a) disponibilidade online e sem custos; b) em um sítio eletrônico estável (permanência); c) com atestado de autenticidade e integridade (confiabilidade); d) presunção de abertura (acesso como regra jurídica); e) dados documentados; f) seguros; g) desenhados a partir dos *inputs* do público<sup>550</sup>.

Nessa perspectiva, o armazenamento e disponibilização dos dados em mídias digitais e a virtualização dos processos decisórios são requisitos essenciais para a sua efetiva abertura. Isso porque permite o mapeamento automatizado do volume massivo de dados públicos, a sua recombinação tecnológica para produção de novos conteúdos e a colaboração simultânea em redes que ultrapassam barreiras geográficas. Desse modo, hoje, o acesso a dados *off-line*, a arquivos físicos e consultas presenciais tornam o processo custoso, restrito e lento; na prática, significam opacidade informacional, participação limitada e inibição de processos de inovação e colaboração.

Internacionalmente, o tema ganhou força com a assinatura de um memorando de Governo Aberto por Barack Obama, quando assumiu a presidência dos Estados Unidos. Expressou o profundo comprometimento da sua administração<sup>551</sup> com “níveis de abertura do governo sem precedentes”, nos eixos da transparência, participação e colaboração<sup>552</sup>.

Dominou a agenda internacional com a *Open Government Partnership* (OGP), em 2011. Hoje, já conta com 79 países membros, que endossaram a declaração e princípios de governo aberto e desenvolvem seus respectivos Planos Nacionais de Ação. O Brasil foi um dos países fundadores da iniciativa. Com isso, assumiu o compromisso internacional de promover o acesso crescente a informações públicas em todos os níveis do governo; coletar e publicar sistematicamente dados orçamentários; criar e usar canais para requisitar a opinião pública; exigir altos padrões éticos e códigos de conduta de seus

---

<sup>550</sup> Ibid.

<sup>551</sup> Contrariamente, o governo de Trump não teve como prioridade a continuidade da abertura de dados públicos, de modo que os EUA enfrenta o mesmo problema do Brasil de descontinuidade da política de governo aberto.

<sup>552</sup> WHITE HOUSE. **Transparency and Open Government**. Memorandum of January 21, 2009. Disponível em: <[https://www.whitehouse.gov/the\\_press\\_office/TransparencyandOpenGovernment](https://www.whitehouse.gov/the_press_office/TransparencyandOpenGovernment)> . Acesso em: 15 fev. 2020.

funcionários públicos; criar espaços online acessíveis e seguros para prestar serviços e fornecer informações, dentre outros<sup>553</sup>.

A Organização (OECD) também elaborou a Recomendação em Governo Aberto, assinada por vários países membros e parceiros, inclusive o Brasil, e produziu várias publicações e diagnósticos sobre boas práticas de implementação de políticas e estratégias de governo aberto<sup>554</sup>.

Em uma delas, identifica os principais desafios organizacionais à abertura dos dados governamentais. A necessidade de coordenação da política pública de dados abertos por um órgão central, que solicita e monitora a abertura dos dados pelos demais órgãos governamentais é um deles. Sem uma estrutura institucional bem construída, não há articulação, continuidade e consistência na abertura dos dados<sup>555</sup>. Isso é ainda mais relevante em países com grandes dimensões territoriais, como o Brasil, de modo a garantir a integração nos três níveis da federação e nos três poderes, disseminando-se, de modo coordenado, práticas de governo aberto também no nível local.

Por fim, com a aprovação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU em 2015, estratégias de governo aberto adquiriram uma dimensão ainda mais indispensável, enquanto ferramentas para uma implementação efetiva desses objetivos, tanto para mensurá-los como realizá-los.

As políticas de governo aberto podem contribuir de forma direta ou reflexa para vários (senão todos) objetivos e metas da Agenda 2030<sup>556</sup>. Nesse sentido, o Anexo 1 de um *paper* do World Bank aponta as contribuições específicas para cada um dos 17 objetivos sustentáveis. Segundo esse documento, elas podem ser resumidas em quatro benefícios centrais para países em desenvolvimento: i) fomentar o crescimento econômico e a geração de empregos; ii) melhorar a eficiência e abrangência dos serviços

---

<sup>553</sup> BRASIL. Controladoria-Geral da União. Parceria para Governo Aberto. **Declaração de Governo Aberto**. Disponível em: <<https://governoaberto.cgu.gov.br/central-de-conteudo/documentos/arquivos/declaracao-governo-aberto.pdf>>. Acesso em: 2 mai. 2020.

<sup>554</sup> OECD. Legal Instruments. **Recommendation of the Council on Open Government**. Adopted on 13/12/2017. Disponível em: <[https://legalinstruments.oecd.org/en/instruments/OECD-LEGAL-0438#\\_ga=2.37822115.1251313301.1554450220-751648841.1537891795](https://legalinstruments.oecd.org/en/instruments/OECD-LEGAL-0438#_ga=2.37822115.1251313301.1554450220-751648841.1537891795)>. Acesso em: 3 mai. 2020.

<sup>555</sup> UBALDI, Barbara. Open Government Data: Towards Empirical Analysis of Open Government Data Initiatives. **OECD Working Papers on Public Governance**, n. 22, mai/2013, 60p. Disponível em: <<https://www.oecd-ilibrary.org/docserver/5k46bj4f03s7-en.pdf?expires=1589810214&id=id&accname=guest&checksum=B2BAA089A7831C52AE3F7970C9036126>>. Acesso em: 18 mai. 2020.

<sup>556</sup> NAÇÕES UNIDAS. **Agenda 2030: 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>>. Acesso em: 3 mai. 2020.



públicos; iii) aumentar a transparência, *accountability* e participação; iv) facilitar o compartilhamento de informações dentro do governo<sup>557</sup>.

Quanto ao primeiro ponto, dados abertos fornecem matéria-prima para novos empreendimentos inovadores, contribui para a otimização de empreendimentos já existentes, de modo a operarem com maior eficiência e alcançarem clientes de maneira mais eficaz e, ainda, cria um ambiente favorável à atração de novos investimentos. Nos serviços públicos, a ampliação no uso de dados públicos abertos fortalece os sistemas de prestação de serviços públicos, ao melhorar as redes de conexão e comunicação, por exemplo, da saúde pública, educação pública, transporte público e segurança alimentar. Ademais, promove o fortalecimento das instituições públicas e contribui para o planejamento e coordenação das atividades estatais<sup>558</sup>.

A abertura dos dados governamentais é particularmente relevante para a realizabilidade do Objetivo 16 e das metas 16.6, 16.7, 16.10. O Objetivo 16 busca promover sociedades inclusivas para o desenvolvimento sustentável e instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis. A meta 16.6 acrescenta a transparência nas instituições, a meta 16.7 traz a tomada de decisão participativa e representativa e, por fim, a 16.10 expressamente assegura o acesso à informação<sup>559</sup>. Como o modelo de governo aberto se relaciona com os pilares da transparência, participação e *accountability*, envolve as dimensões da inclusão, sustentabilidade e responsabilidade nos objetivos e metas acima.

A partir desse quadro teórico exposto, este capítulo buscará fazer um panorama da política de dados abertos no Brasil, avaliando as normas e políticas públicas voltadas para o tema.

Primeiramente, serão levantadas e analisadas as normas federais vigentes no tema, principalmente as políticas públicas e atos normativos infralegais do governo federal. Nesse sentido, serão avaliados tanto os compromissos internacionalmente assumidos pelo Brasil no *Open Government Partnership* como a implementação interna de Planos de Ação de Dados Abertos pelos órgãos federais. A partir disso, será constatado o nível de maturidade da abertura de dados, levando em conta, também, modelos teóricos

---

<sup>557</sup> PETROV, O.; GURIN, J.; MANLEY, L. **Open Data for Sustainable Development**. Washington, DC: World Bank Group, 2015. Disponível em: <<http://pubdocs.worldbank.org/en/999161440616941994/Open-Data-for-Sustainable-Development.pdf>>. Acesso em: 18 mai. 2020.

<sup>558</sup> Ibid.

<sup>559</sup> NAÇÕES UNIDAS. **Objetivo 16: Paz, Justiça e Instituições eficazes**. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/ods16/>>. Acesso em: 3 mai. 2020.

no tema, dados estatísticos, resultados de pesquisas empíricas, inclusive do questionário aplicado, e desempenho em rankings.

Em segundo lugar, será traçado um panorama geral e limitado sobre a implementação de um governo aberto nos estados e municípios brasileiros, considerando, principalmente, as percepções das organizações da sociedade civil que responderam ao questionário aplicado e a análise da disponibilização de dados no Portal Brasileiro de Dados Abertos.

Por fim, será feito estudo de caso de iniciativas inovadoras que dependem de dados abertos para sua implementação e que geraram efeitos disruptivos em seus respectivos países, quais sejam, Uganda, Colômbia, EUA e, também, Brasil. Com isso, busca-se demonstrar a relevância da abertura de dados públicos.

### 3.1 A implementação de um governo aberto no Executivo federal

Para a compreensão do grau de implementação de um governo aberto no país, especialmente no Executivo federal, é preciso mapear os atos normativos e políticas públicas ligadas a essa pauta. A tabela 17 faz essa tarefa:

**Tabela 17**

#### **Mapeamento de políticas em governo aberto no Executivo federal**

<b>Política ou programa</b>	<b>Resumo</b>
<b>Planos de Ação Nacional em Governo Aberto</b>	Operacionalização das ações do <i>Open Government Partnership</i> em planos bienais.
<b>Portal Brasileiro de Dados Abertos</b>	Ferramenta para buscar e usar os dados abertos do governo federal.
<b>Decreto nº 8.777/16 Resolução nº 3/17 CGINDA</b>	Política de publicação de dados abertos do governo federal.
<b>Decreto nº 10.160/19</b>	Instituiu o Comitê Interministerial de Governo aberto e a Política Nacional de Governo Aberto.
<b>Painel Monitoramento Dados Abertos</b>	Instrumento para avaliar e acompanhar o grau de abertura dos dados dos órgãos do Executivo federal.

Elaborada pela autora com dados extraídos do Planalto e CGU.

De plano, a análise desse mapeamento já permite constatar que não há uma lei geral e nacional de dados abertos vigente no Brasil, nos moldes da LAI, que padronize a disponibilização de dados abertos nos entes subnacionais e nos três poderes.

Há alguns anos tramitam projetos de lei no Congresso Nacional com a finalidade de criar essa lei, como o Projeto de Lei (PL) nº 7804/2014. Na justificativa anexa a esta proposição, destaca-se que a abertura das informações públicas em conformidade com a Lei de Acesso à Informação é apenas uma parte do processo de expansão da transparência e participação. Além da disponibilização de informações, os órgãos públicos devem disponibilizar os dados brutos, em formato aberto e livre, que permitam outros tipos de uso e produção de novas análises. Ademais, constata a necessidade da lei diante do quadro de dispersão dos dados e ausência de padronização na sua disponibilização pelos entes federados<sup>560</sup>.

No inteiro teor da versão originária dessa proposição, prevê-se a criação de um Sistema Integrado de Dados Abertos de toda a Administração Pública, a ser criado e mantido pelo Ministério do Planejamento, com prazo variado de adesão conforme a população dos municípios<sup>561</sup>. Tal iniciativa seria muito positiva no processo de coordenação, articulação e expansão da abertura dos dados governamentais nos estados e municípios.

No decorrer dos anos, diversos outros PLs foram pensados a essa iniciativa. Apesar da longa tramitação, houve uma recente e importante movimentação, em novembro de 2019: o parecer favorável da Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática, que recomenda a aprovação na forma do substitutivo anexo que apresenta. O substitutivo apresenta grandes avanços em relação ao texto original, como a ampliação do âmbito da lei não só para toda a Administração Pública, mas também Legislativo, Judiciário, Tribunais de Contas e Ministério Público<sup>562</sup>.

Além disso, a ausência de um marco legal no tema que assegure a abertura de dados públicos de forma isonômica para os diferentes *players* de mercado traz como consequência os riscos de serem conferidas vantagens competitivas a alguns. Nesse

---

<sup>560</sup> BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 7804/2014**. Brasília, 2014. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=620193>>. Acesso em: 4 mai. 2020.

<sup>561</sup> Ibid.

<sup>562</sup> BRASIL. Câmara dos Deputados. **Parecer da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática**. Brasília, 2019. Disponível em: <<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD0020191121002080000.PDF#page=716>>. Acesso em: 19 mai. 2020.

sentido, o governo federal, com frequência, estabelece parcerias exclusivas<sup>563</sup>, dando acesso a dados públicos a algumas empresas, geralmente que ocupam posição dominante, sem possibilitar que outras desfrutem do mesmo arranjo. Isso gera um ciclo vicioso de reforço à concentração de mercado já existente, na medida em que os dados são ativos valiosos para a prestação de serviços.

Ainda que não haja uma lei específica de dados abertos, a própria estrutura da Lei de Acesso à Informação já dá um significativo suporte normativo a uma política de governo aberto e faz menções pontuais à abertura de dados. No que tange aos ditames legais sobre transparência ativa, traz a exigência de que os sítios eletrônicos oficiais dos órgãos e entidades públicas possibilite a gravação de relatórios em diversos formatos eletrônicos, inclusive abertos e não proprietários (livres), bem como o acesso automatizado por sistemas externos em formatos abertos, estruturados e legíveis por máquinas (art. 8, §3º, II e III).

### 3.1.1 Planos de Ação Nacional

A partir de 2011, com a formalização da Parceria para Governo Aberto (*Open Government Partnership*), o Brasil intensificou a implementação de políticas e estratégias para abertura dos dados governamentais. A operacionalização dos princípios e valores dessa parceria no âmbito nacional se deu através dos Planos de Ação Nacional em Governo Aberto, cada qual com duração de dois anos<sup>564</sup>.

O 1º Plano de Ação Brasileiro, lançado em 2011 e vigente até 2013, foi instituído através do Decreto de 15 de setembro de 2011 e trouxe 32 compromissos assumidos pelo país, a serem cumpridos por 5 órgãos do Governo Federal, conforme cronograma de implementação estabelecido.<sup>565</sup>

Em resumo, trouxe medidas de capacitação de servidores públicos, mapeamento e catalogação de dados do governo federal até então disponibilizados na internet, reestruturação e adaptação de portais e sítios eletrônicos, ações de disseminação,

---

<sup>563</sup> Exemplo recente foi a parceria do governo com alguns bancos para degustarem dados biométricos dos cidadãos brasileiros, em clara afronta à noção de governo aberto a todo (BRASIL. **Acordo de Cooperação nº 27/2021**. Brasília, 2021. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/web/dou/-/extrato-de-acordo-de-cooperacao-n-27/2021-372623204>>. Acesso em: 6 abr. 2022).

<sup>564</sup> BRASIL. Controladoria-Geral da União. **Planos de Ação na Parceria para Governo Aberto (OGP)**. Disponível em: <<http://www.governoaberto.cgu.gov.br/a-ogp/planos-de-acao>>. Acesso em: 4 mai. 2020.

<sup>565</sup> BRASIL. Controladoria-Geral da União. **1º Plano de Ação Brasileiro na Parceria para Governo Aberto (OGP)**. Brasília, 2011. Disponível em: <<http://www.governoaberto.cgu.gov.br/a-ogp/planos-de-acao/1o-plano-de-acao>>. Acesso em: 28 mar. 2020.

organização de eventos para participação da sociedade civil e, por fim, o desenvolvimento de ponto de convergência no acesso aos dados públicos, o Portal Brasileiro de Dados Abertos<sup>566</sup>. Desse modo, o primeiro plano traz estratégias mais voltadas à efetividade do acesso à informação. Muito antes de conseguir caminhar na implementação de medidas mais avançadas de governo aberto, buscava assegurar os primeiros passos para melhoria da transparência ativa e passiva, concomitantes com a tramitação e aprovação da LAI.

Findo o prazo, foi publicado um relatório de autoavaliação do 1º Plano, fazendo um balanço de como o próprio governo federal avaliava a implementação dos compromissos assumidos. Segundo ele, foram 26 compromissos implementados, 4 parcialmente implementados e 2 não foram implementados<sup>567</sup>.

Um compromisso não implementado foi a realização de uma pesquisa de campo para identificar as principais demandas da sociedade no acesso à informação, para aprimorar a transparência ativa. A justificativa foi que essa medida não seria mais necessária após a implementação do e-SIC federal, que poderia fazer esse retrato de forma bem mais econômica e rápida. O outro foi a capacitação de servidores em gestão de documentos e informação pública pela CGU. Optou-se por adiar esse compromisso para o 2º Plano, com a diferença de que outros órgãos, além da CGU, contribuiriam para as ações de capacitação, como o Arquivo Nacional<sup>568</sup>.

Na implementação parcial, entraram os compromissos associados à reestruturação do Portal da Transparência e à integração sistêmica das ouvidorias públicas federais, pois não conseguiram finalizá-los dentro da vigência do 1º Plano<sup>569</sup>. Por sua vez, as demais ações foram consideradas integralmente cumpridas, como a criação colaborativa do Portal Brasileiro de Dados Abertos, mas dependem de continuidade e expansão das medidas iniciais para sua manutenção atualizada e constante avanço e efetividade.

A partir desses resultados, foi construído o 2º Plano (2013-2016). Dessa vez foram 52 compromissos assumidos, dos quais 69% foram implementados no período (com 19 órgãos federais envolvidos). O governo federal realizou iniciativas para a participação da sociedade civil na elaboração do Plano, como eventos virtuais e

---

<sup>566</sup> Ibid.

<sup>567</sup> BRASIL. Controladoria-Geral da União. 1º Plano de Ação Brasileiro na Parceria para Governo Aberto (OGP). **Balanço**. Brasília, 2011. Disponível em: <<http://www.governoaberto.cgu.gov.br/a-ogp/planos-de-acao/1o-plano-de-acao/balanco-primeiro-plano.pdf>>. Acesso em: 4 mai. 2020.

<sup>568</sup> Ibid.

<sup>569</sup> Ibid.

presenciais; das 32 propostas levadas, 19 foram acatadas. Uma delas foi a instituição de Grupo de Trabalho, do qual 10 organizações da sociedade civil fizeram parte<sup>570</sup>.

Esse plano trouxe medidas de transparência e abertura de dados em pautas sociais específicas, como educação, saúde, previdência social, dentre outros, além de fomento à disseminação de práticas de governo aberto em nível local. Assim como o anterior, houve atrasos e adiamentos nos prazos de cumprimento das iniciativas. Por exemplo, não conseguiram cumprir a abertura dos dados educacionais disponibilizados pelo MEC durante o plano (grau de cumprimento foi classificado como “limitado”, ou seja, execução reduzida a poucas ações)<sup>571</sup>.

Outro ponto é que, na avaliação do *Independent Report Mechanism* (IRM), que examina o progresso nos compromissos assumidos perante a OGP, constatou-se o conservadorismo das ações previstas, o que diminui o seu impacto. Também verificou a concentração das iniciativas apenas no Executivo federal. Foi recomendada, assim, a adoção de medidas mais ambiciosas no 3º Plano e que articulem os três poderes e entes federados subnacionais<sup>572</sup>.

No 3º Plano, de 2016 a 2018, foram 16 compromissos firmados. A novidade foi a participação do Legislativo e Judiciário, além de governos estaduais e municipais e a mudança metodológica<sup>573</sup> para incluir mais a sociedade civil na sua construção. O Legislativo participou, principalmente, através da Câmara dos Deputados e Senado Federal e o Judiciário com o Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Foram realizadas consultas públicas para mapeamento de temas de interesse da sociedade civil e seleção de 5 temas prioritários e, posteriormente, oficinas de cocriação<sup>574</sup>.

Através de votação aberta, elegeu-se como prioridades da sociedade civil os seguintes eixos: mecanismos de participação social; transparência sobre recursos públicos; fomento ao governo aberto em estados e municípios; inovação e governo aberto

---

<sup>570</sup> BRASIL. Controladoria-Geral da União. **2º Plano de Ação Brasileiro na Parceria para Governo Aberto (OGP)**. Brasília, 2014. Disponível em: <<http://www.governoaberto.cgu.gov.br/a-ogp/planos-de-acao/2o-plano-de-acao-brasileiro>> Acesso em: 28 mar. 2020.

<sup>571</sup> BRASIL. Controladoria-Geral da União. 2º Plano de Ação do Brasil. **Balanco final**. Disponível em: <<http://www.governoaberto.cgu.gov.br/central-de-conteudo/documentos/balanco-final-2o-plano-versao-final.pdf>>. Acesso em: 4 mai. 2020.

<sup>572</sup> Ibid.

<sup>573</sup> BRASIL. Controladoria-Geral da União. 3º Plano de Ação Nacional do Brasil. **Metodologia**. Disponível em: <<https://governoaberto.cgu.gov.br/central-de-conteudo/documentos/metodologia-diagramada-1.pdf>>. Acesso em: 4 mai. 2020.

<sup>574</sup> BRASIL. Controladoria-Geral da União. **3º Plano de Ação Brasileiro na Parceria para Governo Aberto (OGP)**. Brasília, 2016. Disponível em: <<http://governoaberto.cgu.gov.br/central-de-conteudo/documentos/3o-plano-de-acao-versao-final.pdf>>. Acesso em 28 mar. 2020.



na educação e dados abertos e transparência ativa no meio ambiente. Os temas observaram, ainda, aderência aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Outra novidade foi a inclusão de fichas detalhadas sobre cada um dos compromissos, anexadas ao Plano. Nelas, incluíram informações sobre o órgão coordenador, os órgãos e atores envolvidos e servidores responsáveis<sup>575</sup>.

Em 2020, isto é, 2 anos após a conclusão do 3º Plano, o cenário é que dos 16 compromissos, 50% já foram integralmente cumpridos e os demais estão em andamento, sendo que, panoramicamente, 89% do 3º Plano já foi executado, segundo dados da CGU<sup>576</sup>.

Por fim, o 4º Plano de Ação (2018-2020) conta com 11 compromissos, produzidos colaborativamente com 88 instituições, das quais 39 são organizações da sociedade civil. Utilizou-se, em regra, a mesma metodologia e lógica do plano anterior, dessa vez com a seleção de 4 temas prioritários pela sociedade civil: transparência fundiária; governo aberto e clima; governo aberto e recursos hídricos e transparência nos estados e municípios. A única diferença metodológica relevante foi na composição dos atores no processo. Enquanto no 3º Plano o mesmo grupo de entidades da sociedade civil ajudou na elaboração e monitoramento, no 4º Plano novas entidades foram selecionadas para a última etapa<sup>577</sup>.

Segundo o relatório intermediário de autoavaliação deste plano, até agosto de 2019, todos os compromissos ainda estavam em andamento, mas, considerando o plano como um todo, cerca de 44% do seu conteúdo já havia sido executado<sup>578</sup>. Na última atualização de monitoramento (maio/2020), constava 61% do plano já implementado. O compromisso 4, relacionado à expansão do conhecimento sobre direito à alimentação adequada, se manteve como um dos mais atrasados. Isso ocorreu em virtude da extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) pela MP nº

---

<sup>575</sup> Ibid.

<sup>576</sup> BRASIL. Controladoria-Geral da União. 3º Plano de Ação Brasileiro. **Monitoramento e execução**. Disponível em: <<https://governoaberto.cgu.gov.br/governo-aberto-no-brasil/monitoramento/3o-plano-de-acao-brasileiro>>. Acesso em: 4 mai. 2020.

<sup>577</sup> BRASIL. Controladoria-Geral da União. **4º Plano de Ação Brasileiro na Parceria para Governo Aberto (OGP)**. Brasília, 2016. Disponível em: <[http://governoaberto.cgu.gov.br/a-ogp/planos-de-acao/4o-plano-de-acao-brasileiro/4o-plano-de-acao-nacional\\_portugues.pdf](http://governoaberto.cgu.gov.br/a-ogp/planos-de-acao/4o-plano-de-acao-brasileiro/4o-plano-de-acao-nacional_portugues.pdf)>. Acesso em 28 mar. 2020.

<sup>578</sup> BRASIL. Controladoria-Geral da União. 4º Plano de Ação Brasileiro. **Relatório Intermediário de Autoavaliação**. Brasília, 2019. Disponível em: <[https://governoaberto.cgu.gov.br/noticias/2019/09/relatorio-intermediario-de-autoavaliacao-do-4o-plano-de-acao-esta-em-consulta-publica/relatorio-intermediario-de-autoavaliacao\\_4o-pan.pdf](https://governoaberto.cgu.gov.br/noticias/2019/09/relatorio-intermediario-de-autoavaliacao-do-4o-plano-de-acao-esta-em-consulta-publica/relatorio-intermediario-de-autoavaliacao_4o-pan.pdf)>. Acesso em: 19 mai. 2020.

870/2019, o que dificultou os esforços de coordenação da execução deste compromisso<sup>579</sup>.

Em resumo, dentre os inúmeros compromissos já assumidos nesses documentos, vários se relacionam com a criação e aprimoramento de canais institucionais virtuais para articulação do governo com a sociedade civil e com o uso de *softwares* livres para facilitar a participação social, permitindo o envio de sugestões e reclamações em tempo real na formulação de políticas públicas. Nesse sentido, segundo Freitas e Dacorso (2014, p. 880), o governo brasileiro se compromete a:

[...] se relacionar com a sociedade de novas maneiras e a disponibilizar conteúdos e formatos de informações que atendam a interesses de diferentes públicos. O governo brasileiro compromete-se também a implementar soluções de abertura de dados e promover o aumento da integridade das informações públicas, por meio de uma plataforma aberta. Assim, percebe-se que a tecnologia da informação desempenha um papel relevante no sentido de trazer a transparência e disponibilizar as informações públicas que a sociedade tanto requer (Torres, 2004).

Observa-se, ainda, um progresso no processo de deliberação dos planos, com o aprimoramento das estratégias para ampliar o leque de atores envolvidos. As deficiências estruturais para sua execução no prazo se mantêm, contudo, como uma constante. A falta de priorização política dessas medidas e os tímidos avanços na articulação com os outros poderes e entes subnacionais são fatores que diminuem o seu potencial de impacto na implementação de um governo aberto no Brasil.

### 3.1.2 Política de Dados Abertos

Um dos atos normativos secundários de maior destaque na pauta é o Decreto nº 8.777/2016, que instituiu a política de dados abertos do Executivo federal. Na Exposição de Motivos a ele anexo, apontou-se que essa política ampliaria a promoção da transparência ativa prevista na LAI e daria mais concretude às iniciativas de governo aberto decorrentes dos compromissos internacionais assumidos. Reconheceu-se, ainda, o papel do Estado em facilitar e incentivar o desenvolvimento tecnológico e a inovação, objetivos para os quais a disponibilização de dados abertos contribui<sup>580</sup>.

---

<sup>579</sup> BRASIL. Controladoria-Geral da União. 4º Plano de Ação Brasileiro. **Monitoramento e Execução**. Brasília, 2020. Disponível em: <<https://governoaberto.cgu.gov.br/a-ogp/planos-de-acao/4o-plano-de-acao-brasileiro/4o-plano-de-acao-brasileiro-monitoramento-e-execucao>>. Acesso em: 19 mai. 2020.

<sup>580</sup> A exposição de motivos foi obtida pela autora através de pedido de acesso à informação no e-SIC federal (pedido nº 033 na tabela 1 do tóico de metodologia). BRASIL. Ministério da Justiça. Controladoria-Geral

Seu principal objetivo é, portanto, fomentar a disponibilização de dados governamentais acessíveis ao público, estruturados em formato aberto, de acesso e uso livre e capazes de serem automaticamente legíveis por máquinas (art. 2º, III c/c art. 1º, I). Envolve, assim, o desenvolvimento e utilização de novos recursos da tecnologia da informação para ampliar a transparência, participação e controle social (art. 1º, V e VIII).

O primeiro ponto é que seu âmbito de aplicação é restrito ao governo federal. Por se tratar de um decreto, não poderia ser diferente. Apenas uma lei em dados abertos poderia obrigar os três poderes e todos os níveis da federação e, com isso, articular melhor e unificar a política de abertura de dados do Estado brasileiro. Ainda, não envolve toda a administração pública federal, mas apenas a direta, autárquica e fundacional (art. 1º, I). Não vincula, portanto, sociedades de economia mista e empresas públicas (como o Banco do Brasil e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos).

Apesar disso, permite a facultativa e livre utilização das suas bases de dados por todos os Poderes Públicos e sociedade, após alteração feita pelo Decreto nº 9.903/2019, que autorizou, também, a utilização gratuita das bases de dados cujos direitos autorais pertençam à União. Este decreto previu, ainda, que o Poder Executivo federal é obrigado a indicar os eventuais terceiros detentores de direitos autorais e as condições de utilização por eles autorizadas. Essas medidas foram tomadas para lidar com o seguinte problema identificado na Exposição de Motivos anexa a este decreto:

Atualmente, a necessidade de que cada órgão e entidade da administração defina a licença e as condições de uso dos dados abertos que publica provoca, na prática, uma heterogeneidade de licenças definidas ou, em muitos casos, a falta de definição explícita destas licenças e condições de uso dos dados, o que provoca insegurança nos utilizadores de dados junto a sociedade civil, que, na dúvida sobre a existência de permissão para uso comercial destes dados, acaba por não utilizá-lo, fazendo com que o potencial de uso dos dados governamentais para gerar valor econômico não se concretize<sup>581</sup>.

Com a alteração, buscou, portanto, simplificar, uniformizar e possibilitar a reutilização dos dados abertos publicados pelo governo federal<sup>582</sup>.

---

da União. Ministério do Planejamento. **Exposição de Motivos Interministerial nº 00079/2016 MJ CGU MP**. Brasília, 2016.

<sup>581</sup> BRASIL. Ministério da Economia. Controladoria-Geral da União. **Exposição de Motivos Interministerial nº 00080/2019 ME CGU**. Brasília, 2019, p. 1.

<sup>582</sup> Ibid.

Nos termos do art. 5º, §2º do Decreto nº 8.777/2016, cada órgão ou entidade deverá elaborar e publicar (em até 60 dias da publicação do decreto) o seu Plano de Dados Abertos (PDA), através do qual se dará a implementação desta Política de Dados Abertos. Esse seria o “documento orientador para as ações de implementação e promoção de abertura de dados”.<sup>583</sup> Dentre os itens obrigatórios, inclui-se a previsão de um cronograma para abertura dos dados do órgão e a criação de processos de engajamento social. O anexo ao decreto trouxe uma lista de dados que devem ser priorizados, estabelecendo o prazo de 180 dias da publicação do decreto para a sua disponibilização em formato aberto. Não prevê, todavia, a priorização de dados para todos os órgãos, mas apenas alguns dos ministérios e outras entidades.

Não foram destinados novos recursos públicos para o desenvolvimento dos Planos de Dados Abertos pelos órgãos federais, nem para a implementação da Política de Dados Abertos. Segundo a Exposição de Motivos anexa ao Decreto nº 8.777/2016, as atividades a serem desenvolvidas no âmbito dos PDAs poderiam utilizar os recursos humanos, orçamentários e institucionais existentes nas unidades, sem implicar aumento de despesa ou criação de novos órgãos<sup>584</sup>.

A Resolução nº 3 do Comitê Gestor da Infraestrutura Nacional de Dados Abertos (CGINDA) aprofundou nas normas sobre elaboração e publicação dos PDAs. Estabeleceu que a vigência dos PDAs é de dois anos a partir da data da sua publicação<sup>585</sup>. Foi, ainda, publicado um “Manual de Elaboração de Planos de Dados Abertos”, para direcionar os órgãos federais na tarefa<sup>586</sup>. Anteriormente ao decreto, apenas o Ministério do Planejamento e o Ministério da Justiça haviam publicados seus primeiros planos de dados abertos; alguns órgãos federais publicaram dentro ou após o prazo estabelecido. Hoje, mais de 69 deles já possuem PDAs, 2 estão construindo os seus e 151 ainda não possuem<sup>587</sup>.

---

<sup>583</sup> BRASIL. Ministério da Justiça. Controladoria-Geral da União. Ministério do Planejamento. **Exposição de Motivos Interministerial nº 00079/2016 MJ CGU MP**. Brasília, 2016.

<sup>584</sup> Ibid.

<sup>585</sup> BRASIL. Comitê Gestor da Infraestrutura Nacional de Dados. **Resolução nº 3, de 13 de outubro de 2017**. Aprova as normas sobre elaboração e publicação de Planos de Dados Abertos, conforme disposto no Decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016. Brasília, 2017.

<sup>586</sup> BRASIL. Ministério do Planejamento. **Manual de Elaboração de Planos de Dados Abertos**. Brasília, 2018. Disponível em: <http://wiki.dados.gov.br/GetFile.aspx?File=%2fManuais%2fPlanos%20de%20Dados%20Abertos%2f2018%2fManual%20de%20Elaboracao%20de%20Planos%20de%20Dados%20Abertos.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2020.

<sup>587</sup> BRASIL. Controladoria-Geral da União. **Painel Monitoramento Dados Abertos**. Disponível em: <http://paineis.cgu.gov.br/dadosabertos/index.htm>. Acesso em: 20 mai. 2020.

Em 2016, quando o Decreto nº 8.777 foi publicado, conferia a condução e gestão da política de dados abertos do Executivo federal ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, sendo que a CGU cuidaria apenas do monitoramento<sup>588</sup>. Em 2019, a gestão também passou para a CGU, com o Decreto nº 9.903/2019. Essa unificação da gestão buscou tornar “mais fácil a coordenação das ações necessárias à solução dos principais desafios desta política”.<sup>589</sup> Com isso, a CGU é responsável, por exemplo, pelo monitoramento da abertura dos dados dos órgãos, do cumprimento dos Planos de Dados Abertos e pela análise dos recursos às negativas de abertura de dados pelos órgãos.

Nesse contexto, o decreto estabelece que sempre que houver solicitações de abertura de dados da administração pública federal, será aplicado, por analogia, o procedimento e os prazos de pedido de acesso à informação da LAI. Assim, adota a mesma lógica da LAI de transparência ativa (abertura de dados governamentais imediata e independentemente de solicitação) e passiva (solicitações de abertura).

Em 2019, foi aprovado o Decreto nº 10.160/2019, que revogou o Decreto de 15 de setembro de 2011 e o Decreto de 12 de março de 2013. Passou a prever a Política Nacional de Governo Aberto e a nova configuração do Comitê Interministerial de Governo Aberto (CIGA), após a publicação de diretrizes e limitações a estruturas colegiadas do Decreto nº 9.759/2019.

Segundo a sua exposição de motivos, o Comitê Interministerial de Governo Aberto, que já existia desde 2011, quando foi firmado o compromisso internacional para governo aberto, e seria potencialmente extinto pelo Decreto nº 9.759/2019, por sua natureza de estrutura colegiada. Por isso, foi necessária a sua recriação, que veio com o Decreto nº 10.160/2019. A CGU encaminhou a proposta à Presidência da República, destacando a importância do CIGA para a implementação dos planos nacionais de governo aberto. Tendo em vista a nova política de enxugamento de estruturas colegiadas, propôs a simplificação e redução dos órgãos envolvidos no CIGA<sup>590</sup>.

A principal mudança foi que a coordenação do órgão colegiado passa a ser função da CGU e não mais da Casa Civil<sup>591</sup>. É composto, exclusivamente, por órgãos

---

<sup>588</sup> BRASIL. Ministério da Justiça. Controladoria-Geral da União. Ministério do Planejamento. **Exposição de Motivos Interministerial nº 00079/2016 MJ CGU MP**. Brasília, 2016.

<sup>589</sup> BRASIL. Ministério da Economia. Controladoria-Geral da União. **Exposição de Motivos Interministerial nº 00080/2019 ME CGU**. Brasília, 2019.

<sup>590</sup> BRASIL. Controladoria-Geral da União. **Exposição de motivos nº 00013/2019 CGU**. Brasília, 2019.

<sup>591</sup> BRASIL. Controladoria-Geral da União. **CGU coordenará o Comitê Interministerial de Governo Aberto**. Brasília, 2019. Disponível em: <<http://www.governoaberto.cgu.gov.br/noticias/2019/12/cgu-coordenara-o-comite-interministerial-de-governo-aberto>>. Acesso em: 11 jun. 2020.

federais, atualmente um total de 13 ministérios (anteriormente eram 18), com a finalidade de orientar, propor e implementar a estratégia de governo aberto do Executivo federal.

A sociedade civil não faz, portanto, parte desta estrutura colegiada interministerial, mas atua junto ao governo através do Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para Assessoramento em Governo Aberto, criado pela Resolução nº 1, de 18 de novembro de 2014. Com natureza consultiva e composto por 7 organizações da sociedade civil, selecionadas para um mandato de 2 anos. Até hoje, foram divulgados dois editais para seleção de organizações, um em 2015 e outro em 2018.

### 3.1.3 Programas públicos de monitoramento da abertura de dados

Para acompanhamento da abertura dos dados governamentais e acesso a essas bases de dados pela sociedade, duas ferramentas desenvolvidas pelo Poder público podem ser utilizadas: o Portal Brasileiro de Dados Abertos e o Painel de Monitoramento de Dados Abertos, além de breves considerações sobre o Data.gov do governo federal estadunidense; passa-se, agora, à sua análise.

O Portal Brasileiro de Dados Abertos é um instrumento para disponibilização centralizada e catalogação de bases de dados dos órgãos públicos que já estão em formato aberto, em conformidade com os requisitos intrínsecos a esse conceito. Isso significa que não possui todos os dados governamentais e vai sendo alimentado pelas próprias organizações conforme se dá a abertura dos dados por cada órgão público, de acordo com os cronogramas estabelecidos nos seus respectivos PDAs<sup>592</sup>.

O portal é de acesso livre, com um *design* limpo e navegabilidade simples, com os dados organizados por filtros (organizações, grupos temáticos, etiquetas/*tags*, formatos do arquivo, tipos de licença). Consta que hoje o portal possui 7.870 conjuntos de dados abertos disponíveis. Na aba organizações (em regra, órgãos, autarquias ou entidades da Administração pública), há, atualmente, um total de 174 cadastradas. Há grande variação na quantidade de base de dados disponibilizadas; enquanto algumas organizações constam na lista com zero (11%), outros possuem centenas. A média total de bases de dados disponibilizados é 44 por organização. A grande maioria pertence ao Executivo (95%) e à União (94%), mas algumas instituições do Legislativo e dos estados e municípios também divulgam alguns poucos dados abertos no portal, como: a Câmara

---

<sup>592</sup> BRASIL. **Portal Brasileiro de Dados Abertos**. Disponível em: <<http://www.dados.gov.br>>. Acesso em: 17 abr. 2020.



dos Deputados, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais, a Câmara Municipal de São Paulo, o Governo estadual de Alagoas e alguns Tribunais de Contas<sup>593</sup>.

Reconhecendo o fato de que o manejo dos dados abertos exige conhecimentos técnicos específicos, o próprio portal divulga 32 aplicativos e iniciativas desenvolvidas pela sociedade civil a partir desses dados abertos. Alguns deles são: Meu Congresso Nacional (informações sobre atividades legislativas e gastos parlamentares), Bolsa Família Info (busca e visualização de pagamentos do Programa Bolsa Família), Aider (localização de unidades básicas de saúde próximas), Super Cidadão (jogo de cartas de informações de deputados federais), dentre tantos outros<sup>594</sup>.

O portal foi desenvolvido a partir de contribuições do governo e sociedade civil, como o antigo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a CGU, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), a *Open Knowledge Foundation* e a *Transparência Hacker*. Criado em 2011 e lançado em 2012, foi feito usando *softwares* livres e código aberto e desde então tem sido aprimorado a partir de ciclos de desenvolvimento e expandidas as bases de dados abertos disponíveis<sup>595</sup>.

O Portal Brasileiro de Dados Abertos faz parte da Infraestrutura Nacional de Dados Abertos (INDA), que é a política do governo brasileiro de dados abertos. A INDA é definida como “conjunto de padrões, tecnologias, procedimentos e mecanismos de controle necessários para atender às condições de disseminação e compartilhamento de dados e informações públicas no modelo de dados abertos”<sup>596</sup>. Foi instituída em 2012, através da Instrução Normativa nº 4/2012, tendo em vista a coliderança do Brasil na Parceria para o Governo Aberto. Todos os órgãos da administração direta, autárquica e fundacional do Executivo federal integram, automaticamente, a INDA. Empresas públicas, órgãos públicos de outros poderes ou esferas e até entidades privadas podem aderir voluntariamente, com a assinatura do termo de adesão, o que possibilita a divulgação das suas bases de dados abertos no portal<sup>597</sup>.

No questionário aplicado por esta pesquisa, no qual foram coletadas percepções de organizações da sociedade civil sobre o uso de instrumentos de transparência e

---

<sup>593</sup> Ibid.

<sup>594</sup> Ibid.

<sup>595</sup> Ibid.

<sup>596</sup> BRASIL. **Infraestrutura Nacional de Dados Abertos**. Disponível em: <<http://wiki.dados.gov.br>>. Acesso em: 20 mai. 2020.

<sup>597</sup> Ibid.

participação do governo federal, os usuários avaliaram também o Portal Brasileiro de Dados Abertos.

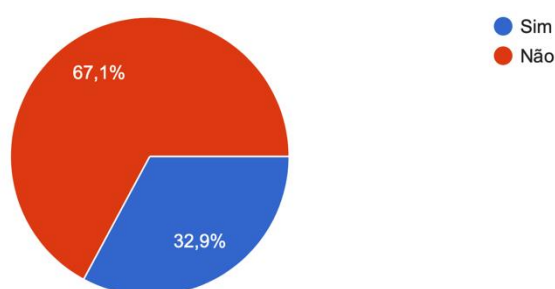
Enquanto, na amostra do *survey*, o uso de portais oficiais do Executivo federal é amplo, as estatísticas de uso do Portal da transparência federal são menores e o uso do Portal Brasileiro de Dados Abertos é ainda mais raro. O gráfico 42 mostra esses dados:

**Gráfico 42**

**Uso do Portal Brasileiro de Dados Abertos**

A organização já extraiu dados do Portal Brasileiro de Dados Abertos?

70 respostas



Gerado automaticamente pelo *Google Forms* no questionário aplicado pela autora.

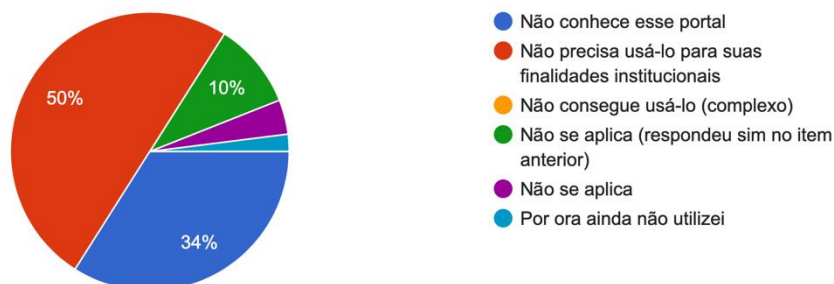
Impressiona o fato de que quase 70% das organizações nunca extraíram dados desse portal, apesar de serem amplas conhecedoras dos programas e políticas públicas do governo federal e muito atuantes. Não há dúvidas de que o cidadão leigo tem ainda menos familiaridade com esse instrumento, de tal modo que uma medida positiva seria uma política de ampla divulgação desse portal, ampliando os seus potenciais usuários e capacitando-os no uso de dados abertos.

Na compreensão dos motivos para esse resultado, como ilustra o gráfico 43, predominam a desnecessidade para as finalidades institucionais (50%) e o completo desconhecimento da existência e funcionalidades desse portal (34%). A percepção de inutilidade do portal para atingir suas finalidades institucionais também passa por uma necessidade de capacitação e aprofundamento nos potenciais usos possíveis e como podem ser úteis às organizações.

**Gráfico 43****Razões da não utilização do Portal Brasileiro de Dados Abertos**

Se a resposta foi não, qual o motivo?

50 respostas



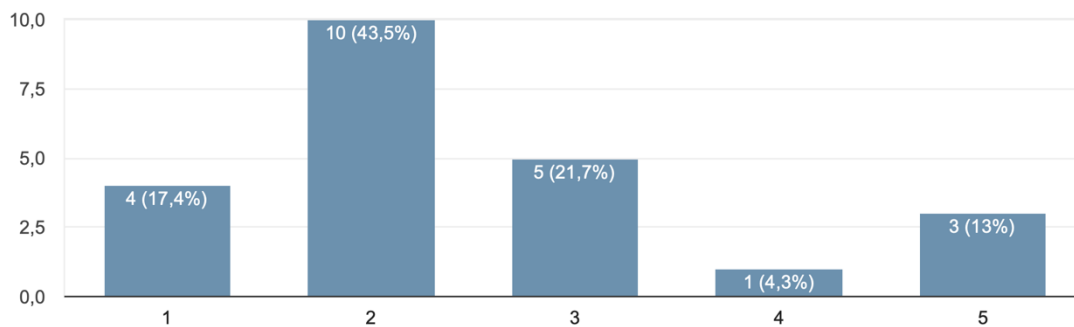
Gerado automaticamente pelo *Google Forms* no questionário aplicado pela autora.

Quanto àquelas instituições que já usaram o portal, a frequência de uso também não é muito alta, predominando em um grau baixo ou médio, como se vê no gráfico 44:

**Gráfico 44****Frequência de uso do Portal Brasileiro de Dados Abertos**

Frequência de uso

23 respostas



Gerado automaticamente pelo *Google Forms* no questionário aplicado pela autora.

As organizações respondentes avaliaram o Portal Brasileiro de Dados Abertos quanto à disponibilidade de dados, atualização e compreensão. Os resultados foram agregados nos gráficos 45, 46 e 47:

**Gráfico 45****Disponibilidade de dados no Portal Brasileiro de Dados Abertos**

Disponibilidade dos dados  
23 respostas



Gerado automaticamente pelo *Google Forms* no questionário aplicado pela autora.

Mais de 50% apontaram que apenas parte dos dados que necessitava estavam disponíveis no site; já mais de um quarto teve dificuldades em localizar a informação. Por outro lado, enquanto 8,7% não encontrou os dados procurados, 13% encontraram completamente e com facilidade. Assim, na percepção dessas organizações e conforme sua experiência média no uso do Portal Brasileiro de Dados Abertos, ainda há muito o que melhorar no quesito de disponibilização acessível dos dados, especialmente no que tange às dimensões de completude e acessibilidade de dados abertos. A situação da periodicidade de atualização dos dados não é muito diferente.

**Gráfico 46****Atualidade dos dados no Portal Brasileiro de Dados Abertos**

Atualização dos dados  
23 respostas



Gerado automaticamente pelo *Google Forms* no questionário aplicado pela autora.

Mais de um quarto dos respondentes encontrou dados desatualizados e inúteis. Nesses casos, há clara afronta ao princípio da instantaneidade dos dados abertos, que devem ser disponibilizados imediatamente para preservar o seu valor. O percentual de dados atualizados há poucos dias ou até uma semana é de apenas 13%. A grande maioria, contudo, achou dados atualizados há um ou mais meses, mas que, considerando sua natureza, ainda serviam para o propósito buscado.

**Gráfico 47**

**Inteligibilidade dos dados do Portal Brasileiro de Dados Abertos**

Compreensão dos dados

22 respostas



Gerado automaticamente pelo *Google Forms* no questionário aplicado pela autora.

Novamente, destaca-se o elevado grau de qualificação dos usuários e organizações participantes do questionário. Ainda assim, há alguns problemas com a compreensão dos dados no portal. Apenas 22,7% não teve qualquer dificuldade nessa questão. Por sua vez, quase 60% precisaram aprofundar no tema, de forma autônoma, para conseguir entender os dados. É considerável ainda que 18,2% não conseguiu resolver e precisou fazer pedido de acesso à informação para esclarecer o significado das informações no portal. Não é surpresa que para os cidadãos leigos o uso do Portal Brasileiro de Dados Abertos seja ainda mais difícil e a linguagem, obscura.

As organizações participantes selecionavam na questão seguinte uma ou mais alternativas para outras dificuldades encontradas no manuseio do Portal Brasileiro de Dados Abertos. Foram 20 respostas coletadas e os resultados são enumerados a seguir em ordem decrescente:

I. Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados – 40%;

- II. Bases de dados abertos não disponibilizadas no prazo estabelecido, em conformidade com os cronogramas de abertura dos órgãos – 40%;
- III. Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados – 35%;
- IV. Escassez de bases de dados abertos disponibilizadas ativamente – 30%;
- V. Layout não amigável ou não responsivo – 25%;
- VI. Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos – 25%;
- VII. Carregamento lento das páginas ou no download de dados – 20%;
- VIII. Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina – 20%;
- IX. Não disponibilização das bases de dados abertos, mesmo após solicitação – 20%;
- X. Links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto (“esse endereço não existe”) – 15%.

Foi dada, ainda, a oportunidade de as organizações fazerem outras considerações em questão aberta sobre o Portal Brasileiro de Dados Abertos. As respostas relevantes foram: i) indisponibilidade de dados e não atualização; ii) a ausência de metadados, dicionários de variáveis ou documentação complementar, acompanhando as bases de dados, como deveriam; iii) frequente desatualização e descontinuação das bases de dados, falta de informação suficiente nos dicionários de dados e constante quebra dos links; iv) houve um aumento das bases de dados abertos em matéria socioambiental de 2017 para 2020.

Por fim, no mesmo formato dos demais instrumentos de transparência e participação, o questionário trazia duas afirmações para serem avaliadas pelos usuários, com o objetivo de coletar uma percepção mais geral da relação entre a alimentação do portal e a transparência passiva e comparação com governos subnacionais.

Foi declarado que “a indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados ativamente no Portal Brasileiro de Dados Abertos resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC federal”. Mais de 80% concordaram, parcial ou totalmente, com a afirmação, conforme gráfico 48:

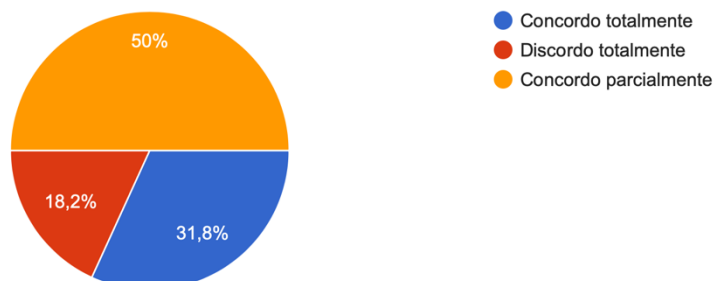


### Gráfico 48

#### Relação entre Portal Brasileiro de Dados Abertos e pedidos de acesso

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados ativamente no Portal Brasileiro de Dados Abertos resultaram em ...pedido de acesso à informação pelo e-SIC federal.

22 respostas



Gerado automaticamente pelo *Google Forms* no questionário aplicado pela autora.

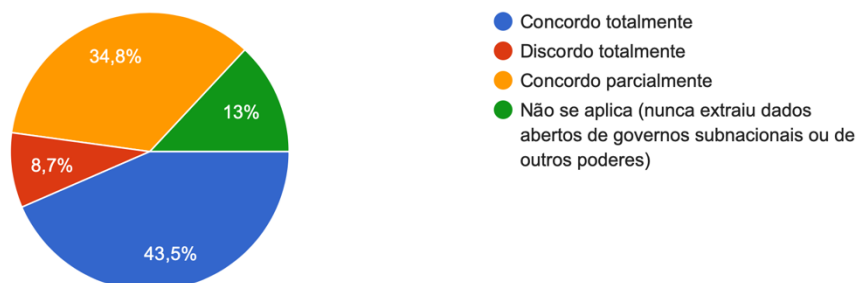
A outra afirmativa era: “os governos estaduais e municipais e os outros poderes (que organização acessa) disponibilizam bem menos dados públicos em formato aberto que o governo federal, seja no Portal Brasileiro de Dados Abertos ou em outros portais”. Novamente, quase 80% concordaram em alguma medida, mas 13% não puderam avaliar, por não extrair dados abertos de governos subnacionais ou outros poderes. O gráfico 49 mostra os resultados:

### Gráfico 49

#### Abertura de dados nos três poderes e entes federados

Os governos estaduais e municipais e os outros poderes (que organização acessa) disponibilizam bem menos dados públicos em formato aberto que ...asileiro de Dados Abertos ou em outros portais.

23 respostas



Gerado automaticamente pelo *Google Forms* no questionário aplicado pela autora.

Desse modo, é possível inferir que o investimento na ampliação da disponibilidade ativa de mais dados no Portal Brasileiro de Dados Abertos e da sua

acessibilidade pode contribuir para a redução do volume de pedidos de acesso à informação. Ademais, o cenário de dados abertos parece ser ainda mais caótico nos governos estaduais, municipais e nos poderes Legislativos e Judiciários, sendo que, apesar das graves deficiências, a principal referência no assunto é o Executivo federal.

Em sequência, para a análise do grau de abertura dos dados no governo federal, foi desenvolvido pela CGU o Painel de Monitoramento de Dados Abertos, nos mesmos moldes do Painel de Monitoramento da LAI, apresentando um panorama da abertura de dados dos órgãos do Executivo federal. A ferramenta permite acompanhar as bases de dados já publicadas, as previstas e as que estão atrasadas (em relação aos respectivos cronogramas nos Planos de Dados Abertos dos órgãos federais)<sup>598</sup>. Com isso, é possível avaliar o cumprimento da Política de Dados Abertos por cada órgão federal.

Os dados do Painel são atualizados mensalmente; em consulta no mês de maio, contudo, o mês de referência ainda era março de 2020<sup>599</sup>. Segundo o Painel, dos órgãos federais que possuem PDA vigente, 3.432 bases já foram abertas (77%), 287 estão previstas (6%) e 752 estão em atraso (17%)<sup>600</sup>.

Por outro lado, as estatísticas da existência ou não de PDAs vigentes no ano de 2020 nos órgãos federais são mais alarmantes: 151 (68%) deles ainda não possuem PDA, 69 (31%) possuem PDA e 2 estão em processo de construção. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e o Ministério da Defesa estão nessa terceira categoria. Alguns dos órgãos federais sem PDA são: Arquivo Nacional, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Ministério da Justiça e Segurança Pública e diversos institutos federais e universidades públicas, inclusive a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)<sup>601</sup>. Estão, portanto, em patente descumprimento do Decreto nº 8.777/2016.

---

<sup>598</sup> BRASIL. Controladoria-Geral da União. Painel Monitoramento de Dados Abertos. **Sobre**. Disponível em: <[http://paineis.cgu.gov.br/MANUAL/Sobre\\_PDA.pdf](http://paineis.cgu.gov.br/MANUAL/Sobre_PDA.pdf)>. Acesso em: 20 mai. 2020.

<sup>599</sup> Inicialmente, a autora acreditou que o Painel não estava sendo atualizado mensalmente, pois em maio de 2020 o mês de referência era apenas março de 2020. Em pedido de acesso à informação (refere-se ao pedido nº 035 da tabela do Apêndice A), a CGU informou que o Painel continua sendo atualizado no primeiro dia útil de cada mês, mas que a atualização não se refere ao mês imediatamente anterior. Assim, na atualização de início de junho de 2020 passou a constar a publicação de bases previstas até abril de 2020 (BRASIL. Controladoria-Geral da União. **Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão**. Disponível em: <<https://esic.cgu.gov.br/sistema/site/index.aspx>>. Acesso em: 6 jun. 2020).

<sup>600</sup> BRASIL. Controladoria-Geral da União. **Painel Monitoramento de Dados Abertos**. Disponível em: <<http://paineis.cgu.gov.br/dadosabertos/index.htm>>. Acesso em: 23 mai. 2020.

<sup>601</sup> Ibid.

Na aba de detalhamento acerca de cada órgão que possui PDA, a ferramenta permite visualizar o seu quadro geral de abertura de dados. A CGU, com uma das melhores performances em dados abertos no painel, já possui 96% (22) bases abertas e apenas uma prevista (em conformidade com o cronograma do seu PDA, que vigora até dezembro de 2020). O Ministério da Educação (MEC) possui 11% de suas bases abertas, 78% previstas e 11% em atraso (todavia, seu PDA vigente é de fevereiro de 2020 e vigora até dezembro de 2022, havendo tempo suficiente para o cumprimento). Já o Ministério da Economia abriu 79% das bases de dados, mas está com 21% em atraso; seu PDA vence em julho de 2020, o que significa que, provavelmente, não conseguirá cumprir o cronograma vigente no prazo estabelecido<sup>602</sup>.

A tabela 18 relaciona os órgãos federais que possuem PDA e o grau médio de bases de dados abertas em cada área de atuação do conjunto de órgãos que possui PDA<sup>603</sup>:

**Tabela 18**  
**Abertura de dados nos órgãos federais**

Órgãos federais sem PDA	Órgãos federais com PDA	Bases de dados		
		Abertas	Previstas	Atrasadas
<i>Agências reguladoras</i> ANA; ANCINE; ANEEL (3)	ANAC; ANATEL; ANM; ANP; ANS; ANTAQ; ANTT; ANVISA; CADE (9)	48 (86%)	7 (12%)	1 (2%)
<i>Cultura</i> FCP; FCRB; FUNAG; FUNAI; FUNARTE; FUNDAJ; IBRAM; IPHAN; MGEP-MCT (9)	MAST (1)	0	0	17 (100%)
<i>Documentação</i> AN; FBN; IN (3)	-	0	0	0

<sup>602</sup> Ibid.

<sup>603</sup> Considerou-se que os órgãos federais que não possuem PDA são tanto os que estão em processo de construção como os demais sem previsão; estes órgãos não entraram no cálculo de bases abertas, previstas e atrasadas, já que essas categorias só fazem sentido em relação ao cronograma estabelecido no respectivo PDA. Referenciou-se apenas as siglas de cada órgão federal, organizados por área de atuação. O cálculo das bases abertas, previstas e atrasadas foi feito a partir da média das bases de cada órgão com PDA dentro uma respectiva área de atuação. Apesar de, muitas vezes, terem prazos de vigência diferentes, esse cálculo dá uma ideia de como está a abertura dos dados governamentais por área de atuação. A classificação por área de atuação se deu conforme a avaliação da autora do fator predominante no órgão federal, conforme a definição de sua missão institucional e considerando a semelhança com aqueles com os quais foi comparado, sendo que alguns deles poderiam se enquadrar em mais de uma categoria. Optou-se, todavia, por colocar cada órgão em apenas um nicho predominante.

<b>Educação (geral)</b> <sup>604</sup> CEFET-MG; CEFET-RJ; CP II; FNDE; INEP; INES; (6)	ENAP (1)	15 (68%)	2 (9%)	5 (23%)
<b>Institutos federais</b> IF FLUMINENSE; IF GOIANO; IFAC; IFBA; IFCE; IFES; IFG; IFMA; IFMS; IFMT; IFNMG; IFPE; IFPI; IFPR; IFRJ; IFRN; IFRO; IFRR; IFRS; IFSC; IFSE; IFSP; IFSul; IFTM; IFTO (25)	IF BAIANO; IFAL; IFAM; IFAP; IFB; IFC; IFFAR; IFMG; IFMGSE; IFPA; IFPB; IFSPE; IFSULDEMINAS (13)	13 (62%)	3 (14%)	5 (24%)
<b>Universidades federais</b> UFAC; UFAL; UFAM; UFBA; UFC; UFCA; UFCG; UFCSPA; UFESBA; UFFS; UFG; UFGD; UFLA; UFMA; UFMG; UFMT; UFOP; UFOPA; UFPA; UFPB; UFPR; UFRA; UFRGS; UFRJ; UFRPE; UFRR; UFRRJ; UFS; UFSC; UFSCar; UFSJ; UFU; UNIFAP; UNIFESP; UNIFESSPA; UNILA; UNIR; UNIRIO; UTFPR (39)	FURG; UFABC; UFERSA-RN; UFES; UFF; UFJF; UFMS; UFOB; UFPE; UFPel; UFPI; UFRB; UFRN; UFSM; UFT; UFTM; UFV; UFVJM; UNB; UNIFAL-MG; UNIFEI; UNILAB; UNIVASF (23)	15 (65%)	2 (9%)	6 (26%)
<b>Economia</b> BACEN; CVM; SUSEP (3)	-	0	0	0
<b>Infraestrutura</b> DNIT/MT; DNOCS (2)	-	0	0	0
<b>Desenvolvimento</b> INCRA; SFB; SUDAM; SUDECO; SUFRAMA (5)	SUDENE (1)	2 (50%)	2 (50%)	0
<b>Ministérios</b> MAPA; MD; MDR; MJ; MMA; MME; MMFDH; MRE; MS; MTur (10)	CGU; MCTIC; MEC; MINFRA; MC; ME (6)	38 (60%)	15,5 (25%)	9,5 (15%)
<b>Pesquisa científica</b> CAPES; CBPF; CNPq; FIOCRUZ; ICMBio; INPA; INSA; ON-MCT (8)	IBGE; IPEA INMETRO; JBRJ (4)	17 (85%)	2 (10%)	1 (5%)
<b>Presidência</b> SEGOV/PR; SGPR; VPR (3)	CC-PR (1)	1 (14%)	6 (86%)	0

<sup>604</sup> Especificamente na educação, considerando a quantidade de entidades específicas de natureza semelhantes (institutos federais e universidades), foram calculadas três médias diferentes: a primeira, uma média geral da educação (incluindo todos os órgãos classificados como educacionais), a segunda, uma média específica de institutos federais dentro da educação e a última, uma média específica de universidades federais.

<p><b>Saúde</b> FUNASA; MEAC; MEJC; <i>Hospitais:</i> HC-UFG; HC-UFTM; HU-UFJF; HU-FUFMA; HU/UFGD; HU/UFPI; HU/UFS; HUAB – UFRN; HUB; HUCAM; HUGV-UFAM; HUIBB; HUJM-UFMT; HULW; HUOL; HUPES; HUWC; NHU-UFMG (21)</p>	FUNDACENTRO; HFA; IBC (3)	6 (62%)	0	4 (38%)
<p><b>Segurança Nacional</b> AEB; CMAR; CNEN; GSI-PR (4)</p>	CEX; COMAER; ESG (3)	5 (100%)	0	0
<p><b>Tecnologia</b> CETEM; CETENE; CTI; INT; ITI; LNA; LNCC-MCT (7)</p>	IBICT; INPI; INPE-MCT (2)	8 (34%)	3 (11%)	14 (55%)
<p><b>Outros:</b> <i>Advocacia pública, Turismo, Previdência Social</i> AGU; EMBRATUR; INSS; PREVIC (4)</p>	<b>Meio ambiente</b> IBAMA (1)	53 (72%)	21 (28%)	0

\*Atualizada até março de 2020.

Elaborada pela autora com dados extraídos manualmente do Painel Monitoramento Dados Abertos (CGU, 2020).

O primeiro ponto que chama atenção na análise individual da abertura das bases de dados dos órgãos federais com PDA é que o Painel da CGU considera como parâmetro para a classificação a publicação de um PDA e não a sua vigência. Isso significa que no cálculo dos 69 órgãos com PDAs publicados, há alguns com vigência encerrada e ainda não atualizados, seja na plataforma ou pela não publicação tempestiva de novo PDA pelo órgão. Por exemplo, o Plano de Dados Abertos do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) venceu no final de 2019, os do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília (IFB) e do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), em abril de 2020 e o do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no início de maio de 2020<sup>605</sup>. Em consulta aos respectivos sites, constatou-se que o MCTIC, o IFB e o IBICT já publicaram seu novo PDA, apesar

<sup>605</sup> BRASIL. Controladoria-Geral da União. **Painel Monitoramento de Dados Abertos**. Disponível em: <<http://paineis.cgu.gov.br/dadosabertos/index.htm>>. Acesso em: 23 mai. 2020.

de ainda não constar no Painel da CGU, ao passo que o IBGE ainda não o fez<sup>606</sup>. Mesmo após a atualização do Painel no início de junho de 2020 que, conforme informado por pedido de acesso à informação<sup>607</sup>, avaliou a abertura das bases de dados até o final do mês de abril de 2020, esses três PDAs ainda estão desatualizados na ferramenta da CGU<sup>608</sup>.

Por um lado, preocupa a eficácia do monitoramento da abertura de dados federais pela CGU através do Painel, considerando os atrasos na atualização da plataforma e os critérios de classificação. Consta que é atualizada no primeiro dia útil de todo mês, mas conforme informado no pedido de acesso à informação, o mês de referência não é o imediatamente anterior. Assim, na atualização de maio, o mês de referência era março e na de junho, abril de 2020<sup>609</sup>. Apesar disso, nos casos acima relatados de vigência de PDAs se encerrando em abril, não houve a tempestiva atualização (em consultas feitas em 23 de maio de 2020 e em 06 de junho de 2020)<sup>610</sup>. Outro exemplo mais grave é o PDA do IBICT, que foi publicado em janeiro de 2020 e ainda não consta na plataforma, cinco meses depois<sup>611</sup>. Há razões para duvidar, portanto, da completude até mesmo dessa atualização dos dados em conformidade com o respectivo mês de referência. Com isso, a avaliação das bases abertas, previstas e em atraso desses órgãos federais citados está considerando como parâmetro o PDA antigo e não o atual e vigente. Seria isso um indicativo da falta de comunicação e articulação dos órgãos federais com a CGU, de deficiências técnicas e estruturais no uso de ferramentas tecnológicas para o monitoramento ou um pouco dos dois?

Por outro lado, questiona-se se tem havido falta de planejamento dos órgãos federais em aprovar um novo plano com antecedência, cientes de que a vigência é apenas bienal. Desse modo, isso pode significar riscos de descontinuidade ou inconstâncias na política de abertura dos dados governamentais federais. Esse parece realmente ser o caso.

---

<sup>606</sup> BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Acesso à informação. **Planos de Dados Abertos**. Disponível em: <<https://acessoainformacao.ibge.gov.br/acesso-a-informacao/dados-abertos.html>>. Acesso em: 23 mai. 2020.

<sup>607</sup> BRASIL. Controladoria-Geral da União. **Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão**. Disponível em: <<https://esic.cgu.gov.br/sistema/site/index.aspx>>. Acesso em: 6 jun. 2020.

<sup>608</sup> BRASIL. Controladoria-Geral da União. **Painel Monitoramento de Dados Abertos**. Disponível em: <<http://paineis.cgu.gov.br/dadosabertos/index.htm>>. Acesso em: 6 jun. 2020.

<sup>609</sup> BRASIL. Controladoria-Geral da União. **Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão**. Disponível em: <<https://esic.cgu.gov.br/sistema/site/index.aspx>>. Acesso em: 6 jun. 2020.

<sup>610</sup> BRASIL. Controladoria-Geral da União. **Painel Monitoramento de Dados Abertos**. Disponível em: <<http://paineis.cgu.gov.br/dadosabertos/index.htm>>. Acesso em: 6 jun. 2020.

<sup>611</sup> BRASIL. Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. **Plano de Dados Abertos – 2020/2021**. Brasília, 2020. Disponível em: <[http://www.ibict.br/images/contendo/PDA\\_2020\\_2021.pdf](http://www.ibict.br/images/contendo/PDA_2020_2021.pdf)>. Acesso em: 23 mai. 2020.



Analisando cada um dos PDAs disponíveis no Painel, foram identificados alguns com vigência maior que 2 anos, apesar da expressa previsão normativa de vigência bienal no art. 3º da Resolução nº 3/2017 do CGINDA. São, todavia, anteriores à referida resolução, publicados no decorrer de 2017; apesar disso, poderiam ter sido atualizados para observar a nova diretriz a partir de 2019, o que não foi feito. Nesse sentido, a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), possui um PDA com vigência de 4 anos, o Comando do Exército (CEX), a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) possuem PDAs de 3 anos. Nos casos da UFES e do CEX, as metas já foram até cumpridas; poderiam, portanto, aprovar novo PDA para avançar ainda mais na abertura dos dados<sup>612</sup>.

Outro fator que deve ser levado em conta é que os parâmetros de avaliação da abertura dos dados são as metas fixadas no PDA pelo próprio órgão. Na prática, assiste-se ao estabelecimento de metas claramente baixas, com a previsão de abertura de pouquíssimas bases de dados. Esse diagnóstico é reforçado pelo fato de que alguns órgãos conseguiram cumprir as metas logo nos primeiros meses de vigência do seu PDA, o que indica que poderiam ter buscado alvos bem maiores. Esse foi o caso do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha (IFFAR) que, em um mês, abriu as 22 bases previstas para serem abertas em 2 anos; Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), em cerca de três meses abriu as 34 bases previstas para 2 anos<sup>613</sup>. Chama atenção, especialmente, o baixo volume de metas dos órgãos classificados como segurança nacional: uma média de 5 bases, sendo que já foram abertas bem antes do fim da vigência do PDA. O rápido cumprimento das metas é, sem dúvida, um ponto positivo, mas traz sinais de falta de um bom planejamento e de busca por objetivos mais ambiciosos na abertura dos dados.

Contudo, a maior gravidade é ainda que a maioria dos órgãos federais não possuem PDA vigente. Apesar da Política de Dados Abertos do governo federal ter sido instituída pelo Decreto nº 8.777 em 2016 e trazido a obrigatoriedade de um PDA para cada órgão federal, quatro anos depois, a maioria deles descontinuou a política ou sequer publicou um primeiro PDA. Certamente um dos fatores que explicam isso foi a falta de destinação de novos recursos humanos, orçamentários e institucionais para o desenvolvimento das atividades relacionadas a essa política. Mesmo que o PDA não seja

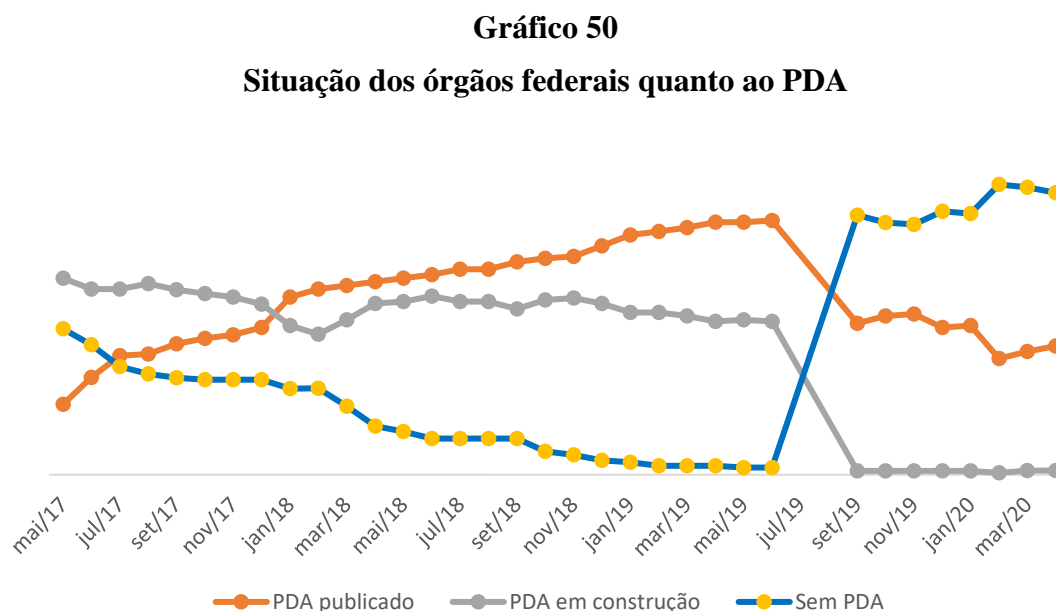
---

<sup>612</sup> BRASIL. Controladoria-Geral da União. **Painel Monitoramento de Dados Abertos**. Disponível em: <<http://paineis.cgu.gov.br/dadosabertos/index.htm>>. Acesso em: 23 mai. 2020.

<sup>613</sup> Ibid.

necessário para a abertura das bases de dados dos órgãos públicos, ele contribui para a coordenação e planejamento da gestão de dados abertos na Administração Pública.

Após pedido de acesso à informação da autora, os dados fornecidos pela CGU provaram uma evidente situação de descontinuidade. O gráfico 50 mostra a situação dos órgãos federais quanto ao PDA, entre maio de 2017 e abril de 2020<sup>614</sup>:



Fonte: Controladoria-Geral da União (2020).

Observa-se que de 2017 a junho de 2019 houve uma curva ascendente na publicação de PDAs pelos órgãos federais. Em maio de 2017, apenas 39 órgãos (17%) tinham PDAs publicados. Dois anos depois, em junho de 2019, passaram a ser 141 órgãos (61%), sendo que 37% estavam em construção e apenas 2% não tinha PDA nesta época. A partir daí a política começou a ser descontinuada nos órgãos federais. Com o fim da vigência de diversos PDAs entre julho e setembro de 2019, a maioria dos órgãos federais não publicou novo PDA, de modo que, em setembro de 2019, 63% deles não tinham PDA vigente e apenas 1% deles com PDA em construção. Essa situação foi se intensificando até abril de 2020, quando 151 órgãos federais (68%) não possuíam PDA. É preciso, portanto, compreender as causas dessa descontinuidade e voltar a fomentar a retomada da política pelos órgãos federais, papel que deve ser exercido pela CGU.

<sup>614</sup> Trata-se do pedido de acesso à informação nº 035, conforme o Apêndice A. (BRASIL. Controladoria-Geral da União. **Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão**. Disponível em: <<https://esic.cgu.gov.br/sistema/site/index.aspx>>. Acesso em: 6 jun. 2020).

Ademais, há diversos problemas na navegabilidade e usabilidade do Painel Monitoramento de Dados Abertos da CGU. Durante o seu uso, a autora detectou desatualização e intempestividade de dados fornecidos, erros em informações disponibilizadas, como sobre a vigência de PDAs, carregamento lento, sistema não responsivo (constantemente trava ou funciona mal) e escassez de recursos e funcionalidades, por exemplo, a impossibilidade de exportação dos dados completos sobre as bases abertas, previstas e em atraso dos órgãos federais com PDAs publicados (exige, portanto, que sejam extraídos e sistematizados manualmente pelo usuário). Foi necessária, ainda, complementação dos dados através de pedido de acesso à informação, em razão das incongruências, inconstâncias e deficiências do Painel<sup>615</sup>.

Em conclusão, os dados estatísticos trazidos, os testes realizados e constatações feitas demonstram que não houve, ainda, uma efetiva disseminação de estratégias de governo aberto, nem mesmo na estrutura do Executivo federal. Défices estruturais e institucionais como, falta de coordenação da política pela CGU, ausência de articulação entre os órgãos federais, problemas de consistência e coerência nos planos e de organização e planejamento na sua elaboração e execução são algumas das questões que precisam ser superadas.

Diante deste cenário, com frequência, organizações da sociedade civil e empresas que consomem dados abertos governamentais e podem, a partir deles, desenvolver iniciativas inovadoras, precisam atuar ativa e sistematicamente na busca insistente por esses insumos. Nesse sentido, foi feito um mapeamento de 747 conjuntos de dados abertos na pauta socioambiental no âmbito do projeto Achados e Perdidos, desenvolvido pela Transparência Brasil e Abraji. Para este levantamento, foram necessários reiterados pedidos de acesso à informação, uso do Portal Brasileiro de Dados Abertos e dos endereços eletrônicos oficiais de órgãos públicos. As entidades encontraram diversas dificuldades em obter as informações sobre abertura de bases de dados junto a órgãos federais, especialmente o Ministério do Meio Ambiente<sup>616</sup>. Com base nisso, desenvolveram um mapa de dados abertos socioambientais<sup>617</sup> e um

---

<sup>615</sup> Ibid.

<sup>616</sup> TRANSPARÊNCIA BRASIL et al. Projeto Achados e Perdidos. **Ministério do Meio Ambiente se nega a atender pedido por suas próprias bases de dados**. [S.l.], 2020. Disponível em: <<http://www.achadosepedidos.org.br/na-midia/ministerio-do-meio-ambiente-se-nega-a-atender-pedido-por-suas-proprias-bases-de-dados>>. Acesso em: 7 jun. 2020.

<sup>617</sup> TRANSPARÊNCIA BRASIL et al. Projeto Achados e Perdidos. **Monitor de dados socioambientais**. Mapa de dados. [S.l.], 2020. Disponível em: <<http://www.achadosepedidos.org.br/na-midia/mapa-de-dados-abertos-socioambientais>>. Acesso em: 7 jun. 2020.

levantamento de sistemas e ferramentas para consulta desses dados<sup>618</sup>. Iniciativas de centralização dos dados abertos disponíveis como essa, que facilmente poderiam ser realizadas de forma oficial pelo próprio governo, contribuem enormemente para o monitoramento e consumo de dados abertos no Brasil.

Por fim, lições podem ser extraídas da iniciativa bem-sucedida do governo estadunidense de abertura de dados públicos. O site *Data.gov*, lançado em 2009, conta com mais de 335.000 bases de dados abertas pelo governo federal dos EUA, implementando o *Foundations for Evidence-Based Policymaking Act of 2018*<sup>619</sup>. O *Open Government Act* determina que as agências disponibilizem os dados públicos em formato padronizado e legível por máquinas, lado a lado com os metadados descrevendo os dados publicados. Além de dados brutos, o *Data.gov* disponibiliza APIs de agências governamentais, permitindo a interoperabilidade sistêmica.<sup>620</sup> Cada órgão possui um plano de implementação de governo aberto, que conta com elementos de transparência, participação e colaboração<sup>621</sup>.

Ao decidir as prioridades na abertura de dados, o *Data.gov* começou disponibilizando dados geoespaciais, extremamente úteis para a sociedade. A padronização também foi importante: além dos dados brutos padronizados e legíveis por máquinas, os metadados também foram padronizados, possibilitando ampla interoperabilidade. Diversos impactos sociais foram observados da abertura de dados nos EUA, como a criação de empreendimentos inovadores. Diferentemente do Brasil, houve elevado investimento público para arcar com os custos da abertura de dados públicos nos EUA, o que é um dos fatores determinantes para uma maior quantidade e qualidade das bases de dados e APIs disponibilizadas<sup>622</sup>.

### 3.1.4 Maturidade da abertura de dados

<sup>618</sup> TRANSPARÊNCIA BRASIL et al. Projeto Achados e Perdidos. **Sistemas e ferramentas de consulta de dados socioambientais**. [S.l], 2020. Disponível em: <<http://www.achadoseperdidos.org.br/namidia/sistemas-e-ferramentas-de-consulta-de-dados-socioambientais>>. Acesso em: 7 jun. 2020.

<sup>619</sup> USA GOVERNMENT. **Public Law 115-425: Foundations for Evidence-Based Policymaking Act of 2018**, 2018. Disponível em: <<https://www.congress.gov/bill/115th-congress/house-bill/4174/text>>. Acesso em: 3 abr. 2022.

<sup>620</sup> USA GOVERNMENT. **Data.gov**. Disponível em: <<https://data.gov>>. Acesso em: 3 abr. 2022.

<sup>621</sup> KERWIN, C. **The management of regulation development: out of the shadows**. IBM Center for the Business of Government, 2007. Disponível em: <<https://www.businessofgovernment.org/sites/default/files/KerwinReport.pdf>>. Acesso em: 3 abr. 2022.

<sup>622</sup> LAKAHANI, K.; AUSTIN, R.; YI, Y. *Data.gov*. In: **Havard Business School**, p. 1-20, 2010. Disponível em: <[https://cybercemetery.unt.edu/archive/data/20110502214649/http://www.data.gov/documents/hbs\\_datagov\\_case\\_study.pdf](https://cybercemetery.unt.edu/archive/data/20110502214649/http://www.data.gov/documents/hbs_datagov_case_study.pdf)>. Acesso em: 3 abr. 2022.

### 3.1.4.1 Modelos teóricos

Com a crescente disseminação de práticas em governo aberto pelo mundo, foram desenvolvidos uma série de modelos teóricos para a avaliação da maturidade da abertura dos dados pelos diferentes Poderes públicos. Nesse contexto, Lee e Kwak propuseram o seu Modelo de Maturidade em Governo Aberto, desenhado para ser implementado nas entidades públicas dos Estados Unidos, mas extensível a outros países<sup>623</sup>.

Segundo os autores, envolve uma sequência lógica e gradual para avançar na abertura governamental de forma eficiente e planejada, com um bom aproveitamento dos recursos e iniciativas públicas na área. Assim, recomendam a observância da ordem da “escada de maturidade”, na medida em que o degrau anterior é condição necessária para possibilitar o sucesso no degrau acima. A busca simultânea de múltiplos níveis de abertura governamental gera inúmeros desafios orçamentários, temporais, tecnológicos e culturais, podendo comprometer o sucesso da iniciativa. Ao focar em atingir apenas um nível de maturidade por vez, o governo consegue construir gradualmente uma infraestrutura e recursos para uma política consistente e durável em governo aberto<sup>624</sup>.

Outro modelo de maturidade em dados abertos de muito renome internacional foi desenvolvido pelo *Open Data Institute*, inicialmente focado no setor público do Reino Unido e adaptável mundialmente. Contribui para a avaliação das estratégias operacionais das instituições em dados abertos, fornecendo diretrizes para a adoção de boas práticas e melhorias nos processos. O *Open Date Institute* fornece até mesmo um aplicativo (o *Open Data Pathway*) para a instituição mensurar o seu grau de abertura, após preenchimento de alguns dados, e, com isso, fornece diretrizes para aprofundamento das políticas na área<sup>625</sup>.

A figura 8 ilustra uma combinação das melhores contribuições desses dois modelos<sup>626</sup>:

---

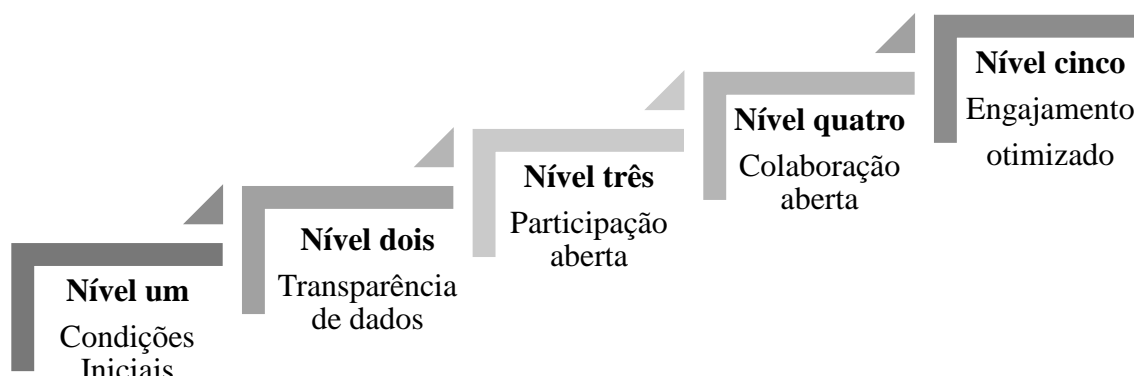
<sup>623</sup> LEE, Gwanhoo; KWAK, Young. An Open Government Maturity Model for social-media based public engagement. **Government Information Quarterly**, n. 29, 2012, p. 492-503.

<sup>624</sup> Ibid.

<sup>625</sup> OPEN DATA INSTITUTE. **Open Data Pathway**. Disponível em: <<http://pathway.theodi.org>>. Acesso em: 24 mai. 2020.

<sup>626</sup> Predominam aspectos do modelo de Lee e Kwak, por ter maior aprofundamento teórico; ele foi enriquecido com aspectos práticos do modelo do Open Data Institute, mais à frente, com iniciativas concretas desenhadas pelo World Bank.

**Figura 8**  
**Modelo de Maturidade em Governo Aberto**



Elaborada pela autora com dados extraídos de Lee e Kwak (2012) e Open Data Institute (2015).

O primeiro nível se refere ao estágio inicial, no qual nenhum ou poucos recursos e iniciativas existem na busca por um governo aberto. As entidades públicas concentram-se na catalogação e transmissão das informações ao cidadão, conforme as suas próprias prioridades internas. Não dispõem significativos recursos de comunicação interativa, mas principalmente de métodos comunicativos unidirecionais e estáticos. Se possuem sites oficiais, fornecem apenas informações básicas (sem detalhamentos profundos e limitadas) sobre os órgãos governamentais e a sociedade não é envolvida de maneira significativa em processos de governança<sup>627</sup>.

Nenhum ou poucos dados são publicados em formatos abertos e atualizados periodicamente, sendo que a divulgação se dá manualmente ou sem passar por processos consistentes de sistematização. Não há políticas significativas de capacitação dos agentes públicos em dados abertos, nem para garantir a continuidade do conhecimento na organização. Com isso, o grau de abertura depende da disposição de pessoas ou órgãos envolvidos, com escassa fiscalização e cobrança de aprimoramento<sup>628</sup>. Não são utilizadas métricas precisas para mensurar a performance dos sites ou o engajamento social e o público não acessa ativamente e com frequência as informações publicadas.

Boa parte dos órgãos e entidades públicas no Brasil ainda se encontram nesse degrau, especialmente no Poder Judiciário e em pequenas administrações públicas municipais, nos quais o grau de opacidade ainda é considerável.

<sup>627</sup> LEE, Gwanhoo; KWAK, Young. An Open Government Maturity Model for social-media based public engagement. *Government Information Quarterly*, n. 29, 2012, p. 492-503.

<sup>628</sup> OPEN DATA INSTITUTE. *A guide to the Open Data Maturity Model: assessing your open data publishing and use*. London: Open Data Institute, 2015.



O estágio seguinte é, na verdade, o primeiro passo para um governo aberto. Há uma política governamental de aumento da transparência dos processos decisórios e do desempenho público. Os processos de disponibilização dos dados começam a se dar em periodicidades pré-estabelecidas e a serem repetidos, mas ainda não são observados padrões comuns<sup>629</sup>.

Foca-se na identificação dos dados e informações de alto valor e impacto para o público e na melhoria da qualidade da transparência, no que tange à precisão, consistência e tempestividade. Para tanto, há algumas melhorias pontuais na comunicação e engajamento com os cidadãos, na busca por *feedback* sobre a utilidade e acessibilidade dos dados. Ainda não se consolidou uma base de conhecimento compartilhado em dados abertos na organização, mas já são desenvolvidas algumas áreas de *expertise* e capacitação técnica pontual. Utilizam-se métricas *ad hoc* e centradas nos processos para avaliar a transparência (medição predominantemente quantitativa, por exemplo, conjunto de dados disponibilizados, número de visitantes). A cultura institucional começa, gradualmente, a mudar. A implementação de avanços nessa fase é mais fácil, rápida e barata que nas seguintes e fornece a base de sustentação para os próximos passos.<sup>630</sup>

Alguns órgãos públicos brasileiros, principalmente federais e estaduais, já executam estratégias conectadas a esse segundo nível. Não se pode dizer, contudo, que tais políticas já foram disseminadas por toda a administração pública brasileira, nem mesmo federal.

A terceira etapa concentra-se na expansão da participação aberta da sociedade nos trabalhos e processos decisórios públicos, através de estratégias e ferramentas tecnológicas multidimensionais. Há um salto nos métodos de comunicação interativa, que permitem novos espaços de trocas contínuas, flexíveis, espontâneas e instantâneas entre os agentes públicos e os cidadãos. São desenvolvidas capacidades e políticas coordenadas de resposta ao público sobre as contribuições trazidas (devolutiva à sociedade). Com isso, aumenta-se consideravelmente o interesse e engajamento do público nas atividades públicas. A transparência não é deixada de lado, pelo contrário, aprofunda-se na disponibilização padronizada e sistematizada de dados abertos, que permitam o uso, reuso e criação de novos conteúdos pelos usuários<sup>631</sup>.

---

<sup>629</sup> Ibid.

<sup>630</sup> LEE, Gwanhoo; KWAK, Young. An Open Government Maturity Model for social-media based public engagement. **Government Information Quarterly**, n. 29, 2012, p. 492-503.

<sup>631</sup> Ibid.

Ademais, preocupa-se mais com a mitigação dos riscos associados ao compartilhamento de conteúdo público, aprimorando a política de privacidade e segurança de dados. Expande-se a capacitação dos agentes públicos, para a construção consistente de habilidades operacionais no trato com o cidadão e para formação de efetiva memória organizacional. A mensuração da performance das políticas é, ainda, focada nos processos (quantitativo de participações e downloads)<sup>632</sup>. Poucas instituições e iniciativas públicas brasileiras se encontram nos estágios iniciais deste degrau.

Após a construção de uma sólida base de transparência e participação, o passo seguinte é promover a contínua colaboração aberta entre os diferentes órgãos públicos, dentro da própria estrutura governamental, deles com a sociedade e com o setor privado, de forma cruzada. Enquanto a participação envolve um certo grau de engajamento social mais simples, a colaboração visa a cocriação de resultados específicos, em processos bem mais complexos de inteligência coletiva. Por exemplo, a elaboração coletiva, interativa e contínua de políticas públicas, durante todas as suas etapas, por qualquer pessoa e em tempo real, através de canais múltiplos e interligados. A atividade colaborativa é disseminada na coordenação, comunicação e articulação internamente entre as estruturas de poder e externamente com a sociedade civil e empresas. Gera efeitos sinérgicos de economia de tempo e recursos públicos, além de qualidade e inovação na prestação dos serviços públicos. Quanto à transparência, inicia-se o desenvolvimento de técnicas pontuais de análise de grandes volumes dados para melhorar a qualidade da decisão tomada. Para tanto, o aprofundamento anterior na capacitação técnica dos servidores é necessário<sup>633</sup>.

Apesar dos consideráveis avanços em transparência e participação no Brasil nos últimos anos e algumas iniciativas muito bem-sucedidas, não se pode dizer que esse nível de profundidade e extensão da colaboração social foi atingido por instituições do país.

Por fim, chega-se ao nível máximo de engajamento otimizado ou “onipresente”, no qual há uma expansão do escopo e profundidade da transparência, participação e colaboração e total aproveitamento do instrumental tecnológico. Isso significa uma universalização do acesso digital aos dados, processos participativos e colaborativos do governo. As estruturas governamentais e instrumentos funcionam de modo efetivamente

---

<sup>632</sup> OPEN DATA INSTITUTE. **Open Data Maturity Model**. London: Open Data Institute, 2015. Disponível em: <<https://theodi.org/article/open-data-maturity-model-2/>>. Acesso em: 24 mai. 2020.

<sup>633</sup> LEE, Gwanhoo; KWAK, Young. An Open Government Maturity Model for social-media based public engagement. **Government Information Quarterly**, n. 29, 2012, p. 492-503.

interligado. Atinge-se altos níveis de habilidade governamental de profunda e rápida análise de grandes volumes de dados, em conformidade com os padrões tecnológicos mais atuais e disruptivos. Desenvolve-se uma estrutura complexa, funcional e em rede que culmina em processos eficazes de governança pública. Há contínuas melhorias na tomada da decisão retroalimentada por mecanismos de inovação contínua. Constrói-se um ecossistema sustentável de colaboração e parceria entre os setores público, privado e a sociedade e ciclos eficazes de engajamento contínuo e instantâneo, com múltiplos e valiosos *stakeholders* e comunidades. Mensura-se o desempenho do governo a partir dos resultados qualitativos que gera, tangíveis e intangíveis<sup>634</sup>.

Esse seria um grande ideal a ser buscado, sendo que o autor constata que nenhum órgão governamental de sua amostra chegou a esse nível de maturidade em governo aberto. Quanto mais alto o nível de maturidade, maior o engajamento do público e, conseqüentemente, maior o valor agregado da abertura governamental. Todavia, também significa maior complexidade técnica e gerencial, assim como envolve maiores riscos e desafios<sup>635</sup>.

#### 3.1.4.2 Recomendações de organizações internacionais: Banco Mundial e OCDE

Com o objetivo de concentrar em um só espaço as crescentes iniciativas e boas práticas no tema, o *World Bank* construiu um *Open Government Data Toolkit*, uma coleção de ferramentas digitais e conhecimentos técnicos que fornecem diretrizes e contribuições para a criação de estratégias e plataformas de governo aberto pelos países. Propõe uma série de programas, eventos e iniciativas a serem implementados em diferentes estágios abertura dos dados governamentais<sup>636</sup>.

Algumas estratégias eficientes apontadas pelo *World Bank* nas fases iniciais em governo é a organização de eventos gerais (como workshops) em governo aberto, para fornecer um panorama sobre os benefícios e boas práticas em abertura de dados governamentais, utilizando-se da experiência de outros países e instituições, nacionais e internacionais. Podem ser adaptados conforme o público-alvo e o nível de conhecimento prévio no tema. Além desses eventos mais gerais, também é positiva a organização de

---

<sup>634</sup> Ibid.

<sup>635</sup> Ibid.

<sup>636</sup> WORLD BANK. **Open Government Data Toolkit**. Disponível em: <<http://opendatatoolkit.worldbank.org/en/>>. Acesso em: 25 mai. 2020.

mesas redondas para debates mais profundos e específicos, por exemplo, as relações entre dados abertos e crescimento econômico, com debates voltados para impactos no setor privado. Por fim, o convite a codificadores locais para extração e raspagem de dados, a fim de que colem dados abertos governamentais e os reestruturarem em novos usos e formatos, que depois são disponibilizados gratuitamente<sup>637</sup>.

O passo seguinte nas atividades propostas pelo *World Bank* é a expansão dos *experts* em codificação para ampliar o uso de dados abertos por jornalistas, cidadãos e outros públicos interessados. A promoção de cursos online e *bootcamps*, programas tecnológicos intensivos de ensino imersivo em programação básica, nos quais se aprende através da prática, para a alfabetização de mais pessoas quanto ao uso de dados abertos. Lado a lado a isso, a disponibilização pelo governo de cursos mais avançados em dados abertos, para profissionais que já possuem o conhecimento básico, com a finalidade de formar corpo técnico e analítico especializado. Por fim, outra espécie de programa que gera inovação e colaboração através de novos usos dos dados abertos é a organização de desafios, maratonas e competições entre programadores (como *hackathons*, para desenvolvimento de aplicativos úteis ao governo e com concessão de prêmios aos vencedores<sup>638</sup>.

No âmago das recomendações internacionais sobre abertura de dados governamentais, a OCDE é uma das organizações de renome que estabelece parâmetros de maturidade no tema. Antes de mais nada, é preciso compreender a definição que ela dá a governo aberto: “uma cultura de governança baseada em políticas públicas e práticas inovadoras e sustentáveis, inspiradas nos princípios de transparência, responsabilidade e participação, que promovem a democracia e o crescimento inclusivo”<sup>639</sup>. Após esclarecer o conceito que utiliza, a organização defende a importância de os países fazerem o mesmo e adotarem oficialmente uma definição de governo aberto adaptada ao seu contexto específico. Segundo defende, isso facilita a comunicação, coordenação e orientação das iniciativas governamentais em uma mesma direção. Apesar disso, no relatório de 2016,

---

<sup>637</sup> WORLD BANK. **Open Government Data Toolkit** – Demand and Engagement. Disponível em: <<http://opendatatoolkit.worldbank.org/en/demand.html>>. Acesso em: 25 mai. 2020.

<sup>638</sup> Ibid.

<sup>639</sup> Tradução livre da autora a partir do original: “[...] a culture of governance based on innovative and sustainable public policies and practices inspired by the principles of transparency, accountability and participation that fosters democracy and inclusive growth.”

49% dos países ainda não o faziam, conforme resultados de um *survey* respondido pelos países membros e parceiros em 2015<sup>640</sup>.

Outra recomendação da OCDE é a existência de ambiente favorável à abertura dos dados governamentais, o que incluiria a existência de uma estrutura legal sólida, alocação de recursos humanos e financeiros adequados, estratégias digitais e ferramentas inovadoras<sup>641</sup>. Apesar de possuir uma lei de acesso à informação, que fornece certo substrato jurídico à abertura governamental, o Brasil ainda não tem uma lei geral de dados abertos.

Conforme alerta Ubaldi, até mesmo quando há um quadro institucional consistente em governo aberto, as iniciativas podem ser enfraquecidas por deficiências na implementação, desafios técnicos e burocracias administrativas. Apesar da grande maioria dos países membros da OCDE possuírem iniciativas em governo aberto, poucos desenham estratégias e políticas de longo prazo, que levem em consideração o contexto específico e cultural de suas administrações públicas e obstáculos de ordem técnica, econômica, política, social que dificultam o enraizamento desses valores. Como resultado, é frequente a descontinuidade em processos de abertura dos dados, alcançando resultados iniciais rápidos, mas sem durabilidade e profundidade<sup>642</sup>. Desse modo, é preciso que o país defina de forma precisa e expressa a sua estratégia de governo aberto, que envolva o nível central e os entes subnacionais, estabeleça uma instituição pública específica para implementá-la e adote indicadores e objetivos de curto, médio e longo-prazo, a partir das suas particularidades e desafios específicos.

A necessidade de um sistema de monitoramento e avaliação<sup>643</sup> para identificar os resultados alcançados e os desafios de implementação de um governo aberto contribui para superar esses desafios, conforme destaca a OCDE. Apesar de 91% dos países declararem possuir ferramentas de monitoramento, apenas 56% afirmam ter sistemas de

---

<sup>640</sup> OECD. **Open Government: the global context and the way forward**. Paris: OECD Publishing, 2016. Disponível em: <[https://read.oecd-ilibrary.org/governance/open-government\\_9789264268104-en](https://read.oecd-ilibrary.org/governance/open-government_9789264268104-en)>. Acesso em: 3 mai. 2020, p. 27.

<sup>641</sup> Ibid.

<sup>642</sup> UBALDI, Barbara. Open Government Data: Towards Empirical Analysis of Open Government Data Initiatives. **OECD Working Papers on Public Governance**, n. 22, mai/2013, 60p. Disponível em: <<https://www.oecd-ilibrary.org/docserver/5k46bj4f03s7-en.pdf?expires=1589810214&id=id&accname=guest&checksum=B2BAA089A7831C52AE3F7970C9036126>>. Acesso em: 18 mai. 2020.

<sup>643</sup> Para a OCDE, monitorar é a coleta sistemática de dados em indicadores específicos; avaliar é a análise sistemática e objetiva desses dados, para verificar a implementação e resultados de projetos, programas e políticas em curso ou finalizados (OECD. OECD DAC Glossary. **Guidelines for Project and Programme Evaluations**. Paris: OECD Publishing, 2009. Disponível em: <[www.oecd.org/development/evaluation/dcdndpe/47069197.pdf](http://www.oecd.org/development/evaluation/dcdndpe/47069197.pdf)>. Acesso em: 3 mai. 2020.

avaliação do impacto das políticas públicas de governo aberto, sendo que o Brasil não é um deles<sup>644</sup>. Por sua vez, o monitoramento, como já mostrado no tópico anterior, ainda precisa passar por muitos aperfeiçoamentos para garantir a sua eficácia na expansão da abertura dos dados governamentais brasileiros.

O relatório da OCDE sobre governo aberto nos países da América Latina constatou que eles compartilham de desafios semelhantes. Identificou uma constante visão governamental restrita e iniciativas isoladas em dados abertos nos países latino-americanos, que não aproveitam o potencial completo da abertura dos dados públicos nos mais diversos domínios políticos e níveis de governo. Esse grande leque de iniciativas isoladas e paralelas gera problemas de efetividade e, por isso, a necessidade de alinhá-las, coordená-las e institucionalizá-las a partir de um denominador comum<sup>645</sup>.

Outro problema comum na América Latina é que as consultas à comunidade e os processos participativos ainda estão nos estágios iniciais. Por isso, a OCDE recomenda o uso contínuo de consultas a *stakeholders* diretamente afetados (como, por exemplo, através de grupos focais) paralelamente ao recebimento de contribuições e *feedbacks* de organizações da sociedade civil especializadas. Também, a necessidade de maior envolvimento de micro, pequenas e médias organizações durante todo o ciclo de elaboração de políticas públicas<sup>646</sup>.

Cumprimento e implementação das leis são desafios frequentes. Apesar do sucesso em promulgar uma legislação elaborada e madura, os níveis de sua implementação são consideravelmente baixos nos países latino-americanos. A OCDE recomenda a remoção de obstáculos à acessibilidade através de operações interinstitucionais, como, por exemplo, fornecer um ponto único e central de acesso a dados públicos abertos e grupos de trabalho interorgânicos para estabelecer mecanismos comuns de compartilhamento de dados e controle de qualidade<sup>647</sup>.

#### 3.1.4.3 Rankings e indicadores internacionais

---

<sup>644</sup> OECD. **Open Government: the global context and the way forward**. Paris: OECD Publishing, 2016. Disponível em: <[https://read.oecd-ilibrary.org/governance/open-government\\_9789264268104-en](https://read.oecd-ilibrary.org/governance/open-government_9789264268104-en)>. Acesso em: 3 mai. 2020.

<sup>645</sup> OECD. **Open Government in Latin America**. OECD Public Governance Reviews, OECD Publishing, 2014. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1787/9789264223639-en>>. Acesso em: 30 mai. 2020.

<sup>646</sup> Ibid.

<sup>647</sup> Ibid.



No que tange aos indicadores internacionais de maturidade em dados abertos, um dos rankings mais famosos no tema é o *Global Open Data Index*, desenvolvido pela *Open Knowledge Foundation* (ou seja, uma avaliação independente construída a partir da perspectiva da sociedade civil organizada). Seu objetivo hoje é mensurar não somente aspectos quantitativos da publicação de dados abertos por governos nacionais através de perguntas específicas em um questionário. No entanto, possui espaços para compartilhamento e diálogos entre instituições públicas e usuários de dados abertos, como o fórum disponibilizado no site da organização<sup>648</sup>.

São 15 categorias temáticas de bases de dados avaliadas separadamente: orçamento, gastos públicos, compras públicas, resultados eleitorais, registros de empresas, propriedades imobiliárias, mapas geográficos nacionais, unidades administrativas, localizações espaciais, estatísticas nacionais, proposições legislativas, legislação vigente, qualidade do ar, qualidade da água, previsões climáticas<sup>649</sup>.

Na metodologia do ranking, explica-se que é preciso ler com cuidado a nota final. É possível que a nota final seja alta e, ainda assim, os dados não sejam efetivamente abertos. Isso porque apenas 100% significam que os dados estão em formato aberto, pois foram observados todos os requisitos de abertura dos dados. Até 85% envolve dados com acesso controlado (exigência de registro online para download dos dados) e até 80% dados públicos, mas, por exemplo, não legíveis por máquinas ou sem licença aberta. Por fim, 0% para as lacunas ou zonas de opacidade (dados não publicados ou disponibilizados em desconformidade com todos os requisitos de abertura). Por isso, a utilidade da avaliação é verificar em quais categorias temáticas e de que forma os governos podem melhorar na abertura dos seus dados<sup>650</sup>.

Na última avaliação, de 2016/2017, o Brasil estava na 8ª posição deste ranking, mas, apesar disso, tem uma nota média de apenas 68%, o que significa que ainda há muito em que avançar na abertura de dados. Há variações bastante significativas nas diferentes categorias temáticas. Os dados orçamentários, estatísticas nacionais, legislação vigente, mapas geográficos nacionais e resultados eleitorais do Brasil foram avaliados como 100% abertos. Isso significa que possuem, conjuntamente: licença aberta, formato legível por

---

<sup>648</sup> OPEN KNOWLEDGE FOUNDATION. **Global Open Data Index 2016-2017** – Methodology. Disponível em: <<https://index.okfn.org/methodology/>>. Acesso em: 25 mai. 2020.

<sup>649</sup> Ibid.

<sup>650</sup> Ibid.

máquina, possibilidade de *download* automático de toda a base de dados, atualizados anualmente, disponíveis online de modo público (sem exigir registro) e gratuitamente<sup>651</sup>.

Por sua vez, os dados sobre propriedades fundiárias (registros, tipos de posse, valor e limites territoriais das propriedades) e localizações espaciais (códigos postais, endereços, coordenadas) são 0% abertos (o que significa que não observam nenhum dos requisitos de abertura acima). No meio termo entre esses dois extremos estão os dados sobre qualidade do ar (30%), registros de empresas (35%), previsões climáticas e proposições legislativas em tramitação (65% ambas), compras públicas (70%), gastos públicos, qualidade da água e entidades administrativas (85% cada). Na prática, essas categorias com notas parciais significam que os dados publicados também não cumprem todos os requisitos para serem classificados como abertos. Em outras palavras, não são dados efetivamente abertos, mas estão em processo de abertura. Assim, das 15 categorias avaliadas no Brasil, apenas 5 (um terço) são dados em formato aberto e todas as demais não são (66%)<sup>652</sup>. Esse indicador mostra como a situação do país em governo aberto não é tão positiva quanto aparenta à primeira vista.

Ao analisar os resultados globais dos países no ranking, a *Open Knowledge Foundation* constatou, em resumo, que: a) os dados governamentais são difíceis de serem localizados pelos usuários nos portais oficiais; b) as ferramentas não são amigáveis ou responsivas; c) em regra, os dados não são disponibilizados em licenças abertas. Quanto a esses obstáculos, a organização traça as seguintes recomendações, que são aplicáveis, na íntegra, ao cenário brasileiro:

- i) Sistematização das bases de dados abertos a partir de padrões pré-estabelecidos e de construção de vínculos entre dados diferentes, baseados em consultas aos usuários;
- ii) Tornar a navegação mais intuitiva, com a correta rotulação dos dados em abas e sequências lógicas de *links* e tornar os endereços eletrônicos permanentes (acessibilidade a longo prazo);
- iii) Compreensão das diferentes necessidades dos usuários de dados e formatos para a priorização da abertura em conformidade com as maiores demandas;

---

<sup>651</sup> OPEN KNOWLEDGE FOUNDATION. **Global Open Data Index 2016-2017** – Brazil. Disponível em: <<https://index.okfn.org/place/br/>>. Acesso em: 25 mai. 2020.

<sup>652</sup> Ibid.

iv) Adicionar metadados para garantir que os dados serão compreendidos pelos cidadãos, padronizar o uso de licenças abertas e de disponibilização dos dados em formatos legíveis por máquinas<sup>653</sup>.

Por fim, um indicador internacional amplamente utilizado para mensurar como os governos estão publicando e utilizando dados abertos para *accountability*, inovação e impacto social é o *Open Data Barometer*. Desenvolvido pela *World Wide Web Foundation*, sua metodologia combina dados contextualizados, avaliação técnica e indicadores secundários para ranquear os governos em i) disponibilidade dos dados abertos; ii) implementação de programas em dados abertos; iii) impacto dos dados abertos na política, sociedade civil e setor privado. Os dados primários são colhidos através de *surveys* preenchidos por *experts* (e submetidos a *peer-review*) e por representantes dos governos (autoavaliação) e de avaliações de bases de dados governamentais disponíveis por especialistas, além da coleta de dados secundários complementares<sup>654</sup>.

Ao contrário das edições anteriores que avaliaram 100 países, a última avaliação feita, em 2017-2018, focou apenas nos 30 países que adotaram a Carta de Dados Abertos ou aqueles que, enquanto membros do G20, assinaram os Princípios Anticorrupção de Dados Abertos, dentre os quais se inclui o Brasil. Neste ranking com 30 países, o Brasil ficou em 14º lugar, com uma média de 50 (em 100 pontos), 63 pontos em disponibilidade; 56 em implementação e 30 em impacto. Apesar disso, sua trajetória foi ascendente em relação às edições anteriores<sup>655</sup>.

Aprofundando nos pontos em que o país se saiu mal, em implementação, também aqui os dados abertos sobre propriedades e registros de empresas foram mal avaliados (5 pontos em um total de 100), além de itinerários/horários de transportes públicos e estatísticas criminais (0 pontos em 100). Em impacto dos dados abertos sobre diferentes setores, enquanto o impacto político (eficiência e transparência governamental) recebeu nota 60, o social (sustentabilidade e inclusão de grupos marginalizados) e econômico (sucesso e inovação em empreendimentos) pontuaram apenas 15 cada. Por

---

<sup>653</sup> LAMMERHIRT, Danny; RUBINSTEIN, Mor; MONTIEL, Oscar. **The State of Open Government Data in 2017: creating meaningful open data through multi-stakeholders dialogue**. Open Knowledge International, jun. 2017. Disponível em: <<https://blog.okfn.org/files/2017/06/FinalreportTheStateofOpenGovernmentDatain2017.pdf>>. Acesso em: 25 mai. 2020.

<sup>654</sup> WORLD WIDE WEB FOUNDATION. **Open Data Barometer Leaders Edition – Methodology**. Disponível em: <<http://opendatabarometer.org/doc/leadersEdition/ODB-leadersEdition-Methodology.pdf>>. Acesso em: 26 mai. 2020.

<sup>655</sup> WORLD WIDE WEB FOUNDATION. **Open Data Barometer Leaders Edition**. Disponível em: <[https://opendatabarometer.org/?\\_year=2017&indicator=ODB](https://opendatabarometer.org/?_year=2017&indicator=ODB)>. Acesso em: 26 mai. 2020.

fim, em disponibilidade de dados abertos, políticas governamentais (estratégias e políticas públicas) e ações do governo (estruturas e iniciativas concretas) receberam 68 pontos cada, ao passo que direitos dos cidadãos (legislação sólida, funcional e engajamento) tirou 60 e empreendedores e negócios (estímulo à inovação e capacitação técnica de empresas), 55.<sup>656</sup>

No relatório da organização sobre a última avaliação, foram apontadas como tendências negativas identificadas na análise dos resultados dos 30 “líderes” em dados abertos: a) menos que uma a cada cinco bases de dados governamentais estão em formato aberto; b) abertura de dados ainda é uma pauta não priorizada, com iniciativas isoladas e descontínuas; c) tem havido uma queda nos últimos anos na performance de países pioneiros em dados abertos e progressos graduais, inconstantes e lentos de outros. Com isso em mente, constata-se que, em 10 anos de busca por abertura dos dados governamentais, o progresso na área ainda não foi considerável e há muito a ser feito, principalmente pelos países de referência<sup>657</sup>.

### 3.1.5 Próximos passos para promover um governo mais aberto e transparente

Com a análise combinada do panorama regulatório em dados abertos no Executivo federal, das deficiências no atual quadro de monitoramento e dos desafios para uma maior maturidade em governo aberto no Brasil, pode-se, agora, traçar, resumidamente, as dez principais lições e contribuições para avanços na área:

I. Elaboração de uma boa política de planejamento da abertura de dados governamentais, que englobe um diagnóstico e prognóstico da situação e mensuração do grau de cumprimento das ações em dados abertos<sup>658</sup>. Ainda que o governo deva atuar simultaneamente em diferentes frentes para avançar em governo aberto, é preciso estabelecer e seguir as etapas de desenvolvimento, as prioridades, as metas de curto, médio e longo prazo e o cronograma para alcançá-las. Com isso, evita-se o desperdício de recursos e esforços desconexos e isolados.

<sup>656</sup> WORLD WIDE WEB FOUNDATION. **Open Data Barometer Leaders Edition** – Country Sheets – Brazil. Disponível em: <[https://opendatabarometer.org/country-detail/?\\_year=2017&indicator=ODB&detail=BRA](https://opendatabarometer.org/country-detail/?_year=2017&indicator=ODB&detail=BRA)>. Acesso em: 26 mai. 2020.

<sup>657</sup> WORLD WIDE WEB FOUNDATION. **Open Data Barometer Leaders Edition** – From promise to progress (Report). Setembro, 2018. Disponível em: <<https://opendatabarometer.org/leadersedition/report/>>. Acesso em: 26 mai. 2020.

<sup>658</sup> SOARES, Fabiana. Legística e Desenvolvimento: a qualidade da lei no quadro da otimização de uma melhor legislação. **Revista da Faculdade de Direito**, UFMG, Belo Horizonte, n. 50, jan./jul. 2007, p. 124-142.

Também é importante a coordenação horizontal e vertical das iniciativas nos diversos níveis do governo por autoridade central, independente, com poderes de monitoramento, avaliação e fixação de penalidades para garantia de uma atuação coerente, coesa, consistente e organizada do Poder público na disponibilização das informações. Essa articulação e alinhamento devem se dar nas diferentes estruturas públicas, interorganicamente e nacionalmente, de tal forma que as práticas abertas sejam disseminadas de modo padronizado, uniforme, conectado e coerente nos diferentes órgãos públicos, entes federados e poderes.

Sem ferir a autonomia local, o governo central pode facilitar, contribuir e assegurar a qualidade dos dados públicos publicados pelos governos subnacionais. Idealmente, os projetos de acesso à informação e promoção de governo aberto devem ser planos de Estado, transcendendo questões partidárias e diferentes governos, de modo a se certificar a sua continuidade e longevidade. Também podem ir além do mero governo aberto e aprofundar em um Estado aberto, com iniciativas independentes e mais profundas de abertura também do Judiciário, Legislativo e outras instituições autônomas<sup>659</sup>. Por fim, os movimentos, práticas e agendas em prol do acesso à informação e abertura de dados governamentais devem ser alinhados e unificados, já que buscam objetivos conexos<sup>660</sup>.

II. Necessidade de crescente expansão do volume de bases de dados públicas abertas. Para tanto, é preciso, antes, uma ampla catalogação e inventário dos dados já disponíveis, aptos a serem disponibilizados imediatamente e daqueles que demandam maiores esforços. Como constatado por diferentes indicadores internacionais, em algumas áreas, há predominante opacidade dos dados públicos, com poucas ou nenhuma das bases disponibilizadas em formato aberto.

Um primeiro ponto é, portanto, aumentar a quantidade de dados abertos governamentais proativamente disponíveis *online*, nos portais oficiais. Divulgar os dados abertos requeridos nos sistemas de acesso à informação é importante, mas, por si só, insuficiente. Os dados devem ser ativamente e efetivamente disponibilizados. Primeiramente, isso significa que devem ser publicados no maior número de formatos

---

<sup>659</sup> OECD. **Open Government: the global context and the way forward**. Paris: OECD Publishing, 2016. Disponível em: <[https://read.oecd-ilibrary.org/governance/open-government\\_9789264268104-en](https://read.oecd-ilibrary.org/governance/open-government_9789264268104-en)>. Acesso em: 3 mai. 2020.

<sup>660</sup> UBALDI, Barbara. Open Government Data: Towards Empirical Analysis of Open Government Data Initiatives. **OECD Working Papers on Public Governance**, n. 22, mai/2013, 60p. Disponível em: <<https://www.oecd-ilibrary.org/docserver/5k46bj4f03s7-en.pdf?expires=1589810214&id=id&accname=guest&checksum=B2BAA089A7831C52AE3F7970C9036126>>. Acesso em: 18 mai. 2020.

possíveis, que possibilitem a extração e exportação dos dados e não só a sua visualização, com a finalidade de maximizar os potenciais usos e reusos.<sup>661</sup>

Em sequência, se traduz na remoção de restrições ao acesso de todas ordens. Apenas o uso de códigos abertos e licenças livres permitem a reprodução, modificação e reutilização dos dados pelos usuários. Proteções de direito autoral aos *softwares*, restrições de acesso e códigos fechados impedem o diálogo entre diferentes sistemas e máquinas e limitam a liberdade criativa, mola propulsora da criação inovadora de novas ferramentas.<sup>662</sup> Por fim, envolve a digitalização progressiva de arquivos físicos (dados abertos só existem se eletrônicos, para ampla e livre circulação) e a virtualização dos processos presenciais (que possibilita a colaboração ampla, diversificada e coletiva).

III. Garantia da acessibilidade multidimensional dos dados governamentais abertos disponibilizados. Isso envolve estratégias comunicacionais inovadoras, produção de conteúdos com diversos níveis de profundidade e formatos (vídeos, imagens, linhas do tempo, séries históricas), uso de linguagem cidadã e estruturação de diferentes modalidades de discurso, para buscar a efetiva compreensão dos dados e informações pelos diferentes nichos da sociedade civil.

De um lado, devem ser publicados simultaneamente metadados explicativos, que contextualizem os dados fornecidos e possibilitem a compreensão por diferentes públicos. O governo deve, cada vez mais, se preocupar com a facilidade dos usuários em usar, localizar e compreender os dados. Isso envolve melhorias na dimensão linguística e comunicativa, uso de recursos interativos, navegabilidade simples, amigável e intuitiva nos sites oficiais, engajamento e *feedbacks* dos cidadãos durante todo o processo (com frequência e desde o início até o fim), para sempre aperfeiçoar a experiência do usuário<sup>663</sup>. Nesse sentido, além dos dados serem legíveis por máquinas, devem ser legíveis por humanos, conforme as diferentes capacidades e contextos<sup>664</sup>.

De outro, é preciso promover políticas de múltiplos níveis de capacitação dos atores sociais no manejo das ferramentas, aplicativos e recursos que são alimentados com

---

<sup>661</sup> SUNLIGHT FOUNDATION. **Guidelines for Open Data Policies**. [S.l.], 2014. Disponível em: <[http://sunlightf.wpengine.com/wp-content/uploads/2016/09/OpenDataGuidelines\\_v3.pdf](http://sunlightf.wpengine.com/wp-content/uploads/2016/09/OpenDataGuidelines_v3.pdf)>. Acesso em: 26 mai. 2020.

<sup>662</sup> SOARES, Fabiana. **Produção do direito e conhecimento da lei a luz da participação popular e sob o impacto da tecnologia da informação**. 511f. Tese (Doutorado em Direito). Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2002.

<sup>663</sup> OPEN KNOWLEDGE FOUNDATION. **Open Data Handbook**. Disponível em: <<https://opendatahandbook.org/guide/en/>>. Acesso em: 26 mai. 2020.

<sup>664</sup> BENNETT, Daniel; HARVEY, Adam. **Publishing Open Government**. World Wide Web Foundation, 2009. Disponível em: <<https://www.w3.org/TR/gov-data/>>. Acesso em: 20 mai. 2020.



dados abertos e exigem um *know how* específico em linguagem computacional. Todavia, antes mesmo se de pensar em capacitação cidadã em dados abertos é preciso, primeiramente, garantir as estruturas tecnológicas mais básicas para a população: a universalização no acesso à internet e a alfabetização digital. A exclusão digital continua sendo uma dura realidade no Brasil. Esse diagnóstico é corroborado pela avaliação do *Web Index*. Na última avaliação feita, o Brasil estava na 33<sup>a</sup> posição, com nota média de 60,19 (em 100 pontos). Este ranking incorpora uma série de indicadores que mensuram o uso da internet em 81 países nas dimensões de acessibilidade universal (nota do Brasil: 52,17), conteúdo e uso relevantes (60,36), liberdade e abertura (70,74) e empoderamento (48,29)<sup>665</sup>. As baixas performances brasileiras em universalização do acesso à internet e em uso empoderado das redes mostra como ainda se está muito longe de se ter efetiva acessibilidade em dados abertos.

IV. Investimento na qualidade dos dados disponibilizados e acessíveis. Se aumentar a quantidade de dados disponíveis e a acessibilidade dos cidadãos são passos mais “simples” e que geram resultados mais imediatos, ganhos em qualidade são definitivamente desafios mais complexos e de longo prazo. Todavia, a disponibilização de dados de alta qualidade e valor é ainda mais importante que o mero aumento do volume, na medida em que funciona como pré-requisito para o reuso dos dados e criação de novas combinações inovadoras.<sup>666</sup>

Uma primeira etapa é a compreensão pelo governo das demandas sociais mais frequentes por dados abertos e em quais contextos eles têm sido mais utilizados. Novamente, abertura de canais para engajamento, participação e colaboração com o setor privado e sociedade civil é essencial. Inclusive, só faz sentido identificar as demandas mais frequentes após haver um volume mínimo de dados abertos disponíveis e uma disseminação basilar nos acessos. A partir disso, constatar quais dados são mais relevantes para abertura prioritária e, com isso, aumentar o seu valor, uso e reuso. Outra questão que tangencia a qualidade dos dados disponibilizados é a necessidade de permanência, que garanta o acesso duradouro, ininterrupto e a longo prazo aos dados. Por isso, devem ser publicados em localizações estáveis e que aspirem à perpetuação no tempo.

---

<sup>665</sup> WORLD WIDE WEB FOUNDATION. **The Web Index**. [S.l], 2014. Disponível em: <<https://thewebindex.org/>>. Acesso em: 26 mai. 2020.

<sup>666</sup> OECD. **OECD Open, Useful and Re-usable data (OURdata) Index 2019**. OECD, 2020. Disponível em: <<http://www.oecd.org/gov/digital-government/ourdata-index-policy-paper-2020.pdf>>. Acesso em: 27 mai. 2020.

V. Não menos importante para a implantação de um alicerce em governo aberto no Brasil é a necessidade de aperfeiçoamento da legislação. Apesar da alta qualidade normativa da Lei de Responsabilidade Fiscal e da Lei de Acesso à Informação, nenhuma delas trata profundamente da questão dos dados abertos. Uma lei geral e nacional (desde que bem construída) fornece sólidas bases para boas práticas, políticas públicas e atos normativos complementares. Confere consistência conceitual, ao trazer definições expressas, uniformes e precisas de conceitos-chave, funciona como símbolo normativo e contribui para a coordenação e planejamento das estratégias em governo aberto. Tem, por fim, o potencial de aumentar o caráter juridicamente vinculante dessas regulamentações e pode trazer mais efetividade aos comandos normativos. Por isso, deve-se “estabelecer uma estrutura [legal] para institucionalizar o tratamento das informações do governo como um ativo”<sup>667</sup>.

VI. Lado a lado a esses processos, a consolidação de uma apropriada infraestrutura tecnológica também deve ser buscada. Demanda a alocação de suficientes recursos públicos para investimentos estruturais e humanos. Assim, devem ser aprimorados os sistemas governamentais de TI, adequando-os às novas tecnologias, aos processos de automatização da tomada de decisão e usos de inteligência artificial no setor público. Igualmente, a capacitação dos agentes públicos, para habilitá-los a manejar e analisar os dados governamentais e também melhorar os treinamentos em comunicação e articulação intragovernamental, com o setor privado e com a sociedade civil.

Um erro comum que obstaculiza o avanço em governo aberto é assumir a existência dos dados governamentais ou a capacidade dos agentes públicos de manuseá-los. Muitas vezes, os dados sequer existem (seja porque nunca foram coletados, sistematizados, ou ainda não foram disponibilizados eletronicamente). Por isso, inicialmente, é preciso uma estrutura operacional para as instituições públicas passarem a guardar informações e acumular dados de modo sistemático e digital. Nesse sentido, a qualificação dos servidores é fundamental, para coleta, extração, manuseio e disponibilização dos dados, de acordo com metodologias adequadas. Essa realidade é ainda mais comum em governos locais, nos quais, muitas vezes, os dados não existem ou

---

<sup>667</sup> UBALDI, Barbara. Open Government Data: Towards Empirical Analysis of Open Government Data Initiatives. **OECD Working Papers on Public Governance**, n. 22, mai/2013, p. 40. Disponível em: <<https://www.oecd-ilibrary.org/docserver/5k46bj4f03s7-en.pdf?expires=1589810214&id=id&accname=guest&checksum=B2BAA089A7831C52AE3F7970C9036126>>. Acesso em: 18 mai. 2020.

possuem baixa qualidade e os servidores não são equipados e preparados para essas tarefas<sup>668</sup>.

VII. Aos poucos, as mudanças anteriores vão contribuir para uma gradual mudança da atual e ainda muito vigente cultura institucional retrógrada e burocrática. Porém, devem ser planejadas ações para fomentar e acelerar esse processo. Há, ainda, uma relutância e inclinação dos agentes públicos em não compartilhar os dados governamentais. As instituições estatais continuam inculcadas de percepções e valores típicos de uma administração pública mais patrimonialista. Com isso, frequentemente, adota-se uma postura de protecionismo, enfrentamento ou hostilidade com tentativas de acesso à informação ou aos dados. É preciso que progressivamente difunda-se a visão de que os órgãos são meros guardiões e não proprietários das informações públicas, que são criadas para e em nome da sociedade<sup>669</sup>.

VIII. A digitalização de documentos públicos, virtualização e automatização dos processos decisórios e abertura dos dados traz novas ameaças institucionais. Por isso, recomenda-se a adoção de uma boa política de gestão de riscos. Ao se abrir cada vez mais para a sociedade, o Estado deve se preocupar com impedir o vazamento de dados pessoais, sigilosos ou informações sensíveis, observando a legislação de proteção de dados vigente, como a LGPD. Todavia, essas exceções não podem ser usadas como escudos para evitar a ampla transparência e participação. Apenas as hipóteses verdadeiramente sigilosas (conforme interpretações restritivas), por exemplo, por questões de segurança nacional, devem ter acesso restrito, sendo que a proteção de dados pessoais abarca a necessidade de o Estado adotar medidas técnicas para resguardar a privacidade sem comprometer a transparência pública.

Ainda na segurança da informação, exige-se que o Poder público desenvolva mecanismos tecnológicos de antecipação e objeção à contrainformação, além da proteção contra fraudes. Com um volume crescente de dados disponíveis, são frequentes os fenômenos da desinformação, *fake news*, manipulação e novos usos distorcidos das informações para fins diversos. Assim, os sistemas públicos devem ter camadas de

---

<sup>668</sup> OPEN DATA RESEARCH NETWORK. **Still Open Ended:** open data policies do not take into account the current state of data, data management practices and the capacities of public agencies. World Wide Web Foundation, Exploring the Emerging Impacts of Open Data in Developing Countries research project, 2014. Disponível em: <<http://www.opendataresearch.org/sites/default/files/publications/TC-Poster.pdf>>. Acesso em: 20 mai. 2020.

<sup>669</sup> CAMPAGNUCCI, Fernanda. **Nove desafios para o presente e o futuro dos dados abertos no Brasil.** Um dado a mais, agosto de 2019. Disponível em: <<http://umdadoamais.com/nove-desafios-para-o-presente-e-o-futuro-dos-dados-abertos-no-brasil/>>. Acesso em: 26 mai. 2020.

segurança, proteção, checagem e resposta imediata, com o fim de mostrar a informação correta para os cidadãos e, desse modo, aumentar o grau de confiança social na estrutura governamental.

No que tange ao respeito à privacidade, intimidade, honra e imagem, há novos riscos de afrontas em escalas ampliadas no tempo e espaço e de manipulação dos indivíduos por grupos que passam a ser detentores de valiosas informações de comportamento digital dos usuários. O acesso de empresas aos registros de atividades *online* e o cruzamento de dados pessoais permitem a compreensão do perfil dos usuários para direcionamento incisivo de estratégias de *marketing*, ou, até mesmo, manipulação de informações, questionando-se sobre os limites da autonomia e consentimento neste cenário. O Estado deve regular e fiscalizar essas interações para garantir a observância da obrigação de confidencialidade e evitar os usos indevidos entre agentes privados. Contudo, o próprio Poder público é um dos grandes potenciais agressores à privacidade e intimidade dos cidadãos<sup>670</sup>.

A massificação dos meios de comunicação, a expansão do processo de abertura de dados e a cada vez maior dependência de ferramentas de tecnologia da informação trazem, portanto, desafios ao direito. No tema, um significativo passo no Brasil foi dado com a aprovação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD – Lei nº 13.709/2018, com redação dada pela Lei nº 13.853/2019), que entrou em pleno vigor em agosto de 2021, inclusive em relação ao regime de sanções. Essa lei fixa as regras gerais para tratamento dos dados pessoais pelo Poder público e preservação do sigilo e confidencialidade, fiscalização e penalização de desvios. Um dos pontos importantes que trata é a previsão de procedimentos de anonimização, que impeçam associação de um dado a um indivíduo e sua identificação pessoal. Com isso, busca-se garantir uma abertura responsável e equilibrada dos dados, observando as eventuais regras protetivas e gerindo os riscos.

Isso envolve, por fim, a acessibilidade, transparência e abertura dos algoritmos usados pelo Poder Público. A crescente automatização das decisões públicas faz com que os algoritmos se tornem as principais regras de funcionamento desses processos. Traz ganhos em eficiência, colaboração e inovação, mas também possui riscos inerentes. Isso porque os aplicativos de inteligência artificial podem fazer correlações discriminatórias e

---

<sup>670</sup> SOARES, Fabiana. **Produção do direito e conhecimento da lei a luz da participação popular e sob o impacto da tecnologia da informação**. 511f. Tese (Doutorado em Direito). Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2002.

reforçar desigualdades existentes. Todavia, se estiverem embutidos em sistemas opacos, não é possível questioná-los. Com a finalidade de minimizar essas distorções e garantir o monitoramento e auditoria, é preciso que os algoritmos públicos sejam abertos. O governo brasileiro deve, portanto, seguindo o exemplo da França, catalogar e publicar amplamente os algoritmos que utilizar para tomada de decisões públicas, acesso a direitos e serviços. Na LGPD, perdeu-se a oportunidade de ir além e prever a ampla transparência e abertura dos algoritmos públicos, apesar de ter previsto o direito de revisão de decisões automatizadas (art. 20)<sup>671</sup>.

IX. Para o sucesso de políticas públicas em governo aberto, assim como em outras áreas, o monitoramento e a avaliação *ex ante* e *ex post* dos seus impactos (diretos e reflexos) são fundamentais. Esses mecanismos contribuem para que as políticas públicas alcancem os objetivos buscados, para a identificação dos desafios na implementação e para desenhar respostas que os superem. São elementos indispensáveis no ciclo de construção de políticas públicas efetivas e são o coração dos princípios em governo<sup>672</sup>. Apenas com o uso de técnicas adequadas para mensurar os impactos econômicos, políticos e sociais da abertura dos dados é possível compreender mais profundamente os efeitos potenciais e reais que geram no setor público. Isso possibilita a realização de análise de custo/benefício das iniciativas, para definição dos próximos passos e alocação otimizada dos recursos públicos.

X. A partir dos resultados do monitoramento da abertura de dados e da avaliação dos seus diversos impactos, o governo possui substratos para a constante adaptação e remodelação das suas estratégias na área. Assim, compreender quais e como os dados estão sendo usados e combinados possibilita o aprimoramento e maior efetividade das iniciativas. Com isso, o ecossistema público aberto se fortalece, para funcionar como mola propulsora da inovação. Frequentemente, assiste-se a um grande esforço inicial dos governos na abertura de dados, com resultados imediatos, mas sem que haja a manutenção e constância necessárias para gerar mudanças mais profundas. Por isso, a importância da retroalimentação ininterrupta das bases abertas, mantendo os dados periodicamente atualizados (o mais próximo possível de uma frequência em tempo real, possível com a automatização digital dos métodos e processos). A continuidade e

---

<sup>671</sup> Ibid.

<sup>672</sup> OECD. **Open Government: the global context and the way forward**. Paris: OECD Publishing, 2016. Disponível em: <[https://read.oecd-ilibrary.org/governance/open-government\\_9789264268104-en](https://read.oecd-ilibrary.org/governance/open-government_9789264268104-en)>. Acesso em: 3 mai. 2020.

sustentabilidade da política de abertura no longo prazo é requisito essencial para a solidez do ecossistema de inteligência coletiva e inovação.

Portanto, também os canais de colaboração entre o setor público, privado e sociedade civil devem ser contínuos, interativos, em tempo real e oxigenar os processos deliberativos durante todos os ciclos das políticas públicas na área. A tomada de decisão pública não só mais informada, mas também moldada pelas necessidades, preferências e decisões dos cidadãos. Os sites oficiais têm que cada vez mais funcionar como instrumentos de comunicação, colaboração, compartilhamento mútuo e *feedback* e não como catálogos estáticos de dados públicos ou mecanismos de diálogos unidirecionais. Em nove países da OCDE, os portais oficiais já possuem funcionalidades que permitem que os usuários publiquem suas bases de dados construídas a partir dos dados abertos governamentais, fomentando a confiança, inovação e desenvolvimento através do reuso, troca e fluxo contínuo de dados.

Por isso, a OCDE propõe a promoção de diálogos entre os *multi-stakeholders* e que os governos funcionem como uma plataforma. Nesse sentido, “um governo atua como uma plataforma ao fornecer fontes precisas e transparentes de diretrizes, ferramentas, dados e *softwares*, que preparam os agentes para entregar serviços orientados ao usuário, coerentes, integrados, consistentes e intersetoriais”.<sup>673</sup> Assim, é necessária a interconexão de políticas e estratégias multidimensionais e multisetoriais em governo aberto.

A efetividade da abertura dos dados depende também da verdadeira transformação do modo de operação do setor público. Não se trata de apenas disponibilizar *online* processos analógicos, mas sim repensar, reformular e transformar os processos públicos, a partir de uma abordagem digital, do início ao fim. Cada vez mais, buscar, ainda, a abertura de dados ligados a setores estratégicos e relacionados à proteção da integridade e à promoção da *accountability*. Dados públicos sobre orçamento, obras, contratos, licitações precisam ser imediata e integralmente abertos. Isso possibilita a melhoria na prestação de serviços públicos e o controle social do uso dos recursos públicos<sup>674</sup>.

---

<sup>673</sup> Tradução livre do original em inglês: “a government acts as a platform when provides clear and transparent sources of guidelines, tools, data and software that equip teams to deliver user-driven, coherent, integrated, consistent and cross-sectoral service delivery standards” (OECD. **OECD Open, Useful and Re-usable data (OURdata) Index 2019**. OECD, 2020, p. 13. Disponível em: <<http://www.oecd.org/gov/digital-government/ourdata-index-policy-paper-2020.pdf>>. Acesso em: 27 mai. 2020).

<sup>674</sup> Ibid.



Com os novos desafios enfrentados pelo setor público, em razão da situação de emergência pública oriunda da Covid-19, essas mudanças são ainda mais imperiosas. Mais que nunca, a plena abertura dos dados governamentais, a virtualização das atividades estatais e digitalização dos documentos públicos devem ser buscadas. O cenário atual demanda um grande incremento na transparência e na política de dados abertos, capazes de contribuir para a eficácia das medidas de enfrentamento da pandemia.

Os dados públicos abertos têm o potencial de fomentar o desenvolvimento de ferramenta inovadoras nos mais diversos setores afetados pela pandemia e contribuir para a recuperação da saúde pública e economia do país. Por exemplo, aplicativos voltados para o monitoramento de leitos, testes e outras questões de saúde pública, para o controle social do uso dos recursos públicos e das hipóteses de contratações emergenciais, para o aperfeiçoamento da política de retomada econômica ou questões relacionadas à geração de empregos. São infinitas novas possibilidades e oportunidades a serem aproveitadas que, contudo, dependem da disponibilização de dados governamentais em formato aberto e de uma política ativa de capacitação e estímulo ao consumo destes dados pela sociedade civil.

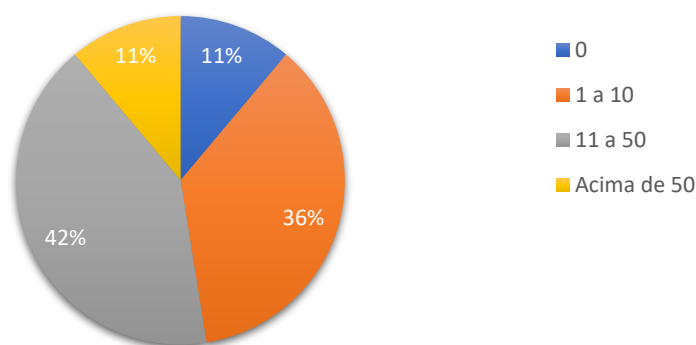
### **3.2 A abertura de dados nos governos estaduais e municipais: um panorama geral**

O objetivo deste capítulo é, principalmente, avaliar o grau de abertura dos dados do governo federal brasileiro, pela sua centralidade, liderança e destaque no processo. Não seria metodologicamente possível verificar a implementação de um modelo aberto em cada um dos governos estaduais e municipais nem nos três poderes, mas uma abordagem sobre o quadro geral nas esferas subnacionais é não só possível como relevante. Isso porque ajuda a compreender o eventual grau de desnível dos entes municipais e estaduais em relação ao governo federal e também a construir uma percepção mais nacional sobre a efetividade da abertura de dados públicos no país.

O primeiro indicador para desenhar este panorama geral é a observação e análise individual da quantidade e qualidade dos dados de organizações estaduais ou municipais disponibilizadas no Portal Brasileiro de Dados Abertos. Este site pretende ser o ponto central e unificado de publicação dos dados públicos nacionais em formato abertos. Ainda que os entes subnacionais divulguem alguns ou todos os seus dados abertos em portais próprios, o diagnóstico sobre o uso de um site nacional único é um fator relevante para

compreender o nível de maturidade de um Estado aberto no Brasil. Há 174 organizações cadastradas no portal para divulgar seus conjuntos de dados, no entanto, há grande variedade na quantidade de dados disponibilizados por cada uma delas<sup>675</sup>. O gráfico 51 mostra isso:

**Gráfico 51**  
**Volume de bases de dados das organizações**



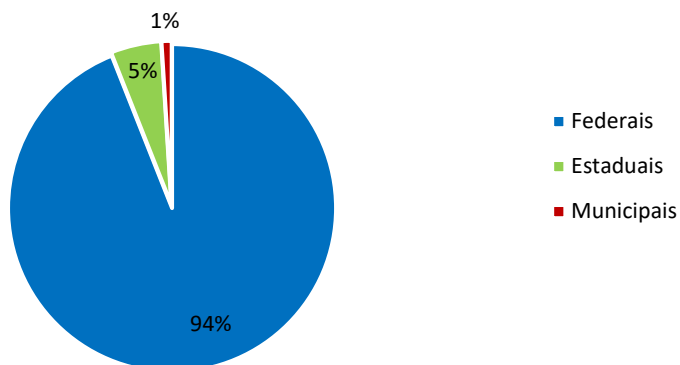
Elaborado pela autora a partir de dados extraídos manualmente do Portal Brasileiro de Dados Abertos (2020).

O fato de 11% das organizações ainda não ter sequer alimentado o portal com suas bases de dados mostra, no mínimo, que há uma tendência considerável em não o utilizar como ponto central dos dados abertos públicos. Pode significar também a falta de publicação de dados abertos pelos órgãos públicos. No que tange às organizações subnacionais, de um total de 174 apenas 9 são estaduais e 1 municipal<sup>676</sup>; o gráfico 52 dá uma visão panorâmica deste cenário:

<sup>675</sup> BRASIL. **Portal Brasileiro de Dados Abertos**. Disponível em: <<http://www.dados.gov.br>>. Acesso em: 17 abr. 2020.

<sup>676</sup> Ibid.

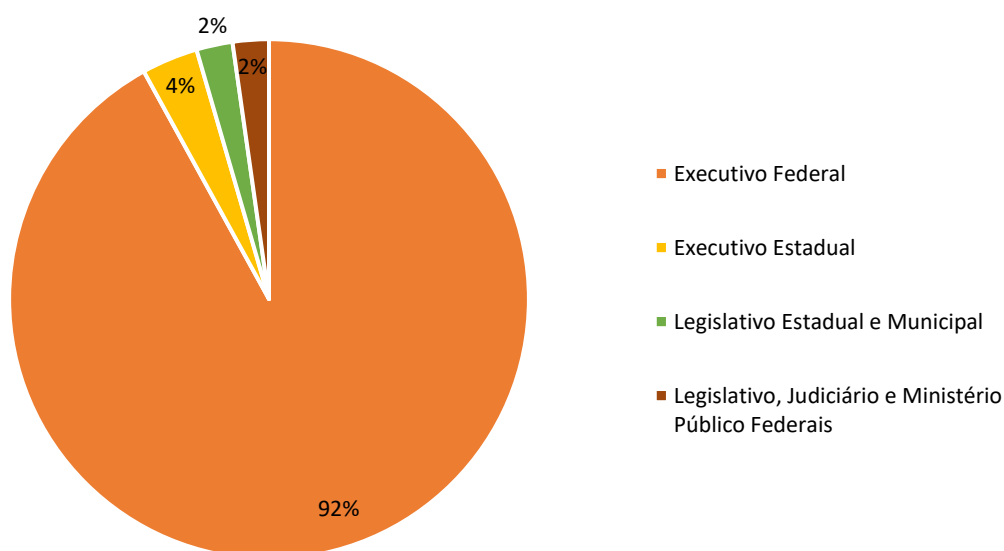
**Gráfico 52**  
**Organizações (por nível federativo)**



Elaborado pela autora com dados extraídos manualmente do Portal Brasileiro de Dados Abertos (2020).

A classificação das organizações conforme o poder ao qual se vincula também é relevante: 95% delas pertencem ao Executivo, 1% ao Judiciário e Ministério Público e 4% ao Legislativo. O gráfico 53 cruza o nível federado com a vinculação aos poderes:

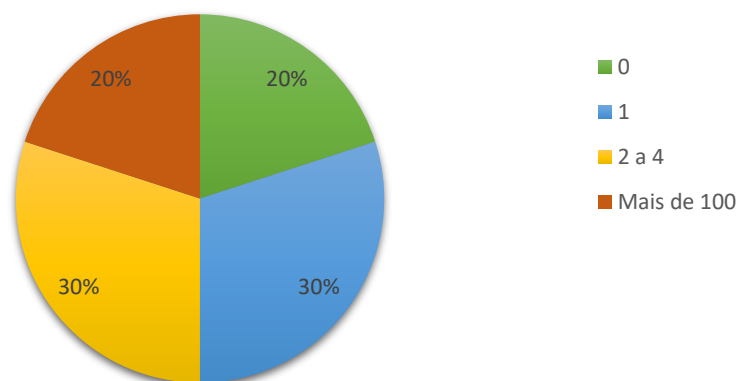
**Gráfico 53**  
**Organizações (ente federado x poder)**



Elaborado pela autora com dados extraídos manualmente do Portal Brasileiro de Dados Abertos (2020).

Não há dúvidas que, ao menos por enquanto, o Portal Brasileiro de Dados Abertos funciona, no máximo, como um instrumento do Executivo federal de publicação de dados abertos. Ainda é usado por pouquíssimas entidades subnacionais ou outros poderes. A quantidade de dados abertos divulgada pelos 10 órgãos municipais e estaduais que utilizam o portal também varia bastante, apesar de predominar um baixo volume em 80% dos casos. Enquanto dois deles ainda não colocou nenhum dado (Governo de Minas Gerais e Tribunal de Contas do Estado de São Paulo), outros dois têm um volume considerável (Governo do Distrito Federal – 172 conjuntos de dados e Governo do Alagoas – 338). Os demais também possuem volume baixo (1 a 4)<sup>677</sup>. O gráfico 54 ilustra esses resultados:

**Gráfico 54**  
**Volume de bases de dados dos órgãos subnacionais**



Elaborado pela autora com dados extraídos manualmente do Portal Brasileiro de Dados Abertos (2020).

Demonstrado o escasso número de organizações estaduais e municipais que usam o portal para divulgar dados abertos e, também, a baixa quantidade de bases publicadas pelos que o utilizam, passa-se à análise de aspectos relacionados à qualidade dos dados disponíveis.

A primeira dimensão avaliada é a variedade temática das bases abertas publicadas por órgãos subnacionais. O Portal Brasileiro de Dados Abertos possui cerca de 20 diferentes filtros de assuntos. No entanto, as organizações municipais e estaduais só disponibilizam dados em “Governo e Política” (40%) ou “Defesa e Segurança” (20%).

<sup>677</sup> Ibid.

As demais bases não receberam classificação temática (20%) ou não era aplicável este filtro, nos casos de órgãos que ainda não publicaram nenhuma base (20%)<sup>678</sup>. Essa análise permite inferir que falta diversidade na disponibilização de dados abertos públicos por órgãos subnacionais.

Outro ponto importante é a periodicidade de atualização dos dados fornecidos. As estatísticas mostram que não só a maioria dos dados está profundamente desatualizada, a ponto de perderem a sua utilidade, como também indicam uma descontinuidade na alimentação dos dados no portal pelos órgãos subnacionais e, em alguns casos, até mesmo interrupção da sua política de abertura de dados. Apenas 20% das bases de dados haviam sido atualizadas ainda no ano de 2020; nos demais casos, a última atualização ocorreu há mais de três anos. Dentre essas hipóteses de desatualização no Portal Brasileiro de Dados Abertos, em 25% dos casos foram encontrados dados abertos atualizados em sites próprios dos órgãos subnacionais. Isso significa que alguns mantiveram a política de abertura de dados, mas pararam de alimentar o portal nacionalmente unificado. Quanto à maioria, contudo, não foram encontrados dados abertos atuais, seja porque pararam de publicá-los ou porque não são facilmente localizáveis, sem haver, inclusive, referência ao eventualmente existente site próprio na aba da organização subnacional no portal nacional<sup>679</sup>.

Por fim, detectou-se que os formatos mais comuns dos dados abertos disponibilizados por órgãos estaduais e municipais são: PDF, CSV, JSON e XML. É notório o fato de que o formato PDF não é processável por máquina e, ainda assim, é bastante utilizado, apesar de, tecnicamente, não se enquadrar como um formato aberto. Em regra, os órgãos subnacionais não fornecem informações sobre o tipo de licença usada, sendo que ela ser aberta também é um requisito para um dado ser classificado como aberto. Geralmente, também não são fornecidas informações sobre aplicativos e concursos de dados abertos no nível não federal<sup>680</sup>.

Em resumo, a avaliação do panorama geral de abertura de dados nos entes municipais e estaduais, tomando por base o conteúdo disponibilizado no Portal Brasileiro de Dados Abertos, não é positiva. Apesar da limitação metodológica desta análise, que

---

<sup>678</sup> Ibid.

<sup>679</sup> Ibid.

<sup>680</sup> A autora destaca que foi preciso coletar individual e manualmente e sistematizar todos os dados estatísticos ora fornecidos para construir estes gráficos e análises. Isso porque o Portal Brasileiro de Dados Abertos não divulga esses dados de forma sistemática, disponibilizando escassas funcionalidades e recursos.

não aprofunda no exame da abertura de dados em sítios eletrônicos autônomos de cada um dos órgãos públicos estaduais e municipais, ela demonstra que o portal nacional não tem, na verdade, essa natureza e comprova a descontinuidade da política de dados abertos ou da alimentação no portal na pequena amostra verificada.

O segundo indicador desse diagnóstico foi a coleta de percepções de organizações da sociedade civil que usam o Portal Brasileiro de Dados Abertos, pelo *survey* aplicado por esta pesquisa. Conforme já demonstrado no tópico 3.2.3, 43,5% dos respondentes concordam integralmente que os governos estaduais e municipais e os outros poderes (que organização acessa) disponibilizam bem menos dados públicos em formato aberto que o governo federal, seja no Portal Brasileiro de Dados Abertos ou em outros portais. Ao revés, 34,8% concordam parcialmente, apenas 8,7% discordam totalmente e os demais não puderam avaliar por não usar os dados abertos de outros poderes ou dos governos subnacionais. Novamente, trata-se de um diagnóstico limitado, mas que somado aos demais se torna mais robusto.

O terceiro indicador da abertura dos dados públicos na esfera local é o *Open Data Index Brasil*, um índice desenvolvido pela FGV e *Open Knowledge Brasil*, nos mesmos padrões e metodologia do ranking global, mas para verificar a disponibilização de dados abertos nas cidades brasileiras. Já foram avaliadas 136 bases de dados, distribuídas em oito municípios pioneiramente selecionados: Belo Horizonte/MG; Brasília/DF; Natal/RN; Porto Alegre/RS; Rio de Janeiro/RJ; Salvador/BA; São Paulo/SP e Uberlândia/MG<sup>681</sup>.

No relatório de 2018, constatou-se que os maiores gargalos na disponibilização de dados abertos estão nos seguintes temas: propriedade fundiária; registro de empresas; qualidade do ar e qualidade da água. Quanto à natureza dos obstáculos, detectou que 62% são deficiências de usabilidade (relacionadas à transformação dos dados em informações, tais como: incompletude, desatualização, formato não aberto) e 28% de processo (dificuldades de acesso, por exemplo, acesso restrito, dificuldade de localizar os dados, licença não transparente). Avaliou-se, ainda, que apenas 25% das bases examinadas estão 100% de acordo com a definição de dados abertos<sup>682</sup>.

Por fim, pesquisas conduzidas por entidades de renome e equipes tecnicamente qualificadas são os últimos indicadores a corroborar as conclusões deste tópico, quais

---

<sup>681</sup> RUEDIGER, Marco Aurélio; MAZZOTTE, Natália (Coords.). **Índice de Dados Abertos para cidades 2018**. Rio de Janeiro: FGV DAPP e Open Knowledge Brasil, 2018.

<sup>682</sup> Ibid.



sejam: o Projeto Democracia Digital (FGV) e a pesquisa do Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC).

O Projeto Democracia Digital, da FGV, analisa iniciativas dos governos municipais, estaduais e federal em três dimensões: transparência, participação e dados abertos. Para tanto, são coletados dados primários em 125 sites governamentais, 18 portais de dados abertos (ou de transparência que fornecem arquivos em formatos abertos) e 18 portais de participação digital, somados a workshops com especialistas para validação dos instrumentos e discussão dos resultados da pesquisa (metodologia quanti e qualitativa). No relatório de 2015, analisou que houve alguns avanços na transparência nos anos recentes, mas a agenda é muito mais focada em atender as exigências legais, havendo consideráveis desigualdades na transparência entre as diferentes esferas governamentais. Na participação digital, detectou que as iniciativas buscam, antes, informar o governo acerca da vontade pública do que efetivamente permitir a tomada de decisão coletiva. Por fim, em governo aberto, verificou que a disponibilização de dados abertos ainda é incipiente, sendo os dados financeiros os mais frequentemente disponibilizados em formato aberto, havendo muitos desafios a serem enfrentados<sup>683</sup>.

Foi pesquisada a disponibilização de dados públicos abertos em 88 governos subnacionais (todos os estaduais, DF, todas as capitais e municípios acima de 400 mil habitantes). Dentro deste universo, havia arquivos em formato aberto em 54,5%<sup>684</sup>. O gráfico 55 expõe os resultados:

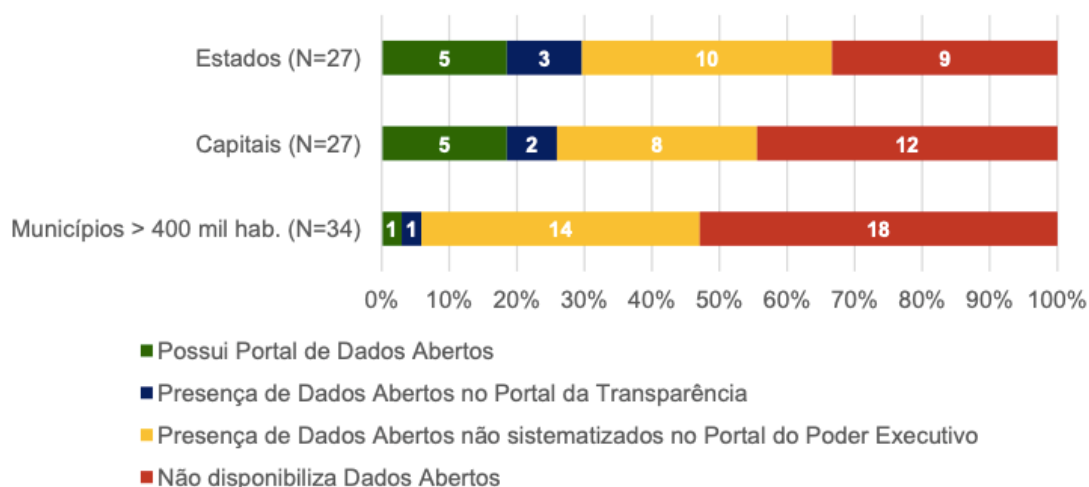
---

<sup>683</sup> FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Projeto Democracia Digital**. São Paulo: FGV, 2015, v. 3: Dados abertos nos municípios, estados e governo federal brasileiros. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/16373>>. Acesso em: 27 mai. 2020.

<sup>684</sup> Ibid.

Gráfico 55

## Disponibilização de dados abertos em estados e municípios



Fonte: Projeto Democracia Digital – FGV (2015).

Por sua vez, a sistematização dos dados abertos em portais exclusivos ou em abas próprias nos portais de transparência são iniciativas mais raras. Apenas 12,5% dos governos subnacionais possuem portais de dados abertos e apenas 9,1% possuem dados abertos sistematizados em abas próprias nos respectivos portais de transparência. Isso significa que em todos demais casos os escassos dados abertos estão difusos nos portais oficiais, o que dificulta a sua localização pelos usuários. O projeto analisou ainda a existência de políticas específicas em dados abertos, nos moldes do decreto federal, e os resultados também foram alarmantes: em 66,6% dos governos subnacionais inexistem políticas específicas de dados abertos<sup>685</sup>.

Dentro dos conjuntos setoriais de dados, os grupos temáticos mais comuns nos governos estaduais e municipais são dados abertos em finanças e orçamento (89%) e saúde (56%). Por sua vez, nos estados, dados sobre transporte (22%), infraestrutura e urbanismo (11%), demografia e lazer (ambos 0%) são os menos disponibilizados. Já nos municípios, demografia (22%), segurança (11%) e trabalho (0%) aparecem com menor frequência em formato aberto<sup>686</sup>.

Em 2014, uma pesquisa do Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC) avaliou a abertura dos dados públicos orçamentários disponibilizados nos portais das 27 capitais, do governo federal e do Senado e constatou o seguinte quadro geral:

<sup>685</sup> Ibid.

<sup>686</sup> Ibid.

I. As informações fornecidas são completas (completude avaliava se havia informações disponíveis sobre receitas e despesas públicas), mas não são atualizadas periodicamente;

II. Os dados não são primários (conforme coletados na fonte, sem transformação), mas são apresentados em formato não proprietário e não discriminatório (sem exigir identificação ou registro do usuário);

III. Frequentemente não há informações sobre a natureza da licença de uso dos dados, há deficiências na acessibilidade por diferentes públicos e na legibilidade por máquinas (formatos disponibilizados);

IV. A região geográfica e as condições econômicas dos governos não foram fatores explicativos de bom desempenho, ao contrário do que se poderia pensar<sup>687</sup>.

A partir de sete critérios de pontuação dos dados – completos; primários; atuais; acessíveis; processáveis por máquinas; não-discriminatórios; licença livre, os 29 portais foram ranqueados. Foram utilizadas técnicas metodológicas quantitativas e qualitativas (aplicação de questionário e entrevistas semiestruturadas). Nenhum portal obteve nota máxima (10 pontos), sendo que a maior nota foi 6, das Prefeituras do Rio de Janeiro, São Luís e João Pessoa. Treze capitais tiveram baixa performance, dentre as quais a de Belo Horizonte (notas menores ou iguais a 2) e Manaus pontuou apenas 1. Ao contrário do esperado, o portal do governo federal e Senado (notas 5) não ficaram nas primeiras colocações e a Prefeitura de São Paulo não teve posição de destaque (nota 3)<sup>688</sup>.

Diante desse diagnóstico, constata-se que até mesmo as informações orçamentárias, que estão dentre os temas com mais dados abertos disponíveis, não têm sido disponibilizadas em conformidade com todos os requisitos de abertura<sup>689</sup>, aptos a propiciar o monitoramento e decodificação sociais do processo orçamentário e da sua

---

<sup>687</sup> BEGHIN, Nathalie; ZIGONI, Carmela (Orgs.). **Avaliando os websites de transparência orçamentária nacionais e subnacionais e medindo o impacto de dados abertos sobre direitos humanos no Brasil**. Instituto de Estudos Socioeconômicos e Open Data Research Network: Brasília, 2014.

<sup>688</sup> Ibid.

<sup>689</sup> É importante diferenciar este tipo de pesquisa acima, que avalia se os dados orçamentários são abertos, daquelas que avaliam o nível de transparência orçamentária dos governos. Enquanto pesquisas (como essa) são focadas em dados abertos e ranqueiam os governos conforme os padrões exigidos na abertura dos dados públicos, outras mensuram o grau de transparência e pontuam conforme a disponibilização de um maior número de dados e informações durante todo o ciclo orçamentário, sejam esses dados abertos ou não. O próprio INESC já realizou pesquisas dessa outra natureza, nas quais as classificações foram bem diferentes. Em uma delas, de 2011, Curitiba, Porto Alegre e Brasília ficaram nas primeiras colocações como ciclos orçamentários mais transparentes e Boa Vista, Macapá e Teresina nas últimas (INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **Transparência orçamentária nas capitais do Brasil**. Brasília, 2011).

execução financeira. Apesar dos avanços governamentais posteriores a esta pesquisa, muito do que ela evidencia ainda permanece.

### **3.3 Por que implementar um Estado aberto? Iniciativas bem-sucedidas em Uganda, Colômbia, Indonésia, EUA e Brasil**

Os dados abertos são insumos para a formação de grandes teias informacionais, compostas por centenas de conjuntos de dados abertos provenientes das mais variadas fontes, com potencial de estabelecer milhares de conexões entre si e criar novos vocabulários e técnicas inovadoras nas mais diversas áreas. A construção dessas teias só é possível através da ligação entre dados abertos, em constante interoperabilidade e comunicabilidade, a partir de formatos legíveis por máquinas e de semânticas compartilhadas<sup>690</sup>. A partir dessas teias informacionais globais, é possível o cruzamento e recombinação de conjuntos de dados diversos para a criação e execução de novas ferramentas informacionais, melhores e mais complexas.<sup>691</sup>

No setor público, a disponibilização dos dados abertos gera inúmeras possibilidades de uso e reuso de alto valor público agregado, através de processos colaborativos voltados à melhoria da qualidade da gestão pública e à efetividade de direitos fundamentais. As possibilidades são inúmeras. Os dados abertos podem ser utilizados, por exemplo, para o desenvolvimento de *softwares* e aplicativos nos três poderes e níveis federativos, em:

- I. Redação de normas e decisões jurídicas, hábeis a contribuir para a sua racionalização, automatização e qualidade;
- II. Melhorias na documentação jurídica e na coordenação das iniciativas do Poder público, com a integração e interação entre sistemas (interoperabilidade);
- III. Consolidação e reconstrução do direito vigente, contribuindo para a acessibilidade, coerência, sistematização, desburocratização e simplificação do sistema normativo;

---

<sup>690</sup> BARBALHO, Fernando Almeida. **Emergência de um campo de ação estratégica:** o caso de política pública sobre dados abertos. 253f. Tese (Doutorado em Administração). Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

<sup>691</sup> POSSAMAI, Ana Júlia. **Dados abertos no governo federal brasileiro:** desafios de transparência e interoperabilidade. 313f. Tese (Doutorado em Ciência Política). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016.

IV. Aperfeiçoamento dos métodos de comunicação, através da construção de redes de informação interativas e em tempo real entre os órgãos da estrutura estatal e também do Estado com a sociedade civil e o setor privado<sup>692</sup>;

V. Técnicas aprimoradas de avaliação de impacto de políticas públicas e atos normativos;

VI. Expansão do *advocacy* legislativo, em formato digital, além de outros mecanismos para manifestação e pressão sociais de forma mais organizada e incisiva;

VII. Ganhos em transparência, participação, colaboração e integridade;

Desse modo, abertura de dados públicos funciona tanto como um instrumento para a mensuração do desenvolvimento de um país como para a construção de soluções inovadoras para os desafios e deficiências governamentais. Ainda, pode contribuir para prevenir atos de corrupção, gerar empregos e crescimento econômico, dentre tantos outros potenciais impactos nas mais diversas áreas. O estudo de alguns casos de sucesso em países em desenvolvimento, com condições socioeconômicas similares à brasileira, é benéfico para vislumbrar como os dados abertos foram usados para lidar com desafios e obstáculos mais parecidos com aqueles enfrentados no Brasil<sup>693</sup>.

Em Uganda, o uso de dados abertos no setor agrícola mostrou os seus impactos na resposta a crises e desastres. Uma infecção bacteriana devastadora atacava e destruía plantações de banana no país e gerou uma crise de segurança alimentar. O governo precisava agir rápido na identificação das regiões mais vulneráveis à praga e na disseminação das informações sobre o tratamento e prevenção, para que chegasse até os pequenos agricultores locais<sup>694</sup>.

Com ajuda do *World Bank*, uma solução em dados abertos foi desenvolvida e divulgada através de plataformas de tecnologia da informação e comunicação. Utilizou-se o projeto pré-existente denominado *U-report*, uma ferramenta gratuita de monitoramento social que conecta, através de alertas por SMS, uma rede de voluntários,

---

<sup>692</sup> SOARES, Fabiana. **Produção do direito e conhecimento da lei a luz da participação popular e sob o impacto da tecnologia da informação**. 511f. Tese (Doutorado em Direito). Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2002.

<sup>693</sup> Sobre a importância do estudo juscomparativista para o aperfeiçoamento das instituições nacionais, recomenda-se a leitura da obra SOARES, F.; OLIVEIRA, T.; MACIEL, C. **Regimentos parlamentares no mundo: Sistemas jurídicos e Ação legislativa**. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa de Minas Gerais, 2018.

<sup>694</sup> WORLD BANK. **Open Data + Agriculture can transform how farmers respond to looming crises**. Uganda, 2013. Disponível em: <<https://www.worldbank.org/en/news/feature/2013/04/26/open-data-can-transform-farmers-response-to-crisis>>. Acesso em: 30 mai. 2020.

compartilhando informações úteis em tempo real entre a comunidade<sup>695</sup>. Em menos de uma semana, conseguiu identificar os pontos e regiões críticas de alastramento da praga e fornecer informações aos agricultores acerca dos sintomas e tratamento. A iniciativa em dados abertos não só possibilitou a coleta de dados para a tomada da decisão pública mais informada e o compartilhamento de informações e conhecimentos com a comunidade, mas também criou um ambiente colaborativo nacional em torno da questão<sup>696</sup>.

A expansão de estratégias nesse sentido tem enormes potenciais impactos no setor agrícola: pode ser usada para a proteção das plantações de outras pragas, antecipação de condições climáticas adversas, monitoramento do suprimento de água, disseminação de conhecimento sobre técnicas de colheita, aperfeiçoando o planejamento agrícola nacional e gerando ganhos em produtividade e segurança alimentar em países africanos<sup>697</sup>.

Uma operação conjunta entre a *Ground Truth Initiative*, *Map Kibera*, *Development Gateway*, *Feedback Labs* e *Gates Foundation* buscou coletar e tornar disponíveis um conjunto de dados sobre o setor educacional no Quênia. Os primeiros passos foram identificar onde estão as escolas, formais e informais, o percentual de crianças matriculadas e as regiões com maiores demandas e carências escolares. Em sequência, aprofundou-se na qualidade da educação escolar, através da coleta de *feedback* de pais e líderes comunitários. A visualização dos dados abertos sobre a área educacional no Quênia alimentou a melhoria na prestação deste serviço público, na medida em que permitiu a coleta e publicação de informações acuradas sobre o tema. Com isso, foi possível desenvolver melhores estratégias governamentais de planejamento educacional e alocação de recursos públicos, aprimorando a qualidade do processo decisório público relacionado ao acesso à educação<sup>698</sup>.

A abertura de dados eleitorais a partir das eleições de 2014 na Indonésia também gerou efeitos disruptivos no controle social dos resultados das votações. No passado, eleições presidenciais e parlamentares na Indonésia já haviam sido acusadas de fraude, devido ao fraco sistema de controle interno e um processo manual de votação e tabulação

---

<sup>695</sup> U-REPORT. **U-Report** – Uganda Voices matter. Disponível em: <<http://www.ureport.ug/about/>>. Acesso em: 30 mai. 2020.

<sup>696</sup> WORLD BANK. **Open Data + Agriculture can transform how farmers respond to looming crises**. Uganda, 2013. Disponível em: <<https://www.worldbank.org/en/news/feature/2013/04/26/open-data-can-transform-farmers-response-to-crisis>>. Acesso em: 30 mai. 2020.

<sup>697</sup> Ibid.

<sup>698</sup> SMITH, Fiona; GERRY, William; TRUSWELL, Emma. **Supporting sustainable development with open data**. Open Data Institute, 2015.



de votos que abre brechas e aumenta os riscos de fraude eleitoral. Após pressão por organizações da sociedade civil, nas acirradas eleições de 2014 entre dois candidatos presidenciais o órgão público responsável pela contagem de votos publicou os formulários de votos e tabulações escaneados no site oficial.

A partir desses dados abertos, foram desenvolvidas iniciativas pela sociedade civil para conferência dos resultados eleitorais. Uma das mais famosas, o aplicativo *Kawal Pemilu* (significa “guarda eleitoral”) buscou, através da tecnologia, realizar contagens dos votos por região em tempo real com rapidez e precisão, ao conectar uma rede de colaboradores em dados e voluntários para a coleta dos dados e verificação dos resultados.<sup>699</sup> Foi, portanto, uma iniciativa em dados abertos que promoveu maior transparência, engajamento e colaboração sociais e, conseqüentemente, aumentou a *accountability* e controle social e a confiança no processo eleitoral. Apesar de, inicialmente, os dados públicos terem sido disponibilizados em formato não processável por máquina, ainda assim o grande engajamento social possibilitou o seu uso para controle dos resultados eleitorais. Com a expansão da abertura dos dados para formatos abertos e legíveis por máquinas, os impactos passaram a ser ainda maiores nas eleições seguintes, com a automatização do processo de conferência por máquinas e aplicativos mais desenvolvidos e mais rápidos<sup>700</sup>.

Na Colômbia, o uso de dados abertos possibilitou o desenvolvimento de um sistema informacional, substrato de um novo modelo de gerenciamento de resíduos em Bogotá. Possibilitou a padronização dos fluxos de informação dos diferentes operadores de coleta de lixo e a integração e unificação de toda a cadeia da prestação do serviço público por meio de uma plataforma de interoperabilidade<sup>701</sup>. Em uma ferramenta amigável e de fácil acesso pelos usuários, é possível consultar faturas, pagamentos, serviços e procedimentos, enviar reclamações ou sugestões, saber a frequência e horários das coletas e também a distância e tempo aproximado em que o caminhão de lixo passará na casa do cidadão, mostrando um mapa com rastreamento do veículo em tempo real<sup>702</sup>.

---

<sup>699</sup> KAWAL PEMILU. Disponível em: <<https://kawalpemilu.org/>>. Acesso em: 30 mai. 2020.

<sup>700</sup> BRAJAWIDAGDA, Uuf; CHATFIELD, Akemi. Roles of social media in open data environments: a case study of the 2014 Indonesian presidential election voting results. **Proceedings of the 25<sup>th</sup> Australasian Conference on Information Systems New Zealand**. Auckland University of Technology, 2014. Disponível em: <<https://ro.uow.edu.au/cgi/viewcontent.cgi?article=6673&context=eispapers>>. Acesso em: 30 mai. 2020.

<sup>701</sup> OECD. **Observatory of Public Sector Innovation**. SIGAB – Information System for new Waste Management Model in Bogotá. Disponível em: <<https://oecd-opsi.org/innovations/sigab-information-system-for-new-waste-management-model-in-bogota/>>. Acesso em: 2 jun. 2020.

<sup>702</sup> GOBIERNO DE COLOMBIA. **Sistema de Información para la Gestión de Aseo Bogotá**. Bogotá, 2020. Disponível em: <<https://sigab.gov.co/nuevo-esquema-de-aseo/>>. Acesso em: 2 jun. 2020.

Baseado no uso efetivo de dados abertos e informações estratégicas, essa iniciativa permitiu maior transparência nas ações das entidades envolvidas, maior colaboração e participação ativa dos cidadãos, articulando todos os atores envolvidos na gestão de resíduos, em uma troca permanente de informações e, por fim, melhor qualidade do serviço público prestado e seu contínuo aprimoramento. A mesma tecnologia aberta pode ser replicada para a prestação deste ou de outros serviços públicos semelhantes em outras cidades e países<sup>703</sup>.

Os exemplos de empreendimentos inovadores baseados em dados abertos são inúmeros, em basicamente todos os países do mundo. Sem dúvidas, projetos de altos níveis de excelência, com resultados ainda mais promissores e últimas tecnologias de ponta são concebidos e executados em países mais desenvolvidos e com maior grau de maturidade em governo aberto, como nos Estados Unidos, Reino Unido e Alemanha. Todavia, com uma realidade fiscal, cultural e política tão discrepante da brasileira essas experiências podem soar como metas inalcançáveis ou muito distantes. A lição que se busca extrair dos casos em Uganda, Quênia, Indonésia e Colômbia é que é possível dar importantes passos na abertura de dados e gerar grandes impactos econômicos e sociais em contextos de deficiências tecnológicas e restrições orçamentárias tão grandes ou maiores que o brasileiro.

Há, também, iniciativas bem-sucedidas de tecnologias cívicas no Brasil. A Operação Serenata de Amor (OSA), que surgiu em 2016, é um exemplo. Trata-se de um projeto de código aberto desenvolvido pela sociedade civil com o uso de ferramentas da inteligência artificial (IA) e ciência de dados para auditar as contas públicas e fomentar o controle e monitoramento social da atividade parlamentar<sup>704</sup>.

Com algoritmos de aprendizado de máquina (*machine learning*), a “robô” desenvolvida pelo projeto, chamada de “Rosie”, é capaz de identificar e alertar a população de gastos suspeitos de congressistas que foram reembolsados através da Cota para Exercício da Atividade Parlamentar. Já identificou, até hoje, mais de 8 mil reembolsos suspeitos, por mais de 700 congressistas diferentes e que totalizam quase 4

---

<sup>703</sup> OECD. **Observatory of Public Sector Innovation**. SIGAB – Information System for new Waste Management Model in Bogotá. Disponível em: <<https://oecd-opsi.org/innovations/sigab-information-system-for-new-waste-management-model-in-bogota/>>. Acesso em: 2 jun. 2020.

<sup>704</sup> OPERAÇÃO SERENATA DE AMOR. **Inteligência artificial para controle social da Administração Pública**. [S.I.], 2016. Disponível em: <<https://serenata.ai>>. Acesso em: 20 jan. 2020.

milhões de reais. Os alertas são postados automaticamente no Twitter, permitindo a interação imediata dos cidadãos<sup>705</sup>.

Alguns dos parâmetros para a “Rosie” qualificar um gasto como suspeito são: elevada quantidade de refeições em um mesmo dia, sendo que, os parlamentares só podem usar a cota para alimentação própria; gastos com hospedagem, passagem ou alimentação em duas ou mais localidades distantes entre si em um mesmo dia ou em curto período de tempo, no qual seria impossível o deslocamento; valores exorbitantes e desproporcionais com a natureza da despesa; uso do recurso com compras ou serviços proibidos<sup>706</sup>. Diversas denúncias já foram feitas e noticiadas após o lançamento do projeto, além de devolução do dinheiro público despendido de forma irregular, em razão da repercussão negativa<sup>707</sup>.

Outra ferramenta do projeto, o “Jarbas”, é o *dashboard* que permite à população navegar e aprofundar na documentação dos gastos suspeitos e, a partir disso, monitorar e denunciar as irregularidades para órgãos de controle ou ouvidorias das instituições. Permite filtrar por categoria de gasto, parlamentar, estado, ano, dentre outros<sup>708</sup>.

A viabilidade e manutenção desse tipo de iniciativa depende do fornecimento dos dados governamentais em formato aberto. É, portanto, alimentado por bases de dados e informações governamentais, que seriam impossíveis de serem avaliadas em massa por métodos analógicos, produzindo mais transparência e acessibilidade. Possui um grande potencial de expansão para a auditoria e controle de outros gastos públicos, seja por iniciativa interna ao projeto ou desenvolvida por outros interessados a partir do seu código aberto e licença livre. Oriunda da sociedade civil, poderia ser impulsionada pelo próprio governo e institucionalizada em uma política pública para gerar ainda mais mudanças de comportamento no uso dos recursos públicos, repercussões positivas e de mais alta monta.

---

<sup>705</sup> OPERAÇÃO SERENATA DE AMOR. **Rosie da Serenata**. [S.l.], 2016. Disponível em: <<https://twitter.com/RosieDaSerenata>>. Acesso em: 20 jan. 2020.

<sup>706</sup> SILVA, Amanda Vieira e. **Dados governamentais abertos à luz da accountability**: um estudo da Operação Serenata de Amor. Monografia (Bacharelado em Ciência Política). Universidade de Brasília, Instituto de Ciência Política. Disponível em: <[https://www.bdm.unb.br/bitstream/10483/22555/1/2018\\_AmandaVieiraSilva\\_tcc.pdf](https://www.bdm.unb.br/bitstream/10483/22555/1/2018_AmandaVieiraSilva_tcc.pdf)>. Acesso em: 21 jan. 2020.

<sup>707</sup> Um exemplo: LUIZ, Gabriel. Após ser flagrado por app, deputado devolve à Câmara R\$ 727 por 13 refeições no mesmo dia. **Portal G1**. Brasília, 2016. Disponível em: <<https://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/apos-ser-flagrado-por-app-deputado-devolve-a-camara-r-727-por-13-refeicoes-no-mesmo-dia.ghtml>>. Acesso em: 20 jan. 2020.

<sup>708</sup> OPERAÇÃO SERENATA DE AMOR. **Jarbas Dashboard**. Disponível em: <<https://jarbas.serenata.ai/>>. Acesso em: 20 jan. 2020.

Uma iniciativa que também utiliza ciência de dados e aprendizado de máquina e é alimentada por dados abertos públicos é a plataforma “Parlametria”, cujo objetivo é entender e traduzir o que se passa no Congresso Nacional para a sociedade civil. Ela se propõe a decodificar o comportamento parlamentar nas votações de projetos na área e, com isso, atuar como um canal direto de mobilização, engajamento e influência cidadã nos tomadores de decisões. O mapeamento das probabilidades de um parlamentar ser a favor ou contra um projeto em discussão no Congresso fornece substrato para a sociedade civil organizada conceber estratégias diferentes de abordagem, comunicação e convencimento para aprovar projetos que possam beneficiar a coletividade, mitigar danos decorrentes de propostas negativas aptas a gerar riscos ou evitar e obstruir eficazmente retrocessos sociais. Ao implementar técnicas para predizer e antecipar o comportamento parlamentar, individual ou coletivamente, nas votações de políticas públicas e melhorar o entendimento das variáveis importantes que impactam a tomada de decisões no Congresso Nacional, a ferramenta aprimora o processo de incidência de organizações da sociedade civil na promoção de interesses sociais no Poder Legislativo. Assim, pode contribuir para o crescimento do controle social, por meio da democracia colaborativa<sup>709</sup>.

A plataforma foi desenvolvida através de parceria de organizações da sociedade civil (Dado Capital e *Open Knowledge Brasil*) com universidades públicas (Laboratório *Analytics* da Universidade Federal de Campina Grande e Laboratório de Inteligência Artificial da Universidade Federal de Minas Gerais). Possui dois grandes recursos básicos: o Leg.go e o Perfil Parlamentar. O primeiro foca no acompanhamento e decodificação das proposições legislativas em tramitação no parlamento federal. Traduz para o público-alvo o progresso da tramitação, os parlamentares mais ativos e sua rede de influência (para saber para quem direcionar ações de *advocacy* legislativo) e o conteúdo das emendas propostas e aprovadas, analisando desde as mudanças mais sutis até as mais expressas<sup>710</sup>.

As proposições são classificadas a partir de dois indicadores: temperatura – medida conforme os esforços internos para o andamento da proposta (como a ocorrência de eventos relevantes) e pressão – mensurada a partir dos fatores externos que interferem na tramitação, como a opinião pública em redes sociais (Twitter ou Google Trends)<sup>711</sup>. O

---

<sup>709</sup> OPEN KNOWLEDGE BRASIL et al. **Parlametria**: Inteligência de dados para ação cidadã. Disponível em: <<https://parlametria.org/home>>. Acesso em: 29 mai. 2020.

<sup>710</sup> Ibid.

<sup>711</sup> OPEN KNOWLEDGE BRASIL et al. **Leg.go** – Parlametria. Disponível em: <<https://leggo.parlametria.org/>>. Acesso em: 29 mai. 2020.

Perfil Parlamentar, por sua vez, informa em detalhes o posicionamento político de cada parlamentar do Congresso Nacional. Fornece, por exemplo, o histórico de como votou em cada proposição legislativa, a aderência à posição do Governo, os cargos que ocupa e ocupou, sua trajetória política, as propriedades que possui, os financiadores de sua campanha eleitoral, como se posiciona em discursos no Congresso e nas redes sociais, dentre outros indicadores que ajudam na predição do seu comportamento político futuro.<sup>712</sup>

A ferramenta está em constante aprimoramento, mas depende da disponibilização progressiva da massa de dados legislativos em formato aberto e legível por máquina. Em novembro de 2019, divulgou relatório no qual mapeou 19 barreiras de dados no Congresso Nacional. Dentre elas, apontou, por exemplo, como graves a falta de dados abertos das votações e discursos parlamentares nas comissões; como obstáculos críticos a não abertura dos históricos de líderes de bancada e de partidos dos parlamentares e, por fim, dentre os pontos a melhorar, a falta de um canal próprio ou ferramenta de busca de dados abertos no Congresso<sup>713</sup>. A superação dessas barreiras com a crescente abertura de dados legislativos contribuirá para o aperfeiçoamento da plataforma e com os impactos que pode gerar na sociedade civil.

Tecnologias cívicas mantidas com dados públicos abertos têm sido desenvolvidas não só com enfoque no Legislativo e Executivo, mas até mesmo no Judiciário, que é considerado um poder com elevadas zonas de opacidade. Nesse contexto, o Nexo Jornal criou um programa na linguagem R para avaliar o grau de concordância e discordância entre os ministros do STF nas votações de 65.693 processos consultados (após descarte de cerca de 11% que não puderam ser analisados por inconsistências ou impedimentos para a processabilidade por máquina). A partir disso, montaram reportagens com gráficos, linhas do tempo e redes de conexões que apontavam a similaridade de votos entre alguns ministros e os votos contramajoritários<sup>714</sup>.

---

<sup>712</sup> OPEN KNOWLEDGE BRASIL et al. **Perfil Parlamentar** – Parlametria. Disponível em: <<https://perfil.parlametria.org>>. Acesso em: 29 mai. 2020.

<sup>713</sup> OPEN KNOWLEDGE BRASIL et al. **Dados (mais) abertos no Congresso: barreiras encontradas e propostas para avançar**. Brasília, 2019. Disponível em: <<https://parlametria.org/assets/reports/Gargalos%20de%20Transparência%20de%20Dados%20no%20Congresso.pdf>>. Acesso em: 29 mai. 2020.

<sup>714</sup> MARIANI, Daniel; LUPION, Bruno; ALMEIDA, Rodolfo. **Qual o grau de discordância e concordância entre os ministros do Supremo?** Nexo Jornal, 2017. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/especial/2017/03/21/Como-os-ministros-do-Supremo-se-aproximam-ou-se-distanciam-entre-si-de-acordo-com-suas-decisões>>. Acesso em: 29 mai. 2020.

Há, assim, um ciclo de retroalimentação entre a inovação e a abertura de dados: a inovação facilita a construção e sucesso de iniciativas em governo aberto e, por sua vez, essas iniciativas geram mais inovação (novos produtos, serviços, formas de trabalho, aprimoramento através de ações colaborativas). O engajamento dos cidadãos no ciclo de elaboração de políticas públicas contribui com novos *insights* e perspectivas e podem resultar em abordagens criativas e inovadoras<sup>715</sup>.

É evidente que, a abertura de dados públicos, por si só, tem potencial disruptivo. Especialmente a sociedade civil organizada e empreendedores tomam a iniciativa de solicitar e consumir dados abertos governamentais para criação de novas ferramentas, *softwares*, aplicativos. Todavia, é preciso que o governo fomente um ecossistema inovador, convidando a sociedade a integrar esse processo e capacitando-a para o manuseio e consumo de dados abertos. Quanto mais pessoas forem envolvidas nos processos colaborativos, maiores as probabilidades de reutilizações e recombinações dos dados, aumentando o potencial de inovação. Na contramão disso, o Brasil sequer está entre as três economias mais inovadoras da América Latina e Caribe que, segundo o *Global Innovation Index*, em 2019, são Chile, Costa Rica e México. No ranking mundial (uma avaliação de 129 países), ficou na 66ª posição, com uma nota geral de 33,8 (em até 100 pontos)<sup>716</sup>. Há, portanto, uma urgente necessidade de mudança deste cenário.

Uma forma de ativamente incrementar e estimular a criação de empreendimentos ou soluções inovadoras, que possam ser utilizadas para superar desafios no setor público é o lançamento de desafios, competições e prêmios pelo governo para a colaboração da sociedade civil. Com o fim de transformar essa estratégia em uma política pública constante e duradoura a construção de uma plataforma governamental que concentre as competições abertas em todas as esferas públicas é uma boa prática.

É esse o papel exercido pelo renomado *Challenge.gov*, do governo dos Estados Unidos. O sucesso dessa plataforma se deve à ampla adesão das entidades públicas em utilizar este endereço eletrônico central e efetivamente promover, com frequência, competições públicas. Mais do que simplesmente publicá-las, a ferramenta fornece diretrizes e recursos para capacitar a comunidade a participar e potencialmente ganhar os

---

<sup>715</sup> OECD. **Open Government: the global context and the way forward**. Paris: OECD Publishing, 2016. Disponível em: <[https://read.oecd-ilibrary.org/governance/open-government\\_9789264268104-en](https://read.oecd-ilibrary.org/governance/open-government_9789264268104-en)>. Acesso em: 3 mai. 2020.

<sup>716</sup> WIPO; CORNELL UNIVERSITY. **Global Innovation Index 2019**. Cornell University and Wipo, 2019. Disponível em: <<https://www.globalinnovationindex.org/>>. Acesso em: 30 mai. 2020.



prêmios<sup>717</sup>. Lançado em 2010, em menos de 2 anos já havia lançado 199 desafios, que variam entre grandes projetos como o desenvolvimento de veículos operados autonomamente para o Departamento de Defesa e a criação de aplicativo para monitorar a chegada de ônibus locais. Mais do que participação, é uma forma de colaboração e inteligência coletiva entre o setor público e a sociedade civil, em um ambiente de inovação aberta<sup>718</sup>.

Em análise dos dados extraídos de *Challenge.gov* de 2010 a 2014 e de entrevistas com agentes públicos, Mergel constatou as barreiras e estímulos na adoção dessa prática de *Open Government*. Em relação aos estímulos, ao contrário do que poderia se pensar inicialmente, não foi a existência de problemas internos sem solução que levou as agências a postar desafios aos cidadãos, mas sim uma decisão política *top-down* do governo que as levou a desenvolver desafios para realizar uma política de governo aberto. Benefícios da publicação de desafios foram, por exemplo, ganhos reputacionais das agências, percebidas pelo público como inovadoras e aumento da compreensão e educação da sociedade sobre programas públicos. *Stakeholders* que antes não engajavam em processos colaborativos passaram a participar da decisão pública, que resultaram em inovação dentro da estrutura do governo<sup>719</sup>.

Em relação às barreiras, os custos financeiros e temporais envolvidos para desenvolver um desafio são altos, sendo que as agências deveriam utilizar seus orçamentos e funcionários prévios para desenvolver e arcar com os prêmios, de modo que leva até 2 anos para lançar um desafio. Também há barreiras jurídicas, relacionadas à propriedade intelectual da solução desenvolvida, com insegurança jurídica dos gestores sobre a configuração da propriedade pública após o pagamento do prêmio. A plataforma também carece de funcionalidades que permita a interatividade e conexão entre o governo e os inovadores sociais. Nesse sentido, a existência de um fórum de discussão para tirar dúvidas, colaborar, compartilhar aprendizados, boas práticas, inclusive entre agências

---

<sup>717</sup> USA GOVERNMENT. **Challenge.gov**. Disponível em: <<https://www.challenge.gov/>>. Acesso em: 28 mai. 2020.

<sup>718</sup> DESOUZA, K. **Challenge.gov**: using competitions and awards to spur innovation. IBM Center for the Business Government, 2012. Disponível em: <<https://www.businessofgovernment.org/sites/default/files/Challenge.gov.pdf>>. Acesso em: 3 abr. 2022.

<sup>719</sup> MERGEL, Ines. Open innovation in the public sector: drivers and barriers for the adoption of Challenge.gov, **Public Management Review**, p. 1-17, 2017. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/14719037.2017.1320044?scroll=top&needAccess=true>>. Acesso em: 3 abr. 2022.

governamentais, seria positivo<sup>720</sup>. Por fim, há muita incerteza sobre o efetivo impacto das soluções desenvolvidas e o sucesso do desafio<sup>721</sup>. Por isso, é importante que as agências comuniquem à sociedade civil o impacto da solução desenvolvida. Fica claro, portanto, que a implementação de iniciativas de *open innovation* vem com desafios significativos, mas, ainda assim, podem ser bem-sucedidas.

Nem só países de alto nível de desenvolvimento possuem estratégias bem-sucedidas dessa mesma natureza. Um exemplo é o *Vive Gobierno Móvil*, uma iniciativa do Governo da Colômbia que busca aumentar o uso da informação pública através do desenvolvimento de aplicativos a partir de dados públicos abertos, que contribuem para a automatização de procedimentos e serviços públicos e beneficiam os cidadãos e setor privado. Para tanto, organizam competições com a finalidade de encontrar soluções para desafios governamentais. Um exemplo de instrumento desenvolvido é o *Elefantes blancos*, aplicativo *mobile* lançado pelo governo colombiano para identificar e monitorar os trabalhos de construções públicas inacabados ou potencialmente abandonados. Os usuários enviam fotos dessas construções e, a partir disso, o governo faz um inventário das obras públicas e estimula o controle social e eficiência na alocação dos recursos públicos<sup>722</sup>.

No Brasil, há uma iniciativa semelhante desenvolvida pela Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), denominada de “Desafios ENAP”. Convida gestores públicos do país a levar os problemas que enfrentam para serem lançados concursos e premiações, convidando a sociedade civil a ajudar a resolvê-los. Na data de consulta, não havia nenhuma competição com inscrições abertas, 6 já encerradas e 1 anunciada para breve. Hoje, é, portanto, ainda muito subutilizado. Tem um grande potencial de fomento à inovação aberta, mas precisa ser usado em larga escala pelas administrações públicas, preferencialmente em um único canal, como este, que centralize as iniciativas e seja divulgado para os cidadãos, empreendedores e acadêmicos do país<sup>723</sup>.

<sup>720</sup> DESOUZA, K. **Challenge.gov**: using competitions and awards to spur innovation. IBM Center for the Business Government, 2012. Disponível em: <[https://www.businessofgovernment.org/sites/default/files/Challenge.gov\\_.pdf](https://www.businessofgovernment.org/sites/default/files/Challenge.gov_.pdf)>. Acesso em: 3 abr. 2022.

<sup>721</sup> MERGEL, Ines. Open innovation in the public sector: drivers and barriers for the adoption of Challenge.gov, **Public Management Review**, p. 1-17, 2017. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/14719037.2017.1320044?scroll=top&needAccess=true>>. Acesso em: 3 abr. 2022.

<sup>722</sup> OECD. **Open Government in Latin America**. OECD Public Governance Reviews, OECD Publishing, 2014. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1787/9789264223639-en>>. Acesso em: 30 mai. 2020.

<sup>723</sup> BRASIL. Escola Nacional de Administração Pública. **Desafios ENAP**. Brasília, 2020. Disponível em: <<https://desafios.enap.gov.br/>>. Acesso em: 28 mai. 2020.

Essas iniciativas mostram que governo aberto abarca: i) transparência: dar aos cidadãos informações sobre o que o governo está fazendo; ii) participação: conferir oportunidades aos cidadãos de serem ouvidos na tomada da decisão pública; e iii) colaboração: compartilhamento de informações e de programas entre instituições do governo, governo e setor privado e governo e sociedade civil. Assim, abarca as atividades de informar, consultar, engajar, colaborar e empoderar os cidadãos, direcionada para públicos-alvo distintos, com estratégias para a diversificação dos *stakeholders* envolvidos. Consequentemente, gera-se uma gama de oportunidades sociais derivadas da implementação de um modelo de Estado aberto<sup>724</sup>.

Todavia, a mera publicação de dados públicos é requisito necessário, mas não suficiente para gerar profundos impactos sociais e econômicos. Por isso, é preciso que o quadro de baixos investimentos públicos e grau de institucionalização de iniciativas de fomento à inovação no setor público brasileiro seja radicalmente alterado<sup>725</sup>. Apenas assim o país alcançará novos patamares de transparência, participação e colaboração sociais, aptos a aumentar a *accountability* pública e provocar processos de inovação contínua que, por sua vez, impulsionam o desenvolvimento socioeconômico da nação.

### 3.5 Conclusões parciais

A discussão sobre a implementação de um Estado aberto ultrapassa as premissas básicas de acesso à informação e de democracia participativa, estabelecendo novos patamares de transparência e de participação social a serem buscados. Mais do que serem convidados a consultar os dados e a participar de processos pré-estabelecidos, em um ideal de plena abertura governamental, setor privado e sociedade civil se tornam cocriadores, coinovadores e corresponsáveis pelas políticas públicas. A partir dessa nova concepção, novos e diferentes papéis para o exercício do *advocacy* surgem, nos diversos estágios do ciclo da política pública. Não se trata, portanto, de tratar a transparência e participação como meras etapas formais que apenas iniciam ou encerram a construção de

---

<sup>724</sup> FARINA, C.; NEWHART, M. **Rulemaking 2.0** – understanding and getting better public participation. IBM Center of the Business Government, 2013. Disponível em: <<https://www.businessofgovernment.org/sites/default/files/Rulemaking%20%200.pdf>>. Acesso em: 2 abr. 2022.

<sup>725</sup> Uma análise dos sistemas de inovação brasileiro, americano e japonês foi feita em: MACIEL, Caroline; ROSA, Ana Beatriz. Arcabouços legais em ciência, tecnologia e inovação de ecossistemas maduros: paradigmas e subsídios para a legislação mineira. In: SOARES, F; PRETE, E. **Marco Regulatório em Ciência, Tecnologia e Inovação**: texto e contexto da Lei nº 13.243/2016. Belo Horizonte: Arraes, 2018.

uma política pública, mas como momentos sucessivos, dinâmicos e constantes, em um fluxo participativo contínuo.

Todavia, receber a qualificação de “dados abertos” não funciona de forma parcial. Só se pode considerar efetivamente aberto, um dado que seja, simultaneamente, completo, autêntico, primário, instantâneo, acessível, legível por máquinas, não-discriminatório, não-proprietário e em licença livre. Apesar de o Brasil ter sido um dos pioneiros no *Open Government*, o que foi constatado neste capítulo é que ainda se está muito distante de uma política pública de abertura de dados no governo federal. Em resumo:

I) Na operacionalização dos Planos de Ação, foram constatados problemas com o cumprimento dos prazos estabelecidos, ocorrendo, com frequência, adiamentos de ações de abertura. Outros problemas foram o conservadorismo das ações e a falta de articulação, sendo que, muitas vezes, os compromissos assumidos eram pouco ambiciosos e implementados exclusivamente no âmbito do Executivo federal. Especificamente, o compromisso de aprimoramento dos canais virtuais institucionais de interação com a sociedade civil e setor privado segue ainda sendo uma realidade distante;

II) O Decreto nº 8.777/16 foi um esforço regulatório em prol da simplificação, uniformização e reutilização dos dados abertos publicados pelo governo federal. Para isso, estabeleceu a exigência da elaboração e publicação de Planos de Dados Abertos (PDAs) por cada órgão federal, o que gerou significativo progresso. Apesar de ser uma boa iniciativa, na prática, constatou-se que cerca de 70% dos órgãos federais não possuem PDAs vigentes, sendo que, em alguns casos, foi configurada uma descontinuidade. Nos raros casos de PDA vigente, foi observada grande desatualização do Painel de Monitoramento de Dados Abertos, que considerava um PDA desatualizado para avaliar as bases de dados abertas, comprometendo a análise e resultando em uma execução intempestiva;

III) O questionário aplicado pela pesquisa em organizações da sociedade civil reforçou esses diagnósticos, ilustrando, por exemplo, o subaproveitamento do Portal Brasileiro de Dados Abertos. Ao contrário do seu objetivo inicial, esse Portal não se tornou o endereço eletrônico central de dados abertos brasileiros. O volume de dados disponibilizados no Portal ainda é consideravelmente baixo, sendo que há grandes variações entre as bases disponibilizadas por diferentes órgãos e, frequentemente, estados e municípios descontinuam a sua utilização como canal de publicação de dados abertos;

IV) Nas análises internacionais da abertura de dados públicos brasileiros, uma constante é a maior opacidade de dados ligados a propriedade fundiária, registros de empresas e localização geoespacial. Sem dúvidas, os indicadores nacionais nesses temas demonstram que são, justamente, temas repletos de dependência de provedores privados exclusivos ou de ineficiências administrativas e burocráticas, que demandam reformas de Estado urgentes e profundas. Esses entraves comprometem, historicamente, o desenvolvimento socioeconômico brasileiro;

V) A ausência de uma lei nacional que padronize a abertura de dados governamentais no Brasil é um grave problema. Como consequência, há grande disparidade entre a implementação de abertura de dados públicos entre os entes federados, três Poderes e até mesmo entre diferentes órgãos do governo federal. Quando a abertura ocorre, falta uma padronização de formatos e linguagens, o que torna ainda mais distante a possibilidade de interoperabilidade entre os diversos sistemas tecnológicos utilizados pelo Estado. Por fim, a falta de um marco legal também diminui a isonomia nas decisões de abertura de dados, seja beneficiando alguns parceiros exclusivos do setor privado, com os quais o governo decide compartilhar dados dos cidadãos brasileiros, seja na priorização da agenda de abertura;

VI) Além do marco legal, a ausência de um regulador central responsável pela implementação da abertura de dados como uma política de Estado no Brasil também reforça a operacionalização da temática de forma uniforme e constante. Apesar de a CGU exercer um relevante papel, limita-se ao Executivo federal, sendo que tal órgão sequer possui independência da Presidência da República e, por causa disso, acaba se vinculando muito a pautas de governo. Isso contribui também para a falta de políticas específicas de dados abertos nos estados e municípios brasileiros, sendo que se observou que, em 70% dos governos subnacionais, elas inexistem;

VII) A ausência de alfabetização técnica no país em compreensão, manuseio e criação de produtos a partir de dados públicos abertos também é uma realidade. Há elevada escassez de profissionais na área no Brasil, o que gera dificuldades operacionais para empresas nacionais se destacarem em inovação e empreendedorismo, reforçando o ciclo de dependência brasileira de tecnologias estrangeiras. Deve, portanto, haver uma política estatal de capacitação técnica no tema e a necessidade de se estabelecer que, como regra, a abertura de um dado público deve ser acompanhada da publicação dos metadados pertinentes, que possibilitam a sua compreensão pela sociedade civil e setor privado, potencializando seu reuso e o ciclo de inovação;

VIII) Os casos de sucesso em Uganda, Indonésia, Colômbia, Brasil e EUA ilustram como a abertura de dados podem gerar efeitos disruptivos relevantes, sendo necessária para estimular a inovação e promover a concorrência em mercados digitais. No entanto, a uniformização de licenças e formatos de dados públicos disponibilizados por diferentes órgãos é importante para uso comercial desses dados e fomento ao desenvolvimento socioeconômico, o que ainda não ocorre no Brasil.

Assim, de modo geral, é seguro afirmar que falta uma cultura de abertura de dados governamentais no Brasil, inclusive no governo federal. Considerando o modelo de maturidade em governo aberto de Lee e Kwak, baseado no governo dos EUA, constata-se que os diferentes órgãos públicos brasileiros ainda se encontram nos dois primeiros degraus da escada de maturidade de abertura de dados, salvo raras exceções no terceiro nível. Isso significa que o enfoque brasileiro deve ser em construir, de forma uniforme, as infraestruturas digitais preliminares e implementar a transparência de dados, na medida em que a implementação desses degraus anteriores é condição necessária para possibilitar o sucesso nos degraus acima (participação aberta, colaboração aberta e engajamento otimizado).

Nesse sentido, a principal recomendação é que o Estado brasileiro se preocupe em dar um passo atrás e assegurar uma política de transparência, participação e, posteriormente, de dados abertos, de modo gradual, durável e consistente. Saltos transitórios nos temas, para atender a demandas populistas, acabam por pecar pela falta de continuidade na implementação. Isso significa que, antes de uma ampla interoperabilidade sistêmica entre órgãos, entes e poderes, é preciso um compartilhamento prévio de semânticas técnicas e construção de teias informacionais sólidas, alimentadas por dados confiáveis. Só assim é possível o posterior cruzamento e recombinação de dados, resultando em uma verdadeira inteligência de dados governamentais.

É necessária, ainda, a priorização da abertura de dados públicos mais relevantes, a partir da coleta de percepções da sociedade civil e setor privado no tema. Desse modo, o Brasil precisa avançar na digitalização da tomada da decisão pública, inclusive sobre a política de dados abertos, para que seja, cada vez mais, moldada pelas necessidades dos cidadãos e empreendedores brasileiros. Essa digitalização não significa disponibilizar eletronicamente processos decisórios tradicionais e analógicos, mas sim transformá-los em verdadeiramente digitais e interativos.



Por fim, o desenvolvimento socioeconômico brasileiro está intrinsecamente relacionado ao protagonismo na digitalização, abertura de dados e criação de inovações tecnológicas relevantes, em um ambiente legislativo-regulatório propício ao empreendedorismo. É preciso que o país deixe de ser tão dependente de infraestruturas digitais estratégicas de empresas internacionais ou de tecnologias produzidas em outros países, tornando-se um produtor ativo no tema, alcançando, com isso, a sua soberania digital.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS – diagnóstico, lições e próximos passos

*– Lembre que você e eu fizemos essa jornada, que fomos juntos a um lugar de onde não havia mais lugar algum para ir.*

Jhumpa Lahin (O xará)

Há considerável consenso sobre a relevância e necessidade de transparência, participação e abertura de dados públicos em um Estado Democrático, tal qual o Brasil. Apesar disso, recentes decisões institucionais têm, na prática, colocado em xeque a concretização desses valores basilares. Se há clareza que é preciso resgatá-los, é controverso como isso deve ser feito.

Nessa conjuntura, essa pesquisa foi concebida para preencher essa lacuna. Em três capítulos trata, respectivamente, de transparência, participação e governo aberto, conectando temas que – embora possam ser tratados isoladamente – estão profundamente relacionados e, por causa disso, afetam-se mutuamente. Olhar para o todo permitiu um diagnóstico mais completo sobre cada um desses preceitos, bem como a elaboração de recomendações concretas a serem implementadas, sem perder de vista a devida profundidade.

No Capítulo I, avaliou-se a implementação uma governança informacional no governo federal brasileiro. A partir da análise combinada de: i) respostas de organizações da sociedade civil ao questionário aplicado; ii) arcabouço normativo e políticas públicas no tema; iii) pesquisas empíricas de entidades renomadas; iv) rankings de avaliação da transparência; v) estudo de casos da Uganda, Índia, Indonésia e Quênia e, por fim, vi) literatura especializada, foram identificados os principais desafios e meios de superá-los.

Resumidamente, identificou-se que a Constituição de 1988, as leis fiscais e orçamentárias e a Lei de Acesso à Informação foram os primeiros passos rumo à consolidação de uma cultura da transparência e informação. Ainda que, em um primeiro momento, essa trajetória pareça ter ocorrido de forma linear e ascendente, na verdade, identificou-se considerável inconstância e riscos de descontinuidade das políticas públicas decorrentes da legislação vigente. Recentemente, a ocorrência de “apagões” de dados públicos, inclusive relacionados ao enfrentamento da pandemia de Covid-19, as tentativas de relativizar o direito de acesso à informação e de reinterpretar fatos históricos configuraram ameaças preocupantes à transparência governamental.

Em relação à transparência ativa, o governo federal lidera a abertura de dados nos sites oficiais, tendo havido melhorias no design para aumentar a acessibilidade da informação. Entretanto, zonas de opacidade foram encontradas com bastante frequência, seja pela desatualização, incompreensibilidade e incompletude, seja por problemas operacionais e ausência de interoperabilidade entre os vários endereços eletrônicos. O Portal de Transparência Federal – fundamental para assegurar transparência fiscal e orçamentária – permanece uma ferramenta subaproveitada e distante da população brasileira.

Quanto à transparência passiva, a criação do e-sic federal foi um enorme avanço. A existência de um procedimento regular, a facilidade no acesso e utilização do canal e a possibilidade de pedidos anônimos levam a administração pública a, gradativamente, superar a cultura do sigilo sobre o dado público. Esse processo não ocorre sem resistência. Servidores se resguardam em interpretações extensivas das exceções ao direito de acesso, utilizam-se da pandemia ou da LGPD como justificativa para negativas e abusam na classificação de informação como sigilosa.

No atual governo, os dados indicam que essa postura parece advir de um direcionamento da Presidência da República, avessa ao acesso à informação. A CGU persiste como órgão responsável por assegurar e conter essas tentativas, mas a falta de autonomia funcional coloca em risco suas condições de fazê-lo. Mais que nunca, resgatar a ideia de tornar transparência, participação e abertura de dados competências próprias de agência reguladora poderia gerar resultados mais constantes e homogêneos, não só no Executivo e no nível federal, mas também estadual, municipal, Legislativo e Judiciário, nos quais se identificam disparidades relevantes.

A política de transparência deve ser elevada ao status de política de Estado, para que os dados públicos estejam cada vez mais disponíveis, atualizados, completos, abertos, compreensíveis e sejam facilmente acessados pelos cidadãos. Lado a lado, o procedimento de solicitação de acesso deve ganhar eficiência e qualquer interpretação voltada ao sigilo deve ser afastada. Em um contexto em que informação é poder e dado é ativo financeiro, a regulação deve reduzir as assimetrias informacionais entre atores econômicos com elevado poder de mercado e sociedade civil, assegurando, também, o acesso a infraestruturas digitais essenciais no mundo digital.

O estudo de casos de sucesso, inclusive em países com realidade fiscal semelhante ao Brasil, mostrou como campanhas informacionais podem ser empoderadoras e disruptivas. Transparência não gera, automaticamente, a participação e

controle social, mas é o pontapé inicial para que os cidadãos se tornem habilitados para influenciar a decisão pública.

No Capítulo II, foi identificado o declínio democrático ocorrido nos últimos anos. Esse fenômeno alastrou-se pelas estruturas institucionais e sociedade civil, ganhando corpo e forma com recorrentes comportamentos políticos autoritários e subversivos à ordem republicana e democrática. Com base no mapeamento das ferramentas de participação, análise quantitativa e qualitativa do seu uso pelo governo federal, modelos teóricos de Levitsky e Ziblatt e Ronald Dworkin, performance brasileira no V-dem, respostas ao questionário aplicado e estudo de caso de ferramentas do governo dos EUA, traçou-se um cenário de escassa participação da sociedade civil e baixo impacto no processo decisório.

No caso da participação, o arcabouço legislativo é disperso e inefetivo. Apesar da Lei de Agências Regulatórias exigir a realização de consulta pública antes de emitir uma regulação, essa regra não se aplica aos demais órgãos públicos. Ademais, ao contrário do governo dos EUA, apesar de existir uma exigência legal de responder as contribuições enviadas, o mesmo não ocorre em relação à necessidade de levar em consideração na decisão os argumentos, dados e opiniões trazidas. Também não é previsto um procedimento para que se questione uma decisão pública, caso as regras participativas sejam inobservadas. Se adotadas, essas medidas poderiam aumentar a frequência no uso de instrumentos normativos, assim como a sua efetividade e impacto.

No Brasil, houve tentativas de aprovação de arcabouço normativo voltado à participação, tais como a Política Nacional de Participação Social e o Código de Defesa do Usuário de Serviço Público. Todavia, a política foi inefetiva na uniformização e articulação dos múltiplos canais participativos e sequer chegou a ser colocada em prática. Já o CDU foi bastante tímido nas previsões sobre participação e qualidade do serviço público. Assim, constata-se uma necessidade de aprofundamento do arcabouço para assegurar uma tipologia de mecanismos de participação uniforme, homogênea e com potencial de impacto. Hoje, a dispersão e desarticulação entre as ferramentas participativas dificulta que haja uma participação social efetiva.

Em relação à dimensão quantitativa da participação, o cenário do governo federal brasileiro é bastante heterogêneo. Como já destacado, as agências reguladoras hoje têm o modelo participativo mais eficiente, mas ministérios com competências relevantes, inclusive regulatórias, ainda não utilizam da participação como regra. A recente extinção em massa de conselhos participativos pelo governo federal também

aponta para uma menor frequência de participação no atual governo, assim como uma menor realização de conferências nacionais.

No que tange à perspectiva qualitativa, diagnosticou-se a ineficiência de alguns processos participativos, seja porque são protelados no tempo, sem chegar a uma política pública (como o caso da regulamentação do *lobby*), seja pela ausência de efetivo impacto ou de devolutiva das contribuições feitas. Consequentemente, sociedade civil e setor privado são desestimulados a engajar na construção de políticas públicas, pela deliberada desconsideração das propostas trazidas. Essa percepção foi corroborada na coleta do questionário aplicado.

Diante desse diagnóstico, observa-se que ainda se está muito distante do ideal coparticipativo proposto por Dworkin. A crise democrática brasileira é uma realidade, constatada nas diversas dimensões de democracia, conforme demonstrou o relatório do V-dem. Lições importantes podem ser extraídas de outras jurisdições, tal qual as plataformas *Regulation.Gov* e *FederalRegister* do governo federal estadunidense e o projeto *Regulation Room*.

Em síntese, demonstrou-se como a arquitetura da plataforma é um fator determinante para a qualidade da participação, sendo fundamentais a interatividade, moderação facilitadora, simplificação linguística e inclusão proativa de *stakeholders* excluídos nos processos decisórios, tais como empresas entrantes, startups, grupos minoritários e oposição política. Por isso, é preciso um esforço contínuo em prol da igual consideração e respeito pelos grupos sociais e empresas, assegurando-se um *advocacy* mais isonômico, transparente e participativo. Isso significa tratar os cidadãos e o setor privado como efetivos parceiros do setor público, com reais oportunidades de influência e impacto nas decisões públicas, combinando métodos participativos presenciais e virtuais, em uma plataforma desenhada para estimular a colaboração.

Para uma experiência radicalmente democrática, a participação dos cidadãos na vida política deve ir muito além do mero voto. Exige a contínua comunicação, colaboração e conexão entre representantes e representados, aptas a influenciarem a decisão pública. A execução de processos deliberativos e participativos podem atenuar os défices da representatividade, ao passo que os seus elevados custos podem ser contrabalanceados com os ganhos em implementação. Não bastam, porém, atos isolados ou meramente formais, que buscam apenas conferir aparência de legitimidade democrática a atos públicos. Os resultados e efetividade das práticas e experiências participativas dependem, assim, dos seus verdadeiros objetivos. Apenas quando buscam

conferir voz e oportunidades concretas de participação serão capazes de fortalecer o regime democrático.

Com as novas ferramentas digitais disponíveis, a potencial capilaridade do Estado às demandas da sociedade é exponencialmente ampliada. Isso não significa, no entanto, que não devam ser fixados limites de tempo, espaço e orçamento para o exercício das capacidades participativas. Afinal, não se trata de recursos infinitos e as decisões precisam ser tomadas, frequentemente, com agilidade e urgência. Da mesma forma, também exigem condições informacionais mínimas, pois sem o acesso à informação e à educação não é possível se falar em participação emancipatória. Além disso, os riscos inerentes à manipulação e uso estratégico de infraestruturas digitais essenciais pelos atores privados proprietários devem ser minimizados, assegurando a estruturação de ecossistemas participativos com fluxo informacional transparente. Por fim, o compartilhamento dos processos decisórios traz consigo a correspondente distribuição das responsabilidades a eles inerentes. Se novos atores são efetivamente incluídos e integrados nas deliberações públicas, seria incongruente não os envolver também nos encargos que envolvem, na proporção do seu grau de participação.

Por fim, no capítulo III, transpareceu-se os novos patamares de transparência e de participação social a serem buscados com o paradigma de Estado aberto. Mais do serem convidados a consultar os dados e a participar de processos pré-estabelecidos, em um ideal de plena abertura governamental, setor privado e sociedade civil se tornam cocriadores, coinovadores e corresponsáveis pelas políticas públicas. A partir dessa nova concepção, novos e diferentes papéis para o exercício do *advocacy* surgem, nos diversos estágios do ciclo da política pública.

Todavia, receber a qualificação de “dados abertos” não funciona de forma parcial. Só se pode considerar efetivamente aberto, um dado que é, simultaneamente, completo, autêntico, primário, instantâneo, acessível, legível por máquinas, não-discriminatório, não-proprietário e em licença livre. Após as análises de políticas públicas implementadas, acordos internacionais, rankings de desempenho na abertura, respostas ao questionário aplicado e estudos de caso da Uganda, Indonésia, Colômbia, Brasil (sociedade civil) e EUA, ainda se está muito distante de uma política pública de abertura de dados no governo federal e esse cenário é ainda mais embrionário nos governos locais.

Em primeiro lugar, a ausência de um marco legal sobre a abertura de dados públicos resulta em descontinuidade e limitação do processo a estruturas governamentais específicas em nível federal. Há um quadro de enorme disparidade e falta de padronização



de formatos e linguagens, o que torna ainda mais distante a possibilidade de interoperabilidade entre infraestruturas digitais do governo. Além disso, a ausência de um regulador compromete a implementação efetiva da abertura de dados. A CGU tem exercido esse papel, de forma limitada, ao governo federal e sem a autonomia funcional necessária, conforme explicado anteriormente.

Outro ponto detectado foi a subutilização do Portal Brasileiro de Dados Abertos. A sociedade civil e setor empresarial brasileiros ainda não encontram grande valor nos dados públicos abertos pelo governo federal, seja pelo baixo volume disponibilizado, seja por problemas na qualidade do dado, ou, ainda, pela falta de participação dos afetados na escolha das prioridades de abertura de bases de dados.

A ausência de alfabetização técnica no país em compreensão, manuseio e criação de produtos a partir de dados públicos abertos também é uma realidade. Há elevada escassez de profissionais na área no Brasil, o que gera dificuldades operacionais para empresas nacionais se destacarem em inovação e empreendedorismo, reforçando o ciclo de dependência brasileira de tecnologias estrangeiras. Deve, portanto, haver uma política estatal de capacitação técnica no tema e a necessidade de se estabelecer que, como regra, a abertura de um dado público deve ser acompanhada da publicação dos metadados pertinentes, que possibilitam a sua compreensão pela sociedade civil e setor privado, potencializando seu reuso e o ciclo de inovação.

Os casos de sucesso na Uganda, Indonésia, Colômbia, Brasil e EUA ilustram como a abertura de dados podem gerar efeitos disruptivos relevantes, sendo necessária para estimular a inovação e promover a concorrência em mercados digitais. No entanto, a uniformização de licenças e formatos de dados públicos disponibilizados por diferentes órgãos é importante para uso comercial desses dados e fomento ao desenvolvimento socioeconômico, o que ainda não ocorre no Brasil.

Assim, de modo geral, é seguro afirmar que falta uma cultura de abertura de dados governamentais no Brasil, inclusive no governo federal. Considerando o modelo de maturidade em governo aberto de Lee e Kwak, baseado no governo dos EUA, constata-se que os diferentes órgãos públicos brasileiros ainda se encontram nos dois primeiros degraus da escada de maturidade de abertura de dados, salvo raras exceções no terceiro nível. Isso significa que o enfoque brasileiro deve ser em construir, de forma uniforme, as infraestruturas digitais preliminares e implementar a transparência de dados, na medida em que a implementação desses degraus anteriores é condição necessária para possibilitar

o sucesso nos degraus acima (participação aberta, colaboração aberta e engajamento otimizado).

Nesse sentido, a principal recomendação é que o Estado brasileiro se preocupe em dar um passo atrás e assegurar uma política de transparência, participação e, posteriormente, de dados abertos, de modo gradual, durável e consistente. Saltos transitórios nos temas, para atender a demandas populistas, acabam por pecar pela falta de continuidade na implementação. Isso significa que, antes de uma ampla interoperabilidade sistêmica entre órgãos, entes e poderes, é preciso um compartilhamento prévio de semânticas técnicas e construção de teias informacionais sólidas, alimentadas por dados confiáveis. Só assim é possível o posterior cruzamento e recombinação de dados, resultando em uma verdadeira inteligência de dados governamentais.

Diante do exposto, o panorama atual do governo federal brasileiro é de baixo índice de transparência, participação e abertura de dados públicos, seja na perspectiva quantitativa ou qualitativa. Grandes avanços ocorreram desde 1988 até hoje; todavia, a ameaça de retrocessos democráticos paira sobre as instituições brasileiras. Por causa disso, impacta-se o desenvolvimento socioeconômico do país, profundamente relacionado à digitalização e inovação, que andam lado a lado com acesso à informação, democracia e governo aberto. Para além de aprimorar o arcabouço legislativo-regulatório, é preciso que o desenho institucional se concretize em políticas públicas efetivas e boas práticas no dia-a-dia da administração pública federal. Esse processo exige um olhar transversal sobre transparência, participação e dados abertos, enquanto políticas que se retroalimentam. A pesquisa dedica-se a contribuir com esse percurso, em defesa da destituição de regimes com traços de sigilo, opacidade e autoritarismo.

## Referências bibliográficas

ABRAJI. **Portais da transparência e e-SICs dos estados**. São Paulo, 2019. Disponível em: <<https://abraji.org.br/help-desk/portais-da-transparencia-e-e-sics-nos-estados>>. Acesso em: 23 abr. 2020.

ACCESS INFO EUROPE; CENTRE FOR LAW AND DEMOCRACY. **The Right to Information Rating**. [S.l.], 2019. Disponível em: <<https://www.rti-rating.org>>. Acesso em: 21 abr. 2020.

ACCESS INFO EUROPE; CENTRE FOR LAW AND DEMOCRACY. **The Right to Information Rating. Results by country**. [S.l.], 2019. Disponível em: <<https://www.rti-rating.org/country-data/>>. Acesso em: 21 abr. 2020.

ACEMOGLU, Daron; ROBINSON, James. **Por que as nações fracassam: as origens do poder, da prosperidade e da pobreza**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

ACKERMAN, John; SANDOVAL-BALLESTEROS. The global explosion of Freedom of Information Laws. **Administrative Law Review**, v. 58, n. 1, p. 85-130, 2006

AFONSO, José Roberto. **Responsabilidade Fiscal no Brasil: uma memória da Lei**. Rio de Janeiro: FGV Projetos, 2010. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/6941/364.pdf>>. Acesso em: 17 abr. 2020.

ALENCAR, Joana; RIBEIRO, Uriella. O decreto sobre a participação social no governo federal e a “polêmica bendita”. **Boletim de Análise Político-Institucional (BAPI)**, Ipea, Brasília, n. 6, p. 23-27, jun./nov. 2014. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/5935>>. Acesso em: 11 jun. 2020.

ALMEIDA, Debora. Os desafios da efetividade e o estatuto jurídico da participação: a Política Nacional de Participação Social. **Revista Sociedade e Estado**, v. 32, n. 3, set./dez. 2017.

ARTIGO 19. **Acesso à informação**. Programas. [S.l.], 2011. Disponível em: <<https://artigo19.org/blog/2011/04/19/acesso-a-informacao/>>. Acesso em: 10 jan. 2020.

ARTIGO 19. **Identidade revelada: entraves na busca por informação pública no Brasil**. São Paulo, 2018. Disponível em: <<https://artigo19.org/wp-content/blogs.dir/24/files/2018/05/Identidade-Revelada---entraves-na-busca-por-informacao-publica-no-Brasil.pdf>>. Acesso em: 27 abr. 2020.

ARTIGO 19. **8 anos Lei de Acesso à Informação: Transparência para superar a crise**. São Paulo, 2020. Disponível em: <<https://artigo19.org/blog/2020/05/30/relatorio-lancado-pela-artigo-19-revela-dificuldade-para-acesso-a-informacoes-sobre-covid-19/>>. Acesso em: 1 jun. 2020.

ARTIGO 19. **Os 5 anos da Lei de Acesso à Informação: uma análise de casos de transparência**. Artigo 19, 2017. Disponível em: <<http://artigo19.org/wp-content/uploads/2017/05/Os-5-anos-da-Lei-de-Acesso-a-Informacao-uma-analise-de-casos-de-transparencia.pdf>>. Acesso em: 27 abr. 2020.

[content/blogs.dir/24/files/2017/05/Os-5-anos-da-Lei-de-Acesso-à-Informação---uma-análise-de-casos-de-transparência-1.pdf](https://artigo19.org/wp-content/blogs.dir/24/files/2017/05/Os-5-anos-da-Lei-de-Acesso-à-Informação---uma-análise-de-casos-de-transparência-1.pdf)>. Acesso em: 20 jan. 2020.

ARTIGO 19. **Os limites do sigilo e a agenda da transparência pública no Brasil**. São Paulo, 2019. Disponível em: <[https://artigo19.org/wp-content/blogs.dir/24/files/2019/05/Sigilo\\_FINAL.pdf](https://artigo19.org/wp-content/blogs.dir/24/files/2019/05/Sigilo_FINAL.pdf)>. Acesso em: 27 abr. 2020.

ARTIGO 19. **Panorama dos sistemas eletrônicos de informação ao cidadão: uma análise das ferramentas de diferentes órgãos públicos**. São Paulo, 2019. Disponível em: <[https://artigo19.org/wp-content/blogs.dir/24/files/2019/05/A19\\_ESICS\\_web\\_2019.pdf](https://artigo19.org/wp-content/blogs.dir/24/files/2019/05/A19_ESICS_web_2019.pdf)>. Acesso em 27 abr. 2020.

ARTIGO 19. **Por dentro do sistema eletrônico de informação ao cidadão (e-SIC): um guia para gestores públicos**. São Paulo, 2019. Disponível em: <[https://artigo19.org/wp-content/blogs.dir/24/files/2019/04/GUIA-GESTORES\\_FINAL.pdf](https://artigo19.org/wp-content/blogs.dir/24/files/2019/04/GUIA-GESTORES_FINAL.pdf)>. Acesso em: 27 abr. 2020.

AUAD, Denise et al. Mecanismos de participação popular no Brasil: plebiscito, referendo e iniciativa popular. **Revista Brasileira de Direito Constitucional**, n.3, jan./jun. 2004.

AUSTRALIAN GOVERNMENT. Digital Guides. **Content Guide**. Disponível em: <<http://guides.service.gov.au/content-guide/>>. Acesso em: 9 mai. 2020.

AUSTRALIAN GOVERNMENT. **News Media and Digital Platforms Mandatory Bargaining Code**. Treasury Laws Amendment Act No. 21, 2021. Disponível em: <<https://www.legislation.gov.au/Details/C2021A00021>>. Acesso em: 6 abr. 2022.

AVELINO, D.; ALENCAR, J. **Articulação e transversalidade: percursos da participação social no governo federal brasileiro**. Boletim de Análise Político-Institucional, n. 12, p. 75-80, jul./dez. 2017, p. 78.

BABBIE, Earl. **Métodos de pesquisa de survey**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. **Curso de Direito Administrativo**. São Paulo: Malheiros, 2013.

BARBALHO, Fernando Almeida. **Emergência de um campo de ação estratégica: o caso de política pública sobre dados abertos**. 253f. Tese (Doutorado em Administração). Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

BARROS, Celso Rocha de. O golpismo tem que custar caro. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/celso-rocha-de-barros/2020/03/golpismo-tem-que-custar-carro.shtml?origin=folha>>. Acesso em: 5 jun. 2020.

BATAGLIA, Murilo. **Acesso à informação e corrupção: investigando o contexto institucional da CGU**. 212f. Dissertação de Mestrado (Direito), Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

BBC NEWS. O que é o artigo 142 da Constituição, que Bolsonaro citou ao pedir intervenção das Forças Armadas. **Portal G1**, [S.l], 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/06/02/o-que-e-o-artigo-142-da-constituicao-que-bolsonaro-citou-ao-pedir-intervencao-das-forcas-armadas.ghtml>>. Acesso em: 3 jun. 2020.

BEGHIN, Nathalie; ZIGONI, Carmela (Orgs.). **Avaliando os websites de transparência orçamentária nacionais e subnacionais e medindo o impacto de dados abertos sobre direitos humanos no Brasil**. Instituto de Estudos Socioeconômicos e Open Data Research Network: Brasília, 2014.

BENNETT, Daniel; HARVEY, Adam. **Publishing Open Government**. World Wide Web Foundation, 2009. Disponível em: <<https://www.w3.org/TR/gov-data/>>. Acesso em: 20 mai. 2020.

BENITES, Afonso. Bolsonaro ameaça oponentes e ataca legitimidade da disputa eleitoral pelo Planalto. **El País Brasil**, [S.l], 2018. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2018/09/06/politica/1536190564\\_625684.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/09/06/politica/1536190564_625684.html)>. Acesso em: 3 jun. 2020.

BENITES, Afonso. Bolsonaro rompe isolamento e vai a atos contra o Congresso em meio à crise do coronavírus. **El País Brasil**, [S.l], 2020. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/brasil/2020-03-15/bolsonaro-rompe-isolamento-e-endossa-atos-contra-congresso-em-meio-a-crise-do-coronavirus.html>>. Acesso em: 1 jun. 2020.

BENITES, Afonso. A máquina de ‘fake news’ nos grupos a favor de Bolsonaro no WhatsApp. **El País Brasil**, São Paulo, 2018. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2018/09/26/politica/1537997311\\_859341.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/09/26/politica/1537997311_859341.html)>. Acesso em: 10 mai. 2022.

BENTHAM, Jeremy. Nomography: or the art of inditing laws. In: BENTHAM, Jeremy. **The Works of Jeremy Bentham**, v. 3, p. 231-283. Edinburgh: John Bowring, 1843. Disponível em: <<https://oll.libertyfund.org/titles/bentham-the-works-of-jeremy-bentham-vol-3>>. Acesso em: 8 mai. 2020.

BIONI, B.; SILVA, P.; MARTINS, P. Intersecções e relações entre a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e a Lei de Acesso à Informação (LAI): análise contextual pela lente do direito de acesso. In: CGU. **Coletânea de Artigos da Pós-Graduação em Ouvidoria Pública**, v.1, p.8-19, 2022. Disponível em: <[https://revista.cgu.gov.br/Cadernos\\_CGU/article/view/504/284](https://revista.cgu.gov.br/Cadernos_CGU/article/view/504/284)>. Acesso em: 5 abr. 2022.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. 20. ed. São Paulo: Malheiros, 2007.

BRAJAWIDAGDA, Uuf; CHATFIELD, Akemi. Roles of social media in open data environments: a case study of the 2014 Indonesian presidential election voting results. **Proceedings of the 25<sup>th</sup> Australasian Conference on Information Systems New Zealand**. Auckland University of Technology, 2014. Disponível em:

<<https://ro.uow.edu.au/cgi/viewcontent.cgi?article=6673&context=eispapers>>. Acesso em: 30 mai. 2020.

BRASIL. **Acordo de Cooperação nº 27/2021**. Brasília, 2021. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/web/dou/-/extrato-de-acordo-de-cooperacao-n-27/2021-372623204>>. Acesso em: 6 abr. 2022

BRASIL. Assembleia Nacional Constituinte. Ata das comissões. Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência, Tecnologia e da Comunicação. Subcomissão da Educação, Cultura e Esportes. **Ata da 12ª reunião**, 23 de abril de 1987. Brasília, 1987.

BRASIL. Assembleia Nacional Constituinte. Atas das comissões. Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de Governo. **Ata da primeira reunião de audiência pública**, 29 de abril de 1987. Brasília, 1987.

BRASIL. Assembleia Nacional Constituinte. Atas das comissões. Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de Governo. Subcomissão do Poder Executivo. **Segunda reunião extraordinária**, 04 de maio de 1987. Brasília, 1987.

BRASIL. Assembleia Nacional Constituinte. Ata de comissões. Comissão da Soberania, dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher. **Ata da primeira reunião**, 01 de abril de 1987, Brasília, 1987.

BRASIL. Assembleia Nacional Constituinte. Ata de comissões. Comissão da Soberania, dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher. **Ata da reunião**, 27 de maio de 1987. Brasília, 1987.

BRASIL. Assembleia Nacional Constituinte. Ata de comissões. Comissão da Soberania, dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher. Subcomissão da Nacionalidade, da Soberania e das Relações Internacionais. **Ata da 2ª reunião**, 22 de abril de 1987. Brasília, 1987.

BRASIL. Assembleia Nacional Constituinte. **Discurso proferido por Ulysses Guimarães na sessão de 5 de outubro de 1988**. Brasília, 1988. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/25-anos-da-constituicao-de-1988/constituente-1987-1988/pdf/Ulysses%20Guimaraes%20-%20DISCURSO%20%20REVISADO.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2020.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Audiências públicas na Assembleia Nacional Constituinte: a sociedade na tribuna**. Brasília: Edições Câmara, 2009.

BRASIL. Câmara dos Deputados **Emendas supressivas nº 23, 46, 47 e 48 à Medida Provisória nº 928/2020**. Brasília, 2020. Disponível em: <[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1878306&filename=EMC+23/2020+MPV92820+%3D%3E+MPV+928/2020](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1878306&filename=EMC+23/2020+MPV92820+%3D%3E+MPV+928/2020)>. Acesso em: 30 mar. 2020.



BRASIL. Câmara dos Deputados. **Parecer da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática**. Brasília, 2019. Disponível em: <<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD0020191121002080000.PDF#page=716>>. Acesso em: 19 mai. 2020.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 219/2003**. Brasília, 2003. Disponível em: <[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra;jsessionid=0E83A0AE3D392AE4D56022B6CFAA18FC.proposicoesWebExterno1?codteor=115054&filename=PL+219/2003](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=0E83A0AE3D392AE4D56022B6CFAA18FC.proposicoesWebExterno1?codteor=115054&filename=PL+219/2003)>. Acesso em: 22 abr. 2020.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Decreto Legislativo 1491/2014**. Brasília, 2014. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=617737>>. Acesso em: 11 jun. 2020.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 4391/2021**. Dispõe sobre a representação privada de interesses realizada por pessoas naturais ou jurídicas junto a agentes públicos. Brasília, 2021. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2311923>>. Acesso em: 06 abr. 2022.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 4850/2016**. Brasília, 2016. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2080604>>. Acesso em: 9 jun. 2020.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 5228/2009**. Brasília, 2009. Disponível em: <[https://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra;jsessionid=E7307D19BD829B10E03CA9443A0DEB29.proposicoesWebExterno1?codteor=656530&filename=PL+5228/2009](https://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=E7307D19BD829B10E03CA9443A0DEB29.proposicoesWebExterno1?codteor=656530&filename=PL+5228/2009)>. Acesso em: 22 abr. 2020.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 6953/2002**. Brasília, 2002. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=56375>>. Acesso em: 10 jun. 2020.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 7804/2014**. Brasília, 2014. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=620193>>. Acesso em: 10 abr. 2020.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Substitutivo ao Projeto de Lei nº 2630, de 2020**. Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet. Brasília, 2022. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/midias/file/2022/03/fake.pdf>>. Acesso em: 6 abr. 2022.

BRASIL. Comitê Gestor da Infraestrutura Nacional de Dados. **Resolução nº 3, de 13 de outubro de 2017**. Aprova as normas sobre elaboração e publicação de Planos de Dados Abertos, conforme disposto no Decreto no 8.777, de 11 de maio de 2016. Brasília, 2017.

BRASIL. Constituição (1967). **Emenda Constitucional nº 26, de 27 de novembro de 1985**. Convoca Assembléia Nacional Constituinte e dá outras providências. Brasília, 1985.

BRASIL. Constituição (1988). **Ato das Disposições Constitucionais Transitórias**. Brasília, 1988.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.

BRASIL. Constituição (1988). **Emenda constitucional nº 19, de 04 de junho de 1998**. Modifica o regime e dispõe sobre princípios e normas da Administração Pública, servidores e agentes políticos, controle de despesas e finanças públicas e custeio de atividades a cargo do Distrito Federal, e dá outras providências. Brasília, 1998.

BRASIL. Constituição (1988). **Emenda Constitucional nº 106, de 7 de maio de 2020**. Institui regime extraordinário fiscal, financeiro e de contratações para enfrentamento de calamidade pública nacional decorrente de pandemia. Brasília, 2020.

BRASIL. Controladoria-Geral da União. **A Conferência Nacional sobre Transparência e Controle Social**. Brasília, 2010. Disponível em: <<https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/controle-social/consocial/a-conferencia>>. Acesso em: 6 abr. 2022.

BRASIL. Controladoria-Geral da União. **Agenda de Autoridades** – Agenda do Ministro da CGU. Disponível em: <<https://www.gov.br/cgu/pt-br/aceso-a-informacao/agenda-de-autoridades/gabinete-ministro/ministro>>. Acesso em: 6 abr. 2022.

BRASIL. Controladoria-Geral da União. **Ata da 19ª Reunião do Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção**. Brasília, 2019. Disponível em: <[https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/transparencia-publica/conselho-da-transparencia/documentos-de-reunioes/atas/ata-19-reuniao-ctpcc\\_16-04-2019.pdf](https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/transparencia-publica/conselho-da-transparencia/documentos-de-reunioes/atas/ata-19-reuniao-ctpcc_16-04-2019.pdf)>. Acesso em: 6 abr. 2022.

BRASIL. Controladoria-Geral da União. **Ata da 18ª Reunião do Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção**. Brasília, 2018. Disponível em: <<https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/transparencia-publica/conselho-da-transparencia/documentos-de-reunioes/atas/ata-da-18a-reuniao-dezem-2018.pdf>>. Acesso em: 6 abr. 2022.

BRASIL. Controladoria-Geral da União. **Ata da 16ª Reunião do Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção**. Brasília, 2014. Disponível em: <<https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/transparencia-publica/conselho-da-transparencia/documentos-de-reunioes/atas/ata-da-16a-reuniao-ago-2014.pdf>>. Acesso em: 6 abr. 2022.

BRASIL. Controladoria-Geral da União. **Atas das Reuniões do Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção**. Brasília, 2022. Disponível em: <<https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/transparencia-publica/conselho-da-transparencia/documentos-de-reunioes/atas>>. Acesso em: 6 abr. 2022.

BRASIL. Controladoria-Geral da União. **Carta de Serviços ao Cidadão**. Brasília, 2019. Disponível em: <<https://www.gov.br/pt-br/orgaos/controladoria-geral-da-uniao>>. Acesso em: 18 abr. 2020.

BRASIL. Controladoria-Geral da União. **CGU coordenará o Comitê Interministerial de Governo Aberto**. Brasília, 2019. Disponível em: <<http://www.governoaberto.cgu.gov.br/noticias/2019/12/cgu-coordenara-o-comite-interministerial-de-governo-aberto>>. Acesso em: 11 jun. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 10.529, de 26 de outubro de 2020**. Altera o Decreto nº 10.255, de 27 de fevereiro de 2020, que convoca a Quinta Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Brasília: DOU, 2020. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.529-de-26-de-outubro-de-2020-284999799>>. Acesso em: 6 abr. 2022).

BRASIL. Controladoria-Geral da União. **Enunciado nº 4, de 10 de março de 2022**. DOU, 2022. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/enunciado-n-4-de-10-de-marco-de-2022-385474869>>. Acesso em: 5 abr. 2022.

BRASIL. Controladoria Geral da União. **Escala Brasil Transparente – Avaliação 360º**. Disponível em: <[https://mbt.cgu.gov.br/publico/avaliacao/escala\\_brasil\\_transparente/200000004](https://mbt.cgu.gov.br/publico/avaliacao/escala_brasil_transparente/200000004)>. Acesso em: 5 mai. 2020.

BRASIL. Controladoria-Geral da União. Escala Brasil Transparente 360º. **Guia de Orientações para os entes avaliados na EBT 360º**. Brasília, 2019.

BRASIL. Controladoria-Geral da União. Escala Brasil Transparente 360º. **Metodologia**. Disponível em: <<https://mbt.cgu.gov.br/publico/portal/metodologia360/200000004>>. Acesso em: 24 mai. 2020.

BRASIL. Controladoria-Geral da União. **Escala Brasil Transparente – Transparência Passiva**. Disponível em: <<https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/transparencia-publica/escala-brasil-transparente>>. Acesso em: 19 abr. 2020.

BRASIL. Controladoria-Geral da União. **Exposição de motivos nº 00013/2019 CGU**. Brasília, 2019.

BRASIL. Controladoria-Geral da União. **Fala.BR**. Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação (e-Ouv). Disponível em: <<https://sistema.ouvidorias.gov.br/>>. Acesso em: 09 abr. 2020.

BRASIL. Controladoria-Geral da União. **Guia de implantação de Portal da Transparência**. Brasília, 2013. Disponível em: <<https://www.gov.br/cgu/pt-br/centrais->

[de-conteudo/publicacoes/transparencia-publica/brasil-transparente/arquivos/guia\\_portaltransparencia.pdf](https://www.gov.br/pt-br/lai-para-sic/guias-e-orientacoes/guia-de-procedimentos-para-atendimento-a-lei-de-acesso-a-informacao-e-utilizacao-do-e-sic#N-5Respondendo)>. Acesso em: 18 abr. 2020.

BRASIL. Controladoria-Geral da União. **Guia de procedimentos para atendimento à Lei de Acesso à Informação e utilização do e-SIC**. Disponível em: <<https://www.gov.br/pt-br/lai-para-sic/guias-e-orientacoes/guia-de-procedimentos-para-atendimento-a-lei-de-acesso-a-informacao-e-utilizacao-do-e-sic#N-5Respondendo>>. Acesso em 21 abr. 2020.

BRASIL. Controladoria-Geral da União. **Guia de transparência ativa para órgãos e entidades do Poder Executivo federal**. Brasília, 2019, 6ª edição.

BRASIL. Controladoria-Geral da União. **Manual e-SIC – Guia do cidadão**. Disponível em: <<https://www.gov.br/pt-br/lai-para-sic/guias-e-orientacoes/manual-e-sic-guia-do-cidadao>>. Acesso em: 21 abr. 2020.

BRASIL. Controladoria-Geral da União. **Marcos de Governo Aberto**. Disponível em: <<https://governoaberto.cgu.gov.br/governo-aberto-no-brasil/marcos-de-governo-aberto>>. Acesso em: 30 mar. 2020.

BRASIL. Controladoria-Geral da União. **Painel Lei de Acesso à Informação**. Disponível em: <<http://paineis.cgu.gov.br/lai/index.htm>>. Acesso em: 07 abr. 2020.

BRASIL. Controladoria-Geral da União. **Painel Monitoramento de Dados Abertos**. Disponível em: <<http://paineis.cgu.gov.br/dadosabertos/index.htm>>. Acesso em: 23 mai. 2020.

BRASIL. Controladoria-Geral da União. **Painel Monitoramento de Dados Abertos. Sobre**. Disponível em: <[http://paineis.cgu.gov.br/MANUAL/Sobre\\_PDA.pdf](http://paineis.cgu.gov.br/MANUAL/Sobre_PDA.pdf)>. Acesso em: 20 mai. 2020.

BRASIL. Controladoria-Geral da União. **Parceria para Governo Aberto. Declaração de Governo Aberto**. Disponível em: <<https://governoaberto.cgu.gov.br/central-de-conteudo/documentos/arquivos/declaracao-governo-aberto.pdf>>. Acesso em: 2 mai. 2020.

BRASIL. Controladoria-Geral da União. **1º Plano de Ação Brasileiro na Parceria para Governo Aberto (OGP)**. Brasília, 2011. Disponível em: <<http://www.governoaberto.cgu.gov.br/a-ogp/planos-de-acao/1o-plano-de-acao>>. Acesso em: 28 mar. 2020.

BRASIL. Controladoria-Geral da União. **1º Plano de Ação Brasileiro na Parceria para Governo Aberto (OGP). Balanço**. Brasília, 2011. Disponível em: <<http://www.governoaberto.cgu.gov.br/a-ogp/planos-de-acao/1o-plano-de-acao/balanco-primeiro-plano.pdf>>. Acesso em: 4 mai. 2020.

BRASIL. Controladoria-Geral da União. **2º Plano de Ação Brasileiro na Parceria para Governo Aberto (OGP)**. Brasília, 2014. Disponível em: <<http://www.governoaberto.cgu.gov.br/a-ogp/planos-de-acao/2o-plano-de-acao-brasileiro>> Acesso em: 28 mar. 2020.

BRASIL. Controladoria-Geral da União. 2º Plano de Ação do Brasil. **Balanco final**. Disponível em: <<http://www.governoaberto.cgu.gov.br/central-de-conteudo/documentos/balanco-final-2o-plano-versao-final.pdf>>. Acesso em: 4 mai. 2020.

BRASIL. Controladoria-Geral da União. **3º Plano de Ação Brasileiro na Parceria para Governo Aberto (OGP)**. Brasília, 2016. Disponível em: <<http://www.governoaberto.cgu.gov.br/a-ogp/planos-de-acao/3o-plano-de-acao-brasileiro>>. Acesso em: 28 mar. 2020.

BRASIL. Controladoria-Geral da União. 3º Plano de Ação Nacional do Brasil. **Metodologia**. Disponível em: <<https://governoaberto.cgu.gov.br/central-de-conteudo/documentos/metodologia-diagramada-1.pdf>>. Acesso em: 4 mai. 2020.

BRASIL. Controladoria-Geral da União. 3º Plano de Ação Brasileiro. **Monitoramento e execução**. Disponível em: <<https://governoaberto.cgu.gov.br/governo-aberto-no-brasil/monitoramento/3o-plano-de-acao-brasileiro>>. Acesso em: 4 mai. 2020.

BRASIL. Controladoria-Geral da União. **4º Plano de Ação Brasileiro na Parceria para Governo Aberto (OGP)**. Brasília, 2018. Disponível em: <<http://www.governoaberto.cgu.gov.br/a-ogp/planos-de-acao/4o-plano-de-acao-brasileiro>>. Acesso em: 28 mar. 2020.

BRASIL. Controladoria-Geral da União. 4º Plano de Ação Brasileiro. **Monitoramento e Execução**. Brasília, 2020. Disponível em: <<https://governoaberto.cgu.gov.br/a-ogp/planos-de-acao/4o-plano-de-acao-brasileiro/4o-plano-de-acao-brasileiro-monitoramento-e-execucao>>. Acesso em: 19 mai. 2020.

BRASIL. Controladoria-Geral da União. 4º Plano de Ação Brasileiro. **Relatório Intermediário de Autoavaliação**. Brasília, 2019. Disponível em: <[https://governoaberto.cgu.gov.br/noticias/2019/09/relatorio-intermediario-de-autoavaliacao-do-4o-plano-de-acao-esta-em-consulta-publica/relatorio-intermediario-de-autoavaliacao\\_4o-pan.pdf](https://governoaberto.cgu.gov.br/noticias/2019/09/relatorio-intermediario-de-autoavaliacao-do-4o-plano-de-acao-esta-em-consulta-publica/relatorio-intermediario-de-autoavaliacao_4o-pan.pdf)>. Acesso em: 19 mai. 2020.

BRASIL. Controladoria-Geral da União. **Portal da Transparência do Governo Federal**. Disponível em: <<http://www.portaldatransparencia.gov.br>>. Acesso em: 10 abr. 2020.

BRASIL. Controladoria-Geral da União. Portal da Transparência do Governo Federal. **Estatísticas de Acesso**. Disponível em: <<http://www.portaldatransparencia.gov.br/estatisticas>>. Acesso em: 18 abr. 2020.

BRASIL. Controladoria-Geral da União. **Portal da transparência divulga gastos federais específicos para o combate ao coronavírus**. Disponível em: <<http://www.portaldatransparencia.gov.br/comunicados/603503-portal-da-transparencia-divulga-gastos-federais-especificos-para-combate-ao-coronavirus>>. Acesso em: 19 abr. 2020.

BRASIL. Controladoria-Geral da União. **Programa Olho Vivo no Dinheiro Público**. Disponível em: <<https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/controle-social/olho-vivo>>. Acesso em: 20 abr. 2020.

BRASIL. Controladoria-Geral da União. **Relatório final da 1ª Consocial**. Brasília, 2014. Disponível em: <<https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/controle-social/consocial/produtos/relatorio-final>>. Acesso em: 6 abr. 2022.

BRASIL. Controladoria-Geral da União. **Resolução nº 4, de 4 de março de 2020**. Brasília, 2020. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-4-de-4-de-marco-de-2020-246238765>>. Acesso em: 6 abr. 2022.

BRASIL. Controladoria-Geral da União. **Rumo a uma cultura de acesso à informação: a Lei 12.527/2011. Módulo I**. Brasília, 2014.

BRASIL. Controladoria-Geral da União. **Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão**. Disponível em: <<https://esic.cgu.gov.br/sistema/site/index.aspx>>. Acesso em: 09 abr. 2020.

BRASIL. Controladoria-Geral da União. Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão. **Relatório estatístico de pedidos de acesso à informação e solicitantes**. Disponível em: <<https://esic.cgu.gov.br/sistema/Relatorios/Anual/RelatorioAnualPedidos.aspx>>. Acesso em: 21 abr. 2020.

BRASIL. Controladoria-Geral da União. **Sumário Executivo da 1ª Consocial**. Brasília, 2014. Disponível em: <<https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/controle-social/consocial/produtos/sumario-executivo>>. Acesso em: 6 abr. 2022.

BRASIL. **Dialoga Brasil**. Disponível em: <<http://dialoga.gov.br>>. Acesso em: 10 abr. 2020.

BRASIL. **Decreto de 15 de setembro de 2011**. Institui o Plano de Ação Nacional sobre Governo Aberto e dá outras providências. Brasília, 2011.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942**. Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro. Brasília, 1942.

BRASIL. **Decreto nº 7.185, de 27 de maio de 2010**. Dispõe sobre o padrão mínimo de qualidade do sistema integrado de administração financeira e controle, no âmbito de cada ente da Federação, nos termos do art. 48, parágrafo único, inciso III, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e dá outras providências. Brasília, 2010.

BRASIL. **Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012**. Regulamenta a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal. Brasília, 2011.



BRASIL. **Decreto nº 8.243, de 23 de maio de 2014.** Institui a Política Nacional de Participação Social - PNPS e o Sistema Nacional de Participação Social - SNPS, e dá outras providências. Brasília, 2014.

BRASIL. **Decreto nº 8.638, de 15 de janeiro de 2016.** Institui a Política de Governança Digital no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Brasília, 2016.

BRASIL. **Decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016.** Institui a Política de Dados Abertos do Poder Executivo federal. Brasília, 2016.

BRASIL. **Decreto nº 8.936, de 19 de dezembro de 2016.** Institui a Plataforma de Cidadania Digital e dispõe sobre a oferta dos serviços públicos digitais, no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Brasília, 2016.

BRASIL. **Decreto nº 9.903, de 8 de julho de 2019.** Altera o Decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016, que institui a Política de Dados Abertos do Poder Executivo federal, para dispor sobre a gestão e os direitos de uso de dados abertos. Brasília, 2019.

BRASIL. **Decreto nº 9.094, de 17 de julho de 2017.** Regulamenta dispositivos da Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, dispõe sobre a simplificação do atendimento prestado aos usuários dos serviços públicos, institui o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF como instrumento suficiente e substitutivo para a apresentação de dados do cidadão no exercício de obrigações e direitos e na obtenção de benefícios, ratifica a dispensa do reconhecimento de firma e da autenticação em documentos produzidos no País e institui a Carta de Serviços ao Usuário (Redação dada pelo Decreto nº 9.723, de 2019). Brasília, 2019.

BRASIL. **Decreto nº 9.191, de 1º de novembro de 2017.** Estabelece as normas e as diretrizes para elaboração, redação, alteração, consolidação e encaminhamento de propostas de atos normativos ao Presidente da República pelos Ministros de Estado. Brasília, 2017.

BRASIL. **Decreto nº 9.319, de 21 de março de 2018.** Institui o Sistema Nacional para a Transformação Digital e estabelece a estrutura de governança para a implantação da Estratégia Brasileira para a Transformação Digital. Brasília, 2018.

BRASIL. **Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019.** Extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal. Brasília, 2019.

BRASIL. **Decreto nº 9.812, de 30 de maio de 2019.** Altera o Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019, que extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal. Brasília, 2019.

BRASIL. **Decreto nº 10.160, de 9 de dezembro de 2019.** Institui a Política Nacional de Governo Aberto e o Comitê Interministerial de Governo Aberto. Brasília, 2019.

BRASIL. **Decreto nº 10.235, de 11 de fevereiro de 2020.** Altera o Decreto nº 4.703, de 21 de maio de 2003, que dispõe sobre o Programa Nacional da Diversidade Biológica - PRONABIO e a Comissão Nacional da Biodiversidade. Brasília, 2020.

BRASIL. **Decreto nº 10.279, de 18 de março de 2020.** Altera o Decreto nº 9.094, de 17 de julho de 2017, que regulamenta dispositivos da Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, dispõe sobre a simplificação do atendimento prestado aos usuários dos serviços públicos, institui o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF como instrumento suficiente e substitutivo para a apresentação de dados do cidadão no exercício de obrigações e direitos e na obtenção de benefícios, ratifica a dispensa do reconhecimento de firma e da autenticação em documentos produzidos no País e institui a Carta de Serviços ao Usuário. Brasília, 2020.

BRASIL. **Diário Oficial da União.** Imprensa Nacional, 2022. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/servicos/diario-oficial-da-uniao>>. Acesso em: 31 mar. 2022.

BRASIL. **Infraestrutura Nacional de Dados Abertos.** Disponível em: <<http://wiki.dados.gov.br>>. Acesso em: 20 mai. 2020.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. **Plano de Dados Abertos – 2020/2021.** Brasília, 2020. Disponível em: <[http://www.ibict.br/images/conteudo/PDA\\_2020\\_2021.pdf](http://www.ibict.br/images/conteudo/PDA_2020_2021.pdf)>. Acesso em: 23 mai. 2020.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Acesso à informação. **Planos de Dados Abertos.** Disponível em: <<https://acessoainformacao.ibge.gov.br/acesso-a-informacao/dados-abertos.html>>. Acesso em: 23 mai. 2020.

BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Audiências públicas no âmbito do Governo Federal:** análise preliminar e bases para avaliação – Relatório de Pesquisa. Brasília: Ipea, 2012.

BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Potencial de efetividade das audiências públicas do governo federal** – Relatório de Pesquisa. Brasília: Ipea, 2013.

BRASIL. **Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.** Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona. Brasília, 1998.

BRASIL. **Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.** Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Brasília, 2000.

BRASIL. **Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009.** Acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Brasília, 2009.

BRASIL. **Lei Complementar nº 135, de 4 de junho de 2010.** Altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, que estabelece, de acordo com o § 9º do art. 14 da Constituição Federal, casos de inelegibilidade, prazos de cessação e determina outras providências, para incluir hipóteses de inelegibilidade que visam a proteger a probidade administrativa e a moralidade no exercício do mandato. Brasília, 2010.

BRASIL. **Lei Complementar nº 156, de 28 de dezembro de 2016.** Estabelece o Plano de Auxílio aos Estados e ao Distrito Federal e medidas de estímulo ao reequilíbrio fiscal; e altera a Lei Complementar nº 148, de 25 de novembro de 2014, a Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, a Medida Provisória nº 2.192-70, de 24 de agosto de 2001, a Lei nº 8.727, de 5 de novembro de 1993, e a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Brasília, 2016.

BRASIL. **Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979.** Concede anistia e dá outras providências. Brasília, 1979.

BRASIL. **Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990.** Dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências. Brasília, 1990.

BRASIL. **Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.** Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Brasília, 1991.

BRASIL. **Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.** Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Brasília, 1993.

BRASIL. **Lei nº 8.930, de 6 de setembro de 1994.** Dá nova redação ao art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências. Brasília, 1994.

BRASIL. **Lei nº 9.755, de 16 de dezembro de 1998.** Dispõe sobre a criação de "homepage" na "Internet", pelo Tribunal de Contas da União, para divulgação dos dados e informações que especifica, e dá outras providências. Brasília, 1998.

BRASIL. **Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.** Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal. Brasília, 1999.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996.

BRASIL. **Lei nº 9.840, de 28 de setembro de 1999.** Altera dispositivos da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, e da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 – Código Eleitoral. Brasília, 1999.

BRASIL. **Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001.** Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília, 2001.

BRASIL. **Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003.** Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. Brasília, 2003.

BRASIL. **Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005.** Dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS e institui o Conselho Gestor do FNHIS. Brasília, 2005.

BRASIL. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.** Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Brasília, 2011.

BRASIL. **Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011.** Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República. Brasília, 2011.

BRASIL. **Lei nº 13.341, de 29 de setembro de 2016.** Altera as Leis nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e 11.890, de 24 de dezembro de 2008, e revoga a Medida Provisória nº 717, de 16 de março de 2016. Brasília, 2016.

BRASIL. **Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017.** Dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública. Brasília, 2017.

BRASIL. **Lei nº 13.655, de 5 de abril de 2018.** Inclui no Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro), disposições sobre segurança jurídica e eficiência na criação e na aplicação do direito público. Brasília, 2018.

BRASIL. **Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.** Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais. Brasília, 2018.

BRASIL. **Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019.** Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; altera as Leis n 13.334, de 13 de setembro de 2016, 9.069, de 29 de junho de 1995, 11.457, de 16 de março de 2007, 9.984, de 17 de julho de 2000, 9.433, de 8 de janeiro de 1997, 8.001, de 13 de março de 1990, 11.952, de 25 de junho de 2009, 10.559, de 13 de novembro de 2002, 11.440, de 29 de dezembro de 2006, 9.613, de 3 de março de 1998, 11.473, de 10 de maio de 2007, e 13.346, de 10 de outubro de 2016; e revoga dispositivos das Leis n 10.233, de 5 de junho de 2001, e 11.284, de 2 de março de 2006, e a Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017. Brasília, 2019.

BRASIL. **Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019.** Dispõe sobre a gestão, a organização, o processo decisório e o controle social das agências reguladoras, altera a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, a Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, a Lei nº 9.961, de 28 de

janeiro de 2000, a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, a Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, a Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, e a Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001. Brasília, 2019.

BRASIL. **Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019.** Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2020 e dá outras providências. Brasília, 2019.

BRASIL. **Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.** Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019. Brasília, 2020.

BRASIL. **Mapa das Organizações da Sociedade Civil.** Ipea, 2022. Disponível em: <<https://mapaosoc.ipea.gov.br/mapa>>. Acesso em: 5 abr. 2022.

BRASIL. **Medida Provisória nº 726, de 12 de maio de 2016.** Altera e revoga dispositivos da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios. Brasília, 2016.

BRASIL. **Medida Provisória nº 870, de 1º de janeiro de 2019.** Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios. Brasília, 2019.

BRASIL. **Medida Provisória nº 926, de 20 de março de 2020.** Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para dispor sobre procedimentos para aquisição de bens, serviços e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus. Brasília, 2020.

BRASIL. **Medida Provisória nº 928, de 23 de março de 2020.** Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019, e revoga o art. 18 da Medida Provisória nº 927, de 22 de março de 2020. Brasília, 2020.

BRASIL. **Medida Provisória nº 954, de 17 de abril de 2020.** Dispõe sobre o compartilhamento de dados por empresas de telecomunicações prestadoras de Serviço Telefônico Fixo Comutado e de Serviço Móvel Pessoal com a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, para fins de suporte à produção estatística oficial durante a situação de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19), de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. Brasília, 2020.

BRASIL. **Medida Provisória nº 959, de 29 de abril 2020.** Estabelece a operacionalização do pagamento do Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda e do benefício emergencial mensal de que trata a Medida Provisória nº 936, de 1º de abril de 2020, e prorroga a *vacatio legis* da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, que estabelece a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD. Brasília, 2020.

BRASIL. Ministério da Economia. Controladoria-Geral da União. **Exposição de Motivos Interministerial nº 00080/2019 ME CGU.** Brasília, 2019.

BRASIL. Ministério da Economia. **Guia Orientativo para a Elaboração da Avaliação de Resultado Regulatório** – ARR. UERJ: Brasília, 2022. Disponível em: <<https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/air/guias-e-documentos/GuiaARRverso5.pdf>>. Acesso em: 23 fev. 2022.

BRASIL. Ministério da Justiça. Controladoria-Geral da União. Ministério do Planejamento. **Exposição de Motivos Interministerial nº 00079/2016 MJ CGU MP**. Brasília, 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Contratos Coronavírus**. Disponível em: <<https://www.saude.gov.br/contratos-coronavirus>>. Acesso em: 18 abr. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Inclusão de crianças de 5 a 11 anos na campanha de vacinação contra Covid-19**. Brasília, 2022. Disponível em: <<https://www.gov.br/participamaisbrasil/opine>>. Acesso em: 23 fev. 2022.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. GESPÚBLICA. **Fugindo do “burocratês”**: como facilitar o acesso do cidadão ao serviço público. Disponível em: <[http://www.gespublica.gov.br/sites/default/files/documentos/linguagem\\_cidada\\_versa\\_o\\_final\\_web.pdf](http://www.gespublica.gov.br/sites/default/files/documentos/linguagem_cidada_versa_o_final_web.pdf)>. Acesso em: 9 mai. 2020.

BRASIL. Ministério do Planejamento. **Manual de Elaboração de Planos de Dados Abertos**. Brasília, 2018. Disponível em: <<http://wiki.dados.gov.br/GetFile.aspx?File=%2fManuais%2fPlanos%20de%20Dados%20Abertos%2f2018%2fManual%20de%20Elaboracao%20de%20Planos%20de%20Dados%20Abertos.pdf>>. Acesso em: 20 mai. 2020.

BRASIL. Ministério Público Federal. Câmara de Combate à Corrupção. **O projeto**. Disponível em: <<http://combateacorrupcao.mpf.mp.br/ranking/mapa-da-transparencia/ranking/o-projeto-new>>. Acesso em: 18 abr. 2020.

BRASIL. Ministério Público Federal. Câmara de Combate à Corrupção. **Ranking Nacional da Transparência**. Disponível em: <<http://combateacorrupcao.mpf.mp.br/ranking/mapa-da-transparencia/arquivos-pdf/ranking-da-transparencia-2a-avaliacao-nacional.pdf>>. Acesso em 18 abr. 2020.

BRASIL. Participe. **Participação social**. Brasília, 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/pt-br/participacao-social>>. Acesso em: 13 jun. 2020.

BRASIL. **Plataforma de Cidadania Digital**. Disponível em: <[servicos.gov.br](https://servicos.gov.br)>. Acesso em: 17 abr. 2020.

BRASIL. **Portal Brasileiro de Dados Abertos**. Disponível em: <<http://www.dados.gov.br>>. Acesso em: 17 abr. 2020.

BRASIL. Portal Brasileiro de Dados Abertos. **O que são dados abertos?** Disponível em: <<http://dados.gov.br/pagina/dados-abertos>>. Acesso em: 22 abr. 2020.



BRASIL. **Portaria nº 207, de 6 de fevereiro de 2020.** Institui o Conselho Permanente para o Reconhecimento de Saberes e Competências - CPRSC da Carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico. Brasília, 2020.

BRASIL. **Portaria nº 548, de 22 de novembro de 2010.** Estabelece os requisitos mínimos de segurança e contábeis do sistema integrado de administração financeira e controle utilizado no âmbito de cada ente da Federação, adicionais aos previstos no Decreto no 7.185, de 27 de maio de 2010. Brasília, 2010.

BRASIL. Presidência da República. **Mensagem nº 212, de 25 de abril de 2018.** Veto parcial ao Projeto de Lei nº 7.448, de 2017, que se tornou a Lei nº 13.655/2018. Brasília, 2018. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2015-2018/2018/Msg/VEP/VEP-212.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2018/Msg/VEP/VEP-212.htm)>. Acesso em: 11 jun. 2020.

BRASIL. Presidência da República. **Mensagem nº 214/2017.** Diário do Senado Federal nº 91 de 2017. Brasília, 2017. Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/diarios/ver/21010?sequencia=231>>. Acesso em: 10 jun. 2020.

BRASIL. **Participa Mais Brasil.** Presidência da República, 2022. Disponível em: <<https://www.gov.br/participamaisbrasil/pagina-inicial>>. Acesso em: 31 mar. 2022.

BRASIL. Senado Federal. **Projeto de Decreto Legislativo 147/2014.** Brasília, 2014. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/118766>>. Acesso em: 11 jun. 2020.

BRASIL. Senado Federal. **Projeto de Lei do Senado nº 429/1999.** Diário do Senado Federal nº 104 de 1999. Brasília, 1999. Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/diarios/ver/13755?sequencia=112>>. Acesso em: 10 jun. 2020.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **ADI 2198.** Relator Min. Dias Toffoli, *DJE* 19/08/2013.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **ADI 6121.** Relator: Min. Marco Aurélio, Brasília, 14 jun. 2019.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **ADI 6351.** Relator Min. Alexandre de Moraes, *DJE* 30/04/2020.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **ADI 6357.** Relator Min. Alexandre de Moraes, *DJE* 30/04/2020.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **ADO 24.** Medida cautelar. Relator Min. Dias Toffoli. *DJE* 01/07/2013.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **ADPF 129.** Relator Min. Edson Fachin, *DJE* 09/12/2019.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **ADPF 153**. Relator Min. Eros Grau. *DJE* 06/08/2010.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **ARE 652.777**. Relator Min. Teori Zavascki, *DJE* 01/07/2015.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **RE 390.939**. Relatora Min. Ellen Gracie, *DJE* 09/09/2005.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Confira as ações contra a desinformação efetivadas pelo TSE nos últimos anos**. Brasília, 2022. Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2022/Janeiro/confira-as-acoes-contra-a-desinformacao-efetivadas-pelo-tse-nos-ultimos-anos>>. Acesso em: 6 abr. 2022.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Plebiscitos no estado do Pará**. Brasília, 2020. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/plebiscitos-e-referendos/plebiscito-do-estado-do-para/plebiscitos-no-estado-do-para>>. Acesso em: 9 jun. 2020.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Resultado geral do Plebiscito de 1993**. Brasília, 2020. Disponível em: <[http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/plebiscito-de-1993/rybena\\_pdf?file=http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/plebiscito-de-1993/at\\_download/file](http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/plebiscito-de-1993/rybena_pdf?file=http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/plebiscito-de-1993/at_download/file)>. Acesso em: 9 jun. 2020.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Estratégia e estrutura para um novo Estado. **Revista do Serviço Público**, v. 48, n. 1, p. 5-25, 1997. Disponível em: <<https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/375/381>>. Acesso em: 12 abr. 2020.

BUNDESREGIERUNG. Bundeskartellamt. **10th Amendment to the German Competition Act**. Berlin, 2021. Disponível em: <<https://www.bundeskartellamt.de/SharedDocs/Publikation/EN/Others/GWB.pdf?blob=publicationFile&v=7>>. Acesso em: 6 abr. 2022.

CALIXTO, Larissa. Dez fatos que ligam a família Bolsonaro a milicianos. **Congresso em foco**, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/congresso-em-foco/dez-fatos-que-ligam-a-familia-bolsonaro-a-milicianos/>>. Acesso em: 1 jun. 2020.

CAMPAGNUCCI, Fernanda. **Nove desafios para o presente e o futuro dos dados abertos no Brasil**. Um dado a mais, agosto de 2019. Disponível em: <<http://umdadoamais.com/nove-desafios-para-o-presente-e-o-futuro-dos-dados-abertos-no-brasil/>>. Acesso em: 26 mai. 2020.

CAMPOS, João Pedrosa de. Doze vezes em que Bolsonaro e seus filhos exaltaram e acenaram à ditadura. **Revista Veja**, São Paulo, 2019. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/politica/doze-vezes-em-que-bolsonaro-e-seus-filhos-exaltaram-e-acenaram-a-ditadura/>>. Acesso em: 4 jun. 2020.

CAPPELLE, Mônica Carvalho; MELO, Marlene; GONÇALVES, Carlos Alberto. Análise de conteúdo e análise de discurso nas ciências sociais, **Revista Eletrônica de Administração da UFLA**, v. 5, n. 1, 2003.

CARAZZA, Bruno. **Dinheiro, eleições e poder**: as engrenagens do sistema político brasileiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

CARVALHO, André; VENTURINI, Otávio. A função do Código de Defesa do Usuário de Serviços Públicos (Lei nº 13.460/2017) no modelo brasileiro de controle dos serviços públicos. **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, v. 278, n. 1, p. 141-162, jan./abr. 2019.

CASTELLS, Manuel. The rise of the network society. In: CASTELLS, Manuel. **The information age: economy, culture and society**. Oxford: Wiley-Blackwell, 2010.

ÇELIKTEMUR, C. et al. Taming gatekeepers – but which ones? **Competition Policy International Antitrust Chronicle**, feb. 2021. Disponível em: <<https://www.cornerstone.com/wp-content/uploads/2022/01/Taming-the-Gatekeepers-But-Which-Ones.pdf>>. Acesso em: 19 abr. 2022.

CHADE, Jamil. Brasil perde status de democracia liberal perante o mundo. **El País Brasil**, [S.l], 2020. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/opiniao/2020-05-05/brasil-perde-status-de-democracia-liberal-perante-o-mundo.html>>. Acesso em: 30 mai. 2020.

COLETTA, Ricardo Della. Ordens absurdas não se cumprem, temos que botar limites, diz Bolsonaro em recado ao Supremo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/05/nao-teremos-outro-dia-como-ontem-chega-diz-bolsonaro-em-recado-ao-supremo.shtml>>. Acesso em: 2 jun. 2020.

CONGRESSO em foco. Bolsonaro fez ao menos 111 ataques à imprensa em 2019. **Congresso em Foco**, Brasília, 2019. Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/governo/bolsonaro-fez-ao-menos-111-ataques-a-imprensa-em-2019-veja-lista/>>. Acesso em: 4 jun. 2020.

CONGRESSO em foco. Bolsonaro volta a participar de atos contra Congresso e STF. **Congresso em Foco**, Brasília, 2020. Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/governo/bolsonaro-volta-a-participar-atos-contr-congresso-e-stf/>>. Acesso em: 2 jun. 2020.

CONGRESSO em foco. **Exclusivo**: todos os supersalários do Senado. Brasília, 26 de setembro de 2013. Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/exclusivo-todos-os-supersalarios-do-senado/>>. Acesso em: 20 abr. 2020.

CORNEL ERULEMAKING INITIATIVE. **Regulation Room**. Disponível em: <<http://www.regulationroom.org/learn/what-regulationroom>>. Acesso em: 3 abr. 2022.

CORNELL ERULEMAKING INITIATIVE. **Regulation Room** – FAQ. Disponível em: <<http://www.regulationroom.org/faq#.UiiVwDrD9GE>>. Acesso em: 2 abr. 2022.

CORNELL ERULEMAKING INITIATIVE. **Regulation Room** – about. Disponível em: <<http://www.regulationroom.org/about/overview>>. Acesso em: 2 abr. 2022.

CORRÊA, Felipe. **Mecanismos de democracia semidireta no Brasil e o plebiscito de 1993**: participação popular e a problemática do sistema de governo. 34f. Monografia (Graduação em Direito). Brasília, Universidade de Brasília, 2016. Disponível em: <[https://bdm.unb.br/bitstream/10483/14654/1/2016\\_FelipeSantosCorrea\\_tcc.pdf](https://bdm.unb.br/bitstream/10483/14654/1/2016_FelipeSantosCorrea_tcc.pdf)>. Acesso em: 9 jun. 2020.

CORSALETTE, Conrado; ARCOVERDE, Letícia. Bolsonaro contra governadores: ataques, rompimento e cálculo. **Nexo Jornal**, [S.l], 2020. Disponível em: <<https://www.nexojournal.com.br/podcast/2020/03/25/Bolsonaro-contra-governadores-ataques-rompimento-e-calculo>>. Acesso em: 1 jun. 2020.

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Caso Gomes Lund e outros (“Guerrilha do Araguaia”) vs. Brasil**. Sentença de 24 de novembro de 2010. [S.l], 2010.

CRUZ, Flávio da et al. **Lei de responsabilidade fiscal comentada**: Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

CRUZ, Isabela. Bolsonaro contra o Supremo: de disputas judiciais a lobby. **Nexo Jornal**, [S.l], 2020. Disponível em: <<https://www.nexojournal.com.br/expresso/2020/04/20/Qual-o-impacto-pol%C3%ADtico-da-atitude-radicalizada-de-Bolsonaro>>. Acesso em: 3 jun. 2020.

CRUZ-RUBIO, César Nicandro. O que é (e o que não é) governo aberto? Uma discussão conceitual. **Revista Temas de Administração Pública**, v. 10, n. 1, 2015, p. 129-148.

CUNHA FILHO, Marcio Camargo. O que sabemos sobre transparência pública? Uma revisão bibliográfica das abordagens normativa, conceitualista e empírica. **Revista da CGU**, v. 10, n. 16, p. 878-907. Disponível em: <[https://ojs.cgu.gov.br/index.php/Revista\\_da\\_CGU/article/view/55/pdf\\_37](https://ojs.cgu.gov.br/index.php/Revista_da_CGU/article/view/55/pdf_37)>. Acesso em: 26 abr. 2020.

DADOS mais abertos no Congresso: barreiras encontradas e propostas para avançar. **Parlametria**, 26 de novembro de 2019. Disponível em: <<https://parlametria.org/assets/reports/Gargalos%20de%20Transparência%20de%20Dados%20no%20Congresso.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2020.

DESOUZA, K. **Challenge.gov**: using competitions and awards to spur innovation. IBM Center for the Business Government, 2012. Disponível em: <[https://www.businessofgovernment.org/sites/default/files/Challenge.gov\\_.pdf](https://www.businessofgovernment.org/sites/default/files/Challenge.gov_.pdf)>. Acesso em: 3 abr. 2022.

DIAMOND, Larry. Breaking out the democratic slump. **Journal of Democracy**, v. 31, n. 1, p. 36-50, jan. 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1353/jod.2020.0003>>. Acesso em: 2 jun. 2020.

DIAS, Theo; KWEITEL, Juana. Democracia em risco. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2020/06/democracia-em-risco.shtml?origin=folha>>. Acesso em: 3 jun. 2020.

DWORKIN, Ronald. **Justice for Hedgehogs**. Cambridge: The Belknap Press of Harvard University Press, 2011.

DWORKIN, Ronald. **O direito da liberdade**: uma leitura moral da Constituição norte-americana. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

DWORKIN, Ronald. **Sovereign virtue**: the theory and practice of equality. Harvard: Harvard University Press, 2002.

EPSTEIN, D.; NEWHART, M.; VERNON, R. Not by Technology Alone: The “Analog” Aspects of Online Public Engagement in Policymakin, **Cornel eRulemaking Initiative Publications**, n. 18, p. 1-30, 2012. Disponível em: <<https://scholarship.law.cornell.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1017&context=ceri>>. Acesso em: 2 abr. 2022.

ESTRADA, Gaspard. Jair Bolsonaro coloca em risco a saúde dos brasileiros e da democracia. **The New York Times**, [S.l], 2020. Disponível em <<https://www.nytimes.com/pt/2020/03/26/espanol/opinion/bolsonaro-coronavirus.html>>. Acesso em: 1 jun. 2020.

EURICH, M. BURSTCHER, M. The Business-to-Consumer Lock-in Effect. **Cambridge Service Alliance**, 2014. Disponível em: <<https://cambridgeservicealliance.eng.cam.ac.uk/system/files/documents/2014AugustPaperBusinesstoConsumerLockinEffect.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2022.

EUROPEAN COMMISSION. **Digital Markets Act**: ensuring fair and open digital markets, 2020. Disponível em: <[https://ec.europa.eu/info/strategy/priorities-2019-2024/europe-fit-digital-age/digital-markets-act-ensuring-fair-and-open-digital-markets\\_en](https://ec.europa.eu/info/strategy/priorities-2019-2024/europe-fit-digital-age/digital-markets-act-ensuring-fair-and-open-digital-markets_en)>. Acesso em: 20 mar. 2022.

FABRINI, Fábio; ONOFRE, Renato. Em reunião, Bolsonaro diz ter sistema de informações ‘particular’ e reclama de órgãos oficiais. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/05/em-reuniao-bolsonaro-diz-ter-sistema-de-informacoes-particular-e-reclama-de-orgaos-oficiais.shtml>>. Acesso em: 3 jun. 2020.

FARREL, J. Competition with lock-in. Department of Economics, UCB, UC Berkeley, e-Scholarshio. Disponível em: <<https://escholarship.org/uc/item/93h8x6ht>>. Acesso em: 20 abr. 2022.

FARIA, Cristiano Ferri Soares de. **El Parlamento abierto en la era de la Internet**: ¿Puede el pueblo colaborar con el Legislativo en la elaboración de las leys? Brasília: Câmara dos Deputados, 2013.

FARINA, C.; NEWHART, M.; BLAKE, C. The problem with words: Plain language and Public participation in Rulemaking, **Cornel Law School**, n. 15-08, p. 1-36, 2015.

Disponível em:  
<https://deliverypdf.ssrn.com/delivery.php?ID=471009102086027125069102005070088123061037004077091082097072007101006117124115108091001009026029106125054080116098125113085072024034037055050079124028091008072102008029054039095029074116022095022008098096092071067076116080005113091082022100080087096088&EXT=pdf&INDEX=TRUE>>. Acesso em: 2 abr. 2022.

FARINA, C.; NEWHART, M.; HEIDT, J. Rulemaking vs. Democracy: Judging and Nudging Public Participation That Counts, **Cornell eRulemaking Initiative Publications**, n. 17, 2014. Disponível em:  
<https://scholarship.law.cornell.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1016&context=ceri>>. Acesso em: 2 abr. 2022.

FARINA, C et al. Democratic Deliberation in the Wild: The McGill Online Design Studio and the RegulationRoom Project. **Cornell University Law Faculty Publications**, p. 1527-1580, 2014. Disponível em:  
<https://scholarship.law.cornell.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=2521&context=facpub>>. Acesso em: 2 abr. 2022.

FARINA, C.; NEWHART, M. **Rulemaking 2.0** – understanding and getting better public participation. IBM Center of the Business Government, 2013. Disponível em:  
<https://www.businessofgovernment.org/sites/default/files/Rulemaking%20%200.pdf>>. Acesso em: 2 abr. 2022.

FARINA, C. et al. **International Journal of E-Politics**, v. 5, n. 1, p. 1-40, jan./mar. 2014. Disponível em:  
[scholarship.law.cornell.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=2524&context=facpub](https://scholarship.law.cornell.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=2524&context=facpub)>. Acesso em: 2 abr. 2022.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Do processo legislativo**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

FILGUEIRAS, Fernando. Além da transparência: *accountability* e política da publicidade. **Lua Nova**, São Paulo, n. 84, p. 353-364, 2011. Disponível em:  
<http://www.scielo.br/pdf/ln/n84/a04n84.pdf>>. Acesso em: 27 abr. 2020.

FIQUEM SABENDO. Ao menos 79 pedidos de acesso negados com base na Lei Geral de Proteção de Dados chegaram à CGU. In: **Edição 64 do newsletter Don't LAI to me**. Disponível em:  
<https://fiquemsabendo.com.br/transparencia/lgpd-negativa-cgu/>>. Acesso em: 5 abr. 2022.

FONSECA, Igor et al. **Audiências públicas do Poder Executivo Federal: fatores de efetividade** – Texto para discussão. Brasília: Ipea, 2013.

FÓRUM DE DIREITO DE ACESSO A INFORMAÇÕES PÚBLICAS. **Relatório sobre Alterações no atendimento a pedidos de informação e a MP 928**. São Paulo, 2020. Disponível em:  
[http://informacaopublica.org.br/wp-content/uploads/2020/05/Alteracoes\\_atendimento\\_pedidos\\_de\\_informacao\\_e\\_MP\\_928.pdf?utm\\_source=newsletter&utm\\_medium=email&utm\\_campaign=marco&utm\\_term=](http://informacaopublica.org.br/wp-content/uploads/2020/05/Alteracoes_atendimento_pedidos_de_informacao_e_MP_928.pdf?utm_source=newsletter&utm_medium=email&utm_campaign=marco&utm_term=)>. Acesso em: 5 mai. 2020.



FOX, Jonathan. The Uncertain Relationship between Transparency and Accountability. **Development in Practice**, v. 17, n. 4-5, ago. 2007.

FREITAS, Juarez. O controle dos atos administrativos e os princípios fundamentais. São Paulo: Malheiros, 2<sup>a</sup> ed., 1999.

FREITAS, Rony Klay Viana de; DACORSO, Antonio Luiz Rocha. Inovação aberta na gestão pública: análise do plano de ação brasileiro para a *Open Government Partnership*. **Revista de Administração Pública**, v. 48, n. 4 p. 869-888, jul./ago. 2014.

FREIRE, Felipe; BATISTA, Carlos. Como o cidadão avalia o Portal? Um estudo com os usuários do Portal de Transparência do Governo Federal. **Revista da CGU**, Brasília, v.8, n. 13, p. 373-403, jul./dez. 2016.

FREITAS, José Antônio; BALANIUK, Remis; SILVA, Ana Paula; SILVEIRA, Vitória. O ecossistema de dados abertos do governo federal: um estudo sobre a composição e desafios. **Revista Ciência da Informação**, v. 47, n. 2, p. 110-132, mai./ago. 2018. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/3952>>. Acesso em: 10 abr. 2020.

FUNG, A.; GRAHAM, M.; WEIL, D. **Full Disclosure**: the Perils and Promise of Transparency. New York: Cambridge University Press, 2007.

GARCÍA, Jesus. Gobierno abierto: transparencia, participación y colaboración en las Administraciones Públicas. **Revista Innovar**, v. 24, n. 54, out./dez. 2014.

GOBIERNO DE COLOMBIA. **Sistema de Información para la Gestión de Aseo Bogotá**. Bogotá, 2020. Disponível em: <<https://sigab.gov.co/nuevo-esquema-de-aseo/>>. Acesso em: 2 jun. 2020.

GOMES, Wilson; AMORIM, Paula; ALMADA, Maria Paula. Novos desafios para a ideia de transparência pública. **Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em Comunicação – E-compós**, Brasília, v. 21, n. 2, mai./ago. 2018. Disponível em: <<https://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/1446/1847>>. Acesso em: 30 abr. 2020.

GORTÁZAR, Naiara. Bolsonaro acelera deterioração da democracia no Brasil. **El País Brasil**, [S.l], 2020. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2020/01/12/politica/1578841564\\_993293.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2020/01/12/politica/1578841564_993293.html)>. Acesso em: 2 jun. 2020.

GUSTIN, Miracy; DIAS, Maria Tereza; NICÁCIO, Camila. **(Re)pensando a pesquisa jurídica**: teoria e prática. Lisboa: Almedina, 2020.

HEMINGWAY APP EDITOR. Disponível em: <<http://www.hemingwayapp.com>>. Acesso em: 9 mai. 2020.

HESPANHA, António Manuel. **O caleidoscópio do direito**: o direito e a justiça nos dias e no mundo de hoje. Coimbra: Almedina, 2007.

INSTITUTO ETHOS. **Cidade Transparente**. São Paulo, 2015. Disponível em: <<http://www.cidadetransparente.org.br/>>. Acesso em: 23 abr. 2020.

INTERNATIONAL BUDGET PARTNERSHIP. **Open Budget Survey 2019: Brazil – Country Summary**. Disponível em: <<https://www.internationalbudget.org/sites/default/files/country-surveys-pdfs/2019/open-budget-survey-brazil-2019-en.pdf>> Acesso em: 5 mai. 2020.

INTERNATIONAL BUDGET PARTNERSHIP. **Open Budget Survey 2019 – Methodology**. Disponível em: <[https://www.internationalbudget.org/sites/default/files/2020-04/2019\\_Methodology\\_EN.pdf](https://www.internationalbudget.org/sites/default/files/2020-04/2019_Methodology_EN.pdf)>. Acesso em: 5 mai. 2020.

INTERNATIONAL BUDGET PARTNERSHIP. **Open Budget Survey – Data Explorer: Rankings**. Disponível em: <<https://survey.internationalbudget.org/#rankings>>. Acesso em: 5 mai. 2020.

INTERNATIONAL BUDGET PARTNERSHIP. **Open Budget Survey – Data Explorer: Timeline**. Disponível em: <<https://survey.internationalbudget.org/#timeline>>. Acesso em: 5 mai. 2020.

ISTO é. Bolsonaro chama membros de grupo antifascista de “marginais e terroristas”. **Revista Isto é**, São Paulo, 2020. Disponível em: <<https://istoe.com.br/bolsonaro-chama-membros-de-grupo-antifascista-de-terroristas/>>. Acesso em: 2 jun. 2020.

ISTO é. Frases de Bolsonaro, o candidato que despreza as minorias. **Revista Isto é**, São Paulo, 2018. Disponível em: <<https://istoe.com.br/frases-de-bolsonaro-o-candidato-que-despreza-as-minorias/>>. Acesso em: 30 mai. 2020.

JAGWANTH, S., The Right to Information as a Leverage Right, in: CALLAND, Richard; TILLEY, Alison (Eds.). **The right to know, the right to live: access to information and socio-economic justice** Cape Town: IDASA Publishers, 2002.

JARDIM, José Maria. A implantação da lei de acesso à informação pública e a gestão da informação arquivística governamental. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 383-405, nov. 2013.

KAWAL PEMILU. Disponível em: <<https://kawalpemilu.org/>>. Acesso em: 30 mai. 2020.

KARAM, Ricardo; AVELINO, Daniel; FONSECA, Igor. Núcleo de governo e participação social: o caso da política e do sistema nacional de participação social. In: CAVALCANTE, Pedro; GOMIDE, Alexandre (Orgs.). **O presidente e seu núcleo de governo: a coordenação do Poder Executivo**. Brasília: Ipea, 2019. Disponível em: <[https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/190308\\_o\\_presidente\\_e\\_seu\\_nucleo\\_de\\_governo.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/190308_o_presidente_e_seu_nucleo_de_governo.pdf)>. Acesso em: 14 jun. 2020.

KERWIN, C. **The management of regulation development: out of the shadows**. IBM Center for the Business of Government, 2007. Disponível em:

<<https://www.businessofgovernment.org/sites/default/files/KerwinReport.pdf>>. Acesso em: 3 abr. 2022.

KOSACK, Stephen; FUNG, Archon. Does Transparency Improve Governance? **Annual Review of Political Science**, p. 65-87, 2014. Disponível em: <<https://www.annualreviews.org/doi/pdf/10.1146/annurev-polisci-032210-144356>>. Acesso em: 29 abr. 2020.

LAKAHANI, K.; AUSTIN, R.; YI, Y. Data.gov. In: **Havard Business School**, p. 1-20, 2010. Disponível em: <[https://cybercemetery.unt.edu/archive/data/20110502214649/http://www.data.gov/documents/hbs\\_datagov\\_case\\_study.pdf](https://cybercemetery.unt.edu/archive/data/20110502214649/http://www.data.gov/documents/hbs_datagov_case_study.pdf)>. Acesso em: 3 abr. 2022.

LAMMERHIRT, Danny; RUBINSTEIN, Mor; MONTIEL, Oscar. **The State of Open Government Data in 2017**: creating meaningful open data through multi-stakeholders dialogue. Open Knowledge International, jun. 2017. Disponível em: <<https://blog.okfn.org/files/2017/06/FinalreportTheStateofOpenGovernmentDatain2017.pdf>>. Acesso em: 25 mai. 2020.

LAUT. **Agenda de Emergência**. Disponível em: <<https://agendadeemergencia.laut.org.br/>>. Acesso em: 5 jun. 2020.

LAUT. **Agenda de Emergência** – calendário. [S.l], 2020. Disponível em: <<https://agendadeemergencia.laut.org.br/>>. Acesso em: 6 jun. 2020.

LAUT. **Agenda de Emergência** – monitoramento de riscos à liberdade e à democracia durante a pandemia. [S.l], 2020. Disponível em: <<https://laut.org.br/agenda-de-emergencia/>>. Acesso em: 6 jun. 2020.

LAUT. **100 anos de autoritarismo**. São Paulo: Associação Quatro cinco um, 2019. Disponível em: <<https://www.quatrocincoum.com.br/br/noticias/1/100-anos-de-autoritarismo>>. Acesso em: 5 jun. 2020.

LAVALLE, Adrian; SZWAKO, José. Origens da Política Nacional de Participação Social – Entrevista com Pedro Pontual. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 99, São Paulo, jul. 2014, p. 94 e 97. Disponível em: <[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-33002014000200091](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002014000200091)>. Acesso em: 11 jun. 2020.

LEE, Gwanhoo; KWAK, Young. An Open Government Maturity Model for social-media based public engagement. **Government Information Quarterly**, n. 29, 2012, p. 492-503.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. São Paulo: Zahar, 2018.

LIEBERMAN, Evan; POSNER, Daniel; TSAI, Lily. Does information lead to more active citizenship? Evidence from an Education Intervention in Rural Kenya. **World Development**, v. 60, 2014, p. 69-83.

LINHARES, Carolina. Deputados divulgam *fake news* sobre coronavírus para ecoar discurso de Bolsonaro. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/05/deputados-divulgam-fake-news-sobre-coronavirus-para-ecoar-discurso-de-bolsonaro.shtml>>. Acesso em: 4 jun. 2020.

LINHARES, Paulo. **A cidadania interativa**: plebiscito, referendo e iniciativa popular na Constituição de 1988 e os impactos da revolução tecnológica da informação e comunicação na democracia brasileira. 356f. Tese (Doutorado em Direito). Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2010. Disponível em: <[https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/3763/1/arquivo366\\_1.pdf](https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/3763/1/arquivo366_1.pdf)>. Acesso em: 9 jun. 2020.

LIRIO, Sergio. Sem a caneta, Bolsonaro aposta no poder da desinformação. **Carta Capital**, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/opiniaio/sem-a-caneta-bolsonaro-aposta-no-poder-da-desinformacao/>>. Acesso em: 4 jun. 2020.

LIS, Laís. Imprensa sofreu 11 mil ataques diários nas redes sociais em 2019, diz associação de rádio e TV. **Portal G1**, Brasília, 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/03/11/casos-de-violencia-contrajornalistas-caem-pela-metade-em-2019-na-comparacao-com-2018-diz-abert.ghtml>>. Acesso em: 4 jun. 2020.

LONDOÑO, Ernesto; CASADO, Letícia. Enquanto Bolsonaro cumpre as promessas sobre a Amazônia, indígenas brasileiros temem um ‘etnocídio’. **The New York Times**, [S.l.], 2020. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/pt/2020/04/19/world/americas/bolsonaro-brasil-amazonia-indigenas-funai.html>>. Acesso em: 30 mai. 2020.

LOUREIRO, Maria; ABRUCIO, fernando; OLIVIERI, Cecilia; TEIXEIRA, Marco. Do controle interno ao controle social: a múltipla atuação da CGU na democracia brasileira. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, São Paulo, v. 17, n. 60, jan./jun. 2012.

LUIZ, Gabriel. Após ser flagrado por app, deputado devolve à Câmara R\$ 727 por 13 refeições no mesmo dia. **Portal G1**. Brasília, 2016. Disponível em: <<https://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/apos-ser-flagrado-por-app-deputado-devolve-a-camara-r-727-por-13-refeicoes-no-mesmo-dia.ghtml>>. Acesso em: 20 jan. 2020.

MACHADO, Caio; DOURADO, Daniel; SANTOS, João Guilherme; SANTOS, Nina. **Ciência contaminada** – analisando o contágio de desinformação sobre coronavírus via Youtube. Parte 1 da série “Democracia Infectada”. LAUT, INCT.DD, Cepedisa, [S.l.], 2020. Disponível em: <<https://laut.org.br/ciencia-contaminada.pdf>>. Acesso em: 6 jun. 2020.

MACHADO, Renato et al. Governo deixa de informar total de mortes e casos de Covid-19; Bolsonaro diz que é melhor para o Brasil. **Folha de São Paulo**, Brasília, 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/06/governo-deixa-de-informar-total-de-mortes-e-casos-de-covid-19-bolsonaro-diz-que-e-melhor-para-o-brasil.shtml>>. Acesso em: 7 jun. 2020.

MACIEL, Caroline; AVELAR, Mariana. Atos lesivos à administração pública e o princípio *ne bis in idem*: uma análise do sistema legal de defesa da integridade administrativa. In: FORTINI, Cristiana. (Coord.). **Corrupção e seus múltiplos enfoques jurídicos**. Belo Horizonte: Fórum, 2018.

MACIEL, Caroline; ROSA, Ana Beatriz. Arcabouços legais em ciência, tecnologia e inovação de ecossistemas maduros: paradigmas e subsídios para a legislação mineira. In: SOARES, F; PRETE, E. **Marco Regulatório em Ciência, Tecnologia e Inovação: texto e contexto da Lei nº 13.243/2016**. Belo Horizonte: Arraes, 2018.

MACIEL, Caroline Stéphanie Francis dos Santos. Articulação administrativa: a busca por uma atuação coordenada da Administração Pública. **Revista de Direito Administrativo (RDA)**, Rio de Janeiro, FGV, v. 279, n. 2, 2020.

MACIEL, Caroline Stéphanie Francis dos Santos. British Constitution and the role of Cabinet in the UK legal system. **Revista da Faculdade de Direito do Sul de Minas**, Pouso Alegre, v. 35, n. 1, p. 143-160, jan./jun. 2019.

MACIEL, Caroline Stéphanie Francis dos Santos. Fuller's theory of law: the lack of moral content in the so-called inner morality of law. In: JUNIOR, Arthur; ASENSI, Felipe; NOHARA, Irene; RABELLO, Leonardo (Orgs.). **Visões constitucionais interdisciplinares**. 1 ed. Rio de Janeiro: Grupo Multifoco, 2019, v.1, p. 619-628.

MACIEL, Caroline Stéphanie Francis dos Santos. Gestão pública e Estado materialmente democrático: a participação social na reforma do ensino médio. **Revista Justiça do Direito**, v.33, n.1, p. 215-246, jan./abr. 2019.

MACIEL, Caroline Stéphanie Francis dos Santos. **Instituições e Políticas Públicas: o jogo político na elaboração das leis em educação**. Belo Horizonte: Arraes, 2020.

MACIEL, Caroline Stéphanie Francis dos Santos. O DIREITO À ALIMENTAÇÃO E O ACESSO À INFORMAÇÃO: reflexões acerca das incoerências do sistema normativo agroalimentar. In: SOARES, Fabiana (Org.). **Elaboração legislativa em Direito Agroalimentar**. 1 ed. Florianópolis: Tribo da Ilha, 2019, p. 84-105.

MACIEL, Caroline Stéphanie Francis dos Santos Maciel. The myth of absolute sovereignty of the British Parliament: context, constraints and facts. In: Arthur Bezerra de Souza Júnior et al (Orgs.). **Direitos humanos: juridicidade e efetividade**. 1 ed. Rio de Janeiro: Grupo Multifoco, 2019, v. 1, p. 121-133.

MANDELKERN GROUP ON BETTER REGULATION. **Final report**. [S.l], 2001. Disponível em: <[https://www.legislationline.org/download/action/download/id/2239/file/EU\\_Mandelke\\_mGroup\\_BetterReg\\_2001.pdf](https://www.legislationline.org/download/action/download/id/2239/file/EU_Mandelke_mGroup_BetterReg_2001.pdf)>. Acesso em: 6 mai. 2020.

MANIFESTO juntos pela democracia. Brasil, 2020. Disponível em: <[https://manifesto.pactopelademocracia.org.br/?fbclid=IwAR3siXy7CB1ntzM1Q8I\\_tY\\_rBHpA6Y87RBNeFkZVZwSxed9Mqu1vwiE-mOas#manifesto](https://manifesto.pactopelademocracia.org.br/?fbclid=IwAR3siXy7CB1ntzM1Q8I_tY_rBHpA6Y87RBNeFkZVZwSxed9Mqu1vwiE-mOas#manifesto)>. Acesso em: 4 jun. 2020.

MARIANI, Daniel; LUPION, Bruno; ALMEIDA, Rodolfo. **Qual o grau de discordância e concordância entre os ministros do Supremo?** Nexo Jornal, 2017. Disponível em: <<https://www.nexojournal.com.br/especial/2017/03/21/Como-os-ministros-do-Supremo-se-aproximam-ou-se-distanciam-entre-si-de-acordo-com-suas-decisões>>. Acesso em: 29 mai. 2020.

MAZZUCATO, Mariana. **Estado empreendedor: desmascarando o mito do setor público vs. setor privado.** São Paulo: Portfolio Penguin, 2015.

MCQUAIL, Dennis. **Teoria da comunicação de massas.** Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

MERGEL, Ines. Open innovation in the public sector: drivers and barriers for the adoption of Challenge.gov, **Public Management Review**, p. 1-17, 2017. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/14719037.2017.1320044?scroll=top&needAccess=true>>. Acesso em: 3 abr. 2022.

MERLO, Franciele; KONRAD, Glauca. Documento, história e memória: a importância da preservação do patrimônio documental para o acesso à informação. **Informação & Informação**, Londrina, v. 20, n. 1, p. 26-42, jan./abr. 2015.

MERLO, Sandra; BASSI, Juliane; CRUZ, Jorge. Lei de acesso à informação pública: algumas considerações. **Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, v. 28, n. 3, p. 73-82, 2014. Disponível em: <<https://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/23749>>. Acesso em: 8 abr. 2020.

MEZZOMO, Edimara; WIEDENHOFT, Guilherme; SANTOS, Fábio dos. Barreiras para a Ampliação de Transparência na Administração Pública Brasileira: Questões estruturais e culturais ou falta de estratégia e governança? **Administração Pública e Gestão social**, v. 10, n. 4, p. 282-291, out./dez. 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufv.br/apgs/article/view/5716>>. Acesso em: 9 abr. 2020.

MICHENER, Gregory. Assessing Freedom of Information in Latin America a Decade later. **Latin American Politics and Society**, v. 57, 2015, p. 77.

MICHENER, Gregory; BERSCH, Katherine. Identifying Transparency. **Information Polity**, v. 18, n. 3, p. 233- 242, 2013.

MICHENER, Gregory; CONTRERAS, Evelyn; NISKIER, Irene. Da opacidade à transparência? Avaliando a Lei de Acesso à Informação no Brasil cinco anos depois. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, n. 52, v. 4, p. 610-629, jul./ago. 2018.

MICHENER, Gregory; MONCAU, Luiz; VELASCO, Rafael. **Avaliação de transparência do Estado Brasileiro e do Poder Judiciário.** Rio de Janeiro: FGV, 2016.

MICHENER, Gregory. Policy Evaluation via Composite Indexes: Qualitative Lessons from International Transparency Policy Indexes. **World Development**, v. 74, p. 184-196, 2015.



MORAIS, Leandro; VICENTE, Ernesto; SOUZA, Gueibi. Efeitos da Lei de Responsabilidade Fiscal sobre a tendência de despesas públicas do estado de Santa Catarina: evidências no período 1995-2010 segundo critérios da OCDE. **Revista da CGU**, Brasília, vol. 8, n. 12, p. 311-350, jan./jun. 2016.

MOTA, Louise Menegaz. Jeremy Bentham: entre o esquecimento e o retorno às ideias de um visionário. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, a. 49, n. 196, out./dez. 2012.

NAÇÕES UNIDAS. **Agenda 2030: 17** Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>>. Acesso em: 3 mai. 2020.

NAÇÕES UNIDAS. **Objetivo 16: Paz, Justiça e Instituições eficazes**. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/ods16/>>. Acesso em: 3 mai. 2020.

NETO, Orion et al. Publicidade e Transparência das Contas Públicas: obrigatoriedade e abrangência desses princípios na Administração Pública brasileira. **Contabilidade Vista & Revista**, v. 18, n. 1, p. 75-94, jan./mar. 2007.

NEW YORK STATE OFFICE OF THE ATTORNEY GENERAL LETITIA JAMES. **Fake Comments: How U.S. Companies & Partisans Hack Democracy to Undermine Your Voice**. Disponível em: <<https://ag.ny.gov/sites/default/files/oag-fakecommentsreport.pdf>>. Acesso em: 23 mar. 2022.

NEW ZEALAND GOVERNMENT. Digital Government. **Plain Language**. Disponível em: <<https://www.digital.govt.nz/standards-and-guidance/design-and-ux/content-design-and-management/plain-language/>>. Acesso em: 9 mai. 2020.

NEXO Jornal, 26 de maio de 2016. **Qual o impacto de transformar a CGU, o órgão anticorrupção do governo, em um ministério**. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2016/05/26/Qual-é-o-impacto-de-transformar-a-CGU-o-órgão-anticorrupção-do-governo-em-um-ministério>>. Acesso em: 20 abr. 2020.

NUNES, Gissele et al. Análise dos instrumentos de transparência contidos na Lei de Responsabilidade Fiscal nos municípios da região sul. **Revista Ambiente Contábil**, Natal, UFRN, v. 5, n. 2, p. 128-150, jul./dez. 2013.

NUNES, Selene; MARCELINO, Gileno; SILVA, César. Os Tribunais de Contas na interpretação da Lei de Responsabilidade Fiscal. **Revista de Contabilidade e Organizações** (USP), v. 13, 2019. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rco/article/view/145151>>. Acesso em: 21 mai. 2020.

OECD. **Observatory of Public Sector Innovation**. SIGAB – Information System for new Waste Management Model in Bogotá. Disponível em: <<https://oecd-opsi.org/innovations/sigab-information-system-for-new-waste-management-model-in-bogota/>>. Acesso em: 2 jun. 2020.

OECD. OECD DAC Glossary. **Guidelines for Project and Programme Evaluations**. Paris: OECD Publishing, 2009. Disponível em: <[www.oecd.org/development/evaluation/dcdndpe/47069197.pdf](http://www.oecd.org/development/evaluation/dcdndpe/47069197.pdf)>. Acesso em: 3 mai. 2020.

OECD. Legal Instruments. **Recommendation of the Council on Open Government**. Adopted on 13/12/2017. Disponível em: <[https://legalinstruments.oecd.org/en/instruments/OECD-LEGAL-0438#\\_ga=2.37822115.1251313301.1554450220-751648841.1537891795](https://legalinstruments.oecd.org/en/instruments/OECD-LEGAL-0438#_ga=2.37822115.1251313301.1554450220-751648841.1537891795)>. Acesso em: 3 mai. 2020.

OECD. **Open Government in Latin America**. OECD Public Governance Reviews, OECD Publishing, 2014. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1787/9789264223639-en>>. Acesso em: 30 mai. 2020.

OECD. **Open Government: the global context and the way forward**. Paris: OECD Publishing, 2016. Disponível em: <[https://read.oecd-ilibrary.org/governance/open-government\\_9789264268104-en](https://read.oecd-ilibrary.org/governance/open-government_9789264268104-en)>. Acesso em: 3 mai. 2020.

OECD. **OECD Open, Useful and Re-usable data (OURdata) Index 2019**. OECD, 2020. Disponível em: <<http://www.oecd.org/gov/digital-government/ourdata-index-policy-paper-2020.pdf>>. Acesso em: 27 mai. 2020.

OLIVEIRA, Elisangela Lemos; BODART, Cristiano das Neves. *Accountability* na administração pública de Vila Velha: uma análise em torno do Orçamento Participativo. In: BODART, Cristiano das Neves (Org.). **Gestão pública: transparência, controle e participação social**. Vila Velha: Faculdade Novo Milênio, 2015.

OLIVEIRA, Joana. Após recordes na contagem de mortes por Covid-19, Brasil muda divulgação de dados e reduz informações. **El País Brasil**, São Paulo, 2020. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/brasil/2020-06-06/apos-recordes-na-contagem-de-mortes-por-covid-19-brasil-muda-divulgacao-de-dados-e-reduz-informacoes.html>>. Acesso em: 7 jun. 2020.

OLIVEIRA, Joana. Bolsonaro é “líder e porta-voz” das ‘fake news’ no país, diz relatório final da CPI da pandemia. **El País Brasil**, São Paulo, 2021. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/brasil/2021-10-20/bolsonaro-e-lider-e-porta-voz-das-fake-news-no-pais-diz-relatorio-final-da-cpi-da-pandemia.html>>. Acesso em: 10 mai. 2022.

OLIVEIRA, Mariana; VIVAS, Fernanda; D’AGOSTINO, Rosanne. Bolsonaro é presidente com mais decretos e MPs questionados no STF no primeiro ano de mandato. **Portal G1**, Brasília, 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/03/01/bolsonaro-e-presidente-com-mais-decretos-e-mps-questionados-no-stf-no-primeiro-ano-de-mandato.ghtml>>. Acesso em: 5 jun. 2020.

OLIVEIRA, Rubens; ADRIÃO, Theresa. **Gestão, financiamento e direito à educação**. São Paulo: Xamã, 3ª edição, 2007.

OPEN DATA INSTITUTE. **A guide to the Open Data Maturity Model:** assessing your open data publishing and use. London: Open Data Institute, 2015.

OPEN DATA INSTITUTE. **Open Data Maturity Model.** London: Open Data Institute, 2015. Disponível em: <<https://theodi.org/article/open-data-maturity-model-2/>>. Acesso em: 24 mai. 2020.

OPEN DATA INSTITUTE. **Open Data Pathway.** Disponível em: <<http://pathway.theodi.org>>. Acesso em: 24 mai. 2020.

OPEN DATA RESEARCH NETWORK. **Still Open Ended:** open data policies do not take into account the current state of data, data management practices and the capacities of public agencies. World Wide Web Foundation, Exploring the Emerging Impacts of Open Data in Developing Countries research project, 2014. Disponível em: <<http://www.opendataresearch.org/sites/default/files/publications/TC-Poster.pdf>>. Acesso em: 20 mai. 2020.

OPEN KNOWLEDGE BRASIL. **Boletim #6 Transparência Covid-19.** Maiores afetados por Covid-19, SP e RJ reduzem transparência. São Paulo, 2020. Disponível em: <[https://transparenciacovid19.ok.org.br/files/Transparencia-Covid19\\_Boletim\\_6.pdf](https://transparenciacovid19.ok.org.br/files/Transparencia-Covid19_Boletim_6.pdf)>. Acesso em: 20 mai. 2020.

OPEN KNOWLEDGE BRASIL. **Boletim #8 Transparência Covid-19.** Quase metade dos estados apresenta dados conflitantes sobre a Covid-19. São Paulo, 2020. Disponível em: <[https://transparenciacovid19.ok.org.br/files/Transparencia-Covid19\\_Boletim\\_8.pdf](https://transparenciacovid19.ok.org.br/files/Transparencia-Covid19_Boletim_8.pdf)>. Acesso em: 25 mai. 2020.

OPEN KNOWLEDGE BRASIL. **Boletim #9 Transparência Covid-19.** Dez estados anunciaram retomada sem divulgar situação geral dos leitos. São Paulo, 2020. Disponível em: <[https://transparenciacovid19.ok.org.br/files/Transparencia-Covid19\\_Boletim\\_9.pdf](https://transparenciacovid19.ok.org.br/files/Transparencia-Covid19_Boletim_9.pdf)>. Acesso em: 31 mai. 2020.

OPEN KNOWLEDGE BRASIL et al. **Dados (mais) abertos no Congresso:** barreiras encontradas e propostas para avançar. Brasília, 2019. Disponível em: <<https://parlametria.org/assets/reports/Gargalos%20de%20Transparência%20de%20Dados%20no%20Congresso.pdf>>. Acesso em: 29 mai. 2020.

OPEN KNOWLEDGE BRASIL **Índice de Transparência da Covid-19.** São Paulo, 2020. Disponível em: <<https://transparenciacovid19.ok.org.br>>. Acesso em: 20 mai. 2020.

OPEN KNOWLEDGE BRASIL et al. **Leg.go** – Parlametria. Disponível em: <<https://leggo.parlametria.org/>>. Acesso em: 29 mai. 2020.

OPEN KNOWLEDGE BRASIL et al. **Parlametria:** Inteligência de dados para ação cidadã. Disponível em: <<https://parlametria.org/home>>. Acesso em: 29 mai. 2020.

OPEN KNOWLEDGE BRASIL et al. **Perfil Parlamentar** – Parlametria. Disponível em: <<https://perfil.parlametria.org>>. Acesso em: 29 mai. 2020.

OPEN KNOWLEDGE BRASIL et al. **Só venceremos a pandemia com transparência** – Nota conjunta de repúdio às alterações do acesso à informação pela MP nº 928/2020. [S.l.], 2020. Disponível em: <<https://www.ok.org.br/noticia/so-venceremos-a-pandemia-com-transparencia/>>. Acesso em: 25 mar. 2020.

OPEN KNOWLEDGE FOUNDATION. **Global Open Data Index 2016-2017** – Brazil. Disponível em: <<https://index.okfn.org/place/br/>>. Acesso em: 25 mai. 2020.

OPEN KNOWLEDGE FOUNDATION. **Global Open Data Index 2016-2017** – Methodology. Disponível em: <<https://index.okfn.org/methodology/>>. Acesso em: 25 mai. 2020.

OPEN KNOWLEDGE FOUNDATION. **Open Data Handbook**. Disponível em: <<https://opendatahandbook.org/guide/en/>>. Acesso em: 26 mai. 2020.

OPEN GOVERNMENT DATA. **The annotated Eight Principles of Open Government Data**. Disponível em: <<https://opengovdata.org>>. Acesso em: 3 mai. 2020.

OPEN GOVERNMENT PARTNERSHIP. **Open Government Partnership Global Report: democracy beyond the ballot box**. First edition, v. 1. Washington, 2019. Disponível em: <[https://www.opengovpartnership.org/wp-content/uploads/2019/09/Global-Report\\_Volume-1.pdf](https://www.opengovpartnership.org/wp-content/uploads/2019/09/Global-Report_Volume-1.pdf)>. Acesso em: 2 mai. 2020.

OPERAÇÃO SERENATA DE AMOR. **Inteligência artificial para controle social da Administração Pública**. [S.l.], 2016. Disponível em: <<https://serenata.ai>>. Acesso em: 20 jan. 2020.

OPERAÇÃO SERENATA DE AMOR. **Jarbas Dashboard**. Disponível em: <<https://jarbas.serenata.ai/>>. Acesso em: 20 jan. 2020.

OPERAÇÃO SERENATA DE AMOR. **Rosie da Serenata**. [S.l.], 2016. Disponível em: <<https://twitter.com/RosieDaSerenata>>. Acesso em: 20 jan. 2020.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. Assembleia Geral. **Model Inter-American Law on Access to Public Information**. Ag./Res. 2607, 4ª sessão plenária, 8 jun. 2010. Disponível em: <[https://www.oas.org/dil/AG-RES\\_2607-2010\\_eng.pdf](https://www.oas.org/dil/AG-RES_2607-2010_eng.pdf)>. Acesso em: 22 abr. 2020.

OST, François. **O tempo do direito**. Bauru: Educs, 2005.

PACTO pela democracia. PACTO pela democracia. **Retrospectiva 2019: democracia no Brasil**. Disponível em: <<https://www.diariodeataques.org/retrospectiva-2019>>. Acesso em: 3 jun. 2020.

PADUAN, Roberta. Como funciona e o que teme a bancada das “fake news” no Congresso. **Revista Veja**, São Paulo, 2020. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/politica/com-funciona-e-o-que-teme-a-bancada-das-fake-news-no-congresso/>>. Acesso em: 4 jun. 2020.

PAES, Ana Paula. **Por uma nova gestão pública**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

PAES, Eneida. A influência internacional na construção do direito de acesso à informação no Brasil. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, a. 49, n. 195, jul./set. 2012.

PAES, Eneida. A construção da Lei de Acesso à Informação Pública no Brasil: desafios na implantação de seus princípios. **Revista de Serviço Público**, Brasília, v. 62, n. 4, p. 407-423, out./dez. 2011.

PANDEY, Priyanka; GOYAL, Sangeeta; SUNDARARAMAN, Venkatesh. Community participation in public schools: impact of information campaigns in three Indian states. **Education Economics**, v. 17, n. 3, set. 2009, p. 355-375.

PETROPOULEAS, Suzana. Volta do Brasil ao Mapa da Fome é um retrocesso inédito no mundo, diz economista. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 2022. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/01/volta-do-brasil-ao-mapa-da-fome-e-retrocesso-inedito-no-mundo-diz-economista.shtml>>. Acesso em: 22 fev. 2022.

PETROV, O.; GURIN, J.; MANLEY, L. **Open Data for Sustainable Development**. Washington, DC: World Bank Group, 2015. Disponível em: <<http://pubdocs.worldbank.org/en/999161440616941994/Open-Data-for-Sustainable-Development.pdf>>. Acesso em: 18 mai. 2020.

PINHO, José Antonio Gomes de; SACRAMENTO, Ana Rita Silva. Accountability: já podemos traduzir para o Português? **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 6, p. 1343-1368, nov. /dez. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v43n6/06.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2020.

PIRES, Breiler. “Governo quer inviabilizar a apuração dos crimes da ditadura”. **El País Brasil**. São Paulo, 2019. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2019/04/22/deportes/1555967314\\_420155.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/04/22/deportes/1555967314_420155.html)>. Acesso em: 4 mai. 2020.

PIRES, Maria Coeli Simões. Transparência e responsabilidade na gestão pública. **Revista do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais**, v. 81, n. 4, p. 60-74, out./dez. 2011.

PIRES, Maria Coeli Simões. Transparência e responsabilidade na gestão pública. In: SEMINÁRIO DO TRIBUNAL DE CONTAS DE MINAS GERAIS, 2011, Belo Horizonte. **Estado em Rede e transparência**. Belo Horizonte: TCEMG, jun. 2011.

POSSAMAI, Ana Júlia. **Dados abertos no governo federal brasileiro: desafios de transparência e interoperabilidade**. 313f. Tese (Doutorado em Ciência Política). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016.

PRADHAN, Menno *et al.* Improving educational quality through enhancing community participation: results from a randomized field experiment in Indonesia. **American Economic Journal: Applied Economics**, v. 6, n. 2, 2014, p. 105-126.

READABLE. UK, 2020. Disponível em: <<https://readable.com>>. Acesso em: 9 mai. 2020).

REDE DE ADVOCACY COLABORATIVO. **Acordo de Cooperação da Rede de Advocacy Colaborativo (RAC)**. Disponível em: <<https://raconhecimento.net/product/rede-de-advocacy-colaborativo-acordo-de-colaboracao/>>. Acesso em: 5 abr. 2022.

REDE DE ADVOCACY COLABORATIVO. **Ata da Reunião de 30 de junho de 2020 do GT de Transparência e Integridade da RAC**. Brasília, 2020.

REGULATION ROOM. **Summary of Discussion on RegulationRoom.org: 2012 Truth in Lending Act (Regulation Z) Mortgage Servicing<sup>[1]</sup>(Docket ID: CFPB-2012-0033) and 2012 Real Estate Settlement Procedures Act (Regulation X) Mortgage Servicing Proposal (Docket ID: CFPB-2012-0034), 2012**. Disponível em: <[http://www.regulationroom.org/docs/Regulation+Room+submission+to+CFPB+mortgage+servicing+rules+10\\_9\\_2012.pdf](http://www.regulationroom.org/docs/Regulation+Room+submission+to+CFPB+mortgage+servicing+rules+10_9_2012.pdf)>. Acesso em: 2 abr. 2022.

REINIKKA, Ritva; SVENSSON, Jakob. The power of information: evidence from a newspaper campaign to reduce capture. **Research Working Paper Series 3239**, The World Bank, 2003. Disponível em: <[https://eml.berkeley.edu/~webfac/emiguel/e271\\_s04/jakob.pdf](https://eml.berkeley.edu/~webfac/emiguel/e271_s04/jakob.pdf)>. Acesso em: 29 abr. 2020.

REPÚBLICA ORIENTAL DEL URUGUAY. Centro de Información Oficial. **Programa Lenguaje Ciudadano**. Disponível em: <<https://www.impo.com.uy/lenguajeciudadano/>>. Acesso: 8 mai. 2020.

RÉPUBLIQUE FRANÇAISE. Ministère de la fonction publique et la réforme de l'Etat. Le Portail de la Transformation de L'action Publique. **Guide Pratique de la rédaction administrative**. Disponível em: <[https://www.modernisation.gouv.fr/sites/default/files/fichiersattaches/guide\\_de\\_la\\_redaction\\_administrative\\_0.pdf](https://www.modernisation.gouv.fr/sites/default/files/fichiersattaches/guide_de_la_redaction_administrative_0.pdf)>.

RESENDE, Walisson da Costa; NASSIF, Mônica Erichsen. Aplicação da lei de acesso à informação em portais de transparência governamentais brasileiros. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 20, n. 42, p. 1-16, jan./abr. 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2015v20n42p1>>. Acesso em: 8 abr. 2020.

REVISTA Consultor Jurídico (CONJUR), 9 de maio de 2002. **STF suspende três dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal**. Disponível em: <[https://www.conjur.com.br/2002-mai-09/responsabilidade\\_fiscal\\_stf\\_suspende\\_tres\\_dispositivos](https://www.conjur.com.br/2002-mai-09/responsabilidade_fiscal_stf_suspende_tres_dispositivos)>. Acesso em: 17 abr. 2020.

RIBEIRO, Guilherme Wagner. Poder legislativo: entre a assimetria informacional e o pluralismo cognitivo. **Legislação – Cadernos de Ciência da Legislação**, Oeiras, n. 45, jan./mar. 2007, p. 5-23.

RIEGNER, Michael. Access to Information as Human Right and Constitutional Guarantee: a comparative perspective. **VRÜ Verfassung und Recht in Übersee**, n. 4, v.



50, 2017. Disponível em: <[https://www.nomos-elibrary.de/10.5771/0506-7286-2017-4-332.pdf?download\\_full\\_pdf=1](https://www.nomos-elibrary.de/10.5771/0506-7286-2017-4-332.pdf?download_full_pdf=1)>. Acesso em: 29 abr. 2020.

RODRIGUES, Jaqueline; MARTINS, Paulo; NUNES, Enedina. Ouvidorias públicas universitárias no Brasil e a inovação da Lei 13.460/2017. **Revista do Mestrado em Direito da Universidade Católica de Brasília**, v. 12, n. 2, p. 306-321, jul./dez. 2018.

RODRIGUES JÚNIOR, Álvares. **Liberdade de expressão e liberdade de informação: limites e formas de controle**. Curitiba: Juruá, 2009.

RODRIGUES, Karina Furtado. A política nas políticas de acesso à informação brasileiras: trajetória e coalizões. **Revista de Administração Pública**, v. 54, n. 1, p. 142-161, jan./fev. 2020. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-76122020000100142&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122020000100142&tlng=pt)>. Acesso em: 13 abr. 2020.

RUEDIGER, Marco Aurélio; MAZZOTTE, Natália (Coords.). **Índice de Dados Abertos para cidades 2018**. Rio de Janeiro: FGV DAPP e Open Knowledge Brasil, 2018.

RUSSEL, S. NORVIG, P. Artificial Intelligence – a modern approach. London: Pearson, 2009.

SAFATLE, Amalia. Terceiro setor sofre com críticas do governo Bolsonaro. **Valor Econômico**, São Paulo, 2019. Disponível em: <<https://valor.globo.com/eu-noticia/2019/11/14/terceiro-setor-sofre-com-criticas-do-governo-bolsonaro.ghtml>>. Acesso em: 2 jun. 2020.

SANTANA, Antônio. Programa Olho Vivo no Dinheiro Público: limites e possibilidades de fomento ao controle social. **Revista da CGU**, Brasília, ano IV, n. 6, p. 41-58, set. 2009. Disponível em: <[https://repositorio.cgu.gov.br/bitstream/1/34494/5/V4.n6\\_Programa.pdf](https://repositorio.cgu.gov.br/bitstream/1/34494/5/V4.n6_Programa.pdf)>. Acesso em: 20 abr. 2020.

SARAIVA, Luiz Alex; CAPELÃO, Luiz. A nova administração pública e o foco no cidadão: burocracia × marketing? **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 2, p. 59-77, mar./abr. 2000. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6269>>. Acesso em: 12 abr. 2020.

SCHAUER, Frederick. Transparencia en tres dimensiones. **Revista de Derecho (Valdivia)**, v. XXVII, n. 1, p. 81-103, jul. 2014. Disponível em: <<https://scielo.conicyt.cl/pdf/revider/v27n1/art04.pdf>>. Acesso em: 2 abr. 2020.

SCHIER, Adriana. **A participação popular na Administração Pública: o direito de reclamação**. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

SCHIER, Adriana; BERTOTTI, Bárbara. Os direitos dos usuários de serviços públicos: uma análise da Lei nº 13.460/17 e de seus preceitos. **Revista do Direito**, Santa Cruz do Sul, v. 2, n. 58, p. 113-130, mai./ago. 2019

SETTE LOPES, Mônica. A formação do juiz para a oralidade: relato, memória e pedagogia do direito não escrito, p. 137-177. In: MARTINS FILHO, Ives Gandra da Silva; DELGADO, Maurício Godinho; PRADO, Ney, ARAÚJO, Carlos (Orgs.). **A efetividade do direito e do processo do trabalho**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

SEVERO, Valdete Souto. Jair Bolsonaro traz discurso de ódio como fala oficial da Presidência. **Carta Capital**, São Paulo, 2019. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/opiniao/jair-bolsonaro-traz-discurso-de-odio-como-fala-oficial-da-presidencia/>>. Acesso em: 30 mai. 2020.

SILVA, Amanda Vieira e. **Dados governamentais abertos à luz da *accountability***: um estudo da Operação Serenata de Amor. Monografia (Bacharelado em Ciência Política). Universidade de Brasília, Instituto de Ciência Política. Disponível em: <[https://www.bdm.unb.br/bitstream/10483/22555/1/2018\\_AmandaVieiraSilva\\_tcc.pdf](https://www.bdm.unb.br/bitstream/10483/22555/1/2018_AmandaVieiraSilva_tcc.pdf)> Acesso em: 21 jan. 2020.

SILVA, José Afonso da. **Comentário contextual à constituição**. 3. ed. São Paulo: Malheiros, 2007.

SMITH, Fiona; GERRY, William; TRUSWELL, Emma. **Supporting sustainable development with open data**. Open Data Institute, 2015.

SOARES, Alessandro. Iniciativa popular no Brasil: tendências punitivistas e dificuldades democráticas. **Revista Direito, Sociedade e Estado**, n. 55, p. 12-41, jul./dez. 2019.

SOARES, Fabiana. Legística e Desenvolvimento: a qualidade da lei no quadro da otimização de uma melhor legislação. **Revista da Faculdade de Direito**, UFMG, Belo Horizonte, n. 50, jan./jul. 2007, p. 124-142.

SOARES, Fabiana; JARDIM, Tarcisio; HERMONT, Thiago. **Lei de acesso à informação pública no Brasil**: o que você precisa saber. Brasília: Senado Federal, 2013.

SOARES, Fabiana M.; MACIEL, Caroline S. F. S. Acesso à informação e avaliação de impacto regulatório: como essas políticas podem se retroalimentar. **Jota Info**, Série Observatório para a Qualidade da Lei, set. 2020. Disponível em: <<https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/acesso-a-informacao-e-avaliacao-de-impacto-regulatorio-15092020>>. Acesso em: 8 dez. 2020.

SOARES, Fabiana. **Produção do direito e conhecimento da lei a luz da participação popular e sob o impacto da tecnologia da informação**. 511f. Tese (Doutorado em Direito). Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2002.

SOARES, Fabiana; SANTOS, Flávia. A incorporação do dissenso no processo legislativo e seu papel na justificação da lei: condições para o *advocacy* parlamentar, p. 238-277. In: SOARES, F.; KAITEL, C.; PRETE, E. (Orgs.) **Estudos em Legística**. Florianópolis: Tribo da Ilha, 2019.

SOARES, Fabiana.; OLIVEIRA, Thais; MACIEL, Caroline. **Regimentos parlamentares no mundo**: Sistemas jurídicos e Ação legislativa. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa de Minas Gerais, 2018.

SOUZA, Fábila Jaiany Viana de et al. Uma análise sobre a evidenciação das contas públicas das capitais brasileiras. **Enfoque: Reflexão Contábil**, Maringá, v. 29, n. 1, 2010.

SOUZA, Victor Roberto Corrêa. O acesso à informação na legislação brasileira. **Revista SJRJ**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 33, p. 161-181, abr./2012. Disponível em: <[https://www.jfpe.jus.br/images/stories/docs\\_pdf/biblioteca/artigos\\_periodicos/VictorRobertoCorreadeSouza/Oacesso\\_RSJRJ\\_n33\\_2012.pdf](https://www.jfpe.jus.br/images/stories/docs_pdf/biblioteca/artigos_periodicos/VictorRobertoCorreadeSouza/Oacesso_RSJRJ_n33_2012.pdf)>. Acesso em: 16 abr. 2020.

STIGLITZ, J. **On liberty, the right to know, and public discourse: the role of transparency in public life**. Oxford: Amnesty Lectures, 1999.

STORTO, Paula Raccanello. Quais os sinais o novo governo emite para as organizações da sociedade civil? **Folha de São Paulo**, São Paulo, 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/empreendedorsocial/2019/01/quais-sinais-o-novo-governo-emite-para-as-organizacoes-da-sociedade-civil.shtml>>. acesso em: 2 jun. 2020.

SUNLIGHT FOUNDATION. **Guidelines for Open Data Policies**. [S.l], 2014. Disponível em: <[http://sunlightf.wpengine.com/wp-content/uploads/2016/09/OpenDataGuidelines\\_v3.pdf](http://sunlightf.wpengine.com/wp-content/uploads/2016/09/OpenDataGuidelines_v3.pdf)>. Acesso em: 26 mai. 2020.

TAVARES, Martus; MANOEL, Álvaro; AFONSO, José Roberto; PERES, Selene. Princípios e Regras em Finanças Públicas: a Proposta da Lei de Responsabilidade Fiscal do Brasil. **Seminário Regional de Política Fiscal da CEPAL**, Brasília, jan. 1999.

TEIXEIRA, Matheus. STF impõe nova derrota a Bolsonaro e derruba restrição a informações públicas. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/04/stf-forma-maioria-para-derrubar-restricao-as-informacoes-publicas-proposta-por-bolsonaro.shtml>>. Acesso em: 30 mai. 2020.

TORRES, Edgard; MOURA, Luiza. Verdade, memória e justiça no caso “Gomes Lund e Outros”: uma análise a partir do conflito entre a sentença da CIDH e a confirmação da Lei de Anistia pelo STF. **Revista de Direito Brasileira**, ano 4, v. 7, jan./abr. 2014.

TORRES, Marcelo Douglas de F. **Estado, democracia e administração pública no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

TRANSPARÊNCIA BRASIL. **Nota sobre o Decreto nº 9.690/2019 que altera as regras de classificação de informação**. [S.l], 2019. Disponível em: <<https://www.transparencia.org.br/blog/nota-sobre-o-decreto-n-9-6902019-que-altera-regras-de-classificacao-de-informacao/>>. Acesso em: 20 jan. 2020.

TRANSPARÊNCIA BRASIL et al. Projeto Achados e Pedidos. **Dados**. Disponível em: <<http://achadosepedidos.org.br/dados>>. Acesso em: 25 abr. 2020.

TRANSPARÊNCIA BRASIL et al. Projeto Achados e Perdidos. **Ministério do Meio Ambiente se nega a atender pedido por suas próprias bases de dados**. [S.l], 2020. Disponível em: <<http://www.achadosepedidos.org.br/na-midia/ministerio-do-meio>>

[ambiente-se-nega-a-atender-pedido-por-suas-proprias-bases-de-dados](#)>. Acesso em: 7 jun. 2020.

TRANSPARÊNCIA BRASIL et al. Projeto Achados e Perdidos. **Monitor de dados socioambientais**. Mapa de dados. [S.l], 2020. Disponível em: <<http://www.achadosepedidos.org.br/na-midia/mapa-de-dados-abertos-socioambientais>>. Acesso em: 7 jun. 2020.

TRANSPARÊNCIA BRASIL et al. **Projeto Achados e Perdidos**. Pedidos. Dicas de Pesquisa. Disponível em: <<http://www.achadosepedidos.org.br/pedidos>>. Acesso em: 25 abr. 2020.

TRANSPARÊNCIA BRASIL et al. Projeto Achados e Perdidos. **Relatório “O que a população quer saber do poder público?”** Uma análise de respostas a pedidos de acesso à informação de órgãos de todos os poderes e níveis federativos. [S.l], 2018. Disponível em: <[http://www.achadosepedidos.org.br/uploads/publicacoes/RelatorioLAI\\_TransparenciaBrasil\\_2018\\_vf.pdf](http://www.achadosepedidos.org.br/uploads/publicacoes/RelatorioLAI_TransparenciaBrasil_2018_vf.pdf)>. Acesso em: 25 abr. 2020.

TRANSPARÊNCIA BRASIL et al. Projeto Achados e Perdidos. **Sistemas e ferramentas de consulta de dados socioambientais**. [S.l], 2020. Disponível em: <<http://www.achadosepedidos.org.br/na-midia/sistemas-e-ferramentas-de-consulta-de-dados-socioambientais>>. Acesso em: 7 jun. 2020.

TRANSPARÊNCIA INTERNACIONAL. **Ranking de Transparência no combate à Covid-19**. Disponível em: <<https://transparenciainternacional.org.br/ranking/#ranking>>. Acesso em: 31 mai. 2020.

TRANSPARÊNCIA INTERNACIONAL. **Recomendações para transparência de contratações emergenciais em resposta à Covid-19**. São Paulo, 2020. Disponível em: <<https://comunidade.transparenciainternacional.org.br/asset/86:tibr-recomendacoes-de-contratacoes-emergenciais-covid19?stream=1>>. Acesso em: 31 mai. 2020.

TRANSPARÊNCIA INTERNACIONAL. **Transparência Salva Vidas – pressione pela transparência no combate à Covid-19**. Disponível em: <<https://www.transparenciasalva.org.br>>. Acesso em: 31 mai. 2020.

UBALDI, Barbara. Open Government Data: Towards Empirical Analysis of Open Government Data Initiatives. **OECD Working Papers on Public Governance**, n. 22, mai/2013, 60p. Disponível em: <<https://www.oecd-ilibrary.org/docserver/5k46bj4f03s7-en.pdf?expires=1589810214&id=id&accname=guest&checksum=B2BAA089A7831C52AE3F7970C9036126>>. Acesso em: 18 mai. 2020.

UK GOVERNMENT. Competition & Markets Authority. **Online platforms and digital advertising** – Market study final report. London, 2020. Disponível em: <[https://assets.publishing.service.gov.uk/media/5efc57ed3a6f4023d242ed56/Final\\_report\\_1\\_July\\_2020\\_.pdf](https://assets.publishing.service.gov.uk/media/5efc57ed3a6f4023d242ed56/Final_report_1_July_2020_.pdf)>. Acesso em: 6 abr. 2022.

U-REPORT. **U-Report** – Uganda Voices matter. Disponível em: <<http://www.ureport.ug/about/>>. Acesso em: 30 mai. 2020.

USA GOVERNMENT. **Administrative Conference of the United States** – about, 2022. Disponível em: <<https://www.acus.gov/#node-7>>. Acesso em: 20 mar. 2022.

USA GOVERNMENT. **Comment from Senior Fellow Nina A. Mendelson on *Mass, Computer-Generated, and Fraudulent Comments***. Administrative Conference of the United States, 2021. Disponível em:

<<https://www.acus.gov/sites/default/files/documents/Comment%20from%20Senior%20Fellow%20Nina%20A%20Mendelson%20%2804-28-2021%29.pdf>>. Acesso em: 24 mar. 2022.

USA GOVERNMENT. **Administrative Conference Recommendation 2021-1** – managing mass, computer-generated, and falsely attributed comments. Administrative Conference of The United States, 2021. Disponível em: <<https://www.acus.gov/sites/default/files/documents/Final%20-%20Managing%20Mass%20Computer-Generated%20and%20Falsely%20Attributed%20Comments.pdf>>. Acesso em: 24 mar. 2022.

USA GOVERNMENT. **Administrative Procedure Act (5 U.S.C Subchapter II)**. Office of the Federal Register, 1946. Disponível em: <<https://www.archives.gov/federal-register/laws/administrative-procedure>>. Acesso em: 25 mar. 2022.

USA GOVERNMENT. **Challenge.gov**. Disponível em: <<https://www.challenge.gov/>>. Acesso em: 28 mai. 2020.

USA GOVERNMENT. **Data.gov**. Disponível em: <<https://data.gov>>. Acesso em: 3 abr. 2022.

USA GOVERNMENT. **Comment from Senior Fellow Nina A. Mendelson on *Mass, Computer-Generated, and Fraudulent Comments***. Administrative Conference of the United States, 2021. Disponível em:

<<https://www.acus.gov/sites/default/files/documents/Comment%20from%20Senior%20Fellow%20Nina%20A%20Mendelson%20%2804-28-2021%29.pdf>>. Acesso em: 24 mar. 2022.

USA GOVERNMENT. **Federal Register**, 2022. Disponível em: <<https://www.federalregister.gov/>>. Acesso em: 27 mar. 2022.

USA GOVERNMENT. **Federal Register** – Reader Aids insight into the FR Ecosystem, 2022. Disponível em: <<https://www.federalregister.gov/reader-aids/using-federalregister-gov>>. Acesso em: 27 mar. 2022.

USA GOVERNMENT. **General Services Administration Public Meeting on *Mass & Fake Comments***. Federal Register, 2020. Disponível em: <<https://www.regulations.gov/document/GSA-GSA-2019-0002-0028>>. Acesso em: 29 mar. 2022).

USA GOVERNMENT. **Net neutrality** – President Obama’s Plan for a free and Open Internet, 2015. Disponível em: <<https://obamawhitehouse.archives.gov/net-neutrality>>. Acesso em: 30 mar. 2022.



USA GOVERNMENT. **Plain Act Writing 2010**. Disponível em: <<https://www.govinfo.gov/app/details/PLAW-111publ274>>. Acesso em: 8 mai. 2020.

USA GOVERNMENT. **Public Law 107-347: E-Government Act of 2002**. Congress, 2002. Disponível em: <<https://www.congress.gov/107/plaws/publ347/PLAW-107publ347.pdf>>. Acesso em: 3 abr. 2022.

USA GOVERNMENT. **Regulatory.Gov API – Open GSA**. General Services Administration, 2022. Disponível em: <<https://open.gsa.gov/api/regulationsgov/>>. Acesso em: 28 mar. 2022.

USA GOVERNMENT. **Regulation.gov – write a comment**, 2022. Disponível em: <[https://www.regulations.gov/commenton/EIB\\_FRDOC\\_0001-0666](https://www.regulations.gov/commenton/EIB_FRDOC_0001-0666)>. Acesso em: 23 mar. 2022).

USA GOVERNMENT. **Regulation.Gov – FAQ**, 2022. Disponível em: <<https://www.regulations.gov/faq>>. Acesso em: 28 mar. 2022.

USA GOVERNMENT. **Regulation.Gov – Learn**, 2022. Disponível em: <<https://www.regulations.gov/learn>>. Acesso em: 28 mar. 2022.

USA GOVERNMENT. **Regulation.Gov – About**, 2022. Disponível em: <<https://www.regulations.gov/about>>. Acesso em: 28 mar. 2022.

USA GOVERNMENT. **Restoring Internet Freedom**. Federal Register, 2018. Disponível: <<https://www.federalregister.gov/documents/2018/02/22/2018-03464/restoring-internet-freedom>>. Acesso em: 30 mar. 2022.

VALA, Jorge. A Análise de Conteúdo. In: PINTO, José Madureira; SILVA, Augusto Santos (org.) **Metodologia das Ciências Sociais**. Porto: Afrontamento, 1986.

VALOR Econômico. **Com extras, 71% dos juizes do país recebem acima do teto de R\$ 33 mil**. Rio de Janeiro, 17 de dezembro de 2017. Disponível em: <<https://valor.globo.com/politica/noticia/2017/12/17/com-extras-71-dos-juizes-do-pais-recebem-acima-do-teto-de-r-33-mil.ghtml>>. Acesso em: 20 abr. 2020.

VARIETIES OF DEMOCRACY INSTITUTE. **Democracy Report 2020 – autocratization surges, resistance grows**. Gotemburgo, Suécia: University of Gothenburg, 2020. Disponível em: <[https://www.v-dem.net/media/filer\\_public/f0/5d/f05d46d8-626f-4b20-8e4e-53d4b134bfc6/democracy\\_report\\_2020\\_low.pdf](https://www.v-dem.net/media/filer_public/f0/5d/f05d46d8-626f-4b20-8e4e-53d4b134bfc6/democracy_report_2020_low.pdf)>. Acesso em: 6 jun. 2020.

VARIETIES OF DEMOCRACY INSTITUTE. **The Democratic Space Barometer**. [S.l], 2020. Disponível em: <<https://www.v-dem.net/en/analysis/DemSpace/>>. Acesso em: 6 jun. 2020.

VERGOTTINI, Giuseppe de. **Derecho Constitucional Comparado**. México: Universidad Nacional Autónoma de México, Instituto de Investigaciones Jurídicas, 2004.



VIEIRA, Eduardo. Desafios e estratégias para a implantação da avaliação de impacto legislativo. In: MENEGUIN, Fernando; SILVA, Rafael Silveira e (Orgs.). **Avaliação de impacto legislativo: cenários e perspectivas para sua aplicação**. Brasília: Senado Federal, 2017.

VIEIRA, Oscar Vilhena. Em defesa das regras do jogo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/oscarvilhenavieira/2020/02/em-defesa-das-regras-do-jogo.shtml?origin=folha>>. Acesso em: 5 jun. 2020.

WASHINGTON POST. **A whistleblower's power: key takeaway from the Facebook**. Washington Post, 2021. Disponível em: <<https://www.washingtonpost.com/technology/2021/10/25/what-are-the-facebook-papers/>>. Acesso em: 6 abr. 2022

WHITE HOUSE. **Transparency and Open Government**. Memorandum of January 21, 2009. Disponível em: <[https://www.whitehouse.gov/the\\_press\\_office/TransparencyandOpenGovernment](https://www.whitehouse.gov/the_press_office/TransparencyandOpenGovernment)> . Acesso em: 15 fev. 2020.

WINTGENS, Luc J. **Legisprudence: Practical Reason in Legislation**. Farnham: Ashgate Publishing Limited, 2012.

WIPO; CORNELL UNIVERSITY. **Global Innovation Index 2019**. Cornell University and Wipo, 2019. Disponível em: <<https://www.globalinnovationindex.org/>>. Acesso em: 30 mai. 2020.

WORLD BANK. **Open Data + Agriculture can transform how farmers respond to looming crises**. Uganda, 2013. Disponível em: <<https://www.worldbank.org/en/news/feature/2013/04/26/open-data-can-transform-farmers-response-to-crisis>>. Acesso em: 30 mai. 2020.

WORLD BANK. **Open Government Data Toolkit**. Disponível em: <<http://opendatatoolkit.worldbank.org/en/>>. Acesso em: 25 mai. 2020.

WORLD BANK. **Open Government Data Toolkit – Demand and Engagement**. Disponível em: <<http://opendatatoolkit.worldbank.org/en/demand.html>>. Acesso em: 25 mai. 2020.

WORLD BANK. **World Development Report: Making Services Work for Poor People**. New York: Oxford University Press, 2004.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Infodemic management: a key component of the COVID-19 global response. **Weekly Epidemiological Record**, v. 95, n. 16, abr. 2020, p. 145-148. Disponível em: <<https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/331775/WER9516-145-148-eng-fre.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 6 jun. 2020.

WORLD WIDE WEB FOUNDATION. **Open Data Barometer Leaders Edition**. Disponível em: <[https://opendatabarometer.org/?\\_year=2017&indicator=ODB](https://opendatabarometer.org/?_year=2017&indicator=ODB)>. Acesso em: 26 mai. 2020.

WORLD WIDE WEB FOUNDATION. **Open Data Barometer Leaders Edition – Country Sheets – Brazil**. Disponível em: <[https://opendatabarometer.org/country-detail/?\\_year=2017&indicator=ODB&detail=BRA](https://opendatabarometer.org/country-detail/?_year=2017&indicator=ODB&detail=BRA)>. Acesso em: 26 mai. 2020.

WORLD WIDE WEB FOUNDATION. **Open Data Barometer Leaders Edition – From promise to progress (Report)**. Setembro, 2018. Disponível em: <<https://opendatabarometer.org/leadersedition/report/>>. Acesso em: 26 mai. 2020.

WORLD WIDE WEB FOUNDATION. **Open Data Barometer Leaders Edition – Methodology**. Disponível em: <<http://opendatabarometer.org/doc/leadersEdition/ODB-leadersEdition-Methodology.pdf>>. Acesso em: 26 mai. 2020.

WORLD WIDE WEB FOUNDATION. **The Web Index**. [S.l], 2014. Disponível em: <<https://thewebindex.org/>>. Acesso em: 26 mai. 2020.

WORTHY, Ben. **The politics of freedom of information: how and why governments pass laws that threaten their power**. Manchester: Manchester University Press, 2017.

YALE JOURNAL ON REGULATION. **Nina A. Mendelson on the Value of Comments from Individual Members of the Public (ACUS Update)**, 2021. Disponível em: <<https://www.yalejreg.com/nc/nina-a-mendelson-on-the-value-of-comments-from-individual-members-of-the-public/>>. Acesso em: 24 mar. 2022.

YALE JOURNAL ON REGULATION. **Noticing Notice, by Gwendolyn McKee**, 2020. Disponível em: <<https://www.yalejreg.com/nc/noticing-notice-by-gwendolyn-mckee/>>. Acesso em: 25 mar. 2022.

YALE JOURNAL ON REGULATION. **Notice & Comment Lessons on Race and Place-Based Participation from Environmental Justice and Geography, by Sonya Ziaja**, 2020. Disponível em: <<https://www.yalejreg.com/nc/lessons-on-race-and-place-based-participation-from-environmental-justice-and-geography-by-sonya-ziaja/>>. Acesso em: 26 mar. 2022.

YALE JOURNAL REGULATION. **Randolph J. May on Mass Comments and the FCC's Net Neutrality Proceedings (ACUS Update)**. Administrative Conference Update Series, 2021. Disponível em: <<https://www.yalejreg.com/nc/randolph-j-may-on-mass-comments-and-the-fccs-net-neutrality-proceedings-acus-update/>>. Acesso em: 29 mar. 2022.

YALE JOURNAL ON REGULATION. **Richard J. Pierce, Jr. on the Harmful Public Misperception that Rulemaking is a Plebiscite (ACUS Update)**, 2021. Disponível em: <<https://www.yalejreg.com/nc/richard-j-pierce-jr-on-the-harmful-public-misperception-that-rulemaking-is-a-plebiscite-acus-update/>>. Acesso em: 24 mar. 2022.

YIN, Robert. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2005.

## APÊNDICE A

### Pedidos de acesso à informação

	Nº do Protocolo(s)	Destinatário	Resumo	Tramitação e resultado
001	00075000601202009  00075000698202041	CGU (e-SIC federal)	Estatísticas de acesso ao Portal Transparência (2004-2020) – Usuários e Sessões (não estavam todas disponíveis no portal).	<p>Pedido inicial foi respondido, mas enviaram dados incompletos, o que gerou dúvidas e necessidade de recurso.</p> <p>O recurso de 1ª instância foi respondido apontando inconsistências no pedido.</p> <p>O recurso de 2ª instância também foi respondido, no entanto, não foi admitido, ao considerarem que houve inovação do pedido no recurso, por não ter especificado a tipologia desde o pedido inicial.</p> <p>Novo pedido foi feito, requerendo a mesma coisa, explicando a incompletude do que foi enviado. Na resposta ao novo pedido foi explicado que não possuem dados de usuários antes de 2015. Ademais, que de 2004 a 2020 só possuem as estatísticas de acesso de sessões de usuários. Futuramente, afirmaram que vão disponibilizar no site, diante da minha demanda.</p>
002	00075000605202089	CGU (e-SIC federal)	Acesso ao Ranking da avaliação Escala Brasil Transparente 360º (endereço eletrônico não funcionava).	O pedido inicial foi respondido e resolveu a demanda.

003	01390001208202014	Ministério C, T&I (e-SIC federal)	Acesso a consultas públicas realizadas pelo Ministério.	O pedido inicial foi respondido e resolveu a demanda.
004	08850002964202045	Ministério da Justiça e Segurança Pública (e-SIC federal)	Acesso a eventuais consultas públicas e outros instrumentos de participação feitos durante a tramitação interna no Executivo (ou seja, antes de ser encaminhada ao Congresso) da proposta que se tornou o PL 2126/2011 (que, por sua vez, virou o Marco Civil da Internet) e do Decreto 8771/16 (que o regulamentou).	O pedido inicial foi respondido. Enviaram o link de tramitação do PL no Congresso, no entanto, essa não foi a informação solicitada. O recurso de 1ª instância foi respondido. Disponibilizaram a minuta, audiências e consultas públicas do anteprojeto de 2009, através do link: <a href="http://pensando.mj.gov.br/marcocivil2009/sobre/">http://pensando.mj.gov.br/marcocivil2009/sobre/</a> , bem como a Exposição de Motivos, no link: <a href="http://pensando.mj.gov.br/marcocivil2009/2011/10/27/marco-civil-encaminhado-ao-congresso/">http://pensando.mj.gov.br/marcocivil2009/2011/10/27/marco-civil-encaminhado-ao-congresso/</a>
005	23480009878202011	Ministério da Educação (e-SIC federal)	Acesso a consultas públicas realizadas pelo Ministério.	O pedido inicial foi respondido, mas o acesso foi negado. Alegaram que a demanda exigiria trabalho adicional de sistematização, pelo fato de os arquivos não serem digitalizados e o pedido ser genérico. Ofertaram o acesso aos arquivos físicos, presencialmente. O recurso de 1ª instância foi respondido, mas manteve a decisão anterior, razão pela qual não foi interposto

				novos recursos.
006	00075000662202068	CGU (e-SIC federal)	Acesso a consultas públicas realizadas pela CGU.	De pronto, o prazo foi prorrogado por mais 10 dias, em virtude de suporta complexidade da demanda. O pedido inicial foi respondido, sendo enviado um arquivo em <i>pdf</i> explicando detalhadamente cada consulta pública, além de vários documentos e links, no entanto, alguns desses links estavam quebrados.
007	00075000709202093	CGU (e-SIC federal)	Acesso a eventuais consultas públicas e outros instrumentos de participação feitos durante a elaboração das políticas e decretos de governo aberto.	O pedido inicial foi respondido. Reenviaram todas as consultas aos 1º a 4º Planos de Ação Nacional da <i>Open Government Partnership</i> . Explicaram, ainda, que quanto aos decretos da Presidência, não possuem a informação de que houve consultas públicas, o que deve ser consultado junto ao órgão.
008	00075000713202051	CGU (e-SIC federal)	Acesso a eventuais consultas públicas e outros instrumentos de participação feitos durante a tramitação interna no Executivo dos decretos que regulamentaram o Código de Defesa do Usuário de Serviço Público e da proposta que	O pedido inicial foi respondido. Não identificaram consultas públicas realizadas no âmbito deste órgão na elaboração do CDU e de seus decretos regulamentadores e do Decreto nº 9094/2017. Já em relação ao Decreto nº 9492/2018 (ouvidoria), foi realizada consulta pública entre os dias 16 de maio e 16 de julho de 2013. Enviaram em anexo o relatório final desta consulta.

			virou o PL apresentado.	
009	00075000714202004	CGU (e-SIC)	Acesso a eventuais consultas públicas e outros instrumentos de participação feitos durante a construção dos sites, sistemas e plataformas: portal da transparência, ouvidoria federal, e-SIC federal e portal brasileiro de dados abertos	De pronto, o prazo foi prorrogado por mais 10 dias, em virtude de suporta complexidade da demanda. O pedido inicial foi respondido, enviando consultas públicas, conferências e sugestões via ouvidoria nos temas solicitados.
010	00077001226202096	Vice-Presidência (e-SIC federal)	Acesso a consultas públicas realizadas pela VPR.	O pedido inicial foi respondido. Informaram que não foram identificadas consultas públicas realizadas pela VPR até a presente data.
011	00077001227202031	Secretaria-Geral da Presidência da República (e-SIC federal)	Acesso a consultas públicas realizadas pela SGPR.	O pedido inicial foi respondido, mas o acesso foi negado. Alegaram que o pedido era genérico e exige trabalho adicional de sistematização. Indicaram a plataforma Participa.br para acessar consultas eventualmente realizadas. O recurso de 1ª instância foi respondido, sendo informado que a SGPR, por intermédio da Secretaria Especial de Articulação Social, no ano de 2013, realizou consulta pública na plataforma Participa.br, sobre o Compromisso Nacional pela Participação Social (enviaram um link quebrado). Para informações





				relatórios sistematizados das novas consultas e não das antigas.
013	00077001229202020	Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (e-SIC federal)	Acesso a consultas públicas realizadas pela SECOM.	O pedido inicial foi respondido. Declararam que, desde a criação até alguns anos, não faziam consultas públicas, por entenderem que não eram necessárias na elaboração dos atos normativos de sua competência (portarias e instruções normativas). A partir de certo momento, a SECOM começou a usar consultas públicas. Disponibilizou endereço eletrônico para acesso a todas as consultas que já realizou: <a href="http://secom.gov.br/consultas_publicas">http://secom.gov.br/consultas_publicas</a> . Não dispõe dos dados das consultas públicas dos demais órgãos da Presidência. O recurso de 1ª instância foi respondido. Solicitei a documentação da consulta que não estava disponível no site. Informaram que ainda não concluíram a apreciação das contribuições sociais a essa consulta. Estranhamente, ela foi encerrada em outubro de 2019. Informaram que assim que concluir vão disponibilizar no site nova minuta do edital contemplando, no que couber, as sugestões propostas.
014	00077001231202007	Casa Civil (e-SIC federal)	Acesso a consultas públicas realizadas pela Casa Civil.	O pedido inicial foi respondido. Indicaram os endereços eletrônicos para acesso às consultas públicas realizadas pela Casa Civil: <a href="https://www.gov.br/casacivil/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/participacao-social">https://www.gov.br/casacivil/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/participacao-social</a> <a href="http://www4.planalto.gov.br/legislacao/portal-legis/consultas-publicas/realizadas-1">http://www4.planalto.gov.br/legislacao/portal-legis/consultas-publicas/realizadas-1</a> <a href="http://participa.br/">http://participa.br/</a>

				<p>O recurso de 1ª instância foi respondido. No pedido, relatei que um dos links não funciona e o outro não dá acesso aos documentos da consulta. Mandaram devolutiva e planilha da consulta pública do PDA da Casa Civil. Informaram que nunca usaram a plataforma Participa.br para fazer uma consulta, sendo que a plataforma é administrada pela SEGOV e orientaram um pedido de acesso à informação diretamente a eles.</p> <p>O recurso de 2ª instância foi respondido. Foram solicitados os documentos, resultados e devolutivas das 30 consultas públicas de atos normativos. O recurso foi indeferido, pois as 30 consultas públicas foram realizadas pela Subchefia para Assuntos Jurídicos, atualmente pertencente a estrutura organizacional da Secretaria Geral da Presidência da República - SG, que poderá prestar as informações e esclarecimentos pertinentes através do e-mail <a href="mailto:sg@presidencia.gov.br">sg@presidencia.gov.br</a>.</p> <p>E-mail foi enviado, mas nunca obtive retorno.</p>
015	00077001370202022 00077001371202077	CGU (e-SIC federal)	Acesso a eventuais consultas públicas e outros instrumentos de participação feitos durante a tramitação interna no Executivo da proposta que virou o PL 5228/2009 (um dos PLs que	<p>O pedido inicial foi respondido. Esclareceram que não foi realizada consulta pública quanto ao Anteprojeto de Lei de Acesso à Informação (LAI), contudo, o Conselho de Transparência Pública Combate Corrupção (CTPCC) participou de forma efetiva na elaboração da norma. Esclareceram que o CTPCC é um colegiado composto por representantes do Poder Executivo federal e da sociedade civil organizada que integra a estrutura básica da CGU. É finalidade do Comitê servir de espaço para debate de medidas de</p>

			<p>virou a LAI) e do decreto 7724/2012 e os demais que o alteraram (regulamento da LAI)</p>	<p>aperfeiçoamento dos métodos e sistemas de controle, incremento da transparência e estratégias de combate à corrupção e à impunidade. Acrescentaram que as atas e pautas de reunião do CTPCC podem ser acessadas no link <a href="https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/transparencia-publica/conselho-da-transparencia/documentos-de-reunioes">https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/transparencia-publica/conselho-da-transparencia/documentos-de-reunioes</a>. Informaram que a primeira minuta do Anteprojeto LAI somente foi elaborada após intensas discussões realizadas no âmbito daquele colegiado, o qual, à época, possuía 10 assentos para representantes de diversos segmentos da sociedade civil. Além disso, destacaram que o texto foi fruto de construtivos debates entre diversos órgãos do Poder Executivo federal, especialmente a CGU, a Secretaria Especial dos Direitos Humanos, o Ministério da Defesa, o Ministério das Relações Exteriores, o Ministério da Justiça, a Secretaria de Comunicação Social e a Casa Civil da Presidência da República.</p> <p>Atas enviadas e processos administrativos. O recurso de 1ª instância foi respondido, questionando se o CTPCC não se reuniu este ano. Esclareceram que o conselho está em funcionamento, contudo, não ocorreram e não há previsão de quando ocorrerão as reuniões este ano devido aos imprevistos advindos com a pandemia do COVID-19. Apesar disso, está em execução o Plano de trabalho 2019-2021, aprovado na 20ª Reunião, que foi publicado no Diário Oficial da União como anexo da Resolução nº 4, de 4 de março de 2020, e pode ser acessado no</p>
--	--	--	---	--

				endereço <a href="http://www.in.gov.br/web/dou/-/resolucao-n-4-de-4-de-marco-de-2020-246238765">http://www.in.gov.br/web/dou/-/resolucao-n-4-de-4-de-marco-de-2020-246238765</a> . Também foi confirmado pela Presidência que não houve consulta pública sobre o decreto que regulamentou a LAI.
016	00077001374202019	Presidência da República (e-SIC federal)	Acesso a eventuais consultas públicas e outros instrumentos de participação feitos durante a elaboração de políticas e decretos de governo digital.	O pedido inicial foi respondido. Ao contrário do solicitado, enviaram as exposições de motivos, pareceres jurídicos e outros documentos da tramitação interna dos Decretos nº 8.936/2016, 9.319/2018 e 8.638/2016, mas nada sobre o uso de instrumentos de participação. O recurso de 1ª instância foi respondido, afirmando que foram localizados nenhum desses documentos. Disso conclui-se que não foram realizadas consultas públicas.
017	00077001375202055 00077001376202008	Secretaria-Geral da Presidência da República (e-SIC federal)	Acesso a eventuais consultas públicas e outros instrumentos de participação feitos durante a construção da Plataforma Dialoga Brasil e de outros canais de participação digital. E também aos relatórios estatísticos de uso da plataforma.	O pedido inicial foi respondido. Informaram que os documentos de consultas públicas podem ser acessados via plataforma Participa.br ( <a href="http://participa.br/">http://participa.br/</a> ). Esclareceram que, para obter as informações, o usuário deve se cadastrar na plataforma e realizar a pesquisa por período, pessoa ou comunidade e fazer o download do arquivo. Em relação à plataforma Dialoga Brasil, para acessar as devolutivas feitas à sociedade o usuário pode acessar o link <a href="http://dialoga.gov.br/">http://dialoga.gov.br/</a> , selecionar o tema de sua escolha e consultar todas as respostas.  Por fim, informaram que, para mais informações referentes a outras plataformas de serviços digitais, a solicitação deve ser dirigida ao Ministério da Economia, órgão responsável pelo portal gov.br. As

				<p>informações acima foram disponibilizadas pela Secretaria Especial de Articulação Social da Secretaria de Governo da Presidência da República.</p> <p>Informaram que o portal que fazia a coleta de informações (<a href="https://estatisticas.presidencia.gov.br">https://estatisticas.presidencia.gov.br</a>) foi desativado em 17/04/2017, de modo que os dados anteriores a essa data não estão mais disponíveis no centro de dados do Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO). Anexaram as estatísticas disponíveis.</p> <p>O recurso de 1ª instância foi respondido afirmando que não há registros do uso de instrumentos de participação para embasar a criação das plataformas Participa.br e Dialoga Brasil.</p>
018	00083000346202097	Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (e-SIC federal)	Acesso a consultas públicas realizadas pelo Ministério.	O pedido foi prorrogado por mais 10 dias para a consolidação das informações solicitadas. O pedido inicial foi respondido. Foram enviados 8 documentos anexos com um grande levantamento de consultas públicas.
019	08850002730202006	Ministério da Justiça e Segurança Pública (e-SIC federal)	Acesso a consultas públicas realizadas pelo Ministério.	O pedido inicial foi respondido. Informaram que as consultas públicas do MJ são divulgadas na página de Participação Social do Portal: <a href="https://www.novo.justica.gov.br/acesso-a-informacao/participacao-social">https://www.novo.justica.gov.br/acesso-a-informacao/participacao-social</a> Nem tudo opera mais (são consultas antigas), mas informaram que pediram para o setor responsável atualizar.



				Aconselharam a fazer nova solicitação, caso precisasse de documentos de consultas específicas.
020	71004002105202063	Ministério da Cidadania (Cultura, Desenvolvimento Social e Esporte) – e-SIC federal	Acesso a consultas públicas realizadas pelo Ministério.	O pedido inicial foi respondido. Foram fornecidas respostas específicas por cada uma das três secretarias do ministério. SEESP: nunca fez consultas públicas; SEDS e SECULT: alegaram que o pedido era genérico e negaram o acesso. Apesar disso, a SECULT mandou documentos complementares de consultas anexos e links. Todavia, a maioria dos links estavam fora do ar
021	71004002449202072	SGPR – e-SIC federal	Acesso a eventuais consultas públicas e outros instrumentos de participação feitos durante a elaboração de políticas e decretos de participação social.	O pedido inicial foi respondido. Informaram que não foram encontradas consultas e outros instrumentos de participação.
022	99928000238202001	Serviço Federal de Processamento de Dados (e-SIC federal)	Acesso a consultas públicas realizadas pelo SERPRO.	O pedido inicial foi respondido. Informaram que o SERPRO não dispõe de consultas públicas e audiências públicas previstas, nem realizadas, nem dispõe de conselhos ou órgãos colegiados abertos à participação de representantes da sociedade e nem de conferências, conforme informado em seu Portal de Transparência e Governança. Encaminharam o link (que, contudo, estava quebrado).

023	03006008055202058	Ministério da Economia (e-SIC)	Acesso a eventuais consultas públicas feitas durante a tramitação interna no Executivo da proposta que se tornou o PLP 18/1999 (que, por sua vez, se tornou a Lei de Responsabilidade Fiscal).	<p>O pedido inicial foi respondido. O ME informou que não possui essas informações completas e me recomendou solicitar ao Arquivo Nacional. Em resposta ao pedido, me enviou a íntegra da lei em <i>pdf</i>. O recurso de 1ª instância foi enviado, pois a informação enviada não correspondia em nada à solicitada. Não reencaminharam meu pedido, apesar de indicarem órgão da estrutura federal. Não houve resposta ao recurso no prazo legal. Informaram que posso entrar com recurso em 2ª instância em até 10 dias, em razão da falta de resposta sem justificativa.</p> <p>O recurso de 2ª instância foi respondido. Informaram que não localizaram a documentação, mas que houve consulta pública no início de dezembro de 1998, na qual foram colhidas mais de 5 mil sugestões pela internet e realizadas várias audiências com diferentes representantes dos Governos estaduais e municipais e de entidades organizadas da sociedade. Falaram que dezenas de sugestões e pleitos recebidos foram provavelmente incorporados ao projeto final do Executivo. Quanto às legislações posteriores que fizeram alterações na LRF, tais quais, a Lei Complementar nº 156/2016, Lei Complementar nº 159/2017, Lei Complementar nº 164/2018 etc., não há também nesta Secretaria histórico ou registro referente à qualquer consulta pública. Os documentos solicitados podem constar do Núcleo de Arquivos do antigo Ministério da Fazenda, o qual é subordinado à Coordenação de Gestão de Documentos da Diretoria</p>
-----	-------------------	--------------------------------	--	---

				de Administração e Logística-DAL/SGC/SE/ME. Recomendaram que eu fizesse novo pedido de acesso à informação a eles.
024	200508-000198	Câmara dos Deputados	Acesso a eventuais consultas e audiências públicas realizadas durante à tramitação legislativa no Congresso dos PLs que se tornaram a LRF e que a alteraram.	O pedido inicial foi respondido. Enviaram as notas taquigráficas das 13 audiências públicas na tramitação do PLP 18/1999. Informaram que teve uma consulta pública na Casa Civil (que precisaria ser solicitada a eles). Enviaram as fichas de tramitação dos PLs que alteraram a LRF. O recurso de 1ª instância foi respondido para esclarecer dúvidas.
025	200508-000224	Câmara dos Deputados	Acesso a eventuais consultas e audiências públicas realizadas durante à tramitação legislativa no Congresso dos PLs que se tornaram a LAI e que a alteraram.	O pedido inicial foi respondido. Informaram a realização de 4 audiências públicas na Comissão especial e documentos para a análise das fichas da tramitação (de todos os PLs na Câmara e no Senado).
026	200509-000019	Câmara dos Deputados	Acesso a eventuais consultas e audiências públicas realizadas durante à tramitação legislativa no Congresso dos PLs	O pedido inicial foi respondido. Informaram a realização de 2 audiências públicas na Comissão especial e documentos para a análise das fichas da tramitação (de todos os PLs na Câmara e no Senado). Também informaram a realização de 6 audiências públicas no Senado e de uma consulta

			que se tornaram o Marco Civil da Internet e que o alteraram.	pública no site do Senado.
027	200509-000020	Câmara dos Deputados	Acesso a eventuais consultas e audiências públicas realizadas durante à tramitação legislativa no Congresso dos PLs que se tornaram o Código de Defesa do Usuário do Serviço Público e que o alteraram.	O pedido inicial foi respondido. Não foram encontradas informações sobre consultas ou audiências públicas no PL 6953/2002 e seus apensados (como o PLV 674/1999). Houve um requerimento aprovado para realizar audiência pública, no entanto, não foi localizado registro sobre a sua realização. O PLS 439/1999 teve início no Senado, por isso, sugeriram fazer nova solicitação no Senado.
028	40132	Senado Federal	Acesso a eventuais consultas e audiências públicas realizadas durante à tramitação legislativa no Senado dos PLs que se tornaram a LRF e que a alteraram.	O pedido inicial foi respondido. Informaram que foi realiza uma audiência pública no PL que virou a LRF e uma audiência pública em PL que alterou a LRF, além de várias moções de repúdio.

029	40089 40353	Senado Federal	Acesso a eventuais consultas e audiências públicas realizadas durante à tramitação legislativa no Senado dos PLs que se tornaram o Código de Defesa do Usuário do Serviço Público e que o alteraram.	O pedido inicial foi respondido. Não teve audiências e nem consultas públicas durante a tramitação do PLS 439/1999 no Senado. No sistema do Senado, não é possível enviar recurso. Por causa disso, foi preciso fazer novo pedido de acesso, solicitando complementação. Confirmaram que não houve mesmo audiências públicas e não sofreu modificações.
030	40134	Senado Federal	Acesso a eventuais consultas e audiências públicas realizadas durante à tramitação legislativa no Senado dos PLs que se tornaram o Marco Civil da Internet e que o alteraram.	O pedido inicial foi respondido. Informaram que em relação ao PLC 21/2014 foram realizadas 3 audiências na CCT; 2 audiências na CCJ e uma audiência na CMA (totalizando 6 audiências públicas no Senado).
031	40088	Senado Federal	Acesso a eventuais consultas e audiências públicas realizadas durante à tramitação legislativa no Senado dos PLs que	O pedido inicial foi respondido. Informaram que eu deveria consultar as fichas de tramitação dos PLs e as atas e notas taquigráficas, além dos relatórios anuais da Presidência.

			se tornaram a LAI e que a alteraram.	
032	00077001490202020	Casa Civil (e-SIC federal)	Acesso a consulta pública sobre a LRF que apareceu em registro da Câmara dos Deputados	O pedido inicial foi respondido. Disponibilizaram, em anexo, a íntegra dos documentos localizados no acervo do Arquivo Central da Presidência da República, relacionados a Lei de Responsabilidade Fiscal. Em nenhum deles consta consulta pública, apenas as mensagens trocadas entre a Presidência e Congresso. O recurso de 1ª instância foi respondido e informaram que não localizaram os documentos.
033	00075000800202017 00077001528202064	CGU e Casa Civil (e-SIC federal)	Exposição de motivos interministerial dos Decretos 8.777/2016 e 9.903/2019	O pedido inicial foi respondido e os documentos foram enviados.
034	00077001531202088	Secretaria de Governo da Presidência da República (e-SIC federal)	Relação, histórico, continuidade e conexões das plataformas digitais de participação social (como Participa Br e Dialoga Br)	Informaram que as plataformas Participa.br e Dialoga Brasil são independentes. A plataforma Dialoga Brasil está fora de operação desde 2016 e será retirada do ar, uma vez que o Governo Federal lançou a plataforma Agenda + Brasil, com propósito semelhante. Na plataforma Dialoga Brasil o cidadão podia fazer sugestões e/ou apresentar propostas que ficavam disponíveis para votação. O portal Participa.br foi lançado em 2013, juntamente com a Política Nacional de Participação Social (Decreto nº 8243 de 23 de maio de 2014,



				<p>revogado em pelo Decreto nº 9.759, de 2019), e foi desenvolvido pelo Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO), por solicitação da Presidência da República. Na plataforma eram submetidos documentos para que a população pudesse fazer contribuições e, além disso, existia a possibilidade de se criar comunidades para debater determinados assuntos. Atualmente continua em operação, mas possui restrições tecnológicas e, por esta razão, será substituído pela plataforma Participa + Brasil. Para mais informações referentes a outras plataformas de serviços digitais, a solicitação deve ser dirigida ao Ministério da Economia, órgão responsável pelo portal <a href="http://gov.br">gov.br</a>. As informações acima foram disponibilizadas pela Secretaria Especial de Articulação Social da Secretaria de Governo da Presidência da República.</p>
035	00075.000809/2020-10	CGU (e-SIC federal)	<p>Acesso a dados exportáveis (planilha excel) com estatísticas de bases de dados abertas, previstas e atrasadas dos órgãos federais com PDA vigente. Erros no funcionamento do Painel de Monitoramento da CGU.</p>	<p>O pedido inicial foi respondido e enviaram uma planilha. O recurso de 1ª instância foi respondido e informaram que o MAST apresentou cronograma de abertura de bases em seu último Plano de Dados Abertos - PDA com a previsão de abertura de 17 bases de dados, que seriam publicadas no mês de dezembro de 2019. No entanto, até o momento as bases não foram disponibilizadas no Portal Brasileiro de Dados Abertos, como determina o Decreto nº 8.777/2016 e a Resolução nº 3 do CGINDA.</p>

036	00077001627202046	SEGOV (e-SIC federal)	Solicitei documentos e informações sobre as plataformas Participa.Br e Dialoga Brasil	<p>com relação ao portal Participa.br esclareceram que:</p> <p>O portal foi lançado juntamente com o Decreto nº 8.243/2014, que instituiu a Política Nacional de Participação Social;</p> <p>A plataforma foi desenvolvida pelo Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO), por solicitação da Presidência da República, a partir do software livre Noosfero;</p> <p>A plataforma disponibiliza documentos para que os cidadãos participem enviando contribuições;</p> <p>O cidadão poderá ter acesso ao acervo das consultas públicas realizadas na plataforma, desde que devidamente cadastrado no sistema;</p> <p>O usuário que desejar enviar documentos deverá se cadastrar no portal, criar e ter aprovada pelo órgão gestor uma comunidade para debater sobre determinados assuntos;</p> <p>Para ter acesso às informações, é necessário realizar a pesquisa utilizando um dos seguintes filtros: período, proponente ou comunidade;</p> <p>Durante o ano de 2019, foram disponibilizadas 67 consultas públicas com informações detalhadas;</p> <p>O usuário tem acesso a todo o conteúdo produzido pelas 380 comunidades registradas no portal.</p> <p>No que se refere à plataforma Dialoga Brasil:</p> <p>O canal permite que o cidadão faça sugestões ou apresente propostas que ficam disponíveis para votação;</p>
-----	-------------------	-----------------------	---	---

				<p>Para acessar as devolutivas feitas à sociedade, o usuário pode acessar o link <a href="http://dialoga.gov.br/">http://dialoga.gov.br/</a> e selecionar o tema de sua escolha; Durante o processo de desenvolvimento do portal , lançado em 2015, foram realizadas consultas públicas por meio do Participa.br (os usuários da plataforma Participa.br podem acessar os 113 registros referentes ao tema na íntegra e fazer download do conteúdo).</p> <p>Por fim, disponibilizaram, em anexo, os relatórios estatísticos dos acessos às plataformas Participa.br e Dialoga Brasil, com registro do número de acessos desde 2017. Encaminharam, ainda, informações já disponíveis na internet, por entender que possam contribuir para o esclarecimento solicitado.</p>
037	00077.001641/2020-40	Presidência da República (e-SIC federal)	Acesso a eventuais consultas públicas e outros instrumentos de participação feitos durante a elaboração das políticas e decretos de governo aberto.	O pedido inicial foi respondido. Não foram localizadas consultas e instrumentos de participação vinculados ao Decreto n. 8.777/2016, Decreto n. 9.903/2019 e Decreto n. 10.160/2019.
038	00077.001682/2020-36	Presidência da República e CGU (e-SIC federal)	Exposição de motivos interministerial do Decreto	O pedido inicial foi respondido e a exposição de motivos foi enviada em anexo.

	00075.000900/2020-35		10.160/2019 e relação de continuidade com anteriores	
039	08850.003600/2020-82	Arquivo Nacional (e-SIC federal)	Acesso a eventuais consultas públicas feitas durante a tramitação interna no Executivo da proposta que se tornou o PLP 18/1999 (que, por sua vez, se tornou a Lei de Responsabilidade Fiscal).	O pedido inicial foi respondido. Não informaram se a documentação está no Arquivo Nacional, mas me orientaram a procurar no atendimento a distância e passaram links. <a href="http://consulta.an.gov.br/">http://consulta.an.gov.br/</a> <a href="http://arquivonacional.gov.br/br/consulta-ao-acervo">http://arquivonacional.gov.br/br/consulta-ao-acervo</a> O recurso de 1ª instância foi respondido e me ajudaram a solicitar os documentos pelo sistema interno deles. Protocolo: 2020S2011. Contudo, a informação enviada não foi a solicitada, sendo que apenas me mandaram links para acesso à tramitação legislativa da LRF.
040	00077.001683/2020-81	SEGOV (e-SIC federal)	Informações adicionais e documentos da consulta pública na plataforma Participa.br, sobre o Compromisso Nacional pela Participação - Secretaria Especial de Articulação Social, atualmente vinculada à Secretaria de	O pedido inicial foi respondido. A minuta de Decreto intitulado Compromisso Nacional pela Participação Social (CNPS) ficou disponível na plataforma Participa.br para receber contribuições no período compreendido entre 18 de julho a 06 de setembro de 2013. O texto submetido para consulta, bem como os comentários podem ser acessados no seguinte endereço eletrônico: <a href="http://participa.br/participacaosocial/construcao-da-politica-e-do-compromisso-nacional-para-a-participacao-social/compromisso-nacional-pela-participacao-social/compromisso-nacional-pela-participacao-social">http://participa.br/participacaosocial/construcao-da-politica-e-do-compromisso-nacional-para-a-participacao-social/compromisso-nacional-pela-participacao-social/compromisso-nacional-pela-participacao-social</a> Associada à consulta do CNPS, foi

			Governo da República	<p>disponibilizada, no mesmo período, a minuta de Ato Normativo que instituiu a Política Nacional de Participação Social (PNPS), nos termos do Decreto nº 8.243, de 23 de maio de 2014. O material relacionado à essa consulta pode ser acessado a partir do seguinte link: <a href="http://participa.br/participacaosocial/construcao-da-politica-e-do-compromisso-nacional-para-a-participacao-social/politica-nacional-de-participacao-social/politica-nacional-de-participacao-social">http://participa.br/participacaosocial/construcao-da-politica-e-do-compromisso-nacional-para-a-participacao-social/politica-nacional-de-participacao-social/politica-nacional-de-participacao-social</a></p> <p>Por fim, destacamos que se encontra disponível na plataforma Participa.br um breve histórico das consultas relacionadas à Política Nacional de Participação Social, bem como ao Compromisso Nacional pela Participação Social, o qual pode ser consultado acessando o link: <a href="http://participa.br/participacaosocial/consulta-publica/breve-historico-da-pnps-e-do-cnps">http://participa.br/participacaosocial/consulta-publica/breve-historico-da-pnps-e-do-cnps</a>.</p>
041	00077.001685/2020-70	Presidência da República	Acesso a eventuais consultas públicas e outros instrumentos de participação feitos durante a tramitação interna no Executivo dos decretos que regulamentaram o Código de Defesa do Usuário de Serviço Público e	O pedido inicial foi respondido. Informaram que não identificaram consulta pública na elaboração do Código de Defesa do Usuário de Serviço Público e dos seus decretos regulamentadores.

			da proposta que virou o PL apresentado.	
042	00077001812202031  00077.001813/2020-85  23480.013399/2020-91	SGPR, CCPR e MEC	Documentos de 1 das 30 consultas públicas foram realizadas (Programa Future-se)	O pedido inicial foi respondido. Enviaram uma planilha com os dados extraídos da plataforma "Participa" utilizada na consulta pública do Projeto de Lei que objetiva Instituir o Programa Universidades e Institutos Empreendedores e Inovadores - Future-se.
043	03006.010315/2020-55	Ministério da Economia	Documentos e informações sobre as plataformas Participa.Br e Dialoga Brasil e outras plataformas digitais	O pedido inicial foi respondido. Mesma resposta dada ao pedido 035.
044	Solicitado por email	DAL	Os documentos solicitados podem constar do Núcleo de Arquivos do antigo Ministério da Fazenda, o qual é subordinado à Coordenação de Gestão de Documentos da Diretoria de Administração e	O pedido inicial não foi respondido.



			Logística-DAL/SGC/SE/ME.	
045	00077.001760/2020-01	Casa Civil	Exposição de Motivos do decreto nº 9.191/2017 que regulamenta a LC 95/98	O pedido inicial foi respondido. Encaminharam, em anexo, a exposição de motivos do Decreto nº 9.191/2017.
046	00077.001762/2020-91	Casa Civil	Exposições de motivos dos decretos nº 8.243/2014, Decreto 9.759/2019 e Decreto nº 9.812/2019 (Política Nacional de Participação Social)	O pedido inicial foi respondido. Encaminharam, em anexo, as exposições de motivos dos Decretos nº 8.243/2014, 9.759/2019 e 9.812/2019.
047	00075000994202042	CGU	Audiências públicas 2015 - 2020	O pedido inicial foi respondido. Informaram que a única audiência pública realizada foi a sobre o lobby em 2016.
048	00077001787202095	Presidência – Encaminhado para SGPR	Audiências públicas 2015 - 2020	O pedido inicial foi respondido. Esclareceram que, no período solicitado, não foi realizada nenhuma Audiência Pública por parte da Secretaria Geral. Informaram que deve ser formulado pedido de informações sobre os demais órgãos federais de forma individualizada em cada órgão/entidade da Administração Pública

049	00077001788202030	CCPR	Audiências públicas 2015 - 2020	O pedido inicial foi respondido.
050	00077001789202084	SGPR	Audiências públicas 2015 - 2020	O pedido inicial foi respondido. Esclareceram que, no período solicitado, não foi realizada nenhuma Audiência Pública por parte desta Secretaria Geral. Informaram que deve ser formulado pedido de informações sobre os demais órgãos federais de forma individualizada em cada órgão/entidade da Administração Pública
051	00077.001791/2020-53	SEGOV – Encaminhado SGPR	Audiências públicas 2016 - 2020	O pedido inicial foi respondido. Esclareceram que, no período solicitado, não foi realizada nenhuma Audiência Pública por parte desta Secretaria Geral. Informaram que deve ser formulado pedido de informações sobre os demais órgãos federais de forma individualizada em cada órgão/entidade da Administração Pública. Reencaminham meus pedidos aos demais órgãos.
052	00077001792202006 00077.001793/2020-42	SECOM	Audiências públicas 2016 - 2020	O pedido inicial foi respondido. Mesma resposta do pedido 014.
053	01390.001558/2020-81	MCTIC	Audiências públicas 2016 - 2020	O pedido inicial foi respondido. Informaram que o Ministério realizou uma audiência pública por intermédio da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio)/Subsecretaria de Conselhos e Comissões – SGCC. Os documentos relacionados encontram-se disponíveis em <a href="http://ctnbio.mctic.gov.br/participacao-publica">http://ctnbio.mctic.gov.br/participacao-publica</a>

054	08850.003841/2020-21	MJSP	Audiências públicas 2016 - 2020	<p>O pedido inicial foi respondido. Informaram que foi disponibilizado acesso externo ao Processo Administrativo nº 08850003841202021, no Sistema Eletrônico de Informações - SEI/MJ, pela unidade SIC-Central/MJ, no qual consta todas as informações elaboradas pelas unidades do MJSP sobre audiência pública, inclusive documentos disponibilizados. Para visualizá-lo, acesse o link: <a href="https://sei.mj.gov.br/sei/processo_acesso_externo_consulta.php?id_acesso_externo=580083&amp;infra_hash=21f1cfb7579e24f061aacffe579054e8">https://sei.mj.gov.br/sei/processo_acesso_externo_consulta.php?id_acesso_externo=580083&amp;infra_hash=21f1cfb7579e24f061aacffe579054e8</a></p> <p>Por fim, indicaram que outras formas de participação popular podem ser acessadas no link <a href="https://www.novo.justica.gov.br/acesso-a-informacao/participacao-social">https://www.novo.justica.gov.br/acesso-a-informacao/participacao-social</a></p>
055	03006.010509/2020-51	ENAP	Audiências públicas 2016 - 2020	<p>O pedido inicial foi respondido. Informaram que não tiveram formalizada nenhuma audiência pública no período solicitado. As formas de participação do cidadão na instituição são realizadas pontualmente, pedido a pedido, pela Ouvidoria e Serviço de Informação ao Cidadão. A Fundação Escola Nacional da Administração Pública (ENAP), Escola de Governo vinculada ao Ministério da Economia, é pessoa jurídica de direito público e tem por finalidade promover, elaborar e executar programas de capacitação de recursos humanos para a administração pública federal, com vistas ao desenvolvimento e à aplicação de tecnologias de gestão que aumentem a</p>

				eficácia e a qualidade permanente dos serviços prestados pelo Estado aos cidadãos.
056	03006.010510/2020-85	IPEA	Audiências públicas 2016 - 2020	O pedido inicial foi respondido. Informaram que a pesquisa do Ipea usou os dados do SIGPlan. O SIGPlan era um instrumento que organizava e integrava a rede de gerenciamento do Plano Plurianual (PPA). Os dados nos foram fornecidos, na época, pelo então Ministério do Planejamento. No entanto, após 2013, tal pesquisa foi descontinuada e não mais tivemos acesso aos dados do SigPlan ou outra forma de acompanhamento e/ou monitoramento das audiências utilizadas pelo Governo Federal. Assim, não tenho dados sobre o período posterior à 2009, compreendido o período entre 2016 e 2020.
057	23480.013372/2020-06	MEC	Audiências e consultas públicas 2016 a 2020	O pedido inicial foi respondido, mas o acesso foi negado. A demanda requer a realização de levantamento e recuperação de documentos dos arquivos deste Ministério da Educação dos últimos cinco anos, exigindo trabalhos adicionais de análise, interpretação ou consolidação de dados ou informações, inclusive de órgãos extintos.
058	00077.001804/2020-94	VPR	Audiências públicas, conferências nacionais e outros instrumentos participativos	O pedido inicial foi respondido. Não realizaram audiências, conferências, nem possuem conselhos ou outros órgãos dessa natureza na sua estrutura organizacional.

059	00077.001814/2020-20	PR Encaminhado SGPR	Audiências públicas, consultas públicas, conferências nacionais e outros instrumentos participativos – 2016 a 2020	<p>O pedido inicial foi respondido. Informaram que não foi realizado nenhum evento enquadrado como instrumento de participação social, por parte desta Secretaria Geral.</p> <p>Destacaram que o órgão carece de competência para se manifestar por toda a Presidência da República, razão pela qual deverá ser formulado pedido de informações sobre o assunto em tela, de forma individualizada, em cada órgão da Presidência da República.</p>
060	71004004414202078	MC	Audiências públicas, consultas públicas, conferências nacionais e outros instrumentos participativos – 2016 a 2020	<p>O pedido inicial foi respondido, mas o acesso foi negado. Alegaram que o pedido é genérico e desproporcional, uma vez que seu atendimento (sem especificação e/ou delimitação clara e precisa) mostrasse operacionalmente inviável e comprometeria significativamente a realização de atividades rotineiras da instituição, acarretando prejuízo injustificado aos direitos de outros solicitantes.</p>
061	03006.010616/2020-89	ENAP	Audiências públicas, conferências nacionais e outros instrumentos participativos	<p>O pedido inicial foi respondido. Informaram que não tiveram formalizada nenhuma audiência pública no período solicitado. As formas de participação do cidadão na instituição são realizadas pontualmente, pedido a pedido, pela Ouvidoria e Serviço de Informação ao Cidadão. A Fundação Escola Nacional da Administração Pública (ENAP), Escola de Governo vinculada ao Ministério da Economia, é pessoa jurídica de direito público e tem por finalidade promover, elaborar e executar programas de capacitação de recursos humanos para a administração pública federal, com vistas ao desenvolvimento e à</p>

				<p>aplicação de tecnologias de gestão que aumentem a eficácia e a qualidade permanente dos serviços prestados pelo Estado aos cidadãos conforme Estatuto, artigo 1º caput do Decreto n º 10.369/2020.</p> <p><a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10369.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10369.htm</a></p> <p><a href="https://sistema.ouvidorias.gov.br/publico/Manifestacao/SelecionarTipoManifestacao.aspx">https://sistema.ouvidorias.gov.br/publico/Manifestacao/SelecionarTipoManifestacao.aspx</a></p> <p><a href="https://esic.cgu.gov.br/">https://esic.cgu.gov.br/</a></p> <p><a href="https://enap.gov.br/pt/aceso-a-informacao/participacao-social">https://enap.gov.br/pt/aceso-a-informacao/participacao-social</a></p> <p>Demais links:</p> <p><a href="https://enap.gov.br/pt/noticias/inscricoes-abertas-para-seminario-internacional-de-tranformacao-digital">https://enap.gov.br/pt/noticias/inscricoes-abertas-para-seminario-internacional-de-tranformacao-digital</a></p> <p><a href="https://enap.gov.br/pt/noticias">https://enap.gov.br/pt/noticias</a></p> <p><a href="http://conteudo.enap.gov.br/vufind/Record/oai:repositorio.enap.gov.br:1-1365">http://conteudo.enap.gov.br/vufind/Record/oai:repositorio.enap.gov.br:1-1365</a></p> <p><a href="https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/1363">https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/1363</a></p>
--	--	--	--	--



				<p><a href="http://conteudo.enap.gov.br/vufind/Record/oai:repositorio.enap.gov.br:1-1365">http://conteudo.enap.gov.br/vufind/Record/oai:repositorio.enap.gov.br:1-1365</a></p> <p>Foi realizado na ENAP um seminário no tema em 2018: "Processos de Participação Social" - a partir das experiências da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) e Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS):</p> <p><a href="https://www.enap.gov.br/pt/noticias/enap-casa-civil-e-abar-realizarao-evento-sobre-processos-de-participacao-social">https://www.enap.gov.br/pt/noticias/enap-casa-civil-e-abar-realizarao-evento-sobre-processos-de-participacao-social</a></p> <p><a href="https://www.youtube.com/watch?v=lsxb3sKRWOM">https://www.youtube.com/watch?v=lsxb3sKRWOM</a></p> <p><a href="https://www.youtube.com/watch?v=lsxb3sKRWOM&amp;pbjreload=101">https://www.youtube.com/watch?v=lsxb3sKRWOM&amp;pbjreload=101</a></p>
062	03006.010617/2020-23	IPEA	Audiências públicas, conferências nacionais e outros instrumentos participativos	<p>O pedido inicial foi respondido. Informaram que, entre 2016 e 2020, houve a abertura de consulta pública, em 2018, sobre a adequação das Metas Brasileiras da Agenda 2030 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). O objetivo é que as metas possibilitem que o país alcance um patamar de desenvolvimento sustentável em 2030, norteando a construção dos planos plurianuais e de políticas públicas nos três níveis: federal, estadual e municipal. Os resultados obtidos são apresentados nas páginas 21 e 22 da seguinte publicação:</p>

				<p><a href="https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/180801_ods_metas_nac_dos_obj_de_desenv_susten_propos_de_adequa.pdf">https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/180801_ods_metas_nac_dos_obj_de_desenv_susten_propos_de_adequa.pdf</a></p> <p>No âmbito das pesquisas do Ipea sobre instrumentos participativos, destacaram algumas publicações:</p> <p><a href="https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/200601_conselhos_nacionais_web.pdf">https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/200601_conselhos_nacionais_web.pdf</a></p> <p><a href="http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9908/1/Representacao%20da%20Sociedade%20Civil%20nos%20Conselhos%20e%20Comissoes%20Nacionais.pdf">http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9908/1/Representacao%20da%20Sociedade%20Civil%20nos%20Conselhos%20e%20Comissoes%20Nacionais.pdf</a></p> <p><a href="https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2374.pdf">https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2374.pdf</a></p>
063	03006.010618/2020-78	ME	Audiências públicas, consultas públicas, conferências nacionais e outros instrumentos participativos – 2016 a 2020	<p>O pedido inicial foi respondido, mas o acesso foi negado. Alegaram que o pedido é genérico.</p> <p>O recurso de 1ª instância foi respondido. Informaram que os instrumentos participativos realizados no âmbito do Ministério da Economia, tanto os finalizados quanto os que estão em andamento, podem ser consultados na internet por meio do link: <a href="https://www.gov.br/economia/pt-br/acesso-a-informacao/participacao-social">https://www.gov.br/economia/pt-br/acesso-a-informacao/participacao-social</a>. Esclareceram que a estrutura regimental do Ministério da Economia é o resultado da fusão dos antigos ministérios da Fazenda; Planejamento, Desenvolvimento e Gestão; Indústria,</p>

				<p>Comércio Exterior e Serviços; e Trabalho, que ocorreu em janeiro de 2019. Desse modo, as informações referentes aos anos anteriores encontradas foram dos antigos sites institucionais da Fazenda e do Planejamento. No entanto, cabe ressaltar que todos estes sites estão passando por migração para o novo portal do Ministério da Economia e poderão apresentar instabilidade. Assim, para realizar sua pesquisa, clique sobre os seguintes links: Extinto Ministério da Fazenda: <a href="http://fazenda.gov.br/acesso-a-informacao/participacao-social">http://fazenda.gov.br/acesso-a-informacao/participacao-social</a> Extinto Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão: <a href="http://www2.planejamento.gov.br/planejamento/aceso-a-informacao/participacao-social">http://www2.planejamento.gov.br/planejamento/aceso-a-informacao/participacao-social</a></p>
064	00083.000546/2020-40	MMFDH	Documentação consulta relatório internacional	<p>O pedido inicial foi respondido. Informaram que a CORDH realiza a consulta pública através de formulário eletrônico (Google Forms) disponibilizado na página do MMFDH, ocasião em que a sociedade responde a questionamentos objetivos sobre a percepção individual — para que os dados possam ser agregados estatisticamente — e com espaço livre para sugestões, questionamentos e críticas ao relatório avaliado. Estão anexados a planilha de respostas da Avaliação do Relatório do Estado Brasileiro ao Pacto de Direitos Cíveis e Políticos, bem como a captura de tela da página do Relatório com o link para preenchimento da consulta enquanto ela se encontrava aberta para resposta.</p>

				Esclareceram que a CORDH vem aprimorando o seu processo de consultas públicas continuamente, partindo do pressuposto que a participação da sociedade no processo de elaboração dos Relatórios Internacionais em matéria de Direitos Humanos é essencial. No entanto, percebe-se que por vezes há pouca adesão ao processo de consulta pública. O Relatório PIDESC foi um dos primeiros apresentados pela Coordenação depois de seu estabelecimento formal nos moldes do que a ONU classifica como NMRF (sigla em inglês para Mecanismos Nacionais para Acompanhamento de Recomendações), dedicada exclusivamente à elaboração de relatórios internacionais de direitos humanos, com a consequente entrega do passivo de relatórios internacionais devidos aos órgãos de tratados.
065	00075.001059/2020-01	CGU	Audiência pública lobby	O pedido inicial foi respondido. Encaminharam a notícia, relatório do GT e memoriais (já disponíveis no site). Também enviaram a exposição de motivos e minuta de proposta de regulamentação pela CGU, em relação à Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013.
066	00077001909202043 00077001909202043 03006011366202002	CC PR ME	Lista de conselhos e órgãos colegiados que existiam, extintos pelo Decreto e em funcionamento	O pedido inicial foi respondido, mas não enviaram o que foi pedido. Enviaram em anexo uma Nota Informativa LAI nº 116/DIGOV/SE/CC/PR e anexos.

# Questionário transparência e participação no Governo Federal

Esse questionário tem como objetivo coletar as percepções no uso de ferramentas de transparência e participação governamentais pelas organizações da sociedade civil e movimentos sociais organizados. A partir dos resultados, compreender a efetividade desses instrumentos, detectar eventuais deficiências e apontar soluções.

Os resultados serão divulgados na tese de doutorado da pesquisadora responsável pela sua elaboração, Caroline Maciel.

A sua participação é uma etapa muito importante para o diagnóstico e sistematização das dificuldades enfrentadas por usuários qualificados, identificação dos avanços e de sugestões para melhorias. Se possível, responda todas as questões.

**\*Obrigatório**

1. Endereço de e-mail \*

---

2. Para evitar o uso de robots neste questionário, responda: qual das imagens abaixo é um prato de sobremesa? \*

*Marcar apenas uma oval.*



1



2



3



4

Dados





3. Nome da instituição que representa \*

\_\_\_\_\_

4. Principal área de atuação institucional \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Transparência e Integridade
- Direitos Humanos/Direitos fundamentais
- Socioambiental
- Nova economia
- Saúde
- Educação
- Outro: \_\_\_\_\_

5. Estou apto(a) a responder em nome da organização que represento? \*

*Marcar apenas uma oval.*

Sim

Não

6. Nome completo do responsável pelo preenchimento \*

\_\_\_\_\_

7. Vínculo/cargo institucional \*

\_\_\_\_\_

8. Anos que está na instituição \*

*Marcar apenas uma oval.*

Até 1 ano

Mais de 1 ano até 5 anos

Mais de 5 anos

9. Última escolaridade do respondente \*

*Marcar apenas uma oval.*

Ensino superior

Especialização

Mestrado

Doutorado

Outro: \_\_\_\_\_

## 10. Concordo com o Termo de Consentimento Livre e Informado abaixo \*

Declaro, por meio deste termo, que concordei voluntariamente em responder esse questionário, que busca coletar as percepções de usuários qualificados no uso de ferramentas de transparência e participação governamentais, desenvolvido pela pesquisadora Caroline Stéphanie Francis dos Santos Maciel. Fui informado(a) que a pesquisa é desenvolvida para fins estritamente acadêmicos em sede de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Direito na Universidade Federal de Minas Gerais, sob orientação da Profa. Fabiana de Menezes Soares, vinculada ao Observatório para a Qualidade da Lei e em parceria com a Dado Capital e a Rede de Advocacy Colaborativo. Afirmando que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou outros benefícios, nem ter qualquer ônus ou risco à saúde e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui também informado(a) que não será divulgado meu nome e nem outro dado de contato que permita a minha identificação pessoal, em conformidade com as normas éticas do Comitê de Ética da UFMG (art. 1º, § único, I, V e VII da Resolução 510/2016). Informaram, ainda, que apenas os dados institucionais e resultados das respostas ao questionário serão divulgados no relatório da pesquisa. Por fim, fui informado(a) de que posso me retirar dessa pesquisa de opinião a qualquer momento, sem sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos. Ao selecionar "sim" nesta caixa, concordo com todas as especificações acima deste Termo de Consentimento Livre e Informado.

*Marque todas que se aplicam.*

Sim

## 11. Autorizo a divulgação dos dados institucionais e respostas às perguntas do questionário para a realização dos objetivos dessa pesquisa \*

*Marque todas que se aplicam.*

Sim

**Orientações  
gerais**

Nas questões fechadas, escolha a melhor resposta dentre as possíveis, que representa melhor a realidade no uso geral dessas ferramentas pela organização (o que ocorreu na maioria das vezes).

Dê uma resposta com base na realidade da sua instituição e não apenas na sua experiência pessoal.

Nas questões abertas, aprofunde nas particularidades sobre o tópico. Quanto mais dados fornecer, tanto melhor para a pesquisa e diagnóstico da situação. Caso não saiba alguma(s) da(s) resposta(s), por favor não utilizar o canal/desconhecê-lo, veja se é possível obtê-la(s) junto à organização que representa; caso contrário, marque que a organização não usa.



Sites oficiais do governo federal ([gov.br](http://gov.br) e derivados)

12. A organização já extraiu dados ou informações de algum site oficial do governo federal? \*

*Marcar apenas uma oval.*

Sim

Não *Pular para a pergunta 21*

Uso de sites  
oficiais do governo  
federal ([gov.br](http://gov.br) e  
derivados)

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso dos sites oficiais do governo federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:



13. Frequência de uso

*Marcar apenas uma oval.*

	1	2	3	4	5	
Raramente usamos na organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Usamos com muita frequência

14. Disponibilidade dos dados

*Marcar apenas uma oval.*

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no site
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

## 15. Atualização dos dados

*Marcar apenas uma oval.*

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

## 16. Compreensão dos dados

*Marcar apenas uma oval.*

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa por conta própria conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso

## 17. Outras dificuldades de navegabilidade e usabilidade

*Marque todas que se aplicam.*

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Mudanças de domínio e/ou links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;

Outro:  \_\_\_\_\_

18. Se possível, faça considerações sobre ocorrências em navegabilidade antes e depois da mudança dos domínios, com a unificação dos endereços eletrônicos do governo federal em 2019 (portal único [gov.br](http://gov.br)).

---

---

---

---

---

19. A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados ativamente nos sites oficiais do governo federal resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC.

*Marcar apenas uma oval.*

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

20. Os sites oficiais de governos estaduais e municipais que a organização acessa são qualitativamente inferiores ao sites do governo federal, considerando as dimensões desse questionário (disponibilidade, atualização, compreensão dos dados e navegabilidade no site).

*Marcar apenas uma oval.*

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou sites oficiais de governos estaduais/municipais)

Portal da Transparência Federal ([portaldatransparencia.gov.br](http://portaldatransparencia.gov.br))



21. A organização já extraiu dados ou informações do Portal da Transparência federal? \*

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não *Pular para a pergunta 31*

22. Se a resposta foi não, qual o motivo?

Marcar apenas uma oval.

- Não conhece esse portal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: \_\_\_\_\_

Uso do Portal  
da  
Transparência  
Federal

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do Portal da Transparência Federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:



	February 3, 2018 (d)	January 28, 2017	January 26, 2016	January 21, 2015	2014
Income Statement Data				\$ 1,153,142	\$ 1,128,001
Net sales	\$ 913,380			645,810	628,85
Cost of sales (including buying, distribution, and occupancy costs)	533,357	205,933	212,222	507,332	499,10
Gross profit	380,023	38,475	39,282	12,688	206,8
Selling expenses	209,778	152,760	229,588	17,671	35,
General and administrative expenses	178	3,511	5,236	973	256
Income from operations	1407	156,271	234,824	723	26
Other income, net	9,485	58,310	87,541	996	6
Income before income taxes	9,778	\$ 97,961	\$ 147,283	\$ 132	\$ 1
Provision for income taxes	\$ 19,707	\$ 2.04	\$ 3.06	\$ 564	\$ 1
Net income	\$ 1.86	\$ 2.03	\$ 3.06	\$ 3.39	\$ 1
Basic earnings per share	\$ 1.85	\$ 1.75	\$ 1.94	\$ 3.66	\$ 1
Diluted earnings per share	\$ 1.75				
Dividends declared per share (a)					
Selected Operating Data					
Stores open at end of period					460
Average sales per square foot					459
Average sales per store (000's)					2,321
Comparable store sales change		(7.2)%		(1.4)%	—%
Balance Sheet Data					
Working capital	\$ 262,678	\$ 287,841	\$ 255,271	\$ 202,318	
Long-term debt	\$ 21,453	\$ 18,092	\$ 33,826	\$ 43,698	
Total assets	\$ 118,116	\$ 179,847	\$ 172,773	\$ 542,997	
Total liabilities	\$ 391,248	\$ 430,579	\$ 412,643	\$ 315,2	

## 23. Frequência de uso

*Marcar apenas uma oval.*

	1	2	3	4	5	
Raramente usamos na organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Usamos com muita frequência

## 24. Disponibilidade dos dados

*Marcar apenas uma oval.*

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no portal
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

## 25. Atualização dos dados

*Marcar apenas uma oval.*

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

## 26. Compreensão dos dados

*Marcar apenas uma oval.*

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa por conta própria conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso à informação ou dado.

## 27. Outras dificuldades de navegabilidade e usabilidade

*Marque todas que se aplicam.*

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;

Outro:  \_\_\_\_\_

## 28. Se possível, faça considerações sobre ocorrências em navegabilidade antes e depois da reformulação do Portal da Transparência Federal em 2018.

---

---

---

---

---

## 29. A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados no Portal da Transparência Federal resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC federal.

*Marcar apenas uma oval.*

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

30. No geral, os Portais da Transparência estaduais e municipais que a organização usa são qualitativamente inferiores ao Portal da Transparência Federal, considerando as dimensões desse questionário (disponibilidade, atualização, compreensão dos dados e navegabilidade no portal).

*Marcar apenas uma oval.*

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou nenhum portal de transparência estadual ou municipal)

#### Portal Brasileiro de Dados Abertos ([dados.gov.br](http://dados.gov.br))

31. A organização já extraiu dados do Portal Brasileiro de Dados Abertos? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Sim
- Não *Pular para a pergunta 41*

32. Se a resposta foi não, qual o motivo?

*Marcar apenas uma oval.*

- Não conhece esse portal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: \_\_\_\_\_

#### Uso do Portal Brasileiro de Dados Abertos

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do Portal Brasileiro de Dados Abertos pela organização da sociedade civil ou movimento social:



33. Frequência de uso

*Marcar apenas uma oval.*

	1	2	3	4	5	
Raramente usamos na organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Usamos com muita frequência

34. Disponibilidade dos dados

*Marcar apenas uma oval.*

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no portal
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

## 35. Atualização dos dados

*Marcar apenas uma oval.*

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

## 36. Compreensão dos dados

*Marcar apenas uma oval.*

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa (autônoma) conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso à informação ou dado.

## 37. Outras dificuldades

*Marque todas que se aplicam.*

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Escassez de bases de dados abertos disponibilizadas ativamente
- Bases de dados abertos não disponibilizadas no prazo estabelecido, em conformidade com os cronogramas de abertura dos órgãos
- Não disponibilização das bases de dados abertos, mesmo após solicitação

Outro:  \_\_\_\_\_

38. Se possível, faça considerações sobre modificações nesse portal no decorrer do tempo.

---

---

---

---

---

39. A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados ativamente no Portal Brasileiro de Dados Abertos resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC federal.

*Marcar apenas uma oval.*

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

40. Os governos estaduais e municipais e os outros poderes (que organização acessa) disponibilizam bem menos dados públicos em formato aberto que o governo federal, seja no Portal Brasileiro de Dados Abertos ou em outros portais.

*Marcar apenas uma oval.*

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca extraiu dados abertos de governos subnacionais ou de outros poderes)

#### Pedidos de acesso à informação a órgãos do governo federal

41. A organização já fez pedido de acesso à informação através do e-SIC federal? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Sim
- Não *Pular para a pergunta 50*



42. Se a resposta foi não, qual o motivo?

*Marcar apenas uma oval.*

- Não conhece esse canal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo/instável)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: \_\_\_\_\_

Uso do  
e-SIC  
federal

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do e-SIC federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:



## 43. Frequência de uso

*Marcar apenas uma oval.*

	1	2	3	4	5	
Raramente usamos na organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Usamos com muita frequência

## 44. Satisfação com o acesso concedido

*Marcar apenas uma oval.*

- Conseguiu acesso completo a tudo que pediu já com o pedido inicial, no prazo legal;
- Conseguiu acesso completo apenas após recorrer ou após o prazo legal;
- Não conseguiu acesso completo, apenas parcial;
- Negativa completa de acesso, mesmo sem ser hipótese legal de sigilo.

## 45. Justificativas dos órgãos para negativas de acesso (se aplicável)

*Marque todas que se aplicam.*

- Trabalho adicional de análise, interpretação ou consolidação
- Pedido genérico
- Órgão incompetente (sem reencaminhar o seu pedido)
- Pandemia
- Dados pessoais
- Sigilo legal
- Interpretação extensiva do órgão sobre o sigilo
- Inexistência dos documentos digitalizados e necessidade de consultar arquivos físicos pessoalmente
- Outro:  \_\_\_\_\_

## 46. Compreensão das respostas ou dados enviados

*Marcar apenas uma oval.*

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada na resposta e nem as informações enviadas;
- Teve alguma dificuldade, mas com alguma pesquisa (autônoma) conseguiu entender;
- Não conseguiu compreender e precisou solicitar esclarecimentos em recurso ou nova solicitação de acesso;
- Não conseguiu compreender e desistiu do acesso à informação.

## 47. Dificuldades técnicas com o e-SIC federal

*Marque todas que se aplicam.*

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Sistema fora do ar, lento ou instável;
- Respostas fora do prazo legal;
- Obscuridade nas competências dos órgãos e dificuldade para saber a quem encaminhar o pedido;
- Arquivos anexos corrompidos/desconfigurados/inúteis;
- Arquivo em formato não aberto, não legível por máquina;
- Indisponibilidade de arquivos digitais;
- Não sistematização de dados pelo órgão;
- Necessidade de dados gerais de órgãos com competências centrais e foi aconselhado a procurar cada órgão individualmente, o que inviabilizou o acesso pela grande quantidade de órgãos ou volume de dados.

## 48. Outros problemas que dificultaram ou desestimularam o acesso

*Marque todas que se aplicam.*

- Exigências excessivas de dados pessoais;
- Cobrança de taxas de reprodução;
- Não divulgação de lista de documentos classificados como sigilosos pelo órgão federal;
- Influência do perfil do solicitante na resposta ao pedido (antes da possibilidade de pedidos anônimos no e-SIC federal);
- Falta de capacitação técnica dos servidores para responder as solicitações;
- Outro:  \_\_\_\_\_

49. Os sistemas eletrônicos de solicitação de acesso à informação de governos estaduais e municipais que a organização usa são qualitativamente inferiores ao e-SIC federal, considerando as dimensões desse questionário (satisfação com o acesso, justificativas para negativas, compreensão e dificuldades técnicas).

*Marcar apenas uma oval.*

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou sistemas de acesso de governos subnacionais)

#### Ouvidorias federais ([ouvidorias.gov.br](http://ouvidorias.gov.br))

50. A organização já usou o sistema eletrônico de ouvidorias do governo federal? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Sim
- Não *Pular para a pergunta 58*

51. Se a resposta foi não, qual o motivo?

*Marcar apenas uma oval.*

- Não conhece esse canal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não acredita que seja um canal efetivo
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: \_\_\_\_\_

Sistema  
federal de  
Ouvidorias

Nas questões desta seção responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso de ouvidorias federais pela organização da sociedade civil ou movimento social:



52. Frequência de uso

*Marcar apenas uma oval.*

	1	2	3	4	5	
Raramente usamos na organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Usamos com muita frequência

53. Motivos do seu uso

*Marque todas que se aplicam.*

- Denúncia
- Reclamação
- Elogio
- Solicitação de serviço público
- Pedido de desburocratização
- Sugestão
- Pedido de acesso à informação

## 54. Efetividade/poder de influência

*Marcar apenas uma oval.*

- As manifestações feitas pela ouvidoria frequentemente geraram resultados efetivos (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente efetivos (entre 30% e 60%);
- Raramente efetivos (menos 1% a 29%);
- Nunca são efetivos.

## 55. Devolutiva

*Marcar apenas uma oval.*

- Nunca recebe satisfação das manifestações enviadas;
- Recebe respostas, mas raramente são satisfatórias ou completas;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias e completas.

## 56. Dificuldades técnicas

*Marque todas que se aplicam.*

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Sistema fora do ar, lento ou instável;
- Retorno intempestivo ou demorado acerca da manifestação;
- Falta de capacitação técnica dos servidores para fornecer as respostas;

Outro:  \_\_\_\_\_

57. Considerando as dimensões do questionário, os sistemas de ouvidorias locais (governos estaduais e municipais que a organização usa) são qualitativamente inferiores ao sistema federal.

*Marcar apenas uma oval.*

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou ouvidorias locais)

**Participação  
em políticas  
públicas**

Até então, as perguntas eram sobre o uso de ferramentas de transparência do governo federal pela instituição. A partir daqui, responda com base na percepção e opinião institucionais sobre o uso de ferramentas de participação pelo governo na construção de políticas públicas.

58. A organização já usou as plataformas Dialoga Brasil ([dialoga.gov.br](http://dialoga.gov.br)) e/ou Participa Brasil ([participa.br](http://participa.br)) do governo federal? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Sim (ambas)
- Sim (apenas a Participa Brasil)
- Sim (apenas a Dialoga Brasil)
- Não (nenhuma delas) *Pular para a pergunta 65*

59. Se a resposta foi sim apenas para uma delas ou não, qual motivo?

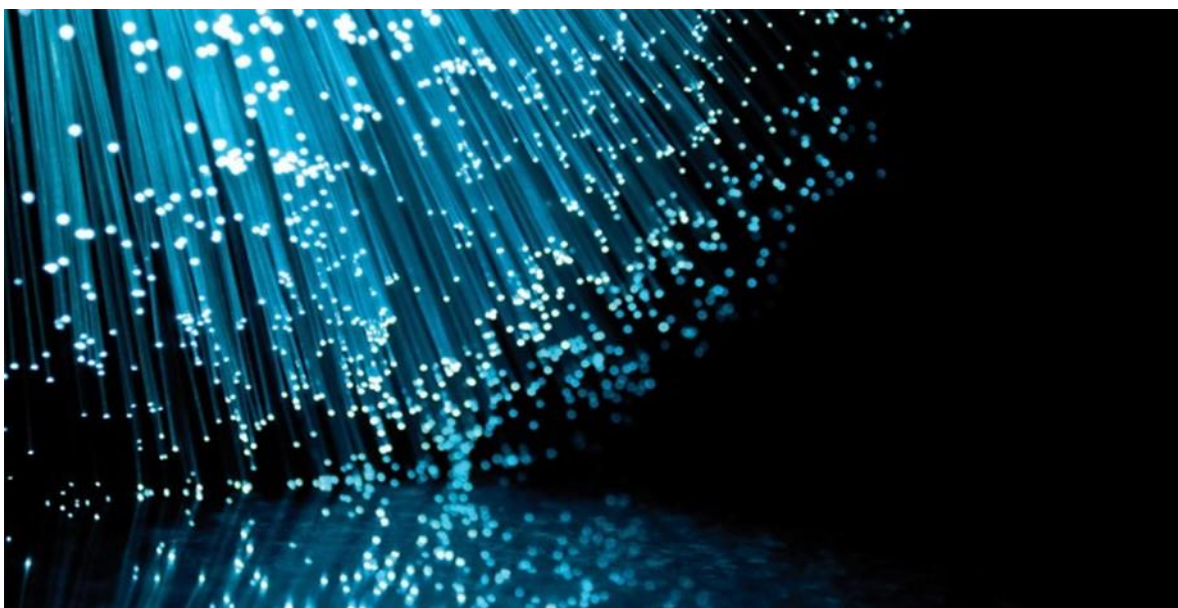
*Marcar apenas uma oval.*

- Não conhece essa(s) plataforma(s)
- Não precisa usá-la(s) para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-la(s) - complexa(s)
- Não a(s) considera ferramenta(s) efetiva(s) de participação
- Não se aplica (respondeu sim para ambas no item anterior)
- Outro: \_\_\_\_\_

**Plataformas  
Dialoga  
Brasil e  
Participa Br**

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso das Plataformas Dialoga Brasil e Participa Br (espaços de participação digital) na construção de políticas públicas pelo governo federal





60. Frequência de uso de alguma das plataformas pelo governo para a construção de políticas públicas

*Marcar apenas uma oval.*

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

61. Efetividade/poder de influência

*Marcar apenas uma oval.*

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

## 62. Devolutiva à sociedade civil

*Marcar apenas uma oval.*

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

## 63. Ações ativas de engajamento nas Plataformas (organização procura participar):

*Marcar apenas uma oval.*

	1	2	3	4	5	
Raramente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Com muita frequência

## 64. No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento em espaços de participação digital é qualitativamente pior do que no governo federal.

*Marcar apenas uma oval.*

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou espaços de participação digital de governos locais)

**Consultas públicas  
na construção de  
políticas públicas  
federais**

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso de consultas públicas na construção de políticas públicas pelo governo federal

65. Frequência de uso de consultas públicas pelo governo no para construção de políticas públicas

*Marcar apenas uma oval.*

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

66. Efetividade/poder de influência

*Marcar apenas uma oval.*

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

67. Devolutiva à sociedade civil

*Marcar apenas uma oval.*

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

68. Convites para participar (iniciativa do governo federal, por qualquer meio):

*Marcar apenas uma oval.*

- Organização nunca foi convidada pelo governo para participar de consulta pública;
- Raramente é convidado (1% a 29% das vezes em que há uma consulta);
- Ocasionalmente é convidado (30% a 60%);
- Frequentemente é convidado (mais de 60% das vezes).

69. Ações ativas de engajamento em consultas (organização procura participar):

*Marcar apenas uma oval.*

- Frequentemente procura participar (mais de 60% das vezes);
- Ocasionalmente (30%-60%);
- Raramente (até 29%);
- Nunca

70. No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento a consultas públicas é qualitativamente melhor do que no governo federal.

*Marcar apenas uma oval.*

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

**Audiências públicas  
na construção de  
políticas públicas  
federais**

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso de audiências públicas na construção de políticas públicas pelo governo federal

71. Frequência de uso de audiências públicas pelo governo para construção de políticas públicas

*Marcar apenas uma oval.*

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

## 72. Efetividade/poder de influência

*Marcar apenas uma oval*

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

## 73. Devolutiva à sociedade civil

*Marcar apenas uma oval.*

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

## 74. Convites para participar (iniciativa do governo federal, por qualquer meio):

*Marcar apenas uma oval.*

- Organização nunca foi convidada pelo governo para participar de audiência pública;
- Raramente é convidado (1% a 29% das vezes em que há uma audiência);
- Ocasionalmente é convidado (30% a 60%);
- Frequentemente é convidado (mais de 60% das vezes).

## 75. Ações ativas de engajamento em audiências (organização procura participar):

*Marcar apenas uma oval.*

- Frequentemente procura participar (mais de 60% das vezes);
- Ocasionalmente (30%-60%);
- Raramente (até 29%);
- Nunca

76. No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento a audiências públicas é qualitativamente melhor do que no governo federal.

*Marcar apenas uma oval.*

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

---

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

# Pré-questionário transparência e participação

Esse questionário tem como objetivo sistematizar contribuições e dicas e pré-testar este survey. Aponte nos espaços indicados suas sugestões e percepções ao responder este questionário. Toda contribuição é bem-vinda

**\*Obrigatório**

1. Endereço de e-mail \*

---

2. Para evitar o uso de robots neste questionário, responda: qual das imagens abaixo é um prato de sobremesa? \*

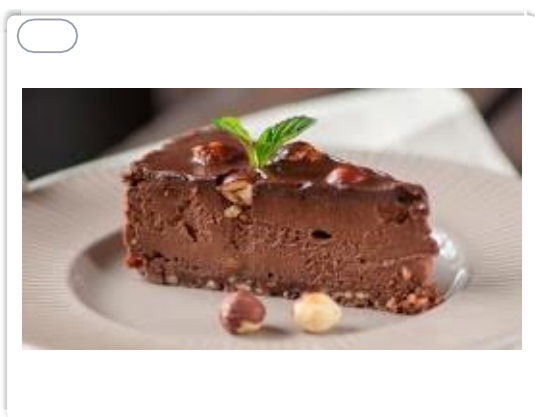
*Marcar apenas uma oval.*



1



2



3



4





## Objetivos

Esse questionário tem como objetivo coletar as percepções no uso de ferramentas de transparência e participação governamentais pelas organizações da sociedade civil e movimentos sociais organizados. A partir dos resultados, compreender a efetividade desses instrumentos, detectar eventuais deficiências e apontar soluções.

Os resultados serão divulgados na tese de doutorado da pesquisadora responsável pela sua elaboração, Caroline Maciel.

A sua participação é uma etapa muito importante para o diagnóstico e sistematização das dificuldades enfrentadas por usuários qualificados, identificação dos avanços e de sugestões para melhorias. Se possível responda todas as questões.

### 3. Alguma sugestão de modificação dos objetivos? \*

---

---

---

---

---

## Dados



4. Nome da instituição que representa \*

---

5. Principal área de atuação institucional \*

*Marcar apenas uma oval.*

Transparência e Integridade

Direitos Humanos

Socioambiental

Nova economia

Saúde

Educação

Outro: \_\_\_\_\_

6. Posuo autorização ou estou apto(a) a responder em nome da organização que represento? \*

*Marcar apenas uma oval.*

Sim

Não

7. Nome completo do responsável pelo preenchimento \*

---

8. Vínculo/cargo institucional \*

---

## 9. Anos que está na instituição \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Até 1 ano
- Mais de 1 ano até 5 anos
- Mais de 5 anos

## 10. Última escolaridade do respondente \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Ensino superior
- Especialização
- Mestrado
- Doutorado
- Outro: \_\_\_\_\_

## 11. Concordo com o Termo de Consentimento Livre e Informado abaixo \*

Declaro, por meio deste termo, que concordei voluntariamente em responder esse questionário, que busca medir as percepções de usuários qualificados no uso de ferramentas de transparência e participação governamentais, desenvolvido pela pesquisadora Caroline Stéphanie Francis dos Santos Maciel. Fui informado(a) que a pesquisa é desenvolvida para fins estritamente acadêmicos em sede de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Direito na Universidade Federal de Minas Gerais, em parceria com o Observatório para a Qualidade da Lei, a Dado Capital e a Rede de Advocacy Colaborativo. Quando aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou outros benefícios, nem ter qualquer ônus ou risco à saúde e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui também informado(a) que não será divulgado meu nome e nem outro dado de contato que permita a minha identificação pessoal, em conformidade com as normas éticas do Comitê de Ética da UFMG (art. 1º, § único, I, V e VII da Resolução 510/2016). Informaram, ainda, que apenas os dados institucionais e resultados das respostas ao questionário serão divulgados no relatório da pesquisa. Por isso fui informado(a) de que posso me retirar dessa pesquisa de opinião a qualquer momento, sem sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos. Ao selecionar "sim" nesta caixa, concordo com todas as especificações acima deste Termo de Consentimento Livre e Informado.

*Marque todas que se aplicam.*

- Sim

12. Autorizo a divulgação dos dados institucionais e respostas às perguntas do questionário para a realização dos objetivos dessa pesquisa \*

*Marque todas que se aplicam.*

Sim

13. Alguma sugestão de modificação na seção "dados"? \*

---

---

---

---

---

### Orientações gerais

Nas questões fechadas, escolha a melhor resposta dentre as possíveis, que representa melhor a realidade no uso geral dessas ferramentas pela instituição (o que ocorreu na maioria das vezes). Dê uma resposta com base na realidade da sua instituição e não apenas na sua experiência pessoal. Nas questões abertas, aprofunde nas particularidades sobre o tópico. Quanto mais dados fornecer, tanto melhor para a pesquisa e completo diagnóstico da situação. Caso não saiba alguma(s) da(s) resposta(s), por você não utilizar o canal/desconhecê-lo, veja se é possível obtê-la(s) junto à organização que representa; caso contrário, marque que a organização não usa.



14. Alguma sugestão de modificação em "orientações gerais"? \*

---

---

---

---

---

Sites oficiais do governo federal ([gov.br](http://gov.br) e derivados)

15. A organização já extraiu dados ou informações de algum site oficial do governo federal? \*

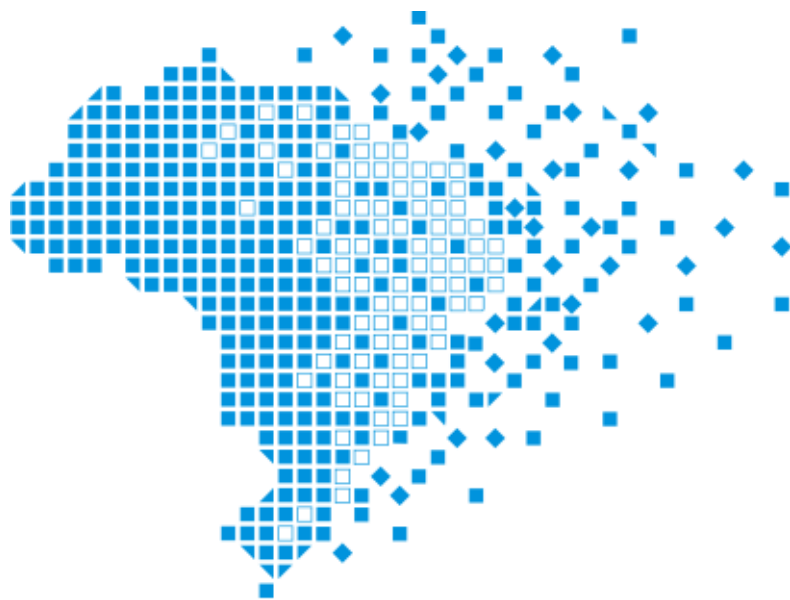
*Marcar apenas uma oval.*

Sim

Não *Pular para a pergunta 25*

Uso de sites oficiais do governo federal (gov.br e derivados)

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso dos sites oficiais do governo federal pela organização da sociedade civil:



16. Frequência de uso

*Marcar apenas uma oval.*

1      2      3      4      5

Raramente usamos na organização






Usamos com muita frequência

17. Disponibilidade dos dados

*Marcar apenas uma oval.*

Não encontrou a informação que procurava

Encontrou apenas parte da informação que procurava

Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no site

Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

## 18. Atualização dos dados

*Marcar apenas uma oval.*

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

## 19. Compreensão dos dados

*Marcar apenas uma oval.*

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa por conta própria conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso

## 20. Outras dificuldades de navegabilidade e usabilidade

*Marque todas que se aplicam.*

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Mudanças de domínio e/ou links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconhecidos/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;

Outro:  \_\_\_\_\_



21. Se possível, faça considerações sobre ocorrências em navegabilidade antes e depois da mudança dos domínios com a uni"cação dos endereços eletrônicos do governo federal em 2019 (po !al único [gov.br](http://gov.br)).

---

---

---

---

---

22. A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados ativamente n sites o"ciais do governo federal resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação p e-SIC.

*Marcar apenas uma oval.*

- Concordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Discordo totalmente

23. Os sites o"ciais de governos estaduais e municipais que a organização acessa são qualitativamente inferiores ao sites do governo federal, considerando as dimensões desse questionário (disponibilidade, atualização, compreensão dos dados e navegabilidade no site).

*Marcar apenas uma oval.*

- Concordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Discordo totalmente
- Não se aplica (nunca usou sites oLciais de governos estaduais/municipais)

24. Alguma sugestão de modificação em "uso dos sites oficiais do governo federal"? \*

---



---



---



---



---

Portal da Transparência Federal ([portal.transparencia.gov.br](http://portal.transparencia.gov.br))

25. A organização já extraiu dados ou informações do Portal da Transparência federal? \*

*Marcar apenas uma oval.*

Sim

Não *Pular para a pergunta 36*

26. Se a resposta foi não, qual o motivo?

*Marcar apenas uma oval.*

Não conhece esse portal

Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais

Não consegue usá-lo (complexo)

Não se aplica

Outro: \_\_\_\_\_

Uso do Portal da  
Transparência  
Federal

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do Portal da Transparência Federal pela organização da sociedade civil:

	February 3, 2018 (d)	January 28, 2017	January 29, 2016	January 31, 2015	2014
Income Statement Data					
Net sales	\$ 913,380			\$ 1,153,142	\$ 1,128,000
Cost of sales (including buying, distribution, and occupancy costs)	533,355	205,933	212,500	507,332	499,100
Gross profit	380,025	38,475	39,282	145,810	206,800
Selling expenses	209,778	152,760	229,588	171,671	256,000
General and administrative expenses	407	3,511	5,236	973	723
Income from operations	179,485	156,271	234,824	272,166	260,000
Other income, net	9,778	58,310	87,541	132	600
Income before income taxes	\$ 19,707	\$ 97,961	\$ 147,283	\$ 564	\$ 1,200
Provision for income taxes	\$ 1,86	\$ 2,04	\$ 3,06	\$ 3,39	\$ 1,200
Net income	\$ 17,847	\$ 95,917	\$ 144,223	\$ 561	\$ 1,200
Basic earnings per share	\$ 1.85	\$ 1.75	\$ 1.94	\$ 3.66	\$ 3.66
Diluted earnings per share	\$ 1.85	\$ 1.75	\$ 1.94	\$ 3.66	\$ 3.66
Dividends declared per share (a)	\$ 0.46	\$ 0.49	\$ 0.46	\$ 0.46	\$ 0.46
Selected Operating Data					
Stores open at end of period	1,767	1,767	1,767	1,767	1,767
Average sales per square foot	1,767	1,767	1,767	1,767	1,767
Average sales per store (000's)	1,767	1,767	1,767	1,767	1,767
Comparable store sales change	(7.2)%	(7.2)%	(7.2)%	(7.2)%	(7.2)%
Balance Sheet Data					
Working capital	\$ 262,678	\$ 287,841	\$ 255,271	\$ 202,318	\$ 202,318
Long-term debt	\$ 21,455	\$ 18,092	\$ 33,826	\$ 43,698	\$ 43,698
Total assets	\$ 118,116	\$ 179,847	\$ 172,773	\$ 542,991	\$ 542,991
Total liabilities	\$ 391,248	\$ 430,539	\$ 412,643	\$ 315,200	\$ 315,200

## 27. Frequência de uso

Marcar apenas uma oval.

1      2      3      4      5

Raramente usamos na organização      Usamos com muita frequência

## 28. Disponibilidade dos dados

Marcar apenas uma oval.

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no portal
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

## 29. Atualização dos dados

*Marcar apenas uma oval.*

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

## 30. Compreensão dos dados

*Marcar apenas uma oval.*

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa por conta própria conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso à informação ou dado.

## 31. Outras dificuldades de navegabilidade e usabilidade

*Marque todas que se aplicam.*

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconhecidos/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;

Outro:  \_\_\_\_\_

32. Se possível, faça considerações sobre ocorrências em navegabilidade antes e depois da reformulação do Portal da Transparência Federal em 2018.

---

---

---

---

---

33. A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados no Portal da Transparência Federal resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC federal.

*Marcar apenas uma oval.*

- Concordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Discordo totalmente

34. No geral, os Portais da Transparência estaduais e municipais que a organização usa são qualitativamente inferiores ao Portal da Transparência Federal, considerando as dimensões do questionário (disponibilidade, atualização, compreensão dos dados e navegabilidade no portal)

*Marcar apenas uma oval.*

- Concordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Discordo totalmente
- Não se aplica (nunca usou nenhum portal de transparência estadual ou municipal)

35. Alguma sugestão de modificação em "Uso do Portal da Transparência Federal"? \*

---

---

---

---

---

Portal Brasileiro de Dados Abertos ([dados.gov.br](https://dados.gov.br))

36. A organização já extraiu dados do Portal Brasileiro de Dados Abertos? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Sim
- Não *Pular para a pergunta 47*

37. Se a resposta foi não, qual o motivo?

*Marcar apenas uma oval.*

- Não conhece esse portal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não se aplica
- Outro: \_\_\_\_\_

Uso do Portal  
Brasileiro de Dados  
Abertos

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do Portal Brasileiro de Dados Abertos pela organização da sociedade civil:



38. Frequência de uso

*Marcar apenas uma oval.*

	1	2	3	4	5	
Raramente usamos na organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Usamos com muita frequência

39. Disponibilidade dos dados

*Marcar apenas uma oval.*

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no portal
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade



## 40. Atualização dos dados

*Marcar apenas uma oval.*

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

## 41. Compreensão dos dados

*Marcar apenas uma oval.*

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa (autônoma) conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso à informação ou dado.

## 42. Outras dificuldades de navegabilidade e usabilidade

*Marque todas que se aplicam.*

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconhecidos/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;

Outro:  \_\_\_\_\_

43. Se possível, faça considerações sobre modificações nesse portal no decorrer do tempo.

---

---

---

---

---

44. A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados ativamente no Portal Brasileiro de Dados Abertos resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC federal.

*Marcar apenas uma oval.*

- Concordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Discordo totalmente

45. Os portais dos governos estaduais e municipais (que organização acessa) apresentam problemas ainda mais graves quanto à disponibilização de dados abertos.

*Marcar apenas uma oval.*

- Concordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Discordo totalmente
- Não se aplica (nunca usou portais de dados abertos de governos subnacionais)

46. Alguma sugestão em "uso do Portal Brasileiro de Dados Abertos"? \*

---

---

---

---

---

## Pedidos de acesso à informação a órgãos do governo federal

47. A organização já fez pedido de acesso à informação através do e-SIC federal? \*

*Marcar apenas uma oval.*

Sim

Não *Pular para a pergunta 57*

48. Se a resposta foi não, qual o motivo?

*Marcar apenas uma oval.*

Não conhece esse canal

Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais

Não consegue usá-lo (complexo/instável)

Não se aplica

Outro: \_\_\_\_\_

**Uso do e-SIC federal**

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do e-SIC federal pela organização da sociedade civil:



49. Frequência de uso

*Marcar apenas uma oval.*

	1	2	3	4	5	
Raramente usamos na organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Usamos com muita frequência

50. Satisfação com o acesso concedido

*Marcar apenas uma oval.*

- Conseguiu acesso completo a tudo que pediu já com o pedido inicial, no prazo legal;
- Conseguiu acesso completo apenas após recorrer ou após o prazo legal;
- Não conseguiu acesso completo, apenas parcial;
- Negativa completa de acesso, mesmo sem ser hipótese legal de sigilo.

## 51. Justificativas dos órgãos para negativas de acesso (se aplicável)

*Marque todas que se aplicam.*

- Trabalho adicional de análise, interpretação ou consolidação
- Pedido genérico
- Órgão incompetente (sem reencaminhar o seu pedido)
- Pandemia
- Dados pessoais
- Sigilo legal
- Interpretação extensiva do órgão sobre o sigilo
- Inexistência dos documentos digitalizados e necessidade de consultar arquivos físicos pessoalmente

Outro:  \_\_\_\_\_

## 52. Compreensão das respostas ou dados enviados

*Marcar apenas uma oval.*

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada na resposta e nem as informações enviadas;
- Teve alguma dificuldade, mas com alguma pesquisa (autônoma) conseguiu entender;
- Não conseguiu compreender e precisou solicitar esclarecimentos em recurso ou nova solicitação de acesso;
- Não conseguiu compreender e desistiu do acesso à informação.

## 53. Dificuldades técnicas com o e-SIC federal

*Marque todas que se aplicam.*

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Sistema fora do ar, lento ou instável;
- Respostas fora do prazo legal;
- Obscuridade nas competências dos órgãos e dificuldade para saber a quem encaminhar o pedido;
- Arquivos anexos corrompidos/desconhecidos/inúteis;
- Arquivo em formato não aberto, não legível por máquina;
- Indisponibilidade de arquivos digitais;
- Não sistematização de dados pelo órgão;
- Necessidade de dados gerais de órgãos com competências centrais e foi aconselhado a procurar cada órgão individualmente, o que inviabilizou o acesso pela grande quantidade de órgãos ou volume de dados.

## 54. Outros problemas que dificultaram ou desestimularam o acesso

*Marque todas que se aplicam.*

- Exigências excessivas de dados pessoais;
- Cobrança de taxas de reprodução;
- Não divulgação de lista de documentos classificados como sigilosos pelo órgão federal;
- Inuência do perLl do solicitante na resposta ao pedido (antes da possibilidade de pedidos anônimos no SIC federal);
- Falta de capacitação técnica dos servidores para responder as solicitações;
- Outro:  \_\_\_\_\_

## 55. Os sistemas eletrônicos de solicitação de acesso à informação de governos estaduais e municipais que a organização usa são qualitativamente inferiores ao e-SIC federal, considerando as dimensões desse questionário (satisfação com o acesso, justificativas para negativas, compreensão e dificuldades técnicas).

*Marcar apenas uma oval.*

- Concordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Discordo totalmente
- Não se aplica (nunca usou sistemas de acesso de governos subnacionais)

## 56. Alguma sugestão em "uso do e-SIC federal"? \*

---

---

---

---

---

57. A organização já usou o sistema eletrônico de ouvidorias do governo federal? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Sim
- Não *Pular para a pergunta 66*

58. Se a resposta foi não, qual o motivo?

*Marcar apenas uma oval.*

- Não conhece esse canal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não acredita que seja um canal efetivo
- Não se aplica
- Outro: \_\_\_\_\_

Sistema federal  
de Ouvidorias

Nas questões desta seção responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso de ouvidorias federais pela organização da sociedade civil:





## 59. Frequência de uso

*Marcar apenas uma oval.*

	1	2	3	4	5	
Raramente usamos na organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Usamos com muita frequência

## 60. Motivos do seu uso

*Marque todas que se aplicam.*

- Denúncia
- Reclamação
- Elogio
- Solicitação de serviço público
- Pedido de desburocratização
- Sugestão
- Pedido de acesso à informação

## 61. Efetividade/poder de influência

*Marcar apenas uma oval.*

- As manifestações feitas pela ouvidoria frequentemente geraram resultados efetivos (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente efetivos (entre 30% e 60%);
- Raramente efetivos (menos 1% a 29%);
- Nunca são efetivos.

## 62. Devolutiva

*Marcar apenas uma oval.*

- Nunca recebe satisfação das manifestações enviadas;
- Recebe respostas, mas raramente são satisfatórias ou completas;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias e completas.

## 63. Dificuldades técnicas

*Marque todas que se aplicam.*

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Sistema fora do ar, lento ou instável;
- Retorno intempestivo ou demorado acerca da manifestação;
- Falta de capacitação técnica dos servidores para fornecer as respostas;

Outro:  \_\_\_\_\_

## 64. Considerando as dimensões do questionário, os sistemas de ouvidorias locais (governos estaduais e municipais que a organização usa) são qualitativamente inferiores ao sistema federal

*Marcar apenas uma oval.*

- Concordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Discordo totalmente
- Não se aplica (nunca usou ouvidorias locais)

## 65. Alguma sugestão em "uso de ouvidorias federais?" \*

---



---



---



---



---

## Participação em políticas públicas

Até então, as perguntas eram sobre o uso de ferramentas de transparência do governo federal pela instituição. A partir daqui, responda com base na percepção e opinião institucionais sobre o uso de ferramentas de participação pelo governo na construção de políticas públicas.

66. A organização já usou a plataforma Dialoga Brasil ([dialoga.gov.br](http://dialoga.gov.br)) do governo federal? \*

*Marcar apenas uma oval.*

Sim

Não *Pular para a pergunta 74*

67. Se a resposta foi não, qual motivo?

*Marcar apenas uma oval.*

Não conhece essa plataforma

Não precisa usá-la para suas finalidades institucionais

Não consegue usá-la (complexa)

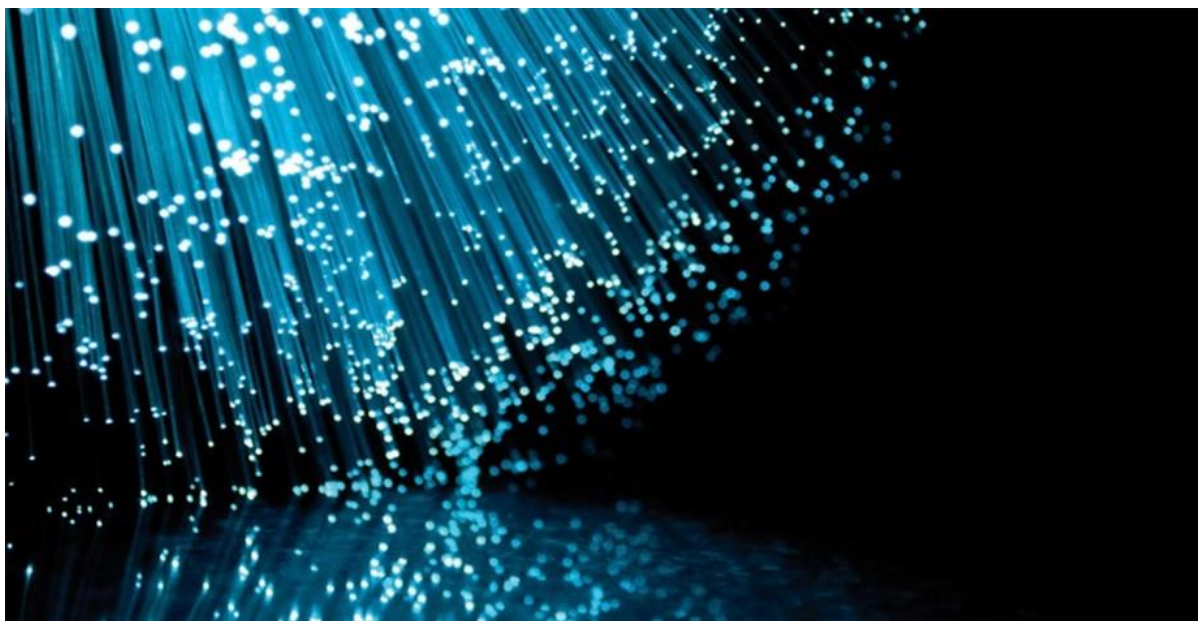
Não a considera uma ferramenta efetiva de participação

Não se aplica

Outro: \_\_\_\_\_

## Plataforma Dialoga Brasil

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua instituição acerca do uso da Plataforma Dialoga Brasil (espaço de participação digital) na construção de políticas públicas pelo governo federal



68. Frequência de uso da plataforma pelo governo para a construção de políticas públicas

*Marcar apenas uma oval.*

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

69. Efetividade/poder de influência

*Marcar apenas uma oval.*

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

## 70. Devolutiva à sociedade civil

*Marcar apenas uma oval.*

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

## 71. Ações ativas de engajamento na Plataforma (iniciativa da organização):

*Marcar apenas uma oval.*

	1	2	3	4	5	
Raramente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Com muita frequência

## 72. No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso efetividade, devolutiva e ações de engajamento em espaços de participação digital é qualitativamente pior do que no governo federal.

*Marcar apenas uma oval.*

- Concordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Discordo totalmente
- Não se aplica (nunca usou espaços de participação digital de governos locais)

73. Alguma sugestão em "Plataforma Dialoga Brasil? \*

---

---

---

---

---

**Consultas públicas na  
construção de políticas  
públicas federais**

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua instituição acerca do uso de consultas públicas na construção de políticas públicas pelo govern federal

74. Frequência de uso de consultas públicas pelo governo no para construção de políticas públicas

*Marcar apenas uma oval.*

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

75. Efetividade/poder de in#uência

*Marcar apenas uma oval.*

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

## 76. Devolutiva à sociedade civil

*Marcar apenas uma oval.*

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

## 77. Convites para participar (iniciativa do governo federal, por qualquer meio):

*Marcar apenas uma oval.*

- Organização nunca foi convidada pelo governo para participar de consulta pública;
- Raramente é convidado (1% a 29% das vezes em que há uma consulta);
- Ocasionalmente é convidado (30% a 60%);
- Frequentemente é convidado (mais de 60% das vezes).

## 78. Ações ativas de engajamento em consultas (iniciativa da organização):

*Marcar apenas uma oval.*

- Frequentemente procura participar (mais de 60% das vezes);
- Ocasionalmente (30%-60%);
- Raramente (até 29%);
- Nunca



79. No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso efetividade, devolutiva e ações de engajamento a consultas públicas é qualitativamente melhor que no governo federal.

*Marcar apenas uma oval.*

- Concordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Discordo totalmente

80. Alguma sugestão em "consultas públicas"? \*

---

---

---

---

---

**Audiências públicas na construção de políticas públicas federais**

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua instituição acerca do uso de audiências públicas na construção de políticas públicas pelo governo federal

81. Frequência de uso de audiências públicas pelo governo para construção de políticas públicas

*Marcar apenas uma oval.*

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

## 82. Efetividade/poder de influência

*Marcar apenas uma oval.*

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

## 83. Devolutiva à sociedade civil

*Marcar apenas uma oval.*

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

## 84. Convites para participar (iniciativa do governo federal, por qualquer meio):

*Marcar apenas uma oval.*

- Organização nunca foi convidada pelo governo para participar de audiência pública;
- Raramente é convidado (1% a 29% das vezes em que há uma audiência);
- Ocasionalmente é convidado (30% a 60%);
- Frequentemente é convidado (mais de 60% das vezes).

85. Ações ativas de engajamento em audiências (iniciativa da organização):

*Marcar apenas uma oval.*

- Frequentemente procura participar (mais de 60% das vezes);
- Ocasionalmente (30%-60%);
- Raramente (até 29%);
- Nunca

86. No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso efetividade, devolutiva e ações de engajamento a audiências públicas é qualitativamente melhor do que no governo federal.

*Marcar apenas uma oval.*

- Concordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Discordo totalmente

87. Alguma sugestão em "audiências públicas"? \*

---

---

---

---

---

88. Alguma outra sugestão no questionário?

---

---

---

---

---

Nome da instituição que representa \*

[REDACTED]

## Principal área de atuação institucional \*

- Transparência e Integridade
- Direitos Humanos/Direitos fundamentais
- Socioambiental
- Nova economia
- Saúde
- Educação
- Outro: .....

## Estou apto(a) a responder em nome da organização que represento? \*

- Sim

## Nome completo do responsável pelo preenchimento \*

.....

## Vínculo/cargo institucional \*

Gerente de projetos  
.....

## Anos que está na instituição \*

- Até 1 ano
- Mais de 1 ano até 5 anos
- Mais de 5 anos

## Última escolaridade do respondente \*

- Ensino superior
- Especialização
- Mestrado
- Doutorado
- Outro: .....

## Concordo com o Termo de Consentimento Livre e Informado abaixo \*

Declaro, por meio deste termo, que concordei voluntariamente em responder esse questionário, que busca coletar as percepções de usuários qualificados no uso de ferramentas de transparência e participação governamentais, desenvolvido pela pesquisadora Caroline Stéphanie Francis dos Santos Maciel. Fui informado(a) que a pesquisa é desenvolvida para fins estritamente acadêmicos em sede de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Direito na Universidade Federal de Minas Gerais, sob orientação da Profa. Fabiana de Menezes Soares, vinculada ao Observatório para a Qualidade da Lei e em parceria com a Dado Capital e a Rede de Advocacy Colaborativo. Afirmando que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou outros benefícios, nem ter qualquer ônus ou risco à saúde e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui também informado(a) que não será divulgado meu nome e nem outro dado de contato que permita a minha identificação pessoal, em conformidade com as normas éticas do Comitê de Ética da UFMG (art. 1º, § único, I, V e VII da Resolução 510/2016). Informaram, ainda, que apenas os dados institucionais e resultados das respostas ao questionário serão divulgados no relatório da pesquisa, garantidas a confidencialidade, sigilo e anonimato dos participantes. Por fim, fui informado(a) de que posso me retirar dessa pesquisa de opinião a qualquer momento, sem sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos. Ao selecionar "sim" nesta caixa, concordo com todas as especificações acima deste Termo de Consentimento Livre e Informado.

Sim

Autorizo a divulgação dos dados institucionais e respostas às perguntas do questionário para a realização dos objetivos dessa pesquisa \*

Sim

## Orientações gerais

Nas questões fechadas, escolha a melhor resposta dentre as possíveis, que representa melhor a realidade no uso geral dessas ferramentas pela organização (o que ocorreu na maioria das vezes).

Dê uma resposta com base na realidade da sua instituição e não apenas na sua experiência pessoal.

Nas questões abertas, aprofunde nas particularidades sobre o tópico. Quanto mais dados fornecer, tanto melhor para a pesquisa e completo diagnóstico da situação.

Caso não saiba alguma(s) da(s) resposta(s), por você não utilizar o canal/desconhecê-lo, veja se é possível obtê-la(s) junto à organização que representa; caso contrário, marque que a organização não usa.





### Sites oficiais do governo federal ([gov.br](http://gov.br) e derivados)

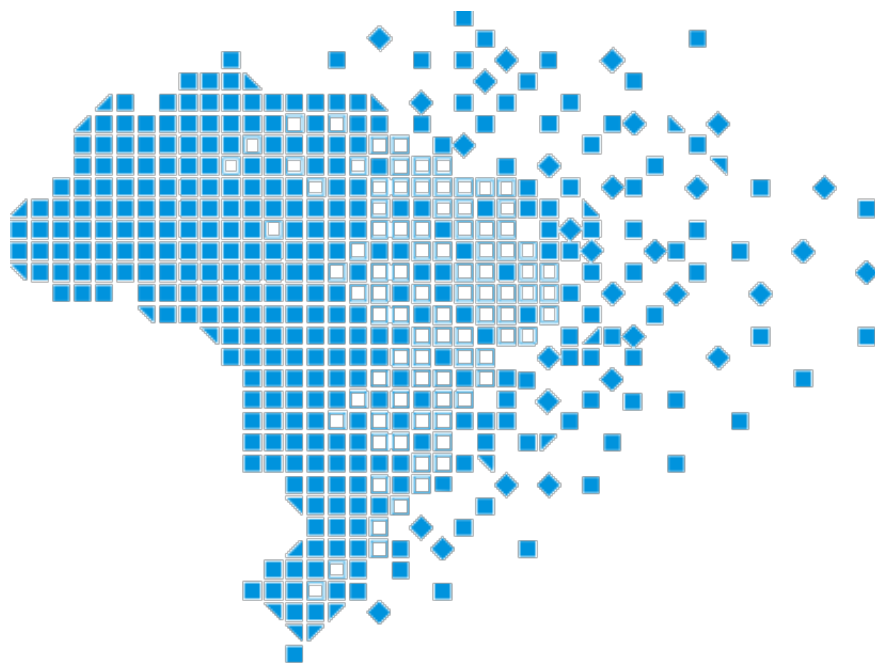
A organização já extraiu dados ou informações de algum site oficial do governo federal?

\*

- Sim
- Não

### Uso de sites oficiais do governo federal ([gov.br](http://gov.br) e derivados)

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso dos sites oficiais do governo federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:



### Frequência de uso

1    2    3    4    5

Raramente usamos na organização                        Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no site
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

## Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

## Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa por conta própria conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso

## Outras dificuldades de navegabilidade e usabilidade

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Mudanças de domínio e/ou links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre ocorrências em navegabilidade antes e depois da mudança dos domínios, com a unificação dos endereços eletrônicos do governo federal em 2019 (portal único [gov.br](http://gov.br)).

.....

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados ativamente nos sites oficiais do governo federal resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

Os sites oficiais de governos estaduais e municipais que a organização acessa são qualitativamente inferiores aos sites do governo federal, considerando as dimensões desse questionário (disponibilidade, atualização, compreensão dos dados e navegabilidade no site).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou sites oficiais de governos estaduais/municipais)

Portal da Transparência Federal ([portaldatransparencia.gov.br](http://portaldatransparencia.gov.br))

A organização já extraiu dados ou informações do Portal da Transparência federal? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse portal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

### Uso do Portal da Transparência Federal

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do Portal da Transparência Federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:



### Frequência de uso

1 2 3 4 5

Raramente usamos na  
organização

Usamos com muita frequência



### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no portal
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa por conta própria conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso à informação ou dado.

## Outras dificuldades de navegabilidade e usabilidade

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre ocorrências em navegabilidade antes e depois da reformulação do Portal da Transparência Federal em 2018.

.....

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados no Portal da Transparência Federal resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

No geral, os Portais da Transparência estaduais e municipais que a organização usa são qualitativamente inferiores ao Portal da Transparência Federal, considerando as dimensões desse questionário (disponibilidade, atualização, compreensão dos dados e navegabilidade no portal).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou nenhum portal de transparência estadual ou municipal)

#### Portal Brasileiro de Dados Abertos ([dados.gov.br](https://dados.gov.br))

A organização já extraiu dados do Portal Brasileiro de Dados Abertos? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse portal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

## Uso do Portal Brasileiro de Dados Abertos

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do Portal Brasileiro de Dados Abertos pela organização da sociedade civil ou movimento social:



Frequência de uso

	1	2	3	4	5	
Raramente usamos na organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no portal
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa (autônoma) conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso à informação ou dado.

## Outras dificuldades

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Escassez de bases de dados abertos disponibilizadas ativamente
- Bases de dados abertos não disponibilizadas no prazo estabelecido, em conformidade com os cronogramas de abertura dos órgãos
- Não disponibilização das bases de dados abertos, mesmo após solicitação
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre modificações nesse portal no decorrer do tempo.

.....



A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados ativamente no Portal Brasileiro de Dados Abertos resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

Os governos estaduais e municipais e os outros poderes (que organização acessa) disponibilizam bem menos dados públicos em formato aberto que o governo federal, seja no Portal Brasileiro de Dados Abertos ou em outros portais.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca extraiu dados abertos de governos subnacionais ou de outros poderes)

### Pedidos de acesso à informação a órgãos do governo federal

A organização já fez pedido de acesso à informação através do e-SIC federal? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse canal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo/instável)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

## Uso do e-SIC federal

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do e-SIC federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:



### Frequência de uso

	1	2	3	4	5	
Raramente usamos na organização	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Usamos com muita frequência

### Satisfação com o acesso concedido

- Conseguiu acesso completo a tudo que pediu já com o pedido inicial, no prazo legal;
- Conseguiu acesso completo apenas após recorrer ou após o prazo legal;
- Não conseguiu acesso completo, apenas parcial;
- Negativa completa de acesso, mesmo sem ser hipótese legal de sigilo.

### Justificativas dos órgãos para negativas de acesso (se aplicável)

- Não recebeu nenhuma justificativa
- Trabalho adicional de análise, interpretação ou consolidação
- Pedido genérico
- Órgão incompetente (sem reencaminhar o seu pedido)
- Pandemia
- Dados pessoais
- Sigilo legal
- Interpretação extensiva do órgão sobre o sigilo
- Inexistência dos documentos digitalizados e necessidade de consultar arquivos físicos pessoalmente
- Outro: .....

## Compreensão das respostas ou dados enviados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada na resposta e nem as informações enviadas;
- Teve alguma dificuldade, mas com alguma pesquisa (autônoma) conseguiu entender;
- Não conseguiu compreender e precisou solicitar esclarecimentos em recurso ou nova solicitação de acesso;
- Não conseguiu compreender e desistiu do acesso à informação.

## Dificuldades técnicas com o e-SIC federal

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Sistema fora do ar, lento ou instável;
- Respostas fora do prazo legal;
- Obscuridade nas competências dos órgãos e dificuldade para saber a quem encaminhar o pedido;
- Arquivos anexos corrompidos/desconfigurados/inúteis;
- Arquivo em formato não aberto, não legível por máquina;
- Indisponibilidade de arquivos digitais;
- Não sistematização de dados pelo órgão;
- Necessidade de dados gerais de órgãos com competências centrais e foi aconselhado a procurar cada órgão individualmente, o que inviabilizou o acesso pela grande quantidade de órgãos ou volume de dados.

### Outros problemas que dificultaram ou desestimularam o acesso

- Exigências excessivas de dados pessoais;
- Cobrança de taxas de reprodução;
- Não divulgação de lista de documentos classificados como sigilosos pelo órgão federal;
- Influência do perfil do solicitante na resposta ao pedido (antes da possibilidade de pedidos anônimos no e-SIC federal);
- Falta de capacitação técnica dos servidores para responder as solicitações;
- Outro: .....

Os sistemas eletrônicos de solicitação de acesso à informação de governos estaduais e municipais que a organização usa são qualitativamente inferiores ao e-SIC federal, considerando as dimensões desse questionário (satisfação com o acesso, justificativas para negativas, compreensão e dificuldades técnicas).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou sistemas de acesso de governos subnacionais)

Ouvidorias federais ([ouvidorias.gov.br](https://ouvidorias.gov.br))

A organização já usou o sistema eletrônico de ouvidorias do governo federal? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse canal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não acredita que seja um canal efetivo
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

## Sistema federal de Ouvidorias

Nas questões desta seção responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso de ouvidorias federais pela organização da sociedade civil ou movimento social:





### Frequência de uso

1    2    3    4    5

Raramente usamos na organização                   Usamos com muita frequência

## Motivos do seu uso

- Denúncia
- Reclamação
- Elogio
- Solicitação de serviço público
- Pedido de desburocratização
- Sugestão
- Pedido de acesso à informação

## Efetividade/poder de influência

- As manifestações feitas pela ouvidoria frequentemente geraram resultados efetivos (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente efetivos (entre 30% e 60%);
- Raramente efetivos (menos 1% a 29%);
- Nunca são efetivos.

## Devolutiva

- Nunca recebe satisfação das manifestações enviadas;
- Recebe respostas, mas raramente são satisfatórias ou completas;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias e completas.

## Dificuldades técnicas

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Sistema fora do ar, lento ou instável;
- Retorno intempestivo ou demorado acerca da manifestação;
- Falta de capacitação técnica dos servidores para fornecer as respostas;
- Outro: .....

Considerando as dimensões do questionário, os sistemas de ouvidorias locais (governos estaduais e municipais que a organização usa) são qualitativamente inferiores ao sistema federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou ouvidorias locais)

## Outras considerações da organização sobre transparência no governo federal

---

### Participação em políticas públicas

Até então, as perguntas eram sobre o uso de ferramentas de transparência do governo federal pela instituição. A partir daqui, responda com base na percepção e opinião institucionais sobre o uso de ferramentas de participação pelo governo na construção de políticas públicas.

A organização já usou as plataformas Dialoga Brasil ([dialoga.gov.br](http://dialoga.gov.br)) e/ou Participa Brasil ([participa.br](http://participa.br)) do governo federal? \*

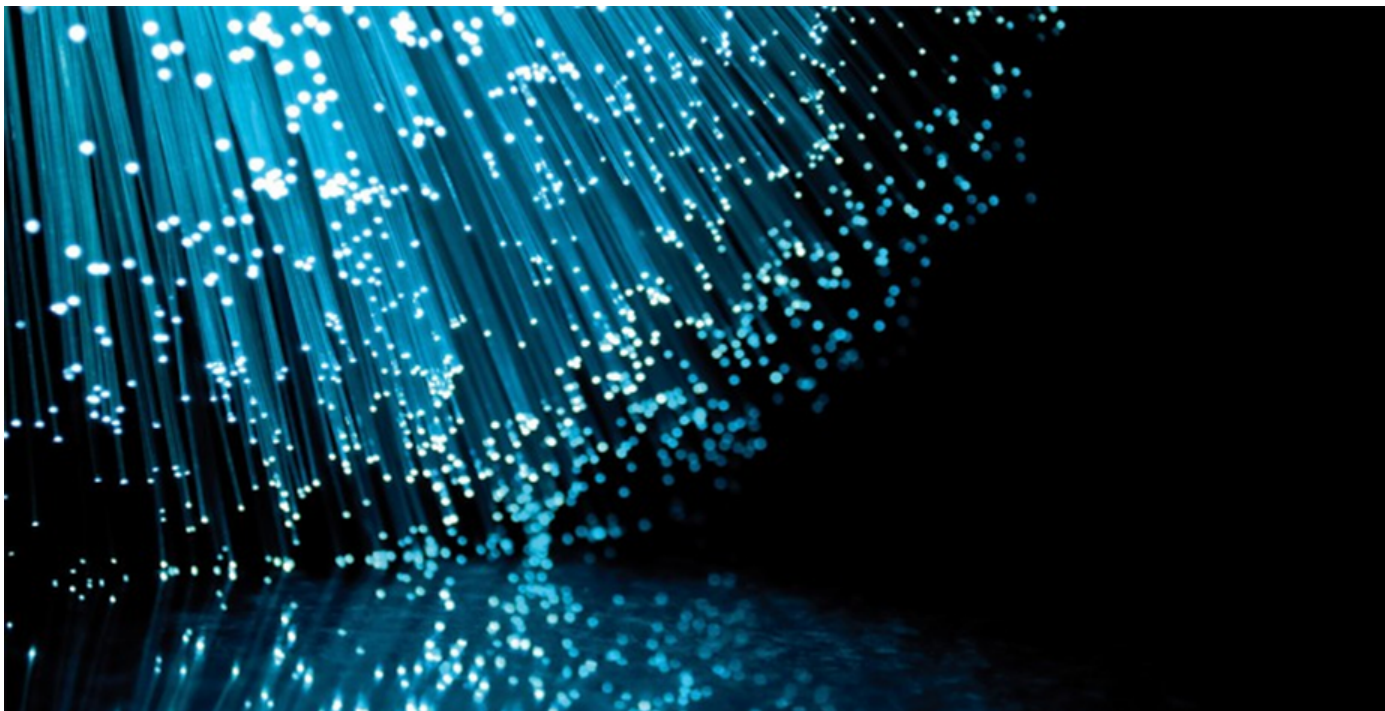
- Sim (ambas)
- Sim (apenas a Participa Brasil)
- Sim (apenas a Dialoga Brasil)
- Não (nenhuma delas)

Se a resposta foi sim apenas para uma delas ou não, qual motivo?

- Não conhece essa(s) plataforma(s)
- Não precisa usá-la(s) para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-la(s) - complexa(s)
- Não a(s) considera ferramenta(s) efetiva(s) de participação
- Não se aplica (respondeu sim para ambas no item anterior)
- Outro: .....

## Plataformas Dialoga Brasil e Participa Br

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso das Plataformas Dialoga Brasil e Participa Br (espaços de participação digital) na construção de políticas públicas pelo governo federal



Frequência de uso de alguma das plataformas pelo governo para a construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).



### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Ações ativas de engajamento nas Plataformas (organização procura participar):

	1	2	3	4	5	
Raramente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Com muita frequência



No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento em espaços de participação digital é qualitativamente pior do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou espaços de participação digital de governos locais)

### Consultas públicas na construção de políticas públicas federais

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso de consultas públicas na construção de políticas públicas pelo governo federal

Frequência de uso de consultas públicas pelo governo no para construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Convites para participar (iniciativa do governo federal, por qualquer meio):

- Organização nunca foi convidada pelo governo para participar de consulta pública;
- Raramente é convidado (1% a 29% das vezes em que há uma consulta);
- Ocasionalmente é convidado (30% a 60%);
- Frequentemente é convidado (mais de 60% das vezes).

### Ações ativas de engajamento em consultas (organização procura participar):

- Frequentemente procura participar (mais de 60% das vezes);
- Ocasionalmente (30%-60%);
- Raramente (até 29%);
- Nunca

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento a consultas públicas é qualitativamente melhor do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

### Audiências públicas na construção de políticas públicas federais

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso de audiências públicas na construção de políticas públicas pelo governo federal

### Frequência de uso de audiências públicas pelo governo para construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Convites para participar (iniciativa do governo federal, por qualquer meio):

- Organização nunca foi convidada pelo governo para participar de audiência pública;
- Raramente é convidado (1% a 29% das vezes em que há uma audiência);
- Ocasionalmente é convidado (30% a 60%);
- Frequentemente é convidado (mais de 60% das vezes).

### Ações ativas de engajamento em audiências (organização procura participar):

- Frequentemente procura participar (mais de 60% das vezes);
- Ocasionalmente (30%-60%);
- Raramente (até 29%);
- Nunca

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento a audiências públicas é qualitativamente melhor do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

## Outras considerações da organização sobre participação no governo federal

---

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

# Questionário transparência e participação no Governo Federal

Esse questionário tem como objetivo coletar as percepções no uso de ferramentas de transparência e participação governamentais pelas organizações da sociedade civil e movimentos sociais organizados, sendo garantidas a confidencialidade, sigilo e anonimato dos participantes. A partir dos resultados, compreender a efetividade desses instrumentos, detectar eventuais deficiências e apontar soluções.

Os resultados serão divulgados na tese de doutorado da pesquisadora responsável pela sua elaboração, Caroline Maciel.

A sua participação é uma etapa muito importante para o diagnóstico e sistematização das dificuldades enfrentadas por usuários qualificados, identificação dos avanços e de sugestões para melhorias. Se possível, responda todas as questões.

Endereço de e-mail \*

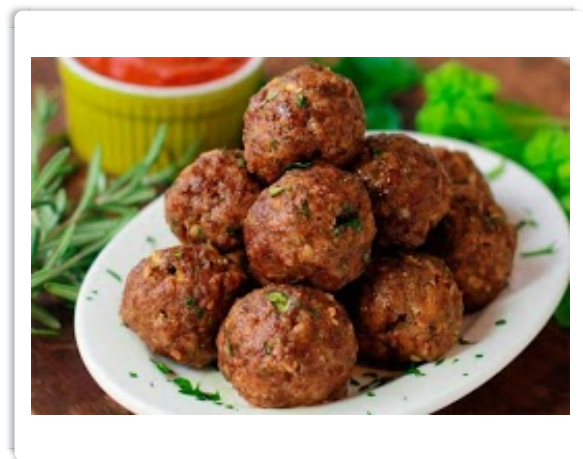
.....

Para evitar o uso de robots neste questionário, responda: qual das imagens abaixo é um prato de sobremesa? \*

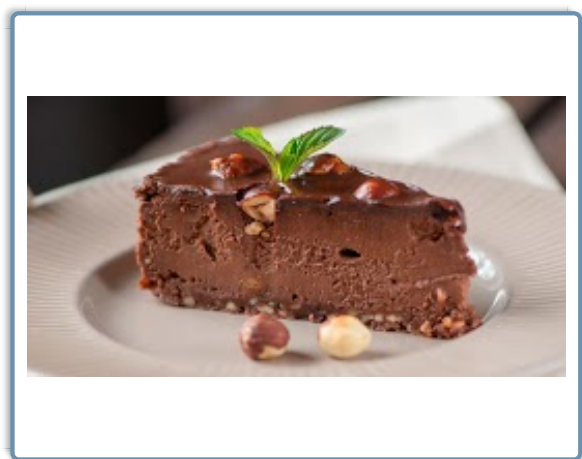




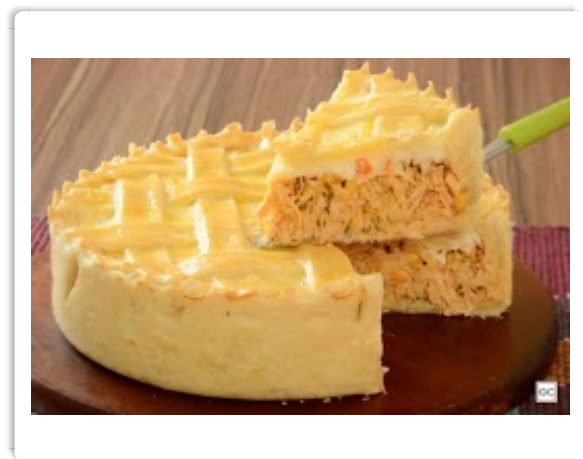
1



2



3



4

Dados

Nome da instituição que representa \*

[REDACTED]

## Principal área de atuação institucional \*

- Transparência e Integridade
- Direitos Humanos/Direitos fundamentais
- Socioambiental
- Nova economia
- Saúde
- Educação
- Outro: Consumo Consciente

## Estou apto(a) a responder em nome da organização que represento? \*

- Sim

## Nome completo do responsável pelo preenchimento \*

[REDACTED]

## Vínculo/cargo institucional \*

Gerente de Comunicação

## Anos que está na instituição \*

- Até 1 ano
- Mais de 1 ano até 5 anos
- Mais de 5 anos

## Última escolaridade do respondente \*

- Ensino superior
- Especialização
- Mestrado
- Doutorado
- Outro: .....

## Concordo com o Termo de Consentimento Livre e Informado abaixo \*

Declaro, por meio deste termo, que concordei voluntariamente em responder esse questionário, que busca coletar as percepções de usuários qualificados no uso de ferramentas de transparência e participação governamentais, desenvolvido pela pesquisadora Caroline Stéphanie Francis dos Santos Maciel. Fui informado(a) que a pesquisa é desenvolvida para fins estritamente acadêmicos em sede de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Direito na Universidade Federal de Minas Gerais, sob orientação da Profa. Fabiana de Menezes Soares, vinculada ao Observatório para a Qualidade da Lei e em parceria com a Dado Capital e a Rede de Advocacy Colaborativo. Afirmando que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou outros benefícios, nem ter qualquer ônus ou risco à saúde e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui também informado(a) que não será divulgado meu nome e nem outro dado de contato que permita a minha identificação pessoal, em conformidade com as normas éticas do Comitê de Ética da UFMG (art. 1º, § único, I, V e VII da Resolução 510/2016). Informaram, ainda, que apenas os dados institucionais e resultados das respostas ao questionário serão divulgados no relatório da pesquisa, garantidas a confidencialidade, sigilo e anonimato dos participantes. Por fim, fui informado(a) de que posso me retirar dessa pesquisa de opinião a qualquer momento, sem sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos. Ao selecionar "sim" nesta caixa, concordo com todas as especificações acima deste Termo de Consentimento Livre e Informado.

Sim

Autorizo a divulgação dos dados institucionais e respostas às perguntas do questionário para a realização dos objetivos dessa pesquisa \*

Sim

## Orientações gerais

Nas questões fechadas, escolha a melhor resposta dentre as possíveis, que representa melhor a realidade no uso geral dessas ferramentas pela organização (o que ocorreu na maioria das vezes).

Dê uma resposta com base na realidade da sua instituição e não apenas na sua experiência pessoal.

Nas questões abertas, aprofunde nas particularidades sobre o tópico. Quanto mais dados fornecer, tanto melhor para a pesquisa e completo diagnóstico da situação.

Caso não saiba alguma(s) da(s) resposta(s), por você não utilizar o canal/desconhecê-lo, veja se é possível obtê-la(s) junto à organização que representa; caso contrário, marque que a organização não usa.



### Sites oficiais do governo federal ([gov.br](http://gov.br) e derivados)

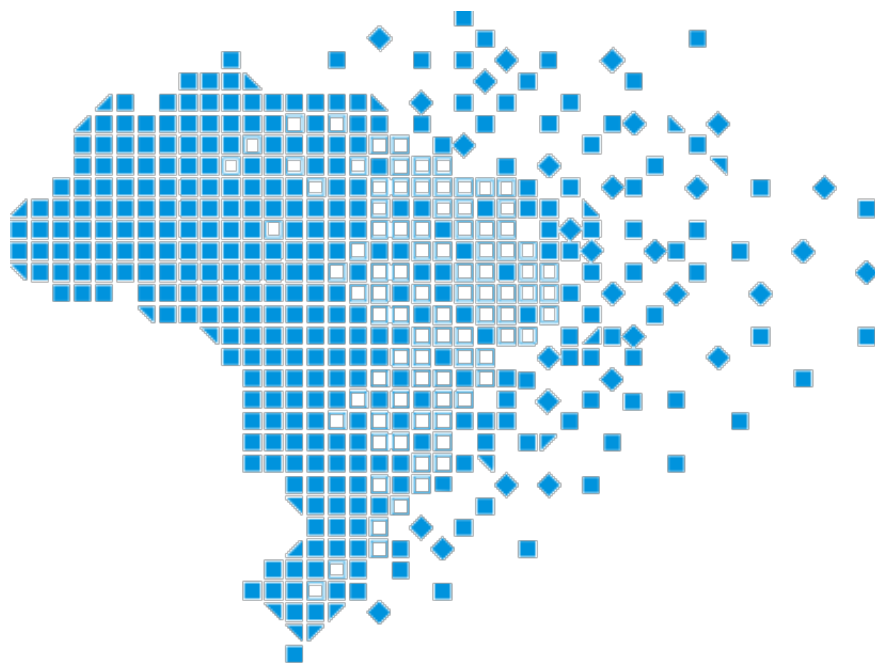
A organização já extraiu dados ou informações de algum site oficial do governo federal?

\*

- Sim
- Não

### Uso de sites oficiais do governo federal ([gov.br](http://gov.br) e derivados)

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso dos sites oficiais do governo federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:



### Frequência de uso

1    2    3    4    5

Raramente usamos na organização                        Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no site
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade



### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa por conta própria conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso

## Outras dificuldades de navegabilidade e usabilidade

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Mudanças de domínio e/ou links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre ocorrências em navegabilidade antes e depois da mudança dos domínios, com a unificação dos endereços eletrônicos do governo federal em 2019 (portal único [gov.br](http://gov.br)).

Antes da mudança era mais comum encontrar links que não levaram a ao endereço correto e fazer pesquisas na busca que resultavam em "não encontrado".  
.....

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados ativamente nos sites oficiais do governo federal resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

Os sites oficiais de governos estaduais e municipais que a organização acessa são qualitativamente inferiores ao sites do governo federal, considerando as dimensões desse questionário (disponibilidade, atualização, compreensão dos dados e navegabilidade no site).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou sites oficiais de governos estaduais/municipais)

Portal da Transparência Federal ([portaldatransparencia.gov.br](http://portaldatransparencia.gov.br))

A organização já extraiu dados ou informações do Portal da Transparência federal? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse portal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

### Uso do Portal da Transparência Federal

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do Portal da Transparência Federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:



### Frequência de uso

1 2 3 4 5

Raramente usamos na organização

Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no portal
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa por conta própria conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso à informação ou dado.

### Outras dificuldades de navegabilidade e usabilidade

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre ocorrências em navegabilidade antes e depois da reformulação do Portal da Transparência Federal em 2018.

Não usava antes de 2018 .....

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados no Portal da Transparência Federal resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente



No geral, os Portais da Transparência estaduais e municipais que a organização usa são qualitativamente inferiores ao Portal da Transparência Federal, considerando as dimensões desse questionário (disponibilidade, atualização, compreensão dos dados e navegabilidade no portal).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou nenhum portal de transparência estadual ou municipal)

#### Portal Brasileiro de Dados Abertos ([dados.gov.br](https://dados.gov.br))

A organização já extraiu dados do Portal Brasileiro de Dados Abertos? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse portal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

## Uso do Portal Brasileiro de Dados Abertos

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do Portal Brasileiro de Dados Abertos pela organização da sociedade civil ou movimento social:



Frequência de uso

	1	2	3	4	5	
Raramente usamos na organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no portal
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa (autônoma) conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso à informação ou dado.

## Outras dificuldades

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Escassez de bases de dados abertos disponibilizadas ativamente
- Bases de dados abertos não disponibilizadas no prazo estabelecido, em conformidade com os cronogramas de abertura dos órgãos
- Não disponibilização das bases de dados abertos, mesmo após solicitação
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre modificações nesse portal no decorrer do tempo.

.....

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados ativamente no Portal Brasileiro de Dados Abertos resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

Os governos estaduais e municipais e os outros poderes (que organização acessa) disponibilizam bem menos dados públicos em formato aberto que o governo federal, seja no Portal Brasileiro de Dados Abertos ou em outros portais.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca extraiu dados abertos de governos subnacionais ou de outros poderes)

### Pedidos de acesso à informação a órgãos do governo federal

A organização já fez pedido de acesso à informação através do e-SIC federal? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse canal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo/instável)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

## Uso do e-SIC federal

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do e-SIC federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:





### Frequência de uso

	1	2	3	4	5	
Raramente usamos na organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Usamos com muita frequência

### Satisfação com o acesso concedido

- Conseguiu acesso completo a tudo que pediu já com o pedido inicial, no prazo legal;
- Conseguiu acesso completo apenas após recorrer ou após o prazo legal;
- Não conseguiu acesso completo, apenas parcial;
- Negativa completa de acesso, mesmo sem ser hipótese legal de sigilo.

### Justificativas dos órgãos para negativas de acesso (se aplicável)

- Não recebeu nenhuma justificativa
- Trabalho adicional de análise, interpretação ou consolidação
- Pedido genérico
- Órgão incompetente (sem reencaminhar o seu pedido)
- Pandemia
- Dados pessoais
- Sigilo legal
- Interpretação extensiva do órgão sobre o sigilo
- Inexistência dos documentos digitalizados e necessidade de consultar arquivos físicos pessoalmente
- Outro: .....

## Compreensão das respostas ou dados enviados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada na resposta e nem as informações enviadas;
- Teve alguma dificuldade, mas com alguma pesquisa (autônoma) conseguiu entender;
- Não conseguiu compreender e precisou solicitar esclarecimentos em recurso ou nova solicitação de acesso;
- Não conseguiu compreender e desistiu do acesso à informação.

## Dificuldades técnicas com o e-SIC federal

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Sistema fora do ar, lento ou instável;
- Respostas fora do prazo legal;
- Obscuridade nas competências dos órgãos e dificuldade para saber a quem encaminhar o pedido;
- Arquivos anexos corrompidos/desconfigurados/inúteis;
- Arquivo em formato não aberto, não legível por máquina;
- Indisponibilidade de arquivos digitais;
- Não sistematização de dados pelo órgão;
- Necessidade de dados gerais de órgãos com competências centrais e foi aconselhado a procurar cada órgão individualmente, o que inviabilizou o acesso pela grande quantidade de órgãos ou volume de dados.

### Outros problemas que dificultaram ou desestimularam o acesso

- Exigências excessivas de dados pessoais;
- Cobrança de taxas de reprodução;
- Não divulgação de lista de documentos classificados como sigilosos pelo órgão federal;
- Influência do perfil do solicitante na resposta ao pedido (antes da possibilidade de pedidos anônimos no e-SIC federal);
- Falta de capacitação técnica dos servidores para responder as solicitações;
- Outro: .....

Os sistemas eletrônicos de solicitação de acesso à informação de governos estaduais e municipais que a organização usa são qualitativamente inferiores ao e-SIC federal, considerando as dimensões desse questionário (satisfação com o acesso, justificativas para negativas, compreensão e dificuldades técnicas).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou sistemas de acesso de governos subnacionais)

Ouvidorias federais ([ouvidorias.gov.br](https://ouvidorias.gov.br))

A organização já usou o sistema eletrônico de ouvidorias do governo federal? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse canal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não acredita que seja um canal efetivo
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

## Sistema federal de Ouvidorias

Nas questões desta seção responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso de ouvidorias federais pela organização da sociedade civil ou movimento social:



### Frequência de uso

1    2    3    4    5

Raramente usamos na organização                   Usamos com muita frequência

## Motivos do seu uso

- Denúncia
- Reclamação
- Elogio
- Solicitação de serviço público
- Pedido de desburocratização
- Sugestão
- Pedido de acesso à informação

## Efetividade/poder de influência

- As manifestações feitas pela ouvidoria frequentemente geraram resultados efetivos (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente efetivos (entre 30% e 60%);
- Raramente efetivos (menos 1% a 29%);
- Nunca são efetivos.



## Devolutiva

- Nunca recebe satisfação das manifestações enviadas;
- Recebe respostas, mas raramente são satisfatórias ou completas;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias e completas.

## Dificuldades técnicas

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Sistema fora do ar, lento ou instável;
- Retorno intempestivo ou demorado acerca da manifestação;
- Falta de capacitação técnica dos servidores para fornecer as respostas;
- Outro: .....

Considerando as dimensões do questionário, os sistemas de ouvidorias locais (governos estaduais e municipais que a organização usa) são qualitativamente inferiores ao sistema federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou ouvidorias locais)

## Outras considerações da organização sobre transparência no governo federal

---

### Participação em políticas públicas

Até então, as perguntas eram sobre o uso de ferramentas de transparência do governo federal pela instituição. A partir daqui, responda com base na percepção e opinião institucionais sobre o uso de ferramentas de participação pelo governo na construção de políticas públicas.

A organização já usou as plataformas Dialoga Brasil ([dialoga.gov.br](http://dialoga.gov.br)) e/ou Participa Brasil ([participa.br](http://participa.br)) do governo federal? \*

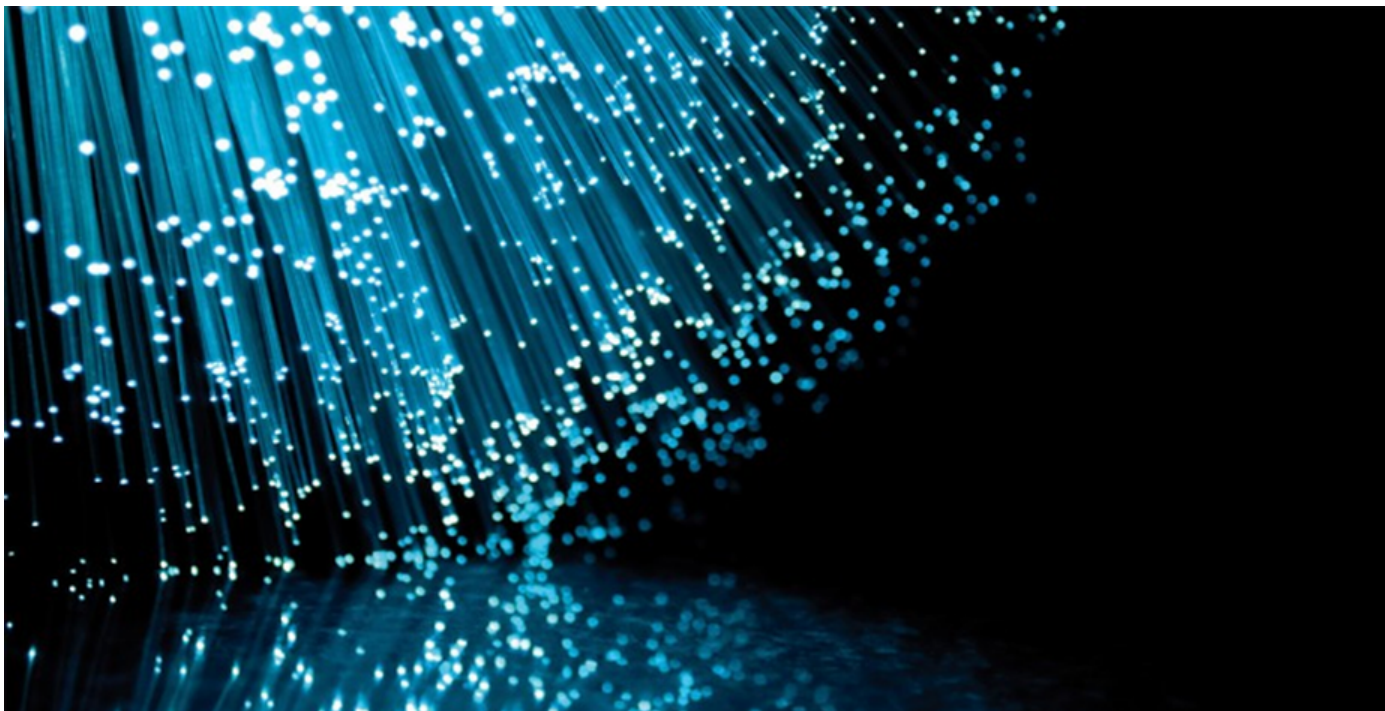
- Sim (ambas)
- Sim (apenas a Participa Brasil)
- Sim (apenas a Dialoga Brasil)
- Não (nenhuma delas)

Se a resposta foi sim apenas para uma delas ou não, qual motivo?

- Não conhece essa(s) plataforma(s)
- Não precisa usá-la(s) para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-la(s) - complexa(s)
- Não a(s) considera ferramenta(s) efetiva(s) de participação
- Não se aplica (respondeu sim para ambas no item anterior)
- Outro: .....

## Plataformas Dialoga Brasil e Participa Br

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso das Plataformas Dialoga Brasil e Participa Br (espaços de participação digital) na construção de políticas públicas pelo governo federal



Frequência de uso de alguma das plataformas pelo governo para a construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Ações ativas de engajamento nas Plataformas (organização procura participar):

	1	2	3	4	5	
Raramente	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Com muita frequência

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento em espaços de participação digital é qualitativamente pior do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou espaços de participação digital de governos locais)

### Consultas públicas na construção de políticas públicas federais

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso de consultas públicas na construção de políticas públicas pelo governo federal

Frequência de uso de consultas públicas pelo governo no para construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Convites para participar (iniciativa do governo federal, por qualquer meio):

- Organização nunca foi convidada pelo governo para participar de consulta pública;
- Raramente é convidado (1% a 29% das vezes em que há uma consulta);
- Ocasionalmente é convidado (30% a 60%);
- Frequentemente é convidado (mais de 60% das vezes).



### Ações ativas de engajamento em consultas (organização procura participar):

- Frequentemente procura participar (mais de 60% das vezes);
- Ocasionalmente (30%-60%);
- Raramente (até 29%);
- Nunca

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento a consultas públicas é qualitativamente melhor do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

### Audiências públicas na construção de políticas públicas federais

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso de audiências públicas na construção de políticas públicas pelo governo federal

### Frequência de uso de audiências públicas pelo governo para construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

Convites para participar (iniciativa do governo federal, por qualquer meio):

- Organização nunca foi convidada pelo governo para participar de audiência pública;
- Raramente é convidado (1% a 29% das vezes em que há uma audiência);
- Ocasionalmente é convidado (30% a 60%);
- Frequentemente é convidado (mais de 60% das vezes).

Ações ativas de engajamento em audiências (organização procura participar):

- Frequentemente procura participar (mais de 60% das vezes);
- Ocasionalmente (30%-60%);
- Raramente (até 29%);
- Nunca

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento a audiências públicas é qualitativamente melhor do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

## Outras considerações da organização sobre participação no governo federal

---

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

# Questionário transparência e participação no Governo Federal

Esse questionário tem como objetivo coletar as percepções no uso de ferramentas de transparência e participação governamentais pelas organizações da sociedade civil e movimentos sociais organizados, sendo garantidas a confidencialidade, sigilo e anonimato dos participantes. A partir dos resultados, compreender a efetividade desses instrumentos, detectar eventuais deficiências e apontar soluções.

Os resultados serão divulgados na tese de doutorado da pesquisadora responsável pela sua elaboração, Caroline Maciel.

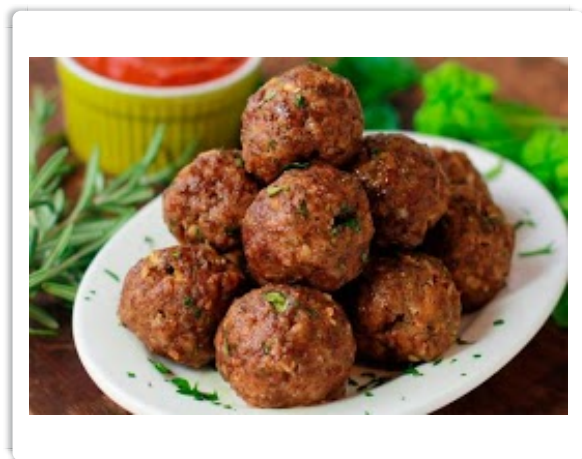
A sua participação é uma etapa muito importante para o diagnóstico e sistematização das dificuldades enfrentadas por usuários qualificados, identificação dos avanços e de sugestões para melhorias. Se possível, responda todas as questões.

Endereço de e-mail \*

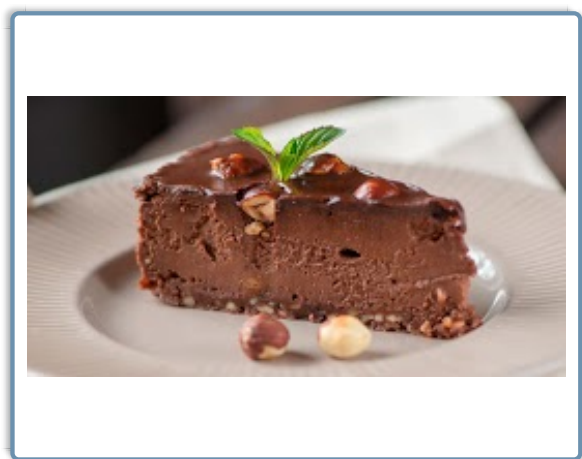
Para evitar o uso de robots neste questionário, responda: qual das imagens abaixo é um prato de sobremesa? \*



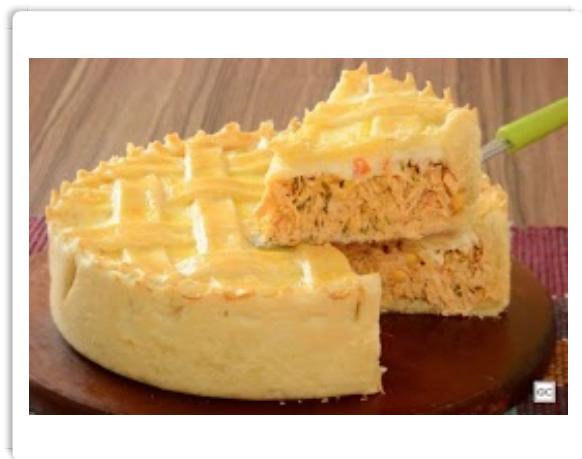
1



2



3



4

## Dados

Nome da instituição que representa \*

[REDACTED]



## Principal área de atuação institucional \*

- Transparência e Integridade
- Direitos Humanos/Direitos fundamentais
- Socioambiental
- Nova economia
- Saúde
- Educação
- Outro: Arquitetura e Urbanismo

## Estou apto(a) a responder em nome da organização que represento? \*

- Sim

## Nome completo do responsável pelo preenchimento \*

[REDACTED]

## Vínculo/cargo institucional \*

Conselho Superior e Ex presidente. Coordenador da Comissão de Política Urbana

## Anos que está na instituição \*

- Até 1 ano
- Mais de 1 ano até 5 anos
- Mais de 5 anos

## Última escolaridade do respondente \*

- Ensino superior
- Especialização
- Mestrado
- Doutorado
- Outro: .....

## Concordo com o Termo de Consentimento Livre e Informado abaixo \*

Declaro, por meio deste termo, que concordei voluntariamente em responder esse questionário, que busca coletar as percepções de usuários qualificados no uso de ferramentas de transparência e participação governamentais, desenvolvido pela pesquisadora Caroline Stéphanie Francis dos Santos Maciel. Fui informado(a) que a pesquisa é desenvolvida para fins estritamente acadêmicos em sede de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Direito na Universidade Federal de Minas Gerais, sob orientação da Profa. Fabiana de Menezes Soares, vinculada ao Observatório para a Qualidade da Lei e em parceria com a Dado Capital e a Rede de Advocacy Colaborativo. Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou outros benefícios, nem ter qualquer ônus ou risco à saúde e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui também informado(a) que não será divulgado meu nome e nem outro dado de contato que permita a minha identificação pessoal, em conformidade com as normas éticas do Comitê de Ética da UFMG (art. 1º, § único, I, V e VII da Resolução 510/2016). Informaram, ainda, que apenas os dados institucionais e resultados das respostas ao questionário serão divulgados no relatório da pesquisa, garantidas a confidencialidade, sigilo e anonimato dos participantes. Por fim, fui informado(a) de que posso me retirar dessa pesquisa de opinião a qualquer momento, sem sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos. Ao selecionar "sim" nesta caixa, concordo com todas as especificações acima deste Termo de Consentimento Livre e Informado.

Sim

Autorizo a divulgação dos dados institucionais e respostas às perguntas do questionário para a realização dos objetivos dessa pesquisa \*

Sim

## Orientações gerais

Nas questões fechadas, escolha a melhor resposta dentre as possíveis, que representa melhor a realidade no uso geral dessas ferramentas pela organização (o que ocorreu na maioria das vezes).

Dê uma resposta com base na realidade da sua instituição e não apenas na sua experiência pessoal.

Nas questões abertas, aprofunde nas particularidades sobre o tópico. Quanto mais dados fornecer, tanto melhor para a pesquisa e completo diagnóstico da situação.

Caso não saiba alguma(s) da(s) resposta(s), por você não utilizar o canal/desconhecê-lo, veja se é possível obtê-la(s) junto à organização que representa; caso contrário, marque que a organização não usa.



### Sites oficiais do governo federal ([gov.br](http://gov.br) e derivados)

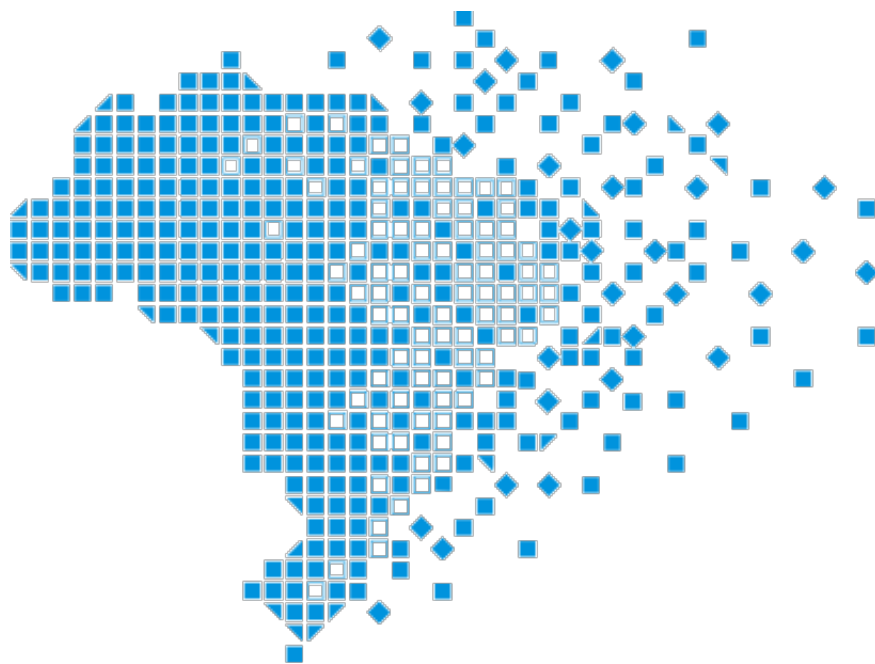
A organização já extraiu dados ou informações de algum site oficial do governo federal?

\*

- Sim
- Não

### Uso de sites oficiais do governo federal ([gov.br](http://gov.br) e derivados)

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso dos sites oficiais do governo federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:



### Frequência de uso

1    2    3    4    5

Raramente usamos na organização                        Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no site
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa por conta própria conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso

## Outras dificuldades de navegabilidade e usabilidade

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Mudanças de domínio e/ou links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre ocorrências em navegabilidade antes e depois da mudança dos domínios, com a unificação dos endereços eletrônicos do governo federal em 2019 (portal único [gov.br](http://gov.br)).

Toda rotina em mudança de sites governamentais gera desconforto na navegação

.....



A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados ativamente nos sites oficiais do governo federal resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

Os sites oficiais de governos estaduais e municipais que a organização acessa são qualitativamente inferiores ao sites do governo federal, considerando as dimensões desse questionário (disponibilidade, atualização, compreensão dos dados e navegabilidade no site).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou sites oficiais de governos estaduais/municipais)

Portal da Transparência Federal ([portaldatransparencia.gov.br](http://portaldatransparencia.gov.br))

A organização já extraiu dados ou informações do Portal da Transparência federal? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse portal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

### Uso do Portal da Transparência Federal

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do Portal da Transparência Federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:



### Frequência de uso

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5

Raramente usamos na organização

Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no portal
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa por conta própria conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso à informação ou dado.

## Outras dificuldades de navegabilidade e usabilidade

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre ocorrências em navegabilidade antes e depois da reformulação do Portal da Transparência Federal em 2018.

.....

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados no Portal da Transparência Federal resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

No geral, os Portais da Transparência estaduais e municipais que a organização usa são qualitativamente inferiores ao Portal da Transparência Federal, considerando as dimensões desse questionário (disponibilidade, atualização, compreensão dos dados e navegabilidade no portal).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou nenhum portal de transparência estadual ou municipal)

#### Portal Brasileiro de Dados Abertos ([dados.gov.br](https://dados.gov.br))

A organização já extraiu dados do Portal Brasileiro de Dados Abertos? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse portal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

## Uso do Portal Brasileiro de Dados Abertos

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do Portal Brasileiro de Dados Abertos pela organização da sociedade civil ou movimento social:





Frequência de uso

	1	2	3	4	5	
Raramente usamos na organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no portal
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa (autônoma) conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso à informação ou dado.

## Outras dificuldades

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Escassez de bases de dados abertos disponibilizadas ativamente
- Bases de dados abertos não disponibilizadas no prazo estabelecido, em conformidade com os cronogramas de abertura dos órgãos
- Não disponibilização das bases de dados abertos, mesmo após solicitação
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre modificações nesse portal no decorrer do tempo.

.....

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados ativamente no Portal Brasileiro de Dados Abertos resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

Os governos estaduais e municipais e os outros poderes (que organização acessa) disponibilizam bem menos dados públicos em formato aberto que o governo federal, seja no Portal Brasileiro de Dados Abertos ou em outros portais.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca extraiu dados abertos de governos subnacionais ou de outros poderes)

### Pedidos de acesso à informação a órgãos do governo federal

A organização já fez pedido de acesso à informação através do e-SIC federal? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse canal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo/instável)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

## Uso do e-SIC federal

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do e-SIC federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:



Frequência de uso

	1	2	3	4	5	
Raramente usamos na organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Usamos com muita frequência

### Satisfação com o acesso concedido

- Conseguiu acesso completo a tudo que pediu já com o pedido inicial, no prazo legal;
- Conseguiu acesso completo apenas após recorrer ou após o prazo legal;
- Não conseguiu acesso completo, apenas parcial;
- Negativa completa de acesso, mesmo sem ser hipótese legal de sigilo.

### Justificativas dos órgãos para negativas de acesso (se aplicável)

- Não recebeu nenhuma justificativa
- Trabalho adicional de análise, interpretação ou consolidação
- Pedido genérico
- Órgão incompetente (sem reencaminhar o seu pedido)
- Pandemia
- Dados pessoais
- Sigilo legal
- Interpretação extensiva do órgão sobre o sigilo
- Inexistência dos documentos digitalizados e necessidade de consultar arquivos físicos pessoalmente
- Outro: .....



## Compreensão das respostas ou dados enviados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada na resposta e nem as informações enviadas;
- Teve alguma dificuldade, mas com alguma pesquisa (autônoma) conseguiu entender;
- Não conseguiu compreender e precisou solicitar esclarecimentos em recurso ou nova solicitação de acesso;
- Não conseguiu compreender e desistiu do acesso à informação.

## Dificuldades técnicas com o e-SIC federal

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Sistema fora do ar, lento ou instável;
- Respostas fora do prazo legal;
- Obscuridade nas competências dos órgãos e dificuldade para saber a quem encaminhar o pedido;
- Arquivos anexos corrompidos/desconfigurados/inúteis;
- Arquivo em formato não aberto, não legível por máquina;
- Indisponibilidade de arquivos digitais;
- Não sistematização de dados pelo órgão;
- Necessidade de dados gerais de órgãos com competências centrais e foi aconselhado a procurar cada órgão individualmente, o que inviabilizou o acesso pela grande quantidade de órgãos ou volume de dados.

### Outros problemas que dificultaram ou desestimularam o acesso

- Exigências excessivas de dados pessoais;
- Cobrança de taxas de reprodução;
- Não divulgação de lista de documentos classificados como sigilosos pelo órgão federal;
- Influência do perfil do solicitante na resposta ao pedido (antes da possibilidade de pedidos anônimos no e-SIC federal);
- Falta de capacitação técnica dos servidores para responder as solicitações;
- Outro: .....

Os sistemas eletrônicos de solicitação de acesso à informação de governos estaduais e municipais que a organização usa são qualitativamente inferiores ao e-SIC federal, considerando as dimensões desse questionário (satisfação com o acesso, justificativas para negativas, compreensão e dificuldades técnicas).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou sistemas de acesso de governos subnacionais)

Ouvidorias federais ([ouvidorias.gov.br](https://ouvidorias.gov.br))

A organização já usou o sistema eletrônico de ouvidorias do governo federal? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse canal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não acredita que seja um canal efetivo
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

## Sistema federal de Ouvidorias

Nas questões desta seção responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso de ouvidorias federais pela organização da sociedade civil ou movimento social:



### Frequência de uso

1    2    3    4    5

Raramente usamos na organização                   Usamos com muita frequência

## Motivos do seu uso

- Denúncia
- Reclamação
- Elogio
- Solicitação de serviço público
- Pedido de desburocratização
- Sugestão
- Pedido de acesso à informação

## Efetividade/poder de influência

- As manifestações feitas pela ouvidoria frequentemente geraram resultados efetivos (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente efetivos (entre 30% e 60%);
- Raramente efetivos (menos 1% a 29%);
- Nunca são efetivos.

## Devolutiva

- Nunca recebe satisfação das manifestações enviadas;
- Recebe respostas, mas raramente são satisfatórias ou completas;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias e completas.

## Dificuldades técnicas

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Sistema fora do ar, lento ou instável;
- Retorno intempestivo ou demorado acerca da manifestação;
- Falta de capacitação técnica dos servidores para fornecer as respostas;
- Outro: .....

Considerando as dimensões do questionário, os sistemas de ouvidorias locais (governos estaduais e municipais que a organização usa) são qualitativamente inferiores ao sistema federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou ouvidorias locais)

## Outras considerações da organização sobre transparência no governo federal

---

### Participação em políticas públicas

Até então, as perguntas eram sobre o uso de ferramentas de transparência do governo federal pela instituição. A partir daqui, responda com base na percepção e opinião institucionais sobre o uso de ferramentas de participação pelo governo na construção de políticas públicas.

A organização já usou as plataformas Dialoga Brasil ([dialoga.gov.br](http://dialoga.gov.br)) e/ou Participa Brasil ([participa.br](http://participa.br)) do governo federal? \*

- Sim (ambas)
- Sim (apenas a Participa Brasil)
- Sim (apenas a Dialoga Brasil)
- Não (nenhuma delas)



Se a resposta foi sim apenas para uma delas ou não, qual motivo?

- Não conhece essa(s) plataforma(s)
- Não precisa usá-la(s) para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-la(s) - complexa(s)
- Não a(s) considera ferramenta(s) efetiva(s) de participação
- Não se aplica (respondeu sim para ambas no item anterior)
- Outro: .....

## Plataformas Dialoga Brasil e Participa Br

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso das Plataformas Dialoga Brasil e Participa Br (espaços de participação digital) na construção de políticas públicas pelo governo federal



Frequência de uso de alguma das plataformas pelo governo para a construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Ações ativas de engajamento nas Plataformas (organização procura participar):

	1	2	3	4	5	
Raramente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Com muita frequência

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento em espaços de participação digital é qualitativamente pior do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou espaços de participação digital de governos locais)

### Consultas públicas na construção de políticas públicas federais

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso de consultas públicas na construção de políticas públicas pelo governo federal

Frequência de uso de consultas públicas pelo governo no para construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Convites para participar (iniciativa do governo federal, por qualquer meio):

- Organização nunca foi convidada pelo governo para participar de consulta pública;
- Raramente é convidado (1% a 29% das vezes em que há uma consulta);
- Ocasionalmente é convidado (30% a 60%);
- Frequentemente é convidado (mais de 60% das vezes).

### Ações ativas de engajamento em consultas (organização procura participar):

- Frequentemente procura participar (mais de 60% das vezes);
- Ocasionalmente (30%-60%);
- Raramente (até 29%);
- Nunca

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento a consultas públicas é qualitativamente melhor do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

### Audiências públicas na construção de políticas públicas federais

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso de audiências públicas na construção de políticas públicas pelo governo federal

### Frequência de uso de audiências públicas pelo governo para construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.



### Convites para participar (iniciativa do governo federal, por qualquer meio):

- Organização nunca foi convidada pelo governo para participar de audiência pública;
- Raramente é convidado (1% a 29% das vezes em que há uma audiência);
- Ocasionalmente é convidado (30% a 60%);
- Frequentemente é convidado (mais de 60% das vezes).

### Ações ativas de engajamento em audiências (organização procura participar):

- Frequentemente procura participar (mais de 60% das vezes);
- Ocasionalmente (30%-60%);
- Raramente (até 29%);
- Nunca

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento a audiências públicas é qualitativamente melhor do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

## Outras considerações da organização sobre participação no governo federal

---

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

# Questionário transparência e participação no Governo Federal

Esse questionário tem como objetivo coletar as percepções no uso de ferramentas de transparência e participação governamentais pelas organizações da sociedade civil e movimentos sociais organizados, sendo garantidas a confidencialidade, sigilo e anonimato dos participantes. A partir dos resultados, compreender a efetividade desses instrumentos, detectar eventuais deficiências e apontar soluções.

Os resultados serão divulgados na tese de doutorado da pesquisadora responsável pela sua elaboração, Caroline Maciel.

A sua participação é uma etapa muito importante para o diagnóstico e sistematização das dificuldades enfrentadas por usuários qualificados, identificação dos avanços e de sugestões para melhorias. Se possível, responda todas as questões.

Endereço de e-mail \*

[REDACTED]

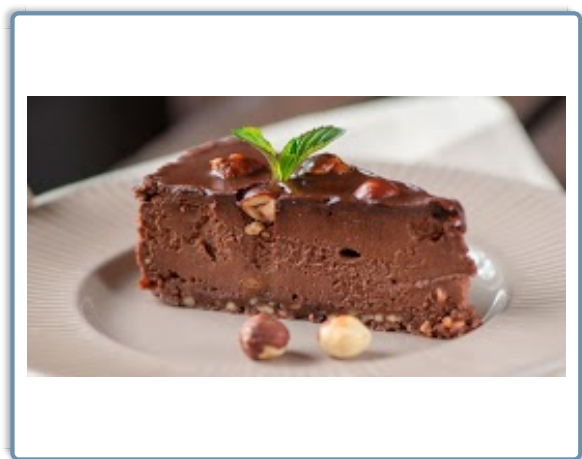
Para evitar o uso de robots neste questionário, responda: qual das imagens abaixo é um prato de sobremesa? \*



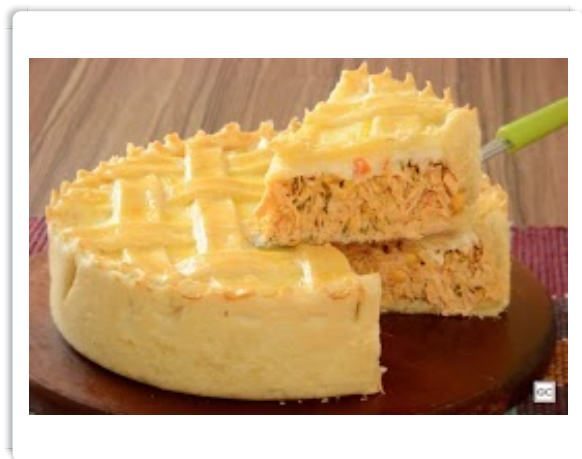
1



2



3



4

Dados

Nome da instituição que representa \*

[REDACTED]

## Principal área de atuação institucional \*

- Transparência e Integridade
- Direitos Humanos/Direitos fundamentais
- Socioambiental
- Nova economia
- Saúde
- Educação
- Outro: Acesso aos direitos

## Estou apto(a) a responder em nome da organização que represento? \*

Sim

## Nome completo do responsável pelo preenchimento \*

████████████████████

## Vínculo/cargo institucional \*

Coordenador

## Anos que está na instituição \*

- Até 1 ano
- Mais de 1 ano até 5 anos
- Mais de 5 anos

## Última escolaridade do respondente \*

- Ensino superior
- Especialização
- Mestrado
- Doutorado
- Outro: .....



## Concordo com o Termo de Consentimento Livre e Informado abaixo \*

Declaro, por meio deste termo, que concordei voluntariamente em responder esse questionário, que busca coletar as percepções de usuários qualificados no uso de ferramentas de transparência e participação governamentais, desenvolvido pela pesquisadora Caroline Stéphanie Francis dos Santos Maciel. Fui informado(a) que a pesquisa é desenvolvida para fins estritamente acadêmicos em sede de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Direito na Universidade Federal de Minas Gerais, sob orientação da Profa. Fabiana de Menezes Soares, vinculada ao Observatório para a Qualidade da Lei e em parceria com a Dado Capital e a Rede de Advocacy Colaborativo. Afirmando que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou outros benefícios, nem ter qualquer ônus ou risco à saúde e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui também informado(a) que não será divulgado meu nome e nem outro dado de contato que permita a minha identificação pessoal, em conformidade com as normas éticas do Comitê de Ética da UFMG (art. 1º, § único, I, V e VII da Resolução 510/2016). Informaram, ainda, que apenas os dados institucionais e resultados das respostas ao questionário serão divulgados no relatório da pesquisa, garantidas a confidencialidade, sigilo e anonimato dos participantes. Por fim, fui informado(a) de que posso me retirar dessa pesquisa de opinião a qualquer momento, sem sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos. Ao selecionar "sim" nesta caixa, concordo com todas as especificações acima deste Termo de Consentimento Livre e Informado.

Sim

Autorizo a divulgação dos dados institucionais e respostas às perguntas do questionário para a realização dos objetivos dessa pesquisa \*

Sim

## Orientações gerais

Nas questões fechadas, escolha a melhor resposta dentre as possíveis, que representa melhor a realidade no uso geral dessas ferramentas pela organização (o que ocorreu na maioria das vezes).

Dê uma resposta com base na realidade da sua instituição e não apenas na sua experiência pessoal.

Nas questões abertas, aprofunde nas particularidades sobre o tópico. Quanto mais dados fornecer, tanto melhor para a pesquisa e completo diagnóstico da situação.

Caso não saiba alguma(s) da(s) resposta(s), por você não utilizar o canal/desconhecê-lo, veja se é possível obtê-la(s) junto à organização que representa; caso contrário, marque que a organização não usa.



### Sites oficiais do governo federal ([gov.br](http://gov.br) e derivados)

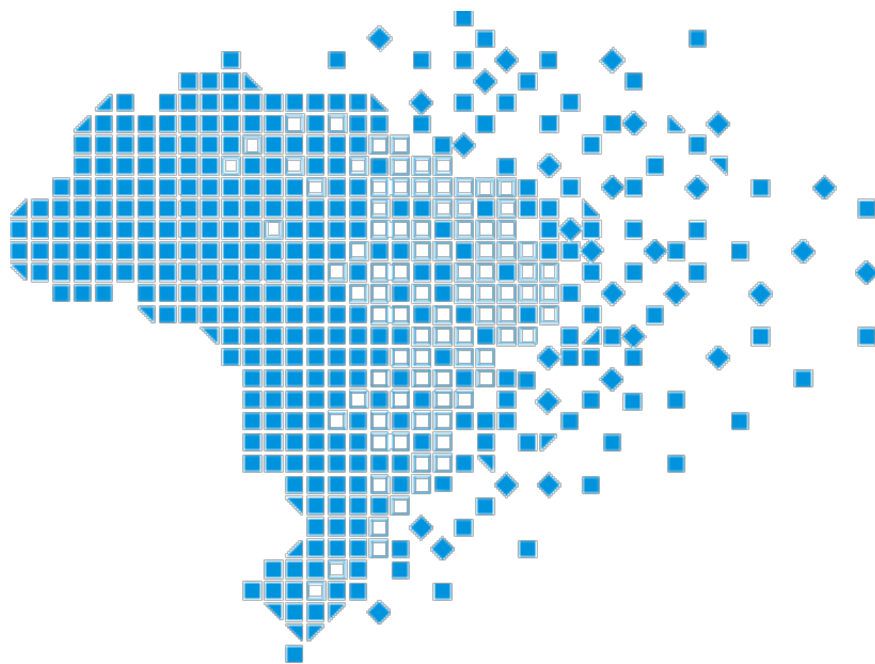
A organização já extraiu dados ou informações de algum site oficial do governo federal?

\*

- Sim
- Não

### Uso de sites oficiais do governo federal ([gov.br](http://gov.br) e derivados)

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso dos sites oficiais do governo federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:



### Frequência de uso

1    2    3    4    5

Raramente usamos na organização                        Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no site
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa por conta própria conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso

## Outras dificuldades de navegabilidade e usabilidade

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Mudanças de domínio e/ou links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre ocorrências em navegabilidade antes e depois da mudança dos domínios, com a unificação dos endereços eletrônicos do governo federal em 2019 (portal único [gov.br](http://gov.br)).

.....

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados ativamente nos sites oficiais do governo federal resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

Os sites oficiais de governos estaduais e municipais que a organização acessa são qualitativamente inferiores aos sites do governo federal, considerando as dimensões desse questionário (disponibilidade, atualização, compreensão dos dados e navegabilidade no site).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou sites oficiais de governos estaduais/municipais)

Portal da Transparência Federal ([portaldatransparencia.gov.br](http://portaldatransparencia.gov.br))

A organização já extraiu dados ou informações do Portal da Transparência federal? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse portal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

### Uso do Portal da Transparência Federal

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do Portal da Transparência Federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:





### Frequência de uso

1 2 3 4 5

Raramente usamos na organização

Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no portal
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa por conta própria conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso à informação ou dado.

### Outras dificuldades de navegabilidade e usabilidade

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre ocorrências em navegabilidade antes e depois da reformulação do Portal da Transparência Federal em 2018.

.....

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados no Portal da Transparência Federal resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

No geral, os Portais da Transparência estaduais e municipais que a organização usa são qualitativamente inferiores ao Portal da Transparência Federal, considerando as dimensões desse questionário (disponibilidade, atualização, compreensão dos dados e navegabilidade no portal).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou nenhum portal de transparência estadual ou municipal)

#### Portal Brasileiro de Dados Abertos ([dados.gov.br](https://dados.gov.br))

A organização já extraiu dados do Portal Brasileiro de Dados Abertos? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse portal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

## Uso do Portal Brasileiro de Dados Abertos

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do Portal Brasileiro de Dados Abertos pela organização da sociedade civil ou movimento social:



Frequência de uso

1 2 3 4 5

Raramente usamos na  
organização

Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no portal
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa (autônoma) conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso à informação ou dado.



## Outras dificuldades

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Escassez de bases de dados abertos disponibilizadas ativamente
- Bases de dados abertos não disponibilizadas no prazo estabelecido, em conformidade com os cronogramas de abertura dos órgãos
- Não disponibilização das bases de dados abertos, mesmo após solicitação
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre modificações nesse portal no decorrer do tempo.

.....

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados ativamente no Portal Brasileiro de Dados Abertos resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

Os governos estaduais e municipais e os outros poderes (que organização acessa) disponibilizam bem menos dados públicos em formato aberto que o governo federal, seja no Portal Brasileiro de Dados Abertos ou em outros portais.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca extraiu dados abertos de governos subnacionais ou de outros poderes)

### Pedidos de acesso à informação a órgãos do governo federal

A organização já fez pedido de acesso à informação através do e-SIC federal? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse canal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo/instável)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

## Uso do e-SIC federal

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do e-SIC federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:



Frequência de uso

	1	2	3	4	5	
Raramente usamos na organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	Usamos com muita frequência

### Satisfação com o acesso concedido

- Conseguiu acesso completo a tudo que pediu já com o pedido inicial, no prazo legal;
- Conseguiu acesso completo apenas após recorrer ou após o prazo legal;
- Não conseguiu acesso completo, apenas parcial;
- Negativa completa de acesso, mesmo sem ser hipótese legal de sigilo.

### Justificativas dos órgãos para negativas de acesso (se aplicável)

- Não recebeu nenhuma justificativa
- Trabalho adicional de análise, interpretação ou consolidação
- Pedido genérico
- Órgão incompetente (sem reencaminhar o seu pedido)
- Pandemia
- Dados pessoais
- Sigilo legal
- Interpretação extensiva do órgão sobre o sigilo
- Inexistência dos documentos digitalizados e necessidade de consultar arquivos físicos pessoalmente
- Outro: .....

## Compreensão das respostas ou dados enviados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada na resposta e nem as informações enviadas;
- Teve alguma dificuldade, mas com alguma pesquisa (autônoma) conseguiu entender;
- Não conseguiu compreender e precisou solicitar esclarecimentos em recurso ou nova solicitação de acesso;
- Não conseguiu compreender e desistiu do acesso à informação.

## Dificuldades técnicas com o e-SIC federal

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Sistema fora do ar, lento ou instável;
- Respostas fora do prazo legal;
- Obscuridade nas competências dos órgãos e dificuldade para saber a quem encaminhar o pedido;
- Arquivos anexos corrompidos/desconfigurados/inúteis;
- Arquivo em formato não aberto, não legível por máquina;
- Indisponibilidade de arquivos digitais;
- Não sistematização de dados pelo órgão;
- Necessidade de dados gerais de órgãos com competências centrais e foi aconselhado a procurar cada órgão individualmente, o que inviabilizou o acesso pela grande quantidade de órgãos ou volume de dados.

### Outros problemas que dificultaram ou desestimularam o acesso

- Exigências excessivas de dados pessoais;
- Cobrança de taxas de reprodução;
- Não divulgação de lista de documentos classificados como sigilosos pelo órgão federal;
- Influência do perfil do solicitante na resposta ao pedido (antes da possibilidade de pedidos anônimos no e-SIC federal);
- Falta de capacitação técnica dos servidores para responder as solicitações;
- Outro: .....

Os sistemas eletrônicos de solicitação de acesso à informação de governos estaduais e municipais que a organização usa são qualitativamente inferiores ao e-SIC federal, considerando as dimensões desse questionário (satisfação com o acesso, justificativas para negativas, compreensão e dificuldades técnicas).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou sistemas de acesso de governos subnacionais)

Ouvidorias federais ([ouvidorias.gov.br](https://ouvidorias.gov.br))



A organização já usou o sistema eletrônico de ouvidorias do governo federal? \*

Sim

Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

Não conhece esse canal

Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais

Não consegue usá-lo (complexo)

Não acredita que seja um canal efetivo

Não se aplica (respondeu sim no item anterior)

Outro: .....

## Sistema federal de Ouvidorias

Nas questões desta seção responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso de ouvidorias federais pela organização da sociedade civil ou movimento social:



### Frequência de uso

1    2    3    4    5

Raramente usamos na organização                   Usamos com muita frequência

## Motivos do seu uso

- Denúncia
- Reclamação
- Elogio
- Solicitação de serviço público
- Pedido de desburocratização
- Sugestão
- Pedido de acesso à informação

## Efetividade/poder de influência

- As manifestações feitas pela ouvidoria frequentemente geraram resultados efetivos (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente efetivos (entre 30% e 60%);
- Raramente efetivos (menos 1% a 29%);
- Nunca são efetivos.

## Devolutiva

- Nunca recebe satisfação das manifestações enviadas;
- Recebe respostas, mas raramente são satisfatórias ou completas;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias e completas.

## Dificuldades técnicas

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Sistema fora do ar, lento ou instável;
- Retorno intempestivo ou demorado acerca da manifestação;
- Falta de capacitação técnica dos servidores para fornecer as respostas;
- Outro: .....

Considerando as dimensões do questionário, os sistemas de ouvidorias locais (governos estaduais e municipais que a organização usa) são qualitativamente inferiores ao sistema federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou ouvidorias locais)

## Outras considerações da organização sobre transparência no governo federal

---

### Participação em políticas públicas

Até então, as perguntas eram sobre o uso de ferramentas de transparência do governo federal pela instituição. A partir daqui, responda com base na percepção e opinião institucionais sobre o uso de ferramentas de participação pelo governo na construção de políticas públicas.

A organização já usou as plataformas Dialoga Brasil ([dialoga.gov.br](http://dialoga.gov.br)) e/ou Participa Brasil ([participa.br](http://participa.br)) do governo federal? \*

- Sim (ambas)
- Sim (apenas a Participa Brasil)
- Sim (apenas a Dialoga Brasil)
- Não (nenhuma delas)

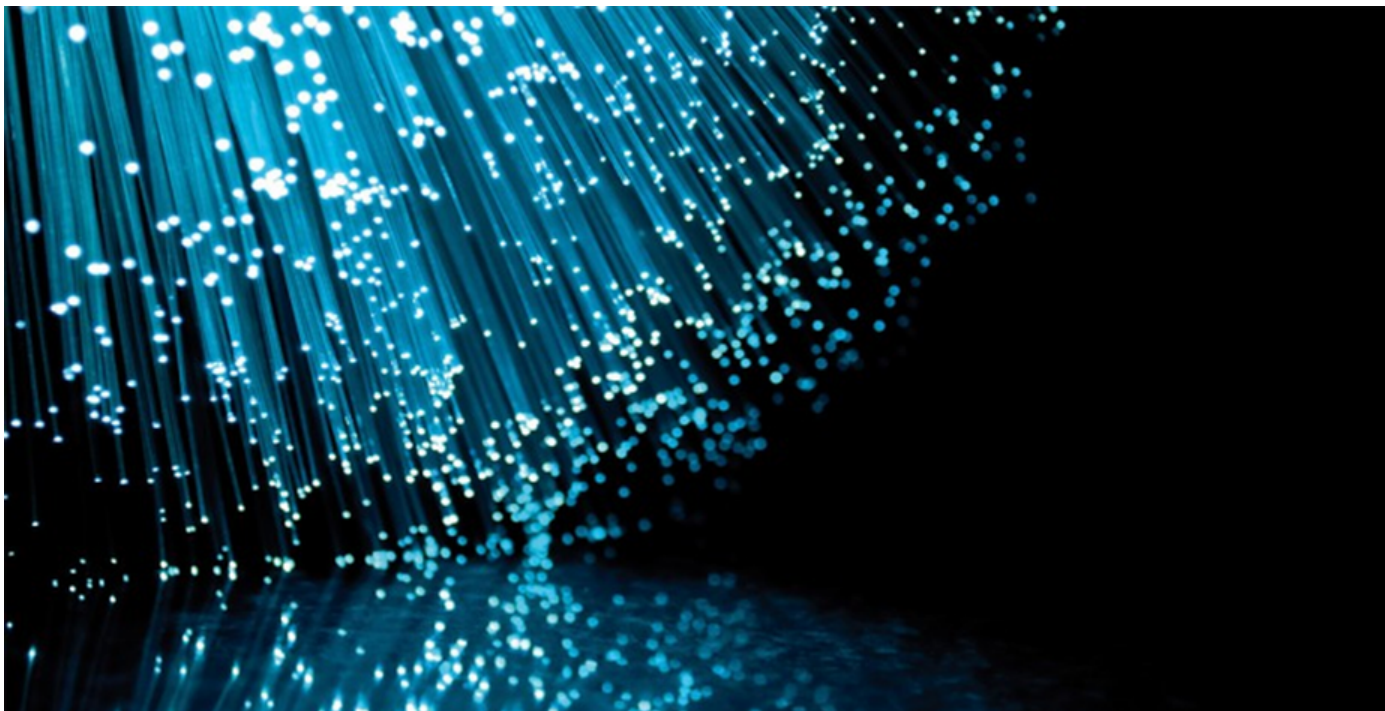
Se a resposta foi sim apenas para uma delas ou não, qual motivo?

- Não conhece essa(s) plataforma(s)
- Não precisa usá-la(s) para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-la(s) - complexa(s)
- Não a(s) considera ferramenta(s) efetiva(s) de participação
- Não se aplica (respondeu sim para ambas no item anterior)
- Outro: .....

## Plataformas Dialoga Brasil e Participa Br

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso das Plataformas Dialoga Brasil e Participa Br (espaços de participação digital) na construção de políticas públicas pelo governo federal





Frequência de uso de alguma das plataformas pelo governo para a construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).



### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Ações ativas de engajamento nas Plataformas (organização procura participar):

	1	2	3	4	5	
Raramente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Com muita frequência

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento em espaços de participação digital é qualitativamente pior do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou espaços de participação digital de governos locais)

### Consultas públicas na construção de políticas públicas federais

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso de consultas públicas na construção de políticas públicas pelo governo federal

Frequência de uso de consultas públicas pelo governo no para construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Convites para participar (iniciativa do governo federal, por qualquer meio):

- Organização nunca foi convidada pelo governo para participar de consulta pública;
- Raramente é convidado (1% a 29% das vezes em que há uma consulta);
- Ocasionalmente é convidado (30% a 60%);
- Frequentemente é convidado (mais de 60% das vezes).

### Ações ativas de engajamento em consultas (organização procura participar):

- Frequentemente procura participar (mais de 60% das vezes);
- Ocasionalmente (30%-60%);
- Raramente (até 29%);
- Nunca

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento a consultas públicas é qualitativamente melhor do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

### Audiências públicas na construção de políticas públicas federais

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso de audiências públicas na construção de políticas públicas pelo governo federal

### Frequência de uso de audiências públicas pelo governo para construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Convites para participar (iniciativa do governo federal, por qualquer meio):

- Organização nunca foi convidada pelo governo para participar de audiência pública;
- Raramente é convidado (1% a 29% das vezes em que há uma audiência);
- Ocasionalmente é convidado (30% a 60%);
- Frequentemente é convidado (mais de 60% das vezes).

### Ações ativas de engajamento em audiências (organização procura participar):

- Frequentemente procura participar (mais de 60% das vezes);
- Ocasionalmente (30%-60%);
- Raramente (até 29%);
- Nunca

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento a audiências públicas é qualitativamente melhor do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

## Outras considerações da organização sobre participação no governo federal

---

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários



# Questionário transparência e participação no Governo Federal

Esse questionário tem como objetivo coletar as percepções no uso de ferramentas de transparência e participação governamentais pelas organizações da sociedade civil e movimentos sociais organizados, sendo garantidas a confidencialidade, sigilo e anonimato dos participantes. A partir dos resultados, compreender a efetividade desses instrumentos, detectar eventuais deficiências e apontar soluções.

Os resultados serão divulgados na tese de doutorado da pesquisadora responsável pela sua elaboração, Caroline Maciel.

A sua participação é uma etapa muito importante para o diagnóstico e sistematização das dificuldades enfrentadas por usuários qualificados, identificação dos avanços e de sugestões para melhorias. Se possível, responda todas as questões.

Endereço de e-mail \*

 .....

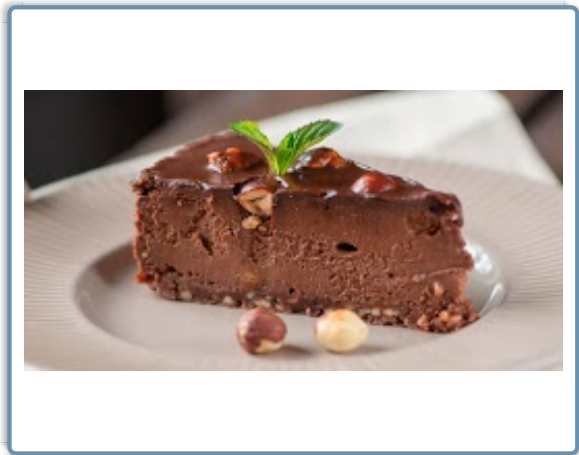
Para evitar o uso de robots neste questionário, responda: qual das imagens abaixo é um prato de sobremesa? \*



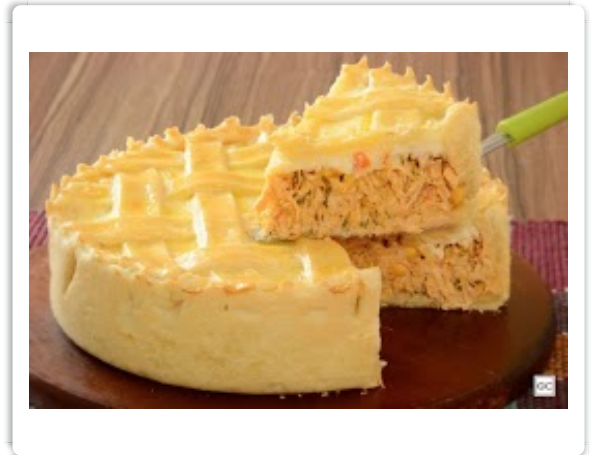
1



2



3



4

## Dados

Nome da instituição que representa \*

[REDACTED]

## Principal área de atuação institucional \*

- Transparência e Integridade
- Direitos Humanos/Direitos fundamentais
- Socioambiental
- Nova economia
- Saúde
- Educação
- Outro: .....

## Estou apto(a) a responder em nome da organização que represento? \*

- Sim

## Nome completo do responsável pelo preenchimento \*

.....

## Vínculo/cargo institucional \*

Assessor de Relações Institucionais .....

## Anos que está na instituição \*

- Até 1 ano
- Mais de 1 ano até 5 anos
- Mais de 5 anos

## Última escolaridade do respondente \*

- Ensino superior
- Especialização
- Mestrado
- Doutorado
- Outro: .....

## Concordo com o Termo de Consentimento Livre e Informado abaixo \*

Declaro, por meio deste termo, que concordei voluntariamente em responder esse questionário, que busca coletar as percepções de usuários qualificados no uso de ferramentas de transparência e participação governamentais, desenvolvido pela pesquisadora Caroline Stéphanie Francis dos Santos Maciel. Fui informado(a) que a pesquisa é desenvolvida para fins estritamente acadêmicos em sede de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Direito na Universidade Federal de Minas Gerais, sob orientação da Profa. Fabiana de Menezes Soares, vinculada ao Observatório para a Qualidade da Lei e em parceria com a Dado Capital e a Rede de Advocacy Colaborativo. Afirmando que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou outros benefícios, nem ter qualquer ônus ou risco à saúde e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui também informado(a) que não será divulgado meu nome e nem outro dado de contato que permita a minha identificação pessoal, em conformidade com as normas éticas do Comitê de Ética da UFMG (art. 1º, § único, I, V e VII da Resolução 510/2016). Informaram, ainda, que apenas os dados institucionais e resultados das respostas ao questionário serão divulgados no relatório da pesquisa, garantidas a confidencialidade, sigilo e anonimato dos participantes. Por fim, fui informado(a) de que posso me retirar dessa pesquisa de opinião a qualquer momento, sem sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos. Ao selecionar "sim" nesta caixa, concordo com todas as especificações acima deste Termo de Consentimento Livre e Informado.

Sim

Autorizo a divulgação dos dados institucionais e respostas às perguntas do questionário para a realização dos objetivos dessa pesquisa \*

Sim

## Orientações gerais

Nas questões fechadas, escolha a melhor resposta dentre as possíveis, que representa melhor a realidade no uso geral dessas ferramentas pela organização (o que ocorreu na maioria das vezes).

Dê uma resposta com base na realidade da sua instituição e não apenas na sua experiência pessoal.

Nas questões abertas, aprofunde nas particularidades sobre o tópico. Quanto mais dados fornecer, tanto melhor para a pesquisa e completo diagnóstico da situação.

Caso não saiba alguma(s) da(s) resposta(s), por você não utilizar o canal/desconhecê-lo, veja se é possível obtê-la(s) junto à organização que representa; caso contrário, marque que a organização não usa.



### Sites oficiais do governo federal ([gov.br](http://gov.br) e derivados)

A organização já extraiu dados ou informações de algum site oficial do governo federal?

\*

- Sim
- Não

### Uso de sites oficiais do governo federal ([gov.br](http://gov.br) e derivados)

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso dos sites oficiais do governo federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:





### Frequência de uso

1      2      3      4      5

Raramente usamos na organização                                    Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no site
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa por conta própria conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso

## Outras dificuldades de navegabilidade e usabilidade

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Mudanças de domínio e/ou links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre ocorrências em navegabilidade antes e depois da mudança dos domínios, com a unificação dos endereços eletrônicos do governo federal em 2019 (portal único [gov.br](http://gov.br)).

Nos portais consultados com mais frequência, não foram encontradas diferenças significativas na navegabilidade.  
.....

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados ativamente nos sites oficiais do governo federal resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

Os sites oficiais de governos estaduais e municipais que a organização acessa são qualitativamente inferiores ao sites do governo federal, considerando as dimensões desse questionário (disponibilidade, atualização, compreensão dos dados e navegabilidade no site).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou sites oficiais de governos estaduais/municipais)

Portal da Transparência Federal ([portaldatransparencia.gov.br](http://portaldatransparencia.gov.br))

A organização já extraiu dados ou informações do Portal da Transparência federal? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse portal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

### Uso do Portal da Transparência Federal

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do Portal da Transparência Federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:



### Frequência de uso

1 2 3 4 5

Raramente usamos na  
organização

Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no portal
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa por conta própria conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso à informação ou dado.

### Outras dificuldades de navegabilidade e usabilidade

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre ocorrências em navegabilidade antes e depois da reformulação do Portal da Transparência Federal em 2018.

.....

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados no Portal da Transparência Federal resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente



No geral, os Portais da Transparência estaduais e municipais que a organização usa são qualitativamente inferiores ao Portal da Transparência Federal, considerando as dimensões desse questionário (disponibilidade, atualização, compreensão dos dados e navegabilidade no portal).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou nenhum portal de transparência estadual ou municipal)

#### Portal Brasileiro de Dados Abertos ([dados.gov.br](https://dados.gov.br))

A organização já extraiu dados do Portal Brasileiro de Dados Abertos? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse portal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

## Uso do Portal Brasileiro de Dados Abertos

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do Portal Brasileiro de Dados Abertos pela organização da sociedade civil ou movimento social:



Frequência de uso

1 2 3 4 5

Raramente usamos na  
organização

Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no portal
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa (autônoma) conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso à informação ou dado.

## Outras dificuldades

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Escassez de bases de dados abertos disponibilizadas ativamente
- Bases de dados abertos não disponibilizadas no prazo estabelecido, em conformidade com os cronogramas de abertura dos órgãos
- Não disponibilização das bases de dados abertos, mesmo após solicitação
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre modificações nesse portal no decorrer do tempo.

.....

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados ativamente no Portal Brasileiro de Dados Abertos resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

Os governos estaduais e municipais e os outros poderes (que organização acessa) disponibilizam bem menos dados públicos em formato aberto que o governo federal, seja no Portal Brasileiro de Dados Abertos ou em outros portais.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca extraiu dados abertos de governos subnacionais ou de outros poderes)

### Pedidos de acesso à informação a órgãos do governo federal

A organização já fez pedido de acesso à informação através do e-SIC federal? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse canal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo/instável)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

## Uso do e-SIC federal

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do e-SIC federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:



Frequência de uso

	1	2	3	4	5	
Raramente usamos na organização	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Usamos com muita frequência



### Satisfação com o acesso concedido

- Conseguiu acesso completo a tudo que pediu já com o pedido inicial, no prazo legal;
- Conseguiu acesso completo apenas após recorrer ou após o prazo legal;
- Não conseguiu acesso completo, apenas parcial;
- Negativa completa de acesso, mesmo sem ser hipótese legal de sigilo.

### Justificativas dos órgãos para negativas de acesso (se aplicável)

- Não recebeu nenhuma justificativa
- Trabalho adicional de análise, interpretação ou consolidação
- Pedido genérico
- Órgão incompetente (sem reencaminhar o seu pedido)
- Pandemia
- Dados pessoais
- Sigilo legal
- Interpretação extensiva do órgão sobre o sigilo
- Inexistência dos documentos digitalizados e necessidade de consultar arquivos físicos pessoalmente
- Outro: Mais frequente não tivemos justificativa alguma para as negativas

## Compreensão das respostas ou dados enviados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada na resposta e nem as informações enviadas;
- Teve alguma dificuldade, mas com alguma pesquisa (autônoma) conseguiu entender;
- Não conseguiu compreender e precisou solicitar esclarecimentos em recurso ou nova solicitação de acesso;
- Não conseguiu compreender e desistiu do acesso à informação.

## Dificuldades técnicas com o e-SIC federal

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Sistema fora do ar, lento ou instável;
- Respostas fora do prazo legal;
- Obscuridade nas competências dos órgãos e dificuldade para saber a quem encaminhar o pedido;
- Arquivos anexos corrompidos/desconfigurados/inúteis;
- Arquivo em formato não aberto, não legível por máquina;
- Indisponibilidade de arquivos digitais;
- Não sistematização de dados pelo órgão;
- Necessidade de dados gerais de órgãos com competências centrais e foi aconselhado a procurar cada órgão individualmente, o que inviabilizou o acesso pela grande quantidade de órgãos ou volume de dados.

### Outros problemas que dificultaram ou desestimularam o acesso

- Exigências excessivas de dados pessoais;
- Cobrança de taxas de reprodução;
- Não divulgação de lista de documentos classificados como sigilosos pelo órgão federal;
- Influência do perfil do solicitante na resposta ao pedido (antes da possibilidade de pedidos anônimos no e-SIC federal);
- Falta de capacitação técnica dos servidores para responder as solicitações;
- Outro: .....

Os sistemas eletrônicos de solicitação de acesso à informação de governos estaduais e municipais que a organização usa são qualitativamente inferiores ao e-SIC federal, considerando as dimensões desse questionário (satisfação com o acesso, justificativas para negativas, compreensão e dificuldades técnicas).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou sistemas de acesso de governos subnacionais)

Ouvidorias federais ([ouvidorias.gov.br](https://ouvidorias.gov.br))

A organização já usou o sistema eletrônico de ouvidorias do governo federal? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse canal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não acredita que seja um canal efetivo
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

## Sistema federal de Ouvidorias

Nas questões desta seção responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso de ouvidorias federais pela organização da sociedade civil ou movimento social:



### Frequência de uso

1    2    3    4    5

Raramente usamos na organização                   Usamos com muita frequência

## Motivos do seu uso

- Denúncia
- Reclamação
- Elogio
- Solicitação de serviço público
- Pedido de desburocratização
- Sugestão
- Pedido de acesso à informação

## Efetividade/poder de influência

- As manifestações feitas pela ouvidoria frequentemente geraram resultados efetivos (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente efetivos (entre 30% e 60%);
- Raramente efetivos (menos 1% a 29%);
- Nunca são efetivos.

## Devolutiva

- Nunca recebe satisfação das manifestações enviadas;
- Recebe respostas, mas raramente são satisfatórias ou completas;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias e completas.

## Dificuldades técnicas

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Sistema fora do ar, lento ou instável;
- Retorno intempestivo ou demorado acerca da manifestação;
- Falta de capacitação técnica dos servidores para fornecer as respostas;
- Outro: .....

Considerando as dimensões do questionário, os sistemas de ouvidorias locais (governos estaduais e municipais que a organização usa) são qualitativamente inferiores ao sistema federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou ouvidorias locais)

## Outras considerações da organização sobre transparência no governo federal

---

### Participação em políticas públicas

Até então, as perguntas eram sobre o uso de ferramentas de transparência do governo federal pela instituição. A partir daqui, responda com base na percepção e opinião institucionais sobre o uso de ferramentas de participação pelo governo na construção de políticas públicas.

A organização já usou as plataformas Dialoga Brasil ([dialoga.gov.br](http://dialoga.gov.br)) e/ou Participa Brasil ([participa.br](http://participa.br)) do governo federal? \*

- Sim (ambas)
- Sim (apenas a Participa Brasil)
- Sim (apenas a Dialoga Brasil)
- Não (nenhuma delas)



Se a resposta foi sim apenas para uma delas ou não, qual motivo?

- Não conhece essa(s) plataforma(s)
- Não precisa usá-la(s) para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-la(s) - complexa(s)
- Não a(s) considera ferramenta(s) efetiva(s) de participação
- Não se aplica (respondeu sim para ambas no item anterior)
- Outro: .....

## Plataformas Dialoga Brasil e Participa Br

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso das Plataformas Dialoga Brasil e Participa Br (espaços de participação digital) na construção de políticas públicas pelo governo federal



Frequência de uso de alguma das plataformas pelo governo para a construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Ações ativas de engajamento nas Plataformas (organização procura participar):

	1	2	3	4	5	
Raramente	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Com muita frequência

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento em espaços de participação digital é qualitativamente pior do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou espaços de participação digital de governos locais)

### Consultas públicas na construção de políticas públicas federais

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso de consultas públicas na construção de políticas públicas pelo governo federal

Frequência de uso de consultas públicas pelo governo no para construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Convites para participar (iniciativa do governo federal, por qualquer meio):

- Organização nunca foi convidada pelo governo para participar de consulta pública;
- Raramente é convidado (1% a 29% das vezes em que há uma consulta);
- Ocasionalmente é convidado (30% a 60%);
- Frequentemente é convidado (mais de 60% das vezes).

### Ações ativas de engajamento em consultas (organização procura participar):

- Frequentemente procura participar (mais de 60% das vezes);
- Ocasionalmente (30%-60%);
- Raramente (até 29%);
- Nunca

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento a consultas públicas é qualitativamente melhor do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

### Audiências públicas na construção de políticas públicas federais

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso de audiências públicas na construção de políticas públicas pelo governo federal

### Frequência de uso de audiências públicas pelo governo para construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Convites para participar (iniciativa do governo federal, por qualquer meio):

- Organização nunca foi convidada pelo governo para participar de audiência pública;
- Raramente é convidado (1% a 29% das vezes em que há uma audiência);
- Ocasionalmente é convidado (30% a 60%);
- Frequentemente é convidado (mais de 60% das vezes).

### Ações ativas de engajamento em audiências (organização procura participar):

- Frequentemente procura participar (mais de 60% das vezes);
- Ocasionalmente (30%-60%);
- Raramente (até 29%);
- Nunca

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento a audiências públicas é qualitativamente melhor do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente



## Outras considerações da organização sobre participação no governo federal

---

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

# Questionário transparência e participação no Governo Federal

Esse questionário tem como objetivo coletar as percepções no uso de ferramentas de transparência e participação governamentais pelas organizações da sociedade civil e movimentos sociais organizados, sendo garantidas a confidencialidade, sigilo e anonimato dos participantes. A partir dos resultados, compreender a efetividade desses instrumentos, detectar eventuais deficiências e apontar soluções.

Os resultados serão divulgados na tese de doutorado da pesquisadora responsável pela sua elaboração, Caroline Maciel.

A sua participação é uma etapa muito importante para o diagnóstico e sistematização das dificuldades enfrentadas por usuários qualificados, identificação dos avanços e de sugestões para melhorias. Se possível, responda todas as questões.

Endereço de e-mail \*

 .....

Para evitar o uso de robots neste questionário, responda: qual das imagens abaixo é um prato de sobremesa? \*



1



2



3



4

## Dados

Nome da instituição que representa \*

[REDACTED]

## Principal área de atuação institucional \*

- Transparência e Integridade
- Direitos Humanos/Direitos fundamentais
- Socioambiental
- Nova economia
- Saúde
- Educação

Outro:

Como uma consultoria, atendemos à todas essas áreas, mas acredito que saúde e educação sejam as causas mais frequentes.

## Estou apto(a) a responder em nome da organização que represento? \*

Sim

## Nome completo do responsável pelo preenchimento \*

████████████████████

## Vínculo/cargo institucional \*

Diretora de Operações

## Anos que está na instituição \*

- Até 1 ano
- Mais de 1 ano até 5 anos
- Mais de 5 anos

## Última escolaridade do respondente \*

- Ensino superior
- Especialização
- Mestrado
- Doutorado
- Outro: .....

## Concordo com o Termo de Consentimento Livre e Informado abaixo \*

Declaro, por meio deste termo, que concordei voluntariamente em responder esse questionário, que busca coletar as percepções de usuários qualificados no uso de ferramentas de transparência e participação governamentais, desenvolvido pela pesquisadora Caroline Stéphanie Francis dos Santos Maciel. Fui informado(a) que a pesquisa é desenvolvida para fins estritamente acadêmicos em sede de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Direito na Universidade Federal de Minas Gerais, sob orientação da Profa. Fabiana de Menezes Soares, vinculada ao Observatório para a Qualidade da Lei e em parceria com a Dado Capital e a Rede de Advocacy Colaborativo. Afirmando que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou outros benefícios, nem ter qualquer ônus ou risco à saúde e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui também informado(a) que não será divulgado meu nome e nem outro dado de contato que permita a minha identificação pessoal, em conformidade com as normas éticas do Comitê de Ética da UFMG (art. 1º, § único, I, V e VII da Resolução 510/2016). Informaram, ainda, que apenas os dados institucionais e resultados das respostas ao questionário serão divulgados no relatório da pesquisa, garantidas a confidencialidade, sigilo e anonimato dos participantes. Por fim, fui informado(a) de que posso me retirar dessa pesquisa de opinião a qualquer momento, sem sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos. Ao selecionar "sim" nesta caixa, concordo com todas as especificações acima deste Termo de Consentimento Livre e Informado.

Sim

Autorizo a divulgação dos dados institucionais e respostas às perguntas do questionário para a realização dos objetivos dessa pesquisa \*

Sim

## Orientações gerais

Nas questões fechadas, escolha a melhor resposta dentre as possíveis, que representa melhor a realidade no uso geral dessas ferramentas pela organização (o que ocorreu na maioria das vezes).

Dê uma resposta com base na realidade da sua instituição e não apenas na sua experiência pessoal.

Nas questões abertas, aprofunde nas particularidades sobre o tópico. Quanto mais dados fornecer, tanto melhor para a pesquisa e completo diagnóstico da situação.

Caso não saiba alguma(s) da(s) resposta(s), por você não utilizar o canal/desconhecê-lo, veja se é possível obtê-la(s) junto à organização que representa; caso contrário, marque que a organização não usa.



### Sites oficiais do governo federal ([gov.br](http://gov.br) e derivados)

A organização já extraiu dados ou informações de algum site oficial do governo federal?

\*

- Sim
- Não

### Uso de sites oficiais do governo federal ([gov.br](http://gov.br) e derivados)

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso dos sites oficiais do governo federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:





### Frequência de uso

1    2    3    4    5

Raramente usamos na organização                        Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no site
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa por conta própria conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso

## Outras dificuldades de navegabilidade e usabilidade

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Mudanças de domínio e/ou links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre ocorrências em navegabilidade antes e depois da mudança dos domínios, com a unificação dos endereços eletrônicos do governo federal em 2019 (portal único [gov.br](http://gov.br)).

.....

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados ativamente nos sites oficiais do governo federal resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

Os sites oficiais de governos estaduais e municipais que a organização acessa são qualitativamente inferiores aos sites do governo federal, considerando as dimensões desse questionário (disponibilidade, atualização, compreensão dos dados e navegabilidade no site).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou sites oficiais de governos estaduais/municipais)

Portal da Transparência Federal ([portaldatransparencia.gov.br](http://portaldatransparencia.gov.br))

A organização já extraiu dados ou informações do Portal da Transparência federal? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse portal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

### Uso do Portal da Transparência Federal

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do Portal da Transparência Federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:



### Frequência de uso

1 2 3 4 5

Raramente usamos na  
organização

Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no portal
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa por conta própria conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso à informação ou dado.

## Outras dificuldades de navegabilidade e usabilidade

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre ocorrências em navegabilidade antes e depois da reformulação do Portal da Transparência Federal em 2018.

.....

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados no Portal da Transparência Federal resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente



No geral, os Portais da Transparência estaduais e municipais que a organização usa são qualitativamente inferiores ao Portal da Transparência Federal, considerando as dimensões desse questionário (disponibilidade, atualização, compreensão dos dados e navegabilidade no portal).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou nenhum portal de transparência estadual ou municipal)

#### Portal Brasileiro de Dados Abertos ([dados.gov.br](https://dados.gov.br))

A organização já extraiu dados do Portal Brasileiro de Dados Abertos? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse portal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

## Uso do Portal Brasileiro de Dados Abertos

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do Portal Brasileiro de Dados Abertos pela organização da sociedade civil ou movimento social:



Frequência de uso

	1	2	3	4	5	
Raramente usamos na organização	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no portal
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa (autônoma) conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso à informação ou dado.

## Outras dificuldades

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Escassez de bases de dados abertos disponibilizadas ativamente
- Bases de dados abertos não disponibilizadas no prazo estabelecido, em conformidade com os cronogramas de abertura dos órgãos
- Não disponibilização das bases de dados abertos, mesmo após solicitação
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre modificações nesse portal no decorrer do tempo.

.....

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados ativamente no Portal Brasileiro de Dados Abertos resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

Os governos estaduais e municipais e os outros poderes (que organização acessa) disponibilizam bem menos dados públicos em formato aberto que o governo federal, seja no Portal Brasileiro de Dados Abertos ou em outros portais.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca extraiu dados abertos de governos subnacionais ou de outros poderes)

### Pedidos de acesso à informação a órgãos do governo federal

A organização já fez pedido de acesso à informação através do e-SIC federal? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse canal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo/instável)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

## Uso do e-SIC federal

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do e-SIC federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:



Frequência de uso

	1	2	3	4	5	
Raramente usamos na organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Usamos com muita frequência



### Satisfação com o acesso concedido

- Conseguiu acesso completo a tudo que pediu já com o pedido inicial, no prazo legal;
- Conseguiu acesso completo apenas após recorrer ou após o prazo legal;
- Não conseguiu acesso completo, apenas parcial;
- Negativa completa de acesso, mesmo sem ser hipótese legal de sigilo.

### Justificativas dos órgãos para negativas de acesso (se aplicável)

- Não recebeu nenhuma justificativa
- Trabalho adicional de análise, interpretação ou consolidação
- Pedido genérico
- Órgão incompetente (sem reencaminhar o seu pedido)
- Pandemia
- Dados pessoais
- Sigilo legal
- Interpretação extensiva do órgão sobre o sigilo
- Inexistência dos documentos digitalizados e necessidade de consultar arquivos físicos pessoalmente
- Outro: .....

## Compreensão das respostas ou dados enviados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada na resposta e nem as informações enviadas;
- Teve alguma dificuldade, mas com alguma pesquisa (autônoma) conseguiu entender;
- Não conseguiu compreender e precisou solicitar esclarecimentos em recurso ou nova solicitação de acesso;
- Não conseguiu compreender e desistiu do acesso à informação.

## Dificuldades técnicas com o e-SIC federal

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Sistema fora do ar, lento ou instável;
- Respostas fora do prazo legal;
- Obscuridade nas competências dos órgãos e dificuldade para saber a quem encaminhar o pedido;
- Arquivos anexos corrompidos/desconfigurados/inúteis;
- Arquivo em formato não aberto, não legível por máquina;
- Indisponibilidade de arquivos digitais;
- Não sistematização de dados pelo órgão;
- Necessidade de dados gerais de órgãos com competências centrais e foi aconselhado a procurar cada órgão individualmente, o que inviabilizou o acesso pela grande quantidade de órgãos ou volume de dados.

### Outros problemas que dificultaram ou desestimularam o acesso

- Exigências excessivas de dados pessoais;
- Cobrança de taxas de reprodução;
- Não divulgação de lista de documentos classificados como sigilosos pelo órgão federal;
- Influência do perfil do solicitante na resposta ao pedido (antes da possibilidade de pedidos anônimos no e-SIC federal);
- Falta de capacitação técnica dos servidores para responder as solicitações;
- Outro: .....

Os sistemas eletrônicos de solicitação de acesso à informação de governos estaduais e municipais que a organização usa são qualitativamente inferiores ao e-SIC federal, considerando as dimensões desse questionário (satisfação com o acesso, justificativas para negativas, compreensão e dificuldades técnicas).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou sistemas de acesso de governos subnacionais)

Ouvidorias federais ([ouvidorias.gov.br](https://ouvidorias.gov.br))

A organização já usou o sistema eletrônico de ouvidorias do governo federal? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse canal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não acredita que seja um canal efetivo
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

## Sistema federal de Ouvidorias

Nas questões desta seção responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso de ouvidorias federais pela organização da sociedade civil ou movimento social:



### Frequência de uso

	1	2	3	4	5	
Raramente usamos na organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Usamos com muita frequência

## Motivos do seu uso

- Denúncia
- Reclamação
- Elogio
- Solicitação de serviço público
- Pedido de desburocratização
- Sugestão
- Pedido de acesso à informação

## Efetividade/poder de influência

- As manifestações feitas pela ouvidoria frequentemente geraram resultados efetivos (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente efetivos (entre 30% e 60%);
- Raramente efetivos (menos 1% a 29%);
- Nunca são efetivos.

## Devolutiva

- Nunca recebe satisfação das manifestações enviadas;
- Recebe respostas, mas raramente são satisfatórias ou completas;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias e completas.

## Dificuldades técnicas

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Sistema fora do ar, lento ou instável;
- Retorno intempestivo ou demorado acerca da manifestação;
- Falta de capacitação técnica dos servidores para fornecer as respostas;
- Outro: .....

Considerando as dimensões do questionário, os sistemas de ouvidorias locais (governos estaduais e municipais que a organização usa) são qualitativamente inferiores ao sistema federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou ouvidorias locais)

## Outras considerações da organização sobre transparência no governo federal

---

### Participação em políticas públicas

Até então, as perguntas eram sobre o uso de ferramentas de transparência do governo federal pela instituição. A partir daqui, responda com base na percepção e opinião institucionais sobre o uso de ferramentas de participação pelo governo na construção de políticas públicas.

A organização já usou as plataformas Dialoga Brasil ([dialoga.gov.br](http://dialoga.gov.br)) e/ou Participa Brasil ([participa.br](http://participa.br)) do governo federal? \*

- Sim (ambas)
- Sim (apenas a Participa Brasil)
- Sim (apenas a Dialoga Brasil)
- Não (nenhuma delas)



Se a resposta foi sim apenas para uma delas ou não, qual motivo?

- Não conhece essa(s) plataforma(s)
- Não precisa usá-la(s) para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-la(s) - complexa(s)
- Não a(s) considera ferramenta(s) efetiva(s) de participação
- Não se aplica (respondeu sim para ambas no item anterior)
- Outro: .....

## Plataformas Dialoga Brasil e Participa Br

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso das Plataformas Dialoga Brasil e Participa Br (espaços de participação digital) na construção de políticas públicas pelo governo federal



Frequência de uso de alguma das plataformas pelo governo para a construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Ações ativas de engajamento nas Plataformas (organização procura participar):

	1	2	3	4	5	
Raramente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Com muita frequência

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento em espaços de participação digital é qualitativamente pior do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou espaços de participação digital de governos locais)

### Consultas públicas na construção de políticas públicas federais

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso de consultas públicas na construção de políticas públicas pelo governo federal

Frequência de uso de consultas públicas pelo governo no para construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Convites para participar (iniciativa do governo federal, por qualquer meio):

- Organização nunca foi convidada pelo governo para participar de consulta pública;
- Raramente é convidado (1% a 29% das vezes em que há uma consulta);
- Ocasionalmente é convidado (30% a 60%);
- Frequentemente é convidado (mais de 60% das vezes).

### Ações ativas de engajamento em consultas (organização procura participar):

- Frequentemente procura participar (mais de 60% das vezes);
- Ocasionalmente (30%-60%);
- Raramente (até 29%);
- Nunca

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento a consultas públicas é qualitativamente melhor do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

### Audiências públicas na construção de políticas públicas federais

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso de audiências públicas na construção de políticas públicas pelo governo federal

### Frequência de uso de audiências públicas pelo governo para construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

Convites para participar (iniciativa do governo federal, por qualquer meio):

- Organização nunca foi convidada pelo governo para participar de audiência pública;
- Raramente é convidado (1% a 29% das vezes em que há uma audiência);
- Ocasionalmente é convidado (30% a 60%);
- Frequentemente é convidado (mais de 60% das vezes).

Ações ativas de engajamento em audiências (organização procura participar):

- Frequentemente procura participar (mais de 60% das vezes);
- Ocasionalmente (30%-60%);
- Raramente (até 29%);
- Nunca

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento a audiências públicas é qualitativamente melhor do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente



## Outras considerações da organização sobre participação no governo federal

---

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

# Questionário transparência e participação no Governo Federal

Esse questionário tem como objetivo coletar as percepções no uso de ferramentas de transparência e participação governamentais pelas organizações da sociedade civil e movimentos sociais organizados, sendo garantidas a confidencialidade, sigilo e anonimato dos participantes. A partir dos resultados, compreender a efetividade desses instrumentos, detectar eventuais deficiências e apontar soluções.

Os resultados serão divulgados na tese de doutorado da pesquisadora responsável pela sua elaboração, Caroline Maciel.

A sua participação é uma etapa muito importante para o diagnóstico e sistematização das dificuldades enfrentadas por usuários qualificados, identificação dos avanços e de sugestões para melhorias. Se possível, responda todas as questões.

Endereço de e-mail \*

Para evitar o uso de robots neste questionário, responda: qual das imagens abaixo é um prato de sobremesa? \*



1



2



3



4

## Dados

Nome da instituição que representa \*

[REDACTED]

## Principal área de atuação institucional \*

- Transparência e Integridade
- Direitos Humanos/Direitos fundamentais
- Socioambiental
- Nova economia
- Saúde
- Educação
- Outro: .....

## Estou apto(a) a responder em nome da organização que represento? \*

- Sim

## Nome completo do responsável pelo preenchimento \*

.....

## Vínculo/cargo institucional \*

Gestão da C4D  
.....

## Anos que está na instituição \*

- Até 1 ano
- Mais de 1 ano até 5 anos
- Mais de 5 anos

## Última escolaridade do respondente \*

- Ensino superior
- Especialização
- Mestrado
- Doutorado
- Outro: .....

## Concordo com o Termo de Consentimento Livre e Informado abaixo \*

Declaro, por meio deste termo, que concordei voluntariamente em responder esse questionário, que busca coletar as percepções de usuários qualificados no uso de ferramentas de transparência e participação governamentais, desenvolvido pela pesquisadora Caroline Stéphanie Francis dos Santos Maciel. Fui informado(a) que a pesquisa é desenvolvida para fins estritamente acadêmicos em sede de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Direito na Universidade Federal de Minas Gerais, sob orientação da Profa. Fabiana de Menezes Soares, vinculada ao Observatório para a Qualidade da Lei e em parceria com a Dado Capital e a Rede de Advocacy Colaborativo. Afirmando que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou outros benefícios, nem ter qualquer ônus ou risco à saúde e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui também informado(a) que não será divulgado meu nome e nem outro dado de contato que permita a minha identificação pessoal, em conformidade com as normas éticas do Comitê de Ética da UFMG (art. 1º, § único, I, V e VII da Resolução 510/2016). Informaram, ainda, que apenas os dados institucionais e resultados das respostas ao questionário serão divulgados no relatório da pesquisa, garantidas a confidencialidade, sigilo e anonimato dos participantes. Por fim, fui informado(a) de que posso me retirar dessa pesquisa de opinião a qualquer momento, sem sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos. Ao selecionar "sim" nesta caixa, concordo com todas as especificações acima deste Termo de Consentimento Livre e Informado.

Sim

Autorizo a divulgação dos dados institucionais e respostas às perguntas do questionário para a realização dos objetivos dessa pesquisa \*

Sim

## Orientações gerais

Nas questões fechadas, escolha a melhor resposta dentre as possíveis, que representa melhor a realidade no uso geral dessas ferramentas pela organização (o que ocorreu na maioria das vezes).

Dê uma resposta com base na realidade da sua instituição e não apenas na sua experiência pessoal.

Nas questões abertas, aprofunde nas particularidades sobre o tópico. Quanto mais dados fornecer, tanto melhor para a pesquisa e completo diagnóstico da situação.

Caso não saiba alguma(s) da(s) resposta(s), por você não utilizar o canal/desconhecê-lo, veja se é possível obtê-la(s) junto à organização que representa; caso contrário, marque que a organização não usa.



### Sites oficiais do governo federal ([gov.br](http://gov.br) e derivados)

A organização já extraiu dados ou informações de algum site oficial do governo federal?

\*

- Sim
- Não

### Uso de sites oficiais do governo federal ([gov.br](http://gov.br) e derivados)

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso dos sites oficiais do governo federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:





### Frequência de uso

1    2    3    4    5

Raramente usamos na organização                        Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no site
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa por conta própria conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso

## Outras dificuldades de navegabilidade e usabilidade

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Mudanças de domínio e/ou links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre ocorrências em navegabilidade antes e depois da mudança dos domínios, com a unificação dos endereços eletrônicos do governo federal em 2019 (portal único [gov.br](http://gov.br)).

.....

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados ativamente nos sites oficiais do governo federal resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

Os sites oficiais de governos estaduais e municipais que a organização acessa são qualitativamente inferiores ao sites do governo federal, considerando as dimensões desse questionário (disponibilidade, atualização, compreensão dos dados e navegabilidade no site).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou sites oficiais de governos estaduais/municipais)

Portal da Transparência Federal ([portaldatransparencia.gov.br](http://portaldatransparencia.gov.br))

A organização já extraiu dados ou informações do Portal da Transparência federal? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse portal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

### Uso do Portal da Transparência Federal

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do Portal da Transparência Federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:



### Frequência de uso

1 2 3 4 5

Raramente usamos na  
organização

Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no portal
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa por conta própria conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso à informação ou dado.

## Outras dificuldades de navegabilidade e usabilidade

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre ocorrências em navegabilidade antes e depois da reformulação do Portal da Transparência Federal em 2018.

.....

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados no Portal da Transparência Federal resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente



No geral, os Portais da Transparência estaduais e municipais que a organização usa são qualitativamente inferiores ao Portal da Transparência Federal, considerando as dimensões desse questionário (disponibilidade, atualização, compreensão dos dados e navegabilidade no portal).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou nenhum portal de transparência estadual ou municipal)

#### Portal Brasileiro de Dados Abertos ([dados.gov.br](https://dados.gov.br))

A organização já extraiu dados do Portal Brasileiro de Dados Abertos? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse portal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

## Uso do Portal Brasileiro de Dados Abertos

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do Portal Brasileiro de Dados Abertos pela organização da sociedade civil ou movimento social:



### Frequência de uso

1    2    3    4    5

Raramente usamos na organização                        Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no portal
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa (autônoma) conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso à informação ou dado.

## Outras dificuldades

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Escassez de bases de dados abertos disponibilizadas ativamente
- Bases de dados abertos não disponibilizadas no prazo estabelecido, em conformidade com os cronogramas de abertura dos órgãos
- Não disponibilização das bases de dados abertos, mesmo após solicitação
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre modificações nesse portal no decorrer do tempo.

.....

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados ativamente no Portal Brasileiro de Dados Abertos resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

Os governos estaduais e municipais e os outros poderes (que organização acessa) disponibilizam bem menos dados públicos em formato aberto que o governo federal, seja no Portal Brasileiro de Dados Abertos ou em outros portais.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca extraiu dados abertos de governos subnacionais ou de outros poderes)

### Pedidos de acesso à informação a órgãos do governo federal

A organização já fez pedido de acesso à informação através do e-SIC federal? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse canal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo/instável)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

## Uso do e-SIC federal

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do e-SIC federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:



Frequência de uso

	1	2	3	4	5	
Raramente usamos na organização	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Usamos com muita frequência



### Satisfação com o acesso concedido

- Conseguiu acesso completo a tudo que pediu já com o pedido inicial, no prazo legal;
- Conseguiu acesso completo apenas após recorrer ou após o prazo legal;
- Não conseguiu acesso completo, apenas parcial;
- Negativa completa de acesso, mesmo sem ser hipótese legal de sigilo.

### Justificativas dos órgãos para negativas de acesso (se aplicável)

- Não recebeu nenhuma justificativa
- Trabalho adicional de análise, interpretação ou consolidação
- Pedido genérico
- Órgão incompetente (sem reencaminhar o seu pedido)
- Pandemia
- Dados pessoais
- Sigilo legal
- Interpretação extensiva do órgão sobre o sigilo
- Inexistência dos documentos digitalizados e necessidade de consultar arquivos físicos pessoalmente
- Outro: .....

## Compreensão das respostas ou dados enviados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada na resposta e nem as informações enviadas;
- Teve alguma dificuldade, mas com alguma pesquisa (autônoma) conseguiu entender;
- Não conseguiu compreender e precisou solicitar esclarecimentos em recurso ou nova solicitação de acesso;
- Não conseguiu compreender e desistiu do acesso à informação.

## Dificuldades técnicas com o e-SIC federal

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Sistema fora do ar, lento ou instável;
- Respostas fora do prazo legal;
- Obscuridade nas competências dos órgãos e dificuldade para saber a quem encaminhar o pedido;
- Arquivos anexos corrompidos/desconfigurados/inúteis;
- Arquivo em formato não aberto, não legível por máquina;
- Indisponibilidade de arquivos digitais;
- Não sistematização de dados pelo órgão;
- Necessidade de dados gerais de órgãos com competências centrais e foi aconselhado a procurar cada órgão individualmente, o que inviabilizou o acesso pela grande quantidade de órgãos ou volume de dados.

### Outros problemas que dificultaram ou desestimularam o acesso

- Exigências excessivas de dados pessoais;
- Cobrança de taxas de reprodução;
- Não divulgação de lista de documentos classificados como sigilosos pelo órgão federal;
- Influência do perfil do solicitante na resposta ao pedido (antes da possibilidade de pedidos anônimos no e-SIC federal);
- Falta de capacitação técnica dos servidores para responder as solicitações;
- Outro: .....

Os sistemas eletrônicos de solicitação de acesso à informação de governos estaduais e municipais que a organização usa são qualitativamente inferiores ao e-SIC federal, considerando as dimensões desse questionário (satisfação com o acesso, justificativas para negativas, compreensão e dificuldades técnicas).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou sistemas de acesso de governos subnacionais)

Ouvidorias federais ([ouvidorias.gov.br](https://ouvidorias.gov.br))

A organização já usou o sistema eletrônico de ouvidorias do governo federal? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse canal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não acredita que seja um canal efetivo
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

## Sistema federal de Ouvidorias

Nas questões desta seção responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso de ouvidorias federais pela organização da sociedade civil ou movimento social:



### Frequência de uso

	1	2	3	4	5	
Raramente usamos na organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Usamos com muita frequência

## Motivos do seu uso

- Denúncia
- Reclamação
- Elogio
- Solicitação de serviço público
- Pedido de desburocratização
- Sugestão
- Pedido de acesso à informação

## Efetividade/poder de influência

- As manifestações feitas pela ouvidoria frequentemente geraram resultados efetivos (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente efetivos (entre 30% e 60%);
- Raramente efetivos (menos 1% a 29%);
- Nunca são efetivos.

## Devolutiva

- Nunca recebe satisfação das manifestações enviadas;
- Recebe respostas, mas raramente são satisfatórias ou completas;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias e completas.

## Dificuldades técnicas

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Sistema fora do ar, lento ou instável;
- Retorno intempestivo ou demorado acerca da manifestação;
- Falta de capacitação técnica dos servidores para fornecer as respostas;
- Outro: .....

Considerando as dimensões do questionário, os sistemas de ouvidorias locais (governos estaduais e municipais que a organização usa) são qualitativamente inferiores ao sistema federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou ouvidorias locais)

## Outras considerações da organização sobre transparência no governo federal

---

### Participação em políticas públicas

Até então, as perguntas eram sobre o uso de ferramentas de transparência do governo federal pela instituição. A partir daqui, responda com base na percepção e opinião institucionais sobre o uso de ferramentas de participação pelo governo na construção de políticas públicas.

A organização já usou as plataformas Dialoga Brasil ([dialoga.gov.br](http://dialoga.gov.br)) e/ou Participa Brasil ([participa.br](http://participa.br)) do governo federal? \*

- Sim (ambas)
- Sim (apenas a Participa Brasil)
- Sim (apenas a Dialoga Brasil)
- Não (nenhuma delas)



Se a resposta foi sim apenas para uma delas ou não, qual motivo?

- Não conhece essa(s) plataforma(s)
- Não precisa usá-la(s) para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-la(s) - complexa(s)
- Não a(s) considera ferramenta(s) efetiva(s) de participação
- Não se aplica (respondeu sim para ambas no item anterior)
- Outro: .....

## Plataformas Dialoga Brasil e Participa Br

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso das Plataformas Dialoga Brasil e Participa Br (espaços de participação digital) na construção de políticas públicas pelo governo federal



Frequência de uso de alguma das plataformas pelo governo para a construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Ações ativas de engajamento nas Plataformas (organização procura participar):

	1	2	3	4	5	
Raramente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Com muita frequência

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento em espaços de participação digital é qualitativamente pior do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou espaços de participação digital de governos locais)

### Consultas públicas na construção de políticas públicas federais

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso de consultas públicas na construção de políticas públicas pelo governo federal

Frequência de uso de consultas públicas pelo governo no para construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Convites para participar (iniciativa do governo federal, por qualquer meio):

- Organização nunca foi convidada pelo governo para participar de consulta pública;
- Raramente é convidado (1% a 29% das vezes em que há uma consulta);
- Ocasionalmente é convidado (30% a 60%);
- Frequentemente é convidado (mais de 60% das vezes).

### Ações ativas de engajamento em consultas (organização procura participar):

- Frequentemente procura participar (mais de 60% das vezes);
- Ocasionalmente (30%-60%);
- Raramente (até 29%);
- Nunca

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento a consultas públicas é qualitativamente melhor do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

### Audiências públicas na construção de políticas públicas federais

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso de audiências públicas na construção de políticas públicas pelo governo federal

### Frequência de uso de audiências públicas pelo governo para construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Convites para participar (iniciativa do governo federal, por qualquer meio):

- Organização nunca foi convidada pelo governo para participar de audiência pública;
- Raramente é convidado (1% a 29% das vezes em que há uma audiência);
- Ocasionalmente é convidado (30% a 60%);
- Frequentemente é convidado (mais de 60% das vezes).

### Ações ativas de engajamento em audiências (organização procura participar):

- Frequentemente procura participar (mais de 60% das vezes);
- Ocasionalmente (30%-60%);
- Raramente (até 29%);
- Nunca

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento a audiências públicas é qualitativamente melhor do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente



## Outras considerações da organização sobre participação no governo federal

---

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

# Questionário transparência e participação no Governo Federal

Esse questionário tem como objetivo coletar as percepções no uso de ferramentas de transparência e participação governamentais pelas organizações da sociedade civil e movimentos sociais organizados, sendo garantidas a confidencialidade, sigilo e anonimato dos participantes. A partir dos resultados, compreender a efetividade desses instrumentos, detectar eventuais deficiências e apontar soluções.

Os resultados serão divulgados na tese de doutorado da pesquisadora responsável pela sua elaboração, Caroline Maciel.

A sua participação é uma etapa muito importante para o diagnóstico e sistematização das dificuldades enfrentadas por usuários qualificados, identificação dos avanços e de sugestões para melhorias. Se possível, responda todas as questões.

Endereço de e-mail \*

[REDACTED]

Para evitar o uso de robots neste questionário, responda: qual das imagens abaixo é um prato de sobremesa? \*



1



2



3



4

## Dados

Nome da instituição que representa \*

[REDACTED]

## Principal área de atuação institucional \*

- Transparência e Integridade
- Direitos Humanos/Direitos fundamentais
- Socioambiental
- Nova economia
- Saúde
- Educação
- Outro: .....

## Estou apto(a) a responder em nome da organização que represento? \*

Sim

## Nome completo do responsável pelo preenchimento \*

.....

## Vínculo/cargo institucional \*

Advogado .....

## Anos que está na instituição \*

- Até 1 ano
- Mais de 1 ano até 5 anos
- Mais de 5 anos

## Última escolaridade do respondente \*

- Ensino superior
- Especialização
- Mestrado
- Doutorado
- Outro: Mestrando

## Concordo com o Termo de Consentimento Livre e Informado abaixo \*

Declaro, por meio deste termo, que concordei voluntariamente em responder esse questionário, que busca coletar as percepções de usuários qualificados no uso de ferramentas de transparência e participação governamentais, desenvolvido pela pesquisadora Caroline Stéphanie Francis dos Santos Maciel. Fui informado(a) que a pesquisa é desenvolvida para fins estritamente acadêmicos em sede de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Direito na Universidade Federal de Minas Gerais, sob orientação da Profa. Fabiana de Menezes Soares, vinculada ao Observatório para a Qualidade da Lei e em parceria com a Dado Capital e a Rede de Advocacy Colaborativo. Afirmando que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou outros benefícios, nem ter qualquer ônus ou risco à saúde e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui também informado(a) que não será divulgado meu nome e nem outro dado de contato que permita a minha identificação pessoal, em conformidade com as normas éticas do Comitê de Ética da UFMG (art. 1º, § único, I, V e VII da Resolução 510/2016). Informaram, ainda, que apenas os dados institucionais e resultados das respostas ao questionário serão divulgados no relatório da pesquisa, garantidas a confidencialidade, sigilo e anonimato dos participantes. Por fim, fui informado(a) de que posso me retirar dessa pesquisa de opinião a qualquer momento, sem sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos. Ao selecionar "sim" nesta caixa, concordo com todas as especificações acima deste Termo de Consentimento Livre e Informado.

Sim

Autorizo a divulgação dos dados institucionais e respostas às perguntas do questionário para a realização dos objetivos dessa pesquisa \*

Sim

## Orientações gerais

Nas questões fechadas, escolha a melhor resposta dentre as possíveis, que representa melhor a realidade no uso geral dessas ferramentas pela organização (o que ocorreu na maioria das vezes).

Dê uma resposta com base na realidade da sua instituição e não apenas na sua experiência pessoal.

Nas questões abertas, aprofunde nas particularidades sobre o tópico. Quanto mais dados fornecer, tanto melhor para a pesquisa e completo diagnóstico da situação.

Caso não saiba alguma(s) da(s) resposta(s), por você não utilizar o canal/desconhecê-lo, veja se é possível obtê-la(s) junto à organização que representa; caso contrário, marque que a organização não usa.



### Sites oficiais do governo federal ([gov.br](http://gov.br) e derivados)

A organização já extraiu dados ou informações de algum site oficial do governo federal?

\*

- Sim
- Não

### Uso de sites oficiais do governo federal ([gov.br](http://gov.br) e derivados)

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso dos sites oficiais do governo federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:





### Frequência de uso

1      2      3      4      5

Raramente usamos na organização                     Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no site
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa por conta própria conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso

## Outras dificuldades de navegabilidade e usabilidade

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Mudanças de domínio e/ou links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre ocorrências em navegabilidade antes e depois da mudança dos domínios, com a unificação dos endereços eletrônicos do governo federal em 2019 (portal único [gov.br](http://gov.br)).

.....

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados ativamente nos sites oficiais do governo federal resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

Os sites oficiais de governos estaduais e municipais que a organização acessa são qualitativamente inferiores aos sites do governo federal, considerando as dimensões desse questionário (disponibilidade, atualização, compreensão dos dados e navegabilidade no site).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou sites oficiais de governos estaduais/municipais)

Portal da Transparência Federal ([portaldatransparencia.gov.br](http://portaldatransparencia.gov.br))

A organização já extraiu dados ou informações do Portal da Transparência federal? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse portal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

### Uso do Portal da Transparência Federal

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do Portal da Transparência Federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:



### Frequência de uso

1 2 3 4 5

Raramente usamos na organização

Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no portal
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa por conta própria conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso à informação ou dado.

## Outras dificuldades de navegabilidade e usabilidade

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre ocorrências em navegabilidade antes e depois da reformulação do Portal da Transparência Federal em 2018.

.....

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados no Portal da Transparência Federal resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente



No geral, os Portais da Transparência estaduais e municipais que a organização usa são qualitativamente inferiores ao Portal da Transparência Federal, considerando as dimensões desse questionário (disponibilidade, atualização, compreensão dos dados e navegabilidade no portal).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou nenhum portal de transparência estadual ou municipal)

#### Portal Brasileiro de Dados Abertos ([dados.gov.br](https://dados.gov.br))

A organização já extraiu dados do Portal Brasileiro de Dados Abertos? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse portal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

## Uso do Portal Brasileiro de Dados Abertos

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do Portal Brasileiro de Dados Abertos pela organização da sociedade civil ou movimento social:



Frequência de uso

1    2    3    4    5

Raramente usamos na organização                   Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no portal
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa (autônoma) conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso à informação ou dado.

## Outras dificuldades

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Escassez de bases de dados abertos disponibilizadas ativamente
- Bases de dados abertos não disponibilizadas no prazo estabelecido, em conformidade com os cronogramas de abertura dos órgãos
- Não disponibilização das bases de dados abertos, mesmo após solicitação
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre modificações nesse portal no decorrer do tempo.

.....

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados ativamente no Portal Brasileiro de Dados Abertos resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

Os governos estaduais e municipais e os outros poderes (que organização acessa) disponibilizam bem menos dados públicos em formato aberto que o governo federal, seja no Portal Brasileiro de Dados Abertos ou em outros portais.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca extraiu dados abertos de governos subnacionais ou de outros poderes)

### Pedidos de acesso à informação a órgãos do governo federal

A organização já fez pedido de acesso à informação através do e-SIC federal? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse canal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo/instável)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

### Uso do e-SIC federal

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do e-SIC federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:



Frequência de uso

	1	2	3	4	5	
Raramente usamos na organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Usamos com muita frequência



### Satisfação com o acesso concedido

- Conseguiu acesso completo a tudo que pediu já com o pedido inicial, no prazo legal;
- Conseguiu acesso completo apenas após recorrer ou após o prazo legal;
- Não conseguiu acesso completo, apenas parcial;
- Negativa completa de acesso, mesmo sem ser hipótese legal de sigilo.

### Justificativas dos órgãos para negativas de acesso (se aplicável)

- Não recebeu nenhuma justificativa
- Trabalho adicional de análise, interpretação ou consolidação
- Pedido genérico
- Órgão incompetente (sem reencaminhar o seu pedido)
- Pandemia
- Dados pessoais
- Sigilo legal
- Interpretação extensiva do órgão sobre o sigilo
- Inexistência dos documentos digitalizados e necessidade de consultar arquivos físicos pessoalmente
- Outro: .....

## Compreensão das respostas ou dados enviados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada na resposta e nem as informações enviadas;
- Teve alguma dificuldade, mas com alguma pesquisa (autônoma) conseguiu entender;
- Não conseguiu compreender e precisou solicitar esclarecimentos em recurso ou nova solicitação de acesso;
- Não conseguiu compreender e desistiu do acesso à informação.

## Dificuldades técnicas com o e-SIC federal

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Sistema fora do ar, lento ou instável;
- Respostas fora do prazo legal;
- Obscuridade nas competências dos órgãos e dificuldade para saber a quem encaminhar o pedido;
- Arquivos anexos corrompidos/desconfigurados/inúteis;
- Arquivo em formato não aberto, não legível por máquina;
- Indisponibilidade de arquivos digitais;
- Não sistematização de dados pelo órgão;
- Necessidade de dados gerais de órgãos com competências centrais e foi aconselhado a procurar cada órgão individualmente, o que inviabilizou o acesso pela grande quantidade de órgãos ou volume de dados.

### Outros problemas que dificultaram ou desestimularam o acesso

- Exigências excessivas de dados pessoais;
- Cobrança de taxas de reprodução;
- Não divulgação de lista de documentos classificados como sigilosos pelo órgão federal;
- Influência do perfil do solicitante na resposta ao pedido (antes da possibilidade de pedidos anônimos no e-SIC federal);
- Falta de capacitação técnica dos servidores para responder as solicitações;
- Outro: .....

Os sistemas eletrônicos de solicitação de acesso à informação de governos estaduais e municipais que a organização usa são qualitativamente inferiores ao e-SIC federal, considerando as dimensões desse questionário (satisfação com o acesso, justificativas para negativas, compreensão e dificuldades técnicas).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou sistemas de acesso de governos subnacionais)

Ouvidorias federais ([ouvidorias.gov.br](https://ouvidorias.gov.br))

A organização já usou o sistema eletrônico de ouvidorias do governo federal? \*

Sim

Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

Não conhece esse canal

Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais

Não consegue usá-lo (complexo)

Não acredita que seja um canal efetivo

Não se aplica (respondeu sim no item anterior)

Outro: .....

## Sistema federal de Ouvidorias

Nas questões desta seção responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso de ouvidorias federais pela organização da sociedade civil ou movimento social:



### Frequência de uso

1    2    3    4    5

Raramente usamos na organização                   Usamos com muita frequência

## Motivos do seu uso

- Denúncia
- Reclamação
- Elogio
- Solicitação de serviço público
- Pedido de desburocratização
- Sugestão
- Pedido de acesso à informação

## Efetividade/poder de influência

- As manifestações feitas pela ouvidoria frequentemente geraram resultados efetivos (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente efetivos (entre 30% e 60%);
- Raramente efetivos (menos 1% a 29%);
- Nunca são efetivos.

## Devolutiva

- Nunca recebe satisfação das manifestações enviadas;
- Recebe respostas, mas raramente são satisfatórias ou completas;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias e completas.

## Dificuldades técnicas

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Sistema fora do ar, lento ou instável;
- Retorno intempestivo ou demorado acerca da manifestação;
- Falta de capacitação técnica dos servidores para fornecer as respostas;
- Outro: .....

Considerando as dimensões do questionário, os sistemas de ouvidorias locais (governos estaduais e municipais que a organização usa) são qualitativamente inferiores ao sistema federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou ouvidorias locais)

## Outras considerações da organização sobre transparência no governo federal

---

### Participação em políticas públicas

Até então, as perguntas eram sobre o uso de ferramentas de transparência do governo federal pela instituição. A partir daqui, responda com base na percepção e opinião institucionais sobre o uso de ferramentas de participação pelo governo na construção de políticas públicas.

A organização já usou as plataformas Dialoga Brasil ([dialoga.gov.br](http://dialoga.gov.br)) e/ou Participa Brasil ([participa.br](http://participa.br)) do governo federal? \*

- Sim (ambas)
- Sim (apenas a Participa Brasil)
- Sim (apenas a Dialoga Brasil)
- Não (nenhuma delas)



Se a resposta foi sim apenas para uma delas ou não, qual motivo?

- Não conhece essa(s) plataforma(s)
- Não precisa usá-la(s) para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-la(s) - complexa(s)
- Não a(s) considera ferramenta(s) efetiva(s) de participação
- Não se aplica (respondeu sim para ambas no item anterior)
- Outro: .....

## Plataformas Dialoga Brasil e Participa Br

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso das Plataformas Dialoga Brasil e Participa Br (espaços de participação digital) na construção de políticas públicas pelo governo federal



Frequência de uso de alguma das plataformas pelo governo para a construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Ações ativas de engajamento nas Plataformas (organização procura participar):

	1	2	3	4	5	
Raramente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Com muita frequência

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento em espaços de participação digital é qualitativamente pior do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou espaços de participação digital de governos locais)

### Consultas públicas na construção de políticas públicas federais

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso de consultas públicas na construção de políticas públicas pelo governo federal

Frequência de uso de consultas públicas pelo governo no para construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Convites para participar (iniciativa do governo federal, por qualquer meio):

- Organização nunca foi convidada pelo governo para participar de consulta pública;
- Raramente é convidado (1% a 29% das vezes em que há uma consulta);
- Ocasionalmente é convidado (30% a 60%);
- Frequentemente é convidado (mais de 60% das vezes).

### Ações ativas de engajamento em consultas (organização procura participar):

- Frequentemente procura participar (mais de 60% das vezes);
- Ocasionalmente (30%-60%);
- Raramente (até 29%);
- Nunca

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento a consultas públicas é qualitativamente melhor do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

### Audiências públicas na construção de políticas públicas federais

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso de audiências públicas na construção de políticas públicas pelo governo federal

### Frequência de uso de audiências públicas pelo governo para construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Convites para participar (iniciativa do governo federal, por qualquer meio):

- Organização nunca foi convidada pelo governo para participar de audiência pública;
- Raramente é convidado (1% a 29% das vezes em que há uma audiência);
- Ocasionalmente é convidado (30% a 60%);
- Frequentemente é convidado (mais de 60% das vezes).

### Ações ativas de engajamento em audiências (organização procura participar):

- Frequentemente procura participar (mais de 60% das vezes);
- Ocasionalmente (30%-60%);
- Raramente (até 29%);
- Nunca

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento a audiências públicas é qualitativamente melhor do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente



## Outras considerações da organização sobre participação no governo federal

---

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

# Questionário transparência e participação no Governo Federal

Esse questionário tem como objetivo coletar as percepções no uso de ferramentas de transparência e participação governamentais pelas organizações da sociedade civil e movimentos sociais organizados, sendo garantidas a confidencialidade, sigilo e anonimato dos participantes. A partir dos resultados, compreender a efetividade desses instrumentos, detectar eventuais deficiências e apontar soluções.

Os resultados serão divulgados na tese de doutorado da pesquisadora responsável pela sua elaboração, Caroline Maciel.

A sua participação é uma etapa muito importante para o diagnóstico e sistematização das dificuldades enfrentadas por usuários qualificados, identificação dos avanços e de sugestões para melhorias. Se possível, responda todas as questões.

Endereço de e-mail \*

Para evitar o uso de robots neste questionário, responda: qual das imagens abaixo é um prato de sobremesa? \*



1



2



3



4

## Dados

Nome da instituição que representa \*

[REDACTED]

## Principal área de atuação institucional \*

- Transparência e Integridade
- Direitos Humanos/Direitos fundamentais
- Socioambiental
- Nova economia
- Saúde
- Educação
- Outro: .....

## Estou apto(a) a responder em nome da organização que represento? \*

- Sim

## Nome completo do responsável pelo preenchimento \*

.....

## Vínculo/cargo institucional \*

Coordenadora Executiva .....

## Anos que está na instituição \*

- Até 1 ano
- Mais de 1 ano até 5 anos
- Mais de 5 anos

## Última escolaridade do respondente \*

- Ensino superior
- Especialização
- Mestrado
- Doutorado
- Outro: .....

## Concordo com o Termo de Consentimento Livre e Informado abaixo \*

Declaro, por meio deste termo, que concordei voluntariamente em responder esse questionário, que busca coletar as percepções de usuários qualificados no uso de ferramentas de transparência e participação governamentais, desenvolvido pela pesquisadora Caroline Stéphanie Francis dos Santos Maciel. Fui informado(a) que a pesquisa é desenvolvida para fins estritamente acadêmicos em sede de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Direito na Universidade Federal de Minas Gerais, sob orientação da Profa. Fabiana de Menezes Soares, vinculada ao Observatório para a Qualidade da Lei e em parceria com a Dado Capital e a Rede de Advocacy Colaborativo. Afirmando que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou outros benefícios, nem ter qualquer ônus ou risco à saúde e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui também informado(a) que não será divulgado meu nome e nem outro dado de contato que permita a minha identificação pessoal, em conformidade com as normas éticas do Comitê de Ética da UFMG (art. 1º, § único, I, V e VII da Resolução 510/2016). Informaram, ainda, que apenas os dados institucionais e resultados das respostas ao questionário serão divulgados no relatório da pesquisa, garantidas a confidencialidade, sigilo e anonimato dos participantes. Por fim, fui informado(a) de que posso me retirar dessa pesquisa de opinião a qualquer momento, sem sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos. Ao selecionar "sim" nesta caixa, concordo com todas as especificações acima deste Termo de Consentimento Livre e Informado.

Sim

Autorizo a divulgação dos dados institucionais e respostas às perguntas do questionário para a realização dos objetivos dessa pesquisa \*

Sim

## Orientações gerais

Nas questões fechadas, escolha a melhor resposta dentre as possíveis, que representa melhor a realidade no uso geral dessas ferramentas pela organização (o que ocorreu na maioria das vezes).

Dê uma resposta com base na realidade da sua instituição e não apenas na sua experiência pessoal.

Nas questões abertas, aprofunde nas particularidades sobre o tópico. Quanto mais dados fornecer, tanto melhor para a pesquisa e completo diagnóstico da situação.

Caso não saiba alguma(s) da(s) resposta(s), por você não utilizar o canal/desconhecê-lo, veja se é possível obtê-la(s) junto à organização que representa; caso contrário, marque que a organização não usa.



### Sites oficiais do governo federal ([gov.br](http://gov.br) e derivados)

A organização já extraiu dados ou informações de algum site oficial do governo federal?

\*

- Sim
- Não

### Uso de sites oficiais do governo federal ([gov.br](http://gov.br) e derivados)

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso dos sites oficiais do governo federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:





### Frequência de uso

1    2    3    4    5

Raramente usamos na organização                        Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no site
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa por conta própria conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso

## Outras dificuldades de navegabilidade e usabilidade

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Mudanças de domínio e/ou links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre ocorrências em navegabilidade antes e depois da mudança dos domínios, com a unificação dos endereços eletrônicos do governo federal em 2019 (portal único [gov.br](http://gov.br)).

.....

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados ativamente nos sites oficiais do governo federal resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

Os sites oficiais de governos estaduais e municipais que a organização acessa são qualitativamente inferiores ao sites do governo federal, considerando as dimensões desse questionário (disponibilidade, atualização, compreensão dos dados e navegabilidade no site).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou sites oficiais de governos estaduais/municipais)

Portal da Transparência Federal ([portaldatransparencia.gov.br](http://portaldatransparencia.gov.br))

A organização já extraiu dados ou informações do Portal da Transparência federal? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse portal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

### Uso do Portal da Transparência Federal

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do Portal da Transparência Federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:



### Frequência de uso

1 2 3 4 5

Raramente usamos na organização

Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no portal
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa por conta própria conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso à informação ou dado.

### Outras dificuldades de navegabilidade e usabilidade

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre ocorrências em navegabilidade antes e depois da reformulação do Portal da Transparência Federal em 2018.

.....

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados no Portal da Transparência Federal resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente



No geral, os Portais da Transparência estaduais e municipais que a organização usa são qualitativamente inferiores ao Portal da Transparência Federal, considerando as dimensões desse questionário (disponibilidade, atualização, compreensão dos dados e navegabilidade no portal).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou nenhum portal de transparência estadual ou municipal)

#### Portal Brasileiro de Dados Abertos ([dados.gov.br](https://dados.gov.br))

A organização já extraiu dados do Portal Brasileiro de Dados Abertos? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse portal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

## Uso do Portal Brasileiro de Dados Abertos

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do Portal Brasileiro de Dados Abertos pela organização da sociedade civil ou movimento social:



Frequência de uso

1 2 3 4 5

Raramente usamos na  
organização

Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no portal
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa (autônoma) conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso à informação ou dado.

## Outras dificuldades

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Escassez de bases de dados abertos disponibilizadas ativamente
- Bases de dados abertos não disponibilizadas no prazo estabelecido, em conformidade com os cronogramas de abertura dos órgãos
- Não disponibilização das bases de dados abertos, mesmo após solicitação
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre modificações nesse portal no decorrer do tempo.

.....

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados ativamente no Portal Brasileiro de Dados Abertos resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

Os governos estaduais e municipais e os outros poderes (que organização acessa) disponibilizam bem menos dados públicos em formato aberto que o governo federal, seja no Portal Brasileiro de Dados Abertos ou em outros portais.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca extraiu dados abertos de governos subnacionais ou de outros poderes)

### Pedidos de acesso à informação a órgãos do governo federal

A organização já fez pedido de acesso à informação através do e-SIC federal? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse canal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo/instável)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

### Uso do e-SIC federal

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do e-SIC federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:



Frequência de uso

	1	2	3	4	5	
Raramente usamos na organização	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Usamos com muita frequência



### Satisfação com o acesso concedido

- Conseguiu acesso completo a tudo que pediu já com o pedido inicial, no prazo legal;
- Conseguiu acesso completo apenas após recorrer ou após o prazo legal;
- Não conseguiu acesso completo, apenas parcial;
- Negativa completa de acesso, mesmo sem ser hipótese legal de sigilo.

### Justificativas dos órgãos para negativas de acesso (se aplicável)

- Não recebeu nenhuma justificativa
- Trabalho adicional de análise, interpretação ou consolidação
- Pedido genérico
- Órgão incompetente (sem reencaminhar o seu pedido)
- Pandemia
- Dados pessoais
- Sigilo legal
- Interpretação extensiva do órgão sobre o sigilo
- Inexistência dos documentos digitalizados e necessidade de consultar arquivos físicos pessoalmente
- Outro: .....

## Compreensão das respostas ou dados enviados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada na resposta e nem as informações enviadas;
- Teve alguma dificuldade, mas com alguma pesquisa (autônoma) conseguiu entender;
- Não conseguiu compreender e precisou solicitar esclarecimentos em recurso ou nova solicitação de acesso;
- Não conseguiu compreender e desistiu do acesso à informação.

## Dificuldades técnicas com o e-SIC federal

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Sistema fora do ar, lento ou instável;
- Respostas fora do prazo legal;
- Obscuridade nas competências dos órgãos e dificuldade para saber a quem encaminhar o pedido;
- Arquivos anexos corrompidos/desconfigurados/inúteis;
- Arquivo em formato não aberto, não legível por máquina;
- Indisponibilidade de arquivos digitais;
- Não sistematização de dados pelo órgão;
- Necessidade de dados gerais de órgãos com competências centrais e foi aconselhado a procurar cada órgão individualmente, o que inviabilizou o acesso pela grande quantidade de órgãos ou volume de dados.

### Outros problemas que dificultaram ou desestimularam o acesso

- Exigências excessivas de dados pessoais;
- Cobrança de taxas de reprodução;
- Não divulgação de lista de documentos classificados como sigilosos pelo órgão federal;
- Influência do perfil do solicitante na resposta ao pedido (antes da possibilidade de pedidos anônimos no e-SIC federal);
- Falta de capacitação técnica dos servidores para responder as solicitações;
- Outro: .....

Os sistemas eletrônicos de solicitação de acesso à informação de governos estaduais e municipais que a organização usa são qualitativamente inferiores ao e-SIC federal, considerando as dimensões desse questionário (satisfação com o acesso, justificativas para negativas, compreensão e dificuldades técnicas).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou sistemas de acesso de governos subnacionais)

Ouvidorias federais ([ouvidorias.gov.br](http://ouvidorias.gov.br))

A organização já usou o sistema eletrônico de ouvidorias do governo federal? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse canal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não acredita que seja um canal efetivo
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

## Sistema federal de Ouvidorias

Nas questões desta seção responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso de ouvidorias federais pela organização da sociedade civil ou movimento social:



### Frequência de uso

1    2    3    4    5

Raramente usamos na organização                   Usamos com muita frequência

## Motivos do seu uso

- Denúncia
- Reclamação
- Elogio
- Solicitação de serviço público
- Pedido de desburocratização
- Sugestão
- Pedido de acesso à informação

## Efetividade/poder de influência

- As manifestações feitas pela ouvidoria frequentemente geraram resultados efetivos (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente efetivos (entre 30% e 60%);
- Raramente efetivos (menos 1% a 29%);
- Nunca são efetivos.

## Devolutiva

- Nunca recebe satisfação das manifestações enviadas;
- Recebe respostas, mas raramente são satisfatórias ou completas;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias e completas.

## Dificuldades técnicas

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Sistema fora do ar, lento ou instável;
- Retorno intempestivo ou demorado acerca da manifestação;
- Falta de capacitação técnica dos servidores para fornecer as respostas;
- Outro: .....

Considerando as dimensões do questionário, os sistemas de ouvidorias locais (governos estaduais e municipais que a organização usa) são qualitativamente inferiores ao sistema federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou ouvidorias locais)

## Outras considerações da organização sobre transparência no governo federal

---

### Participação em políticas públicas

Até então, as perguntas eram sobre o uso de ferramentas de transparência do governo federal pela instituição. A partir daqui, responda com base na percepção e opinião institucionais sobre o uso de ferramentas de participação pelo governo na construção de políticas públicas.

A organização já usou as plataformas Dialoga Brasil ([dialoga.gov.br](http://dialoga.gov.br)) e/ou Participa Brasil ([participa.br](http://participa.br)) do governo federal? \*

- Sim (ambas)
- Sim (apenas a Participa Brasil)
- Sim (apenas a Dialoga Brasil)
- Não (nenhuma delas)



Se a resposta foi sim apenas para uma delas ou não, qual motivo?

- Não conhece essa(s) plataforma(s)
- Não precisa usá-la(s) para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-la(s) - complexa(s)
- Não a(s) considera ferramenta(s) efetiva(s) de participação
- Não se aplica (respondeu sim para ambas no item anterior)
- Outro: Não confiamos nos dados deste governo

## Plataformas Dialoga Brasil e Participa Br

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso das Plataformas Dialoga Brasil e Participa Br (espaços de participação digital) na construção de políticas públicas pelo governo federal



Frequência de uso de alguma das plataformas pelo governo para a construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Ações ativas de engajamento nas Plataformas (organização procura participar):

	1	2	3	4	5	
Raramente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Com muita frequência

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento em espaços de participação digital é qualitativamente pior do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou espaços de participação digital de governos locais)

### Consultas públicas na construção de políticas públicas federais

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso de consultas públicas na construção de políticas públicas pelo governo federal

Frequência de uso de consultas públicas pelo governo no para construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Convites para participar (iniciativa do governo federal, por qualquer meio):

- Organização nunca foi convidada pelo governo para participar de consulta pública;
- Raramente é convidado (1% a 29% das vezes em que há uma consulta);
- Ocasionalmente é convidado (30% a 60%);
- Frequentemente é convidado (mais de 60% das vezes).

### Ações ativas de engajamento em consultas (organização procura participar):

- Frequentemente procura participar (mais de 60% das vezes);
- Ocasionalmente (30%-60%);
- Raramente (até 29%);
- Nunca

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento a consultas públicas é qualitativamente melhor do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

### Audiências públicas na construção de políticas públicas federais

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso de audiências públicas na construção de políticas públicas pelo governo federal

### Frequência de uso de audiências públicas pelo governo para construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Convites para participar (iniciativa do governo federal, por qualquer meio):

- Organização nunca foi convidada pelo governo para participar de audiência pública;
- Raramente é convidado (1% a 29% das vezes em que há uma audiência);
- Ocasionalmente é convidado (30% a 60%);
- Frequentemente é convidado (mais de 60% das vezes).

### Ações ativas de engajamento em audiências (organização procura participar):

- Frequentemente procura participar (mais de 60% das vezes);
- Ocasionalmente (30%-60%);
- Raramente (até 29%);
- Nunca

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento a audiências públicas é qualitativamente melhor do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente



## Outras considerações da organização sobre participação no governo federal

---

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

# Questionário transparência e participação no Governo Federal

Esse questionário tem como objetivo coletar as percepções no uso de ferramentas de transparência e participação governamentais pelas organizações da sociedade civil e movimentos sociais organizados, sendo garantidas a confidencialidade, sigilo e anonimato dos participantes. A partir dos resultados, compreender a efetividade desses instrumentos, detectar eventuais deficiências e apontar soluções.

Os resultados serão divulgados na tese de doutorado da pesquisadora responsável pela sua elaboração, Caroline Maciel.

A sua participação é uma etapa muito importante para o diagnóstico e sistematização das dificuldades enfrentadas por usuários qualificados, identificação dos avanços e de sugestões para melhorias. Se possível, responda todas as questões.

Endereço de e-mail \*

Para evitar o uso de robots neste questionário, responda: qual das imagens abaixo é um prato de sobremesa? \*



1



2



3



4

Dados

Nome da instituição que representa \*

[REDACTED]

## Principal área de atuação institucional \*

- Transparência e Integridade
- Direitos Humanos/Direitos fundamentais
- Socioambiental
- Nova economia
- Saúde
- Educação
- Outro: Democracia, bens comuns, direitos humanos, fortalecimento do papel das OSCs

## Estou apto(a) a responder em nome da organização que represento? \*

- Sim

## Nome completo do responsável pelo preenchimento \*

████████████████████

## Vínculo/cargo institucional \*

Coordenador executivo

## Anos que está na instituição \*

- Até 1 ano
- Mais de 1 ano até 5 anos
- Mais de 5 anos

## Última escolaridade do respondente \*

- Ensino superior
- Especialização
- Mestrado
- Doutorado
- Outro: .....

## Concordo com o Termo de Consentimento Livre e Informado abaixo \*

Declaro, por meio deste termo, que concordei voluntariamente em responder esse questionário, que busca coletar as percepções de usuários qualificados no uso de ferramentas de transparência e participação governamentais, desenvolvido pela pesquisadora Caroline Stéphanie Francis dos Santos Maciel. Fui informado(a) que a pesquisa é desenvolvida para fins estritamente acadêmicos em sede de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Direito na Universidade Federal de Minas Gerais, sob orientação da Profa. Fabiana de Menezes Soares, vinculada ao Observatório para a Qualidade da Lei e em parceria com a Dado Capital e a Rede de Advocacy Colaborativo. Afirmando que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou outros benefícios, nem ter qualquer ônus ou risco à saúde e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui também informado(a) que não será divulgado meu nome e nem outro dado de contato que permita a minha identificação pessoal, em conformidade com as normas éticas do Comitê de Ética da UFMG (art. 1º, § único, I, V e VII da Resolução 510/2016). Informaram, ainda, que apenas os dados institucionais e resultados das respostas ao questionário serão divulgados no relatório da pesquisa, garantidas a confidencialidade, sigilo e anonimato dos participantes. Por fim, fui informado(a) de que posso me retirar dessa pesquisa de opinião a qualquer momento, sem sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos. Ao selecionar "sim" nesta caixa, concordo com todas as especificações acima deste Termo de Consentimento Livre e Informado.

Sim

Autorizo a divulgação dos dados institucionais e respostas às perguntas do questionário para a realização dos objetivos dessa pesquisa \*

Sim

## Orientações gerais

Nas questões fechadas, escolha a melhor resposta dentre as possíveis, que representa melhor a realidade no uso geral dessas ferramentas pela organização (o que ocorreu na maioria das vezes).

Dê uma resposta com base na realidade da sua instituição e não apenas na sua experiência pessoal.

Nas questões abertas, aprofunde nas particularidades sobre o tópico. Quanto mais dados fornecer, tanto melhor para a pesquisa e completo diagnóstico da situação.

Caso não saiba alguma(s) da(s) resposta(s), por você não utilizar o canal/desconhecê-lo, veja se é possível obtê-la(s) junto à organização que representa; caso contrário, marque que a organização não usa.



### Sites oficiais do governo federal ([gov.br](http://gov.br) e derivados)

A organização já extraiu dados ou informações de algum site oficial do governo federal?

\*

- Sim
- Não

### Uso de sites oficiais do governo federal ([gov.br](http://gov.br) e derivados)

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso dos sites oficiais do governo federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:





### Frequência de uso

1    2    3    4    5

Raramente usamos na organização                        Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no site
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa por conta própria conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso

## Outras dificuldades de navegabilidade e usabilidade

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Mudanças de domínio e/ou links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre ocorrências em navegabilidade antes e depois da mudança dos domínios, com a unificação dos endereços eletrônicos do governo federal em 2019 (portal único [gov.br](http://gov.br)).

Este atual governo não tem disponibilizado dados, tem escondido informações e não respondem as nossas solicitações.  
.....

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados ativamente nos sites oficiais do governo federal resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

Os sites oficiais de governos estaduais e municipais que a organização acessa são qualitativamente inferiores aos sites do governo federal, considerando as dimensões desse questionário (disponibilidade, atualização, compreensão dos dados e navegabilidade no site).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou sites oficiais de governos estaduais/municipais)

Portal da Transparência Federal ([portaldatransparencia.gov.br](http://portaldatransparencia.gov.br))

A organização já extraiu dados ou informações do Portal da Transparência federal? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse portal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: embora, como dito anteriormente, esses dados estão desatualizados

## Uso do Portal da Transparência Federal

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do Portal da Transparência Federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:



### Frequência de uso

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5

Raramente usamos na organização

Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no portal
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa por conta própria conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso à informação ou dado.

### Outras dificuldades de navegabilidade e usabilidade

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre ocorrências em navegabilidade antes e depois da reformulação do Portal da Transparência Federal em 2018.

Os dados não estão disponíveis ou atualizados, alguns, desde 2018. ....

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados no Portal da Transparência Federal resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente



No geral, os Portais da Transparência estaduais e municipais que a organização usa são qualitativamente inferiores ao Portal da Transparência Federal, considerando as dimensões desse questionário (disponibilidade, atualização, compreensão dos dados e navegabilidade no portal).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou nenhum portal de transparência estadual ou municipal)

#### Portal Brasileiro de Dados Abertos ([dados.gov.br](https://dados.gov.br))

A organização já extraiu dados do Portal Brasileiro de Dados Abertos? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse portal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

## Uso do Portal Brasileiro de Dados Abertos

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do Portal Brasileiro de Dados Abertos pela organização da sociedade civil ou movimento social:



Frequência de uso

1    2    3    4    5

Raramente usamos na organização                   Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no portal
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa (autônoma) conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso à informação ou dado.

## Outras dificuldades

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Escassez de bases de dados abertos disponibilizadas ativamente
- Bases de dados abertos não disponibilizadas no prazo estabelecido, em conformidade com os cronogramas de abertura dos órgãos
- Não disponibilização das bases de dados abertos, mesmo após solicitação
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre modificações nesse portal no decorrer do tempo.

.....

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados ativamente no Portal Brasileiro de Dados Abertos resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

Os governos estaduais e municipais e os outros poderes (que organização acessa) disponibilizam bem menos dados públicos em formato aberto que o governo federal, seja no Portal Brasileiro de Dados Abertos ou em outros portais.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca extraiu dados abertos de governos subnacionais ou de outros poderes)

### Pedidos de acesso à informação a órgãos do governo federal

A organização já fez pedido de acesso à informação através do e-SIC federal? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse canal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo/instável)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

## Uso do e-SIC federal

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do e-SIC federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:



Frequência de uso

	1	2	3	4	5	
Raramente usamos na organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Usamos com muita frequência



### Satisfação com o acesso concedido

- Conseguiu acesso completo a tudo que pediu já com o pedido inicial, no prazo legal;
- Conseguiu acesso completo apenas após recorrer ou após o prazo legal;
- Não conseguiu acesso completo, apenas parcial;
- Negativa completa de acesso, mesmo sem ser hipótese legal de sigilo.

### Justificativas dos órgãos para negativas de acesso (se aplicável)

- Não recebeu nenhuma justificativa
- Trabalho adicional de análise, interpretação ou consolidação
- Pedido genérico
- Órgão incompetente (sem reencaminhar o seu pedido)
- Pandemia
- Dados pessoais
- Sigilo legal
- Interpretação extensiva do órgão sobre o sigilo
- Inexistência dos documentos digitalizados e necessidade de consultar arquivos físicos pessoalmente
- Outro: .....

## Compreensão das respostas ou dados enviados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada na resposta e nem as informações enviadas;
- Teve alguma dificuldade, mas com alguma pesquisa (autônoma) conseguiu entender;
- Não conseguiu compreender e precisou solicitar esclarecimentos em recurso ou nova solicitação de acesso;
- Não conseguiu compreender e desistiu do acesso à informação.

## Dificuldades técnicas com o e-SIC federal

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Sistema fora do ar, lento ou instável;
- Respostas fora do prazo legal;
- Obscuridade nas competências dos órgãos e dificuldade para saber a quem encaminhar o pedido;
- Arquivos anexos corrompidos/desconfigurados/inúteis;
- Arquivo em formato não aberto, não legível por máquina;
- Indisponibilidade de arquivos digitais;
- Não sistematização de dados pelo órgão;
- Necessidade de dados gerais de órgãos com competências centrais e foi aconselhado a procurar cada órgão individualmente, o que inviabilizou o acesso pela grande quantidade de órgãos ou volume de dados.

### Outros problemas que dificultaram ou desestimularam o acesso

- Exigências excessivas de dados pessoais;
- Cobrança de taxas de reprodução;
- Não divulgação de lista de documentos classificados como sigilosos pelo órgão federal;
- Influência do perfil do solicitante na resposta ao pedido (antes da possibilidade de pedidos anônimos no e-SIC federal);
- Falta de capacitação técnica dos servidores para responder as solicitações;
- Outro: .....

Os sistemas eletrônicos de solicitação de acesso à informação de governos estaduais e municipais que a organização usa são qualitativamente inferiores ao e-SIC federal, considerando as dimensões desse questionário (satisfação com o acesso, justificativas para negativas, compreensão e dificuldades técnicas).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou sistemas de acesso de governos subnacionais)

Ouvidorias federais ([ouvidorias.gov.br](https://ouvidorias.gov.br))

A organização já usou o sistema eletrônico de ouvidorias do governo federal? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse canal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não acredita que seja um canal efetivo
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

## Sistema federal de Ouvidorias

Nas questões desta seção responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso de ouvidorias federais pela organização da sociedade civil ou movimento social:



### Frequência de uso

1    2    3    4    5

Raramente usamos na organização                   Usamos com muita frequência

## Motivos do seu uso

- Denúncia
- Reclamação
- Elogio
- Solicitação de serviço público
- Pedido de desburocratização
- Sugestão
- Pedido de acesso à informação

## Efetividade/poder de influência

- As manifestações feitas pela ouvidoria frequentemente geraram resultados efetivos (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente efetivos (entre 30% e 60%);
- Raramente efetivos (menos 1% a 29%);
- Nunca são efetivos.

## Devolutiva

- Nunca recebe satisfação das manifestações enviadas;
- Recebe respostas, mas raramente são satisfatórias ou completas;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias e completas.

## Dificuldades técnicas

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Sistema fora do ar, lento ou instável;
- Retorno intempestivo ou demorado acerca da manifestação;
- Falta de capacitação técnica dos servidores para fornecer as respostas;
- Outro: .....

Considerando as dimensões do questionário, os sistemas de ouvidorias locais (governos estaduais e municipais que a organização usa) são qualitativamente inferiores ao sistema federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou ouvidorias locais)

## Outras considerações da organização sobre transparência no governo federal

---

### Participação em políticas públicas

Até então, as perguntas eram sobre o uso de ferramentas de transparência do governo federal pela instituição. A partir daqui, responda com base na percepção e opinião institucionais sobre o uso de ferramentas de participação pelo governo na construção de políticas públicas.

A organização já usou as plataformas Dialoga Brasil ([dialoga.gov.br](http://dialoga.gov.br)) e/ou Participa Brasil ([participa.br](http://participa.br)) do governo federal? \*

- Sim (ambas)
- Sim (apenas a Participa Brasil)
- Sim (apenas a Dialoga Brasil)
- Não (nenhuma delas)

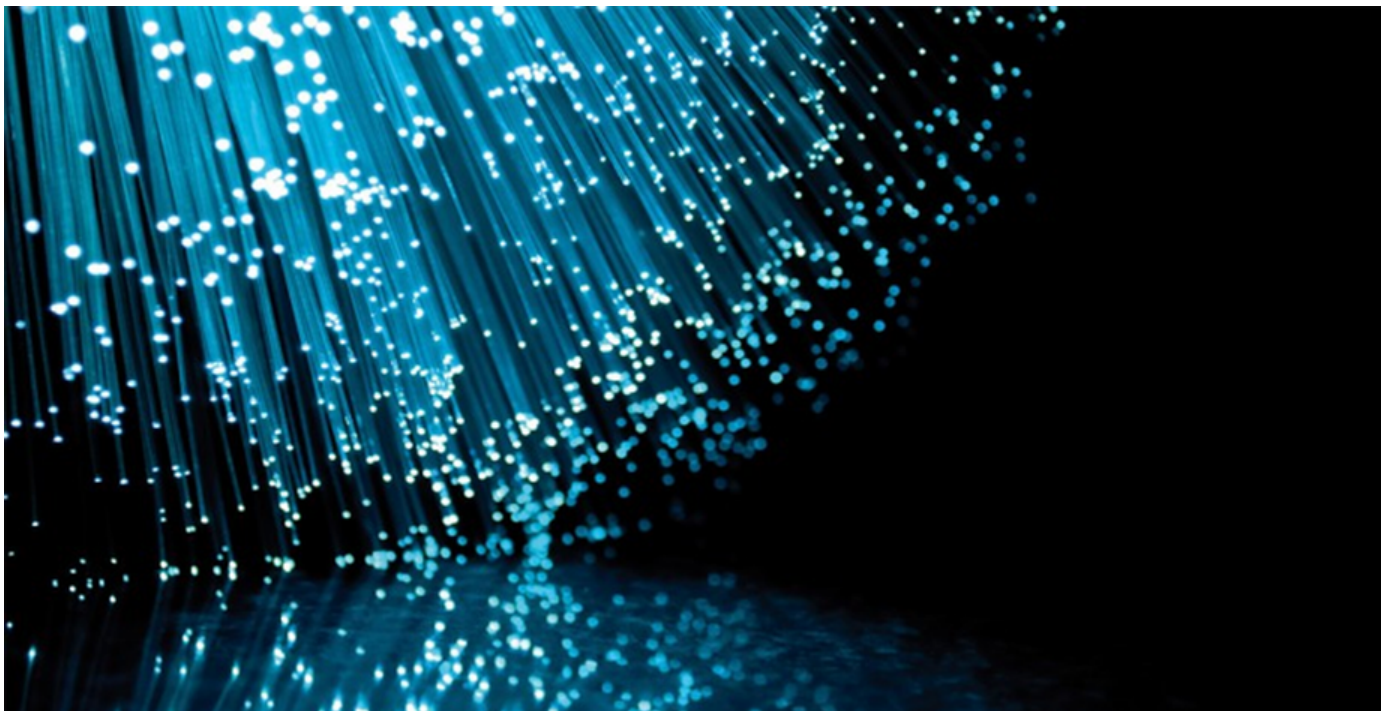


Se a resposta foi sim apenas para uma delas ou não, qual motivo?

- Não conhece essa(s) plataforma(s)
- Não precisa usá-la(s) para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-la(s) - complexa(s)
- Não a(s) considera ferramenta(s) efetiva(s) de participação
- Não se aplica (respondeu sim para ambas no item anterior)
- Outro: .....

## Plataformas Dialoga Brasil e Participa Br

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso das Plataformas Dialoga Brasil e Participa Br (espaços de participação digital) na construção de políticas públicas pelo governo federal



Frequência de uso de alguma das plataformas pelo governo para a construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Ações ativas de engajamento nas Plataformas (organização procura participar):

- |           |                       |                       |                                  |                       |                       |                      |
|-----------|-----------------------|-----------------------|----------------------------------|-----------------------|-----------------------|----------------------|
|           | 1                     | 2                     | 3                                | 4                     | 5                     |                      |
| Raramente | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input checked="" type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | Com muita frequência |

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento em espaços de participação digital é qualitativamente pior do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou espaços de participação digital de governos locais)

### Consultas públicas na construção de políticas públicas federais

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso de consultas públicas na construção de políticas públicas pelo governo federal

Frequência de uso de consultas públicas pelo governo no para construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Convites para participar (iniciativa do governo federal, por qualquer meio):

- Organização nunca foi convidada pelo governo para participar de consulta pública;
- Raramente é convidado (1% a 29% das vezes em que há uma consulta);
- Ocasionalmente é convidado (30% a 60%);
- Frequentemente é convidado (mais de 60% das vezes).

### Ações ativas de engajamento em consultas (organização procura participar):

- Frequentemente procura participar (mais de 60% das vezes);
- Ocasionalmente (30%-60%);
- Raramente (até 29%);
- Nunca

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento a consultas públicas é qualitativamente melhor do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

### Audiências públicas na construção de políticas públicas federais

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso de audiências públicas na construção de políticas públicas pelo governo federal

### Frequência de uso de audiências públicas pelo governo para construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Convites para participar (iniciativa do governo federal, por qualquer meio):

- Organização nunca foi convidada pelo governo para participar de audiência pública;
- Raramente é convidado (1% a 29% das vezes em que há uma audiência);
- Ocasionalmente é convidado (30% a 60%);
- Frequentemente é convidado (mais de 60% das vezes).

### Ações ativas de engajamento em audiências (organização procura participar):

- Frequentemente procura participar (mais de 60% das vezes);
- Ocasionalmente (30%-60%);
- Raramente (até 29%);
- Nunca

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento a audiências públicas é qualitativamente melhor do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente



## Outras considerações da organização sobre participação no governo federal

Todas as respostas foram baseadas nos últimos quatro anos (2016-2020), desde o golpe que derrubou a presidenta Dilma. Antes do golpe, eramos grandes parceiros e aliados do poder publico federal, mas esse atual governo, eleito por meio de fakenews, nos tem como inimigos e quer, de qqr maneira, nos destruir.

---

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

# Questionário transparência e participação no Governo Federal

Esse questionário tem como objetivo coletar as percepções no uso de ferramentas de transparência e participação governamentais pelas organizações da sociedade civil e movimentos sociais organizados, sendo garantidas a confidencialidade, sigilo e anonimato dos participantes. A partir dos resultados, compreender a efetividade desses instrumentos, detectar eventuais deficiências e apontar soluções.

Os resultados serão divulgados na tese de doutorado da pesquisadora responsável pela sua elaboração, Caroline Maciel.

A sua participação é uma etapa muito importante para o diagnóstico e sistematização das dificuldades enfrentadas por usuários qualificados, identificação dos avanços e de sugestões para melhorias. Se possível, responda todas as questões.

Endereço de e-mail \*

[REDACTED]

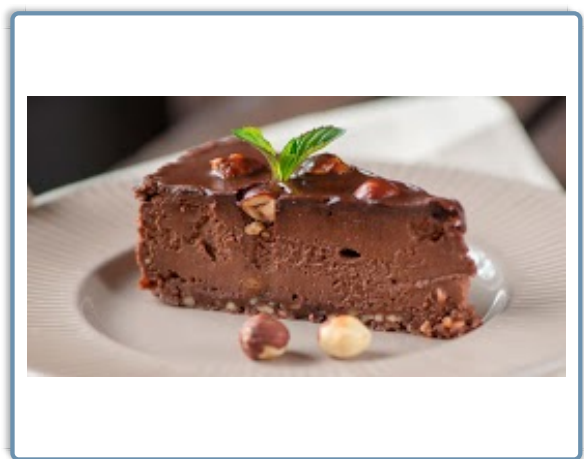
Para evitar o uso de robots neste questionário, responda: qual das imagens abaixo é um prato de sobremesa? \*



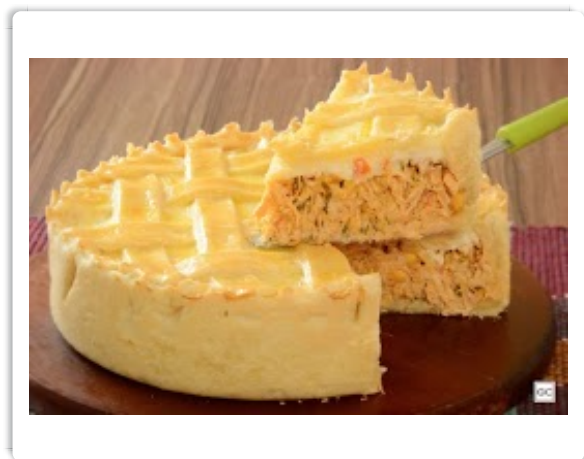
1



2



3



4

## Dados

Nome da instituição que representa \*

[REDACTED]

## Principal área de atuação institucional \*

- Transparência e Integridade
- Direitos Humanos/Direitos fundamentais
- Socioambiental
- Nova economia
- Saúde
- Educação
- Outro: .....

## Estou apto(a) a responder em nome da organização que represento? \*

- Sim

## Nome completo do responsável pelo preenchimento \*

.....

## Vínculo/cargo institucional \*

Diretoria Executiva .....

## Anos que está na instituição \*

- Até 1 ano
- Mais de 1 ano até 5 anos
- Mais de 5 anos

## Última escolaridade do respondente \*

- Ensino superior
- Especialização
- Mestrado
- Doutorado
- Outro: .....

## Concordo com o Termo de Consentimento Livre e Informado abaixo \*

Declaro, por meio deste termo, que concordei voluntariamente em responder esse questionário, que busca coletar as percepções de usuários qualificados no uso de ferramentas de transparência e participação governamentais, desenvolvido pela pesquisadora Caroline Stéphanie Francis dos Santos Maciel. Fui informado(a) que a pesquisa é desenvolvida para fins estritamente acadêmicos em sede de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Direito na Universidade Federal de Minas Gerais, sob orientação da Profa. Fabiana de Menezes Soares, vinculada ao Observatório para a Qualidade da Lei e em parceria com a Dado Capital e a Rede de Advocacy Colaborativo. Afirmando que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou outros benefícios, nem ter qualquer ônus ou risco à saúde e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui também informado(a) que não será divulgado meu nome e nem outro dado de contato que permita a minha identificação pessoal, em conformidade com as normas éticas do Comitê de Ética da UFMG (art. 1º, § único, I, V e VII da Resolução 510/2016). Informaram, ainda, que apenas os dados institucionais e resultados das respostas ao questionário serão divulgados no relatório da pesquisa, garantidas a confidencialidade, sigilo e anonimato dos participantes. Por fim, fui informado(a) de que posso me retirar dessa pesquisa de opinião a qualquer momento, sem sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos. Ao selecionar "sim" nesta caixa, concordo com todas as especificações acima deste Termo de Consentimento Livre e Informado.

Sim

Autorizo a divulgação dos dados institucionais e respostas às perguntas do questionário para a realização dos objetivos dessa pesquisa \*

Sim

## Orientações gerais

Nas questões fechadas, escolha a melhor resposta dentre as possíveis, que representa melhor a realidade no uso geral dessas ferramentas pela organização (o que ocorreu na maioria das vezes).

Dê uma resposta com base na realidade da sua instituição e não apenas na sua experiência pessoal.

Nas questões abertas, aprofunde nas particularidades sobre o tópico. Quanto mais dados fornecer, tanto melhor para a pesquisa e completo diagnóstico da situação.

Caso não saiba alguma(s) da(s) resposta(s), por você não utilizar o canal/desconhecê-lo, veja se é possível obtê-la(s) junto à organização que representa; caso contrário, marque que a organização não usa.



### Sites oficiais do governo federal ([gov.br](http://gov.br) e derivados)

A organização já extraiu dados ou informações de algum site oficial do governo federal?

\*

- Sim
- Não

### Uso de sites oficiais do governo federal ([gov.br](http://gov.br) e derivados)

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso dos sites oficiais do governo federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:





### Frequência de uso

1    2    3    4    5

Raramente usamos na organização                   Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no site
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

## Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

## Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa por conta própria conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso

## Outras dificuldades de navegabilidade e usabilidade

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Mudanças de domínio e/ou links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre ocorrências em navegabilidade antes e depois da mudança dos domínios, com a unificação dos endereços eletrônicos do governo federal em 2019 (portal único [gov.br](http://gov.br)).

.....

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados ativamente nos sites oficiais do governo federal resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

Os sites oficiais de governos estaduais e municipais que a organização acessa são qualitativamente inferiores ao sites do governo federal, considerando as dimensões desse questionário (disponibilidade, atualização, compreensão dos dados e navegabilidade no site).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou sites oficiais de governos estaduais/municipais)

Portal da Transparência Federal ([portaldatransparencia.gov.br](http://portaldatransparencia.gov.br))

A organização já extraiu dados ou informações do Portal da Transparência federal? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse portal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

### Uso do Portal da Transparência Federal

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do Portal da Transparência Federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:



### Frequência de uso

1 2 3 4 5

Raramente usamos na  
organização

Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no portal
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa por conta própria conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso à informação ou dado.

## Outras dificuldades de navegabilidade e usabilidade

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre ocorrências em navegabilidade antes e depois da reformulação do Portal da Transparência Federal em 2018.

.....

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados no Portal da Transparência Federal resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente



No geral, os Portais da Transparência estaduais e municipais que a organização usa são qualitativamente inferiores ao Portal da Transparência Federal, considerando as dimensões desse questionário (disponibilidade, atualização, compreensão dos dados e navegabilidade no portal).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou nenhum portal de transparência estadual ou municipal)

#### Portal Brasileiro de Dados Abertos ([dados.gov.br](https://dados.gov.br))

A organização já extraiu dados do Portal Brasileiro de Dados Abertos? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse portal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

## Uso do Portal Brasileiro de Dados Abertos

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do Portal Brasileiro de Dados Abertos pela organização da sociedade civil ou movimento social:



### Frequência de uso

	1	2	3	4	5	
Raramente usamos na organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no portal
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa (autônoma) conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso à informação ou dado.

## Outras dificuldades

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Escassez de bases de dados abertos disponibilizadas ativamente
- Bases de dados abertos não disponibilizadas no prazo estabelecido, em conformidade com os cronogramas de abertura dos órgãos
- Não disponibilização das bases de dados abertos, mesmo após solicitação
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre modificações nesse portal no decorrer do tempo.

.....

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados ativamente no Portal Brasileiro de Dados Abertos resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

Os governos estaduais e municipais e os outros poderes (que organização acessa) disponibilizam bem menos dados públicos em formato aberto que o governo federal, seja no Portal Brasileiro de Dados Abertos ou em outros portais.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca extraiu dados abertos de governos subnacionais ou de outros poderes)

### Pedidos de acesso à informação a órgãos do governo federal

A organização já fez pedido de acesso à informação através do e-SIC federal? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse canal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo/instável)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

## Uso do e-SIC federal

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do e-SIC federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:



Frequência de uso

	1	2	3	4	5	
Raramente usamos na organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Usamos com muita frequência



### Satisfação com o acesso concedido

- Conseguiu acesso completo a tudo que pediu já com o pedido inicial, no prazo legal;
- Conseguiu acesso completo apenas após recorrer ou após o prazo legal;
- Não conseguiu acesso completo, apenas parcial;
- Negativa completa de acesso, mesmo sem ser hipótese legal de sigilo.

### Justificativas dos órgãos para negativas de acesso (se aplicável)

- Não recebeu nenhuma justificativa
- Trabalho adicional de análise, interpretação ou consolidação
- Pedido genérico
- Órgão incompetente (sem reencaminhar o seu pedido)
- Pandemia
- Dados pessoais
- Sigilo legal
- Interpretação extensiva do órgão sobre o sigilo
- Inexistência dos documentos digitalizados e necessidade de consultar arquivos físicos pessoalmente
- Outro: .....

## Compreensão das respostas ou dados enviados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada na resposta e nem as informações enviadas;
- Teve alguma dificuldade, mas com alguma pesquisa (autônoma) conseguiu entender;
- Não conseguiu compreender e precisou solicitar esclarecimentos em recurso ou nova solicitação de acesso;
- Não conseguiu compreender e desistiu do acesso à informação.

## Dificuldades técnicas com o e-SIC federal

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Sistema fora do ar, lento ou instável;
- Respostas fora do prazo legal;
- Obscuridade nas competências dos órgãos e dificuldade para saber a quem encaminhar o pedido;
- Arquivos anexos corrompidos/desconfigurados/inúteis;
- Arquivo em formato não aberto, não legível por máquina;
- Indisponibilidade de arquivos digitais;
- Não sistematização de dados pelo órgão;
- Necessidade de dados gerais de órgãos com competências centrais e foi aconselhado a procurar cada órgão individualmente, o que inviabilizou o acesso pela grande quantidade de órgãos ou volume de dados.

### Outros problemas que dificultaram ou desestimularam o acesso

- Exigências excessivas de dados pessoais;
- Cobrança de taxas de reprodução;
- Não divulgação de lista de documentos classificados como sigilosos pelo órgão federal;
- Influência do perfil do solicitante na resposta ao pedido (antes da possibilidade de pedidos anônimos no e-SIC federal);
- Falta de capacitação técnica dos servidores para responder as solicitações;
- Outro: .....

Os sistemas eletrônicos de solicitação de acesso à informação de governos estaduais e municipais que a organização usa são qualitativamente inferiores ao e-SIC federal, considerando as dimensões desse questionário (satisfação com o acesso, justificativas para negativas, compreensão e dificuldades técnicas).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou sistemas de acesso de governos subnacionais)

Ouvidorias federais ([ouvidorias.gov.br](https://ouvidorias.gov.br))

A organização já usou o sistema eletrônico de ouvidorias do governo federal? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse canal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não acredita que seja um canal efetivo
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

## Sistema federal de Ouvidorias

Nas questões desta seção responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso de ouvidorias federais pela organização da sociedade civil ou movimento social:



### Frequência de uso

	1	2	3	4	5	
Raramente usamos na organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Usamos com muita frequência

## Motivos do seu uso

- Denúncia
- Reclamação
- Elogio
- Solicitação de serviço público
- Pedido de desburocratização
- Sugestão
- Pedido de acesso à informação

## Efetividade/poder de influência

- As manifestações feitas pela ouvidoria frequentemente geraram resultados efetivos (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente efetivos (entre 30% e 60%);
- Raramente efetivos (menos 1% a 29%);
- Nunca são efetivos.

## Devolutiva

- Nunca recebe satisfação das manifestações enviadas;
- Recebe respostas, mas raramente são satisfatórias ou completas;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias e completas.

## Dificuldades técnicas

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Sistema fora do ar, lento ou instável;
- Retorno intempestivo ou demorado acerca da manifestação;
- Falta de capacitação técnica dos servidores para fornecer as respostas;
- Outro: .....

Considerando as dimensões do questionário, os sistemas de ouvidorias locais (governos estaduais e municipais que a organização usa) são qualitativamente inferiores ao sistema federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou ouvidorias locais)

## Outras considerações da organização sobre transparência no governo federal

---

### Participação em políticas públicas

Até então, as perguntas eram sobre o uso de ferramentas de transparência do governo federal pela instituição. A partir daqui, responda com base na percepção e opinião institucionais sobre o uso de ferramentas de participação pelo governo na construção de políticas públicas.

A organização já usou as plataformas Dialoga Brasil ([dialoga.gov.br](http://dialoga.gov.br)) e/ou Participa Brasil ([participa.br](http://participa.br)) do governo federal? \*

- Sim (ambas)
- Sim (apenas a Participa Brasil)
- Sim (apenas a Dialoga Brasil)
- Não (nenhuma delas)



Se a resposta foi sim apenas para uma delas ou não, qual motivo?

- Não conhece essa(s) plataforma(s)
- Não precisa usá-la(s) para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-la(s) - complexa(s)
- Não a(s) considera ferramenta(s) efetiva(s) de participação
- Não se aplica (respondeu sim para ambas no item anterior)
- Outro: .....

## Plataformas Dialoga Brasil e Participa Br

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso das Plataformas Dialoga Brasil e Participa Br (espaços de participação digital) na construção de políticas públicas pelo governo federal



Frequência de uso de alguma das plataformas pelo governo para a construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Ações ativas de engajamento nas Plataformas (organização procura participar):

	1	2	3	4	5	
Raramente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Com muita frequência

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento em espaços de participação digital é qualitativamente pior do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou espaços de participação digital de governos locais)

### Consultas públicas na construção de políticas públicas federais

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso de consultas públicas na construção de políticas públicas pelo governo federal

Frequência de uso de consultas públicas pelo governo no para construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Convites para participar (iniciativa do governo federal, por qualquer meio):

- Organização nunca foi convidada pelo governo para participar de consulta pública;
- Raramente é convidado (1% a 29% das vezes em que há uma consulta);
- Ocasionalmente é convidado (30% a 60%);
- Frequentemente é convidado (mais de 60% das vezes).

### Ações ativas de engajamento em consultas (organização procura participar):

- Frequentemente procura participar (mais de 60% das vezes);
- Ocasionalmente (30%-60%);
- Raramente (até 29%);
- Nunca

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento a consultas públicas é qualitativamente melhor do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

### Audiências públicas na construção de políticas públicas federais

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso de audiências públicas na construção de políticas públicas pelo governo federal

### Frequência de uso de audiências públicas pelo governo para construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Convites para participar (iniciativa do governo federal, por qualquer meio):

- Organização nunca foi convidada pelo governo para participar de audiência pública;
- Raramente é convidado (1% a 29% das vezes em que há uma audiência);
- Ocasionalmente é convidado (30% a 60%);
- Frequentemente é convidado (mais de 60% das vezes).

### Ações ativas de engajamento em audiências (organização procura participar):

- Frequentemente procura participar (mais de 60% das vezes);
- Ocasionalmente (30%-60%);
- Raramente (até 29%);
- Nunca

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento a audiências públicas é qualitativamente melhor do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente



## Outras considerações da organização sobre participação no governo federal

---

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

# Questionário transparência e participação no Governo Federal

Esse questionário tem como objetivo coletar as percepções no uso de ferramentas de transparência e participação governamentais pelas organizações da sociedade civil e movimentos sociais organizados, sendo garantidas a confidencialidade, sigilo e anonimato dos participantes. A partir dos resultados, compreender a efetividade desses instrumentos, detectar eventuais deficiências e apontar soluções.

Os resultados serão divulgados na tese de doutorado da pesquisadora responsável pela sua elaboração, Caroline Maciel.

A sua participação é uma etapa muito importante para o diagnóstico e sistematização das dificuldades enfrentadas por usuários qualificados, identificação dos avanços e de sugestões para melhorias. Se possível, responda todas as questões.

Endereço de e-mail \*

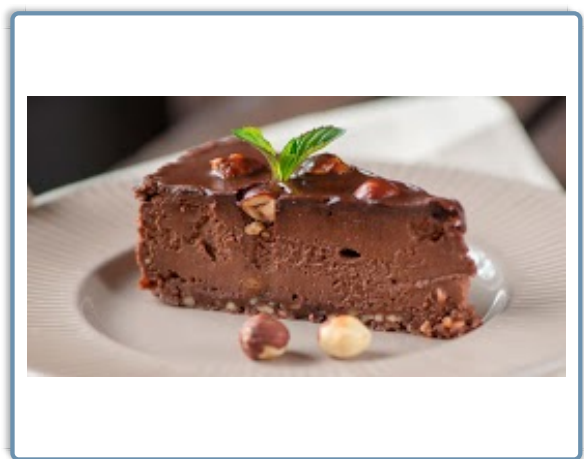
Para evitar o uso de robots neste questionário, responda: qual das imagens abaixo é um prato de sobremesa? \*



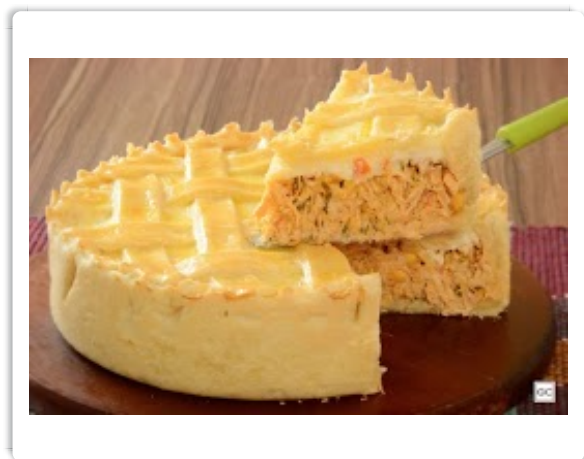
1



2



3



4

## Dados

Nome da instituição que representa \*

[REDACTED]

## Principal área de atuação institucional \*

- Transparência e Integridade
- Direitos Humanos/Direitos fundamentais
- Socioambiental
- Nova economia
- Saúde
- Educação
- Outro: .....

## Estou apto(a) a responder em nome da organização que represento? \*

- Sim

## Nome completo do responsável pelo preenchimento \*

.....

## Vínculo/cargo institucional \*

Assessora de Projetos de Acesso à Informação  
.....

## Anos que está na instituição \*

- Até 1 ano
- Mais de 1 ano até 5 anos
- Mais de 5 anos

## Última escolaridade do respondente \*

- Ensino superior
- Especialização
- Mestrado
- Doutorado
- Outro: .....

## Concordo com o Termo de Consentimento Livre e Informado abaixo \*

Declaro, por meio deste termo, que concordei voluntariamente em responder esse questionário, que busca coletar as percepções de usuários qualificados no uso de ferramentas de transparência e participação governamentais, desenvolvido pela pesquisadora Caroline Stéphanie Francis dos Santos Maciel. Fui informado(a) que a pesquisa é desenvolvida para fins estritamente acadêmicos em sede de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Direito na Universidade Federal de Minas Gerais, sob orientação da Profa. Fabiana de Menezes Soares, vinculada ao Observatório para a Qualidade da Lei e em parceria com a Dado Capital e a Rede de Advocacy Colaborativo. Afirmando que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou outros benefícios, nem ter qualquer ônus ou risco à saúde e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui também informado(a) que não será divulgado meu nome e nem outro dado de contato que permita a minha identificação pessoal, em conformidade com as normas éticas do Comitê de Ética da UFMG (art. 1º, § único, I, V e VII da Resolução 510/2016). Informaram, ainda, que apenas os dados institucionais e resultados das respostas ao questionário serão divulgados no relatório da pesquisa, garantidas a confidencialidade, sigilo e anonimato dos participantes. Por fim, fui informado(a) de que posso me retirar dessa pesquisa de opinião a qualquer momento, sem sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos. Ao selecionar "sim" nesta caixa, concordo com todas as especificações acima deste Termo de Consentimento Livre e Informado.

Sim

Autorizo a divulgação dos dados institucionais e respostas às perguntas do questionário para a realização dos objetivos dessa pesquisa \*

Sim

## Orientações gerais

Nas questões fechadas, escolha a melhor resposta dentre as possíveis, que representa melhor a realidade no uso geral dessas ferramentas pela organização (o que ocorreu na maioria das vezes).

Dê uma resposta com base na realidade da sua instituição e não apenas na sua experiência pessoal.

Nas questões abertas, aprofunde nas particularidades sobre o tópico. Quanto mais dados fornecer, tanto melhor para a pesquisa e completo diagnóstico da situação.

Caso não saiba alguma(s) da(s) resposta(s), por você não utilizar o canal/desconhecê-lo, veja se é possível obtê-la(s) junto à organização que representa; caso contrário, marque que a organização não usa.



### Sites oficiais do governo federal ([gov.br](http://gov.br) e derivados)

A organização já extraiu dados ou informações de algum site oficial do governo federal?

\*

- Sim
- Não

### Uso de sites oficiais do governo federal ([gov.br](http://gov.br) e derivados)

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso dos sites oficiais do governo federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:





Frequência de uso

1      2      3      4      5

Raramente usamos na organização                     Usamos com muita frequência

Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no site
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa por conta própria conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso

## Outras dificuldades de navegabilidade e usabilidade

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Mudanças de domínio e/ou links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre ocorrências em navegabilidade antes e depois da mudança dos domínios, com a unificação dos endereços eletrônicos do governo federal em 2019 (portal único [gov.br](http://gov.br)).

.....

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados ativamente nos sites oficiais do governo federal resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

Os sites oficiais de governos estaduais e municipais que a organização acessa são qualitativamente inferiores ao sites do governo federal, considerando as dimensões desse questionário (disponibilidade, atualização, compreensão dos dados e navegabilidade no site).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou sites oficiais de governos estaduais/municipais)

Portal da Transparência Federal ([portaldatransparencia.gov.br](http://portaldatransparencia.gov.br))

A organização já extraiu dados ou informações do Portal da Transparência federal? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse portal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

### Uso do Portal da Transparência Federal

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do Portal da Transparência Federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:



### Frequência de uso

1 2 3 4 5

Raramente usamos na organização

Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no portal
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa por conta própria conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso à informação ou dado.

### Outras dificuldades de navegabilidade e usabilidade

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre ocorrências em navegabilidade antes e depois da reformulação do Portal da Transparência Federal em 2018.

.....

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados no Portal da Transparência Federal resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente



No geral, os Portais da Transparência estaduais e municipais que a organização usa são qualitativamente inferiores ao Portal da Transparência Federal, considerando as dimensões desse questionário (disponibilidade, atualização, compreensão dos dados e navegabilidade no portal).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou nenhum portal de transparência estadual ou municipal)

#### Portal Brasileiro de Dados Abertos ([dados.gov.br](https://dados.gov.br))

A organização já extraiu dados do Portal Brasileiro de Dados Abertos? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse portal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

## Uso do Portal Brasileiro de Dados Abertos

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do Portal Brasileiro de Dados Abertos pela organização da sociedade civil ou movimento social:



Frequência de uso

1 2 3 4 5

Raramente usamos na  
organização

Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no portal
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa (autônoma) conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso à informação ou dado.

## Outras dificuldades

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Escassez de bases de dados abertos disponibilizadas ativamente
- Bases de dados abertos não disponibilizadas no prazo estabelecido, em conformidade com os cronogramas de abertura dos órgãos
- Não disponibilização das bases de dados abertos, mesmo após solicitação
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre modificações nesse portal no decorrer do tempo.

.....

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados ativamente no Portal Brasileiro de Dados Abertos resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

Os governos estaduais e municipais e os outros poderes (que organização acessa) disponibilizam bem menos dados públicos em formato aberto que o governo federal, seja no Portal Brasileiro de Dados Abertos ou em outros portais.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca extraiu dados abertos de governos subnacionais ou de outros poderes)

#### Pedidos de acesso à informação a órgãos do governo federal

A organização já fez pedido de acesso à informação através do e-SIC federal? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse canal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo/instável)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

### Uso do e-SIC federal

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do e-SIC federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:



Frequência de uso

	1	2	3	4	5	
Raramente usamos na organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	Usamos com muita frequência



### Satisfação com o acesso concedido

- Conseguiu acesso completo a tudo que pediu já com o pedido inicial, no prazo legal;
- Conseguiu acesso completo apenas após recorrer ou após o prazo legal;
- Não conseguiu acesso completo, apenas parcial;
- Negativa completa de acesso, mesmo sem ser hipótese legal de sigilo.

### Justificativas dos órgãos para negativas de acesso (se aplicável)

- Não recebeu nenhuma justificativa
- Trabalho adicional de análise, interpretação ou consolidação
- Pedido genérico
- Órgão incompetente (sem reencaminhar o seu pedido)
- Pandemia
- Dados pessoais
- Sigilo legal
- Interpretação extensiva do órgão sobre o sigilo
- Inexistência dos documentos digitalizados e necessidade de consultar arquivos físicos pessoalmente
- Outro: .....

## Compreensão das respostas ou dados enviados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada na resposta e nem as informações enviadas;
- Teve alguma dificuldade, mas com alguma pesquisa (autônoma) conseguiu entender;
- Não conseguiu compreender e precisou solicitar esclarecimentos em recurso ou nova solicitação de acesso;
- Não conseguiu compreender e desistiu do acesso à informação.

## Dificuldades técnicas com o e-SIC federal

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Sistema fora do ar, lento ou instável;
- Respostas fora do prazo legal;
- Obscuridade nas competências dos órgãos e dificuldade para saber a quem encaminhar o pedido;
- Arquivos anexos corrompidos/desconfigurados/inúteis;
- Arquivo em formato não aberto, não legível por máquina;
- Indisponibilidade de arquivos digitais;
- Não sistematização de dados pelo órgão;
- Necessidade de dados gerais de órgãos com competências centrais e foi aconselhado a procurar cada órgão individualmente, o que inviabilizou o acesso pela grande quantidade de órgãos ou volume de dados.

### Outros problemas que dificultaram ou desestimularam o acesso

- Exigências excessivas de dados pessoais;
- Cobrança de taxas de reprodução;
- Não divulgação de lista de documentos classificados como sigilosos pelo órgão federal;
- Influência do perfil do solicitante na resposta ao pedido (antes da possibilidade de pedidos anônimos no e-SIC federal);
- Falta de capacitação técnica dos servidores para responder as solicitações;
- Outro: .....

Os sistemas eletrônicos de solicitação de acesso à informação de governos estaduais e municipais que a organização usa são qualitativamente inferiores ao e-SIC federal, considerando as dimensões desse questionário (satisfação com o acesso, justificativas para negativas, compreensão e dificuldades técnicas).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou sistemas de acesso de governos subnacionais)

Ouvidorias federais ([ouvidorias.gov.br](https://ouvidorias.gov.br))

A organização já usou o sistema eletrônico de ouvidorias do governo federal? \*

Sim

Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

Não conhece esse canal

Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais

Não consegue usá-lo (complexo)

Não acredita que seja um canal efetivo

Não se aplica (respondeu sim no item anterior)

Outro: .....

## Sistema federal de Ouvidorias

Nas questões desta seção responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso de ouvidorias federais pela organização da sociedade civil ou movimento social:



### Frequência de uso

1    2    3    4    5

Raramente usamos na organização                        Usamos com muita frequência

## Motivos do seu uso

- Denúncia
- Reclamação
- Elogio
- Solicitação de serviço público
- Pedido de desburocratização
- Sugestão
- Pedido de acesso à informação

## Efetividade/poder de influência

- As manifestações feitas pela ouvidoria frequentemente geraram resultados efetivos (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente efetivos (entre 30% e 60%);
- Raramente efetivos (menos 1% a 29%);
- Nunca são efetivos.

## Devolutiva

- Nunca recebe satisfação das manifestações enviadas;
- Recebe respostas, mas raramente são satisfatórias ou completas;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias e completas.

## Dificuldades técnicas

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Sistema fora do ar, lento ou instável;
- Retorno intempestivo ou demorado acerca da manifestação;
- Falta de capacitação técnica dos servidores para fornecer as respostas;
- Outro: .....

Considerando as dimensões do questionário, os sistemas de ouvidorias locais (governos estaduais e municipais que a organização usa) são qualitativamente inferiores ao sistema federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou ouvidorias locais)

## Outras considerações da organização sobre transparência no governo federal

---

### Participação em políticas públicas

Até então, as perguntas eram sobre o uso de ferramentas de transparência do governo federal pela instituição. A partir daqui, responda com base na percepção e opinião institucionais sobre o uso de ferramentas de participação pelo governo na construção de políticas públicas.

A organização já usou as plataformas Dialoga Brasil ([dialoga.gov.br](http://dialoga.gov.br)) e/ou Participa Brasil ([participa.br](http://participa.br)) do governo federal? \*

- Sim (ambas)
- Sim (apenas a Participa Brasil)
- Sim (apenas a Dialoga Brasil)
- Não (nenhuma delas)



Se a resposta foi sim apenas para uma delas ou não, qual motivo?

- Não conhece essa(s) plataforma(s)
- Não precisa usá-la(s) para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-la(s) - complexa(s)
- Não a(s) considera ferramenta(s) efetiva(s) de participação
- Não se aplica (respondeu sim para ambas no item anterior)
- Outro: .....

## Plataformas Dialoga Brasil e Participa Br

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso das Plataformas Dialoga Brasil e Participa Br (espaços de participação digital) na construção de políticas públicas pelo governo federal



Frequência de uso de alguma das plataformas pelo governo para a construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Ações ativas de engajamento nas Plataformas (organização procura participar):

	1	2	3	4	5	
Raramente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Com muita frequência

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento em espaços de participação digital é qualitativamente pior do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou espaços de participação digital de governos locais)

### Consultas públicas na construção de políticas públicas federais

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso de consultas públicas na construção de políticas públicas pelo governo federal

Frequência de uso de consultas públicas pelo governo no para construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Convites para participar (iniciativa do governo federal, por qualquer meio):

- Organização nunca foi convidada pelo governo para participar de consulta pública;
- Raramente é convidado (1% a 29% das vezes em que há uma consulta);
- Ocasionalmente é convidado (30% a 60%);
- Frequentemente é convidado (mais de 60% das vezes).

### Ações ativas de engajamento em consultas (organização procura participar):

- Frequentemente procura participar (mais de 60% das vezes);
- Ocasionalmente (30%-60%);
- Raramente (até 29%);
- Nunca

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento a consultas públicas é qualitativamente melhor do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

### Audiências públicas na construção de políticas públicas federais

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso de audiências públicas na construção de políticas públicas pelo governo federal

### Frequência de uso de audiências públicas pelo governo para construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Convites para participar (iniciativa do governo federal, por qualquer meio):

- Organização nunca foi convidada pelo governo para participar de audiência pública;
- Raramente é convidado (1% a 29% das vezes em que há uma audiência);
- Ocasionalmente é convidado (30% a 60%);
- Frequentemente é convidado (mais de 60% das vezes).

### Ações ativas de engajamento em audiências (organização procura participar):

- Frequentemente procura participar (mais de 60% das vezes);
- Ocasionalmente (30%-60%);
- Raramente (até 29%);
- Nunca

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento a audiências públicas é qualitativamente melhor do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente



## Outras considerações da organização sobre participação no governo federal

---

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

# Questionário transparência e participação no Governo Federal

Esse questionário tem como objetivo coletar as percepções no uso de ferramentas de transparência e participação governamentais pelas organizações da sociedade civil e movimentos sociais organizados, sendo garantidas a confidencialidade, sigilo e anonimato dos participantes. A partir dos resultados, compreender a efetividade desses instrumentos, detectar eventuais deficiências e apontar soluções.

Os resultados serão divulgados na tese de doutorado da pesquisadora responsável pela sua elaboração, Caroline Maciel.

A sua participação é uma etapa muito importante para o diagnóstico e sistematização das dificuldades enfrentadas por usuários qualificados, identificação dos avanços e de sugestões para melhorias. Se possível, responda todas as questões.

Endereço de e-mail \*

Para evitar o uso de robots neste questionário, responda: qual das imagens abaixo é um prato de sobremesa? \*



1



2



3



4

## Dados

Nome da instituição que representa \*

[REDACTED]

## Principal área de atuação institucional \*

- Transparência e Integridade
- Direitos Humanos/Direitos fundamentais
- Socioambiental
- Nova economia
- Saúde
- Educação
- Outro: Orçamento Público

## Estou apto(a) a responder em nome da organização que represento? \*

- Sim

## Nome completo do responsável pelo preenchimento \*

[REDACTED]

## Vínculo/cargo institucional \*

Presidente da associação

## Anos que está na instituição \*

- Até 1 ano
- Mais de 1 ano até 5 anos
- Mais de 5 anos

## Última escolaridade do respondente \*

- Ensino superior
- Especialização
- Mestrado
- Doutorado
- Outro: .....

## Concordo com o Termo de Consentimento Livre e Informado abaixo \*

Declaro, por meio deste termo, que concordei voluntariamente em responder esse questionário, que busca coletar as percepções de usuários qualificados no uso de ferramentas de transparência e participação governamentais, desenvolvido pela pesquisadora Caroline Stéphanie Francis dos Santos Maciel. Fui informado(a) que a pesquisa é desenvolvida para fins estritamente acadêmicos em sede de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Direito na Universidade Federal de Minas Gerais, sob orientação da Profa. Fabiana de Menezes Soares, vinculada ao Observatório para a Qualidade da Lei e em parceria com a Dado Capital e a Rede de Advocacy Colaborativo. Afirmando que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou outros benefícios, nem ter qualquer ônus ou risco à saúde e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui também informado(a) que não será divulgado meu nome e nem outro dado de contato que permita a minha identificação pessoal, em conformidade com as normas éticas do Comitê de Ética da UFMG (art. 1º, § único, I, V e VII da Resolução 510/2016). Informaram, ainda, que apenas os dados institucionais e resultados das respostas ao questionário serão divulgados no relatório da pesquisa, garantidas a confidencialidade, sigilo e anonimato dos participantes. Por fim, fui informado(a) de que posso me retirar dessa pesquisa de opinião a qualquer momento, sem sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos. Ao selecionar "sim" nesta caixa, concordo com todas as especificações acima deste Termo de Consentimento Livre e Informado.

Sim

Autorizo a divulgação dos dados institucionais e respostas às perguntas do questionário para a realização dos objetivos dessa pesquisa \*

Sim

## Orientações gerais

Nas questões fechadas, escolha a melhor resposta dentre as possíveis, que representa melhor a realidade no uso geral dessas ferramentas pela organização (o que ocorreu na maioria das vezes).

Dê uma resposta com base na realidade da sua instituição e não apenas na sua experiência pessoal.

Nas questões abertas, aprofunde nas particularidades sobre o tópico. Quanto mais dados fornecer, tanto melhor para a pesquisa e completo diagnóstico da situação.

Caso não saiba alguma(s) da(s) resposta(s), por você não utilizar o canal/desconhecê-lo, veja se é possível obtê-la(s) junto à organização que representa; caso contrário, marque que a organização não usa.



### Sites oficiais do governo federal ([gov.br](http://gov.br) e derivados)

A organização já extraiu dados ou informações de algum site oficial do governo federal?

\*

- Sim
- Não

### Uso de sites oficiais do governo federal ([gov.br](http://gov.br) e derivados)

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso dos sites oficiais do governo federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:





### Frequência de uso

1    2    3    4    5

Raramente usamos na organização                        Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no site
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa por conta própria conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso

## Outras dificuldades de navegabilidade e usabilidade

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Mudanças de domínio e/ou links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre ocorrências em navegabilidade antes e depois da mudança dos domínios, com a unificação dos endereços eletrônicos do governo federal em 2019 (portal único [gov.br](http://gov.br)).

As frequentes reestruturações organizacionais fazem com muitos sites sejam frequentemente alterados, o que gera link quebrados e outros problemas

.....

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados ativamente nos sites oficiais do governo federal resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

Os sites oficiais de governos estaduais e municipais que a organização acessa são qualitativamente inferiores aos sites do governo federal, considerando as dimensões desse questionário (disponibilidade, atualização, compreensão dos dados e navegabilidade no site).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou sites oficiais de governos estaduais/municipais)

Portal da Transparência Federal ([portaldatransparencia.gov.br](http://portaldatransparencia.gov.br))

A organização já extraiu dados ou informações do Portal da Transparência federal? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse portal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

### Uso do Portal da Transparência Federal

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do Portal da Transparência Federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:



### Frequência de uso

1 2 3 4 5

Raramente usamos na  
organização

Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no portal
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa por conta própria conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso à informação ou dado.

## Outras dificuldades de navegabilidade e usabilidade

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre ocorrências em navegabilidade antes e depois da reformulação do Portal da Transparência Federal em 2018.

No início de 2019 o portal ficou desatualizados por alguns meses .....

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados no Portal da Transparência Federal resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente



No geral, os Portais da Transparência estaduais e municipais que a organização usa são qualitativamente inferiores ao Portal da Transparência Federal, considerando as dimensões desse questionário (disponibilidade, atualização, compreensão dos dados e navegabilidade no portal).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou nenhum portal de transparência estadual ou municipal)

#### Portal Brasileiro de Dados Abertos ([dados.gov.br](https://dados.gov.br))

A organização já extraiu dados do Portal Brasileiro de Dados Abertos? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse portal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

## Uso do Portal Brasileiro de Dados Abertos

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do Portal Brasileiro de Dados Abertos pela organização da sociedade civil ou movimento social:



### Frequência de uso

1    2    3    4    5

Raramente usamos na organização                        Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no portal
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa (autônoma) conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso à informação ou dado.

## Outras dificuldades

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Escassez de bases de dados abertos disponibilizadas ativamente
- Bases de dados abertos não disponibilizadas no prazo estabelecido, em conformidade com os cronogramas de abertura dos órgãos
- Não disponibilização das bases de dados abertos, mesmo após solicitação
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre modificações nesse portal no decorrer do tempo.

.....

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados ativamente no Portal Brasileiro de Dados Abertos resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

Os governos estaduais e municipais e os outros poderes (que organização acessa) disponibilizam bem menos dados públicos em formato aberto que o governo federal, seja no Portal Brasileiro de Dados Abertos ou em outros portais.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca extraiu dados abertos de governos subnacionais ou de outros poderes)

### Pedidos de acesso à informação a órgãos do governo federal

A organização já fez pedido de acesso à informação através do e-SIC federal? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse canal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo/instável)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

## Uso do e-SIC federal

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do e-SIC federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:



### Frequência de uso

	1	2	3	4	5	
Raramente usamos na organização	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Usamos com muita frequência



### Satisfação com o acesso concedido

- Conseguiu acesso completo a tudo que pediu já com o pedido inicial, no prazo legal;
- Conseguiu acesso completo apenas após recorrer ou após o prazo legal;
- Não conseguiu acesso completo, apenas parcial;
- Negativa completa de acesso, mesmo sem ser hipótese legal de sigilo.

### Justificativas dos órgãos para negativas de acesso (se aplicável)

- Não recebeu nenhuma justificativa
- Trabalho adicional de análise, interpretação ou consolidação
- Pedido genérico
- Órgão incompetente (sem reencaminhar o seu pedido)
- Pandemia
- Dados pessoais
- Sigilo legal
- Interpretação extensiva do órgão sobre o sigilo
- Inexistência dos documentos digitalizados e necessidade de consultar arquivos físicos pessoalmente
- Outro: .....

## Compreensão das respostas ou dados enviados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada na resposta e nem as informações enviadas;
- Teve alguma dificuldade, mas com alguma pesquisa (autônoma) conseguiu entender;
- Não conseguiu compreender e precisou solicitar esclarecimentos em recurso ou nova solicitação de acesso;
- Não conseguiu compreender e desistiu do acesso à informação.

## Dificuldades técnicas com o e-SIC federal

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Sistema fora do ar, lento ou instável;
- Respostas fora do prazo legal;
- Obscuridade nas competências dos órgãos e dificuldade para saber a quem encaminhar o pedido;
- Arquivos anexos corrompidos/desconfigurados/inúteis;
- Arquivo em formato não aberto, não legível por máquina;
- Indisponibilidade de arquivos digitais;
- Não sistematização de dados pelo órgão;
- Necessidade de dados gerais de órgãos com competências centrais e foi aconselhado a procurar cada órgão individualmente, o que inviabilizou o acesso pela grande quantidade de órgãos ou volume de dados.

### Outros problemas que dificultaram ou desestimularam o acesso

- Exigências excessivas de dados pessoais;
- Cobrança de taxas de reprodução;
- Não divulgação de lista de documentos classificados como sigilosos pelo órgão federal;
- Influência do perfil do solicitante na resposta ao pedido (antes da possibilidade de pedidos anônimos no e-SIC federal);
- Falta de capacitação técnica dos servidores para responder as solicitações;
- Outro: .....

Os sistemas eletrônicos de solicitação de acesso à informação de governos estaduais e municipais que a organização usa são qualitativamente inferiores ao e-SIC federal, considerando as dimensões desse questionário (satisfação com o acesso, justificativas para negativas, compreensão e dificuldades técnicas).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou sistemas de acesso de governos subnacionais)

Ouvidorias federais ([ouvidorias.gov.br](https://ouvidorias.gov.br))

A organização já usou o sistema eletrônico de ouvidorias do governo federal? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse canal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não acredita que seja um canal efetivo
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

## Sistema federal de Ouvidorias

Nas questões desta seção responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso de ouvidorias federais pela organização da sociedade civil ou movimento social:



### Frequência de uso

	1	2	3	4	5	
Raramente usamos na organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Usamos com muita frequência

## Motivos do seu uso

- Denúncia
- Reclamação
- Elogio
- Solicitação de serviço público
- Pedido de desburocratização
- Sugestão
- Pedido de acesso à informação

## Efetividade/poder de influência

- As manifestações feitas pela ouvidoria frequentemente geraram resultados efetivos (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente efetivos (entre 30% e 60%);
- Raramente efetivos (menos 1% a 29%);
- Nunca são efetivos.

## Devolutiva

- Nunca recebe satisfação das manifestações enviadas;
- Recebe respostas, mas raramente são satisfatórias ou completas;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias e completas.

## Dificuldades técnicas

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Sistema fora do ar, lento ou instável;
- Retorno intempestivo ou demorado acerca da manifestação;
- Falta de capacitação técnica dos servidores para fornecer as respostas;
- Outro: .....

Considerando as dimensões do questionário, os sistemas de ouvidorias locais (governos estaduais e municipais que a organização usa) são qualitativamente inferiores ao sistema federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou ouvidorias locais)

## Outras considerações da organização sobre transparência no governo federal

---

### Participação em políticas públicas

Até então, as perguntas eram sobre o uso de ferramentas de transparência do governo federal pela instituição. A partir daqui, responda com base na percepção e opinião institucionais sobre o uso de ferramentas de participação pelo governo na construção de políticas públicas.

A organização já usou as plataformas Dialoga Brasil ([dialoga.gov.br](http://dialoga.gov.br)) e/ou Participa Brasil ([participa.br](http://participa.br)) do governo federal? \*

- Sim (ambas)
- Sim (apenas a Participa Brasil)
- Sim (apenas a Dialoga Brasil)
- Não (nenhuma delas)



Se a resposta foi sim apenas para uma delas ou não, qual motivo?

- Não conhece essa(s) plataforma(s)
- Não precisa usá-la(s) para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-la(s) - complexa(s)
- Não a(s) considera ferramenta(s) efetiva(s) de participação
- Não se aplica (respondeu sim para ambas no item anterior)
- Outro: .....

## Plataformas Dialoga Brasil e Participa Br

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso das Plataformas Dialoga Brasil e Participa Br (espaços de participação digital) na construção de políticas públicas pelo governo federal



Frequência de uso de alguma das plataformas pelo governo para a construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Ações ativas de engajamento nas Plataformas (organização procura participar):

	1	2	3	4	5	
Raramente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Com muita frequência

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento em espaços de participação digital é qualitativamente pior do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou espaços de participação digital de governos locais)

### Consultas públicas na construção de políticas públicas federais

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso de consultas públicas na construção de políticas públicas pelo governo federal

Frequência de uso de consultas públicas pelo governo no para construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Convites para participar (iniciativa do governo federal, por qualquer meio):

- Organização nunca foi convidada pelo governo para participar de consulta pública;
- Raramente é convidado (1% a 29% das vezes em que há uma consulta);
- Ocasionalmente é convidado (30% a 60%);
- Frequentemente é convidado (mais de 60% das vezes).

### Ações ativas de engajamento em consultas (organização procura participar):

- Frequentemente procura participar (mais de 60% das vezes);
- Ocasionalmente (30%-60%);
- Raramente (até 29%);
- Nunca

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento a consultas públicas é qualitativamente melhor do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

### Audiências públicas na construção de políticas públicas federais

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso de audiências públicas na construção de políticas públicas pelo governo federal

### Frequência de uso de audiências públicas pelo governo para construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Convites para participar (iniciativa do governo federal, por qualquer meio):

- Organização nunca foi convidada pelo governo para participar de audiência pública;
- Raramente é convidado (1% a 29% das vezes em que há uma audiência);
- Ocasionalmente é convidado (30% a 60%);
- Frequentemente é convidado (mais de 60% das vezes).

### Ações ativas de engajamento em audiências (organização procura participar):

- Frequentemente procura participar (mais de 60% das vezes);
- Ocasionalmente (30%-60%);
- Raramente (até 29%);
- Nunca

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento a audiências públicas é qualitativamente melhor do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente



## Outras considerações da organização sobre participação no governo federal

---

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

# Questionário transparência e participação no Governo Federal

Esse questionário tem como objetivo coletar as percepções no uso de ferramentas de transparência e participação governamentais pelas organizações da sociedade civil e movimentos sociais organizados, sendo garantidas a confidencialidade, sigilo e anonimato dos participantes. A partir dos resultados, compreender a efetividade desses instrumentos, detectar eventuais deficiências e apontar soluções.

Os resultados serão divulgados na tese de doutorado da pesquisadora responsável pela sua elaboração, Caroline Maciel.

A sua participação é uma etapa muito importante para o diagnóstico e sistematização das dificuldades enfrentadas por usuários qualificados, identificação dos avanços e de sugestões para melhorias. Se possível, responda todas as questões.

Endereço de e-mail \*

Para evitar o uso de robots neste questionário, responda: qual das imagens abaixo é um prato de sobremesa? \*



1



2



3



4

## Dados

Nome da instituição que representa \*

[REDACTED]

## Principal área de atuação institucional \*

- Transparência e Integridade
- Direitos Humanos/Direitos fundamentais
- Socioambiental
- Nova economia
- Saúde
- Educação
- Outro: .....

## Estou apto(a) a responder em nome da organização que represento? \*

- Sim

## Nome completo do responsável pelo preenchimento \*

.....

## Vínculo/cargo institucional \*

Diretora Nacional  
.....

## Anos que está na instituição \*

- Até 1 ano
- Mais de 1 ano até 5 anos
- Mais de 5 anos

## Última escolaridade do respondente \*

- Ensino superior
- Especialização
- Mestrado
- Doutorado
- Outro: .....

## Concordo com o Termo de Consentimento Livre e Informado abaixo \*

Declaro, por meio deste termo, que concordei voluntariamente em responder esse questionário, que busca coletar as percepções de usuários qualificados no uso de ferramentas de transparência e participação governamentais, desenvolvido pela pesquisadora Caroline Stéphanie Francis dos Santos Maciel. Fui informado(a) que a pesquisa é desenvolvida para fins estritamente acadêmicos em sede de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Direito na Universidade Federal de Minas Gerais, sob orientação da Profa. Fabiana de Menezes Soares, vinculada ao Observatório para a Qualidade da Lei e em parceria com a Dado Capital e a Rede de Advocacy Colaborativo. Afirmando que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou outros benefícios, nem ter qualquer ônus ou risco à saúde e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui também informado(a) que não será divulgado meu nome e nem outro dado de contato que permita a minha identificação pessoal, em conformidade com as normas éticas do Comitê de Ética da UFMG (art. 1º, § único, I, V e VII da Resolução 510/2016). Informaram, ainda, que apenas os dados institucionais e resultados das respostas ao questionário serão divulgados no relatório da pesquisa, garantidas a confidencialidade, sigilo e anonimato dos participantes. Por fim, fui informado(a) de que posso me retirar dessa pesquisa de opinião a qualquer momento, sem sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos. Ao selecionar "sim" nesta caixa, concordo com todas as especificações acima deste Termo de Consentimento Livre e Informado.

Sim

Autorizo a divulgação dos dados institucionais e respostas às perguntas do questionário para a realização dos objetivos dessa pesquisa \*

Sim

## Orientações gerais

Nas questões fechadas, escolha a melhor resposta dentre as possíveis, que representa melhor a realidade no uso geral dessas ferramentas pela organização (o que ocorreu na maioria das vezes).

Dê uma resposta com base na realidade da sua instituição e não apenas na sua experiência pessoal.

Nas questões abertas, aprofunde nas particularidades sobre o tópico. Quanto mais dados fornecer, tanto melhor para a pesquisa e completo diagnóstico da situação.

Caso não saiba alguma(s) da(s) resposta(s), por você não utilizar o canal/desconhecê-lo, veja se é possível obtê-la(s) junto à organização que representa; caso contrário, marque que a organização não usa.



### Sites oficiais do governo federal ([gov.br](http://gov.br) e derivados)

A organização já extraiu dados ou informações de algum site oficial do governo federal?

\*

- Sim
- Não

### Uso de sites oficiais do governo federal ([gov.br](http://gov.br) e derivados)

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso dos sites oficiais do governo federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:





### Frequência de uso

1    2    3    4    5

Raramente usamos na organização                        Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no site
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa por conta própria conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso

## Outras dificuldades de navegabilidade e usabilidade

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Mudanças de domínio e/ou links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre ocorrências em navegabilidade antes e depois da mudança dos domínios, com a unificação dos endereços eletrônicos do governo federal em 2019 (portal único [gov.br](http://gov.br)).

Esclareço que as dificuldades - assim como as facilidades- variaram de caso para caso e de tempos em tempos, ou seja, como pede o questionário, respondo pela maior frequência entre as opções disponíveis, mas há significativa variação na disponibilidade dos dados públicos.

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados ativamente nos sites oficiais do governo federal resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

Os sites oficiais de governos estaduais e municipais que a organização acessa são qualitativamente inferiores aos sites do governo federal, considerando as dimensões desse questionário (disponibilidade, atualização, compreensão dos dados e navegabilidade no site).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou sites oficiais de governos estaduais/municipais)

Portal da Transparência Federal ([portaldatransparencia.gov.br](http://portaldatransparencia.gov.br))

A organização já extraiu dados ou informações do Portal da Transparência federal? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse portal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

### Uso do Portal da Transparência Federal

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do Portal da Transparência Federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:



### Frequência de uso

1 2 3 4 5

Raramente usamos na organização

Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no portal
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa por conta própria conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso à informação ou dado.

## Outras dificuldades de navegabilidade e usabilidade

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre ocorrências em navegabilidade antes e depois da reformulação do Portal da Transparência Federal em 2018.

.....

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados no Portal da Transparência Federal resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente



No geral, os Portais da Transparência estaduais e municipais que a organização usa são qualitativamente inferiores ao Portal da Transparência Federal, considerando as dimensões desse questionário (disponibilidade, atualização, compreensão dos dados e navegabilidade no portal).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou nenhum portal de transparência estadual ou municipal)

#### Portal Brasileiro de Dados Abertos ([dados.gov.br](https://dados.gov.br))

A organização já extraiu dados do Portal Brasileiro de Dados Abertos? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse portal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

## Uso do Portal Brasileiro de Dados Abertos

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do Portal Brasileiro de Dados Abertos pela organização da sociedade civil ou movimento social:



Frequência de uso

	1	2	3	4	5	
Raramente usamos na organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no portal
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa (autônoma) conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso à informação ou dado.

## Outras dificuldades

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Escassez de bases de dados abertos disponibilizadas ativamente
- Bases de dados abertos não disponibilizadas no prazo estabelecido, em conformidade com os cronogramas de abertura dos órgãos
- Não disponibilização das bases de dados abertos, mesmo após solicitação
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre modificações nesse portal no decorrer do tempo.

.....

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados ativamente no Portal Brasileiro de Dados Abertos resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

Os governos estaduais e municipais e os outros poderes (que organização acessa) disponibilizam bem menos dados públicos em formato aberto que o governo federal, seja no Portal Brasileiro de Dados Abertos ou em outros portais.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca extraiu dados abertos de governos subnacionais ou de outros poderes)

### Pedidos de acesso à informação a órgãos do governo federal

A organização já fez pedido de acesso à informação através do e-SIC federal? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse canal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo/instável)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

### Uso do e-SIC federal

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do e-SIC federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:



Frequência de uso

	1	2	3	4	5	
Raramente usamos na organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Usamos com muita frequência



### Satisfação com o acesso concedido

- Conseguiu acesso completo a tudo que pediu já com o pedido inicial, no prazo legal;
- Conseguiu acesso completo apenas após recorrer ou após o prazo legal;
- Não conseguiu acesso completo, apenas parcial;
- Negativa completa de acesso, mesmo sem ser hipótese legal de sigilo.

### Justificativas dos órgãos para negativas de acesso (se aplicável)

- Não recebeu nenhuma justificativa
- Trabalho adicional de análise, interpretação ou consolidação
- Pedido genérico
- Órgão incompetente (sem reencaminhar o seu pedido)
- Pandemia
- Dados pessoais
- Sigilo legal
- Interpretação extensiva do órgão sobre o sigilo
- Inexistência dos documentos digitalizados e necessidade de consultar arquivos físicos pessoalmente
- Outro: .....

## Compreensão das respostas ou dados enviados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada na resposta e nem as informações enviadas;
- Teve alguma dificuldade, mas com alguma pesquisa (autônoma) conseguiu entender;
- Não conseguiu compreender e precisou solicitar esclarecimentos em recurso ou nova solicitação de acesso;
- Não conseguiu compreender e desistiu do acesso à informação.

## Dificuldades técnicas com o e-SIC federal

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Sistema fora do ar, lento ou instável;
- Respostas fora do prazo legal;
- Obscuridade nas competências dos órgãos e dificuldade para saber a quem encaminhar o pedido;
- Arquivos anexos corrompidos/desconfigurados/inúteis;
- Arquivo em formato não aberto, não legível por máquina;
- Indisponibilidade de arquivos digitais;
- Não sistematização de dados pelo órgão;
- Necessidade de dados gerais de órgãos com competências centrais e foi aconselhado a procurar cada órgão individualmente, o que inviabilizou o acesso pela grande quantidade de órgãos ou volume de dados.

### Outros problemas que dificultaram ou desestimularam o acesso

- Exigências excessivas de dados pessoais;
- Cobrança de taxas de reprodução;
- Não divulgação de lista de documentos classificados como sigilosos pelo órgão federal;
- Influência do perfil do solicitante na resposta ao pedido (antes da possibilidade de pedidos anônimos no e-SIC federal);
- Falta de capacitação técnica dos servidores para responder as solicitações;
- Outro: .....

Os sistemas eletrônicos de solicitação de acesso à informação de governos estaduais e municipais que a organização usa são qualitativamente inferiores ao e-SIC federal, considerando as dimensões desse questionário (satisfação com o acesso, justificativas para negativas, compreensão e dificuldades técnicas).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou sistemas de acesso de governos subnacionais)

Ouvidorias federais ([ouvidorias.gov.br](https://ouvidorias.gov.br))

A organização já usou o sistema eletrônico de ouvidorias do governo federal? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse canal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não acredita que seja um canal efetivo
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

## Sistema federal de Ouvidorias

Nas questões desta seção responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso de ouvidorias federais pela organização da sociedade civil ou movimento social:



### Frequência de uso

1    2    3    4    5

Raramente usamos na organização                   Usamos com muita frequência

## Motivos do seu uso

- Denúncia
- Reclamação
- Elogio
- Solicitação de serviço público
- Pedido de desburocratização
- Sugestão
- Pedido de acesso à informação

## Efetividade/poder de influência

- As manifestações feitas pela ouvidoria frequentemente geraram resultados efetivos (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente efetivos (entre 30% e 60%);
- Raramente efetivos (menos 1% a 29%);
- Nunca são efetivos.

## Devolutiva

- Nunca recebe satisfação das manifestações enviadas;
- Recebe respostas, mas raramente são satisfatórias ou completas;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias e completas.

## Dificuldades técnicas

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Sistema fora do ar, lento ou instável;
- Retorno intempestivo ou demorado acerca da manifestação;
- Falta de capacitação técnica dos servidores para fornecer as respostas;
- Outro: .....

Considerando as dimensões do questionário, os sistemas de ouvidorias locais (governos estaduais e municipais que a organização usa) são qualitativamente inferiores ao sistema federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou ouvidorias locais)

## Outras considerações da organização sobre transparência no governo federal

---

### Participação em políticas públicas

Até então, as perguntas eram sobre o uso de ferramentas de transparência do governo federal pela instituição. A partir daqui, responda com base na percepção e opinião institucionais sobre o uso de ferramentas de participação pelo governo na construção de políticas públicas.

A organização já usou as plataformas Dialoga Brasil ([dialoga.gov.br](http://dialoga.gov.br)) e/ou Participa Brasil ([participa.br](http://participa.br)) do governo federal? \*

- Sim (ambas)
- Sim (apenas a Participa Brasil)
- Sim (apenas a Dialoga Brasil)
- Não (nenhuma delas)



Se a resposta foi sim apenas para uma delas ou não, qual motivo?

- Não conhece essa(s) plataforma(s)
- Não precisa usá-la(s) para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-la(s) - complexa(s)
- Não a(s) considera ferramenta(s) efetiva(s) de participação
- Não se aplica (respondeu sim para ambas no item anterior)
- Outro: .....

## Plataformas Dialoga Brasil e Participa Br

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso das Plataformas Dialoga Brasil e Participa Br (espaços de participação digital) na construção de políticas públicas pelo governo federal



Frequência de uso de alguma das plataformas pelo governo para a construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Ações ativas de engajamento nas Plataformas (organização procura participar):

	1	2	3	4	5	
Raramente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Com muita frequência

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento em espaços de participação digital é qualitativamente pior do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou espaços de participação digital de governos locais)

### Consultas públicas na construção de políticas públicas federais

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso de consultas públicas na construção de políticas públicas pelo governo federal

Frequência de uso de consultas públicas pelo governo no para construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Convites para participar (iniciativa do governo federal, por qualquer meio):

- Organização nunca foi convidada pelo governo para participar de consulta pública;
- Raramente é convidado (1% a 29% das vezes em que há uma consulta);
- Ocasionalmente é convidado (30% a 60%);
- Frequentemente é convidado (mais de 60% das vezes).

### Ações ativas de engajamento em consultas (organização procura participar):

- Frequentemente procura participar (mais de 60% das vezes);
- Ocasionalmente (30%-60%);
- Raramente (até 29%);
- Nunca

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento a consultas públicas é qualitativamente melhor do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

### Audiências públicas na construção de políticas públicas federais

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso de audiências públicas na construção de políticas públicas pelo governo federal

### Frequência de uso de audiências públicas pelo governo para construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

Convites para participar (iniciativa do governo federal, por qualquer meio):

- Organização nunca foi convidada pelo governo para participar de audiência pública;
- Raramente é convidado (1% a 29% das vezes em que há uma audiência);
- Ocasionalmente é convidado (30% a 60%);
- Frequentemente é convidado (mais de 60% das vezes).

Ações ativas de engajamento em audiências (organização procura participar):

- Frequentemente procura participar (mais de 60% das vezes);
- Ocasionalmente (30%-60%);
- Raramente (até 29%);
- Nunca

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento a audiências públicas é qualitativamente melhor do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente



## Outras considerações da organização sobre participação no governo federal

As respostas dadas nessa sessão referem-se ao Governo atual, ou seja datam de 1 ano e meio, quando realmente não tomamos conhecimento de nenhum processo participativo de tomada de decisões de interesse público.

---

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

# Questionário transparência e participação no Governo Federal

Esse questionário tem como objetivo coletar as percepções no uso de ferramentas de transparência e participação governamentais pelas organizações da sociedade civil e movimentos sociais organizados, sendo garantidas a confidencialidade, sigilo e anonimato dos participantes. A partir dos resultados, compreender a efetividade desses instrumentos, detectar eventuais deficiências e apontar soluções.

Os resultados serão divulgados na tese de doutorado da pesquisadora responsável pela sua elaboração, Caroline Maciel.

A sua participação é uma etapa muito importante para o diagnóstico e sistematização das dificuldades enfrentadas por usuários qualificados, identificação dos avanços e de sugestões para melhorias. Se possível, responda todas as questões.

Endereço de e-mail \*

 .....

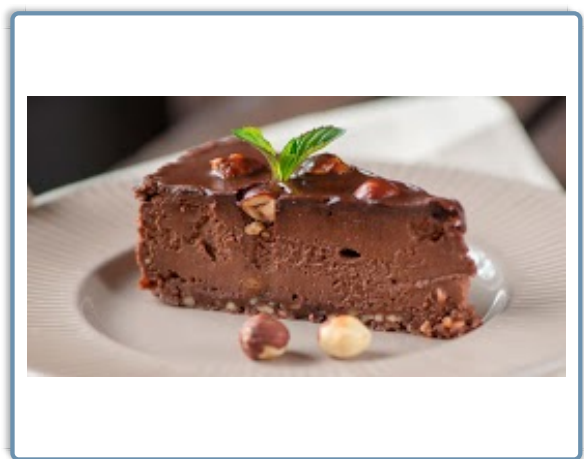
Para evitar o uso de robots neste questionário, responda: qual das imagens abaixo é um prato de sobremesa? \*



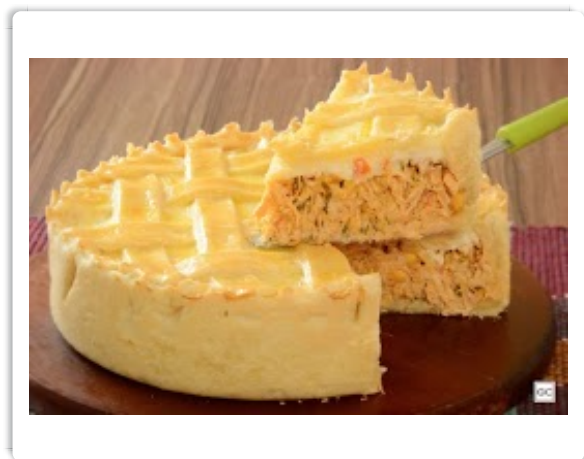
1



2



3



4

## Dados

Nome da instituição que representa \*

[REDACTED]

## Principal área de atuação institucional \*

- Transparência e Integridade
- Direitos Humanos/Direitos fundamentais
- Socioambiental
- Nova economia
- Saúde
- Educação
- Outro: .....

## Estou apto(a) a responder em nome da organização que represento? \*

- Sim

## Nome completo do responsável pelo preenchimento \*

.....

## Vínculo/cargo institucional \*

Assessor de Economia Política  
.....

## Anos que está na instituição \*

- Até 1 ano
- Mais de 1 ano até 5 anos
- Mais de 5 anos

## Última escolaridade do respondente \*

- Ensino superior
- Especialização
- Mestrado
- Doutorado
- Outro: .....

## Concordo com o Termo de Consentimento Livre e Informado abaixo \*

Declaro, por meio deste termo, que concordei voluntariamente em responder esse questionário, que busca coletar as percepções de usuários qualificados no uso de ferramentas de transparência e participação governamentais, desenvolvido pela pesquisadora Caroline Stéphanie Francis dos Santos Maciel. Fui informado(a) que a pesquisa é desenvolvida para fins estritamente acadêmicos em sede de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Direito na Universidade Federal de Minas Gerais, sob orientação da Profa. Fabiana de Menezes Soares, vinculada ao Observatório para a Qualidade da Lei e em parceria com a Dado Capital e a Rede de Advocacy Colaborativo. Afirmando que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou outros benefícios, nem ter qualquer ônus ou risco à saúde e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui também informado(a) que não será divulgado meu nome e nem outro dado de contato que permita a minha identificação pessoal, em conformidade com as normas éticas do Comitê de Ética da UFMG (art. 1º, § único, I, V e VII da Resolução 510/2016). Informaram, ainda, que apenas os dados institucionais e resultados das respostas ao questionário serão divulgados no relatório da pesquisa, garantidas a confidencialidade, sigilo e anonimato dos participantes. Por fim, fui informado(a) de que posso me retirar dessa pesquisa de opinião a qualquer momento, sem sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos. Ao selecionar "sim" nesta caixa, concordo com todas as especificações acima deste Termo de Consentimento Livre e Informado.

Sim

Autorizo a divulgação dos dados institucionais e respostas às perguntas do questionário para a realização dos objetivos dessa pesquisa \*

Sim

## Orientações gerais

Nas questões fechadas, escolha a melhor resposta dentre as possíveis, que representa melhor a realidade no uso geral dessas ferramentas pela organização (o que ocorreu na maioria das vezes).

Dê uma resposta com base na realidade da sua instituição e não apenas na sua experiência pessoal.

Nas questões abertas, aprofunde nas particularidades sobre o tópico. Quanto mais dados fornecer, tanto melhor para a pesquisa e completo diagnóstico da situação.

Caso não saiba alguma(s) da(s) resposta(s), por você não utilizar o canal/desconhecê-lo, veja se é possível obtê-la(s) junto à organização que representa; caso contrário, marque que a organização não usa.



### Sites oficiais do governo federal ([gov.br](http://gov.br) e derivados)

A organização já extraiu dados ou informações de algum site oficial do governo federal?

\*

- Sim
- Não

### Uso de sites oficiais do governo federal ([gov.br](http://gov.br) e derivados)

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso dos sites oficiais do governo federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:





### Frequência de uso

1    2    3    4    5

Raramente usamos na organização                        Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no site
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa por conta própria conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso

## Outras dificuldades de navegabilidade e usabilidade

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Mudanças de domínio e/ou links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre ocorrências em navegabilidade antes e depois da mudança dos domínios, com a unificação dos endereços eletrônicos do governo federal em 2019 (portal único [gov.br](http://gov.br)).

Redução de períodos considerados em séries históricas disponibilizada nos sites. É necessário encontrar os dados brutos e recompor as séries históricas mais longas.  
.....

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados ativamente nos sites oficiais do governo federal resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

Os sites oficiais de governos estaduais e municipais que a organização acessa são qualitativamente inferiores ao sites do governo federal, considerando as dimensões desse questionário (disponibilidade, atualização, compreensão dos dados e navegabilidade no site).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou sites oficiais de governos estaduais/municipais)

Portal da Transparência Federal ([portaldatransparencia.gov.br](http://portaldatransparencia.gov.br))

A organização já extraiu dados ou informações do Portal da Transparência federal? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse portal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

### Uso do Portal da Transparência Federal

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do Portal da Transparência Federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:



### Frequência de uso

1 2 3 4 5

Raramente usamos na organização

Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no portal
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa por conta própria conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso à informação ou dado.

## Outras dificuldades de navegabilidade e usabilidade

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre ocorrências em navegabilidade antes e depois da reformulação do Portal da Transparência Federal em 2018.

Houve uma simplificação com redução de informações dispostas no site. No entanto, se o usuário buscar mais a fundo, consegue encontrar as informações acumuladas. Daí deve fazer sua própria mineração dos dados para construir sua síntese.

.....



A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados no Portal da Transparência Federal resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

No geral, os Portais da Transparência estaduais e municipais que a organização usa são qualitativamente inferiores ao Portal da Transparência Federal, considerando as dimensões desse questionário (disponibilidade, atualização, compreensão dos dados e navegabilidade no portal).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou nenhum portal de transparência estadual ou municipal)

#### Portal Brasileiro de Dados Abertos ([dados.gov.br](https://dados.gov.br))

A organização já extraiu dados do Portal Brasileiro de Dados Abertos? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse portal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

## Uso do Portal Brasileiro de Dados Abertos

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do Portal Brasileiro de Dados Abertos pela organização da sociedade civil ou movimento social:



Frequência de uso

1    2    3    4    5

Raramente usamos na organização                   Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no portal
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa (autônoma) conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso à informação ou dado.

## Outras dificuldades

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Escassez de bases de dados abertos disponibilizadas ativamente
- Bases de dados abertos não disponibilizadas no prazo estabelecido, em conformidade com os cronogramas de abertura dos órgãos
- Não disponibilização das bases de dados abertos, mesmo após solicitação
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre modificações nesse portal no decorrer do tempo.

.....

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados ativamente no Portal Brasileiro de Dados Abertos resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

Os governos estaduais e municipais e os outros poderes (que organização acessa) disponibilizam bem menos dados públicos em formato aberto que o governo federal, seja no Portal Brasileiro de Dados Abertos ou em outros portais.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca extraiu dados abertos de governos subnacionais ou de outros poderes)

### Pedidos de acesso à informação a órgãos do governo federal

A organização já fez pedido de acesso à informação através do e-SIC federal? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse canal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo/instável)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

### Uso do e-SIC federal

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do e-SIC federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:



Frequência de uso

	1	2	3	4	5	
Raramente usamos na organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Usamos com muita frequência



### Satisfação com o acesso concedido

- Conseguiu acesso completo a tudo que pediu já com o pedido inicial, no prazo legal;
- Conseguiu acesso completo apenas após recorrer ou após o prazo legal;
- Não conseguiu acesso completo, apenas parcial;
- Negativa completa de acesso, mesmo sem ser hipótese legal de sigilo.

### Justificativas dos órgãos para negativas de acesso (se aplicável)

- Não recebeu nenhuma justificativa
- Trabalho adicional de análise, interpretação ou consolidação
- Pedido genérico
- Órgão incompetente (sem reencaminhar o seu pedido)
- Pandemia
- Dados pessoais
- Sigilo legal
- Interpretação extensiva do órgão sobre o sigilo
- Inexistência dos documentos digitalizados e necessidade de consultar arquivos físicos pessoalmente
- Outro: .....

## Compreensão das respostas ou dados enviados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada na resposta e nem as informações enviadas;
- Teve alguma dificuldade, mas com alguma pesquisa (autônoma) conseguiu entender;
- Não conseguiu compreender e precisou solicitar esclarecimentos em recurso ou nova solicitação de acesso;
- Não conseguiu compreender e desistiu do acesso à informação.

## Dificuldades técnicas com o e-SIC federal

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Sistema fora do ar, lento ou instável;
- Respostas fora do prazo legal;
- Obscuridade nas competências dos órgãos e dificuldade para saber a quem encaminhar o pedido;
- Arquivos anexos corrompidos/desconfigurados/inúteis;
- Arquivo em formato não aberto, não legível por máquina;
- Indisponibilidade de arquivos digitais;
- Não sistematização de dados pelo órgão;
- Necessidade de dados gerais de órgãos com competências centrais e foi aconselhado a procurar cada órgão individualmente, o que inviabilizou o acesso pela grande quantidade de órgãos ou volume de dados.

### Outros problemas que dificultaram ou desestimularam o acesso

- Exigências excessivas de dados pessoais;
- Cobrança de taxas de reprodução;
- Não divulgação de lista de documentos classificados como sigilosos pelo órgão federal;
- Influência do perfil do solicitante na resposta ao pedido (antes da possibilidade de pedidos anônimos no e-SIC federal);
- Falta de capacitação técnica dos servidores para responder as solicitações;
- Outro: .....

Os sistemas eletrônicos de solicitação de acesso à informação de governos estaduais e municipais que a organização usa são qualitativamente inferiores ao e-SIC federal, considerando as dimensões desse questionário (satisfação com o acesso, justificativas para negativas, compreensão e dificuldades técnicas).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou sistemas de acesso de governos subnacionais)

Ouvidorias federais ([ouvidorias.gov.br](https://ouvidorias.gov.br))

A organização já usou o sistema eletrônico de ouvidorias do governo federal? \*

Sim

Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

Não conhece esse canal

Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais

Não consegue usá-lo (complexo)

Não acredita que seja um canal efetivo

Não se aplica (respondeu sim no item anterior)

Outro: .....

## Sistema federal de Ouvidorias

Nas questões desta seção responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso de ouvidorias federais pela organização da sociedade civil ou movimento social:



### Frequência de uso

1    2    3    4    5

Raramente usamos na organização                        Usamos com muita frequência

## Motivos do seu uso

- Denúncia
- Reclamação
- Elogio
- Solicitação de serviço público
- Pedido de desburocratização
- Sugestão
- Pedido de acesso à informação

## Efetividade/poder de influência

- As manifestações feitas pela ouvidoria frequentemente geraram resultados efetivos (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente efetivos (entre 30% e 60%);
- Raramente efetivos (menos 1% a 29%);
- Nunca são efetivos.

### Devolutiva

- Nunca recebe satisfação das manifestações enviadas;
- Recebe respostas, mas raramente são satisfatórias ou completas;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias e completas.

### Dificuldades técnicas

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Sistema fora do ar, lento ou instável;
- Retorno intempestivo ou demorado acerca da manifestação;
- Falta de capacitação técnica dos servidores para fornecer as respostas;
- Outro: .....

Considerando as dimensões do questionário, os sistemas de ouvidorias locais (governos estaduais e municipais que a organização usa) são qualitativamente inferiores ao sistema federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou ouvidorias locais)

## Outras considerações da organização sobre transparência no governo federal

---

### Participação em políticas públicas

Até então, as perguntas eram sobre o uso de ferramentas de transparência do governo federal pela instituição. A partir daqui, responda com base na percepção e opinião institucionais sobre o uso de ferramentas de participação pelo governo na construção de políticas públicas.

A organização já usou as plataformas Dialoga Brasil ([dialoga.gov.br](http://dialoga.gov.br)) e/ou Participa Brasil ([participa.br](http://participa.br)) do governo federal? \*

- Sim (ambas)
- Sim (apenas a Participa Brasil)
- Sim (apenas a Dialoga Brasil)
- Não (nenhuma delas)



Se a resposta foi sim apenas para uma delas ou não, qual motivo?

- Não conhece essa(s) plataforma(s)
- Não precisa usá-la(s) para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-la(s) - complexa(s)
- Não a(s) considera ferramenta(s) efetiva(s) de participação
- Não se aplica (respondeu sim para ambas no item anterior)
- Outro: .....

## Plataformas Dialoga Brasil e Participa Br

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso das Plataformas Dialoga Brasil e Participa Br (espaços de participação digital) na construção de políticas públicas pelo governo federal



Frequência de uso de alguma das plataformas pelo governo para a construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Ações ativas de engajamento nas Plataformas (organização procura participar):

	1	2	3	4	5	
Raramente	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Com muita frequência

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento em espaços de participação digital é qualitativamente pior do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou espaços de participação digital de governos locais)

### Consultas públicas na construção de políticas públicas federais

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso de consultas públicas na construção de políticas públicas pelo governo federal

Frequência de uso de consultas públicas pelo governo no para construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Convites para participar (iniciativa do governo federal, por qualquer meio):

- Organização nunca foi convidada pelo governo para participar de consulta pública;
- Raramente é convidado (1% a 29% das vezes em que há uma consulta);
- Ocasionalmente é convidado (30% a 60%);
- Frequentemente é convidado (mais de 60% das vezes).

### Ações ativas de engajamento em consultas (organização procura participar):

- Frequentemente procura participar (mais de 60% das vezes);
- Ocasionalmente (30%-60%);
- Raramente (até 29%);
- Nunca

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento a consultas públicas é qualitativamente melhor do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

### Audiências públicas na construção de políticas públicas federais

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso de audiências públicas na construção de políticas públicas pelo governo federal

### Frequência de uso de audiências públicas pelo governo para construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Convites para participar (iniciativa do governo federal, por qualquer meio):

- Organização nunca foi convidada pelo governo para participar de audiência pública;
- Raramente é convidado (1% a 29% das vezes em que há uma audiência);
- Ocasionalmente é convidado (30% a 60%);
- Frequentemente é convidado (mais de 60% das vezes).

### Ações ativas de engajamento em audiências (organização procura participar):

- Frequentemente procura participar (mais de 60% das vezes);
- Ocasionalmente (30%-60%);
- Raramente (até 29%);
- Nunca

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento a audiências públicas é qualitativamente melhor do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente



## Outras considerações da organização sobre participação no governo federal

---

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

# Questionário transparência e participação no Governo Federal

Esse questionário tem como objetivo coletar as percepções no uso de ferramentas de transparência e participação governamentais pelas organizações da sociedade civil e movimentos sociais organizados, sendo garantidas a confidencialidade, sigilo e anonimato dos participantes. A partir dos resultados, compreender a efetividade desses instrumentos, detectar eventuais deficiências e apontar soluções.

Os resultados serão divulgados na tese de doutorado da pesquisadora responsável pela sua elaboração, Caroline Maciel.

A sua participação é uma etapa muito importante para o diagnóstico e sistematização das dificuldades enfrentadas por usuários qualificados, identificação dos avanços e de sugestões para melhorias. Se possível, responda todas as questões.

Endereço de e-mail \*

 .....

Para evitar o uso de robots neste questionário, responda: qual das imagens abaixo é um prato de sobremesa? \*



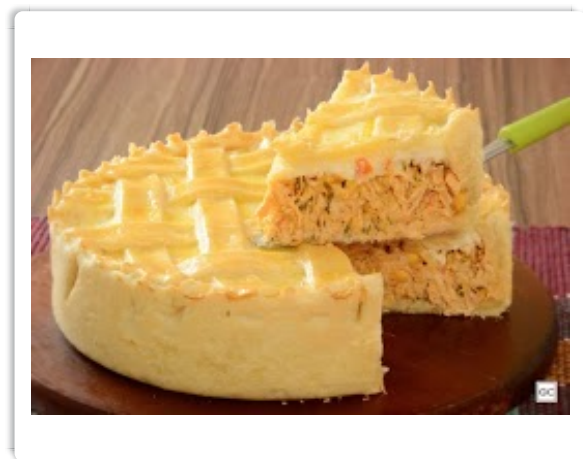
1



2



3



4

## Dados

Nome da instituição que representa \*

[REDACTED]

## Principal área de atuação institucional \*

- Transparência e Integridade
- Direitos Humanos/Direitos fundamentais
- Socioambiental
- Nova economia
- Saúde
- Educação
- Outro: .....

## Estou apto(a) a responder em nome da organização que represento? \*

- Sim

## Nome completo do responsável pelo preenchimento \*

.....

## Vínculo/cargo institucional \*

co-fundador e voluntário .....

## Anos que está na instituição \*

- Até 1 ano
- Mais de 1 ano até 5 anos
- Mais de 5 anos

## Última escolaridade do respondente \*

- Ensino superior
- Especialização
- Mestrado
- Doutorado
- Outro: .....

## Concordo com o Termo de Consentimento Livre e Informado abaixo \*

Declaro, por meio deste termo, que concordei voluntariamente em responder esse questionário, que busca coletar as percepções de usuários qualificados no uso de ferramentas de transparência e participação governamentais, desenvolvido pela pesquisadora Caroline Stéphanie Francis dos Santos Maciel. Fui informado(a) que a pesquisa é desenvolvida para fins estritamente acadêmicos em sede de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Direito na Universidade Federal de Minas Gerais, sob orientação da Profa. Fabiana de Menezes Soares, vinculada ao Observatório para a Qualidade da Lei e em parceria com a Dado Capital e a Rede de Advocacy Colaborativo. Afirmando que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou outros benefícios, nem ter qualquer ônus ou risco à saúde e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui também informado(a) que não será divulgado meu nome e nem outro dado de contato que permita a minha identificação pessoal, em conformidade com as normas éticas do Comitê de Ética da UFMG (art. 1º, § único, I, V e VII da Resolução 510/2016). Informaram, ainda, que apenas os dados institucionais e resultados das respostas ao questionário serão divulgados no relatório da pesquisa, garantidas a confidencialidade, sigilo e anonimato dos participantes. Por fim, fui informado(a) de que posso me retirar dessa pesquisa de opinião a qualquer momento, sem sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos. Ao selecionar "sim" nesta caixa, concordo com todas as especificações acima deste Termo de Consentimento Livre e Informado.

Sim

Autorizo a divulgação dos dados institucionais e respostas às perguntas do questionário para a realização dos objetivos dessa pesquisa \*

Sim

## Orientações gerais

Nas questões fechadas, escolha a melhor resposta dentre as possíveis, que representa melhor a realidade no uso geral dessas ferramentas pela organização (o que ocorreu na maioria das vezes).

Dê uma resposta com base na realidade da sua instituição e não apenas na sua experiência pessoal.

Nas questões abertas, aprofunde nas particularidades sobre o tópico. Quanto mais dados fornecer, tanto melhor para a pesquisa e completo diagnóstico da situação.

Caso não saiba alguma(s) da(s) resposta(s), por você não utilizar o canal/desconhecê-lo, veja se é possível obtê-la(s) junto à organização que representa; caso contrário, marque que a organização não usa.



### Sites oficiais do governo federal ([gov.br](http://gov.br) e derivados)

A organização já extraiu dados ou informações de algum site oficial do governo federal?

\*

- Sim
- Não

### Uso de sites oficiais do governo federal ([gov.br](http://gov.br) e derivados)

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso dos sites oficiais do governo federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:





### Frequência de uso

1      2      3      4      5

Raramente usamos na organização                     Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no site
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa por conta própria conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso

## Outras dificuldades de navegabilidade e usabilidade

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Mudanças de domínio e/ou links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre ocorrências em navegabilidade antes e depois da mudança dos domínios, com a unificação dos endereços eletrônicos do governo federal em 2019 (portal único [gov.br](http://gov.br)).

.....

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados ativamente nos sites oficiais do governo federal resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

Os sites oficiais de governos estaduais e municipais que a organização acessa são qualitativamente inferiores ao sites do governo federal, considerando as dimensões desse questionário (disponibilidade, atualização, compreensão dos dados e navegabilidade no site).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou sites oficiais de governos estaduais/municipais)

Portal da Transparência Federal ([portaldatransparencia.gov.br](http://portaldatransparencia.gov.br))

A organização já extraiu dados ou informações do Portal da Transparência federal? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse portal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

### Uso do Portal da Transparência Federal

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do Portal da Transparência Federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:



### Frequência de uso

1 2 3 4 5

Raramente usamos na  
organização

Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no portal
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa por conta própria conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso à informação ou dado.

## Outras dificuldades de navegabilidade e usabilidade

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre ocorrências em navegabilidade antes e depois da reformulação do Portal da Transparência Federal em 2018.

.....

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados no Portal da Transparência Federal resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente



No geral, os Portais da Transparência estaduais e municipais que a organização usa são qualitativamente inferiores ao Portal da Transparência Federal, considerando as dimensões desse questionário (disponibilidade, atualização, compreensão dos dados e navegabilidade no portal).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou nenhum portal de transparência estadual ou municipal)

#### Portal Brasileiro de Dados Abertos ([dados.gov.br](https://dados.gov.br))

A organização já extraiu dados do Portal Brasileiro de Dados Abertos? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse portal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

## Uso do Portal Brasileiro de Dados Abertos

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do Portal Brasileiro de Dados Abertos pela organização da sociedade civil ou movimento social:



Frequência de uso

	1	2	3	4	5	
Raramente usamos na organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no portal
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa (autônoma) conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso à informação ou dado.

## Outras dificuldades

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Escassez de bases de dados abertos disponibilizadas ativamente
- Bases de dados abertos não disponibilizadas no prazo estabelecido, em conformidade com os cronogramas de abertura dos órgãos
- Não disponibilização das bases de dados abertos, mesmo após solicitação
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre modificações nesse portal no decorrer do tempo.

.....

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados ativamente no Portal Brasileiro de Dados Abertos resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

Os governos estaduais e municipais e os outros poderes (que organização acessa) disponibilizam bem menos dados públicos em formato aberto que o governo federal, seja no Portal Brasileiro de Dados Abertos ou em outros portais.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca extraiu dados abertos de governos subnacionais ou de outros poderes)

### Pedidos de acesso à informação a órgãos do governo federal

A organização já fez pedido de acesso à informação através do e-SIC federal? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse canal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo/instável)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

## Uso do e-SIC federal

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do e-SIC federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:



Frequência de uso

	1	2	3	4	5	
Raramente usamos na organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Usamos com muita frequência



### Satisfação com o acesso concedido

- Conseguiu acesso completo a tudo que pediu já com o pedido inicial, no prazo legal;
- Conseguiu acesso completo apenas após recorrer ou após o prazo legal;
- Não conseguiu acesso completo, apenas parcial;
- Negativa completa de acesso, mesmo sem ser hipótese legal de sigilo.

### Justificativas dos órgãos para negativas de acesso (se aplicável)

- Não recebeu nenhuma justificativa
- Trabalho adicional de análise, interpretação ou consolidação
- Pedido genérico
- Órgão incompetente (sem reencaminhar o seu pedido)
- Pandemia
- Dados pessoais
- Sigilo legal
- Interpretação extensiva do órgão sobre o sigilo
- Inexistência dos documentos digitalizados e necessidade de consultar arquivos físicos pessoalmente
- Outro: .....

## Compreensão das respostas ou dados enviados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada na resposta e nem as informações enviadas;
- Teve alguma dificuldade, mas com alguma pesquisa (autônoma) conseguiu entender;
- Não conseguiu compreender e precisou solicitar esclarecimentos em recurso ou nova solicitação de acesso;
- Não conseguiu compreender e desistiu do acesso à informação.

## Dificuldades técnicas com o e-SIC federal

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Sistema fora do ar, lento ou instável;
- Respostas fora do prazo legal;
- Obscuridade nas competências dos órgãos e dificuldade para saber a quem encaminhar o pedido;
- Arquivos anexos corrompidos/desconfigurados/inúteis;
- Arquivo em formato não aberto, não legível por máquina;
- Indisponibilidade de arquivos digitais;
- Não sistematização de dados pelo órgão;
- Necessidade de dados gerais de órgãos com competências centrais e foi aconselhado a procurar cada órgão individualmente, o que inviabilizou o acesso pela grande quantidade de órgãos ou volume de dados.

### Outros problemas que dificultaram ou desestimularam o acesso

- Exigências excessivas de dados pessoais;
- Cobrança de taxas de reprodução;
- Não divulgação de lista de documentos classificados como sigilosos pelo órgão federal;
- Influência do perfil do solicitante na resposta ao pedido (antes da possibilidade de pedidos anônimos no e-SIC federal);
- Falta de capacitação técnica dos servidores para responder as solicitações;
- Outro: .....

Os sistemas eletrônicos de solicitação de acesso à informação de governos estaduais e municipais que a organização usa são qualitativamente inferiores ao e-SIC federal, considerando as dimensões desse questionário (satisfação com o acesso, justificativas para negativas, compreensão e dificuldades técnicas).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou sistemas de acesso de governos subnacionais)

Ouvidorias federais ([ouvidorias.gov.br](https://ouvidorias.gov.br))

A organização já usou o sistema eletrônico de ouvidorias do governo federal? \*

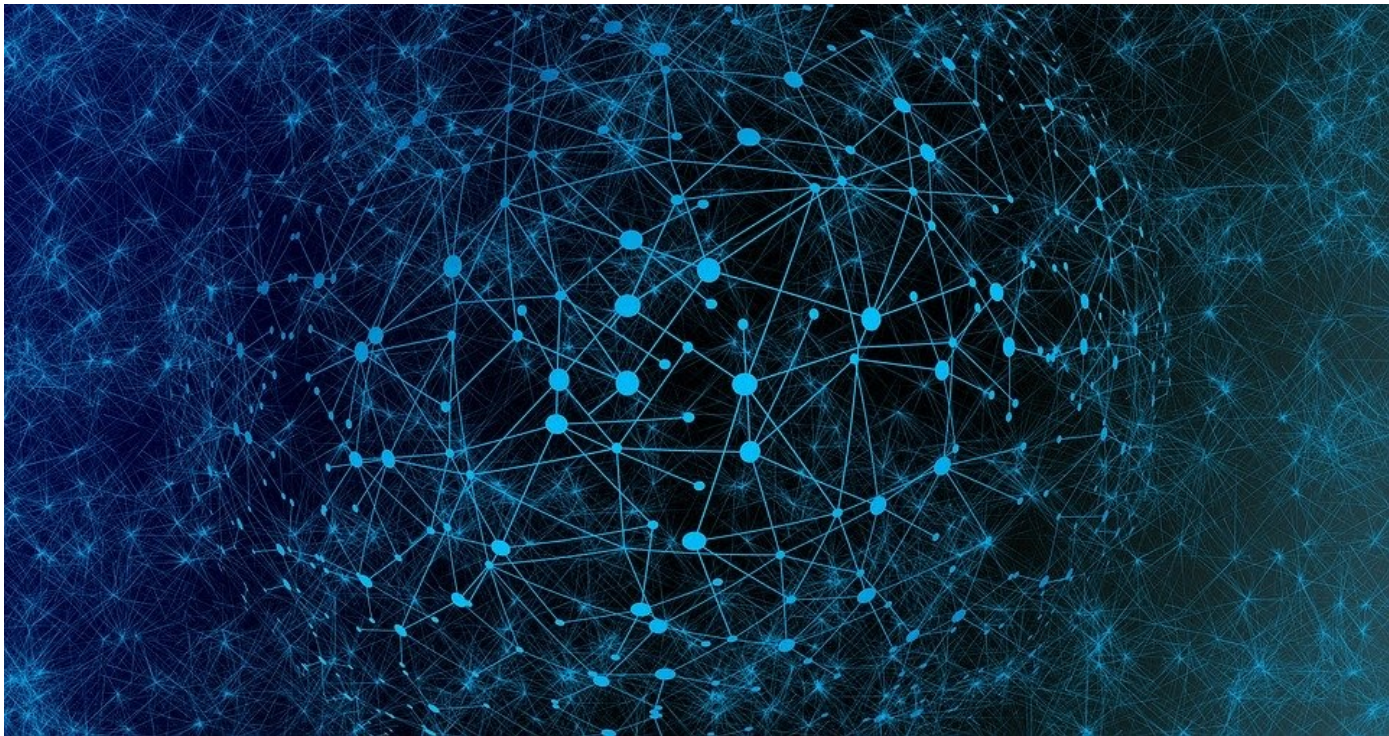
- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse canal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não acredita que seja um canal efetivo
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

## Sistema federal de Ouvidorias

Nas questões desta seção responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso de ouvidorias federais pela organização da sociedade civil ou movimento social:



### Frequência de uso

1    2    3    4    5

Raramente usamos na organização                   Usamos com muita frequência

## Motivos do seu uso

- Denúncia
- Reclamação
- Elogio
- Solicitação de serviço público
- Pedido de desburocratização
- Sugestão
- Pedido de acesso à informação

## Efetividade/poder de influência

- As manifestações feitas pela ouvidoria frequentemente geraram resultados efetivos (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente efetivos (entre 30% e 60%);
- Raramente efetivos (menos 1% a 29%);
- Nunca são efetivos.

## Devolutiva

- Nunca recebe satisfação das manifestações enviadas;
- Recebe respostas, mas raramente são satisfatórias ou completas;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias e completas.

## Dificuldades técnicas

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Sistema fora do ar, lento ou instável;
- Retorno intempestivo ou demorado acerca da manifestação;
- Falta de capacitação técnica dos servidores para fornecer as respostas;
- Outro: .....

Considerando as dimensões do questionário, os sistemas de ouvidorias locais (governos estaduais e municipais que a organização usa) são qualitativamente inferiores ao sistema federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou ouvidorias locais)

## Outras considerações da organização sobre transparência no governo federal

---

### Participação em políticas públicas

Até então, as perguntas eram sobre o uso de ferramentas de transparência do governo federal pela instituição. A partir daqui, responda com base na percepção e opinião institucionais sobre o uso de ferramentas de participação pelo governo na construção de políticas públicas.

A organização já usou as plataformas Dialoga Brasil ([dialoga.gov.br](http://dialoga.gov.br)) e/ou Participa Brasil ([participa.br](http://participa.br)) do governo federal? \*

- Sim (ambas)
- Sim (apenas a Participa Brasil)
- Sim (apenas a Dialoga Brasil)
- Não (nenhuma delas)



Se a resposta foi sim apenas para uma delas ou não, qual motivo?

- Não conhece essa(s) plataforma(s)
- Não precisa usá-la(s) para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-la(s) - complexa(s)
- Não a(s) considera ferramenta(s) efetiva(s) de participação
- Não se aplica (respondeu sim para ambas no item anterior)
- Outro: .....

## Plataformas Dialoga Brasil e Participa Br

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso das Plataformas Dialoga Brasil e Participa Br (espaços de participação digital) na construção de políticas públicas pelo governo federal



Frequência de uso de alguma das plataformas pelo governo para a construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Ações ativas de engajamento nas Plataformas (organização procura participar):

	1	2	3	4	5	
Raramente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Com muita frequência

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento em espaços de participação digital é qualitativamente pior do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou espaços de participação digital de governos locais)

### Consultas públicas na construção de políticas públicas federais

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso de consultas públicas na construção de políticas públicas pelo governo federal

Frequência de uso de consultas públicas pelo governo no para construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Convites para participar (iniciativa do governo federal, por qualquer meio):

- Organização nunca foi convidada pelo governo para participar de consulta pública;
- Raramente é convidado (1% a 29% das vezes em que há uma consulta);
- Ocasionalmente é convidado (30% a 60%);
- Frequentemente é convidado (mais de 60% das vezes).

### Ações ativas de engajamento em consultas (organização procura participar):

- Frequentemente procura participar (mais de 60% das vezes);
- Ocasionalmente (30%-60%);
- Raramente (até 29%);
- Nunca

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento a consultas públicas é qualitativamente melhor do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

### Audiências públicas na construção de políticas públicas federais

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso de audiências públicas na construção de políticas públicas pelo governo federal

### Frequência de uso de audiências públicas pelo governo para construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Convites para participar (iniciativa do governo federal, por qualquer meio):

- Organização nunca foi convidada pelo governo para participar de audiência pública;
- Raramente é convidado (1% a 29% das vezes em que há uma audiência);
- Ocasionalmente é convidado (30% a 60%);
- Frequentemente é convidado (mais de 60% das vezes).

### Ações ativas de engajamento em audiências (organização procura participar):

- Frequentemente procura participar (mais de 60% das vezes);
- Ocasionalmente (30%-60%);
- Raramente (até 29%);
- Nunca

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento a audiências públicas é qualitativamente melhor do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente



## Outras considerações da organização sobre participação no governo federal

---

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

# Questionário transparência e participação no Governo Federal

Esse questionário tem como objetivo coletar as percepções no uso de ferramentas de transparência e participação governamentais pelas organizações da sociedade civil e movimentos sociais organizados, sendo garantidas a confidencialidade, sigilo e anonimato dos participantes. A partir dos resultados, compreender a efetividade desses instrumentos, detectar eventuais deficiências e apontar soluções.

Os resultados serão divulgados na tese de doutorado da pesquisadora responsável pela sua elaboração, Caroline Maciel.

A sua participação é uma etapa muito importante para o diagnóstico e sistematização das dificuldades enfrentadas por usuários qualificados, identificação dos avanços e de sugestões para melhorias. Se possível, responda todas as questões.

Endereço de e-mail \*

Para evitar o uso de robots neste questionário, responda: qual das imagens abaixo é um prato de sobremesa? \*



1



2



3



4

## Dados

Nome da instituição que representa \*

[REDACTED]

## Principal área de atuação institucional \*

- Transparência e Integridade
- Direitos Humanos/Direitos fundamentais
- Socioambiental
- Nova economia
- Saúde
- Educação
- Outro: .....

## Estou apto(a) a responder em nome da organização que represento? \*

- Sim

## Nome completo do responsável pelo preenchimento \*

.....

## Vínculo/cargo institucional \*

CLT .....

## Anos que está na instituição \*

- Até 1 ano
- Mais de 1 ano até 5 anos
- Mais de 5 anos

## Última escolaridade do respondente \*

- Ensino superior
- Especialização
- Mestrado
- Doutorado
- Outro: .....

## Concordo com o Termo de Consentimento Livre e Informado abaixo \*

Declaro, por meio deste termo, que concordei voluntariamente em responder esse questionário, que busca coletar as percepções de usuários qualificados no uso de ferramentas de transparência e participação governamentais, desenvolvido pela pesquisadora Caroline Stéphanie Francis dos Santos Maciel. Fui informado(a) que a pesquisa é desenvolvida para fins estritamente acadêmicos em sede de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Direito na Universidade Federal de Minas Gerais, sob orientação da Profa. Fabiana de Menezes Soares, vinculada ao Observatório para a Qualidade da Lei e em parceria com a Dado Capital e a Rede de Advocacy Colaborativo. Afirmando que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou outros benefícios, nem ter qualquer ônus ou risco à saúde e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui também informado(a) que não será divulgado meu nome e nem outro dado de contato que permita a minha identificação pessoal, em conformidade com as normas éticas do Comitê de Ética da UFMG (art. 1º, § único, I, V e VII da Resolução 510/2016). Informaram, ainda, que apenas os dados institucionais e resultados das respostas ao questionário serão divulgados no relatório da pesquisa, garantidas a confidencialidade, sigilo e anonimato dos participantes. Por fim, fui informado(a) de que posso me retirar dessa pesquisa de opinião a qualquer momento, sem sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos. Ao selecionar "sim" nesta caixa, concordo com todas as especificações acima deste Termo de Consentimento Livre e Informado.

Sim

Autorizo a divulgação dos dados institucionais e respostas às perguntas do questionário para a realização dos objetivos dessa pesquisa \*

Sim

## Orientações gerais

Nas questões fechadas, escolha a melhor resposta dentre as possíveis, que representa melhor a realidade no uso geral dessas ferramentas pela organização (o que ocorreu na maioria das vezes).

Dê uma resposta com base na realidade da sua instituição e não apenas na sua experiência pessoal.

Nas questões abertas, aprofunde nas particularidades sobre o tópico. Quanto mais dados fornecer, tanto melhor para a pesquisa e completo diagnóstico da situação.

Caso não saiba alguma(s) da(s) resposta(s), por você não utilizar o canal/desconhecê-lo, veja se é possível obtê-la(s) junto à organização que representa; caso contrário, marque que a organização não usa.



### Sites oficiais do governo federal ([gov.br](http://gov.br) e derivados)

A organização já extraiu dados ou informações de algum site oficial do governo federal?

\*

- Sim
- Não

### Uso de sites oficiais do governo federal ([gov.br](http://gov.br) e derivados)

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso dos sites oficiais do governo federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:





### Frequência de uso

1    2    3    4    5

Raramente usamos na organização                        Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no site
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa por conta própria conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso

## Outras dificuldades de navegabilidade e usabilidade

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Mudanças de domínio e/ou links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre ocorrências em navegabilidade antes e depois da mudança dos domínios, com a unificação dos endereços eletrônicos do governo federal em 2019 (portal único [gov.br](http://gov.br)).

Com a nova formatação ficou mais fácil para encontrar o que precisamos. ....

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados ativamente nos sites oficiais do governo federal resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

Os sites oficiais de governos estaduais e municipais que a organização acessa são qualitativamente inferiores aos sites do governo federal, considerando as dimensões desse questionário (disponibilidade, atualização, compreensão dos dados e navegabilidade no site).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou sites oficiais de governos estaduais/municipais)

Portal da Transparência Federal ([portaldatransparencia.gov.br](http://portaldatransparencia.gov.br))

A organização já extraiu dados ou informações do Portal da Transparência federal? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse portal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

### Uso do Portal da Transparência Federal

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do Portal da Transparência Federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:



### Frequência de uso

1 2 3 4 5

Raramente usamos na organização

Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no portal
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa por conta própria conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso à informação ou dado.

## Outras dificuldades de navegabilidade e usabilidade

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre ocorrências em navegabilidade antes e depois da reformulação do Portal da Transparência Federal em 2018.

.....

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados no Portal da Transparência Federal resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente



No geral, os Portais da Transparência estaduais e municipais que a organização usa são qualitativamente inferiores ao Portal da Transparência Federal, considerando as dimensões desse questionário (disponibilidade, atualização, compreensão dos dados e navegabilidade no portal).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou nenhum portal de transparência estadual ou municipal)

#### Portal Brasileiro de Dados Abertos ([dados.gov.br](https://dados.gov.br))

A organização já extraiu dados do Portal Brasileiro de Dados Abertos? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse portal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

## Uso do Portal Brasileiro de Dados Abertos

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do Portal Brasileiro de Dados Abertos pela organização da sociedade civil ou movimento social:



Frequência de uso

	1	2	3	4	5	
Raramente usamos na organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no portal
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa (autônoma) conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso à informação ou dado.

## Outras dificuldades

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Escassez de bases de dados abertos disponibilizadas ativamente
- Bases de dados abertos não disponibilizadas no prazo estabelecido, em conformidade com os cronogramas de abertura dos órgãos
- Não disponibilização das bases de dados abertos, mesmo após solicitação
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre modificações nesse portal no decorrer do tempo.

.....

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados ativamente no Portal Brasileiro de Dados Abertos resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

Os governos estaduais e municipais e os outros poderes (que organização acessa) disponibilizam bem menos dados públicos em formato aberto que o governo federal, seja no Portal Brasileiro de Dados Abertos ou em outros portais.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca extraiu dados abertos de governos subnacionais ou de outros poderes)

### Pedidos de acesso à informação a órgãos do governo federal

A organização já fez pedido de acesso à informação através do e-SIC federal? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse canal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo/instável)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

## Uso do e-SIC federal

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do e-SIC federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:



Frequência de uso

	1	2	3	4	5	
Raramente usamos na organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Usamos com muita frequência



### Satisfação com o acesso concedido

- Conseguiu acesso completo a tudo que pediu já com o pedido inicial, no prazo legal;
- Conseguiu acesso completo apenas após recorrer ou após o prazo legal;
- Não conseguiu acesso completo, apenas parcial;
- Negativa completa de acesso, mesmo sem ser hipótese legal de sigilo.

### Justificativas dos órgãos para negativas de acesso (se aplicável)

- Não recebeu nenhuma justificativa
- Trabalho adicional de análise, interpretação ou consolidação
- Pedido genérico
- Órgão incompetente (sem reencaminhar o seu pedido)
- Pandemia
- Dados pessoais
- Sigilo legal
- Interpretação extensiva do órgão sobre o sigilo
- Inexistência dos documentos digitalizados e necessidade de consultar arquivos físicos pessoalmente
- Outro: .....

## Compreensão das respostas ou dados enviados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada na resposta e nem as informações enviadas;
- Teve alguma dificuldade, mas com alguma pesquisa (autônoma) conseguiu entender;
- Não conseguiu compreender e precisou solicitar esclarecimentos em recurso ou nova solicitação de acesso;
- Não conseguiu compreender e desistiu do acesso à informação.

## Dificuldades técnicas com o e-SIC federal

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Sistema fora do ar, lento ou instável;
- Respostas fora do prazo legal;
- Obscuridade nas competências dos órgãos e dificuldade para saber a quem encaminhar o pedido;
- Arquivos anexos corrompidos/desconfigurados/inúteis;
- Arquivo em formato não aberto, não legível por máquina;
- Indisponibilidade de arquivos digitais;
- Não sistematização de dados pelo órgão;
- Necessidade de dados gerais de órgãos com competências centrais e foi aconselhado a procurar cada órgão individualmente, o que inviabilizou o acesso pela grande quantidade de órgãos ou volume de dados.

### Outros problemas que dificultaram ou desestimularam o acesso

- Exigências excessivas de dados pessoais;
- Cobrança de taxas de reprodução;
- Não divulgação de lista de documentos classificados como sigilosos pelo órgão federal;
- Influência do perfil do solicitante na resposta ao pedido (antes da possibilidade de pedidos anônimos no e-SIC federal);
- Falta de capacitação técnica dos servidores para responder as solicitações;
- Outro: .....

Os sistemas eletrônicos de solicitação de acesso à informação de governos estaduais e municipais que a organização usa são qualitativamente inferiores ao e-SIC federal, considerando as dimensões desse questionário (satisfação com o acesso, justificativas para negativas, compreensão e dificuldades técnicas).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou sistemas de acesso de governos subnacionais)

Ouvidorias federais ([ouvidorias.gov.br](https://www.ouvidorias.gov.br))

A organização já usou o sistema eletrônico de ouvidorias do governo federal? \*

Sim

Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

Não conhece esse canal

Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais

Não consegue usá-lo (complexo)

Não acredita que seja um canal efetivo

Não se aplica (respondeu sim no item anterior)

Outro: .....

## Sistema federal de Ouvidorias

Nas questões desta seção responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso de ouvidorias federais pela organização da sociedade civil ou movimento social:



### Frequência de uso

	1	2	3	4	5	
Raramente usamos na organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Usamos com muita frequência

## Motivos do seu uso

- Denúncia
- Reclamação
- Elogio
- Solicitação de serviço público
- Pedido de desburocratização
- Sugestão
- Pedido de acesso à informação

## Efetividade/poder de influência

- As manifestações feitas pela ouvidoria frequentemente geraram resultados efetivos (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente efetivos (entre 30% e 60%);
- Raramente efetivos (menos 1% a 29%);
- Nunca são efetivos.

## Devolutiva

- Nunca recebe satisfação das manifestações enviadas;
- Recebe respostas, mas raramente são satisfatórias ou completas;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias e completas.

## Dificuldades técnicas

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Sistema fora do ar, lento ou instável;
- Retorno intempestivo ou demorado acerca da manifestação;
- Falta de capacitação técnica dos servidores para fornecer as respostas;
- Outro: .....

Considerando as dimensões do questionário, os sistemas de ouvidorias locais (governos estaduais e municipais que a organização usa) são qualitativamente inferiores ao sistema federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou ouvidorias locais)

## Outras considerações da organização sobre transparência no governo federal

---

### Participação em políticas públicas

Até então, as perguntas eram sobre o uso de ferramentas de transparência do governo federal pela instituição. A partir daqui, responda com base na percepção e opinião institucionais sobre o uso de ferramentas de participação pelo governo na construção de políticas públicas.

A organização já usou as plataformas Dialoga Brasil ([dialoga.gov.br](http://dialoga.gov.br)) e/ou Participa Brasil ([participa.br](http://participa.br)) do governo federal? \*

- Sim (ambas)
- Sim (apenas a Participa Brasil)
- Sim (apenas a Dialoga Brasil)
- Não (nenhuma delas)



Se a resposta foi sim apenas para uma delas ou não, qual motivo?

- Não conhece essa(s) plataforma(s)
- Não precisa usá-la(s) para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-la(s) - complexa(s)
- Não a(s) considera ferramenta(s) efetiva(s) de participação
- Não se aplica (respondeu sim para ambas no item anterior)
- Outro: .....

## Plataformas Dialoga Brasil e Participa Br

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso das Plataformas Dialoga Brasil e Participa Br (espaços de participação digital) na construção de políticas públicas pelo governo federal



Frequência de uso de alguma das plataformas pelo governo para a construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Ações ativas de engajamento nas Plataformas (organização procura participar):

	1	2	3	4	5	
Raramente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Com muita frequência

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento em espaços de participação digital é qualitativamente pior do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou espaços de participação digital de governos locais)

### Consultas públicas na construção de políticas públicas federais

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso de consultas públicas na construção de políticas públicas pelo governo federal

Frequência de uso de consultas públicas pelo governo no para construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Convites para participar (iniciativa do governo federal, por qualquer meio):

- Organização nunca foi convidada pelo governo para participar de consulta pública;
- Raramente é convidado (1% a 29% das vezes em que há uma consulta);
- Ocasionalmente é convidado (30% a 60%);
- Frequentemente é convidado (mais de 60% das vezes).

### Ações ativas de engajamento em consultas (organização procura participar):

- Frequentemente procura participar (mais de 60% das vezes);
- Ocasionalmente (30%-60%);
- Raramente (até 29%);
- Nunca

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento a consultas públicas é qualitativamente melhor do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

### Audiências públicas na construção de políticas públicas federais

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso de audiências públicas na construção de políticas públicas pelo governo federal

### Frequência de uso de audiências públicas pelo governo para construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Convites para participar (iniciativa do governo federal, por qualquer meio):

- Organização nunca foi convidada pelo governo para participar de audiência pública;
- Raramente é convidado (1% a 29% das vezes em que há uma audiência);
- Ocasionalmente é convidado (30% a 60%);
- Frequentemente é convidado (mais de 60% das vezes).

### Ações ativas de engajamento em audiências (organização procura participar):

- Frequentemente procura participar (mais de 60% das vezes);
- Ocasionalmente (30%-60%);
- Raramente (até 29%);
- Nunca

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento a audiências públicas é qualitativamente melhor do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente



## Outras considerações da organização sobre participação no governo federal

---

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

# Questionário transparência e participação no Governo Federal

Esse questionário tem como objetivo coletar as percepções no uso de ferramentas de transparência e participação governamentais pelas organizações da sociedade civil e movimentos sociais organizados, sendo garantidas a confidencialidade, sigilo e anonimato dos participantes. A partir dos resultados, compreender a efetividade desses instrumentos, detectar eventuais deficiências e apontar soluções.

Os resultados serão divulgados na tese de doutorado da pesquisadora responsável pela sua elaboração, Caroline Maciel.

A sua participação é uma etapa muito importante para o diagnóstico e sistematização das dificuldades enfrentadas por usuários qualificados, identificação dos avanços e de sugestões para melhorias. Se possível, responda todas as questões.

Endereço de e-mail \*

 .....

Para evitar o uso de robots neste questionário, responda: qual das imagens abaixo é um prato de sobremesa? \*



1



2



3



4

Dados

Nome da instituição que representa \*

[Redacted]

## Principal área de atuação institucional \*

- Transparência e Integridade
- Direitos Humanos/Direitos fundamentais
- Socioambiental
- Nova economia
- Saúde
- Educação
- Outro: .....

## Estou apto(a) a responder em nome da organização que represento? \*

- Sim

## Nome completo do responsável pelo preenchimento \*

.....

## Vínculo/cargo institucional \*

Coordenadora de Projetos  
.....

## Anos que está na instituição \*

- Até 1 ano
- Mais de 1 ano até 5 anos
- Mais de 5 anos

## Última escolaridade do respondente \*

- Ensino superior
- Especialização
- Mestrado
- Doutorado
- Outro: .....

## Concordo com o Termo de Consentimento Livre e Informado abaixo \*

Declaro, por meio deste termo, que concordei voluntariamente em responder esse questionário, que busca coletar as percepções de usuários qualificados no uso de ferramentas de transparência e participação governamentais, desenvolvido pela pesquisadora Caroline Stéphanie Francis dos Santos Maciel. Fui informado(a) que a pesquisa é desenvolvida para fins estritamente acadêmicos em sede de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Direito na Universidade Federal de Minas Gerais, sob orientação da Profa. Fabiana de Menezes Soares, vinculada ao Observatório para a Qualidade da Lei e em parceria com a Dado Capital e a Rede de Advocacy Colaborativo. Afirmando que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou outros benefícios, nem ter qualquer ônus ou risco à saúde e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui também informado(a) que não será divulgado meu nome e nem outro dado de contato que permita a minha identificação pessoal, em conformidade com as normas éticas do Comitê de Ética da UFMG (art. 1º, § único, I, V e VII da Resolução 510/2016). Informaram, ainda, que apenas os dados institucionais e resultados das respostas ao questionário serão divulgados no relatório da pesquisa, garantidas a confidencialidade, sigilo e anonimato dos participantes. Por fim, fui informado(a) de que posso me retirar dessa pesquisa de opinião a qualquer momento, sem sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos. Ao selecionar "sim" nesta caixa, concordo com todas as especificações acima deste Termo de Consentimento Livre e Informado.

Sim

Autorizo a divulgação dos dados institucionais e respostas às perguntas do questionário para a realização dos objetivos dessa pesquisa \*

Sim

## Orientações gerais

Nas questões fechadas, escolha a melhor resposta dentre as possíveis, que representa melhor a realidade no uso geral dessas ferramentas pela organização (o que ocorreu na maioria das vezes).

Dê uma resposta com base na realidade da sua instituição e não apenas na sua experiência pessoal.

Nas questões abertas, aprofunde nas particularidades sobre o tópico. Quanto mais dados fornecer, tanto melhor para a pesquisa e completo diagnóstico da situação.

Caso não saiba alguma(s) da(s) resposta(s), por você não utilizar o canal/desconhecê-lo, veja se é possível obtê-la(s) junto à organização que representa; caso contrário, marque que a organização não usa.



### Sites oficiais do governo federal ([gov.br](http://gov.br) e derivados)

A organização já extraiu dados ou informações de algum site oficial do governo federal?

\*

- Sim
- Não

### Uso de sites oficiais do governo federal ([gov.br](http://gov.br) e derivados)

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso dos sites oficiais do governo federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:





### Frequência de uso

1    2    3    4    5

Raramente usamos na organização                        Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no site
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa por conta própria conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso

## Outras dificuldades de navegabilidade e usabilidade

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Mudanças de domínio e/ou links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre ocorrências em navegabilidade antes e depois da mudança dos domínios, com a unificação dos endereços eletrônicos do governo federal em 2019 (portal único [gov.br](http://gov.br)).

.....

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados ativamente nos sites oficiais do governo federal resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

Os sites oficiais de governos estaduais e municipais que a organização acessa são qualitativamente inferiores ao sites do governo federal, considerando as dimensões desse questionário (disponibilidade, atualização, compreensão dos dados e navegabilidade no site).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou sites oficiais de governos estaduais/municipais)

Portal da Transparência Federal ([portaldatransparencia.gov.br](http://portaldatransparencia.gov.br))

A organização já extraiu dados ou informações do Portal da Transparência federal? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse portal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

### Uso do Portal da Transparência Federal

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do Portal da Transparência Federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:



Frequência de uso

1 2 3 4 5

Raramente usamos na organização

Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no portal
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa por conta própria conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso à informação ou dado.

## Outras dificuldades de navegabilidade e usabilidade

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre ocorrências em navegabilidade antes e depois da reformulação do Portal da Transparência Federal em 2018.

.....

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados no Portal da Transparência Federal resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente



No geral, os Portais da Transparência estaduais e municipais que a organização usa são qualitativamente inferiores ao Portal da Transparência Federal, considerando as dimensões desse questionário (disponibilidade, atualização, compreensão dos dados e navegabilidade no portal).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou nenhum portal de transparência estadual ou municipal)

#### Portal Brasileiro de Dados Abertos ([dados.gov.br](https://dados.gov.br))

A organização já extraiu dados do Portal Brasileiro de Dados Abertos? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse portal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

## Uso do Portal Brasileiro de Dados Abertos

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do Portal Brasileiro de Dados Abertos pela organização da sociedade civil ou movimento social:



Frequência de uso

	1	2	3	4	5	
Raramente usamos na organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no portal
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa (autônoma) conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso à informação ou dado.

## Outras dificuldades

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Escassez de bases de dados abertos disponibilizadas ativamente
- Bases de dados abertos não disponibilizadas no prazo estabelecido, em conformidade com os cronogramas de abertura dos órgãos
- Não disponibilização das bases de dados abertos, mesmo após solicitação
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre modificações nesse portal no decorrer do tempo.

.....

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados ativamente no Portal Brasileiro de Dados Abertos resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

Os governos estaduais e municipais e os outros poderes (que organização acessa) disponibilizam bem menos dados públicos em formato aberto que o governo federal, seja no Portal Brasileiro de Dados Abertos ou em outros portais.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca extraiu dados abertos de governos subnacionais ou de outros poderes)

### Pedidos de acesso à informação a órgãos do governo federal

A organização já fez pedido de acesso à informação através do e-SIC federal? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse canal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo/instável)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

### Uso do e-SIC federal

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do e-SIC federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:



Frequência de uso

	1	2	3	4	5	
Raramente usamos na organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Usamos com muita frequência



### Satisfação com o acesso concedido

- Conseguiu acesso completo a tudo que pediu já com o pedido inicial, no prazo legal;
- Conseguiu acesso completo apenas após recorrer ou após o prazo legal;
- Não conseguiu acesso completo, apenas parcial;
- Negativa completa de acesso, mesmo sem ser hipótese legal de sigilo.

### Justificativas dos órgãos para negativas de acesso (se aplicável)

- Não recebeu nenhuma justificativa
- Trabalho adicional de análise, interpretação ou consolidação
- Pedido genérico
- Órgão incompetente (sem reencaminhar o seu pedido)
- Pandemia
- Dados pessoais
- Sigilo legal
- Interpretação extensiva do órgão sobre o sigilo
- Inexistência dos documentos digitalizados e necessidade de consultar arquivos físicos pessoalmente
- Outro: .....

## Compreensão das respostas ou dados enviados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada na resposta e nem as informações enviadas;
- Teve alguma dificuldade, mas com alguma pesquisa (autônoma) conseguiu entender;
- Não conseguiu compreender e precisou solicitar esclarecimentos em recurso ou nova solicitação de acesso;
- Não conseguiu compreender e desistiu do acesso à informação.

## Dificuldades técnicas com o e-SIC federal

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Sistema fora do ar, lento ou instável;
- Respostas fora do prazo legal;
- Obscuridade nas competências dos órgãos e dificuldade para saber a quem encaminhar o pedido;
- Arquivos anexos corrompidos/desconfigurados/inúteis;
- Arquivo em formato não aberto, não legível por máquina;
- Indisponibilidade de arquivos digitais;
- Não sistematização de dados pelo órgão;
- Necessidade de dados gerais de órgãos com competências centrais e foi aconselhado a procurar cada órgão individualmente, o que inviabilizou o acesso pela grande quantidade de órgãos ou volume de dados.

### Outros problemas que dificultaram ou desestimularam o acesso

- Exigências excessivas de dados pessoais;
- Cobrança de taxas de reprodução;
- Não divulgação de lista de documentos classificados como sigilosos pelo órgão federal;
- Influência do perfil do solicitante na resposta ao pedido (antes da possibilidade de pedidos anônimos no e-SIC federal);
- Falta de capacitação técnica dos servidores para responder as solicitações;
- Outro: .....

Os sistemas eletrônicos de solicitação de acesso à informação de governos estaduais e municipais que a organização usa são qualitativamente inferiores ao e-SIC federal, considerando as dimensões desse questionário (satisfação com o acesso, justificativas para negativas, compreensão e dificuldades técnicas).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou sistemas de acesso de governos subnacionais)

Ouvidorias federais ([ouvidorias.gov.br](https://www.ouvidorias.gov.br))

A organização já usou o sistema eletrônico de ouvidorias do governo federal? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse canal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não acredita que seja um canal efetivo
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

## Sistema federal de Ouvidorias

Nas questões desta seção responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso de ouvidorias federais pela organização da sociedade civil ou movimento social:



### Frequência de uso

1    2    3    4    5

Raramente usamos na organização                   Usamos com muita frequência

## Motivos do seu uso

- Denúncia
- Reclamação
- Elogio
- Solicitação de serviço público
- Pedido de desburocratização
- Sugestão
- Pedido de acesso à informação

## Efetividade/poder de influência

- As manifestações feitas pela ouvidoria frequentemente geraram resultados efetivos (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente efetivos (entre 30% e 60%);
- Raramente efetivos (menos 1% a 29%);
- Nunca são efetivos.

### Devolutiva

- Nunca recebe satisfação das manifestações enviadas;
- Recebe respostas, mas raramente são satisfatórias ou completas;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias e completas.

### Dificuldades técnicas

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Sistema fora do ar, lento ou instável;
- Retorno intempestivo ou demorado acerca da manifestação;
- Falta de capacitação técnica dos servidores para fornecer as respostas;
- Outro: .....

Considerando as dimensões do questionário, os sistemas de ouvidorias locais (governos estaduais e municipais que a organização usa) são qualitativamente inferiores ao sistema federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou ouvidorias locais)

## Outras considerações da organização sobre transparência no governo federal

---

### Participação em políticas públicas

Até então, as perguntas eram sobre o uso de ferramentas de transparência do governo federal pela instituição. A partir daqui, responda com base na percepção e opinião institucionais sobre o uso de ferramentas de participação pelo governo na construção de políticas públicas.

A organização já usou as plataformas Dialoga Brasil ([dialoga.gov.br](http://dialoga.gov.br)) e/ou Participa Brasil ([participa.br](http://participa.br)) do governo federal? \*

- Sim (ambas)
- Sim (apenas a Participa Brasil)
- Sim (apenas a Dialoga Brasil)
- Não (nenhuma delas)



Se a resposta foi sim apenas para uma delas ou não, qual motivo?

- Não conhece essa(s) plataforma(s)
- Não precisa usá-la(s) para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-la(s) - complexa(s)
- Não a(s) considera ferramenta(s) efetiva(s) de participação
- Não se aplica (respondeu sim para ambas no item anterior)
- Outro: .....

## Plataformas Dialoga Brasil e Participa Br

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso das Plataformas Dialoga Brasil e Participa Br (espaços de participação digital) na construção de políticas públicas pelo governo federal



Frequência de uso de alguma das plataformas pelo governo para a construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Ações ativas de engajamento nas Plataformas (organização procura participar):

	1	2	3	4	5	
Raramente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Com muita frequência

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento em espaços de participação digital é qualitativamente pior do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou espaços de participação digital de governos locais)

### Consultas públicas na construção de políticas públicas federais

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso de consultas públicas na construção de políticas públicas pelo governo federal

Frequência de uso de consultas públicas pelo governo no para construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Convites para participar (iniciativa do governo federal, por qualquer meio):

- Organização nunca foi convidada pelo governo para participar de consulta pública;
- Raramente é convidado (1% a 29% das vezes em que há uma consulta);
- Ocasionalmente é convidado (30% a 60%);
- Frequentemente é convidado (mais de 60% das vezes).

### Ações ativas de engajamento em consultas (organização procura participar):

- Frequentemente procura participar (mais de 60% das vezes);
- Ocasionalmente (30%-60%);
- Raramente (até 29%);
- Nunca

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento a consultas públicas é qualitativamente melhor do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

### Audiências públicas na construção de políticas públicas federais

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso de audiências públicas na construção de políticas públicas pelo governo federal

### Frequência de uso de audiências públicas pelo governo para construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Convites para participar (iniciativa do governo federal, por qualquer meio):

- Organização nunca foi convidada pelo governo para participar de audiência pública;
- Raramente é convidado (1% a 29% das vezes em que há uma audiência);
- Ocasionalmente é convidado (30% a 60%);
- Frequentemente é convidado (mais de 60% das vezes).

### Ações ativas de engajamento em audiências (organização procura participar):

- Frequentemente procura participar (mais de 60% das vezes);
- Ocasionalmente (30%-60%);
- Raramente (até 29%);
- Nunca

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento a audiências públicas é qualitativamente melhor do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente



## Outras considerações da organização sobre participação no governo federal

---

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

# Questionário transparência e participação no Governo Federal

Esse questionário tem como objetivo coletar as percepções no uso de ferramentas de transparência e participação governamentais pelas organizações da sociedade civil e movimentos sociais organizados, sendo garantidas a confidencialidade, sigilo e anonimato dos participantes. A partir dos resultados, compreender a efetividade desses instrumentos, detectar eventuais deficiências e apontar soluções.

Os resultados serão divulgados na tese de doutorado da pesquisadora responsável pela sua elaboração, Caroline Maciel.

A sua participação é uma etapa muito importante para o diagnóstico e sistematização das dificuldades enfrentadas por usuários qualificados, identificação dos avanços e de sugestões para melhorias. Se possível, responda todas as questões.

Endereço de e-mail \*

.....

Para evitar o uso de robots neste questionário, responda: qual das imagens abaixo é um prato de sobremesa? \*



1



2



3



4

## Dados

Nome da instituição que representa \*

[REDACTED]

## Principal área de atuação institucional \*

- Transparência e Integridade
- Direitos Humanos/Direitos fundamentais
- Socioambiental
- Nova economia
- Saúde
- Educação
- Outro: .....

## Estou apto(a) a responder em nome da organização que represento? \*

- Sim

## Nome completo do responsável pelo preenchimento \*

.....

## Vínculo/cargo institucional \*

Diretor-Presidente .....

## Anos que está na instituição \*

- Até 1 ano
- Mais de 1 ano até 5 anos
- Mais de 5 anos

## Última escolaridade do respondente \*

- Ensino superior
- Especialização
- Mestrado
- Doutorado
- Outro: .....

## Concordo com o Termo de Consentimento Livre e Informado abaixo \*

Declaro, por meio deste termo, que concordei voluntariamente em responder esse questionário, que busca coletar as percepções de usuários qualificados no uso de ferramentas de transparência e participação governamentais, desenvolvido pela pesquisadora Caroline Stéphanie Francis dos Santos Maciel. Fui informado(a) que a pesquisa é desenvolvida para fins estritamente acadêmicos em sede de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Direito na Universidade Federal de Minas Gerais, sob orientação da Profa. Fabiana de Menezes Soares, vinculada ao Observatório para a Qualidade da Lei e em parceria com a Dado Capital e a Rede de Advocacy Colaborativo. Afirmando que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou outros benefícios, nem ter qualquer ônus ou risco à saúde e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui também informado(a) que não será divulgado meu nome e nem outro dado de contato que permita a minha identificação pessoal, em conformidade com as normas éticas do Comitê de Ética da UFMG (art. 1º, § único, I, V e VII da Resolução 510/2016). Informaram, ainda, que apenas os dados institucionais e resultados das respostas ao questionário serão divulgados no relatório da pesquisa, garantidas a confidencialidade, sigilo e anonimato dos participantes. Por fim, fui informado(a) de que posso me retirar dessa pesquisa de opinião a qualquer momento, sem sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos. Ao selecionar "sim" nesta caixa, concordo com todas as especificações acima deste Termo de Consentimento Livre e Informado.

Sim

Autorizo a divulgação dos dados institucionais e respostas às perguntas do questionário para a realização dos objetivos dessa pesquisa \*

Sim

## Orientações gerais

Nas questões fechadas, escolha a melhor resposta dentre as possíveis, que representa melhor a realidade no uso geral dessas ferramentas pela organização (o que ocorreu na maioria das vezes).

Dê uma resposta com base na realidade da sua instituição e não apenas na sua experiência pessoal.

Nas questões abertas, aprofunde nas particularidades sobre o tópico. Quanto mais dados fornecer, tanto melhor para a pesquisa e completo diagnóstico da situação.

Caso não saiba alguma(s) da(s) resposta(s), por você não utilizar o canal/desconhecê-lo, veja se é possível obtê-la(s) junto à organização que representa; caso contrário, marque que a organização não usa.



### Sites oficiais do governo federal ([gov.br](http://gov.br) e derivados)

A organização já extraiu dados ou informações de algum site oficial do governo federal?

\*

- Sim
- Não

### Uso de sites oficiais do governo federal ([gov.br](http://gov.br) e derivados)

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso dos sites oficiais do governo federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:





### Frequência de uso

1    2    3    4    5

Raramente usamos na organização                        Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no site
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa por conta própria conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso

## Outras dificuldades de navegabilidade e usabilidade

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Mudanças de domínio e/ou links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre ocorrências em navegabilidade antes e depois da mudança dos domínios, com a unificação dos endereços eletrônicos do governo federal em 2019 (portal único [gov.br](http://gov.br)).

J .....

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados ativamente nos sites oficiais do governo federal resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

Os sites oficiais de governos estaduais e municipais que a organização acessa são qualitativamente inferiores ao sites do governo federal, considerando as dimensões desse questionário (disponibilidade, atualização, compreensão dos dados e navegabilidade no site).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou sites oficiais de governos estaduais/municipais)

Portal da Transparência Federal ([portaldatransparencia.gov.br](http://portaldatransparencia.gov.br))

A organização já extraiu dados ou informações do Portal da Transparência federal? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse portal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

### Uso do Portal da Transparência Federal

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do Portal da Transparência Federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:



Frequência de uso

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5

Raramente usamos na  
organização

Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no portal
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa por conta própria conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso à informação ou dado.

### Outras dificuldades de navegabilidade e usabilidade

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre ocorrências em navegabilidade antes e depois da reformulação do Portal da Transparência Federal em 2018.

.....

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados no Portal da Transparência Federal resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente



No geral, os Portais da Transparência estaduais e municipais que a organização usa são qualitativamente inferiores ao Portal da Transparência Federal, considerando as dimensões desse questionário (disponibilidade, atualização, compreensão dos dados e navegabilidade no portal).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou nenhum portal de transparência estadual ou municipal)

#### Portal Brasileiro de Dados Abertos ([dados.gov.br](https://dados.gov.br))

A organização já extraiu dados do Portal Brasileiro de Dados Abertos? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse portal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

## Uso do Portal Brasileiro de Dados Abertos

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do Portal Brasileiro de Dados Abertos pela organização da sociedade civil ou movimento social:



Frequência de uso

	1	2	3	4	5	
Raramente usamos na organização	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no portal
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa (autônoma) conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso à informação ou dado.

## Outras dificuldades

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Escassez de bases de dados abertos disponibilizadas ativamente
- Bases de dados abertos não disponibilizadas no prazo estabelecido, em conformidade com os cronogramas de abertura dos órgãos
- Não disponibilização das bases de dados abertos, mesmo após solicitação
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre modificações nesse portal no decorrer do tempo.

J .....

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados ativamente no Portal Brasileiro de Dados Abertos resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

Os governos estaduais e municipais e os outros poderes (que organização acessa) disponibilizam bem menos dados públicos em formato aberto que o governo federal, seja no Portal Brasileiro de Dados Abertos ou em outros portais.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca extraiu dados abertos de governos subnacionais ou de outros poderes)

### Pedidos de acesso à informação a órgãos do governo federal

A organização já fez pedido de acesso à informação através do e-SIC federal? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse canal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo/instável)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

## Uso do e-SIC federal

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do e-SIC federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:



Frequência de uso

	1	2	3	4	5	
Raramente usamos na organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Usamos com muita frequência



### Satisfação com o acesso concedido

- Conseguiu acesso completo a tudo que pediu já com o pedido inicial, no prazo legal;
- Conseguiu acesso completo apenas após recorrer ou após o prazo legal;
- Não conseguiu acesso completo, apenas parcial;
- Negativa completa de acesso, mesmo sem ser hipótese legal de sigilo.

### Justificativas dos órgãos para negativas de acesso (se aplicável)

- Não recebeu nenhuma justificativa
- Trabalho adicional de análise, interpretação ou consolidação
- Pedido genérico
- Órgão incompetente (sem reencaminhar o seu pedido)
- Pandemia
- Dados pessoais
- Sigilo legal
- Interpretação extensiva do órgão sobre o sigilo
- Inexistência dos documentos digitalizados e necessidade de consultar arquivos físicos pessoalmente
- Outro: .....

## Compreensão das respostas ou dados enviados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada na resposta e nem as informações enviadas;
- Teve alguma dificuldade, mas com alguma pesquisa (autônoma) conseguiu entender;
- Não conseguiu compreender e precisou solicitar esclarecimentos em recurso ou nova solicitação de acesso;
- Não conseguiu compreender e desistiu do acesso à informação.

## Dificuldades técnicas com o e-SIC federal

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Sistema fora do ar, lento ou instável;
- Respostas fora do prazo legal;
- Obscuridade nas competências dos órgãos e dificuldade para saber a quem encaminhar o pedido;
- Arquivos anexos corrompidos/desconfigurados/inúteis;
- Arquivo em formato não aberto, não legível por máquina;
- Indisponibilidade de arquivos digitais;
- Não sistematização de dados pelo órgão;
- Necessidade de dados gerais de órgãos com competências centrais e foi aconselhado a procurar cada órgão individualmente, o que inviabilizou o acesso pela grande quantidade de órgãos ou volume de dados.

### Outros problemas que dificultaram ou desestimularam o acesso

- Exigências excessivas de dados pessoais;
- Cobrança de taxas de reprodução;
- Não divulgação de lista de documentos classificados como sigilosos pelo órgão federal;
- Influência do perfil do solicitante na resposta ao pedido (antes da possibilidade de pedidos anônimos no e-SIC federal);
- Falta de capacitação técnica dos servidores para responder as solicitações;
- Outro: .....

Os sistemas eletrônicos de solicitação de acesso à informação de governos estaduais e municipais que a organização usa são qualitativamente inferiores ao e-SIC federal, considerando as dimensões desse questionário (satisfação com o acesso, justificativas para negativas, compreensão e dificuldades técnicas).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou sistemas de acesso de governos subnacionais)

Ouvidorias federais ([ouvidorias.gov.br](https://ouvidorias.gov.br))

A organização já usou o sistema eletrônico de ouvidorias do governo federal? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse canal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não acredita que seja um canal efetivo
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

## Sistema federal de Ouvidorias

Nas questões desta seção responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso de ouvidorias federais pela organização da sociedade civil ou movimento social:



### Frequência de uso

1    2    3    4    5

Raramente usamos na organização                   Usamos com muita frequência

## Motivos do seu uso

- Denúncia
- Reclamação
- Elogio
- Solicitação de serviço público
- Pedido de desburocratização
- Sugestão
- Pedido de acesso à informação

## Efetividade/poder de influência

- As manifestações feitas pela ouvidoria frequentemente geraram resultados efetivos (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente efetivos (entre 30% e 60%);
- Raramente efetivos (menos 1% a 29%);
- Nunca são efetivos.

## Devolutiva

- Nunca recebe satisfação das manifestações enviadas;
- Recebe respostas, mas raramente são satisfatórias ou completas;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias e completas.

## Dificuldades técnicas

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Sistema fora do ar, lento ou instável;
- Retorno intempestivo ou demorado acerca da manifestação;
- Falta de capacitação técnica dos servidores para fornecer as respostas;
- Outro: .....

Considerando as dimensões do questionário, os sistemas de ouvidorias locais (governos estaduais e municipais que a organização usa) são qualitativamente inferiores ao sistema federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou ouvidorias locais)

## Outras considerações da organização sobre transparência no governo federal

---

### Participação em políticas públicas

Até então, as perguntas eram sobre o uso de ferramentas de transparência do governo federal pela instituição. A partir daqui, responda com base na percepção e opinião institucionais sobre o uso de ferramentas de participação pelo governo na construção de políticas públicas.

A organização já usou as plataformas Dialoga Brasil ([dialoga.gov.br](http://dialoga.gov.br)) e/ou Participa Brasil ([participa.br](http://participa.br)) do governo federal? \*

- Sim (ambas)
- Sim (apenas a Participa Brasil)
- Sim (apenas a Dialoga Brasil)
- Não (nenhuma delas)



Se a resposta foi sim apenas para uma delas ou não, qual motivo?

- Não conhece essa(s) plataforma(s)
- Não precisa usá-la(s) para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-la(s) - complexa(s)
- Não a(s) considera ferramenta(s) efetiva(s) de participação
- Não se aplica (respondeu sim para ambas no item anterior)
- Outro: .....

## Plataformas Dialoga Brasil e Participa Br

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso das Plataformas Dialoga Brasil e Participa Br (espaços de participação digital) na construção de políticas públicas pelo governo federal



Frequência de uso de alguma das plataformas pelo governo para a construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Ações ativas de engajamento nas Plataformas (organização procura participar):

	1	2	3	4	5	
Raramente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Com muita frequência

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento em espaços de participação digital é qualitativamente pior do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou espaços de participação digital de governos locais)

### Consultas públicas na construção de políticas públicas federais

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso de consultas públicas na construção de políticas públicas pelo governo federal

Frequência de uso de consultas públicas pelo governo no para construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Convites para participar (iniciativa do governo federal, por qualquer meio):

- Organização nunca foi convidada pelo governo para participar de consulta pública;
- Raramente é convidado (1% a 29% das vezes em que há uma consulta);
- Ocasionalmente é convidado (30% a 60%);
- Frequentemente é convidado (mais de 60% das vezes).

### Ações ativas de engajamento em consultas (organização procura participar):

- Frequentemente procura participar (mais de 60% das vezes);
- Ocasionalmente (30%-60%);
- Raramente (até 29%);
- Nunca

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento a consultas públicas é qualitativamente melhor do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

### Audiências públicas na construção de políticas públicas federais

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso de audiências públicas na construção de políticas públicas pelo governo federal

### Frequência de uso de audiências públicas pelo governo para construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Convites para participar (iniciativa do governo federal, por qualquer meio):

- Organização nunca foi convidada pelo governo para participar de audiência pública;
- Raramente é convidado (1% a 29% das vezes em que há uma audiência);
- Ocasionalmente é convidado (30% a 60%);
- Frequentemente é convidado (mais de 60% das vezes).

### Ações ativas de engajamento em audiências (organização procura participar):

- Frequentemente procura participar (mais de 60% das vezes);
- Ocasionalmente (30%-60%);
- Raramente (até 29%);
- Nunca

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento a audiências públicas é qualitativamente melhor do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente



## Outras considerações da organização sobre participação no governo federal

J

---

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

# Questionário transparência e participação no Governo Federal

Esse questionário tem como objetivo coletar as percepções no uso de ferramentas de transparência e participação governamentais pelas organizações da sociedade civil e movimentos sociais organizados, sendo garantidas a confidencialidade, sigilo e anonimato dos participantes. A partir dos resultados, compreender a efetividade desses instrumentos, detectar eventuais deficiências e apontar soluções.

Os resultados serão divulgados na tese de doutorado da pesquisadora responsável pela sua elaboração, Caroline Maciel.

A sua participação é uma etapa muito importante para o diagnóstico e sistematização das dificuldades enfrentadas por usuários qualificados, identificação dos avanços e de sugestões para melhorias. Se possível, responda todas as questões.

Endereço de e-mail \*

 .....

Para evitar o uso de robots neste questionário, responda: qual das imagens abaixo é um prato de sobremesa? \*



1



2



3



4

## Dados

Nome da instituição que representa \*

[REDACTED]

## Principal área de atuação institucional \*

- Transparência e Integridade
- Direitos Humanos/Direitos fundamentais
- Socioambiental
- Nova economia
- Saúde
- Educação
- Outro: Direito Internacional Privado

## Estou apto(a) a responder em nome da organização que represento? \*

- Sim

## Nome completo do responsável pelo preenchimento \*

[REDACTED]

## Vínculo/cargo institucional \*

Doutoranda

## Anos que está na instituição \*

- Até 1 ano
- Mais de 1 ano até 5 anos
- Mais de 5 anos

## Última escolaridade do respondente \*

- Ensino superior
- Especialização
- Mestrado
- Doutorado
- Outro: .....

## Concordo com o Termo de Consentimento Livre e Informado abaixo \*

Declaro, por meio deste termo, que concordei voluntariamente em responder esse questionário, que busca coletar as percepções de usuários qualificados no uso de ferramentas de transparência e participação governamentais, desenvolvido pela pesquisadora Caroline Stéphanie Francis dos Santos Maciel. Fui informado(a) que a pesquisa é desenvolvida para fins estritamente acadêmicos em sede de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Direito na Universidade Federal de Minas Gerais, sob orientação da Profa. Fabiana de Menezes Soares, vinculada ao Observatório para a Qualidade da Lei e em parceria com a Dado Capital e a Rede de Advocacy Colaborativo. Afirmando que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou outros benefícios, nem ter qualquer ônus ou risco à saúde e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui também informado(a) que não será divulgado meu nome e nem outro dado de contato que permita a minha identificação pessoal, em conformidade com as normas éticas do Comitê de Ética da UFMG (art. 1º, § único, I, V e VII da Resolução 510/2016). Informaram, ainda, que apenas os dados institucionais e resultados das respostas ao questionário serão divulgados no relatório da pesquisa, garantidas a confidencialidade, sigilo e anonimato dos participantes. Por fim, fui informado(a) de que posso me retirar dessa pesquisa de opinião a qualquer momento, sem sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos. Ao selecionar "sim" nesta caixa, concordo com todas as especificações acima deste Termo de Consentimento Livre e Informado.

Sim

Autorizo a divulgação dos dados institucionais e respostas às perguntas do questionário para a realização dos objetivos dessa pesquisa \*

Sim

## Orientações gerais

Nas questões fechadas, escolha a melhor resposta dentre as possíveis, que representa melhor a realidade no uso geral dessas ferramentas pela organização (o que ocorreu na maioria das vezes).

Dê uma resposta com base na realidade da sua instituição e não apenas na sua experiência pessoal.

Nas questões abertas, aprofunde nas particularidades sobre o tópico. Quanto mais dados fornecer, tanto melhor para a pesquisa e completo diagnóstico da situação.

Caso não saiba alguma(s) da(s) resposta(s), por você não utilizar o canal/desconhecê-lo, veja se é possível obtê-la(s) junto à organização que representa; caso contrário, marque que a organização não usa.



### Sites oficiais do governo federal ([gov.br](http://gov.br) e derivados)

A organização já extraiu dados ou informações de algum site oficial do governo federal?

\*

- Sim
- Não

### Uso de sites oficiais do governo federal ([gov.br](http://gov.br) e derivados)

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso dos sites oficiais do governo federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:





### Frequência de uso

1    2    3    4    5

Raramente usamos na organização                        Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no site
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa por conta própria conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso

## Outras dificuldades de navegabilidade e usabilidade

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Mudanças de domínio e/ou links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre ocorrências em navegabilidade antes e depois da mudança dos domínios, com a unificação dos endereços eletrônicos do governo federal em 2019 (portal único [gov.br](http://gov.br)).

.....

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados ativamente nos sites oficiais do governo federal resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

Os sites oficiais de governos estaduais e municipais que a organização acessa são qualitativamente inferiores aos sites do governo federal, considerando as dimensões desse questionário (disponibilidade, atualização, compreensão dos dados e navegabilidade no site).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou sites oficiais de governos estaduais/municipais)

Portal da Transparência Federal ([portaldatransparencia.gov.br](http://portaldatransparencia.gov.br))

A organização já extraiu dados ou informações do Portal da Transparência federal? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse portal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

### Uso do Portal da Transparência Federal

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do Portal da Transparência Federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:



### Frequência de uso

1 2 3 4 5

Raramente usamos na  
organização

Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no portal
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa por conta própria conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso à informação ou dado.

## Outras dificuldades de navegabilidade e usabilidade

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre ocorrências em navegabilidade antes e depois da reformulação do Portal da Transparência Federal em 2018.

.....

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados no Portal da Transparência Federal resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente



No geral, os Portais da Transparência estaduais e municipais que a organização usa são qualitativamente inferiores ao Portal da Transparência Federal, considerando as dimensões desse questionário (disponibilidade, atualização, compreensão dos dados e navegabilidade no portal).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou nenhum portal de transparência estadual ou municipal)

#### Portal Brasileiro de Dados Abertos ([dados.gov.br](https://dados.gov.br))

A organização já extraiu dados do Portal Brasileiro de Dados Abertos? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse portal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

## Uso do Portal Brasileiro de Dados Abertos

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do Portal Brasileiro de Dados Abertos pela organização da sociedade civil ou movimento social:



Frequência de uso

	1	2	3	4	5	
Raramente usamos na organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no portal
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa (autônoma) conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso à informação ou dado.

## Outras dificuldades

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Escassez de bases de dados abertos disponibilizadas ativamente
- Bases de dados abertos não disponibilizadas no prazo estabelecido, em conformidade com os cronogramas de abertura dos órgãos
- Não disponibilização das bases de dados abertos, mesmo após solicitação
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre modificações nesse portal no decorrer do tempo.

.....

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados ativamente no Portal Brasileiro de Dados Abertos resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

Os governos estaduais e municipais e os outros poderes (que organização acessa) disponibilizam bem menos dados públicos em formato aberto que o governo federal, seja no Portal Brasileiro de Dados Abertos ou em outros portais.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca extraiu dados abertos de governos subnacionais ou de outros poderes)

### Pedidos de acesso à informação a órgãos do governo federal

A organização já fez pedido de acesso à informação através do e-SIC federal? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse canal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo/instável)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

## Uso do e-SIC federal

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do e-SIC federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:



Frequência de uso

	1	2	3	4	5	
Raramente usamos na organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Usamos com muita frequência



### Satisfação com o acesso concedido

- Conseguiu acesso completo a tudo que pediu já com o pedido inicial, no prazo legal;
- Conseguiu acesso completo apenas após recorrer ou após o prazo legal;
- Não conseguiu acesso completo, apenas parcial;
- Negativa completa de acesso, mesmo sem ser hipótese legal de sigilo.

### Justificativas dos órgãos para negativas de acesso (se aplicável)

- Não recebeu nenhuma justificativa
- Trabalho adicional de análise, interpretação ou consolidação
- Pedido genérico
- Órgão incompetente (sem reencaminhar o seu pedido)
- Pandemia
- Dados pessoais
- Sigilo legal
- Interpretação extensiva do órgão sobre o sigilo
- Inexistência dos documentos digitalizados e necessidade de consultar arquivos físicos pessoalmente
- Outro: .....

## Compreensão das respostas ou dados enviados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada na resposta e nem as informações enviadas;
- Teve alguma dificuldade, mas com alguma pesquisa (autônoma) conseguiu entender;
- Não conseguiu compreender e precisou solicitar esclarecimentos em recurso ou nova solicitação de acesso;
- Não conseguiu compreender e desistiu do acesso à informação.

## Dificuldades técnicas com o e-SIC federal

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Sistema fora do ar, lento ou instável;
- Respostas fora do prazo legal;
- Obscuridade nas competências dos órgãos e dificuldade para saber a quem encaminhar o pedido;
- Arquivos anexos corrompidos/desconfigurados/inúteis;
- Arquivo em formato não aberto, não legível por máquina;
- Indisponibilidade de arquivos digitais;
- Não sistematização de dados pelo órgão;
- Necessidade de dados gerais de órgãos com competências centrais e foi aconselhado a procurar cada órgão individualmente, o que inviabilizou o acesso pela grande quantidade de órgãos ou volume de dados.

### Outros problemas que dificultaram ou desestimularam o acesso

- Exigências excessivas de dados pessoais;
- Cobrança de taxas de reprodução;
- Não divulgação de lista de documentos classificados como sigilosos pelo órgão federal;
- Influência do perfil do solicitante na resposta ao pedido (antes da possibilidade de pedidos anônimos no e-SIC federal);
- Falta de capacitação técnica dos servidores para responder as solicitações;
- Outro: .....

Os sistemas eletrônicos de solicitação de acesso à informação de governos estaduais e municipais que a organização usa são qualitativamente inferiores ao e-SIC federal, considerando as dimensões desse questionário (satisfação com o acesso, justificativas para negativas, compreensão e dificuldades técnicas).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou sistemas de acesso de governos subnacionais)

Ouvidorias federais ([ouvidorias.gov.br](https://ouvidorias.gov.br))

A organização já usou o sistema eletrônico de ouvidorias do governo federal? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse canal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não acredita que seja um canal efetivo
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

## Sistema federal de Ouvidorias

Nas questões desta seção responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso de ouvidorias federais pela organização da sociedade civil ou movimento social:



### Frequência de uso

	1	2	3	4	5	
Raramente usamos na organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Usamos com muita frequência

## Motivos do seu uso

- Denúncia
- Reclamação
- Elogio
- Solicitação de serviço público
- Pedido de desburocratização
- Sugestão
- Pedido de acesso à informação

## Efetividade/poder de influência

- As manifestações feitas pela ouvidoria frequentemente geraram resultados efetivos (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente efetivos (entre 30% e 60%);
- Raramente efetivos (menos 1% a 29%);
- Nunca são efetivos.

### Devolutiva

- Nunca recebe satisfação das manifestações enviadas;
- Recebe respostas, mas raramente são satisfatórias ou completas;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias e completas.

### Dificuldades técnicas

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Sistema fora do ar, lento ou instável;
- Retorno intempestivo ou demorado acerca da manifestação;
- Falta de capacitação técnica dos servidores para fornecer as respostas;
- Outro: .....

Considerando as dimensões do questionário, os sistemas de ouvidorias locais (governos estaduais e municipais que a organização usa) são qualitativamente inferiores ao sistema federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou ouvidorias locais)

## Outras considerações da organização sobre transparência no governo federal

---

### Participação em políticas públicas

Até então, as perguntas eram sobre o uso de ferramentas de transparência do governo federal pela instituição. A partir daqui, responda com base na percepção e opinião institucionais sobre o uso de ferramentas de participação pelo governo na construção de políticas públicas.

A organização já usou as plataformas Dialoga Brasil ([dialoga.gov.br](http://dialoga.gov.br)) e/ou Participa Brasil ([participa.br](http://participa.br)) do governo federal? \*

- Sim (ambas)
- Sim (apenas a Participa Brasil)
- Sim (apenas a Dialoga Brasil)
- Não (nenhuma delas)



Se a resposta foi sim apenas para uma delas ou não, qual motivo?

- Não conhece essa(s) plataforma(s)
- Não precisa usá-la(s) para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-la(s) - complexa(s)
- Não a(s) considera ferramenta(s) efetiva(s) de participação
- Não se aplica (respondeu sim para ambas no item anterior)
- Outro: .....

## Plataformas Dialoga Brasil e Participa Br

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso das Plataformas Dialoga Brasil e Participa Br (espaços de participação digital) na construção de políticas públicas pelo governo federal



Frequência de uso de alguma das plataformas pelo governo para a construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Ações ativas de engajamento nas Plataformas (organização procura participar):

	1	2	3	4	5	
Raramente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Com muita frequência

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento em espaços de participação digital é qualitativamente pior do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou espaços de participação digital de governos locais)

### Consultas públicas na construção de políticas públicas federais

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso de consultas públicas na construção de políticas públicas pelo governo federal

Frequência de uso de consultas públicas pelo governo no para construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Convites para participar (iniciativa do governo federal, por qualquer meio):

- Organização nunca foi convidada pelo governo para participar de consulta pública;
- Raramente é convidado (1% a 29% das vezes em que há uma consulta);
- Ocasionalmente é convidado (30% a 60%);
- Frequentemente é convidado (mais de 60% das vezes).

### Ações ativas de engajamento em consultas (organização procura participar):

- Frequentemente procura participar (mais de 60% das vezes);
- Ocasionalmente (30%-60%);
- Raramente (até 29%);
- Nunca

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento a consultas públicas é qualitativamente melhor do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

### Audiências públicas na construção de políticas públicas federais

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso de audiências públicas na construção de políticas públicas pelo governo federal

### Frequência de uso de audiências públicas pelo governo para construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Convites para participar (iniciativa do governo federal, por qualquer meio):

- Organização nunca foi convidada pelo governo para participar de audiência pública;
- Raramente é convidado (1% a 29% das vezes em que há uma audiência);
- Ocasionalmente é convidado (30% a 60%);
- Frequentemente é convidado (mais de 60% das vezes).

### Ações ativas de engajamento em audiências (organização procura participar):

- Frequentemente procura participar (mais de 60% das vezes);
- Ocasionalmente (30%-60%);
- Raramente (até 29%);
- Nunca

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento a audiências públicas é qualitativamente melhor do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente



## Outras considerações da organização sobre participação no governo federal

---

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

# Questionário transparência e participação no Governo Federal

Esse questionário tem como objetivo coletar as percepções no uso de ferramentas de transparência e participação governamentais pelas organizações da sociedade civil e movimentos sociais organizados, sendo garantidas a confidencialidade, sigilo e anonimato dos participantes. A partir dos resultados, compreender a efetividade desses instrumentos, detectar eventuais deficiências e apontar soluções.

Os resultados serão divulgados na tese de doutorado da pesquisadora responsável pela sua elaboração, Caroline Maciel.

A sua participação é uma etapa muito importante para o diagnóstico e sistematização das dificuldades enfrentadas por usuários qualificados, identificação dos avanços e de sugestões para melhorias. Se possível, responda todas as questões.

Endereço de e-mail \*

Para evitar o uso de robots neste questionário, responda: qual das imagens abaixo é um prato de sobremesa? \*



1



2



3



4

## Dados

Nome da instituição que representa \*

[REDACTED]

## Principal área de atuação institucional \*

- Transparência e Integridade
- Direitos Humanos/Direitos fundamentais
- Socioambiental
- Nova economia
- Saúde
- Educação
- Outro: .....

## Estou apto(a) a responder em nome da organização que represento? \*

- Sim

## Nome completo do responsável pelo preenchimento \*

.....

## Vínculo/cargo institucional \*

Coordenadora de Mobilização e Relacionamento  
.....

## Anos que está na instituição \*

- Até 1 ano
- Mais de 1 ano até 5 anos
- Mais de 5 anos

## Última escolaridade do respondente \*

- Ensino superior
- Especialização
- Mestrado
- Doutorado
- Outro: .....

## Concordo com o Termo de Consentimento Livre e Informado abaixo \*

Declaro, por meio deste termo, que concordei voluntariamente em responder esse questionário, que busca coletar as percepções de usuários qualificados no uso de ferramentas de transparência e participação governamentais, desenvolvido pela pesquisadora Caroline Stéphanie Francis dos Santos Maciel. Fui informado(a) que a pesquisa é desenvolvida para fins estritamente acadêmicos em sede de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Direito na Universidade Federal de Minas Gerais, sob orientação da Profa. Fabiana de Menezes Soares, vinculada ao Observatório para a Qualidade da Lei e em parceria com a Dado Capital e a Rede de Advocacy Colaborativo. Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou outros benefícios, nem ter qualquer ônus ou risco à saúde e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui também informado(a) que não será divulgado meu nome e nem outro dado de contato que permita a minha identificação pessoal, em conformidade com as normas éticas do Comitê de Ética da UFMG (art. 1º, § único, I, V e VII da Resolução 510/2016). Informaram, ainda, que apenas os dados institucionais e resultados das respostas ao questionário serão divulgados no relatório da pesquisa, garantidas a confidencialidade, sigilo e anonimato dos participantes. Por fim, fui informado(a) de que posso me retirar dessa pesquisa de opinião a qualquer momento, sem sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos. Ao selecionar "sim" nesta caixa, concordo com todas as especificações acima deste Termo de Consentimento Livre e Informado.

Sim

Autorizo a divulgação dos dados institucionais e respostas às perguntas do questionário para a realização dos objetivos dessa pesquisa \*

Sim

## Orientações gerais

Nas questões fechadas, escolha a melhor resposta dentre as possíveis, que representa melhor a realidade no uso geral dessas ferramentas pela organização (o que ocorreu na maioria das vezes).

Dê uma resposta com base na realidade da sua instituição e não apenas na sua experiência pessoal.

Nas questões abertas, aprofunde nas particularidades sobre o tópico. Quanto mais dados fornecer, tanto melhor para a pesquisa e completo diagnóstico da situação.

Caso não saiba alguma(s) da(s) resposta(s), por você não utilizar o canal/desconhecê-lo, veja se é possível obtê-la(s) junto à organização que representa; caso contrário, marque que a organização não usa.



### Sites oficiais do governo federal ([gov.br](http://gov.br) e derivados)

A organização já extraiu dados ou informações de algum site oficial do governo federal?

\*

- Sim
- Não

### Uso de sites oficiais do governo federal ([gov.br](http://gov.br) e derivados)

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso dos sites oficiais do governo federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:





### Frequência de uso

1    2    3    4    5

Raramente usamos na organização                        Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no site
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa por conta própria conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso

## Outras dificuldades de navegabilidade e usabilidade

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Mudanças de domínio e/ou links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre ocorrências em navegabilidade antes e depois da mudança dos domínios, com a unificação dos endereços eletrônicos do governo federal em 2019 (portal único [gov.br](http://gov.br)).

.....

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados ativamente nos sites oficiais do governo federal resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

Os sites oficiais de governos estaduais e municipais que a organização acessa são qualitativamente inferiores aos sites do governo federal, considerando as dimensões desse questionário (disponibilidade, atualização, compreensão dos dados e navegabilidade no site).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou sites oficiais de governos estaduais/municipais)

Portal da Transparência Federal ([portaldatransparencia.gov.br](http://portaldatransparencia.gov.br))

A organização já extraiu dados ou informações do Portal da Transparência federal? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse portal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

### Uso do Portal da Transparência Federal

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do Portal da Transparência Federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:



### Frequência de uso

1 2 3 4 5

Raramente usamos na  
organização

Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no portal
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa por conta própria conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso à informação ou dado.

## Outras dificuldades de navegabilidade e usabilidade

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre ocorrências em navegabilidade antes e depois da reformulação do Portal da Transparência Federal em 2018.

.....

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados no Portal da Transparência Federal resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente



No geral, os Portais da Transparência estaduais e municipais que a organização usa são qualitativamente inferiores ao Portal da Transparência Federal, considerando as dimensões desse questionário (disponibilidade, atualização, compreensão dos dados e navegabilidade no portal).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou nenhum portal de transparência estadual ou municipal)

#### Portal Brasileiro de Dados Abertos ([dados.gov.br](https://dados.gov.br))

A organização já extraiu dados do Portal Brasileiro de Dados Abertos? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse portal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: Por ora ainda não utilizei

## Uso do Portal Brasileiro de Dados Abertos

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do Portal Brasileiro de Dados Abertos pela organização da sociedade civil ou movimento social:



Frequência de uso

	1	2	3	4	5	
Raramente usamos na organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no portal
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa (autônoma) conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso à informação ou dado.

## Outras dificuldades

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Escassez de bases de dados abertos disponibilizadas ativamente
- Bases de dados abertos não disponibilizadas no prazo estabelecido, em conformidade com os cronogramas de abertura dos órgãos
- Não disponibilização das bases de dados abertos, mesmo após solicitação
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre modificações nesse portal no decorrer do tempo.

.....

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados ativamente no Portal Brasileiro de Dados Abertos resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

Os governos estaduais e municipais e os outros poderes (que organização acessa) disponibilizam bem menos dados públicos em formato aberto que o governo federal, seja no Portal Brasileiro de Dados Abertos ou em outros portais.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca extraiu dados abertos de governos subnacionais ou de outros poderes)

### Pedidos de acesso à informação a órgãos do governo federal

A organização já fez pedido de acesso à informação através do e-SIC federal? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse canal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo/instável)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: não sei informar

### Uso do e-SIC federal

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do e-SIC federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:



Frequência de uso

	1	2	3	4	5	
Raramente usamos na organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Usamos com muita frequência



### Satisfação com o acesso concedido

- Conseguiu acesso completo a tudo que pediu já com o pedido inicial, no prazo legal;
- Conseguiu acesso completo apenas após recorrer ou após o prazo legal;
- Não conseguiu acesso completo, apenas parcial;
- Negativa completa de acesso, mesmo sem ser hipótese legal de sigilo.

### Justificativas dos órgãos para negativas de acesso (se aplicável)

- Não recebeu nenhuma justificativa
- Trabalho adicional de análise, interpretação ou consolidação
- Pedido genérico
- Órgão incompetente (sem reencaminhar o seu pedido)
- Pandemia
- Dados pessoais
- Sigilo legal
- Interpretação extensiva do órgão sobre o sigilo
- Inexistência dos documentos digitalizados e necessidade de consultar arquivos físicos pessoalmente
- Outro: .....

## Compreensão das respostas ou dados enviados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada na resposta e nem as informações enviadas;
- Teve alguma dificuldade, mas com alguma pesquisa (autônoma) conseguiu entender;
- Não conseguiu compreender e precisou solicitar esclarecimentos em recurso ou nova solicitação de acesso;
- Não conseguiu compreender e desistiu do acesso à informação.

## Dificuldades técnicas com o e-SIC federal

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Sistema fora do ar, lento ou instável;
- Respostas fora do prazo legal;
- Obscuridade nas competências dos órgãos e dificuldade para saber a quem encaminhar o pedido;
- Arquivos anexos corrompidos/desconfigurados/inúteis;
- Arquivo em formato não aberto, não legível por máquina;
- Indisponibilidade de arquivos digitais;
- Não sistematização de dados pelo órgão;
- Necessidade de dados gerais de órgãos com competências centrais e foi aconselhado a procurar cada órgão individualmente, o que inviabilizou o acesso pela grande quantidade de órgãos ou volume de dados.

### Outros problemas que dificultaram ou desestimularam o acesso

- Exigências excessivas de dados pessoais;
- Cobrança de taxas de reprodução;
- Não divulgação de lista de documentos classificados como sigilosos pelo órgão federal;
- Influência do perfil do solicitante na resposta ao pedido (antes da possibilidade de pedidos anônimos no e-SIC federal);
- Falta de capacitação técnica dos servidores para responder as solicitações;
- Outro: .....

Os sistemas eletrônicos de solicitação de acesso à informação de governos estaduais e municipais que a organização usa são qualitativamente inferiores ao e-SIC federal, considerando as dimensões desse questionário (satisfação com o acesso, justificativas para negativas, compreensão e dificuldades técnicas).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou sistemas de acesso de governos subnacionais)

Ouvidorias federais ([ouvidorias.gov.br](https://www.ouvidorias.gov.br))

A organização já usou o sistema eletrônico de ouvidorias do governo federal? \*

Sim

Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

Não conhece esse canal

Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais

Não consegue usá-lo (complexo)

Não acredita que seja um canal efetivo

Não se aplica (respondeu sim no item anterior)

Outro: .....

## Sistema federal de Ouvidorias

Nas questões desta seção responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso de ouvidorias federais pela organização da sociedade civil ou movimento social:



### Frequência de uso

1    2    3    4    5

Raramente usamos na organização                        Usamos com muita frequência

## Motivos do seu uso

- Denúncia
- Reclamação
- Elogio
- Solicitação de serviço público
- Pedido de desburocratização
- Sugestão
- Pedido de acesso à informação

## Efetividade/poder de influência

- As manifestações feitas pela ouvidoria frequentemente geraram resultados efetivos (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente efetivos (entre 30% e 60%);
- Raramente efetivos (menos 1% a 29%);
- Nunca são efetivos.

## Devolutiva

- Nunca recebe satisfação das manifestações enviadas;
- Recebe respostas, mas raramente são satisfatórias ou completas;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias e completas.

## Dificuldades técnicas

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Sistema fora do ar, lento ou instável;
- Retorno intempestivo ou demorado acerca da manifestação;
- Falta de capacitação técnica dos servidores para fornecer as respostas;
- Outro: .....

Considerando as dimensões do questionário, os sistemas de ouvidorias locais (governos estaduais e municipais que a organização usa) são qualitativamente inferiores ao sistema federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou ouvidorias locais)

## Outras considerações da organização sobre transparência no governo federal

---

### Participação em políticas públicas

Até então, as perguntas eram sobre o uso de ferramentas de transparência do governo federal pela instituição. A partir daqui, responda com base na percepção e opinião institucionais sobre o uso de ferramentas de participação pelo governo na construção de políticas públicas.

A organização já usou as plataformas Dialoga Brasil ([dialoga.gov.br](http://dialoga.gov.br)) e/ou Participa Brasil ([participa.br](http://participa.br)) do governo federal? \*

- Sim (ambas)
- Sim (apenas a Participa Brasil)
- Sim (apenas a Dialoga Brasil)
- Não (nenhuma delas)

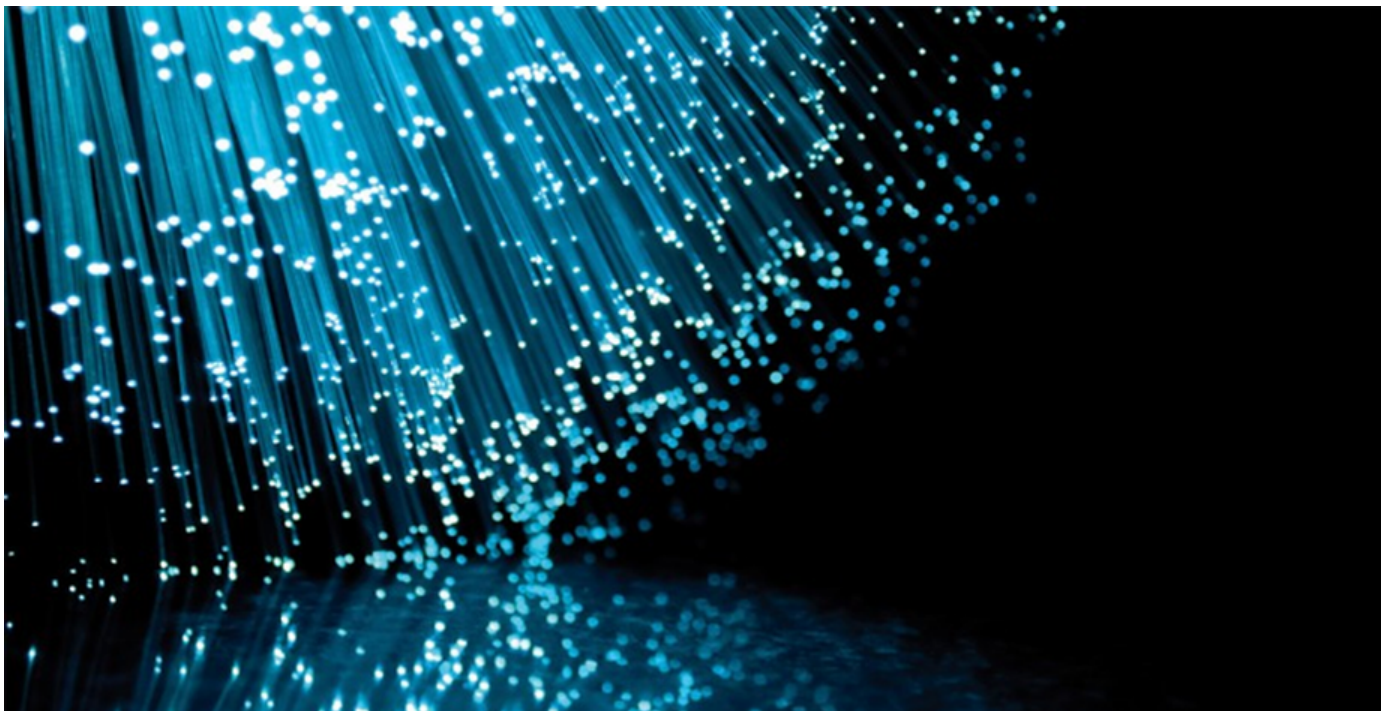


Se a resposta foi sim apenas para uma delas ou não, qual motivo?

- Não conhece essa(s) plataforma(s)
- Não precisa usá-la(s) para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-la(s) - complexa(s)
- Não a(s) considera ferramenta(s) efetiva(s) de participação
- Não se aplica (respondeu sim para ambas no item anterior)
- Outro: não sei informar

## Plataformas Dialoga Brasil e Participa Br

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso das Plataformas Dialoga Brasil e Participa Br (espaços de participação digital) na construção de políticas públicas pelo governo federal



Frequência de uso de alguma das plataformas pelo governo para a construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Ações ativas de engajamento nas Plataformas (organização procura participar):

	1	2	3	4	5	
Raramente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Com muita frequência

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento em espaços de participação digital é qualitativamente pior do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou espaços de participação digital de governos locais)

### Consultas públicas na construção de políticas públicas federais

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso de consultas públicas na construção de políticas públicas pelo governo federal

Frequência de uso de consultas públicas pelo governo no para construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Convites para participar (iniciativa do governo federal, por qualquer meio):

- Organização nunca foi convidada pelo governo para participar de consulta pública;
- Raramente é convidado (1% a 29% das vezes em que há uma consulta);
- Ocasionalmente é convidado (30% a 60%);
- Frequentemente é convidado (mais de 60% das vezes).

### Ações ativas de engajamento em consultas (organização procura participar):

- Frequentemente procura participar (mais de 60% das vezes);
- Ocasionalmente (30%-60%);
- Raramente (até 29%);
- Nunca

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento a consultas públicas é qualitativamente melhor do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

### Audiências públicas na construção de políticas públicas federais

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso de audiências públicas na construção de políticas públicas pelo governo federal

### Frequência de uso de audiências públicas pelo governo para construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Convites para participar (iniciativa do governo federal, por qualquer meio):

- Organização nunca foi convidada pelo governo para participar de audiência pública;
- Raramente é convidado (1% a 29% das vezes em que há uma audiência);
- Ocasionalmente é convidado (30% a 60%);
- Frequentemente é convidado (mais de 60% das vezes).

### Ações ativas de engajamento em audiências (organização procura participar):

- Frequentemente procura participar (mais de 60% das vezes);
- Ocasionalmente (30%-60%);
- Raramente (até 29%);
- Nunca

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento a audiências públicas é qualitativamente melhor do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente



## Outras considerações da organização sobre participação no governo federal

---

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

# Questionário transparência e participação no Governo Federal

Esse questionário tem como objetivo coletar as percepções no uso de ferramentas de transparência e participação governamentais pelas organizações da sociedade civil e movimentos sociais organizados, sendo garantidas a confidencialidade, sigilo e anonimato dos participantes. A partir dos resultados, compreender a efetividade desses instrumentos, detectar eventuais deficiências e apontar soluções.

Os resultados serão divulgados na tese de doutorado da pesquisadora responsável pela sua elaboração, Caroline Maciel.

A sua participação é uma etapa muito importante para o diagnóstico e sistematização das dificuldades enfrentadas por usuários qualificados, identificação dos avanços e de sugestões para melhorias. Se possível, responda todas as questões.

Endereço de e-mail \*

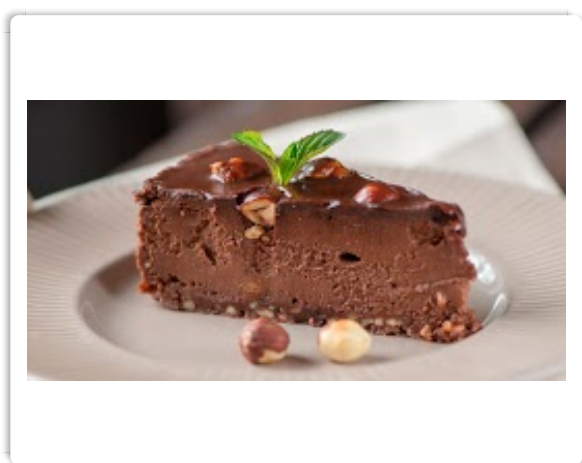
Para evitar o uso de robots neste questionário, responda: qual das imagens abaixo é um prato de sobremesa? \*



1



2



3



4

Dados

Nome da instituição que representa \*

[REDACTED]

## Principal área de atuação institucional \*

- Transparência e Integridade
- Direitos Humanos/Direitos fundamentais
- Socioambiental
- Nova economia
- Saúde
- Educação
- Outro: .....

## Estou apto(a) a responder em nome da organização que represento? \*

- Sim

## Nome completo do responsável pelo preenchimento \*

.....

## Vínculo/cargo institucional \*

fundadora .....

## Anos que está na instituição \*

- Até 1 ano
- Mais de 1 ano até 5 anos
- Mais de 5 anos

## Última escolaridade do respondente \*

- Ensino superior
- Especialização
- Mestrado
- Doutorado
- Outro: .....

## Concordo com o Termo de Consentimento Livre e Informado abaixo \*

Declaro, por meio deste termo, que concordei voluntariamente em responder esse questionário, que busca coletar as percepções de usuários qualificados no uso de ferramentas de transparência e participação governamentais, desenvolvido pela pesquisadora Caroline Stéphanie Francis dos Santos Maciel. Fui informado(a) que a pesquisa é desenvolvida para fins estritamente acadêmicos em sede de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Direito na Universidade Federal de Minas Gerais, sob orientação da Profa. Fabiana de Menezes Soares, vinculada ao Observatório para a Qualidade da Lei e em parceria com a Dado Capital e a Rede de Advocacy Colaborativo. Afirmando que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou outros benefícios, nem ter qualquer ônus ou risco à saúde e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui também informado(a) que não será divulgado meu nome e nem outro dado de contato que permita a minha identificação pessoal, em conformidade com as normas éticas do Comitê de Ética da UFMG (art. 1º, § único, I, V e VII da Resolução 510/2016). Informaram, ainda, que apenas os dados institucionais e resultados das respostas ao questionário serão divulgados no relatório da pesquisa, garantidas a confidencialidade, sigilo e anonimato dos participantes. Por fim, fui informado(a) de que posso me retirar dessa pesquisa de opinião a qualquer momento, sem sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos. Ao selecionar "sim" nesta caixa, concordo com todas as especificações acima deste Termo de Consentimento Livre e Informado.

Sim

Autorizo a divulgação dos dados institucionais e respostas às perguntas do questionário para a realização dos objetivos dessa pesquisa \*

Sim

## Orientações gerais

Nas questões fechadas, escolha a melhor resposta dentre as possíveis, que representa melhor a realidade no uso geral dessas ferramentas pela organização (o que ocorreu na maioria das vezes).

Dê uma resposta com base na realidade da sua instituição e não apenas na sua experiência pessoal.

Nas questões abertas, aprofunde nas particularidades sobre o tópico. Quanto mais dados fornecer, tanto melhor para a pesquisa e completo diagnóstico da situação.

Caso não saiba alguma(s) da(s) resposta(s), por você não utilizar o canal/desconhecê-lo, veja se é possível obtê-la(s) junto à organização que representa; caso contrário, marque que a organização não usa.



### Sites oficiais do governo federal ([gov.br](http://gov.br) e derivados)

A organização já extraiu dados ou informações de algum site oficial do governo federal?

\*

- Sim
- Não

### Uso de sites oficiais do governo federal ([gov.br](http://gov.br) e derivados)

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso dos sites oficiais do governo federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:





### Frequência de uso

1    2    3    4    5

Raramente usamos na organização                        Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no site
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa por conta própria conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso

## Outras dificuldades de navegabilidade e usabilidade

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Mudanças de domínio e/ou links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre ocorrências em navegabilidade antes e depois da mudança dos domínios, com a unificação dos endereços eletrônicos do governo federal em 2019 (portal único [gov.br](http://gov.br)).

.....

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados ativamente nos sites oficiais do governo federal resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

Os sites oficiais de governos estaduais e municipais que a organização acessa são qualitativamente inferiores aos sites do governo federal, considerando as dimensões desse questionário (disponibilidade, atualização, compreensão dos dados e navegabilidade no site).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou sites oficiais de governos estaduais/municipais)

Portal da Transparência Federal ([portaldatransparencia.gov.br](http://portaldatransparencia.gov.br))

A organização já extraiu dados ou informações do Portal da Transparência federal? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse portal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

### Uso do Portal da Transparência Federal

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do Portal da Transparência Federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:



### Frequência de uso

1 2 3 4 5

Raramente usamos na  
organização

Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no portal
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa por conta própria conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso à informação ou dado.

## Outras dificuldades de navegabilidade e usabilidade

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre ocorrências em navegabilidade antes e depois da reformulação do Portal da Transparência Federal em 2018.

.....

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados no Portal da Transparência Federal resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente



No geral, os Portais da Transparência estaduais e municipais que a organização usa são qualitativamente inferiores ao Portal da Transparência Federal, considerando as dimensões desse questionário (disponibilidade, atualização, compreensão dos dados e navegabilidade no portal).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou nenhum portal de transparência estadual ou municipal)

#### Portal Brasileiro de Dados Abertos ([dados.gov.br](https://dados.gov.br))

A organização já extraiu dados do Portal Brasileiro de Dados Abertos? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse portal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

## Uso do Portal Brasileiro de Dados Abertos

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do Portal Brasileiro de Dados Abertos pela organização da sociedade civil ou movimento social:



Frequência de uso

	1	2	3	4	5	
Raramente usamos na organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no portal
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa (autônoma) conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso à informação ou dado.

## Outras dificuldades

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Escassez de bases de dados abertos disponibilizadas ativamente
- Bases de dados abertos não disponibilizadas no prazo estabelecido, em conformidade com os cronogramas de abertura dos órgãos
- Não disponibilização das bases de dados abertos, mesmo após solicitação
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre modificações nesse portal no decorrer do tempo.

.....

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados ativamente no Portal Brasileiro de Dados Abertos resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

Os governos estaduais e municipais e os outros poderes (que organização acessa) disponibilizam bem menos dados públicos em formato aberto que o governo federal, seja no Portal Brasileiro de Dados Abertos ou em outros portais.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca extraiu dados abertos de governos subnacionais ou de outros poderes)

#### Pedidos de acesso à informação a órgãos do governo federal

A organização já fez pedido de acesso à informação através do e-SIC federal? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse canal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo/instável)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

### Uso do e-SIC federal

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do e-SIC federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:



Frequência de uso

	1	2	3	4	5	
Raramente usamos na organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Usamos com muita frequência



### Satisfação com o acesso concedido

- Conseguiu acesso completo a tudo que pediu já com o pedido inicial, no prazo legal;
- Conseguiu acesso completo apenas após recorrer ou após o prazo legal;
- Não conseguiu acesso completo, apenas parcial;
- Negativa completa de acesso, mesmo sem ser hipótese legal de sigilo.

### Justificativas dos órgãos para negativas de acesso (se aplicável)

- Não recebeu nenhuma justificativa
- Trabalho adicional de análise, interpretação ou consolidação
- Pedido genérico
- Órgão incompetente (sem reencaminhar o seu pedido)
- Pandemia
- Dados pessoais
- Sigilo legal
- Interpretação extensiva do órgão sobre o sigilo
- Inexistência dos documentos digitalizados e necessidade de consultar arquivos físicos pessoalmente
- Outro: .....

## Compreensão das respostas ou dados enviados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada na resposta e nem as informações enviadas;
- Teve alguma dificuldade, mas com alguma pesquisa (autônoma) conseguiu entender;
- Não conseguiu compreender e precisou solicitar esclarecimentos em recurso ou nova solicitação de acesso;
- Não conseguiu compreender e desistiu do acesso à informação.

## Dificuldades técnicas com o e-SIC federal

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Sistema fora do ar, lento ou instável;
- Respostas fora do prazo legal;
- Obscuridade nas competências dos órgãos e dificuldade para saber a quem encaminhar o pedido;
- Arquivos anexos corrompidos/desconfigurados/inúteis;
- Arquivo em formato não aberto, não legível por máquina;
- Indisponibilidade de arquivos digitais;
- Não sistematização de dados pelo órgão;
- Necessidade de dados gerais de órgãos com competências centrais e foi aconselhado a procurar cada órgão individualmente, o que inviabilizou o acesso pela grande quantidade de órgãos ou volume de dados.

### Outros problemas que dificultaram ou desestimularam o acesso

- Exigências excessivas de dados pessoais;
- Cobrança de taxas de reprodução;
- Não divulgação de lista de documentos classificados como sigilosos pelo órgão federal;
- Influência do perfil do solicitante na resposta ao pedido (antes da possibilidade de pedidos anônimos no e-SIC federal);
- Falta de capacitação técnica dos servidores para responder as solicitações;
- Outro: .....

Os sistemas eletrônicos de solicitação de acesso à informação de governos estaduais e municipais que a organização usa são qualitativamente inferiores ao e-SIC federal, considerando as dimensões desse questionário (satisfação com o acesso, justificativas para negativas, compreensão e dificuldades técnicas).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou sistemas de acesso de governos subnacionais)

Ouvidorias federais ([ouvidorias.gov.br](https://ouvidorias.gov.br))

A organização já usou o sistema eletrônico de ouvidorias do governo federal? \*

Sim

Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

Não conhece esse canal

Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais

Não consegue usá-lo (complexo)

Não acredita que seja um canal efetivo

Não se aplica (respondeu sim no item anterior)

Outro: .....

## Sistema federal de Ouvidorias

Nas questões desta seção responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso de ouvidorias federais pela organização da sociedade civil ou movimento social:



### Frequência de uso

1    2    3    4    5

Raramente usamos na organização                        Usamos com muita frequência

## Motivos do seu uso

- Denúncia
- Reclamação
- Elogio
- Solicitação de serviço público
- Pedido de desburocratização
- Sugestão
- Pedido de acesso à informação

## Efetividade/poder de influência

- As manifestações feitas pela ouvidoria frequentemente geraram resultados efetivos (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente efetivos (entre 30% e 60%);
- Raramente efetivos (menos 1% a 29%);
- Nunca são efetivos.

## Devolutiva

- Nunca recebe satisfação das manifestações enviadas;
- Recebe respostas, mas raramente são satisfatórias ou completas;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias e completas.

## Dificuldades técnicas

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Sistema fora do ar, lento ou instável;
- Retorno intempestivo ou demorado acerca da manifestação;
- Falta de capacitação técnica dos servidores para fornecer as respostas;
- Outro: .....

Considerando as dimensões do questionário, os sistemas de ouvidorias locais (governos estaduais e municipais que a organização usa) são qualitativamente inferiores ao sistema federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou ouvidorias locais)

## Outras considerações da organização sobre transparência no governo federal

---

### Participação em políticas públicas

Até então, as perguntas eram sobre o uso de ferramentas de transparência do governo federal pela instituição. A partir daqui, responda com base na percepção e opinião institucionais sobre o uso de ferramentas de participação pelo governo na construção de políticas públicas.

A organização já usou as plataformas Dialoga Brasil ([dialoga.gov.br](http://dialoga.gov.br)) e/ou Participa Brasil ([participa.br](http://participa.br)) do governo federal? \*

- Sim (ambas)
- Sim (apenas a Participa Brasil)
- Sim (apenas a Dialoga Brasil)
- Não (nenhuma delas)



Se a resposta foi sim apenas para uma delas ou não, qual motivo?

- Não conhece essa(s) plataforma(s)
- Não precisa usá-la(s) para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-la(s) - complexa(s)
- Não a(s) considera ferramenta(s) efetiva(s) de participação
- Não se aplica (respondeu sim para ambas no item anterior)
- Outro: .....

## Plataformas Dialoga Brasil e Participa Br

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso das Plataformas Dialoga Brasil e Participa Br (espaços de participação digital) na construção de políticas públicas pelo governo federal



Frequência de uso de alguma das plataformas pelo governo para a construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Ações ativas de engajamento nas Plataformas (organização procura participar):

	1	2	3	4	5	
Raramente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Com muita frequência

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento em espaços de participação digital é qualitativamente pior do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou espaços de participação digital de governos locais)

### Consultas públicas na construção de políticas públicas federais

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso de consultas públicas na construção de políticas públicas pelo governo federal

Frequência de uso de consultas públicas pelo governo no para construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Convites para participar (iniciativa do governo federal, por qualquer meio):

- Organização nunca foi convidada pelo governo para participar de consulta pública;
- Raramente é convidado (1% a 29% das vezes em que há uma consulta);
- Ocasionalmente é convidado (30% a 60%);
- Frequentemente é convidado (mais de 60% das vezes).

### Ações ativas de engajamento em consultas (organização procura participar):

- Frequentemente procura participar (mais de 60% das vezes);
- Ocasionalmente (30%-60%);
- Raramente (até 29%);
- Nunca

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento a consultas públicas é qualitativamente melhor do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

### Audiências públicas na construção de políticas públicas federais

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso de audiências públicas na construção de políticas públicas pelo governo federal

### Frequência de uso de audiências públicas pelo governo para construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Convites para participar (iniciativa do governo federal, por qualquer meio):

- Organização nunca foi convidada pelo governo para participar de audiência pública;
- Raramente é convidado (1% a 29% das vezes em que há uma audiência);
- Ocasionalmente é convidado (30% a 60%);
- Frequentemente é convidado (mais de 60% das vezes).

### Ações ativas de engajamento em audiências (organização procura participar):

- Frequentemente procura participar (mais de 60% das vezes);
- Ocasionalmente (30%-60%);
- Raramente (até 29%);
- Nunca

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento a audiências públicas é qualitativamente melhor do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente



## Outras considerações da organização sobre participação no governo federal

---

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

# Questionário transparência e participação no Governo Federal

Esse questionário tem como objetivo coletar as percepções no uso de ferramentas de transparência e participação governamentais pelas organizações da sociedade civil e movimentos sociais organizados, sendo garantidas a confidencialidade, sigilo e anonimato dos participantes. A partir dos resultados, compreender a efetividade desses instrumentos, detectar eventuais deficiências e apontar soluções.

Os resultados serão divulgados na tese de doutorado da pesquisadora responsável pela sua elaboração, Caroline Maciel.

A sua participação é uma etapa muito importante para o diagnóstico e sistematização das dificuldades enfrentadas por usuários qualificados, identificação dos avanços e de sugestões para melhorias. Se possível, responda todas as questões.

Endereço de e-mail \*

[REDACTED]

Para evitar o uso de robots neste questionário, responda: qual das imagens abaixo é um prato de sobremesa? \*



1



2



3



4

## Dados

Nome da instituição que representa \*

[Redacted]

## Principal área de atuação institucional \*

- Transparência e Integridade
- Direitos Humanos/Direitos fundamentais
- Socioambiental
- Nova economia
- Saúde
- Educação
- Outro: .....

## Estou apto(a) a responder em nome da organização que represento? \*

- Sim

## Nome completo do responsável pelo preenchimento \*

.....

## Vínculo/cargo institucional \*

Assistente Geral  
.....

## Anos que está na instituição \*

- Até 1 ano
- Mais de 1 ano até 5 anos
- Mais de 5 anos

## Última escolaridade do respondente \*

- Ensino superior
- Especialização
- Mestrado
- Doutorado
- Outro: .....

## Concordo com o Termo de Consentimento Livre e Informado abaixo \*

Declaro, por meio deste termo, que concordei voluntariamente em responder esse questionário, que busca coletar as percepções de usuários qualificados no uso de ferramentas de transparência e participação governamentais, desenvolvido pela pesquisadora Caroline Stéphanie Francis dos Santos Maciel. Fui informado(a) que a pesquisa é desenvolvida para fins estritamente acadêmicos em sede de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Direito na Universidade Federal de Minas Gerais, sob orientação da Profa. Fabiana de Menezes Soares, vinculada ao Observatório para a Qualidade da Lei e em parceria com a Dado Capital e a Rede de Advocacy Colaborativo. Afirmando que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou outros benefícios, nem ter qualquer ônus ou risco à saúde e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui também informado(a) que não será divulgado meu nome e nem outro dado de contato que permita a minha identificação pessoal, em conformidade com as normas éticas do Comitê de Ética da UFMG (art. 1º, § único, I, V e VII da Resolução 510/2016). Informaram, ainda, que apenas os dados institucionais e resultados das respostas ao questionário serão divulgados no relatório da pesquisa, garantidas a confidencialidade, sigilo e anonimato dos participantes. Por fim, fui informado(a) de que posso me retirar dessa pesquisa de opinião a qualquer momento, sem sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos. Ao selecionar "sim" nesta caixa, concordo com todas as especificações acima deste Termo de Consentimento Livre e Informado.

Sim

Autorizo a divulgação dos dados institucionais e respostas às perguntas do questionário para a realização dos objetivos dessa pesquisa \*

Sim

## Orientações gerais

Nas questões fechadas, escolha a melhor resposta dentre as possíveis, que representa melhor a realidade no uso geral dessas ferramentas pela organização (o que ocorreu na maioria das vezes).

Dê uma resposta com base na realidade da sua instituição e não apenas na sua experiência pessoal.

Nas questões abertas, aprofunde nas particularidades sobre o tópico. Quanto mais dados fornecer, tanto melhor para a pesquisa e completo diagnóstico da situação.

Caso não saiba alguma(s) da(s) resposta(s), por você não utilizar o canal/desconhecê-lo, veja se é possível obtê-la(s) junto à organização que representa; caso contrário, marque que a organização não usa.



### Sites oficiais do governo federal ([gov.br](http://gov.br) e derivados)

A organização já extraiu dados ou informações de algum site oficial do governo federal?

\*

- Sim
- Não

### Uso de sites oficiais do governo federal ([gov.br](http://gov.br) e derivados)

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso dos sites oficiais do governo federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:





### Frequência de uso

1    2    3    4    5

Raramente usamos na organização                        Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no site
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa por conta própria conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso

## Outras dificuldades de navegabilidade e usabilidade

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Mudanças de domínio e/ou links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre ocorrências em navegabilidade antes e depois da mudança dos domínios, com a unificação dos endereços eletrônicos do governo federal em 2019 (portal único [gov.br](http://gov.br)).

.....

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados ativamente nos sites oficiais do governo federal resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

Os sites oficiais de governos estaduais e municipais que a organização acessa são qualitativamente inferiores aos sites do governo federal, considerando as dimensões desse questionário (disponibilidade, atualização, compreensão dos dados e navegabilidade no site).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou sites oficiais de governos estaduais/municipais)

Portal da Transparência Federal ([portaldatransparencia.gov.br](http://portaldatransparencia.gov.br))

A organização já extraiu dados ou informações do Portal da Transparência federal? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse portal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

### Uso do Portal da Transparência Federal

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do Portal da Transparência Federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:



### Frequência de uso

1 2 3 4 5

Raramente usamos na organização

Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no portal
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa por conta própria conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso à informação ou dado.

## Outras dificuldades de navegabilidade e usabilidade

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre ocorrências em navegabilidade antes e depois da reformulação do Portal da Transparência Federal em 2018.

.....

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados no Portal da Transparência Federal resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente



No geral, os Portais da Transparência estaduais e municipais que a organização usa são qualitativamente inferiores ao Portal da Transparência Federal, considerando as dimensões desse questionário (disponibilidade, atualização, compreensão dos dados e navegabilidade no portal).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou nenhum portal de transparência estadual ou municipal)

#### Portal Brasileiro de Dados Abertos ([dados.gov.br](https://dados.gov.br))

A organização já extraiu dados do Portal Brasileiro de Dados Abertos? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse portal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

## Uso do Portal Brasileiro de Dados Abertos

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do Portal Brasileiro de Dados Abertos pela organização da sociedade civil ou movimento social:



Frequência de uso

	1	2	3	4	5	
Raramente usamos na organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no portal
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa (autônoma) conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso à informação ou dado.

## Outras dificuldades

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Escassez de bases de dados abertos disponibilizadas ativamente
- Bases de dados abertos não disponibilizadas no prazo estabelecido, em conformidade com os cronogramas de abertura dos órgãos
- Não disponibilização das bases de dados abertos, mesmo após solicitação
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre modificações nesse portal no decorrer do tempo.

.....

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados ativamente no Portal Brasileiro de Dados Abertos resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

Os governos estaduais e municipais e os outros poderes (que organização acessa) disponibilizam bem menos dados públicos em formato aberto que o governo federal, seja no Portal Brasileiro de Dados Abertos ou em outros portais.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca extraiu dados abertos de governos subnacionais ou de outros poderes)

#### Pedidos de acesso à informação a órgãos do governo federal

A organização já fez pedido de acesso à informação através do e-SIC federal? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse canal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo/instável)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

## Uso do e-SIC federal

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do e-SIC federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:



Frequência de uso

	1	2	3	4	5	
Raramente usamos na organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Usamos com muita frequência



### Satisfação com o acesso concedido

- Conseguiu acesso completo a tudo que pediu já com o pedido inicial, no prazo legal;
- Conseguiu acesso completo apenas após recorrer ou após o prazo legal;
- Não conseguiu acesso completo, apenas parcial;
- Negativa completa de acesso, mesmo sem ser hipótese legal de sigilo.

### Justificativas dos órgãos para negativas de acesso (se aplicável)

- Não recebeu nenhuma justificativa
- Trabalho adicional de análise, interpretação ou consolidação
- Pedido genérico
- Órgão incompetente (sem reencaminhar o seu pedido)
- Pandemia
- Dados pessoais
- Sigilo legal
- Interpretação extensiva do órgão sobre o sigilo
- Inexistência dos documentos digitalizados e necessidade de consultar arquivos físicos pessoalmente
- Outro: .....

## Compreensão das respostas ou dados enviados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada na resposta e nem as informações enviadas;
- Teve alguma dificuldade, mas com alguma pesquisa (autônoma) conseguiu entender;
- Não conseguiu compreender e precisou solicitar esclarecimentos em recurso ou nova solicitação de acesso;
- Não conseguiu compreender e desistiu do acesso à informação.

## Dificuldades técnicas com o e-SIC federal

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Sistema fora do ar, lento ou instável;
- Respostas fora do prazo legal;
- Obscuridade nas competências dos órgãos e dificuldade para saber a quem encaminhar o pedido;
- Arquivos anexos corrompidos/desconfigurados/inúteis;
- Arquivo em formato não aberto, não legível por máquina;
- Indisponibilidade de arquivos digitais;
- Não sistematização de dados pelo órgão;
- Necessidade de dados gerais de órgãos com competências centrais e foi aconselhado a procurar cada órgão individualmente, o que inviabilizou o acesso pela grande quantidade de órgãos ou volume de dados.

### Outros problemas que dificultaram ou desestimularam o acesso

- Exigências excessivas de dados pessoais;
- Cobrança de taxas de reprodução;
- Não divulgação de lista de documentos classificados como sigilosos pelo órgão federal;
- Influência do perfil do solicitante na resposta ao pedido (antes da possibilidade de pedidos anônimos no e-SIC federal);
- Falta de capacitação técnica dos servidores para responder as solicitações;
- Outro: .....

Os sistemas eletrônicos de solicitação de acesso à informação de governos estaduais e municipais que a organização usa são qualitativamente inferiores ao e-SIC federal, considerando as dimensões desse questionário (satisfação com o acesso, justificativas para negativas, compreensão e dificuldades técnicas).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou sistemas de acesso de governos subnacionais)

Ouvidorias federais ([ouvidorias.gov.br](https://ouvidorias.gov.br))

A organização já usou o sistema eletrônico de ouvidorias do governo federal? \*

Sim

Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

Não conhece esse canal

Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais

Não consegue usá-lo (complexo)

Não acredita que seja um canal efetivo

Não se aplica (respondeu sim no item anterior)

Outro: .....

## Sistema federal de Ouvidorias

Nas questões desta seção responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso de ouvidorias federais pela organização da sociedade civil ou movimento social:



### Frequência de uso

1    2    3    4    5

Raramente usamos na organização                   Usamos com muita frequência

## Motivos do seu uso

- Denúncia
- Reclamação
- Elogio
- Solicitação de serviço público
- Pedido de desburocratização
- Sugestão
- Pedido de acesso à informação

## Efetividade/poder de influência

- As manifestações feitas pela ouvidoria frequentemente geraram resultados efetivos (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente efetivos (entre 30% e 60%);
- Raramente efetivos (menos 1% a 29%);
- Nunca são efetivos.

## Devolutiva

- Nunca recebe satisfação das manifestações enviadas;
- Recebe respostas, mas raramente são satisfatórias ou completas;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias e completas.

## Dificuldades técnicas

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Sistema fora do ar, lento ou instável;
- Retorno intempestivo ou demorado acerca da manifestação;
- Falta de capacitação técnica dos servidores para fornecer as respostas;
- Outro: .....

Considerando as dimensões do questionário, os sistemas de ouvidorias locais (governos estaduais e municipais que a organização usa) são qualitativamente inferiores ao sistema federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou ouvidorias locais)

## Outras considerações da organização sobre transparência no governo federal

---

### Participação em políticas públicas

Até então, as perguntas eram sobre o uso de ferramentas de transparência do governo federal pela instituição. A partir daqui, responda com base na percepção e opinião institucionais sobre o uso de ferramentas de participação pelo governo na construção de políticas públicas.

A organização já usou as plataformas Dialoga Brasil ([dialoga.gov.br](http://dialoga.gov.br)) e/ou Participa Brasil ([participa.br](http://participa.br)) do governo federal? \*

- Sim (ambas)
- Sim (apenas a Participa Brasil)
- Sim (apenas a Dialoga Brasil)
- Não (nenhuma delas)



Se a resposta foi sim apenas para uma delas ou não, qual motivo?

- Não conhece essa(s) plataforma(s)
- Não precisa usá-la(s) para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-la(s) - complexa(s)
- Não a(s) considera ferramenta(s) efetiva(s) de participação
- Não se aplica (respondeu sim para ambas no item anterior)
- Outro: .....

## Plataformas Dialoga Brasil e Participa Br

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso das Plataformas Dialoga Brasil e Participa Br (espaços de participação digital) na construção de políticas públicas pelo governo federal



Frequência de uso de alguma das plataformas pelo governo para a construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Ações ativas de engajamento nas Plataformas (organização procura participar):

	1	2	3	4	5	
Raramente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Com muita frequência

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento em espaços de participação digital é qualitativamente pior do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou espaços de participação digital de governos locais)

### Consultas públicas na construção de políticas públicas federais

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso de consultas públicas na construção de políticas públicas pelo governo federal

Frequência de uso de consultas públicas pelo governo no para construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Convites para participar (iniciativa do governo federal, por qualquer meio):

- Organização nunca foi convidada pelo governo para participar de consulta pública;
- Raramente é convidado (1% a 29% das vezes em que há uma consulta);
- Ocasionalmente é convidado (30% a 60%);
- Frequentemente é convidado (mais de 60% das vezes).

### Ações ativas de engajamento em consultas (organização procura participar):

- Frequentemente procura participar (mais de 60% das vezes);
- Ocasionalmente (30%-60%);
- Raramente (até 29%);
- Nunca

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento a consultas públicas é qualitativamente melhor do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

### Audiências públicas na construção de políticas públicas federais

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso de audiências públicas na construção de políticas públicas pelo governo federal

### Frequência de uso de audiências públicas pelo governo para construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Convites para participar (iniciativa do governo federal, por qualquer meio):

- Organização nunca foi convidada pelo governo para participar de audiência pública;
- Raramente é convidado (1% a 29% das vezes em que há uma audiência);
- Ocasionalmente é convidado (30% a 60%);
- Frequentemente é convidado (mais de 60% das vezes).

### Ações ativas de engajamento em audiências (organização procura participar):

- Frequentemente procura participar (mais de 60% das vezes);
- Ocasionalmente (30%-60%);
- Raramente (até 29%);
- Nunca

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento a audiências públicas é qualitativamente melhor do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente



## Outras considerações da organização sobre participação no governo federal

---

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

# Questionário transparência e participação no Governo Federal

Esse questionário tem como objetivo coletar as percepções no uso de ferramentas de transparência e participação governamentais pelas organizações da sociedade civil e movimentos sociais organizados, sendo garantidas a confidencialidade, sigilo e anonimato dos participantes. A partir dos resultados, compreender a efetividade desses instrumentos, detectar eventuais deficiências e apontar soluções.

Os resultados serão divulgados na tese de doutorado da pesquisadora responsável pela sua elaboração, Caroline Maciel.

A sua participação é uma etapa muito importante para o diagnóstico e sistematização das dificuldades enfrentadas por usuários qualificados, identificação dos avanços e de sugestões para melhorias. Se possível, responda todas as questões.

Endereço de e-mail \*

Para evitar o uso de robots neste questionário, responda: qual das imagens abaixo é um prato de sobremesa? \*



1



2



3



4

## Dados

Nome da instituição que representa \*

[REDACTED]

## Principal área de atuação institucional \*

- Transparência e Integridade
- Direitos Humanos/Direitos fundamentais
- Socioambiental
- Nova economia
- Saúde
- Educação
- Outro: .....

## Estou apto(a) a responder em nome da organização que represento? \*

- Sim

## Nome completo do responsável pelo preenchimento \*

.....

## Vínculo/cargo institucional \*

Diretor-Presidente  
.....

## Anos que está na instituição \*

- Até 1 ano
- Mais de 1 ano até 5 anos
- Mais de 5 anos

## Última escolaridade do respondente \*

- Ensino superior
- Especialização
- Mestrado
- Doutorado
- Outro: .....

## Concordo com o Termo de Consentimento Livre e Informado abaixo \*

Declaro, por meio deste termo, que concordei voluntariamente em responder esse questionário, que busca coletar as percepções de usuários qualificados no uso de ferramentas de transparência e participação governamentais, desenvolvido pela pesquisadora Caroline Stéphanie Francis dos Santos Maciel. Fui informado(a) que a pesquisa é desenvolvida para fins estritamente acadêmicos em sede de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Direito na Universidade Federal de Minas Gerais, sob orientação da Profa. Fabiana de Menezes Soares, vinculada ao Observatório para a Qualidade da Lei e em parceria com a Dado Capital e a Rede de Advocacy Colaborativo. Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou outros benefícios, nem ter qualquer ônus ou risco à saúde e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui também informado(a) que não será divulgado meu nome e nem outro dado de contato que permita a minha identificação pessoal, em conformidade com as normas éticas do Comitê de Ética da UFMG (art. 1º, § único, I, V e VII da Resolução 510/2016). Informaram, ainda, que apenas os dados institucionais e resultados das respostas ao questionário serão divulgados no relatório da pesquisa, garantidas a confidencialidade, sigilo e anonimato dos participantes. Por fim, fui informado(a) de que posso me retirar dessa pesquisa de opinião a qualquer momento, sem sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos. Ao selecionar "sim" nesta caixa, concordo com todas as especificações acima deste Termo de Consentimento Livre e Informado.

Sim

Autorizo a divulgação dos dados institucionais e respostas às perguntas do questionário para a realização dos objetivos dessa pesquisa \*

Sim

## Orientações gerais

Nas questões fechadas, escolha a melhor resposta dentre as possíveis, que representa melhor a realidade no uso geral dessas ferramentas pela organização (o que ocorreu na maioria das vezes).

Dê uma resposta com base na realidade da sua instituição e não apenas na sua experiência pessoal.

Nas questões abertas, aprofunde nas particularidades sobre o tópico. Quanto mais dados fornecer, tanto melhor para a pesquisa e completo diagnóstico da situação.

Caso não saiba alguma(s) da(s) resposta(s), por você não utilizar o canal/desconhecê-lo, veja se é possível obtê-la(s) junto à organização que representa; caso contrário, marque que a organização não usa.



### Sites oficiais do governo federal ([gov.br](http://gov.br) e derivados)

A organização já extraiu dados ou informações de algum site oficial do governo federal?

\*

- Sim
- Não

### Uso de sites oficiais do governo federal ([gov.br](http://gov.br) e derivados)

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso dos sites oficiais do governo federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:





### Frequência de uso

1      2      3      4      5

Raramente usamos na organização                                    Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no site
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa por conta própria conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso

## Outras dificuldades de navegabilidade e usabilidade

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Mudanças de domínio e/ou links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre ocorrências em navegabilidade antes e depois da mudança dos domínios, com a unificação dos endereços eletrônicos do governo federal em 2019 (portal único [gov.br](http://gov.br)).

J .....

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados ativamente nos sites oficiais do governo federal resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

Os sites oficiais de governos estaduais e municipais que a organização acessa são qualitativamente inferiores ao sites do governo federal, considerando as dimensões desse questionário (disponibilidade, atualização, compreensão dos dados e navegabilidade no site).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou sites oficiais de governos estaduais/municipais)

Portal da Transparência Federal ([portaldatransparencia.gov.br](http://portaldatransparencia.gov.br))

A organização já extraiu dados ou informações do Portal da Transparência federal? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse portal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

### Uso do Portal da Transparência Federal

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do Portal da Transparência Federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:



### Frequência de uso

1 2 3 4 5

Raramente usamos na organização

Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no portal
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa por conta própria conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso à informação ou dado.

### Outras dificuldades de navegabilidade e usabilidade

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre ocorrências em navegabilidade antes e depois da reformulação do Portal da Transparência Federal em 2018.

.....

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados no Portal da Transparência Federal resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente



No geral, os Portais da Transparência estaduais e municipais que a organização usa são qualitativamente inferiores ao Portal da Transparência Federal, considerando as dimensões desse questionário (disponibilidade, atualização, compreensão dos dados e navegabilidade no portal).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou nenhum portal de transparência estadual ou municipal)

#### Portal Brasileiro de Dados Abertos ([dados.gov.br](https://dados.gov.br))

A organização já extraiu dados do Portal Brasileiro de Dados Abertos? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse portal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

## Uso do Portal Brasileiro de Dados Abertos

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do Portal Brasileiro de Dados Abertos pela organização da sociedade civil ou movimento social:



### Frequência de uso

	1	2	3	4	5	
Raramente usamos na organização	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no portal
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa (autônoma) conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso à informação ou dado.

## Outras dificuldades

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Escassez de bases de dados abertos disponibilizadas ativamente
- Bases de dados abertos não disponibilizadas no prazo estabelecido, em conformidade com os cronogramas de abertura dos órgãos
- Não disponibilização das bases de dados abertos, mesmo após solicitação
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre modificações nesse portal no decorrer do tempo.

J .....

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados ativamente no Portal Brasileiro de Dados Abertos resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

Os governos estaduais e municipais e os outros poderes (que organização acessa) disponibilizam bem menos dados públicos em formato aberto que o governo federal, seja no Portal Brasileiro de Dados Abertos ou em outros portais.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca extraiu dados abertos de governos subnacionais ou de outros poderes)

#### Pedidos de acesso à informação a órgãos do governo federal

A organização já fez pedido de acesso à informação através do e-SIC federal? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse canal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo/instável)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

### Uso do e-SIC federal

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do e-SIC federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:



Frequência de uso

	1	2	3	4	5	
Raramente usamos na organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Usamos com muita frequência



### Satisfação com o acesso concedido

- Conseguiu acesso completo a tudo que pediu já com o pedido inicial, no prazo legal;
- Conseguiu acesso completo apenas após recorrer ou após o prazo legal;
- Não conseguiu acesso completo, apenas parcial;
- Negativa completa de acesso, mesmo sem ser hipótese legal de sigilo.

### Justificativas dos órgãos para negativas de acesso (se aplicável)

- Não recebeu nenhuma justificativa
- Trabalho adicional de análise, interpretação ou consolidação
- Pedido genérico
- Órgão incompetente (sem reencaminhar o seu pedido)
- Pandemia
- Dados pessoais
- Sigilo legal
- Interpretação extensiva do órgão sobre o sigilo
- Inexistência dos documentos digitalizados e necessidade de consultar arquivos físicos pessoalmente
- Outro: .....

## Compreensão das respostas ou dados enviados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada na resposta e nem as informações enviadas;
- Teve alguma dificuldade, mas com alguma pesquisa (autônoma) conseguiu entender;
- Não conseguiu compreender e precisou solicitar esclarecimentos em recurso ou nova solicitação de acesso;
- Não conseguiu compreender e desistiu do acesso à informação.

## Dificuldades técnicas com o e-SIC federal

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Sistema fora do ar, lento ou instável;
- Respostas fora do prazo legal;
- Obscuridade nas competências dos órgãos e dificuldade para saber a quem encaminhar o pedido;
- Arquivos anexos corrompidos/desconfigurados/inúteis;
- Arquivo em formato não aberto, não legível por máquina;
- Indisponibilidade de arquivos digitais;
- Não sistematização de dados pelo órgão;
- Necessidade de dados gerais de órgãos com competências centrais e foi aconselhado a procurar cada órgão individualmente, o que inviabilizou o acesso pela grande quantidade de órgãos ou volume de dados.

### Outros problemas que dificultaram ou desestimularam o acesso

- Exigências excessivas de dados pessoais;
- Cobrança de taxas de reprodução;
- Não divulgação de lista de documentos classificados como sigilosos pelo órgão federal;
- Influência do perfil do solicitante na resposta ao pedido (antes da possibilidade de pedidos anônimos no e-SIC federal);
- Falta de capacitação técnica dos servidores para responder as solicitações;
- Outro: .....

Os sistemas eletrônicos de solicitação de acesso à informação de governos estaduais e municipais que a organização usa são qualitativamente inferiores ao e-SIC federal, considerando as dimensões desse questionário (satisfação com o acesso, justificativas para negativas, compreensão e dificuldades técnicas).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou sistemas de acesso de governos subnacionais)

Ouvidorias federais ([ouvidorias.gov.br](https://ouvidorias.gov.br))

A organização já usou o sistema eletrônico de ouvidorias do governo federal? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse canal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não acredita que seja um canal efetivo
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

## Sistema federal de Ouvidorias

Nas questões desta seção responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso de ouvidorias federais pela organização da sociedade civil ou movimento social:



### Frequência de uso

	1	2	3	4	5	
Raramente usamos na organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Usamos com muita frequência

## Motivos do seu uso

- Denúncia
- Reclamação
- Elogio
- Solicitação de serviço público
- Pedido de desburocratização
- Sugestão
- Pedido de acesso à informação

## Efetividade/poder de influência

- As manifestações feitas pela ouvidoria frequentemente geraram resultados efetivos (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente efetivos (entre 30% e 60%);
- Raramente efetivos (menos 1% a 29%);
- Nunca são efetivos.

## Devolutiva

- Nunca recebe satisfação das manifestações enviadas;
- Recebe respostas, mas raramente são satisfatórias ou completas;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias e completas.

## Dificuldades técnicas

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Sistema fora do ar, lento ou instável;
- Retorno intempestivo ou demorado acerca da manifestação;
- Falta de capacitação técnica dos servidores para fornecer as respostas;
- Outro: .....

Considerando as dimensões do questionário, os sistemas de ouvidorias locais (governos estaduais e municipais que a organização usa) são qualitativamente inferiores ao sistema federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou ouvidorias locais)

## Outras considerações da organização sobre transparência no governo federal

---

### Participação em políticas públicas

Até então, as perguntas eram sobre o uso de ferramentas de transparência do governo federal pela instituição. A partir daqui, responda com base na percepção e opinião institucionais sobre o uso de ferramentas de participação pelo governo na construção de políticas públicas.

A organização já usou as plataformas Dialoga Brasil ([dialoga.gov.br](http://dialoga.gov.br)) e/ou Participa Brasil ([participa.br](http://participa.br)) do governo federal? \*

- Sim (ambas)
- Sim (apenas a Participa Brasil)
- Sim (apenas a Dialoga Brasil)
- Não (nenhuma delas)



Se a resposta foi sim apenas para uma delas ou não, qual motivo?

- Não conhece essa(s) plataforma(s)
- Não precisa usá-la(s) para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-la(s) - complexa(s)
- Não a(s) considera ferramenta(s) efetiva(s) de participação
- Não se aplica (respondeu sim para ambas no item anterior)
- Outro: .....

## Plataformas Dialoga Brasil e Participa Br

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso das Plataformas Dialoga Brasil e Participa Br (espaços de participação digital) na construção de políticas públicas pelo governo federal



Frequência de uso de alguma das plataformas pelo governo para a construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Ações ativas de engajamento nas Plataformas (organização procura participar):

	1	2	3	4	5	
Raramente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Com muita frequência

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento em espaços de participação digital é qualitativamente pior do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou espaços de participação digital de governos locais)

### Consultas públicas na construção de políticas públicas federais

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso de consultas públicas na construção de políticas públicas pelo governo federal

Frequência de uso de consultas públicas pelo governo no para construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Convites para participar (iniciativa do governo federal, por qualquer meio):

- Organização nunca foi convidada pelo governo para participar de consulta pública;
- Raramente é convidado (1% a 29% das vezes em que há uma consulta);
- Ocasionalmente é convidado (30% a 60%);
- Frequentemente é convidado (mais de 60% das vezes).

### Ações ativas de engajamento em consultas (organização procura participar):

- Frequentemente procura participar (mais de 60% das vezes);
- Ocasionalmente (30%-60%);
- Raramente (até 29%);
- Nunca

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento a consultas públicas é qualitativamente melhor do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

### Audiências públicas na construção de políticas públicas federais

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso de audiências públicas na construção de políticas públicas pelo governo federal

### Frequência de uso de audiências públicas pelo governo para construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Convites para participar (iniciativa do governo federal, por qualquer meio):

- Organização nunca foi convidada pelo governo para participar de audiência pública;
- Raramente é convidado (1% a 29% das vezes em que há uma audiência);
- Ocasionalmente é convidado (30% a 60%);
- Frequentemente é convidado (mais de 60% das vezes).

### Ações ativas de engajamento em audiências (organização procura participar):

- Frequentemente procura participar (mais de 60% das vezes);
- Ocasionalmente (30%-60%);
- Raramente (até 29%);
- Nunca

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento a audiências públicas é qualitativamente melhor do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente



## Outras considerações da organização sobre participação no governo federal

J

---

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

# Questionário transparência e participação no Governo Federal

Esse questionário tem como objetivo coletar as percepções no uso de ferramentas de transparência e participação governamentais pelas organizações da sociedade civil e movimentos sociais organizados, sendo garantidas a confidencialidade, sigilo e anonimato dos participantes. A partir dos resultados, compreender a efetividade desses instrumentos, detectar eventuais deficiências e apontar soluções.

Os resultados serão divulgados na tese de doutorado da pesquisadora responsável pela sua elaboração, Caroline Maciel.

A sua participação é uma etapa muito importante para o diagnóstico e sistematização das dificuldades enfrentadas por usuários qualificados, identificação dos avanços e de sugestões para melhorias. Se possível, responda todas as questões.

Endereço de e-mail \*

Para evitar o uso de robots neste questionário, responda: qual das imagens abaixo é um prato de sobremesa? \*



1



2



3



4

## Dados

Nome da instituição que representa \*

[REDACTED]

## Principal área de atuação institucional \*

- Transparência e Integridade
- Direitos Humanos/Direitos fundamentais
- Socioambiental
- Nova economia
- Saúde
- Educação
- Outro: .....

## Estou apto(a) a responder em nome da organização que represento? \*

- Sim

## Nome completo do responsável pelo preenchimento \*

.....

## Vínculo/cargo institucional \*

Coordenador de Políticas Públicas  
.....

## Anos que está na instituição \*

- Até 1 ano
- Mais de 1 ano até 5 anos
- Mais de 5 anos

## Última escolaridade do respondente \*

- Ensino superior
- Especialização
- Mestrado
- Doutorado
- Outro: .....

## Concordo com o Termo de Consentimento Livre e Informado abaixo \*

Declaro, por meio deste termo, que concordei voluntariamente em responder esse questionário, que busca coletar as percepções de usuários qualificados no uso de ferramentas de transparência e participação governamentais, desenvolvido pela pesquisadora Caroline Stéphanie Francis dos Santos Maciel. Fui informado(a) que a pesquisa é desenvolvida para fins estritamente acadêmicos em sede de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Direito na Universidade Federal de Minas Gerais, sob orientação da Profa. Fabiana de Menezes Soares, vinculada ao Observatório para a Qualidade da Lei e em parceria com a Dado Capital e a Rede de Advocacy Colaborativo. Afirmando que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou outros benefícios, nem ter qualquer ônus ou risco à saúde e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui também informado(a) que não será divulgado meu nome e nem outro dado de contato que permita a minha identificação pessoal, em conformidade com as normas éticas do Comitê de Ética da UFMG (art. 1º, § único, I, V e VII da Resolução 510/2016). Informaram, ainda, que apenas os dados institucionais e resultados das respostas ao questionário serão divulgados no relatório da pesquisa, garantidas a confidencialidade, sigilo e anonimato dos participantes. Por fim, fui informado(a) de que posso me retirar dessa pesquisa de opinião a qualquer momento, sem sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos. Ao selecionar "sim" nesta caixa, concordo com todas as especificações acima deste Termo de Consentimento Livre e Informado.

Sim

Autorizo a divulgação dos dados institucionais e respostas às perguntas do questionário para a realização dos objetivos dessa pesquisa \*

Sim

## Orientações gerais

Nas questões fechadas, escolha a melhor resposta dentre as possíveis, que representa melhor a realidade no uso geral dessas ferramentas pela organização (o que ocorreu na maioria das vezes).

Dê uma resposta com base na realidade da sua instituição e não apenas na sua experiência pessoal.

Nas questões abertas, aprofunde nas particularidades sobre o tópico. Quanto mais dados fornecer, tanto melhor para a pesquisa e completo diagnóstico da situação.

Caso não saiba alguma(s) da(s) resposta(s), por você não utilizar o canal/desconhecê-lo, veja se é possível obtê-la(s) junto à organização que representa; caso contrário, marque que a organização não usa.



### Sites oficiais do governo federal ([gov.br](http://gov.br) e derivados)

A organização já extraiu dados ou informações de algum site oficial do governo federal?

\*

- Sim
- Não

### Uso de sites oficiais do governo federal ([gov.br](http://gov.br) e derivados)

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso dos sites oficiais do governo federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:





### Frequência de uso

1    2    3    4    5

Raramente usamos na organização                        Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no site
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa por conta própria conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso

## Outras dificuldades de navegabilidade e usabilidade

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Mudanças de domínio e/ou links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Outro:  
Dados incompletos em algumas bases (nem todas as informações da base de dados estão públicas ou então não estão desagregadas)

Se possível, faça considerações sobre ocorrências em navegabilidade antes e depois da mudança dos domínios, com a unificação dos endereços eletrônicos do governo federal em 2019 (portal único [gov.br](http://gov.br)).

Não consigo avaliar isso.

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados ativamente nos sites oficiais do governo federal resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

Os sites oficiais de governos estaduais e municipais que a organização acessa são qualitativamente inferiores ao sites do governo federal, considerando as dimensões desse questionário (disponibilidade, atualização, compreensão dos dados e navegabilidade no site).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou sites oficiais de governos estaduais/municipais)

Portal da Transparência Federal ([portaldatransparencia.gov.br](http://portaldatransparencia.gov.br))

A organização já extraiu dados ou informações do Portal da Transparência federal? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse portal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

### Uso do Portal da Transparência Federal

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do Portal da Transparência Federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:



### Frequência de uso

1 2 3 4 5

Raramente usamos na  
organização

Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no portal
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa por conta própria conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso à informação ou dado.

## Outras dificuldades de navegabilidade e usabilidade

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Outro:  
Não dá pra fazer o download completo da base de dados..os gastos públicos são organizados por mês e por dia, por exemplo...se quiser baixar tudo, são vários downloads.

Se possível, faça considerações sobre ocorrências em navegabilidade antes e depois da reformulação do Portal da Transparência Federal em 2018.

Não consigo avaliar mudanças.



A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados no Portal da Transparência Federal resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

No geral, os Portais da Transparência estaduais e municipais que a organização usa são qualitativamente inferiores ao Portal da Transparência Federal, considerando as dimensões desse questionário (disponibilidade, atualização, compreensão dos dados e navegabilidade no portal).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou nenhum portal de transparência estadual ou municipal)

#### Portal Brasileiro de Dados Abertos ([dados.gov.br](https://dados.gov.br))

A organização já extraiu dados do Portal Brasileiro de Dados Abertos? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse portal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

## Uso do Portal Brasileiro de Dados Abertos

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do Portal Brasileiro de Dados Abertos pela organização da sociedade civil ou movimento social:



Frequência de uso

	1	2	3	4	5	
Raramente usamos na organização	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no portal
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa (autônoma) conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso à informação ou dado.

## Outras dificuldades

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Escassez de bases de dados abertos disponibilizadas ativamente
- Bases de dados abertos não disponibilizadas no prazo estabelecido, em conformidade com os cronogramas de abertura dos órgãos
- Não disponibilização das bases de dados abertos, mesmo após solicitação
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre modificações nesse portal no decorrer do tempo.

Em pesquisa recente (ainda não publicada) avaliamos o grau de abertura de 15 bases de dados socioambientais. Houve um aumento significativo do número de bases cadastradas no Portal Brasileiro de Dados Abertos, que passou de 2, em 2017, para 10, em 2020 (sete delas incluídas em 2018).

.....

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados ativamente no Portal Brasileiro de Dados Abertos resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

Os governos estaduais e municipais e os outros poderes (que organização acessa) disponibilizam bem menos dados públicos em formato aberto que o governo federal, seja no Portal Brasileiro de Dados Abertos ou em outros portais.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca extraiu dados abertos de governos subnacionais ou de outros poderes)

### Pedidos de acesso à informação a órgãos do governo federal

A organização já fez pedido de acesso à informação através do e-SIC federal? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse canal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo/instável)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

### Uso do e-SIC federal

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do e-SIC federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:



Frequência de uso

	1	2	3	4	5	
Raramente usamos na organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Usamos com muita frequência



### Satisfação com o acesso concedido

- Conseguiu acesso completo a tudo que pediu já com o pedido inicial, no prazo legal;
- Conseguiu acesso completo apenas após recorrer ou após o prazo legal;
- Não conseguiu acesso completo, apenas parcial;
- Negativa completa de acesso, mesmo sem ser hipótese legal de sigilo.

### Justificativas dos órgãos para negativas de acesso (se aplicável)

- Não recebeu nenhuma justificativa
- Trabalho adicional de análise, interpretação ou consolidação
- Pedido genérico
- Órgão incompetente (sem reencaminhar o seu pedido)
- Pandemia
- Dados pessoais
- Sigilo legal
- Interpretação extensiva do órgão sobre o sigilo
- Inexistência dos documentos digitalizados e necessidade de consultar arquivos físicos pessoalmente
- Outro: .....

## Compreensão das respostas ou dados enviados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada na resposta e nem as informações enviadas;
- Teve alguma dificuldade, mas com alguma pesquisa (autônoma) conseguiu entender;
- Não conseguiu compreender e precisou solicitar esclarecimentos em recurso ou nova solicitação de acesso;
- Não conseguiu compreender e desistiu do acesso à informação.

## Dificuldades técnicas com o e-SIC federal

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Sistema fora do ar, lento ou instável;
- Respostas fora do prazo legal;
- Obscuridade nas competências dos órgãos e dificuldade para saber a quem encaminhar o pedido;
- Arquivos anexos corrompidos/desconfigurados/inúteis;
- Arquivo em formato não aberto, não legível por máquina;
- Indisponibilidade de arquivos digitais;
- Não sistematização de dados pelo órgão;
- Necessidade de dados gerais de órgãos com competências centrais e foi aconselhado a procurar cada órgão individualmente, o que inviabilizou o acesso pela grande quantidade de órgãos ou volume de dados.

### Outros problemas que dificultaram ou desestimularam o acesso

- Exigências excessivas de dados pessoais;
- Cobrança de taxas de reprodução;
- Não divulgação de lista de documentos classificados como sigilosos pelo órgão federal;
- Influência do perfil do solicitante na resposta ao pedido (antes da possibilidade de pedidos anônimos no e-SIC federal);
- Falta de capacitação técnica dos servidores para responder as solicitações;
- Outro: .....

Os sistemas eletrônicos de solicitação de acesso à informação de governos estaduais e municipais que a organização usa são qualitativamente inferiores ao e-SIC federal, considerando as dimensões desse questionário (satisfação com o acesso, justificativas para negativas, compreensão e dificuldades técnicas).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou sistemas de acesso de governos subnacionais)

Ouvidorias federais ([ouvidorias.gov.br](https://ouvidorias.gov.br))

A organização já usou o sistema eletrônico de ouvidorias do governo federal? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse canal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não acredita que seja um canal efetivo
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

## Sistema federal de Ouvidorias

Nas questões desta seção responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso de ouvidorias federais pela organização da sociedade civil ou movimento social:



### Frequência de uso

	1	2	3	4	5	
Raramente usamos na organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Usamos com muita frequência

## Motivos do seu uso

- Denúncia
- Reclamação
- Elogio
- Solicitação de serviço público
- Pedido de desburocratização
- Sugestão
- Pedido de acesso à informação

## Efetividade/poder de influência

- As manifestações feitas pela ouvidoria frequentemente geraram resultados efetivos (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente efetivos (entre 30% e 60%);
- Raramente efetivos (menos 1% a 29%);
- Nunca são efetivos.

## Devolutiva

- Nunca recebe satisfação das manifestações enviadas;
- Recebe respostas, mas raramente são satisfatórias ou completas;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias e completas.

## Dificuldades técnicas

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Sistema fora do ar, lento ou instável;
- Retorno intempestivo ou demorado acerca da manifestação;
- Falta de capacitação técnica dos servidores para fornecer as respostas;
- Outro: .....

Considerando as dimensões do questionário, os sistemas de ouvidorias locais (governos estaduais e municipais que a organização usa) são qualitativamente inferiores ao sistema federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou ouvidorias locais)

## Outras considerações da organização sobre transparência no governo federal

---

### Participação em políticas públicas

Até então, as perguntas eram sobre o uso de ferramentas de transparência do governo federal pela instituição. A partir daqui, responda com base na percepção e opinião institucionais sobre o uso de ferramentas de participação pelo governo na construção de políticas públicas.

A organização já usou as plataformas Dialoga Brasil ([dialoga.gov.br](http://dialoga.gov.br)) e/ou Participa Brasil ([participa.br](http://participa.br)) do governo federal? \*

- Sim (ambas)
- Sim (apenas a Participa Brasil)
- Sim (apenas a Dialoga Brasil)
- Não (nenhuma delas)



Se a resposta foi sim apenas para uma delas ou não, qual motivo?

- Não conhece essa(s) plataforma(s)
- Não precisa usá-la(s) para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-la(s) - complexa(s)
- Não a(s) considera ferramenta(s) efetiva(s) de participação
- Não se aplica (respondeu sim para ambas no item anterior)
- Outro: .....

## Plataformas Dialoga Brasil e Participa Br

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso das Plataformas Dialoga Brasil e Participa Br (espaços de participação digital) na construção de políticas públicas pelo governo federal



Frequência de uso de alguma das plataformas pelo governo para a construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Ações ativas de engajamento nas Plataformas (organização procura participar):

	1	2	3	4	5	
Raramente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Com muita frequência

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento em espaços de participação digital é qualitativamente pior do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou espaços de participação digital de governos locais)

### Consultas públicas na construção de políticas públicas federais

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso de consultas públicas na construção de políticas públicas pelo governo federal

Frequência de uso de consultas públicas pelo governo no para construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Convites para participar (iniciativa do governo federal, por qualquer meio):

- Organização nunca foi convidada pelo governo para participar de consulta pública;
- Raramente é convidado (1% a 29% das vezes em que há uma consulta);
- Ocasionalmente é convidado (30% a 60%);
- Frequentemente é convidado (mais de 60% das vezes).

### Ações ativas de engajamento em consultas (organização procura participar):

- Frequentemente procura participar (mais de 60% das vezes);
- Ocasionalmente (30%-60%);
- Raramente (até 29%);
- Nunca

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento a consultas públicas é qualitativamente melhor do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

### Audiências públicas na construção de políticas públicas federais

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso de audiências públicas na construção de políticas públicas pelo governo federal

### Frequência de uso de audiências públicas pelo governo para construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Convites para participar (iniciativa do governo federal, por qualquer meio):

- Organização nunca foi convidada pelo governo para participar de audiência pública;
- Raramente é convidado (1% a 29% das vezes em que há uma audiência);
- Ocasionalmente é convidado (30% a 60%);
- Frequentemente é convidado (mais de 60% das vezes).

### Ações ativas de engajamento em audiências (organização procura participar):

- Frequentemente procura participar (mais de 60% das vezes);
- Ocasionalmente (30%-60%);
- Raramente (até 29%);
- Nunca

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento a audiências públicas é qualitativamente melhor do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente



## Outras considerações da organização sobre participação no governo federal

---

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

# Questionário transparência e participação no Governo Federal

Esse questionário tem como objetivo coletar as percepções no uso de ferramentas de transparência e participação governamentais pelas organizações da sociedade civil e movimentos sociais organizados, sendo garantidas a confidencialidade, sigilo e anonimato dos participantes. A partir dos resultados, compreender a efetividade desses instrumentos, detectar eventuais deficiências e apontar soluções.

Os resultados serão divulgados na tese de doutorado da pesquisadora responsável pela sua elaboração, Caroline Maciel.

A sua participação é uma etapa muito importante para o diagnóstico e sistematização das dificuldades enfrentadas por usuários qualificados, identificação dos avanços e de sugestões para melhorias. Se possível, responda todas as questões.

Endereço de e-mail \*

Para evitar o uso de robots neste questionário, responda: qual das imagens abaixo é um prato de sobremesa? \*



1



2



3



4

## Dados

Nome da instituição que representa \*

[REDACTED]

## Principal área de atuação institucional \*

- Transparência e Integridade
- Direitos Humanos/Direitos fundamentais
- Socioambiental
- Nova economia
- Saúde
- Educação
- Outro: .....

## Estou apto(a) a responder em nome da organização que represento? \*

- Sim

## Nome completo do responsável pelo preenchimento \*

.....

## Vínculo/cargo institucional \*

Cofundador  
.....

## Anos que está na instituição \*

- Até 1 ano
- Mais de 1 ano até 5 anos
- Mais de 5 anos

## Última escolaridade do respondente \*

- Ensino superior
- Especialização
- Mestrado
- Doutorado
- Outro: .....

## Concordo com o Termo de Consentimento Livre e Informado abaixo \*

Declaro, por meio deste termo, que concordei voluntariamente em responder esse questionário, que busca coletar as percepções de usuários qualificados no uso de ferramentas de transparência e participação governamentais, desenvolvido pela pesquisadora Caroline Stéphanie Francis dos Santos Maciel. Fui informado(a) que a pesquisa é desenvolvida para fins estritamente acadêmicos em sede de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Direito na Universidade Federal de Minas Gerais, sob orientação da Profa. Fabiana de Menezes Soares, vinculada ao Observatório para a Qualidade da Lei e em parceria com a Dado Capital e a Rede de Advocacy Colaborativo. Afirmando que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou outros benefícios, nem ter qualquer ônus ou risco à saúde e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui também informado(a) que não será divulgado meu nome e nem outro dado de contato que permita a minha identificação pessoal, em conformidade com as normas éticas do Comitê de Ética da UFMG (art. 1º, § único, I, V e VII da Resolução 510/2016). Informaram, ainda, que apenas os dados institucionais e resultados das respostas ao questionário serão divulgados no relatório da pesquisa, garantidas a confidencialidade, sigilo e anonimato dos participantes. Por fim, fui informado(a) de que posso me retirar dessa pesquisa de opinião a qualquer momento, sem sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos. Ao selecionar "sim" nesta caixa, concordo com todas as especificações acima deste Termo de Consentimento Livre e Informado.

Sim

Autorizo a divulgação dos dados institucionais e respostas às perguntas do questionário para a realização dos objetivos dessa pesquisa \*

Sim

## Orientações gerais

Nas questões fechadas, escolha a melhor resposta dentre as possíveis, que representa melhor a realidade no uso geral dessas ferramentas pela organização (o que ocorreu na maioria das vezes).

Dê uma resposta com base na realidade da sua instituição e não apenas na sua experiência pessoal.

Nas questões abertas, aprofunde nas particularidades sobre o tópico. Quanto mais dados fornecer, tanto melhor para a pesquisa e completo diagnóstico da situação.

Caso não saiba alguma(s) da(s) resposta(s), por você não utilizar o canal/desconhecê-lo, veja se é possível obtê-la(s) junto à organização que representa; caso contrário, marque que a organização não usa.



### Sites oficiais do governo federal ([gov.br](http://gov.br) e derivados)

A organização já extraiu dados ou informações de algum site oficial do governo federal?

\*

- Sim
- Não

### Uso de sites oficiais do governo federal ([gov.br](http://gov.br) e derivados)

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso dos sites oficiais do governo federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:





### Frequência de uso

1    2    3    4    5

Raramente usamos na organização                        Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no site
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa por conta própria conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso

## Outras dificuldades de navegabilidade e usabilidade

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Mudanças de domínio e/ou links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre ocorrências em navegabilidade antes e depois da mudança dos domínios, com a unificação dos endereços eletrônicos do governo federal em 2019 (portal único [gov.br](http://gov.br)).

Não houve mudanças significativas na percepção .....

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados ativamente nos sites oficiais do governo federal resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

Os sites oficiais de governos estaduais e municipais que a organização acessa são qualitativamente inferiores aos sites do governo federal, considerando as dimensões desse questionário (disponibilidade, atualização, compreensão dos dados e navegabilidade no site).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou sites oficiais de governos estaduais/municipais)

Portal da Transparência Federal ([portaldatransparencia.gov.br](http://portaldatransparencia.gov.br))

A organização já extraiu dados ou informações do Portal da Transparência federal? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse portal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

### Uso do Portal da Transparência Federal

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do Portal da Transparência Federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:



### Frequência de uso

1 2 3 4 5

Raramente usamos na  
organização

Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no portal
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa por conta própria conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso à informação ou dado.

## Outras dificuldades de navegabilidade e usabilidade

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre ocorrências em navegabilidade antes e depois da reformulação do Portal da Transparência Federal em 2018.

.....

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados no Portal da Transparência Federal resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente



No geral, os Portais da Transparência estaduais e municipais que a organização usa são qualitativamente inferiores ao Portal da Transparência Federal, considerando as dimensões desse questionário (disponibilidade, atualização, compreensão dos dados e navegabilidade no portal).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou nenhum portal de transparência estadual ou municipal)

#### Portal Brasileiro de Dados Abertos ([dados.gov.br](https://dados.gov.br))

A organização já extraiu dados do Portal Brasileiro de Dados Abertos? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse portal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

## Uso do Portal Brasileiro de Dados Abertos

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do Portal Brasileiro de Dados Abertos pela organização da sociedade civil ou movimento social:



Frequência de uso

	1	2	3	4	5	
Raramente usamos na organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no portal
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa (autônoma) conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso à informação ou dado.

## Outras dificuldades

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Escassez de bases de dados abertos disponibilizadas ativamente
- Bases de dados abertos não disponibilizadas no prazo estabelecido, em conformidade com os cronogramas de abertura dos órgãos
- Não disponibilização das bases de dados abertos, mesmo após solicitação
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre modificações nesse portal no decorrer do tempo.

.....

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados ativamente no Portal Brasileiro de Dados Abertos resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

Os governos estaduais e municipais e os outros poderes (que organização acessa) disponibilizam bem menos dados públicos em formato aberto que o governo federal, seja no Portal Brasileiro de Dados Abertos ou em outros portais.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca extraiu dados abertos de governos subnacionais ou de outros poderes)

### Pedidos de acesso à informação a órgãos do governo federal

A organização já fez pedido de acesso à informação através do e-SIC federal? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse canal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo/instável)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

### Uso do e-SIC federal

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do e-SIC federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:



Frequência de uso

	1	2	3	4	5	
Raramente usamos na organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Usamos com muita frequência



### Satisfação com o acesso concedido

- Conseguiu acesso completo a tudo que pediu já com o pedido inicial, no prazo legal;
- Conseguiu acesso completo apenas após recorrer ou após o prazo legal;
- Não conseguiu acesso completo, apenas parcial;
- Negativa completa de acesso, mesmo sem ser hipótese legal de sigilo.

### Justificativas dos órgãos para negativas de acesso (se aplicável)

- Não recebeu nenhuma justificativa
- Trabalho adicional de análise, interpretação ou consolidação
- Pedido genérico
- Órgão incompetente (sem reencaminhar o seu pedido)
- Pandemia
- Dados pessoais
- Sigilo legal
- Interpretação extensiva do órgão sobre o sigilo
- Inexistência dos documentos digitalizados e necessidade de consultar arquivos físicos pessoalmente
- Outro: .....

## Compreensão das respostas ou dados enviados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada na resposta e nem as informações enviadas;
- Teve alguma dificuldade, mas com alguma pesquisa (autônoma) conseguiu entender;
- Não conseguiu compreender e precisou solicitar esclarecimentos em recurso ou nova solicitação de acesso;
- Não conseguiu compreender e desistiu do acesso à informação.

## Dificuldades técnicas com o e-SIC federal

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Sistema fora do ar, lento ou instável;
- Respostas fora do prazo legal;
- Obscuridade nas competências dos órgãos e dificuldade para saber a quem encaminhar o pedido;
- Arquivos anexos corrompidos/desconfigurados/inúteis;
- Arquivo em formato não aberto, não legível por máquina;
- Indisponibilidade de arquivos digitais;
- Não sistematização de dados pelo órgão;
- Necessidade de dados gerais de órgãos com competências centrais e foi aconselhado a procurar cada órgão individualmente, o que inviabilizou o acesso pela grande quantidade de órgãos ou volume de dados.

### Outros problemas que dificultaram ou desestimularam o acesso

- Exigências excessivas de dados pessoais;
- Cobrança de taxas de reprodução;
- Não divulgação de lista de documentos classificados como sigilosos pelo órgão federal;
- Influência do perfil do solicitante na resposta ao pedido (antes da possibilidade de pedidos anônimos no e-SIC federal);
- Falta de capacitação técnica dos servidores para responder as solicitações;
- Outro: .....

Os sistemas eletrônicos de solicitação de acesso à informação de governos estaduais e municipais que a organização usa são qualitativamente inferiores ao e-SIC federal, considerando as dimensões desse questionário (satisfação com o acesso, justificativas para negativas, compreensão e dificuldades técnicas).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou sistemas de acesso de governos subnacionais)

Ouvidorias federais ([ouvidorias.gov.br](https://ouvidorias.gov.br))

A organização já usou o sistema eletrônico de ouvidorias do governo federal? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse canal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não acredita que seja um canal efetivo
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

## Sistema federal de Ouvidorias

Nas questões desta seção responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso de ouvidorias federais pela organização da sociedade civil ou movimento social:



### Frequência de uso

	1	2	3	4	5	
Raramente usamos na organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Usamos com muita frequência

## Motivos do seu uso

- Denúncia
- Reclamação
- Elogio
- Solicitação de serviço público
- Pedido de desburocratização
- Sugestão
- Pedido de acesso à informação

## Efetividade/poder de influência

- As manifestações feitas pela ouvidoria frequentemente geraram resultados efetivos (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente efetivos (entre 30% e 60%);
- Raramente efetivos (menos 1% a 29%);
- Nunca são efetivos.

## Devolutiva

- Nunca recebe satisfação das manifestações enviadas;
- Recebe respostas, mas raramente são satisfatórias ou completas;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias e completas.

## Dificuldades técnicas

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Sistema fora do ar, lento ou instável;
- Retorno intempestivo ou demorado acerca da manifestação;
- Falta de capacitação técnica dos servidores para fornecer as respostas;
- Outro: .....

Considerando as dimensões do questionário, os sistemas de ouvidorias locais (governos estaduais e municipais que a organização usa) são qualitativamente inferiores ao sistema federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou ouvidorias locais)

## Outras considerações da organização sobre transparência no governo federal

---

### Participação em políticas públicas

Até então, as perguntas eram sobre o uso de ferramentas de transparência do governo federal pela instituição. A partir daqui, responda com base na percepção e opinião institucionais sobre o uso de ferramentas de participação pelo governo na construção de políticas públicas.

A organização já usou as plataformas Dialoga Brasil ([dialoga.gov.br](http://dialoga.gov.br)) e/ou Participa Brasil ([participa.br](http://participa.br)) do governo federal? \*

- Sim (ambas)
- Sim (apenas a Participa Brasil)
- Sim (apenas a Dialoga Brasil)
- Não (nenhuma delas)



Se a resposta foi sim apenas para uma delas ou não, qual motivo?

- Não conhece essa(s) plataforma(s)
- Não precisa usá-la(s) para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-la(s) - complexa(s)
- Não a(s) considera ferramenta(s) efetiva(s) de participação
- Não se aplica (respondeu sim para ambas no item anterior)
- Outro: .....

## Plataformas Dialoga Brasil e Participa Br

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso das Plataformas Dialoga Brasil e Participa Br (espaços de participação digital) na construção de políticas públicas pelo governo federal



Frequência de uso de alguma das plataformas pelo governo para a construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Ações ativas de engajamento nas Plataformas (organização procura participar):

	1	2	3	4	5	
Raramente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Com muita frequência

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento em espaços de participação digital é qualitativamente pior do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou espaços de participação digital de governos locais)

### Consultas públicas na construção de políticas públicas federais

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso de consultas públicas na construção de políticas públicas pelo governo federal

Frequência de uso de consultas públicas pelo governo no para construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Convites para participar (iniciativa do governo federal, por qualquer meio):

- Organização nunca foi convidada pelo governo para participar de consulta pública;
- Raramente é convidado (1% a 29% das vezes em que há uma consulta);
- Ocasionalmente é convidado (30% a 60%);
- Frequentemente é convidado (mais de 60% das vezes).

### Ações ativas de engajamento em consultas (organização procura participar):

- Frequentemente procura participar (mais de 60% das vezes);
- Ocasionalmente (30%-60%);
- Raramente (até 29%);
- Nunca

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento a consultas públicas é qualitativamente melhor do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

### Audiências públicas na construção de políticas públicas federais

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso de audiências públicas na construção de políticas públicas pelo governo federal

### Frequência de uso de audiências públicas pelo governo para construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Convites para participar (iniciativa do governo federal, por qualquer meio):

- Organização nunca foi convidada pelo governo para participar de audiência pública;
- Raramente é convidado (1% a 29% das vezes em que há uma audiência);
- Ocasionalmente é convidado (30% a 60%);
- Frequentemente é convidado (mais de 60% das vezes).

### Ações ativas de engajamento em audiências (organização procura participar):

- Frequentemente procura participar (mais de 60% das vezes);
- Ocasionalmente (30%-60%);
- Raramente (até 29%);
- Nunca

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento a audiências públicas é qualitativamente melhor do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente



## Outras considerações da organização sobre participação no governo federal

---

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

# Questionário transparência e participação no Governo Federal

Esse questionário tem como objetivo coletar as percepções no uso de ferramentas de transparência e participação governamentais pelas organizações da sociedade civil e movimentos sociais organizados, sendo garantidas a confidencialidade, sigilo e anonimato dos participantes. A partir dos resultados, compreender a efetividade desses instrumentos, detectar eventuais deficiências e apontar soluções.

Os resultados serão divulgados na tese de doutorado da pesquisadora responsável pela sua elaboração, Caroline Maciel.

A sua participação é uma etapa muito importante para o diagnóstico e sistematização das dificuldades enfrentadas por usuários qualificados, identificação dos avanços e de sugestões para melhorias. Se possível, responda todas as questões.

Endereço de e-mail \*

Para evitar o uso de robots neste questionário, responda: qual das imagens abaixo é um prato de sobremesa? \*



1



2



3



4

## Dados

Nome da instituição que representa \*

[REDACTED]

## Principal área de atuação institucional \*

- Transparência e Integridade
- Direitos Humanos/Direitos fundamentais
- Socioambiental
- Nova economia
- Saúde
- Educação
- Outro: macro ambiente normativo favorável aos investimentos e negócios de impacto

## Estou apto(a) a responder em nome da organização que represento? \*

- Sim

## Nome completo do responsável pelo preenchimento \*

[REDACTED]

## Vínculo/cargo institucional \*

Líder do Grupo de Trabalho

## Anos que está na instituição \*

- Até 1 ano
- Mais de 1 ano até 5 anos
- Mais de 5 anos

## Última escolaridade do respondente \*

- Ensino superior
- Especialização
- Mestrado
- Doutorado
- Outro: .....

## Concordo com o Termo de Consentimento Livre e Informado abaixo \*

Declaro, por meio deste termo, que concordei voluntariamente em responder esse questionário, que busca coletar as percepções de usuários qualificados no uso de ferramentas de transparência e participação governamentais, desenvolvido pela pesquisadora Caroline Stéphanie Francis dos Santos Maciel. Fui informado(a) que a pesquisa é desenvolvida para fins estritamente acadêmicos em sede de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Direito na Universidade Federal de Minas Gerais, sob orientação da Profa. Fabiana de Menezes Soares, vinculada ao Observatório para a Qualidade da Lei e em parceria com a Dado Capital e a Rede de Advocacy Colaborativo. Afirmando que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou outros benefícios, nem ter qualquer ônus ou risco à saúde e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui também informado(a) que não será divulgado meu nome e nem outro dado de contato que permita a minha identificação pessoal, em conformidade com as normas éticas do Comitê de Ética da UFMG (art. 1º, § único, I, V e VII da Resolução 510/2016). Informaram, ainda, que apenas os dados institucionais e resultados das respostas ao questionário serão divulgados no relatório da pesquisa, garantidas a confidencialidade, sigilo e anonimato dos participantes. Por fim, fui informado(a) de que posso me retirar dessa pesquisa de opinião a qualquer momento, sem sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos. Ao selecionar "sim" nesta caixa, concordo com todas as especificações acima deste Termo de Consentimento Livre e Informado.

Sim

Autorizo a divulgação dos dados institucionais e respostas às perguntas do questionário para a realização dos objetivos dessa pesquisa \*

Sim

## Orientações gerais

Nas questões fechadas, escolha a melhor resposta dentre as possíveis, que representa melhor a realidade no uso geral dessas ferramentas pela organização (o que ocorreu na maioria das vezes).

Dê uma resposta com base na realidade da sua instituição e não apenas na sua experiência pessoal.

Nas questões abertas, aprofunde nas particularidades sobre o tópico. Quanto mais dados fornecer, tanto melhor para a pesquisa e completo diagnóstico da situação.

Caso não saiba alguma(s) da(s) resposta(s), por você não utilizar o canal/desconhecê-lo, veja se é possível obtê-la(s) junto à organização que representa; caso contrário, marque que a organização não usa.



### Sites oficiais do governo federal ([gov.br](http://gov.br) e derivados)

A organização já extraiu dados ou informações de algum site oficial do governo federal?

\*

- Sim
- Não

### Uso de sites oficiais do governo federal ([gov.br](http://gov.br) e derivados)

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso dos sites oficiais do governo federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:





### Frequência de uso

1    2    3    4    5

Raramente usamos na organização                        Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no site
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

## Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

## Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa por conta própria conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso

## Outras dificuldades de navegabilidade e usabilidade

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Mudanças de domínio e/ou links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre ocorrências em navegabilidade antes e depois da mudança dos domínios, com a unificação dos endereços eletrônicos do governo federal em 2019 (portal único [gov.br](http://gov.br)).

Não houve percepção de mudança significativa na navegabilidade. ....

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados ativamente nos sites oficiais do governo federal resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

Os sites oficiais de governos estaduais e municipais que a organização acessa são qualitativamente inferiores aos sites do governo federal, considerando as dimensões desse questionário (disponibilidade, atualização, compreensão dos dados e navegabilidade no site).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou sites oficiais de governos estaduais/municipais)

Portal da Transparência Federal ([portaldatransparencia.gov.br](http://portaldatransparencia.gov.br))

A organização já extraiu dados ou informações do Portal da Transparência federal? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse portal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

### Uso do Portal da Transparência Federal

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do Portal da Transparência Federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:



### Frequência de uso

1 2 3 4 5

Raramente usamos na  
organização

Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no portal
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa por conta própria conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso à informação ou dado.

## Outras dificuldades de navegabilidade e usabilidade

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre ocorrências em navegabilidade antes e depois da reformulação do Portal da Transparência Federal em 2018.

.....

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados no Portal da Transparência Federal resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente



No geral, os Portais da Transparência estaduais e municipais que a organização usa são qualitativamente inferiores ao Portal da Transparência Federal, considerando as dimensões desse questionário (disponibilidade, atualização, compreensão dos dados e navegabilidade no portal).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou nenhum portal de transparência estadual ou municipal)

#### Portal Brasileiro de Dados Abertos ([dados.gov.br](https://dados.gov.br))

A organização já extraiu dados do Portal Brasileiro de Dados Abertos? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse portal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

## Uso do Portal Brasileiro de Dados Abertos

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do Portal Brasileiro de Dados Abertos pela organização da sociedade civil ou movimento social:



Frequência de uso

	1	2	3	4	5	
Raramente usamos na organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no portal
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa (autônoma) conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso à informação ou dado.

## Outras dificuldades

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Escassez de bases de dados abertos disponibilizadas ativamente
- Bases de dados abertos não disponibilizadas no prazo estabelecido, em conformidade com os cronogramas de abertura dos órgãos
- Não disponibilização das bases de dados abertos, mesmo após solicitação
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre modificações nesse portal no decorrer do tempo.

.....

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados ativamente no Portal Brasileiro de Dados Abertos resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

Os governos estaduais e municipais e os outros poderes (que organização acessa) disponibilizam bem menos dados públicos em formato aberto que o governo federal, seja no Portal Brasileiro de Dados Abertos ou em outros portais.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca extraiu dados abertos de governos subnacionais ou de outros poderes)

### Pedidos de acesso à informação a órgãos do governo federal

A organização já fez pedido de acesso à informação através do e-SIC federal? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse canal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo/instável)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

### Uso do e-SIC federal

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do e-SIC federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:



Frequência de uso

	1	2	3	4	5	
Raramente usamos na organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Usamos com muita frequência



### Satisfação com o acesso concedido

- Conseguiu acesso completo a tudo que pediu já com o pedido inicial, no prazo legal;
- Conseguiu acesso completo apenas após recorrer ou após o prazo legal;
- Não conseguiu acesso completo, apenas parcial;
- Negativa completa de acesso, mesmo sem ser hipótese legal de sigilo.

### Justificativas dos órgãos para negativas de acesso (se aplicável)

- Não recebeu nenhuma justificativa
- Trabalho adicional de análise, interpretação ou consolidação
- Pedido genérico
- Órgão incompetente (sem reencaminhar o seu pedido)
- Pandemia
- Dados pessoais
- Sigilo legal
- Interpretação extensiva do órgão sobre o sigilo
- Inexistência dos documentos digitalizados e necessidade de consultar arquivos físicos pessoalmente
- Outro: .....

## Compreensão das respostas ou dados enviados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada na resposta e nem as informações enviadas;
- Teve alguma dificuldade, mas com alguma pesquisa (autônoma) conseguiu entender;
- Não conseguiu compreender e precisou solicitar esclarecimentos em recurso ou nova solicitação de acesso;
- Não conseguiu compreender e desistiu do acesso à informação.

## Dificuldades técnicas com o e-SIC federal

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Sistema fora do ar, lento ou instável;
- Respostas fora do prazo legal;
- Obscuridade nas competências dos órgãos e dificuldade para saber a quem encaminhar o pedido;
- Arquivos anexos corrompidos/desconfigurados/inúteis;
- Arquivo em formato não aberto, não legível por máquina;
- Indisponibilidade de arquivos digitais;
- Não sistematização de dados pelo órgão;
- Necessidade de dados gerais de órgãos com competências centrais e foi aconselhado a procurar cada órgão individualmente, o que inviabilizou o acesso pela grande quantidade de órgãos ou volume de dados.

### Outros problemas que dificultaram ou desestimularam o acesso

- Exigências excessivas de dados pessoais;
- Cobrança de taxas de reprodução;
- Não divulgação de lista de documentos classificados como sigilosos pelo órgão federal;
- Influência do perfil do solicitante na resposta ao pedido (antes da possibilidade de pedidos anônimos no e-SIC federal);
- Falta de capacitação técnica dos servidores para responder as solicitações;
- Outro: .....

Os sistemas eletrônicos de solicitação de acesso à informação de governos estaduais e municipais que a organização usa são qualitativamente inferiores ao e-SIC federal, considerando as dimensões desse questionário (satisfação com o acesso, justificativas para negativas, compreensão e dificuldades técnicas).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou sistemas de acesso de governos subnacionais)

Ouvidorias federais ([ouvidorias.gov.br](https://ouvidorias.gov.br))

A organização já usou o sistema eletrônico de ouvidorias do governo federal? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse canal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não acredita que seja um canal efetivo
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

## Sistema federal de Ouvidorias

Nas questões desta seção responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso de ouvidorias federais pela organização da sociedade civil ou movimento social:



### Frequência de uso

	1	2	3	4	5	
Raramente usamos na organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Usamos com muita frequência

## Motivos do seu uso

- Denúncia
- Reclamação
- Elogio
- Solicitação de serviço público
- Pedido de desburocratização
- Sugestão
- Pedido de acesso à informação

## Efetividade/poder de influência

- As manifestações feitas pela ouvidoria frequentemente geraram resultados efetivos (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente efetivos (entre 30% e 60%);
- Raramente efetivos (menos 1% a 29%);
- Nunca são efetivos.

## Devolutiva

- Nunca recebe satisfação das manifestações enviadas;
- Recebe respostas, mas raramente são satisfatórias ou completas;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias e completas.

## Dificuldades técnicas

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Sistema fora do ar, lento ou instável;
- Retorno intempestivo ou demorado acerca da manifestação;
- Falta de capacitação técnica dos servidores para fornecer as respostas;
- Outro: .....

Considerando as dimensões do questionário, os sistemas de ouvidorias locais (governos estaduais e municipais que a organização usa) são qualitativamente inferiores ao sistema federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou ouvidorias locais)

## Outras considerações da organização sobre transparência no governo federal

---

### Participação em políticas públicas

Até então, as perguntas eram sobre o uso de ferramentas de transparência do governo federal pela instituição. A partir daqui, responda com base na percepção e opinião institucionais sobre o uso de ferramentas de participação pelo governo na construção de políticas públicas.

A organização já usou as plataformas Dialoga Brasil ([dialoga.gov.br](http://dialoga.gov.br)) e/ou Participa Brasil ([participa.br](http://participa.br)) do governo federal? \*

- Sim (ambas)
- Sim (apenas a Participa Brasil)
- Sim (apenas a Dialoga Brasil)
- Não (nenhuma delas)



Se a resposta foi sim apenas para uma delas ou não, qual motivo?

- Não conhece essa(s) plataforma(s)
- Não precisa usá-la(s) para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-la(s) - complexa(s)
- Não a(s) considera ferramenta(s) efetiva(s) de participação
- Não se aplica (respondeu sim para ambas no item anterior)
- Outro: .....

## Plataformas Dialoga Brasil e Participa Br

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso das Plataformas Dialoga Brasil e Participa Br (espaços de participação digital) na construção de políticas públicas pelo governo federal



Frequência de uso de alguma das plataformas pelo governo para a construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Ações ativas de engajamento nas Plataformas (organização procura participar):

	1	2	3	4	5	
Raramente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Com muita frequência

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento em espaços de participação digital é qualitativamente pior do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou espaços de participação digital de governos locais)

### Consultas públicas na construção de políticas públicas federais

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso de consultas públicas na construção de políticas públicas pelo governo federal

Frequência de uso de consultas públicas pelo governo no para construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Convites para participar (iniciativa do governo federal, por qualquer meio):

- Organização nunca foi convidada pelo governo para participar de consulta pública;
- Raramente é convidado (1% a 29% das vezes em que há uma consulta);
- Ocasionalmente é convidado (30% a 60%);
- Frequentemente é convidado (mais de 60% das vezes).

### Ações ativas de engajamento em consultas (organização procura participar):

- Frequentemente procura participar (mais de 60% das vezes);
- Ocasionalmente (30%-60%);
- Raramente (até 29%);
- Nunca

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento a consultas públicas é qualitativamente melhor do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

### Audiências públicas na construção de políticas públicas federais

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso de audiências públicas na construção de políticas públicas pelo governo federal

### Frequência de uso de audiências públicas pelo governo para construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Convites para participar (iniciativa do governo federal, por qualquer meio):

- Organização nunca foi convidada pelo governo para participar de audiência pública;
- Raramente é convidado (1% a 29% das vezes em que há uma audiência);
- Ocasionalmente é convidado (30% a 60%);
- Frequentemente é convidado (mais de 60% das vezes).

### Ações ativas de engajamento em audiências (organização procura participar):

- Frequentemente procura participar (mais de 60% das vezes);
- Ocasionalmente (30%-60%);
- Raramente (até 29%);
- Nunca

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento a audiências públicas é qualitativamente melhor do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente



Outras considerações da organização sobre participação no governo federal

o governo poderia explorar outras formas de consulta e engajamento da população em políticas públicas (aplicativos, etc)

---

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

# Questionário transparência e participação no Governo Federal

Esse questionário tem como objetivo coletar as percepções no uso de ferramentas de transparência e participação governamentais pelas organizações da sociedade civil e movimentos sociais organizados, sendo garantidas a confidencialidade, sigilo e anonimato dos participantes. A partir dos resultados, compreender a efetividade desses instrumentos, detectar eventuais deficiências e apontar soluções.

Os resultados serão divulgados na tese de doutorado da pesquisadora responsável pela sua elaboração, Caroline Maciel.

A sua participação é uma etapa muito importante para o diagnóstico e sistematização das dificuldades enfrentadas por usuários qualificados, identificação dos avanços e de sugestões para melhorias. Se possível, responda todas as questões.

Endereço de e-mail \*

Para evitar o uso de robots neste questionário, responda: qual das imagens abaixo é um prato de sobremesa? \*



1



2



3



4

## Dados

Nome da instituição que representa \*

[REDACTED]

## Principal área de atuação institucional \*

- Transparência e Integridade
- Direitos Humanos/Direitos fundamentais
- Socioambiental
- Nova economia
- Saúde
- Educação
- Outro: .....

## Estou apto(a) a responder em nome da organização que represento? \*

- Sim

## Nome completo do responsável pelo preenchimento \*

.....

## Vínculo/cargo institucional \*

Gerente de Conhecimento e Advocacy  
.....

## Anos que está na instituição \*

- Até 1 ano
- Mais de 1 ano até 5 anos
- Mais de 5 anos

## Última escolaridade do respondente \*

- Ensino superior
- Especialização
- Mestrado
- Doutorado
- Outro: .....

## Concordo com o Termo de Consentimento Livre e Informado abaixo \*

Declaro, por meio deste termo, que concordei voluntariamente em responder esse questionário, que busca coletar as percepções de usuários qualificados no uso de ferramentas de transparência e participação governamentais, desenvolvido pela pesquisadora Caroline Stéphanie Francis dos Santos Maciel. Fui informado(a) que a pesquisa é desenvolvida para fins estritamente acadêmicos em sede de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Direito na Universidade Federal de Minas Gerais, sob orientação da Profa. Fabiana de Menezes Soares, vinculada ao Observatório para a Qualidade da Lei e em parceria com a Dado Capital e a Rede de Advocacy Colaborativo. Afirmando que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou outros benefícios, nem ter qualquer ônus ou risco à saúde e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui também informado(a) que não será divulgado meu nome e nem outro dado de contato que permita a minha identificação pessoal, em conformidade com as normas éticas do Comitê de Ética da UFMG (art. 1º, § único, I, V e VII da Resolução 510/2016). Informaram, ainda, que apenas os dados institucionais e resultados das respostas ao questionário serão divulgados no relatório da pesquisa, garantidas a confidencialidade, sigilo e anonimato dos participantes. Por fim, fui informado(a) de que posso me retirar dessa pesquisa de opinião a qualquer momento, sem sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos. Ao selecionar "sim" nesta caixa, concordo com todas as especificações acima deste Termo de Consentimento Livre e Informado.

Sim

Autorizo a divulgação dos dados institucionais e respostas às perguntas do questionário para a realização dos objetivos dessa pesquisa \*

Sim

## Orientações gerais

Nas questões fechadas, escolha a melhor resposta dentre as possíveis, que representa melhor a realidade no uso geral dessas ferramentas pela organização (o que ocorreu na maioria das vezes).

Dê uma resposta com base na realidade da sua instituição e não apenas na sua experiência pessoal.

Nas questões abertas, aprofunde nas particularidades sobre o tópico. Quanto mais dados fornecer, tanto melhor para a pesquisa e completo diagnóstico da situação.

Caso não saiba alguma(s) da(s) resposta(s), por você não utilizar o canal/desconhecê-lo, veja se é possível obtê-la(s) junto à organização que representa; caso contrário, marque que a organização não usa.



### Sites oficiais do governo federal ([gov.br](http://gov.br) e derivados)

A organização já extraiu dados ou informações de algum site oficial do governo federal?

\*

Sim

Não

### Uso de sites oficiais do governo federal ([gov.br](http://gov.br) e derivados)

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso dos sites oficiais do governo federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:





### Frequência de uso

1    2    3    4    5

Raramente usamos na organização                        Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no site
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa por conta própria conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso

## Outras dificuldades de navegabilidade e usabilidade

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Mudanças de domínio e/ou links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre ocorrências em navegabilidade antes e depois da mudança dos domínios, com a unificação dos endereços eletrônicos do governo federal em 2019 (portal único [gov.br](http://gov.br)).

.....

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados ativamente nos sites oficiais do governo federal resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

Os sites oficiais de governos estaduais e municipais que a organização acessa são qualitativamente inferiores ao sites do governo federal, considerando as dimensões desse questionário (disponibilidade, atualização, compreensão dos dados e navegabilidade no site).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou sites oficiais de governos estaduais/municipais)

Portal da Transparência Federal ([portaldatransparencia.gov.br](http://portaldatransparencia.gov.br))

A organização já extraiu dados ou informações do Portal da Transparência federal? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse portal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

### Uso do Portal da Transparência Federal

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do Portal da Transparência Federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:



### Frequência de uso

1 2 3 4 5

Raramente usamos na organização

Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no portal
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa por conta própria conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso à informação ou dado.

### Outras dificuldades de navegabilidade e usabilidade

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre ocorrências em navegabilidade antes e depois da reformulação do Portal da Transparência Federal em 2018.

.....

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados no Portal da Transparência Federal resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente



No geral, os Portais da Transparência estaduais e municipais que a organização usa são qualitativamente inferiores ao Portal da Transparência Federal, considerando as dimensões desse questionário (disponibilidade, atualização, compreensão dos dados e navegabilidade no portal).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou nenhum portal de transparência estadual ou municipal)

#### Portal Brasileiro de Dados Abertos ([dados.gov.br](https://dados.gov.br))

A organização já extraiu dados do Portal Brasileiro de Dados Abertos? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse portal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

## Uso do Portal Brasileiro de Dados Abertos

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do Portal Brasileiro de Dados Abertos pela organização da sociedade civil ou movimento social:



Frequência de uso

	1	2	3	4	5	
Raramente usamos na organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no portal
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa (autônoma) conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso à informação ou dado.

## Outras dificuldades

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Escassez de bases de dados abertos disponibilizadas ativamente
- Bases de dados abertos não disponibilizadas no prazo estabelecido, em conformidade com os cronogramas de abertura dos órgãos
- Não disponibilização das bases de dados abertos, mesmo após solicitação
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre modificações nesse portal no decorrer do tempo.

.....

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados ativamente no Portal Brasileiro de Dados Abertos resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

Os governos estaduais e municipais e os outros poderes (que organização acessa) disponibilizam bem menos dados públicos em formato aberto que o governo federal, seja no Portal Brasileiro de Dados Abertos ou em outros portais.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca extraiu dados abertos de governos subnacionais ou de outros poderes)

### Pedidos de acesso à informação a órgãos do governo federal

A organização já fez pedido de acesso à informação através do e-SIC federal? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse canal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo/instável)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

### Uso do e-SIC federal

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do e-SIC federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:



Frequência de uso

	1	2	3	4	5	
Raramente usamos na organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Usamos com muita frequência



### Satisfação com o acesso concedido

- Conseguiu acesso completo a tudo que pediu já com o pedido inicial, no prazo legal;
- Conseguiu acesso completo apenas após recorrer ou após o prazo legal;
- Não conseguiu acesso completo, apenas parcial;
- Negativa completa de acesso, mesmo sem ser hipótese legal de sigilo.

### Justificativas dos órgãos para negativas de acesso (se aplicável)

- Não recebeu nenhuma justificativa
- Trabalho adicional de análise, interpretação ou consolidação
- Pedido genérico
- Órgão incompetente (sem reencaminhar o seu pedido)
- Pandemia
- Dados pessoais
- Sigilo legal
- Interpretação extensiva do órgão sobre o sigilo
- Inexistência dos documentos digitalizados e necessidade de consultar arquivos físicos pessoalmente
- Outro: .....

## Compreensão das respostas ou dados enviados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada na resposta e nem as informações enviadas;
- Teve alguma dificuldade, mas com alguma pesquisa (autônoma) conseguiu entender;
- Não conseguiu compreender e precisou solicitar esclarecimentos em recurso ou nova solicitação de acesso;
- Não conseguiu compreender e desistiu do acesso à informação.

## Dificuldades técnicas com o e-SIC federal

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Sistema fora do ar, lento ou instável;
- Respostas fora do prazo legal;
- Obscuridade nas competências dos órgãos e dificuldade para saber a quem encaminhar o pedido;
- Arquivos anexos corrompidos/desconfigurados/inúteis;
- Arquivo em formato não aberto, não legível por máquina;
- Indisponibilidade de arquivos digitais;
- Não sistematização de dados pelo órgão;
- Necessidade de dados gerais de órgãos com competências centrais e foi aconselhado a procurar cada órgão individualmente, o que inviabilizou o acesso pela grande quantidade de órgãos ou volume de dados.

### Outros problemas que dificultaram ou desestimularam o acesso

- Exigências excessivas de dados pessoais;
- Cobrança de taxas de reprodução;
- Não divulgação de lista de documentos classificados como sigilosos pelo órgão federal;
- Influência do perfil do solicitante na resposta ao pedido (antes da possibilidade de pedidos anônimos no e-SIC federal);
- Falta de capacitação técnica dos servidores para responder as solicitações;
- Outro: .....

Os sistemas eletrônicos de solicitação de acesso à informação de governos estaduais e municipais que a organização usa são qualitativamente inferiores ao e-SIC federal, considerando as dimensões desse questionário (satisfação com o acesso, justificativas para negativas, compreensão e dificuldades técnicas).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou sistemas de acesso de governos subnacionais)

Ouvidorias federais ([ouvidorias.gov.br](https://ouvidorias.gov.br))

A organização já usou o sistema eletrônico de ouvidorias do governo federal? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse canal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não acredita que seja um canal efetivo
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

## Sistema federal de Ouvidorias

Nas questões desta seção responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso de ouvidorias federais pela organização da sociedade civil ou movimento social:



### Frequência de uso

	1	2	3	4	5	
Raramente usamos na organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Usamos com muita frequência

## Motivos do seu uso

- Denúncia
- Reclamação
- Elogio
- Solicitação de serviço público
- Pedido de desburocratização
- Sugestão
- Pedido de acesso à informação

## Efetividade/poder de influência

- As manifestações feitas pela ouvidoria frequentemente geraram resultados efetivos (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente efetivos (entre 30% e 60%);
- Raramente efetivos (menos 1% a 29%);
- Nunca são efetivos.

## Devolutiva

- Nunca recebe satisfação das manifestações enviadas;
- Recebe respostas, mas raramente são satisfatórias ou completas;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias e completas.

## Dificuldades técnicas

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Sistema fora do ar, lento ou instável;
- Retorno intempestivo ou demorado acerca da manifestação;
- Falta de capacitação técnica dos servidores para fornecer as respostas;
- Outro: .....

Considerando as dimensões do questionário, os sistemas de ouvidorias locais (governos estaduais e municipais que a organização usa) são qualitativamente inferiores ao sistema federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou ouvidorias locais)

## Outras considerações da organização sobre transparência no governo federal

---

### Participação em políticas públicas

Até então, as perguntas eram sobre o uso de ferramentas de transparência do governo federal pela instituição. A partir daqui, responda com base na percepção e opinião institucionais sobre o uso de ferramentas de participação pelo governo na construção de políticas públicas.

A organização já usou as plataformas Dialoga Brasil ([dialoga.gov.br](http://dialoga.gov.br)) e/ou Participa Brasil ([participa.br](http://participa.br)) do governo federal? \*

- Sim (ambas)
- Sim (apenas a Participa Brasil)
- Sim (apenas a Dialoga Brasil)
- Não (nenhuma delas)



Se a resposta foi sim apenas para uma delas ou não, qual motivo?

- Não conhece essa(s) plataforma(s)
- Não precisa usá-la(s) para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-la(s) - complexa(s)
- Não a(s) considera ferramenta(s) efetiva(s) de participação
- Não se aplica (respondeu sim para ambas no item anterior)
- Outro: .....

## Plataformas Dialoga Brasil e Participa Br

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso das Plataformas Dialoga Brasil e Participa Br (espaços de participação digital) na construção de políticas públicas pelo governo federal



Frequência de uso de alguma das plataformas pelo governo para a construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Ações ativas de engajamento nas Plataformas (organização procura participar):

	1	2	3	4	5	
Raramente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Com muita frequência

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento em espaços de participação digital é qualitativamente pior do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou espaços de participação digital de governos locais)

### Consultas públicas na construção de políticas públicas federais

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso de consultas públicas na construção de políticas públicas pelo governo federal

Frequência de uso de consultas públicas pelo governo no para construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Convites para participar (iniciativa do governo federal, por qualquer meio):

- Organização nunca foi convidada pelo governo para participar de consulta pública;
- Raramente é convidado (1% a 29% das vezes em que há uma consulta);
- Ocasionalmente é convidado (30% a 60%);
- Frequentemente é convidado (mais de 60% das vezes).

### Ações ativas de engajamento em consultas (organização procura participar):

- Frequentemente procura participar (mais de 60% das vezes);
- Ocasionalmente (30%-60%);
- Raramente (até 29%);
- Nunca

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento a consultas públicas é qualitativamente melhor do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

### Audiências públicas na construção de políticas públicas federais

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso de audiências públicas na construção de políticas públicas pelo governo federal

### Frequência de uso de audiências públicas pelo governo para construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Convites para participar (iniciativa do governo federal, por qualquer meio):

- Organização nunca foi convidada pelo governo para participar de audiência pública;
- Raramente é convidado (1% a 29% das vezes em que há uma audiência);
- Ocasionalmente é convidado (30% a 60%);
- Frequentemente é convidado (mais de 60% das vezes).

### Ações ativas de engajamento em audiências (organização procura participar):

- Frequentemente procura participar (mais de 60% das vezes);
- Ocasionalmente (30%-60%);
- Raramente (até 29%);
- Nunca

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento a audiências públicas é qualitativamente melhor do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente



## Outras considerações da organização sobre participação no governo federal

-

---

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

# Questionário transparência e participação no Governo Federal

Esse questionário tem como objetivo coletar as percepções no uso de ferramentas de transparência e participação governamentais pelas organizações da sociedade civil e movimentos sociais organizados, sendo garantidas a confidencialidade, sigilo e anonimato dos participantes. A partir dos resultados, compreender a efetividade desses instrumentos, detectar eventuais deficiências e apontar soluções.

Os resultados serão divulgados na tese de doutorado da pesquisadora responsável pela sua elaboração, Caroline Maciel.

A sua participação é uma etapa muito importante para o diagnóstico e sistematização das dificuldades enfrentadas por usuários qualificados, identificação dos avanços e de sugestões para melhorias. Se possível, responda todas as questões.

Endereço de e-mail \*

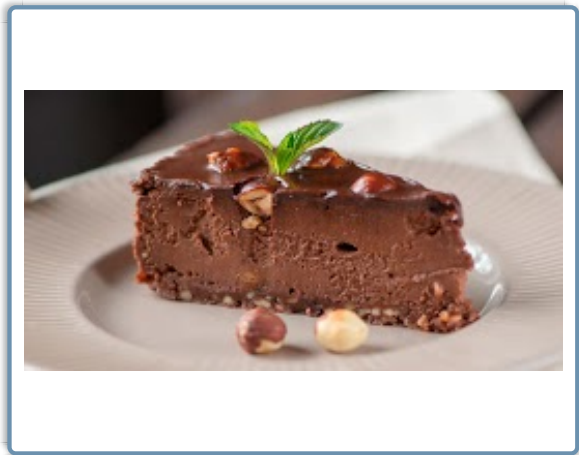
Para evitar o uso de robots neste questionário, responda: qual das imagens abaixo é um prato de sobremesa? \*



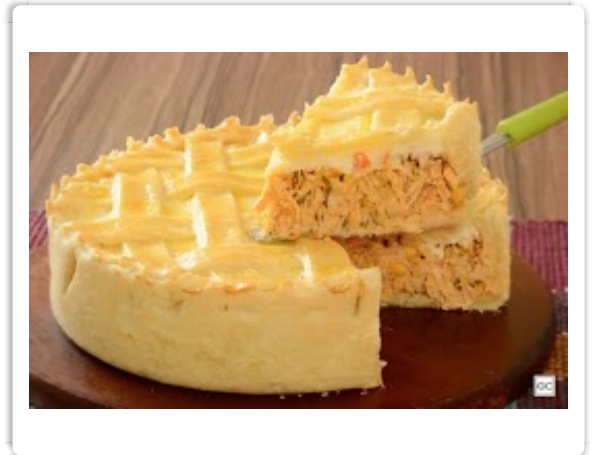
1



2



3



4

## Dados

Nome da instituição que representa \*

[REDACTED]

## Principal área de atuação institucional \*

- Transparência e Integridade
- Direitos Humanos/Direitos fundamentais
- Socioambiental
- Nova economia
- Saúde
- Educação
- Outro: .....

## Estou apto(a) a responder em nome da organização que represento? \*

- Sim

## Nome completo do responsável pelo preenchimento \*

.....

## Vínculo/cargo institucional \*

Diretora-Adjunta  
.....

## Anos que está na instituição \*

- Até 1 ano
- Mais de 1 ano até 5 anos
- Mais de 5 anos

## Última escolaridade do respondente \*

- Ensino superior
- Especialização
- Mestrado
- Doutorado
- Outro: Ensino superior em progresso

## Concordo com o Termo de Consentimento Livre e Informado abaixo \*

Declaro, por meio deste termo, que concordei voluntariamente em responder esse questionário, que busca coletar as percepções de usuários qualificados no uso de ferramentas de transparência e participação governamentais, desenvolvido pela pesquisadora Caroline Stéphanie Francis dos Santos Maciel. Fui informado(a) que a pesquisa é desenvolvida para fins estritamente acadêmicos em sede de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Direito na Universidade Federal de Minas Gerais, sob orientação da Profa. Fabiana de Menezes Soares, vinculada ao Observatório para a Qualidade da Lei e em parceria com a Dado Capital e a Rede de Advocacy Colaborativo. Afirmando que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou outros benefícios, nem ter qualquer ônus ou risco à saúde e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui também informado(a) que não será divulgado meu nome e nem outro dado de contato que permita a minha identificação pessoal, em conformidade com as normas éticas do Comitê de Ética da UFMG (art. 1º, § único, I, V e VII da Resolução 510/2016). Informaram, ainda, que apenas os dados institucionais e resultados das respostas ao questionário serão divulgados no relatório da pesquisa, garantidas a confidencialidade, sigilo e anonimato dos participantes. Por fim, fui informado(a) de que posso me retirar dessa pesquisa de opinião a qualquer momento, sem sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos. Ao selecionar "sim" nesta caixa, concordo com todas as especificações acima deste Termo de Consentimento Livre e Informado.

Sim

Autorizo a divulgação dos dados institucionais e respostas às perguntas do questionário para a realização dos objetivos dessa pesquisa \*

Sim

## Orientações gerais

Nas questões fechadas, escolha a melhor resposta dentre as possíveis, que representa melhor a realidade no uso geral dessas ferramentas pela organização (o que ocorreu na maioria das vezes).

Dê uma resposta com base na realidade da sua instituição e não apenas na sua experiência pessoal.

Nas questões abertas, aprofunde nas particularidades sobre o tópico. Quanto mais dados fornecer, tanto melhor para a pesquisa e completo diagnóstico da situação.

Caso não saiba alguma(s) da(s) resposta(s), por você não utilizar o canal/desconhecê-lo, veja se é possível obtê-la(s) junto à organização que representa; caso contrário, marque que a organização não usa.



### Sites oficiais do governo federal ([gov.br](http://gov.br) e derivados)

A organização já extraiu dados ou informações de algum site oficial do governo federal?

\*

- Sim
- Não

### Uso de sites oficiais do governo federal ([gov.br](http://gov.br) e derivados)

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso dos sites oficiais do governo federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:





### Frequência de uso

1    2    3    4    5

Raramente usamos na organização                        Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no site
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa por conta própria conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso

## Outras dificuldades de navegabilidade e usabilidade

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Mudanças de domínio e/ou links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre ocorrências em navegabilidade antes e depois da mudança dos domínios, com a unificação dos endereços eletrônicos do governo federal em 2019 (portal único [gov.br](http://gov.br)).

.....

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados ativamente nos sites oficiais do governo federal resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

Os sites oficiais de governos estaduais e municipais que a organização acessa são qualitativamente inferiores ao sites do governo federal, considerando as dimensões desse questionário (disponibilidade, atualização, compreensão dos dados e navegabilidade no site).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou sites oficiais de governos estaduais/municipais)

Portal da Transparência Federal ([portaldatransparencia.gov.br](http://portaldatransparencia.gov.br))

A organização já extraiu dados ou informações do Portal da Transparência federal? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse portal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

### Uso do Portal da Transparência Federal

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do Portal da Transparência Federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:



Frequência de uso

1 2 3 4 5

Raramente usamos na organização

Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no portal
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa por conta própria conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso à informação ou dado.

## Outras dificuldades de navegabilidade e usabilidade

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre ocorrências em navegabilidade antes e depois da reformulação do Portal da Transparência Federal em 2018.

.....

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados no Portal da Transparência Federal resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente



No geral, os Portais da Transparência estaduais e municipais que a organização usa são qualitativamente inferiores ao Portal da Transparência Federal, considerando as dimensões desse questionário (disponibilidade, atualização, compreensão dos dados e navegabilidade no portal).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou nenhum portal de transparência estadual ou municipal)

#### Portal Brasileiro de Dados Abertos ([dados.gov.br](https://dados.gov.br))

A organização já extraiu dados do Portal Brasileiro de Dados Abertos? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse portal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

## Uso do Portal Brasileiro de Dados Abertos

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do Portal Brasileiro de Dados Abertos pela organização da sociedade civil ou movimento social:



### Frequência de uso

	1	2	3	4	5	
Raramente usamos na organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no portal
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa (autônoma) conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso à informação ou dado.

## Outras dificuldades

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Escassez de bases de dados abertos disponibilizadas ativamente
- Bases de dados abertos não disponibilizadas no prazo estabelecido, em conformidade com os cronogramas de abertura dos órgãos
- Não disponibilização das bases de dados abertos, mesmo após solicitação
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre modificações nesse portal no decorrer do tempo.

.....

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados ativamente no Portal Brasileiro de Dados Abertos resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

Os governos estaduais e municipais e os outros poderes (que organização acessa) disponibilizam bem menos dados públicos em formato aberto que o governo federal, seja no Portal Brasileiro de Dados Abertos ou em outros portais.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca extraiu dados abertos de governos subnacionais ou de outros poderes)

### Pedidos de acesso à informação a órgãos do governo federal

A organização já fez pedido de acesso à informação através do e-SIC federal? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse canal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo/instável)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

### Uso do e-SIC federal

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do e-SIC federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:



Frequência de uso

	1	2	3	4	5	
Raramente usamos na organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Usamos com muita frequência



### Satisfação com o acesso concedido

- Conseguiu acesso completo a tudo que pediu já com o pedido inicial, no prazo legal;
- Conseguiu acesso completo apenas após recorrer ou após o prazo legal;
- Não conseguiu acesso completo, apenas parcial;
- Negativa completa de acesso, mesmo sem ser hipótese legal de sigilo.

### Justificativas dos órgãos para negativas de acesso (se aplicável)

- Não recebeu nenhuma justificativa
- Trabalho adicional de análise, interpretação ou consolidação
- Pedido genérico
- Órgão incompetente (sem reencaminhar o seu pedido)
- Pandemia
- Dados pessoais
- Sigilo legal
- Interpretação extensiva do órgão sobre o sigilo
- Inexistência dos documentos digitalizados e necessidade de consultar arquivos físicos pessoalmente
- Outro: .....

## Compreensão das respostas ou dados enviados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada na resposta e nem as informações enviadas;
- Teve alguma dificuldade, mas com alguma pesquisa (autônoma) conseguiu entender;
- Não conseguiu compreender e precisou solicitar esclarecimentos em recurso ou nova solicitação de acesso;
- Não conseguiu compreender e desistiu do acesso à informação.

## Dificuldades técnicas com o e-SIC federal

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Sistema fora do ar, lento ou instável;
- Respostas fora do prazo legal;
- Obscuridade nas competências dos órgãos e dificuldade para saber a quem encaminhar o pedido;
- Arquivos anexos corrompidos/desconfigurados/inúteis;
- Arquivo em formato não aberto, não legível por máquina;
- Indisponibilidade de arquivos digitais;
- Não sistematização de dados pelo órgão;
- Necessidade de dados gerais de órgãos com competências centrais e foi aconselhado a procurar cada órgão individualmente, o que inviabilizou o acesso pela grande quantidade de órgãos ou volume de dados.

### Outros problemas que dificultaram ou desestimularam o acesso

- Exigências excessivas de dados pessoais;
- Cobrança de taxas de reprodução;
- Não divulgação de lista de documentos classificados como sigilosos pelo órgão federal;
- Influência do perfil do solicitante na resposta ao pedido (antes da possibilidade de pedidos anônimos no e-SIC federal);
- Falta de capacitação técnica dos servidores para responder as solicitações;
- Outro: .....

Os sistemas eletrônicos de solicitação de acesso à informação de governos estaduais e municipais que a organização usa são qualitativamente inferiores ao e-SIC federal, considerando as dimensões desse questionário (satisfação com o acesso, justificativas para negativas, compreensão e dificuldades técnicas).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou sistemas de acesso de governos subnacionais)

Ouvidorias federais ([ouvidorias.gov.br](https://ouvidorias.gov.br))

A organização já usou o sistema eletrônico de ouvidorias do governo federal? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse canal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não acredita que seja um canal efetivo
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro:  
Indicamos que não, pois, em geral, a DAJ não faz denúncias, mas, eventualmente, respondemos denúncias feitas.

## Sistema federal de Ouvidorias

Nas questões desta seção responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso de ouvidorias federais pela organização da sociedade civil ou movimento social:



### Frequência de uso

1    2    3    4    5

Raramente usamos na organização                   Usamos com muita frequência

## Motivos do seu uso

- Denúncia
- Reclamação
- Elogio
- Solicitação de serviço público
- Pedido de desburocratização
- Sugestão
- Pedido de acesso à informação

## Efetividade/poder de influência

- As manifestações feitas pela ouvidoria frequentemente geraram resultados efetivos (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente efetivos (entre 30% e 60%);
- Raramente efetivos (menos 1% a 29%);
- Nunca são efetivos.

## Devolutiva

- Nunca recebe satisfação das manifestações enviadas;
- Recebe respostas, mas raramente são satisfatórias ou completas;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias e completas.

## Dificuldades técnicas

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Sistema fora do ar, lento ou instável;
- Retorno intempestivo ou demorado acerca da manifestação;
- Falta de capacitação técnica dos servidores para fornecer as respostas;
- Outro: .....

Considerando as dimensões do questionário, os sistemas de ouvidorias locais (governos estaduais e municipais que a organização usa) são qualitativamente inferiores ao sistema federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou ouvidorias locais)

## Outras considerações da organização sobre transparência no governo federal

---

### Participação em políticas públicas

Até então, as perguntas eram sobre o uso de ferramentas de transparência do governo federal pela instituição. A partir daqui, responda com base na percepção e opinião institucionais sobre o uso de ferramentas de participação pelo governo na construção de políticas públicas.

A organização já usou as plataformas Dialoga Brasil ([dialoga.gov.br](http://dialoga.gov.br)) e/ou Participa Brasil ([participa.br](http://participa.br)) do governo federal? \*

- Sim (ambas)
- Sim (apenas a Participa Brasil)
- Sim (apenas a Dialoga Brasil)
- Não (nenhuma delas)

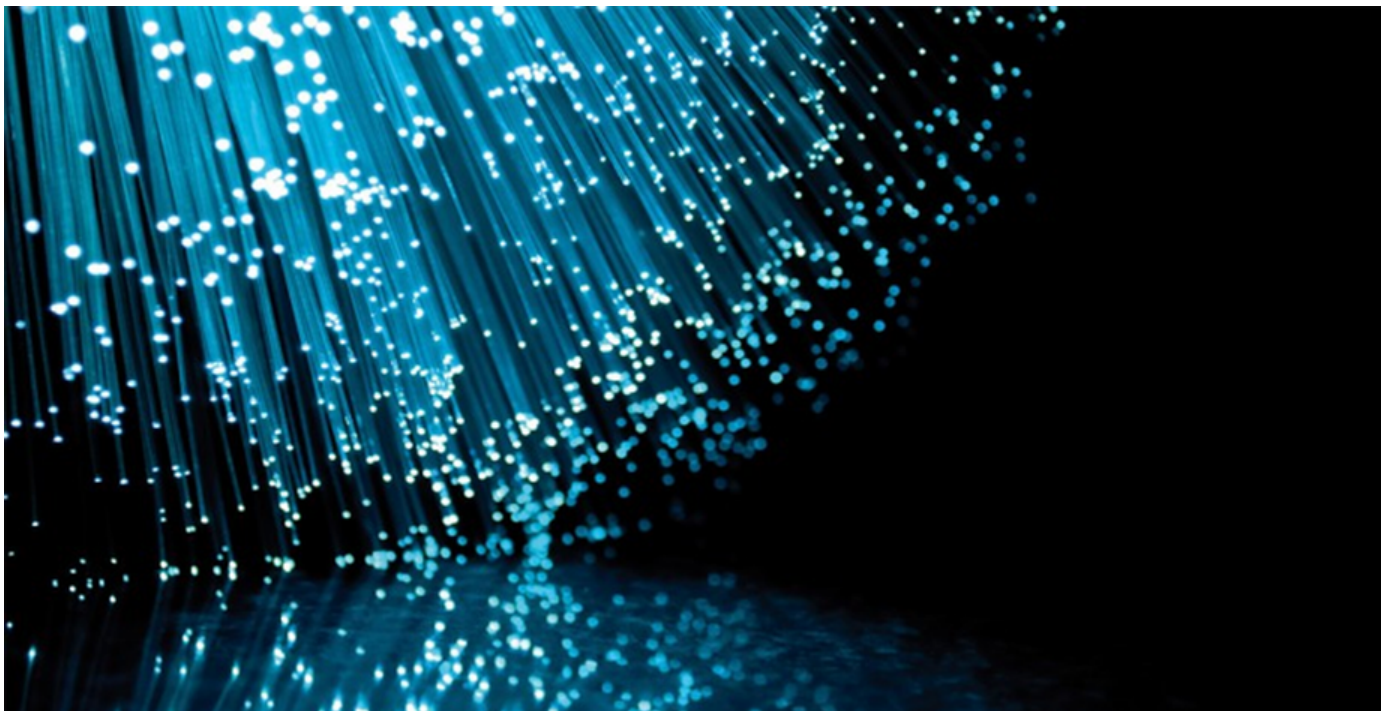


Se a resposta foi sim apenas para uma delas ou não, qual motivo?

- Não conhece essa(s) plataforma(s)
- Não precisa usá-la(s) para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-la(s) - complexa(s)
- Não a(s) considera ferramenta(s) efetiva(s) de participação
- Não se aplica (respondeu sim para ambas no item anterior)
- Outro: .....

## Plataformas Dialoga Brasil e Participa Br

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso das Plataformas Dialoga Brasil e Participa Br (espaços de participação digital) na construção de políticas públicas pelo governo federal



Frequência de uso de alguma das plataformas pelo governo para a construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Ações ativas de engajamento nas Plataformas (organização procura participar):

	1	2	3	4	5	
Raramente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Com muita frequência

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento em espaços de participação digital é qualitativamente pior do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou espaços de participação digital de governos locais)

### Consultas públicas na construção de políticas públicas federais

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso de consultas públicas na construção de políticas públicas pelo governo federal

Frequência de uso de consultas públicas pelo governo no para construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Convites para participar (iniciativa do governo federal, por qualquer meio):

- Organização nunca foi convidada pelo governo para participar de consulta pública;
- Raramente é convidado (1% a 29% das vezes em que há uma consulta);
- Ocasionalmente é convidado (30% a 60%);
- Frequentemente é convidado (mais de 60% das vezes).

### Ações ativas de engajamento em consultas (organização procura participar):

- Frequentemente procura participar (mais de 60% das vezes);
- Ocasionalmente (30%-60%);
- Raramente (até 29%);
- Nunca

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento a consultas públicas é qualitativamente melhor do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

### Audiências públicas na construção de políticas públicas federais

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso de audiências públicas na construção de políticas públicas pelo governo federal

### Frequência de uso de audiências públicas pelo governo para construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Convites para participar (iniciativa do governo federal, por qualquer meio):

- Organização nunca foi convidada pelo governo para participar de audiência pública;
- Raramente é convidado (1% a 29% das vezes em que há uma audiência);
- Ocasionalmente é convidado (30% a 60%);
- Frequentemente é convidado (mais de 60% das vezes).

### Ações ativas de engajamento em audiências (organização procura participar):

- Frequentemente procura participar (mais de 60% das vezes);
- Ocasionalmente (30%-60%);
- Raramente (até 29%);
- Nunca

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento a audiências públicas é qualitativamente melhor do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente



## Outras considerações da organização sobre participação no governo federal

---

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

# Questionário transparência e participação no Governo Federal

Esse questionário tem como objetivo coletar as percepções no uso de ferramentas de transparência e participação governamentais pelas organizações da sociedade civil e movimentos sociais organizados, sendo garantidas a confidencialidade, sigilo e anonimato dos participantes. A partir dos resultados, compreender a efetividade desses instrumentos, detectar eventuais deficiências e apontar soluções.

Os resultados serão divulgados na tese de doutorado da pesquisadora responsável pela sua elaboração, Caroline Maciel.

A sua participação é uma etapa muito importante para o diagnóstico e sistematização das dificuldades enfrentadas por usuários qualificados, identificação dos avanços e de sugestões para melhorias. Se possível, responda todas as questões.

Endereço de e-mail \*

Para evitar o uso de robots neste questionário, responda: qual das imagens abaixo é um prato de sobremesa? \*



1



2



3



4

## Dados

Nome da instituição que representa \*

[REDACTED]

## Principal área de atuação institucional \*

- Transparência e Integridade
- Direitos Humanos/Direitos fundamentais
- Socioambiental
- Nova economia
- Saúde
- Educação
- Outro: Relações governamentais

## Estou apto(a) a responder em nome da organização que represento? \*

- Sim

## Nome completo do responsável pelo preenchimento \*

[REDACTED]

## Vínculo/cargo institucional \*

Sócia e Coordenadora de Advocacy

## Anos que está na instituição \*

- Até 1 ano
- Mais de 1 ano até 5 anos
- Mais de 5 anos

## Última escolaridade do respondente \*

- Ensino superior
- Especialização
- Mestrado
- Doutorado
- Outro: .....

## Concordo com o Termo de Consentimento Livre e Informado abaixo \*

Declaro, por meio deste termo, que concordei voluntariamente em responder esse questionário, que busca coletar as percepções de usuários qualificados no uso de ferramentas de transparência e participação governamentais, desenvolvido pela pesquisadora Caroline Stéphanie Francis dos Santos Maciel. Fui informado(a) que a pesquisa é desenvolvida para fins estritamente acadêmicos em sede de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Direito na Universidade Federal de Minas Gerais, sob orientação da Profa. Fabiana de Menezes Soares, vinculada ao Observatório para a Qualidade da Lei e em parceria com a Dado Capital e a Rede de Advocacy Colaborativo. Afirmando que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou outros benefícios, nem ter qualquer ônus ou risco à saúde e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui também informado(a) que não será divulgado meu nome e nem outro dado de contato que permita a minha identificação pessoal, em conformidade com as normas éticas do Comitê de Ética da UFMG (art. 1º, § único, I, V e VII da Resolução 510/2016). Informaram, ainda, que apenas os dados institucionais e resultados das respostas ao questionário serão divulgados no relatório da pesquisa, garantidas a confidencialidade, sigilo e anonimato dos participantes. Por fim, fui informado(a) de que posso me retirar dessa pesquisa de opinião a qualquer momento, sem sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos. Ao selecionar "sim" nesta caixa, concordo com todas as especificações acima deste Termo de Consentimento Livre e Informado.

Sim

Autorizo a divulgação dos dados institucionais e respostas às perguntas do questionário para a realização dos objetivos dessa pesquisa \*

Sim

## Orientações gerais

Nas questões fechadas, escolha a melhor resposta dentre as possíveis, que representa melhor a realidade no uso geral dessas ferramentas pela organização (o que ocorreu na maioria das vezes).

Dê uma resposta com base na realidade da sua instituição e não apenas na sua experiência pessoal.

Nas questões abertas, aprofunde nas particularidades sobre o tópico. Quanto mais dados fornecer, tanto melhor para a pesquisa e completo diagnóstico da situação.

Caso não saiba alguma(s) da(s) resposta(s), por você não utilizar o canal/desconhecê-lo, veja se é possível obtê-la(s) junto à organização que representa; caso contrário, marque que a organização não usa.



### Sites oficiais do governo federal ([gov.br](http://gov.br) e derivados)

A organização já extraiu dados ou informações de algum site oficial do governo federal?

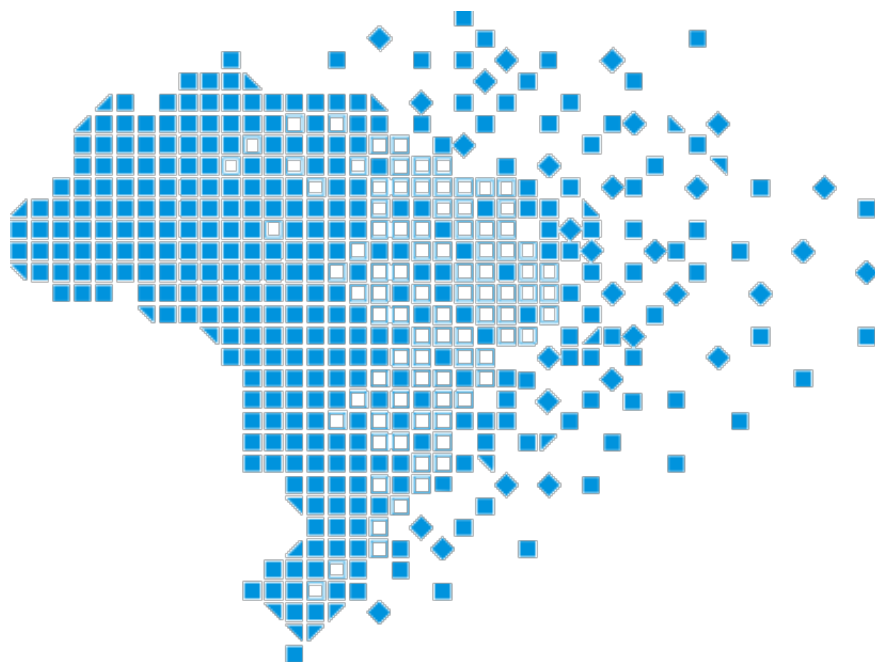
\*

- Sim
- Não

### Uso de sites oficiais do governo federal ([gov.br](http://gov.br) e derivados)

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso dos sites oficiais do governo federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:





### Frequência de uso

1    2    3    4    5

Raramente usamos na organização                        Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no site
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa por conta própria conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso

## Outras dificuldades de navegabilidade e usabilidade

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Mudanças de domínio e/ou links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre ocorrências em navegabilidade antes e depois da mudança dos domínios, com a unificação dos endereços eletrônicos do governo federal em 2019 (portal único [gov.br](http://gov.br)).

.....

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados ativamente nos sites oficiais do governo federal resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

Os sites oficiais de governos estaduais e municipais que a organização acessa são qualitativamente inferiores ao sites do governo federal, considerando as dimensões desse questionário (disponibilidade, atualização, compreensão dos dados e navegabilidade no site).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou sites oficiais de governos estaduais/municipais)

Portal da Transparência Federal ([portaldatransparencia.gov.br](http://portaldatransparencia.gov.br))

A organização já extraiu dados ou informações do Portal da Transparência federal? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse portal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

### Uso do Portal da Transparência Federal

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do Portal da Transparência Federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:



### Frequência de uso

1 2 3 4 5

Raramente usamos na organização

Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no portal
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa por conta própria conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso à informação ou dado.

### Outras dificuldades de navegabilidade e usabilidade

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre ocorrências em navegabilidade antes e depois da reformulação do Portal da Transparência Federal em 2018.

.....

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados no Portal da Transparência Federal resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente



No geral, os Portais da Transparência estaduais e municipais que a organização usa são qualitativamente inferiores ao Portal da Transparência Federal, considerando as dimensões desse questionário (disponibilidade, atualização, compreensão dos dados e navegabilidade no portal).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou nenhum portal de transparência estadual ou municipal)

#### Portal Brasileiro de Dados Abertos ([dados.gov.br](https://dados.gov.br))

A organização já extraiu dados do Portal Brasileiro de Dados Abertos? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse portal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

## Uso do Portal Brasileiro de Dados Abertos

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do Portal Brasileiro de Dados Abertos pela organização da sociedade civil ou movimento social:



Frequência de uso

	1	2	3	4	5	
Raramente usamos na organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no portal
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa (autônoma) conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso à informação ou dado.

## Outras dificuldades

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Escassez de bases de dados abertos disponibilizadas ativamente
- Bases de dados abertos não disponibilizadas no prazo estabelecido, em conformidade com os cronogramas de abertura dos órgãos
- Não disponibilização das bases de dados abertos, mesmo após solicitação
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre modificações nesse portal no decorrer do tempo.

.....

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados ativamente no Portal Brasileiro de Dados Abertos resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

Os governos estaduais e municipais e os outros poderes (que organização acessa) disponibilizam bem menos dados públicos em formato aberto que o governo federal, seja no Portal Brasileiro de Dados Abertos ou em outros portais.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca extraiu dados abertos de governos subnacionais ou de outros poderes)

### Pedidos de acesso à informação a órgãos do governo federal

A organização já fez pedido de acesso à informação através do e-SIC federal? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse canal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo/instável)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

## Uso do e-SIC federal

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do e-SIC federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:



Frequência de uso

	1	2	3	4	5	
Raramente usamos na organização	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Usamos com muita frequência



### Satisfação com o acesso concedido

- Conseguiu acesso completo a tudo que pediu já com o pedido inicial, no prazo legal;
- Conseguiu acesso completo apenas após recorrer ou após o prazo legal;
- Não conseguiu acesso completo, apenas parcial;
- Negativa completa de acesso, mesmo sem ser hipótese legal de sigilo.

### Justificativas dos órgãos para negativas de acesso (se aplicável)

- Não recebeu nenhuma justificativa
- Trabalho adicional de análise, interpretação ou consolidação
- Pedido genérico
- Órgão incompetente (sem reencaminhar o seu pedido)
- Pandemia
- Dados pessoais
- Sigilo legal
- Interpretação extensiva do órgão sobre o sigilo
- Inexistência dos documentos digitalizados e necessidade de consultar arquivos físicos pessoalmente
- Outro: .....

## Compreensão das respostas ou dados enviados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada na resposta e nem as informações enviadas;
- Teve alguma dificuldade, mas com alguma pesquisa (autônoma) conseguiu entender;
- Não conseguiu compreender e precisou solicitar esclarecimentos em recurso ou nova solicitação de acesso;
- Não conseguiu compreender e desistiu do acesso à informação.

## Dificuldades técnicas com o e-SIC federal

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Sistema fora do ar, lento ou instável;
- Respostas fora do prazo legal;
- Obscuridade nas competências dos órgãos e dificuldade para saber a quem encaminhar o pedido;
- Arquivos anexos corrompidos/desconfigurados/inúteis;
- Arquivo em formato não aberto, não legível por máquina;
- Indisponibilidade de arquivos digitais;
- Não sistematização de dados pelo órgão;
- Necessidade de dados gerais de órgãos com competências centrais e foi aconselhado a procurar cada órgão individualmente, o que inviabilizou o acesso pela grande quantidade de órgãos ou volume de dados.

### Outros problemas que dificultaram ou desestimularam o acesso

- Exigências excessivas de dados pessoais;
- Cobrança de taxas de reprodução;
- Não divulgação de lista de documentos classificados como sigilosos pelo órgão federal;
- Influência do perfil do solicitante na resposta ao pedido (antes da possibilidade de pedidos anônimos no e-SIC federal);
- Falta de capacitação técnica dos servidores para responder as solicitações;
- Outro: .....

Os sistemas eletrônicos de solicitação de acesso à informação de governos estaduais e municipais que a organização usa são qualitativamente inferiores ao e-SIC federal, considerando as dimensões desse questionário (satisfação com o acesso, justificativas para negativas, compreensão e dificuldades técnicas).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou sistemas de acesso de governos subnacionais)

Ouvidorias federais ([ouvidorias.gov.br](https://ouvidorias.gov.br))

A organização já usou o sistema eletrônico de ouvidorias do governo federal? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse canal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não acredita que seja um canal efetivo
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

## Sistema federal de Ouvidorias

Nas questões desta seção responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso de ouvidorias federais pela organização da sociedade civil ou movimento social:



### Frequência de uso

	1	2	3	4	5	
Raramente usamos na organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Usamos com muita frequência

## Motivos do seu uso

- Denúncia
- Reclamação
- Elogio
- Solicitação de serviço público
- Pedido de desburocratização
- Sugestão
- Pedido de acesso à informação

## Efetividade/poder de influência

- As manifestações feitas pela ouvidoria frequentemente geraram resultados efetivos (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente efetivos (entre 30% e 60%);
- Raramente efetivos (menos 1% a 29%);
- Nunca são efetivos.

## Devolutiva

- Nunca recebe satisfação das manifestações enviadas;
- Recebe respostas, mas raramente são satisfatórias ou completas;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias e completas.

## Dificuldades técnicas

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Sistema fora do ar, lento ou instável;
- Retorno intempestivo ou demorado acerca da manifestação;
- Falta de capacitação técnica dos servidores para fornecer as respostas;
- Outro: .....

Considerando as dimensões do questionário, os sistemas de ouvidorias locais (governos estaduais e municipais que a organização usa) são qualitativamente inferiores ao sistema federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou ouvidorias locais)

## Outras considerações da organização sobre transparência no governo federal

---

### Participação em políticas públicas

Até então, as perguntas eram sobre o uso de ferramentas de transparência do governo federal pela instituição. A partir daqui, responda com base na percepção e opinião institucionais sobre o uso de ferramentas de participação pelo governo na construção de políticas públicas.

A organização já usou as plataformas Dialoga Brasil ([dialoga.gov.br](http://dialoga.gov.br)) e/ou Participa Brasil ([participa.br](http://participa.br)) do governo federal? \*

- Sim (ambas)
- Sim (apenas a Participa Brasil)
- Sim (apenas a Dialoga Brasil)
- Não (nenhuma delas)



Se a resposta foi sim apenas para uma delas ou não, qual motivo?

- Não conhece essa(s) plataforma(s)
- Não precisa usá-la(s) para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-la(s) - complexa(s)
- Não a(s) considera ferramenta(s) efetiva(s) de participação
- Não se aplica (respondeu sim para ambas no item anterior)
- Outro: .....

## Plataformas Dialoga Brasil e Participa Br

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso das Plataformas Dialoga Brasil e Participa Br (espaços de participação digital) na construção de políticas públicas pelo governo federal



Frequência de uso de alguma das plataformas pelo governo para a construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Ações ativas de engajamento nas Plataformas (organização procura participar):

	1	2	3	4	5	
Raramente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Com muita frequência

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento em espaços de participação digital é qualitativamente pior do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou espaços de participação digital de governos locais)

### Consultas públicas na construção de políticas públicas federais

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso de consultas públicas na construção de políticas públicas pelo governo federal

Frequência de uso de consultas públicas pelo governo no para construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Convites para participar (iniciativa do governo federal, por qualquer meio):

- Organização nunca foi convidada pelo governo para participar de consulta pública;
- Raramente é convidado (1% a 29% das vezes em que há uma consulta);
- Ocasionalmente é convidado (30% a 60%);
- Frequentemente é convidado (mais de 60% das vezes).

### Ações ativas de engajamento em consultas (organização procura participar):

- Frequentemente procura participar (mais de 60% das vezes);
- Ocasionalmente (30%-60%);
- Raramente (até 29%);
- Nunca

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento a consultas públicas é qualitativamente melhor do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

### Audiências públicas na construção de políticas públicas federais

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso de audiências públicas na construção de políticas públicas pelo governo federal

### Frequência de uso de audiências públicas pelo governo para construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Convites para participar (iniciativa do governo federal, por qualquer meio):

- Organização nunca foi convidada pelo governo para participar de audiência pública;
- Raramente é convidado (1% a 29% das vezes em que há uma audiência);
- Ocasionalmente é convidado (30% a 60%);
- Frequentemente é convidado (mais de 60% das vezes).

### Ações ativas de engajamento em audiências (organização procura participar):

- Frequentemente procura participar (mais de 60% das vezes);
- Ocasionalmente (30%-60%);
- Raramente (até 29%);
- Nunca

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento a audiências públicas é qualitativamente melhor do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente



## Outras considerações da organização sobre participação no governo federal

---

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

# Questionário transparência e participação no Governo Federal

Esse questionário tem como objetivo coletar as percepções no uso de ferramentas de transparência e participação governamentais pelas organizações da sociedade civil e movimentos sociais organizados, sendo garantidas a confidencialidade, sigilo e anonimato dos participantes. A partir dos resultados, compreender a efetividade desses instrumentos, detectar eventuais deficiências e apontar soluções.

Os resultados serão divulgados na tese de doutorado da pesquisadora responsável pela sua elaboração, Caroline Maciel.

A sua participação é uma etapa muito importante para o diagnóstico e sistematização das dificuldades enfrentadas por usuários qualificados, identificação dos avanços e de sugestões para melhorias. Se possível, responda todas as questões.

Endereço de e-mail \*

Para evitar o uso de robots neste questionário, responda: qual das imagens abaixo é um prato de sobremesa? \*



1



2



3



4

## Dados

Nome da instituição que representa \*

[REDACTED]

## Principal área de atuação institucional \*

- Transparência e Integridade
- Direitos Humanos/Direitos fundamentais
- Socioambiental
- Nova economia
- Saúde
- Educação
- Outro: .....

## Estou apto(a) a responder em nome da organização que represento? \*

- Sim

## Nome completo do responsável pelo preenchimento \*

.....

## Vínculo/cargo institucional \*

Diretor .....

## Anos que está na instituição \*

- Até 1 ano
- Mais de 1 ano até 5 anos
- Mais de 5 anos

## Última escolaridade do respondente \*

- Ensino superior
- Especialização
- Mestrado
- Doutorado
- Outro: .....

## Concordo com o Termo de Consentimento Livre e Informado abaixo \*

Declaro, por meio deste termo, que concordei voluntariamente em responder esse questionário, que busca coletar as percepções de usuários qualificados no uso de ferramentas de transparência e participação governamentais, desenvolvido pela pesquisadora Caroline Stéphanie Francis dos Santos Maciel. Fui informado(a) que a pesquisa é desenvolvida para fins estritamente acadêmicos em sede de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Direito na Universidade Federal de Minas Gerais, sob orientação da Profa. Fabiana de Menezes Soares, vinculada ao Observatório para a Qualidade da Lei e em parceria com a Dado Capital e a Rede de Advocacy Colaborativo. Afirmando que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou outros benefícios, nem ter qualquer ônus ou risco à saúde e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui também informado(a) que não será divulgado meu nome e nem outro dado de contato que permita a minha identificação pessoal, em conformidade com as normas éticas do Comitê de Ética da UFMG (art. 1º, § único, I, V e VII da Resolução 510/2016). Informaram, ainda, que apenas os dados institucionais e resultados das respostas ao questionário serão divulgados no relatório da pesquisa, garantidas a confidencialidade, sigilo e anonimato dos participantes. Por fim, fui informado(a) de que posso me retirar dessa pesquisa de opinião a qualquer momento, sem sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos. Ao selecionar "sim" nesta caixa, concordo com todas as especificações acima deste Termo de Consentimento Livre e Informado.

Sim

Autorizo a divulgação dos dados institucionais e respostas às perguntas do questionário para a realização dos objetivos dessa pesquisa \*

Sim

## Orientações gerais

Nas questões fechadas, escolha a melhor resposta dentre as possíveis, que representa melhor a realidade no uso geral dessas ferramentas pela organização (o que ocorreu na maioria das vezes).

Dê uma resposta com base na realidade da sua instituição e não apenas na sua experiência pessoal.

Nas questões abertas, aprofunde nas particularidades sobre o tópico. Quanto mais dados fornecer, tanto melhor para a pesquisa e completo diagnóstico da situação.

Caso não saiba alguma(s) da(s) resposta(s), por você não utilizar o canal/desconhecê-lo, veja se é possível obtê-la(s) junto à organização que representa; caso contrário, marque que a organização não usa.



### Sites oficiais do governo federal ([gov.br](http://gov.br) e derivados)

A organização já extraiu dados ou informações de algum site oficial do governo federal?

\*

Sim

Não

### Uso de sites oficiais do governo federal ([gov.br](http://gov.br) e derivados)

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso dos sites oficiais do governo federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:





### Frequência de uso

1    2    3    4    5

Raramente usamos na organização                        Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no site
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa por conta própria conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso

## Outras dificuldades de navegabilidade e usabilidade

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Mudanças de domínio e/ou links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre ocorrências em navegabilidade antes e depois da mudança dos domínios, com a unificação dos endereços eletrônicos do governo federal em 2019 (portal único [gov.br](http://gov.br)).

Diversos links inoperantes e inacessíveis .....

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados ativamente nos sites oficiais do governo federal resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

Os sites oficiais de governos estaduais e municipais que a organização acessa são qualitativamente inferiores ao sites do governo federal, considerando as dimensões desse questionário (disponibilidade, atualização, compreensão dos dados e navegabilidade no site).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou sites oficiais de governos estaduais/municipais)

Portal da Transparência Federal ([portaldatransparencia.gov.br](http://portaldatransparencia.gov.br))

A organização já extraiu dados ou informações do Portal da Transparência federal? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse portal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

### Uso do Portal da Transparência Federal

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do Portal da Transparência Federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:



### Frequência de uso

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5

Raramente usamos na organização

Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no portal
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa por conta própria conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso à informação ou dado.

## Outras dificuldades de navegabilidade e usabilidade

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre ocorrências em navegabilidade antes e depois da reformulação do Portal da Transparência Federal em 2018.

Downloads indisponíveis ou arquivos corrompidos .....

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados no Portal da Transparência Federal resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente



No geral, os Portais da Transparência estaduais e municipais que a organização usa são qualitativamente inferiores ao Portal da Transparência Federal, considerando as dimensões desse questionário (disponibilidade, atualização, compreensão dos dados e navegabilidade no portal).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou nenhum portal de transparência estadual ou municipal)

#### Portal Brasileiro de Dados Abertos ([dados.gov.br](https://dados.gov.br))

A organização já extraiu dados do Portal Brasileiro de Dados Abertos? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse portal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

## Uso do Portal Brasileiro de Dados Abertos

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do Portal Brasileiro de Dados Abertos pela organização da sociedade civil ou movimento social:



Frequência de uso

1    2    3    4    5

Raramente usamos na organização                   Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no portal
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa (autônoma) conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso à informação ou dado.

## Outras dificuldades

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Escassez de bases de dados abertos disponibilizadas ativamente
- Bases de dados abertos não disponibilizadas no prazo estabelecido, em conformidade com os cronogramas de abertura dos órgãos
- Não disponibilização das bases de dados abertos, mesmo após solicitação
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre modificações nesse portal no decorrer do tempo.

Indisponibilidade de informações e informações não atualizadas .....

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados ativamente no Portal Brasileiro de Dados Abertos resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

Os governos estaduais e municipais e os outros poderes (que organização acessa) disponibilizam bem menos dados públicos em formato aberto que o governo federal, seja no Portal Brasileiro de Dados Abertos ou em outros portais.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca extraiu dados abertos de governos subnacionais ou de outros poderes)

### Pedidos de acesso à informação a órgãos do governo federal

A organização já fez pedido de acesso à informação através do e-SIC federal? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse canal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo/instável)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

### Uso do e-SIC federal

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do e-SIC federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:



Frequência de uso

	1	2	3	4	5	
Raramente usamos na organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	Usamos com muita frequência



### Satisfação com o acesso concedido

- Conseguiu acesso completo a tudo que pediu já com o pedido inicial, no prazo legal;
- Conseguiu acesso completo apenas após recorrer ou após o prazo legal;
- Não conseguiu acesso completo, apenas parcial;
- Negativa completa de acesso, mesmo sem ser hipótese legal de sigilo.

### Justificativas dos órgãos para negativas de acesso (se aplicável)

- Não recebeu nenhuma justificativa
- Trabalho adicional de análise, interpretação ou consolidação
- Pedido genérico
- Órgão incompetente (sem reencaminhar o seu pedido)
- Pandemia
- Dados pessoais
- Sigilo legal
- Interpretação extensiva do órgão sobre o sigilo
- Inexistência dos documentos digitalizados e necessidade de consultar arquivos físicos pessoalmente
- Outro: .....

## Compreensão das respostas ou dados enviados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada na resposta e nem as informações enviadas;
- Teve alguma dificuldade, mas com alguma pesquisa (autônoma) conseguiu entender;
- Não conseguiu compreender e precisou solicitar esclarecimentos em recurso ou nova solicitação de acesso;
- Não conseguiu compreender e desistiu do acesso à informação.

## Dificuldades técnicas com o e-SIC federal

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Sistema fora do ar, lento ou instável;
- Respostas fora do prazo legal;
- Obscuridade nas competências dos órgãos e dificuldade para saber a quem encaminhar o pedido;
- Arquivos anexos corrompidos/desconfigurados/inúteis;
- Arquivo em formato não aberto, não legível por máquina;
- Indisponibilidade de arquivos digitais;
- Não sistematização de dados pelo órgão;
- Necessidade de dados gerais de órgãos com competências centrais e foi aconselhado a procurar cada órgão individualmente, o que inviabilizou o acesso pela grande quantidade de órgãos ou volume de dados.

### Outros problemas que dificultaram ou desestimularam o acesso

- Exigências excessivas de dados pessoais;
- Cobrança de taxas de reprodução;
- Não divulgação de lista de documentos classificados como sigilosos pelo órgão federal;
- Influência do perfil do solicitante na resposta ao pedido (antes da possibilidade de pedidos anônimos no e-SIC federal);
- Falta de capacitação técnica dos servidores para responder as solicitações;
- Outro: .....

Os sistemas eletrônicos de solicitação de acesso à informação de governos estaduais e municipais que a organização usa são qualitativamente inferiores ao e-SIC federal, considerando as dimensões desse questionário (satisfação com o acesso, justificativas para negativas, compreensão e dificuldades técnicas).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou sistemas de acesso de governos subnacionais)

Ouvidorias federais ([ouvidorias.gov.br](https://ouvidorias.gov.br))

A organização já usou o sistema eletrônico de ouvidorias do governo federal? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse canal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não acredita que seja um canal efetivo
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

## Sistema federal de Ouvidorias

Nas questões desta seção responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso de ouvidorias federais pela organização da sociedade civil ou movimento social:



### Frequência de uso

1    2    3    4    5

Raramente usamos na organização                        Usamos com muita frequência

## Motivos do seu uso

- Denúncia
- Reclamação
- Elogio
- Solicitação de serviço público
- Pedido de desburocratização
- Sugestão
- Pedido de acesso à informação

## Efetividade/poder de influência

- As manifestações feitas pela ouvidoria frequentemente geraram resultados efetivos (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente efetivos (entre 30% e 60%);
- Raramente efetivos (menos 1% a 29%);
- Nunca são efetivos.

## Devolutiva

- Nunca recebe satisfação das manifestações enviadas;
- Recebe respostas, mas raramente são satisfatórias ou completas;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias e completas.

## Dificuldades técnicas

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Sistema fora do ar, lento ou instável;
- Retorno intempestivo ou demorado acerca da manifestação;
- Falta de capacitação técnica dos servidores para fornecer as respostas;
- Outro: .....

Considerando as dimensões do questionário, os sistemas de ouvidorias locais (governos estaduais e municipais que a organização usa) são qualitativamente inferiores ao sistema federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou ouvidorias locais)

## Outras considerações da organização sobre transparência no governo federal

Na atualidade alguns ministérios e órgãos federais não informam e outros cumprem parcialmente

## Participação em políticas públicas

Até então, as perguntas eram sobre o uso de ferramentas de transparência do governo federal pela instituição. A partir daqui, responda com base na percepção e opinião institucionais sobre o uso de ferramentas de participação pelo governo na construção de políticas públicas.

A organização já usou as plataformas Dialoga Brasil ([dialoga.gov.br](http://dialoga.gov.br)) e/ou Participa Brasil ([participa.br](http://participa.br)) do governo federal? \*

- Sim (ambas)
- Sim (apenas a Participa Brasil)
- Sim (apenas a Dialoga Brasil)
- Não (nenhuma delas)



Se a resposta foi sim apenas para uma delas ou não, qual motivo?

- Não conhece essa(s) plataforma(s)
- Não precisa usá-la(s) para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-la(s) - complexa(s)
- Não a(s) considera ferramenta(s) efetiva(s) de participação
- Não se aplica (respondeu sim para ambas no item anterior)
- Outro: .....

## Plataformas Dialoga Brasil e Participa Br

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso das Plataformas Dialoga Brasil e Participa Br (espaços de participação digital) na construção de políticas públicas pelo governo federal



Frequência de uso de alguma das plataformas pelo governo para a construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Ações ativas de engajamento nas Plataformas (organização procura participar):

	1	2	3	4	5	
Raramente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Com muita frequência

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento em espaços de participação digital é qualitativamente pior do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou espaços de participação digital de governos locais)

### Consultas públicas na construção de políticas públicas federais

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso de consultas públicas na construção de políticas públicas pelo governo federal

Frequência de uso de consultas públicas pelo governo no para construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Convites para participar (iniciativa do governo federal, por qualquer meio):

- Organização nunca foi convidada pelo governo para participar de consulta pública;
- Raramente é convidado (1% a 29% das vezes em que há uma consulta);
- Ocasionalmente é convidado (30% a 60%);
- Frequentemente é convidado (mais de 60% das vezes).

### Ações ativas de engajamento em consultas (organização procura participar):

- Frequentemente procura participar (mais de 60% das vezes);
- Ocasionalmente (30%-60%);
- Raramente (até 29%);
- Nunca

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento a consultas públicas é qualitativamente melhor do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

### Audiências públicas na construção de políticas públicas federais

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso de audiências públicas na construção de políticas públicas pelo governo federal

### Frequência de uso de audiências públicas pelo governo para construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Convites para participar (iniciativa do governo federal, por qualquer meio):

- Organização nunca foi convidada pelo governo para participar de audiência pública;
- Raramente é convidado (1% a 29% das vezes em que há uma audiência);
- Ocasionalmente é convidado (30% a 60%);
- Frequentemente é convidado (mais de 60% das vezes).

### Ações ativas de engajamento em audiências (organização procura participar):

- Frequentemente procura participar (mais de 60% das vezes);
- Ocasionalmente (30%-60%);
- Raramente (até 29%);
- Nunca

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento a audiências públicas é qualitativamente melhor do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente



## Outras considerações da organização sobre participação no governo federal

---

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

# Questionário transparência e participação no Governo Federal

Esse questionário tem como objetivo coletar as percepções no uso de ferramentas de transparência e participação governamentais pelas organizações da sociedade civil e movimentos sociais organizados, sendo garantidas a confidencialidade, sigilo e anonimato dos participantes. A partir dos resultados, compreender a efetividade desses instrumentos, detectar eventuais deficiências e apontar soluções.

Os resultados serão divulgados na tese de doutorado da pesquisadora responsável pela sua elaboração, Caroline Maciel.

A sua participação é uma etapa muito importante para o diagnóstico e sistematização das dificuldades enfrentadas por usuários qualificados, identificação dos avanços e de sugestões para melhorias. Se possível, responda todas as questões.

Endereço de e-mail \*

Para evitar o uso de robots neste questionário, responda: qual das imagens abaixo é um prato de sobremesa? \*



1



2



3



4

## Dados

Nome da instituição que representa \*

[REDACTED]

## Principal área de atuação institucional \*

- Transparência e Integridade
- Direitos Humanos/Direitos fundamentais
- Socioambiental
- Nova economia
- Saúde
- Educação
- Outro: Políticas públicas climáticas

## Estou apto(a) a responder em nome da organização que represento? \*

- Sim

## Nome completo do responsável pelo preenchimento \*

[REDACTED]

## Vínculo/cargo institucional \*

Oficial Progamática

## Anos que está na instituição \*

- Até 1 ano
- Mais de 1 ano até 5 anos
- Mais de 5 anos

## Última escolaridade do respondente \*

- Ensino superior
- Especialização
- Mestrado
- Doutorado
- Outro: .....

## Concordo com o Termo de Consentimento Livre e Informado abaixo \*

Declaro, por meio deste termo, que concordei voluntariamente em responder esse questionário, que busca coletar as percepções de usuários qualificados no uso de ferramentas de transparência e participação governamentais, desenvolvido pela pesquisadora Caroline Stéphanie Francis dos Santos Maciel. Fui informado(a) que a pesquisa é desenvolvida para fins estritamente acadêmicos em sede de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Direito na Universidade Federal de Minas Gerais, sob orientação da Profa. Fabiana de Menezes Soares, vinculada ao Observatório para a Qualidade da Lei e em parceria com a Dado Capital e a Rede de Advocacy Colaborativo. Afirmando que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou outros benefícios, nem ter qualquer ônus ou risco à saúde e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui também informado(a) que não será divulgado meu nome e nem outro dado de contato que permita a minha identificação pessoal, em conformidade com as normas éticas do Comitê de Ética da UFMG (art. 1º, § único, I, V e VII da Resolução 510/2016). Informaram, ainda, que apenas os dados institucionais e resultados das respostas ao questionário serão divulgados no relatório da pesquisa, garantidas a confidencialidade, sigilo e anonimato dos participantes. Por fim, fui informado(a) de que posso me retirar dessa pesquisa de opinião a qualquer momento, sem sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos. Ao selecionar "sim" nesta caixa, concordo com todas as especificações acima deste Termo de Consentimento Livre e Informado.

Sim

Autorizo a divulgação dos dados institucionais e respostas às perguntas do questionário para a realização dos objetivos dessa pesquisa \*

Sim

## Orientações gerais

Nas questões fechadas, escolha a melhor resposta dentre as possíveis, que representa melhor a realidade no uso geral dessas ferramentas pela organização (o que ocorreu na maioria das vezes).

Dê uma resposta com base na realidade da sua instituição e não apenas na sua experiência pessoal.

Nas questões abertas, aprofunde nas particularidades sobre o tópico. Quanto mais dados fornecer, tanto melhor para a pesquisa e completo diagnóstico da situação.

Caso não saiba alguma(s) da(s) resposta(s), por você não utilizar o canal/desconhecê-lo, veja se é possível obtê-la(s) junto à organização que representa; caso contrário, marque que a organização não usa.



### Sites oficiais do governo federal ([gov.br](http://gov.br) e derivados)

A organização já extraiu dados ou informações de algum site oficial do governo federal?

\*

- Sim
- Não

### Uso de sites oficiais do governo federal ([gov.br](http://gov.br) e derivados)

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso dos sites oficiais do governo federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:





### Frequência de uso

1      2      3      4      5

Raramente usamos na organização                        Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no site
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa por conta própria conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso

## Outras dificuldades de navegabilidade e usabilidade

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Mudanças de domínio e/ou links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre ocorrências em navegabilidade antes e depois da mudança dos domínios, com a unificação dos endereços eletrônicos do governo federal em 2019 (portal único [gov.br](http://gov.br)).

.....

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados ativamente nos sites oficiais do governo federal resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

Os sites oficiais de governos estaduais e municipais que a organização acessa são qualitativamente inferiores ao sites do governo federal, considerando as dimensões desse questionário (disponibilidade, atualização, compreensão dos dados e navegabilidade no site).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou sites oficiais de governos estaduais/municipais)

Portal da Transparência Federal ([portaldatransparencia.gov.br](http://portaldatransparencia.gov.br))

A organização já extraiu dados ou informações do Portal da Transparência federal? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse portal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)

Outro:

A CLUA é um financiador de projetos. Normalmente, as organizações apoiadas que fazem isto.

## Uso do Portal da Transparência Federal

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do Portal da Transparência Federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:



### Frequência de uso

1 2 3 4 5

Raramente usamos na  
organização

Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no portal
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa por conta própria conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso à informação ou dado.

### Outras dificuldades de navegabilidade e usabilidade

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre ocorrências em navegabilidade antes e depois da reformulação do Portal da Transparência Federal em 2018.

.....

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados no Portal da Transparência Federal resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente



No geral, os Portais da Transparência estaduais e municipais que a organização usa são qualitativamente inferiores ao Portal da Transparência Federal, considerando as dimensões desse questionário (disponibilidade, atualização, compreensão dos dados e navegabilidade no portal).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou nenhum portal de transparência estadual ou municipal)

#### Portal Brasileiro de Dados Abertos ([dados.gov.br](https://dados.gov.br))

A organização já extraiu dados do Portal Brasileiro de Dados Abertos? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse portal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

## Uso do Portal Brasileiro de Dados Abertos

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do Portal Brasileiro de Dados Abertos pela organização da sociedade civil ou movimento social:



Frequência de uso

	1	2	3	4	5	
Raramente usamos na organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no portal
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa (autônoma) conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso à informação ou dado.

## Outras dificuldades

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Escassez de bases de dados abertos disponibilizadas ativamente
- Bases de dados abertos não disponibilizadas no prazo estabelecido, em conformidade com os cronogramas de abertura dos órgãos
- Não disponibilização das bases de dados abertos, mesmo após solicitação
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre modificações nesse portal no decorrer do tempo.

.....

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados ativamente no Portal Brasileiro de Dados Abertos resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

Os governos estaduais e municipais e os outros poderes (que organização acessa) disponibilizam bem menos dados públicos em formato aberto que o governo federal, seja no Portal Brasileiro de Dados Abertos ou em outros portais.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca extraiu dados abertos de governos subnacionais ou de outros poderes)

### Pedidos de acesso à informação a órgãos do governo federal

A organização já fez pedido de acesso à informação através do e-SIC federal? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse canal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo/instável)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

### Uso do e-SIC federal

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do e-SIC federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:



Frequência de uso

	1	2	3	4	5	
Raramente usamos na organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Usamos com muita frequência



### Satisfação com o acesso concedido

- Conseguiu acesso completo a tudo que pediu já com o pedido inicial, no prazo legal;
- Conseguiu acesso completo apenas após recorrer ou após o prazo legal;
- Não conseguiu acesso completo, apenas parcial;
- Negativa completa de acesso, mesmo sem ser hipótese legal de sigilo.

### Justificativas dos órgãos para negativas de acesso (se aplicável)

- Não recebeu nenhuma justificativa
- Trabalho adicional de análise, interpretação ou consolidação
- Pedido genérico
- Órgão incompetente (sem reencaminhar o seu pedido)
- Pandemia
- Dados pessoais
- Sigilo legal
- Interpretação extensiva do órgão sobre o sigilo
- Inexistência dos documentos digitalizados e necessidade de consultar arquivos físicos pessoalmente
- Outro: .....

## Compreensão das respostas ou dados enviados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada na resposta e nem as informações enviadas;
- Teve alguma dificuldade, mas com alguma pesquisa (autônoma) conseguiu entender;
- Não conseguiu compreender e precisou solicitar esclarecimentos em recurso ou nova solicitação de acesso;
- Não conseguiu compreender e desistiu do acesso à informação.

## Dificuldades técnicas com o e-SIC federal

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Sistema fora do ar, lento ou instável;
- Respostas fora do prazo legal;
- Obscuridade nas competências dos órgãos e dificuldade para saber a quem encaminhar o pedido;
- Arquivos anexos corrompidos/desconfigurados/inúteis;
- Arquivo em formato não aberto, não legível por máquina;
- Indisponibilidade de arquivos digitais;
- Não sistematização de dados pelo órgão;
- Necessidade de dados gerais de órgãos com competências centrais e foi aconselhado a procurar cada órgão individualmente, o que inviabilizou o acesso pela grande quantidade de órgãos ou volume de dados.

### Outros problemas que dificultaram ou desestimularam o acesso

- Exigências excessivas de dados pessoais;
- Cobrança de taxas de reprodução;
- Não divulgação de lista de documentos classificados como sigilosos pelo órgão federal;
- Influência do perfil do solicitante na resposta ao pedido (antes da possibilidade de pedidos anônimos no e-SIC federal);
- Falta de capacitação técnica dos servidores para responder as solicitações;
- Outro: .....

Os sistemas eletrônicos de solicitação de acesso à informação de governos estaduais e municipais que a organização usa são qualitativamente inferiores ao e-SIC federal, considerando as dimensões desse questionário (satisfação com o acesso, justificativas para negativas, compreensão e dificuldades técnicas).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou sistemas de acesso de governos subnacionais)

Ouvidorias federais ([ouvidorias.gov.br](https://ouvidorias.gov.br))

A organização já usou o sistema eletrônico de ouvidorias do governo federal? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse canal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não acredita que seja um canal efetivo
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

## Sistema federal de Ouvidorias

Nas questões desta seção responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso de ouvidorias federais pela organização da sociedade civil ou movimento social:



### Frequência de uso

	1	2	3	4	5	
Raramente usamos na organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Usamos com muita frequência

## Motivos do seu uso

- Denúncia
- Reclamação
- Elogio
- Solicitação de serviço público
- Pedido de desburocratização
- Sugestão
- Pedido de acesso à informação

## Efetividade/poder de influência

- As manifestações feitas pela ouvidoria frequentemente geraram resultados efetivos (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente efetivos (entre 30% e 60%);
- Raramente efetivos (menos 1% a 29%);
- Nunca são efetivos.

## Devolutiva

- Nunca recebe satisfação das manifestações enviadas;
- Recebe respostas, mas raramente são satisfatórias ou completas;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias e completas.

## Dificuldades técnicas

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Sistema fora do ar, lento ou instável;
- Retorno intempestivo ou demorado acerca da manifestação;
- Falta de capacitação técnica dos servidores para fornecer as respostas;
- Outro: .....

Considerando as dimensões do questionário, os sistemas de ouvidorias locais (governos estaduais e municipais que a organização usa) são qualitativamente inferiores ao sistema federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou ouvidorias locais)

## Outras considerações da organização sobre transparência no governo federal

---

### Participação em políticas públicas

Até então, as perguntas eram sobre o uso de ferramentas de transparência do governo federal pela instituição. A partir daqui, responda com base na percepção e opinião institucionais sobre o uso de ferramentas de participação pelo governo na construção de políticas públicas.

A organização já usou as plataformas Dialoga Brasil ([dialoga.gov.br](http://dialoga.gov.br)) e/ou Participa Brasil ([participa.br](http://participa.br)) do governo federal? \*

- Sim (ambas)
- Sim (apenas a Participa Brasil)
- Sim (apenas a Dialoga Brasil)
- Não (nenhuma delas)



Se a resposta foi sim apenas para uma delas ou não, qual motivo?

- Não conhece essa(s) plataforma(s)
- Não precisa usá-la(s) para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-la(s) - complexa(s)
- Não a(s) considera ferramenta(s) efetiva(s) de participação
- Não se aplica (respondeu sim para ambas no item anterior)
- Outro:  
Já consultei a participa, inclusive, para entendimento do potencial dela para ampliação de processos de participação, mas vi que o potencial alcance seria limitado.

## Plataformas Dialoga Brasil e Participa Br

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso das Plataformas Dialoga Brasil e Participa Br (espaços de participação digital) na construção de políticas públicas pelo governo federal



Frequência de uso de alguma das plataformas pelo governo para a construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Ações ativas de engajamento nas Plataformas (organização procura participar):

- |           |                                  |                       |                       |                       |                       |                      |
|-----------|----------------------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|----------------------|
|           | 1                                | 2                     | 3                     | 4                     | 5                     |                      |
| Raramente | <input checked="" type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | Com muita frequência |

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento em espaços de participação digital é qualitativamente pior do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou espaços de participação digital de governos locais)

### Consultas públicas na construção de políticas públicas federais

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso de consultas públicas na construção de políticas públicas pelo governo federal

Frequência de uso de consultas públicas pelo governo no para construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Convites para participar (iniciativa do governo federal, por qualquer meio):

- Organização nunca foi convidada pelo governo para participar de consulta pública;
- Raramente é convidado (1% a 29% das vezes em que há uma consulta);
- Ocasionalmente é convidado (30% a 60%);
- Frequentemente é convidado (mais de 60% das vezes).

### Ações ativas de engajamento em consultas (organização procura participar):

- Frequentemente procura participar (mais de 60% das vezes);
- Ocasionalmente (30%-60%);
- Raramente (até 29%);
- Nunca

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento a consultas públicas é qualitativamente melhor do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

### Audiências públicas na construção de políticas públicas federais

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso de audiências públicas na construção de políticas públicas pelo governo federal

### Frequência de uso de audiências públicas pelo governo para construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Convites para participar (iniciativa do governo federal, por qualquer meio):

- Organização nunca foi convidada pelo governo para participar de audiência pública;
- Raramente é convidado (1% a 29% das vezes em que há uma audiência);
- Ocasionalmente é convidado (30% a 60%);
- Frequentemente é convidado (mais de 60% das vezes).

### Ações ativas de engajamento em audiências (organização procura participar):

- Frequentemente procura participar (mais de 60% das vezes);
- Ocasionalmente (30%-60%);
- Raramente (até 29%);
- Nunca

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento a audiências públicas é qualitativamente melhor do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente



Outras considerações da organização sobre participação no governo federal  
entendo aqui, governo federal como executivo federal.

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

# Questionário transparência e participação no Governo Federal

Esse questionário tem como objetivo coletar as percepções no uso de ferramentas de transparência e participação governamentais pelas organizações da sociedade civil e movimentos sociais organizados, sendo garantidas a confidencialidade, sigilo e anonimato dos participantes. A partir dos resultados, compreender a efetividade desses instrumentos, detectar eventuais deficiências e apontar soluções.

Os resultados serão divulgados na tese de doutorado da pesquisadora responsável pela sua elaboração, Caroline Maciel.

A sua participação é uma etapa muito importante para o diagnóstico e sistematização das dificuldades enfrentadas por usuários qualificados, identificação dos avanços e de sugestões para melhorias. Se possível, responda todas as questões.

Endereço de e-mail \*

Para evitar o uso de robots neste questionário, responda: qual das imagens abaixo é um prato de sobremesa? \*



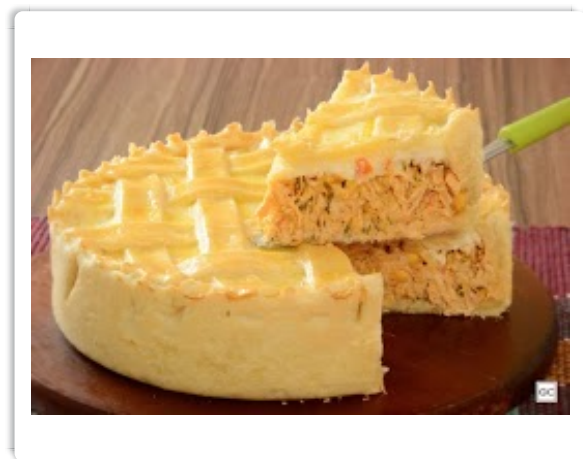
1



2



3



4

## Dados

Nome da instituição que representa \*

[REDACTED]

## Principal área de atuação institucional \*

- Transparência e Integridade
- Direitos Humanos/Direitos fundamentais
- Socioambiental
- Nova economia
- Saúde
- Educação
- Outro: .....

## Estou apto(a) a responder em nome da organização que represento? \*

- Sim

## Nome completo do responsável pelo preenchimento \*

.....

## Vínculo/cargo institucional \*

Coordenador de Relações Governamentais  
.....

## Anos que está na instituição \*

- Até 1 ano
- Mais de 1 ano até 5 anos
- Mais de 5 anos

## Última escolaridade do respondente \*

- Ensino superior
- Especialização
- Mestrado
- Doutorado
- Outro: .....

## Concordo com o Termo de Consentimento Livre e Informado abaixo \*

Declaro, por meio deste termo, que concordei voluntariamente em responder esse questionário, que busca coletar as percepções de usuários qualificados no uso de ferramentas de transparência e participação governamentais, desenvolvido pela pesquisadora Caroline Stéphanie Francis dos Santos Maciel. Fui informado(a) que a pesquisa é desenvolvida para fins estritamente acadêmicos em sede de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Direito na Universidade Federal de Minas Gerais, sob orientação da Profa. Fabiana de Menezes Soares, vinculada ao Observatório para a Qualidade da Lei e em parceria com a Dado Capital e a Rede de Advocacy Colaborativo. Afirmando que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou outros benefícios, nem ter qualquer ônus ou risco à saúde e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui também informado(a) que não será divulgado meu nome e nem outro dado de contato que permita a minha identificação pessoal, em conformidade com as normas éticas do Comitê de Ética da UFMG (art. 1º, § único, I, V e VII da Resolução 510/2016). Informaram, ainda, que apenas os dados institucionais e resultados das respostas ao questionário serão divulgados no relatório da pesquisa, garantidas a confidencialidade, sigilo e anonimato dos participantes. Por fim, fui informado(a) de que posso me retirar dessa pesquisa de opinião a qualquer momento, sem sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos. Ao selecionar "sim" nesta caixa, concordo com todas as especificações acima deste Termo de Consentimento Livre e Informado.

Sim

Autorizo a divulgação dos dados institucionais e respostas às perguntas do questionário para a realização dos objetivos dessa pesquisa \*

Sim

## Orientações gerais

Nas questões fechadas, escolha a melhor resposta dentre as possíveis, que representa melhor a realidade no uso geral dessas ferramentas pela organização (o que ocorreu na maioria das vezes).

Dê uma resposta com base na realidade da sua instituição e não apenas na sua experiência pessoal.

Nas questões abertas, aprofunde nas particularidades sobre o tópico. Quanto mais dados fornecer, tanto melhor para a pesquisa e completo diagnóstico da situação.

Caso não saiba alguma(s) da(s) resposta(s), por você não utilizar o canal/desconhecê-lo, veja se é possível obtê-la(s) junto à organização que representa; caso contrário, marque que a organização não usa.



### Sites oficiais do governo federal ([gov.br](http://gov.br) e derivados)

A organização já extraiu dados ou informações de algum site oficial do governo federal?

\*

- Sim
- Não

### Uso de sites oficiais do governo federal ([gov.br](http://gov.br) e derivados)

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso dos sites oficiais do governo federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:





### Frequência de uso

1    2    3    4    5

Raramente usamos na organização                        Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no site
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa por conta própria conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso

## Outras dificuldades de navegabilidade e usabilidade

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Mudanças de domínio e/ou links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre ocorrências em navegabilidade antes e depois da mudança dos domínios, com a unificação dos endereços eletrônicos do governo federal em 2019 (portal único [gov.br](http://gov.br)).

.....

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados ativamente nos sites oficiais do governo federal resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

Os sites oficiais de governos estaduais e municipais que a organização acessa são qualitativamente inferiores ao sites do governo federal, considerando as dimensões desse questionário (disponibilidade, atualização, compreensão dos dados e navegabilidade no site).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou sites oficiais de governos estaduais/municipais)

Portal da Transparência Federal ([portaldatransparencia.gov.br](http://portaldatransparencia.gov.br))

A organização já extraiu dados ou informações do Portal da Transparência federal? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse portal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

### Uso do Portal da Transparência Federal

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do Portal da Transparência Federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:



### Frequência de uso

1 2 3 4 5

Raramente usamos na  
organização

Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no portal
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa por conta própria conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso à informação ou dado.

## Outras dificuldades de navegabilidade e usabilidade

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre ocorrências em navegabilidade antes e depois da reformulação do Portal da Transparência Federal em 2018.

.....

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados no Portal da Transparência Federal resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente



No geral, os Portais da Transparência estaduais e municipais que a organização usa são qualitativamente inferiores ao Portal da Transparência Federal, considerando as dimensões desse questionário (disponibilidade, atualização, compreensão dos dados e navegabilidade no portal).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou nenhum portal de transparência estadual ou municipal)

#### Portal Brasileiro de Dados Abertos ([dados.gov.br](https://dados.gov.br))

A organização já extraiu dados do Portal Brasileiro de Dados Abertos? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse portal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

## Uso do Portal Brasileiro de Dados Abertos

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do Portal Brasileiro de Dados Abertos pela organização da sociedade civil ou movimento social:



Frequência de uso

1 2 3 4 5

Raramente usamos na  
organização

Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no portal
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa (autônoma) conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso à informação ou dado.

## Outras dificuldades

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Escassez de bases de dados abertos disponibilizadas ativamente
- Bases de dados abertos não disponibilizadas no prazo estabelecido, em conformidade com os cronogramas de abertura dos órgãos
- Não disponibilização das bases de dados abertos, mesmo após solicitação
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre modificações nesse portal no decorrer do tempo.

.....

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados ativamente no Portal Brasileiro de Dados Abertos resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

Os governos estaduais e municipais e os outros poderes (que organização acessa) disponibilizam bem menos dados públicos em formato aberto que o governo federal, seja no Portal Brasileiro de Dados Abertos ou em outros portais.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca extraiu dados abertos de governos subnacionais ou de outros poderes)

### Pedidos de acesso à informação a órgãos do governo federal

A organização já fez pedido de acesso à informação através do e-SIC federal? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse canal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo/instável)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

### Uso do e-SIC federal

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do e-SIC federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:



Frequência de uso

	1	2	3	4	5	
Raramente usamos na organização	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Usamos com muita frequência



### Satisfação com o acesso concedido

- Conseguiu acesso completo a tudo que pediu já com o pedido inicial, no prazo legal;
- Conseguiu acesso completo apenas após recorrer ou após o prazo legal;
- Não conseguiu acesso completo, apenas parcial;
- Negativa completa de acesso, mesmo sem ser hipótese legal de sigilo.

### Justificativas dos órgãos para negativas de acesso (se aplicável)

- Não recebeu nenhuma justificativa
- Trabalho adicional de análise, interpretação ou consolidação
- Pedido genérico
- Órgão incompetente (sem reencaminhar o seu pedido)
- Pandemia
- Dados pessoais
- Sigilo legal
- Interpretação extensiva do órgão sobre o sigilo
- Inexistência dos documentos digitalizados e necessidade de consultar arquivos físicos pessoalmente
- Outro: .....

## Compreensão das respostas ou dados enviados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada na resposta e nem as informações enviadas;
- Teve alguma dificuldade, mas com alguma pesquisa (autônoma) conseguiu entender;
- Não conseguiu compreender e precisou solicitar esclarecimentos em recurso ou nova solicitação de acesso;
- Não conseguiu compreender e desistiu do acesso à informação.

## Dificuldades técnicas com o e-SIC federal

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Sistema fora do ar, lento ou instável;
- Respostas fora do prazo legal;
- Obscuridade nas competências dos órgãos e dificuldade para saber a quem encaminhar o pedido;
- Arquivos anexos corrompidos/desconfigurados/inúteis;
- Arquivo em formato não aberto, não legível por máquina;
- Indisponibilidade de arquivos digitais;
- Não sistematização de dados pelo órgão;
- Necessidade de dados gerais de órgãos com competências centrais e foi aconselhado a procurar cada órgão individualmente, o que inviabilizou o acesso pela grande quantidade de órgãos ou volume de dados.

### Outros problemas que dificultaram ou desestimularam o acesso

- Exigências excessivas de dados pessoais;
- Cobrança de taxas de reprodução;
- Não divulgação de lista de documentos classificados como sigilosos pelo órgão federal;
- Influência do perfil do solicitante na resposta ao pedido (antes da possibilidade de pedidos anônimos no e-SIC federal);
- Falta de capacitação técnica dos servidores para responder as solicitações;
- Outro: .....

Os sistemas eletrônicos de solicitação de acesso à informação de governos estaduais e municipais que a organização usa são qualitativamente inferiores ao e-SIC federal, considerando as dimensões desse questionário (satisfação com o acesso, justificativas para negativas, compreensão e dificuldades técnicas).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou sistemas de acesso de governos subnacionais)

Ouvidorias federais ([ouvidorias.gov.br](https://ouvidorias.gov.br))

A organização já usou o sistema eletrônico de ouvidorias do governo federal? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse canal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não acredita que seja um canal efetivo
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

## Sistema federal de Ouvidorias

Nas questões desta seção responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso de ouvidorias federais pela organização da sociedade civil ou movimento social:



### Frequência de uso

	1	2	3	4	5	
Raramente usamos na organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Usamos com muita frequência

## Motivos do seu uso

- Denúncia
- Reclamação
- Elogio
- Solicitação de serviço público
- Pedido de desburocratização
- Sugestão
- Pedido de acesso à informação

## Efetividade/poder de influência

- As manifestações feitas pela ouvidoria frequentemente geraram resultados efetivos (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente efetivos (entre 30% e 60%);
- Raramente efetivos (menos 1% a 29%);
- Nunca são efetivos.

## Devolutiva

- Nunca recebe satisfação das manifestações enviadas;
- Recebe respostas, mas raramente são satisfatórias ou completas;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias e completas.

## Dificuldades técnicas

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Sistema fora do ar, lento ou instável;
- Retorno intempestivo ou demorado acerca da manifestação;
- Falta de capacitação técnica dos servidores para fornecer as respostas;
- Outro: .....

Considerando as dimensões do questionário, os sistemas de ouvidorias locais (governos estaduais e municipais que a organização usa) são qualitativamente inferiores ao sistema federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou ouvidorias locais)

## Outras considerações da organização sobre transparência no governo federal

---

### Participação em políticas públicas

Até então, as perguntas eram sobre o uso de ferramentas de transparência do governo federal pela instituição. A partir daqui, responda com base na percepção e opinião institucionais sobre o uso de ferramentas de participação pelo governo na construção de políticas públicas.

A organização já usou as plataformas Dialoga Brasil ([dialoga.gov.br](http://dialoga.gov.br)) e/ou Participa Brasil ([participa.br](http://participa.br)) do governo federal? \*

- Sim (ambas)
- Sim (apenas a Participa Brasil)
- Sim (apenas a Dialoga Brasil)
- Não (nenhuma delas)



Se a resposta foi sim apenas para uma delas ou não, qual motivo?

- Não conhece essa(s) plataforma(s)
- Não precisa usá-la(s) para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-la(s) - complexa(s)
- Não a(s) considera ferramenta(s) efetiva(s) de participação
- Não se aplica (respondeu sim para ambas no item anterior)
- Outro: .....

## Plataformas Dialoga Brasil e Participa Br

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso das Plataformas Dialoga Brasil e Participa Br (espaços de participação digital) na construção de políticas públicas pelo governo federal



Frequência de uso de alguma das plataformas pelo governo para a construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Ações ativas de engajamento nas Plataformas (organização procura participar):

	1	2	3	4	5	
Raramente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Com muita frequência

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento em espaços de participação digital é qualitativamente pior do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou espaços de participação digital de governos locais)

### Consultas públicas na construção de políticas públicas federais

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso de consultas públicas na construção de políticas públicas pelo governo federal

Frequência de uso de consultas públicas pelo governo no para construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Convites para participar (iniciativa do governo federal, por qualquer meio):

- Organização nunca foi convidada pelo governo para participar de consulta pública;
- Raramente é convidado (1% a 29% das vezes em que há uma consulta);
- Ocasionalmente é convidado (30% a 60%);
- Frequentemente é convidado (mais de 60% das vezes).

### Ações ativas de engajamento em consultas (organização procura participar):

- Frequentemente procura participar (mais de 60% das vezes);
- Ocasionalmente (30%-60%);
- Raramente (até 29%);
- Nunca

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento a consultas públicas é qualitativamente melhor do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

### Audiências públicas na construção de políticas públicas federais

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso de audiências públicas na construção de políticas públicas pelo governo federal

### Frequência de uso de audiências públicas pelo governo para construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Convites para participar (iniciativa do governo federal, por qualquer meio):

- Organização nunca foi convidada pelo governo para participar de audiência pública;
- Raramente é convidado (1% a 29% das vezes em que há uma audiência);
- Ocasionalmente é convidado (30% a 60%);
- Frequentemente é convidado (mais de 60% das vezes).

### Ações ativas de engajamento em audiências (organização procura participar):

- Frequentemente procura participar (mais de 60% das vezes);
- Ocasionalmente (30%-60%);
- Raramente (até 29%);
- Nunca

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento a audiências públicas é qualitativamente melhor do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente



## Outras considerações da organização sobre participação no governo federal

---

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

# Questionário transparência e participação no Governo Federal

Esse questionário tem como objetivo coletar as percepções no uso de ferramentas de transparência e participação governamentais pelas organizações da sociedade civil e movimentos sociais organizados, sendo garantidas a confidencialidade, sigilo e anonimato dos participantes. A partir dos resultados, compreender a efetividade desses instrumentos, detectar eventuais deficiências e apontar soluções.

Os resultados serão divulgados na tese de doutorado da pesquisadora responsável pela sua elaboração, Caroline Maciel.

A sua participação é uma etapa muito importante para o diagnóstico e sistematização das dificuldades enfrentadas por usuários qualificados, identificação dos avanços e de sugestões para melhorias. Se possível, responda todas as questões.

Endereço de e-mail \*

Para evitar o uso de robots neste questionário, responda: qual das imagens abaixo é um prato de sobremesa? \*



1



2



3



4

## Dados

Nome da instituição que representa \*

[REDACTED]

## Principal área de atuação institucional \*

- Transparência e Integridade
- Direitos Humanos/Direitos fundamentais
- Socioambiental
- Nova economia
- Saúde
- Educação
- Outro: .....

## Estou apto(a) a responder em nome da organização que represento? \*

- Sim

## Nome completo do responsável pelo preenchimento \*

.....

## Vínculo/cargo institucional \*

Diretor Presidente { .....

## Anos que está na instituição \*

- Até 1 ano
- Mais de 1 ano até 5 anos
- Mais de 5 anos

## Última escolaridade do respondente \*

- Ensino superior
- Especialização
- Mestrado
- Doutorado
- Outro: .....

## Concordo com o Termo de Consentimento Livre e Informado abaixo \*

Declaro, por meio deste termo, que concordei voluntariamente em responder esse questionário, que busca coletar as percepções de usuários qualificados no uso de ferramentas de transparência e participação governamentais, desenvolvido pela pesquisadora Caroline Stéphanie Francis dos Santos Maciel. Fui informado(a) que a pesquisa é desenvolvida para fins estritamente acadêmicos em sede de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Direito na Universidade Federal de Minas Gerais, sob orientação da Profa. Fabiana de Menezes Soares, vinculada ao Observatório para a Qualidade da Lei e em parceria com a Dado Capital e a Rede de Advocacy Colaborativo. Afirmando que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou outros benefícios, nem ter qualquer ônus ou risco à saúde e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui também informado(a) que não será divulgado meu nome e nem outro dado de contato que permita a minha identificação pessoal, em conformidade com as normas éticas do Comitê de Ética da UFMG (art. 1º, § único, I, V e VII da Resolução 510/2016). Informaram, ainda, que apenas os dados institucionais e resultados das respostas ao questionário serão divulgados no relatório da pesquisa, garantidas a confidencialidade, sigilo e anonimato dos participantes. Por fim, fui informado(a) de que posso me retirar dessa pesquisa de opinião a qualquer momento, sem sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos. Ao selecionar "sim" nesta caixa, concordo com todas as especificações acima deste Termo de Consentimento Livre e Informado.

Sim

Autorizo a divulgação dos dados institucionais e respostas às perguntas do questionário para a realização dos objetivos dessa pesquisa \*

Sim

## Orientações gerais

Nas questões fechadas, escolha a melhor resposta dentre as possíveis, que representa melhor a realidade no uso geral dessas ferramentas pela organização (o que ocorreu na maioria das vezes).

Dê uma resposta com base na realidade da sua instituição e não apenas na sua experiência pessoal.

Nas questões abertas, aprofunde nas particularidades sobre o tópico. Quanto mais dados fornecer, tanto melhor para a pesquisa e completo diagnóstico da situação.

Caso não saiba alguma(s) da(s) resposta(s), por você não utilizar o canal/desconhecê-lo, veja se é possível obtê-la(s) junto à organização que representa; caso contrário, marque que a organização não usa.



### Sites oficiais do governo federal ([gov.br](http://gov.br) e derivados)

A organização já extraiu dados ou informações de algum site oficial do governo federal?

\*

Sim

Não

### Uso de sites oficiais do governo federal ([gov.br](http://gov.br) e derivados)

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso dos sites oficiais do governo federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:





### Frequência de uso

1    2    3    4    5

Raramente usamos na organização                        Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no site
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa por conta própria conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso

## Outras dificuldades de navegabilidade e usabilidade

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Mudanças de domínio e/ou links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre ocorrências em navegabilidade antes e depois da mudança dos domínios, com a unificação dos endereços eletrônicos do governo federal em 2019 (portal único [gov.br](http://gov.br)).

.....

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados ativamente nos sites oficiais do governo federal resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

Os sites oficiais de governos estaduais e municipais que a organização acessa são qualitativamente inferiores aos sites do governo federal, considerando as dimensões desse questionário (disponibilidade, atualização, compreensão dos dados e navegabilidade no site).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou sites oficiais de governos estaduais/municipais)

Portal da Transparência Federal ([portaldatransparencia.gov.br](http://portaldatransparencia.gov.br))

A organização já extraiu dados ou informações do Portal da Transparência federal? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse portal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

### Uso do Portal da Transparência Federal

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do Portal da Transparência Federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:



### Frequência de uso

1 2 3 4 5

Raramente usamos na  
organização

Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no portal
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa por conta própria conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso à informação ou dado.

### Outras dificuldades de navegabilidade e usabilidade

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre ocorrências em navegabilidade antes e depois da reformulação do Portal da Transparência Federal em 2018.

.....

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados no Portal da Transparência Federal resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente



No geral, os Portais da Transparência estaduais e municipais que a organização usa são qualitativamente inferiores ao Portal da Transparência Federal, considerando as dimensões desse questionário (disponibilidade, atualização, compreensão dos dados e navegabilidade no portal).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou nenhum portal de transparência estadual ou municipal)

#### Portal Brasileiro de Dados Abertos ([dados.gov.br](https://dados.gov.br))

A organização já extraiu dados do Portal Brasileiro de Dados Abertos? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse portal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

## Uso do Portal Brasileiro de Dados Abertos

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do Portal Brasileiro de Dados Abertos pela organização da sociedade civil ou movimento social:



Frequência de uso

1 2 3 4 5

Raramente usamos na  
organização

Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no portal
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa (autônoma) conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso à informação ou dado.

## Outras dificuldades

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Escassez de bases de dados abertos disponibilizadas ativamente
- Bases de dados abertos não disponibilizadas no prazo estabelecido, em conformidade com os cronogramas de abertura dos órgãos
- Não disponibilização das bases de dados abertos, mesmo após solicitação
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre modificações nesse portal no decorrer do tempo.

.....

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados ativamente no Portal Brasileiro de Dados Abertos resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

Os governos estaduais e municipais e os outros poderes (que organização acessa) disponibilizam bem menos dados públicos em formato aberto que o governo federal, seja no Portal Brasileiro de Dados Abertos ou em outros portais.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca extraiu dados abertos de governos subnacionais ou de outros poderes)

### Pedidos de acesso à informação a órgãos do governo federal

A organização já fez pedido de acesso à informação através do e-SIC federal? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse canal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo/instável)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

### Uso do e-SIC federal

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do e-SIC federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:



Frequência de uso

	1	2	3	4	5	
Raramente usamos na organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Usamos com muita frequência



### Satisfação com o acesso concedido

- Conseguiu acesso completo a tudo que pediu já com o pedido inicial, no prazo legal;
- Conseguiu acesso completo apenas após recorrer ou após o prazo legal;
- Não conseguiu acesso completo, apenas parcial;
- Negativa completa de acesso, mesmo sem ser hipótese legal de sigilo.

### Justificativas dos órgãos para negativas de acesso (se aplicável)

- Não recebeu nenhuma justificativa
- Trabalho adicional de análise, interpretação ou consolidação
- Pedido genérico
- Órgão incompetente (sem reencaminhar o seu pedido)
- Pandemia
- Dados pessoais
- Sigilo legal
- Interpretação extensiva do órgão sobre o sigilo
- Inexistência dos documentos digitalizados e necessidade de consultar arquivos físicos pessoalmente
- Outro: .....

## Compreensão das respostas ou dados enviados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada na resposta e nem as informações enviadas;
- Teve alguma dificuldade, mas com alguma pesquisa (autônoma) conseguiu entender;
- Não conseguiu compreender e precisou solicitar esclarecimentos em recurso ou nova solicitação de acesso;
- Não conseguiu compreender e desistiu do acesso à informação.

## Dificuldades técnicas com o e-SIC federal

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Sistema fora do ar, lento ou instável;
- Respostas fora do prazo legal;
- Obscuridade nas competências dos órgãos e dificuldade para saber a quem encaminhar o pedido;
- Arquivos anexos corrompidos/desconfigurados/inúteis;
- Arquivo em formato não aberto, não legível por máquina;
- Indisponibilidade de arquivos digitais;
- Não sistematização de dados pelo órgão;
- Necessidade de dados gerais de órgãos com competências centrais e foi aconselhado a procurar cada órgão individualmente, o que inviabilizou o acesso pela grande quantidade de órgãos ou volume de dados.

### Outros problemas que dificultaram ou desestimularam o acesso

- Exigências excessivas de dados pessoais;
- Cobrança de taxas de reprodução;
- Não divulgação de lista de documentos classificados como sigilosos pelo órgão federal;
- Influência do perfil do solicitante na resposta ao pedido (antes da possibilidade de pedidos anônimos no e-SIC federal);
- Falta de capacitação técnica dos servidores para responder as solicitações;
- Outro: .....

Os sistemas eletrônicos de solicitação de acesso à informação de governos estaduais e municipais que a organização usa são qualitativamente inferiores ao e-SIC federal, considerando as dimensões desse questionário (satisfação com o acesso, justificativas para negativas, compreensão e dificuldades técnicas).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou sistemas de acesso de governos subnacionais)

Ouvidorias federais ([ouvidorias.gov.br](https://ouvidorias.gov.br))

A organização já usou o sistema eletrônico de ouvidorias do governo federal? \*

Sim

Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

Não conhece esse canal

Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais

Não consegue usá-lo (complexo)

Não acredita que seja um canal efetivo

Não se aplica (respondeu sim no item anterior)

Outro: .....

## Sistema federal de Ouvidorias

Nas questões desta seção responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso de ouvidorias federais pela organização da sociedade civil ou movimento social:



### Frequência de uso

1    2    3    4    5

Raramente usamos na organização                        Usamos com muita frequência

## Motivos do seu uso

- Denúncia
- Reclamação
- Elogio
- Solicitação de serviço público
- Pedido de desburocratização
- Sugestão
- Pedido de acesso à informação

## Efetividade/poder de influência

- As manifestações feitas pela ouvidoria frequentemente geraram resultados efetivos (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente efetivos (entre 30% e 60%);
- Raramente efetivos (menos 1% a 29%);
- Nunca são efetivos.

## Devolutiva

- Nunca recebe satisfação das manifestações enviadas;
- Recebe respostas, mas raramente são satisfatórias ou completas;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias e completas.

## Dificuldades técnicas

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Sistema fora do ar, lento ou instável;
- Retorno intempestivo ou demorado acerca da manifestação;
- Falta de capacitação técnica dos servidores para fornecer as respostas;
- Outro: .....

Considerando as dimensões do questionário, os sistemas de ouvidorias locais (governos estaduais e municipais que a organização usa) são qualitativamente inferiores ao sistema federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou ouvidorias locais)

## Outras considerações da organização sobre transparência no governo federal

---

### Participação em políticas públicas

Até então, as perguntas eram sobre o uso de ferramentas de transparência do governo federal pela instituição. A partir daqui, responda com base na percepção e opinião institucionais sobre o uso de ferramentas de participação pelo governo na construção de políticas públicas.

A organização já usou as plataformas Dialoga Brasil ([dialoga.gov.br](http://dialoga.gov.br)) e/ou Participa Brasil ([participa.br](http://participa.br)) do governo federal? \*

- Sim (ambas)
- Sim (apenas a Participa Brasil)
- Sim (apenas a Dialoga Brasil)
- Não (nenhuma delas)

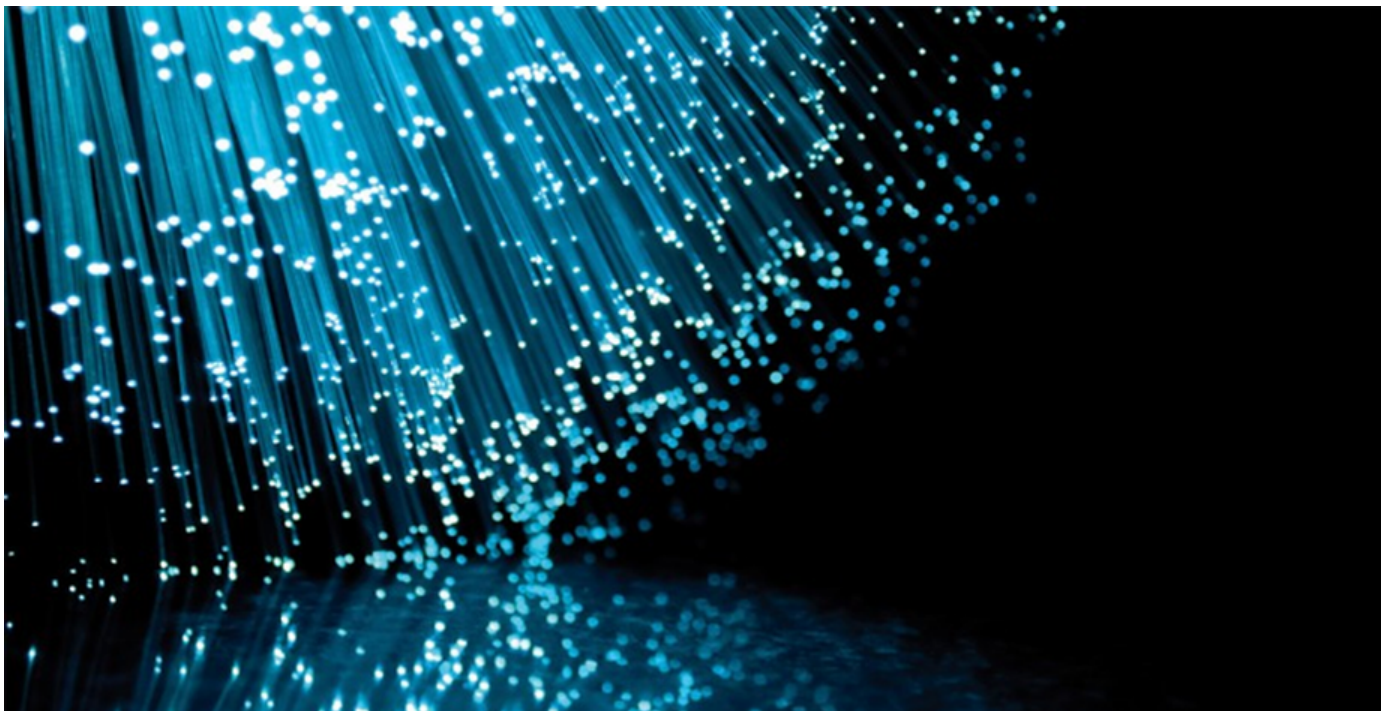


Se a resposta foi sim apenas para uma delas ou não, qual motivo?

- Não conhece essa(s) plataforma(s)
- Não precisa usá-la(s) para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-la(s) - complexa(s)
- Não a(s) considera ferramenta(s) efetiva(s) de participação
- Não se aplica (respondeu sim para ambas no item anterior)
- Outro: .....

## Plataformas Dialoga Brasil e Participa Br

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso das Plataformas Dialoga Brasil e Participa Br (espaços de participação digital) na construção de políticas públicas pelo governo federal



Frequência de uso de alguma das plataformas pelo governo para a construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Ações ativas de engajamento nas Plataformas (organização procura participar):

	1	2	3	4	5	
Raramente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Com muita frequência

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento em espaços de participação digital é qualitativamente pior do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou espaços de participação digital de governos locais)

### Consultas públicas na construção de políticas públicas federais

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso de consultas públicas na construção de políticas públicas pelo governo federal

Frequência de uso de consultas públicas pelo governo no para construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Convites para participar (iniciativa do governo federal, por qualquer meio):

- Organização nunca foi convidada pelo governo para participar de consulta pública;
- Raramente é convidado (1% a 29% das vezes em que há uma consulta);
- Ocasionalmente é convidado (30% a 60%);
- Frequentemente é convidado (mais de 60% das vezes).

### Ações ativas de engajamento em consultas (organização procura participar):

- Frequentemente procura participar (mais de 60% das vezes);
- Ocasionalmente (30%-60%);
- Raramente (até 29%);
- Nunca

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento a consultas públicas é qualitativamente melhor do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

### Audiências públicas na construção de políticas públicas federais

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso de audiências públicas na construção de políticas públicas pelo governo federal

### Frequência de uso de audiências públicas pelo governo para construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Convites para participar (iniciativa do governo federal, por qualquer meio):

- Organização nunca foi convidada pelo governo para participar de audiência pública;
- Raramente é convidado (1% a 29% das vezes em que há uma audiência);
- Ocasionalmente é convidado (30% a 60%);
- Frequentemente é convidado (mais de 60% das vezes).

### Ações ativas de engajamento em audiências (organização procura participar):

- Frequentemente procura participar (mais de 60% das vezes);
- Ocasionalmente (30%-60%);
- Raramente (até 29%);
- Nunca

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento a audiências públicas é qualitativamente melhor do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente



## Outras considerações da organização sobre participação no governo federal

---

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

# Questionário transparência e participação no Governo Federal

Esse questionário tem como objetivo coletar as percepções no uso de ferramentas de transparência e participação governamentais pelas organizações da sociedade civil e movimentos sociais organizados, sendo garantidas a confidencialidade, sigilo e anonimato dos participantes. A partir dos resultados, compreender a efetividade desses instrumentos, detectar eventuais deficiências e apontar soluções.

Os resultados serão divulgados na tese de doutorado da pesquisadora responsável pela sua elaboração, Caroline Maciel.

A sua participação é uma etapa muito importante para o diagnóstico e sistematização das dificuldades enfrentadas por usuários qualificados, identificação dos avanços e de sugestões para melhorias. Se possível, responda todas as questões.

Endereço de e-mail \*

Para evitar o uso de robots neste questionário, responda: qual das imagens abaixo é um prato de sobremesa? \*



1



2



3



4

## Dados

Nome da instituição que representa \*

[REDACTED]

## Principal área de atuação institucional \*

- Transparência e Integridade
- Direitos Humanos/Direitos fundamentais
- Socioambiental
- Nova economia
- Saúde
- Educação
- Outro: .....

## Estou apto(a) a responder em nome da organização que represento? \*

- Sim

## Nome completo do responsável pelo preenchimento \*

████████████████████

## Vínculo/cargo institucional \*

Diretor de Advocacy

## Anos que está na instituição \*

- Até 1 ano
- Mais de 1 ano até 5 anos
- Mais de 5 anos

## Última escolaridade do respondente \*

- Ensino superior
- Especialização
- Mestrado
- Doutorado
- Outro: .....

## Concordo com o Termo de Consentimento Livre e Informado abaixo \*

Declaro, por meio deste termo, que concordei voluntariamente em responder esse questionário, que busca coletar as percepções de usuários qualificados no uso de ferramentas de transparência e participação governamentais, desenvolvido pela pesquisadora Caroline Stéphanie Francis dos Santos Maciel. Fui informado(a) que a pesquisa é desenvolvida para fins estritamente acadêmicos em sede de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Direito na Universidade Federal de Minas Gerais, sob orientação da Profa. Fabiana de Menezes Soares, vinculada ao Observatório para a Qualidade da Lei e em parceria com a Dado Capital e a Rede de Advocacy Colaborativo. Afirmando que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou outros benefícios, nem ter qualquer ônus ou risco à saúde e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui também informado(a) que não será divulgado meu nome e nem outro dado de contato que permita a minha identificação pessoal, em conformidade com as normas éticas do Comitê de Ética da UFMG (art. 1º, § único, I, V e VII da Resolução 510/2016). Informaram, ainda, que apenas os dados institucionais e resultados das respostas ao questionário serão divulgados no relatório da pesquisa, garantidas a confidencialidade, sigilo e anonimato dos participantes. Por fim, fui informado(a) de que posso me retirar dessa pesquisa de opinião a qualquer momento, sem sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos. Ao selecionar "sim" nesta caixa, concordo com todas as especificações acima deste Termo de Consentimento Livre e Informado.

Sim

Autorizo a divulgação dos dados institucionais e respostas às perguntas do questionário para a realização dos objetivos dessa pesquisa \*

Sim

## Orientações gerais

Nas questões fechadas, escolha a melhor resposta dentre as possíveis, que representa melhor a realidade no uso geral dessas ferramentas pela organização (o que ocorreu na maioria das vezes).

Dê uma resposta com base na realidade da sua instituição e não apenas na sua experiência pessoal.

Nas questões abertas, aprofunde nas particularidades sobre o tópico. Quanto mais dados fornecer, tanto melhor para a pesquisa e completo diagnóstico da situação.

Caso não saiba alguma(s) da(s) resposta(s), por você não utilizar o canal/desconhecê-lo, veja se é possível obtê-la(s) junto à organização que representa; caso contrário, marque que a organização não usa.



### Sites oficiais do governo federal ([gov.br](http://gov.br) e derivados)

A organização já extraiu dados ou informações de algum site oficial do governo federal?

\*

- Sim
- Não

### Uso de sites oficiais do governo federal ([gov.br](http://gov.br) e derivados)

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso dos sites oficiais do governo federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:





### Frequência de uso

1    2    3    4    5

Raramente usamos na organização                        Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no site
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa por conta própria conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso

### Outras dificuldades de navegabilidade e usabilidade

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Mudanças de domínio e/ou links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre ocorrências em navegabilidade antes e depois da mudança dos domínios, com a unificação dos endereços eletrônicos do governo federal em 2019 (portal único [gov.br](http://gov.br)).

.....

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados ativamente nos sites oficiais do governo federal resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

Os sites oficiais de governos estaduais e municipais que a organização acessa são qualitativamente inferiores ao sites do governo federal, considerando as dimensões desse questionário (disponibilidade, atualização, compreensão dos dados e navegabilidade no site).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou sites oficiais de governos estaduais/municipais)

Portal da Transparência Federal ([portaldatransparencia.gov.br](http://portaldatransparencia.gov.br))

A organização já extraiu dados ou informações do Portal da Transparência federal? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse portal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

### Uso do Portal da Transparência Federal

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do Portal da Transparência Federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:



### Frequência de uso

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5

Raramente usamos na organização

Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no portal
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa por conta própria conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso à informação ou dado.

### Outras dificuldades de navegabilidade e usabilidade

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre ocorrências em navegabilidade antes e depois da reformulação do Portal da Transparência Federal em 2018.

.....

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados no Portal da Transparência Federal resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente



No geral, os Portais da Transparência estaduais e municipais que a organização usa são qualitativamente inferiores ao Portal da Transparência Federal, considerando as dimensões desse questionário (disponibilidade, atualização, compreensão dos dados e navegabilidade no portal).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou nenhum portal de transparência estadual ou municipal)

#### Portal Brasileiro de Dados Abertos ([dados.gov.br](https://dados.gov.br))

A organização já extraiu dados do Portal Brasileiro de Dados Abertos? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse portal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

## Uso do Portal Brasileiro de Dados Abertos

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do Portal Brasileiro de Dados Abertos pela organização da sociedade civil ou movimento social:



Frequência de uso

1 2 3 4 5

Raramente usamos na  
organização

Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no portal
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa (autônoma) conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso à informação ou dado.

## Outras dificuldades

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Escassez de bases de dados abertos disponibilizadas ativamente
- Bases de dados abertos não disponibilizadas no prazo estabelecido, em conformidade com os cronogramas de abertura dos órgãos
- Não disponibilização das bases de dados abertos, mesmo após solicitação
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre modificações nesse portal no decorrer do tempo.

.....

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados ativamente no Portal Brasileiro de Dados Abertos resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

Os governos estaduais e municipais e os outros poderes (que organização acessa) disponibilizam bem menos dados públicos em formato aberto que o governo federal, seja no Portal Brasileiro de Dados Abertos ou em outros portais.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca extraiu dados abertos de governos subnacionais ou de outros poderes)

### Pedidos de acesso à informação a órgãos do governo federal

A organização já fez pedido de acesso à informação através do e-SIC federal? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse canal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo/instável)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

### Uso do e-SIC federal

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do e-SIC federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:



Frequência de uso

	1	2	3	4	5	
Raramente usamos na organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	Usamos com muita frequência



### Satisfação com o acesso concedido

- Conseguiu acesso completo a tudo que pediu já com o pedido inicial, no prazo legal;
- Conseguiu acesso completo apenas após recorrer ou após o prazo legal;
- Não conseguiu acesso completo, apenas parcial;
- Negativa completa de acesso, mesmo sem ser hipótese legal de sigilo.

### Justificativas dos órgãos para negativas de acesso (se aplicável)

- Não recebeu nenhuma justificativa
- Trabalho adicional de análise, interpretação ou consolidação
- Pedido genérico
- Órgão incompetente (sem reencaminhar o seu pedido)
- Pandemia
- Dados pessoais
- Sigilo legal
- Interpretação extensiva do órgão sobre o sigilo
- Inexistência dos documentos digitalizados e necessidade de consultar arquivos físicos pessoalmente
- Outro:

Informação negada sob a alegação de que seria um documento utilizado como fundamento para a tomada de decisão, com base no Art. 7º, §3º, da LAI: "O direito de acesso aos documentos ou às informações neles contidas utilizados como fundamento da tomada de decisão e do ato administrativo será assegurado com a edição do ato decisório respectivo."

## Compreensão das respostas ou dados enviados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada na resposta e nem as informações enviadas;
- Teve alguma dificuldade, mas com alguma pesquisa (autônoma) conseguiu entender;
- Não conseguiu compreender e precisou solicitar esclarecimentos em recurso ou nova solicitação de acesso;
- Não conseguiu compreender e desistiu do acesso à informação.

## Dificuldades técnicas com o e-SIC federal

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Sistema fora do ar, lento ou instável;
- Respostas fora do prazo legal;
- Obscuridade nas competências dos órgãos e dificuldade para saber a quem encaminhar o pedido;
- Arquivos anexos corrompidos/desconfigurados/inúteis;
- Arquivo em formato não aberto, não legível por máquina;
- Indisponibilidade de arquivos digitais;
- Não sistematização de dados pelo órgão;
- Necessidade de dados gerais de órgãos com competências centrais e foi aconselhado a procurar cada órgão individualmente, o que inviabilizou o acesso pela grande quantidade de órgãos ou volume de dados.

### Outros problemas que dificultaram ou desestimularam o acesso

- Exigências excessivas de dados pessoais;
- Cobrança de taxas de reprodução;
- Não divulgação de lista de documentos classificados como sigilosos pelo órgão federal;
- Influência do perfil do solicitante na resposta ao pedido (antes da possibilidade de pedidos anônimos no e-SIC federal);
- Falta de capacitação técnica dos servidores para responder as solicitações;
- Outro: .....

Os sistemas eletrônicos de solicitação de acesso à informação de governos estaduais e municipais que a organização usa são qualitativamente inferiores ao e-SIC federal, considerando as dimensões desse questionário (satisfação com o acesso, justificativas para negativas, compreensão e dificuldades técnicas).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou sistemas de acesso de governos subnacionais)

Ouvidorias federais ([ouvidorias.gov.br](https://ouvidorias.gov.br))

A organização já usou o sistema eletrônico de ouvidorias do governo federal? \*

Sim

Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

Não conhece esse canal

Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais

Não consegue usá-lo (complexo)

Não acredita que seja um canal efetivo

Não se aplica (respondeu sim no item anterior)

Outro: .....

## Sistema federal de Ouvidorias

Nas questões desta seção responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso de ouvidorias federais pela organização da sociedade civil ou movimento social:



### Frequência de uso

1    2    3    4    5

Raramente usamos na organização                        Usamos com muita frequência

## Motivos do seu uso

- Denúncia
- Reclamação
- Elogio
- Solicitação de serviço público
- Pedido de desburocratização
- Sugestão
- Pedido de acesso à informação

## Efetividade/poder de influência

- As manifestações feitas pela ouvidoria frequentemente geraram resultados efetivos (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente efetivos (entre 30% e 60%);
- Raramente efetivos (menos 1% a 29%);
- Nunca são efetivos.

### Devolutiva

- Nunca recebe satisfação das manifestações enviadas;
- Recebe respostas, mas raramente são satisfatórias ou completas;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias e completas.

### Dificuldades técnicas

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Sistema fora do ar, lento ou instável;
- Retorno intempestivo ou demorado acerca da manifestação;
- Falta de capacitação técnica dos servidores para fornecer as respostas;
- Outro: .....

Considerando as dimensões do questionário, os sistemas de ouvidorias locais (governos estaduais e municipais que a organização usa) são qualitativamente inferiores ao sistema federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou ouvidorias locais)

## Outras considerações da organização sobre transparência no governo federal

---

### Participação em políticas públicas

Até então, as perguntas eram sobre o uso de ferramentas de transparência do governo federal pela instituição. A partir daqui, responda com base na percepção e opinião institucionais sobre o uso de ferramentas de participação pelo governo na construção de políticas públicas.

A organização já usou as plataformas Dialoga Brasil ([dialoga.gov.br](http://dialoga.gov.br)) e/ou Participa Brasil ([participa.br](http://participa.br)) do governo federal? \*

- Sim (ambas)
- Sim (apenas a Participa Brasil)
- Sim (apenas a Dialoga Brasil)
- Não (nenhuma delas)



Se a resposta foi sim apenas para uma delas ou não, qual motivo?

- Não conhece essa(s) plataforma(s)
- Não precisa usá-la(s) para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-la(s) - complexa(s)
- Não a(s) considera ferramenta(s) efetiva(s) de participação
- Não se aplica (respondeu sim para ambas no item anterior)
- Outro: .....

## Plataformas Dialoga Brasil e Participa Br

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso das Plataformas Dialoga Brasil e Participa Br (espaços de participação digital) na construção de políticas públicas pelo governo federal



Frequência de uso de alguma das plataformas pelo governo para a construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Ações ativas de engajamento nas Plataformas (organização procura participar):

	1	2	3	4	5	
Raramente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Com muita frequência

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento em espaços de participação digital é qualitativamente pior do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou espaços de participação digital de governos locais)

### Consultas públicas na construção de políticas públicas federais

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso de consultas públicas na construção de políticas públicas pelo governo federal

Frequência de uso de consultas públicas pelo governo no para construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Convites para participar (iniciativa do governo federal, por qualquer meio):

- Organização nunca foi convidada pelo governo para participar de consulta pública;
- Raramente é convidado (1% a 29% das vezes em que há uma consulta);
- Ocasionalmente é convidado (30% a 60%);
- Frequentemente é convidado (mais de 60% das vezes).

### Ações ativas de engajamento em consultas (organização procura participar):

- Frequentemente procura participar (mais de 60% das vezes);
- Ocasionalmente (30%-60%);
- Raramente (até 29%);
- Nunca

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento a consultas públicas é qualitativamente melhor do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

### Audiências públicas na construção de políticas públicas federais

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso de audiências públicas na construção de políticas públicas pelo governo federal

### Frequência de uso de audiências públicas pelo governo para construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Convites para participar (iniciativa do governo federal, por qualquer meio):

- Organização nunca foi convidada pelo governo para participar de audiência pública;
- Raramente é convidado (1% a 29% das vezes em que há uma audiência);
- Ocasionalmente é convidado (30% a 60%);
- Frequentemente é convidado (mais de 60% das vezes).

### Ações ativas de engajamento em audiências (organização procura participar):

- Frequentemente procura participar (mais de 60% das vezes);
- Ocasionalmente (30%-60%);
- Raramente (até 29%);
- Nunca

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento a audiências públicas é qualitativamente melhor do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente



## Outras considerações da organização sobre participação no governo federal

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

# Questionário transparência e participação no Governo Federal

Esse questionário tem como objetivo coletar as percepções no uso de ferramentas de transparência e participação governamentais pelas organizações da sociedade civil e movimentos sociais organizados, sendo garantidas a confidencialidade, sigilo e anonimato dos participantes. A partir dos resultados, compreender a efetividade desses instrumentos, detectar eventuais deficiências e apontar soluções.

Os resultados serão divulgados na tese de doutorado da pesquisadora responsável pela sua elaboração, Caroline Maciel.

A sua participação é uma etapa muito importante para o diagnóstico e sistematização das dificuldades enfrentadas por usuários qualificados, identificação dos avanços e de sugestões para melhorias. Se possível, responda todas as questões.

Endereço de e-mail \*

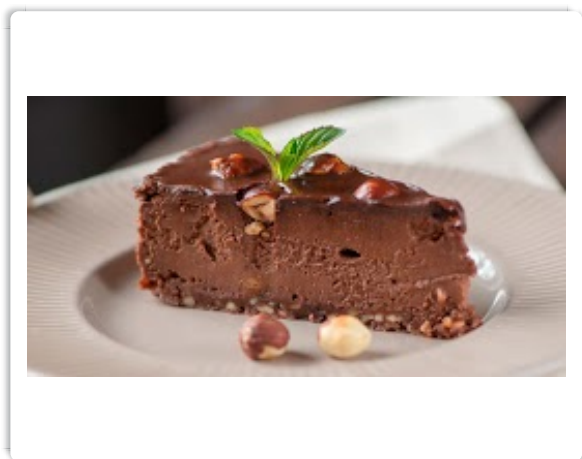
Para evitar o uso de robots neste questionário, responda: qual das imagens abaixo é um prato de sobremesa? \*



1



2



3



4

## Dados

Nome da instituição que representa \*

[REDACTED]

## Principal área de atuação institucional \*

- Transparência e Integridade
- Direitos Humanos/Direitos fundamentais
- Socioambiental
- Nova economia
- Saúde
- Educação
- Outro: .....

## Estou apto(a) a responder em nome da organização que represento? \*

- Sim

## Nome completo do responsável pelo preenchimento \*

.....

## Vínculo/cargo institucional \*

Gerente .....

## Anos que está na instituição \*

- Até 1 ano
- Mais de 1 ano até 5 anos
- Mais de 5 anos

## Última escolaridade do respondente \*

- Ensino superior
- Especialização
- Mestrado
- Doutorado
- Outro: .....

## Concordo com o Termo de Consentimento Livre e Informado abaixo \*

Declaro, por meio deste termo, que concordei voluntariamente em responder esse questionário, que busca coletar as percepções de usuários qualificados no uso de ferramentas de transparência e participação governamentais, desenvolvido pela pesquisadora Caroline Stéphanie Francis dos Santos Maciel. Fui informado(a) que a pesquisa é desenvolvida para fins estritamente acadêmicos em sede de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Direito na Universidade Federal de Minas Gerais, sob orientação da Profa. Fabiana de Menezes Soares, vinculada ao Observatório para a Qualidade da Lei e em parceria com a Dado Capital e a Rede de Advocacy Colaborativo. Afirmando que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou outros benefícios, nem ter qualquer ônus ou risco à saúde e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui também informado(a) que não será divulgado meu nome e nem outro dado de contato que permita a minha identificação pessoal, em conformidade com as normas éticas do Comitê de Ética da UFMG (art. 1º, § único, I, V e VII da Resolução 510/2016). Informaram, ainda, que apenas os dados institucionais e resultados das respostas ao questionário serão divulgados no relatório da pesquisa, garantidas a confidencialidade, sigilo e anonimato dos participantes. Por fim, fui informado(a) de que posso me retirar dessa pesquisa de opinião a qualquer momento, sem sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos. Ao selecionar "sim" nesta caixa, concordo com todas as especificações acima deste Termo de Consentimento Livre e Informado.

Sim

Autorizo a divulgação dos dados institucionais e respostas às perguntas do questionário para a realização dos objetivos dessa pesquisa \*

Sim

## Orientações gerais

Nas questões fechadas, escolha a melhor resposta dentre as possíveis, que representa melhor a realidade no uso geral dessas ferramentas pela organização (o que ocorreu na maioria das vezes).

Dê uma resposta com base na realidade da sua instituição e não apenas na sua experiência pessoal.

Nas questões abertas, aprofunde nas particularidades sobre o tópico. Quanto mais dados fornecer, tanto melhor para a pesquisa e completo diagnóstico da situação.

Caso não saiba alguma(s) da(s) resposta(s), por você não utilizar o canal/desconhecê-lo, veja se é possível obtê-la(s) junto à organização que representa; caso contrário, marque que a organização não usa.



### Sites oficiais do governo federal ([gov.br](http://gov.br) e derivados)

A organização já extraiu dados ou informações de algum site oficial do governo federal?

\*

- Sim
- Não

### Uso de sites oficiais do governo federal ([gov.br](http://gov.br) e derivados)

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso dos sites oficiais do governo federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:





### Frequência de uso

1    2    3    4    5

Raramente usamos na organização                        Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no site
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa por conta própria conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso

### Outras dificuldades de navegabilidade e usabilidade

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Mudanças de domínio e/ou links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre ocorrências em navegabilidade antes e depois da mudança dos domínios, com a unificação dos endereços eletrônicos do governo federal em 2019 (portal único [gov.br](http://gov.br)).

.....

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados ativamente nos sites oficiais do governo federal resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

Os sites oficiais de governos estaduais e municipais que a organização acessa são qualitativamente inferiores aos sites do governo federal, considerando as dimensões desse questionário (disponibilidade, atualização, compreensão dos dados e navegabilidade no site).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou sites oficiais de governos estaduais/municipais)

Portal da Transparência Federal ([portaldatransparencia.gov.br](http://portaldatransparencia.gov.br))

A organização já extraiu dados ou informações do Portal da Transparência federal? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse portal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

### Uso do Portal da Transparência Federal

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do Portal da Transparência Federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:



### Frequência de uso

1 2 3 4 5

Raramente usamos na  
organização

Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no portal
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa por conta própria conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso à informação ou dado.

## Outras dificuldades de navegabilidade e usabilidade

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre ocorrências em navegabilidade antes e depois da reformulação do Portal da Transparência Federal em 2018.

.....

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados no Portal da Transparência Federal resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente



No geral, os Portais da Transparência estaduais e municipais que a organização usa são qualitativamente inferiores ao Portal da Transparência Federal, considerando as dimensões desse questionário (disponibilidade, atualização, compreensão dos dados e navegabilidade no portal).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou nenhum portal de transparência estadual ou municipal)

#### Portal Brasileiro de Dados Abertos ([dados.gov.br](https://dados.gov.br))

A organização já extraiu dados do Portal Brasileiro de Dados Abertos? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse portal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

## Uso do Portal Brasileiro de Dados Abertos

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do Portal Brasileiro de Dados Abertos pela organização da sociedade civil ou movimento social:



Frequência de uso

1 2 3 4 5

Raramente usamos na  
organização

Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no portal
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa (autônoma) conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso à informação ou dado.

## Outras dificuldades

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Escassez de bases de dados abertos disponibilizadas ativamente
- Bases de dados abertos não disponibilizadas no prazo estabelecido, em conformidade com os cronogramas de abertura dos órgãos
- Não disponibilização das bases de dados abertos, mesmo após solicitação
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre modificações nesse portal no decorrer do tempo.

.....

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados ativamente no Portal Brasileiro de Dados Abertos resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

Os governos estaduais e municipais e os outros poderes (que organização acessa) disponibilizam bem menos dados públicos em formato aberto que o governo federal, seja no Portal Brasileiro de Dados Abertos ou em outros portais.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca extraiu dados abertos de governos subnacionais ou de outros poderes)

### Pedidos de acesso à informação a órgãos do governo federal

A organização já fez pedido de acesso à informação através do e-SIC federal? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse canal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo/instável)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

### Uso do e-SIC federal

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do e-SIC federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:



Frequência de uso

	1	2	3	4	5	
Raramente usamos na organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Usamos com muita frequência



### Satisfação com o acesso concedido

- Conseguiu acesso completo a tudo que pediu já com o pedido inicial, no prazo legal;
- Conseguiu acesso completo apenas após recorrer ou após o prazo legal;
- Não conseguiu acesso completo, apenas parcial;
- Negativa completa de acesso, mesmo sem ser hipótese legal de sigilo.

### Justificativas dos órgãos para negativas de acesso (se aplicável)

- Não recebeu nenhuma justificativa
- Trabalho adicional de análise, interpretação ou consolidação
- Pedido genérico
- Órgão incompetente (sem reencaminhar o seu pedido)
- Pandemia
- Dados pessoais
- Sigilo legal
- Interpretação extensiva do órgão sobre o sigilo
- Inexistência dos documentos digitalizados e necessidade de consultar arquivos físicos pessoalmente
- Outro: .....

## Compreensão das respostas ou dados enviados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada na resposta e nem as informações enviadas;
- Teve alguma dificuldade, mas com alguma pesquisa (autônoma) conseguiu entender;
- Não conseguiu compreender e precisou solicitar esclarecimentos em recurso ou nova solicitação de acesso;
- Não conseguiu compreender e desistiu do acesso à informação.

## Dificuldades técnicas com o e-SIC federal

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Sistema fora do ar, lento ou instável;
- Respostas fora do prazo legal;
- Obscuridade nas competências dos órgãos e dificuldade para saber a quem encaminhar o pedido;
- Arquivos anexos corrompidos/desconfigurados/inúteis;
- Arquivo em formato não aberto, não legível por máquina;
- Indisponibilidade de arquivos digitais;
- Não sistematização de dados pelo órgão;
- Necessidade de dados gerais de órgãos com competências centrais e foi aconselhado a procurar cada órgão individualmente, o que inviabilizou o acesso pela grande quantidade de órgãos ou volume de dados.

### Outros problemas que dificultaram ou desestimularam o acesso

- Exigências excessivas de dados pessoais;
- Cobrança de taxas de reprodução;
- Não divulgação de lista de documentos classificados como sigilosos pelo órgão federal;
- Influência do perfil do solicitante na resposta ao pedido (antes da possibilidade de pedidos anônimos no e-SIC federal);
- Falta de capacitação técnica dos servidores para responder as solicitações;
- Outro: .....

Os sistemas eletrônicos de solicitação de acesso à informação de governos estaduais e municipais que a organização usa são qualitativamente inferiores ao e-SIC federal, considerando as dimensões desse questionário (satisfação com o acesso, justificativas para negativas, compreensão e dificuldades técnicas).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou sistemas de acesso de governos subnacionais)

Ouvidorias federais ([ouvidorias.gov.br](https://ouvidorias.gov.br))

A organização já usou o sistema eletrônico de ouvidorias do governo federal? \*

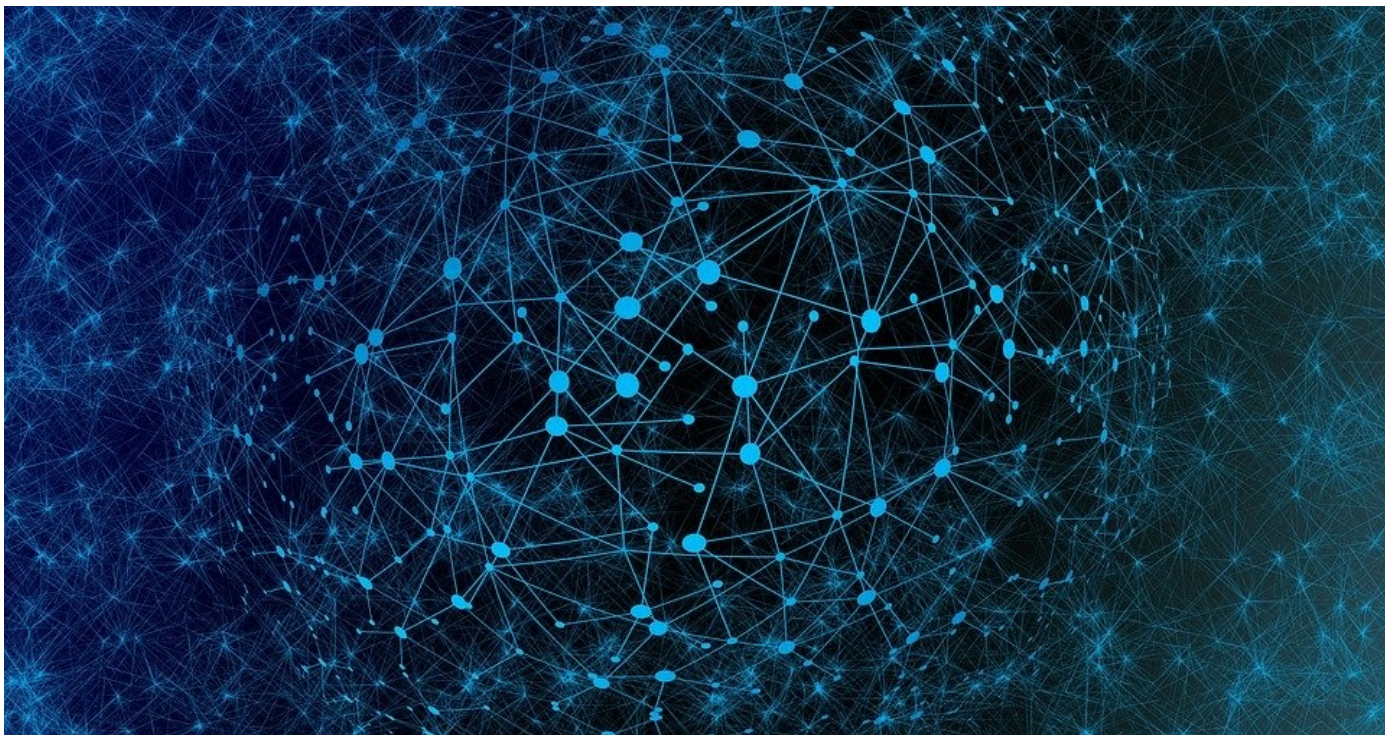
- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse canal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não acredita que seja um canal efetivo
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

## Sistema federal de Ouvidorias

Nas questões desta seção responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso de ouvidorias federais pela organização da sociedade civil ou movimento social:



### Frequência de uso

1    2    3    4    5

Raramente usamos na organização                   Usamos com muita frequência

## Motivos do seu uso

- Denúncia
- Reclamação
- Elogio
- Solicitação de serviço público
- Pedido de desburocratização
- Sugestão
- Pedido de acesso à informação

## Efetividade/poder de influência

- As manifestações feitas pela ouvidoria frequentemente geraram resultados efetivos (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente efetivos (entre 30% e 60%);
- Raramente efetivos (menos 1% a 29%);
- Nunca são efetivos.

### Devolutiva

- Nunca recebe satisfação das manifestações enviadas;
- Recebe respostas, mas raramente são satisfatórias ou completas;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias e completas.

### Dificuldades técnicas

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Sistema fora do ar, lento ou instável;
- Retorno intempestivo ou demorado acerca da manifestação;
- Falta de capacitação técnica dos servidores para fornecer as respostas;
- Outro: .....

Considerando as dimensões do questionário, os sistemas de ouvidorias locais (governos estaduais e municipais que a organização usa) são qualitativamente inferiores ao sistema federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou ouvidorias locais)

## Outras considerações da organização sobre transparência no governo federal

---

### Participação em políticas públicas

Até então, as perguntas eram sobre o uso de ferramentas de transparência do governo federal pela instituição. A partir daqui, responda com base na percepção e opinião institucionais sobre o uso de ferramentas de participação pelo governo na construção de políticas públicas.

A organização já usou as plataformas Dialoga Brasil ([dialoga.gov.br](http://dialoga.gov.br)) e/ou Participa Brasil ([participa.br](http://participa.br)) do governo federal? \*

- Sim (ambas)
- Sim (apenas a Participa Brasil)
- Sim (apenas a Dialoga Brasil)
- Não (nenhuma delas)

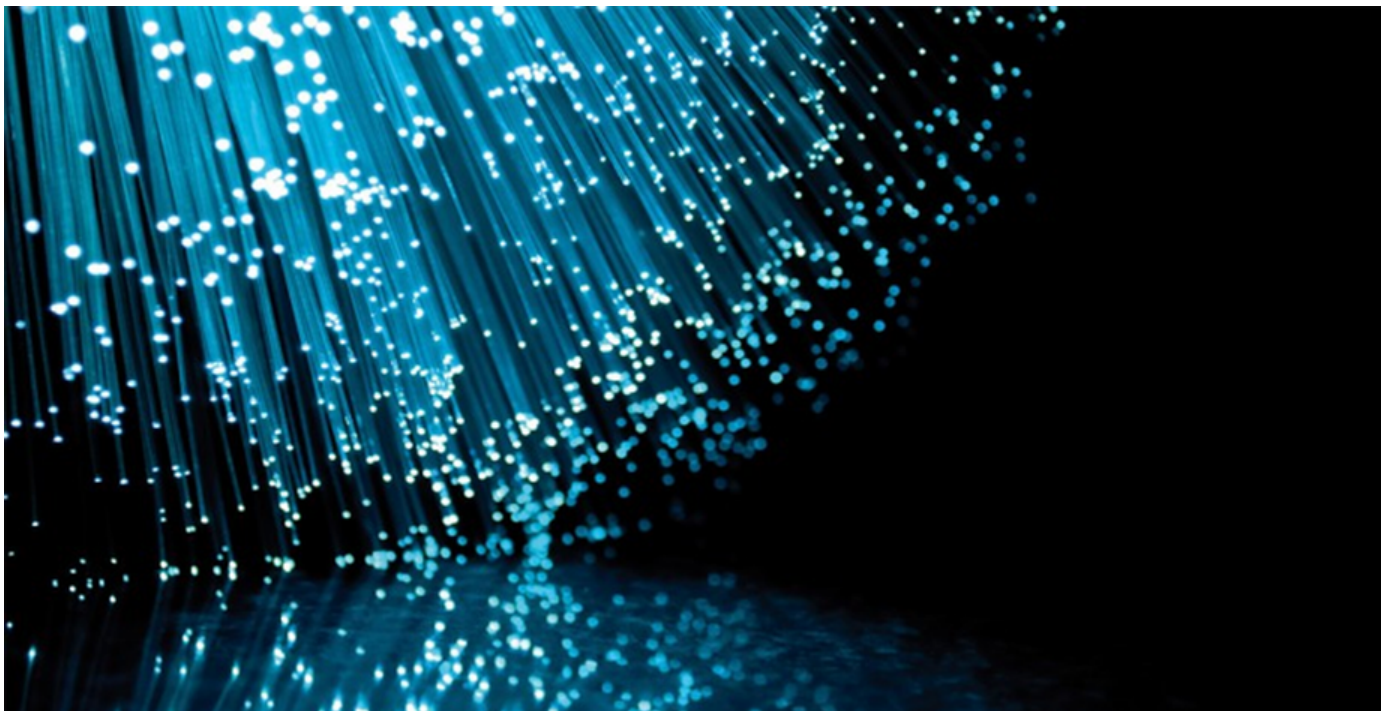


Se a resposta foi sim apenas para uma delas ou não, qual motivo?

- Não conhece essa(s) plataforma(s)
- Não precisa usá-la(s) para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-la(s) - complexa(s)
- Não a(s) considera ferramenta(s) efetiva(s) de participação
- Não se aplica (respondeu sim para ambas no item anterior)
- Outro: .....

## Plataformas Dialoga Brasil e Participa Br

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso das Plataformas Dialoga Brasil e Participa Br (espaços de participação digital) na construção de políticas públicas pelo governo federal



Frequência de uso de alguma das plataformas pelo governo para a construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Ações ativas de engajamento nas Plataformas (organização procura participar):

	1	2	3	4	5	
Raramente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Com muita frequência

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento em espaços de participação digital é qualitativamente pior do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou espaços de participação digital de governos locais)

### Consultas públicas na construção de políticas públicas federais

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso de consultas públicas na construção de políticas públicas pelo governo federal

Frequência de uso de consultas públicas pelo governo no para construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Convites para participar (iniciativa do governo federal, por qualquer meio):

- Organização nunca foi convidada pelo governo para participar de consulta pública;
- Raramente é convidado (1% a 29% das vezes em que há uma consulta);
- Ocasionalmente é convidado (30% a 60%);
- Frequentemente é convidado (mais de 60% das vezes).

### Ações ativas de engajamento em consultas (organização procura participar):

- Frequentemente procura participar (mais de 60% das vezes);
- Ocasionalmente (30%-60%);
- Raramente (até 29%);
- Nunca

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento a consultas públicas é qualitativamente melhor do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

### Audiências públicas na construção de políticas públicas federais

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso de audiências públicas na construção de políticas públicas pelo governo federal

### Frequência de uso de audiências públicas pelo governo para construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Convites para participar (iniciativa do governo federal, por qualquer meio):

- Organização nunca foi convidada pelo governo para participar de audiência pública;
- Raramente é convidado (1% a 29% das vezes em que há uma audiência);
- Ocasionalmente é convidado (30% a 60%);
- Frequentemente é convidado (mais de 60% das vezes).

### Ações ativas de engajamento em audiências (organização procura participar):

- Frequentemente procura participar (mais de 60% das vezes);
- Ocasionalmente (30%-60%);
- Raramente (até 29%);
- Nunca

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento a audiências públicas é qualitativamente melhor do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente



## Outras considerações da organização sobre participação no governo federal

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

# Questionário transparência e participação no Governo Federal

Esse questionário tem como objetivo coletar as percepções no uso de ferramentas de transparência e participação governamentais pelas organizações da sociedade civil e movimentos sociais organizados, sendo garantidas a confidencialidade, sigilo e anonimato dos participantes. A partir dos resultados, compreender a efetividade desses instrumentos, detectar eventuais deficiências e apontar soluções.

Os resultados serão divulgados na tese de doutorado da pesquisadora responsável pela sua elaboração, Caroline Maciel.

A sua participação é uma etapa muito importante para o diagnóstico e sistematização das dificuldades enfrentadas por usuários qualificados, identificação dos avanços e de sugestões para melhorias. Se possível, responda todas as questões.

Endereço de e-mail \*

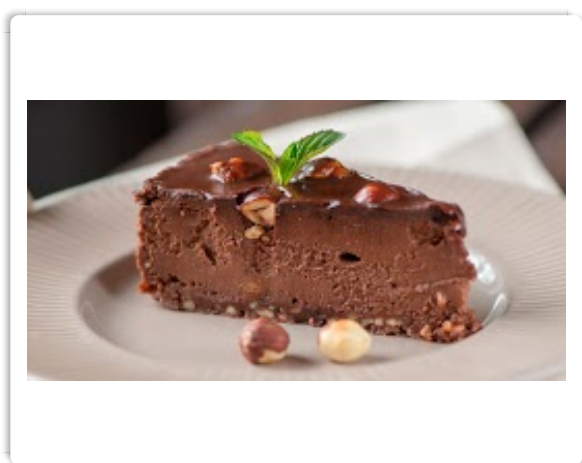
Para evitar o uso de robots neste questionário, responda: qual das imagens abaixo é um prato de sobremesa? \*



1



2



3



4

## Dados

Nome da instituição que representa \*

[REDACTED]

## Principal área de atuação institucional \*

- Transparência e Integridade
- Direitos Humanos/Direitos fundamentais
- Socioambiental
- Nova economia
- Saúde
- Educação
- Outro: Pesquisa e desenvolvimento

## Estou apto(a) a responder em nome da organização que represento? \*

- Sim

## Nome completo do responsável pelo preenchimento \*

[REDACTED]

## Vínculo/cargo institucional \*

Diretor

## Anos que está na instituição \*

- Até 1 ano
- Mais de 1 ano até 5 anos
- Mais de 5 anos

## Última escolaridade do respondente \*

- Ensino superior
- Especialização
- Mestrado
- Doutorado
- Outro: .....

## Concordo com o Termo de Consentimento Livre e Informado abaixo \*

Declaro, por meio deste termo, que concordei voluntariamente em responder esse questionário, que busca coletar as percepções de usuários qualificados no uso de ferramentas de transparência e participação governamentais, desenvolvido pela pesquisadora Caroline Stéphanie Francis dos Santos Maciel. Fui informado(a) que a pesquisa é desenvolvida para fins estritamente acadêmicos em sede de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Direito na Universidade Federal de Minas Gerais, sob orientação da Profa. Fabiana de Menezes Soares, vinculada ao Observatório para a Qualidade da Lei e em parceria com a Dado Capital e a Rede de Advocacy Colaborativo. Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou outros benefícios, nem ter qualquer ônus ou risco à saúde e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui também informado(a) que não será divulgado meu nome e nem outro dado de contato que permita a minha identificação pessoal, em conformidade com as normas éticas do Comitê de Ética da UFMG (art. 1º, § único, I, V e VII da Resolução 510/2016). Informaram, ainda, que apenas os dados institucionais e resultados das respostas ao questionário serão divulgados no relatório da pesquisa, garantidas a confidencialidade, sigilo e anonimato dos participantes. Por fim, fui informado(a) de que posso me retirar dessa pesquisa de opinião a qualquer momento, sem sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos. Ao selecionar "sim" nesta caixa, concordo com todas as especificações acima deste Termo de Consentimento Livre e Informado.

Sim

Autorizo a divulgação dos dados institucionais e respostas às perguntas do questionário para a realização dos objetivos dessa pesquisa \*

Sim

## Orientações gerais

Nas questões fechadas, escolha a melhor resposta dentre as possíveis, que representa melhor a realidade no uso geral dessas ferramentas pela organização (o que ocorreu na maioria das vezes).

Dê uma resposta com base na realidade da sua instituição e não apenas na sua experiência pessoal.

Nas questões abertas, aprofunde nas particularidades sobre o tópico. Quanto mais dados fornecer, tanto melhor para a pesquisa e completo diagnóstico da situação.

Caso não saiba alguma(s) da(s) resposta(s), por você não utilizar o canal/desconhecê-lo, veja se é possível obtê-la(s) junto à organização que representa; caso contrário, marque que a organização não usa.



### Sites oficiais do governo federal ([gov.br](http://gov.br) e derivados)

A organização já extraiu dados ou informações de algum site oficial do governo federal?

\*

- Sim
- Não

### Uso de sites oficiais do governo federal ([gov.br](http://gov.br) e derivados)

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso dos sites oficiais do governo federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:





### Frequência de uso

1      2      3      4      5

Raramente usamos na organização                                    Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no site
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa por conta própria conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso

## Outras dificuldades de navegabilidade e usabilidade

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Mudanças de domínio e/ou links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre ocorrências em navegabilidade antes e depois da mudança dos domínios, com a unificação dos endereços eletrônicos do governo federal em 2019 (portal único [gov.br](http://gov.br)).

.....

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados ativamente nos sites oficiais do governo federal resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

Os sites oficiais de governos estaduais e municipais que a organização acessa são qualitativamente inferiores ao sites do governo federal, considerando as dimensões desse questionário (disponibilidade, atualização, compreensão dos dados e navegabilidade no site).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou sites oficiais de governos estaduais/municipais)

Portal da Transparência Federal ([portaldatransparencia.gov.br](http://portaldatransparencia.gov.br))

A organização já extraiu dados ou informações do Portal da Transparência federal? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse portal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

### Uso do Portal da Transparência Federal

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do Portal da Transparência Federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:



### Frequência de uso

1 2 3 4 5

Raramente usamos na  
organização

Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no portal
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa por conta própria conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso à informação ou dado.

## Outras dificuldades de navegabilidade e usabilidade

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre ocorrências em navegabilidade antes e depois da reformulação do Portal da Transparência Federal em 2018.

.....

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados no Portal da Transparência Federal resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente



No geral, os Portais da Transparência estaduais e municipais que a organização usa são qualitativamente inferiores ao Portal da Transparência Federal, considerando as dimensões desse questionário (disponibilidade, atualização, compreensão dos dados e navegabilidade no portal).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou nenhum portal de transparência estadual ou municipal)

#### Portal Brasileiro de Dados Abertos ([dados.gov.br](https://dados.gov.br))

A organização já extraiu dados do Portal Brasileiro de Dados Abertos? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse portal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

## Uso do Portal Brasileiro de Dados Abertos

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do Portal Brasileiro de Dados Abertos pela organização da sociedade civil ou movimento social:



Frequência de uso

1    2    3    4    5

Raramente usamos na organização                   Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no portal
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa (autônoma) conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso à informação ou dado.

## Outras dificuldades

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Escassez de bases de dados abertos disponibilizadas ativamente
- Bases de dados abertos não disponibilizadas no prazo estabelecido, em conformidade com os cronogramas de abertura dos órgãos
- Não disponibilização das bases de dados abertos, mesmo após solicitação
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre modificações nesse portal no decorrer do tempo.

.....

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados ativamente no Portal Brasileiro de Dados Abertos resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

Os governos estaduais e municipais e os outros poderes (que organização acessa) disponibilizam bem menos dados públicos em formato aberto que o governo federal, seja no Portal Brasileiro de Dados Abertos ou em outros portais.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca extraiu dados abertos de governos subnacionais ou de outros poderes)

### Pedidos de acesso à informação a órgãos do governo federal

A organização já fez pedido de acesso à informação através do e-SIC federal? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse canal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo/instável)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

## Uso do e-SIC federal

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do e-SIC federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:



Frequência de uso

	1	2	3	4	5	
Raramente usamos na organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Usamos com muita frequência



### Satisfação com o acesso concedido

- Conseguiu acesso completo a tudo que pediu já com o pedido inicial, no prazo legal;
- Conseguiu acesso completo apenas após recorrer ou após o prazo legal;
- Não conseguiu acesso completo, apenas parcial;
- Negativa completa de acesso, mesmo sem ser hipótese legal de sigilo.

### Justificativas dos órgãos para negativas de acesso (se aplicável)

- Não recebeu nenhuma justificativa
- Trabalho adicional de análise, interpretação ou consolidação
- Pedido genérico
- Órgão incompetente (sem reencaminhar o seu pedido)
- Pandemia
- Dados pessoais
- Sigilo legal
- Interpretação extensiva do órgão sobre o sigilo
- Inexistência dos documentos digitalizados e necessidade de consultar arquivos físicos pessoalmente
- Outro: .....

## Compreensão das respostas ou dados enviados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada na resposta e nem as informações enviadas;
- Teve alguma dificuldade, mas com alguma pesquisa (autônoma) conseguiu entender;
- Não conseguiu compreender e precisou solicitar esclarecimentos em recurso ou nova solicitação de acesso;
- Não conseguiu compreender e desistiu do acesso à informação.

## Dificuldades técnicas com o e-SIC federal

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Sistema fora do ar, lento ou instável;
- Respostas fora do prazo legal;
- Obscuridade nas competências dos órgãos e dificuldade para saber a quem encaminhar o pedido;
- Arquivos anexos corrompidos/desconfigurados/inúteis;
- Arquivo em formato não aberto, não legível por máquina;
- Indisponibilidade de arquivos digitais;
- Não sistematização de dados pelo órgão;
- Necessidade de dados gerais de órgãos com competências centrais e foi aconselhado a procurar cada órgão individualmente, o que inviabilizou o acesso pela grande quantidade de órgãos ou volume de dados.

### Outros problemas que dificultaram ou desestimularam o acesso

- Exigências excessivas de dados pessoais;
- Cobrança de taxas de reprodução;
- Não divulgação de lista de documentos classificados como sigilosos pelo órgão federal;
- Influência do perfil do solicitante na resposta ao pedido (antes da possibilidade de pedidos anônimos no e-SIC federal);
- Falta de capacitação técnica dos servidores para responder as solicitações;
- Outro: .....

Os sistemas eletrônicos de solicitação de acesso à informação de governos estaduais e municipais que a organização usa são qualitativamente inferiores ao e-SIC federal, considerando as dimensões desse questionário (satisfação com o acesso, justificativas para negativas, compreensão e dificuldades técnicas).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou sistemas de acesso de governos subnacionais)

Ouvidorias federais ([ouvidorias.gov.br](https://ouvidorias.gov.br))

A organização já usou o sistema eletrônico de ouvidorias do governo federal? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse canal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não acredita que seja um canal efetivo
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

## Sistema federal de Ouvidorias

Nas questões desta seção responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso de ouvidorias federais pela organização da sociedade civil ou movimento social:



### Frequência de uso

	1	2	3	4	5	
Raramente usamos na organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Usamos com muita frequência

## Motivos do seu uso

- Denúncia
- Reclamação
- Elogio
- Solicitação de serviço público
- Pedido de desburocratização
- Sugestão
- Pedido de acesso à informação

## Efetividade/poder de influência

- As manifestações feitas pela ouvidoria frequentemente geraram resultados efetivos (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente efetivos (entre 30% e 60%);
- Raramente efetivos (menos 1% a 29%);
- Nunca são efetivos.

## Devolutiva

- Nunca recebe satisfação das manifestações enviadas;
- Recebe respostas, mas raramente são satisfatórias ou completas;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias e completas.

## Dificuldades técnicas

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Sistema fora do ar, lento ou instável;
- Retorno intempestivo ou demorado acerca da manifestação;
- Falta de capacitação técnica dos servidores para fornecer as respostas;
- Outro: .....

Considerando as dimensões do questionário, os sistemas de ouvidorias locais (governos estaduais e municipais que a organização usa) são qualitativamente inferiores ao sistema federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou ouvidorias locais)

## Outras considerações da organização sobre transparência no governo federal

---

### Participação em políticas públicas

Até então, as perguntas eram sobre o uso de ferramentas de transparência do governo federal pela instituição. A partir daqui, responda com base na percepção e opinião institucionais sobre o uso de ferramentas de participação pelo governo na construção de políticas públicas.

A organização já usou as plataformas Dialoga Brasil ([dialoga.gov.br](http://dialoga.gov.br)) e/ou Participa Brasil ([participa.br](http://participa.br)) do governo federal? \*

- Sim (ambas)
- Sim (apenas a Participa Brasil)
- Sim (apenas a Dialoga Brasil)
- Não (nenhuma delas)



Se a resposta foi sim apenas para uma delas ou não, qual motivo?

- Não conhece essa(s) plataforma(s)
- Não precisa usá-la(s) para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-la(s) - complexa(s)
- Não a(s) considera ferramenta(s) efetiva(s) de participação
- Não se aplica (respondeu sim para ambas no item anterior)
- Outro: .....

## Plataformas Dialoga Brasil e Participa Br

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso das Plataformas Dialoga Brasil e Participa Br (espaços de participação digital) na construção de políticas públicas pelo governo federal



Frequência de uso de alguma das plataformas pelo governo para a construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Ações ativas de engajamento nas Plataformas (organização procura participar):

	1	2	3	4	5	
Raramente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Com muita frequência

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento em espaços de participação digital é qualitativamente pior do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou espaços de participação digital de governos locais)

### Consultas públicas na construção de políticas públicas federais

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso de consultas públicas na construção de políticas públicas pelo governo federal

Frequência de uso de consultas públicas pelo governo no para construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Convites para participar (iniciativa do governo federal, por qualquer meio):

- Organização nunca foi convidada pelo governo para participar de consulta pública;
- Raramente é convidado (1% a 29% das vezes em que há uma consulta);
- Ocasionalmente é convidado (30% a 60%);
- Frequentemente é convidado (mais de 60% das vezes).

### Ações ativas de engajamento em consultas (organização procura participar):

- Frequentemente procura participar (mais de 60% das vezes);
- Ocasionalmente (30%-60%);
- Raramente (até 29%);
- Nunca

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento a consultas públicas é qualitativamente melhor do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

### Audiências públicas na construção de políticas públicas federais

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso de audiências públicas na construção de políticas públicas pelo governo federal

### Frequência de uso de audiências públicas pelo governo para construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Convites para participar (iniciativa do governo federal, por qualquer meio):

- Organização nunca foi convidada pelo governo para participar de audiência pública;
- Raramente é convidado (1% a 29% das vezes em que há uma audiência);
- Ocasionalmente é convidado (30% a 60%);
- Frequentemente é convidado (mais de 60% das vezes).

### Ações ativas de engajamento em audiências (organização procura participar):

- Frequentemente procura participar (mais de 60% das vezes);
- Ocasionalmente (30%-60%);
- Raramente (até 29%);
- Nunca

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento a audiências públicas é qualitativamente melhor do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente



## Outras considerações da organização sobre participação no governo federal

---

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

# Questionário transparência e participação no Governo Federal

Esse questionário tem como objetivo coletar as percepções no uso de ferramentas de transparência e participação governamentais pelas organizações da sociedade civil e movimentos sociais organizados, sendo garantidas a confidencialidade, sigilo e anonimato dos participantes. A partir dos resultados, compreender a efetividade desses instrumentos, detectar eventuais deficiências e apontar soluções.

Os resultados serão divulgados na tese de doutorado da pesquisadora responsável pela sua elaboração, Caroline Maciel.

A sua participação é uma etapa muito importante para o diagnóstico e sistematização das dificuldades enfrentadas por usuários qualificados, identificação dos avanços e de sugestões para melhorias. Se possível, responda todas as questões.

Endereço de e-mail \*

Para evitar o uso de robots neste questionário, responda: qual das imagens abaixo é um prato de sobremesa? \*



1



2



3



4

Dados

Nome da instituição que representa \*

[REDACTED]

## Principal área de atuação institucional \*

- Transparência e Integridade
- Direitos Humanos/Direitos fundamentais
- Socioambiental
- Nova economia
- Saúde
- Educação
- Outro: .....

## Estou apto(a) a responder em nome da organização que represento? \*

- Sim

## Nome completo do responsável pelo preenchimento \*

.....

## Vínculo/cargo institucional \*

Diretora-executiva .....

## Anos que está na instituição \*

- Até 1 ano
- Mais de 1 ano até 5 anos
- Mais de 5 anos

## Última escolaridade do respondente \*

- Ensino superior
- Especialização
- Mestrado
- Doutorado
- Outro: .....

## Concordo com o Termo de Consentimento Livre e Informado abaixo \*

Declaro, por meio deste termo, que concordei voluntariamente em responder esse questionário, que busca coletar as percepções de usuários qualificados no uso de ferramentas de transparência e participação governamentais, desenvolvido pela pesquisadora Caroline Stéphanie Francis dos Santos Maciel. Fui informado(a) que a pesquisa é desenvolvida para fins estritamente acadêmicos em sede de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Direito na Universidade Federal de Minas Gerais, sob orientação da Profa. Fabiana de Menezes Soares, vinculada ao Observatório para a Qualidade da Lei e em parceria com a Dado Capital e a Rede de Advocacy Colaborativo. Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou outros benefícios, nem ter qualquer ônus ou risco à saúde e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui também informado(a) que não será divulgado meu nome e nem outro dado de contato que permita a minha identificação pessoal, em conformidade com as normas éticas do Comitê de Ética da UFMG (art. 1º, § único, I, V e VII da Resolução 510/2016). Informaram, ainda, que apenas os dados institucionais e resultados das respostas ao questionário serão divulgados no relatório da pesquisa, garantidas a confidencialidade, sigilo e anonimato dos participantes. Por fim, fui informado(a) de que posso me retirar dessa pesquisa de opinião a qualquer momento, sem sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos. Ao selecionar "sim" nesta caixa, concordo com todas as especificações acima deste Termo de Consentimento Livre e Informado.

Sim

Autorizo a divulgação dos dados institucionais e respostas às perguntas do questionário para a realização dos objetivos dessa pesquisa \*

Sim

## Orientações gerais

Nas questões fechadas, escolha a melhor resposta dentre as possíveis, que representa melhor a realidade no uso geral dessas ferramentas pela organização (o que ocorreu na maioria das vezes).

Dê uma resposta com base na realidade da sua instituição e não apenas na sua experiência pessoal.

Nas questões abertas, aprofunde nas particularidades sobre o tópico. Quanto mais dados fornecer, tanto melhor para a pesquisa e completo diagnóstico da situação.

Caso não saiba alguma(s) da(s) resposta(s), por você não utilizar o canal/desconhecê-lo, veja se é possível obtê-la(s) junto à organização que representa; caso contrário, marque que a organização não usa.



### Sites oficiais do governo federal ([gov.br](http://gov.br) e derivados)

A organização já extraiu dados ou informações de algum site oficial do governo federal?

\*

- Sim
- Não

### Uso de sites oficiais do governo federal ([gov.br](http://gov.br) e derivados)

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso dos sites oficiais do governo federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:





### Frequência de uso

1    2    3    4    5

Raramente usamos na organização                        Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no site
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa por conta própria conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso

## Outras dificuldades de navegabilidade e usabilidade

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Mudanças de domínio e/ou links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre ocorrências em navegabilidade antes e depois da mudança dos domínios, com a unificação dos endereços eletrônicos do governo federal em 2019 (portal único [gov.br](http://gov.br)).

.....

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados ativamente nos sites oficiais do governo federal resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

Os sites oficiais de governos estaduais e municipais que a organização acessa são qualitativamente inferiores ao sites do governo federal, considerando as dimensões desse questionário (disponibilidade, atualização, compreensão dos dados e navegabilidade no site).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou sites oficiais de governos estaduais/municipais)

Portal da Transparência Federal ([portaldatransparencia.gov.br](http://portaldatransparencia.gov.br))

A organização já extraiu dados ou informações do Portal da Transparência federal? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse portal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

### Uso do Portal da Transparência Federal

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do Portal da Transparência Federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:



### Frequência de uso

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5

Raramente usamos na organização

Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no portal
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa por conta própria conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso à informação ou dado.

## Outras dificuldades de navegabilidade e usabilidade

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre ocorrências em navegabilidade antes e depois da reformulação do Portal da Transparência Federal em 2018.

.....

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados no Portal da Transparência Federal resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente



No geral, os Portais da Transparência estaduais e municipais que a organização usa são qualitativamente inferiores ao Portal da Transparência Federal, considerando as dimensões desse questionário (disponibilidade, atualização, compreensão dos dados e navegabilidade no portal).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou nenhum portal de transparência estadual ou municipal)

#### Portal Brasileiro de Dados Abertos ([dados.gov.br](https://dados.gov.br))

A organização já extraiu dados do Portal Brasileiro de Dados Abertos? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse portal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

## Uso do Portal Brasileiro de Dados Abertos

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do Portal Brasileiro de Dados Abertos pela organização da sociedade civil ou movimento social:



Frequência de uso

1    2    3    4    5

Raramente usamos na organização                   Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no portal
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa (autônoma) conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso à informação ou dado.

## Outras dificuldades

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Escassez de bases de dados abertos disponibilizadas ativamente
- Bases de dados abertos não disponibilizadas no prazo estabelecido, em conformidade com os cronogramas de abertura dos órgãos
- Não disponibilização das bases de dados abertos, mesmo após solicitação
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre modificações nesse portal no decorrer do tempo.

Os conjuntos de dados nem sempre vêm acompanhados de dicionários de variáveis ou documentação complementar, como deveriam.  
.....

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados ativamente no Portal Brasileiro de Dados Abertos resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

Os governos estaduais e municipais e os outros poderes (que organização acessa) disponibilizam bem menos dados públicos em formato aberto que o governo federal, seja no Portal Brasileiro de Dados Abertos ou em outros portais.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca extraiu dados abertos de governos subnacionais ou de outros poderes)

### Pedidos de acesso à informação a órgãos do governo federal

A organização já fez pedido de acesso à informação através do e-SIC federal? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse canal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo/instável)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

## Uso do e-SIC federal

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do e-SIC federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:



Frequência de uso

	1	2	3	4	5	
Raramente usamos na organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	Usamos com muita frequência



### Satisfação com o acesso concedido

- Conseguiu acesso completo a tudo que pediu já com o pedido inicial, no prazo legal;
- Conseguiu acesso completo apenas após recorrer ou após o prazo legal;
- Não conseguiu acesso completo, apenas parcial;
- Negativa completa de acesso, mesmo sem ser hipótese legal de sigilo.

### Justificativas dos órgãos para negativas de acesso (se aplicável)

- Não recebeu nenhuma justificativa
- Trabalho adicional de análise, interpretação ou consolidação
- Pedido genérico
- Órgão incompetente (sem reencaminhar o seu pedido)
- Pandemia
- Dados pessoais
- Sigilo legal
- Interpretação extensiva do órgão sobre o sigilo
- Inexistência dos documentos digitalizados e necessidade de consultar arquivos físicos pessoalmente
- Outro: .....

## Compreensão das respostas ou dados enviados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada na resposta e nem as informações enviadas;
- Teve alguma dificuldade, mas com alguma pesquisa (autônoma) conseguiu entender;
- Não conseguiu compreender e precisou solicitar esclarecimentos em recurso ou nova solicitação de acesso;
- Não conseguiu compreender e desistiu do acesso à informação.

## Dificuldades técnicas com o e-SIC federal

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Sistema fora do ar, lento ou instável;
- Respostas fora do prazo legal;
- Obscuridade nas competências dos órgãos e dificuldade para saber a quem encaminhar o pedido;
- Arquivos anexos corrompidos/desconfigurados/inúteis;
- Arquivo em formato não aberto, não legível por máquina;
- Indisponibilidade de arquivos digitais;
- Não sistematização de dados pelo órgão;
- Necessidade de dados gerais de órgãos com competências centrais e foi aconselhado a procurar cada órgão individualmente, o que inviabilizou o acesso pela grande quantidade de órgãos ou volume de dados.

### Outros problemas que dificultaram ou desestimularam o acesso

- Exigências excessivas de dados pessoais;
- Cobrança de taxas de reprodução;
- Não divulgação de lista de documentos classificados como sigilosos pelo órgão federal;
- Influência do perfil do solicitante na resposta ao pedido (antes da possibilidade de pedidos anônimos no e-SIC federal);
- Falta de capacitação técnica dos servidores para responder as solicitações;
- Outro: .....

Os sistemas eletrônicos de solicitação de acesso à informação de governos estaduais e municipais que a organização usa são qualitativamente inferiores ao e-SIC federal, considerando as dimensões desse questionário (satisfação com o acesso, justificativas para negativas, compreensão e dificuldades técnicas).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou sistemas de acesso de governos subnacionais)

Ouvidorias federais ([ouvidorias.gov.br](https://ouvidorias.gov.br))

A organização já usou o sistema eletrônico de ouvidorias do governo federal? \*

Sim

Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

Não conhece esse canal

Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais

Não consegue usá-lo (complexo)

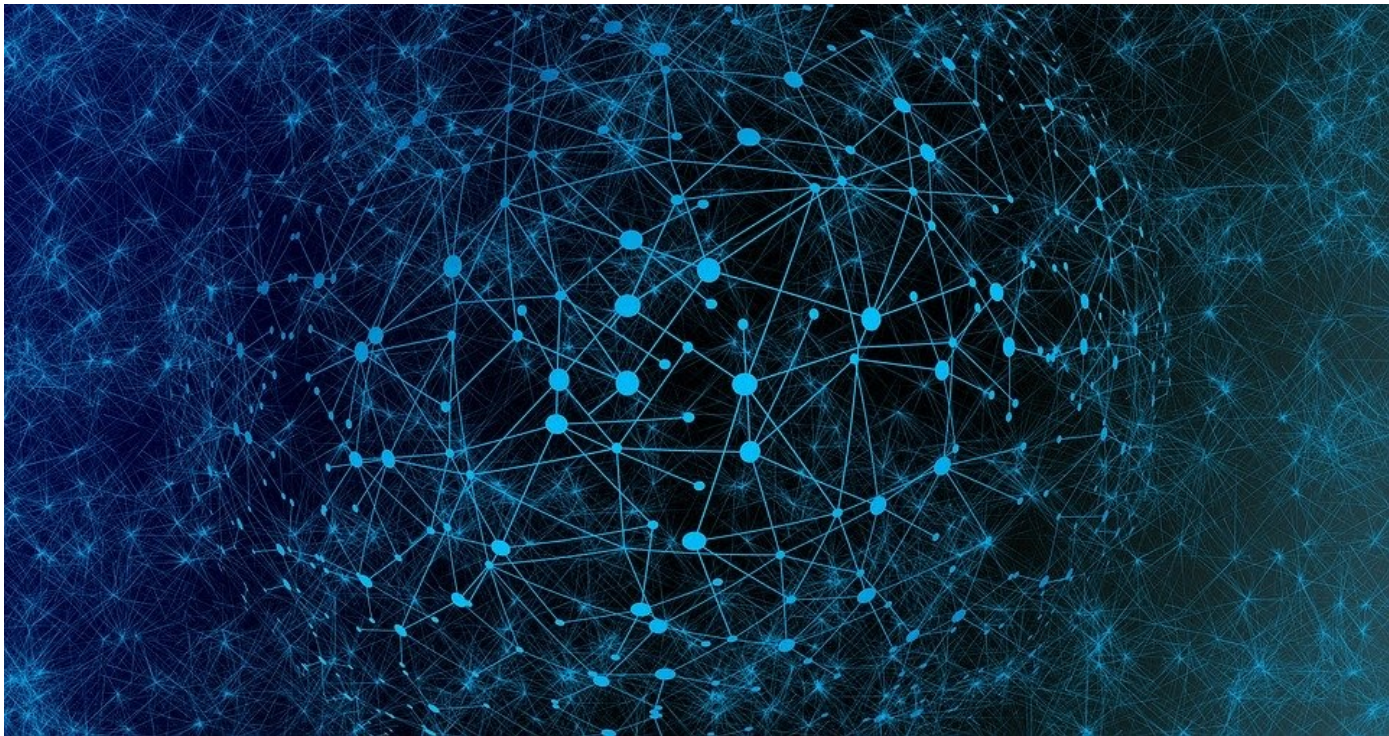
Não acredita que seja um canal efetivo

Não se aplica (respondeu sim no item anterior)

Outro: .....

## Sistema federal de Ouvidorias

Nas questões desta seção responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso de ouvidorias federais pela organização da sociedade civil ou movimento social:



### Frequência de uso

1    2    3    4    5

Raramente usamos na organização                   Usamos com muita frequência

## Motivos do seu uso

- Denúncia
- Reclamação
- Elogio
- Solicitação de serviço público
- Pedido de desburocratização
- Sugestão
- Pedido de acesso à informação

## Efetividade/poder de influência

- As manifestações feitas pela ouvidoria frequentemente geraram resultados efetivos (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente efetivos (entre 30% e 60%);
- Raramente efetivos (menos 1% a 29%);
- Nunca são efetivos.

### Devolutiva

- Nunca recebe satisfação das manifestações enviadas;
- Recebe respostas, mas raramente são satisfatórias ou completas;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias e completas.

### Dificuldades técnicas

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Sistema fora do ar, lento ou instável;
- Retorno intempestivo ou demorado acerca da manifestação;
- Falta de capacitação técnica dos servidores para fornecer as respostas;
- Outro: .....

Considerando as dimensões do questionário, os sistemas de ouvidorias locais (governos estaduais e municipais que a organização usa) são qualitativamente inferiores ao sistema federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou ouvidorias locais)

## Outras considerações da organização sobre transparência no governo federal

---

### Participação em políticas públicas

Até então, as perguntas eram sobre o uso de ferramentas de transparência do governo federal pela instituição. A partir daqui, responda com base na percepção e opinião institucionais sobre o uso de ferramentas de participação pelo governo na construção de políticas públicas.

A organização já usou as plataformas Dialoga Brasil ([dialoga.gov.br](http://dialoga.gov.br)) e/ou Participa Brasil ([participa.br](http://participa.br)) do governo federal? \*

- Sim (ambas)
- Sim (apenas a Participa Brasil)
- Sim (apenas a Dialoga Brasil)
- Não (nenhuma delas)

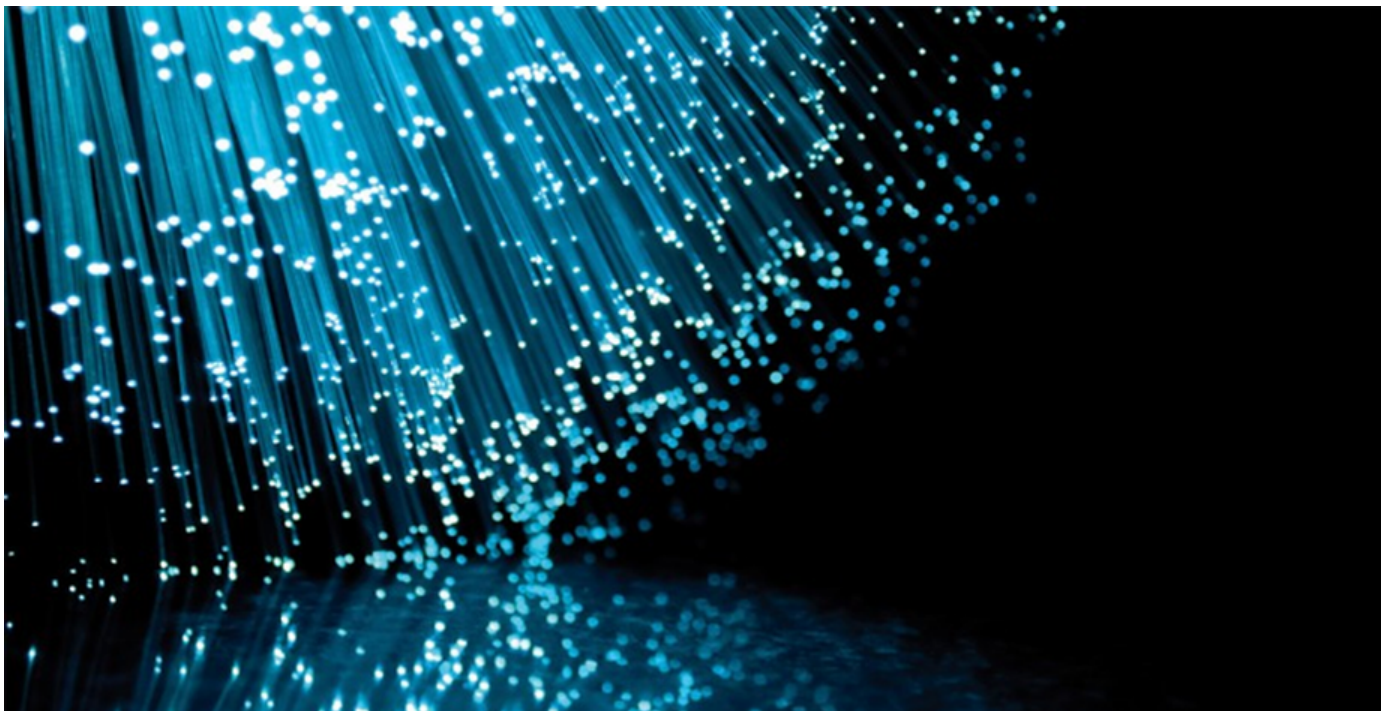


Se a resposta foi sim apenas para uma delas ou não, qual motivo?

- Não conhece essa(s) plataforma(s)
- Não precisa usá-la(s) para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-la(s) - complexa(s)
- Não a(s) considera ferramenta(s) efetiva(s) de participação
- Não se aplica (respondeu sim para ambas no item anterior)
- Outro: .....

## Plataformas Dialoga Brasil e Participa Br

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso das Plataformas Dialoga Brasil e Participa Br (espaços de participação digital) na construção de políticas públicas pelo governo federal



Frequência de uso de alguma das plataformas pelo governo para a construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Ações ativas de engajamento nas Plataformas (organização procura participar):

	1	2	3	4	5	
Raramente	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Com muita frequência

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento em espaços de participação digital é qualitativamente pior do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou espaços de participação digital de governos locais)

### Consultas públicas na construção de políticas públicas federais

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso de consultas públicas na construção de políticas públicas pelo governo federal

Frequência de uso de consultas públicas pelo governo no para construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Convites para participar (iniciativa do governo federal, por qualquer meio):

- Organização nunca foi convidada pelo governo para participar de consulta pública;
- Raramente é convidado (1% a 29% das vezes em que há uma consulta);
- Ocasionalmente é convidado (30% a 60%);
- Frequentemente é convidado (mais de 60% das vezes).

### Ações ativas de engajamento em consultas (organização procura participar):

- Frequentemente procura participar (mais de 60% das vezes);
- Ocasionalmente (30%-60%);
- Raramente (até 29%);
- Nunca

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento a consultas públicas é qualitativamente melhor do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

### Audiências públicas na construção de políticas públicas federais

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso de audiências públicas na construção de políticas públicas pelo governo federal

### Frequência de uso de audiências públicas pelo governo para construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Convites para participar (iniciativa do governo federal, por qualquer meio):

- Organização nunca foi convidada pelo governo para participar de audiência pública;
- Raramente é convidado (1% a 29% das vezes em que há uma audiência);
- Ocasionalmente é convidado (30% a 60%);
- Frequentemente é convidado (mais de 60% das vezes).

### Ações ativas de engajamento em audiências (organização procura participar):

- Frequentemente procura participar (mais de 60% das vezes);
- Ocasionalmente (30%-60%);
- Raramente (até 29%);
- Nunca

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento a audiências públicas é qualitativamente melhor do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente



## Outras considerações da organização sobre participação no governo federal

---

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

# Questionário transparência e participação no Governo Federal

Esse questionário tem como objetivo coletar as percepções no uso de ferramentas de transparência e participação governamentais pelas organizações da sociedade civil e movimentos sociais organizados, sendo garantidas a confidencialidade, sigilo e anonimato dos participantes. A partir dos resultados, compreender a efetividade desses instrumentos, detectar eventuais deficiências e apontar soluções.

Os resultados serão divulgados na tese de doutorado da pesquisadora responsável pela sua elaboração, Caroline Maciel.

A sua participação é uma etapa muito importante para o diagnóstico e sistematização das dificuldades enfrentadas por usuários qualificados, identificação dos avanços e de sugestões para melhorias. Se possível, responda todas as questões.

Endereço de e-mail \*

Para evitar o uso de robots neste questionário, responda: qual das imagens abaixo é um prato de sobremesa? \*



1



2



3



4

## Dados

Nome da instituição que representa \*

[REDACTED]

## Principal área de atuação institucional \*

- Transparência e Integridade
- Direitos Humanos/Direitos fundamentais
- Socioambiental
- Nova economia
- Saúde
- Educação
- Outro: .....

## Estou apto(a) a responder em nome da organização que represento? \*

- Sim

## Nome completo do responsável pelo preenchimento \*

.....

## Vínculo/cargo institucional \*

Coordenadora de Comunicação e Conteúdo  
.....

## Anos que está na instituição \*

- Até 1 ano
- Mais de 1 ano até 5 anos
- Mais de 5 anos

## Última escolaridade do respondente \*

- Ensino superior
- Especialização
- Mestrado
- Doutorado
- Outro: .....

## Concordo com o Termo de Consentimento Livre e Informado abaixo \*

Declaro, por meio deste termo, que concordei voluntariamente em responder esse questionário, que busca coletar as percepções de usuários qualificados no uso de ferramentas de transparência e participação governamentais, desenvolvido pela pesquisadora Caroline Stéphanie Francis dos Santos Maciel. Fui informado(a) que a pesquisa é desenvolvida para fins estritamente acadêmicos em sede de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Direito na Universidade Federal de Minas Gerais, sob orientação da Profa. Fabiana de Menezes Soares, vinculada ao Observatório para a Qualidade da Lei e em parceria com a Dado Capital e a Rede de Advocacy Colaborativo. Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou outros benefícios, nem ter qualquer ônus ou risco à saúde e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui também informado(a) que não será divulgado meu nome e nem outro dado de contato que permita a minha identificação pessoal, em conformidade com as normas éticas do Comitê de Ética da UFMG (art. 1º, § único, I, V e VII da Resolução 510/2016). Informaram, ainda, que apenas os dados institucionais e resultados das respostas ao questionário serão divulgados no relatório da pesquisa, garantidas a confidencialidade, sigilo e anonimato dos participantes. Por fim, fui informado(a) de que posso me retirar dessa pesquisa de opinião a qualquer momento, sem sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos. Ao selecionar "sim" nesta caixa, concordo com todas as especificações acima deste Termo de Consentimento Livre e Informado.

Sim

Autorizo a divulgação dos dados institucionais e respostas às perguntas do questionário para a realização dos objetivos dessa pesquisa \*

Sim

## Orientações gerais

Nas questões fechadas, escolha a melhor resposta dentre as possíveis, que representa melhor a realidade no uso geral dessas ferramentas pela organização (o que ocorreu na maioria das vezes).

Dê uma resposta com base na realidade da sua instituição e não apenas na sua experiência pessoal.

Nas questões abertas, aprofunde nas particularidades sobre o tópico. Quanto mais dados fornecer, tanto melhor para a pesquisa e completo diagnóstico da situação.

Caso não saiba alguma(s) da(s) resposta(s), por você não utilizar o canal/desconhecê-lo, veja se é possível obtê-la(s) junto à organização que representa; caso contrário, marque que a organização não usa.



### Sites oficiais do governo federal ([gov.br](http://gov.br) e derivados)

A organização já extraiu dados ou informações de algum site oficial do governo federal?

\*

Sim

Não

### Uso de sites oficiais do governo federal ([gov.br](http://gov.br) e derivados)

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso dos sites oficiais do governo federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:





### Frequência de uso

1    2    3    4    5

Raramente usamos na organização                        Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no site
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa por conta própria conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso

## Outras dificuldades de navegabilidade e usabilidade

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Mudanças de domínio e/ou links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre ocorrências em navegabilidade antes e depois da mudança dos domínios, com a unificação dos endereços eletrônicos do governo federal em 2019 (portal único [gov.br](http://gov.br)).

.....

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados ativamente nos sites oficiais do governo federal resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

Os sites oficiais de governos estaduais e municipais que a organização acessa são qualitativamente inferiores ao sites do governo federal, considerando as dimensões desse questionário (disponibilidade, atualização, compreensão dos dados e navegabilidade no site).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou sites oficiais de governos estaduais/municipais)

Portal da Transparência Federal ([portaldatransparencia.gov.br](http://portaldatransparencia.gov.br))

A organização já extraiu dados ou informações do Portal da Transparência federal? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse portal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

### Uso do Portal da Transparência Federal

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do Portal da Transparência Federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:



### Frequência de uso

1 2 3 4 5

Raramente usamos na  
organização

Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no portal
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa por conta própria conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso à informação ou dado.

### Outras dificuldades de navegabilidade e usabilidade

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre ocorrências em navegabilidade antes e depois da reformulação do Portal da Transparência Federal em 2018.

.....

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados no Portal da Transparência Federal resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente



No geral, os Portais da Transparência estaduais e municipais que a organização usa são qualitativamente inferiores ao Portal da Transparência Federal, considerando as dimensões desse questionário (disponibilidade, atualização, compreensão dos dados e navegabilidade no portal).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou nenhum portal de transparência estadual ou municipal)

#### Portal Brasileiro de Dados Abertos ([dados.gov.br](https://dados.gov.br))

A organização já extraiu dados do Portal Brasileiro de Dados Abertos? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse portal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

## Uso do Portal Brasileiro de Dados Abertos

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do Portal Brasileiro de Dados Abertos pela organização da sociedade civil ou movimento social:



Frequência de uso

	1	2	3	4	5	
Raramente usamos na organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no portal
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa (autônoma) conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso à informação ou dado.

## Outras dificuldades

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Escassez de bases de dados abertos disponibilizadas ativamente
- Bases de dados abertos não disponibilizadas no prazo estabelecido, em conformidade com os cronogramas de abertura dos órgãos
- Não disponibilização das bases de dados abertos, mesmo após solicitação
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre modificações nesse portal no decorrer do tempo.

.....

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados ativamente no Portal Brasileiro de Dados Abertos resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

Os governos estaduais e municipais e os outros poderes (que organização acessa) disponibilizam bem menos dados públicos em formato aberto que o governo federal, seja no Portal Brasileiro de Dados Abertos ou em outros portais.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca extraiu dados abertos de governos subnacionais ou de outros poderes)

### Pedidos de acesso à informação a órgãos do governo federal

A organização já fez pedido de acesso à informação através do e-SIC federal? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse canal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo/instável)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

## Uso do e-SIC federal

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do e-SIC federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:



Frequência de uso

	1	2	3	4	5	
Raramente usamos na organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Usamos com muita frequência



### Satisfação com o acesso concedido

- Conseguiu acesso completo a tudo que pediu já com o pedido inicial, no prazo legal;
- Conseguiu acesso completo apenas após recorrer ou após o prazo legal;
- Não conseguiu acesso completo, apenas parcial;
- Negativa completa de acesso, mesmo sem ser hipótese legal de sigilo.

### Justificativas dos órgãos para negativas de acesso (se aplicável)

- Não recebeu nenhuma justificativa
- Trabalho adicional de análise, interpretação ou consolidação
- Pedido genérico
- Órgão incompetente (sem reencaminhar o seu pedido)
- Pandemia
- Dados pessoais
- Sigilo legal
- Interpretação extensiva do órgão sobre o sigilo
- Inexistência dos documentos digitalizados e necessidade de consultar arquivos físicos pessoalmente
- Outro: .....

## Compreensão das respostas ou dados enviados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada na resposta e nem as informações enviadas;
- Teve alguma dificuldade, mas com alguma pesquisa (autônoma) conseguiu entender;
- Não conseguiu compreender e precisou solicitar esclarecimentos em recurso ou nova solicitação de acesso;
- Não conseguiu compreender e desistiu do acesso à informação.

## Dificuldades técnicas com o e-SIC federal

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Sistema fora do ar, lento ou instável;
- Respostas fora do prazo legal;
- Obscuridade nas competências dos órgãos e dificuldade para saber a quem encaminhar o pedido;
- Arquivos anexos corrompidos/desconfigurados/inúteis;
- Arquivo em formato não aberto, não legível por máquina;
- Indisponibilidade de arquivos digitais;
- Não sistematização de dados pelo órgão;
- Necessidade de dados gerais de órgãos com competências centrais e foi aconselhado a procurar cada órgão individualmente, o que inviabilizou o acesso pela grande quantidade de órgãos ou volume de dados.

### Outros problemas que dificultaram ou desestimularam o acesso

- Exigências excessivas de dados pessoais;
- Cobrança de taxas de reprodução;
- Não divulgação de lista de documentos classificados como sigilosos pelo órgão federal;
- Influência do perfil do solicitante na resposta ao pedido (antes da possibilidade de pedidos anônimos no e-SIC federal);
- Falta de capacitação técnica dos servidores para responder as solicitações;
- Outro: .....

Os sistemas eletrônicos de solicitação de acesso à informação de governos estaduais e municipais que a organização usa são qualitativamente inferiores ao e-SIC federal, considerando as dimensões desse questionário (satisfação com o acesso, justificativas para negativas, compreensão e dificuldades técnicas).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou sistemas de acesso de governos subnacionais)

Ouvidorias federais ([ouvidorias.gov.br](https://ouvidorias.gov.br))

A organização já usou o sistema eletrônico de ouvidorias do governo federal? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse canal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não acredita que seja um canal efetivo
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

## Sistema federal de Ouvidorias

Nas questões desta seção responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso de ouvidorias federais pela organização da sociedade civil ou movimento social:



### Frequência de uso

1    2    3    4    5

Raramente usamos na organização                   Usamos com muita frequência

## Motivos do seu uso

- Denúncia
- Reclamação
- Elogio
- Solicitação de serviço público
- Pedido de desburocratização
- Sugestão
- Pedido de acesso à informação

## Efetividade/poder de influência

- As manifestações feitas pela ouvidoria frequentemente geraram resultados efetivos (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente efetivos (entre 30% e 60%);
- Raramente efetivos (menos 1% a 29%);
- Nunca são efetivos.

### Devolutiva

- Nunca recebe satisfação das manifestações enviadas;
- Recebe respostas, mas raramente são satisfatórias ou completas;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias e completas.

### Dificuldades técnicas

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Sistema fora do ar, lento ou instável;
- Retorno intempestivo ou demorado acerca da manifestação;
- Falta de capacitação técnica dos servidores para fornecer as respostas;
- Outro: .....

Considerando as dimensões do questionário, os sistemas de ouvidorias locais (governos estaduais e municipais que a organização usa) são qualitativamente inferiores ao sistema federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou ouvidorias locais)

## Outras considerações da organização sobre transparência no governo federal

---

### Participação em políticas públicas

Até então, as perguntas eram sobre o uso de ferramentas de transparência do governo federal pela instituição. A partir daqui, responda com base na percepção e opinião institucionais sobre o uso de ferramentas de participação pelo governo na construção de políticas públicas.

A organização já usou as plataformas Dialoga Brasil ([dialoga.gov.br](http://dialoga.gov.br)) e/ou Participa Brasil ([participa.br](http://participa.br)) do governo federal? \*

- Sim (ambas)
- Sim (apenas a Participa Brasil)
- Sim (apenas a Dialoga Brasil)
- Não (nenhuma delas)

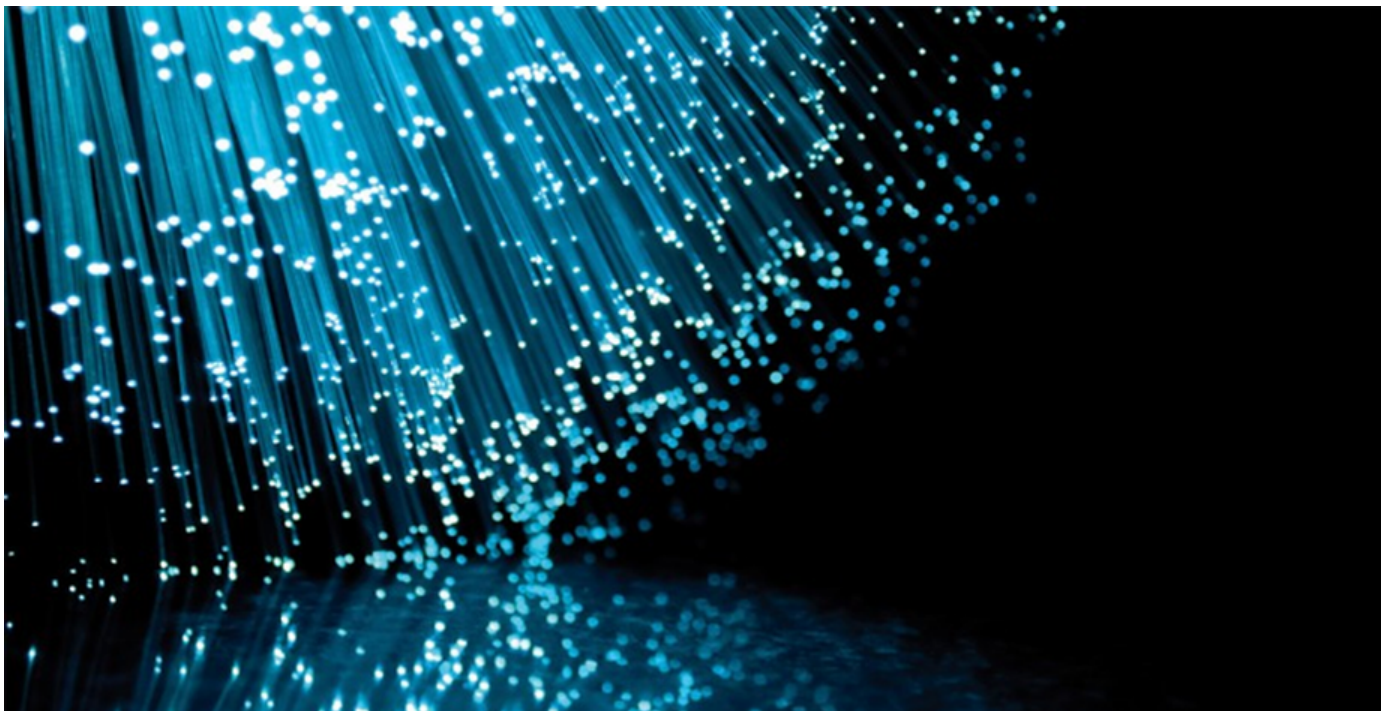


Se a resposta foi sim apenas para uma delas ou não, qual motivo?

- Não conhece essa(s) plataforma(s)
- Não precisa usá-la(s) para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-la(s) - complexa(s)
- Não a(s) considera ferramenta(s) efetiva(s) de participação
- Não se aplica (respondeu sim para ambas no item anterior)
- Outro: .....

## Plataformas Dialoga Brasil e Participa Br

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso das Plataformas Dialoga Brasil e Participa Br (espaços de participação digital) na construção de políticas públicas pelo governo federal



Frequência de uso de alguma das plataformas pelo governo para a construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Ações ativas de engajamento nas Plataformas (organização procura participar):

	1	2	3	4	5	
Raramente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Com muita frequência

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento em espaços de participação digital é qualitativamente pior do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou espaços de participação digital de governos locais)

### Consultas públicas na construção de políticas públicas federais

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso de consultas públicas na construção de políticas públicas pelo governo federal

Frequência de uso de consultas públicas pelo governo no para construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Convites para participar (iniciativa do governo federal, por qualquer meio):

- Organização nunca foi convidada pelo governo para participar de consulta pública;
- Raramente é convidado (1% a 29% das vezes em que há uma consulta);
- Ocasionalmente é convidado (30% a 60%);
- Frequentemente é convidado (mais de 60% das vezes).

### Ações ativas de engajamento em consultas (organização procura participar):

- Frequentemente procura participar (mais de 60% das vezes);
- Ocasionalmente (30%-60%);
- Raramente (até 29%);
- Nunca

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento a consultas públicas é qualitativamente melhor do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

### Audiências públicas na construção de políticas públicas federais

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso de audiências públicas na construção de políticas públicas pelo governo federal

### Frequência de uso de audiências públicas pelo governo para construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Convites para participar (iniciativa do governo federal, por qualquer meio):

- Organização nunca foi convidada pelo governo para participar de audiência pública;
- Raramente é convidado (1% a 29% das vezes em que há uma audiência);
- Ocasionalmente é convidado (30% a 60%);
- Frequentemente é convidado (mais de 60% das vezes).

### Ações ativas de engajamento em audiências (organização procura participar):

- Frequentemente procura participar (mais de 60% das vezes);
- Ocasionalmente (30%-60%);
- Raramente (até 29%);
- Nunca

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento a audiências públicas é qualitativamente melhor do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente



## Outras considerações da organização sobre participação no governo federal

---

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

# Questionário transparência e participação no Governo Federal

Esse questionário tem como objetivo coletar as percepções no uso de ferramentas de transparência e participação governamentais pelas organizações da sociedade civil e movimentos sociais organizados, sendo garantidas a confidencialidade, sigilo e anonimato dos participantes. A partir dos resultados, compreender a efetividade desses instrumentos, detectar eventuais deficiências e apontar soluções.

Os resultados serão divulgados na tese de doutorado da pesquisadora responsável pela sua elaboração, Caroline Maciel.

A sua participação é uma etapa muito importante para o diagnóstico e sistematização das dificuldades enfrentadas por usuários qualificados, identificação dos avanços e de sugestões para melhorias. Se possível, responda todas as questões.

Endereço de e-mail \*

Para evitar o uso de robots neste questionário, responda: qual das imagens abaixo é um prato de sobremesa? \*



1



2



3



4

## Dados

Nome da instituição que representa \*

[REDACTED]

## Principal área de atuação institucional \*

- Transparência e Integridade
- Direitos Humanos/Direitos fundamentais
- Socioambiental
- Nova economia
- Saúde
- Educação
- Outro: .....

## Estou apto(a) a responder em nome da organização que represento? \*

- Sim

## Nome completo do responsável pelo preenchimento \*

.....

## Vínculo/cargo institucional \*

Presidente .....

## Anos que está na instituição \*

- Até 1 ano
- Mais de 1 ano até 5 anos
- Mais de 5 anos

## Última escolaridade do respondente \*

- Ensino superior
- Especialização
- Mestrado
- Doutorado
- Outro: .....

## Concordo com o Termo de Consentimento Livre e Informado abaixo \*

Declaro, por meio deste termo, que concordei voluntariamente em responder esse questionário, que busca coletar as percepções de usuários qualificados no uso de ferramentas de transparência e participação governamentais, desenvolvido pela pesquisadora Caroline Stéphanie Francis dos Santos Maciel. Fui informado(a) que a pesquisa é desenvolvida para fins estritamente acadêmicos em sede de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Direito na Universidade Federal de Minas Gerais, sob orientação da Profa. Fabiana de Menezes Soares, vinculada ao Observatório para a Qualidade da Lei e em parceria com a Dado Capital e a Rede de Advocacy Colaborativo. Afirmando que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou outros benefícios, nem ter qualquer ônus ou risco à saúde e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui também informado(a) que não será divulgado meu nome e nem outro dado de contato que permita a minha identificação pessoal, em conformidade com as normas éticas do Comitê de Ética da UFMG (art. 1º, § único, I, V e VII da Resolução 510/2016). Informaram, ainda, que apenas os dados institucionais e resultados das respostas ao questionário serão divulgados no relatório da pesquisa, garantidas a confidencialidade, sigilo e anonimato dos participantes. Por fim, fui informado(a) de que posso me retirar dessa pesquisa de opinião a qualquer momento, sem sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos. Ao selecionar "sim" nesta caixa, concordo com todas as especificações acima deste Termo de Consentimento Livre e Informado.

Sim

Autorizo a divulgação dos dados institucionais e respostas às perguntas do questionário para a realização dos objetivos dessa pesquisa \*

Sim

## Orientações gerais

Nas questões fechadas, escolha a melhor resposta dentre as possíveis, que representa melhor a realidade no uso geral dessas ferramentas pela organização (o que ocorreu na maioria das vezes).

Dê uma resposta com base na realidade da sua instituição e não apenas na sua experiência pessoal.

Nas questões abertas, aprofunde nas particularidades sobre o tópico. Quanto mais dados fornecer, tanto melhor para a pesquisa e completo diagnóstico da situação.

Caso não saiba alguma(s) da(s) resposta(s), por você não utilizar o canal/desconhecê-lo, veja se é possível obtê-la(s) junto à organização que representa; caso contrário, marque que a organização não usa.



### Sites oficiais do governo federal ([gov.br](http://gov.br) e derivados)

A organização já extraiu dados ou informações de algum site oficial do governo federal?

\*

Sim

Não

### Uso de sites oficiais do governo federal ([gov.br](http://gov.br) e derivados)

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso dos sites oficiais do governo federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:





### Frequência de uso

1    2    3    4    5

Raramente usamos na organização                        Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no site
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa por conta própria conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso

## Outras dificuldades de navegabilidade e usabilidade

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Mudanças de domínio e/ou links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre ocorrências em navegabilidade antes e depois da mudança dos domínios, com a unificação dos endereços eletrônicos do governo federal em 2019 (portal único [gov.br](http://gov.br)).

Mesma coisa .....

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados ativamente nos sites oficiais do governo federal resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

Os sites oficiais de governos estaduais e municipais que a organização acessa são qualitativamente inferiores aos sites do governo federal, considerando as dimensões desse questionário (disponibilidade, atualização, compreensão dos dados e navegabilidade no site).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou sites oficiais de governos estaduais/municipais)

Portal da Transparência Federal ([portaldatransparencia.gov.br](http://portaldatransparencia.gov.br))

A organização já extraiu dados ou informações do Portal da Transparência federal? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse portal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

### Uso do Portal da Transparência Federal

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do Portal da Transparência Federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:



### Frequência de uso

1 2 3 4 5

Raramente usamos na organização

Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no portal
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa por conta própria conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso à informação ou dado.

## Outras dificuldades de navegabilidade e usabilidade

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre ocorrências em navegabilidade antes e depois da reformulação do Portal da Transparência Federal em 2018.

Difícil entender .....

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados no Portal da Transparência Federal resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente



No geral, os Portais da Transparência estaduais e municipais que a organização usa são qualitativamente inferiores ao Portal da Transparência Federal, considerando as dimensões desse questionário (disponibilidade, atualização, compreensão dos dados e navegabilidade no portal).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou nenhum portal de transparência estadual ou municipal)

#### Portal Brasileiro de Dados Abertos ([dados.gov.br](https://dados.gov.br))

A organização já extraiu dados do Portal Brasileiro de Dados Abertos? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse portal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

## Uso do Portal Brasileiro de Dados Abertos

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do Portal Brasileiro de Dados Abertos pela organização da sociedade civil ou movimento social:



Frequência de uso

	1	2	3	4	5	
Raramente usamos na organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no portal
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa (autônoma) conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso à informação ou dado.

## Outras dificuldades

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Escassez de bases de dados abertos disponibilizadas ativamente
- Bases de dados abertos não disponibilizadas no prazo estabelecido, em conformidade com os cronogramas de abertura dos órgãos
- Não disponibilização das bases de dados abertos, mesmo após solicitação
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre modificações nesse portal no decorrer do tempo.

.....

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados ativamente no Portal Brasileiro de Dados Abertos resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

Os governos estaduais e municipais e os outros poderes (que organização acessa) disponibilizam bem menos dados públicos em formato aberto que o governo federal, seja no Portal Brasileiro de Dados Abertos ou em outros portais.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca extraiu dados abertos de governos subnacionais ou de outros poderes)

### Pedidos de acesso à informação a órgãos do governo federal

A organização já fez pedido de acesso à informação através do e-SIC federal? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse canal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo/instável)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

### Uso do e-SIC federal

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do e-SIC federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:



Frequência de uso

	1	2	3	4	5	
Raramente usamos na organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Usamos com muita frequência



### Satisfação com o acesso concedido

- Conseguiu acesso completo a tudo que pediu já com o pedido inicial, no prazo legal;
- Conseguiu acesso completo apenas após recorrer ou após o prazo legal;
- Não conseguiu acesso completo, apenas parcial;
- Negativa completa de acesso, mesmo sem ser hipótese legal de sigilo.

### Justificativas dos órgãos para negativas de acesso (se aplicável)

- Não recebeu nenhuma justificativa
- Trabalho adicional de análise, interpretação ou consolidação
- Pedido genérico
- Órgão incompetente (sem reencaminhar o seu pedido)
- Pandemia
- Dados pessoais
- Sigilo legal
- Interpretação extensiva do órgão sobre o sigilo
- Inexistência dos documentos digitalizados e necessidade de consultar arquivos físicos pessoalmente
- Outro: .....

## Compreensão das respostas ou dados enviados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada na resposta e nem as informações enviadas;
- Teve alguma dificuldade, mas com alguma pesquisa (autônoma) conseguiu entender;
- Não conseguiu compreender e precisou solicitar esclarecimentos em recurso ou nova solicitação de acesso;
- Não conseguiu compreender e desistiu do acesso à informação.

## Dificuldades técnicas com o e-SIC federal

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Sistema fora do ar, lento ou instável;
- Respostas fora do prazo legal;
- Obscuridade nas competências dos órgãos e dificuldade para saber a quem encaminhar o pedido;
- Arquivos anexos corrompidos/desconfigurados/inúteis;
- Arquivo em formato não aberto, não legível por máquina;
- Indisponibilidade de arquivos digitais;
- Não sistematização de dados pelo órgão;
- Necessidade de dados gerais de órgãos com competências centrais e foi aconselhado a procurar cada órgão individualmente, o que inviabilizou o acesso pela grande quantidade de órgãos ou volume de dados.

### Outros problemas que dificultaram ou desestimularam o acesso

- Exigências excessivas de dados pessoais;
- Cobrança de taxas de reprodução;
- Não divulgação de lista de documentos classificados como sigilosos pelo órgão federal;
- Influência do perfil do solicitante na resposta ao pedido (antes da possibilidade de pedidos anônimos no e-SIC federal);
- Falta de capacitação técnica dos servidores para responder as solicitações;
- Outro: .....

Os sistemas eletrônicos de solicitação de acesso à informação de governos estaduais e municipais que a organização usa são qualitativamente inferiores ao e-SIC federal, considerando as dimensões desse questionário (satisfação com o acesso, justificativas para negativas, compreensão e dificuldades técnicas).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou sistemas de acesso de governos subnacionais)

Ouvidorias federais ([ouvidorias.gov.br](https://ouvidorias.gov.br))

A organização já usou o sistema eletrônico de ouvidorias do governo federal? \*

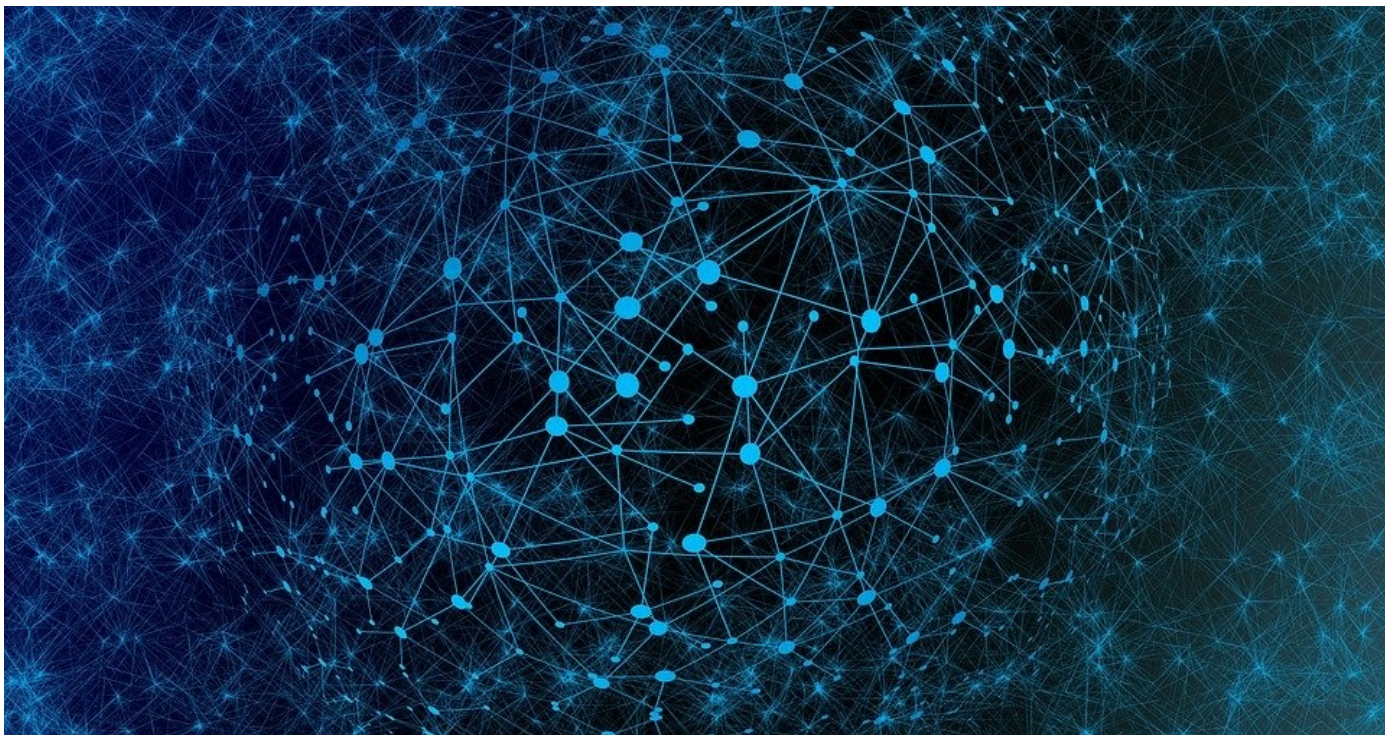
- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse canal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não acredita que seja um canal efetivo
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

## Sistema federal de Ouvidorias

Nas questões desta seção responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso de ouvidorias federais pela organização da sociedade civil ou movimento social:



### Frequência de uso

1    2    3    4    5

Raramente usamos na organização                   Usamos com muita frequência

## Motivos do seu uso

- Denúncia
- Reclamação
- Elogio
- Solicitação de serviço público
- Pedido de desburocratização
- Sugestão
- Pedido de acesso à informação

## Efetividade/poder de influência

- As manifestações feitas pela ouvidoria frequentemente geraram resultados efetivos (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente efetivos (entre 30% e 60%);
- Raramente efetivos (menos 1% a 29%);
- Nunca são efetivos.

### Devolutiva

- Nunca recebe satisfação das manifestações enviadas;
- Recebe respostas, mas raramente são satisfatórias ou completas;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias e completas.

### Dificuldades técnicas

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Sistema fora do ar, lento ou instável;
- Retorno intempestivo ou demorado acerca da manifestação;
- Falta de capacitação técnica dos servidores para fornecer as respostas;
- Outro: .....

Considerando as dimensões do questionário, os sistemas de ouvidorias locais (governos estaduais e municipais que a organização usa) são qualitativamente inferiores ao sistema federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou ouvidorias locais)

## Outras considerações da organização sobre transparência no governo federal

Sem resolutividade

---

## Participação em políticas públicas

Até então, as perguntas eram sobre o uso de ferramentas de transparência do governo federal pela instituição. A partir daqui, responda com base na percepção e opinião institucionais sobre o uso de ferramentas de participação pelo governo na construção de políticas públicas.

A organização já usou as plataformas Dialoga Brasil ([dialoga.gov.br](http://dialoga.gov.br)) e/ou Participa Brasil ([participa.br](http://participa.br)) do governo federal? \*

- Sim (ambas)
- Sim (apenas a Participa Brasil)
- Sim (apenas a Dialoga Brasil)
- Não (nenhuma delas)

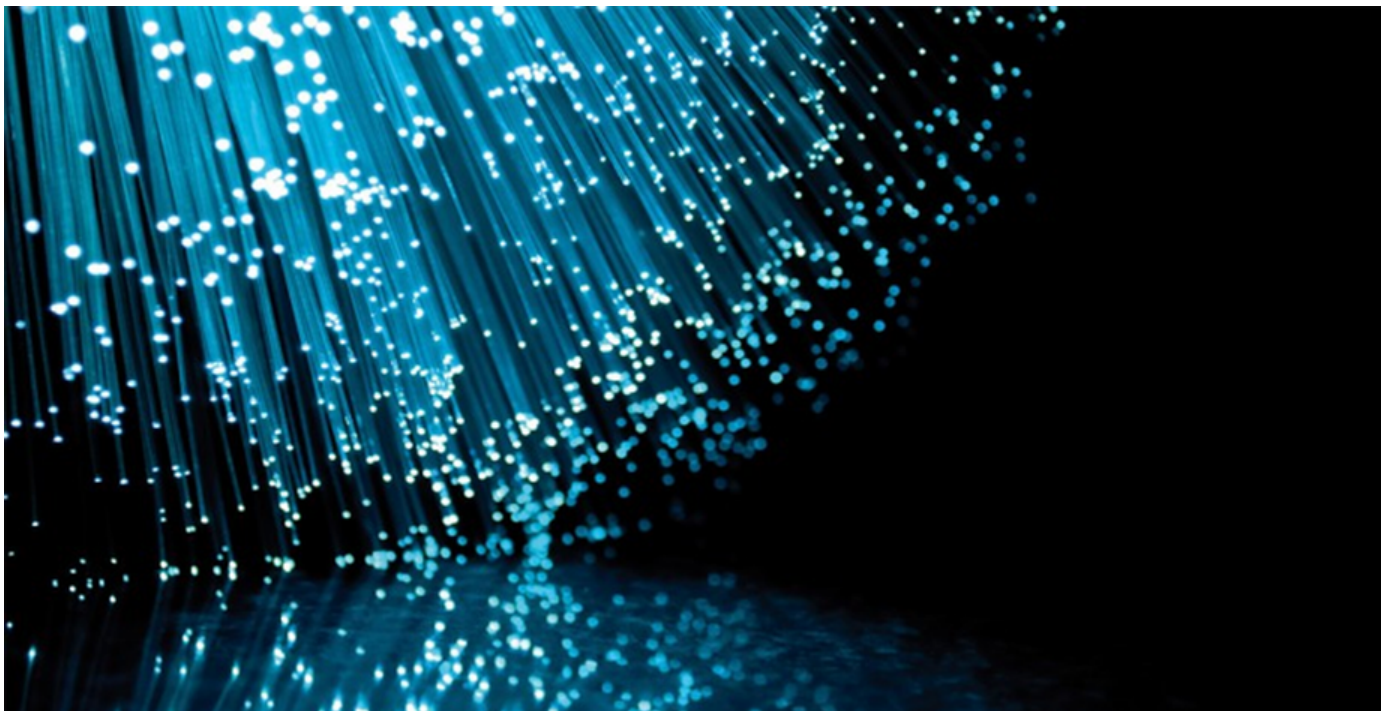


Se a resposta foi sim apenas para uma delas ou não, qual motivo?

- Não conhece essa(s) plataforma(s)
- Não precisa usá-la(s) para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-la(s) - complexa(s)
- Não a(s) considera ferramenta(s) efetiva(s) de participação
- Não se aplica (respondeu sim para ambas no item anterior)
- Outro: .....

## Plataformas Dialoga Brasil e Participa Br

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso das Plataformas Dialoga Brasil e Participa Br (espaços de participação digital) na construção de políticas públicas pelo governo federal



Frequência de uso de alguma das plataformas pelo governo para a construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Ações ativas de engajamento nas Plataformas (organização procura participar):

- |           |                       |                       |                                  |                       |                       |                      |
|-----------|-----------------------|-----------------------|----------------------------------|-----------------------|-----------------------|----------------------|
|           | 1                     | 2                     | 3                                | 4                     | 5                     |                      |
| Raramente | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input checked="" type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | Com muita frequência |

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento em espaços de participação digital é qualitativamente pior do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou espaços de participação digital de governos locais)

### Consultas públicas na construção de políticas públicas federais

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso de consultas públicas na construção de políticas públicas pelo governo federal

Frequência de uso de consultas públicas pelo governo no para construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Convites para participar (iniciativa do governo federal, por qualquer meio):

- Organização nunca foi convidada pelo governo para participar de consulta pública;
- Raramente é convidado (1% a 29% das vezes em que há uma consulta);
- Ocasionalmente é convidado (30% a 60%);
- Frequentemente é convidado (mais de 60% das vezes).

### Ações ativas de engajamento em consultas (organização procura participar):

- Frequentemente procura participar (mais de 60% das vezes);
- Ocasionalmente (30%-60%);
- Raramente (até 29%);
- Nunca

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento a consultas públicas é qualitativamente melhor do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

### Audiências públicas na construção de políticas públicas federais

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso de audiências públicas na construção de políticas públicas pelo governo federal

### Frequência de uso de audiências públicas pelo governo para construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Convites para participar (iniciativa do governo federal, por qualquer meio):

- Organização nunca foi convidada pelo governo para participar de audiência pública;
- Raramente é convidado (1% a 29% das vezes em que há uma audiência);
- Ocasionalmente é convidado (30% a 60%);
- Frequentemente é convidado (mais de 60% das vezes).

### Ações ativas de engajamento em audiências (organização procura participar):

- Frequentemente procura participar (mais de 60% das vezes);
- Ocasionalmente (30%-60%);
- Raramente (até 29%);
- Nunca

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento a audiências públicas é qualitativamente melhor do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente



## Outras considerações da organização sobre participação no governo federal

X

---

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

# Questionário transparência e participação no Governo Federal

Esse questionário tem como objetivo coletar as percepções no uso de ferramentas de transparência e participação governamentais pelas organizações da sociedade civil e movimentos sociais organizados, sendo garantidas a confidencialidade, sigilo e anonimato dos participantes. A partir dos resultados, compreender a efetividade desses instrumentos, detectar eventuais deficiências e apontar soluções.

Os resultados serão divulgados na tese de doutorado da pesquisadora responsável pela sua elaboração, Caroline Maciel.

A sua participação é uma etapa muito importante para o diagnóstico e sistematização das dificuldades enfrentadas por usuários qualificados, identificação dos avanços e de sugestões para melhorias. Se possível, responda todas as questões.

Endereço de e-mail \*

Para evitar o uso de robots neste questionário, responda: qual das imagens abaixo é um prato de sobremesa? \*



1



2



3



4

Dados

Nome da instituição que representa \*

[REDACTED]

## Principal área de atuação institucional \*

- Transparência e Integridade
- Direitos Humanos/Direitos fundamentais
- Socioambiental
- Nova economia
- Saúde
- Educação

 Outro:

Elaboração de estratégias de comunicação para questões socioambientais para gerar a empatia da sociedade. Direitos dos povos tradicionais, alternativas energéticas, mudanças climáticas e desenvolvimento sustentável.

## Estou apto(a) a responder em nome da organização que represento? \*

Sim

## Nome completo do responsável pelo preenchimento \*

[REDACTED]

## Vínculo/cargo institucional \*

Diretora Administrativa

## Anos que está na instituição \*

- Até 1 ano
- Mais de 1 ano até 5 anos
- Mais de 5 anos

## Última escolaridade do respondente \*

- Ensino superior
- Especialização
- Mestrado
- Doutorado
- Outro: .....

## Concordo com o Termo de Consentimento Livre e Informado abaixo \*

Declaro, por meio deste termo, que concordei voluntariamente em responder esse questionário, que busca coletar as percepções de usuários qualificados no uso de ferramentas de transparência e participação governamentais, desenvolvido pela pesquisadora Caroline Stéphanie Francis dos Santos Maciel. Fui informado(a) que a pesquisa é desenvolvida para fins estritamente acadêmicos em sede de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Direito na Universidade Federal de Minas Gerais, sob orientação da Profa. Fabiana de Menezes Soares, vinculada ao Observatório para a Qualidade da Lei e em parceria com a Dado Capital e a Rede de Advocacy Colaborativo. Afirmando que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou outros benefícios, nem ter qualquer ônus ou risco à saúde e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui também informado(a) que não será divulgado meu nome e nem outro dado de contato que permita a minha identificação pessoal, em conformidade com as normas éticas do Comitê de Ética da UFMG (art. 1º, § único, I, V e VII da Resolução 510/2016). Informaram, ainda, que apenas os dados institucionais e resultados das respostas ao questionário serão divulgados no relatório da pesquisa, garantidas a confidencialidade, sigilo e anonimato dos participantes. Por fim, fui informado(a) de que posso me retirar dessa pesquisa de opinião a qualquer momento, sem sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos. Ao selecionar "sim" nesta caixa, concordo com todas as especificações acima deste Termo de Consentimento Livre e Informado.

Sim

Autorizo a divulgação dos dados institucionais e respostas às perguntas do questionário para a realização dos objetivos dessa pesquisa \*

Sim

## Orientações gerais

Nas questões fechadas, escolha a melhor resposta dentre as possíveis, que representa melhor a realidade no uso geral dessas ferramentas pela organização (o que ocorreu na maioria das vezes).

Dê uma resposta com base na realidade da sua instituição e não apenas na sua experiência pessoal.

Nas questões abertas, aprofunde nas particularidades sobre o tópico. Quanto mais dados fornecer, tanto melhor para a pesquisa e completo diagnóstico da situação.

Caso não saiba alguma(s) da(s) resposta(s), por você não utilizar o canal/desconhecê-lo, veja se é possível obtê-la(s) junto à organização que representa; caso contrário, marque que a organização não usa.



### Sites oficiais do governo federal ([gov.br](http://gov.br) e derivados)

A organização já extraiu dados ou informações de algum site oficial do governo federal?

\*

- Sim
- Não

### Uso de sites oficiais do governo federal ([gov.br](http://gov.br) e derivados)

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso dos sites oficiais do governo federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:





### Frequência de uso

1    2    3    4    5

Raramente usamos na organização                        Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no site
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa por conta própria conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso

### Outras dificuldades de navegabilidade e usabilidade

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Mudanças de domínio e/ou links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre ocorrências em navegabilidade antes e depois da mudança dos domínios, com a unificação dos endereços eletrônicos do governo federal em 2019 (portal único [gov.br](http://gov.br)).

.....

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados ativamente nos sites oficiais do governo federal resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

Os sites oficiais de governos estaduais e municipais que a organização acessa são qualitativamente inferiores aos sites do governo federal, considerando as dimensões desse questionário (disponibilidade, atualização, compreensão dos dados e navegabilidade no site).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou sites oficiais de governos estaduais/municipais)

Portal da Transparência Federal ([portaldatransparencia.gov.br](http://portaldatransparencia.gov.br))

A organização já extraiu dados ou informações do Portal da Transparência federal? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse portal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

### Uso do Portal da Transparência Federal

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do Portal da Transparência Federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:



### Frequência de uso

1 2 3 4 5

Raramente usamos na  
organização

Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no portal
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa por conta própria conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso à informação ou dado.

## Outras dificuldades de navegabilidade e usabilidade

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre ocorrências em navegabilidade antes e depois da reformulação do Portal da Transparência Federal em 2018.

.....

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados no Portal da Transparência Federal resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente



No geral, os Portais da Transparência estaduais e municipais que a organização usa são qualitativamente inferiores ao Portal da Transparência Federal, considerando as dimensões desse questionário (disponibilidade, atualização, compreensão dos dados e navegabilidade no portal).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou nenhum portal de transparência estadual ou municipal)

#### Portal Brasileiro de Dados Abertos ([dados.gov.br](https://dados.gov.br))

A organização já extraiu dados do Portal Brasileiro de Dados Abertos? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse portal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

## Uso do Portal Brasileiro de Dados Abertos

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do Portal Brasileiro de Dados Abertos pela organização da sociedade civil ou movimento social:



Frequência de uso

	1	2	3	4	5	
Raramente usamos na organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no portal
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa (autônoma) conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso à informação ou dado.

## Outras dificuldades

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Escassez de bases de dados abertos disponibilizadas ativamente
- Bases de dados abertos não disponibilizadas no prazo estabelecido, em conformidade com os cronogramas de abertura dos órgãos
- Não disponibilização das bases de dados abertos, mesmo após solicitação
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre modificações nesse portal no decorrer do tempo.

.....

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados ativamente no Portal Brasileiro de Dados Abertos resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

Os governos estaduais e municipais e os outros poderes (que organização acessa) disponibilizam bem menos dados públicos em formato aberto que o governo federal, seja no Portal Brasileiro de Dados Abertos ou em outros portais.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca extraiu dados abertos de governos subnacionais ou de outros poderes)

### Pedidos de acesso à informação a órgãos do governo federal

A organização já fez pedido de acesso à informação através do e-SIC federal? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse canal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo/instável)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

## Uso do e-SIC federal

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do e-SIC federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:



Frequência de uso

	1	2	3	4	5	
Raramente usamos na organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Usamos com muita frequência



### Satisfação com o acesso concedido

- Conseguiu acesso completo a tudo que pediu já com o pedido inicial, no prazo legal;
- Conseguiu acesso completo apenas após recorrer ou após o prazo legal;
- Não conseguiu acesso completo, apenas parcial;
- Negativa completa de acesso, mesmo sem ser hipótese legal de sigilo.

### Justificativas dos órgãos para negativas de acesso (se aplicável)

- Não recebeu nenhuma justificativa
- Trabalho adicional de análise, interpretação ou consolidação
- Pedido genérico
- Órgão incompetente (sem reencaminhar o seu pedido)
- Pandemia
- Dados pessoais
- Sigilo legal
- Interpretação extensiva do órgão sobre o sigilo
- Inexistência dos documentos digitalizados e necessidade de consultar arquivos físicos pessoalmente
- Outro: .....

## Compreensão das respostas ou dados enviados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada na resposta e nem as informações enviadas;
- Teve alguma dificuldade, mas com alguma pesquisa (autônoma) conseguiu entender;
- Não conseguiu compreender e precisou solicitar esclarecimentos em recurso ou nova solicitação de acesso;
- Não conseguiu compreender e desistiu do acesso à informação.

## Dificuldades técnicas com o e-SIC federal

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Sistema fora do ar, lento ou instável;
- Respostas fora do prazo legal;
- Obscuridade nas competências dos órgãos e dificuldade para saber a quem encaminhar o pedido;
- Arquivos anexos corrompidos/desconfigurados/inúteis;
- Arquivo em formato não aberto, não legível por máquina;
- Indisponibilidade de arquivos digitais;
- Não sistematização de dados pelo órgão;
- Necessidade de dados gerais de órgãos com competências centrais e foi aconselhado a procurar cada órgão individualmente, o que inviabilizou o acesso pela grande quantidade de órgãos ou volume de dados.

### Outros problemas que dificultaram ou desestimularam o acesso

- Exigências excessivas de dados pessoais;
- Cobrança de taxas de reprodução;
- Não divulgação de lista de documentos classificados como sigilosos pelo órgão federal;
- Influência do perfil do solicitante na resposta ao pedido (antes da possibilidade de pedidos anônimos no e-SIC federal);
- Falta de capacitação técnica dos servidores para responder as solicitações;
- Outro: .....

Os sistemas eletrônicos de solicitação de acesso à informação de governos estaduais e municipais que a organização usa são qualitativamente inferiores ao e-SIC federal, considerando as dimensões desse questionário (satisfação com o acesso, justificativas para negativas, compreensão e dificuldades técnicas).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou sistemas de acesso de governos subnacionais)

Ouvidorias federais ([ouvidorias.gov.br](https://ouvidorias.gov.br))

A organização já usou o sistema eletrônico de ouvidorias do governo federal? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse canal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não acredita que seja um canal efetivo
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

## Sistema federal de Ouvidorias

Nas questões desta seção responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso de ouvidorias federais pela organização da sociedade civil ou movimento social:



### Frequência de uso

	1	2	3	4	5	
Raramente usamos na organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Usamos com muita frequência

## Motivos do seu uso

- Denúncia
- Reclamação
- Elogio
- Solicitação de serviço público
- Pedido de desburocratização
- Sugestão
- Pedido de acesso à informação

## Efetividade/poder de influência

- As manifestações feitas pela ouvidoria frequentemente geraram resultados efetivos (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente efetivos (entre 30% e 60%);
- Raramente efetivos (menos 1% a 29%);
- Nunca são efetivos.

### Devolutiva

- Nunca recebe satisfação das manifestações enviadas;
- Recebe respostas, mas raramente são satisfatórias ou completas;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias e completas.

### Dificuldades técnicas

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Sistema fora do ar, lento ou instável;
- Retorno intempestivo ou demorado acerca da manifestação;
- Falta de capacitação técnica dos servidores para fornecer as respostas;
- Outro: .....

Considerando as dimensões do questionário, os sistemas de ouvidorias locais (governos estaduais e municipais que a organização usa) são qualitativamente inferiores ao sistema federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou ouvidorias locais)

## Outras considerações da organização sobre transparência no governo federal

---

### Participação em políticas públicas

Até então, as perguntas eram sobre o uso de ferramentas de transparência do governo federal pela instituição. A partir daqui, responda com base na percepção e opinião institucionais sobre o uso de ferramentas de participação pelo governo na construção de políticas públicas.

A organização já usou as plataformas Dialoga Brasil ([dialoga.gov.br](http://dialoga.gov.br)) e/ou Participa Brasil ([participa.br](http://participa.br)) do governo federal? \*

- Sim (ambas)
- Sim (apenas a Participa Brasil)
- Sim (apenas a Dialoga Brasil)
- Não (nenhuma delas)



Se a resposta foi sim apenas para uma delas ou não, qual motivo?

- Não conhece essa(s) plataforma(s)
- Não precisa usá-la(s) para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-la(s) - complexa(s)
- Não a(s) considera ferramenta(s) efetiva(s) de participação
- Não se aplica (respondeu sim para ambas no item anterior)
- Outro: .....

## Plataformas Dialoga Brasil e Participa Br

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso das Plataformas Dialoga Brasil e Participa Br (espaços de participação digital) na construção de políticas públicas pelo governo federal



Frequência de uso de alguma das plataformas pelo governo para a construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Ações ativas de engajamento nas Plataformas (organização procura participar):

	1	2	3	4	5	
Raramente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Com muita frequência

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento em espaços de participação digital é qualitativamente pior do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou espaços de participação digital de governos locais)

### Consultas públicas na construção de políticas públicas federais

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso de consultas públicas na construção de políticas públicas pelo governo federal

Frequência de uso de consultas públicas pelo governo no para construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Convites para participar (iniciativa do governo federal, por qualquer meio):

- Organização nunca foi convidada pelo governo para participar de consulta pública;
- Raramente é convidado (1% a 29% das vezes em que há uma consulta);
- Ocasionalmente é convidado (30% a 60%);
- Frequentemente é convidado (mais de 60% das vezes).

### Ações ativas de engajamento em consultas (organização procura participar):

- Frequentemente procura participar (mais de 60% das vezes);
- Ocasionalmente (30%-60%);
- Raramente (até 29%);
- Nunca

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento a consultas públicas é qualitativamente melhor do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

### Audiências públicas na construção de políticas públicas federais

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso de audiências públicas na construção de políticas públicas pelo governo federal

### Frequência de uso de audiências públicas pelo governo para construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

Convites para participar (iniciativa do governo federal, por qualquer meio):

- Organização nunca foi convidada pelo governo para participar de audiência pública;
- Raramente é convidado (1% a 29% das vezes em que há uma audiência);
- Ocasionalmente é convidado (30% a 60%);
- Frequentemente é convidado (mais de 60% das vezes).

Ações ativas de engajamento em audiências (organização procura participar):

- Frequentemente procura participar (mais de 60% das vezes);
- Ocasionalmente (30%-60%);
- Raramente (até 29%);
- Nunca

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento a audiências públicas é qualitativamente melhor do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente



## Outras considerações da organização sobre participação no governo federal

---

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

# Questionário transparência e participação no Governo Federal

Esse questionário tem como objetivo coletar as percepções no uso de ferramentas de transparência e participação governamentais pelas organizações da sociedade civil e movimentos sociais organizados, sendo garantidas a confidencialidade, sigilo e anonimato dos participantes. A partir dos resultados, compreender a efetividade desses instrumentos, detectar eventuais deficiências e apontar soluções.

Os resultados serão divulgados na tese de doutorado da pesquisadora responsável pela sua elaboração, Caroline Maciel.

A sua participação é uma etapa muito importante para o diagnóstico e sistematização das dificuldades enfrentadas por usuários qualificados, identificação dos avanços e de sugestões para melhorias. Se possível, responda todas as questões.

Endereço de e-mail \*

Para evitar o uso de robots neste questionário, responda: qual das imagens abaixo é um prato de sobremesa? \*



1



2



3



4

## Dados

Nome da instituição que representa \*

[Redacted]

## Principal área de atuação institucional \*

- Transparência e Integridade
- Direitos Humanos/Direitos fundamentais
- Socioambiental
- Nova economia
- Saúde
- Educação
- Outro: Inovação política

## Estou apto(a) a responder em nome da organização que represento? \*

- Sim

## Nome completo do responsável pelo preenchimento \*

[REDACTED]

## Vínculo/cargo institucional \*

Diretor Executivo

## Anos que está na instituição \*

- Até 1 ano
- Mais de 1 ano até 5 anos
- Mais de 5 anos

## Última escolaridade do respondente \*

- Ensino superior
- Especialização
- Mestrado
- Doutorado
- Outro: .....

## Concordo com o Termo de Consentimento Livre e Informado abaixo \*

Declaro, por meio deste termo, que concordei voluntariamente em responder esse questionário, que busca coletar as percepções de usuários qualificados no uso de ferramentas de transparência e participação governamentais, desenvolvido pela pesquisadora Caroline Stéphanie Francis dos Santos Maciel. Fui informado(a) que a pesquisa é desenvolvida para fins estritamente acadêmicos em sede de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Direito na Universidade Federal de Minas Gerais, sob orientação da Profa. Fabiana de Menezes Soares, vinculada ao Observatório para a Qualidade da Lei e em parceria com a Dado Capital e a Rede de Advocacy Colaborativo. Afirmando que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou outros benefícios, nem ter qualquer ônus ou risco à saúde e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui também informado(a) que não será divulgado meu nome e nem outro dado de contato que permita a minha identificação pessoal, em conformidade com as normas éticas do Comitê de Ética da UFMG (art. 1º, § único, I, V e VII da Resolução 510/2016). Informaram, ainda, que apenas os dados institucionais e resultados das respostas ao questionário serão divulgados no relatório da pesquisa, garantidas a confidencialidade, sigilo e anonimato dos participantes. Por fim, fui informado(a) de que posso me retirar dessa pesquisa de opinião a qualquer momento, sem sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos. Ao selecionar "sim" nesta caixa, concordo com todas as especificações acima deste Termo de Consentimento Livre e Informado.

Sim

Autorizo a divulgação dos dados institucionais e respostas às perguntas do questionário para a realização dos objetivos dessa pesquisa \*

Sim

## Orientações gerais

Nas questões fechadas, escolha a melhor resposta dentre as possíveis, que representa melhor a realidade no uso geral dessas ferramentas pela organização (o que ocorreu na maioria das vezes).

Dê uma resposta com base na realidade da sua instituição e não apenas na sua experiência pessoal.

Nas questões abertas, aprofunde nas particularidades sobre o tópico. Quanto mais dados fornecer, tanto melhor para a pesquisa e completo diagnóstico da situação.

Caso não saiba alguma(s) da(s) resposta(s), por você não utilizar o canal/desconhecê-lo, veja se é possível obtê-la(s) junto à organização que representa; caso contrário, marque que a organização não usa.



### Sites oficiais do governo federal ([gov.br](http://gov.br) e derivados)

A organização já extraiu dados ou informações de algum site oficial do governo federal?

\*

- Sim
- Não

### Uso de sites oficiais do governo federal ([gov.br](http://gov.br) e derivados)

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso dos sites oficiais do governo federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:





### Frequência de uso

1    2    3    4    5

Raramente usamos na organização                        Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no site
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa por conta própria conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso

## Outras dificuldades de navegabilidade e usabilidade

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Mudanças de domínio e/ou links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre ocorrências em navegabilidade antes e depois da mudança dos domínios, com a unificação dos endereços eletrônicos do governo federal em 2019 (portal único [gov.br](http://gov.br)).

.....

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados ativamente nos sites oficiais do governo federal resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

Os sites oficiais de governos estaduais e municipais que a organização acessa são qualitativamente inferiores ao sites do governo federal, considerando as dimensões desse questionário (disponibilidade, atualização, compreensão dos dados e navegabilidade no site).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou sites oficiais de governos estaduais/municipais)

Portal da Transparência Federal ([portaldatransparencia.gov.br](http://portaldatransparencia.gov.br))

A organização já extraiu dados ou informações do Portal da Transparência federal? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse portal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

### Uso do Portal da Transparência Federal

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do Portal da Transparência Federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:



### Frequência de uso

1 2 3 4 5

Raramente usamos na  
organização

Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no portal
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa por conta própria conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso à informação ou dado.

## Outras dificuldades de navegabilidade e usabilidade

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre ocorrências em navegabilidade antes e depois da reformulação do Portal da Transparência Federal em 2018.

.....

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados no Portal da Transparência Federal resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente



No geral, os Portais da Transparência estaduais e municipais que a organização usa são qualitativamente inferiores ao Portal da Transparência Federal, considerando as dimensões desse questionário (disponibilidade, atualização, compreensão dos dados e navegabilidade no portal).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou nenhum portal de transparência estadual ou municipal)

#### Portal Brasileiro de Dados Abertos ([dados.gov.br](https://dados.gov.br))

A organização já extraiu dados do Portal Brasileiro de Dados Abertos? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse portal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

## Uso do Portal Brasileiro de Dados Abertos

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do Portal Brasileiro de Dados Abertos pela organização da sociedade civil ou movimento social:



Frequência de uso

	1	2	3	4	5	
Raramente usamos na organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no portal
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa (autônoma) conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso à informação ou dado.

## Outras dificuldades

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Escassez de bases de dados abertos disponibilizadas ativamente
- Bases de dados abertos não disponibilizadas no prazo estabelecido, em conformidade com os cronogramas de abertura dos órgãos
- Não disponibilização das bases de dados abertos, mesmo após solicitação
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre modificações nesse portal no decorrer do tempo.

.....

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados ativamente no Portal Brasileiro de Dados Abertos resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

Os governos estaduais e municipais e os outros poderes (que organização acessa) disponibilizam bem menos dados públicos em formato aberto que o governo federal, seja no Portal Brasileiro de Dados Abertos ou em outros portais.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca extraiu dados abertos de governos subnacionais ou de outros poderes)

### Pedidos de acesso à informação a órgãos do governo federal

A organização já fez pedido de acesso à informação através do e-SIC federal? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse canal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo/instável)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

### Uso do e-SIC federal

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do e-SIC federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:



Frequência de uso

	1	2	3	4	5	
Raramente usamos na organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Usamos com muita frequência



### Satisfação com o acesso concedido

- Conseguiu acesso completo a tudo que pediu já com o pedido inicial, no prazo legal;
- Conseguiu acesso completo apenas após recorrer ou após o prazo legal;
- Não conseguiu acesso completo, apenas parcial;
- Negativa completa de acesso, mesmo sem ser hipótese legal de sigilo.

### Justificativas dos órgãos para negativas de acesso (se aplicável)

- Não recebeu nenhuma justificativa
- Trabalho adicional de análise, interpretação ou consolidação
- Pedido genérico
- Órgão incompetente (sem reencaminhar o seu pedido)
- Pandemia
- Dados pessoais
- Sigilo legal
- Interpretação extensiva do órgão sobre o sigilo
- Inexistência dos documentos digitalizados e necessidade de consultar arquivos físicos pessoalmente
- Outro: .....

## Compreensão das respostas ou dados enviados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada na resposta e nem as informações enviadas;
- Teve alguma dificuldade, mas com alguma pesquisa (autônoma) conseguiu entender;
- Não conseguiu compreender e precisou solicitar esclarecimentos em recurso ou nova solicitação de acesso;
- Não conseguiu compreender e desistiu do acesso à informação.

## Dificuldades técnicas com o e-SIC federal

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Sistema fora do ar, lento ou instável;
- Respostas fora do prazo legal;
- Obscuridade nas competências dos órgãos e dificuldade para saber a quem encaminhar o pedido;
- Arquivos anexos corrompidos/desconfigurados/inúteis;
- Arquivo em formato não aberto, não legível por máquina;
- Indisponibilidade de arquivos digitais;
- Não sistematização de dados pelo órgão;
- Necessidade de dados gerais de órgãos com competências centrais e foi aconselhado a procurar cada órgão individualmente, o que inviabilizou o acesso pela grande quantidade de órgãos ou volume de dados.

### Outros problemas que dificultaram ou desestimularam o acesso

- Exigências excessivas de dados pessoais;
- Cobrança de taxas de reprodução;
- Não divulgação de lista de documentos classificados como sigilosos pelo órgão federal;
- Influência do perfil do solicitante na resposta ao pedido (antes da possibilidade de pedidos anônimos no e-SIC federal);
- Falta de capacitação técnica dos servidores para responder as solicitações;
- Outro: .....

Os sistemas eletrônicos de solicitação de acesso à informação de governos estaduais e municipais que a organização usa são qualitativamente inferiores ao e-SIC federal, considerando as dimensões desse questionário (satisfação com o acesso, justificativas para negativas, compreensão e dificuldades técnicas).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou sistemas de acesso de governos subnacionais)

Ouvidorias federais ([ouvidorias.gov.br](https://ouvidorias.gov.br))

A organização já usou o sistema eletrônico de ouvidorias do governo federal? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse canal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não acredita que seja um canal efetivo
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

## Sistema federal de Ouvidorias

Nas questões desta seção responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso de ouvidorias federais pela organização da sociedade civil ou movimento social:



### Frequência de uso

1    2    3    4    5

Raramente usamos na organização                   Usamos com muita frequência

## Motivos do seu uso

- Denúncia
- Reclamação
- Elogio
- Solicitação de serviço público
- Pedido de desburocratização
- Sugestão
- Pedido de acesso à informação

## Efetividade/poder de influência

- As manifestações feitas pela ouvidoria frequentemente geraram resultados efetivos (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente efetivos (entre 30% e 60%);
- Raramente efetivos (menos 1% a 29%);
- Nunca são efetivos.

## Devolutiva

- Nunca recebe satisfação das manifestações enviadas;
- Recebe respostas, mas raramente são satisfatórias ou completas;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias e completas.

## Dificuldades técnicas

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Sistema fora do ar, lento ou instável;
- Retorno intempestivo ou demorado acerca da manifestação;
- Falta de capacitação técnica dos servidores para fornecer as respostas;
- Outro: .....

Considerando as dimensões do questionário, os sistemas de ouvidorias locais (governos estaduais e municipais que a organização usa) são qualitativamente inferiores ao sistema federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou ouvidorias locais)

## Outras considerações da organização sobre transparência no governo federal

---

### Participação em políticas públicas

Até então, as perguntas eram sobre o uso de ferramentas de transparência do governo federal pela instituição. A partir daqui, responda com base na percepção e opinião institucionais sobre o uso de ferramentas de participação pelo governo na construção de políticas públicas.

A organização já usou as plataformas Dialoga Brasil ([dialoga.gov.br](http://dialoga.gov.br)) e/ou Participa Brasil ([participa.br](http://participa.br)) do governo federal? \*

- Sim (ambas)
- Sim (apenas a Participa Brasil)
- Sim (apenas a Dialoga Brasil)
- Não (nenhuma delas)



Se a resposta foi sim apenas para uma delas ou não, qual motivo?

- Não conhece essa(s) plataforma(s)
- Não precisa usá-la(s) para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-la(s) - complexa(s)
- Não a(s) considera ferramenta(s) efetiva(s) de participação
- Não se aplica (respondeu sim para ambas no item anterior)
- Outro: .....

## Plataformas Dialoga Brasil e Participa Br

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso das Plataformas Dialoga Brasil e Participa Br (espaços de participação digital) na construção de políticas públicas pelo governo federal



Frequência de uso de alguma das plataformas pelo governo para a construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Ações ativas de engajamento nas Plataformas (organização procura participar):

	1	2	3	4	5	
Raramente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Com muita frequência

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento em espaços de participação digital é qualitativamente pior do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou espaços de participação digital de governos locais)

### Consultas públicas na construção de políticas públicas federais

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso de consultas públicas na construção de políticas públicas pelo governo federal

Frequência de uso de consultas públicas pelo governo no para construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Convites para participar (iniciativa do governo federal, por qualquer meio):

- Organização nunca foi convidada pelo governo para participar de consulta pública;
- Raramente é convidado (1% a 29% das vezes em que há uma consulta);
- Ocasionalmente é convidado (30% a 60%);
- Frequentemente é convidado (mais de 60% das vezes).

### Ações ativas de engajamento em consultas (organização procura participar):

- Frequentemente procura participar (mais de 60% das vezes);
- Ocasionalmente (30%-60%);
- Raramente (até 29%);
- Nunca

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento a consultas públicas é qualitativamente melhor do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

### Audiências públicas na construção de políticas públicas federais

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso de audiências públicas na construção de políticas públicas pelo governo federal

### Frequência de uso de audiências públicas pelo governo para construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

Convites para participar (iniciativa do governo federal, por qualquer meio):

- Organização nunca foi convidada pelo governo para participar de audiência pública;
- Raramente é convidado (1% a 29% das vezes em que há uma audiência);
- Ocasionalmente é convidado (30% a 60%);
- Frequentemente é convidado (mais de 60% das vezes).

Ações ativas de engajamento em audiências (organização procura participar):

- Frequentemente procura participar (mais de 60% das vezes);
- Ocasionalmente (30%-60%);
- Raramente (até 29%);
- Nunca

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento a audiências públicas é qualitativamente melhor do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente



## Outras considerações da organização sobre participação no governo federal

---

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

# Questionário transparência e participação no Governo Federal

Esse questionário tem como objetivo coletar as percepções no uso de ferramentas de transparência e participação governamentais pelas organizações da sociedade civil e movimentos sociais organizados, sendo garantidas a confidencialidade, sigilo e anonimato dos participantes. A partir dos resultados, compreender a efetividade desses instrumentos, detectar eventuais deficiências e apontar soluções.

Os resultados serão divulgados na tese de doutorado da pesquisadora responsável pela sua elaboração, Caroline Maciel.

A sua participação é uma etapa muito importante para o diagnóstico e sistematização das dificuldades enfrentadas por usuários qualificados, identificação dos avanços e de sugestões para melhorias. Se possível, responda todas as questões.

Endereço de e-mail \*

Para evitar o uso de robots neste questionário, responda: qual das imagens abaixo é um prato de sobremesa? \*



1



2



3



4

## Dados

Nome da instituição que representa \*

[REDACTED]

## Principal área de atuação institucional \*

- Transparência e Integridade
- Direitos Humanos/Direitos fundamentais
- Socioambiental
- Nova economia
- Saúde
- Educação
- Outro: .....

## Estou apto(a) a responder em nome da organização que represento? \*

- Sim

## Nome completo do responsável pelo preenchimento \*

.....

## Vínculo/cargo institucional \*

Orientadora jurídica  
.....

## Anos que está na instituição \*

- Até 1 ano
- Mais de 1 ano até 5 anos
- Mais de 5 anos

## Última escolaridade do respondente \*

- Ensino superior
- Especialização
- Mestrado
- Doutorado
- Outro: .....

## Concordo com o Termo de Consentimento Livre e Informado abaixo \*

Declaro, por meio deste termo, que concordei voluntariamente em responder esse questionário, que busca coletar as percepções de usuários qualificados no uso de ferramentas de transparência e participação governamentais, desenvolvido pela pesquisadora Caroline Stéphanie Francis dos Santos Maciel. Fui informado(a) que a pesquisa é desenvolvida para fins estritamente acadêmicos em sede de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Direito na Universidade Federal de Minas Gerais, sob orientação da Profa. Fabiana de Menezes Soares, vinculada ao Observatório para a Qualidade da Lei e em parceria com a Dado Capital e a Rede de Advocacy Colaborativo. Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou outros benefícios, nem ter qualquer ônus ou risco à saúde e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui também informado(a) que não será divulgado meu nome e nem outro dado de contato que permita a minha identificação pessoal, em conformidade com as normas éticas do Comitê de Ética da UFMG (art. 1º, § único, I, V e VII da Resolução 510/2016). Informaram, ainda, que apenas os dados institucionais e resultados das respostas ao questionário serão divulgados no relatório da pesquisa, garantidas a confidencialidade, sigilo e anonimato dos participantes. Por fim, fui informado(a) de que posso me retirar dessa pesquisa de opinião a qualquer momento, sem sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos. Ao selecionar "sim" nesta caixa, concordo com todas as especificações acima deste Termo de Consentimento Livre e Informado.

Sim

Autorizo a divulgação dos dados institucionais e respostas às perguntas do questionário para a realização dos objetivos dessa pesquisa \*

Sim

## Orientações gerais

Nas questões fechadas, escolha a melhor resposta dentre as possíveis, que representa melhor a realidade no uso geral dessas ferramentas pela organização (o que ocorreu na maioria das vezes).

Dê uma resposta com base na realidade da sua instituição e não apenas na sua experiência pessoal.

Nas questões abertas, aprofunde nas particularidades sobre o tópico. Quanto mais dados fornecer, tanto melhor para a pesquisa e completo diagnóstico da situação.

Caso não saiba alguma(s) da(s) resposta(s), por você não utilizar o canal/desconhecê-lo, veja se é possível obtê-la(s) junto à organização que representa; caso contrário, marque que a organização não usa.



### Sites oficiais do governo federal ([gov.br](http://gov.br) e derivados)

A organização já extraiu dados ou informações de algum site oficial do governo federal?

\*

- Sim
- Não

### Uso de sites oficiais do governo federal ([gov.br](http://gov.br) e derivados)

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso dos sites oficiais do governo federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:





### Frequência de uso

1      2      3      4      5

Raramente usamos na organização                     Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no site
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa por conta própria conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso

## Outras dificuldades de navegabilidade e usabilidade

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Mudanças de domínio e/ou links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre ocorrências em navegabilidade antes e depois da mudança dos domínios, com a unificação dos endereços eletrônicos do governo federal em 2019 (portal único [gov.br](http://gov.br)).

.....

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados ativamente nos sites oficiais do governo federal resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

Os sites oficiais de governos estaduais e municipais que a organização acessa são qualitativamente inferiores aos sites do governo federal, considerando as dimensões desse questionário (disponibilidade, atualização, compreensão dos dados e navegabilidade no site).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou sites oficiais de governos estaduais/municipais)

Portal da Transparência Federal ([portaldatransparencia.gov.br](http://portaldatransparencia.gov.br))

A organização já extraiu dados ou informações do Portal da Transparência federal? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse portal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

### Uso do Portal da Transparência Federal

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do Portal da Transparência Federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:



### Frequência de uso

1 2 3 4 5

Raramente usamos na  
organização

Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no portal
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa por conta própria conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso à informação ou dado.

## Outras dificuldades de navegabilidade e usabilidade

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre ocorrências em navegabilidade antes e depois da reformulação do Portal da Transparência Federal em 2018.

.....

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados no Portal da Transparência Federal resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente



No geral, os Portais da Transparência estaduais e municipais que a organização usa são qualitativamente inferiores ao Portal da Transparência Federal, considerando as dimensões desse questionário (disponibilidade, atualização, compreensão dos dados e navegabilidade no portal).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou nenhum portal de transparência estadual ou municipal)

#### Portal Brasileiro de Dados Abertos ([dados.gov.br](https://dados.gov.br))

A organização já extraiu dados do Portal Brasileiro de Dados Abertos? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse portal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

## Uso do Portal Brasileiro de Dados Abertos

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do Portal Brasileiro de Dados Abertos pela organização da sociedade civil ou movimento social:



Frequência de uso

	1	2	3	4	5	
Raramente usamos na organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no portal
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa (autônoma) conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso à informação ou dado.

## Outras dificuldades

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Escassez de bases de dados abertos disponibilizadas ativamente
- Bases de dados abertos não disponibilizadas no prazo estabelecido, em conformidade com os cronogramas de abertura dos órgãos
- Não disponibilização das bases de dados abertos, mesmo após solicitação
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre modificações nesse portal no decorrer do tempo.

.....

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados ativamente no Portal Brasileiro de Dados Abertos resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

Os governos estaduais e municipais e os outros poderes (que organização acessa) disponibilizam bem menos dados públicos em formato aberto que o governo federal, seja no Portal Brasileiro de Dados Abertos ou em outros portais.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca extraiu dados abertos de governos subnacionais ou de outros poderes)

### Pedidos de acesso à informação a órgãos do governo federal

A organização já fez pedido de acesso à informação através do e-SIC federal? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse canal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo/instável)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

## Uso do e-SIC federal

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do e-SIC federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:



### Frequência de uso

	1	2	3	4	5	
Raramente usamos na organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Usamos com muita frequência



### Satisfação com o acesso concedido

- Conseguiu acesso completo a tudo que pediu já com o pedido inicial, no prazo legal;
- Conseguiu acesso completo apenas após recorrer ou após o prazo legal;
- Não conseguiu acesso completo, apenas parcial;
- Negativa completa de acesso, mesmo sem ser hipótese legal de sigilo.

### Justificativas dos órgãos para negativas de acesso (se aplicável)

- Não recebeu nenhuma justificativa
- Trabalho adicional de análise, interpretação ou consolidação
- Pedido genérico
- Órgão incompetente (sem reencaminhar o seu pedido)
- Pandemia
- Dados pessoais
- Sigilo legal
- Interpretação extensiva do órgão sobre o sigilo
- Inexistência dos documentos digitalizados e necessidade de consultar arquivos físicos pessoalmente
- Outro: .....

## Compreensão das respostas ou dados enviados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada na resposta e nem as informações enviadas;
- Teve alguma dificuldade, mas com alguma pesquisa (autônoma) conseguiu entender;
- Não conseguiu compreender e precisou solicitar esclarecimentos em recurso ou nova solicitação de acesso;
- Não conseguiu compreender e desistiu do acesso à informação.

## Dificuldades técnicas com o e-SIC federal

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Sistema fora do ar, lento ou instável;
- Respostas fora do prazo legal;
- Obscuridade nas competências dos órgãos e dificuldade para saber a quem encaminhar o pedido;
- Arquivos anexos corrompidos/desconfigurados/inúteis;
- Arquivo em formato não aberto, não legível por máquina;
- Indisponibilidade de arquivos digitais;
- Não sistematização de dados pelo órgão;
- Necessidade de dados gerais de órgãos com competências centrais e foi aconselhado a procurar cada órgão individualmente, o que inviabilizou o acesso pela grande quantidade de órgãos ou volume de dados.

### Outros problemas que dificultaram ou desestimularam o acesso

- Exigências excessivas de dados pessoais;
- Cobrança de taxas de reprodução;
- Não divulgação de lista de documentos classificados como sigilosos pelo órgão federal;
- Influência do perfil do solicitante na resposta ao pedido (antes da possibilidade de pedidos anônimos no e-SIC federal);
- Falta de capacitação técnica dos servidores para responder as solicitações;
- Outro: .....

Os sistemas eletrônicos de solicitação de acesso à informação de governos estaduais e municipais que a organização usa são qualitativamente inferiores ao e-SIC federal, considerando as dimensões desse questionário (satisfação com o acesso, justificativas para negativas, compreensão e dificuldades técnicas).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou sistemas de acesso de governos subnacionais)

Ouvidorias federais ([ouvidorias.gov.br](https://ouvidorias.gov.br))

A organização já usou o sistema eletrônico de ouvidorias do governo federal? \*

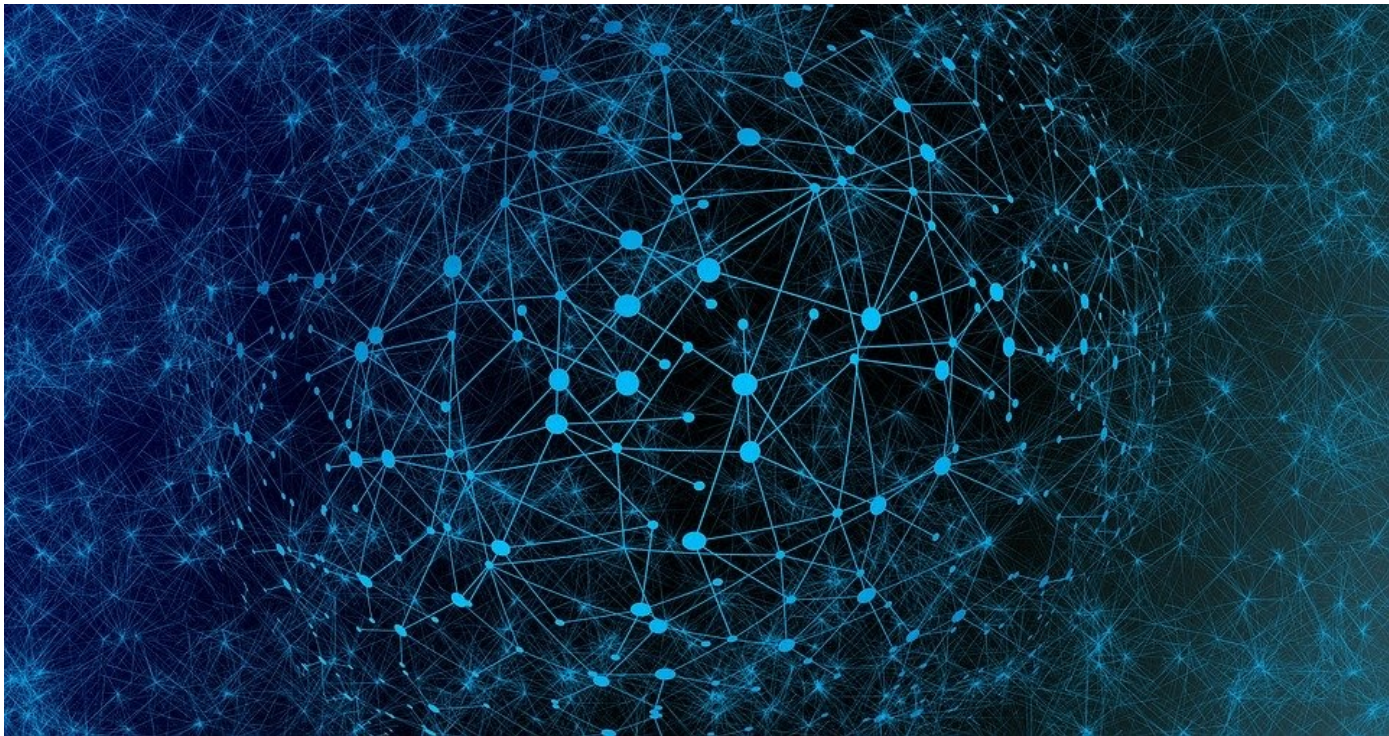
- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse canal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não acredita que seja um canal efetivo
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

## Sistema federal de Ouvidorias

Nas questões desta seção responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso de ouvidorias federais pela organização da sociedade civil ou movimento social:



### Frequência de uso

	1	2	3	4	5	
Raramente usamos na organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Usamos com muita frequência

## Motivos do seu uso

- Denúncia
- Reclamação
- Elogio
- Solicitação de serviço público
- Pedido de desburocratização
- Sugestão
- Pedido de acesso à informação

## Efetividade/poder de influência

- As manifestações feitas pela ouvidoria frequentemente geraram resultados efetivos (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente efetivos (entre 30% e 60%);
- Raramente efetivos (menos 1% a 29%);
- Nunca são efetivos.

## Devolutiva

- Nunca recebe satisfação das manifestações enviadas;
- Recebe respostas, mas raramente são satisfatórias ou completas;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias e completas.

## Dificuldades técnicas

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Sistema fora do ar, lento ou instável;
- Retorno intempestivo ou demorado acerca da manifestação;
- Falta de capacitação técnica dos servidores para fornecer as respostas;
- Outro: .....

Considerando as dimensões do questionário, os sistemas de ouvidorias locais (governos estaduais e municipais que a organização usa) são qualitativamente inferiores ao sistema federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou ouvidorias locais)

## Outras considerações da organização sobre transparência no governo federal

---

### Participação em políticas públicas

Até então, as perguntas eram sobre o uso de ferramentas de transparência do governo federal pela instituição. A partir daqui, responda com base na percepção e opinião institucionais sobre o uso de ferramentas de participação pelo governo na construção de políticas públicas.

A organização já usou as plataformas Dialoga Brasil ([dialoga.gov.br](http://dialoga.gov.br)) e/ou Participa Brasil ([participa.br](http://participa.br)) do governo federal? \*

- Sim (ambas)
- Sim (apenas a Participa Brasil)
- Sim (apenas a Dialoga Brasil)
- Não (nenhuma delas)



Se a resposta foi sim apenas para uma delas ou não, qual motivo?

- Não conhece essa(s) plataforma(s)
- Não precisa usá-la(s) para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-la(s) - complexa(s)
- Não a(s) considera ferramenta(s) efetiva(s) de participação
- Não se aplica (respondeu sim para ambas no item anterior)
- Outro: .....

## Plataformas Dialoga Brasil e Participa Br

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso das Plataformas Dialoga Brasil e Participa Br (espaços de participação digital) na construção de políticas públicas pelo governo federal



Frequência de uso de alguma das plataformas pelo governo para a construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Ações ativas de engajamento nas Plataformas (organização procura participar):

	1	2	3	4	5	
Raramente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Com muita frequência

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento em espaços de participação digital é qualitativamente pior do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou espaços de participação digital de governos locais)

### Consultas públicas na construção de políticas públicas federais

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso de consultas públicas na construção de políticas públicas pelo governo federal

Frequência de uso de consultas públicas pelo governo no para construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Convites para participar (iniciativa do governo federal, por qualquer meio):

- Organização nunca foi convidada pelo governo para participar de consulta pública;
- Raramente é convidado (1% a 29% das vezes em que há uma consulta);
- Ocasionalmente é convidado (30% a 60%);
- Frequentemente é convidado (mais de 60% das vezes).

### Ações ativas de engajamento em consultas (organização procura participar):

- Frequentemente procura participar (mais de 60% das vezes);
- Ocasionalmente (30%-60%);
- Raramente (até 29%);
- Nunca

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento a consultas públicas é qualitativamente melhor do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

### Audiências públicas na construção de políticas públicas federais

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso de audiências públicas na construção de políticas públicas pelo governo federal

### Frequência de uso de audiências públicas pelo governo para construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Convites para participar (iniciativa do governo federal, por qualquer meio):

- Organização nunca foi convidada pelo governo para participar de audiência pública;
- Raramente é convidado (1% a 29% das vezes em que há uma audiência);
- Ocasionalmente é convidado (30% a 60%);
- Frequentemente é convidado (mais de 60% das vezes).

### Ações ativas de engajamento em audiências (organização procura participar):

- Frequentemente procura participar (mais de 60% das vezes);
- Ocasionalmente (30%-60%);
- Raramente (até 29%);
- Nunca

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento a audiências públicas é qualitativamente melhor do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente



## Outras considerações da organização sobre participação no governo federal

---

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

# Questionário transparência e participação no Governo Federal

Esse questionário tem como objetivo coletar as percepções no uso de ferramentas de transparência e participação governamentais pelas organizações da sociedade civil e movimentos sociais organizados, sendo garantidas a confidencialidade, sigilo e anonimato dos participantes. A partir dos resultados, compreender a efetividade desses instrumentos, detectar eventuais deficiências e apontar soluções.

Os resultados serão divulgados na tese de doutorado da pesquisadora responsável pela sua elaboração, Caroline Maciel.

A sua participação é uma etapa muito importante para o diagnóstico e sistematização das dificuldades enfrentadas por usuários qualificados, identificação dos avanços e de sugestões para melhorias. Se possível, responda todas as questões.

Endereço de e-mail \*

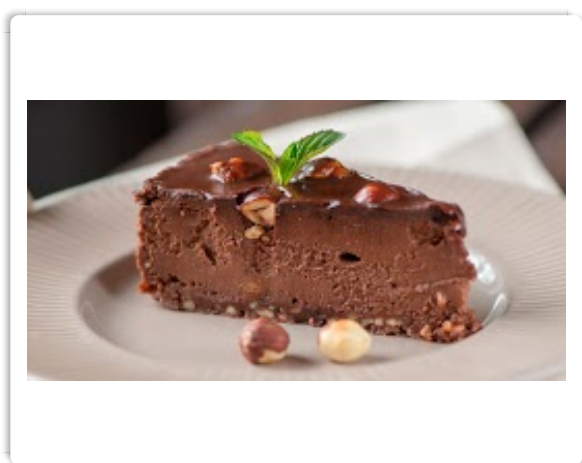
Para evitar o uso de robots neste questionário, responda: qual das imagens abaixo é um prato de sobremesa? \*



1



2



3



4

## Dados

Nome da instituição que representa \*

[REDACTED]

## Principal área de atuação institucional \*

- Transparência e Integridade
- Direitos Humanos/Direitos fundamentais
- Socioambiental
- Nova economia
- Saúde
- Educação
- Outro: Assistência social

## Estou apto(a) a responder em nome da organização que represento? \*

- Sim

## Nome completo do responsável pelo preenchimento \*

[REDACTED]

## Vínculo/cargo institucional \*

Presidente

## Anos que está na instituição \*

- Até 1 ano
- Mais de 1 ano até 5 anos
- Mais de 5 anos

## Última escolaridade do respondente \*

- Ensino superior
- Especialização
- Mestrado
- Doutorado
- Outro: .....

## Concordo com o Termo de Consentimento Livre e Informado abaixo \*

Declaro, por meio deste termo, que concordei voluntariamente em responder esse questionário, que busca coletar as percepções de usuários qualificados no uso de ferramentas de transparência e participação governamentais, desenvolvido pela pesquisadora Caroline Stéphanie Francis dos Santos Maciel. Fui informado(a) que a pesquisa é desenvolvida para fins estritamente acadêmicos em sede de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Direito na Universidade Federal de Minas Gerais, sob orientação da Profa. Fabiana de Menezes Soares, vinculada ao Observatório para a Qualidade da Lei e em parceria com a Dado Capital e a Rede de Advocacy Colaborativo. Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou outros benefícios, nem ter qualquer ônus ou risco à saúde e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui também informado(a) que não será divulgado meu nome e nem outro dado de contato que permita a minha identificação pessoal, em conformidade com as normas éticas do Comitê de Ética da UFMG (art. 1º, § único, I, V e VII da Resolução 510/2016). Informaram, ainda, que apenas os dados institucionais e resultados das respostas ao questionário serão divulgados no relatório da pesquisa, garantidas a confidencialidade, sigilo e anonimato dos participantes. Por fim, fui informado(a) de que posso me retirar dessa pesquisa de opinião a qualquer momento, sem sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos. Ao selecionar "sim" nesta caixa, concordo com todas as especificações acima deste Termo de Consentimento Livre e Informado.

Sim

Autorizo a divulgação dos dados institucionais e respostas às perguntas do questionário para a realização dos objetivos dessa pesquisa \*

Sim

## Orientações gerais

Nas questões fechadas, escolha a melhor resposta dentre as possíveis, que representa melhor a realidade no uso geral dessas ferramentas pela organização (o que ocorreu na maioria das vezes).

Dê uma resposta com base na realidade da sua instituição e não apenas na sua experiência pessoal.

Nas questões abertas, aprofunde nas particularidades sobre o tópico. Quanto mais dados fornecer, tanto melhor para a pesquisa e completo diagnóstico da situação.

Caso não saiba alguma(s) da(s) resposta(s), por você não utilizar o canal/desconhecê-lo, veja se é possível obtê-la(s) junto à organização que representa; caso contrário, marque que a organização não usa.



### Sites oficiais do governo federal ([gov.br](http://gov.br) e derivados)

A organização já extraiu dados ou informações de algum site oficial do governo federal?

\*

- Sim
- Não

### Uso de sites oficiais do governo federal ([gov.br](http://gov.br) e derivados)

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso dos sites oficiais do governo federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:





### Frequência de uso

1    2    3    4    5

Raramente usamos na organização                        Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no site
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa por conta própria conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso

## Outras dificuldades de navegabilidade e usabilidade

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Mudanças de domínio e/ou links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre ocorrências em navegabilidade antes e depois da mudança dos domínios, com a unificação dos endereços eletrônicos do governo federal em 2019 (portal único [gov.br](http://gov.br)).

.....

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados ativamente nos sites oficiais do governo federal resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

Os sites oficiais de governos estaduais e municipais que a organização acessa são qualitativamente inferiores ao sites do governo federal, considerando as dimensões desse questionário (disponibilidade, atualização, compreensão dos dados e navegabilidade no site).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou sites oficiais de governos estaduais/municipais)

Portal da Transparência Federal ([portaldatransparencia.gov.br](http://portaldatransparencia.gov.br))

A organização já extraiu dados ou informações do Portal da Transparência federal? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse portal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

### Uso do Portal da Transparência Federal

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do Portal da Transparência Federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:



### Frequência de uso

1 2 3 4 5

Raramente usamos na  
organização

Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no portal
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa por conta própria conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso à informação ou dado.

## Outras dificuldades de navegabilidade e usabilidade

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre ocorrências em navegabilidade antes e depois da reformulação do Portal da Transparência Federal em 2018.

.....

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados no Portal da Transparência Federal resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente



No geral, os Portais da Transparência estaduais e municipais que a organização usa são qualitativamente inferiores ao Portal da Transparência Federal, considerando as dimensões desse questionário (disponibilidade, atualização, compreensão dos dados e navegabilidade no portal).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou nenhum portal de transparência estadual ou municipal)

#### Portal Brasileiro de Dados Abertos ([dados.gov.br](https://dados.gov.br))

A organização já extraiu dados do Portal Brasileiro de Dados Abertos? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse portal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

## Uso do Portal Brasileiro de Dados Abertos

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do Portal Brasileiro de Dados Abertos pela organização da sociedade civil ou movimento social:



Frequência de uso

1 2 3 4 5

Raramente usamos na  
organização

Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no portal
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa (autônoma) conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso à informação ou dado.

## Outras dificuldades

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Escassez de bases de dados abertos disponibilizadas ativamente
- Bases de dados abertos não disponibilizadas no prazo estabelecido, em conformidade com os cronogramas de abertura dos órgãos
- Não disponibilização das bases de dados abertos, mesmo após solicitação
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre modificações nesse portal no decorrer do tempo.

.....

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados ativamente no Portal Brasileiro de Dados Abertos resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

Os governos estaduais e municipais e os outros poderes (que organização acessa) disponibilizam bem menos dados públicos em formato aberto que o governo federal, seja no Portal Brasileiro de Dados Abertos ou em outros portais.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca extraiu dados abertos de governos subnacionais ou de outros poderes)

### Pedidos de acesso à informação a órgãos do governo federal

A organização já fez pedido de acesso à informação através do e-SIC federal? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse canal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo/instável)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

### Uso do e-SIC federal

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do e-SIC federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:



Frequência de uso

	1	2	3	4	5	
Raramente usamos na organização	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Usamos com muita frequência



### Satisfação com o acesso concedido

- Conseguiu acesso completo a tudo que pediu já com o pedido inicial, no prazo legal;
- Conseguiu acesso completo apenas após recorrer ou após o prazo legal;
- Não conseguiu acesso completo, apenas parcial;
- Negativa completa de acesso, mesmo sem ser hipótese legal de sigilo.

### Justificativas dos órgãos para negativas de acesso (se aplicável)

- Não recebeu nenhuma justificativa
- Trabalho adicional de análise, interpretação ou consolidação
- Pedido genérico
- Órgão incompetente (sem reencaminhar o seu pedido)
- Pandemia
- Dados pessoais
- Sigilo legal
- Interpretação extensiva do órgão sobre o sigilo
- Inexistência dos documentos digitalizados e necessidade de consultar arquivos físicos pessoalmente
- Outro: .....

## Compreensão das respostas ou dados enviados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada na resposta e nem as informações enviadas;
- Teve alguma dificuldade, mas com alguma pesquisa (autônoma) conseguiu entender;
- Não conseguiu compreender e precisou solicitar esclarecimentos em recurso ou nova solicitação de acesso;
- Não conseguiu compreender e desistiu do acesso à informação.

## Dificuldades técnicas com o e-SIC federal

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Sistema fora do ar, lento ou instável;
- Respostas fora do prazo legal;
- Obscuridade nas competências dos órgãos e dificuldade para saber a quem encaminhar o pedido;
- Arquivos anexos corrompidos/desconfigurados/inúteis;
- Arquivo em formato não aberto, não legível por máquina;
- Indisponibilidade de arquivos digitais;
- Não sistematização de dados pelo órgão;
- Necessidade de dados gerais de órgãos com competências centrais e foi aconselhado a procurar cada órgão individualmente, o que inviabilizou o acesso pela grande quantidade de órgãos ou volume de dados.

### Outros problemas que dificultaram ou desestimularam o acesso

- Exigências excessivas de dados pessoais;
- Cobrança de taxas de reprodução;
- Não divulgação de lista de documentos classificados como sigilosos pelo órgão federal;
- Influência do perfil do solicitante na resposta ao pedido (antes da possibilidade de pedidos anônimos no e-SIC federal);
- Falta de capacitação técnica dos servidores para responder as solicitações;
- Outro: .....

Os sistemas eletrônicos de solicitação de acesso à informação de governos estaduais e municipais que a organização usa são qualitativamente inferiores ao e-SIC federal, considerando as dimensões desse questionário (satisfação com o acesso, justificativas para negativas, compreensão e dificuldades técnicas).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou sistemas de acesso de governos subnacionais)

Ouvidorias federais ([ouvidorias.gov.br](https://ouvidorias.gov.br))

A organização já usou o sistema eletrônico de ouvidorias do governo federal? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse canal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não acredita que seja um canal efetivo
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

## Sistema federal de Ouvidorias

Nas questões desta seção responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso de ouvidorias federais pela organização da sociedade civil ou movimento social:



### Frequência de uso

	1	2	3	4	5	
Raramente usamos na organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Usamos com muita frequência

## Motivos do seu uso

- Denúncia
- Reclamação
- Elogio
- Solicitação de serviço público
- Pedido de desburocratização
- Sugestão
- Pedido de acesso à informação

## Efetividade/poder de influência

- As manifestações feitas pela ouvidoria frequentemente geraram resultados efetivos (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente efetivos (entre 30% e 60%);
- Raramente efetivos (menos 1% a 29%);
- Nunca são efetivos.

## Devolutiva

- Nunca recebe satisfação das manifestações enviadas;
- Recebe respostas, mas raramente são satisfatórias ou completas;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias e completas.

## Dificuldades técnicas

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Sistema fora do ar, lento ou instável;
- Retorno intempestivo ou demorado acerca da manifestação;
- Falta de capacitação técnica dos servidores para fornecer as respostas;
- Outro: .....

Considerando as dimensões do questionário, os sistemas de ouvidorias locais (governos estaduais e municipais que a organização usa) são qualitativamente inferiores ao sistema federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou ouvidorias locais)

## Outras considerações da organização sobre transparência no governo federal

---

### Participação em políticas públicas

Até então, as perguntas eram sobre o uso de ferramentas de transparência do governo federal pela instituição. A partir daqui, responda com base na percepção e opinião institucionais sobre o uso de ferramentas de participação pelo governo na construção de políticas públicas.

A organização já usou as plataformas Dialoga Brasil ([dialoga.gov.br](http://dialoga.gov.br)) e/ou Participa Brasil ([participa.br](http://participa.br)) do governo federal? \*

- Sim (ambas)
- Sim (apenas a Participa Brasil)
- Sim (apenas a Dialoga Brasil)
- Não (nenhuma delas)



Se a resposta foi sim apenas para uma delas ou não, qual motivo?

- Não conhece essa(s) plataforma(s)
- Não precisa usá-la(s) para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-la(s) - complexa(s)
- Não a(s) considera ferramenta(s) efetiva(s) de participação
- Não se aplica (respondeu sim para ambas no item anterior)
- Outro: .....

## Plataformas Dialoga Brasil e Participa Br

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso das Plataformas Dialoga Brasil e Participa Br (espaços de participação digital) na construção de políticas públicas pelo governo federal



Frequência de uso de alguma das plataformas pelo governo para a construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Ações ativas de engajamento nas Plataformas (organização procura participar):

	1	2	3	4	5	
Raramente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Com muita frequência

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento em espaços de participação digital é qualitativamente pior do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou espaços de participação digital de governos locais)

### Consultas públicas na construção de políticas públicas federais

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso de consultas públicas na construção de políticas públicas pelo governo federal

Frequência de uso de consultas públicas pelo governo no para construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Convites para participar (iniciativa do governo federal, por qualquer meio):

- Organização nunca foi convidada pelo governo para participar de consulta pública;
- Raramente é convidado (1% a 29% das vezes em que há uma consulta);
- Ocasionalmente é convidado (30% a 60%);
- Frequentemente é convidado (mais de 60% das vezes).

### Ações ativas de engajamento em consultas (organização procura participar):

- Frequentemente procura participar (mais de 60% das vezes);
- Ocasionalmente (30%-60%);
- Raramente (até 29%);
- Nunca

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento a consultas públicas é qualitativamente melhor do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

### Audiências públicas na construção de políticas públicas federais

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso de audiências públicas na construção de políticas públicas pelo governo federal

### Frequência de uso de audiências públicas pelo governo para construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Convites para participar (iniciativa do governo federal, por qualquer meio):

- Organização nunca foi convidada pelo governo para participar de audiência pública;
- Raramente é convidado (1% a 29% das vezes em que há uma audiência);
- Ocasionalmente é convidado (30% a 60%);
- Frequentemente é convidado (mais de 60% das vezes).

### Ações ativas de engajamento em audiências (organização procura participar):

- Frequentemente procura participar (mais de 60% das vezes);
- Ocasionalmente (30%-60%);
- Raramente (até 29%);
- Nunca

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento a audiências públicas é qualitativamente melhor do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente



## Outras considerações da organização sobre participação no governo federal

---

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

# Questionário transparência e participação no Governo Federal

Esse questionário tem como objetivo coletar as percepções no uso de ferramentas de transparência e participação governamentais pelas organizações da sociedade civil e movimentos sociais organizados, sendo garantidas a confidencialidade, sigilo e anonimato dos participantes. A partir dos resultados, compreender a efetividade desses instrumentos, detectar eventuais deficiências e apontar soluções.

Os resultados serão divulgados na tese de doutorado da pesquisadora responsável pela sua elaboração, Caroline Maciel.

A sua participação é uma etapa muito importante para o diagnóstico e sistematização das dificuldades enfrentadas por usuários qualificados, identificação dos avanços e de sugestões para melhorias. Se possível, responda todas as questões.

Endereço de e-mail \*

Para evitar o uso de robots neste questionário, responda: qual das imagens abaixo é um prato de sobremesa? \*



1



2



3



4

## Dados

Nome da instituição que representa \*

[REDACTED]

## Principal área de atuação institucional \*

- Transparência e Integridade
- Direitos Humanos/Direitos fundamentais
- Socioambiental
- Nova economia
- Saúde
- Educação
- Outro: .....

## Estou apto(a) a responder em nome da organização que represento? \*

- Sim

## Nome completo do responsável pelo preenchimento \*

.....

## Vínculo/cargo institucional \*

Coordenadora .....

## Anos que está na instituição \*

- Até 1 ano
- Mais de 1 ano até 5 anos
- Mais de 5 anos

## Última escolaridade do respondente \*

- Ensino superior
- Especialização
- Mestrado
- Doutorado
- Outro: .....

## Concordo com o Termo de Consentimento Livre e Informado abaixo \*

Declaro, por meio deste termo, que concordei voluntariamente em responder esse questionário, que busca coletar as percepções de usuários qualificados no uso de ferramentas de transparência e participação governamentais, desenvolvido pela pesquisadora Caroline Stéphanie Francis dos Santos Maciel. Fui informado(a) que a pesquisa é desenvolvida para fins estritamente acadêmicos em sede de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Direito na Universidade Federal de Minas Gerais, sob orientação da Profa. Fabiana de Menezes Soares, vinculada ao Observatório para a Qualidade da Lei e em parceria com a Dado Capital e a Rede de Advocacy Colaborativo. Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou outros benefícios, nem ter qualquer ônus ou risco à saúde e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui também informado(a) que não será divulgado meu nome e nem outro dado de contato que permita a minha identificação pessoal, em conformidade com as normas éticas do Comitê de Ética da UFMG (art. 1º, § único, I, V e VII da Resolução 510/2016). Informaram, ainda, que apenas os dados institucionais e resultados das respostas ao questionário serão divulgados no relatório da pesquisa, garantidas a confidencialidade, sigilo e anonimato dos participantes. Por fim, fui informado(a) de que posso me retirar dessa pesquisa de opinião a qualquer momento, sem sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos. Ao selecionar "sim" nesta caixa, concordo com todas as especificações acima deste Termo de Consentimento Livre e Informado.

Sim

Autorizo a divulgação dos dados institucionais e respostas às perguntas do questionário para a realização dos objetivos dessa pesquisa \*

Sim

## Orientações gerais

Nas questões fechadas, escolha a melhor resposta dentre as possíveis, que representa melhor a realidade no uso geral dessas ferramentas pela organização (o que ocorreu na maioria das vezes).

Dê uma resposta com base na realidade da sua instituição e não apenas na sua experiência pessoal.

Nas questões abertas, aprofunde nas particularidades sobre o tópico. Quanto mais dados fornecer, tanto melhor para a pesquisa e completo diagnóstico da situação.

Caso não saiba alguma(s) da(s) resposta(s), por você não utilizar o canal/desconhecê-lo, veja se é possível obtê-la(s) junto à organização que representa; caso contrário, marque que a organização não usa.



### Sites oficiais do governo federal ([gov.br](http://gov.br) e derivados)

A organização já extraiu dados ou informações de algum site oficial do governo federal?

\*

- Sim
- Não

### Uso de sites oficiais do governo federal ([gov.br](http://gov.br) e derivados)

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso dos sites oficiais do governo federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:





### Frequência de uso

1    2    3    4    5

Raramente usamos na organização                        Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no site
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa por conta própria conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso

## Outras dificuldades de navegabilidade e usabilidade

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Mudanças de domínio e/ou links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre ocorrências em navegabilidade antes e depois da mudança dos domínios, com a unificação dos endereços eletrônicos do governo federal em 2019 (portal único [gov.br](http://gov.br)).

Os dados que utilizamos com frequência (desmatamento INPE, Embargos IBAMA e CAR SFB) não tiveram mudanças de domínio .....

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados ativamente nos sites oficiais do governo federal resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

Os sites oficiais de governos estaduais e municipais que a organização acessa são qualitativamente inferiores aos sites do governo federal, considerando as dimensões desse questionário (disponibilidade, atualização, compreensão dos dados e navegabilidade no site).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou sites oficiais de governos estaduais/municipais)

Portal da Transparência Federal ([portaldatransparencia.gov.br](http://portaldatransparencia.gov.br))

A organização já extraiu dados ou informações do Portal da Transparência federal? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse portal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

### Uso do Portal da Transparência Federal

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do Portal da Transparência Federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:



### Frequência de uso

1 2 3 4 5

Raramente usamos na  
organização

Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no portal
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa por conta própria conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso à informação ou dado.

## Outras dificuldades de navegabilidade e usabilidade

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre ocorrências em navegabilidade antes e depois da reformulação do Portal da Transparência Federal em 2018.

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados no Portal da Transparência Federal resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente



No geral, os Portais da Transparência estaduais e municipais que a organização usa são qualitativamente inferiores ao Portal da Transparência Federal, considerando as dimensões desse questionário (disponibilidade, atualização, compreensão dos dados e navegabilidade no portal).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou nenhum portal de transparência estadual ou municipal)

#### Portal Brasileiro de Dados Abertos ([dados.gov.br](https://dados.gov.br))

A organização já extraiu dados do Portal Brasileiro de Dados Abertos? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse portal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

## Uso do Portal Brasileiro de Dados Abertos

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do Portal Brasileiro de Dados Abertos pela organização da sociedade civil ou movimento social:



Frequência de uso

1    2    3    4    5

Raramente usamos na organização                        Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no portal
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa (autônoma) conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso à informação ou dado.

## Outras dificuldades

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Escassez de bases de dados abertos disponibilizadas ativamente
- Bases de dados abertos não disponibilizadas no prazo estabelecido, em conformidade com os cronogramas de abertura dos órgãos
- Não disponibilização das bases de dados abertos, mesmo após solicitação
- Outro: Falta detalhes sobre a produção da base de dados

Se possível, faça considerações sobre modificações nesse portal no decorrer do tempo.

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados ativamente no Portal Brasileiro de Dados Abertos resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

Os governos estaduais e municipais e os outros poderes (que organização acessa) disponibilizam bem menos dados públicos em formato aberto que o governo federal, seja no Portal Brasileiro de Dados Abertos ou em outros portais.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca extraiu dados abertos de governos subnacionais ou de outros poderes)

### Pedidos de acesso à informação a órgãos do governo federal

A organização já fez pedido de acesso à informação através do e-SIC federal? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse canal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo/instável)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

### Uso do e-SIC federal

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do e-SIC federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:



Frequência de uso

	1	2	3	4	5	
Raramente usamos na organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	Usamos com muita frequência



### Satisfação com o acesso concedido

- Conseguiu acesso completo a tudo que pediu já com o pedido inicial, no prazo legal;
- Conseguiu acesso completo apenas após recorrer ou após o prazo legal;
- Não conseguiu acesso completo, apenas parcial;
- Negativa completa de acesso, mesmo sem ser hipótese legal de sigilo.

### Justificativas dos órgãos para negativas de acesso (se aplicável)

- Não recebeu nenhuma justificativa
- Trabalho adicional de análise, interpretação ou consolidação
- Pedido genérico
- Órgão incompetente (sem reencaminhar o seu pedido)
- Pandemia
- Dados pessoais
- Sigilo legal
- Interpretação extensiva do órgão sobre o sigilo
- Inexistência dos documentos digitalizados e necessidade de consultar arquivos físicos pessoalmente
- Outro: .....

## Compreensão das respostas ou dados enviados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada na resposta e nem as informações enviadas;
- Teve alguma dificuldade, mas com alguma pesquisa (autônoma) conseguiu entender;
- Não conseguiu compreender e precisou solicitar esclarecimentos em recurso ou nova solicitação de acesso;
- Não conseguiu compreender e desistiu do acesso à informação.

## Dificuldades técnicas com o e-SIC federal

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Sistema fora do ar, lento ou instável;
- Respostas fora do prazo legal;
- Obscuridade nas competências dos órgãos e dificuldade para saber a quem encaminhar o pedido;
- Arquivos anexos corrompidos/desconfigurados/inúteis;
- Arquivo em formato não aberto, não legível por máquina;
- Indisponibilidade de arquivos digitais;
- Não sistematização de dados pelo órgão;
- Necessidade de dados gerais de órgãos com competências centrais e foi aconselhado a procurar cada órgão individualmente, o que inviabilizou o acesso pela grande quantidade de órgãos ou volume de dados.

### Outros problemas que dificultaram ou desestimularam o acesso

- Exigências excessivas de dados pessoais;
- Cobrança de taxas de reprodução;
- Não divulgação de lista de documentos classificados como sigilosos pelo órgão federal;
- Influência do perfil do solicitante na resposta ao pedido (antes da possibilidade de pedidos anônimos no e-SIC federal);
- Falta de capacitação técnica dos servidores para responder as solicitações;
- Outro: .....

Os sistemas eletrônicos de solicitação de acesso à informação de governos estaduais e municipais que a organização usa são qualitativamente inferiores ao e-SIC federal, considerando as dimensões desse questionário (satisfação com o acesso, justificativas para negativas, compreensão e dificuldades técnicas).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou sistemas de acesso de governos subnacionais)

Ouvidorias federais ([ouvidorias.gov.br](https://ouvidorias.gov.br))

A organização já usou o sistema eletrônico de ouvidorias do governo federal? \*

Sim

Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

Não conhece esse canal

Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais

Não consegue usá-lo (complexo)

Não acredita que seja um canal efetivo

Não se aplica (respondeu sim no item anterior)

Outro: .....

## Sistema federal de Ouvidorias

Nas questões desta seção responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso de ouvidorias federais pela organização da sociedade civil ou movimento social:



### Frequência de uso

1    2    3    4    5

Raramente usamos na organização                        Usamos com muita frequência

## Motivos do seu uso

- Denúncia
- Reclamação
- Elogio
- Solicitação de serviço público
- Pedido de desburocratização
- Sugestão
- Pedido de acesso à informação

## Efetividade/poder de influência

- As manifestações feitas pela ouvidoria frequentemente geraram resultados efetivos (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente efetivos (entre 30% e 60%);
- Raramente efetivos (menos 1% a 29%);
- Nunca são efetivos.

## Devolutiva

- Nunca recebe satisfação das manifestações enviadas;
- Recebe respostas, mas raramente são satisfatórias ou completas;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias e completas.

## Dificuldades técnicas

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Sistema fora do ar, lento ou instável;
- Retorno intempestivo ou demorado acerca da manifestação;
- Falta de capacitação técnica dos servidores para fornecer as respostas;
- Outro: .....

Considerando as dimensões do questionário, os sistemas de ouvidorias locais (governos estaduais e municipais que a organização usa) são qualitativamente inferiores ao sistema federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou ouvidorias locais)

## Outras considerações da organização sobre transparência no governo federal

---

### Participação em políticas públicas

Até então, as perguntas eram sobre o uso de ferramentas de transparência do governo federal pela instituição. A partir daqui, responda com base na percepção e opinião institucionais sobre o uso de ferramentas de participação pelo governo na construção de políticas públicas.

A organização já usou as plataformas Dialoga Brasil ([dialoga.gov.br](http://dialoga.gov.br)) e/ou Participa Brasil ([participa.br](http://participa.br)) do governo federal? \*

- Sim (ambas)
- Sim (apenas a Participa Brasil)
- Sim (apenas a Dialoga Brasil)
- Não (nenhuma delas)

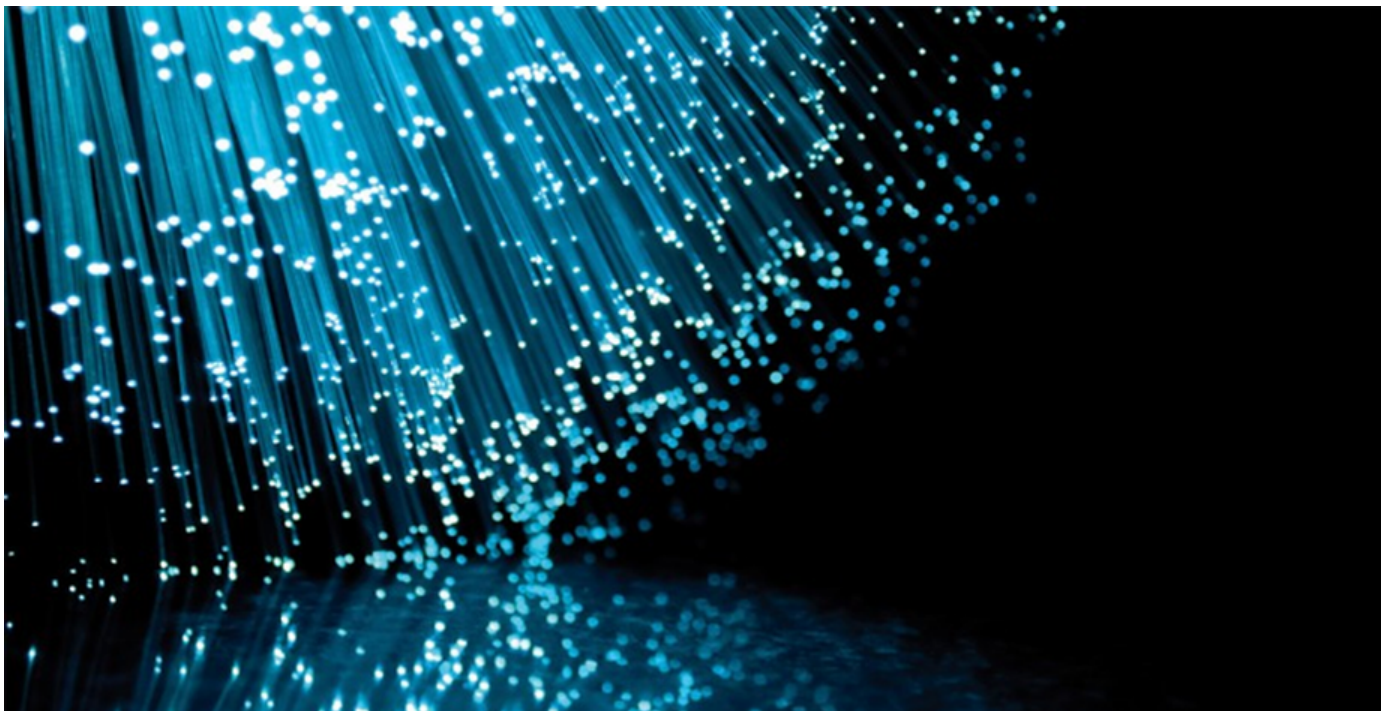


Se a resposta foi sim apenas para uma delas ou não, qual motivo?

- Não conhece essa(s) plataforma(s)
- Não precisa usá-la(s) para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-la(s) - complexa(s)
- Não a(s) considera ferramenta(s) efetiva(s) de participação
- Não se aplica (respondeu sim para ambas no item anterior)
- Outro: .....

## Plataformas Dialoga Brasil e Participa Br

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso das Plataformas Dialoga Brasil e Participa Br (espaços de participação digital) na construção de políticas públicas pelo governo federal



Frequência de uso de alguma das plataformas pelo governo para a construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Ações ativas de engajamento nas Plataformas (organização procura participar):

	1	2	3	4	5	
Raramente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Com muita frequência

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento em espaços de participação digital é qualitativamente pior do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou espaços de participação digital de governos locais)

### Consultas públicas na construção de políticas públicas federais

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso de consultas públicas na construção de políticas públicas pelo governo federal

Frequência de uso de consultas públicas pelo governo no para construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Convites para participar (iniciativa do governo federal, por qualquer meio):

- Organização nunca foi convidada pelo governo para participar de consulta pública;
- Raramente é convidado (1% a 29% das vezes em que há uma consulta);
- Ocasionalmente é convidado (30% a 60%);
- Frequentemente é convidado (mais de 60% das vezes).

### Ações ativas de engajamento em consultas (organização procura participar):

- Frequentemente procura participar (mais de 60% das vezes);
- Ocasionalmente (30%-60%);
- Raramente (até 29%);
- Nunca

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento a consultas públicas é qualitativamente melhor do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

### Audiências públicas na construção de políticas públicas federais

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso de audiências públicas na construção de políticas públicas pelo governo federal

### Frequência de uso de audiências públicas pelo governo para construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Convites para participar (iniciativa do governo federal, por qualquer meio):

- Organização nunca foi convidada pelo governo para participar de audiência pública;
- Raramente é convidado (1% a 29% das vezes em que há uma audiência);
- Ocasionalmente é convidado (30% a 60%);
- Frequentemente é convidado (mais de 60% das vezes).

### Ações ativas de engajamento em audiências (organização procura participar):

- Frequentemente procura participar (mais de 60% das vezes);
- Ocasionalmente (30%-60%);
- Raramente (até 29%);
- Nunca

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento a audiências públicas é qualitativamente melhor do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente



## Outras considerações da organização sobre participação no governo federal

---

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

# Questionário transparência e participação no Governo Federal

Esse questionário tem como objetivo coletar as percepções no uso de ferramentas de transparência e participação governamentais pelas organizações da sociedade civil e movimentos sociais organizados, sendo garantidas a confidencialidade, sigilo e anonimato dos participantes. A partir dos resultados, compreender a efetividade desses instrumentos, detectar eventuais deficiências e apontar soluções.

Os resultados serão divulgados na tese de doutorado da pesquisadora responsável pela sua elaboração, Caroline Maciel.

A sua participação é uma etapa muito importante para o diagnóstico e sistematização das dificuldades enfrentadas por usuários qualificados, identificação dos avanços e de sugestões para melhorias. Se possível, responda todas as questões.

Endereço de e-mail \*

Para evitar o uso de robots neste questionário, responda: qual das imagens abaixo é um prato de sobremesa? \*



1



2



3



4

## Dados

Nome da instituição que representa \*

[REDACTED]

## Principal área de atuação institucional \*

- Transparência e Integridade
- Direitos Humanos/Direitos fundamentais
- Socioambiental
- Nova economia
- Saúde
- Educação
- Outro: .....

## Estou apto(a) a responder em nome da organização que represento? \*

- Sim

## Nome completo do responsável pelo preenchimento \*

.....

## Vínculo/cargo institucional \*

Coordenadora geral e de Advocacy .....

## Anos que está na instituição \*

- Até 1 ano
- Mais de 1 ano até 5 anos
- Mais de 5 anos

## Última escolaridade do respondente \*

- Ensino superior
- Especialização
- Mestrado
- Doutorado
- Outro: .....

## Concordo com o Termo de Consentimento Livre e Informado abaixo \*

Declaro, por meio deste termo, que concordei voluntariamente em responder esse questionário, que busca coletar as percepções de usuários qualificados no uso de ferramentas de transparência e participação governamentais, desenvolvido pela pesquisadora Caroline Stéphanie Francis dos Santos Maciel. Fui informado(a) que a pesquisa é desenvolvida para fins estritamente acadêmicos em sede de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Direito na Universidade Federal de Minas Gerais, sob orientação da Profa. Fabiana de Menezes Soares, vinculada ao Observatório para a Qualidade da Lei e em parceria com a Dado Capital e a Rede de Advocacy Colaborativo. Afirmando que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou outros benefícios, nem ter qualquer ônus ou risco à saúde e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui também informado(a) que não será divulgado meu nome e nem outro dado de contato que permita a minha identificação pessoal, em conformidade com as normas éticas do Comitê de Ética da UFMG (art. 1º, § único, I, V e VII da Resolução 510/2016). Informaram, ainda, que apenas os dados institucionais e resultados das respostas ao questionário serão divulgados no relatório da pesquisa, garantidas a confidencialidade, sigilo e anonimato dos participantes. Por fim, fui informado(a) de que posso me retirar dessa pesquisa de opinião a qualquer momento, sem sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos. Ao selecionar "sim" nesta caixa, concordo com todas as especificações acima deste Termo de Consentimento Livre e Informado.

Sim

Autorizo a divulgação dos dados institucionais e respostas às perguntas do questionário para a realização dos objetivos dessa pesquisa \*

Sim

## Orientações gerais

Nas questões fechadas, escolha a melhor resposta dentre as possíveis, que representa melhor a realidade no uso geral dessas ferramentas pela organização (o que ocorreu na maioria das vezes).

Dê uma resposta com base na realidade da sua instituição e não apenas na sua experiência pessoal.

Nas questões abertas, aprofunde nas particularidades sobre o tópico. Quanto mais dados fornecer, tanto melhor para a pesquisa e completo diagnóstico da situação.

Caso não saiba alguma(s) da(s) resposta(s), por você não utilizar o canal/desconhecê-lo, veja se é possível obtê-la(s) junto à organização que representa; caso contrário, marque que a organização não usa.



### Sites oficiais do governo federal ([gov.br](http://gov.br) e derivados)

A organização já extraiu dados ou informações de algum site oficial do governo federal?

\*

- Sim
- Não

### Uso de sites oficiais do governo federal ([gov.br](http://gov.br) e derivados)

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso dos sites oficiais do governo federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:





### Frequência de uso

1    2    3    4    5

Raramente usamos na organização                        Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no site
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa por conta própria conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso

## Outras dificuldades de navegabilidade e usabilidade

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Mudanças de domínio e/ou links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre ocorrências em navegabilidade antes e depois da mudança dos domínios, com a unificação dos endereços eletrônicos do governo federal em 2019 (portal único [gov.br](http://gov.br)).

.....

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados ativamente nos sites oficiais do governo federal resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

Os sites oficiais de governos estaduais e municipais que a organização acessa são qualitativamente inferiores aos sites do governo federal, considerando as dimensões desse questionário (disponibilidade, atualização, compreensão dos dados e navegabilidade no site).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou sites oficiais de governos estaduais/municipais)

Portal da Transparência Federal ([portaldatransparencia.gov.br](http://portaldatransparencia.gov.br))

A organização já extraiu dados ou informações do Portal da Transparência federal? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse portal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

### Uso do Portal da Transparência Federal

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do Portal da Transparência Federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:



### Frequência de uso

1 2 3 4 5

Raramente usamos na  
organização

Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no portal
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa por conta própria conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso à informação ou dado.

## Outras dificuldades de navegabilidade e usabilidade

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre ocorrências em navegabilidade antes e depois da reformulação do Portal da Transparência Federal em 2018.

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados no Portal da Transparência Federal resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente



No geral, os Portais da Transparência estaduais e municipais que a organização usa são qualitativamente inferiores ao Portal da Transparência Federal, considerando as dimensões desse questionário (disponibilidade, atualização, compreensão dos dados e navegabilidade no portal).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou nenhum portal de transparência estadual ou municipal)

#### Portal Brasileiro de Dados Abertos ([dados.gov.br](https://dados.gov.br))

A organização já extraiu dados do Portal Brasileiro de Dados Abertos? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse portal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

## Uso do Portal Brasileiro de Dados Abertos

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do Portal Brasileiro de Dados Abertos pela organização da sociedade civil ou movimento social:



Frequência de uso

	1	2	3	4	5	
Raramente usamos na organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no portal
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa (autônoma) conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso à informação ou dado.

## Outras dificuldades

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Escassez de bases de dados abertos disponibilizadas ativamente
- Bases de dados abertos não disponibilizadas no prazo estabelecido, em conformidade com os cronogramas de abertura dos órgãos
- Não disponibilização das bases de dados abertos, mesmo após solicitação
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre modificações nesse portal no decorrer do tempo.

.....

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados ativamente no Portal Brasileiro de Dados Abertos resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

Os governos estaduais e municipais e os outros poderes (que organização acessa) disponibilizam bem menos dados públicos em formato aberto que o governo federal, seja no Portal Brasileiro de Dados Abertos ou em outros portais.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca extraiu dados abertos de governos subnacionais ou de outros poderes)

### Pedidos de acesso à informação a órgãos do governo federal

A organização já fez pedido de acesso à informação através do e-SIC federal? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse canal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo/instável)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

### Uso do e-SIC federal

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do e-SIC federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:



Frequência de uso

	1	2	3	4	5	
Raramente usamos na organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Usamos com muita frequência



### Satisfação com o acesso concedido

- Conseguiu acesso completo a tudo que pediu já com o pedido inicial, no prazo legal;
- Conseguiu acesso completo apenas após recorrer ou após o prazo legal;
- Não conseguiu acesso completo, apenas parcial;
- Negativa completa de acesso, mesmo sem ser hipótese legal de sigilo.

### Justificativas dos órgãos para negativas de acesso (se aplicável)

- Não recebeu nenhuma justificativa
- Trabalho adicional de análise, interpretação ou consolidação
- Pedido genérico
- Órgão incompetente (sem reencaminhar o seu pedido)
- Pandemia
- Dados pessoais
- Sigilo legal
- Interpretação extensiva do órgão sobre o sigilo
- Inexistência dos documentos digitalizados e necessidade de consultar arquivos físicos pessoalmente
- Outro: .....

## Compreensão das respostas ou dados enviados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada na resposta e nem as informações enviadas;
- Teve alguma dificuldade, mas com alguma pesquisa (autônoma) conseguiu entender;
- Não conseguiu compreender e precisou solicitar esclarecimentos em recurso ou nova solicitação de acesso;
- Não conseguiu compreender e desistiu do acesso à informação.

## Dificuldades técnicas com o e-SIC federal

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Sistema fora do ar, lento ou instável;
- Respostas fora do prazo legal;
- Obscuridade nas competências dos órgãos e dificuldade para saber a quem encaminhar o pedido;
- Arquivos anexos corrompidos/desconfigurados/inúteis;
- Arquivo em formato não aberto, não legível por máquina;
- Indisponibilidade de arquivos digitais;
- Não sistematização de dados pelo órgão;
- Necessidade de dados gerais de órgãos com competências centrais e foi aconselhado a procurar cada órgão individualmente, o que inviabilizou o acesso pela grande quantidade de órgãos ou volume de dados.

### Outros problemas que dificultaram ou desestimularam o acesso

- Exigências excessivas de dados pessoais;
- Cobrança de taxas de reprodução;
- Não divulgação de lista de documentos classificados como sigilosos pelo órgão federal;
- Influência do perfil do solicitante na resposta ao pedido (antes da possibilidade de pedidos anônimos no e-SIC federal);
- Falta de capacitação técnica dos servidores para responder as solicitações;
- Outro: .....

Os sistemas eletrônicos de solicitação de acesso à informação de governos estaduais e municipais que a organização usa são qualitativamente inferiores ao e-SIC federal, considerando as dimensões desse questionário (satisfação com o acesso, justificativas para negativas, compreensão e dificuldades técnicas).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou sistemas de acesso de governos subnacionais)

Ouvidorias federais ([ouvidorias.gov.br](https://ouvidorias.gov.br))

A organização já usou o sistema eletrônico de ouvidorias do governo federal? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse canal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não acredita que seja um canal efetivo
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

## Sistema federal de Ouvidorias

Nas questões desta seção responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso de ouvidorias federais pela organização da sociedade civil ou movimento social:



### Frequência de uso

	1	2	3	4	5	
Raramente usamos na organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Usamos com muita frequência

## Motivos do seu uso

- Denúncia
- Reclamação
- Elogio
- Solicitação de serviço público
- Pedido de desburocratização
- Sugestão
- Pedido de acesso à informação

## Efetividade/poder de influência

- As manifestações feitas pela ouvidoria frequentemente geraram resultados efetivos (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente efetivos (entre 30% e 60%);
- Raramente efetivos (menos 1% a 29%);
- Nunca são efetivos.

## Devolutiva

- Nunca recebe satisfação das manifestações enviadas;
- Recebe respostas, mas raramente são satisfatórias ou completas;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias e completas.

## Dificuldades técnicas

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Sistema fora do ar, lento ou instável;
- Retorno intempestivo ou demorado acerca da manifestação;
- Falta de capacitação técnica dos servidores para fornecer as respostas;
- Outro: .....

Considerando as dimensões do questionário, os sistemas de ouvidorias locais (governos estaduais e municipais que a organização usa) são qualitativamente inferiores ao sistema federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou ouvidorias locais)

## Outras considerações da organização sobre transparência no governo federal

---

### Participação em políticas públicas

Até então, as perguntas eram sobre o uso de ferramentas de transparência do governo federal pela instituição. A partir daqui, responda com base na percepção e opinião institucionais sobre o uso de ferramentas de participação pelo governo na construção de políticas públicas.

A organização já usou as plataformas Dialoga Brasil ([dialoga.gov.br](http://dialoga.gov.br)) e/ou Participa Brasil ([participa.br](http://participa.br)) do governo federal? \*

- Sim (ambas)
- Sim (apenas a Participa Brasil)
- Sim (apenas a Dialoga Brasil)
- Não (nenhuma delas)



Se a resposta foi sim apenas para uma delas ou não, qual motivo?

- Não conhece essa(s) plataforma(s)
- Não precisa usá-la(s) para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-la(s) - complexa(s)
- Não a(s) considera ferramenta(s) efetiva(s) de participação
- Não se aplica (respondeu sim para ambas no item anterior)
- Outro: .....

## Plataformas Dialoga Brasil e Participa Br

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso das Plataformas Dialoga Brasil e Participa Br (espaços de participação digital) na construção de políticas públicas pelo governo federal



Frequência de uso de alguma das plataformas pelo governo para a construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Ações ativas de engajamento nas Plataformas (organização procura participar):

	1	2	3	4	5	
Raramente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Com muita frequência

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento em espaços de participação digital é qualitativamente pior do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou espaços de participação digital de governos locais)

### Consultas públicas na construção de políticas públicas federais

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso de consultas públicas na construção de políticas públicas pelo governo federal

Frequência de uso de consultas públicas pelo governo no para construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Convites para participar (iniciativa do governo federal, por qualquer meio):

- Organização nunca foi convidada pelo governo para participar de consulta pública;
- Raramente é convidado (1% a 29% das vezes em que há uma consulta);
- Ocasionalmente é convidado (30% a 60%);
- Frequentemente é convidado (mais de 60% das vezes).

### Ações ativas de engajamento em consultas (organização procura participar):

- Frequentemente procura participar (mais de 60% das vezes);
- Ocasionalmente (30%-60%);
- Raramente (até 29%);
- Nunca

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento a consultas públicas é qualitativamente melhor do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

### Audiências públicas na construção de políticas públicas federais

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso de audiências públicas na construção de políticas públicas pelo governo federal

### Frequência de uso de audiências públicas pelo governo para construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Convites para participar (iniciativa do governo federal, por qualquer meio):

- Organização nunca foi convidada pelo governo para participar de audiência pública;
- Raramente é convidado (1% a 29% das vezes em que há uma audiência);
- Ocasionalmente é convidado (30% a 60%);
- Frequentemente é convidado (mais de 60% das vezes).

### Ações ativas de engajamento em audiências (organização procura participar):

- Frequentemente procura participar (mais de 60% das vezes);
- Ocasionalmente (30%-60%);
- Raramente (até 29%);
- Nunca

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento a audiências públicas é qualitativamente melhor do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente



## Outras considerações da organização sobre participação no governo federal

Nossa atuação é mais voltada ao âmbito estadual e municipal.

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

# Questionário transparência e participação no Governo Federal

Esse questionário tem como objetivo coletar as percepções no uso de ferramentas de transparência e participação governamentais pelas organizações da sociedade civil e movimentos sociais organizados, sendo garantidas a confidencialidade, sigilo e anonimato dos participantes. A partir dos resultados, compreender a efetividade desses instrumentos, detectar eventuais deficiências e apontar soluções.

Os resultados serão divulgados na tese de doutorado da pesquisadora responsável pela sua elaboração, Caroline Maciel.

A sua participação é uma etapa muito importante para o diagnóstico e sistematização das dificuldades enfrentadas por usuários qualificados, identificação dos avanços e de sugestões para melhorias. Se possível, responda todas as questões.

Endereço de e-mail \*

Para evitar o uso de robots neste questionário, responda: qual das imagens abaixo é um prato de sobremesa? \*



1



2



3



4

## Dados

Nome da instituição que representa \*

[Redacted]

## Principal área de atuação institucional \*

- Transparência e Integridade
- Direitos Humanos/Direitos fundamentais
- Socioambiental
- Nova economia
- Saúde
- Educação
- Outro: .....

## Estou apto(a) a responder em nome da organização que represento? \*

- Sim

## Nome completo do responsável pelo preenchimento \*

.....

## Vínculo/cargo institucional \*

Vice-presidente  
.....

## Anos que está na instituição \*

- Até 1 ano
- Mais de 1 ano até 5 anos
- Mais de 5 anos

## Última escolaridade do respondente \*

- Ensino superior
- Especialização
- Mestrado
- Doutorado
- Outro: .....

## Concordo com o Termo de Consentimento Livre e Informado abaixo \*

Declaro, por meio deste termo, que concordei voluntariamente em responder esse questionário, que busca coletar as percepções de usuários qualificados no uso de ferramentas de transparência e participação governamentais, desenvolvido pela pesquisadora Caroline Stéphanie Francis dos Santos Maciel. Fui informado(a) que a pesquisa é desenvolvida para fins estritamente acadêmicos em sede de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Direito na Universidade Federal de Minas Gerais, sob orientação da Profa. Fabiana de Menezes Soares, vinculada ao Observatório para a Qualidade da Lei e em parceria com a Dado Capital e a Rede de Advocacy Colaborativo. Afirmando que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou outros benefícios, nem ter qualquer ônus ou risco à saúde e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui também informado(a) que não será divulgado meu nome e nem outro dado de contato que permita a minha identificação pessoal, em conformidade com as normas éticas do Comitê de Ética da UFMG (art. 1º, § único, I, V e VII da Resolução 510/2016). Informaram, ainda, que apenas os dados institucionais e resultados das respostas ao questionário serão divulgados no relatório da pesquisa, garantidas a confidencialidade, sigilo e anonimato dos participantes. Por fim, fui informado(a) de que posso me retirar dessa pesquisa de opinião a qualquer momento, sem sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos. Ao selecionar "sim" nesta caixa, concordo com todas as especificações acima deste Termo de Consentimento Livre e Informado.

Sim

Autorizo a divulgação dos dados institucionais e respostas às perguntas do questionário para a realização dos objetivos dessa pesquisa \*

Sim

## Orientações gerais

Nas questões fechadas, escolha a melhor resposta dentre as possíveis, que representa melhor a realidade no uso geral dessas ferramentas pela organização (o que ocorreu na maioria das vezes).

Dê uma resposta com base na realidade da sua instituição e não apenas na sua experiência pessoal.

Nas questões abertas, aprofunde nas particularidades sobre o tópico. Quanto mais dados fornecer, tanto melhor para a pesquisa e completo diagnóstico da situação.

Caso não saiba alguma(s) da(s) resposta(s), por você não utilizar o canal/desconhecê-lo, veja se é possível obtê-la(s) junto à organização que representa; caso contrário, marque que a organização não usa.



### Sites oficiais do governo federal ([gov.br](http://gov.br) e derivados)

A organização já extraiu dados ou informações de algum site oficial do governo federal?

\*

Sim

Não

### Uso de sites oficiais do governo federal ([gov.br](http://gov.br) e derivados)

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso dos sites oficiais do governo federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:





### Frequência de uso

1    2    3    4    5

Raramente usamos na organização                        Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no site
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa por conta própria conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso

## Outras dificuldades de navegabilidade e usabilidade

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Mudanças de domínio e/ou links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre ocorrências em navegabilidade antes e depois da mudança dos domínios, com a unificação dos endereços eletrônicos do governo federal em 2019 (portal único [gov.br](http://gov.br)).

Não tenho como avaliar. Na verdade na área de meio ambiente inúmeras informações foram minimizadas, como é o caso das informações sobre Unidades de Conservação.

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados ativamente nos sites oficiais do governo federal resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

Os sites oficiais de governos estaduais e municipais que a organização acessa são qualitativamente inferiores aos sites do governo federal, considerando as dimensões desse questionário (disponibilidade, atualização, compreensão dos dados e navegabilidade no site).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou sites oficiais de governos estaduais/municipais)

Portal da Transparência Federal ([portaldatransparencia.gov.br](http://portaldatransparencia.gov.br))

A organização já extraiu dados ou informações do Portal da Transparência federal? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse portal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

### Uso do Portal da Transparência Federal

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do Portal da Transparência Federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:



### Frequência de uso

1 2 3 4 5

Raramente usamos na  
organização

Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no portal
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa por conta própria conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso à informação ou dado.

## Outras dificuldades de navegabilidade e usabilidade

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre ocorrências em navegabilidade antes e depois da reformulação do Portal da Transparência Federal em 2018.

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados no Portal da Transparência Federal resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente



No geral, os Portais da Transparência estaduais e municipais que a organização usa são qualitativamente inferiores ao Portal da Transparência Federal, considerando as dimensões desse questionário (disponibilidade, atualização, compreensão dos dados e navegabilidade no portal).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou nenhum portal de transparência estadual ou municipal)

#### Portal Brasileiro de Dados Abertos ([dados.gov.br](https://dados.gov.br))

A organização já extraiu dados do Portal Brasileiro de Dados Abertos? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse portal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

## Uso do Portal Brasileiro de Dados Abertos

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do Portal Brasileiro de Dados Abertos pela organização da sociedade civil ou movimento social:



Frequência de uso

1 2 3 4 5

Raramente usamos na  
organização

Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no portal
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa (autônoma) conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso à informação ou dado.

## Outras dificuldades

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Escassez de bases de dados abertos disponibilizadas ativamente
- Bases de dados abertos não disponibilizadas no prazo estabelecido, em conformidade com os cronogramas de abertura dos órgãos
- Não disponibilização das bases de dados abertos, mesmo após solicitação
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre modificações nesse portal no decorrer do tempo.

.....

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados ativamente no Portal Brasileiro de Dados Abertos resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

Os governos estaduais e municipais e os outros poderes (que organização acessa) disponibilizam bem menos dados públicos em formato aberto que o governo federal, seja no Portal Brasileiro de Dados Abertos ou em outros portais.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca extraiu dados abertos de governos subnacionais ou de outros poderes)

### Pedidos de acesso à informação a órgãos do governo federal

A organização já fez pedido de acesso à informação através do e-SIC federal? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse canal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo/instável)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

### Uso do e-SIC federal

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do e-SIC federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:



Frequência de uso

	1	2	3	4	5	
Raramente usamos na organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Usamos com muita frequência



### Satisfação com o acesso concedido

- Conseguiu acesso completo a tudo que pediu já com o pedido inicial, no prazo legal;
- Conseguiu acesso completo apenas após recorrer ou após o prazo legal;
- Não conseguiu acesso completo, apenas parcial;
- Negativa completa de acesso, mesmo sem ser hipótese legal de sigilo.

### Justificativas dos órgãos para negativas de acesso (se aplicável)

- Não recebeu nenhuma justificativa
- Trabalho adicional de análise, interpretação ou consolidação
- Pedido genérico
- Órgão incompetente (sem reencaminhar o seu pedido)
- Pandemia
- Dados pessoais
- Sigilo legal
- Interpretação extensiva do órgão sobre o sigilo
- Inexistência dos documentos digitalizados e necessidade de consultar arquivos físicos pessoalmente
- Outro: .....

## Compreensão das respostas ou dados enviados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada na resposta e nem as informações enviadas;
- Teve alguma dificuldade, mas com alguma pesquisa (autônoma) conseguiu entender;
- Não conseguiu compreender e precisou solicitar esclarecimentos em recurso ou nova solicitação de acesso;
- Não conseguiu compreender e desistiu do acesso à informação.

## Dificuldades técnicas com o e-SIC federal

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Sistema fora do ar, lento ou instável;
- Respostas fora do prazo legal;
- Obscuridade nas competências dos órgãos e dificuldade para saber a quem encaminhar o pedido;
- Arquivos anexos corrompidos/desconfigurados/inúteis;
- Arquivo em formato não aberto, não legível por máquina;
- Indisponibilidade de arquivos digitais;
- Não sistematização de dados pelo órgão;
- Necessidade de dados gerais de órgãos com competências centrais e foi aconselhado a procurar cada órgão individualmente, o que inviabilizou o acesso pela grande quantidade de órgãos ou volume de dados.

### Outros problemas que dificultaram ou desestimularam o acesso

- Exigências excessivas de dados pessoais;
- Cobrança de taxas de reprodução;
- Não divulgação de lista de documentos classificados como sigilosos pelo órgão federal;
- Influência do perfil do solicitante na resposta ao pedido (antes da possibilidade de pedidos anônimos no e-SIC federal);
- Falta de capacitação técnica dos servidores para responder as solicitações;
- Outro: .....

Os sistemas eletrônicos de solicitação de acesso à informação de governos estaduais e municipais que a organização usa são qualitativamente inferiores ao e-SIC federal, considerando as dimensões desse questionário (satisfação com o acesso, justificativas para negativas, compreensão e dificuldades técnicas).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou sistemas de acesso de governos subnacionais)

Ouvidorias federais ([ouvidorias.gov.br](https://ouvidorias.gov.br))

A organização já usou o sistema eletrônico de ouvidorias do governo federal? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse canal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não acredita que seja um canal efetivo
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: Não se fez necessário ainda

## Sistema federal de Ouvidorias

Nas questões desta seção responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso de ouvidorias federais pela organização da sociedade civil ou movimento social:



### Frequência de uso

	1	2	3	4	5	
Raramente usamos na organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Usamos com muita frequência

## Motivos do seu uso

- Denúncia
- Reclamação
- Elogio
- Solicitação de serviço público
- Pedido de desburocratização
- Sugestão
- Pedido de acesso à informação

## Efetividade/poder de influência

- As manifestações feitas pela ouvidoria frequentemente geraram resultados efetivos (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente efetivos (entre 30% e 60%);
- Raramente efetivos (menos 1% a 29%);
- Nunca são efetivos.

## Devolutiva

- Nunca recebe satisfação das manifestações enviadas;
- Recebe respostas, mas raramente são satisfatórias ou completas;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias e completas.

## Dificuldades técnicas

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Sistema fora do ar, lento ou instável;
- Retorno intempestivo ou demorado acerca da manifestação;
- Falta de capacitação técnica dos servidores para fornecer as respostas;
- Outro: .....

Considerando as dimensões do questionário, os sistemas de ouvidorias locais (governos estaduais e municipais que a organização usa) são qualitativamente inferiores ao sistema federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou ouvidorias locais)

## Outras considerações da organização sobre transparência no governo federal

---

### Participação em políticas públicas

Até então, as perguntas eram sobre o uso de ferramentas de transparência do governo federal pela instituição. A partir daqui, responda com base na percepção e opinião institucionais sobre o uso de ferramentas de participação pelo governo na construção de políticas públicas.

A organização já usou as plataformas Dialoga Brasil ([dialoga.gov.br](http://dialoga.gov.br)) e/ou Participa Brasil ([participa.br](http://participa.br)) do governo federal? \*

- Sim (ambas)
- Sim (apenas a Participa Brasil)
- Sim (apenas a Dialoga Brasil)
- Não (nenhuma delas)

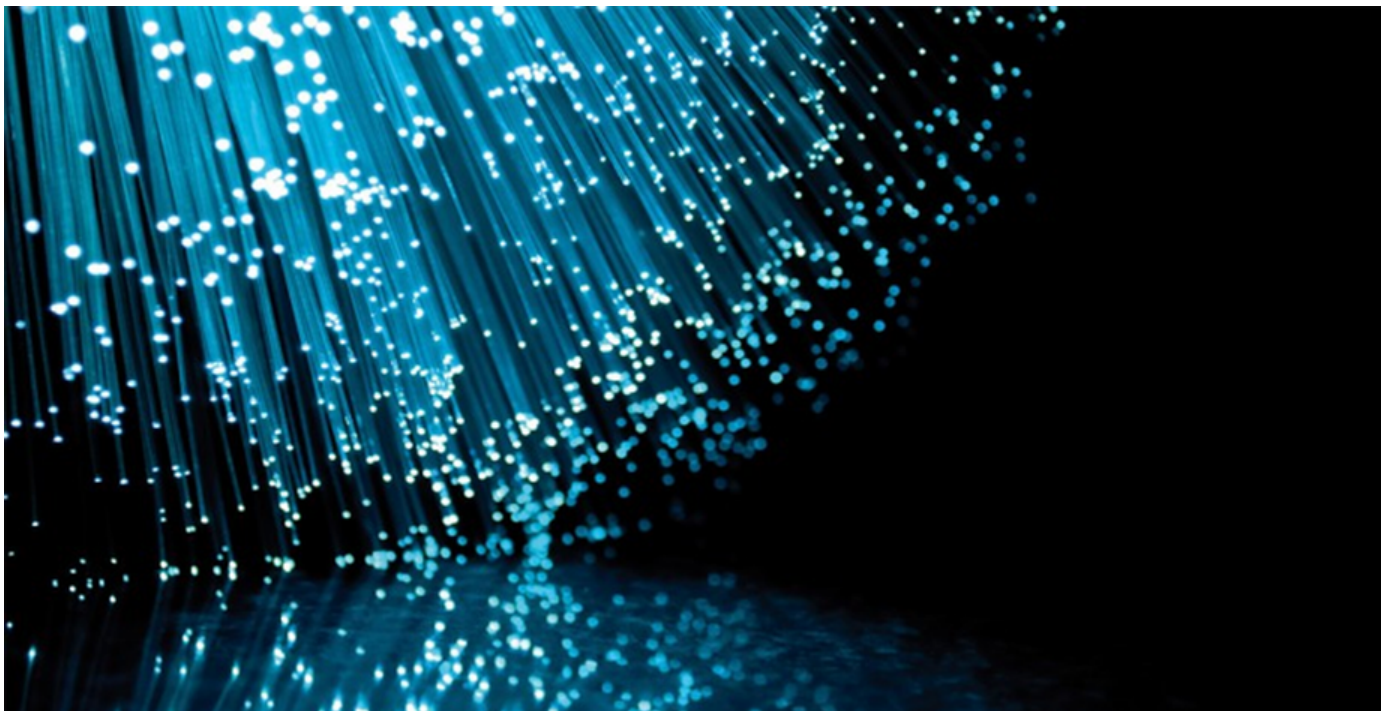


Se a resposta foi sim apenas para uma delas ou não, qual motivo?

- Não conhece essa(s) plataforma(s)
- Não precisa usá-la(s) para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-la(s) - complexa(s)
- Não a(s) considera ferramenta(s) efetiva(s) de participação
- Não se aplica (respondeu sim para ambas no item anterior)
- Outro: .....

## Plataformas Dialoga Brasil e Participa Br

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso das Plataformas Dialoga Brasil e Participa Br (espaços de participação digital) na construção de políticas públicas pelo governo federal



Frequência de uso de alguma das plataformas pelo governo para a construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Ações ativas de engajamento nas Plataformas (organização procura participar):

	1	2	3	4	5	
Raramente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Com muita frequência

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento em espaços de participação digital é qualitativamente pior do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou espaços de participação digital de governos locais)

### Consultas públicas na construção de políticas públicas federais

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso de consultas públicas na construção de políticas públicas pelo governo federal

Frequência de uso de consultas públicas pelo governo no para construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Convites para participar (iniciativa do governo federal, por qualquer meio):

- Organização nunca foi convidada pelo governo para participar de consulta pública;
- Raramente é convidado (1% a 29% das vezes em que há uma consulta);
- Ocasionalmente é convidado (30% a 60%);
- Frequentemente é convidado (mais de 60% das vezes).

### Ações ativas de engajamento em consultas (organização procura participar):

- Frequentemente procura participar (mais de 60% das vezes);
- Ocasionalmente (30%-60%);
- Raramente (até 29%);
- Nunca

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento a consultas públicas é qualitativamente melhor do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

### Audiências públicas na construção de políticas públicas federais

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso de audiências públicas na construção de políticas públicas pelo governo federal

### Frequência de uso de audiências públicas pelo governo para construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Convites para participar (iniciativa do governo federal, por qualquer meio):

- Organização nunca foi convidada pelo governo para participar de audiência pública;
- Raramente é convidado (1% a 29% das vezes em que há uma audiência);
- Ocasionalmente é convidado (30% a 60%);
- Frequentemente é convidado (mais de 60% das vezes).

### Ações ativas de engajamento em audiências (organização procura participar):

- Frequentemente procura participar (mais de 60% das vezes);
- Ocasionalmente (30%-60%);
- Raramente (até 29%);
- Nunca

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento a audiências públicas é qualitativamente melhor do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente



## Outras considerações da organização sobre participação no governo federal

Na verdade é uma observação sobre o questionário. As perguntas das seções 16 e 17 eram idênticas. De qualquer forma, nem todas as perguntas se aplicavam a realidade da Apremavi.

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

# Questionário transparência e participação no Governo Federal

Esse questionário tem como objetivo coletar as percepções no uso de ferramentas de transparência e participação governamentais pelas organizações da sociedade civil e movimentos sociais organizados, sendo garantidas a confidencialidade, sigilo e anonimato dos participantes. A partir dos resultados, compreender a efetividade desses instrumentos, detectar eventuais deficiências e apontar soluções.

Os resultados serão divulgados na tese de doutorado da pesquisadora responsável pela sua elaboração, Caroline Maciel.

A sua participação é uma etapa muito importante para o diagnóstico e sistematização das dificuldades enfrentadas por usuários qualificados, identificação dos avanços e de sugestões para melhorias. Se possível, responda todas as questões.

Endereço de e-mail \*

Para evitar o uso de robots neste questionário, responda: qual das imagens abaixo é um prato de sobremesa? \*



1



2



3



4

## Dados

Nome da instituição que representa \*

[REDACTED]

## Principal área de atuação institucional \*

- Transparência e Integridade
- Direitos Humanos/Direitos fundamentais
- Socioambiental
- Nova economia
- Saúde
- Educação
- Outro: .....

## Estou apto(a) a responder em nome da organização que represento? \*

- Sim

## Nome completo do responsável pelo preenchimento \*

.....

## Vínculo/cargo institucional \*

Diretora de Ciencia  
.....

## Anos que está na instituição \*

- Até 1 ano
- Mais de 1 ano até 5 anos
- Mais de 5 anos

## Última escolaridade do respondente \*

- Ensino superior
- Especialização
- Mestrado
- Doutorado
- Outro: .....

## Concordo com o Termo de Consentimento Livre e Informado abaixo \*

Declaro, por meio deste termo, que concordei voluntariamente em responder esse questionário, que busca coletar as percepções de usuários qualificados no uso de ferramentas de transparência e participação governamentais, desenvolvido pela pesquisadora Caroline Stéphanie Francis dos Santos Maciel. Fui informado(a) que a pesquisa é desenvolvida para fins estritamente acadêmicos em sede de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Direito na Universidade Federal de Minas Gerais, sob orientação da Profa. Fabiana de Menezes Soares, vinculada ao Observatório para a Qualidade da Lei e em parceria com a Dado Capital e a Rede de Advocacy Colaborativo. Afirmando que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou outros benefícios, nem ter qualquer ônus ou risco à saúde e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui também informado(a) que não será divulgado meu nome e nem outro dado de contato que permita a minha identificação pessoal, em conformidade com as normas éticas do Comitê de Ética da UFMG (art. 1º, § único, I, V e VII da Resolução 510/2016). Informaram, ainda, que apenas os dados institucionais e resultados das respostas ao questionário serão divulgados no relatório da pesquisa, garantidas a confidencialidade, sigilo e anonimato dos participantes. Por fim, fui informado(a) de que posso me retirar dessa pesquisa de opinião a qualquer momento, sem sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos. Ao selecionar "sim" nesta caixa, concordo com todas as especificações acima deste Termo de Consentimento Livre e Informado.

Sim

Autorizo a divulgação dos dados institucionais e respostas às perguntas do questionário para a realização dos objetivos dessa pesquisa \*

Sim

## Orientações gerais

Nas questões fechadas, escolha a melhor resposta dentre as possíveis, que representa melhor a realidade no uso geral dessas ferramentas pela organização (o que ocorreu na maioria das vezes).

Dê uma resposta com base na realidade da sua instituição e não apenas na sua experiência pessoal.

Nas questões abertas, aprofunde nas particularidades sobre o tópico. Quanto mais dados fornecer, tanto melhor para a pesquisa e completo diagnóstico da situação.

Caso não saiba alguma(s) da(s) resposta(s), por você não utilizar o canal/desconhecê-lo, veja se é possível obtê-la(s) junto à organização que representa; caso contrário, marque que a organização não usa.



### Sites oficiais do governo federal ([gov.br](http://gov.br) e derivados)

A organização já extraiu dados ou informações de algum site oficial do governo federal?

\*

Sim

Não

### Uso de sites oficiais do governo federal ([gov.br](http://gov.br) e derivados)

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso dos sites oficiais do governo federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:





### Frequência de uso

1    2    3    4    5

Raramente usamos na organização                        Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no site
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa por conta própria conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso

## Outras dificuldades de navegabilidade e usabilidade

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Mudanças de domínio e/ou links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre ocorrências em navegabilidade antes e depois da mudança dos domínios, com a unificação dos endereços eletrônicos do governo federal em 2019 (portal único [gov.br](http://gov.br)).

.....

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados ativamente nos sites oficiais do governo federal resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

Os sites oficiais de governos estaduais e municipais que a organização acessa são qualitativamente inferiores aos sites do governo federal, considerando as dimensões desse questionário (disponibilidade, atualização, compreensão dos dados e navegabilidade no site).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou sites oficiais de governos estaduais/municipais)

Portal da Transparência Federal ([portaldatransparencia.gov.br](http://portaldatransparencia.gov.br))

A organização já extraiu dados ou informações do Portal da Transparência federal? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse portal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

### Uso do Portal da Transparência Federal

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do Portal da Transparência Federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:



### Frequência de uso

1 2 3 4 5

Raramente usamos na  
organização

Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no portal
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa por conta própria conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso à informação ou dado.

## Outras dificuldades de navegabilidade e usabilidade

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre ocorrências em navegabilidade antes e depois da reformulação do Portal da Transparência Federal em 2018.

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados no Portal da Transparência Federal resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente



No geral, os Portais da Transparência estaduais e municipais que a organização usa são qualitativamente inferiores ao Portal da Transparência Federal, considerando as dimensões desse questionário (disponibilidade, atualização, compreensão dos dados e navegabilidade no portal).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou nenhum portal de transparência estadual ou municipal)

#### Portal Brasileiro de Dados Abertos ([dados.gov.br](https://dados.gov.br))

A organização já extraiu dados do Portal Brasileiro de Dados Abertos? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse portal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

## Uso do Portal Brasileiro de Dados Abertos

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do Portal Brasileiro de Dados Abertos pela organização da sociedade civil ou movimento social:



Frequência de uso

	1	2	3	4	5	
Raramente usamos na organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no portal
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa (autônoma) conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso à informação ou dado.

## Outras dificuldades

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Escassez de bases de dados abertos disponibilizadas ativamente
- Bases de dados abertos não disponibilizadas no prazo estabelecido, em conformidade com os cronogramas de abertura dos órgãos
- Não disponibilização das bases de dados abertos, mesmo após solicitação
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre modificações nesse portal no decorrer do tempo.

.....

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados ativamente no Portal Brasileiro de Dados Abertos resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

Os governos estaduais e municipais e os outros poderes (que organização acessa) disponibilizam bem menos dados públicos em formato aberto que o governo federal, seja no Portal Brasileiro de Dados Abertos ou em outros portais.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca extraiu dados abertos de governos subnacionais ou de outros poderes)

### Pedidos de acesso à informação a órgãos do governo federal

A organização já fez pedido de acesso à informação através do e-SIC federal? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse canal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo/instável)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

### Uso do e-SIC federal

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do e-SIC federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:



Frequência de uso

	1	2	3	4	5	
Raramente usamos na organização	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Usamos com muita frequência



### Satisfação com o acesso concedido

- Conseguiu acesso completo a tudo que pediu já com o pedido inicial, no prazo legal;
- Conseguiu acesso completo apenas após recorrer ou após o prazo legal;
- Não conseguiu acesso completo, apenas parcial;
- Negativa completa de acesso, mesmo sem ser hipótese legal de sigilo.

### Justificativas dos órgãos para negativas de acesso (se aplicável)

- Não recebeu nenhuma justificativa
- Trabalho adicional de análise, interpretação ou consolidação
- Pedido genérico
- Órgão incompetente (sem reencaminhar o seu pedido)
- Pandemia
- Dados pessoais
- Sigilo legal
- Interpretação extensiva do órgão sobre o sigilo
- Inexistência dos documentos digitalizados e necessidade de consultar arquivos físicos pessoalmente
- Outro: .....

## Compreensão das respostas ou dados enviados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada na resposta e nem as informações enviadas;
- Teve alguma dificuldade, mas com alguma pesquisa (autônoma) conseguiu entender;
- Não conseguiu compreender e precisou solicitar esclarecimentos em recurso ou nova solicitação de acesso;
- Não conseguiu compreender e desistiu do acesso à informação.

## Dificuldades técnicas com o e-SIC federal

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Sistema fora do ar, lento ou instável;
- Respostas fora do prazo legal;
- Obscuridade nas competências dos órgãos e dificuldade para saber a quem encaminhar o pedido;
- Arquivos anexos corrompidos/desconfigurados/inúteis;
- Arquivo em formato não aberto, não legível por máquina;
- Indisponibilidade de arquivos digitais;
- Não sistematização de dados pelo órgão;
- Necessidade de dados gerais de órgãos com competências centrais e foi aconselhado a procurar cada órgão individualmente, o que inviabilizou o acesso pela grande quantidade de órgãos ou volume de dados.

### Outros problemas que dificultaram ou desestimularam o acesso

- Exigências excessivas de dados pessoais;
- Cobrança de taxas de reprodução;
- Não divulgação de lista de documentos classificados como sigilosos pelo órgão federal;
- Influência do perfil do solicitante na resposta ao pedido (antes da possibilidade de pedidos anônimos no e-SIC federal);
- Falta de capacitação técnica dos servidores para responder as solicitações;
- Outro: .....

Os sistemas eletrônicos de solicitação de acesso à informação de governos estaduais e municipais que a organização usa são qualitativamente inferiores ao e-SIC federal, considerando as dimensões desse questionário (satisfação com o acesso, justificativas para negativas, compreensão e dificuldades técnicas).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou sistemas de acesso de governos subnacionais)

Ouvidorias federais ([ouvidorias.gov.br](https://ouvidorias.gov.br))

A organização já usou o sistema eletrônico de ouvidorias do governo federal? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse canal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não acredita que seja um canal efetivo
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

## Sistema federal de Ouvidorias

Nas questões desta seção responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso de ouvidorias federais pela organização da sociedade civil ou movimento social:



### Frequência de uso

	1	2	3	4	5	
Raramente usamos na organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Usamos com muita frequência

## Motivos do seu uso

- Denúncia
- Reclamação
- Elogio
- Solicitação de serviço público
- Pedido de desburocratização
- Sugestão
- Pedido de acesso à informação

## Efetividade/poder de influência

- As manifestações feitas pela ouvidoria frequentemente geraram resultados efetivos (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente efetivos (entre 30% e 60%);
- Raramente efetivos (menos 1% a 29%);
- Nunca são efetivos.

## Devolutiva

- Nunca recebe satisfação das manifestações enviadas;
- Recebe respostas, mas raramente são satisfatórias ou completas;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias e completas.

## Dificuldades técnicas

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Sistema fora do ar, lento ou instável;
- Retorno intempestivo ou demorado acerca da manifestação;
- Falta de capacitação técnica dos servidores para fornecer as respostas;
- Outro: .....

Considerando as dimensões do questionário, os sistemas de ouvidorias locais (governos estaduais e municipais que a organização usa) são qualitativamente inferiores ao sistema federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou ouvidorias locais)

## Outras considerações da organização sobre transparência no governo federal

---

### Participação em políticas públicas

Até então, as perguntas eram sobre o uso de ferramentas de transparência do governo federal pela instituição. A partir daqui, responda com base na percepção e opinião institucionais sobre o uso de ferramentas de participação pelo governo na construção de políticas públicas.

A organização já usou as plataformas Dialoga Brasil ([dialoga.gov.br](http://dialoga.gov.br)) e/ou Participa Brasil ([participa.br](http://participa.br)) do governo federal? \*

- Sim (ambas)
- Sim (apenas a Participa Brasil)
- Sim (apenas a Dialoga Brasil)
- Não (nenhuma delas)



Se a resposta foi sim apenas para uma delas ou não, qual motivo?

- Não conhece essa(s) plataforma(s)
- Não precisa usá-la(s) para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-la(s) - complexa(s)
- Não a(s) considera ferramenta(s) efetiva(s) de participação
- Não se aplica (respondeu sim para ambas no item anterior)
- Outro: .....

## Plataformas Dialoga Brasil e Participa Br

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso das Plataformas Dialoga Brasil e Participa Br (espaços de participação digital) na construção de políticas públicas pelo governo federal



Frequência de uso de alguma das plataformas pelo governo para a construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Ações ativas de engajamento nas Plataformas (organização procura participar):

	1	2	3	4	5	
Raramente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Com muita frequência

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento em espaços de participação digital é qualitativamente pior do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou espaços de participação digital de governos locais)

### Consultas públicas na construção de políticas públicas federais

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso de consultas públicas na construção de políticas públicas pelo governo federal

Frequência de uso de consultas públicas pelo governo no para construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Convites para participar (iniciativa do governo federal, por qualquer meio):

- Organização nunca foi convidada pelo governo para participar de consulta pública;
- Raramente é convidado (1% a 29% das vezes em que há uma consulta);
- Ocasionalmente é convidado (30% a 60%);
- Frequentemente é convidado (mais de 60% das vezes).

### Ações ativas de engajamento em consultas (organização procura participar):

- Frequentemente procura participar (mais de 60% das vezes);
- Ocasionalmente (30%-60%);
- Raramente (até 29%);
- Nunca

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento a consultas públicas é qualitativamente melhor do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

### Audiências públicas na construção de políticas públicas federais

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso de audiências públicas na construção de políticas públicas pelo governo federal

### Frequência de uso de audiências públicas pelo governo para construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Convites para participar (iniciativa do governo federal, por qualquer meio):

- Organização nunca foi convidada pelo governo para participar de audiência pública;
- Raramente é convidado (1% a 29% das vezes em que há uma audiência);
- Ocasionalmente é convidado (30% a 60%);
- Frequentemente é convidado (mais de 60% das vezes).

### Ações ativas de engajamento em audiências (organização procura participar):

- Frequentemente procura participar (mais de 60% das vezes);
- Ocasionalmente (30%-60%);
- Raramente (até 29%);
- Nunca

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento a audiências públicas é qualitativamente melhor do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente



## Outras considerações da organização sobre participação no governo federal

---

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

# Questionário transparência e participação no Governo Federal

Esse questionário tem como objetivo coletar as percepções no uso de ferramentas de transparência e participação governamentais pelas organizações da sociedade civil e movimentos sociais organizados, sendo garantidas a confidencialidade, sigilo e anonimato dos participantes. A partir dos resultados, compreender a efetividade desses instrumentos, detectar eventuais deficiências e apontar soluções.

Os resultados serão divulgados na tese de doutorado da pesquisadora responsável pela sua elaboração, Caroline Maciel.

A sua participação é uma etapa muito importante para o diagnóstico e sistematização das dificuldades enfrentadas por usuários qualificados, identificação dos avanços e de sugestões para melhorias. Se possível, responda todas as questões.

Endereço de e-mail \*

Para evitar o uso de robots neste questionário, responda: qual das imagens abaixo é um prato de sobremesa? \*



1



2



3



4

## Dados

Nome da instituição que representa \*

[REDACTED]

## Principal área de atuação institucional \*

- Transparência e Integridade
- Direitos Humanos/Direitos fundamentais
- Socioambiental
- Nova economia
- Saúde
- Educação
- Outro: Ativos ambientais e instrumentos de mercado.

## Estou apto(a) a responder em nome da organização que represento? \*

- Sim

## Nome completo do responsável pelo preenchimento \*

[REDACTED]

## Vínculo/cargo institucional \*

Diretor de Políticas e Relações Institucionais

## Anos que está na instituição \*

- Até 1 ano
- Mais de 1 ano até 5 anos
- Mais de 5 anos

## Última escolaridade do respondente \*

- Ensino superior
- Especialização
- Mestrado
- Doutorado
- Outro: .....

## Concordo com o Termo de Consentimento Livre e Informado abaixo \*

Declaro, por meio deste termo, que concordei voluntariamente em responder esse questionário, que busca coletar as percepções de usuários qualificados no uso de ferramentas de transparência e participação governamentais, desenvolvido pela pesquisadora Caroline Stéphanie Francis dos Santos Maciel. Fui informado(a) que a pesquisa é desenvolvida para fins estritamente acadêmicos em sede de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Direito na Universidade Federal de Minas Gerais, sob orientação da Profa. Fabiana de Menezes Soares, vinculada ao Observatório para a Qualidade da Lei e em parceria com a Dado Capital e a Rede de Advocacy Colaborativo. Afirmando que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou outros benefícios, nem ter qualquer ônus ou risco à saúde e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui também informado(a) que não será divulgado meu nome e nem outro dado de contato que permita a minha identificação pessoal, em conformidade com as normas éticas do Comitê de Ética da UFMG (art. 1º, § único, I, V e VII da Resolução 510/2016). Informaram, ainda, que apenas os dados institucionais e resultados das respostas ao questionário serão divulgados no relatório da pesquisa, garantidas a confidencialidade, sigilo e anonimato dos participantes. Por fim, fui informado(a) de que posso me retirar dessa pesquisa de opinião a qualquer momento, sem sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos. Ao selecionar "sim" nesta caixa, concordo com todas as especificações acima deste Termo de Consentimento Livre e Informado.

Sim

Autorizo a divulgação dos dados institucionais e respostas às perguntas do questionário para a realização dos objetivos dessa pesquisa \*

Sim

## Orientações gerais

Nas questões fechadas, escolha a melhor resposta dentre as possíveis, que representa melhor a realidade no uso geral dessas ferramentas pela organização (o que ocorreu na maioria das vezes).

Dê uma resposta com base na realidade da sua instituição e não apenas na sua experiência pessoal.

Nas questões abertas, aprofunde nas particularidades sobre o tópico. Quanto mais dados fornecer, tanto melhor para a pesquisa e completo diagnóstico da situação.

Caso não saiba alguma(s) da(s) resposta(s), por você não utilizar o canal/desconhecê-lo, veja se é possível obtê-la(s) junto à organização que representa; caso contrário, marque que a organização não usa.



### Sites oficiais do governo federal ([gov.br](http://gov.br) e derivados)

A organização já extraiu dados ou informações de algum site oficial do governo federal?

\*

Sim

Não

### Uso de sites oficiais do governo federal ([gov.br](http://gov.br) e derivados)

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso dos sites oficiais do governo federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:





### Frequência de uso

1    2    3    4    5

Raramente usamos na organização                        Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no site
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa por conta própria conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso

## Outras dificuldades de navegabilidade e usabilidade

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Mudanças de domínio e/ou links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre ocorrências em navegabilidade antes e depois da mudança dos domínios, com a unificação dos endereços eletrônicos do governo federal em 2019 (portal único [gov.br](http://gov.br)).

Não foram detectadas mudanças relevantes no acesso aos dados por conta desta unificação. ....

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados ativamente nos sites oficiais do governo federal resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

Os sites oficiais de governos estaduais e municipais que a organização acessa são qualitativamente inferiores aos sites do governo federal, considerando as dimensões desse questionário (disponibilidade, atualização, compreensão dos dados e navegabilidade no site).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou sites oficiais de governos estaduais/municipais)

Portal da Transparência Federal ([portaldatransparencia.gov.br](http://portaldatransparencia.gov.br))

A organização já extraiu dados ou informações do Portal da Transparência federal? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse portal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

### Uso do Portal da Transparência Federal

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do Portal da Transparência Federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:



### Frequência de uso

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5

Raramente usamos na  
organização

Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no portal
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa por conta própria conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso à informação ou dado.

## Outras dificuldades de navegabilidade e usabilidade

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre ocorrências em navegabilidade antes e depois da reformulação do Portal da Transparência Federal em 2018.

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados no Portal da Transparência Federal resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente



No geral, os Portais da Transparência estaduais e municipais que a organização usa são qualitativamente inferiores ao Portal da Transparência Federal, considerando as dimensões desse questionário (disponibilidade, atualização, compreensão dos dados e navegabilidade no portal).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou nenhum portal de transparência estadual ou municipal)

#### Portal Brasileiro de Dados Abertos ([dados.gov.br](https://dados.gov.br))

A organização já extraiu dados do Portal Brasileiro de Dados Abertos? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse portal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

## Uso do Portal Brasileiro de Dados Abertos

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do Portal Brasileiro de Dados Abertos pela organização da sociedade civil ou movimento social:



### Frequência de uso

1    2    3    4    5

Raramente usamos na organização                   Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no portal
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa (autônoma) conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso à informação ou dado.

## Outras dificuldades

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Escassez de bases de dados abertos disponibilizadas ativamente
- Bases de dados abertos não disponibilizadas no prazo estabelecido, em conformidade com os cronogramas de abertura dos órgãos
- Não disponibilização das bases de dados abertos, mesmo após solicitação
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre modificações nesse portal no decorrer do tempo.

.....

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados ativamente no Portal Brasileiro de Dados Abertos resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

Os governos estaduais e municipais e os outros poderes (que organização acessa) disponibilizam bem menos dados públicos em formato aberto que o governo federal, seja no Portal Brasileiro de Dados Abertos ou em outros portais.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca extraiu dados abertos de governos subnacionais ou de outros poderes)

### Pedidos de acesso à informação a órgãos do governo federal

A organização já fez pedido de acesso à informação através do e-SIC federal? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse canal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo/instável)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

### Uso do e-SIC federal

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do e-SIC federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:



Frequência de uso

	1	2	3	4	5	
Raramente usamos na organização	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Usamos com muita frequência



### Satisfação com o acesso concedido

- Conseguiu acesso completo a tudo que pediu já com o pedido inicial, no prazo legal;
- Conseguiu acesso completo apenas após recorrer ou após o prazo legal;
- Não conseguiu acesso completo, apenas parcial;
- Negativa completa de acesso, mesmo sem ser hipótese legal de sigilo.

### Justificativas dos órgãos para negativas de acesso (se aplicável)

- Não recebeu nenhuma justificativa
- Trabalho adicional de análise, interpretação ou consolidação
- Pedido genérico
- Órgão incompetente (sem reencaminhar o seu pedido)
- Pandemia
- Dados pessoais
- Sigilo legal
- Interpretação extensiva do órgão sobre o sigilo
- Inexistência dos documentos digitalizados e necessidade de consultar arquivos físicos pessoalmente
- Outro: .....

## Compreensão das respostas ou dados enviados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada na resposta e nem as informações enviadas;
- Teve alguma dificuldade, mas com alguma pesquisa (autônoma) conseguiu entender;
- Não conseguiu compreender e precisou solicitar esclarecimentos em recurso ou nova solicitação de acesso;
- Não conseguiu compreender e desistiu do acesso à informação.

## Dificuldades técnicas com o e-SIC federal

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Sistema fora do ar, lento ou instável;
- Respostas fora do prazo legal;
- Obscuridade nas competências dos órgãos e dificuldade para saber a quem encaminhar o pedido;
- Arquivos anexos corrompidos/desconfigurados/inúteis;
- Arquivo em formato não aberto, não legível por máquina;
- Indisponibilidade de arquivos digitais;
- Não sistematização de dados pelo órgão;
- Necessidade de dados gerais de órgãos com competências centrais e foi aconselhado a procurar cada órgão individualmente, o que inviabilizou o acesso pela grande quantidade de órgãos ou volume de dados.

### Outros problemas que dificultaram ou desestimularam o acesso

- Exigências excessivas de dados pessoais;
- Cobrança de taxas de reprodução;
- Não divulgação de lista de documentos classificados como sigilosos pelo órgão federal;
- Influência do perfil do solicitante na resposta ao pedido (antes da possibilidade de pedidos anônimos no e-SIC federal);
- Falta de capacitação técnica dos servidores para responder as solicitações;
- Outro: Respostas evasivas.

Os sistemas eletrônicos de solicitação de acesso à informação de governos estaduais e municipais que a organização usa são qualitativamente inferiores ao e-SIC federal, considerando as dimensões desse questionário (satisfação com o acesso, justificativas para negativas, compreensão e dificuldades técnicas).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou sistemas de acesso de governos subnacionais)

Ouvidorias federais ([ouvidorias.gov.br](https://ouvidorias.gov.br))

A organização já usou o sistema eletrônico de ouvidorias do governo federal? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse canal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não acredita que seja um canal efetivo
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: Até o momento, não foi necessário usá-lo.

## Sistema federal de Ouvidorias

Nas questões desta seção responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso de ouvidorias federais pela organização da sociedade civil ou movimento social:



### Frequência de uso

1    2    3    4    5

Raramente usamos na organização                   Usamos com muita frequência

## Motivos do seu uso

- Denúncia
- Reclamação
- Elogio
- Solicitação de serviço público
- Pedido de desburocratização
- Sugestão
- Pedido de acesso à informação

## Efetividade/poder de influência

- As manifestações feitas pela ouvidoria frequentemente geraram resultados efetivos (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente efetivos (entre 30% e 60%);
- Raramente efetivos (menos 1% a 29%);
- Nunca são efetivos.

## Devolutiva

- Nunca recebe satisfação das manifestações enviadas;
- Recebe respostas, mas raramente são satisfatórias ou completas;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias e completas.

## Dificuldades técnicas

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Sistema fora do ar, lento ou instável;
- Retorno intempestivo ou demorado acerca da manifestação;
- Falta de capacitação técnica dos servidores para fornecer as respostas;
- Outro: .....

Considerando as dimensões do questionário, os sistemas de ouvidorias locais (governos estaduais e municipais que a organização usa) são qualitativamente inferiores ao sistema federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou ouvidorias locais)

## Outras considerações da organização sobre transparência no governo federal

---

### Participação em políticas públicas

Até então, as perguntas eram sobre o uso de ferramentas de transparência do governo federal pela instituição. A partir daqui, responda com base na percepção e opinião institucionais sobre o uso de ferramentas de participação pelo governo na construção de políticas públicas.

A organização já usou as plataformas Dialoga Brasil ([dialoga.gov.br](http://dialoga.gov.br)) e/ou Participa Brasil ([participa.br](http://participa.br)) do governo federal? \*

- Sim (ambas)
- Sim (apenas a Participa Brasil)
- Sim (apenas a Dialoga Brasil)
- Não (nenhuma delas)

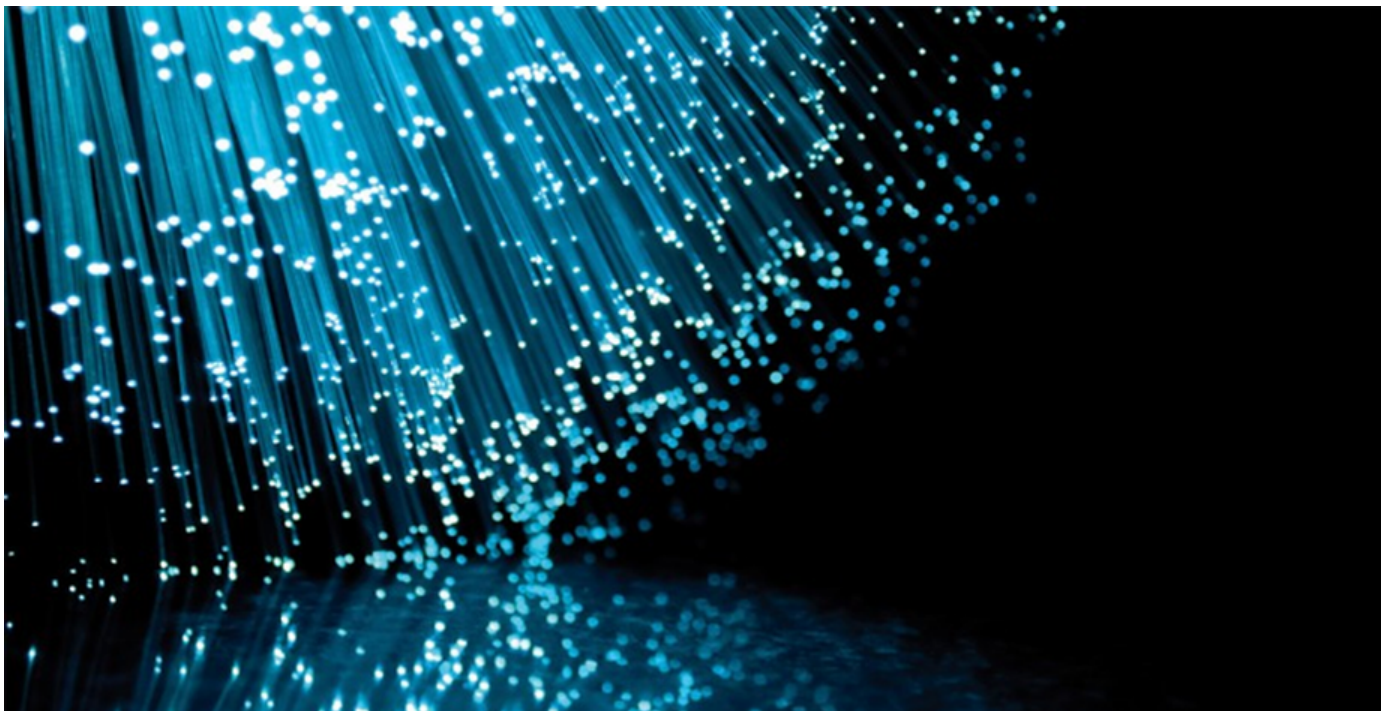


Se a resposta foi sim apenas para uma delas ou não, qual motivo?

- Não conhece essa(s) plataforma(s)
- Não precisa usá-la(s) para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-la(s) - complexa(s)
- Não a(s) considera ferramenta(s) efetiva(s) de participação
- Não se aplica (respondeu sim para ambas no item anterior)
- Outro: .....

## Plataformas Dialoga Brasil e Participa Br

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso das Plataformas Dialoga Brasil e Participa Br (espaços de participação digital) na construção de políticas públicas pelo governo federal



Frequência de uso de alguma das plataformas pelo governo para a construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Ações ativas de engajamento nas Plataformas (organização procura participar):

	1	2	3	4	5	
Raramente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Com muita frequência

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento em espaços de participação digital é qualitativamente pior do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou espaços de participação digital de governos locais)

### Consultas públicas na construção de políticas públicas federais

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso de consultas públicas na construção de políticas públicas pelo governo federal

Frequência de uso de consultas públicas pelo governo no para construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Convites para participar (iniciativa do governo federal, por qualquer meio):

- Organização nunca foi convidada pelo governo para participar de consulta pública;
- Raramente é convidado (1% a 29% das vezes em que há uma consulta);
- Ocasionalmente é convidado (30% a 60%);
- Frequentemente é convidado (mais de 60% das vezes).

### Ações ativas de engajamento em consultas (organização procura participar):

- Frequentemente procura participar (mais de 60% das vezes);
- Ocasionalmente (30%-60%);
- Raramente (até 29%);
- Nunca

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento a consultas públicas é qualitativamente melhor do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

### Audiências públicas na construção de políticas públicas federais

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso de audiências públicas na construção de políticas públicas pelo governo federal

### Frequência de uso de audiências públicas pelo governo para construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Convites para participar (iniciativa do governo federal, por qualquer meio):

- Organização nunca foi convidada pelo governo para participar de audiência pública;
- Raramente é convidado (1% a 29% das vezes em que há uma audiência);
- Ocasionalmente é convidado (30% a 60%);
- Frequentemente é convidado (mais de 60% das vezes).

### Ações ativas de engajamento em audiências (organização procura participar):

- Frequentemente procura participar (mais de 60% das vezes);
- Ocasionalmente (30%-60%);
- Raramente (até 29%);
- Nunca

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento a audiências públicas é qualitativamente melhor do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente



## Outras considerações da organização sobre participação no governo federal

---

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

# Questionário transparência e participação no Governo Federal

Esse questionário tem como objetivo coletar as percepções no uso de ferramentas de transparência e participação governamentais pelas organizações da sociedade civil e movimentos sociais organizados, sendo garantidas a confidencialidade, sigilo e anonimato dos participantes. A partir dos resultados, compreender a efetividade desses instrumentos, detectar eventuais deficiências e apontar soluções.

Os resultados serão divulgados na tese de doutorado da pesquisadora responsável pela sua elaboração, Caroline Maciel.

A sua participação é uma etapa muito importante para o diagnóstico e sistematização das dificuldades enfrentadas por usuários qualificados, identificação dos avanços e de sugestões para melhorias. Se possível, responda todas as questões.

Endereço de e-mail \*

Para evitar o uso de robots neste questionário, responda: qual das imagens abaixo é um prato de sobremesa? \*



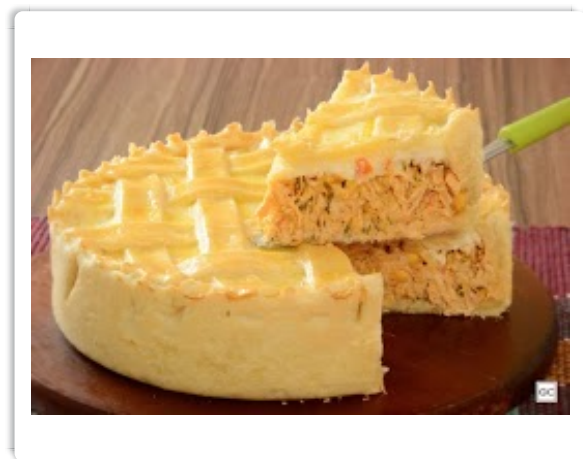
1



2



3



4

Dados

Nome da instituição que representa \*

[REDACTED]

## Principal área de atuação institucional \*

- Transparência e Integridade
- Direitos Humanos/Direitos fundamentais
- Socioambiental
- Nova economia
- Saúde
- Educação
- Outro: .....

## Estou apto(a) a responder em nome da organização que represento? \*

- Sim

## Nome completo do responsável pelo preenchimento \*

.....

## Vínculo/cargo institucional \*

Coordenadora de Política e Engajamento  
.....

## Anos que está na instituição \*

- Até 1 ano
- Mais de 1 ano até 5 anos
- Mais de 5 anos

## Última escolaridade do respondente \*

- Ensino superior
- Especialização
- Mestrado
- Doutorado
- Outro: .....

## Concordo com o Termo de Consentimento Livre e Informado abaixo \*

Declaro, por meio deste termo, que concordei voluntariamente em responder esse questionário, que busca coletar as percepções de usuários qualificados no uso de ferramentas de transparência e participação governamentais, desenvolvido pela pesquisadora Caroline Stéphanie Francis dos Santos Maciel. Fui informado(a) que a pesquisa é desenvolvida para fins estritamente acadêmicos em sede de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Direito na Universidade Federal de Minas Gerais, sob orientação da Profa. Fabiana de Menezes Soares, vinculada ao Observatório para a Qualidade da Lei e em parceria com a Dado Capital e a Rede de Advocacy Colaborativo. Afirmando que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou outros benefícios, nem ter qualquer ônus ou risco à saúde e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui também informado(a) que não será divulgado meu nome e nem outro dado de contato que permita a minha identificação pessoal, em conformidade com as normas éticas do Comitê de Ética da UFMG (art. 1º, § único, I, V e VII da Resolução 510/2016). Informaram, ainda, que apenas os dados institucionais e resultados das respostas ao questionário serão divulgados no relatório da pesquisa, garantidas a confidencialidade, sigilo e anonimato dos participantes. Por fim, fui informado(a) de que posso me retirar dessa pesquisa de opinião a qualquer momento, sem sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos. Ao selecionar "sim" nesta caixa, concordo com todas as especificações acima deste Termo de Consentimento Livre e Informado.

Sim

Autorizo a divulgação dos dados institucionais e respostas às perguntas do questionário para a realização dos objetivos dessa pesquisa \*

Sim

## Orientações gerais

Nas questões fechadas, escolha a melhor resposta dentre as possíveis, que representa melhor a realidade no uso geral dessas ferramentas pela organização (o que ocorreu na maioria das vezes).

Dê uma resposta com base na realidade da sua instituição e não apenas na sua experiência pessoal.

Nas questões abertas, aprofunde nas particularidades sobre o tópico. Quanto mais dados fornecer, tanto melhor para a pesquisa e completo diagnóstico da situação.

Caso não saiba alguma(s) da(s) resposta(s), por você não utilizar o canal/desconhecê-lo, veja se é possível obtê-la(s) junto à organização que representa; caso contrário, marque que a organização não usa.



### Sites oficiais do governo federal ([gov.br](http://gov.br) e derivados)

A organização já extraiu dados ou informações de algum site oficial do governo federal?

\*

Sim

Não

### Uso de sites oficiais do governo federal ([gov.br](http://gov.br) e derivados)

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso dos sites oficiais do governo federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:





### Frequência de uso

1    2    3    4    5

Raramente usamos na organização                        Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no site
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa por conta própria conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso

## Outras dificuldades de navegabilidade e usabilidade

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Mudanças de domínio e/ou links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre ocorrências em navegabilidade antes e depois da mudança dos domínios, com a unificação dos endereços eletrônicos do governo federal em 2019 (portal único [gov.br](http://gov.br)).

.....

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados ativamente nos sites oficiais do governo federal resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

Os sites oficiais de governos estaduais e municipais que a organização acessa são qualitativamente inferiores aos sites do governo federal, considerando as dimensões desse questionário (disponibilidade, atualização, compreensão dos dados e navegabilidade no site).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou sites oficiais de governos estaduais/municipais)

Portal da Transparência Federal ([portaldatransparencia.gov.br](http://portaldatransparencia.gov.br))

A organização já extraiu dados ou informações do Portal da Transparência federal? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse portal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

### Uso do Portal da Transparência Federal

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do Portal da Transparência Federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:



### Frequência de uso

1 2 3 4 5

Raramente usamos na  
organização

Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no portal
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa por conta própria conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso à informação ou dado.

### Outras dificuldades de navegabilidade e usabilidade

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre ocorrências em navegabilidade antes e depois da reformulação do Portal da Transparência Federal em 2018.

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados no Portal da Transparência Federal resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente



No geral, os Portais da Transparência estaduais e municipais que a organização usa são qualitativamente inferiores ao Portal da Transparência Federal, considerando as dimensões desse questionário (disponibilidade, atualização, compreensão dos dados e navegabilidade no portal).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou nenhum portal de transparência estadual ou municipal)

#### Portal Brasileiro de Dados Abertos ([dados.gov.br](https://dados.gov.br))

A organização já extraiu dados do Portal Brasileiro de Dados Abertos? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse portal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: \_\_\_\_\_

## Uso do Portal Brasileiro de Dados Abertos

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do Portal Brasileiro de Dados Abertos pela organização da sociedade civil ou movimento social:



Frequência de uso

	1	2	3	4	5	
Raramente usamos na organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no portal
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa (autônoma) conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso à informação ou dado.

## Outras dificuldades

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Escassez de bases de dados abertos disponibilizadas ativamente
- Bases de dados abertos não disponibilizadas no prazo estabelecido, em conformidade com os cronogramas de abertura dos órgãos
- Não disponibilização das bases de dados abertos, mesmo após solicitação
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre modificações nesse portal no decorrer do tempo.

.....

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados ativamente no Portal Brasileiro de Dados Abertos resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

Os governos estaduais e municipais e os outros poderes (que organização acessa) disponibilizam bem menos dados públicos em formato aberto que o governo federal, seja no Portal Brasileiro de Dados Abertos ou em outros portais.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca extraiu dados abertos de governos subnacionais ou de outros poderes)

### Pedidos de acesso à informação a órgãos do governo federal

A organização já fez pedido de acesso à informação através do e-SIC federal? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse canal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo/instável)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

### Uso do e-SIC federal

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do e-SIC federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:



Frequência de uso

	1	2	3	4	5	
Raramente usamos na organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Usamos com muita frequência



### Satisfação com o acesso concedido

- Conseguiu acesso completo a tudo que pediu já com o pedido inicial, no prazo legal;
- Conseguiu acesso completo apenas após recorrer ou após o prazo legal;
- Não conseguiu acesso completo, apenas parcial;
- Negativa completa de acesso, mesmo sem ser hipótese legal de sigilo.

### Justificativas dos órgãos para negativas de acesso (se aplicável)

- Não recebeu nenhuma justificativa
- Trabalho adicional de análise, interpretação ou consolidação
- Pedido genérico
- Órgão incompetente (sem reencaminhar o seu pedido)
- Pandemia
- Dados pessoais
- Sigilo legal
- Interpretação extensiva do órgão sobre o sigilo
- Inexistência dos documentos digitalizados e necessidade de consultar arquivos físicos pessoalmente
- Outro: .....

## Compreensão das respostas ou dados enviados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada na resposta e nem as informações enviadas;
- Teve alguma dificuldade, mas com alguma pesquisa (autônoma) conseguiu entender;
- Não conseguiu compreender e precisou solicitar esclarecimentos em recurso ou nova solicitação de acesso;
- Não conseguiu compreender e desistiu do acesso à informação.

## Dificuldades técnicas com o e-SIC federal

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Sistema fora do ar, lento ou instável;
- Respostas fora do prazo legal;
- Obscuridade nas competências dos órgãos e dificuldade para saber a quem encaminhar o pedido;
- Arquivos anexos corrompidos/desconfigurados/inúteis;
- Arquivo em formato não aberto, não legível por máquina;
- Indisponibilidade de arquivos digitais;
- Não sistematização de dados pelo órgão;
- Necessidade de dados gerais de órgãos com competências centrais e foi aconselhado a procurar cada órgão individualmente, o que inviabilizou o acesso pela grande quantidade de órgãos ou volume de dados.

### Outros problemas que dificultaram ou desestimularam o acesso

- Exigências excessivas de dados pessoais;
- Cobrança de taxas de reprodução;
- Não divulgação de lista de documentos classificados como sigilosos pelo órgão federal;
- Influência do perfil do solicitante na resposta ao pedido (antes da possibilidade de pedidos anônimos no e-SIC federal);
- Falta de capacitação técnica dos servidores para responder as solicitações;
- Outro: .....

Os sistemas eletrônicos de solicitação de acesso à informação de governos estaduais e municipais que a organização usa são qualitativamente inferiores ao e-SIC federal, considerando as dimensões desse questionário (satisfação com o acesso, justificativas para negativas, compreensão e dificuldades técnicas).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou sistemas de acesso de governos subnacionais)

Ouvidorias federais ([ouvidorias.gov.br](https://www.ouvidorias.gov.br))

A organização já usou o sistema eletrônico de ouvidorias do governo federal? \*

Sim

Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

Não conhece esse canal

Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais

Não consegue usá-lo (complexo)

Não acredita que seja um canal efetivo

Não se aplica (respondeu sim no item anterior)

Outro: .....

## Sistema federal de Ouvidorias

Nas questões desta seção responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso de ouvidorias federais pela organização da sociedade civil ou movimento social:



### Frequência de uso

	1	2	3	4	5	
Raramente usamos na organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Usamos com muita frequência

## Motivos do seu uso

- Denúncia
- Reclamação
- Elogio
- Solicitação de serviço público
- Pedido de desburocratização
- Sugestão
- Pedido de acesso à informação

## Efetividade/poder de influência

- As manifestações feitas pela ouvidoria frequentemente geraram resultados efetivos (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente efetivos (entre 30% e 60%);
- Raramente efetivos (menos 1% a 29%);
- Nunca são efetivos.

## Devolutiva

- Nunca recebe satisfação das manifestações enviadas;
- Recebe respostas, mas raramente são satisfatórias ou completas;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias e completas.

## Dificuldades técnicas

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Sistema fora do ar, lento ou instável;
- Retorno intempestivo ou demorado acerca da manifestação;
- Falta de capacitação técnica dos servidores para fornecer as respostas;
- Outro: .....

Considerando as dimensões do questionário, os sistemas de ouvidorias locais (governos estaduais e municipais que a organização usa) são qualitativamente inferiores ao sistema federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou ouvidorias locais)

## Outras considerações da organização sobre transparência no governo federal

---

### Participação em políticas públicas

Até então, as perguntas eram sobre o uso de ferramentas de transparência do governo federal pela instituição. A partir daqui, responda com base na percepção e opinião institucionais sobre o uso de ferramentas de participação pelo governo na construção de políticas públicas.

A organização já usou as plataformas Dialoga Brasil ([dialoga.gov.br](http://dialoga.gov.br)) e/ou Participa Brasil ([participa.br](http://participa.br)) do governo federal? \*

- Sim (ambas)
- Sim (apenas a Participa Brasil)
- Sim (apenas a Dialoga Brasil)
- Não (nenhuma delas)

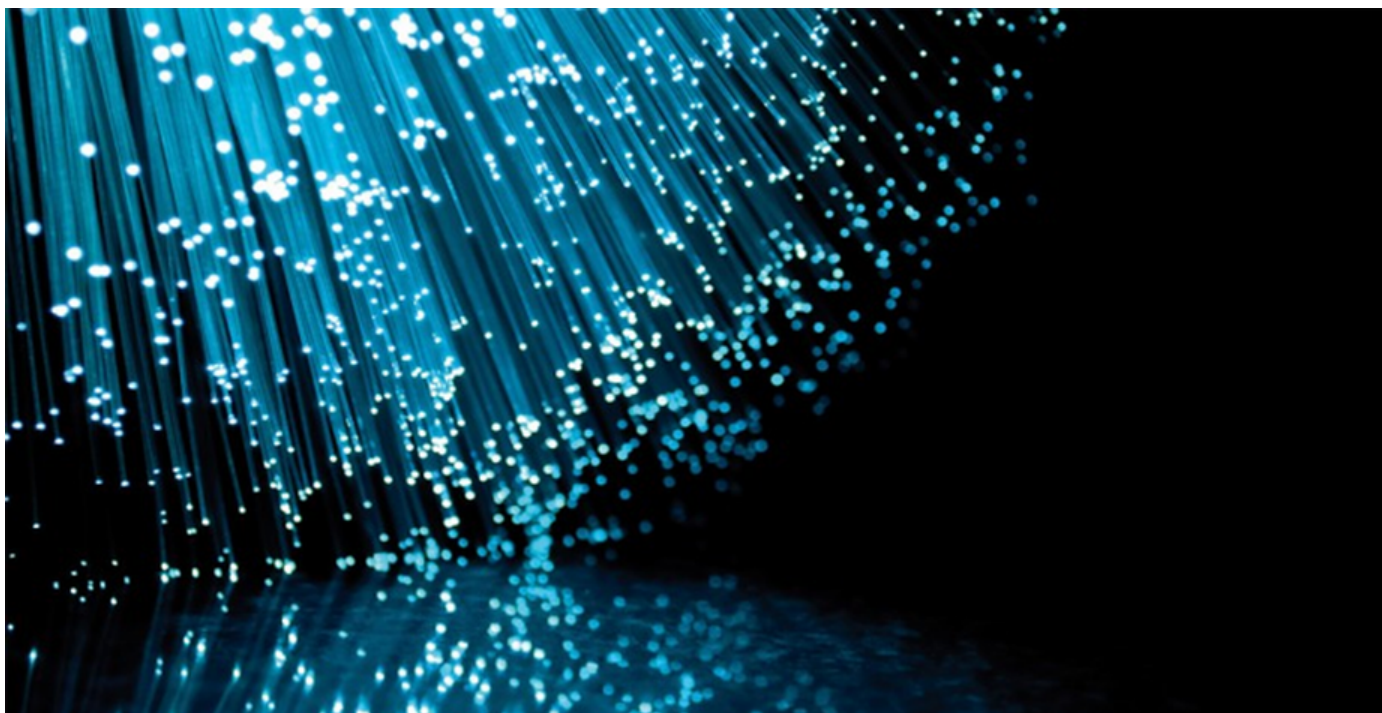


Se a resposta foi sim apenas para uma delas ou não, qual motivo?

- Não conhece essa(s) plataforma(s)
- Não precisa usá-la(s) para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-la(s) - complexa(s)
- Não a(s) considera ferramenta(s) efetiva(s) de participação
- Não se aplica (respondeu sim para ambas no item anterior)
- Outro: .....

## Plataformas Dialoga Brasil e Participa Br

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso das Plataformas Dialoga Brasil e Participa Br (espaços de participação digital) na construção de políticas públicas pelo governo federal



Frequência de uso de alguma das plataformas pelo governo para a construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Ações ativas de engajamento nas Plataformas (organização procura participar):

	1	2	3	4	5	
Raramente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Com muita frequência

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento em espaços de participação digital é qualitativamente pior do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou espaços de participação digital de governos locais)

### Consultas públicas na construção de políticas públicas federais

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso de consultas públicas na construção de políticas públicas pelo governo federal

Frequência de uso de consultas públicas pelo governo no para construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Convites para participar (iniciativa do governo federal, por qualquer meio):

- Organização nunca foi convidada pelo governo para participar de consulta pública;
- Raramente é convidado (1% a 29% das vezes em que há uma consulta);
- Ocasionalmente é convidado (30% a 60%);
- Frequentemente é convidado (mais de 60% das vezes).

### Ações ativas de engajamento em consultas (organização procura participar):

- Frequentemente procura participar (mais de 60% das vezes);
- Ocasionalmente (30%-60%);
- Raramente (até 29%);
- Nunca

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento a consultas públicas é qualitativamente melhor do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

### Audiências públicas na construção de políticas públicas federais

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso de audiências públicas na construção de políticas públicas pelo governo federal

### Frequência de uso de audiências públicas pelo governo para construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Convites para participar (iniciativa do governo federal, por qualquer meio):

- Organização nunca foi convidada pelo governo para participar de audiência pública;
- Raramente é convidado (1% a 29% das vezes em que há uma audiência);
- Ocasionalmente é convidado (30% a 60%);
- Frequentemente é convidado (mais de 60% das vezes).

### Ações ativas de engajamento em audiências (organização procura participar):

- Frequentemente procura participar (mais de 60% das vezes);
- Ocasionalmente (30%-60%);
- Raramente (até 29%);
- Nunca

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento a audiências públicas é qualitativamente melhor do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente



Outras considerações da organização sobre participação no governo federal

No setor de energia mecanismos de participação social são mais frequentes

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

# Questionário transparência e participação no Governo Federal

Esse questionário tem como objetivo coletar as percepções no uso de ferramentas de transparência e participação governamentais pelas organizações da sociedade civil e movimentos sociais organizados, sendo garantidas a confidencialidade, sigilo e anonimato dos participantes. A partir dos resultados, compreender a efetividade desses instrumentos, detectar eventuais deficiências e apontar soluções.

Os resultados serão divulgados na tese de doutorado da pesquisadora responsável pela sua elaboração, Caroline Maciel.

A sua participação é uma etapa muito importante para o diagnóstico e sistematização das dificuldades enfrentadas por usuários qualificados, identificação dos avanços e de sugestões para melhorias. Se possível, responda todas as questões.

Endereço de e-mail \*

Para evitar o uso de robots neste questionário, responda: qual das imagens abaixo é um prato de sobremesa? \*



1



2



3



4

## Dados

Nome da instituição que representa \*

[REDACTED]

## Principal área de atuação institucional \*

- Transparência e Integridade
- Direitos Humanos/Direitos fundamentais
- Socioambiental
- Nova economia
- Saúde
- Educação
- Outro: Controle Social da administração pública

## Estou apto(a) a responder em nome da organização que represento? \*

- Sim

## Nome completo do responsável pelo preenchimento \*

[REDACTED]

## Vínculo/cargo institucional \*

Membo fundador

## Anos que está na instituição \*

- Até 1 ano
- Mais de 1 ano até 5 anos
- Mais de 5 anos

## Última escolaridade do respondente \*

- Ensino superior
- Especialização
- Mestrado
- Doutorado
- Outro: .....

## Concordo com o Termo de Consentimento Livre e Informado abaixo \*

Declaro, por meio deste termo, que concordei voluntariamente em responder esse questionário, que busca coletar as percepções de usuários qualificados no uso de ferramentas de transparência e participação governamentais, desenvolvido pela pesquisadora Caroline Stéphanie Francis dos Santos Maciel. Fui informado(a) que a pesquisa é desenvolvida para fins estritamente acadêmicos em sede de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Direito na Universidade Federal de Minas Gerais, sob orientação da Profa. Fabiana de Menezes Soares, vinculada ao Observatório para a Qualidade da Lei e em parceria com a Dado Capital e a Rede de Advocacy Colaborativo. Afirmando que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou outros benefícios, nem ter qualquer ônus ou risco à saúde e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui também informado(a) que não será divulgado meu nome e nem outro dado de contato que permita a minha identificação pessoal, em conformidade com as normas éticas do Comitê de Ética da UFMG (art. 1º, § único, I, V e VII da Resolução 510/2016). Informaram, ainda, que apenas os dados institucionais e resultados das respostas ao questionário serão divulgados no relatório da pesquisa, garantidas a confidencialidade, sigilo e anonimato dos participantes. Por fim, fui informado(a) de que posso me retirar dessa pesquisa de opinião a qualquer momento, sem sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos. Ao selecionar "sim" nesta caixa, concordo com todas as especificações acima deste Termo de Consentimento Livre e Informado.

Sim

Autorizo a divulgação dos dados institucionais e respostas às perguntas do questionário para a realização dos objetivos dessa pesquisa \*

Sim

## Orientações gerais

Nas questões fechadas, escolha a melhor resposta dentre as possíveis, que representa melhor a realidade no uso geral dessas ferramentas pela organização (o que ocorreu na maioria das vezes).

Dê uma resposta com base na realidade da sua instituição e não apenas na sua experiência pessoal.

Nas questões abertas, aprofunde nas particularidades sobre o tópico. Quanto mais dados fornecer, tanto melhor para a pesquisa e completo diagnóstico da situação.

Caso não saiba alguma(s) da(s) resposta(s), por você não utilizar o canal/desconhecê-lo, veja se é possível obtê-la(s) junto à organização que representa; caso contrário, marque que a organização não usa.



### Sites oficiais do governo federal ([gov.br](http://gov.br) e derivados)

A organização já extraiu dados ou informações de algum site oficial do governo federal?

\*

Sim

Não

### Uso de sites oficiais do governo federal ([gov.br](http://gov.br) e derivados)

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso dos sites oficiais do governo federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:





### Frequência de uso

1    2    3    4    5

Raramente usamos na organização                        Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no site
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa por conta própria conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso

## Outras dificuldades de navegabilidade e usabilidade

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Mudanças de domínio e/ou links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre ocorrências em navegabilidade antes e depois da mudança dos domínios, com a unificação dos endereços eletrônicos do governo federal em 2019 (portal único [gov.br](http://gov.br)).

.....

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados ativamente nos sites oficiais do governo federal resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

Os sites oficiais de governos estaduais e municipais que a organização acessa são qualitativamente inferiores ao sites do governo federal, considerando as dimensões desse questionário (disponibilidade, atualização, compreensão dos dados e navegabilidade no site).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou sites oficiais de governos estaduais/municipais)

Portal da Transparência Federal ([portaldatransparencia.gov.br](http://portaldatransparencia.gov.br))

A organização já extraiu dados ou informações do Portal da Transparência federal? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse portal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

### Uso do Portal da Transparência Federal

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do Portal da Transparência Federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:



### Frequência de uso

1 2 3 4 5

Raramente usamos na  
organização

Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no portal
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa por conta própria conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso à informação ou dado.

## Outras dificuldades de navegabilidade e usabilidade

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre ocorrências em navegabilidade antes e depois da reformulação do Portal da Transparência Federal em 2018.

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados no Portal da Transparência Federal resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente



No geral, os Portais da Transparência estaduais e municipais que a organização usa são qualitativamente inferiores ao Portal da Transparência Federal, considerando as dimensões desse questionário (disponibilidade, atualização, compreensão dos dados e navegabilidade no portal).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou nenhum portal de transparência estadual ou municipal)

#### Portal Brasileiro de Dados Abertos ([dados.gov.br](https://dados.gov.br))

A organização já extraiu dados do Portal Brasileiro de Dados Abertos? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse portal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: \_\_\_\_\_

## Uso do Portal Brasileiro de Dados Abertos

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do Portal Brasileiro de Dados Abertos pela organização da sociedade civil ou movimento social:



Frequência de uso

1    2    3    4    5

Raramente usamos na organização                   Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no portal
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa (autônoma) conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso à informação ou dado.

## Outras dificuldades

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Escassez de bases de dados abertos disponibilizadas ativamente
- Bases de dados abertos não disponibilizadas no prazo estabelecido, em conformidade com os cronogramas de abertura dos órgãos
- Não disponibilização das bases de dados abertos, mesmo após solicitação
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre modificações nesse portal no decorrer do tempo.

.....

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados ativamente no Portal Brasileiro de Dados Abertos resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

Os governos estaduais e municipais e os outros poderes (que organização acessa) disponibilizam bem menos dados públicos em formato aberto que o governo federal, seja no Portal Brasileiro de Dados Abertos ou em outros portais.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca extraiu dados abertos de governos subnacionais ou de outros poderes)

### Pedidos de acesso à informação a órgãos do governo federal

A organização já fez pedido de acesso à informação através do e-SIC federal? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse canal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo/instável)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

### Uso do e-SIC federal

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do e-SIC federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:



Frequência de uso

	1	2	3	4	5	
Raramente usamos na organização	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Usamos com muita frequência



### Satisfação com o acesso concedido

- Conseguiu acesso completo a tudo que pediu já com o pedido inicial, no prazo legal;
- Conseguiu acesso completo apenas após recorrer ou após o prazo legal;
- Não conseguiu acesso completo, apenas parcial;
- Negativa completa de acesso, mesmo sem ser hipótese legal de sigilo.

### Justificativas dos órgãos para negativas de acesso (se aplicável)

- Não recebeu nenhuma justificativa
- Trabalho adicional de análise, interpretação ou consolidação
- Pedido genérico
- Órgão incompetente (sem reencaminhar o seu pedido)
- Pandemia
- Dados pessoais
- Sigilo legal
- Interpretação extensiva do órgão sobre o sigilo
- Inexistência dos documentos digitalizados e necessidade de consultar arquivos físicos pessoalmente
- Outro: .....

## Compreensão das respostas ou dados enviados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada na resposta e nem as informações enviadas;
- Teve alguma dificuldade, mas com alguma pesquisa (autônoma) conseguiu entender;
- Não conseguiu compreender e precisou solicitar esclarecimentos em recurso ou nova solicitação de acesso;
- Não conseguiu compreender e desistiu do acesso à informação.

## Dificuldades técnicas com o e-SIC federal

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Sistema fora do ar, lento ou instável;
- Respostas fora do prazo legal;
- Obscuridade nas competências dos órgãos e dificuldade para saber a quem encaminhar o pedido;
- Arquivos anexos corrompidos/desconfigurados/inúteis;
- Arquivo em formato não aberto, não legível por máquina;
- Indisponibilidade de arquivos digitais;
- Não sistematização de dados pelo órgão;
- Necessidade de dados gerais de órgãos com competências centrais e foi aconselhado a procurar cada órgão individualmente, o que inviabilizou o acesso pela grande quantidade de órgãos ou volume de dados.

### Outros problemas que dificultaram ou desestimularam o acesso

- Exigências excessivas de dados pessoais;
- Cobrança de taxas de reprodução;
- Não divulgação de lista de documentos classificados como sigilosos pelo órgão federal;
- Influência do perfil do solicitante na resposta ao pedido (antes da possibilidade de pedidos anônimos no e-SIC federal);
- Falta de capacitação técnica dos servidores para responder as solicitações;
- Outro: .....

Os sistemas eletrônicos de solicitação de acesso à informação de governos estaduais e municipais que a organização usa são qualitativamente inferiores ao e-SIC federal, considerando as dimensões desse questionário (satisfação com o acesso, justificativas para negativas, compreensão e dificuldades técnicas).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou sistemas de acesso de governos subnacionais)

Ouvidorias federais ([ouvidorias.gov.br](https://ouvidorias.gov.br))

A organização já usou o sistema eletrônico de ouvidorias do governo federal? \*

Sim

Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

Não conhece esse canal

Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais

Não consegue usá-lo (complexo)

Não acredita que seja um canal efetivo

Não se aplica (respondeu sim no item anterior)

Outro: .....

## Sistema federal de Ouvidorias

Nas questões desta seção responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso de ouvidorias federais pela organização da sociedade civil ou movimento social:



### Frequência de uso

1    2    3    4    5

Raramente usamos na organização                   Usamos com muita frequência

## Motivos do seu uso

- Denúncia
- Reclamação
- Elogio
- Solicitação de serviço público
- Pedido de desburocratização
- Sugestão
- Pedido de acesso à informação

## Efetividade/poder de influência

- As manifestações feitas pela ouvidoria frequentemente geraram resultados efetivos (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente efetivos (entre 30% e 60%);
- Raramente efetivos (menos 1% a 29%);
- Nunca são efetivos.

## Devolutiva

- Nunca recebe satisfação das manifestações enviadas;
- Recebe respostas, mas raramente são satisfatórias ou completas;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias e completas.

## Dificuldades técnicas

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Sistema fora do ar, lento ou instável;
- Retorno intempestivo ou demorado acerca da manifestação;
- Falta de capacitação técnica dos servidores para fornecer as respostas;
- Outro: .....

Considerando as dimensões do questionário, os sistemas de ouvidorias locais (governos estaduais e municipais que a organização usa) são qualitativamente inferiores ao sistema federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou ouvidorias locais)

## Outras considerações da organização sobre transparência no governo federal

---

### Participação em políticas públicas

Até então, as perguntas eram sobre o uso de ferramentas de transparência do governo federal pela instituição. A partir daqui, responda com base na percepção e opinião institucionais sobre o uso de ferramentas de participação pelo governo na construção de políticas públicas.

A organização já usou as plataformas Dialoga Brasil ([dialoga.gov.br](http://dialoga.gov.br)) e/ou Participa Brasil ([participa.br](http://participa.br)) do governo federal? \*

- Sim (ambas)
- Sim (apenas a Participa Brasil)
- Sim (apenas a Dialoga Brasil)
- Não (nenhuma delas)

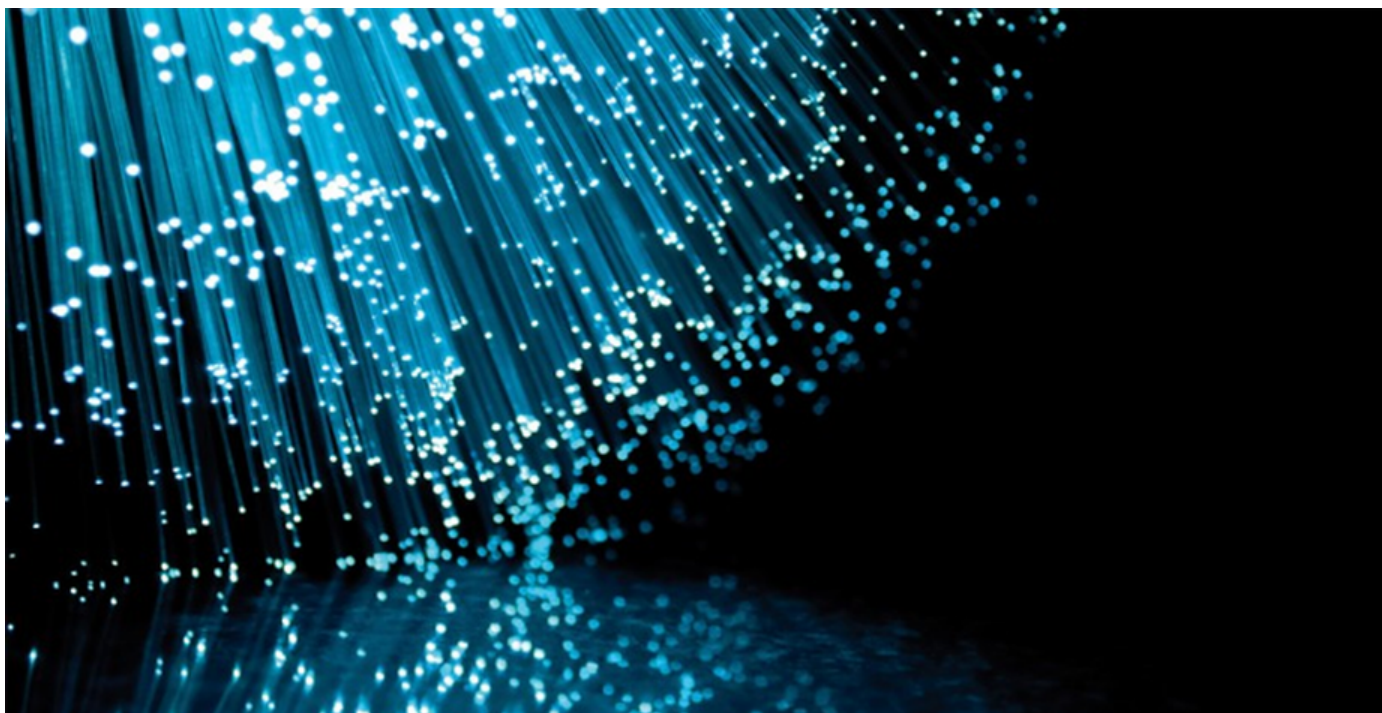


Se a resposta foi sim apenas para uma delas ou não, qual motivo?

- Não conhece essa(s) plataforma(s)
- Não precisa usá-la(s) para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-la(s) - complexa(s)
- Não a(s) considera ferramenta(s) efetiva(s) de participação
- Não se aplica (respondeu sim para ambas no item anterior)
- Outro: .....

## Plataformas Dialoga Brasil e Participa Br

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso das Plataformas Dialoga Brasil e Participa Br (espaços de participação digital) na construção de políticas públicas pelo governo federal



Frequência de uso de alguma das plataformas pelo governo para a construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Ações ativas de engajamento nas Plataformas (organização procura participar):

	1	2	3	4	5	
Raramente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Com muita frequência

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento em espaços de participação digital é qualitativamente pior do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou espaços de participação digital de governos locais)

### Consultas públicas na construção de políticas públicas federais

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso de consultas públicas na construção de políticas públicas pelo governo federal

Frequência de uso de consultas públicas pelo governo no para construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Convites para participar (iniciativa do governo federal, por qualquer meio):

- Organização nunca foi convidada pelo governo para participar de consulta pública;
- Raramente é convidado (1% a 29% das vezes em que há uma consulta);
- Ocasionalmente é convidado (30% a 60%);
- Frequentemente é convidado (mais de 60% das vezes).

### Ações ativas de engajamento em consultas (organização procura participar):

- Frequentemente procura participar (mais de 60% das vezes);
- Ocasionalmente (30%-60%);
- Raramente (até 29%);
- Nunca

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento a consultas públicas é qualitativamente melhor do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

### Audiências públicas na construção de políticas públicas federais

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso de audiências públicas na construção de políticas públicas pelo governo federal

### Frequência de uso de audiências públicas pelo governo para construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

Convites para participar (iniciativa do governo federal, por qualquer meio):

- Organização nunca foi convidada pelo governo para participar de audiência pública;
- Raramente é convidado (1% a 29% das vezes em que há uma audiência);
- Ocasionalmente é convidado (30% a 60%);
- Frequentemente é convidado (mais de 60% das vezes).

Ações ativas de engajamento em audiências (organização procura participar):

- Frequentemente procura participar (mais de 60% das vezes);
- Ocasionalmente (30%-60%);
- Raramente (até 29%);
- Nunca

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento a audiências públicas é qualitativamente melhor do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente



## Outras considerações da organização sobre participação no governo federal

Como nosso foco é mais com relação ao poder público municipal utilizamos pouco os portais e o e-SIC Federal. Apenas algumas coisas bem pontuais, principalmente no que se refere a repasses e convênios do governo federal para o município.

---

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

# Questionário transparência e participação no Governo Federal

Esse questionário tem como objetivo coletar as percepções no uso de ferramentas de transparência e participação governamentais pelas organizações da sociedade civil e movimentos sociais organizados, sendo garantidas a confidencialidade, sigilo e anonimato dos participantes. A partir dos resultados, compreender a efetividade desses instrumentos, detectar eventuais deficiências e apontar soluções.

Os resultados serão divulgados na tese de doutorado da pesquisadora responsável pela sua elaboração, Caroline Maciel.

A sua participação é uma etapa muito importante para o diagnóstico e sistematização das dificuldades enfrentadas por usuários qualificados, identificação dos avanços e de sugestões para melhorias. Se possível, responda todas as questões.

Endereço de e-mail \*

Para evitar o uso de robots neste questionário, responda: qual das imagens abaixo é um prato de sobremesa? \*



1



2



3



4

## Dados

Nome da instituição que representa \*

[REDACTED]

## Principal área de atuação institucional \*

- Transparência e Integridade
- Direitos Humanos/Direitos fundamentais
- Socioambiental
- Nova economia
- Saúde
- Educação
- Outro: .....

## Estou apto(a) a responder em nome da organização que represento? \*

- Sim

## Nome completo do responsável pelo preenchimento \*

.....

## Vínculo/cargo institucional \*

Coordenador de Pesquisas  
.....

## Anos que está na instituição \*

- Até 1 ano
- Mais de 1 ano até 5 anos
- Mais de 5 anos

## Última escolaridade do respondente \*

- Ensino superior
- Especialização
- Mestrado
- Doutorado
- Outro: .....

## Concordo com o Termo de Consentimento Livre e Informado abaixo \*

Declaro, por meio deste termo, que concordei voluntariamente em responder esse questionário, que busca coletar as percepções de usuários qualificados no uso de ferramentas de transparência e participação governamentais, desenvolvido pela pesquisadora Caroline Stéphanie Francis dos Santos Maciel. Fui informado(a) que a pesquisa é desenvolvida para fins estritamente acadêmicos em sede de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Direito na Universidade Federal de Minas Gerais, sob orientação da Profa. Fabiana de Menezes Soares, vinculada ao Observatório para a Qualidade da Lei e em parceria com a Dado Capital e a Rede de Advocacy Colaborativo. Afirmando que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou outros benefícios, nem ter qualquer ônus ou risco à saúde e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui também informado(a) que não será divulgado meu nome e nem outro dado de contato que permita a minha identificação pessoal, em conformidade com as normas éticas do Comitê de Ética da UFMG (art. 1º, § único, I, V e VII da Resolução 510/2016). Informaram, ainda, que apenas os dados institucionais e resultados das respostas ao questionário serão divulgados no relatório da pesquisa, garantidas a confidencialidade, sigilo e anonimato dos participantes. Por fim, fui informado(a) de que posso me retirar dessa pesquisa de opinião a qualquer momento, sem sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos. Ao selecionar "sim" nesta caixa, concordo com todas as especificações acima deste Termo de Consentimento Livre e Informado.

Sim

Autorizo a divulgação dos dados institucionais e respostas às perguntas do questionário para a realização dos objetivos dessa pesquisa \*

Sim

## Orientações gerais

Nas questões fechadas, escolha a melhor resposta dentre as possíveis, que representa melhor a realidade no uso geral dessas ferramentas pela organização (o que ocorreu na maioria das vezes).

Dê uma resposta com base na realidade da sua instituição e não apenas na sua experiência pessoal.

Nas questões abertas, aprofunde nas particularidades sobre o tópico. Quanto mais dados fornecer, tanto melhor para a pesquisa e completo diagnóstico da situação.

Caso não saiba alguma(s) da(s) resposta(s), por você não utilizar o canal/desconhecê-lo, veja se é possível obtê-la(s) junto à organização que representa; caso contrário, marque que a organização não usa.



### Sites oficiais do governo federal ([gov.br](http://gov.br) e derivados)

A organização já extraiu dados ou informações de algum site oficial do governo federal?

\*

Sim

Não

### Uso de sites oficiais do governo federal ([gov.br](http://gov.br) e derivados)

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso dos sites oficiais do governo federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:





### Frequência de uso

1    2    3    4    5

Raramente usamos na organização                        Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no site
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa por conta própria conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso

## Outras dificuldades de navegabilidade e usabilidade

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Mudanças de domínio e/ou links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre ocorrências em navegabilidade antes e depois da mudança dos domínios, com a unificação dos endereços eletrônicos do governo federal em 2019 (portal único [gov.br](http://gov.br)).

.....

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados ativamente nos sites oficiais do governo federal resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

Os sites oficiais de governos estaduais e municipais que a organização acessa são qualitativamente inferiores ao sites do governo federal, considerando as dimensões desse questionário (disponibilidade, atualização, compreensão dos dados e navegabilidade no site).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou sites oficiais de governos estaduais/municipais)

Portal da Transparência Federal ([portaldatransparencia.gov.br](http://portaldatransparencia.gov.br))

A organização já extraiu dados ou informações do Portal da Transparência federal? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse portal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)

Outro:

As informações normalmente buscadas estão disponíveis em outros portais do governo

## Uso do Portal da Transparência Federal

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do Portal da Transparência Federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:



### Frequência de uso

1 2 3 4 5

Raramente usamos na  
organização

Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no portal
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa por conta própria conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso à informação ou dado.

## Outras dificuldades de navegabilidade e usabilidade

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre ocorrências em navegabilidade antes e depois da reformulação do Portal da Transparência Federal em 2018.

.....

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados no Portal da Transparência Federal resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente



No geral, os Portais da Transparência estaduais e municipais que a organização usa são qualitativamente inferiores ao Portal da Transparência Federal, considerando as dimensões desse questionário (disponibilidade, atualização, compreensão dos dados e navegabilidade no portal).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou nenhum portal de transparência estadual ou municipal)

#### Portal Brasileiro de Dados Abertos ([dados.gov.br](https://dados.gov.br))

A organização já extraiu dados do Portal Brasileiro de Dados Abertos? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse portal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

## Uso do Portal Brasileiro de Dados Abertos

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do Portal Brasileiro de Dados Abertos pela organização da sociedade civil ou movimento social:



Frequência de uso

1    2    3    4    5

Raramente usamos na organização                   Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no portal
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa (autônoma) conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso à informação ou dado.

## Outras dificuldades

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Escassez de bases de dados abertos disponibilizadas ativamente
- Bases de dados abertos não disponibilizadas no prazo estabelecido, em conformidade com os cronogramas de abertura dos órgãos
- Não disponibilização das bases de dados abertos, mesmo após solicitação
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre modificações nesse portal no decorrer do tempo.

.....

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados ativamente no Portal Brasileiro de Dados Abertos resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

Os governos estaduais e municipais e os outros poderes (que organização acessa) disponibilizam bem menos dados públicos em formato aberto que o governo federal, seja no Portal Brasileiro de Dados Abertos ou em outros portais.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca extraí dados abertos de governos subnacionais ou de outros poderes)

### Pedidos de acesso à informação a órgãos do governo federal

A organização já fez pedido de acesso à informação através do e-SIC federal? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse canal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo/instável)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: Quando foi necessário, parceiros da organização fizeram as solicitações via LAI

### Uso do e-SIC federal

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do e-SIC federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:



Frequência de uso

	1	2	3	4	5	
Raramente usamos na organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Usamos com muita frequência



### Satisfação com o acesso concedido

- Conseguiu acesso completo a tudo que pediu já com o pedido inicial, no prazo legal;
- Conseguiu acesso completo apenas após recorrer ou após o prazo legal;
- Não conseguiu acesso completo, apenas parcial;
- Negativa completa de acesso, mesmo sem ser hipótese legal de sigilo.

### Justificativas dos órgãos para negativas de acesso (se aplicável)

- Não recebeu nenhuma justificativa
- Trabalho adicional de análise, interpretação ou consolidação
- Pedido genérico
- Órgão incompetente (sem reencaminhar o seu pedido)
- Pandemia
- Dados pessoais
- Sigilo legal
- Interpretação extensiva do órgão sobre o sigilo
- Inexistência dos documentos digitalizados e necessidade de consultar arquivos físicos pessoalmente
- Outro: .....

## Compreensão das respostas ou dados enviados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada na resposta e nem as informações enviadas;
- Teve alguma dificuldade, mas com alguma pesquisa (autônoma) conseguiu entender;
- Não conseguiu compreender e precisou solicitar esclarecimentos em recurso ou nova solicitação de acesso;
- Não conseguiu compreender e desistiu do acesso à informação.

## Dificuldades técnicas com o e-SIC federal

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Sistema fora do ar, lento ou instável;
- Respostas fora do prazo legal;
- Obscuridade nas competências dos órgãos e dificuldade para saber a quem encaminhar o pedido;
- Arquivos anexos corrompidos/desconfigurados/inúteis;
- Arquivo em formato não aberto, não legível por máquina;
- Indisponibilidade de arquivos digitais;
- Não sistematização de dados pelo órgão;
- Necessidade de dados gerais de órgãos com competências centrais e foi aconselhado a procurar cada órgão individualmente, o que inviabilizou o acesso pela grande quantidade de órgãos ou volume de dados.

### Outros problemas que dificultaram ou desestimularam o acesso

- Exigências excessivas de dados pessoais;
- Cobrança de taxas de reprodução;
- Não divulgação de lista de documentos classificados como sigilosos pelo órgão federal;
- Influência do perfil do solicitante na resposta ao pedido (antes da possibilidade de pedidos anônimos no e-SIC federal);
- Falta de capacitação técnica dos servidores para responder as solicitações;
- Outro: .....

Os sistemas eletrônicos de solicitação de acesso à informação de governos estaduais e municipais que a organização usa são qualitativamente inferiores ao e-SIC federal, considerando as dimensões desse questionário (satisfação com o acesso, justificativas para negativas, compreensão e dificuldades técnicas).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou sistemas de acesso de governos subnacionais)

Ouvidorias federais ([ouvidorias.gov.br](https://www.ouvidorias.gov.br))

A organização já usou o sistema eletrônico de ouvidorias do governo federal? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse canal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não acredita que seja um canal efetivo
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

## Sistema federal de Ouvidorias

Nas questões desta seção responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso de ouvidorias federais pela organização da sociedade civil ou movimento social:



### Frequência de uso

	1	2	3	4	5	
Raramente usamos na organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Usamos com muita frequência

## Motivos do seu uso

- Denúncia
- Reclamação
- Elogio
- Solicitação de serviço público
- Pedido de desburocratização
- Sugestão
- Pedido de acesso à informação

## Efetividade/poder de influência

- As manifestações feitas pela ouvidoria frequentemente geraram resultados efetivos (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente efetivos (entre 30% e 60%);
- Raramente efetivos (menos 1% a 29%);
- Nunca são efetivos.

## Devolutiva

- Nunca recebe satisfação das manifestações enviadas;
- Recebe respostas, mas raramente são satisfatórias ou completas;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias e completas.

## Dificuldades técnicas

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Sistema fora do ar, lento ou instável;
- Retorno intempestivo ou demorado acerca da manifestação;
- Falta de capacitação técnica dos servidores para fornecer as respostas;
- Outro: .....

Considerando as dimensões do questionário, os sistemas de ouvidorias locais (governos estaduais e municipais que a organização usa) são qualitativamente inferiores ao sistema federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou ouvidorias locais)

## Outras considerações da organização sobre transparência no governo federal

---

### Participação em políticas públicas

Até então, as perguntas eram sobre o uso de ferramentas de transparência do governo federal pela instituição. A partir daqui, responda com base na percepção e opinião institucionais sobre o uso de ferramentas de participação pelo governo na construção de políticas públicas.

A organização já usou as plataformas Dialoga Brasil ([dialoga.gov.br](http://dialoga.gov.br)) e/ou Participa Brasil ([participa.br](http://participa.br)) do governo federal? \*

- Sim (ambas)
- Sim (apenas a Participa Brasil)
- Sim (apenas a Dialoga Brasil)
- Não (nenhuma delas)



Se a resposta foi sim apenas para uma delas ou não, qual motivo?

- Não conhece essa(s) plataforma(s)
- Não precisa usá-la(s) para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-la(s) - complexa(s)
- Não a(s) considera ferramenta(s) efetiva(s) de participação
- Não se aplica (respondeu sim para ambas no item anterior)
- Outro: .....

## Plataformas Dialoga Brasil e Participa Br

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso das Plataformas Dialoga Brasil e Participa Br (espaços de participação digital) na construção de políticas públicas pelo governo federal



Frequência de uso de alguma das plataformas pelo governo para a construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Ações ativas de engajamento nas Plataformas (organização procura participar):

	1	2	3	4	5	
Raramente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Com muita frequência

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento em espaços de participação digital é qualitativamente pior do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou espaços de participação digital de governos locais)

### Consultas públicas na construção de políticas públicas federais

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso de consultas públicas na construção de políticas públicas pelo governo federal

Frequência de uso de consultas públicas pelo governo no para construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Convites para participar (iniciativa do governo federal, por qualquer meio):

- Organização nunca foi convidada pelo governo para participar de consulta pública;
- Raramente é convidado (1% a 29% das vezes em que há uma consulta);
- Ocasionalmente é convidado (30% a 60%);
- Frequentemente é convidado (mais de 60% das vezes).

### Ações ativas de engajamento em consultas (organização procura participar):

- Frequentemente procura participar (mais de 60% das vezes);
- Ocasionalmente (30%-60%);
- Raramente (até 29%);
- Nunca

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento a consultas públicas é qualitativamente melhor do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

### Audiências públicas na construção de políticas públicas federais

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso de audiências públicas na construção de políticas públicas pelo governo federal

### Frequência de uso de audiências públicas pelo governo para construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Convites para participar (iniciativa do governo federal, por qualquer meio):

- Organização nunca foi convidada pelo governo para participar de audiência pública;
- Raramente é convidado (1% a 29% das vezes em que há uma audiência);
- Ocasionalmente é convidado (30% a 60%);
- Frequentemente é convidado (mais de 60% das vezes).

### Ações ativas de engajamento em audiências (organização procura participar):

- Frequentemente procura participar (mais de 60% das vezes);
- Ocasionalmente (30%-60%);
- Raramente (até 29%);
- Nunca

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento a audiências públicas é qualitativamente melhor do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente



## Outras considerações da organização sobre participação no governo federal

---

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

# Questionário transparência e participação no Governo Federal

Esse questionário tem como objetivo coletar as percepções no uso de ferramentas de transparência e participação governamentais pelas organizações da sociedade civil e movimentos sociais organizados, sendo garantidas a confidencialidade, sigilo e anonimato dos participantes. A partir dos resultados, compreender a efetividade desses instrumentos, detectar eventuais deficiências e apontar soluções.

Os resultados serão divulgados na tese de doutorado da pesquisadora responsável pela sua elaboração, Caroline Maciel.

A sua participação é uma etapa muito importante para o diagnóstico e sistematização das dificuldades enfrentadas por usuários qualificados, identificação dos avanços e de sugestões para melhorias. Se possível, responda todas as questões.

Endereço de e-mail \*

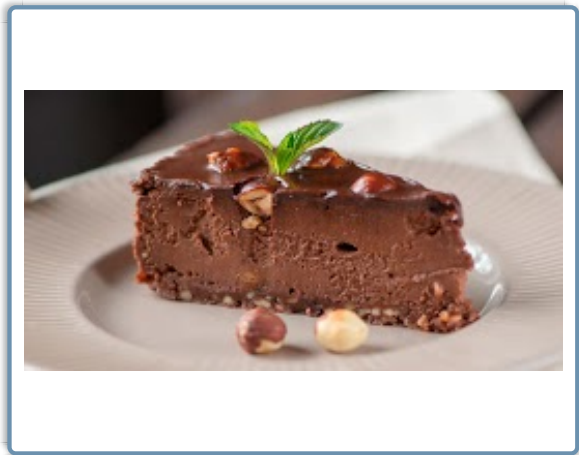
Para evitar o uso de robots neste questionário, responda: qual das imagens abaixo é um prato de sobremesa? \*



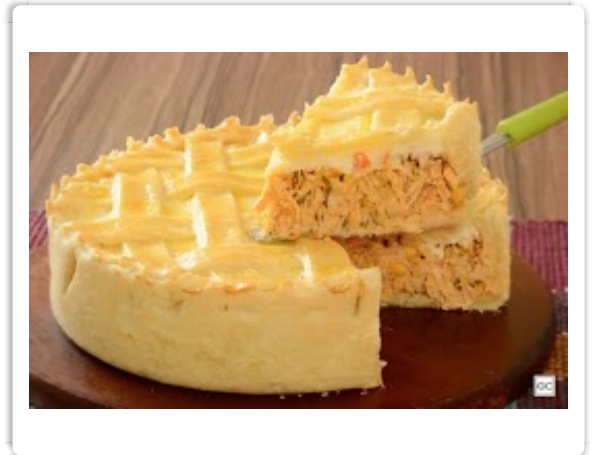
1



2



3



4

## Dados

Nome da instituição que representa \*

[REDACTED]

## Principal área de atuação institucional \*

- Transparência e Integridade
- Direitos Humanos/Direitos fundamentais
- Socioambiental
- Nova economia
- Saúde
- Educação
- Outro: .....

## Estou apto(a) a responder em nome da organização que represento? \*

- Sim

## Nome completo do responsável pelo preenchimento \*

.....

## Vínculo/cargo institucional \*

Diretor Interino  
.....

## Anos que está na instituição \*

- Até 1 ano
- Mais de 1 ano até 5 anos
- Mais de 5 anos

## Última escolaridade do respondente \*

- Ensino superior
- Especialização
- Mestrado
- Doutorado
- Outro: .....

## Concordo com o Termo de Consentimento Livre e Informado abaixo \*

Declaro, por meio deste termo, que concordei voluntariamente em responder esse questionário, que busca coletar as percepções de usuários qualificados no uso de ferramentas de transparência e participação governamentais, desenvolvido pela pesquisadora Caroline Stéphanie Francis dos Santos Maciel. Fui informado(a) que a pesquisa é desenvolvida para fins estritamente acadêmicos em sede de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Direito na Universidade Federal de Minas Gerais, sob orientação da Profa. Fabiana de Menezes Soares, vinculada ao Observatório para a Qualidade da Lei e em parceria com a Dado Capital e a Rede de Advocacy Colaborativo. Afirmando que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou outros benefícios, nem ter qualquer ônus ou risco à saúde e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui também informado(a) que não será divulgado meu nome e nem outro dado de contato que permita a minha identificação pessoal, em conformidade com as normas éticas do Comitê de Ética da UFMG (art. 1º, § único, I, V e VII da Resolução 510/2016). Informaram, ainda, que apenas os dados institucionais e resultados das respostas ao questionário serão divulgados no relatório da pesquisa, garantidas a confidencialidade, sigilo e anonimato dos participantes. Por fim, fui informado(a) de que posso me retirar dessa pesquisa de opinião a qualquer momento, sem sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos. Ao selecionar "sim" nesta caixa, concordo com todas as especificações acima deste Termo de Consentimento Livre e Informado.

Sim

Autorizo a divulgação dos dados institucionais e respostas às perguntas do questionário para a realização dos objetivos dessa pesquisa \*

Sim

## Orientações gerais

Nas questões fechadas, escolha a melhor resposta dentre as possíveis, que representa melhor a realidade no uso geral dessas ferramentas pela organização (o que ocorreu na maioria das vezes).

Dê uma resposta com base na realidade da sua instituição e não apenas na sua experiência pessoal.

Nas questões abertas, aprofunde nas particularidades sobre o tópico. Quanto mais dados fornecer, tanto melhor para a pesquisa e completo diagnóstico da situação.

Caso não saiba alguma(s) da(s) resposta(s), por você não utilizar o canal/desconhecê-lo, veja se é possível obtê-la(s) junto à organização que representa; caso contrário, marque que a organização não usa.



### Sites oficiais do governo federal ([gov.br](http://gov.br) e derivados)

A organização já extraiu dados ou informações de algum site oficial do governo federal?

\*

- Sim
- Não

### Uso de sites oficiais do governo federal ([gov.br](http://gov.br) e derivados)

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso dos sites oficiais do governo federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:





### Frequência de uso

1    2    3    4    5

Raramente usamos na organização                        Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no site
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa por conta própria conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso

## Outras dificuldades de navegabilidade e usabilidade

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Mudanças de domínio e/ou links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre ocorrências em navegabilidade antes e depois da mudança dos domínios, com a unificação dos endereços eletrônicos do governo federal em 2019 (portal único [gov.br](http://gov.br)).

.....

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados ativamente nos sites oficiais do governo federal resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

Os sites oficiais de governos estaduais e municipais que a organização acessa são qualitativamente inferiores aos sites do governo federal, considerando as dimensões desse questionário (disponibilidade, atualização, compreensão dos dados e navegabilidade no site).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou sites oficiais de governos estaduais/municipais)

Portal da Transparência Federal ([portaldatransparencia.gov.br](http://portaldatransparencia.gov.br))

A organização já extraiu dados ou informações do Portal da Transparência federal? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse portal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

### Uso do Portal da Transparência Federal

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do Portal da Transparência Federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:



### Frequência de uso

1 2 3 4 5

Raramente usamos na  
organização

Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no portal
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa por conta própria conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso à informação ou dado.

### Outras dificuldades de navegabilidade e usabilidade

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre ocorrências em navegabilidade antes e depois da reformulação do Portal da Transparência Federal em 2018.

.....

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados no Portal da Transparência Federal resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente



No geral, os Portais da Transparência estaduais e municipais que a organização usa são qualitativamente inferiores ao Portal da Transparência Federal, considerando as dimensões desse questionário (disponibilidade, atualização, compreensão dos dados e navegabilidade no portal).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou nenhum portal de transparência estadual ou municipal)

#### Portal Brasileiro de Dados Abertos ([dados.gov.br](https://dados.gov.br))

A organização já extraiu dados do Portal Brasileiro de Dados Abertos? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse portal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

## Uso do Portal Brasileiro de Dados Abertos

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do Portal Brasileiro de Dados Abertos pela organização da sociedade civil ou movimento social:



Frequência de uso

1    2    3    4    5

Raramente usamos na organização                        Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no portal
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa (autônoma) conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso à informação ou dado.

## Outras dificuldades

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Escassez de bases de dados abertos disponibilizadas ativamente
- Bases de dados abertos não disponibilizadas no prazo estabelecido, em conformidade com os cronogramas de abertura dos órgãos
- Não disponibilização das bases de dados abertos, mesmo após solicitação
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre modificações nesse portal no decorrer do tempo.

.....

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados ativamente no Portal Brasileiro de Dados Abertos resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

Os governos estaduais e municipais e os outros poderes (que organização acessa) disponibilizam bem menos dados públicos em formato aberto que o governo federal, seja no Portal Brasileiro de Dados Abertos ou em outros portais.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca extraí dados abertos de governos subnacionais ou de outros poderes)

### Pedidos de acesso à informação a órgãos do governo federal

A organização já fez pedido de acesso à informação através do e-SIC federal? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse canal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo/instável)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

### Uso do e-SIC federal

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do e-SIC federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:



Frequência de uso

	1	2	3	4	5	
Raramente usamos na organização	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Usamos com muita frequência



### Satisfação com o acesso concedido

- Conseguiu acesso completo a tudo que pediu já com o pedido inicial, no prazo legal;
- Conseguiu acesso completo apenas após recorrer ou após o prazo legal;
- Não conseguiu acesso completo, apenas parcial;
- Negativa completa de acesso, mesmo sem ser hipótese legal de sigilo.

### Justificativas dos órgãos para negativas de acesso (se aplicável)

- Não recebeu nenhuma justificativa
- Trabalho adicional de análise, interpretação ou consolidação
- Pedido genérico
- Órgão incompetente (sem reencaminhar o seu pedido)
- Pandemia
- Dados pessoais
- Sigilo legal
- Interpretação extensiva do órgão sobre o sigilo
- Inexistência dos documentos digitalizados e necessidade de consultar arquivos físicos pessoalmente
- Outro: .....

## Compreensão das respostas ou dados enviados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada na resposta e nem as informações enviadas;
- Teve alguma dificuldade, mas com alguma pesquisa (autônoma) conseguiu entender;
- Não conseguiu compreender e precisou solicitar esclarecimentos em recurso ou nova solicitação de acesso;
- Não conseguiu compreender e desistiu do acesso à informação.

## Dificuldades técnicas com o e-SIC federal

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Sistema fora do ar, lento ou instável;
- Respostas fora do prazo legal;
- Obscuridade nas competências dos órgãos e dificuldade para saber a quem encaminhar o pedido;
- Arquivos anexos corrompidos/desconfigurados/inúteis;
- Arquivo em formato não aberto, não legível por máquina;
- Indisponibilidade de arquivos digitais;
- Não sistematização de dados pelo órgão;
- Necessidade de dados gerais de órgãos com competências centrais e foi aconselhado a procurar cada órgão individualmente, o que inviabilizou o acesso pela grande quantidade de órgãos ou volume de dados.

### Outros problemas que dificultaram ou desestimularam o acesso

- Exigências excessivas de dados pessoais;
- Cobrança de taxas de reprodução;
- Não divulgação de lista de documentos classificados como sigilosos pelo órgão federal;
- Influência do perfil do solicitante na resposta ao pedido (antes da possibilidade de pedidos anônimos no e-SIC federal);
- Falta de capacitação técnica dos servidores para responder as solicitações;
- Outro: .....

Os sistemas eletrônicos de solicitação de acesso à informação de governos estaduais e municipais que a organização usa são qualitativamente inferiores ao e-SIC federal, considerando as dimensões desse questionário (satisfação com o acesso, justificativas para negativas, compreensão e dificuldades técnicas).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou sistemas de acesso de governos subnacionais)

Ouvidorias federais ([ouvidorias.gov.br](https://ouvidorias.gov.br))

A organização já usou o sistema eletrônico de ouvidorias do governo federal? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse canal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não acredita que seja um canal efetivo
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: Coloquei não, mas é mais um não sei. Não me recordo.

## Sistema federal de Ouvidorias

Nas questões desta seção responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso de ouvidorias federais pela organização da sociedade civil ou movimento social:



### Frequência de uso

	1	2	3	4	5	
Raramente usamos na organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Usamos com muita frequência

## Motivos do seu uso

- Denúncia
- Reclamação
- Elogio
- Solicitação de serviço público
- Pedido de desburocratização
- Sugestão
- Pedido de acesso à informação

## Efetividade/poder de influência

- As manifestações feitas pela ouvidoria frequentemente geraram resultados efetivos (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente efetivos (entre 30% e 60%);
- Raramente efetivos (menos 1% a 29%);
- Nunca são efetivos.

## Devolutiva

- Nunca recebe satisfação das manifestações enviadas;
- Recebe respostas, mas raramente são satisfatórias ou completas;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias e completas.

## Dificuldades técnicas

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Sistema fora do ar, lento ou instável;
- Retorno intempestivo ou demorado acerca da manifestação;
- Falta de capacitação técnica dos servidores para fornecer as respostas;
- Outro: .....

Considerando as dimensões do questionário, os sistemas de ouvidorias locais (governos estaduais e municipais que a organização usa) são qualitativamente inferiores ao sistema federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou ouvidorias locais)

## Outras considerações da organização sobre transparência no governo federal

---

### Participação em políticas públicas

Até então, as perguntas eram sobre o uso de ferramentas de transparência do governo federal pela instituição. A partir daqui, responda com base na percepção e opinião institucionais sobre o uso de ferramentas de participação pelo governo na construção de políticas públicas.

A organização já usou as plataformas Dialoga Brasil ([dialoga.gov.br](http://dialoga.gov.br)) e/ou Participa Brasil ([participa.br](http://participa.br)) do governo federal? \*

- Sim (ambas)
- Sim (apenas a Participa Brasil)
- Sim (apenas a Dialoga Brasil)
- Não (nenhuma delas)

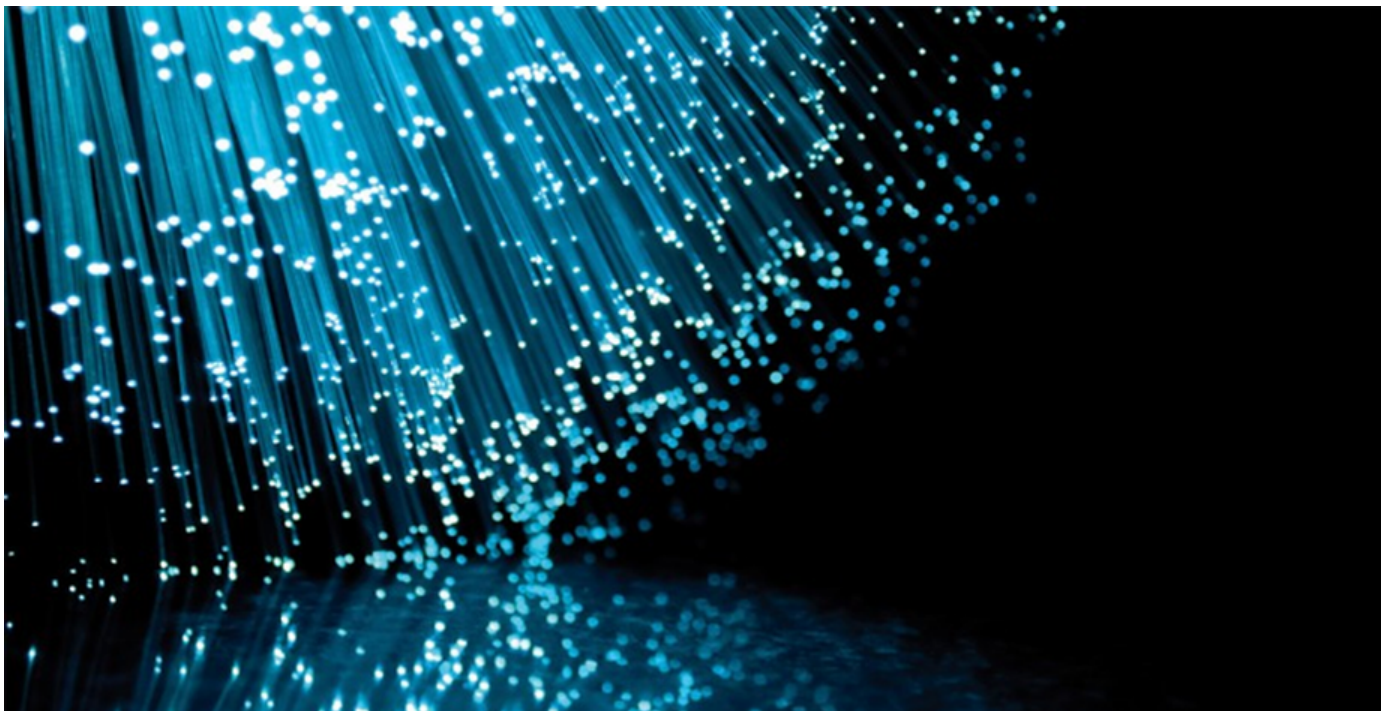


Se a resposta foi sim apenas para uma delas ou não, qual motivo?

- Não conhece essa(s) plataforma(s)
- Não precisa usá-la(s) para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-la(s) - complexa(s)
- Não a(s) considera ferramenta(s) efetiva(s) de participação
- Não se aplica (respondeu sim para ambas no item anterior)
- Outro: Outra vez não tenho conhecimento se participamos ou não.

## Plataformas Dialoga Brasil e Participa Br

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso das Plataformas Dialoga Brasil e Participa Br (espaços de participação digital) na construção de políticas públicas pelo governo federal



Frequência de uso de alguma das plataformas pelo governo para a construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Ações ativas de engajamento nas Plataformas (organização procura participar):

	1	2	3	4	5	
Raramente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Com muita frequência

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento em espaços de participação digital é qualitativamente pior do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou espaços de participação digital de governos locais)

### Consultas públicas na construção de políticas públicas federais

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso de consultas públicas na construção de políticas públicas pelo governo federal

Frequência de uso de consultas públicas pelo governo no para construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Convites para participar (iniciativa do governo federal, por qualquer meio):

- Organização nunca foi convidada pelo governo para participar de consulta pública;
- Raramente é convidado (1% a 29% das vezes em que há uma consulta);
- Ocasionalmente é convidado (30% a 60%);
- Frequentemente é convidado (mais de 60% das vezes).

### Ações ativas de engajamento em consultas (organização procura participar):

- Frequentemente procura participar (mais de 60% das vezes);
- Ocasionalmente (30%-60%);
- Raramente (até 29%);
- Nunca

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento a consultas públicas é qualitativamente melhor do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

### Audiências públicas na construção de políticas públicas federais

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso de audiências públicas na construção de políticas públicas pelo governo federal

### Frequência de uso de audiências públicas pelo governo para construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Convites para participar (iniciativa do governo federal, por qualquer meio):

- Organização nunca foi convidada pelo governo para participar de audiência pública;
- Raramente é convidado (1% a 29% das vezes em que há uma audiência);
- Ocasionalmente é convidado (30% a 60%);
- Frequentemente é convidado (mais de 60% das vezes).

### Ações ativas de engajamento em audiências (organização procura participar):

- Frequentemente procura participar (mais de 60% das vezes);
- Ocasionalmente (30%-60%);
- Raramente (até 29%);
- Nunca

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento a audiências públicas é qualitativamente melhor do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente



## Outras considerações da organização sobre participação no governo federal

---

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

# Questionário transparência e participação no Governo Federal

Esse questionário tem como objetivo coletar as percepções no uso de ferramentas de transparência e participação governamentais pelas organizações da sociedade civil e movimentos sociais organizados, sendo garantidas a confidencialidade, sigilo e anonimato dos participantes. A partir dos resultados, compreender a efetividade desses instrumentos, detectar eventuais deficiências e apontar soluções.

Os resultados serão divulgados na tese de doutorado da pesquisadora responsável pela sua elaboração, Caroline Maciel.

A sua participação é uma etapa muito importante para o diagnóstico e sistematização das dificuldades enfrentadas por usuários qualificados, identificação dos avanços e de sugestões para melhorias. Se possível, responda todas as questões.

Endereço de e-mail \*

Para evitar o uso de robots neste questionário, responda: qual das imagens abaixo é um prato de sobremesa? \*



1



2



3



4

## Dados

Nome da instituição que representa \*

[REDACTED]

## Principal área de atuação institucional \*

- Transparência e Integridade
- Direitos Humanos/Direitos fundamentais
- Socioambiental
- Nova economia
- Saúde
- Educação
- Outro: Migrantes e Refugiados

## Estou apto(a) a responder em nome da organização que represento? \*

- Sim

## Nome completo do responsável pelo preenchimento \*

[REDACTED]

## Vínculo/cargo institucional \*

Diretora

## Anos que está na instituição \*

- Até 1 ano
- Mais de 1 ano até 5 anos
- Mais de 5 anos

## Última escolaridade do respondente \*

- Ensino superior
- Especialização
- Mestrado
- Doutorado
- Outro: .....

## Concordo com o Termo de Consentimento Livre e Informado abaixo \*

Declaro, por meio deste termo, que concordei voluntariamente em responder esse questionário, que busca coletar as percepções de usuários qualificados no uso de ferramentas de transparência e participação governamentais, desenvolvido pela pesquisadora Caroline Stéphanie Francis dos Santos Maciel. Fui informado(a) que a pesquisa é desenvolvida para fins estritamente acadêmicos em sede de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Direito na Universidade Federal de Minas Gerais, sob orientação da Profa. Fabiana de Menezes Soares, vinculada ao Observatório para a Qualidade da Lei e em parceria com a Dado Capital e a Rede de Advocacy Colaborativo. Afirmando que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou outros benefícios, nem ter qualquer ônus ou risco à saúde e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui também informado(a) que não será divulgado meu nome e nem outro dado de contato que permita a minha identificação pessoal, em conformidade com as normas éticas do Comitê de Ética da UFMG (art. 1º, § único, I, V e VII da Resolução 510/2016). Informaram, ainda, que apenas os dados institucionais e resultados das respostas ao questionário serão divulgados no relatório da pesquisa, garantidas a confidencialidade, sigilo e anonimato dos participantes. Por fim, fui informado(a) de que posso me retirar dessa pesquisa de opinião a qualquer momento, sem sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos. Ao selecionar "sim" nesta caixa, concordo com todas as especificações acima deste Termo de Consentimento Livre e Informado.

Sim

Autorizo a divulgação dos dados institucionais e respostas às perguntas do questionário para a realização dos objetivos dessa pesquisa \*

Sim

## Orientações gerais

Nas questões fechadas, escolha a melhor resposta dentre as possíveis, que representa melhor a realidade no uso geral dessas ferramentas pela organização (o que ocorreu na maioria das vezes).

Dê uma resposta com base na realidade da sua instituição e não apenas na sua experiência pessoal.

Nas questões abertas, aprofunde nas particularidades sobre o tópico. Quanto mais dados fornecer, tanto melhor para a pesquisa e completo diagnóstico da situação.

Caso não saiba alguma(s) da(s) resposta(s), por você não utilizar o canal/desconhecê-lo, veja se é possível obtê-la(s) junto à organização que representa; caso contrário, marque que a organização não usa.



### Sites oficiais do governo federal ([gov.br](http://gov.br) e derivados)

A organização já extraiu dados ou informações de algum site oficial do governo federal?

\*

- Sim
- Não

### Uso de sites oficiais do governo federal ([gov.br](http://gov.br) e derivados)

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso dos sites oficiais do governo federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:





### Frequência de uso

1    2    3    4    5

Raramente usamos na organização                        Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no site
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa por conta própria conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso

## Outras dificuldades de navegabilidade e usabilidade

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Mudanças de domínio e/ou links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre ocorrências em navegabilidade antes e depois da mudança dos domínios, com a unificação dos endereços eletrônicos do governo federal em 2019 (portal único [gov.br](http://gov.br)).

A introdução de novos mecanismos e exigências traz dificuldades para a familiaridade e adoção dos mesmos, assim como torna difícil o uso por parte das pessoas que devemos orientar para o cumprimento das exigências e alterações feitas, pois às vezes são muito complexas.

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados ativamente nos sites oficiais do governo federal resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

Os sites oficiais de governos estaduais e municipais que a organização acessa são qualitativamente inferiores ao sites do governo federal, considerando as dimensões desse questionário (disponibilidade, atualização, compreensão dos dados e navegabilidade no site).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou sites oficiais de governos estaduais/municipais)

Portal da Transparência Federal ([portaldatransparencia.gov.br](http://portaldatransparencia.gov.br))

A organização já extraiu dados ou informações do Portal da Transparência federal? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse portal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

### Uso do Portal da Transparência Federal

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do Portal da Transparência Federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:



### Frequência de uso

1 2 3 4 5

Raramente usamos na  
organização

Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no portal
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa por conta própria conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso à informação ou dado.

### Outras dificuldades de navegabilidade e usabilidade

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre ocorrências em navegabilidade antes e depois da reformulação do Portal da Transparência Federal em 2018.

.....

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados no Portal da Transparência Federal resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente



No geral, os Portais da Transparência estaduais e municipais que a organização usa são qualitativamente inferiores ao Portal da Transparência Federal, considerando as dimensões desse questionário (disponibilidade, atualização, compreensão dos dados e navegabilidade no portal).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou nenhum portal de transparência estadual ou municipal)

#### Portal Brasileiro de Dados Abertos ([dados.gov.br](https://dados.gov.br))

A organização já extraiu dados do Portal Brasileiro de Dados Abertos? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse portal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

## Uso do Portal Brasileiro de Dados Abertos

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do Portal Brasileiro de Dados Abertos pela organização da sociedade civil ou movimento social:



Frequência de uso

	1	2	3	4	5	
Raramente usamos na organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no portal
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa (autônoma) conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso à informação ou dado.

## Outras dificuldades

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Escassez de bases de dados abertos disponibilizadas ativamente
- Bases de dados abertos não disponibilizadas no prazo estabelecido, em conformidade com os cronogramas de abertura dos órgãos
- Não disponibilização das bases de dados abertos, mesmo após solicitação
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre modificações nesse portal no decorrer do tempo.

.....

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados ativamente no Portal Brasileiro de Dados Abertos resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

Os governos estaduais e municipais e os outros poderes (que organização acessa) disponibilizam bem menos dados públicos em formato aberto que o governo federal, seja no Portal Brasileiro de Dados Abertos ou em outros portais.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca extraiu dados abertos de governos subnacionais ou de outros poderes)

### Pedidos de acesso à informação a órgãos do governo federal

A organização já fez pedido de acesso à informação através do e-SIC federal? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse canal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo/instável)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

## Uso do e-SIC federal

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do e-SIC federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:



Frequência de uso

	1	2	3	4	5	
Raramente usamos na organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Usamos com muita frequência



### Satisfação com o acesso concedido

- Conseguiu acesso completo a tudo que pediu já com o pedido inicial, no prazo legal;
- Conseguiu acesso completo apenas após recorrer ou após o prazo legal;
- Não conseguiu acesso completo, apenas parcial;
- Negativa completa de acesso, mesmo sem ser hipótese legal de sigilo.

### Justificativas dos órgãos para negativas de acesso (se aplicável)

- Não recebeu nenhuma justificativa
- Trabalho adicional de análise, interpretação ou consolidação
- Pedido genérico
- Órgão incompetente (sem reencaminhar o seu pedido)
- Pandemia
- Dados pessoais
- Sigilo legal
- Interpretação extensiva do órgão sobre o sigilo
- Inexistência dos documentos digitalizados e necessidade de consultar arquivos físicos pessoalmente
- Outro: .....

## Compreensão das respostas ou dados enviados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada na resposta e nem as informações enviadas;
- Teve alguma dificuldade, mas com alguma pesquisa (autônoma) conseguiu entender;
- Não conseguiu compreender e precisou solicitar esclarecimentos em recurso ou nova solicitação de acesso;
- Não conseguiu compreender e desistiu do acesso à informação.

## Dificuldades técnicas com o e-SIC federal

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Sistema fora do ar, lento ou instável;
- Respostas fora do prazo legal;
- Obscuridade nas competências dos órgãos e dificuldade para saber a quem encaminhar o pedido;
- Arquivos anexos corrompidos/desconfigurados/inúteis;
- Arquivo em formato não aberto, não legível por máquina;
- Indisponibilidade de arquivos digitais;
- Não sistematização de dados pelo órgão;
- Necessidade de dados gerais de órgãos com competências centrais e foi aconselhado a procurar cada órgão individualmente, o que inviabilizou o acesso pela grande quantidade de órgãos ou volume de dados.

### Outros problemas que dificultaram ou desestimularam o acesso

- Exigências excessivas de dados pessoais;
- Cobrança de taxas de reprodução;
- Não divulgação de lista de documentos classificados como sigilosos pelo órgão federal;
- Influência do perfil do solicitante na resposta ao pedido (antes da possibilidade de pedidos anônimos no e-SIC federal);
- Falta de capacitação técnica dos servidores para responder as solicitações;
- Outro: .....

Os sistemas eletrônicos de solicitação de acesso à informação de governos estaduais e municipais que a organização usa são qualitativamente inferiores ao e-SIC federal, considerando as dimensões desse questionário (satisfação com o acesso, justificativas para negativas, compreensão e dificuldades técnicas).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou sistemas de acesso de governos subnacionais)

Ouvidorias federais ([ouvidorias.gov.br](https://www.ouvidorias.gov.br))

A organização já usou o sistema eletrônico de ouvidorias do governo federal? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse canal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não acredita que seja um canal efetivo
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

## Sistema federal de Ouvidorias

Nas questões desta seção responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso de ouvidorias federais pela organização da sociedade civil ou movimento social:



### Frequência de uso

	1	2	3	4	5	
Raramente usamos na organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Usamos com muita frequência

## Motivos do seu uso

- Denúncia
- Reclamação
- Elogio
- Solicitação de serviço público
- Pedido de desburocratização
- Sugestão
- Pedido de acesso à informação

## Efetividade/poder de influência

- As manifestações feitas pela ouvidoria frequentemente geraram resultados efetivos (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente efetivos (entre 30% e 60%);
- Raramente efetivos (menos 1% a 29%);
- Nunca são efetivos.

## Devolutiva

- Nunca recebe satisfação das manifestações enviadas;
- Recebe respostas, mas raramente são satisfatórias ou completas;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias e completas.

## Dificuldades técnicas

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Sistema fora do ar, lento ou instável;
- Retorno intempestivo ou demorado acerca da manifestação;
- Falta de capacitação técnica dos servidores para fornecer as respostas;
- Outro: .....

Considerando as dimensões do questionário, os sistemas de ouvidorias locais (governos estaduais e municipais que a organização usa) são qualitativamente inferiores ao sistema federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou ouvidorias locais)

## Outras considerações da organização sobre transparência no governo federal

---

### Participação em políticas públicas

Até então, as perguntas eram sobre o uso de ferramentas de transparência do governo federal pela instituição. A partir daqui, responda com base na percepção e opinião institucionais sobre o uso de ferramentas de participação pelo governo na construção de políticas públicas.

A organização já usou as plataformas Dialoga Brasil ([dialoga.gov.br](http://dialoga.gov.br)) e/ou Participa Brasil ([participa.br](http://participa.br)) do governo federal? \*

- Sim (ambas)
- Sim (apenas a Participa Brasil)
- Sim (apenas a Dialoga Brasil)
- Não (nenhuma delas)



Se a resposta foi sim apenas para uma delas ou não, qual motivo?

- Não conhece essa(s) plataforma(s)
- Não precisa usá-la(s) para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-la(s) - complexa(s)
- Não a(s) considera ferramenta(s) efetiva(s) de participação
- Não se aplica (respondeu sim para ambas no item anterior)
- Outro: Não sabemos a que servem. ....

## Plataformas Dialoga Brasil e Participa Br

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso das Plataformas Dialoga Brasil e Participa Br (espaços de participação digital) na construção de políticas públicas pelo governo federal



Frequência de uso de alguma das plataformas pelo governo para a construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Ações ativas de engajamento nas Plataformas (organização procura participar):

	1	2	3	4	5	
Raramente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Com muita frequência

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento em espaços de participação digital é qualitativamente pior do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou espaços de participação digital de governos locais)

### Consultas públicas na construção de políticas públicas federais

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso de consultas públicas na construção de políticas públicas pelo governo federal

Frequência de uso de consultas públicas pelo governo no para construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Convites para participar (iniciativa do governo federal, por qualquer meio):

- Organização nunca foi convidada pelo governo para participar de consulta pública;
- Raramente é convidado (1% a 29% das vezes em que há uma consulta);
- Ocasionalmente é convidado (30% a 60%);
- Frequentemente é convidado (mais de 60% das vezes).

### Ações ativas de engajamento em consultas (organização procura participar):

- Frequentemente procura participar (mais de 60% das vezes);
- Ocasionalmente (30%-60%);
- Raramente (até 29%);
- Nunca

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento a consultas públicas é qualitativamente melhor do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

### Audiências públicas na construção de políticas públicas federais

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso de audiências públicas na construção de políticas públicas pelo governo federal

### Frequência de uso de audiências públicas pelo governo para construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Convites para participar (iniciativa do governo federal, por qualquer meio):

- Organização nunca foi convidada pelo governo para participar de audiência pública;
- Raramente é convidado (1% a 29% das vezes em que há uma audiência);
- Ocasionalmente é convidado (30% a 60%);
- Frequentemente é convidado (mais de 60% das vezes).

### Ações ativas de engajamento em audiências (organização procura participar):

- Frequentemente procura participar (mais de 60% das vezes);
- Ocasionalmente (30%-60%);
- Raramente (até 29%);
- Nunca

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento a audiências públicas é qualitativamente melhor do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente



## Outras considerações da organização sobre participação no governo federal

Em nossas respostas consideramos as oportunidades de participação também no âmbito do Congresso Nacional, mais do que em âmbito do Poder Executivo.

---

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

# Questionário transparência e participação no Governo Federal

Esse questionário tem como objetivo coletar as percepções no uso de ferramentas de transparência e participação governamentais pelas organizações da sociedade civil e movimentos sociais organizados, sendo garantidas a confidencialidade, sigilo e anonimato dos participantes. A partir dos resultados, compreender a efetividade desses instrumentos, detectar eventuais deficiências e apontar soluções.

Os resultados serão divulgados na tese de doutorado da pesquisadora responsável pela sua elaboração, Caroline Maciel.

A sua participação é uma etapa muito importante para o diagnóstico e sistematização das dificuldades enfrentadas por usuários qualificados, identificação dos avanços e de sugestões para melhorias. Se possível, responda todas as questões.

Endereço de e-mail \*

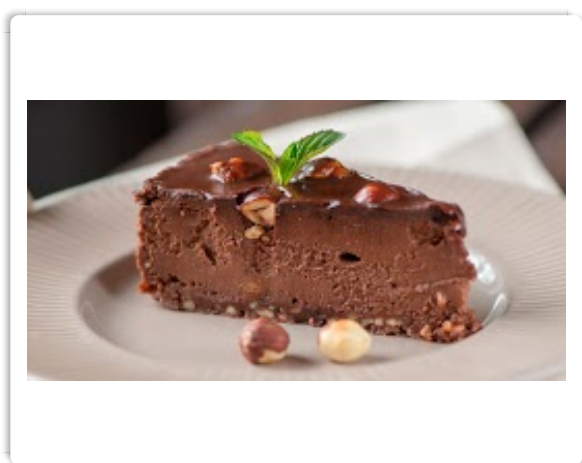
Para evitar o uso de robots neste questionário, responda: qual das imagens abaixo é um prato de sobremesa? \*



1



2



3



4

## Dados

Nome da instituição que representa \*

[Redacted]

## Principal área de atuação institucional \*

- Transparência e Integridade
- Direitos Humanos/Direitos fundamentais
- Socioambiental
- Nova economia
- Saúde
- Educação
- Outro: .....

## Estou apto(a) a responder em nome da organização que represento? \*

- Sim

## Nome completo do responsável pelo preenchimento \*

████████████████████

## Vínculo/cargo institucional \*

Presidente

## Anos que está na instituição \*

- Até 1 ano
- Mais de 1 ano até 5 anos
- Mais de 5 anos

## Última escolaridade do respondente \*

- Ensino superior
- Especialização
- Mestrado
- Doutorado
- Outro: .....

## Concordo com o Termo de Consentimento Livre e Informado abaixo \*

Declaro, por meio deste termo, que concordei voluntariamente em responder esse questionário, que busca coletar as percepções de usuários qualificados no uso de ferramentas de transparência e participação governamentais, desenvolvido pela pesquisadora Caroline Stéphanie Francis dos Santos Maciel. Fui informado(a) que a pesquisa é desenvolvida para fins estritamente acadêmicos em sede de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Direito na Universidade Federal de Minas Gerais, sob orientação da Profa. Fabiana de Menezes Soares, vinculada ao Observatório para a Qualidade da Lei e em parceria com a Dado Capital e a Rede de Advocacy Colaborativo. Afirmando que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou outros benefícios, nem ter qualquer ônus ou risco à saúde e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui também informado(a) que não será divulgado meu nome e nem outro dado de contato que permita a minha identificação pessoal, em conformidade com as normas éticas do Comitê de Ética da UFMG (art. 1º, § único, I, V e VII da Resolução 510/2016). Informaram, ainda, que apenas os dados institucionais e resultados das respostas ao questionário serão divulgados no relatório da pesquisa, garantidas a confidencialidade, sigilo e anonimato dos participantes. Por fim, fui informado(a) de que posso me retirar dessa pesquisa de opinião a qualquer momento, sem sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos. Ao selecionar "sim" nesta caixa, concordo com todas as especificações acima deste Termo de Consentimento Livre e Informado.

Sim

Autorizo a divulgação dos dados institucionais e respostas às perguntas do questionário para a realização dos objetivos dessa pesquisa \*

Sim

## Orientações gerais

Nas questões fechadas, escolha a melhor resposta dentre as possíveis, que representa melhor a realidade no uso geral dessas ferramentas pela organização (o que ocorreu na maioria das vezes).

Dê uma resposta com base na realidade da sua instituição e não apenas na sua experiência pessoal.

Nas questões abertas, aprofunde nas particularidades sobre o tópico. Quanto mais dados fornecer, tanto melhor para a pesquisa e completo diagnóstico da situação.

Caso não saiba alguma(s) da(s) resposta(s), por você não utilizar o canal/desconhecê-lo, veja se é possível obtê-la(s) junto à organização que representa; caso contrário, marque que a organização não usa.



### Sites oficiais do governo federal ([gov.br](http://gov.br) e derivados)

A organização já extraiu dados ou informações de algum site oficial do governo federal?

\*

- Sim
- Não

### Uso de sites oficiais do governo federal ([gov.br](http://gov.br) e derivados)

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso dos sites oficiais do governo federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:





### Frequência de uso

1    2    3    4    5

Raramente usamos na organização                        Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no site
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa por conta própria conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso

## Outras dificuldades de navegabilidade e usabilidade

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Mudanças de domínio e/ou links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre ocorrências em navegabilidade antes e depois da mudança dos domínios, com a unificação dos endereços eletrônicos do governo federal em 2019 (portal único [gov.br](http://gov.br)).

Vou pontuar sobre as questões atuais do início deste governo que começaram a não disponibilizar mais informações na área do Ministério da Saúde, principalmente nas pautas que atuamos como aids, hepatites virais e tuberculose.

.....

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados ativamente nos sites oficiais do governo federal resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

Os sites oficiais de governos estaduais e municipais que a organização acessa são qualitativamente inferiores ao sites do governo federal, considerando as dimensões desse questionário (disponibilidade, atualização, compreensão dos dados e navegabilidade no site).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou sites oficiais de governos estaduais/municipais)

Portal da Transparência Federal ([portaldatransparencia.gov.br](http://portaldatransparencia.gov.br))

A organização já extraiu dados ou informações do Portal da Transparência federal? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse portal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

### Uso do Portal da Transparência Federal

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do Portal da Transparência Federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:



### Frequência de uso

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5

Raramente usamos na organização

Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no portal
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa por conta própria conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso à informação ou dado.

### Outras dificuldades de navegabilidade e usabilidade

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre ocorrências em navegabilidade antes e depois da reformulação do Portal da Transparência Federal em 2018.

.....

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados no Portal da Transparência Federal resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente



No geral, os Portais da Transparência estaduais e municipais que a organização usa são qualitativamente inferiores ao Portal da Transparência Federal, considerando as dimensões desse questionário (disponibilidade, atualização, compreensão dos dados e navegabilidade no portal).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou nenhum portal de transparência estadual ou municipal)

#### Portal Brasileiro de Dados Abertos ([dados.gov.br](https://dados.gov.br))

A organização já extraiu dados do Portal Brasileiro de Dados Abertos? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse portal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

## Uso do Portal Brasileiro de Dados Abertos

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do Portal Brasileiro de Dados Abertos pela organização da sociedade civil ou movimento social:



Frequência de uso

1 2 3 4 5

Raramente usamos na  
organização

Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no portal
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa (autônoma) conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso à informação ou dado.

## Outras dificuldades

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Escassez de bases de dados abertos disponibilizadas ativamente
- Bases de dados abertos não disponibilizadas no prazo estabelecido, em conformidade com os cronogramas de abertura dos órgãos
- Não disponibilização das bases de dados abertos, mesmo após solicitação
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre modificações nesse portal no decorrer do tempo.

.....

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados ativamente no Portal Brasileiro de Dados Abertos resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

Os governos estaduais e municipais e os outros poderes (que organização acessa) disponibilizam bem menos dados públicos em formato aberto que o governo federal, seja no Portal Brasileiro de Dados Abertos ou em outros portais.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca extraí dados abertos de governos subnacionais ou de outros poderes)

### Pedidos de acesso à informação a órgãos do governo federal

A organização já fez pedido de acesso à informação através do e-SIC federal? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse canal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo/instável)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

### Uso do e-SIC federal

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do e-SIC federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:



Frequência de uso

	1	2	3	4	5	
Raramente usamos na organização	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Usamos com muita frequência



### Satisfação com o acesso concedido

- Conseguiu acesso completo a tudo que pediu já com o pedido inicial, no prazo legal;
- Conseguiu acesso completo apenas após recorrer ou após o prazo legal;
- Não conseguiu acesso completo, apenas parcial;
- Negativa completa de acesso, mesmo sem ser hipótese legal de sigilo.

### Justificativas dos órgãos para negativas de acesso (se aplicável)

- Não recebeu nenhuma justificativa
- Trabalho adicional de análise, interpretação ou consolidação
- Pedido genérico
- Órgão incompetente (sem reencaminhar o seu pedido)
- Pandemia
- Dados pessoais
- Sigilo legal
- Interpretação extensiva do órgão sobre o sigilo
- Inexistência dos documentos digitalizados e necessidade de consultar arquivos físicos pessoalmente
- Outro: .....

## Compreensão das respostas ou dados enviados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada na resposta e nem as informações enviadas;
- Teve alguma dificuldade, mas com alguma pesquisa (autônoma) conseguiu entender;
- Não conseguiu compreender e precisou solicitar esclarecimentos em recurso ou nova solicitação de acesso;
- Não conseguiu compreender e desistiu do acesso à informação.

## Dificuldades técnicas com o e-SIC federal

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Sistema fora do ar, lento ou instável;
- Respostas fora do prazo legal;
- Obscuridade nas competências dos órgãos e dificuldade para saber a quem encaminhar o pedido;
- Arquivos anexos corrompidos/desconfigurados/inúteis;
- Arquivo em formato não aberto, não legível por máquina;
- Indisponibilidade de arquivos digitais;
- Não sistematização de dados pelo órgão;
- Necessidade de dados gerais de órgãos com competências centrais e foi aconselhado a procurar cada órgão individualmente, o que inviabilizou o acesso pela grande quantidade de órgãos ou volume de dados.

### Outros problemas que dificultaram ou desestimularam o acesso

- Exigências excessivas de dados pessoais;
- Cobrança de taxas de reprodução;
- Não divulgação de lista de documentos classificados como sigilosos pelo órgão federal;
- Influência do perfil do solicitante na resposta ao pedido (antes da possibilidade de pedidos anônimos no e-SIC federal);
- Falta de capacitação técnica dos servidores para responder as solicitações;
- Outro: .....

Os sistemas eletrônicos de solicitação de acesso à informação de governos estaduais e municipais que a organização usa são qualitativamente inferiores ao e-SIC federal, considerando as dimensões desse questionário (satisfação com o acesso, justificativas para negativas, compreensão e dificuldades técnicas).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou sistemas de acesso de governos subnacionais)

Ouvidorias federais ([ouvidorias.gov.br](https://ouvidorias.gov.br))

A organização já usou o sistema eletrônico de ouvidorias do governo federal? \*

Sim

Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

Não conhece esse canal

Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais

Não consegue usá-lo (complexo)

Não acredita que seja um canal efetivo

Não se aplica (respondeu sim no item anterior)

Outro: .....

## Sistema federal de Ouvidorias

Nas questões desta seção responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso de ouvidorias federais pela organização da sociedade civil ou movimento social:



### Frequência de uso

1    2    3    4    5

Raramente usamos na organização                   Usamos com muita frequência

## Motivos do seu uso

- Denúncia
- Reclamação
- Elogio
- Solicitação de serviço público
- Pedido de desburocratização
- Sugestão
- Pedido de acesso à informação

## Efetividade/poder de influência

- As manifestações feitas pela ouvidoria frequentemente geraram resultados efetivos (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente efetivos (entre 30% e 60%);
- Raramente efetivos (menos 1% a 29%);
- Nunca são efetivos.

## Devolutiva

- Nunca recebe satisfação das manifestações enviadas;
- Recebe respostas, mas raramente são satisfatórias ou completas;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias e completas.

## Dificuldades técnicas

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Sistema fora do ar, lento ou instável;
- Retorno intempestivo ou demorado acerca da manifestação;
- Falta de capacitação técnica dos servidores para fornecer as respostas;
- Outro: .....

Considerando as dimensões do questionário, os sistemas de ouvidorias locais (governos estaduais e municipais que a organização usa) são qualitativamente inferiores ao sistema federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou ouvidorias locais)

## Outras considerações da organização sobre transparência no governo federal

---

### Participação em políticas públicas

Até então, as perguntas eram sobre o uso de ferramentas de transparência do governo federal pela instituição. A partir daqui, responda com base na percepção e opinião institucionais sobre o uso de ferramentas de participação pelo governo na construção de políticas públicas.

A organização já usou as plataformas Dialoga Brasil ([dialoga.gov.br](http://dialoga.gov.br)) e/ou Participa Brasil ([participa.br](http://participa.br)) do governo federal? \*

- Sim (ambas)
- Sim (apenas a Participa Brasil)
- Sim (apenas a Dialoga Brasil)
- Não (nenhuma delas)



Se a resposta foi sim apenas para uma delas ou não, qual motivo?

- Não conhece essa(s) plataforma(s)
- Não precisa usá-la(s) para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-la(s) - complexa(s)
- Não a(s) considera ferramenta(s) efetiva(s) de participação
- Não se aplica (respondeu sim para ambas no item anterior)
- Outro: .....

## Plataformas Dialoga Brasil e Participa Br

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso das Plataformas Dialoga Brasil e Participa Br (espaços de participação digital) na construção de políticas públicas pelo governo federal



Frequência de uso de alguma das plataformas pelo governo para a construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Ações ativas de engajamento nas Plataformas (organização procura participar):

	1	2	3	4	5	
Raramente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Com muita frequência

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento em espaços de participação digital é qualitativamente pior do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou espaços de participação digital de governos locais)

### Consultas públicas na construção de políticas públicas federais

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso de consultas públicas na construção de políticas públicas pelo governo federal

Frequência de uso de consultas públicas pelo governo no para construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Convites para participar (iniciativa do governo federal, por qualquer meio):

- Organização nunca foi convidada pelo governo para participar de consulta pública;
- Raramente é convidado (1% a 29% das vezes em que há uma consulta);
- Ocasionalmente é convidado (30% a 60%);
- Frequentemente é convidado (mais de 60% das vezes).

### Ações ativas de engajamento em consultas (organização procura participar):

- Frequentemente procura participar (mais de 60% das vezes);
- Ocasionalmente (30%-60%);
- Raramente (até 29%);
- Nunca

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento a consultas públicas é qualitativamente melhor do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

### Audiências públicas na construção de políticas públicas federais

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso de audiências públicas na construção de políticas públicas pelo governo federal

### Frequência de uso de audiências públicas pelo governo para construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Convites para participar (iniciativa do governo federal, por qualquer meio):

- Organização nunca foi convidada pelo governo para participar de audiência pública;
- Raramente é convidado (1% a 29% das vezes em que há uma audiência);
- Ocasionalmente é convidado (30% a 60%);
- Frequentemente é convidado (mais de 60% das vezes).

### Ações ativas de engajamento em audiências (organização procura participar):

- Frequentemente procura participar (mais de 60% das vezes);
- Ocasionalmente (30%-60%);
- Raramente (até 29%);
- Nunca

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento a audiências públicas é qualitativamente melhor do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente



## Outras considerações da organização sobre participação no governo federal

---

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

# Questionário transparência e participação no Governo Federal

Esse questionário tem como objetivo coletar as percepções no uso de ferramentas de transparência e participação governamentais pelas organizações da sociedade civil e movimentos sociais organizados, sendo garantidas a confidencialidade, sigilo e anonimato dos participantes. A partir dos resultados, compreender a efetividade desses instrumentos, detectar eventuais deficiências e apontar soluções.

Os resultados serão divulgados na tese de doutorado da pesquisadora responsável pela sua elaboração, Caroline Maciel.

A sua participação é uma etapa muito importante para o diagnóstico e sistematização das dificuldades enfrentadas por usuários qualificados, identificação dos avanços e de sugestões para melhorias. Se possível, responda todas as questões.

Endereço de e-mail \*

[REDACTED]

Para evitar o uso de robots neste questionário, responda: qual das imagens abaixo é um prato de sobremesa? \*



1



2



3



4

## Dados

Nome da instituição que representa \*

[REDACTED]

## Principal área de atuação institucional \*

- Transparência e Integridade
- Direitos Humanos/Direitos fundamentais
- Socioambiental
- Nova economia
- Saúde
- Educação
- Outro: .....

## Estou apto(a) a responder em nome da organização que represento? \*

- Sim

## Nome completo do responsável pelo preenchimento \*

.....

## Vínculo/cargo institucional \*

Diretor-executivo .....

## Anos que está na instituição \*

- Até 1 ano
- Mais de 1 ano até 5 anos
- Mais de 5 anos

## Última escolaridade do respondente \*

- Ensino superior
- Especialização
- Mestrado
- Doutorado
- Outro: .....

## Concordo com o Termo de Consentimento Livre e Informado abaixo \*

Declaro, por meio deste termo, que concordei voluntariamente em responder esse questionário, que busca coletar as percepções de usuários qualificados no uso de ferramentas de transparência e participação governamentais, desenvolvido pela pesquisadora Caroline Stéphanie Francis dos Santos Maciel. Fui informado(a) que a pesquisa é desenvolvida para fins estritamente acadêmicos em sede de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Direito na Universidade Federal de Minas Gerais, sob orientação da Profa. Fabiana de Menezes Soares, vinculada ao Observatório para a Qualidade da Lei e em parceria com a Dado Capital e a Rede de Advocacy Colaborativo. Afirmando que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou outros benefícios, nem ter qualquer ônus ou risco à saúde e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui também informado(a) que não será divulgado meu nome e nem outro dado de contato que permita a minha identificação pessoal, em conformidade com as normas éticas do Comitê de Ética da UFMG (art. 1º, § único, I, V e VII da Resolução 510/2016). Informaram, ainda, que apenas os dados institucionais e resultados das respostas ao questionário serão divulgados no relatório da pesquisa, garantidas a confidencialidade, sigilo e anonimato dos participantes. Por fim, fui informado(a) de que posso me retirar dessa pesquisa de opinião a qualquer momento, sem sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos. Ao selecionar "sim" nesta caixa, concordo com todas as especificações acima deste Termo de Consentimento Livre e Informado.

Sim

Autorizo a divulgação dos dados institucionais e respostas às perguntas do questionário para a realização dos objetivos dessa pesquisa \*

Sim

## Orientações gerais

Nas questões fechadas, escolha a melhor resposta dentre as possíveis, que representa melhor a realidade no uso geral dessas ferramentas pela organização (o que ocorreu na maioria das vezes).

Dê uma resposta com base na realidade da sua instituição e não apenas na sua experiência pessoal.

Nas questões abertas, aprofunde nas particularidades sobre o tópico. Quanto mais dados fornecer, tanto melhor para a pesquisa e completo diagnóstico da situação.

Caso não saiba alguma(s) da(s) resposta(s), por você não utilizar o canal/desconhecê-lo, veja se é possível obtê-la(s) junto à organização que representa; caso contrário, marque que a organização não usa.



### Sites oficiais do governo federal ([gov.br](http://gov.br) e derivados)

A organização já extraiu dados ou informações de algum site oficial do governo federal?

\*

- Sim
- Não

### Uso de sites oficiais do governo federal ([gov.br](http://gov.br) e derivados)

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso dos sites oficiais do governo federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:





### Frequência de uso

1    2    3    4    5

Raramente usamos na organização                        Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no site
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa por conta própria conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso

## Outras dificuldades de navegabilidade e usabilidade

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Mudanças de domínio e/ou links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre ocorrências em navegabilidade antes e depois da mudança dos domínios, com a unificação dos endereços eletrônicos do governo federal em 2019 (portal único [gov.br](http://gov.br)).

Tem havido muita instabilidade do portal de transparência, além de links quebrados. Mas não sei dizer se a mudança de domínio tem relação causal com isso.

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados ativamente nos sites oficiais do governo federal resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

Os sites oficiais de governos estaduais e municipais que a organização acessa são qualitativamente inferiores aos sites do governo federal, considerando as dimensões desse questionário (disponibilidade, atualização, compreensão dos dados e navegabilidade no site).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou sites oficiais de governos estaduais/municipais)

Portal da Transparência Federal ([portaldatransparencia.gov.br](http://portaldatransparencia.gov.br))

A organização já extraiu dados ou informações do Portal da Transparência federal? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse portal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

### Uso do Portal da Transparência Federal

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do Portal da Transparência Federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:



### Frequência de uso

1 2 3 4 5

Raramente usamos na organização

Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no portal
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa por conta própria conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso à informação ou dado.

## Outras dificuldades de navegabilidade e usabilidade

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre ocorrências em navegabilidade antes e depois da reformulação do Portal da Transparência Federal em 2018.

O portal ficou melhor em termos de usabilidade geral, mas os problemas estruturais sobre dados orçamentários continuam similares. Por exemplo, é muito difícil cruzar despesas, sendo necessários vários cliques.

.....



A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados no Portal da Transparência Federal resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

No geral, os Portais da Transparência estaduais e municipais que a organização usa são qualitativamente inferiores ao Portal da Transparência Federal, considerando as dimensões desse questionário (disponibilidade, atualização, compreensão dos dados e navegabilidade no portal).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou nenhum portal de transparência estadual ou municipal)

#### Portal Brasileiro de Dados Abertos ([dados.gov.br](https://dados.gov.br))

A organização já extraiu dados do Portal Brasileiro de Dados Abertos? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse portal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

## Uso do Portal Brasileiro de Dados Abertos

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do Portal Brasileiro de Dados Abertos pela organização da sociedade civil ou movimento social:



Frequência de uso

1 2 3 4 5

Raramente usamos na  
organização

Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no portal
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa (autônoma) conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso à informação ou dado.

## Outras dificuldades

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Escassez de bases de dados abertos disponibilizadas ativamente
- Bases de dados abertos não disponibilizadas no prazo estabelecido, em conformidade com os cronogramas de abertura dos órgãos
- Não disponibilização das bases de dados abertos, mesmo após solicitação
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre modificações nesse portal no decorrer do tempo.

Muitas bases de dados encontram-se descontinuadas ou desatualizadas, não há informação suficiente nos dicionários de dados, e muitos links encontram-se quebrados.

.....

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados ativamente no Portal Brasileiro de Dados Abertos resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

Os governos estaduais e municipais e os outros poderes (que organização acessa) disponibilizam bem menos dados públicos em formato aberto que o governo federal, seja no Portal Brasileiro de Dados Abertos ou em outros portais.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca extraiu dados abertos de governos subnacionais ou de outros poderes)

### Pedidos de acesso à informação a órgãos do governo federal

A organização já fez pedido de acesso à informação através do e-SIC federal? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse canal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo/instável)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

### Uso do e-SIC federal

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do e-SIC federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:



Frequência de uso

	1	2	3	4	5	
Raramente usamos na organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	Usamos com muita frequência



### Satisfação com o acesso concedido

- Conseguiu acesso completo a tudo que pediu já com o pedido inicial, no prazo legal;
- Conseguiu acesso completo apenas após recorrer ou após o prazo legal;
- Não conseguiu acesso completo, apenas parcial;
- Negativa completa de acesso, mesmo sem ser hipótese legal de sigilo.

### Justificativas dos órgãos para negativas de acesso (se aplicável)

- Não recebeu nenhuma justificativa
- Trabalho adicional de análise, interpretação ou consolidação
- Pedido genérico
- Órgão incompetente (sem reencaminhar o seu pedido)
- Pandemia
- Dados pessoais
- Sigilo legal
- Interpretação extensiva do órgão sobre o sigilo
- Inexistência dos documentos digitalizados e necessidade de consultar arquivos físicos pessoalmente
- Outro:  
Dizer que o dado já estava na transparência ativa (quando não estava); dizer que respondeu, quando não tinha a informação solicitada, entre outras.

## Compreensão das respostas ou dados enviados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada na resposta e nem as informações enviadas;
- Teve alguma dificuldade, mas com alguma pesquisa (autônoma) conseguiu entender;
- Não conseguiu compreender e precisou solicitar esclarecimentos em recurso ou nova solicitação de acesso;
- Não conseguiu compreender e desistiu do acesso à informação.

## Dificuldades técnicas com o e-SIC federal

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Sistema fora do ar, lento ou instável;
- Respostas fora do prazo legal;
- Obscuridade nas competências dos órgãos e dificuldade para saber a quem encaminhar o pedido;
- Arquivos anexos corrompidos/desconfigurados/inúteis;
- Arquivo em formato não aberto, não legível por máquina;
- Indisponibilidade de arquivos digitais;
- Não sistematização de dados pelo órgão;
- Necessidade de dados gerais de órgãos com competências centrais e foi aconselhado a procurar cada órgão individualmente, o que inviabilizou o acesso pela grande quantidade de órgãos ou volume de dados.

### Outros problemas que dificultaram ou desestimularam o acesso

- Exigências excessivas de dados pessoais;
- Cobrança de taxas de reprodução;
- Não divulgação de lista de documentos classificados como sigilosos pelo órgão federal;
- Influência do perfil do solicitante na resposta ao pedido (antes da possibilidade de pedidos anônimos no e-SIC federal);
- Falta de capacitação técnica dos servidores para responder as solicitações;
- Outro: .....

Os sistemas eletrônicos de solicitação de acesso à informação de governos estaduais e municipais que a organização usa são qualitativamente inferiores ao e-SIC federal, considerando as dimensões desse questionário (satisfação com o acesso, justificativas para negativas, compreensão e dificuldades técnicas).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou sistemas de acesso de governos subnacionais)

Ouvidorias federais ([ouvidorias.gov.br](https://ouvidorias.gov.br))

A organização já usou o sistema eletrônico de ouvidorias do governo federal? \*

Sim

Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

Não conhece esse canal

Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais

Não consegue usá-lo (complexo)

Não acredita que seja um canal efetivo

Não se aplica (respondeu sim no item anterior)

Outro: .....

## Sistema federal de Ouvidorias

Nas questões desta seção responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso de ouvidorias federais pela organização da sociedade civil ou movimento social:



### Frequência de uso

	1	2	3	4	5	
Raramente usamos na organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	Usamos com muita frequência

## Motivos do seu uso

- Denúncia
- Reclamação
- Elogio
- Solicitação de serviço público
- Pedido de desburocratização
- Sugestão
- Pedido de acesso à informação

## Efetividade/poder de influência

- As manifestações feitas pela ouvidoria frequentemente geraram resultados efetivos (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente efetivos (entre 30% e 60%);
- Raramente efetivos (menos 1% a 29%);
- Nunca são efetivos.

## Devolutiva

- Nunca recebe satisfação das manifestações enviadas;
- Recebe respostas, mas raramente são satisfatórias ou completas;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias e completas.

## Dificuldades técnicas

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Sistema fora do ar, lento ou instável;
- Retorno intempestivo ou demorado acerca da manifestação;
- Falta de capacitação técnica dos servidores para fornecer as respostas;
- Outro: .....

Considerando as dimensões do questionário, os sistemas de ouvidorias locais (governos estaduais e municipais que a organização usa) são qualitativamente inferiores ao sistema federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou ouvidorias locais)

## Outras considerações da organização sobre transparência no governo federal

A Transparência tem piorado muito nos últimos anos. De nota particular é o retrocesso do papel ocupado pela CGU. De órgão campeão da transparência, tornou-se órgão que sanciona sigilo e opacidade.

## Participação em políticas públicas

Até então, as perguntas eram sobre o uso de ferramentas de transparência do governo federal pela instituição. A partir daqui, responda com base na percepção e opinião institucionais sobre o uso de ferramentas de participação pelo governo na construção de políticas públicas.

A organização já usou as plataformas Dialoga Brasil ([dialoga.gov.br](http://dialoga.gov.br)) e/ou Participa Brasil ([participa.br](http://participa.br)) do governo federal? \*

- Sim (ambas)
- Sim (apenas a Participa Brasil)
- Sim (apenas a Dialoga Brasil)
- Não (nenhuma delas)

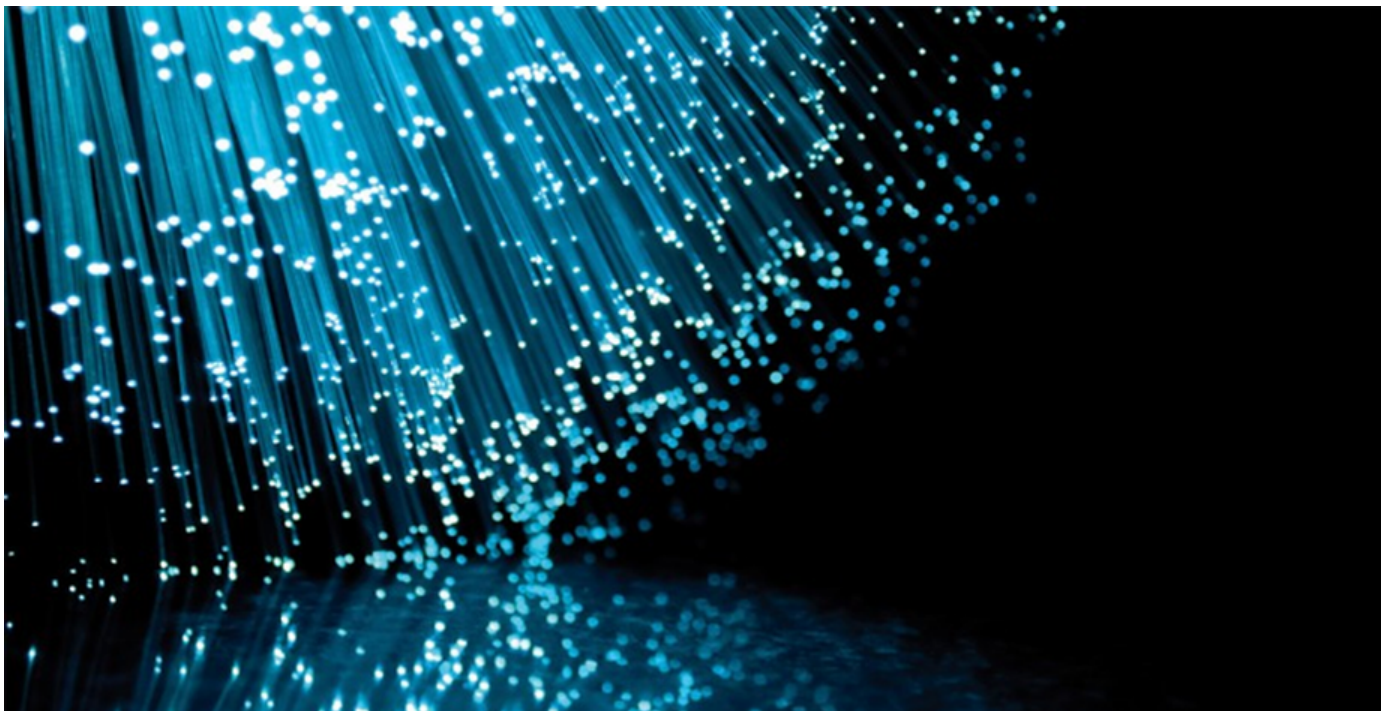


Se a resposta foi sim apenas para uma delas ou não, qual motivo?

- Não conhece essa(s) plataforma(s)
- Não precisa usá-la(s) para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-la(s) - complexa(s)
- Não a(s) considera ferramenta(s) efetiva(s) de participação
- Não se aplica (respondeu sim para ambas no item anterior)
- Outro: .....

## Plataformas Dialoga Brasil e Participa Br

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso das Plataformas Dialoga Brasil e Participa Br (espaços de participação digital) na construção de políticas públicas pelo governo federal



Frequência de uso de alguma das plataformas pelo governo para a construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Ações ativas de engajamento nas Plataformas (organização procura participar):

	1	2	3	4	5	
Raramente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Com muita frequência

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento em espaços de participação digital é qualitativamente pior do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou espaços de participação digital de governos locais)

### Consultas públicas na construção de políticas públicas federais

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso de consultas públicas na construção de políticas públicas pelo governo federal

Frequência de uso de consultas públicas pelo governo no para construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Convites para participar (iniciativa do governo federal, por qualquer meio):

- Organização nunca foi convidada pelo governo para participar de consulta pública;
- Raramente é convidado (1% a 29% das vezes em que há uma consulta);
- Ocasionalmente é convidado (30% a 60%);
- Frequentemente é convidado (mais de 60% das vezes).

### Ações ativas de engajamento em consultas (organização procura participar):

- Frequentemente procura participar (mais de 60% das vezes);
- Ocasionalmente (30%-60%);
- Raramente (até 29%);
- Nunca

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento a consultas públicas é qualitativamente melhor do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

### Audiências públicas na construção de políticas públicas federais

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso de audiências públicas na construção de políticas públicas pelo governo federal

### Frequência de uso de audiências públicas pelo governo para construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Convites para participar (iniciativa do governo federal, por qualquer meio):

- Organização nunca foi convidada pelo governo para participar de audiência pública;
- Raramente é convidado (1% a 29% das vezes em que há uma audiência);
- Ocasionalmente é convidado (30% a 60%);
- Frequentemente é convidado (mais de 60% das vezes).

### Ações ativas de engajamento em audiências (organização procura participar):

- Frequentemente procura participar (mais de 60% das vezes);
- Ocasionalmente (30%-60%);
- Raramente (até 29%);
- Nunca

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento a audiências públicas é qualitativamente melhor do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente



## Outras considerações da organização sobre participação no governo federal

---

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

# Questionário transparência e participação no Governo Federal

Esse questionário tem como objetivo coletar as percepções no uso de ferramentas de transparência e participação governamentais pelas organizações da sociedade civil e movimentos sociais organizados, sendo garantidas a confidencialidade, sigilo e anonimato dos participantes. A partir dos resultados, compreender a efetividade desses instrumentos, detectar eventuais deficiências e apontar soluções.

Os resultados serão divulgados na tese de doutorado da pesquisadora responsável pela sua elaboração, Caroline Maciel.

A sua participação é uma etapa muito importante para o diagnóstico e sistematização das dificuldades enfrentadas por usuários qualificados, identificação dos avanços e de sugestões para melhorias. Se possível, responda todas as questões.

Endereço de e-mail \*

Para evitar o uso de robots neste questionário, responda: qual das imagens abaixo é um prato de sobremesa? \*



1



2



3



4

## Dados

Nome da instituição que representa \*

[REDACTED]

## Principal área de atuação institucional \*

- Transparência e Integridade
- Direitos Humanos/Direitos fundamentais
- Socioambiental
- Nova economia
- Saúde
- Educação
- Outro: .....

## Estou apto(a) a responder em nome da organização que represento? \*

- Sim

## Nome completo do responsável pelo preenchimento \*

.....

## Vínculo/cargo institucional \*

Coordenador de Projetos  
.....

## Anos que está na instituição \*

- Até 1 ano
- Mais de 1 ano até 5 anos
- Mais de 5 anos

## Última escolaridade do respondente \*

- Ensino superior
- Especialização
- Mestrado
- Doutorado
- Outro: .....

## Concordo com o Termo de Consentimento Livre e Informado abaixo \*

Declaro, por meio deste termo, que concordei voluntariamente em responder esse questionário, que busca coletar as percepções de usuários qualificados no uso de ferramentas de transparência e participação governamentais, desenvolvido pela pesquisadora Caroline Stéphanie Francis dos Santos Maciel. Fui informado(a) que a pesquisa é desenvolvida para fins estritamente acadêmicos em sede de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Direito na Universidade Federal de Minas Gerais, sob orientação da Profa. Fabiana de Menezes Soares, vinculada ao Observatório para a Qualidade da Lei e em parceria com a Dado Capital e a Rede de Advocacy Colaborativo. Afirmando que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou outros benefícios, nem ter qualquer ônus ou risco à saúde e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui também informado(a) que não será divulgado meu nome e nem outro dado de contato que permita a minha identificação pessoal, em conformidade com as normas éticas do Comitê de Ética da UFMG (art. 1º, § único, I, V e VII da Resolução 510/2016). Informaram, ainda, que apenas os dados institucionais e resultados das respostas ao questionário serão divulgados no relatório da pesquisa, garantidas a confidencialidade, sigilo e anonimato dos participantes. Por fim, fui informado(a) de que posso me retirar dessa pesquisa de opinião a qualquer momento, sem sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos. Ao selecionar "sim" nesta caixa, concordo com todas as especificações acima deste Termo de Consentimento Livre e Informado.

Sim

Autorizo a divulgação dos dados institucionais e respostas às perguntas do questionário para a realização dos objetivos dessa pesquisa \*

Sim

## Orientações gerais

Nas questões fechadas, escolha a melhor resposta dentre as possíveis, que representa melhor a realidade no uso geral dessas ferramentas pela organização (o que ocorreu na maioria das vezes).

Dê uma resposta com base na realidade da sua instituição e não apenas na sua experiência pessoal.

Nas questões abertas, aprofunde nas particularidades sobre o tópico. Quanto mais dados fornecer, tanto melhor para a pesquisa e completo diagnóstico da situação.

Caso não saiba alguma(s) da(s) resposta(s), por você não utilizar o canal/desconhecê-lo, veja se é possível obtê-la(s) junto à organização que representa; caso contrário, marque que a organização não usa.



### Sites oficiais do governo federal ([gov.br](http://gov.br) e derivados)

A organização já extraiu dados ou informações de algum site oficial do governo federal?

\*

- Sim
- Não

### Uso de sites oficiais do governo federal ([gov.br](http://gov.br) e derivados)

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso dos sites oficiais do governo federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:





### Frequência de uso

1    2    3    4    5

Raramente usamos na organização                        Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no site
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa por conta própria conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso

## Outras dificuldades de navegabilidade e usabilidade

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Mudanças de domínio e/ou links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre ocorrências em navegabilidade antes e depois da mudança dos domínios, com a unificação dos endereços eletrônicos do governo federal em 2019 (portal único [gov.br](http://gov.br)).

As informações nem sempre estão completas. Mas, creio que não seja um problema do site, mas os textos às vezes não estão claros.

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados ativamente nos sites oficiais do governo federal resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

Os sites oficiais de governos estaduais e municipais que a organização acessa são qualitativamente inferiores ao sites do governo federal, considerando as dimensões desse questionário (disponibilidade, atualização, compreensão dos dados e navegabilidade no site).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou sites oficiais de governos estaduais/municipais)

Portal da Transparência Federal ([portaldatransparencia.gov.br](http://portaldatransparencia.gov.br))

A organização já extraiu dados ou informações do Portal da Transparência federal? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse portal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

### Uso do Portal da Transparência Federal

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do Portal da Transparência Federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:



### Frequência de uso

1 2 3 4 5

Raramente usamos na  
organização

Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no portal
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa por conta própria conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso à informação ou dado.

### Outras dificuldades de navegabilidade e usabilidade

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre ocorrências em navegabilidade antes e depois da reformulação do Portal da Transparência Federal em 2018.

.....

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados no Portal da Transparência Federal resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente



No geral, os Portais da Transparência estaduais e municipais que a organização usa são qualitativamente inferiores ao Portal da Transparência Federal, considerando as dimensões desse questionário (disponibilidade, atualização, compreensão dos dados e navegabilidade no portal).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou nenhum portal de transparência estadual ou municipal)

#### Portal Brasileiro de Dados Abertos ([dados.gov.br](https://dados.gov.br))

A organização já extraiu dados do Portal Brasileiro de Dados Abertos? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse portal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

## Uso do Portal Brasileiro de Dados Abertos

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do Portal Brasileiro de Dados Abertos pela organização da sociedade civil ou movimento social:



Frequência de uso

	1	2	3	4	5	
Raramente usamos na organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no portal
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa (autônoma) conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso à informação ou dado.

## Outras dificuldades

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Escassez de bases de dados abertos disponibilizadas ativamente
- Bases de dados abertos não disponibilizadas no prazo estabelecido, em conformidade com os cronogramas de abertura dos órgãos
- Não disponibilização das bases de dados abertos, mesmo após solicitação
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre modificações nesse portal no decorrer do tempo.

.....

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados ativamente no Portal Brasileiro de Dados Abertos resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

Os governos estaduais e municipais e os outros poderes (que organização acessa) disponibilizam bem menos dados públicos em formato aberto que o governo federal, seja no Portal Brasileiro de Dados Abertos ou em outros portais.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca extraiu dados abertos de governos subnacionais ou de outros poderes)

### Pedidos de acesso à informação a órgãos do governo federal

A organização já fez pedido de acesso à informação através do e-SIC federal? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse canal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo/instável)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

### Uso do e-SIC federal

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do e-SIC federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:



Frequência de uso

	1	2	3	4	5	
Raramente usamos na organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Usamos com muita frequência



### Satisfação com o acesso concedido

- Conseguiu acesso completo a tudo que pediu já com o pedido inicial, no prazo legal;
- Conseguiu acesso completo apenas após recorrer ou após o prazo legal;
- Não conseguiu acesso completo, apenas parcial;
- Negativa completa de acesso, mesmo sem ser hipótese legal de sigilo.

### Justificativas dos órgãos para negativas de acesso (se aplicável)

- Não recebeu nenhuma justificativa
- Trabalho adicional de análise, interpretação ou consolidação
- Pedido genérico
- Órgão incompetente (sem reencaminhar o seu pedido)
- Pandemia
- Dados pessoais
- Sigilo legal
- Interpretação extensiva do órgão sobre o sigilo
- Inexistência dos documentos digitalizados e necessidade de consultar arquivos físicos pessoalmente
- Outro: .....

## Compreensão das respostas ou dados enviados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada na resposta e nem as informações enviadas;
- Teve alguma dificuldade, mas com alguma pesquisa (autônoma) conseguiu entender;
- Não conseguiu compreender e precisou solicitar esclarecimentos em recurso ou nova solicitação de acesso;
- Não conseguiu compreender e desistiu do acesso à informação.

## Dificuldades técnicas com o e-SIC federal

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Sistema fora do ar, lento ou instável;
- Respostas fora do prazo legal;
- Obscuridade nas competências dos órgãos e dificuldade para saber a quem encaminhar o pedido;
- Arquivos anexos corrompidos/desconfigurados/inúteis;
- Arquivo em formato não aberto, não legível por máquina;
- Indisponibilidade de arquivos digitais;
- Não sistematização de dados pelo órgão;
- Necessidade de dados gerais de órgãos com competências centrais e foi aconselhado a procurar cada órgão individualmente, o que inviabilizou o acesso pela grande quantidade de órgãos ou volume de dados.

### Outros problemas que dificultaram ou desestimularam o acesso

- Exigências excessivas de dados pessoais;
- Cobrança de taxas de reprodução;
- Não divulgação de lista de documentos classificados como sigilosos pelo órgão federal;
- Influência do perfil do solicitante na resposta ao pedido (antes da possibilidade de pedidos anônimos no e-SIC federal);
- Falta de capacitação técnica dos servidores para responder as solicitações;
- Outro: .....

Os sistemas eletrônicos de solicitação de acesso à informação de governos estaduais e municipais que a organização usa são qualitativamente inferiores ao e-SIC federal, considerando as dimensões desse questionário (satisfação com o acesso, justificativas para negativas, compreensão e dificuldades técnicas).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou sistemas de acesso de governos subnacionais)

Ouvidorias federais ([ouvidorias.gov.br](https://ouvidorias.gov.br))

A organização já usou o sistema eletrônico de ouvidorias do governo federal? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse canal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não acredita que seja um canal efetivo
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

## Sistema federal de Ouvidorias

Nas questões desta seção responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso de ouvidorias federais pela organização da sociedade civil ou movimento social:



### Frequência de uso

	1	2	3	4	5	
Raramente usamos na organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Usamos com muita frequência

## Motivos do seu uso

- Denúncia
- Reclamação
- Elogio
- Solicitação de serviço público
- Pedido de desburocratização
- Sugestão
- Pedido de acesso à informação

## Efetividade/poder de influência

- As manifestações feitas pela ouvidoria frequentemente geraram resultados efetivos (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente efetivos (entre 30% e 60%);
- Raramente efetivos (menos 1% a 29%);
- Nunca são efetivos.

## Devolutiva

- Nunca recebe satisfação das manifestações enviadas;
- Recebe respostas, mas raramente são satisfatórias ou completas;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias e completas.

## Dificuldades técnicas

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Sistema fora do ar, lento ou instável;
- Retorno intempestivo ou demorado acerca da manifestação;
- Falta de capacitação técnica dos servidores para fornecer as respostas;
- Outro: .....

Considerando as dimensões do questionário, os sistemas de ouvidorias locais (governos estaduais e municipais que a organização usa) são qualitativamente inferiores ao sistema federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou ouvidorias locais)

## Outras considerações da organização sobre transparência no governo federal

---

### Participação em políticas públicas

Até então, as perguntas eram sobre o uso de ferramentas de transparência do governo federal pela instituição. A partir daqui, responda com base na percepção e opinião institucionais sobre o uso de ferramentas de participação pelo governo na construção de políticas públicas.

A organização já usou as plataformas Dialoga Brasil ([dialoga.gov.br](http://dialoga.gov.br)) e/ou Participa Brasil ([participa.br](http://participa.br)) do governo federal? \*

- Sim (ambas)
- Sim (apenas a Participa Brasil)
- Sim (apenas a Dialoga Brasil)
- Não (nenhuma delas)



Se a resposta foi sim apenas para uma delas ou não, qual motivo?

- Não conhece essa(s) plataforma(s)
- Não precisa usá-la(s) para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-la(s) - complexa(s)
- Não a(s) considera ferramenta(s) efetiva(s) de participação
- Não se aplica (respondeu sim para ambas no item anterior)
- Outro: .....

## Plataformas Dialoga Brasil e Participa Br

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso das Plataformas Dialoga Brasil e Participa Br (espaços de participação digital) na construção de políticas públicas pelo governo federal



Frequência de uso de alguma das plataformas pelo governo para a construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Ações ativas de engajamento nas Plataformas (organização procura participar):

	1	2	3	4	5	
Raramente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Com muita frequência

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento em espaços de participação digital é qualitativamente pior do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou espaços de participação digital de governos locais)

### Consultas públicas na construção de políticas públicas federais

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso de consultas públicas na construção de políticas públicas pelo governo federal

Frequência de uso de consultas públicas pelo governo no para construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Convites para participar (iniciativa do governo federal, por qualquer meio):

- Organização nunca foi convidada pelo governo para participar de consulta pública;
- Raramente é convidado (1% a 29% das vezes em que há uma consulta);
- Ocasionalmente é convidado (30% a 60%);
- Frequentemente é convidado (mais de 60% das vezes).

### Ações ativas de engajamento em consultas (organização procura participar):

- Frequentemente procura participar (mais de 60% das vezes);
- Ocasionalmente (30%-60%);
- Raramente (até 29%);
- Nunca

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento a consultas públicas é qualitativamente melhor do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

### Audiências públicas na construção de políticas públicas federais

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso de audiências públicas na construção de políticas públicas pelo governo federal

### Frequência de uso de audiências públicas pelo governo para construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Convites para participar (iniciativa do governo federal, por qualquer meio):

- Organização nunca foi convidada pelo governo para participar de audiência pública;
- Raramente é convidado (1% a 29% das vezes em que há uma audiência);
- Ocasionalmente é convidado (30% a 60%);
- Frequentemente é convidado (mais de 60% das vezes).

### Ações ativas de engajamento em audiências (organização procura participar):

- Frequentemente procura participar (mais de 60% das vezes);
- Ocasionalmente (30%-60%);
- Raramente (até 29%);
- Nunca

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento a audiências públicas é qualitativamente melhor do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente



## Outras considerações da organização sobre participação no governo federal

Temos dialogado com membros do Ministério da Mulher e dos Direitos Humanos e realizado algumas ações em parceria com a Secretaria Nacional de Juventudes.

---

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

# Questionário transparência e participação no Governo Federal

Esse questionário tem como objetivo coletar as percepções no uso de ferramentas de transparência e participação governamentais pelas organizações da sociedade civil e movimentos sociais organizados, sendo garantidas a confidencialidade, sigilo e anonimato dos participantes. A partir dos resultados, compreender a efetividade desses instrumentos, detectar eventuais deficiências e apontar soluções.

Os resultados serão divulgados na tese de doutorado da pesquisadora responsável pela sua elaboração, Caroline Maciel.

A sua participação é uma etapa muito importante para o diagnóstico e sistematização das dificuldades enfrentadas por usuários qualificados, identificação dos avanços e de sugestões para melhorias. Se possível, responda todas as questões.

Endereço de e-mail \*

Para evitar o uso de robots neste questionário, responda: qual das imagens abaixo é um prato de sobremesa? \*



1



2



3



4

## Dados

Nome da instituição que representa \*

[REDACTED]

## Principal área de atuação institucional \*

- Transparência e Integridade
- Direitos Humanos/Direitos fundamentais
- Socioambiental
- Nova economia
- Saúde
- Educação
- Outro: .....

## Estou apto(a) a responder em nome da organização que represento? \*

- Sim

## Nome completo do responsável pelo preenchimento \*

.....

## Vínculo/cargo institucional \*

Diretor-presidente  
.....

## Anos que está na instituição \*

- Até 1 ano
- Mais de 1 ano até 5 anos
- Mais de 5 anos

## Última escolaridade do respondente \*

- Ensino superior
- Especialização
- Mestrado
- Doutorado
- Outro: .....

## Concordo com o Termo de Consentimento Livre e Informado abaixo \*

Declaro, por meio deste termo, que concordei voluntariamente em responder esse questionário, que busca coletar as percepções de usuários qualificados no uso de ferramentas de transparência e participação governamentais, desenvolvido pela pesquisadora Caroline Stéphanie Francis dos Santos Maciel. Fui informado(a) que a pesquisa é desenvolvida para fins estritamente acadêmicos em sede de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Direito na Universidade Federal de Minas Gerais, sob orientação da Profa. Fabiana de Menezes Soares, vinculada ao Observatório para a Qualidade da Lei e em parceria com a Dado Capital e a Rede de Advocacy Colaborativo. Afirmando que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou outros benefícios, nem ter qualquer ônus ou risco à saúde e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui também informado(a) que não será divulgado meu nome e nem outro dado de contato que permita a minha identificação pessoal, em conformidade com as normas éticas do Comitê de Ética da UFMG (art. 1º, § único, I, V e VII da Resolução 510/2016). Informaram, ainda, que apenas os dados institucionais e resultados das respostas ao questionário serão divulgados no relatório da pesquisa, garantidas a confidencialidade, sigilo e anonimato dos participantes. Por fim, fui informado(a) de que posso me retirar dessa pesquisa de opinião a qualquer momento, sem sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos. Ao selecionar "sim" nesta caixa, concordo com todas as especificações acima deste Termo de Consentimento Livre e Informado.

Sim

Autorizo a divulgação dos dados institucionais e respostas às perguntas do questionário para a realização dos objetivos dessa pesquisa \*

Sim

## Orientações gerais

Nas questões fechadas, escolha a melhor resposta dentre as possíveis, que representa melhor a realidade no uso geral dessas ferramentas pela organização (o que ocorreu na maioria das vezes).

Dê uma resposta com base na realidade da sua instituição e não apenas na sua experiência pessoal.

Nas questões abertas, aprofunde nas particularidades sobre o tópico. Quanto mais dados fornecer, tanto melhor para a pesquisa e completo diagnóstico da situação.

Caso não saiba alguma(s) da(s) resposta(s), por você não utilizar o canal/desconhecê-lo, veja se é possível obtê-la(s) junto à organização que representa; caso contrário, marque que a organização não usa.



### Sites oficiais do governo federal ([gov.br](http://gov.br) e derivados)

A organização já extraiu dados ou informações de algum site oficial do governo federal?

\*

Sim

Não

### Uso de sites oficiais do governo federal ([gov.br](http://gov.br) e derivados)

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso dos sites oficiais do governo federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:





### Frequência de uso

1    2    3    4    5

Raramente usamos na organização                        Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no site
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa por conta própria conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso

## Outras dificuldades de navegabilidade e usabilidade

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Mudanças de domínio e/ou links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre ocorrências em navegabilidade antes e depois da mudança dos domínios, com a unificação dos endereços eletrônicos do governo federal em 2019 (portal único [gov.br](http://gov.br)).

.....

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados ativamente nos sites oficiais do governo federal resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

Os sites oficiais de governos estaduais e municipais que a organização acessa são qualitativamente inferiores ao sites do governo federal, considerando as dimensões desse questionário (disponibilidade, atualização, compreensão dos dados e navegabilidade no site).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou sites oficiais de governos estaduais/municipais)

Portal da Transparência Federal ([portaldatransparencia.gov.br](http://portaldatransparencia.gov.br))

A organização já extraiu dados ou informações do Portal da Transparência federal? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse portal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

### Uso do Portal da Transparência Federal

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do Portal da Transparência Federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:



### Frequência de uso

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5

Raramente usamos na  
organização

Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no portal
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa por conta própria conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso à informação ou dado.

### Outras dificuldades de navegabilidade e usabilidade

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre ocorrências em navegabilidade antes e depois da reformulação do Portal da Transparência Federal em 2018.

.....

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados no Portal da Transparência Federal resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente



No geral, os Portais da Transparência estaduais e municipais que a organização usa são qualitativamente inferiores ao Portal da Transparência Federal, considerando as dimensões desse questionário (disponibilidade, atualização, compreensão dos dados e navegabilidade no portal).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou nenhum portal de transparência estadual ou municipal)

#### Portal Brasileiro de Dados Abertos ([dados.gov.br](https://dados.gov.br))

A organização já extraiu dados do Portal Brasileiro de Dados Abertos? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse portal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

## Uso do Portal Brasileiro de Dados Abertos

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do Portal Brasileiro de Dados Abertos pela organização da sociedade civil ou movimento social:



Frequência de uso

	1	2	3	4	5	
Raramente usamos na organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no portal
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa (autônoma) conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso à informação ou dado.

## Outras dificuldades

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Escassez de bases de dados abertos disponibilizadas ativamente
- Bases de dados abertos não disponibilizadas no prazo estabelecido, em conformidade com os cronogramas de abertura dos órgãos
- Não disponibilização das bases de dados abertos, mesmo após solicitação
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre modificações nesse portal no decorrer do tempo.

.....

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados ativamente no Portal Brasileiro de Dados Abertos resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

Os governos estaduais e municipais e os outros poderes (que organização acessa) disponibilizam bem menos dados públicos em formato aberto que o governo federal, seja no Portal Brasileiro de Dados Abertos ou em outros portais.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca extraiu dados abertos de governos subnacionais ou de outros poderes)

### Pedidos de acesso à informação a órgãos do governo federal

A organização já fez pedido de acesso à informação através do e-SIC federal? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse canal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo/instável)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

## Uso do e-SIC federal

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do e-SIC federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:



Frequência de uso

	1	2	3	4	5	
Raramente usamos na organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	Usamos com muita frequência



### Satisfação com o acesso concedido

- Conseguiu acesso completo a tudo que pediu já com o pedido inicial, no prazo legal;
- Conseguiu acesso completo apenas após recorrer ou após o prazo legal;
- Não conseguiu acesso completo, apenas parcial;
- Negativa completa de acesso, mesmo sem ser hipótese legal de sigilo.

### Justificativas dos órgãos para negativas de acesso (se aplicável)

- Não recebeu nenhuma justificativa
- Trabalho adicional de análise, interpretação ou consolidação
- Pedido genérico
- Órgão incompetente (sem reencaminhar o seu pedido)
- Pandemia
- Dados pessoais
- Sigilo legal
- Interpretação extensiva do órgão sobre o sigilo
- Inexistência dos documentos digitalizados e necessidade de consultar arquivos físicos pessoalmente
- Outro: .....

## Compreensão das respostas ou dados enviados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada na resposta e nem as informações enviadas;
- Teve alguma dificuldade, mas com alguma pesquisa (autônoma) conseguiu entender;
- Não conseguiu compreender e precisou solicitar esclarecimentos em recurso ou nova solicitação de acesso;
- Não conseguiu compreender e desistiu do acesso à informação.

## Dificuldades técnicas com o e-SIC federal

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Sistema fora do ar, lento ou instável;
- Respostas fora do prazo legal;
- Obscuridade nas competências dos órgãos e dificuldade para saber a quem encaminhar o pedido;
- Arquivos anexos corrompidos/desconfigurados/inúteis;
- Arquivo em formato não aberto, não legível por máquina;
- Indisponibilidade de arquivos digitais;
- Não sistematização de dados pelo órgão;
- Necessidade de dados gerais de órgãos com competências centrais e foi aconselhado a procurar cada órgão individualmente, o que inviabilizou o acesso pela grande quantidade de órgãos ou volume de dados.

### Outros problemas que dificultaram ou desestimularam o acesso

- Exigências excessivas de dados pessoais;
- Cobrança de taxas de reprodução;
- Não divulgação de lista de documentos classificados como sigilosos pelo órgão federal;
- Influência do perfil do solicitante na resposta ao pedido (antes da possibilidade de pedidos anônimos no e-SIC federal);
- Falta de capacitação técnica dos servidores para responder as solicitações;
- Outro: falta de divulgação do serviço disponível

Os sistemas eletrônicos de solicitação de acesso à informação de governos estaduais e municipais que a organização usa são qualitativamente inferiores ao e-SIC federal, considerando as dimensões desse questionário (satisfação com o acesso, justificativas para negativas, compreensão e dificuldades técnicas).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou sistemas de acesso de governos subnacionais)

Ouvidorias federais ([ouvidorias.gov.br](http://ouvidorias.gov.br))

A organização já usou o sistema eletrônico de ouvidorias do governo federal? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse canal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não acredita que seja um canal efetivo
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

## Sistema federal de Ouvidorias

Nas questões desta seção responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso de ouvidorias federais pela organização da sociedade civil ou movimento social:



### Frequência de uso

1    2    3    4    5

Raramente usamos na organização                   Usamos com muita frequência

## Motivos do seu uso

- Denúncia
- Reclamação
- Elogio
- Solicitação de serviço público
- Pedido de desburocratização
- Sugestão
- Pedido de acesso à informação

## Efetividade/poder de influência

- As manifestações feitas pela ouvidoria frequentemente geraram resultados efetivos (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente efetivos (entre 30% e 60%);
- Raramente efetivos (menos 1% a 29%);
- Nunca são efetivos.

## Devolutiva

- Nunca recebe satisfação das manifestações enviadas;
- Recebe respostas, mas raramente são satisfatórias ou completas;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias e completas.

## Dificuldades técnicas

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Sistema fora do ar, lento ou instável;
- Retorno intempestivo ou demorado acerca da manifestação;
- Falta de capacitação técnica dos servidores para fornecer as respostas;
- Outro: .....

Considerando as dimensões do questionário, os sistemas de ouvidorias locais (governos estaduais e municipais que a organização usa) são qualitativamente inferiores ao sistema federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou ouvidorias locais)

## Outras considerações da organização sobre transparência no governo federal

---

### Participação em políticas públicas

Até então, as perguntas eram sobre o uso de ferramentas de transparência do governo federal pela instituição. A partir daqui, responda com base na percepção e opinião institucionais sobre o uso de ferramentas de participação pelo governo na construção de políticas públicas.

A organização já usou as plataformas Dialoga Brasil ([dialoga.gov.br](http://dialoga.gov.br)) e/ou Participa Brasil ([participa.br](http://participa.br)) do governo federal? \*

- Sim (ambas)
- Sim (apenas a Participa Brasil)
- Sim (apenas a Dialoga Brasil)
- Não (nenhuma delas)



Se a resposta foi sim apenas para uma delas ou não, qual motivo?

- Não conhece essa(s) plataforma(s)
- Não precisa usá-la(s) para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-la(s) - complexa(s)
- Não a(s) considera ferramenta(s) efetiva(s) de participação
- Não se aplica (respondeu sim para ambas no item anterior)
- Outro: .....

## Plataformas Dialoga Brasil e Participa Br

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso das Plataformas Dialoga Brasil e Participa Br (espaços de participação digital) na construção de políticas públicas pelo governo federal



Frequência de uso de alguma das plataformas pelo governo para a construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Ações ativas de engajamento nas Plataformas (organização procura participar):

	1	2	3	4	5	
Raramente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Com muita frequência

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento em espaços de participação digital é qualitativamente pior do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou espaços de participação digital de governos locais)

### Consultas públicas na construção de políticas públicas federais

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso de consultas públicas na construção de políticas públicas pelo governo federal

Frequência de uso de consultas públicas pelo governo no para construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Convites para participar (iniciativa do governo federal, por qualquer meio):

- Organização nunca foi convidada pelo governo para participar de consulta pública;
- Raramente é convidado (1% a 29% das vezes em que há uma consulta);
- Ocasionalmente é convidado (30% a 60%);
- Frequentemente é convidado (mais de 60% das vezes).

### Ações ativas de engajamento em consultas (organização procura participar):

- Frequentemente procura participar (mais de 60% das vezes);
- Ocasionalmente (30%-60%);
- Raramente (até 29%);
- Nunca

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento a consultas públicas é qualitativamente melhor do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

### Audiências públicas na construção de políticas públicas federais

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso de audiências públicas na construção de políticas públicas pelo governo federal

### Frequência de uso de audiências públicas pelo governo para construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Convites para participar (iniciativa do governo federal, por qualquer meio):

- Organização nunca foi convidada pelo governo para participar de audiência pública;
- Raramente é convidado (1% a 29% das vezes em que há uma audiência);
- Ocasionalmente é convidado (30% a 60%);
- Frequentemente é convidado (mais de 60% das vezes).

### Ações ativas de engajamento em audiências (organização procura participar):

- Frequentemente procura participar (mais de 60% das vezes);
- Ocasionalmente (30%-60%);
- Raramente (até 29%);
- Nunca

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento a audiências públicas é qualitativamente melhor do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente



## Outras considerações da organização sobre participação no governo federal

---

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

# Questionário transparência e participação no Governo Federal

Esse questionário tem como objetivo coletar as percepções no uso de ferramentas de transparência e participação governamentais pelas organizações da sociedade civil e movimentos sociais organizados, sendo garantidas a confidencialidade, sigilo e anonimato dos participantes. A partir dos resultados, compreender a efetividade desses instrumentos, detectar eventuais deficiências e apontar soluções.

Os resultados serão divulgados na tese de doutorado da pesquisadora responsável pela sua elaboração, Caroline Maciel.

A sua participação é uma etapa muito importante para o diagnóstico e sistematização das dificuldades enfrentadas por usuários qualificados, identificação dos avanços e de sugestões para melhorias. Se possível, responda todas as questões.

Endereço de e-mail \*

[REDACTED]

Para evitar o uso de robots neste questionário, responda: qual das imagens abaixo é um prato de sobremesa? \*



1



2



3



4

## Dados

Nome da instituição que representa \*

[REDACTED]

## Principal área de atuação institucional \*

- Transparência e Integridade
- Direitos Humanos/Direitos fundamentais
- Socioambiental
- Nova economia
- Saúde
- Educação
- Outro: Empreendedorismo para baixa renda

## Estou apto(a) a responder em nome da organização que represento? \*

- Sim

## Nome completo do responsável pelo preenchimento \*

[REDACTED]

## Vínculo/cargo institucional \*

Diretora filial SP

## Anos que está na instituição \*

- Até 1 ano
- Mais de 1 ano até 5 anos
- Mais de 5 anos

## Última escolaridade do respondente \*

- Ensino superior
- Especialização
- Mestrado
- Doutorado
- Outro: .....

## Concordo com o Termo de Consentimento Livre e Informado abaixo \*

Declaro, por meio deste termo, que concordei voluntariamente em responder esse questionário, que busca coletar as percepções de usuários qualificados no uso de ferramentas de transparência e participação governamentais, desenvolvido pela pesquisadora Caroline Stéphanie Francis dos Santos Maciel. Fui informado(a) que a pesquisa é desenvolvida para fins estritamente acadêmicos em sede de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Direito na Universidade Federal de Minas Gerais, sob orientação da Profa. Fabiana de Menezes Soares, vinculada ao Observatório para a Qualidade da Lei e em parceria com a Dado Capital e a Rede de Advocacy Colaborativo. Afirmando que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou outros benefícios, nem ter qualquer ônus ou risco à saúde e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui também informado(a) que não será divulgado meu nome e nem outro dado de contato que permita a minha identificação pessoal, em conformidade com as normas éticas do Comitê de Ética da UFMG (art. 1º, § único, I, V e VII da Resolução 510/2016). Informaram, ainda, que apenas os dados institucionais e resultados das respostas ao questionário serão divulgados no relatório da pesquisa, garantidas a confidencialidade, sigilo e anonimato dos participantes. Por fim, fui informado(a) de que posso me retirar dessa pesquisa de opinião a qualquer momento, sem sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos. Ao selecionar "sim" nesta caixa, concordo com todas as especificações acima deste Termo de Consentimento Livre e Informado.

Sim

Autorizo a divulgação dos dados institucionais e respostas às perguntas do questionário para a realização dos objetivos dessa pesquisa \*

Sim

## Orientações gerais

Nas questões fechadas, escolha a melhor resposta dentre as possíveis, que representa melhor a realidade no uso geral dessas ferramentas pela organização (o que ocorreu na maioria das vezes).

Dê uma resposta com base na realidade da sua instituição e não apenas na sua experiência pessoal.

Nas questões abertas, aprofunde nas particularidades sobre o tópico. Quanto mais dados fornecer, tanto melhor para a pesquisa e completo diagnóstico da situação.

Caso não saiba alguma(s) da(s) resposta(s), por você não utilizar o canal/desconhecê-lo, veja se é possível obtê-la(s) junto à organização que representa; caso contrário, marque que a organização não usa.



### Sites oficiais do governo federal ([gov.br](http://gov.br) e derivados)

A organização já extraiu dados ou informações de algum site oficial do governo federal?

\*

- Sim
- Não

### Uso de sites oficiais do governo federal ([gov.br](http://gov.br) e derivados)

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso dos sites oficiais do governo federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:





### Frequência de uso

1    2    3    4    5

Raramente usamos na organização                        Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no site
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa por conta própria conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso

## Outras dificuldades de navegabilidade e usabilidade

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Mudanças de domínio e/ou links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre ocorrências em navegabilidade antes e depois da mudança dos domínios, com a unificação dos endereços eletrônicos do governo federal em 2019 (portal único [gov.br](http://gov.br)).

.....

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados ativamente nos sites oficiais do governo federal resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

Os sites oficiais de governos estaduais e municipais que a organização acessa são qualitativamente inferiores aos sites do governo federal, considerando as dimensões desse questionário (disponibilidade, atualização, compreensão dos dados e navegabilidade no site).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou sites oficiais de governos estaduais/municipais)

Portal da Transparência Federal ([portaldatransparencia.gov.br](http://portaldatransparencia.gov.br))

A organização já extraiu dados ou informações do Portal da Transparência federal? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse portal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

### Uso do Portal da Transparência Federal

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do Portal da Transparência Federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:



### Frequência de uso

1 2 3 4 5

Raramente usamos na  
organização

Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no portal
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa por conta própria conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso à informação ou dado.

## Outras dificuldades de navegabilidade e usabilidade

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre ocorrências em navegabilidade antes e depois da reformulação do Portal da Transparência Federal em 2018.

.....

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados no Portal da Transparência Federal resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente



No geral, os Portais da Transparência estaduais e municipais que a organização usa são qualitativamente inferiores ao Portal da Transparência Federal, considerando as dimensões desse questionário (disponibilidade, atualização, compreensão dos dados e navegabilidade no portal).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou nenhum portal de transparência estadual ou municipal)

#### Portal Brasileiro de Dados Abertos ([dados.gov.br](https://dados.gov.br))

A organização já extraiu dados do Portal Brasileiro de Dados Abertos? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse portal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

## Uso do Portal Brasileiro de Dados Abertos

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do Portal Brasileiro de Dados Abertos pela organização da sociedade civil ou movimento social:



### Frequência de uso

	1	2	3	4	5	
Raramente usamos na organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no portal
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa (autônoma) conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso à informação ou dado.

## Outras dificuldades

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Escassez de bases de dados abertos disponibilizadas ativamente
- Bases de dados abertos não disponibilizadas no prazo estabelecido, em conformidade com os cronogramas de abertura dos órgãos
- Não disponibilização das bases de dados abertos, mesmo após solicitação
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre modificações nesse portal no decorrer do tempo.

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados ativamente no Portal Brasileiro de Dados Abertos resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

Os governos estaduais e municipais e os outros poderes (que organização acessa) disponibilizam bem menos dados públicos em formato aberto que o governo federal, seja no Portal Brasileiro de Dados Abertos ou em outros portais.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca extraiu dados abertos de governos subnacionais ou de outros poderes)

### Pedidos de acesso à informação a órgãos do governo federal

A organização já fez pedido de acesso à informação através do e-SIC federal? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse canal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo/instável)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

## Uso do e-SIC federal

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do e-SIC federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:



Frequência de uso

	1	2	3	4	5	
Raramente usamos na organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Usamos com muita frequência



### Satisfação com o acesso concedido

- Conseguiu acesso completo a tudo que pediu já com o pedido inicial, no prazo legal;
- Conseguiu acesso completo apenas após recorrer ou após o prazo legal;
- Não conseguiu acesso completo, apenas parcial;
- Negativa completa de acesso, mesmo sem ser hipótese legal de sigilo.

### Justificativas dos órgãos para negativas de acesso (se aplicável)

- Não recebeu nenhuma justificativa
- Trabalho adicional de análise, interpretação ou consolidação
- Pedido genérico
- Órgão incompetente (sem reencaminhar o seu pedido)
- Pandemia
- Dados pessoais
- Sigilo legal
- Interpretação extensiva do órgão sobre o sigilo
- Inexistência dos documentos digitalizados e necessidade de consultar arquivos físicos pessoalmente
- Outro: .....

## Compreensão das respostas ou dados enviados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada na resposta e nem as informações enviadas;
- Teve alguma dificuldade, mas com alguma pesquisa (autônoma) conseguiu entender;
- Não conseguiu compreender e precisou solicitar esclarecimentos em recurso ou nova solicitação de acesso;
- Não conseguiu compreender e desistiu do acesso à informação.

## Dificuldades técnicas com o e-SIC federal

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Sistema fora do ar, lento ou instável;
- Respostas fora do prazo legal;
- Obscuridade nas competências dos órgãos e dificuldade para saber a quem encaminhar o pedido;
- Arquivos anexos corrompidos/desconfigurados/inúteis;
- Arquivo em formato não aberto, não legível por máquina;
- Indisponibilidade de arquivos digitais;
- Não sistematização de dados pelo órgão;
- Necessidade de dados gerais de órgãos com competências centrais e foi aconselhado a procurar cada órgão individualmente, o que inviabilizou o acesso pela grande quantidade de órgãos ou volume de dados.

### Outros problemas que dificultaram ou desestimularam o acesso

- Exigências excessivas de dados pessoais;
- Cobrança de taxas de reprodução;
- Não divulgação de lista de documentos classificados como sigilosos pelo órgão federal;
- Influência do perfil do solicitante na resposta ao pedido (antes da possibilidade de pedidos anônimos no e-SIC federal);
- Falta de capacitação técnica dos servidores para responder as solicitações;
- Outro: .....

Os sistemas eletrônicos de solicitação de acesso à informação de governos estaduais e municipais que a organização usa são qualitativamente inferiores ao e-SIC federal, considerando as dimensões desse questionário (satisfação com o acesso, justificativas para negativas, compreensão e dificuldades técnicas).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou sistemas de acesso de governos subnacionais)

Ouvidorias federais ([ouvidorias.gov.br](https://ouvidorias.gov.br))

A organização já usou o sistema eletrônico de ouvidorias do governo federal? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse canal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não acredita que seja um canal efetivo
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

## Sistema federal de Ouvidorias

Nas questões desta seção responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso de ouvidorias federais pela organização da sociedade civil ou movimento social:



### Frequência de uso

1    2    3    4    5

Raramente usamos na organização                   Usamos com muita frequência

## Motivos do seu uso

- Denúncia
- Reclamação
- Elogio
- Solicitação de serviço público
- Pedido de desburocratização
- Sugestão
- Pedido de acesso à informação

## Efetividade/poder de influência

- As manifestações feitas pela ouvidoria frequentemente geraram resultados efetivos (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente efetivos (entre 30% e 60%);
- Raramente efetivos (menos 1% a 29%);
- Nunca são efetivos.

## Devolutiva

- Nunca recebe satisfação das manifestações enviadas;
- Recebe respostas, mas raramente são satisfatórias ou completas;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias e completas.

## Dificuldades técnicas

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Sistema fora do ar, lento ou instável;
- Retorno intempestivo ou demorado acerca da manifestação;
- Falta de capacitação técnica dos servidores para fornecer as respostas;
- Outro: .....

Considerando as dimensões do questionário, os sistemas de ouvidorias locais (governos estaduais e municipais que a organização usa) são qualitativamente inferiores ao sistema federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou ouvidorias locais)

## Outras considerações da organização sobre transparência no governo federal

---

### Participação em políticas públicas

Até então, as perguntas eram sobre o uso de ferramentas de transparência do governo federal pela instituição. A partir daqui, responda com base na percepção e opinião institucionais sobre o uso de ferramentas de participação pelo governo na construção de políticas públicas.

A organização já usou as plataformas Dialoga Brasil ([dialoga.gov.br](http://dialoga.gov.br)) e/ou Participa Brasil ([participa.br](http://participa.br)) do governo federal? \*

- Sim (ambas)
- Sim (apenas a Participa Brasil)
- Sim (apenas a Dialoga Brasil)
- Não (nenhuma delas)



Se a resposta foi sim apenas para uma delas ou não, qual motivo?

- Não conhece essa(s) plataforma(s)
- Não precisa usá-la(s) para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-la(s) - complexa(s)
- Não a(s) considera ferramenta(s) efetiva(s) de participação
- Não se aplica (respondeu sim para ambas no item anterior)
- Outro: .....

### Plataformas Dialoga Brasil e Participa Br

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso das Plataformas Dialoga Brasil e Participa Br (espaços de participação digital) na construção de políticas públicas pelo governo federal



Frequência de uso de alguma das plataformas pelo governo para a construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Ações ativas de engajamento nas Plataformas (organização procura participar):

	1	2	3	4	5	
Raramente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Com muita frequência

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento em espaços de participação digital é qualitativamente pior do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou espaços de participação digital de governos locais)

### Consultas públicas na construção de políticas públicas federais

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso de consultas públicas na construção de políticas públicas pelo governo federal

Frequência de uso de consultas públicas pelo governo no para construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Convites para participar (iniciativa do governo federal, por qualquer meio):

- Organização nunca foi convidada pelo governo para participar de consulta pública;
- Raramente é convidado (1% a 29% das vezes em que há uma consulta);
- Ocasionalmente é convidado (30% a 60%);
- Frequentemente é convidado (mais de 60% das vezes).

### Ações ativas de engajamento em consultas (organização procura participar):

- Frequentemente procura participar (mais de 60% das vezes);
- Ocasionalmente (30%-60%);
- Raramente (até 29%);
- Nunca

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento a consultas públicas é qualitativamente melhor do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

### Audiências públicas na construção de políticas públicas federais

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso de audiências públicas na construção de políticas públicas pelo governo federal

### Frequência de uso de audiências públicas pelo governo para construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Convites para participar (iniciativa do governo federal, por qualquer meio):

- Organização nunca foi convidada pelo governo para participar de audiência pública;
- Raramente é convidado (1% a 29% das vezes em que há uma audiência);
- Ocasionalmente é convidado (30% a 60%);
- Frequentemente é convidado (mais de 60% das vezes).

### Ações ativas de engajamento em audiências (organização procura participar):

- Frequentemente procura participar (mais de 60% das vezes);
- Ocasionalmente (30%-60%);
- Raramente (até 29%);
- Nunca

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento a audiências públicas é qualitativamente melhor do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente



## Outras considerações da organização sobre participação no governo federal

---

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

# Questionário transparência e participação no Governo Federal

Esse questionário tem como objetivo coletar as percepções no uso de ferramentas de transparência e participação governamentais pelas organizações da sociedade civil e movimentos sociais organizados, sendo garantidas a confidencialidade, sigilo e anonimato dos participantes. A partir dos resultados, compreender a efetividade desses instrumentos, detectar eventuais deficiências e apontar soluções.

Os resultados serão divulgados na tese de doutorado da pesquisadora responsável pela sua elaboração, Caroline Maciel.

A sua participação é uma etapa muito importante para o diagnóstico e sistematização das dificuldades enfrentadas por usuários qualificados, identificação dos avanços e de sugestões para melhorias. Se possível, responda todas as questões.

Endereço de e-mail \*

Para evitar o uso de robots neste questionário, responda: qual das imagens abaixo é um prato de sobremesa? \*



1



2



3



4

## Dados

Nome da instituição que representa \*

[REDACTED]

## Principal área de atuação institucional \*

- Transparência e Integridade
- Direitos Humanos/Direitos fundamentais
- Socioambiental
- Nova economia
- Saúde
- Educação
- Outro: Democracia e Cidadania

## Estou apto(a) a responder em nome da organização que represento? \*

- Sim

## Nome completo do responsável pelo preenchimento \*

████████████████████

## Vínculo/cargo institucional \*

Coordenação

## Anos que está na instituição \*

- Até 1 ano
- Mais de 1 ano até 5 anos
- Mais de 5 anos

## Última escolaridade do respondente \*

- Ensino superior
- Especialização
- Mestrado
- Doutorado
- Outro: .....

## Concordo com o Termo de Consentimento Livre e Informado abaixo \*

Declaro, por meio deste termo, que concordei voluntariamente em responder esse questionário, que busca coletar as percepções de usuários qualificados no uso de ferramentas de transparência e participação governamentais, desenvolvido pela pesquisadora Caroline Stéphanie Francis dos Santos Maciel. Fui informado(a) que a pesquisa é desenvolvida para fins estritamente acadêmicos em sede de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Direito na Universidade Federal de Minas Gerais, sob orientação da Profa. Fabiana de Menezes Soares, vinculada ao Observatório para a Qualidade da Lei e em parceria com a Dado Capital e a Rede de Advocacy Colaborativo. Afirmando que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou outros benefícios, nem ter qualquer ônus ou risco à saúde e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui também informado(a) que não será divulgado meu nome e nem outro dado de contato que permita a minha identificação pessoal, em conformidade com as normas éticas do Comitê de Ética da UFMG (art. 1º, § único, I, V e VII da Resolução 510/2016). Informaram, ainda, que apenas os dados institucionais e resultados das respostas ao questionário serão divulgados no relatório da pesquisa, garantidas a confidencialidade, sigilo e anonimato dos participantes. Por fim, fui informado(a) de que posso me retirar dessa pesquisa de opinião a qualquer momento, sem sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos. Ao selecionar "sim" nesta caixa, concordo com todas as especificações acima deste Termo de Consentimento Livre e Informado.

Sim

Autorizo a divulgação dos dados institucionais e respostas às perguntas do questionário para a realização dos objetivos dessa pesquisa \*

Sim

## Orientações gerais

Nas questões fechadas, escolha a melhor resposta dentre as possíveis, que representa melhor a realidade no uso geral dessas ferramentas pela organização (o que ocorreu na maioria das vezes).

Dê uma resposta com base na realidade da sua instituição e não apenas na sua experiência pessoal.

Nas questões abertas, aprofunde nas particularidades sobre o tópico. Quanto mais dados fornecer, tanto melhor para a pesquisa e completo diagnóstico da situação.

Caso não saiba alguma(s) da(s) resposta(s), por você não utilizar o canal/desconhecê-lo, veja se é possível obtê-la(s) junto à organização que representa; caso contrário, marque que a organização não usa.



### Sites oficiais do governo federal ([gov.br](http://gov.br) e derivados)

A organização já extraiu dados ou informações de algum site oficial do governo federal?

\*

- Sim
- Não

### Uso de sites oficiais do governo federal ([gov.br](http://gov.br) e derivados)

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso dos sites oficiais do governo federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:





### Frequência de uso

1    2    3    4    5

Raramente usamos na organização                        Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no site
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa por conta própria conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso

## Outras dificuldades de navegabilidade e usabilidade

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Mudanças de domínio e/ou links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre ocorrências em navegabilidade antes e depois da mudança dos domínios, com a unificação dos endereços eletrônicos do governo federal em 2019 (portal único [gov.br](http://gov.br)).

.....

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados ativamente nos sites oficiais do governo federal resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

Os sites oficiais de governos estaduais e municipais que a organização acessa são qualitativamente inferiores ao sites do governo federal, considerando as dimensões desse questionário (disponibilidade, atualização, compreensão dos dados e navegabilidade no site).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou sites oficiais de governos estaduais/municipais)

Portal da Transparência Federal ([portaldatransparencia.gov.br](http://portaldatransparencia.gov.br))

A organização já extraiu dados ou informações do Portal da Transparência federal? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse portal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

### Uso do Portal da Transparência Federal

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do Portal da Transparência Federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:



### Frequência de uso

1 2 3 4 5

Raramente usamos na  
organização

Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no portal
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa por conta própria conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso à informação ou dado.

## Outras dificuldades de navegabilidade e usabilidade

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre ocorrências em navegabilidade antes e depois da reformulação do Portal da Transparência Federal em 2018.

.....

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados no Portal da Transparência Federal resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente



No geral, os Portais da Transparência estaduais e municipais que a organização usa são qualitativamente inferiores ao Portal da Transparência Federal, considerando as dimensões desse questionário (disponibilidade, atualização, compreensão dos dados e navegabilidade no portal).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou nenhum portal de transparência estadual ou municipal)

#### Portal Brasileiro de Dados Abertos ([dados.gov.br](https://dados.gov.br))

A organização já extraiu dados do Portal Brasileiro de Dados Abertos? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse portal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

## Uso do Portal Brasileiro de Dados Abertos

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do Portal Brasileiro de Dados Abertos pela organização da sociedade civil ou movimento social:



Frequência de uso

	1	2	3	4	5	
Raramente usamos na organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no portal
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa (autônoma) conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso à informação ou dado.

## Outras dificuldades

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Escassez de bases de dados abertos disponibilizadas ativamente
- Bases de dados abertos não disponibilizadas no prazo estabelecido, em conformidade com os cronogramas de abertura dos órgãos
- Não disponibilização das bases de dados abertos, mesmo após solicitação
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre modificações nesse portal no decorrer do tempo.

.....

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados ativamente no Portal Brasileiro de Dados Abertos resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

Os governos estaduais e municipais e os outros poderes (que organização acessa) disponibilizam bem menos dados públicos em formato aberto que o governo federal, seja no Portal Brasileiro de Dados Abertos ou em outros portais.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca extraiu dados abertos de governos subnacionais ou de outros poderes)

### Pedidos de acesso à informação a órgãos do governo federal

A organização já fez pedido de acesso à informação através do e-SIC federal? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse canal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo/instável)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

### Uso do e-SIC federal

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do e-SIC federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:



Frequência de uso

	1	2	3	4	5	
Raramente usamos na organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Usamos com muita frequência



### Satisfação com o acesso concedido

- Conseguiu acesso completo a tudo que pediu já com o pedido inicial, no prazo legal;
- Conseguiu acesso completo apenas após recorrer ou após o prazo legal;
- Não conseguiu acesso completo, apenas parcial;
- Negativa completa de acesso, mesmo sem ser hipótese legal de sigilo.

### Justificativas dos órgãos para negativas de acesso (se aplicável)

- Não recebeu nenhuma justificativa
- Trabalho adicional de análise, interpretação ou consolidação
- Pedido genérico
- Órgão incompetente (sem reencaminhar o seu pedido)
- Pandemia
- Dados pessoais
- Sigilo legal
- Interpretação extensiva do órgão sobre o sigilo
- Inexistência dos documentos digitalizados e necessidade de consultar arquivos físicos pessoalmente
- Outro: .....

## Compreensão das respostas ou dados enviados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada na resposta e nem as informações enviadas;
- Teve alguma dificuldade, mas com alguma pesquisa (autônoma) conseguiu entender;
- Não conseguiu compreender e precisou solicitar esclarecimentos em recurso ou nova solicitação de acesso;
- Não conseguiu compreender e desistiu do acesso à informação.

## Dificuldades técnicas com o e-SIC federal

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Sistema fora do ar, lento ou instável;
- Respostas fora do prazo legal;
- Obscuridade nas competências dos órgãos e dificuldade para saber a quem encaminhar o pedido;
- Arquivos anexos corrompidos/desconfigurados/inúteis;
- Arquivo em formato não aberto, não legível por máquina;
- Indisponibilidade de arquivos digitais;
- Não sistematização de dados pelo órgão;
- Necessidade de dados gerais de órgãos com competências centrais e foi aconselhado a procurar cada órgão individualmente, o que inviabilizou o acesso pela grande quantidade de órgãos ou volume de dados.

### Outros problemas que dificultaram ou desestimularam o acesso

- Exigências excessivas de dados pessoais;
- Cobrança de taxas de reprodução;
- Não divulgação de lista de documentos classificados como sigilosos pelo órgão federal;
- Influência do perfil do solicitante na resposta ao pedido (antes da possibilidade de pedidos anônimos no e-SIC federal);
- Falta de capacitação técnica dos servidores para responder as solicitações;
- Outro: .....

Os sistemas eletrônicos de solicitação de acesso à informação de governos estaduais e municipais que a organização usa são qualitativamente inferiores ao e-SIC federal, considerando as dimensões desse questionário (satisfação com o acesso, justificativas para negativas, compreensão e dificuldades técnicas).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou sistemas de acesso de governos subnacionais)

Ouvidorias federais ([ouvidorias.gov.br](https://www.ouvidorias.gov.br))

A organização já usou o sistema eletrônico de ouvidorias do governo federal? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse canal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não acredita que seja um canal efetivo
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

## Sistema federal de Ouvidorias

Nas questões desta seção responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso de ouvidorias federais pela organização da sociedade civil ou movimento social:



### Frequência de uso

1    2    3    4    5

Raramente usamos na organização                   Usamos com muita frequência

## Motivos do seu uso

- Denúncia
- Reclamação
- Elogio
- Solicitação de serviço público
- Pedido de desburocratização
- Sugestão
- Pedido de acesso à informação

## Efetividade/poder de influência

- As manifestações feitas pela ouvidoria frequentemente geraram resultados efetivos (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente efetivos (entre 30% e 60%);
- Raramente efetivos (menos 1% a 29%);
- Nunca são efetivos.

## Devolutiva

- Nunca recebe satisfação das manifestações enviadas;
- Recebe respostas, mas raramente são satisfatórias ou completas;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias e completas.

## Dificuldades técnicas

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Sistema fora do ar, lento ou instável;
- Retorno intempestivo ou demorado acerca da manifestação;
- Falta de capacitação técnica dos servidores para fornecer as respostas;
- Outro: .....

Considerando as dimensões do questionário, os sistemas de ouvidorias locais (governos estaduais e municipais que a organização usa) são qualitativamente inferiores ao sistema federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou ouvidorias locais)

## Outras considerações da organização sobre transparência no governo federal

---

### Participação em políticas públicas

Até então, as perguntas eram sobre o uso de ferramentas de transparência do governo federal pela instituição. A partir daqui, responda com base na percepção e opinião institucionais sobre o uso de ferramentas de participação pelo governo na construção de políticas públicas.

A organização já usou as plataformas Dialoga Brasil ([dialoga.gov.br](http://dialoga.gov.br)) e/ou Participa Brasil ([participa.br](http://participa.br)) do governo federal? \*

- Sim (ambas)
- Sim (apenas a Participa Brasil)
- Sim (apenas a Dialoga Brasil)
- Não (nenhuma delas)

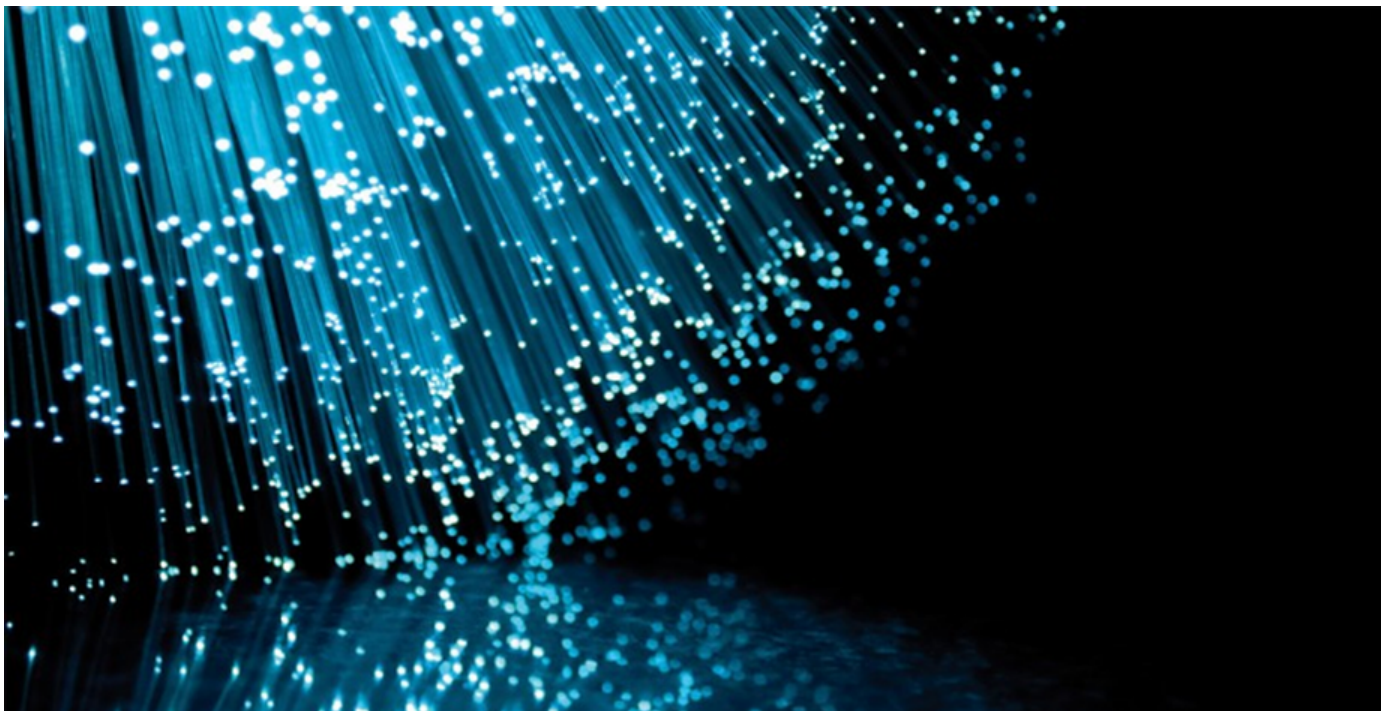


Se a resposta foi sim apenas para uma delas ou não, qual motivo?

- Não conhece essa(s) plataforma(s)
- Não precisa usá-la(s) para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-la(s) - complexa(s)
- Não a(s) considera ferramenta(s) efetiva(s) de participação
- Não se aplica (respondeu sim para ambas no item anterior)
- Outro: .....

### Plataformas Dialoga Brasil e Participa Br

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso das Plataformas Dialoga Brasil e Participa Br (espaços de participação digital) na construção de políticas públicas pelo governo federal



Frequência de uso de alguma das plataformas pelo governo para a construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Ações ativas de engajamento nas Plataformas (organização procura participar):

	1	2	3	4	5	
Raramente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Com muita frequência

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento em espaços de participação digital é qualitativamente pior do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou espaços de participação digital de governos locais)

### Consultas públicas na construção de políticas públicas federais

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso de consultas públicas na construção de políticas públicas pelo governo federal

Frequência de uso de consultas públicas pelo governo no para construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Convites para participar (iniciativa do governo federal, por qualquer meio):

- Organização nunca foi convidada pelo governo para participar de consulta pública;
- Raramente é convidado (1% a 29% das vezes em que há uma consulta);
- Ocasionalmente é convidado (30% a 60%);
- Frequentemente é convidado (mais de 60% das vezes).

### Ações ativas de engajamento em consultas (organização procura participar):

- Frequentemente procura participar (mais de 60% das vezes);
- Ocasionalmente (30%-60%);
- Raramente (até 29%);
- Nunca

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento a consultas públicas é qualitativamente melhor do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

### Audiências públicas na construção de políticas públicas federais

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso de audiências públicas na construção de políticas públicas pelo governo federal

### Frequência de uso de audiências públicas pelo governo para construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Convites para participar (iniciativa do governo federal, por qualquer meio):

- Organização nunca foi convidada pelo governo para participar de audiência pública;
- Raramente é convidado (1% a 29% das vezes em que há uma audiência);
- Ocasionalmente é convidado (30% a 60%);
- Frequentemente é convidado (mais de 60% das vezes).

### Ações ativas de engajamento em audiências (organização procura participar):

- Frequentemente procura participar (mais de 60% das vezes);
- Ocasionalmente (30%-60%);
- Raramente (até 29%);
- Nunca

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento a audiências públicas é qualitativamente melhor do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente



## Outras considerações da organização sobre participação no governo federal

---

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

# Questionário transparência e participação no Governo Federal

Esse questionário tem como objetivo coletar as percepções no uso de ferramentas de transparência e participação governamentais pelas organizações da sociedade civil e movimentos sociais organizados, sendo garantidas a confidencialidade, sigilo e anonimato dos participantes. A partir dos resultados, compreender a efetividade desses instrumentos, detectar eventuais deficiências e apontar soluções.

Os resultados serão divulgados na tese de doutorado da pesquisadora responsável pela sua elaboração, Caroline Maciel.

A sua participação é uma etapa muito importante para o diagnóstico e sistematização das dificuldades enfrentadas por usuários qualificados, identificação dos avanços e de sugestões para melhorias. Se possível, responda todas as questões.

Endereço de e-mail \*

Para evitar o uso de robots neste questionário, responda: qual das imagens abaixo é um prato de sobremesa? \*



1



2



3



4

## Dados

Nome da instituição que representa \*

[REDACTED]

## Principal área de atuação institucional \*

- Transparência e Integridade
- Direitos Humanos/Direitos fundamentais
- Socioambiental
- Nova economia
- Saúde
- Educação
- Outro: Segurança Pública

## Estou apto(a) a responder em nome da organização que represento? \*

- Sim

## Nome completo do responsável pelo preenchimento \*

████████████████████

## Vínculo/cargo institucional \*

Gerente de Advocacy

## Anos que está na instituição \*

- Até 1 ano
- Mais de 1 ano até 5 anos
- Mais de 5 anos

## Última escolaridade do respondente \*

- Ensino superior
- Especialização
- Mestrado
- Doutorado
- Outro: .....

## Concordo com o Termo de Consentimento Livre e Informado abaixo \*

Declaro, por meio deste termo, que concordei voluntariamente em responder esse questionário, que busca coletar as percepções de usuários qualificados no uso de ferramentas de transparência e participação governamentais, desenvolvido pela pesquisadora Caroline Stéphanie Francis dos Santos Maciel. Fui informado(a) que a pesquisa é desenvolvida para fins estritamente acadêmicos em sede de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Direito na Universidade Federal de Minas Gerais, sob orientação da Profa. Fabiana de Menezes Soares, vinculada ao Observatório para a Qualidade da Lei e em parceria com a Dado Capital e a Rede de Advocacy Colaborativo. Afirmando que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou outros benefícios, nem ter qualquer ônus ou risco à saúde e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui também informado(a) que não será divulgado meu nome e nem outro dado de contato que permita a minha identificação pessoal, em conformidade com as normas éticas do Comitê de Ética da UFMG (art. 1º, § único, I, V e VII da Resolução 510/2016). Informaram, ainda, que apenas os dados institucionais e resultados das respostas ao questionário serão divulgados no relatório da pesquisa, garantidas a confidencialidade, sigilo e anonimato dos participantes. Por fim, fui informado(a) de que posso me retirar dessa pesquisa de opinião a qualquer momento, sem sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos. Ao selecionar "sim" nesta caixa, concordo com todas as especificações acima deste Termo de Consentimento Livre e Informado.

Sim

Autorizo a divulgação dos dados institucionais e respostas às perguntas do questionário para a realização dos objetivos dessa pesquisa \*

Sim

## Orientações gerais

Nas questões fechadas, escolha a melhor resposta dentre as possíveis, que representa melhor a realidade no uso geral dessas ferramentas pela organização (o que ocorreu na maioria das vezes).

Dê uma resposta com base na realidade da sua instituição e não apenas na sua experiência pessoal.

Nas questões abertas, aprofunde nas particularidades sobre o tópico. Quanto mais dados fornecer, tanto melhor para a pesquisa e completo diagnóstico da situação.

Caso não saiba alguma(s) da(s) resposta(s), por você não utilizar o canal/desconhecê-lo, veja se é possível obtê-la(s) junto à organização que representa; caso contrário, marque que a organização não usa.



### Sites oficiais do governo federal ([gov.br](http://gov.br) e derivados)

A organização já extraiu dados ou informações de algum site oficial do governo federal?

\*

- Sim
- Não

### Uso de sites oficiais do governo federal ([gov.br](http://gov.br) e derivados)

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso dos sites oficiais do governo federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:





### Frequência de uso

1    2    3    4    5

Raramente usamos na organização                        Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no site
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa por conta própria conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso

## Outras dificuldades de navegabilidade e usabilidade

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Mudanças de domínio e/ou links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Outro: Problemas variados de acordo com o site/órgão

Se possível, faça considerações sobre ocorrências em navegabilidade antes e depois da mudança dos domínios, com a unificação dos endereços eletrônicos do governo federal em 2019 (portal único [gov.br](http://gov.br)).

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados ativamente nos sites oficiais do governo federal resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

Os sites oficiais de governos estaduais e municipais que a organização acessa são qualitativamente inferiores ao sites do governo federal, considerando as dimensões desse questionário (disponibilidade, atualização, compreensão dos dados e navegabilidade no site).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou sites oficiais de governos estaduais/municipais)

Portal da Transparência Federal ([portaldatransparencia.gov.br](http://portaldatransparencia.gov.br))

A organização já extraiu dados ou informações do Portal da Transparência federal? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse portal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

### Uso do Portal da Transparência Federal

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do Portal da Transparência Federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:



### Frequência de uso

1 2 3 4 5

Raramente usamos na organização

Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no portal
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa por conta própria conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso à informação ou dado.

### Outras dificuldades de navegabilidade e usabilidade

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Outro: Variado a depender da informação buscada

Se possível, faça considerações sobre ocorrências em navegabilidade antes e depois da reformulação do Portal da Transparência Federal em 2018.

.....

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados no Portal da Transparência Federal resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente



No geral, os Portais da Transparência estaduais e municipais que a organização usa são qualitativamente inferiores ao Portal da Transparência Federal, considerando as dimensões desse questionário (disponibilidade, atualização, compreensão dos dados e navegabilidade no portal).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou nenhum portal de transparência estadual ou municipal)

#### Portal Brasileiro de Dados Abertos ([dados.gov.br](https://dados.gov.br))

A organização já extraiu dados do Portal Brasileiro de Dados Abertos? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse portal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

## Uso do Portal Brasileiro de Dados Abertos

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do Portal Brasileiro de Dados Abertos pela organização da sociedade civil ou movimento social:



Frequência de uso

1 2 3 4 5

Raramente usamos na  
organização

Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no portal
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa (autônoma) conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso à informação ou dado.

## Outras dificuldades

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Escassez de bases de dados abertos disponibilizadas ativamente
- Bases de dados abertos não disponibilizadas no prazo estabelecido, em conformidade com os cronogramas de abertura dos órgãos
- Não disponibilização das bases de dados abertos, mesmo após solicitação
- Outro: Diferentes a depender da informação buscada

Se possível, faça considerações sobre modificações nesse portal no decorrer do tempo.

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados ativamente no Portal Brasileiro de Dados Abertos resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

Os governos estaduais e municipais e os outros poderes (que organização acessa) disponibilizam bem menos dados públicos em formato aberto que o governo federal, seja no Portal Brasileiro de Dados Abertos ou em outros portais.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca extraiu dados abertos de governos subnacionais ou de outros poderes)

### Pedidos de acesso à informação a órgãos do governo federal

A organização já fez pedido de acesso à informação através do e-SIC federal? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse canal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo/instável)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

### Uso do e-SIC federal

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do e-SIC federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:



Frequência de uso

	1	2	3	4	5	
Raramente usamos na organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	Usamos com muita frequência



### Satisfação com o acesso concedido

- Conseguiu acesso completo a tudo que pediu já com o pedido inicial, no prazo legal;
- Conseguiu acesso completo apenas após recorrer ou após o prazo legal;
- Não conseguiu acesso completo, apenas parcial;
- Negativa completa de acesso, mesmo sem ser hipótese legal de sigilo.

### Justificativas dos órgãos para negativas de acesso (se aplicável)

- Não recebeu nenhuma justificativa
- Trabalho adicional de análise, interpretação ou consolidação
- Pedido genérico
- Órgão incompetente (sem reencaminhar o seu pedido)
- Pandemia
- Dados pessoais
- Sigilo legal
- Interpretação extensiva do órgão sobre o sigilo
- Inexistência dos documentos digitalizados e necessidade de consultar arquivos físicos pessoalmente
- Outro: .....

## Compreensão das respostas ou dados enviados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada na resposta e nem as informações enviadas;
- Teve alguma dificuldade, mas com alguma pesquisa (autônoma) conseguiu entender;
- Não conseguiu compreender e precisou solicitar esclarecimentos em recurso ou nova solicitação de acesso;
- Não conseguiu compreender e desistiu do acesso à informação.

## Dificuldades técnicas com o e-SIC federal

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Sistema fora do ar, lento ou instável;
- Respostas fora do prazo legal;
- Obscuridade nas competências dos órgãos e dificuldade para saber a quem encaminhar o pedido;
- Arquivos anexos corrompidos/desconfigurados/inúteis;
- Arquivo em formato não aberto, não legível por máquina;
- Indisponibilidade de arquivos digitais;
- Não sistematização de dados pelo órgão;
- Necessidade de dados gerais de órgãos com competências centrais e foi aconselhado a procurar cada órgão individualmente, o que inviabilizou o acesso pela grande quantidade de órgãos ou volume de dados.

### Outros problemas que dificultaram ou desestimularam o acesso

- Exigências excessivas de dados pessoais;
- Cobrança de taxas de reprodução;
- Não divulgação de lista de documentos classificados como sigilosos pelo órgão federal;
- Influência do perfil do solicitante na resposta ao pedido (antes da possibilidade de pedidos anônimos no e-SIC federal);
- Falta de capacitação técnica dos servidores para responder as solicitações;
- Outro: .....

Os sistemas eletrônicos de solicitação de acesso à informação de governos estaduais e municipais que a organização usa são qualitativamente inferiores ao e-SIC federal, considerando as dimensões desse questionário (satisfação com o acesso, justificativas para negativas, compreensão e dificuldades técnicas).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou sistemas de acesso de governos subnacionais)

Ouvidorias federais ([ouvidorias.gov.br](https://www.ouvidorias.gov.br))

A organização já usou o sistema eletrônico de ouvidorias do governo federal? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse canal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não acredita que seja um canal efetivo
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

## Sistema federal de Ouvidorias

Nas questões desta seção responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso de ouvidorias federais pela organização da sociedade civil ou movimento social:



### Frequência de uso

1    2    3    4    5

Raramente usamos na organização                   Usamos com muita frequência

## Motivos do seu uso

- Denúncia
- Reclamação
- Elogio
- Solicitação de serviço público
- Pedido de desburocratização
- Sugestão
- Pedido de acesso à informação

## Efetividade/poder de influência

- As manifestações feitas pela ouvidoria frequentemente geraram resultados efetivos (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente efetivos (entre 30% e 60%);
- Raramente efetivos (menos 1% a 29%);
- Nunca são efetivos.

## Devolutiva

- Nunca recebe satisfação das manifestações enviadas;
- Recebe respostas, mas raramente são satisfatórias ou completas;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias e completas.

## Dificuldades técnicas

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Sistema fora do ar, lento ou instável;
- Retorno intempestivo ou demorado acerca da manifestação;
- Falta de capacitação técnica dos servidores para fornecer as respostas;
- Outro: .....

Considerando as dimensões do questionário, os sistemas de ouvidorias locais (governos estaduais e municipais que a organização usa) são qualitativamente inferiores ao sistema federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou ouvidorias locais)

## Outras considerações da organização sobre transparência no governo federal

---

### Participação em políticas públicas

Até então, as perguntas eram sobre o uso de ferramentas de transparência do governo federal pela instituição. A partir daqui, responda com base na percepção e opinião institucionais sobre o uso de ferramentas de participação pelo governo na construção de políticas públicas.

A organização já usou as plataformas Dialoga Brasil ([dialoga.gov.br](http://dialoga.gov.br)) e/ou Participa Brasil ([participa.br](http://participa.br)) do governo federal? \*

- Sim (ambas)
- Sim (apenas a Participa Brasil)
- Sim (apenas a Dialoga Brasil)
- Não (nenhuma delas)



Se a resposta foi sim apenas para uma delas ou não, qual motivo?

- Não conhece essa(s) plataforma(s)
- Não precisa usá-la(s) para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-la(s) - complexa(s)
- Não a(s) considera ferramenta(s) efetiva(s) de participação
- Não se aplica (respondeu sim para ambas no item anterior)
- Outro: .....

### Plataformas Dialoga Brasil e Participa Br

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso das Plataformas Dialoga Brasil e Participa Br (espaços de participação digital) na construção de políticas públicas pelo governo federal



Frequência de uso de alguma das plataformas pelo governo para a construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Ações ativas de engajamento nas Plataformas (organização procura participar):

	1	2	3	4	5	
Raramente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Com muita frequência

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento em espaços de participação digital é qualitativamente pior do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou espaços de participação digital de governos locais)

### Consultas públicas na construção de políticas públicas federais

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso de consultas públicas na construção de políticas públicas pelo governo federal

Frequência de uso de consultas públicas pelo governo no para construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Convites para participar (iniciativa do governo federal, por qualquer meio):

- Organização nunca foi convidada pelo governo para participar de consulta pública;
- Raramente é convidado (1% a 29% das vezes em que há uma consulta);
- Ocasionalmente é convidado (30% a 60%);
- Frequentemente é convidado (mais de 60% das vezes).

### Ações ativas de engajamento em consultas (organização procura participar):

- Frequentemente procura participar (mais de 60% das vezes);
- Ocasionalmente (30%-60%);
- Raramente (até 29%);
- Nunca

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento a consultas públicas é qualitativamente melhor do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

### Audiências públicas na construção de políticas públicas federais

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso de audiências públicas na construção de políticas públicas pelo governo federal

### Frequência de uso de audiências públicas pelo governo para construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

Convites para participar (iniciativa do governo federal, por qualquer meio):

- Organização nunca foi convidada pelo governo para participar de audiência pública;
- Raramente é convidado (1% a 29% das vezes em que há uma audiência);
- Ocasionalmente é convidado (30% a 60%);
- Frequentemente é convidado (mais de 60% das vezes).

Ações ativas de engajamento em audiências (organização procura participar):

- Frequentemente procura participar (mais de 60% das vezes);
- Ocasionalmente (30%-60%);
- Raramente (até 29%);
- Nunca

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento a audiências públicas é qualitativamente melhor do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente



## Outras considerações da organização sobre participação no governo federal

Neste governo federal o nível de participação da sociedade civil caiu intensamente comparado a governos anteriores, especialmente a sociedade civil não alinhada.

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

# Questionário transparência e participação no Governo Federal

Esse questionário tem como objetivo coletar as percepções no uso de ferramentas de transparência e participação governamentais pelas organizações da sociedade civil e movimentos sociais organizados, sendo garantidas a confidencialidade, sigilo e anonimato dos participantes. A partir dos resultados, compreender a efetividade desses instrumentos, detectar eventuais deficiências e apontar soluções.

Os resultados serão divulgados na tese de doutorado da pesquisadora responsável pela sua elaboração, Caroline Maciel.

A sua participação é uma etapa muito importante para o diagnóstico e sistematização das dificuldades enfrentadas por usuários qualificados, identificação dos avanços e de sugestões para melhorias. Se possível, responda todas as questões.

Endereço de e-mail \*

[REDACTED]

Para evitar o uso de robots neste questionário, responda: qual das imagens abaixo é um prato de sobremesa? \*



1



2



3



4

## Dados

Nome da instituição que representa \*

[REDACTED]

## Principal área de atuação institucional \*

- Transparência e Integridade
- Direitos Humanos/Direitos fundamentais
- Socioambiental
- Nova economia
- Saúde
- Educação
- Outro: Ética jornalística

## Estou apto(a) a responder em nome da organização que represento? \*

- Sim

## Nome completo do responsável pelo preenchimento \*

[REDACTED]

## Vínculo/cargo institucional \*

professor/coordenador

## Anos que está na instituição \*

- Até 1 ano
- Mais de 1 ano até 5 anos
- Mais de 5 anos

## Última escolaridade do respondente \*

- Ensino superior
- Especialização
- Mestrado
- Doutorado
- Outro: .....

## Concordo com o Termo de Consentimento Livre e Informado abaixo \*

Declaro, por meio deste termo, que concordei voluntariamente em responder esse questionário, que busca coletar as percepções de usuários qualificados no uso de ferramentas de transparência e participação governamentais, desenvolvido pela pesquisadora Caroline Stéphanie Francis dos Santos Maciel. Fui informado(a) que a pesquisa é desenvolvida para fins estritamente acadêmicos em sede de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Direito na Universidade Federal de Minas Gerais, sob orientação da Profa. Fabiana de Menezes Soares, vinculada ao Observatório para a Qualidade da Lei e em parceria com a Dado Capital e a Rede de Advocacy Colaborativo. Afirmando que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou outros benefícios, nem ter qualquer ônus ou risco à saúde e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui também informado(a) que não será divulgado meu nome e nem outro dado de contato que permita a minha identificação pessoal, em conformidade com as normas éticas do Comitê de Ética da UFMG (art. 1º, § único, I, V e VII da Resolução 510/2016). Informaram, ainda, que apenas os dados institucionais e resultados das respostas ao questionário serão divulgados no relatório da pesquisa, garantidas a confidencialidade, sigilo e anonimato dos participantes. Por fim, fui informado(a) de que posso me retirar dessa pesquisa de opinião a qualquer momento, sem sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos. Ao selecionar "sim" nesta caixa, concordo com todas as especificações acima deste Termo de Consentimento Livre e Informado.

Sim

Autorizo a divulgação dos dados institucionais e respostas às perguntas do questionário para a realização dos objetivos dessa pesquisa \*

Sim

## Orientações gerais

Nas questões fechadas, escolha a melhor resposta dentre as possíveis, que representa melhor a realidade no uso geral dessas ferramentas pela organização (o que ocorreu na maioria das vezes).

Dê uma resposta com base na realidade da sua instituição e não apenas na sua experiência pessoal.

Nas questões abertas, aprofunde nas particularidades sobre o tópico. Quanto mais dados fornecer, tanto melhor para a pesquisa e completo diagnóstico da situação.

Caso não saiba alguma(s) da(s) resposta(s), por você não utilizar o canal/desconhecê-lo, veja se é possível obtê-la(s) junto à organização que representa; caso contrário, marque que a organização não usa.



### Sites oficiais do governo federal ([gov.br](http://gov.br) e derivados)

A organização já extraiu dados ou informações de algum site oficial do governo federal?

\*

- Sim
- Não

### Uso de sites oficiais do governo federal ([gov.br](http://gov.br) e derivados)

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso dos sites oficiais do governo federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:





### Frequência de uso

1    2    3    4    5

Raramente usamos na organização                   Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no site
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

## Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

## Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa por conta própria conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso

## Outras dificuldades de navegabilidade e usabilidade

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Mudanças de domínio e/ou links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre ocorrências em navegabilidade antes e depois da mudança dos domínios, com a unificação dos endereços eletrônicos do governo federal em 2019 (portal único [gov.br](http://gov.br)).

.....

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados ativamente nos sites oficiais do governo federal resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

Os sites oficiais de governos estaduais e municipais que a organização acessa são qualitativamente inferiores aos sites do governo federal, considerando as dimensões desse questionário (disponibilidade, atualização, compreensão dos dados e navegabilidade no site).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou sites oficiais de governos estaduais/municipais)

Portal da Transparência Federal ([portaldatransparencia.gov.br](http://portaldatransparencia.gov.br))

A organização já extraiu dados ou informações do Portal da Transparência federal? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse portal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

### Uso do Portal da Transparência Federal

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do Portal da Transparência Federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:



### Frequência de uso

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5

Raramente usamos na organização

Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no portal
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa por conta própria conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso à informação ou dado.

### Outras dificuldades de navegabilidade e usabilidade

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre ocorrências em navegabilidade antes e depois da reformulação do Portal da Transparência Federal em 2018.

.....

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados no Portal da Transparência Federal resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente



No geral, os Portais da Transparência estaduais e municipais que a organização usa são qualitativamente inferiores ao Portal da Transparência Federal, considerando as dimensões desse questionário (disponibilidade, atualização, compreensão dos dados e navegabilidade no portal).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou nenhum portal de transparência estadual ou municipal)

#### Portal Brasileiro de Dados Abertos ([dados.gov.br](https://dados.gov.br))

A organização já extraiu dados do Portal Brasileiro de Dados Abertos? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse portal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

## Uso do Portal Brasileiro de Dados Abertos

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do Portal Brasileiro de Dados Abertos pela organização da sociedade civil ou movimento social:



Frequência de uso

1 2 3 4 5

Raramente usamos na  
organização

Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no portal
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa (autônoma) conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso à informação ou dado.

## Outras dificuldades

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Escassez de bases de dados abertos disponibilizadas ativamente
- Bases de dados abertos não disponibilizadas no prazo estabelecido, em conformidade com os cronogramas de abertura dos órgãos
- Não disponibilização das bases de dados abertos, mesmo após solicitação
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre modificações nesse portal no decorrer do tempo.

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados ativamente no Portal Brasileiro de Dados Abertos resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

Os governos estaduais e municipais e os outros poderes (que organização acessa) disponibilizam bem menos dados públicos em formato aberto que o governo federal, seja no Portal Brasileiro de Dados Abertos ou em outros portais.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca extraiu dados abertos de governos subnacionais ou de outros poderes)

### Pedidos de acesso à informação a órgãos do governo federal

A organização já fez pedido de acesso à informação através do e-SIC federal? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse canal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo/instável)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

### Uso do e-SIC federal

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do e-SIC federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:



### Frequência de uso

1    2    3    4    5

Raramente usamos na organização                        Usamos com muita frequência



### Satisfação com o acesso concedido

- Conseguiu acesso completo a tudo que pediu já com o pedido inicial, no prazo legal;
- Conseguiu acesso completo apenas após recorrer ou após o prazo legal;
- Não conseguiu acesso completo, apenas parcial;
- Negativa completa de acesso, mesmo sem ser hipótese legal de sigilo.

### Justificativas dos órgãos para negativas de acesso (se aplicável)

- Não recebeu nenhuma justificativa
- Trabalho adicional de análise, interpretação ou consolidação
- Pedido genérico
- Órgão incompetente (sem reencaminhar o seu pedido)
- Pandemia
- Dados pessoais
- Sigilo legal
- Interpretação extensiva do órgão sobre o sigilo
- Inexistência dos documentos digitalizados e necessidade de consultar arquivos físicos pessoalmente
- Outro: .....

## Compreensão das respostas ou dados enviados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada na resposta e nem as informações enviadas;
- Teve alguma dificuldade, mas com alguma pesquisa (autônoma) conseguiu entender;
- Não conseguiu compreender e precisou solicitar esclarecimentos em recurso ou nova solicitação de acesso;
- Não conseguiu compreender e desistiu do acesso à informação.

## Dificuldades técnicas com o e-SIC federal

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Sistema fora do ar, lento ou instável;
- Respostas fora do prazo legal;
- Obscuridade nas competências dos órgãos e dificuldade para saber a quem encaminhar o pedido;
- Arquivos anexos corrompidos/desconfigurados/inúteis;
- Arquivo em formato não aberto, não legível por máquina;
- Indisponibilidade de arquivos digitais;
- Não sistematização de dados pelo órgão;
- Necessidade de dados gerais de órgãos com competências centrais e foi aconselhado a procurar cada órgão individualmente, o que inviabilizou o acesso pela grande quantidade de órgãos ou volume de dados.

### Outros problemas que dificultaram ou desestimularam o acesso

- Exigências excessivas de dados pessoais;
- Cobrança de taxas de reprodução;
- Não divulgação de lista de documentos classificados como sigilosos pelo órgão federal;
- Influência do perfil do solicitante na resposta ao pedido (antes da possibilidade de pedidos anônimos no e-SIC federal);
- Falta de capacitação técnica dos servidores para responder as solicitações;
- Outro: .....

Os sistemas eletrônicos de solicitação de acesso à informação de governos estaduais e municipais que a organização usa são qualitativamente inferiores ao e-SIC federal, considerando as dimensões desse questionário (satisfação com o acesso, justificativas para negativas, compreensão e dificuldades técnicas).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou sistemas de acesso de governos subnacionais)

Ouvidorias federais ([ouvidorias.gov.br](https://ouvidorias.gov.br))

A organização já usou o sistema eletrônico de ouvidorias do governo federal? \*

Sim

Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

Não conhece esse canal

Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais

Não consegue usá-lo (complexo)

Não acredita que seja um canal efetivo

Não se aplica (respondeu sim no item anterior)

Outro: .....

## Sistema federal de Ouvidorias

Nas questões desta seção responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso de ouvidorias federais pela organização da sociedade civil ou movimento social:



### Frequência de uso

1    2    3    4    5

Raramente usamos na organização                        Usamos com muita frequência

## Motivos do seu uso

- Denúncia
- Reclamação
- Elogio
- Solicitação de serviço público
- Pedido de desburocratização
- Sugestão
- Pedido de acesso à informação

## Efetividade/poder de influência

- As manifestações feitas pela ouvidoria frequentemente geraram resultados efetivos (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente efetivos (entre 30% e 60%);
- Raramente efetivos (menos 1% a 29%);
- Nunca são efetivos.

## Devolutiva

- Nunca recebe satisfação das manifestações enviadas;
- Recebe respostas, mas raramente são satisfatórias ou completas;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias e completas.

## Dificuldades técnicas

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Sistema fora do ar, lento ou instável;
- Retorno intempestivo ou demorado acerca da manifestação;
- Falta de capacitação técnica dos servidores para fornecer as respostas;
- Outro: .....

Considerando as dimensões do questionário, os sistemas de ouvidorias locais (governos estaduais e municipais que a organização usa) são qualitativamente inferiores ao sistema federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou ouvidorias locais)

## Outras considerações da organização sobre transparência no governo federal

---

### Participação em políticas públicas

Até então, as perguntas eram sobre o uso de ferramentas de transparência do governo federal pela instituição. A partir daqui, responda com base na percepção e opinião institucionais sobre o uso de ferramentas de participação pelo governo na construção de políticas públicas.

A organização já usou as plataformas Dialoga Brasil ([dialoga.gov.br](http://dialoga.gov.br)) e/ou Participa Brasil ([participa.br](http://participa.br)) do governo federal? \*

- Sim (ambas)
- Sim (apenas a Participa Brasil)
- Sim (apenas a Dialoga Brasil)
- Não (nenhuma delas)

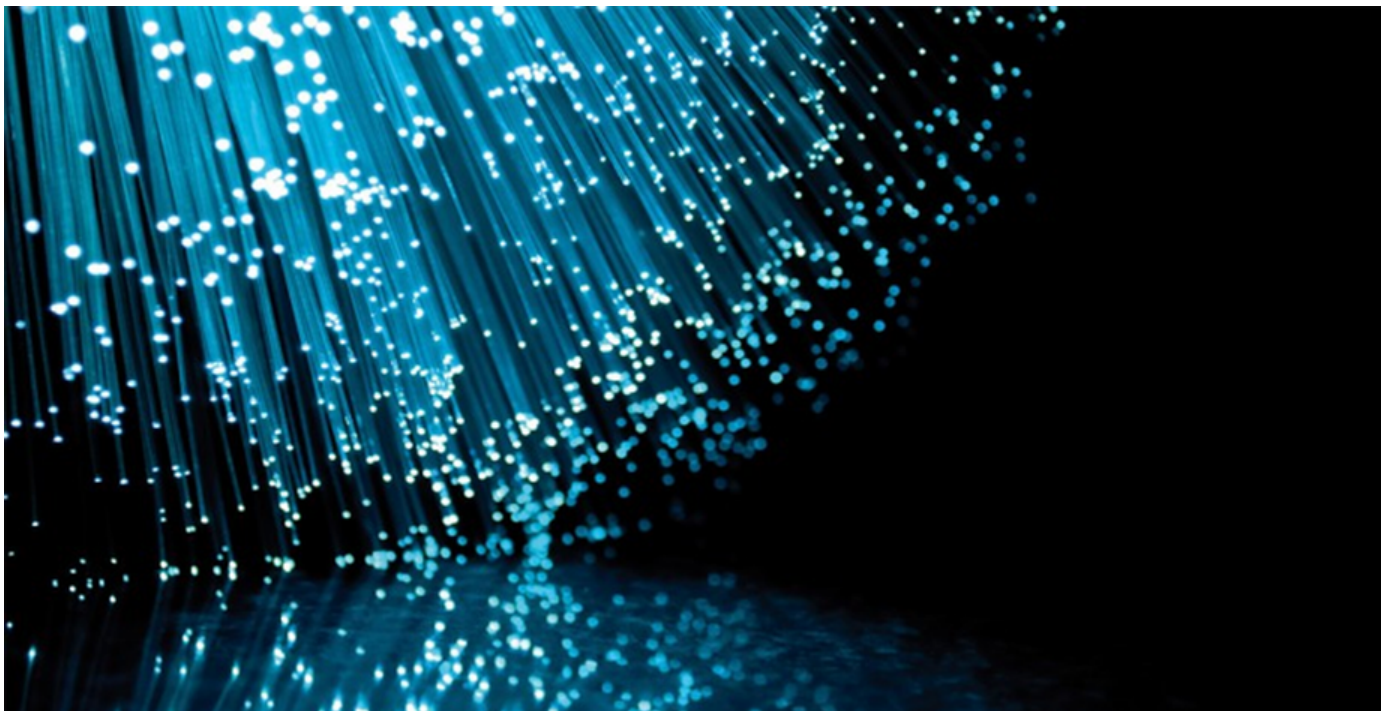


Se a resposta foi sim apenas para uma delas ou não, qual motivo?

- Não conhece essa(s) plataforma(s)
- Não precisa usá-la(s) para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-la(s) - complexa(s)
- Não a(s) considera ferramenta(s) efetiva(s) de participação
- Não se aplica (respondeu sim para ambas no item anterior)
- Outro: .....

## Plataformas Dialoga Brasil e Participa Br

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso das Plataformas Dialoga Brasil e Participa Br (espaços de participação digital) na construção de políticas públicas pelo governo federal



Frequência de uso de alguma das plataformas pelo governo para a construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Ações ativas de engajamento nas Plataformas (organização procura participar):

	1	2	3	4	5	
Raramente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Com muita frequência

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento em espaços de participação digital é qualitativamente pior do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou espaços de participação digital de governos locais)

### Consultas públicas na construção de políticas públicas federais

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso de consultas públicas na construção de políticas públicas pelo governo federal

Frequência de uso de consultas públicas pelo governo no para construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Convites para participar (iniciativa do governo federal, por qualquer meio):

- Organização nunca foi convidada pelo governo para participar de consulta pública;
- Raramente é convidado (1% a 29% das vezes em que há uma consulta);
- Ocasionalmente é convidado (30% a 60%);
- Frequentemente é convidado (mais de 60% das vezes).

### Ações ativas de engajamento em consultas (organização procura participar):

- Frequentemente procura participar (mais de 60% das vezes);
- Ocasionalmente (30%-60%);
- Raramente (até 29%);
- Nunca

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento a consultas públicas é qualitativamente melhor do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

### Audiências públicas na construção de políticas públicas federais

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso de audiências públicas na construção de políticas públicas pelo governo federal

### Frequência de uso de audiências públicas pelo governo para construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Convites para participar (iniciativa do governo federal, por qualquer meio):

- Organização nunca foi convidada pelo governo para participar de audiência pública;
- Raramente é convidado (1% a 29% das vezes em que há uma audiência);
- Ocasionalmente é convidado (30% a 60%);
- Frequentemente é convidado (mais de 60% das vezes).

### Ações ativas de engajamento em audiências (organização procura participar):

- Frequentemente procura participar (mais de 60% das vezes);
- Ocasionalmente (30%-60%);
- Raramente (até 29%);
- Nunca

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento a audiências públicas é qualitativamente melhor do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente



## Outras considerações da organização sobre participação no governo federal

---

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

# Questionário transparência e participação no Governo Federal

Esse questionário tem como objetivo coletar as percepções no uso de ferramentas de transparência e participação governamentais pelas organizações da sociedade civil e movimentos sociais organizados, sendo garantidas a confidencialidade, sigilo e anonimato dos participantes. A partir dos resultados, compreender a efetividade desses instrumentos, detectar eventuais deficiências e apontar soluções.

Os resultados serão divulgados na tese de doutorado da pesquisadora responsável pela sua elaboração, Caroline Maciel.

A sua participação é uma etapa muito importante para o diagnóstico e sistematização das dificuldades enfrentadas por usuários qualificados, identificação dos avanços e de sugestões para melhorias. Se possível, responda todas as questões.

Endereço de e-mail \*

Para evitar o uso de robots neste questionário, responda: qual das imagens abaixo é um prato de sobremesa? \*



1



2



3



4

## Dados

Nome da instituição que representa \*

[REDACTED]

## Principal área de atuação institucional \*

- Transparência e Integridade
- Direitos Humanos/Direitos fundamentais
- Socioambiental
- Nova economia
- Saúde
- Educação
- Outro: .....

## Estou apto(a) a responder em nome da organização que represento? \*

- Sim

## Nome completo do responsável pelo preenchimento \*

.....

## Vínculo/cargo institucional \*

Diretor .....

## Anos que está na instituição \*

- Até 1 ano
- Mais de 1 ano até 5 anos
- Mais de 5 anos

## Última escolaridade do respondente \*

- Ensino superior
- Especialização
- Mestrado
- Doutorado
- Outro: .....

## Concordo com o Termo de Consentimento Livre e Informado abaixo \*

Declaro, por meio deste termo, que concordei voluntariamente em responder esse questionário, que busca coletar as percepções de usuários qualificados no uso de ferramentas de transparência e participação governamentais, desenvolvido pela pesquisadora Caroline Stéphanie Francis dos Santos Maciel. Fui informado(a) que a pesquisa é desenvolvida para fins estritamente acadêmicos em sede de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Direito na Universidade Federal de Minas Gerais, sob orientação da Profa. Fabiana de Menezes Soares, vinculada ao Observatório para a Qualidade da Lei e em parceria com a Dado Capital e a Rede de Advocacy Colaborativo. Afirmando que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou outros benefícios, nem ter qualquer ônus ou risco à saúde e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui também informado(a) que não será divulgado meu nome e nem outro dado de contato que permita a minha identificação pessoal, em conformidade com as normas éticas do Comitê de Ética da UFMG (art. 1º, § único, I, V e VII da Resolução 510/2016). Informaram, ainda, que apenas os dados institucionais e resultados das respostas ao questionário serão divulgados no relatório da pesquisa, garantidas a confidencialidade, sigilo e anonimato dos participantes. Por fim, fui informado(a) de que posso me retirar dessa pesquisa de opinião a qualquer momento, sem sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos. Ao selecionar "sim" nesta caixa, concordo com todas as especificações acima deste Termo de Consentimento Livre e Informado.

Sim

Autorizo a divulgação dos dados institucionais e respostas às perguntas do questionário para a realização dos objetivos dessa pesquisa \*

Sim

## Orientações gerais

Nas questões fechadas, escolha a melhor resposta dentre as possíveis, que representa melhor a realidade no uso geral dessas ferramentas pela organização (o que ocorreu na maioria das vezes).

Dê uma resposta com base na realidade da sua instituição e não apenas na sua experiência pessoal.

Nas questões abertas, aprofunde nas particularidades sobre o tópico. Quanto mais dados fornecer, tanto melhor para a pesquisa e completo diagnóstico da situação.

Caso não saiba alguma(s) da(s) resposta(s), por você não utilizar o canal/desconhecê-lo, veja se é possível obtê-la(s) junto à organização que representa; caso contrário, marque que a organização não usa.



### Sites oficiais do governo federal ([gov.br](http://gov.br) e derivados)

A organização já extraiu dados ou informações de algum site oficial do governo federal?

\*

- Sim
- Não

### Uso de sites oficiais do governo federal ([gov.br](http://gov.br) e derivados)

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso dos sites oficiais do governo federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:





### Frequência de uso

1    2    3    4    5

Raramente usamos na organização                        Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no site
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa por conta própria conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso

## Outras dificuldades de navegabilidade e usabilidade

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Mudanças de domínio e/ou links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre ocorrências em navegabilidade antes e depois da mudança dos domínios, com a unificação dos endereços eletrônicos do governo federal em 2019 (portal único [gov.br](http://gov.br)).

.....

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados ativamente nos sites oficiais do governo federal resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

Os sites oficiais de governos estaduais e municipais que a organização acessa são qualitativamente inferiores aos sites do governo federal, considerando as dimensões desse questionário (disponibilidade, atualização, compreensão dos dados e navegabilidade no site).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou sites oficiais de governos estaduais/municipais)

Portal da Transparência Federal ([portaldatransparencia.gov.br](http://portaldatransparencia.gov.br))

A organização já extraiu dados ou informações do Portal da Transparência federal? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse portal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

### Uso do Portal da Transparência Federal

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do Portal da Transparência Federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:



### Frequência de uso

1 2 3 4 5

Raramente usamos na  
organização

Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no portal
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa por conta própria conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso à informação ou dado.

### Outras dificuldades de navegabilidade e usabilidade

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre ocorrências em navegabilidade antes e depois da reformulação do Portal da Transparência Federal em 2018.

.....

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados no Portal da Transparência Federal resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente



No geral, os Portais da Transparência estaduais e municipais que a organização usa são qualitativamente inferiores ao Portal da Transparência Federal, considerando as dimensões desse questionário (disponibilidade, atualização, compreensão dos dados e navegabilidade no portal).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou nenhum portal de transparência estadual ou municipal)

#### Portal Brasileiro de Dados Abertos ([dados.gov.br](https://dados.gov.br))

A organização já extraiu dados do Portal Brasileiro de Dados Abertos? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse portal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

## Uso do Portal Brasileiro de Dados Abertos

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do Portal Brasileiro de Dados Abertos pela organização da sociedade civil ou movimento social:



Frequência de uso

1    2    3    4    5

Raramente usamos na organização                   Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no portal
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa (autônoma) conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso à informação ou dado.

## Outras dificuldades

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Escassez de bases de dados abertos disponibilizadas ativamente
- Bases de dados abertos não disponibilizadas no prazo estabelecido, em conformidade com os cronogramas de abertura dos órgãos
- Não disponibilização das bases de dados abertos, mesmo após solicitação
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre modificações nesse portal no decorrer do tempo.

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados ativamente no Portal Brasileiro de Dados Abertos resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

Os governos estaduais e municipais e os outros poderes (que organização acessa) disponibilizam bem menos dados públicos em formato aberto que o governo federal, seja no Portal Brasileiro de Dados Abertos ou em outros portais.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca extraiu dados abertos de governos subnacionais ou de outros poderes)

### Pedidos de acesso à informação a órgãos do governo federal

A organização já fez pedido de acesso à informação através do e-SIC federal? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse canal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo/instável)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

### Uso do e-SIC federal

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do e-SIC federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:



Frequência de uso

	1	2	3	4	5	
Raramente usamos na organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Usamos com muita frequência



### Satisfação com o acesso concedido

- Conseguiu acesso completo a tudo que pediu já com o pedido inicial, no prazo legal;
- Conseguiu acesso completo apenas após recorrer ou após o prazo legal;
- Não conseguiu acesso completo, apenas parcial;
- Negativa completa de acesso, mesmo sem ser hipótese legal de sigilo.

### Justificativas dos órgãos para negativas de acesso (se aplicável)

- Não recebeu nenhuma justificativa
- Trabalho adicional de análise, interpretação ou consolidação
- Pedido genérico
- Órgão incompetente (sem reencaminhar o seu pedido)
- Pandemia
- Dados pessoais
- Sigilo legal
- Interpretação extensiva do órgão sobre o sigilo
- Inexistência dos documentos digitalizados e necessidade de consultar arquivos físicos pessoalmente
- Outro: .....

## Compreensão das respostas ou dados enviados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada na resposta e nem as informações enviadas;
- Teve alguma dificuldade, mas com alguma pesquisa (autônoma) conseguiu entender;
- Não conseguiu compreender e precisou solicitar esclarecimentos em recurso ou nova solicitação de acesso;
- Não conseguiu compreender e desistiu do acesso à informação.

## Dificuldades técnicas com o e-SIC federal

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Sistema fora do ar, lento ou instável;
- Respostas fora do prazo legal;
- Obscuridade nas competências dos órgãos e dificuldade para saber a quem encaminhar o pedido;
- Arquivos anexos corrompidos/desconfigurados/inúteis;
- Arquivo em formato não aberto, não legível por máquina;
- Indisponibilidade de arquivos digitais;
- Não sistematização de dados pelo órgão;
- Necessidade de dados gerais de órgãos com competências centrais e foi aconselhado a procurar cada órgão individualmente, o que inviabilizou o acesso pela grande quantidade de órgãos ou volume de dados.

### Outros problemas que dificultaram ou desestimularam o acesso

- Exigências excessivas de dados pessoais;
- Cobrança de taxas de reprodução;
- Não divulgação de lista de documentos classificados como sigilosos pelo órgão federal;
- Influência do perfil do solicitante na resposta ao pedido (antes da possibilidade de pedidos anônimos no e-SIC federal);
- Falta de capacitação técnica dos servidores para responder as solicitações;
- Outro: .....

Os sistemas eletrônicos de solicitação de acesso à informação de governos estaduais e municipais que a organização usa são qualitativamente inferiores ao e-SIC federal, considerando as dimensões desse questionário (satisfação com o acesso, justificativas para negativas, compreensão e dificuldades técnicas).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou sistemas de acesso de governos subnacionais)

Ouvidorias federais ([ouvidorias.gov.br](https://ouvidorias.gov.br))

A organização já usou o sistema eletrônico de ouvidorias do governo federal? \*

Sim

Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

Não conhece esse canal

Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais

Não consegue usá-lo (complexo)

Não acredita que seja um canal efetivo

Não se aplica (respondeu sim no item anterior)

Outro: .....

## Sistema federal de Ouvidorias

Nas questões desta seção responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso de ouvidorias federais pela organização da sociedade civil ou movimento social:



### Frequência de uso

1    2    3    4    5

Raramente usamos na organização                   Usamos com muita frequência

## Motivos do seu uso

- Denúncia
- Reclamação
- Elogio
- Solicitação de serviço público
- Pedido de desburocratização
- Sugestão
- Pedido de acesso à informação

## Efetividade/poder de influência

- As manifestações feitas pela ouvidoria frequentemente geraram resultados efetivos (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente efetivos (entre 30% e 60%);
- Raramente efetivos (menos 1% a 29%);
- Nunca são efetivos.

## Devolutiva

- Nunca recebe satisfação das manifestações enviadas;
- Recebe respostas, mas raramente são satisfatórias ou completas;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias e completas.

## Dificuldades técnicas

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Sistema fora do ar, lento ou instável;
- Retorno intempestivo ou demorado acerca da manifestação;
- Falta de capacitação técnica dos servidores para fornecer as respostas;
- Outro: .....

Considerando as dimensões do questionário, os sistemas de ouvidorias locais (governos estaduais e municipais que a organização usa) são qualitativamente inferiores ao sistema federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou ouvidorias locais)

## Outras considerações da organização sobre transparência no governo federal

---

### Participação em políticas públicas

Até então, as perguntas eram sobre o uso de ferramentas de transparência do governo federal pela instituição. A partir daqui, responda com base na percepção e opinião institucionais sobre o uso de ferramentas de participação pelo governo na construção de políticas públicas.

A organização já usou as plataformas Dialoga Brasil ([dialoga.gov.br](http://dialoga.gov.br)) e/ou Participa Brasil ([participa.br](http://participa.br)) do governo federal? \*

- Sim (ambas)
- Sim (apenas a Participa Brasil)
- Sim (apenas a Dialoga Brasil)
- Não (nenhuma delas)

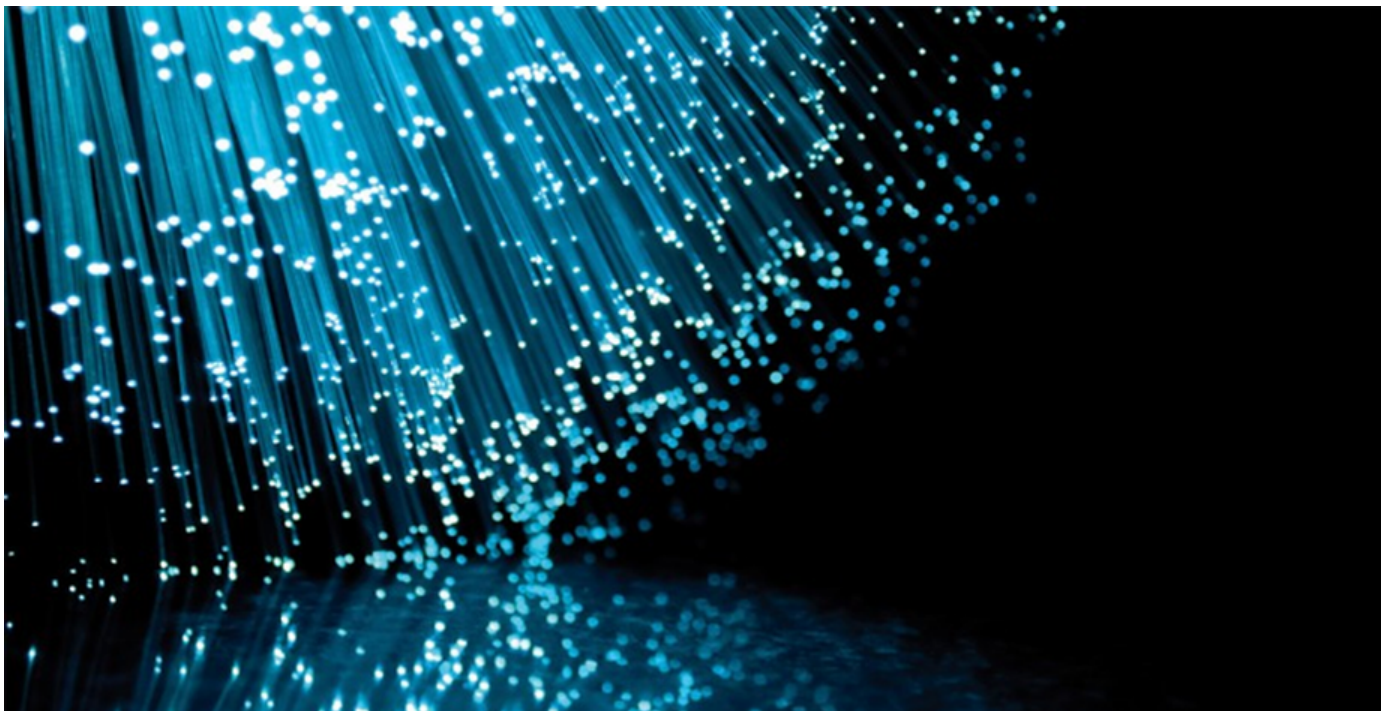


Se a resposta foi sim apenas para uma delas ou não, qual motivo?

- Não conhece essa(s) plataforma(s)
- Não precisa usá-la(s) para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-la(s) - complexa(s)
- Não a(s) considera ferramenta(s) efetiva(s) de participação
- Não se aplica (respondeu sim para ambas no item anterior)
- Outro: \_\_\_\_\_

## Plataformas Dialoga Brasil e Participa Br

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso das Plataformas Dialoga Brasil e Participa Br (espaços de participação digital) na construção de políticas públicas pelo governo federal



Frequência de uso de alguma das plataformas pelo governo para a construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Ações ativas de engajamento nas Plataformas (organização procura participar):

- |           |                       |                       |                                  |                       |                       |                      |
|-----------|-----------------------|-----------------------|----------------------------------|-----------------------|-----------------------|----------------------|
|           | 1                     | 2                     | 3                                | 4                     | 5                     |                      |
| Raramente | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input checked="" type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | Com muita frequência |

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento em espaços de participação digital é qualitativamente pior do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou espaços de participação digital de governos locais)

### Consultas públicas na construção de políticas públicas federais

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso de consultas públicas na construção de políticas públicas pelo governo federal

Frequência de uso de consultas públicas pelo governo no para construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Convites para participar (iniciativa do governo federal, por qualquer meio):

- Organização nunca foi convidada pelo governo para participar de consulta pública;
- Raramente é convidado (1% a 29% das vezes em que há uma consulta);
- Ocasionalmente é convidado (30% a 60%);
- Frequentemente é convidado (mais de 60% das vezes).

### Ações ativas de engajamento em consultas (organização procura participar):

- Frequentemente procura participar (mais de 60% das vezes);
- Ocasionalmente (30%-60%);
- Raramente (até 29%);
- Nunca

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento a consultas públicas é qualitativamente melhor do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

### Audiências públicas na construção de políticas públicas federais

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso de audiências públicas na construção de políticas públicas pelo governo federal

### Frequência de uso de audiências públicas pelo governo para construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Convites para participar (iniciativa do governo federal, por qualquer meio):

- Organização nunca foi convidada pelo governo para participar de audiência pública;
- Raramente é convidado (1% a 29% das vezes em que há uma audiência);
- Ocasionalmente é convidado (30% a 60%);
- Frequentemente é convidado (mais de 60% das vezes).

### Ações ativas de engajamento em audiências (organização procura participar):

- Frequentemente procura participar (mais de 60% das vezes);
- Ocasionalmente (30%-60%);
- Raramente (até 29%);
- Nunca

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento a audiências públicas é qualitativamente melhor do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente



## Outras considerações da organização sobre participação no governo federal

---

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

# Questionário transparência e participação no Governo Federal

Esse questionário tem como objetivo coletar as percepções no uso de ferramentas de transparência e participação governamentais pelas organizações da sociedade civil e movimentos sociais organizados, sendo garantidas a confidencialidade, sigilo e anonimato dos participantes. A partir dos resultados, compreender a efetividade desses instrumentos, detectar eventuais deficiências e apontar soluções.

Os resultados serão divulgados na tese de doutorado da pesquisadora responsável pela sua elaboração, Caroline Maciel.

A sua participação é uma etapa muito importante para o diagnóstico e sistematização das dificuldades enfrentadas por usuários qualificados, identificação dos avanços e de sugestões para melhorias. Se possível, responda todas as questões.

Endereço de e-mail \*

Para evitar o uso de robots neste questionário, responda: qual das imagens abaixo é um prato de sobremesa? \*



1



2



3



4

## Dados

Nome da instituição que representa \*

[REDACTED]

## Principal área de atuação institucional \*

- Transparência e Integridade
- Direitos Humanos/Direitos fundamentais
- Socioambiental
- Nova economia
- Saúde
- Educação
- Outro:

## Estou apto(a) a responder em nome da organização que represento? \*

- Sim

## Nome completo do responsável pelo preenchimento \*

[REDACTED]

## Vínculo/cargo institucional \*

Coordenadora de Projetos

## Anos que está na instituição \*

- Até 1 ano
- Mais de 1 ano até 5 anos
- Mais de 5 anos

## Última escolaridade do respondente \*

- Ensino superior
- Especialização
- Mestrado
- Doutorado
- Outro: .....

## Concordo com o Termo de Consentimento Livre e Informado abaixo \*

Declaro, por meio deste termo, que concordei voluntariamente em responder esse questionário, que busca coletar as percepções de usuários qualificados no uso de ferramentas de transparência e participação governamentais, desenvolvido pela pesquisadora Caroline Stéphanie Francis dos Santos Maciel. Fui informado(a) que a pesquisa é desenvolvida para fins estritamente acadêmicos em sede de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Direito na Universidade Federal de Minas Gerais, sob orientação da Profa. Fabiana de Menezes Soares, vinculada ao Observatório para a Qualidade da Lei e em parceria com a Dado Capital e a Rede de Advocacy Colaborativo. Afirmando que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou outros benefícios, nem ter qualquer ônus ou risco à saúde e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui também informado(a) que não será divulgado meu nome e nem outro dado de contato que permita a minha identificação pessoal, em conformidade com as normas éticas do Comitê de Ética da UFMG (art. 1º, § único, I, V e VII da Resolução 510/2016). Informaram, ainda, que apenas os dados institucionais e resultados das respostas ao questionário serão divulgados no relatório da pesquisa, garantidas a confidencialidade, sigilo e anonimato dos participantes. Por fim, fui informado(a) de que posso me retirar dessa pesquisa de opinião a qualquer momento, sem sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos. Ao selecionar "sim" nesta caixa, concordo com todas as especificações acima deste Termo de Consentimento Livre e Informado.

Sim

Autorizo a divulgação dos dados institucionais e respostas às perguntas do questionário para a realização dos objetivos dessa pesquisa \*

Sim

## Orientações gerais

Nas questões fechadas, escolha a melhor resposta dentre as possíveis, que representa melhor a realidade no uso geral dessas ferramentas pela organização (o que ocorreu na maioria das vezes).

Dê uma resposta com base na realidade da sua instituição e não apenas na sua experiência pessoal.

Nas questões abertas, aprofunde nas particularidades sobre o tópico. Quanto mais dados fornecer, tanto melhor para a pesquisa e completo diagnóstico da situação.

Caso não saiba alguma(s) da(s) resposta(s), por você não utilizar o canal/desconhecê-lo, veja se é possível obtê-la(s) junto à organização que representa; caso contrário, marque que a organização não usa.



### Sites oficiais do governo federal ([gov.br](http://gov.br) e derivados)

A organização já extraiu dados ou informações de algum site oficial do governo federal?

\*

- Sim
- Não

### Uso de sites oficiais do governo federal ([gov.br](http://gov.br) e derivados)

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso dos sites oficiais do governo federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:





### Frequência de uso

1    2    3    4    5

Raramente usamos na organização                        Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no site
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa por conta própria conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso

## Outras dificuldades de navegabilidade e usabilidade

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Mudanças de domínio e/ou links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre ocorrências em navegabilidade antes e depois da mudança dos domínios, com a unificação dos endereços eletrônicos do governo federal em 2019 (portal único [gov.br](http://gov.br)).

Informações que não estão sendo disponibilizadas e mudança na lógica da disponibilidade das informações, que dificulta a busca

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados ativamente nos sites oficiais do governo federal resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

Os sites oficiais de governos estaduais e municipais que a organização acessa são qualitativamente inferiores ao sites do governo federal, considerando as dimensões desse questionário (disponibilidade, atualização, compreensão dos dados e navegabilidade no site).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou sites oficiais de governos estaduais/municipais)

Portal da Transparência Federal ([portaldatransparencia.gov.br](http://portaldatransparencia.gov.br))

A organização já extraiu dados ou informações do Portal da Transparência federal? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse portal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

### Uso do Portal da Transparência Federal

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do Portal da Transparência Federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:



### Frequência de uso

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5

Raramente usamos na organização

Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no portal
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa por conta própria conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso à informação ou dado.

## Outras dificuldades de navegabilidade e usabilidade

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre ocorrências em navegabilidade antes e depois da reformulação do Portal da Transparência Federal em 2018.

Utilização mais fácil para os que já têm conhecimento das funcionalidades da plataforma .....

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados no Portal da Transparência Federal resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente



No geral, os Portais da Transparência estaduais e municipais que a organização usa são qualitativamente inferiores ao Portal da Transparência Federal, considerando as dimensões desse questionário (disponibilidade, atualização, compreensão dos dados e navegabilidade no portal).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou nenhum portal de transparência estadual ou municipal)

#### Portal Brasileiro de Dados Abertos ([dados.gov.br](https://dados.gov.br))

A organização já extraiu dados do Portal Brasileiro de Dados Abertos? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse portal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

## Uso do Portal Brasileiro de Dados Abertos

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do Portal Brasileiro de Dados Abertos pela organização da sociedade civil ou movimento social:



Frequência de uso

1 2 3 4 5

Raramente usamos na  
organização

Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no portal
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa (autônoma) conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso à informação ou dado.

## Outras dificuldades

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Escassez de bases de dados abertos disponibilizadas ativamente
- Bases de dados abertos não disponibilizadas no prazo estabelecido, em conformidade com os cronogramas de abertura dos órgãos
- Não disponibilização das bases de dados abertos, mesmo após solicitação
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre modificações nesse portal no decorrer do tempo.

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados ativamente no Portal Brasileiro de Dados Abertos resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

Os governos estaduais e municipais e os outros poderes (que organização acessa) disponibilizam bem menos dados públicos em formato aberto que o governo federal, seja no Portal Brasileiro de Dados Abertos ou em outros portais.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca extraiu dados abertos de governos subnacionais ou de outros poderes)

### Pedidos de acesso à informação a órgãos do governo federal

A organização já fez pedido de acesso à informação através do e-SIC federal? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse canal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo/instável)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: \_\_\_\_\_

### Uso do e-SIC federal

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do e-SIC federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:



### Frequência de uso

1      2      3      4      5

Raramente usamos na organização                                    Usamos com muita frequência



### Satisfação com o acesso concedido

- Conseguiu acesso completo a tudo que pediu já com o pedido inicial, no prazo legal;
- Conseguiu acesso completo apenas após recorrer ou após o prazo legal;
- Não conseguiu acesso completo, apenas parcial;
- Negativa completa de acesso, mesmo sem ser hipótese legal de sigilo.

### Justificativas dos órgãos para negativas de acesso (se aplicável)

- Não recebeu nenhuma justificativa
- Trabalho adicional de análise, interpretação ou consolidação
- Pedido genérico
- Órgão incompetente (sem reencaminhar o seu pedido)
- Pandemia
- Dados pessoais
- Sigilo legal
- Interpretação extensiva do órgão sobre o sigilo
- Inexistência dos documentos digitalizados e necessidade de consultar arquivos físicos pessoalmente
- Outro: .....

## Compreensão das respostas ou dados enviados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada na resposta e nem as informações enviadas;
- Teve alguma dificuldade, mas com alguma pesquisa (autônoma) conseguiu entender;
- Não conseguiu compreender e precisou solicitar esclarecimentos em recurso ou nova solicitação de acesso;
- Não conseguiu compreender e desistiu do acesso à informação.

## Dificuldades técnicas com o e-SIC federal

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Sistema fora do ar, lento ou instável;
- Respostas fora do prazo legal;
- Obscuridade nas competências dos órgãos e dificuldade para saber a quem encaminhar o pedido;
- Arquivos anexos corrompidos/desconfigurados/inúteis;
- Arquivo em formato não aberto, não legível por máquina;
- Indisponibilidade de arquivos digitais;
- Não sistematização de dados pelo órgão;
- Necessidade de dados gerais de órgãos com competências centrais e foi aconselhado a procurar cada órgão individualmente, o que inviabilizou o acesso pela grande quantidade de órgãos ou volume de dados.

### Outros problemas que dificultaram ou desestimularam o acesso

- Exigências excessivas de dados pessoais;
- Cobrança de taxas de reprodução;
- Não divulgação de lista de documentos classificados como sigilosos pelo órgão federal;
- Influência do perfil do solicitante na resposta ao pedido (antes da possibilidade de pedidos anônimos no e-SIC federal);
- Falta de capacitação técnica dos servidores para responder as solicitações;
- Outro: .....

Os sistemas eletrônicos de solicitação de acesso à informação de governos estaduais e municipais que a organização usa são qualitativamente inferiores ao e-SIC federal, considerando as dimensões desse questionário (satisfação com o acesso, justificativas para negativas, compreensão e dificuldades técnicas).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou sistemas de acesso de governos subnacionais)

Ouvidorias federais ([ouvidorias.gov.br](https://www.ouvidorias.gov.br))

A organização já usou o sistema eletrônico de ouvidorias do governo federal? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse canal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não acredita que seja um canal efetivo
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

## Sistema federal de Ouvidorias

Nas questões desta seção responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso de ouvidorias federais pela organização da sociedade civil ou movimento social:



### Frequência de uso

1    2    3    4    5

Raramente usamos na organização                   Usamos com muita frequência

## Motivos do seu uso

- Denúncia
- Reclamação
- Elogio
- Solicitação de serviço público
- Pedido de desburocratização
- Sugestão
- Pedido de acesso à informação

## Efetividade/poder de influência

- As manifestações feitas pela ouvidoria frequentemente geraram resultados efetivos (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente efetivos (entre 30% e 60%);
- Raramente efetivos (menos 1% a 29%);
- Nunca são efetivos.

## Devolutiva

- Nunca recebe satisfação das manifestações enviadas;
- Recebe respostas, mas raramente são satisfatórias ou completas;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias e completas.

## Dificuldades técnicas

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Sistema fora do ar, lento ou instável;
- Retorno intempestivo ou demorado acerca da manifestação;
- Falta de capacitação técnica dos servidores para fornecer as respostas;
- Outro: .....

Considerando as dimensões do questionário, os sistemas de ouvidorias locais (governos estaduais e municipais que a organização usa) são qualitativamente inferiores ao sistema federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou ouvidorias locais)

## Outras considerações da organização sobre transparência no governo federal

---

### Participação em políticas públicas

Até então, as perguntas eram sobre o uso de ferramentas de transparência do governo federal pela instituição. A partir daqui, responda com base na percepção e opinião institucionais sobre o uso de ferramentas de participação pelo governo na construção de políticas públicas.

A organização já usou as plataformas Dialoga Brasil ([dialoga.gov.br](http://dialoga.gov.br)) e/ou Participa Brasil ([participa.br](http://participa.br)) do governo federal? \*

- Sim (ambas)
- Sim (apenas a Participa Brasil)
- Sim (apenas a Dialoga Brasil)
- Não (nenhuma delas)

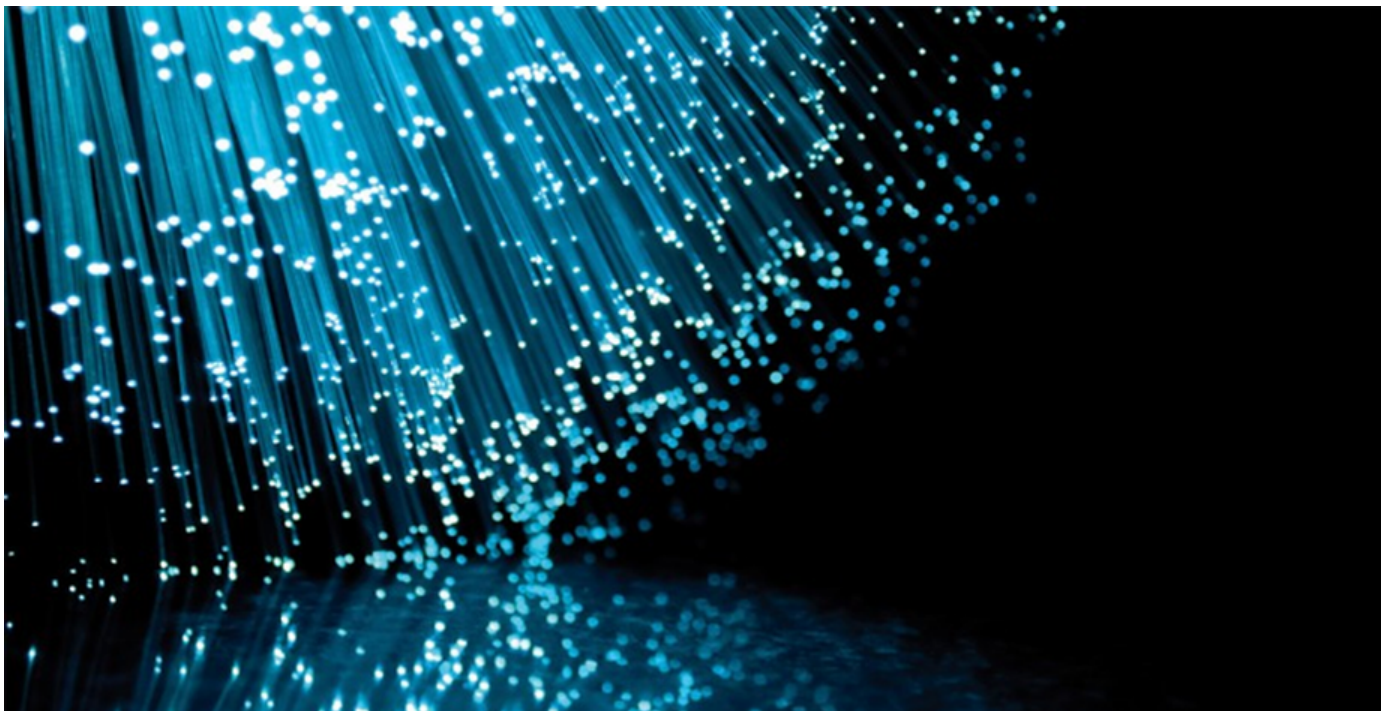


Se a resposta foi sim apenas para uma delas ou não, qual motivo?

- Não conhece essa(s) plataforma(s)
- Não precisa usá-la(s) para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-la(s) - complexa(s)
- Não a(s) considera ferramenta(s) efetiva(s) de participação
- Não se aplica (respondeu sim para ambas no item anterior)
- Outro: \_\_\_\_\_

## Plataformas Dialoga Brasil e Participa Br

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso das Plataformas Dialoga Brasil e Participa Br (espaços de participação digital) na construção de políticas públicas pelo governo federal



Frequência de uso de alguma das plataformas pelo governo para a construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Ações ativas de engajamento nas Plataformas (organização procura participar):

- |           |                       |                       |                                  |                       |                       |                      |
|-----------|-----------------------|-----------------------|----------------------------------|-----------------------|-----------------------|----------------------|
|           | 1                     | 2                     | 3                                | 4                     | 5                     |                      |
| Raramente | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input checked="" type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | Com muita frequência |

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento em espaços de participação digital é qualitativamente pior do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou espaços de participação digital de governos locais)

### Consultas públicas na construção de políticas públicas federais

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso de consultas públicas na construção de políticas públicas pelo governo federal

Frequência de uso de consultas públicas pelo governo no para construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Convites para participar (iniciativa do governo federal, por qualquer meio):

- Organização nunca foi convidada pelo governo para participar de consulta pública;
- Raramente é convidado (1% a 29% das vezes em que há uma consulta);
- Ocasionalmente é convidado (30% a 60%);
- Frequentemente é convidado (mais de 60% das vezes).

### Ações ativas de engajamento em consultas (organização procura participar):

- Frequentemente procura participar (mais de 60% das vezes);
- Ocasionalmente (30%-60%);
- Raramente (até 29%);
- Nunca

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento a consultas públicas é qualitativamente melhor do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

### Audiências públicas na construção de políticas públicas federais

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso de audiências públicas na construção de políticas públicas pelo governo federal

### Frequência de uso de audiências públicas pelo governo para construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Convites para participar (iniciativa do governo federal, por qualquer meio):

- Organização nunca foi convidada pelo governo para participar de audiência pública;
- Raramente é convidado (1% a 29% das vezes em que há uma audiência);
- Ocasionalmente é convidado (30% a 60%);
- Frequentemente é convidado (mais de 60% das vezes).

### Ações ativas de engajamento em audiências (organização procura participar):

- Frequentemente procura participar (mais de 60% das vezes);
- Ocasionalmente (30%-60%);
- Raramente (até 29%);
- Nunca

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento a audiências públicas é qualitativamente melhor do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente



## Outras considerações da organização sobre participação no governo federal

Houve uma redução dos espaços de participação no atual governo, em especial nos conselhos e instâncias consultivas.

---

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

# Questionário transparência e participação no Governo Federal

Esse questionário tem como objetivo coletar as percepções no uso de ferramentas de transparência e participação governamentais pelas organizações da sociedade civil e movimentos sociais organizados, sendo garantidas a confidencialidade, sigilo e anonimato dos participantes. A partir dos resultados, compreender a efetividade desses instrumentos, detectar eventuais deficiências e apontar soluções.

Os resultados serão divulgados na tese de doutorado da pesquisadora responsável pela sua elaboração, Caroline Maciel.

A sua participação é uma etapa muito importante para o diagnóstico e sistematização das dificuldades enfrentadas por usuários qualificados, identificação dos avanços e de sugestões para melhorias. Se possível, responda todas as questões.

Endereço de e-mail \*

Para evitar o uso de robots neste questionário, responda: qual das imagens abaixo é um prato de sobremesa? \*



1



2



3



4

## Dados

Nome da instituição que representa \*

[REDACTED]



## Anos que está na instituição \*

- Até 1 ano
- Mais de 1 ano até 5 anos
- Mais de 5 anos

## Última escolaridade do respondente \*

- Ensino superior
- Especialização
- Mestrado
- Doutorado
- Outro: .....

## Concordo com o Termo de Consentimento Livre e Informado abaixo \*

Declaro, por meio deste termo, que concordei voluntariamente em responder esse questionário, que busca coletar as percepções de usuários qualificados no uso de ferramentas de transparência e participação governamentais, desenvolvido pela pesquisadora Caroline Stéphanie Francis dos Santos Maciel. Fui informado(a) que a pesquisa é desenvolvida para fins estritamente acadêmicos em sede de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Direito na Universidade Federal de Minas Gerais, sob orientação da Profa. Fabiana de Menezes Soares, vinculada ao Observatório para a Qualidade da Lei e em parceria com a Dado Capital e a Rede de Advocacy Colaborativo. Afirmando que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou outros benefícios, nem ter qualquer ônus ou risco à saúde e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui também informado(a) que não será divulgado meu nome e nem outro dado de contato que permita a minha identificação pessoal, em conformidade com as normas éticas do Comitê de Ética da UFMG (art. 1º, § único, I, V e VII da Resolução 510/2016). Informaram, ainda, que apenas os dados institucionais e resultados das respostas ao questionário serão divulgados no relatório da pesquisa, garantidas a confidencialidade, sigilo e anonimato dos participantes. Por fim, fui informado(a) de que posso me retirar dessa pesquisa de opinião a qualquer momento, sem sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos. Ao selecionar "sim" nesta caixa, concordo com todas as especificações acima deste Termo de Consentimento Livre e Informado.

Sim

Autorizo a divulgação dos dados institucionais e respostas às perguntas do questionário para a realização dos objetivos dessa pesquisa \*

Sim

## Orientações gerais

Nas questões fechadas, escolha a melhor resposta dentre as possíveis, que representa melhor a realidade no uso geral dessas ferramentas pela organização (o que ocorreu na maioria das vezes).

Dê uma resposta com base na realidade da sua instituição e não apenas na sua experiência pessoal.

Nas questões abertas, aprofunde nas particularidades sobre o tópico. Quanto mais dados fornecer, tanto melhor para a pesquisa e completo diagnóstico da situação.

Caso não saiba alguma(s) da(s) resposta(s), por você não utilizar o canal/desconhecê-lo, veja se é possível obtê-la(s) junto à organização que representa; caso contrário, marque que a organização não usa.



### Sites oficiais do governo federal ([gov.br](http://gov.br) e derivados)

A organização já extraiu dados ou informações de algum site oficial do governo federal?

\*

Sim

Não

### Uso de sites oficiais do governo federal ([gov.br](http://gov.br) e derivados)

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso dos sites oficiais do governo federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:





### Frequência de uso

1    2    3    4    5

Raramente usamos na organização                        Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no site
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa por conta própria conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso

## Outras dificuldades de navegabilidade e usabilidade

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Mudanças de domínio e/ou links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre ocorrências em navegabilidade antes e depois da mudança dos domínios, com a unificação dos endereços eletrônicos do governo federal em 2019 (portal único [gov.br](http://gov.br)).

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados ativamente nos sites oficiais do governo federal resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

Os sites oficiais de governos estaduais e municipais que a organização acessa são qualitativamente inferiores aos sites do governo federal, considerando as dimensões desse questionário (disponibilidade, atualização, compreensão dos dados e navegabilidade no site).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou sites oficiais de governos estaduais/municipais)

Portal da Transparência Federal ([portaldatransparencia.gov.br](http://portaldatransparencia.gov.br))

A organização já extraiu dados ou informações do Portal da Transparência federal? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse portal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

## Uso do Portal da Transparência Federal

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do Portal da Transparência Federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:



Frequência de uso

1 2 3 4 5

Raramente usamos na organização

Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no portal
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa por conta própria conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso à informação ou dado.

## Outras dificuldades de navegabilidade e usabilidade

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre ocorrências em navegabilidade antes e depois da reformulação do Portal da Transparência Federal em 2018.

.....

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados no Portal da Transparência Federal resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente



No geral, os Portais da Transparência estaduais e municipais que a organização usa são qualitativamente inferiores ao Portal da Transparência Federal, considerando as dimensões desse questionário (disponibilidade, atualização, compreensão dos dados e navegabilidade no portal).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou nenhum portal de transparência estadual ou municipal)

#### Portal Brasileiro de Dados Abertos ([dados.gov.br](https://dados.gov.br))

A organização já extraiu dados do Portal Brasileiro de Dados Abertos? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse portal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

## Uso do Portal Brasileiro de Dados Abertos

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do Portal Brasileiro de Dados Abertos pela organização da sociedade civil ou movimento social:



Frequência de uso

	1	2	3	4	5	
Raramente usamos na organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no portal
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa (autônoma) conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso à informação ou dado.

## Outras dificuldades

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Escassez de bases de dados abertos disponibilizadas ativamente
- Bases de dados abertos não disponibilizadas no prazo estabelecido, em conformidade com os cronogramas de abertura dos órgãos
- Não disponibilização das bases de dados abertos, mesmo após solicitação
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre modificações nesse portal no decorrer do tempo.

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados ativamente no Portal Brasileiro de Dados Abertos resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

Os governos estaduais e municipais e os outros poderes (que organização acessa) disponibilizam bem menos dados públicos em formato aberto que o governo federal, seja no Portal Brasileiro de Dados Abertos ou em outros portais.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca extraiu dados abertos de governos subnacionais ou de outros poderes)

### Pedidos de acesso à informação a órgãos do governo federal

A organização já fez pedido de acesso à informação através do e-SIC federal? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse canal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo/instável)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

### Uso do e-SIC federal

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do e-SIC federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:



Frequência de uso

	1	2	3	4	5	
Raramente usamos na organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Usamos com muita frequência



### Satisfação com o acesso concedido

- Conseguiu acesso completo a tudo que pediu já com o pedido inicial, no prazo legal;
- Conseguiu acesso completo apenas após recorrer ou após o prazo legal;
- Não conseguiu acesso completo, apenas parcial;
- Negativa completa de acesso, mesmo sem ser hipótese legal de sigilo.

### Justificativas dos órgãos para negativas de acesso (se aplicável)

- Não recebeu nenhuma justificativa
- Trabalho adicional de análise, interpretação ou consolidação
- Pedido genérico
- Órgão incompetente (sem reencaminhar o seu pedido)
- Pandemia
- Dados pessoais
- Sigilo legal
- Interpretação extensiva do órgão sobre o sigilo
- Inexistência dos documentos digitalizados e necessidade de consultar arquivos físicos pessoalmente
- Outro: .....

## Compreensão das respostas ou dados enviados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada na resposta e nem as informações enviadas;
- Teve alguma dificuldade, mas com alguma pesquisa (autônoma) conseguiu entender;
- Não conseguiu compreender e precisou solicitar esclarecimentos em recurso ou nova solicitação de acesso;
- Não conseguiu compreender e desistiu do acesso à informação.

## Dificuldades técnicas com o e-SIC federal

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Sistema fora do ar, lento ou instável;
- Respostas fora do prazo legal;
- Obscuridade nas competências dos órgãos e dificuldade para saber a quem encaminhar o pedido;
- Arquivos anexos corrompidos/desconfigurados/inúteis;
- Arquivo em formato não aberto, não legível por máquina;
- Indisponibilidade de arquivos digitais;
- Não sistematização de dados pelo órgão;
- Necessidade de dados gerais de órgãos com competências centrais e foi aconselhado a procurar cada órgão individualmente, o que inviabilizou o acesso pela grande quantidade de órgãos ou volume de dados.

### Outros problemas que dificultaram ou desestimularam o acesso

- Exigências excessivas de dados pessoais;
- Cobrança de taxas de reprodução;
- Não divulgação de lista de documentos classificados como sigilosos pelo órgão federal;
- Influência do perfil do solicitante na resposta ao pedido (antes da possibilidade de pedidos anônimos no e-SIC federal);
- Falta de capacitação técnica dos servidores para responder as solicitações;
- Outro: .....

Os sistemas eletrônicos de solicitação de acesso à informação de governos estaduais e municipais que a organização usa são qualitativamente inferiores ao e-SIC federal, considerando as dimensões desse questionário (satisfação com o acesso, justificativas para negativas, compreensão e dificuldades técnicas).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou sistemas de acesso de governos subnacionais)

Ouvidorias federais ([ouvidorias.gov.br](https://www.ouvidorias.gov.br))

A organização já usou o sistema eletrônico de ouvidorias do governo federal? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse canal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não acredita que seja um canal efetivo
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

## Sistema federal de Ouvidorias

Nas questões desta seção responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso de ouvidorias federais pela organização da sociedade civil ou movimento social:



### Frequência de uso

	1	2	3	4	5	
Raramente usamos na organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Usamos com muita frequência

## Motivos do seu uso

- Denúncia
- Reclamação
- Elogio
- Solicitação de serviço público
- Pedido de desburocratização
- Sugestão
- Pedido de acesso à informação

## Efetividade/poder de influência

- As manifestações feitas pela ouvidoria frequentemente geraram resultados efetivos (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente efetivos (entre 30% e 60%);
- Raramente efetivos (menos 1% a 29%);
- Nunca são efetivos.

## Devolutiva

- Nunca recebe satisfação das manifestações enviadas;
- Recebe respostas, mas raramente são satisfatórias ou completas;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias e completas.

## Dificuldades técnicas

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Sistema fora do ar, lento ou instável;
- Retorno intempestivo ou demorado acerca da manifestação;
- Falta de capacitação técnica dos servidores para fornecer as respostas;
- Outro: .....

Considerando as dimensões do questionário, os sistemas de ouvidorias locais (governos estaduais e municipais que a organização usa) são qualitativamente inferiores ao sistema federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou ouvidorias locais)

## Outras considerações da organização sobre transparência no governo federal

---

### Participação em políticas públicas

Até então, as perguntas eram sobre o uso de ferramentas de transparência do governo federal pela instituição. A partir daqui, responda com base na percepção e opinião institucionais sobre o uso de ferramentas de participação pelo governo na construção de políticas públicas.

A organização já usou as plataformas Dialoga Brasil ([dialoga.gov.br](http://dialoga.gov.br)) e/ou Participa Brasil ([participa.br](http://participa.br)) do governo federal? \*

- Sim (ambas)
- Sim (apenas a Participa Brasil)
- Sim (apenas a Dialoga Brasil)
- Não (nenhuma delas)



Se a resposta foi sim apenas para uma delas ou não, qual motivo?

- Não conhece essa(s) plataforma(s)
- Não precisa usá-la(s) para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-la(s) - complexa(s)
- Não a(s) considera ferramenta(s) efetiva(s) de participação
- Não se aplica (respondeu sim para ambas no item anterior)
- Outro: \_\_\_\_\_

### Plataformas Dialoga Brasil e Participa Br

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso das Plataformas Dialoga Brasil e Participa Br (espaços de participação digital) na construção de políticas públicas pelo governo federal



Frequência de uso de alguma das plataformas pelo governo para a construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Ações ativas de engajamento nas Plataformas (organização procura participar):

	1	2	3	4	5	
Raramente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Com muita frequência

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento em espaços de participação digital é qualitativamente pior do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou espaços de participação digital de governos locais)

### Consultas públicas na construção de políticas públicas federais

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso de consultas públicas na construção de políticas públicas pelo governo federal

Frequência de uso de consultas públicas pelo governo no para construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Convites para participar (iniciativa do governo federal, por qualquer meio):

- Organização nunca foi convidada pelo governo para participar de consulta pública;
- Raramente é convidado (1% a 29% das vezes em que há uma consulta);
- Ocasionalmente é convidado (30% a 60%);
- Frequentemente é convidado (mais de 60% das vezes).

### Ações ativas de engajamento em consultas (organização procura participar):

- Frequentemente procura participar (mais de 60% das vezes);
- Ocasionalmente (30%-60%);
- Raramente (até 29%);
- Nunca

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento a consultas públicas é qualitativamente melhor do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

### Audiências públicas na construção de políticas públicas federais

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso de audiências públicas na construção de políticas públicas pelo governo federal

### Frequência de uso de audiências públicas pelo governo para construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Convites para participar (iniciativa do governo federal, por qualquer meio):

- Organização nunca foi convidada pelo governo para participar de audiência pública;
- Raramente é convidado (1% a 29% das vezes em que há uma audiência);
- Ocasionalmente é convidado (30% a 60%);
- Frequentemente é convidado (mais de 60% das vezes).

### Ações ativas de engajamento em audiências (organização procura participar):

- Frequentemente procura participar (mais de 60% das vezes);
- Ocasionalmente (30%-60%);
- Raramente (até 29%);
- Nunca

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento a audiências públicas é qualitativamente melhor do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente



## Outras considerações da organização sobre participação no governo federal

---

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

# Questionário transparência e participação no Governo Federal

Esse questionário tem como objetivo coletar as percepções no uso de ferramentas de transparência e participação governamentais pelas organizações da sociedade civil e movimentos sociais organizados, sendo garantidas a confidencialidade, sigilo e anonimato dos participantes. A partir dos resultados, compreender a efetividade desses instrumentos, detectar eventuais deficiências e apontar soluções.

Os resultados serão divulgados na tese de doutorado da pesquisadora responsável pela sua elaboração, Caroline Maciel.

A sua participação é uma etapa muito importante para o diagnóstico e sistematização das dificuldades enfrentadas por usuários qualificados, identificação dos avanços e de sugestões para melhorias. Se possível, responda todas as questões.

Endereço de e-mail \*

Para evitar o uso de robots neste questionário, responda: qual das imagens abaixo é um prato de sobremesa? \*



1



2



3



4

## Dados

Nome da instituição que representa \*

[REDACTED]

## Principal área de atuação institucional \*

- Transparência e Integridade
- Direitos Humanos/Direitos fundamentais
- Socioambiental
- Nova economia
- Saúde
- Educação
- Outro: .....

## Estou apto(a) a responder em nome da organização que represento? \*

- Sim

## Nome completo do responsável pelo preenchimento \*

████████████████████

## Vínculo/cargo institucional \*

Coordenadora Geral

## Anos que está na instituição \*

- Até 1 ano
- Mais de 1 ano até 5 anos
- Mais de 5 anos

## Última escolaridade do respondente \*

- Ensino superior
- Especialização
- Mestrado
- Doutorado
- Outro: .....

## Concordo com o Termo de Consentimento Livre e Informado abaixo \*

Declaro, por meio deste termo, que concordei voluntariamente em responder esse questionário, que busca coletar as percepções de usuários qualificados no uso de ferramentas de transparência e participação governamentais, desenvolvido pela pesquisadora Caroline Stéphanie Francis dos Santos Maciel. Fui informado(a) que a pesquisa é desenvolvida para fins estritamente acadêmicos em sede de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Direito na Universidade Federal de Minas Gerais, sob orientação da Profa. Fabiana de Menezes Soares, vinculada ao Observatório para a Qualidade da Lei e em parceria com a Dado Capital e a Rede de Advocacy Colaborativo. Afirmando que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou outros benefícios, nem ter qualquer ônus ou risco à saúde e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui também informado(a) que não será divulgado meu nome e nem outro dado de contato que permita a minha identificação pessoal, em conformidade com as normas éticas do Comitê de Ética da UFMG (art. 1º, § único, I, V e VII da Resolução 510/2016). Informaram, ainda, que apenas os dados institucionais e resultados das respostas ao questionário serão divulgados no relatório da pesquisa, garantidas a confidencialidade, sigilo e anonimato dos participantes. Por fim, fui informado(a) de que posso me retirar dessa pesquisa de opinião a qualquer momento, sem sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos. Ao selecionar "sim" nesta caixa, concordo com todas as especificações acima deste Termo de Consentimento Livre e Informado.

Sim

Autorizo a divulgação dos dados institucionais e respostas às perguntas do questionário para a realização dos objetivos dessa pesquisa \*

Sim

## Orientações gerais

Nas questões fechadas, escolha a melhor resposta dentre as possíveis, que representa melhor a realidade no uso geral dessas ferramentas pela organização (o que ocorreu na maioria das vezes).

Dê uma resposta com base na realidade da sua instituição e não apenas na sua experiência pessoal.

Nas questões abertas, aprofunde nas particularidades sobre o tópico. Quanto mais dados fornecer, tanto melhor para a pesquisa e completo diagnóstico da situação.

Caso não saiba alguma(s) da(s) resposta(s), por você não utilizar o canal/desconhecê-lo, veja se é possível obtê-la(s) junto à organização que representa; caso contrário, marque que a organização não usa.



### Sites oficiais do governo federal ([gov.br](http://gov.br) e derivados)

A organização já extraiu dados ou informações de algum site oficial do governo federal?

\*

- Sim
- Não

### Uso de sites oficiais do governo federal ([gov.br](http://gov.br) e derivados)

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso dos sites oficiais do governo federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:





### Frequência de uso

- 1      2      3      4      5
- Raramente usamos na organização                                    Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no site
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa por conta própria conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso

## Outras dificuldades de navegabilidade e usabilidade

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Mudanças de domínio e/ou links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre ocorrências em navegabilidade antes e depois da mudança dos domínios, com a unificação dos endereços eletrônicos do governo federal em 2019 (portal único [gov.br](http://gov.br)).

Muito dados se perderam com esta unificação, ou ficaram corrompidos.

Muitos links também não funcionam remetem a páginas que não carregam ou não existem.

Muitos dados públicos anteriormente deixaram de estar acessíveis

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados ativamente nos sites oficiais do governo federal resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

Os sites oficiais de governos estaduais e municipais que a organização acessa são qualitativamente inferiores ao sites do governo federal, considerando as dimensões desse questionário (disponibilidade, atualização, compreensão dos dados e navegabilidade no site).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou sites oficiais de governos estaduais/municipais)

Portal da Transparência Federal ([portaldatransparencia.gov.br](http://portaldatransparencia.gov.br))

A organização já extraiu dados ou informações do Portal da Transparência federal? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse portal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: \_\_\_\_\_

### Uso do Portal da Transparência Federal

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do Portal da Transparência Federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:



### Frequência de uso

1 2 3 4 5

Raramente usamos na organização

Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no portal
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa por conta própria conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso à informação ou dado.

### Outras dificuldades de navegabilidade e usabilidade

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre ocorrências em navegabilidade antes e depois da reformulação do Portal da Transparência Federal em 2018.

.....

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados no Portal da Transparência Federal resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente



No geral, os Portais da Transparência estaduais e municipais que a organização usa são qualitativamente inferiores ao Portal da Transparência Federal, considerando as dimensões desse questionário (disponibilidade, atualização, compreensão dos dados e navegabilidade no portal).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou nenhum portal de transparência estadual ou municipal)

#### Portal Brasileiro de Dados Abertos ([dados.gov.br](https://dados.gov.br))

A organização já extraiu dados do Portal Brasileiro de Dados Abertos? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse portal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

## Uso do Portal Brasileiro de Dados Abertos

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do Portal Brasileiro de Dados Abertos pela organização da sociedade civil ou movimento social:



Frequência de uso

1 2 3 4 5

Raramente usamos na  
organização

Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no portal
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa (autônoma) conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso à informação ou dado.

## Outras dificuldades

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Escassez de bases de dados abertos disponibilizadas ativamente
- Bases de dados abertos não disponibilizadas no prazo estabelecido, em conformidade com os cronogramas de abertura dos órgãos
- Não disponibilização das bases de dados abertos, mesmo após solicitação
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre modificações nesse portal no decorrer do tempo.

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados ativamente no Portal Brasileiro de Dados Abertos resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

Os governos estaduais e municipais e os outros poderes (que organização acessa) disponibilizam bem menos dados públicos em formato aberto que o governo federal, seja no Portal Brasileiro de Dados Abertos ou em outros portais.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca extraiu dados abertos de governos subnacionais ou de outros poderes)

### Pedidos de acesso à informação a órgãos do governo federal

A organização já fez pedido de acesso à informação através do e-SIC federal? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse canal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo/instável)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: \_\_\_\_\_

### Uso do e-SIC federal

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do e-SIC federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:



### Frequência de uso

	1	2	3	4	5	
Raramente usamos na organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Usamos com muita frequência



### Satisfação com o acesso concedido

- Conseguiu acesso completo a tudo que pediu já com o pedido inicial, no prazo legal;
- Conseguiu acesso completo apenas após recorrer ou após o prazo legal;
- Não conseguiu acesso completo, apenas parcial;
- Negativa completa de acesso, mesmo sem ser hipótese legal de sigilo.

### Justificativas dos órgãos para negativas de acesso (se aplicável)

- Não recebeu nenhuma justificativa
- Trabalho adicional de análise, interpretação ou consolidação
- Pedido genérico
- Órgão incompetente (sem reencaminhar o seu pedido)
- Pandemia
- Dados pessoais
- Sigilo legal
- Interpretação extensiva do órgão sobre o sigilo
- Inexistência dos documentos digitalizados e necessidade de consultar arquivos físicos pessoalmente
- Outro: .....

## Compreensão das respostas ou dados enviados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada na resposta e nem as informações enviadas;
- Teve alguma dificuldade, mas com alguma pesquisa (autônoma) conseguiu entender;
- Não conseguiu compreender e precisou solicitar esclarecimentos em recurso ou nova solicitação de acesso;
- Não conseguiu compreender e desistiu do acesso à informação.

## Dificuldades técnicas com o e-SIC federal

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Sistema fora do ar, lento ou instável;
- Respostas fora do prazo legal;
- Obscuridade nas competências dos órgãos e dificuldade para saber a quem encaminhar o pedido;
- Arquivos anexos corrompidos/desconfigurados/inúteis;
- Arquivo em formato não aberto, não legível por máquina;
- Indisponibilidade de arquivos digitais;
- Não sistematização de dados pelo órgão;
- Necessidade de dados gerais de órgãos com competências centrais e foi aconselhado a procurar cada órgão individualmente, o que inviabilizou o acesso pela grande quantidade de órgãos ou volume de dados.

### Outros problemas que dificultaram ou desestimularam o acesso

- Exigências excessivas de dados pessoais;
- Cobrança de taxas de reprodução;
- Não divulgação de lista de documentos classificados como sigilosos pelo órgão federal;
- Influência do perfil do solicitante na resposta ao pedido (antes da possibilidade de pedidos anônimos no e-SIC federal);
- Falta de capacitação técnica dos servidores para responder as solicitações;
- Outro: .....

Os sistemas eletrônicos de solicitação de acesso à informação de governos estaduais e municipais que a organização usa são qualitativamente inferiores ao e-SIC federal, considerando as dimensões desse questionário (satisfação com o acesso, justificativas para negativas, compreensão e dificuldades técnicas).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou sistemas de acesso de governos subnacionais)

Ouvidorias federais ([ouvidorias.gov.br](https://www.ouvidorias.gov.br))

A organização já usou o sistema eletrônico de ouvidorias do governo federal? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse canal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não acredita que seja um canal efetivo
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

## Sistema federal de Ouvidorias

Nas questões desta seção responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso de ouvidorias federais pela organização da sociedade civil ou movimento social:



### Frequência de uso

	1	2	3	4	5	
Raramente usamos na organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Usamos com muita frequência

## Motivos do seu uso

- Denúncia
- Reclamação
- Elogio
- Solicitação de serviço público
- Pedido de desburocratização
- Sugestão
- Pedido de acesso à informação

## Efetividade/poder de influência

- As manifestações feitas pela ouvidoria frequentemente geraram resultados efetivos (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente efetivos (entre 30% e 60%);
- Raramente efetivos (menos 1% a 29%);
- Nunca são efetivos.

## Devolutiva

- Nunca recebe satisfação das manifestações enviadas;
- Recebe respostas, mas raramente são satisfatórias ou completas;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias e completas.

## Dificuldades técnicas

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Sistema fora do ar, lento ou instável;
- Retorno intempestivo ou demorado acerca da manifestação;
- Falta de capacitação técnica dos servidores para fornecer as respostas;
- Outro: .....

Considerando as dimensões do questionário, os sistemas de ouvidorias locais (governos estaduais e municipais que a organização usa) são qualitativamente inferiores ao sistema federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou ouvidorias locais)

## Outras considerações da organização sobre transparência no governo federal

---

### Participação em políticas públicas

Até então, as perguntas eram sobre o uso de ferramentas de transparência do governo federal pela instituição. A partir daqui, responda com base na percepção e opinião institucionais sobre o uso de ferramentas de participação pelo governo na construção de políticas públicas.

A organização já usou as plataformas Dialoga Brasil ([dialoga.gov.br](http://dialoga.gov.br)) e/ou Participa Brasil ([participa.br](http://participa.br)) do governo federal? \*

- Sim (ambas)
- Sim (apenas a Participa Brasil)
- Sim (apenas a Dialoga Brasil)
- Não (nenhuma delas)



Se a resposta foi sim apenas para uma delas ou não, qual motivo?

- Não conhece essa(s) plataforma(s)
- Não precisa usá-la(s) para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-la(s) - complexa(s)
- Não a(s) considera ferramenta(s) efetiva(s) de participação
- Não se aplica (respondeu sim para ambas no item anterior)
- Outro: \_\_\_\_\_

### Plataformas Dialoga Brasil e Participa Br

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso das Plataformas Dialoga Brasil e Participa Br (espaços de participação digital) na construção de políticas públicas pelo governo federal



Frequência de uso de alguma das plataformas pelo governo para a construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Ações ativas de engajamento nas Plataformas (organização procura participar):

	1	2	3	4	5	
Raramente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Com muita frequência

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento em espaços de participação digital é qualitativamente pior do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou espaços de participação digital de governos locais)

### Consultas públicas na construção de políticas públicas federais

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso de consultas públicas na construção de políticas públicas pelo governo federal

Frequência de uso de consultas públicas pelo governo no para construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Convites para participar (iniciativa do governo federal, por qualquer meio):

- Organização nunca foi convidada pelo governo para participar de consulta pública;
- Raramente é convidado (1% a 29% das vezes em que há uma consulta);
- Ocasionalmente é convidado (30% a 60%);
- Frequentemente é convidado (mais de 60% das vezes).

### Ações ativas de engajamento em consultas (organização procura participar):

- Frequentemente procura participar (mais de 60% das vezes);
- Ocasionalmente (30%-60%);
- Raramente (até 29%);
- Nunca

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento a consultas públicas é qualitativamente melhor do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

### Audiências públicas na construção de políticas públicas federais

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso de audiências públicas na construção de políticas públicas pelo governo federal

### Frequência de uso de audiências públicas pelo governo para construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Convites para participar (iniciativa do governo federal, por qualquer meio):

- Organização nunca foi convidada pelo governo para participar de audiência pública;
- Raramente é convidado (1% a 29% das vezes em que há uma audiência);
- Ocasionalmente é convidado (30% a 60%);
- Frequentemente é convidado (mais de 60% das vezes).

### Ações ativas de engajamento em audiências (organização procura participar):

- Frequentemente procura participar (mais de 60% das vezes);
- Ocasionalmente (30%-60%);
- Raramente (até 29%);
- Nunca

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento a audiências públicas é qualitativamente melhor do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente



## Outras considerações da organização sobre participação no governo federal

---

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

# Questionário transparência e participação no Governo Federal

Esse questionário tem como objetivo coletar as percepções no uso de ferramentas de transparência e participação governamentais pelas organizações da sociedade civil e movimentos sociais organizados, sendo garantidas a confidencialidade, sigilo e anonimato dos participantes. A partir dos resultados, compreender a efetividade desses instrumentos, detectar eventuais deficiências e apontar soluções.

Os resultados serão divulgados na tese de doutorado da pesquisadora responsável pela sua elaboração, Caroline Maciel.

A sua participação é uma etapa muito importante para o diagnóstico e sistematização das dificuldades enfrentadas por usuários qualificados, identificação dos avanços e de sugestões para melhorias. Se possível, responda todas as questões.

Endereço de e-mail \*

Para evitar o uso de robots neste questionário, responda: qual das imagens abaixo é um prato de sobremesa? \*



1



2



3



4

## Dados

Nome da instituição que representa \*

[REDACTED]

## Principal área de atuação institucional \*

- Transparência e Integridade
- Direitos Humanos/Direitos fundamentais
- Socioambiental
- Nova economia
- Saúde
- Educação
- Outro: Sindical

## Estou apto(a) a responder em nome da organização que represento? \*

- Sim

## Nome completo do responsável pelo preenchimento \*

████████████████████

## Vínculo/cargo institucional \*

Presidenta

## Anos que está na instituição \*

- Até 1 ano
- Mais de 1 ano até 5 anos
- Mais de 5 anos

## Última escolaridade do respondente \*

- Ensino superior
- Especialização
- Mestrado
- Doutorado
- Outro: .....

## Concordo com o Termo de Consentimento Livre e Informado abaixo \*

Declaro, por meio deste termo, que concordei voluntariamente em responder esse questionário, que busca coletar as percepções de usuários qualificados no uso de ferramentas de transparência e participação governamentais, desenvolvido pela pesquisadora Caroline Stéphanie Francis dos Santos Maciel. Fui informado(a) que a pesquisa é desenvolvida para fins estritamente acadêmicos em sede de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Direito na Universidade Federal de Minas Gerais, sob orientação da Profa. Fabiana de Menezes Soares, vinculada ao Observatório para a Qualidade da Lei e em parceria com a Dado Capital e a Rede de Advocacy Colaborativo. Afirmando que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou outros benefícios, nem ter qualquer ônus ou risco à saúde e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui também informado(a) que não será divulgado meu nome e nem outro dado de contato que permita a minha identificação pessoal, em conformidade com as normas éticas do Comitê de Ética da UFMG (art. 1º, § único, I, V e VII da Resolução 510/2016). Informaram, ainda, que apenas os dados institucionais e resultados das respostas ao questionário serão divulgados no relatório da pesquisa, garantidas a confidencialidade, sigilo e anonimato dos participantes. Por fim, fui informado(a) de que posso me retirar dessa pesquisa de opinião a qualquer momento, sem sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos. Ao selecionar "sim" nesta caixa, concordo com todas as especificações acima deste Termo de Consentimento Livre e Informado.

Sim

Autorizo a divulgação dos dados institucionais e respostas às perguntas do questionário para a realização dos objetivos dessa pesquisa \*

Sim

## Orientações gerais

Nas questões fechadas, escolha a melhor resposta dentre as possíveis, que representa melhor a realidade no uso geral dessas ferramentas pela organização (o que ocorreu na maioria das vezes).

Dê uma resposta com base na realidade da sua instituição e não apenas na sua experiência pessoal.

Nas questões abertas, aprofunde nas particularidades sobre o tópico. Quanto mais dados fornecer, tanto melhor para a pesquisa e completo diagnóstico da situação.

Caso não saiba alguma(s) da(s) resposta(s), por você não utilizar o canal/desconhecê-lo, veja se é possível obtê-la(s) junto à organização que representa; caso contrário, marque que a organização não usa.



### Sites oficiais do governo federal ([gov.br](http://gov.br) e derivados)

A organização já extraiu dados ou informações de algum site oficial do governo federal?

\*

- Sim
- Não

### Uso de sites oficiais do governo federal ([gov.br](http://gov.br) e derivados)

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso dos sites oficiais do governo federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:





### Frequência de uso

1    2    3    4    5

Raramente usamos na organização                        Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no site
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa por conta própria conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso

## Outras dificuldades de navegabilidade e usabilidade

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Mudanças de domínio e/ou links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre ocorrências em navegabilidade antes e depois da mudança dos domínios, com a unificação dos endereços eletrônicos do governo federal em 2019 (portal único [gov.br](http://gov.br)).

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados ativamente nos sites oficiais do governo federal resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

Os sites oficiais de governos estaduais e municipais que a organização acessa são qualitativamente inferiores ao sites do governo federal, considerando as dimensões desse questionário (disponibilidade, atualização, compreensão dos dados e navegabilidade no site).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou sites oficiais de governos estaduais/municipais)

Portal da Transparência Federal ([portaldatransparencia.gov.br](http://portaldatransparencia.gov.br))

A organização já extraiu dados ou informações do Portal da Transparência federal? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse portal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: \_\_\_\_\_

### Uso do Portal da Transparência Federal

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do Portal da Transparência Federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:



### Frequência de uso

1 2 3 4 5

Raramente usamos na organização

Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no portal
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa por conta própria conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso à informação ou dado.

## Outras dificuldades de navegabilidade e usabilidade

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre ocorrências em navegabilidade antes e depois da reformulação do Portal da Transparência Federal em 2018.

.....

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados no Portal da Transparência Federal resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente



No geral, os Portais da Transparência estaduais e municipais que a organização usa são qualitativamente inferiores ao Portal da Transparência Federal, considerando as dimensões desse questionário (disponibilidade, atualização, compreensão dos dados e navegabilidade no portal).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou nenhum portal de transparência estadual ou municipal)

#### Portal Brasileiro de Dados Abertos ([dados.gov.br](https://dados.gov.br))

A organização já extraiu dados do Portal Brasileiro de Dados Abertos? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse portal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

## Uso do Portal Brasileiro de Dados Abertos

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do Portal Brasileiro de Dados Abertos pela organização da sociedade civil ou movimento social:



Frequência de uso

1 2 3 4 5

Raramente usamos na  
organização

Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no portal
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa (autônoma) conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso à informação ou dado.

## Outras dificuldades

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Escassez de bases de dados abertos disponibilizadas ativamente
- Bases de dados abertos não disponibilizadas no prazo estabelecido, em conformidade com os cronogramas de abertura dos órgãos
- Não disponibilização das bases de dados abertos, mesmo após solicitação
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre modificações nesse portal no decorrer do tempo.

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados ativamente no Portal Brasileiro de Dados Abertos resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

Os governos estaduais e municipais e os outros poderes (que organização acessa) disponibilizam bem menos dados públicos em formato aberto que o governo federal, seja no Portal Brasileiro de Dados Abertos ou em outros portais.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca extraiu dados abertos de governos subnacionais ou de outros poderes)

### Pedidos de acesso à informação a órgãos do governo federal

A organização já fez pedido de acesso à informação através do e-SIC federal? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse canal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo/instável)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: \_\_\_\_\_

### Uso do e-SIC federal

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do e-SIC federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:



Frequência de uso

	1	2	3	4	5	
Raramente usamos na organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	Usamos com muita frequência



### Satisfação com o acesso concedido

- Conseguiu acesso completo a tudo que pediu já com o pedido inicial, no prazo legal;
- Conseguiu acesso completo apenas após recorrer ou após o prazo legal;
- Não conseguiu acesso completo, apenas parcial;
- Negativa completa de acesso, mesmo sem ser hipótese legal de sigilo.

### Justificativas dos órgãos para negativas de acesso (se aplicável)

- Não recebeu nenhuma justificativa
- Trabalho adicional de análise, interpretação ou consolidação
- Pedido genérico
- Órgão incompetente (sem reencaminhar o seu pedido)
- Pandemia
- Dados pessoais
- Sigilo legal
- Interpretação extensiva do órgão sobre o sigilo
- Inexistência dos documentos digitalizados e necessidade de consultar arquivos físicos pessoalmente
- Outro: .....

## Compreensão das respostas ou dados enviados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada na resposta e nem as informações enviadas;
- Teve alguma dificuldade, mas com alguma pesquisa (autônoma) conseguiu entender;
- Não conseguiu compreender e precisou solicitar esclarecimentos em recurso ou nova solicitação de acesso;
- Não conseguiu compreender e desistiu do acesso à informação.

## Dificuldades técnicas com o e-SIC federal

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Sistema fora do ar, lento ou instável;
- Respostas fora do prazo legal;
- Obscuridade nas competências dos órgãos e dificuldade para saber a quem encaminhar o pedido;
- Arquivos anexos corrompidos/desconfigurados/inúteis;
- Arquivo em formato não aberto, não legível por máquina;
- Indisponibilidade de arquivos digitais;
- Não sistematização de dados pelo órgão;
- Necessidade de dados gerais de órgãos com competências centrais e foi aconselhado a procurar cada órgão individualmente, o que inviabilizou o acesso pela grande quantidade de órgãos ou volume de dados.

### Outros problemas que dificultaram ou desestimularam o acesso

- Exigências excessivas de dados pessoais;
- Cobrança de taxas de reprodução;
- Não divulgação de lista de documentos classificados como sigilosos pelo órgão federal;
- Influência do perfil do solicitante na resposta ao pedido (antes da possibilidade de pedidos anônimos no e-SIC federal);
- Falta de capacitação técnica dos servidores para responder as solicitações;
- Outro: .....

Os sistemas eletrônicos de solicitação de acesso à informação de governos estaduais e municipais que a organização usa são qualitativamente inferiores ao e-SIC federal, considerando as dimensões desse questionário (satisfação com o acesso, justificativas para negativas, compreensão e dificuldades técnicas).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou sistemas de acesso de governos subnacionais)

Ouvidorias federais ([ouvidorias.gov.br](https://www.ouvidorias.gov.br))

A organização já usou o sistema eletrônico de ouvidorias do governo federal? \*

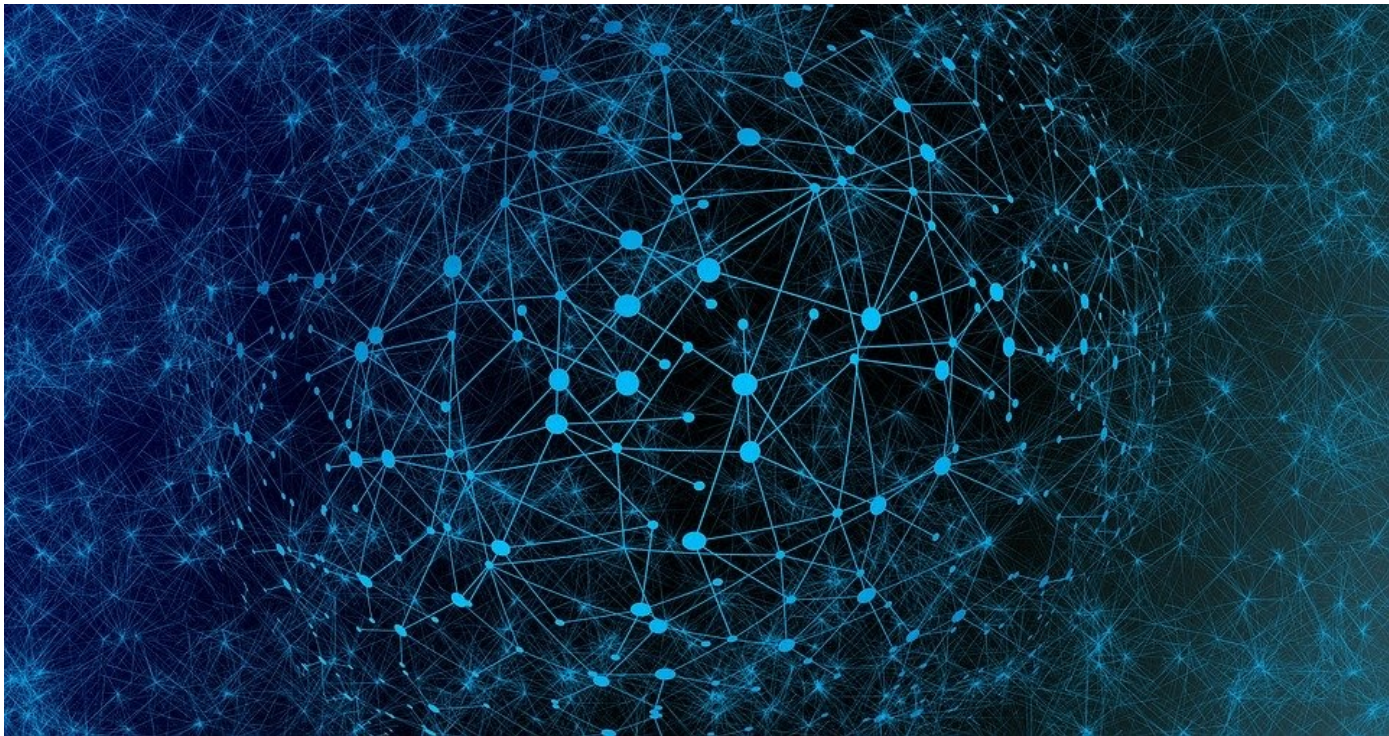
- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse canal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não acredita que seja um canal efetivo
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

## Sistema federal de Ouvidorias

Nas questões desta seção responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso de ouvidorias federais pela organização da sociedade civil ou movimento social:



### Frequência de uso

1    2    3    4    5

Raramente usamos na organização                   Usamos com muita frequência

## Motivos do seu uso

- Denúncia
- Reclamação
- Elogio
- Solicitação de serviço público
- Pedido de desburocratização
- Sugestão
- Pedido de acesso à informação

## Efetividade/poder de influência

- As manifestações feitas pela ouvidoria frequentemente geraram resultados efetivos (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente efetivos (entre 30% e 60%);
- Raramente efetivos (menos 1% a 29%);
- Nunca são efetivos.

## Devolutiva

- Nunca recebe satisfação das manifestações enviadas;
- Recebe respostas, mas raramente são satisfatórias ou completas;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias e completas.

## Dificuldades técnicas

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Sistema fora do ar, lento ou instável;
- Retorno intempestivo ou demorado acerca da manifestação;
- Falta de capacitação técnica dos servidores para fornecer as respostas;
- Outro: .....

Considerando as dimensões do questionário, os sistemas de ouvidorias locais (governos estaduais e municipais que a organização usa) são qualitativamente inferiores ao sistema federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou ouvidorias locais)

## Outras considerações da organização sobre transparência no governo federal

---

### Participação em políticas públicas

Até então, as perguntas eram sobre o uso de ferramentas de transparência do governo federal pela instituição. A partir daqui, responda com base na percepção e opinião institucionais sobre o uso de ferramentas de participação pelo governo na construção de políticas públicas.

A organização já usou as plataformas Dialoga Brasil ([dialoga.gov.br](http://dialoga.gov.br)) e/ou Participa Brasil ([participa.br](http://participa.br)) do governo federal? \*

- Sim (ambas)
- Sim (apenas a Participa Brasil)
- Sim (apenas a Dialoga Brasil)
- Não (nenhuma delas)

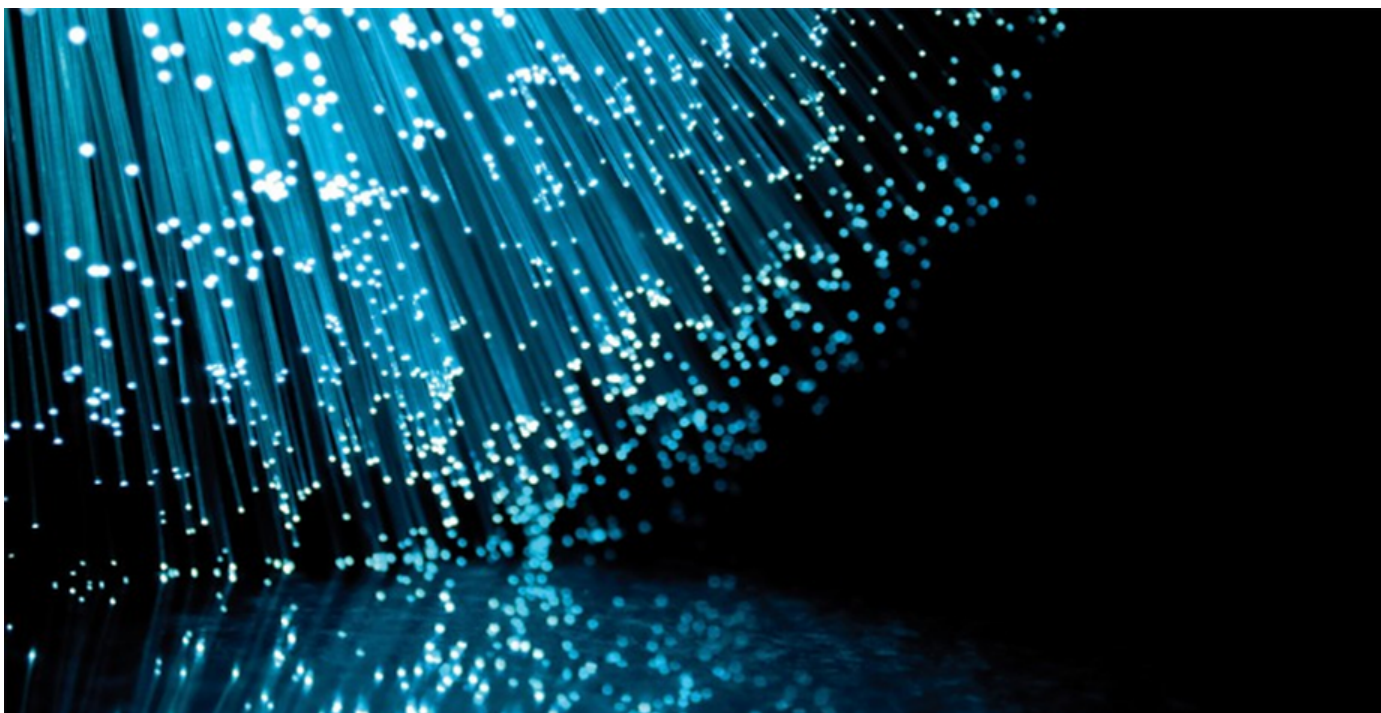


Se a resposta foi sim apenas para uma delas ou não, qual motivo?

- Não conhece essa(s) plataforma(s)
- Não precisa usá-la(s) para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-la(s) - complexa(s)
- Não a(s) considera ferramenta(s) efetiva(s) de participação
- Não se aplica (respondeu sim para ambas no item anterior)
- Outro: \_\_\_\_\_

### Plataformas Dialoga Brasil e Participa Br

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso das Plataformas Dialoga Brasil e Participa Br (espaços de participação digital) na construção de políticas públicas pelo governo federal



Frequência de uso de alguma das plataformas pelo governo para a construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Ações ativas de engajamento nas Plataformas (organização procura participar):

	1	2	3	4	5	
Raramente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Com muita frequência

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento em espaços de participação digital é qualitativamente pior do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou espaços de participação digital de governos locais)

### Consultas públicas na construção de políticas públicas federais

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso de consultas públicas na construção de políticas públicas pelo governo federal

Frequência de uso de consultas públicas pelo governo no para construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Convites para participar (iniciativa do governo federal, por qualquer meio):

- Organização nunca foi convidada pelo governo para participar de consulta pública;
- Raramente é convidado (1% a 29% das vezes em que há uma consulta);
- Ocasionalmente é convidado (30% a 60%);
- Frequentemente é convidado (mais de 60% das vezes).

### Ações ativas de engajamento em consultas (organização procura participar):

- Frequentemente procura participar (mais de 60% das vezes);
- Ocasionalmente (30%-60%);
- Raramente (até 29%);
- Nunca

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento a consultas públicas é qualitativamente melhor do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

### Audiências públicas na construção de políticas públicas federais

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso de audiências públicas na construção de políticas públicas pelo governo federal

### Frequência de uso de audiências públicas pelo governo para construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Convites para participar (iniciativa do governo federal, por qualquer meio):

- Organização nunca foi convidada pelo governo para participar de audiência pública;
- Raramente é convidado (1% a 29% das vezes em que há uma audiência);
- Ocasionalmente é convidado (30% a 60%);
- Frequentemente é convidado (mais de 60% das vezes).

### Ações ativas de engajamento em audiências (organização procura participar):

- Frequentemente procura participar (mais de 60% das vezes);
- Ocasionalmente (30%-60%);
- Raramente (até 29%);
- Nunca

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento a audiências públicas é qualitativamente melhor do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente



## Outras considerações da organização sobre participação no governo federal

Consideramos as questões como referentes ao Poder Executivo. Em relação ao Poder Legislativo, as respostas seriam outras.

---

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

# Questionário transparência e participação no Governo Federal

Esse questionário tem como objetivo coletar as percepções no uso de ferramentas de transparência e participação governamentais pelas organizações da sociedade civil e movimentos sociais organizados, sendo garantidas a confidencialidade, sigilo e anonimato dos participantes. A partir dos resultados, compreender a efetividade desses instrumentos, detectar eventuais deficiências e apontar soluções.

Os resultados serão divulgados na tese de doutorado da pesquisadora responsável pela sua elaboração, Caroline Maciel.

A sua participação é uma etapa muito importante para o diagnóstico e sistematização das dificuldades enfrentadas por usuários qualificados, identificação dos avanços e de sugestões para melhorias. Se possível, responda todas as questões.

Endereço de e-mail \*

[REDACTED]

Para evitar o uso de robots neste questionário, responda: qual das imagens abaixo é um prato de sobremesa? \*



1



2



3



4

## Dados

Nome da instituição que representa \*

[REDACTED]

## Principal área de atuação institucional \*

- Transparência e Integridade
- Direitos Humanos/Direitos fundamentais
- Socioambiental
- Nova economia
- Saúde
- Educação
- Outro:

## Estou apto(a) a responder em nome da organização que represento? \*

- Sim

## Nome completo do responsável pelo preenchimento \*

[REDACTED]

## Vínculo/cargo institucional \*

Secretária Executiva

## Anos que está na instituição \*

- Até 1 ano
- Mais de 1 ano até 5 anos
- Mais de 5 anos

## Última escolaridade do respondente \*

- Ensino superior
- Especialização
- Mestrado
- Doutorado
- Outro: .....

## Concordo com o Termo de Consentimento Livre e Informado abaixo \*

Declaro, por meio deste termo, que concordei voluntariamente em responder esse questionário, que busca coletar as percepções de usuários qualificados no uso de ferramentas de transparência e participação governamentais, desenvolvido pela pesquisadora Caroline Stéphanie Francis dos Santos Maciel. Fui informado(a) que a pesquisa é desenvolvida para fins estritamente acadêmicos em sede de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Direito na Universidade Federal de Minas Gerais, sob orientação da Profa. Fabiana de Menezes Soares, vinculada ao Observatório para a Qualidade da Lei e em parceria com a Dado Capital e a Rede de Advocacy Colaborativo. Afirmando que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou outros benefícios, nem ter qualquer ônus ou risco à saúde e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui também informado(a) que não será divulgado meu nome e nem outro dado de contato que permita a minha identificação pessoal, em conformidade com as normas éticas do Comitê de Ética da UFMG (art. 1º, § único, I, V e VII da Resolução 510/2016). Informaram, ainda, que apenas os dados institucionais e resultados das respostas ao questionário serão divulgados no relatório da pesquisa, garantidas a confidencialidade, sigilo e anonimato dos participantes. Por fim, fui informado(a) de que posso me retirar dessa pesquisa de opinião a qualquer momento, sem sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos. Ao selecionar "sim" nesta caixa, concordo com todas as especificações acima deste Termo de Consentimento Livre e Informado.

Sim

Autorizo a divulgação dos dados institucionais e respostas às perguntas do questionário para a realização dos objetivos dessa pesquisa \*

Sim

## Orientações gerais

Nas questões fechadas, escolha a melhor resposta dentre as possíveis, que representa melhor a realidade no uso geral dessas ferramentas pela organização (o que ocorreu na maioria das vezes).

Dê uma resposta com base na realidade da sua instituição e não apenas na sua experiência pessoal.

Nas questões abertas, aprofunde nas particularidades sobre o tópico. Quanto mais dados fornecer, tanto melhor para a pesquisa e completo diagnóstico da situação.

Caso não saiba alguma(s) da(s) resposta(s), por você não utilizar o canal/desconhecê-lo, veja se é possível obtê-la(s) junto à organização que representa; caso contrário, marque que a organização não usa.



### Sites oficiais do governo federal ([gov.br](http://gov.br) e derivados)

A organização já extraiu dados ou informações de algum site oficial do governo federal?

\*

Sim

Não

### Uso de sites oficiais do governo federal ([gov.br](http://gov.br) e derivados)

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso dos sites oficiais do governo federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:





### Frequência de uso

1    2    3    4    5

Raramente usamos na organização                        Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no site
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa por conta própria conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso

## Outras dificuldades de navegabilidade e usabilidade

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Mudanças de domínio e/ou links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Outro: uso excessivo de captcha

Se possível, faça considerações sobre ocorrências em navegabilidade antes e depois da mudança dos domínios, com a unificação dos endereços eletrônicos do governo federal em 2019 (portal único [gov.br](http://gov.br)).

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados ativamente nos sites oficiais do governo federal resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

Os sites oficiais de governos estaduais e municipais que a organização acessa são qualitativamente inferiores aos sites do governo federal, considerando as dimensões desse questionário (disponibilidade, atualização, compreensão dos dados e navegabilidade no site).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou sites oficiais de governos estaduais/municipais)

Portal da Transparência Federal ([portaldatransparencia.gov.br](http://portaldatransparencia.gov.br))

A organização já extraiu dados ou informações do Portal da Transparência federal? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse portal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: \_\_\_\_\_

### Uso do Portal da Transparência Federal

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do Portal da Transparência Federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:



### Frequência de uso

1 2 3 4 5

Raramente usamos na  
organização

Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no portal
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa por conta própria conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso à informação ou dado.

## Outras dificuldades de navegabilidade e usabilidade

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre ocorrências em navegabilidade antes e depois da reformulação do Portal da Transparência Federal em 2018.

.....

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados no Portal da Transparência Federal resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente



No geral, os Portais da Transparência estaduais e municipais que a organização usa são qualitativamente inferiores ao Portal da Transparência Federal, considerando as dimensões desse questionário (disponibilidade, atualização, compreensão dos dados e navegabilidade no portal).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou nenhum portal de transparência estadual ou municipal)

#### Portal Brasileiro de Dados Abertos ([dados.gov.br](https://dados.gov.br))

A organização já extraiu dados do Portal Brasileiro de Dados Abertos? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse portal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

## Uso do Portal Brasileiro de Dados Abertos

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do Portal Brasileiro de Dados Abertos pela organização da sociedade civil ou movimento social:



Frequência de uso

1 2 3 4 5

Raramente usamos na  
organização

Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no portal
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa (autônoma) conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso à informação ou dado.

## Outras dificuldades

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Escassez de bases de dados abertos disponibilizadas ativamente
- Bases de dados abertos não disponibilizadas no prazo estabelecido, em conformidade com os cronogramas de abertura dos órgãos
- Não disponibilização das bases de dados abertos, mesmo após solicitação
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre modificações nesse portal no decorrer do tempo.

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados ativamente no Portal Brasileiro de Dados Abertos resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

Os governos estaduais e municipais e os outros poderes (que organização acessa) disponibilizam bem menos dados públicos em formato aberto que o governo federal, seja no Portal Brasileiro de Dados Abertos ou em outros portais.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca extraiu dados abertos de governos subnacionais ou de outros poderes)

### Pedidos de acesso à informação a órgãos do governo federal

A organização já fez pedido de acesso à informação através do e-SIC federal? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse canal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo/instável)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: \_\_\_\_\_

### Uso do e-SIC federal

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do e-SIC federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:



Frequência de uso

	1	2	3	4	5	
Raramente usamos na organização	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Usamos com muita frequência



### Satisfação com o acesso concedido

- Conseguiu acesso completo a tudo que pediu já com o pedido inicial, no prazo legal;
- Conseguiu acesso completo apenas após recorrer ou após o prazo legal;
- Não conseguiu acesso completo, apenas parcial;
- Negativa completa de acesso, mesmo sem ser hipótese legal de sigilo.

### Justificativas dos órgãos para negativas de acesso (se aplicável)

- Não recebeu nenhuma justificativa
- Trabalho adicional de análise, interpretação ou consolidação
- Pedido genérico
- Órgão incompetente (sem reencaminhar o seu pedido)
- Pandemia
- Dados pessoais
- Sigilo legal
- Interpretação extensiva do órgão sobre o sigilo
- Inexistência dos documentos digitalizados e necessidade de consultar arquivos físicos pessoalmente
- Outro: .....

## Compreensão das respostas ou dados enviados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada na resposta e nem as informações enviadas;
- Teve alguma dificuldade, mas com alguma pesquisa (autônoma) conseguiu entender;
- Não conseguiu compreender e precisou solicitar esclarecimentos em recurso ou nova solicitação de acesso;
- Não conseguiu compreender e desistiu do acesso à informação.

## Dificuldades técnicas com o e-SIC federal

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Sistema fora do ar, lento ou instável;
- Respostas fora do prazo legal;
- Obscuridade nas competências dos órgãos e dificuldade para saber a quem encaminhar o pedido;
- Arquivos anexos corrompidos/desconfigurados/inúteis;
- Arquivo em formato não aberto, não legível por máquina;
- Indisponibilidade de arquivos digitais;
- Não sistematização de dados pelo órgão;
- Necessidade de dados gerais de órgãos com competências centrais e foi aconselhado a procurar cada órgão individualmente, o que inviabilizou o acesso pela grande quantidade de órgãos ou volume de dados.

### Outros problemas que dificultaram ou desestimularam o acesso

- Exigências excessivas de dados pessoais;
- Cobrança de taxas de reprodução;
- Não divulgação de lista de documentos classificados como sigilosos pelo órgão federal;
- Influência do perfil do solicitante na resposta ao pedido (antes da possibilidade de pedidos anônimos no e-SIC federal);
- Falta de capacitação técnica dos servidores para responder as solicitações;
- Outro: .....

Os sistemas eletrônicos de solicitação de acesso à informação de governos estaduais e municipais que a organização usa são qualitativamente inferiores ao e-SIC federal, considerando as dimensões desse questionário (satisfação com o acesso, justificativas para negativas, compreensão e dificuldades técnicas).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou sistemas de acesso de governos subnacionais)

Ouvidorias federais ([ouvidorias.gov.br](https://www.ouvidorias.gov.br))

A organização já usou o sistema eletrônico de ouvidorias do governo federal? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse canal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não acredita que seja um canal efetivo
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

## Sistema federal de Ouvidorias

Nas questões desta seção responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso de ouvidorias federais pela organização da sociedade civil ou movimento social:



### Frequência de uso

1    2    3    4    5

Raramente usamos na organização                   Usamos com muita frequência

## Motivos do seu uso

- Denúncia
- Reclamação
- Elogio
- Solicitação de serviço público
- Pedido de desburocratização
- Sugestão
- Pedido de acesso à informação

## Efetividade/poder de influência

- As manifestações feitas pela ouvidoria frequentemente geraram resultados efetivos (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente efetivos (entre 30% e 60%);
- Raramente efetivos (menos 1% a 29%);
- Nunca são efetivos.

## Devolutiva

- Nunca recebe satisfação das manifestações enviadas;
- Recebe respostas, mas raramente são satisfatórias ou completas;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias e completas.

## Dificuldades técnicas

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Sistema fora do ar, lento ou instável;
- Retorno intempestivo ou demorado acerca da manifestação;
- Falta de capacitação técnica dos servidores para fornecer as respostas;
- Outro: .....

Considerando as dimensões do questionário, os sistemas de ouvidorias locais (governos estaduais e municipais que a organização usa) são qualitativamente inferiores ao sistema federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou ouvidorias locais)

## Outras considerações da organização sobre transparência no governo federal

---

### Participação em políticas públicas

Até então, as perguntas eram sobre o uso de ferramentas de transparência do governo federal pela instituição. A partir daqui, responda com base na percepção e opinião institucionais sobre o uso de ferramentas de participação pelo governo na construção de políticas públicas.

A organização já usou as plataformas Dialoga Brasil ([dialoga.gov.br](http://dialoga.gov.br)) e/ou Participa Brasil ([participa.br](http://participa.br)) do governo federal? \*

- Sim (ambas)
- Sim (apenas a Participa Brasil)
- Sim (apenas a Dialoga Brasil)
- Não (nenhuma delas)

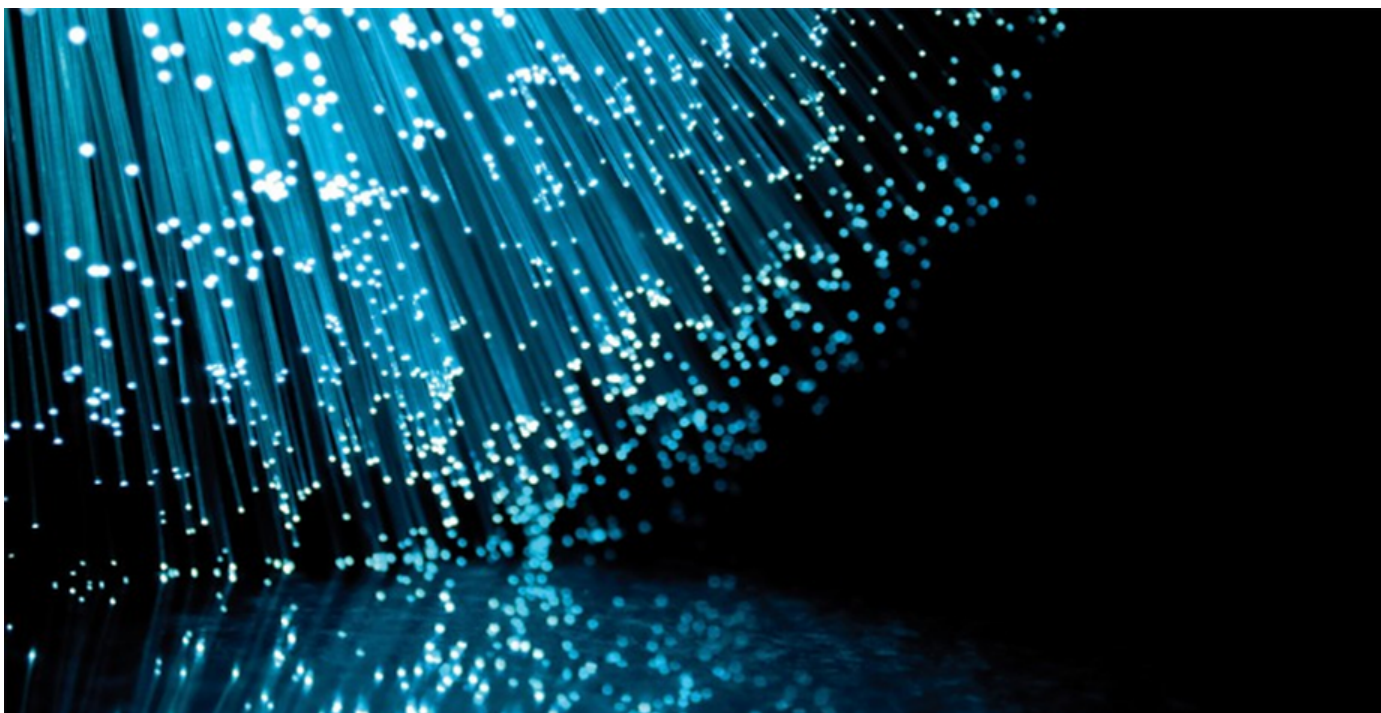


Se a resposta foi sim apenas para uma delas ou não, qual motivo?

- Não conhece essa(s) plataforma(s)
- Não precisa usá-la(s) para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-la(s) - complexa(s)
- Não a(s) considera ferramenta(s) efetiva(s) de participação
- Não se aplica (respondeu sim para ambas no item anterior)
- Outro: \_\_\_\_\_

### Plataformas Dialoga Brasil e Participa Br

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso das Plataformas Dialoga Brasil e Participa Br (espaços de participação digital) na construção de políticas públicas pelo governo federal



Frequência de uso de alguma das plataformas pelo governo para a construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Ações ativas de engajamento nas Plataformas (organização procura participar):

	1	2	3	4	5	
Raramente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Com muita frequência

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento em espaços de participação digital é qualitativamente pior do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou espaços de participação digital de governos locais)

### Consultas públicas na construção de políticas públicas federais

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso de consultas públicas na construção de políticas públicas pelo governo federal

Frequência de uso de consultas públicas pelo governo no para construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Convites para participar (iniciativa do governo federal, por qualquer meio):

- Organização nunca foi convidada pelo governo para participar de consulta pública;
- Raramente é convidado (1% a 29% das vezes em que há uma consulta);
- Ocasionalmente é convidado (30% a 60%);
- Frequentemente é convidado (mais de 60% das vezes).

### Ações ativas de engajamento em consultas (organização procura participar):

- Frequentemente procura participar (mais de 60% das vezes);
- Ocasionalmente (30%-60%);
- Raramente (até 29%);
- Nunca

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento a consultas públicas é qualitativamente melhor do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

### Audiências públicas na construção de políticas públicas federais

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso de audiências públicas na construção de políticas públicas pelo governo federal

### Frequência de uso de audiências públicas pelo governo para construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Convites para participar (iniciativa do governo federal, por qualquer meio):

- Organização nunca foi convidada pelo governo para participar de audiência pública;
- Raramente é convidado (1% a 29% das vezes em que há uma audiência);
- Ocasionalmente é convidado (30% a 60%);
- Frequentemente é convidado (mais de 60% das vezes).

### Ações ativas de engajamento em audiências (organização procura participar):

- Frequentemente procura participar (mais de 60% das vezes);
- Ocasionalmente (30%-60%);
- Raramente (até 29%);
- Nunca

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento a audiências públicas é qualitativamente melhor do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente



## Outras considerações da organização sobre participação no governo federal

---

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

# Questionário transparência e participação no Governo Federal

Esse questionário tem como objetivo coletar as percepções no uso de ferramentas de transparência e participação governamentais pelas organizações da sociedade civil e movimentos sociais organizados, sendo garantidas a confidencialidade, sigilo e anonimato dos participantes. A partir dos resultados, compreender a efetividade desses instrumentos, detectar eventuais deficiências e apontar soluções.

Os resultados serão divulgados na tese de doutorado da pesquisadora responsável pela sua elaboração, Caroline Maciel.

A sua participação é uma etapa muito importante para o diagnóstico e sistematização das dificuldades enfrentadas por usuários qualificados, identificação dos avanços e de sugestões para melhorias. Se possível, responda todas as questões.

Endereço de e-mail \*

Para evitar o uso de robots neste questionário, responda: qual das imagens abaixo é um prato de sobremesa? \*



1



2



3



4

## Dados

Nome da instituição que representa \*

[REDACTED]

## Principal área de atuação institucional \*

- Transparência e Integridade
- Direitos Humanos/Direitos fundamentais
- Socioambiental
- Nova economia
- Saúde
- Educação
- Outro:

## Estou apto(a) a responder em nome da organização que represento? \*

- Sim

## Nome completo do responsável pelo preenchimento \*

[REDACTED]

## Vínculo/cargo institucional \*

Cofundadora

## Anos que está na instituição \*

- Até 1 ano
- Mais de 1 ano até 5 anos
- Mais de 5 anos

## Última escolaridade do respondente \*

- Ensino superior
- Especialização
- Mestrado
- Doutorado
- Outro: .....

## Concordo com o Termo de Consentimento Livre e Informado abaixo \*

Declaro, por meio deste termo, que concordei voluntariamente em responder esse questionário, que busca coletar as percepções de usuários qualificados no uso de ferramentas de transparência e participação governamentais, desenvolvido pela pesquisadora Caroline Stéphanie Francis dos Santos Maciel. Fui informado(a) que a pesquisa é desenvolvida para fins estritamente acadêmicos em sede de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Direito na Universidade Federal de Minas Gerais, sob orientação da Profa. Fabiana de Menezes Soares, vinculada ao Observatório para a Qualidade da Lei e em parceria com a Dado Capital e a Rede de Advocacy Colaborativo. Afirmando que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou outros benefícios, nem ter qualquer ônus ou risco à saúde e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui também informado(a) que não será divulgado meu nome e nem outro dado de contato que permita a minha identificação pessoal, em conformidade com as normas éticas do Comitê de Ética da UFMG (art. 1º, § único, I, V e VII da Resolução 510/2016). Informaram, ainda, que apenas os dados institucionais e resultados das respostas ao questionário serão divulgados no relatório da pesquisa, garantidas a confidencialidade, sigilo e anonimato dos participantes. Por fim, fui informado(a) de que posso me retirar dessa pesquisa de opinião a qualquer momento, sem sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos. Ao selecionar "sim" nesta caixa, concordo com todas as especificações acima deste Termo de Consentimento Livre e Informado.

Sim

Autorizo a divulgação dos dados institucionais e respostas às perguntas do questionário para a realização dos objetivos dessa pesquisa \*

Sim

## Orientações gerais

Nas questões fechadas, escolha a melhor resposta dentre as possíveis, que representa melhor a realidade no uso geral dessas ferramentas pela organização (o que ocorreu na maioria das vezes).

Dê uma resposta com base na realidade da sua instituição e não apenas na sua experiência pessoal.

Nas questões abertas, aprofunde nas particularidades sobre o tópico. Quanto mais dados fornecer, tanto melhor para a pesquisa e completo diagnóstico da situação.

Caso não saiba alguma(s) da(s) resposta(s), por você não utilizar o canal/desconhecê-lo, veja se é possível obtê-la(s) junto à organização que representa; caso contrário, marque que a organização não usa.



### Sites oficiais do governo federal ([gov.br](http://gov.br) e derivados)

A organização já extraiu dados ou informações de algum site oficial do governo federal?

\*

- Sim
- Não

### Uso de sites oficiais do governo federal ([gov.br](http://gov.br) e derivados)

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso dos sites oficiais do governo federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:





### Frequência de uso

1    2    3    4    5

Raramente usamos na organização                        Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no site
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa por conta própria conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso

## Outras dificuldades de navegabilidade e usabilidade

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Mudanças de domínio e/ou links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre ocorrências em navegabilidade antes e depois da mudança dos domínios, com a unificação dos endereços eletrônicos do governo federal em 2019 (portal único [gov.br](http://gov.br)).

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados ativamente nos sites oficiais do governo federal resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

Os sites oficiais de governos estaduais e municipais que a organização acessa são qualitativamente inferiores aos sites do governo federal, considerando as dimensões desse questionário (disponibilidade, atualização, compreensão dos dados e navegabilidade no site).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou sites oficiais de governos estaduais/municipais)

Portal da Transparência Federal ([portaldatransparencia.gov.br](http://portaldatransparencia.gov.br))

A organização já extraiu dados ou informações do Portal da Transparência federal? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse portal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: \_\_\_\_\_

### Uso do Portal da Transparência Federal

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do Portal da Transparência Federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:



### Frequência de uso

1 2 3 4 5

Raramente usamos na  
organização

Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no portal
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa por conta própria conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso à informação ou dado.

### Outras dificuldades de navegabilidade e usabilidade

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre ocorrências em navegabilidade antes e depois da reformulação do Portal da Transparência Federal em 2018.

.....

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados no Portal da Transparência Federal resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente



No geral, os Portais da Transparência estaduais e municipais que a organização usa são qualitativamente inferiores ao Portal da Transparência Federal, considerando as dimensões desse questionário (disponibilidade, atualização, compreensão dos dados e navegabilidade no portal).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou nenhum portal de transparência estadual ou municipal)

#### Portal Brasileiro de Dados Abertos ([dados.gov.br](https://dados.gov.br))

A organização já extraiu dados do Portal Brasileiro de Dados Abertos? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse portal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

## Uso do Portal Brasileiro de Dados Abertos

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do Portal Brasileiro de Dados Abertos pela organização da sociedade civil ou movimento social:



Frequência de uso

1 2 3 4 5

Raramente usamos na  
organização

Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no portal
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa (autônoma) conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso à informação ou dado.

## Outras dificuldades

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Escassez de bases de dados abertos disponibilizadas ativamente
- Bases de dados abertos não disponibilizadas no prazo estabelecido, em conformidade com os cronogramas de abertura dos órgãos
- Não disponibilização das bases de dados abertos, mesmo após solicitação
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre modificações nesse portal no decorrer do tempo.

.....

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados ativamente no Portal Brasileiro de Dados Abertos resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

Os governos estaduais e municipais e os outros poderes (que organização acessa) disponibilizam bem menos dados públicos em formato aberto que o governo federal, seja no Portal Brasileiro de Dados Abertos ou em outros portais.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca extraiu dados abertos de governos subnacionais ou de outros poderes)

### Pedidos de acesso à informação a órgãos do governo federal

A organização já fez pedido de acesso à informação através do e-SIC federal? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse canal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo/instável)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

## Uso do e-SIC federal

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do e-SIC federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:



Frequência de uso

	1	2	3	4	5	
Raramente usamos na organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	Usamos com muita frequência



### Satisfação com o acesso concedido

- Conseguiu acesso completo a tudo que pediu já com o pedido inicial, no prazo legal;
- Conseguiu acesso completo apenas após recorrer ou após o prazo legal;
- Não conseguiu acesso completo, apenas parcial;
- Negativa completa de acesso, mesmo sem ser hipótese legal de sigilo.

### Justificativas dos órgãos para negativas de acesso (se aplicável)

- Não recebeu nenhuma justificativa
- Trabalho adicional de análise, interpretação ou consolidação
- Pedido genérico
- Órgão incompetente (sem reencaminhar o seu pedido)
- Pandemia
- Dados pessoais
- Sigilo legal
- Interpretação extensiva do órgão sobre o sigilo
- Inexistência dos documentos digitalizados e necessidade de consultar arquivos físicos pessoalmente
- Outro: .....

## Compreensão das respostas ou dados enviados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada na resposta e nem as informações enviadas;
- Teve alguma dificuldade, mas com alguma pesquisa (autônoma) conseguiu entender;
- Não conseguiu compreender e precisou solicitar esclarecimentos em recurso ou nova solicitação de acesso;
- Não conseguiu compreender e desistiu do acesso à informação.

## Dificuldades técnicas com o e-SIC federal

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Sistema fora do ar, lento ou instável;
- Respostas fora do prazo legal;
- Obscuridade nas competências dos órgãos e dificuldade para saber a quem encaminhar o pedido;
- Arquivos anexos corrompidos/desconfigurados/inúteis;
- Arquivo em formato não aberto, não legível por máquina;
- Indisponibilidade de arquivos digitais;
- Não sistematização de dados pelo órgão;
- Necessidade de dados gerais de órgãos com competências centrais e foi aconselhado a procurar cada órgão individualmente, o que inviabilizou o acesso pela grande quantidade de órgãos ou volume de dados.

### Outros problemas que dificultaram ou desestimularam o acesso

- Exigências excessivas de dados pessoais;
- Cobrança de taxas de reprodução;
- Não divulgação de lista de documentos classificados como sigilosos pelo órgão federal;
- Influência do perfil do solicitante na resposta ao pedido (antes da possibilidade de pedidos anônimos no e-SIC federal);
- Falta de capacitação técnica dos servidores para responder as solicitações;
- Outro: .....

Os sistemas eletrônicos de solicitação de acesso à informação de governos estaduais e municipais que a organização usa são qualitativamente inferiores ao e-SIC federal, considerando as dimensões desse questionário (satisfação com o acesso, justificativas para negativas, compreensão e dificuldades técnicas).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou sistemas de acesso de governos subnacionais)

Ouvidorias federais ([ouvidorias.gov.br](https://ouvidorias.gov.br))

A organização já usou o sistema eletrônico de ouvidorias do governo federal? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse canal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não acredita que seja um canal efetivo
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

## Sistema federal de Ouvidorias

Nas questões desta seção responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso de ouvidorias federais pela organização da sociedade civil ou movimento social:



### Frequência de uso

1    2    3    4    5

Raramente usamos na organização                   Usamos com muita frequência

## Motivos do seu uso

- Denúncia
- Reclamação
- Elogio
- Solicitação de serviço público
- Pedido de desburocratização
- Sugestão
- Pedido de acesso à informação

## Efetividade/poder de influência

- As manifestações feitas pela ouvidoria frequentemente geraram resultados efetivos (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente efetivos (entre 30% e 60%);
- Raramente efetivos (menos 1% a 29%);
- Nunca são efetivos.

### Devolutiva

- Nunca recebe satisfação das manifestações enviadas;
- Recebe respostas, mas raramente são satisfatórias ou completas;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias e completas.

### Dificuldades técnicas

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Sistema fora do ar, lento ou instável;
- Retorno intempestivo ou demorado acerca da manifestação;
- Falta de capacitação técnica dos servidores para fornecer as respostas;
- Outro: .....

Considerando as dimensões do questionário, os sistemas de ouvidorias locais (governos estaduais e municipais que a organização usa) são qualitativamente inferiores ao sistema federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou ouvidorias locais)

## Outras considerações da organização sobre transparência no governo federal

---

### Participação em políticas públicas

Até então, as perguntas eram sobre o uso de ferramentas de transparência do governo federal pela instituição. A partir daqui, responda com base na percepção e opinião institucionais sobre o uso de ferramentas de participação pelo governo na construção de políticas públicas.

A organização já usou as plataformas Dialoga Brasil ([dialoga.gov.br](http://dialoga.gov.br)) e/ou Participa Brasil ([participa.br](http://participa.br)) do governo federal? \*

- Sim (ambas)
- Sim (apenas a Participa Brasil)
- Sim (apenas a Dialoga Brasil)
- Não (nenhuma delas)



Se a resposta foi sim apenas para uma delas ou não, qual motivo?

- Não conhece essa(s) plataforma(s)
- Não precisa usá-la(s) para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-la(s) - complexa(s)
- Não a(s) considera ferramenta(s) efetiva(s) de participação
- Não se aplica (respondeu sim para ambas no item anterior)
- Outro: .....

## Plataformas Dialoga Brasil e Participa Br

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso das Plataformas Dialoga Brasil e Participa Br (espaços de participação digital) na construção de políticas públicas pelo governo federal



Frequência de uso de alguma das plataformas pelo governo para a construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Ações ativas de engajamento nas Plataformas (organização procura participar):

	1	2	3	4	5	
Raramente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Com muita frequência

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento em espaços de participação digital é qualitativamente pior do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou espaços de participação digital de governos locais)

### Consultas públicas na construção de políticas públicas federais

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso de consultas públicas na construção de políticas públicas pelo governo federal

Frequência de uso de consultas públicas pelo governo no para construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Convites para participar (iniciativa do governo federal, por qualquer meio):

- Organização nunca foi convidada pelo governo para participar de consulta pública;
- Raramente é convidado (1% a 29% das vezes em que há uma consulta);
- Ocasionalmente é convidado (30% a 60%);
- Frequentemente é convidado (mais de 60% das vezes).

### Ações ativas de engajamento em consultas (organização procura participar):

- Frequentemente procura participar (mais de 60% das vezes);
- Ocasionalmente (30%-60%);
- Raramente (até 29%);
- Nunca

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento a consultas públicas é qualitativamente melhor do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

### Audiências públicas na construção de políticas públicas federais

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso de audiências públicas na construção de políticas públicas pelo governo federal

### Frequência de uso de audiências públicas pelo governo para construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Convites para participar (iniciativa do governo federal, por qualquer meio):

- Organização nunca foi convidada pelo governo para participar de audiência pública;
- Raramente é convidado (1% a 29% das vezes em que há uma audiência);
- Ocasionalmente é convidado (30% a 60%);
- Frequentemente é convidado (mais de 60% das vezes).

### Ações ativas de engajamento em audiências (organização procura participar):

- Frequentemente procura participar (mais de 60% das vezes);
- Ocasionalmente (30%-60%);
- Raramente (até 29%);
- Nunca

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento a audiências públicas é qualitativamente melhor do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente



## Outras considerações da organização sobre participação no governo federal

---

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

# Questionário transparência e participação no Governo Federal

Esse questionário tem como objetivo coletar as percepções no uso de ferramentas de transparência e participação governamentais pelas organizações da sociedade civil e movimentos sociais organizados, sendo garantidas a confidencialidade, sigilo e anonimato dos participantes. A partir dos resultados, compreender a efetividade desses instrumentos, detectar eventuais deficiências e apontar soluções.

Os resultados serão divulgados na tese de doutorado da pesquisadora responsável pela sua elaboração, Caroline Maciel.

A sua participação é uma etapa muito importante para o diagnóstico e sistematização das dificuldades enfrentadas por usuários qualificados, identificação dos avanços e de sugestões para melhorias. Se possível, responda todas as questões.

Endereço de e-mail \*

Para evitar o uso de robots neste questionário, responda: qual das imagens abaixo é um prato de sobremesa? \*



1



2



3



4

## Dados

Nome da instituição que representa \*

[REDACTED]

## Principal área de atuação institucional \*

- Transparência e Integridade
- Direitos Humanos/Direitos fundamentais
- Socioambiental
- Nova economia
- Saúde
- Educação
- Outro: .....

## Estou apto(a) a responder em nome da organização que represento? \*

- Sim

## Nome completo do responsável pelo preenchimento \*

.....

## Vínculo/cargo institucional \*

Advogado .....

## Anos que está na instituição \*

- Até 1 ano
- Mais de 1 ano até 5 anos
- Mais de 5 anos

## Última escolaridade do respondente \*

- Ensino superior
- Especialização
- Mestrado
- Doutorado
- Outro: .....

## Concordo com o Termo de Consentimento Livre e Informado abaixo \*

Declaro, por meio deste termo, que concordei voluntariamente em responder esse questionário, que busca coletar as percepções de usuários qualificados no uso de ferramentas de transparência e participação governamentais, desenvolvido pela pesquisadora Caroline Stéphanie Francis dos Santos Maciel. Fui informado(a) que a pesquisa é desenvolvida para fins estritamente acadêmicos em sede de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Direito na Universidade Federal de Minas Gerais, sob orientação da Profa. Fabiana de Menezes Soares, vinculada ao Observatório para a Qualidade da Lei e em parceria com a Dado Capital e a Rede de Advocacy Colaborativo. Afirmando que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou outros benefícios, nem ter qualquer ônus ou risco à saúde e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui também informado(a) que não será divulgado meu nome e nem outro dado de contato que permita a minha identificação pessoal, em conformidade com as normas éticas do Comitê de Ética da UFMG (art. 1º, § único, I, V e VII da Resolução 510/2016). Informaram, ainda, que apenas os dados institucionais e resultados das respostas ao questionário serão divulgados no relatório da pesquisa, garantidas a confidencialidade, sigilo e anonimato dos participantes. Por fim, fui informado(a) de que posso me retirar dessa pesquisa de opinião a qualquer momento, sem sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos. Ao selecionar "sim" nesta caixa, concordo com todas as especificações acima deste Termo de Consentimento Livre e Informado.

Sim

Autorizo a divulgação dos dados institucionais e respostas às perguntas do questionário para a realização dos objetivos dessa pesquisa \*

Sim

## Orientações gerais

Nas questões fechadas, escolha a melhor resposta dentre as possíveis, que representa melhor a realidade no uso geral dessas ferramentas pela organização (o que ocorreu na maioria das vezes).

Dê uma resposta com base na realidade da sua instituição e não apenas na sua experiência pessoal.

Nas questões abertas, aprofunde nas particularidades sobre o tópico. Quanto mais dados fornecer, tanto melhor para a pesquisa e completo diagnóstico da situação.

Caso não saiba alguma(s) da(s) resposta(s), por você não utilizar o canal/desconhecê-lo, veja se é possível obtê-la(s) junto à organização que representa; caso contrário, marque que a organização não usa.



### Sites oficiais do governo federal ([gov.br](http://gov.br) e derivados)

A organização já extraiu dados ou informações de algum site oficial do governo federal?

\*

Sim

Não

### Uso de sites oficiais do governo federal ([gov.br](http://gov.br) e derivados)

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso dos sites oficiais do governo federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:





### Frequência de uso

1    2    3    4    5

Raramente usamos na organização                        Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no site
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa por conta própria conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso

## Outras dificuldades de navegabilidade e usabilidade

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Mudanças de domínio e/ou links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre ocorrências em navegabilidade antes e depois da mudança dos domínios, com a unificação dos endereços eletrônicos do governo federal em 2019 (portal único [gov.br](http://gov.br)).

.....

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados ativamente nos sites oficiais do governo federal resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

Os sites oficiais de governos estaduais e municipais que a organização acessa são qualitativamente inferiores ao sites do governo federal, considerando as dimensões desse questionário (disponibilidade, atualização, compreensão dos dados e navegabilidade no site).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou sites oficiais de governos estaduais/municipais)

Portal da Transparência Federal ([portaldatransparencia.gov.br](http://portaldatransparencia.gov.br))

A organização já extraiu dados ou informações do Portal da Transparência federal? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse portal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

### Uso do Portal da Transparência Federal

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do Portal da Transparência Federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:



### Frequência de uso

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5

Raramente usamos na organização

Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no portal
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa por conta própria conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso à informação ou dado.

## Outras dificuldades de navegabilidade e usabilidade

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre ocorrências em navegabilidade antes e depois da reformulação do Portal da Transparência Federal em 2018.

.....

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados no Portal da Transparência Federal resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente



No geral, os Portais da Transparência estaduais e municipais que a organização usa são qualitativamente inferiores ao Portal da Transparência Federal, considerando as dimensões desse questionário (disponibilidade, atualização, compreensão dos dados e navegabilidade no portal).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou nenhum portal de transparência estadual ou municipal)

#### Portal Brasileiro de Dados Abertos ([dados.gov.br](https://dados.gov.br))

A organização já extraiu dados do Portal Brasileiro de Dados Abertos? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse portal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

## Uso do Portal Brasileiro de Dados Abertos

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do Portal Brasileiro de Dados Abertos pela organização da sociedade civil ou movimento social:



Frequência de uso

1 2 3 4 5

Raramente usamos na  
organização

Usamos com muita frequência

### Disponibilidade dos dados

- Não encontrou a informação que procurava
- Encontrou apenas parte da informação que procurava
- Encontrou a informação completa que procurava, mas foi difícil achá-la no portal
- Encontrou a informação completa que procurava com facilidade

### Atualização dos dados

- Os dados tinham sido recentemente atualizados (há poucos dias ou até uma semana)
- Os dados tinham sido atualizados há um ou mais meses, mas ainda assim eram tempestivos (considerando a sua natureza)
- Não havia informações sobre a atualidade dos dados
- Os dados estavam desatualizados e/ou não serviam para a sua finalidade

### Compreensão dos dados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada e nem as informações
- Teve alguma dificuldade, mas com pesquisa (autônoma) conseguiu entender
- Não conseguiu compreender e precisou fazer solicitação de acesso para esclarecer o significado dos dados ou da linguagem usada
- Não conseguiu compreender e, diante das dificuldades, desistiu do acesso à informação ou dado.

## Outras dificuldades

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Carregamento lento das páginas ou no download de dados;
- Escassez de recursos visuais, funcionalidades ou de formatos disponíveis dos dados;
- Complexidade do portal ou dificuldades na acessibilidade dos dados;
- Links não faziam o encaminhamento para o endereço eletrônico correto ("esse endereço não existe");
- Arquivos disponibilizados para download não abriam ou estavam desconfigurados/corrompidos;
- Dados não estavam sistematizados ou foram disponibilizados em formatos não abertos, não legíveis por máquina;
- Escassez de bases de dados abertos disponibilizadas ativamente
- Bases de dados abertos não disponibilizadas no prazo estabelecido, em conformidade com os cronogramas de abertura dos órgãos
- Não disponibilização das bases de dados abertos, mesmo após solicitação
- Outro: .....

Se possível, faça considerações sobre modificações nesse portal no decorrer do tempo.

.....

A indisponibilidade, desatualização ou ininteligibilidade dos dados disponibilizados ativamente no Portal Brasileiro de Dados Abertos resultaram em solicitação de pedido de acesso à informação pelo e-SIC federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

Os governos estaduais e municipais e os outros poderes (que organização acessa) disponibilizam bem menos dados públicos em formato aberto que o governo federal, seja no Portal Brasileiro de Dados Abertos ou em outros portais.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca extraiu dados abertos de governos subnacionais ou de outros poderes)

### Pedidos de acesso à informação a órgãos do governo federal

A organização já fez pedido de acesso à informação através do e-SIC federal? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse canal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo/instável)
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

## Uso do e-SIC federal

Nas questões desta seção, responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso do e-SIC federal pela organização da sociedade civil ou movimento social:



Frequência de uso

	1	2	3	4	5	
Raramente usamos na organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	Usamos com muita frequência



### Satisfação com o acesso concedido

- Conseguiu acesso completo a tudo que pediu já com o pedido inicial, no prazo legal;
- Conseguiu acesso completo apenas após recorrer ou após o prazo legal;
- Não conseguiu acesso completo, apenas parcial;
- Negativa completa de acesso, mesmo sem ser hipótese legal de sigilo.

### Justificativas dos órgãos para negativas de acesso (se aplicável)

- Não recebeu nenhuma justificativa
- Trabalho adicional de análise, interpretação ou consolidação
- Pedido genérico
- Órgão incompetente (sem reencaminhar o seu pedido)
- Pandemia
- Dados pessoais
- Sigilo legal
- Interpretação extensiva do órgão sobre o sigilo
- Inexistência dos documentos digitalizados e necessidade de consultar arquivos físicos pessoalmente
- Outro: .....

## Compreensão das respostas ou dados enviados

- Não teve dificuldade para entender a linguagem usada na resposta e nem as informações enviadas;
- Teve alguma dificuldade, mas com alguma pesquisa (autônoma) conseguiu entender;
- Não conseguiu compreender e precisou solicitar esclarecimentos em recurso ou nova solicitação de acesso;
- Não conseguiu compreender e desistiu do acesso à informação.

## Dificuldades técnicas com o e-SIC federal

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Sistema fora do ar, lento ou instável;
- Respostas fora do prazo legal;
- Obscuridade nas competências dos órgãos e dificuldade para saber a quem encaminhar o pedido;
- Arquivos anexos corrompidos/desconfigurados/inúteis;
- Arquivo em formato não aberto, não legível por máquina;
- Indisponibilidade de arquivos digitais;
- Não sistematização de dados pelo órgão;
- Necessidade de dados gerais de órgãos com competências centrais e foi aconselhado a procurar cada órgão individualmente, o que inviabilizou o acesso pela grande quantidade de órgãos ou volume de dados.

### Outros problemas que dificultaram ou desestimularam o acesso

- Exigências excessivas de dados pessoais;
- Cobrança de taxas de reprodução;
- Não divulgação de lista de documentos classificados como sigilosos pelo órgão federal;
- Influência do perfil do solicitante na resposta ao pedido (antes da possibilidade de pedidos anônimos no e-SIC federal);
- Falta de capacitação técnica dos servidores para responder as solicitações;
- Outro: .....

Os sistemas eletrônicos de solicitação de acesso à informação de governos estaduais e municipais que a organização usa são qualitativamente inferiores ao e-SIC federal, considerando as dimensões desse questionário (satisfação com o acesso, justificativas para negativas, compreensão e dificuldades técnicas).

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou sistemas de acesso de governos subnacionais)

Ouvidorias federais ([ouvidorias.gov.br](https://ouvidorias.gov.br))

A organização já usou o sistema eletrônico de ouvidorias do governo federal? \*

- Sim
- Não

Se a resposta foi não, qual o motivo?

- Não conhece esse canal
- Não precisa usá-lo para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-lo (complexo)
- Não acredita que seja um canal efetivo
- Não se aplica (respondeu sim no item anterior)
- Outro: .....

## Sistema federal de Ouvidorias

Nas questões desta seção responda relatando o ocorrido na maioria das vezes durante o uso de ouvidorias federais pela organização da sociedade civil ou movimento social:



### Frequência de uso

	1	2	3	4	5	
Raramente usamos na organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Usamos com muita frequência

## Motivos do seu uso

- Denúncia
- Reclamação
- Elogio
- Solicitação de serviço público
- Pedido de desburocratização
- Sugestão
- Pedido de acesso à informação

## Efetividade/poder de influência

- As manifestações feitas pela ouvidoria frequentemente geraram resultados efetivos (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente efetivos (entre 30% e 60%);
- Raramente efetivos (menos 1% a 29%);
- Nunca são efetivos.

### Devolutiva

- Nunca recebe satisfação das manifestações enviadas;
- Recebe respostas, mas raramente são satisfatórias ou completas;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias e completas.

### Dificuldades técnicas

- Layout não amigável ou não responsivo;
- Sistema fora do ar, lento ou instável;
- Retorno intempestivo ou demorado acerca da manifestação;
- Falta de capacitação técnica dos servidores para fornecer as respostas;
- Outro: .....

Considerando as dimensões do questionário, os sistemas de ouvidorias locais (governos estaduais e municipais que a organização usa) são qualitativamente inferiores ao sistema federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou ouvidorias locais)

## Outras considerações da organização sobre transparência no governo federal

---

### Participação em políticas públicas

Até então, as perguntas eram sobre o uso de ferramentas de transparência do governo federal pela instituição. A partir daqui, responda com base na percepção e opinião institucionais sobre o uso de ferramentas de participação pelo governo na construção de políticas públicas.

A organização já usou as plataformas Dialoga Brasil ([dialoga.gov.br](http://dialoga.gov.br)) e/ou Participa Brasil ([participa.br](http://participa.br)) do governo federal? \*

- Sim (ambas)
- Sim (apenas a Participa Brasil)
- Sim (apenas a Dialoga Brasil)
- Não (nenhuma delas)

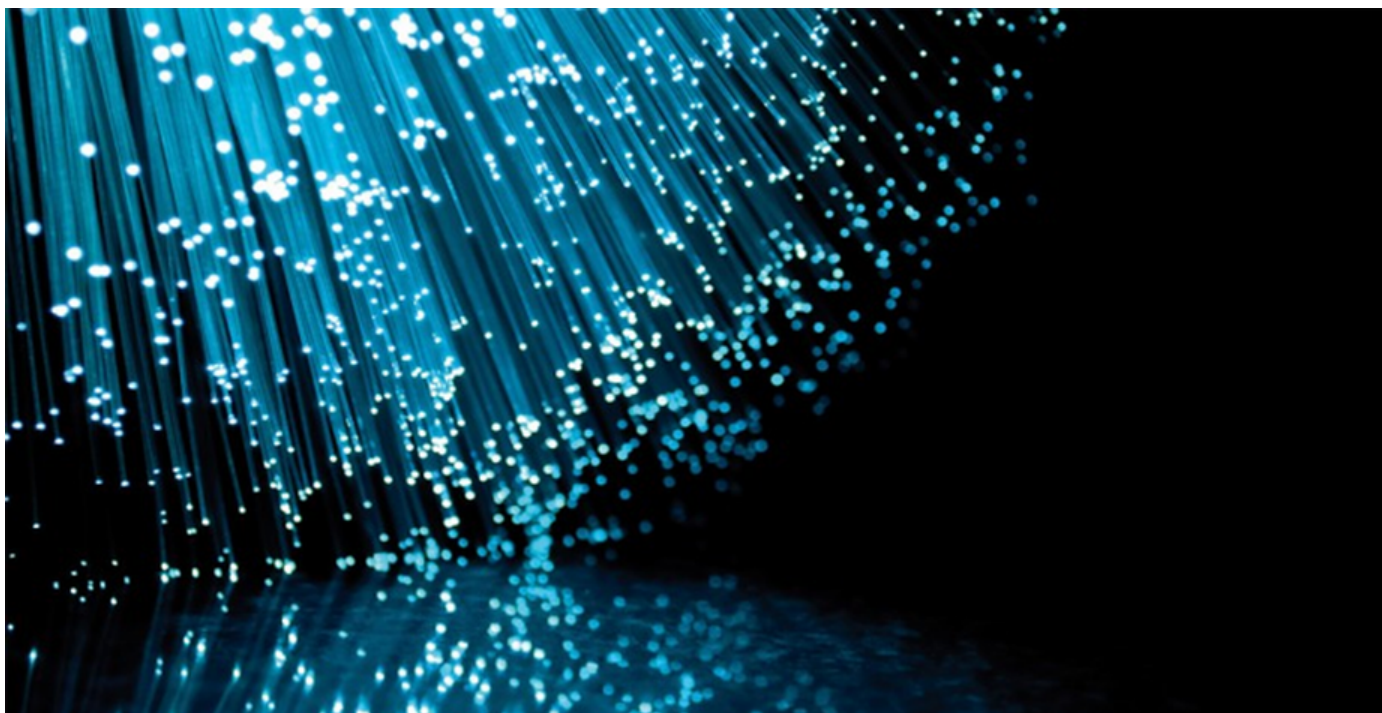


Se a resposta foi sim apenas para uma delas ou não, qual motivo?

- Não conhece essa(s) plataforma(s)
- Não precisa usá-la(s) para suas finalidades institucionais
- Não consegue usá-la(s) - complexa(s)
- Não a(s) considera ferramenta(s) efetiva(s) de participação
- Não se aplica (respondeu sim para ambas no item anterior)
- Outro: .....

## Plataformas Dialoga Brasil e Participa Br

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso das Plataformas Dialoga Brasil e Participa Br (espaços de participação digital) na construção de políticas públicas pelo governo federal



Frequência de uso de alguma das plataformas pelo governo para a construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Ações ativas de engajamento nas Plataformas (organização procura participar):

	1	2	3	4	5	
Raramente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Com muita frequência

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento em espaços de participação digital é qualitativamente pior do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não se aplica (nunca usou espaços de participação digital de governos locais)

### Consultas públicas na construção de políticas públicas federais

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso de consultas públicas na construção de políticas públicas pelo governo federal

Frequência de uso de consultas públicas pelo governo no para construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Convites para participar (iniciativa do governo federal, por qualquer meio):

- Organização nunca foi convidada pelo governo para participar de consulta pública;
- Raramente é convidado (1% a 29% das vezes em que há uma consulta);
- Ocasionalmente é convidado (30% a 60%);
- Frequentemente é convidado (mais de 60% das vezes).

### Ações ativas de engajamento em consultas (organização procura participar):

- Frequentemente procura participar (mais de 60% das vezes);
- Ocasionalmente (30%-60%);
- Raramente (até 29%);
- Nunca

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento a consultas públicas é qualitativamente melhor do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente

### Audiências públicas na construção de políticas públicas federais

Nas questões desta seção, responda com base na percepção da sua organização acerca do uso de audiências públicas na construção de políticas públicas pelo governo federal

### Frequência de uso de audiências públicas pelo governo para construção de políticas públicas

- Governo federal usa com frequência (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente (entre 30% e 60%);
- Raramente (menos 1% a 29%);
- Nunca (0%).

### Efetividade/poder de influência

- As sugestões trazidas pela sociedade civil são frequentemente acatadas (61%-100% das vezes);
- Ocasionalmente acatadas (entre 30% e 60%);
- Raramente acatadas (menos 1% a 29%);
- Nunca são acatadas.

### Devolutiva à sociedade civil

- Nunca recebe qualquer satisfação sistematizada e justificada de quais contribuições foram acatadas ou descartadas;
- Raramente recebe respostas satisfatórias, a maioria das vezes não é respondido e/ou a resposta é insatisfatória ou incompleta;
- Ocasionalmente recebe respostas satisfatórias e ocasionalmente não;
- Frequentemente recebe respostas satisfatórias, justificadas e sistematizadas.

### Convites para participar (iniciativa do governo federal, por qualquer meio):

- Organização nunca foi convidada pelo governo para participar de audiência pública;
- Raramente é convidado (1% a 29% das vezes em que há uma audiência);
- Ocasionalmente é convidado (30% a 60%);
- Frequentemente é convidado (mais de 60% das vezes).

### Ações ativas de engajamento em audiências (organização procura participar):

- Frequentemente procura participar (mais de 60% das vezes);
- Ocasionalmente (30%-60%);
- Raramente (até 29%);
- Nunca

No nível local (governos estaduais e municipais com os quais a organização têm contato), o uso, efetividade, devolutiva e ações de engajamento a audiências públicas é qualitativamente melhor do que no governo federal.

- Concordo totalmente
- Discordo totalmente
- Concordo parcialmente



## Outras considerações da organização sobre participação no governo federal

---

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários